ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CXLVIII Nº 160

Brasília - DF, sexta-feira, 19 de agosto de 2011

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 4
Ministério da Cultura 4
Ministério da Defesa 8
Ministério da Educação 9
Ministério da Fazenda 11
Ministério da Integração Nacional 101
Ministério da Justiça 104
Ministério da Saúde 111
Ministério das Cidades 125
Ministério das Comunicações 127
Ministério das Relações Exteriores 130
Ministério de Minas e Energia 133
Ministério do Desenvolvimento Agrário 144
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 145
Ministério do Esporte 146
Ministério do Meio Ambiente 147
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 151
Ministério do Trabalho e Emprego 152
Ministério dos Transportes 163
Conselho Nacional do Ministério Público 164
Ministério Público da União 172
Tribunal de Contas da União 180
Poder Judiciário 227
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 235

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.305 (1)
ORIGEM : ADI - 71184 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S) : PGE-ES - ANTÔNIO CARLOS PIMENTEL MELLO E OUTRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, Ministro Cezar Peluso (Presidente), julgou procedente a ação direta. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Dias Toffoli e, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 30.06.2011.

EMENTA: **INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Arts. 22 e 25 da Lei Complementar n° 176/2000, do Estado do Espírito Santo. Competência legislativa. Administração pública. Procuradoria-Geral do Estado. Organização. Designação de procuradores para atuar noutra Secretaria. Disciplina de processos administrativos. Criação de cargos na Secretaria da Educação. Inadmissibilidade. Matérias de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo. Normas oriundas de emenda parlamentar. Irrelevância. Temas sem pertinência com o objeto da proposta do Governador. Aumento de despesas, ademais. Ofensa aos arts. 61, § 1°, inc. II, "a", "b" e "e", e 63, inc. I, da CF. Ação julgada procedente. Precedentes.** São inconstitucionais as normas que, oriundas de emenda parlamentar, não guardem pertinência com o objeto da proposta do Governador do Estado e disponham, ademais, sobre organização administrativa do Executivo e criem cargos públicos.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.345 (2)
ORIGEM : ADI - 108710 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : PGE-SC - WALTER ZIGELLI
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, Ministro Cezar Peluso (Presidente), julgou procedente a ação direta. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Dias Toffoli e, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 30.06.2011.

EMENTA: **INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Lei nº 11.393/2000, do Estado de Santa Catarina. Tributo. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. Benefícios fiscais. Cancelamento de notificações fiscais e devolução dos correspondentes valores recolhidos ao erário. Concessão. Inexistência de suporte em convênio celebrado no âmbito do CONFAZ, nos termos da LC 24/75. Expressão da chamada "guerra fiscal". Inadmissibilidade. Ofensa aos arts. 150, § 6º, 152 e 155, § 2º, inc. XII, letra "g", da CF. Ação julgada procedente. Precedentes**. Não pode o Estado-membro conceder isenção, incentivo ou benefício fiscal, relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, de modo unilateral, mediante decreto ou outro ato normativo, sem prévia celebração de convênio intergovernamental no âmbito do CONFAZ.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.176 (3)
ORIGEM : ADI - 32519 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAPÁ
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, Ministro Cezar Peluso (Presidente), julgou procedente a ação direta. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Dias Toffoli e licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 30.06.2011.

EMENTA: **INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Lei nº 740/2003, do Estado do Amapá. Competência legislativa. Servidor Público. Regime jurídico. Vencimentos. Acréscimo de vantagem pecuniária. Adicional de Desempenho a certa classe de servidores. Inadmissibilidade. Matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo. Usurpação caracterizada. Inconstitucionalidade formal reconhecida. Ofensa ao art. 61, § 1º, II, alínea "a", da CF, aplicáveis aos estados. Ação julgada procedente. Precedentes.** É inconstitucional a lei que, de iniciativa parlamentar, conceda ou autorize conceder vantagem pecuniária a certa classe de servidores públicos.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.295 (4)
ORIGEM : ADI - 91525 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAZONAS
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S) : PGE-AM - R. FRÂNIO LIMA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, Ministro Cezar Peluso (Presidente), julgou procedente a ação direta. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Dias Toffoli e, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 30.06.2011.

EMENTA: **INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Art. 288 da Constituição do Estado do Amazonas, introduzido pela EC nº 40/2002. Competência legislativa. Servidor Público. Regime jurídico. Aposentadoria. Proventos. Acréscimo de vantagem pecuniária. Adicional de 12%, por mandato eletivo, aos servidores que o tenham exercido. Emenda parlamentar aditiva. Inadmissibilidade. Matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo. Caso de proposta de emenda à Constituição. Irrelevância. Usurpação caracterizada. Inconstitucionalidade formal reconhecida. Ofensa ao art. 61, § 1º, II, alíneas "a" e "c", da CF, aplicáveis aos estados. Ação julgada procedente. Precedentes.** É inconstitucional a norma de Constituição do Estado-membro que, oriunda de emenda parlamentar, disponha sobre concessão de acréscimo de vantagem pecuniária a proventos de servidores públicos que hajam exercido mandato eletivo.

Secretaria Judiciária
LUCIANA PIRES ZAVALA
Secretária

Presidência da República

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1.562 - Excluir o aeródromo UHE Eng. Sergio Motta (SNDL), em Rosana (SP), do cadastro de aeródromos da ANAC;

Nº 1.563 - Inscrever o heliponto ThomasiCamargo (SDCC), em Santa Rita do Passa Quatro (SP); validade de 10 (dez) anos;

Nº 1.564 - Renovar a inscrição do heliponto Edifício Corporate Park (SIMM), em Sao Paulo (SP); validade de 10 (dez) anos;

Nº 1.565 - Inscrever o heliponto Hospital Sírio Libanês (SDSL), em São Paulo (SP); validade de 10 (dez) anos;

Nº 1.566 - Inscrever o aeródromo Fazenda Campanário (SDTD), em Laguna Carapã (MS); validade de 10 (dez) anos;

Nº 1.567 - Renovar a inscrição do heliponto Attilio Tinelli (SDOT), em Sao Paulo (SP); validade de 10 (dez) anos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 1.568 - Renovar a inscrição do heliponto Sofitel São Paulo (SD-PL), em Sao Paulo (SP); validade de 10 (dez) anos; e

Nº 1.569 - Inscrever o heliponto Profitus (SNMT), em Ilhabela (SP); validade de 10 (dez) anos.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

TÁRIK PEREIRA DE SOUZA

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, e conforme disposto na Portaria Interministerial nº 0856, de 17 de setembro de 1985, tendo em vista o que consta no processo nº 63012.004924/2011-27, resolve:

Nº 1.570 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em plataforma privado Pride Carlos Walter (9PCW), no ES;

Nº 1.571 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em plataforma privado Central de Enchova (9PDX), no RJ; e

Nº 1.572 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em navio privado NORBE IX (9PDV), em SP.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

TÁRIK PEREIRA DE SOUZA

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011

Em vinte e nove de junho de dois mil e onze, às nove horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Presidência - Estrada Parque Aeroporto, Setor de Concessionárias e Locadoras, Lote 5, 2º Andar, Edifício SEDE, CEP 71608-900, em Brasília - DF, o Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, Empresa Pública Federal, com sede na Capital Federal, CNPJ/MF n.º 00.352.294/0001-10, NIRE N.º 53500000356, reuniu-se, em caráter ordinário, sob a presidência de PEDRO CELESTINO DA SILVA PEREIRA FILHO, comparecendo os seguintes Conselheiros: Ten Brig do Ar RAMON BORGES CARDOSO, ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE, AIRTON ESTEVENS SOARES e FABIANA TODESCO. Verificou-se, também, a presença do Assessor Especial da Presidência FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA; do Secretário-Executivo da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, CLEVERSON AROEIRA DA SILVA; do Procurador-Geral, HENRIQUE CELSO GONCALVES MARINI E SOUZA; da Assistente da Procuradoria Jurídica, ANA MARA CORREIA DA SILVA; do Superintendente de Auditoria Interna, CLEUDES FLAUZINO GARCIA; e da Coordenadora de Apoio aos Colegiados, SÍLVIA NAVES NOGUEIRA. Dando início aos trabalhos, após a verificação do quórum, o Presidente do Conselho submeteu aos membros do Conselho de Administração a Ordem do Dia com a inclusão do item "Apreciação e deliberação sobre a proposta de aprovação do Termo de Referência do Aeroporto Industrial, localizado no Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins - SBCF, conforme Informação Padronizada nº 109/DC(SRSE)/27/6/2011", que foi aprovada. Ato contínuo passou-se à Ordem do Dia, previamente aprovada pelos membros, a saber: 1) Posse de novo membro do Conselho de Administração: É empossado pelo Presidente do Conselho de Administração o Sr. CLEVERSON AROEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, residente no Rio de Janeiro, portador da Carteira de Identidade nº 156.887, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Rio de Janeiro, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 072.979.277-32, como membro do Conselho de Administração, representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, na forma dos artigos 16 e 17 do Estatuto Social da Infraero, em conformidade com o Decreto n.º 757, de 19 de fevereiro de 1993, devidamente qualificado na Ata dos trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária, de 31 de maio de 2011, que o elegeu, com mandato até a Assembleia Geral a se realizar no ano de 2012. Desta forma, após as boas vindas de todos os membros do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho assina o Termo de Posse juntamente com o membro empossado; 2) Eleição para preenchimento de cargo da Diretoria Executiva da INFRAERO: O Presidente do Conselho submete à apreciação do Conselho de Administração a aprovação da eleição do Assessor Especial da Presidência FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA, brasileiro, casado, advogado, residente em Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 13081, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Distrito Federal, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 070.459.304-10, para preenchimento do cargo de DIRETOR JURÍDICO DA INFRAERO, na forma dos artigos 22 e 23 do Estatuto Social da INFRAERO, com mandato até a reunião do Conselho de Administração a se realizar no decorrer do mês de abril do ano de 2013, em conformidade com o Decreto n.º 757, de 19 de fevereiro de 1993. O Conselho de Administração deliberou por APROVAR A ELEIÇÃO, ressaltando a importância da área jurídica na Empresa e desejando ao Diretor Jurídico sucesso no exercício do cargo; 3) Apreciação e ratificação da decisão do Senhor Presidente do Conselho de Administração da INFRAERO, *ad referendum* do Colegiado, da contratação do Sr. José Clovis Batista Dattoli, para o exercício do cargo em comissão de Assessor Especial da Presidência, conforme deliberação da Diretoria Executiva, na reunião realizada no dia 27/4/2011: Observado o disposto nos artigos 20 e 43 do Estatuto Social da INFRAERO em vigor no período de referência, o Presidente do Conselho de Administração submete ao Colegiado a ratificação da autorização "*ad referendum*" do Conselho de Administração, realizada no dia 27/4/2011, para a aprovação, por proposição da Diretoria Executiva, na reunião realizada no dia 27/4/2011, da admissão do Sr. JOSÉ CLOVIS BATISTA DATTOLI, para o exercício do cargo em comissão de Assessor Especial da Presidência. O Conselho de Administração deliberou por RATIFICAR a aprovação; 4) Apreciação e ratificação da decisão do Senhor Presidente do Conselho de Administração da INFRAERO, *ad referendum* do Colegiado, da contratação do Sr. Manoel Gimenes Ruy, para o exercício do cargo em comissão de Assessor Especial da Presidência, conforme deliberação da Diretoria Executiva, na reunião realizada no dia 2/6/2011: Observado o disposto nos artigos 20 e 43 do Estatuto Social da INFRAERO em vigor no período de referência, o Presidente do Conselho de Administração submete ao Colegiado a ratificação da autorização "*ad referendum*" do Conselho de Administração, realizada no dia 3/6/2011, para a aprovação, por proposição da Diretoria Executiva, na reunião realizada no dia 2/6/2011, da admissão do Sr. MANOEL GIMENES RUY, para o exercício do cargo em comissão de Assessor Especial da Presidência. O Conselho de Administração deliberou por RATIFICAR a aprovação; 5) Apreciação e deliberação sobre a proposta de aprovação do Programa de Dispêndios Globais - PDG relativo ao exercício de 2012 e Revisão do PDG e Orçamento de 2011, conforme Informação Padronizada nº 100/DFCT/10/6/2011: Com a palavra, o Diretor Financeiro apresenta a proposta de aprovação do Programa de Dispêndios Globais - PDG relativo ao exercício de 2012 e Revisão do PDG e Orçamento de 2011, a saber: 1) Revisão do PDG e Orçamento de 2011 (em R$ milhões): Receitas Operacionais R$3.780,0; Despesas Operacionais R$2.945,5; Lucro/Prejuízo Líquido R$(310,7); Investimentos (Dispêndios INFRAERO) R$1.922,9; Superávit/Déficit primário R$(415,2); e 2) Proposta de Dispêndios Globais - PDG 2012 (em R$ milhões): Receitas Operacionais R$4.400,3; Despesas Operacionais R$3.123,1; Lucro/Prejuízo Líquido R$(791,0); Investimentos (Dispêndios INFRAERO) R$2.802,7; Superávit/Déficit primário R$(264,9). Após os esclarecimentos prestados, o Conselho de Administração deliberou por APROVAR a proposta; 6) Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da Diretoria Executiva para instauração do processo licitatório para contratação dos serviços de fornecimento e instalação do Sistema de Transporte e Manuseio de Bagagens - STMB do Terminal nº 2 do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, incluindo operação e manutenção, cujo orçamento de referência da Infraero é de R$ 120.487.374,69, conforme Informação Padronizada nº 104/DE(DEOB)/14/6/2011: Apresentação realizada pelo Superintendente de Obras, Ricardo Alexandre Gois Ferreira. Após os esclarecimentos prestados, o Conselho de Administração determinou que seja avaliada a conveniência da contratação de equipamento com capacidade para 7.500 ou 10.000 bagagens/hora, bem como a possibilidade de aumento operacional de sua capacidade. A matéria foi adiada para posterior deliberação do Conselho de Administração; 7) Apreciação e deliberação sobre a proposta de instauração de processo licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, a ser processada pela Superintendência Regional do Sul - SRSU, para a concessão de áreas destinadas única e exclusivamente para exploração comercial de estacionamentos de veículos no Aeroporto de Porto Alegre - SBPA, com área total de 73.144,71 m², conforme Informação Padronizada nº 102/DC/10/6/2011: Apresentação realizada pelo Superintendente de Negócios Comerciais, Claiton Resende Faria, e pelo Diretor Comercial, Geraldo Moreira Neves. Indagado sobre a opção feita pela modalidade de licitação, esclareceu que a proposta de instauração de processo licitatório será realizada na modalidade de Pregão Presencial tendo em vista dificuldades apresentadas no sistema do Banco do Brasil para a utilização da modalidade de Pregão Eletrônico. Após os esclarecimentos prestados, o Conselho de Administração deliberou por APROVAR a proposta; 8) Apreciação e deliberação sobre a proposta de aprovação do Termo de Referência do Aeroporto Industrial, localizado no Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins - SBCF, conforme Informação Padronizada nº 109/DC(SRSE)/27/6/2011: Apresentação realizada pelo Superintendente de Logística de Carga, Ednaldo Pinheiro Santos, e pelo Diretor Comercial, Geraldo Moreira Neves. A matéria foi adiada para posterior deliberação do Conselho de Administração; 9) Proposta de criação de dois Comitês no âmbito do Conselho de Administração, na forma do art. 21, inciso XVIII, do Estatuto Social, sendo um de "Acompanhamento do Projeto de Reestruturação da Infraero" e outro de "Acompanhamento da realização das obras e medidas de ampliação da capacidade dos aeroportos": Após as considerações apresentadas pelo Conselheiro Cleverson Aroeira da Silva, com a sugestão de que os Comitês deveriam ser compostos por integrantes da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, representantes da Infraero e um representante do Conselho, cujos nomes serão definidos posteriormente, o Conselho de Administração deliberou por APROVAR a proposta; e 9) Assuntos Gerais: a) Prosseguindo a reunião, o Presidente do Colegiado apresenta aos presentes sua renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração, tendo agradecido ao Colegiado e à Empresa pela oportunidade de ter estado à frente dos trabalhos do Conselho de Administração. Com a palavra, os membros do Conselho de Administração agradecem o Sr. Pedro Celestino da Silva Pereira Filho pelo excelente trabalho realizado na presidência do Colegiado e desejam sucesso ao novo Presidente do Conselho. Na oportunidade, por indicação do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, de que trata o Ofício nº 027/SAC-PR, de 31/5/2011, com fundamento no § 1º do art. 15 do Estatuto Social da INFRAERO em vigor no ato da indicação, o Sr. Cleverson Aroeira da Silva é eleito para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração da INFRAERO, até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2012. A posse do novo Presidente do Conselho de Administração ocorrerá perante o Ministro de Estado Chefe da SAC-PR, conforme § 2º do art. 15 do Estatuto Social em vigor no ato da indicação. O novo Presidente do Conselho de Administração agradeceu ao Ministro de Estado Chefe da SAC-PR pelo voto de confiança; e b) Próxima reunião: 26 de julho de 2011, terça-feira, às 15 horas. Nada mais havendo a tratar, às treze horas o Presidente do Conselho declarou encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata que vai assinada pelos membros do Conselho de Administração e por mim, Cleudes Flauzino Garcia, Secretário, que a redigi.

PEDRO CELESTINO DA SILVA PEREIRA FILHO
Presidente do Conselho

Ten Brig Ar RAMON BORGES CARDOSO
Conselheiro

ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE
Conselheiro

AIRTON ESTEVENS SOARES
Conselheiro

FABIANA TODESCO
Conselheira

CLEVERSON AROEIRA DA SILVA
Conselheiro

CLEUDES FLAUZINO GARCIA
Secretário

Certidão: Registrado na Junta Comercial do Distrito Federal em 21/07/2011, sob o nº 20110527062, Protocolo: 11/052706-2, de 06/07/2011. NIRE - 53500000356.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 2 DE AGOSTO DE 2011

Em dois de agosto de dois mil e onze, às quinze horas, o Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, Empresa Pública Federal, com SEDE na Capital Federal, CNPJ/MF nº 00.352.294/0001-10, NIRE nº 53500000356, reuniu-se em sessão extraordinária, na Sala de Reunião da Presidência, situada na Estrada Parque Aeroporto, Setor de Concessionárias e Locadoras, Lote 5, 2º Andar, Edifício SEDE, CEP 71608-900, em Brasília - DF, sob a presidência de CLEVERSON AROEIRA DA SILVA, encontrando-se presentes os seguintes Conselheiros: Ten Brig do Ar RAMON BORGES CARDOSO, ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE e AIRTON ESTEVENS SOARES. Verificou-se, também, a presença do Diretor Jurídico, Francisco José de Siqueira; da Assessora da Presidência, Regina Maria Santos Rodrigues; da Superintendente de Auditoria Interna em exercício, Aline Alonso Arja de Almeida; da Assistente da Diretoria Jurídica, Ana Mara Correia da Silva; e da Coordenadora de Apoio Administrativo aos Colegiados, Sílvia Naves Nogueira. Iniciados os trabalhos, o Conselho de Administração decidiu: 1. Dar posse aos seguintes membros do Conselho de Administração na forma dos artigos 16, 17 e 18, § 1º, do Estatuto Social da Infraero, em conformidade com o Decreto n.º 757, de 19 de fevereiro de 1993, eleitos pela Assembleia Geral Extraordinária de 27/7/2011, para completar o mandato referente ao período 2009/2012: - Sr. Licínio Velasco Junior, brasileiro, casado, residente no Rio de Janeiro/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 02.381.068-2, expedida pela SSP/RJ, e inscrito no CPF nº 268.708.007-15, como membro do Conselho de Administração, representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, em substituição a Pedro Celestino da Silva Pereira Filho; e - Sr. Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, brasileiro, casado, residente em Santana do Parnaíba/SP, portador da Carteira de Identidade nº 5.150.986, expedida pela SSP/BA, e inscrito no CPF nº 882.494.845-68, como membro do Conselho de Administração, representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, em substituição a Fabiana Todesco. Em sequência, o Termo de Posse foi assinado pelo Presidente do Conselho de Administração e pelos empossados. O Presidente do Conselho e os demais Conselheiros deram as boas vindas aos novos membros e registraram sinceros agradecimentos pelos serviços prestados pelos Senhores Pedro Celestino da Silva Pereira Filho e Fabiana Todesco. 2. Eleger Manoel Gimenes Ruy, brasileiro, casado, administrador, residente em Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 5.284.461, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF nº 382.476.828-34, para preenchimento do cargo de Diretor de Empreendimentos da INFRAERO, na forma dos artigos 22 e 23 do Estatuto Social da Empresa, com mandato até a reunião do Conselho de Administração a se realizar no decorrer do mês de abril do ano de 2013, em conformidade com o Decreto n.º 757, de 19 de fevereiro de 1993. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho de Administração deu por encerrada a reunião, da qual eu, Sílvia Naves Nogueira, Secretária, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos membros do Conselho.

CLEVERSON AROEIRA DA SILVA
Presidente do Conselho

Ten Brig do Ar RAMON BORGES CARDOSO
Conselheiro

ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE
Conselheiro

AIRTON ESTEVENS SOARES
Conselheiro

ANTONOALDO GRANGEON TRANCOSO NEVES
Conselheiro

LICINIO VELASCO JUNIOR
Conselheiro

Certidão: Registrado na Junta Comercial do Distrito Federal em 12/08/2011, sob o nº 20110635426, Protocolo: 11/063542-6, de 09/08/2011. NIRE - 53500000356.

CONSELHO FISCAL

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2011

Em trinta de maio de dois mil e onze, às nove horas e trinta e nove minutos, o Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, Empresa Pública Federal, com SEDE na Capital Federal, CNPJ/MF n.º 00.352.294/0001-10, NIRE n.º 53500000356, reuniu-se, em caráter ordinário, na Sala de Reuniões da Presidência da INFRAERO, situada na Estrada Parque Aeroporto, Setor de Concessionárias e Locadoras, Lote 5, 2º Andar, Edifício SEDE, CEP 71608-900, em Brasília - DF, com a presença dos membros titulares e suplentes eleitos na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 29 de abril de 2011, a saber: membros titulares - ALBERTO DE BARROS MORAES SAYÃO, FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES e GILVAN DA SILVA DANTAS; e membros suplentes - ANDRÉ NUNES e FÁBIO ANDERSON BATISTA DOS SANTOS. Compareceram ainda, o Presidente da INFRAERO, ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE; o Superintendente de Controladoria, ELISMAR GONÇALVES LOPES; a Gerente de Contabilidade e Custos, KEITE DE SOUSA VIANA PRAZER; o Procurador-Geral Adjunto, NILSON MACIEL DE LIMA; o Superintendente de Auditoria Interna, CLEUDES FLAUZINO GARCIA; e a Coordenadora de Apoio aos Colegiados, SÍLVIA NAVES NOGUEIRA. Dando início aos trabalhos, após a verificação do quórum, o Secretário do Conselho fez a leitura da Ordem do Dia, que foi aprovada. Ato contínuo passou-se à ordem do dia, a saber: 1) Posse dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal eleitos para o período de 2011/2012: O Presidente da INFRAERO assinou o Termo de Posse dos Conselheiros eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 29 de abril de 2011, em conformidade com o disposto no § 4º do Artigo 1º do Decreto nº 757, de 19 de fevereiro de 1993, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar no ano de 2012. Foram empossados como Membros Titulares: ALBERTO DE BARROS MORAES SAYÃO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente em Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 8.883.384, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 134.413.838-18, representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, em substituição a CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO, representante do Ministério da Defesa; FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES, brasileiro, casado, servidor público federal, residente em Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº M-6.029.523, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 005.162.126-64, representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, em substituição a VILSON MARCELO MALCHOW VEDANA, representante do Ministério da Defesa; e GILVAN DA SILVA DANTAS, brasileiro, casado, Analista de Finanças e Controle do Ministério da Fazenda, residente em Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 968.705, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 516.672.741-04, representante da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. De outra parte, como respectivos Suplentes, foram empossados: ANDRÉ NUNES, brasileiro, casado, servidor público militar, residente em Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 056.339.253-9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 540.311.689-34, representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, em substituição a EDMUNDO THEOBALDO MÜLLER NETO, representante do Ministério da Defesa; e FÁBIO ANDERSON BATISTA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, engenheiro de infraestrutura aeronáutica, residente em Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 200.000.231.786-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 009.667.413-07, representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, em substituição a LEONARDO RAUPP BOCORNY, representante do Ministério da Defesa. Na oportunidade, o Secretário do Conselho Fiscal registra a ausência justificada do membro suplente do Conselho Fiscal, ERNESTO SERÊJO COSTA, representante da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, a ser empossado posteriormente. Desta forma, consoante disposição constante do Estatuto Social da INFRAERO em vigor e uma vez que foram cumpridas todas as exigências estatutárias, o Presidente da INFRAERO deu as boas vindas aos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, desejando a todos um profícuo trabalho; 2) Eleição do Presidente do Conselho Fiscal: Consoante disposto no § 4º do art. 30 do Estatuto Social, foi eleito para o cargo de Presidente do Conselho Fiscal, GILVAN DA SILVA DANTAS, que agradeceu a todos pelo voto de confiança; 3) Designação de substituto eventual do Presidente do Conselho Fiscal: Foram designados, respectivamente, FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES e ALBERTO DE BARROS MORAES SAYÃO como substitutos eventuais do Presidente eleito; 4) Resultados das Demonstrações Financeiras - Abril/2011: Explanação, por parte da Diretoria Financeira, sobre o Resultado Financeiro de Abril/2011, conforme documentação distribuída aos membros do Conselho Fiscal; e 5) Assuntos Gerais: a) Apresentação, para as próximas reuniões, das seguintes matérias: 1) por parte da Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente, sobre o acompanhamento das obras em andamento incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e principais aeroportos; 2) por parte da Diretoria de Administração, sobre a estrutura e o funcionamento da INFRAERO; 3) por parte da Diretoria Comercial, sobre os procedimentos de concessão de uso de áreas da INFRAERO; e b) Próxima reunião: 27 de junho de 2011, segunda-feira, às 9h30. Nada mais havendo a tratar, às onze horas e trinta minutos foi dada por encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata que vai assinada pelos membros do Conselho Fiscal e por mim, Cleudes Flauzino Garcia, Secretário, que a redigi.

GILVAN DA SILVA DANTAS
Presidente do Conselho

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES
Conselheiro

ALBERTO DE BARROS MORAES SAYÃO
Conselheiro

ANDRÉ NUNES
Conselheiro Suplente

FÁBIO ANDERSON BATISTA DOS SANTOS
Conselheiro Suplente

CLEUDES FLAUZINO GARCIA
Secretário

Certidão: Registrado na Junta Comercial do Distrito Federal em 14/06/2011, sob o nº 20110436393, Protocolo: 11/043639-3, de 08/06/2011. NIRE - 53500000356.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2011

Em vinte e oito de junho de dois mil e onze, às nove horas e trinta e cinco minutos, o Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, Empresa Pública Federal, com SEDE na Capital Federal, CNPJ/MF n.º 00.352.294/0001-10, NIRE n.º 53500000356, reuniu-se, em caráter ordinário, na Sala de Reuniões da Presidência da INFRAERO, situada na Estrada Parque Aeroporto, Setor de Concessionárias e Locadoras, Lote 5, 2º Andar, Edifício SEDE, CEP 71608-900, em Brasília - DF, sob a Presidência de GILVAN DA SILVA DANTAS, estando presente os membros titulares: ALBERTO DE BARROS MORAES SAYÃO e FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES; e o membro suplente: ERNESTO SERÊJO COSTA. Compareceram, ainda, o representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, FÁBIO ANDERSON BATISTA DOS SANTOS; o Procurador-Geral, HENRIQUE CELSO GONCALVES MARINI E SOUZA; a Assistente da Procuradoria Jurídica, ANA MARA CORREIA DA SILVA; o Superintendente de Auditoria Interna, CLEUDES FLAUZINO GARCIA; e a Coordenadora de Apoio aos Colegiados, SÍLVIA NAVES NOGUEIRA. Dando início aos trabalhos, após a verificação do quórum, o Secretário do Conselho fez a leitura da Ordem do Dia, que foi aprovada. Ato contínuo passou-se à ordem do dia, a saber: 1) Posse do membro suplente do Conselho Fiscal eleito para o período de 2011/2012: O Presidente do Conselho Fiscal assinou o Termo de Posse do Conselheiro Suplente reeleito pela Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 29 de abril de 2011, em conformidade com o disposto no § 4º do Artigo 1º do Decreto nº 757, de 19 de fevereiro de 1993, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar no ano de 2012. Desta forma, foi empossado como membro suplente: ERNESTO SERÊJO COSTA, brasileiro, casado, Analista de Finanças e Controle do Ministério da Fazenda, residente em Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº M5099223, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 989.407.326-34, representante suplente da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, devidamente qualificado na Ata dos trabalhos da Assembleia que o reelegeu. Assim, consoante disposição constante do Estatuto Social da INFRAERO em vigor e uma vez que foram cumpridas todas as exigências estatutárias, os membros do Conselho Fiscal dão as boas vindas ao membro suplente do Conselho Fiscal, desejando-lhe um profícuo trabalho; 2) Estrutura e o funcionamento da INFRAERO: Explanação realizada pelo Diretor de Administração, José Antônio Eirado Neto, e pela Superintendente de Planejamento e Gestão, Geórgia Maria de Andrade Eufrásio; 3) Resultados das Demonstrações Financeiras - Maio/2011: Explanação sobre o Resultado Financeiro de Maio/2011, realizada pelo Diretor Financeiro, Mauro Roberto Pacheco de Lima; pela Gerente de Contabilidade e Custos, Keite de Sousa Viana Prazer; e pela Gerente de Controle e Gestão Tarifária, Cassandra Maria dos Santos Pacheco, conforme documentação distribuída aos membros do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal deliberou por solicitar: a) Apresentação, no item 7 - Investimentos/Fontes, dos Resultados das Demonstrações Financeiras, o detalhamento mensal dos investimentos previstos x realizados; e b) Em função do desconto total aplicado sobre a receita de aproximadamente de R$ 4 milhões, conforme demonstrado nos meses de março a maio de 2011, o Conselho Fiscal solicita a avaliação da efetividade da aplicação da política de preços diferenciados relacionadas às tarifas aeroportuárias e a melhoria operacional; 4) Acompanhamento das obras em andamento incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e principais aeroportos: matéria transferida para a próxima reunião; e 5) Assuntos Gerais: Próxima reunião: 27 de julho de 2011, quarta-feira, às 9h30. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e quarenta e cinco minutos foi dada por encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata que vai assinada pelos membros do Conselho Fiscal e por mim, Cleudes Flauzino Garcia, Secretário, que a redigi.

GILVAN DA SILVA DANTAS
Presidente do Conselho

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES
Conselheiro

ALBERTO DE BARROS MORAES SAYÃO
Conselheiro

ERNESTO SÊREJO COSTA
Conselheiro Suplente

CLEUDES FLAUZINO GARCIA
Secretário

Certidão: Registrado na Junta Comercial do Distrito Federal em 12/07/2011, sob o nº 20110527070, Protocolo: 11/052707-0, de 06/07/2011. NIRE - 53500000356.

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VEDADA A VENDA EM BANCA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 11 DE MAIO DE 2011(*)

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, no Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, e o que consta do Processo nº 21000.004220/2004-14, resolve:

Art. 1º Revogar a Instrução Normativa nº 16, de 11 de junho de 2004.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER ROSSI

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 12-5-2011, Seção 1, pág. 3, com incorreção no original.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 79, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 44, Capítulo IV, Inciso XXII, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no D.O.U. de 14.06.2010, tendo em vista o disposto no artigo 2º do Anexo I da Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, no Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e ainda, o que consta do Processo nº 21022.000299/2011-85, resolve:

Art. 1º - CREDENCIAR a empresa TANAKA DEDETIZAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA sob nº BR MA 0441, CNPJ nº 05.099.772/0001-46, localizada na Rua Projetada, nº 17, bairro Cruzeiro do Anil - São Luis-MA, para na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira, executar os seguintes tratamentos: Fumigação em Porões de Navio, em Contêineres, em Câmaras de Lona e em Silos Herméticos.

Art. 2º - O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade de 12 (doze) meses, e, em não se constatando nenhuma irregularidade neste período, este será convertido em definitivo pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MACHADO DOS SANTOS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.018/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 144ª Reunião Ordinária, ocorrida em 11 de agosto de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001888/2011-75

Requerente: Syngenta Seeds Ltda.

CNPJ: 49.156.326/0001-00

Endereço: Rodovia BR 452 km 142, CP 585 Uberlândia MG

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente.

Extrato Prévio: 2.858/2011

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do processo de pedido de Parecer Técnico para autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado, expressando os eventos MIR604 x TC1507 x 5307, MIR 604, TC1507 e 5307. Os experimentos serão realizados na Unidade Pesquisa da Syngenta Seeds - Uberlândia-MG e Unidade de Apoio a Pesquisa da Syngenta Seeds - Ituiutaba-MG.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.019/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 144ª Reunião Ordinária, ocorrida em 11 de agosto de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001802/2011-12

Requerente: Du Pont do Brasil SA - Divisão Pioneer Sementes

CNPJ: 61.064.929/0043-28

Endereço: SGAS 902, Lt. 74, Conjunto B, Salas 2221-224, Bloco A Ed. Athenas, Asa Sul, Brasília-DF

Assunto: Importação de milho geneticamente modificado.

Extrato Prévio: 2.834/2011

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do processo de pedido de Parecer Técnico para autorização para importar 6,0 materiais totalizando 9,0 kg de milho geneticamente modificado contendo os eventos TC1507, MON810, MIR162, NK603 e combinação de eventos 1507 x MON810 x MIR162, pertencente à Classe I de risco biológico, para liberação planejada no meio ambiente. O material será proveniente da Pioneer Overseas Corporation, EUA. O desembarque será no Aeroporto de Brasília - DF e a quarentena será realizada na EMBRAPA - CENARGEN, Brasília/DF. O destino do material será o Centro de Pesquisa de Itumbiara - Fazenda Santa Maria de Baixo, Estrada para Buriti Alegre - Itumbiara, GO

A CTNBio informa que a requerente poderá altera o local de quarentena, desde que a unidade quarentenária de destino tenha Certificado de Qualidade em Biossegurança, pois isso não implica em descumprimento deste parecer técnico.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

Ministério da Cultura

COMISSÃO NACIONAL DE INCENTIVO À CULTURA

SÚMULAS ADMINISTRATIVAS

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, na condição de Presidenta da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC, faz saber que na 188ª Reunião Ordinária, de 15 de junho de 2011, e na 189ª Reunião Ordinária, de 13 de julho de 2011, foram aprovados os seguintes enunciados das Súmulas Administrativas, que ora referenda, nos termos dos arts. 23 e 24 do Regimento Interno da CNIC:

Súmula nº 22

Os pedidos de reduções dos valores dos projetos e de remanejamentos orçamentários somente serão objeto de análise após a captação de 20% do valor aprovado, ressalvados os projetos contemplados em seleções públicas ou respaldados por contrato de patrocínio.

Súmula nº 23

A apresentação de proposta cujo proponente seja pessoa física deverá ter o orçamento ou o somatório dos orçamentos dos projetos ativos no SalicWEB limitado a mil salários mínimos, exceto nos casos de restauração/recuperação de bens de valor cultural reconhecido pela área técnica competente do Ministério da Cultura ou por quem este delegar.

ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2010

Estabelece diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura - FNC, no exercício de 2011.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, reunido em Sessão Ordinária, em Brasília, nos dias 7 e 8 de dezembro de 2010, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973 de 7 de outubro de 2009 e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 28, de 19 de março de 2010, e

Considerando a Nota Técnica nº 01/2009-DGE/SE/MinC, de 14 de agosto de 2009, elaborada por determinação da Resolução nº 01, de 17 de junho de 2009, deste Conselho, resolve:

Art. 1º Estabelecer as diretrizes gerais para a aplicação de recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), a seguir elencadas:

I - fortalecer e apoiar a criação e aperfeiçoamento das estruturas do Sistema Nacional de Cultura - SNC;

II - estimular a consolidação dos sistemas de participação social na gestão das políticas culturais;

III - fomentar as artes e as expressões experimentais;

IV - promover e proteger o patrimônio, a memória e as identidades culturais brasileiras;

V - estimular o desenvolvimento da economia da cultura, bem como a capacitação e assistência ao trabalhador da cultura;

VI - ampliar o acesso de cidadãos e cidadãs à fruição e à produção cultural; e

VII - utilizar como referência, na alocação dos recursos do FNC, os critérios propostos na Nota Técnica nº 01/2009-DGE/SE/MinC, em especial o seu Anexo VI, disponibilizando até 30% (trinta por cento) dos Recursos do FNC para repasse aos Estados, e do montante geral destinado aos Estados, 50% (cinqüenta por cento) será repassado aos respectivos Municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA
Presidente do Conselho

JOÃO ROBERTO COSTA DO NASCIMENTO
Secretário-Geral

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 170, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06/09/2001, alterada pela Lei nº 11.437, de 28/12/2008, no Decreto nº 6.304, de 12/12/2007, e na Instrução Normativa nº 80, de 20/10/2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

07-0030 - Sertanistas

Processo: 01580.004841/2007-50

Proponente: Diálogo Comunicação Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 68.696.756/0001-50

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 600.000,00 para R$ 686.272,73

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 570.000,00 para R$ 600.000,00

Banco: 001- agência: 3100-3 conta corrente: 5.763-0

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 404, realizada em 15/08/2011.

Prazo de captação: até 31/12/2011.

09-0019 - Sobre a Neblina

Processo: 01580.002202/2009-11

Proponente: Franco Produções, Filmes, Eventos e Promoções Ltda. ME

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 39.183.983/0001-84

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 1.457.083,20 para R$ 1.112.238,00

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.384.229,04 para R$ 1.056.626,10

Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 14.643-9

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 404, realizada em 15/08/2011.

Prazo de captação: até 31/12/2011.

09-0376 - Descolados - 2ª Temporada

Processo: 01580.037144/2009-47

Proponente: RT2A Produções Cinematográficas Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 06.998.046/0001-28

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 3.836.289,50 para R$ 2.847.342,54

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.644.475,02 para R$ 1.204.975,41

Banco: 001- agência: 3336-7 conta corrente: 05.672-3

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 404, realizada em 15/08/2011.

Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 201, DE 13 DE AGOSTO DE 2011

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 7/4/2004, publicado no DOU de 8/4/2004, em conformidade com a Portaria nº 105 de 03 de junho de 2011, publicada no DOU de 07 de junho de 2011, que regulamentou o Edital Prêmio de Arte Contemporânea 2011 - Estação Funarte de Artes Visuais Belo Horizonte, resolve:

Tornar pública a relação dos 06 (seis) projetos selecionados pela Comissão de Seleção, constituída pela Portaria nº 168 de 29 de julho de 2011, publicada no DOU de 02 de agosto de 2011, conforme relação abaixo:

Projeto: Campos Migratórios
Proponente: Daniel Scherer de Escobar
Estado: Belo Horizonte - MG
Projeto: Ponte
Proponente: Raquel Tasny Kogan
Estado: São Paulo - SP
Projeto: Visualidade ambulante
Proponente: Marcone José Moreira
Estado: Marabá - PA
Projeto: Amazonas, Esfinge
Proponente: Sávio Luis Stoco
Estado: Manaus - AM
Projeto: Protótipos/lições de arquitetura/lições de urbanismo
Proponente: Cristina Thorstenberg Ribas
Estado: Rio de Janeiro - RJ
Projeto: Visões do paraíso
Proponente: Frederico Ozanam Agostino Câmara
Estado: Governador Valadares - MG

ANTONIO GRASSI

PORTARIA Nº 202, DE 13 DE AGOSTO DE 2011

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 7/4/2004, publicado no DOU de 8/4/2004, em conformidade com a Portaria nº 107 de 03 de junho de 2011, publicada no DOU de 07 de junho de 2011, que regulamentou o Edital Prêmio de Arte Contemporânea 2011 - Atos Visuais Funarte Brasília, resolve:

Tornar pública a relação dos 06 (seis) projetos selecionados pela Comissão de Seleção, constituída pela Portaria nº 169 de 29 de julho de 2011, publicada no DOU de 02 de agosto de 2011, conforme relação abaixo:

MÓDULO I - Galeria Fayga Ostrower
Projeto: Piratagem Federal
Proponente: Krishna Figueiredo Passos
Estado: Brasília - DF
Projeto: Em um lugar qualquer - outeiro
Proponente: Dirceu da Costa Mauês
Estado: Brasília - DF
Projeto: Entre rios e ruas
Proponente: Isabela Sales Prado
Estado: Belo Horizonte - MG
MÓDULO II - Marquise
Projeto: Estrutura Volátil
Proponente: Geraldo José Zamproni
Estado: Curitiba - PR
Projeto: O som da paisagem
Proponente: Rodrigo Gonzalo Mijón Encina
Estado: Brasília - DF
Projeto: Casamata
Proponente: Laerte Gomes da Cunha Ramos
Estado: São Paulo - SP

ANTONIO GRASSI

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E LICENCIAMENTO ARQUEOLÓGICO

PORTARIA Nº 27, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR DE PESQUISA E LICENCIAMENTO ARQUEOLÓGICO DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, nos termos da Portaria DEPAM/IPHAN nº 2, de 29 de junho de 2009, publicado no D.O.U., Seção 2, de 01.07.09 e de acordo com o disposto no inciso VIII do artigo 17, Anexo I do Decreto nº 6.844 de 07.05.09, na Lei nº 3.924, de 26.07.61 e na Portaria SPHAN nº 07, de 01.12.88 e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I -Expedir PERMISSÕES, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo I a esta Portaria.

II -Expedir RENOVAÇÃO DE PERMISSÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, às instituições executoras dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo II a esta Portaria.

III -Expedir RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, às instituições executoras dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo III a esta Portaria.

IV -Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, às instituições executoras dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo IV a esta Portaria.

V -Determinar às Superintendências Regionais do IPHAN da área de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VI -Condicionar a eficácia das presentes permissões, autorizações e renovações de permissão à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN nº 7, de 01.12.88.

VII -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO JOSÉ DIAS

ANEXO I

01 - Processo nº. 01421.005504/2011-99.
Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico da Área de Influência do PARQUE EÓLICO CALANGO I, Bodó/RN.
Arqueóloga Coordenadora: Marluce Lopes da Silva.
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia o Homem Potiguar - UFRN.
Área de Abrangência: Município de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte.
Prazo de Validade: 02 (dois) meses.
02 - Processo nº. 01421.005505/2011-33.
Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico da Área de Influência do PARQUE EÓLICO CALANGO II, Bodó/RN.
Arqueóloga Coordenadora: Marluce Lopes da Silva.
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia o Homem Potiguar - UFRN.
Área de Abrangência: Município de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte.
Prazo de Validade: 02 (dois) meses.
03 - Processo nº. 01421.005503/2011-44.
Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico da Área de Influência do PARQUE EÓLICO CALANGO III, Bodó/RN.
Arqueóloga Coordenadora: Marluce Lopes da Silva.
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia o Homem Potiguar - UFRN.
Área de Abrangência: Município de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte.
Prazo de Validade: 02 (dois) meses.
04 - Processo nº. 01421.005499/2011-14.
Projeto: Programa de Prospecção e Monitoramento Arqueológicos da Área de Instalação do PARQUE EÓLICO EURUS I, João Câmara/RN.
Arqueóloga Coordenadora: Marluce Lopes da Silva.
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia o Homem Potiguar - UFRN.
Área de Abrangência: Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.
Prazo de Validade: 06 (seis) meses.
05 - Processo nº. 01421.005506/2011-88.
Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Etno-histórico do PARQUE EÓLICO ARIZONA I, Rio do Fogo/RN.
Arqueóloga Coordenadora: Marluce Lopes da Silva.
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia o Homem Potiguar - UFRN.
Área de Abrangência: Município de Rio do Fogo, Estado do Rio Grande do Norte.
Prazo de Validade: 02 (dois) meses.
06 - Processo nº. 01421.005498/2011-70.
Projeto: Programa de Prospecção e Monitoramento Arqueológicos da Área de Instalação do PARQUE EÓLICO EURUS III, João Câmara/RN
Arqueóloga Coordenadora: Marluce Lopes da Silva.
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia o Homem Potiguar - UFRN.
Área de Abrangência: Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.
Prazo de Validade: 06 (seis) meses.
07 - Processo nº. 01506.001222/2011-82.
Projeto: Programa de Arqueologia Preventiva no Aterro de Resíduos Sólidos e Industriais, Município de Pindorama, SP.
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani.
Apoio Institucional: Museu Histórico Sorocabano.
Área de Abrangência: Município de Pindorama, Estado de São Paulo.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses.
08 - Processo n° 01403.000325/2011-83.
Projeto: Programa de Prospecção Arqueológica da LT 230 kV - Seccionamento da LT 203 kV Rio Largo II/Penedo e SE Arapiraca III.
Arqueóloga Coordenadora: Deisi Scunderlick Eloy Farias.
Apoio Institucional: GRUPEP - UNISUL.
Área de Abrangência: Municípios de Teotônio Vilela, Junqueiro, Feira Grande, São Sebastião e Arapiraca, Estado de Alagoas.
Prazo de Validade: 03 (três) meses.
09 - Processo n°. 01424.000034/2011-47.
Projeto: Resgate Emergencial no SÍTIO LARANJAL DO JARÍ I, Laranjal do Jarí, Amapá.
Arqueólogos Coordenadores: João Darcy de Moura Saldanha e Maria Petry Cabral.
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA.
Área de Abrangência: Município de Laranjal do Jarí, no Estado do Amapá.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses.
10 - Processo nº. 01421.005500/2011-19.
Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico do PARQUE EÓLICO CALANGO V, Bodó/RN.
Arqueóloga Coordenadora: Marluce Lopes da Silva.
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia o Homem Potiguar - UFRN.
Área de Abrangência: Município de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte.
Prazo de Validade: 02 (dois) meses.
11 - Processo nº. 01421.005501/2011-55.
Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico do PARQUE EÓLICO MEL II, Areia Branca/RN.
Arqueóloga Coordenadora: Marluce Lopes da Silva.
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia o Homem Potiguar - UFRN.
Área de Abrangência: Município de Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte.
Prazo de Validade: 02 (dois) meses.
12 - Processo nº. 01421.005502/2011-08.
Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico do PARQUE EÓLICO CALANGO IV, Bodó/RN.
Arqueóloga Coordenadora: Marluce Lopes da Silva.
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia o Homem Potiguar - UFRN.
Área de Abrangência: Município de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte.
Prazo de Validade: 02 (dois) meses.
13 - Processo nº. 01421.005516/2011-13.
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área da Linha de Transmissão 69 kV Santa Clara/SE João Câmara, Parazinho/RN.
Arqueóloga Coordenadora: Marcélia Marques.
Apoio Institucional: Núcleo Histórico Arqueológico do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará.
Área de Abrangência: Município de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte.
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses.
14 - Processo n°. 01506.001248/2011-21.
Projeto: Prospecção Arqueológica no Trecho de DUPLICAÇÃO DA RODOVIA RÉGIS BITTENCOURT - BR-116/SP, Transposição da Serra do Cafezal, Trecho km 348+800 ao km 363.
Arqueóloga Coordenadora: Maria do Carmo Mattos Monteiro do Santos.
Apoio Institucional: Museu Histórico Sorocabano.
Área de Abrangência: Município de Miracatu, no Estado de São Paulo.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses.
15 - Processo n°. 01506.001288/2011-72.
Projeto: Programa de Arqueologia Preventiva do Lote 7 da Linha 5 - Lilás da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, Trecho entre o Poço VSE Botucatu e o Poço VSE Dionísio da Costa.
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Juliani.
Apoio Institucional: Museu Histórico Sorocabano.
Área de Abrangência: Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

16 - Processo n°. 01496.000957/2011-55.

Projeto: Programa de Monitoramento Arqueológico na Área de Instalação da USINA EÓLIO-ELÉTRICA ICARAÍ I.

Arqueólogos Coordenadores: Iago Henrique Albuquerque de Medeiros, Marluce Lopes da Silva e Valdeci dos Santos Júnior.

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Área de Abrangência: Município de Amontoada, no Estado do Ceará.

Prazo de Validade: 06 (seis) meses.

17 - Processo n°. 01496.000956/2011-19.

Projeto: Programa de Monitoramento Arqueológico na Área de Instalação da USINA EÓLIO-ELÉTRICA ICARAÍ II.

Arqueólogos Coordenadores: Iago Henrique Albuquerque de Medeiros, Marluce Lopes da Silva e Valdeci dos Santos Júnior.

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Área de Abrangência: Município de Amontoada, no Estado do Ceará.

Prazo de Validade: 06 (seis) meses.

18 - Processo n°. 01496.000958/2011-08.

Projeto: Programa de Monitoramento Arqueológico na Área de Instalação da USINA EÓLIO-ELÉTRICA TAÍBA ANDORINHA.

Arqueólogos Coordenadores: Iago Henrique Albuquerque de Medeiros, Marluce Lopes da Silva e Valdeci dos Santos Júnior.

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Área de Abrangência: Município de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Ceará.

Prazo de Validade: 06 (seis) meses.

19 - Processo n°. 01496.000959/2011-44.

Projeto: Programa de Monitoramento Arqueológico na Área de Instalação da USINA EÓLIO-ELÉTRICA TAÍBA ÁGUIA.

Arqueólogos Coordenadores: Iago Henrique Albuquerque de Medeiros, Marluce Lopes da Silva e Valdeci dos Santos Júnior.

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Área de Abrangência: Município de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Ceará.

Prazo de Validade: 06 (seis) meses.

20 - Processo n°. 01496.000960/2011-79.

Projeto: Programa de Monitoramento Arqueológico na Área de Instalação da USINA EÓLIO-ELÉTRICA COLÔNIA.

Arqueólogos Coordenadores: Iago Henrique Albuquerque de Medeiros, Marluce Lopes da Silva e Valdeci dos Santos Júnior.

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Área de Abrangência: Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará.

Prazo de Validade: 06 (seis) meses.

21 - Processo n°. 01496.000905/2011-89.

Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área da CENTRAL GERADORA EÓLICA SÃO JORGE, Trairi/CE.

Arqueóloga Coordenadora: Marcélia Marques.

Apoio Institucional: Núcleo Histórico Arqueológico do Sertão Central - Universidade Estadual do Ceará.

Área de Abrangência: Município de Trairi, Estado do Ceará.

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses.

22 - Processo n°. 01496.000949/2011-17.

Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área do CENTRO DE LAZER ASSEFAZ.

Arqueóloga Coordenadora: Marcélia Marques.

Apoio Institucional: Núcleo Histórico Arqueológico do Sertão Central - Universidade Estadual do Ceará.

Área de Abrangência: Município de Aquiraz, no Estado do Ceará.

Prazo de Validade: 03 (três) meses.

23 - Processo n°. 01508.000573/2011-56.

Projeto: Projeto de Prospecção Interventiva e Monitoramento Arqueológico nas Áreas de Intervenção das Obras de Restauro da CASA ROCHA POMBO.

Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes.

Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia - UFPR

Área de Abrangência: Município de Morretes, no Estado do Paraná.

Prazo de Validade: 05 (cinco) meses.

24 - Processo n°. 01500.002483/2011-70.

Projeto: Levantamentos Prospectivos de Subsuperfície e Monitoramento dos EDIFÍCIOS D.JOÃO VI E DO TERMINAL RODOVIÁRIO MARIANO PROCÓPIO - PRAÇA MAUÁ.

Arqueólogo Coordenador: Guadalupe do Nascimento Campos.

Apoio Institucional: Secretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

25 - Processo n°. 01512.002639/2010-01.

Projeto: Programa de Prospecção e Monitoramento Arqueológicos nas Obras de Asfaltamento e Melhorias de Acesso Turístico ao PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL (Estrada Municipal CS-012).

Arqueólogo Coordenador: Fabiano Aiub Branchelli.

Apoio Institucional: Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC.

Área de Abrangência: Município de Cambará do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

26 - Processo n°. 01506.001308/2011-13.

Projeto: Programa de Arqueologia Preventiva do Lote 6 da Linha 5 - Lilás da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, nas Áreas do Pátio de Trens Indianópolis (Parque das Bicicletas), Estaca Servidor, VSE Chibarás, Poço José Magalhães e Estação Vila Clementino.

Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Juliani.

Apoio Institucional: Museu Histórico Sorocabano.

Área de Abrangência: Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

27 - Processo n°. 01506.001273/2011-12.

Projeto: Programa de Arqueologia Preventiva na Área de Instalação do SDGN - PROJETO INTEGRADO JUNDIAÍ.

Arqueóloga Coordenadora: Maria do Carmo Mattos M. dos Santos.

Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai.

Área de Abrangência: Município de Jundiaí, Estado de São Paulo.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

28 - Processo n°. 01506.001342/2011-80.

Projeto: Programa de Prospecção e Monitoramento Arqueológicos referente as Obras de Realocação de Dutos OSVAT 22' e OSVAT 24' para a Construção do FUTURO ESTÁDIO DO CORINTHIANS.

Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal.

Apoio Institucional: Fundação Cultural São Sebastião.

Área de Abrangência: Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Prazo de Validade: 03 (três) meses.

29 - Processo nº. 01450.011883/2011-17.

Projeto: Programa de Arqueologia Preventiva da LINHA DE TRANSMISSÃO 230 KV JOINVILLE NORTE - CURITIBA C2, Santa Catarina e Paraná.

Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani.

Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas, Universidade do Extremo Sul Catarinense IPAT/UNESC.

Área de Abrangência: Municípios de Joinville e Garuva no Estado de Santa Catarina; e Guaratuba, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais e Curitiba, no Estado do Paraná.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

30 - Processo nº. 01502.001832/2011-16.

Projeto: Programa de Prospecção e Gestão do Patrimônio Arqueológico das Áreas do Projeto de Duplicação do CONTORNO SUL DE FEIRA DE SANTANA E DA BR-116/BA (km 425+800 ao km 495+500).

Arqueólogo Coordenador: Plácido Cali.

Instituição Executora: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia, Universidade Estadual de Santa Cruz - NEPAB/UESC.

Área de Abrangência: Municípios de Feira de Santana, Antônio Cardoso, Santo Estevão e Rafael Jambeiro, no Estado da Bahia.

Prazo de Validade: 02 (dois) meses.

31 - Processo nº. 01514.002862/2011-19.

Projeto: Programa Diagnóstico e Prospecção Arqueológica - AEROPORTO INTERNACIONAL TANCREDO NEVES e em Seu Entorno, Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Arqueóloga Coordenadora: Fabiano Lopes de Paula.

Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire - Prefeitura Municipal de Lagoa Santa.

Área de Abrangência: Municípios de Confins e Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

Prazo de Validade: 05 (cinco) meses.

32 - Processo nº. 01496.000906/2011-23.

Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área da CENTRAL GERADORA EÓLICA SÃO CRISTÓVÃO, Trairi/CE.

Arqueóloga Coordenadora: Marcélia Marques.

Apoio Institucional: Núcleo Histórico Arqueológico do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará.

Área de Abrangência: Município de Trairi, Estado do Ceará.

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses.

33 - Processo nº. 01496.000907/2011-78.

Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área da CENTRAL GERADORA EÓLICA SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, Trairi/CE.

Arqueóloga Coordenadora: Marcélia Marques.

Apoio Institucional: Núcleo Histórico Arqueológico do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará.

Área de Abrangência: Município de Trairi, Estado do Ceará.

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses.

34 - Processo nº. 01496.000908/2011-12.

Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área da CENTRAL GERADORA EÓLICA DE SÃO TOMÉ, Trairi/CE.

Arqueóloga Coordenadora: Marcélia Marques.

Apoio Institucional: Núcleo Histórico Arqueológico do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará.

Área de Abrangência: Município de Trairi, Estado do Ceará.

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses.

ANEXO II

01 - Processo IPHAN n° 01500.006020/2010-04.

Projeto: "Projeto de Diagnostico Arqueológico Alameda Aymorés, Glória/RJ".

Arqueóloga Coordenadora: Jackeline de Macedo

Apoio Institucional: Assessoria de Arqueologia/DITEC/IPHAN-RJ.

Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Prazo de Validade: 06 (seis) meses.

02 - Processo IPHAN nº 01516.000128/2005-49

Projeto: Levantamento e Salvamento Arqueológico, Cultural, Histórico e Paisagístico da UHE - Estreito.

Arqueólogo Coordenador: Marcos Aurélio C. Zimmermann, Ondemar Ferreira Dias Junior e Antonia Custódia Pedreira

Apoio Institucional: Núcleo Tocantinense de Arqueologia da Fundação Universidade do Tocantins

Área de Abrangência: Municípios de Estreito e Carolina, no Estado do Maranhão e municípios de Aguiarnópolis, Darcinópolis,

Babaçulandia, Filadélfia, Goiatins, Barra do Ouro, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins, no Estado do Tocantins.

Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

03 - Processo nº 01506.002274/2010-95

Projeto: Programa de Resgate e Monitoramento Arqueológico do Sítio Casa Bandeirista do Itaim Bibi.

Arqueólogos Coordenadores: Paulo Zanettini e Paulo Bava de Camargo.

Apoio Institucional: Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo.

Área de Abrangência: Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Prazo de Validade: 6 (seis) meses.

04 - Processo nº. 01506.000353/2009-28.

Projeto: Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da Central de Gerenciamento de Resíduos Oásis - Etapa Prospecção.

Arqueóloga Coordenadora: Erika M. Robrahn-González.

Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas.

Área de Abrangência: Município de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Prazo de Validade: 06 (seis) meses.

ANEXO III

01 - Processo nº. 01516.000198/2000-92

Projeto: SALTFENS - Programa de Levantamento, Monitoramento e Salvamento Arqueológico na Ferrovia Norte/Sul - Etapa IV - Trecho Araguaína - Talismã.

Arqueólogo Coordenador: Marcos Aurélio Câmara Zimmermann, Ondemar Ferreira Dias e Antônia Custódia Pedreira.

Instituição Executora: Núcleo Tocantinense de Arqueologia da Fundação Universidade do Tocantins.

Área de Abrangência: Área da Ferrovia Norte - Sul, trecho entre Araguaína a Palmas, no Estado do Tocantins.

Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses.

02 - Processo nº. 01492.000306/2010-14.

Projeto: Programa de Arqueologia da LT Ilha do Marajó.

Arqueóloga Coordenadora: Denise Pahl Schaan.

Instituição Executora: Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo - Universidade Federal do Pará.

Área de Abrangência: Municípios de Bagre, Breves, Curralinho, Melgaço e Portel, no Estado do Pará.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

ANEXO IV

01 - Processo nº. 01403.000353/2011-09.

Projeto: Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de implantação do Canal Adutor do Sertão Alagoano, trecho - km 64,7 ao km 92,93.

Arqueólogo Coordenador: Marcos Antônio Albuquerque e Veleda Lucena

Instituição Executora: Laboratório de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco.

Área de Abrangência: Municípios de Água Branca, Olho d'Água do Casado, Inhapi e Senador Rui Palmeira, no Estado de Alagoas.

Prazo de Validade: 06 (seis) meses.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

02 - Processo nº. 01421.005497/2011-25.

Projeto: Estudos Arqueológicos no SÍTIO ALDEIA DA SERRA DE MACAGUÁ I.

Arqueóloga Coordenadora: Scott Joseph Allen e Vivian Karla de Sena.

Instituição Executora: Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Área de Abrangência: Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 468, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados no anexo à esta Portaria, para o qual os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 0535 - Teatro nas Praças do Norte Fluminense
Montezano e Sales Produções de Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 07.622.393/0001-14
Processo: 01400.000754/20-11
RJ - Campos dos Goytacazes
Valor do Apoio R$: 858.800,00
Prazo de Captação: 19/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto será realizado gratuitamente com apresentações de teatro, com textos de domínio público, em praças de Campos dos Goytacazes e regioes adjacentes .Teremos apresentações com o intuito de levar arte e cultura para os moradores da região, formando uma platéia que seja incentivada a apreciar a cultura do local. As apresentações serão nos finais de semana divididas em 16 etapas, 1 por semana durante 4 meses. Teremos 500 lugares sentados e as pessoas tb poderão assistir em pé na praça. .

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 0350 - Caminhos da Música 2011
Orquestra Filarmônica de Jaraguá do Sul
CNPJ/CPF: 09.265.469/0001-27
Processo: 01400.000513/20-11
SC - Jaraguá do Sul
Valor do Apoio R$: 452.310,67
Prazo de Captação: 19/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O objetivo geral deste projeto é o de realizar 7 concertos da Orquestra Filarmônica SCAR Jaraguá do Sul, nas cidades de Jaraguá do Sul (4 eventos), Blumenau, Joaçaba e Itajaí, bem como 5 eventos com quintetos de cordas pela região do Vale do Itapocu. O projeto conta com formações variadas da orquestra: grupo sinfônico, grupo clássico, grupo de câmara e quintetos de cordas, com convidados especiais e também terão ENTRADA FRANCA.

11 4114 - JAMMIN BRASÍLIA 2011
daDA'Zen Produções Artísticas, Culturais e Turismo Ltda
CNPJ/CPF: 40.203.424/0001-78
Processo: 01400.018604/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 479.633,59
Prazo de Captação: 19/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O JAMMIN BRASÍLIA será o mais novo espaço para quem aprecia o jazz e o blues. Ele é o espaço único na cidade para a prática do jazz com total liberdade musical, pautada pelo exercício da improvisação. O JAMMIN BRASÍLIA na parte externa do Museu Nacional de Brasília, reunindo em um palco 7 músicos experientes mas aberto a participantes que queiram juntar-se a eles, para um público sofisticado e passantes que queiram ouvir boa música.

11 4485 - CONCERTOS NATALINOS
Master Projetos Empreendimentos Culturais S/C Ltda.
CNPJ/CPF: 04.750.630/0001-34
Processo: 01400.020034/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 324.772,00
Prazo de Captação: 19/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Apresentar em local aberto ao público, na
cidade de Mogi Guaçu SP, quatro espetáculos, gratuitos de música instrumental e natalina, representada pela Camerata Orquestra Sinfônica de Mogi Guaçu, sob regência do Maestro Felipe dos Santos Alves. As apresentações aconteceram durante as festividades do Natal, em frente a Igreja Matriz.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
11 2538 - ARTE E CIÊNCIA: RAZÃO SENSÍVEL
AGÊNCIA DE PESQUISA FORMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - URBITOUR
CNPJ/CPF: 08.099.998/0001-35
Processo: 01400.006741/20-11
PR - São José dos Pinhais
Valor do Apoio R$: 132.909,14
Prazo de Captação: 19/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização do Curso 'Arte e Ciência: Razão Sensível', ministrado pelo Professor e Pesquisador em Artes Visuais, Solano Rodrigo dos Santos. O Curso compreende o estudo teórico e prático da interação entre as Artes Visuais e a Ciências (matemática, física, química, biologia, psicologia, engenharias e afins), na dimensão conceitual, técnica e formal, de modo multilateral, revelando e estimulando a interdisciplinaridade em prol de uma ação educativa simultaneamente racional e sensível .

11 4401 - Exposição de série de fotografias nas Bienais de Florença e Roma.
Rafael Pereira Campos de Pinho
CNPJ/CPF: 042.608.836-07
Processo: 01400.019940/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 45.450,00
Prazo de Captação: 19/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A curadoria das Bienais de Florença e Roma convidou o proponete a expor seu trabalho representando o Brasil entre outros artistas brasileiros selecionados. Esta proposta tem por finalidade viabilizar a participação uma vez que esta acarreta custos de produção, inscrição, logística, impostos e divulgação.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
11 5251 - XI Acampamento Regional de Cultura Afro - ano
2011
Caetano & Kuhn - Serviços de assessoria Ltda.ME
CNPJ/CPF: 09.532.700/0001-00
Processo: 01400.020994/20-11
RS - São Lourenço do Sul
Valor do Apoio R$: 107.147,10
Prazo de Captação: 19/08/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:
O XI Acampamento Afro é um evento que busca aprofundar questões pontuais da sociedade negra e potencializar suas criações e os produtos culturais através da mobilização e sensibilização da população local e regional afrodescendente em um processo de reconhecimento e identificação de suas raízes com a narração de fragmentos históricos expressos em oficinas, palestras e apresentações artísticas. Valorizando a música, dança, hip hop, samba, reggae, capoeira, artesanato quilombola, mestres e griôs.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 4288 - Bibliotecas em Instituições de Acolhimento no Paraná
Associação Fazendo História
CNPJ/CPF: 07.325.044/0001-30
Processo: 01400.019791/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 332.428,71
Prazo de Captação: 19/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Implantar bibliotecas em Instituição de Acolhimento em 6 cidades do Estado do Paraná para estimular o prazer pela leitura.

10 10943 - Hotel Copacabana
CARBONO DESIGN, FOTOGRAFIA E TEXTO LTDA
CNPJ/CPF: 06.637.230/0001-42
Processo: 01400.021557/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 231.737,00
Prazo de Captação: 19/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Copacabana é um caso particularmente fértil para a investigação das características da vida metropolitana como fenômeno mais geral de sociabilidade e interação social. Pensando nisso, com fotografias de Bruno Veiga e Christiano Menezes, junto a crônicas de importantes artistas brasileiros, a proposta de "Hotel Copacabana" é transpor a realidade do bairro carioca para um hotel fictício, em que cada apartamento é uma de suas muitas histórias.

10 8922 - PHILIPE REMONDEAU - VOILÁ BRASIL
TAB Editora LTDA
CNPJ/CPF: 05.423.581/0001-98
Processo: 01400.018341/20-10
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 203.328,40
Prazo de Captação: 19/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Edição de uma obra literária de caráter cultural didático mesclado por textos e receitas da cultura gastronômica franco brasileira que encantarão os amantes da cultura da gastronomia. O conjunto de textos, receitas e ilustrações que acompanha esta obra permite um amplo aprendizado sobre os mais diversos matizes que a alta gastronomia pode apresentar. Destina-se de forma gratuita, principalmente para universidades, bibliotecas e escolas de gastronomia.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
11 5270 - SERRA SERRATA - A FESTA D´ITÁLIA
KS Eventos
CNPJ/CPF: 01.415.205/0001-09
Processo: 01400.021015/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 180.625,00
Prazo de Captação: 19/08/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
.É uma Festa comemorativa em homenagem à cultura italiana no município. Durante o evento serão realizadas várias atividades para relembrar as tradições dos primeiros colonos italianos, tais como, danças típicas, apresentação de bandas, culinária típica italiana, exposições, bailes populares, entre outros.

PORTARIA Nº 469, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
10 12290 - Gravação de CD e DVD Clóvis Ribheiro SP in Concert
AHPCE Aníbal Henrique Promoções Culturais e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 02.275.511/0001-41
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
11 1987 - ENCONTRO DE BATERISTAS
William Fischer da Silva Junior
CNPJ/CPF: 622.407.739-87
PR - Cascavel
Período de captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
08 7684 - Theatro Municipal do Rio de Janeiro - Restauração Interna - Sala de Espetáculos e Adjacências
Associação de Amigos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro
CNPJ/CPF: 28.247.526/0001-90
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
08 8182 - Brasil nos Primeiros Postais (O) - Vistas do Brasil
nos Cartões Postais do Começo do Século XX na Col
APH Editores Ltda.
CNPJ/CPF: 06.555.984/0001-53
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 6335 - SARAU DU BROWN
Niclo Consultoria de Marketing e Comunicação LTDA
CNPJ/CPF: 09.023.910/0001-64
BA - Salvador
Período de captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
10 5017 - 37ª Califórnia da Canção Nativa do RS
FATO SINGULAR - PROMOCAO & ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 10.771.976/0001-11
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
10 11819 - Turnê de Divulgação do CD e DVD Banda Mississipi
Silvia Alves Lopes
CNPJ/CPF: 418.828.901-59
GO - Goiânia
Período de captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
10 7730 - A LAPA SOBE A SERRA 2ª EDIÇÃO
Leite & Santos Ltda ME
CNPJ/CPF: 11.784.263/0001-55
RJ - Cabo Frio
Período de captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
11 1986 - SÃO JOÃO DA TRADIÇÃO EM PAU DA LIMA
2011 - ANO 8º
luciano damasceno dos santos
CNPJ/CPF: 545.409.095-68
BA - Salvador
Período de captação: 01/08/2011 a 31/12/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA CONJUNTA Nº 2.347, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Dispõe sobre a autorização de afastamento do País de militares do Comando da Aeronáutica para cumprir missões no exterior junto à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

OS MINISTROS DE ESTADO DA DEFESA E DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 87, inciso II da Constituição, e 3º, § 5º do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, resolvem:

Art. 1º Ficam autorizados os afastamentos do País de militares do Comando da Aeronáutica para cumprir missões no exterior junto à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, visando a realização de exames de proficiência técnica, certificação de equipamentos, aperfeiçoamento ou instrução afetos aos assuntos de aviação civil, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnico-Operacional, firmado entre a ANAC e o Comando da Aeronáutica.

Parágrafo único. Os afastamentos de que tratam o caput serão efetivados com ônus para a ANAC.

Art. 2º Ficam convalidados os afastamentos de que trata o art. 1º ocorridos anteriormente à data de publicação desta Portaria.

Art. 3º A Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República editará os atos complementares à execução da presente Portaria, especialmente quanto às características da missão e à execução das respectivas de despesas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO AMORIM
Ministro de Estado da Defesa

WAGNER BITTENCOURT DE OLIVIERA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República

DESPACHO DECISÓRIO DO MINISTRO
Em 18 de agosto de 2011

Nº 18/MD -
Processo MD nº 605000.000227/2011-15.
Interessado: SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL.
ASSUNTO: Aperfeiçoamento do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação ao nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.
Documento Vinculado: PARECER Nº 391/2011CONJUR-MD/AGU.
1. Submete-se à deliberação do MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA processo administrativo de interesse da Secretaria de Coordenação e Organização Institucional, sendo emitido na ocasião o PARECER Nº 391/2011/CONJUR-MD/AGU.

Acolho o entendimento exarado no PARECER Nº 391/2011/CONJUR-MD/AGU, concluindo pela eficácia do Decreto nº 7.203/2010, para fins de combater a prática do nepotismo no âmbito das Forças Armadas.

Cientifique-se a Secretaria interessada, com cópia do parecer referido.

Remetam-se cópias das manifestações aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para ampla divulgação nas respectivas Forças.

CELSO AMORIM

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
DIVISÃO DE PESSOAL

ATA DA 6.655ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Exmº Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO CEZAR BOKEL, SERGIO BEZERRA DE MATOS e NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

22.939/2007, 24.568/2009, 24.785/2010, 24.893/2010, 24.937/2010, 25.026/2010, 25.182/2010, 25.206/2010, 25.250/2010, 25.312/2010, 25.348/2010, 25.364/2010, 25.417/2010, 25.488/2010 e 25.568/2011 do Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves; 24.574/2010 do Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel; 24.605/2010, 24.854/2010, 25.018/2010, 25.080/2010, 25.222/2010, 25.278/2010, 25.287/2010, 25.298/2010, 25.302/2010, 25.308/2010,25.439/2010, 25.514/2010 e 25.547/2010 do Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras; 22.499/2006 23.414/2008, 23.592/2008, 24.442/2009, 24.816/2010, 25.231/2010 do Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 25.841/2011 - Acidente da navegação envolvendo a LM "DIAMANTINA" com um banco de areia, ocorrido na baía de São Marcos, São Luís, Maranhão, em 14 de janeiro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria. Representado: João Lucas Sousa (Mestre).

Nº 25.693/2011 - Acidentes da navegação envolvendo o BM "MILAGRE DE JESUS I" e o comboio formado pelo Rb "O FILÉ" com a balsa "WPL-81", ocorridos nas proximidades do Furo do Mamão, baía de Guajará, Pará, em 20 de fevereiro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representados: Rosinaldo de Jesus da Silva Belo (Proprietário) e Jorgenaldo Baia Baia (Mestre/Condutor).

Nº 25.805/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo a LM "MAIS MAIS ALMEIDA", ocorridos na boca da barra de Balneário Barra Sul, Santa Catarina, em 26 de junho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Representados: Aderbal Lopes (Condutor) e Marcos Antonio Almeida (co-Proprietário).

JULGAMENTO

Nº 24.429/2009 - Acidente da navegação envolvendo o NM "TUSCARORA BELLE", de bandeira filipina, e as catraias "MÃE NOCA I" e "GABRIELA II", ocorrido no rio Amazonas, Santana, Amapá, em 06 de abril de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Representado: Paulo André Salgado Frias (Prático), Adv. Dr. Ferdinando Gabriel Domingues. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imperícia do representado, condenando-o à pena de repreensão e custas. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas quanto a falta de seguro DPEM pela catraia "GABRIELA II".

Nº 23.983/2009 - Fato da navegação envolvendo os BP "MISSIONÁRIO DO MAR II" e "M. R. LEAL II", quando em faina de pesca em águas da Guiana Francesa, ocorrido em 06 de dezembro de 2006.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria. Representado: Manoel Abdon Rodrigues Silva (Condutor) - Revel. Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, letra "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de negligência e imprudência de MANOEL ABDON RODRIGUES SILVA, condenando-o à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5°, da Lei n°2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. Oficiar à DPC as infrações ao RLESTA, art. 11 (conduzir embarcação ou contratar tripulante sem habilitação para operá-la), art. 15, inciso II (apresentar-se com a dotação de material de salvatagem incompleta) e art. 23 (Infrações às normas de tráfego), inciso II (trafegar em área exclusiva para determinado tipo de embarcação) e inciso VIII (descumprir qualquer outra regra não especificada nos incisos anteriores - Falta do obrigatório despacho junto à Capitania dos Portos), e a infração à Lei n° 8.374/91 (falta de bilhetes de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do fato, referentes às duas embarcações - B/P "MISSIONÁRIO DO MAR II" e B/P "M.R.LEAL II") cometidas pelo proprietário José Ribamar Rodrigues.

Nº 24.448/2009 - Fato da navegação envolvendo a LM "MINHA CACHAÇA" e um tripulante, ocorrido nas proximidades da praia Grande, baía da Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 26 de abril de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria. Representado: Maurílio Bontempo Barros (Marinheiro) - Revel. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (exposição a risco), da Lei n° 2.180/54, como decorrente de imperícia e imprudência de MAURÍLIO BONTEMPO BARROS, Arrais Amador marinheiro da L/M "MINHA CACHAÇA", acolhendo os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados e a atenuante, com fulcro nos artigos 121, 124, 127 e 139, inciso IV, letra "d", todos da Lei n° 2.180/54, aplicar-lhe à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais). Custas processuais na forma da lei. Oficiar à Diretoría de Portos e Costas as infracões ao RLESTA apontadas nos autos: art. 16, inciso I, não efetuar a transferência de propriedade: art. 19, inciso I, c/c Lei n° 8.374/91, falta de seguro DPEM, válido para a época do fato, e art. 19, inciso III, TIEM vencido, todas da responsabilidade da proprietária da L/M "MINHA CACHAÇA", Alexandra Bontempo, que não guardam relação causal com o fato da navegação em pauta.

PEDIDO DE VISTA

Nº 24.509/2009 - Acidente da navegação envolvendo as embarcações "BONA AMIGO II" e "MINHA QUERIDA", ocorrido nas proximidades da ponte Rio - Niterói, baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 21 de abril de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Representados: Luiz Henrique da Silva (Proprietário/Condutor), Adv. Dr. Jorge Marcondes da Rocha Passos; Almir dos Santos Leal (Comandante), Adv. Dr. Ronaldo Figueiredo Brito. Decidiu o Tribunal, por unanimidade, conceder "VISTA" por uma Sessão ao Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Em Pauta no dia 18/08/2011.

ARQUIVAMENTO

Nº 24.888/2010 - Fato da navegação envolvendo o BP "PORTO REGIS" e dois tripulantes, ocorrido em águas costeiras do estado de Santa Catarina, nas proximidades de São Francisco do Sul, em 1º de março de 2010.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: indeferir o pedido de arquivamento, fls. 67/69, determinando o retorno dos autos à Douta Procuradoria Especial da Marinha para que, considerando o disposto no artigo 21, da lei Orgânica deste Tribunal, represente contra Edinaldo Freire Travassos devidamente qualificado nos autos, com fulcro no artigo 15, letra "e", desta mesma Lei nº 2.180/54, de acordo com as declarações das testemunhas ouvidas no inquérito e Boletim de Ocorrência Policial (fl. 41).

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL:

Nº 25.510/2010 - Acidente da navegação envolvendo a plataforma "WEST ORION", de bandeira panamenha, ocorrido na bacia de Santos, Rio de Janeiro, em 05 de agosto de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: arquivar os autos, considerando o acidente da navegação como previsto no art. 14, letra "b", da Lei nº 2.180/54.

Nº 25.623/2011 - Fato da navegação envolvendo o bote "CATAGAZES" e seu condutor, ocorrido na represa de Itupararanga, Ibiúna, São Paulo, em 23 de abril de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: arquivar os autos, considerando o fato da navegação como previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54.

Nº 25.660/2011 - Fato da navegação envolvendo o BM "VIRGEM DE NAZARÉ" e uma passageira, ocorrido no rio Furtafênix, ilha do Pará, Afuá, Pará, em 12 de julho de 1998.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: arquivar os autos diante da prescrição da pretensão punitiva, na forma da Lei nº 9.873/99.

Nº 25.647/2011 - Ato, não caracterizado como acidente ou fato da navegação, envolvendo o Rb "ASTRO ENCHOVA" e dois tripulantes, ocorrido na bacia do Espírito Santo, Espírito Santo, em 12 de dezembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: mandar arquivar os autos do inquérito, tendo em vista a materialidade não comprovada de ocorrência de fato da navegação.

Nº 25.328/2010 - Fato da navegação envolvendo o BP "NICÁCIO COSTA" e um tripulante, ocorrido em águas costeiras do estado do Rio Grande do Sul, em 25 de janeiro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de fortuna do mar, mandando arquivar autos.

Nº 25.658/2011 - Ato, não caracterizado como acidente ou fato da navegação, envolvendo o BP "YURY EMANUEL", ocorrido no trajeto entre as cidades de Macapá e Oiapoque, Amapá, em 15 de junho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar prejudicada a análise do caso, por falta de provas que indiquem fatos, acidentes ou responsáveis, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 15h foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmº Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, em 16 de agosto de 2011.
Juiz LUIZ AUGUSTO CORREIA
Vice-Almirante (RM1)
Presidente do Tribunal

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

SECRETARIA-GERAL

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO NA SESSÃO DE 25 DE AGOSTO DE 2011 (QUINTA-FEIRA), ÀS 13H30MIN

Nº 23.951/2009 - Acidente da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "TQ-02" com as chatas "TQ-10", "TQ-12", "TQ-14" e "TQ-19" com o protetor flutuante do pilar da ponte SP-425, em Nova Avanhandava, município de Barbosa, São Paulo, ocorrido em 19 de maio de 2008.
Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Valdemir de Castro (Piloto Fluvial)
Advogado : Dr. Paulo Sérgio Caldeira Futscher

Nº 24.219/2009 - Acidente da navegação envolvendo a chata "TRANSFERREIRA III", ocorrido no rio Araguaia, entre os municípios de Araguacema, Tocantins, e Santa Maria das Barreiras, Pará, em 13 de junho de 2008.
Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Francisco da Silva Santos (Condutor)
Advogado : Dr. Eurides Borges Taquary

Nº 24.280/2009 - Acidente e fato da navegação envolvendo o bote/baleeira "ANA BEATRIZ I", ocorridos no lago da Usina Hidrelétrica de Lajeado, município de Porto Nacional, Tocantins, em 05 de julho de 2008.
Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : João Carneiro Filho (Proprietário) - Revel

Nº 24.406/2009 - Acidente da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "COMTE BRUNILO" com a balsa "MAG VII" e uma canoa sem nome, não inscrita, ocorrido no rio Solimões, município de São Paulo de Olivença, Amazonas, em 08 de agosto de 2008.
Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representado : Alcides Porfírio Tomás (Proprietário/Condutor)
Advogada : Drª Clarissa Ligiéro de Figueiredo (DPU/RJ)
Secretaria do Tribunal Marítimo, em 16 de agosto de 2011.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Educação

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 358, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer os cursos superiores de graduação, bacharelado, na modalidade presencial, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Os reconhecimentos a que se refere esta Portaria são válidos exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

ANEXO

RECONHECIMENTO DE CURSOS SUPERIORES DE GRADUAÇÃO, BACHARELADO, PRESENCIAL

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso Bacharelado	Nº de Vagas Totais Anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de Funcionamento do Curso
1	200710230	Administração	400 (quatrocentas)	Escola Superior da Amazônia	Escola Superior da Amazônia S/C Ltda.	Rua Municipalidade nº 530, bairro Reduto, Belém/PA.
2	200712869	Administração	240 (duzentas e quarenta)	Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida	Sociedade de Educação, Cultura e Tecnologia da Amazônia S/A.	Rodovia PA - 287 Km 15, s/n Rodovia. Redenção/PA.
3	200807112	Administração	300 (trezentas)	Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina	Associação de Ensino de Santa Catarina	Rodovia SC 401, Km 01, nº 407, bairro Itacorubi, Florianópolis/SC.
4	200805708	Arquitetura e Urbanismo	160 (cento e sessenta)	Faculdade Metropolitana de Manaus	Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.	Avenida Constantino Nery nº 3.204, bairro Chapada, Manaus/AM.
5	200914424	Comunicação Social Fotografia	100 (cem)	Faculdades Integradas Barros Melo	AESO Ensino Superior de Olinda Ltda.	Avenida Transamazônica, nº 405, bairro Jardim Brasil II, Olinda/PE.
6	200811439	Comunicação Social Jornalismo	80 (oitenta)	Faculdade SATC	Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina	Rua Pascoal Meller, nº 73, bairro Universitário, Criciúma/SC.
7	200903821	Comunicação Social Jornalismo	300 (trezentas)	Centro Universitário do Norte	Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas	Rua Huascar de Figueiredo, nº 290, Centro, Manaus/AM.
8	200908322	Comunicação Social Jornalismo	100 (cem)	Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas	Fundação Boas Novas	Avenida General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, nº 1.655, Centro de Convenções Canaã, bairro Japiim, Manaus/AM.
9	200804789	Comunicação Social Publicidade e Propaganda	200 (duzentas)	Faculdade da Cidade de Santa Luzia	Centro de Ensino Superior Santa Luzia	Avenida Beira Rio, nº 2.000, bairro Distrito Industrial III, Santa Luzia/MG.
10	200806758	Comunicação Social Publicidade e Propaganda	100 (cem)	Faculdade de Ribeirão Preto	Associação Bandeirantes de Ensino	Rua São Sebastião, nº 1.324, Centro, Ribeirão Preto/SP.
11	200803288	Comunicação Social Publicidade e Propaganda	120 (cento e vinte)	Faculdade Anhanguera de Limeira	Anhanguera Educacional S.A.	Rua Clarino Peixoto de Oliveira, nº 280, bairro Jardim Maria Brushi Modeneis, Limeira/SP.
12	200814842	Comunicação Social Publicidade e Propaganda	100 (cem)	Centro Universitário de Araras	Associação Educacional de Araras	Avenida Ernani Lacerda de Oliveira nº 100, bairro Parque Santa Cândida, Araras/SP
13	200912879	Comunicação Social Publicidade e Propaganda	120 (cento e vinte)	Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix	Instituto Metodista Izabela Hendrix	Rua da Bahia, nº 2.020, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG.
14	20077427	Direito	150 (cento e cinquenta)	Faculdade Dom Alberto	Centro de Ensino Superior Dom Alberto Ltda.	Rua Ramiro Barcelos, nº 892, Centro, Santa Cruz do Sul/RS.
15	20074326	Educação Física	120 (cento e vinte)	Centro Universitário de Maringá	Centro de Ensino Superior de Maringá	Avenida Guedner nº 1.610, bairro Jardim Aclimação, Maringá/PR.
16	200901665	Enfermagem	100 (cem)	Faculdade Sudoeste Paulista	Instituição Chaddad de Ensino S/C Ltda.	Avenida Prof. Celso Ferreira da Silva, nº 1.001, Jardim Europa, Avaré/SP.
17	201003754	Enfermagem	100 (cem)	Faculdade Metropolitana de Blumenau	Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda.	Rua Engenheiro Udo Deeke, n° 531, bairro Salto do Norte, Blumenau/SC.
18	200712590	Engenharia Ambiental	50 (cinquenta)	Faculdades Integrada de Araraquara	Associação Escola de Agrimensura Araraquara	Avenida Brasil nº 782, Centro, Araraquara/SP
19	200812088	Engenharia Ambiental	80 (oitenta)	Faculdade de Talentos Humanos	Instituto Educacional Guilherme Dorça S/S Ltda.	Rua Manoel Gonçalves de Rezende, nº 230, bairro Vila São Cristóvão, Uberaba/MG.
20	200710902	Engenharia de Produção	100 (cem)	Faculdades Integradas de Taquara	Fundação Encosta Inferior do Nordeste	Avenida Oscar Martins Rangel, nº 4.500, bairro Fogão Gaúcho, Taquara/RS.
21	200904194	Engenharia de Produção	60 (sessenta)	Universidade do Vale do Sapucaí	Fundação Ensino Superior do Vale do Sapucaí	Avenida Prefeito Tuany Toledo nº 470, bairro Fátima I, Pouso Alegre/MG.
22	200913887	Farmácia	100 (cem)	Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão	Associação do Ensino Superior da Vitória de Santo Antão	Loteamento São Vicente Ferrer, nº 71, bairro Cajá,Vitória de Santo Antão/PE.
23	200808610	Letras, Português e Espanhol e Respectivas Literaturas	100 (cem)	Faculdade de Ampére	Centro Amperense de Ensino Superior Ltda.	Rua dos Andradas, n° 144, Centro, Ampére/PR.
24	20077713	Nutrição	80 (oitenta)	Faculdade de Taquaritinga	Instituto Educacional do Estado de São Paulo	Fazenda Contendas, s/n, bairro Zona Rural, Taquaritinga/SP.

PORTARIA Nº 359, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1o Reconhecer os cursos superiores de graduação, licenciatura, na modalidade presencial, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Os reconhecimentos a que se refere esta Portaria são válidos exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

ANEXO

RECONHECIMENTO DE CURSOS SUPERIORES DE GRADUAÇÃO, LICENCIATURA, PRESENCIAL

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso Licenciatura	Nº de Vagas Totais Anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de Funcionamento do Curso
01	200902300	Ciências Biológicas	80 (oitenta)	Centro Universitário Anhanguera	Anhanguera Educacional Ltda.	Rua Waldemar Silenci nº 340, bairro Cidade Jardim, Leme/SP
02	200913824	Ciências Biológicas	240 (duzentas e quarenta)	Universidade de Mogi das Cruzes	Organização Mogiana de Educação e Cultura S/A Ltda.	Campus fora de sede, Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 550, bairro Vila Leopoldina, São Paulo/SP
03	200811511	Educação Física	120 (cento e vinte)	Centro Universitário Luterano de Santarém	Comunidade Evangélica Luterana de São Paulo	Avenida Sérgio Henn nº 1.787, bairro Diamantino, Santarém/PA
04	200902320	Educação Física, no âmbito do ISE	240 (duzentas e quarenta)	Faculdade Anhanguera de Taboão da Serra	Anhanguera Educacional Ltda.	Rodovia Regis Bittencourt nº 199, Centro, Taboão da Serra/SP
05	200908975	Educação Física, no âmbito do ISE	200 (duzentas)	Faculdade Santo Antônio de Pádua	Sociedade Educacional Desembargador Plínio Pinto Coelho Ltda.	Rua Deomar Jaegger s/nº, bairro Alequicis, Santo Antônio de Pádua/RJ
06	200910376	Letras, Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, no âmbito do ISE	300 (trezentas)	Faculdade OMNI	Sociedade Omni de Educação S/C Ltda.	Avenida 22 de maio, nº 5.300, Centro, Itaboraí/RJ
07	200811343	Letras, Português e Inglês e Respectivas Literaturas, no âmbito do ISE	50 (cinquenta)	Faculdade de Auriflama	Centro de Ensino e Cultura de Auriflama S/C Ltda.	Via de Acesso SP 310, Arthur Fornazari Neto Km 2,8, bairro Limoeiro, Auriflama/SP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

08	200913157	Letras, Português e Inglês e Respectivas Literaturas, no âmbito do ISE	100 (cem)	Faculdades de São Vicente	União Brasileira Educacional Ltda.	Avenida Capitão Mor Aguiar nº 798, Centro, São Vicente/SP
09	200802112	Letras, Português e Espanhol e Respectivas Literaturas, no âmbito do ISE	150 (cento e cinquenta)	Faculdade São Sebastião	Instituto de Ensino São Sebastião S/C Ltda.	Rua Agripino José do Nascimento nº 117, bairro Vila Amélia, São Sebastião/SP
10	200805571	Letras, Português e Inglês e Respectivas Literaturas, no âmbito do ISE	150 (cento e cinquenta)	Faculdade da Aldeia de Carapicuíba	Centro de Ensino Aldeia de Carapicuíba S/C Ltda.	Estrada da Aldeia nº 9.999, bairro Jardim Malibu, Carapicuíba/SP
11	201000719	Matemática, no âmbito do ISE	150 (cento e cinquenta)	Faculdades Integradas de Itararé	Sociedade Itarareense de Ensino Ltda.	Rua João Batista Veiga nº 1.725, bairro Cruzeiro, Itararé/SP
12	201004128	Química, no âmbito do ISE	100 (cem)	Faculdade de Educação e Meio Ambiente	Unidas Sociedade de Educação e Cultura S/S Ltda.	Avenida Machadinho, nº 4.349, bairro Setor 6, Ariquemes/RO

PORTARIA Nº 360, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto 7.480, de 16 de maio de 2011 e tendo em vista a Resolução CNE/CES nº 6, de 8 de julho de 2011 e o Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006 e suas alterações, bem como o inciso I do artigo 57 da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e o Relatório nº 08/2011 SERES/DIREG/CGFP, do Ministério da Educação resolve:

Art. 1º- Aprovar a transferência de mantença das 2 (duas) Instituições de Educação Superior discriminadas na planilha em anexo, na forma de aditamento aos seus atos de credenciamento, nos termos do § 4º- do art. 10 do Decreto n. 5.773/2006, que passam a ser mantidas pelas respectivas mantenedoras receptoras.

§ 1º. As mantenedoras receptoras das instituições de ensino superior referidas no caput assumem responsabilidade integral de assegurar o financiamento das respectivas mantidas, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§ 2º. Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pelas instituições de ensino superior referidas no caput, ou por suas respectivas mantenedoras cedentes, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora receptora toda a responsabilidade formal a respeito dos mesmos.

Art. 2º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

ANEXO

Nº	Processo e - MEC	Instituição de Ensino Superior - Código	Denominação, Sigla e Código da IES após essa Transferência	Rua/Avenida/Nº/Bairro/CEP/ Município/Estado da IES	Mantenedora Cedente - CNPJ	Mantenedora Adquirente - CNPJ
1	201104804	Faculdade de Tecnologia Paulo Freire - FATEP-DF (4173)	Faculdade JK de Tecnologia - FacJK (4173)	Shin Ca2, Lote 21, 21, 71.503-502, Lago Norte, Brasília, DF	Associação de Formação de Trabalhadores em Informática - EFTI (2620) - 03.079.807/0001-50	Associação de Ensino Superior Juscelino Kubstichek - AESJK (3385) - 08.611.500/0001-71
2	201107070	Faculdades Integradas de Cataguases - FIC (3955)	Faculdades Integradas de Cataguases - FIC (3955)	Romualdo Menezes, 701, Menezes, 36.773-084, Cataguases, MG	Fundação Comunitária Educacional de Cataguases - FUNCEC (217) - 17.703.133/0001-27	Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas - FEPESMIG (2124) - 21.420.856/0001-96

PORTARIA Nº 361, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e o Relatório SESu/DESUP/COREG nº 082/2011, da Diretoria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.005547/2007-81, Registro SAPIEnS nº 20060015444, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento da habilitação em Comércio Exterior, do curso de Administração, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Novo Milênio, na Avenida Santa Leopoldina, nº 840, bairro Coqueiral de Itaparica, no município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, mantida pela Fundação Novo Milênio, com sede no município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.733, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Encerra-se a oferta da habilitação em Comércio Exterior, do curso de Administração, bacharelado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 362, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e o Relatório SERES/DIREG/COREG nº 083/2011, da Diretoria de Regulação da Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.003687/2007-15, Registro SAPIEnS nº 20060012562, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de Administração, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Novo Milênio, na Avenida Santa Leopoldina, nº 840, bairro Coqueiral de Itaparica, no município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, mantida pela Fundação Novo Milênio, com sede no município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.733, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS FERNANDO MASSONETTO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 5 de agosto de 2011

Nº 92 -

Interessado: FACULDADES INTEGRADAS SOARES DE OLIVEIRA - FISO. UF: SP

Ementa: Oferta de cursos superiores de licenciatura em Educação Física e de bacharelado em Ciências da Computação e Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda, pela Faculdades Integradas Soares de Oliveira sem prévio ato autorizativo. Instauração de processo administrativo com vistas ao sobrestamento de processos de autorização do curso Normal Superior, previsto no § 2º do art. 11 do Decreto nº 5.773/2006. Análise da defesa da instituição. Determina sobrestamento de processo de pedido de autorização de referidos cursos superiores pelo prazo de 02 (dois) anos e encerramento de toda e qualquer oferta irregular dos cursos.

Processo: 23000.000827/2010-07

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, tomando por base os fundamentos da Nota Técnica nº 144/2011-CGSUP/SERES/MEC e considerando que (i) a Faculdades Integradas Soares de Oliveira ofertou os cursos superiores de licenciatura em Educação Física e de bacharelado em Ciências da Computação e Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, sem ato autorizativo, o que empresta aos cursos natureza irregular; (ii) a Faculdades Integradas Soares de Oliveira, em sua manifestação, admitiu a irregularidade; e (iii) os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a inexistência de precedente de irregularidade e o esforço da Instituição de Educação Superior em corrigir ou minimizar os efeitos negativos da sua atuação irregular; em atenção às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206, VII, 209, I e II, e 214, III, da Constituição Federal, art. 46, da Lei nº 9.394/96, e nos art. 10, 11 e 47 a 53 do Decreto nº 5.773/2006, no uso de suas atribuições legais, decide o Processo Administrativo determinando que:

1. Seja encerrada a oferta dos cursos superiores de licenciatura em Educação Física e de bacharelado em Ciências da Computação e Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, da Faculdades Integradas Soares de Oliveira e declarada como irregular a oferta dos mesmos pelo período que tenha ocorrido, sendo vedada a emissão qualquer documentação acadêmica à qualquer pessoa que tenha passado pelos referidos cursos.

2. A Faculdades Integradas Soares de Oliveira recolha e invalide, se existente, qualquer declaração acadêmica expedida à pessoas anteriormente vinculada aos cursos superiores de licenciatura em Educação Física e de bacharelado em Ciências da Computação e Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda.

3. Sejam sobrestados todos e quaisquer processos de pedido de autorização dos cursos superiores de licenciatura em Educação Física e de bacharelado em Ciências da Computação e Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propagando, existentes ou que venham a ser protocolados, pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do art. 11, § 2º, do Decreto nº 5.773/2006, a contar da publicação do presente Despacho.

4. A Faculdades Integradas Soares de Oliveira divulgue a decisão ao seu corpo discente, docente e técnico-administrativo, por meio de aviso junto à sala de professores, à Secretaria de Graduação ou órgão equivalente e, se existente, por sistema acadêmico eletrônico.

5. A Faculdades Integradas de Soares Oliveira, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação do presente Despacho, comprove à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, pormenorizada e documentalmente, o atendimento das determinações dos itens 1, 2 e 4.

6. A Faculdades Integradas Soares de Oliveira seja notificada do teor do presente Despacho, nos termos do art. 53 do Decreto nº 5.773/2006.

Em 10 de agosto de 2011

Nº 97 -

Interessado: FACULDADE DE TEOLOGIA CARDEAL EUGÊNIO SALES. UF: RN

Ementa: Solicitação de descredenciamento voluntário pela Faculdade de Teologia Cardeal Eugênio Sales. Determina a emissão e publicação de Portaria de encerramento voluntário da oferta do curso de Teologia, Bacharelado, ministrado pela FCS, o sobrestamento dos processos de regulação da IES e o cumprimento das determinações contidas na Nota Técnica nº 166/2011-CGSUP/SERES/MEC(MRC).

Processo: 23000.008630/2011-99

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, tendo em vista a solicitação de descredenciamento voluntário, por parte da Diretoria e da Presidência da Mantenedora da Faculdade de Teologia Cardeal Eugênio Sales, tomando por base o conteúdo exposto na Nota Técnica nº 166/2011-CGSUP/SERES/MEC(MRC), em atenção às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal e com fundamento expresso nos arts. 57 e 61 da Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, no uso de suas atribuições legais, determina:

1. A emissão e publicação de Portaria de encerramento voluntário da oferta do curso de Teologia, Bacharelado, ofertado pela Faculdade de Teologia Cardeal Eugênio Sales no endereço Praça Dom José Delgado, s/nº, Paraíba, Caicó/RN, como aditamento à Portaria nº 384, de 19/03/2009, publicada no DOU em 20/03/2009, vedando-se novos ingressos, e de reconhecimento, exclusivamente para fins de emissão e registro de diplomas, dos alunos do referido curso;

2. O sobrestamento dos processos de regulação da IES em trâmite, se for o caso;

3. O atendimento, pela Faculdade de Teologia Cardeal Eugênio Sales, das determinações contidas no 7º Parágrafo da Nota Técnica nº 166/2011-CGSUP/SERES/MEC(MRC);

4. Que a Faculdade de Teologia Cardeal Eugênio Sales seja notificada da publicação do presente Despacho e da necessidade de atender às determinações, nos prazos indicados, para conclusão do processo de descredenciamento voluntário.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 98 -
Interessado: UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO. UF: SP
Ementa: Curso de Medicina da Universidade de Ribeirão Preto. Procedimento de Supervisão decorrente de resultados insatisfatórios no ENADE 2007. Celebração de Termo de Saneamento de Deficiências. Processo Administrativo instaurado por meio da Portaria nº 320, publicada no Diário Oficial da União de 07 de abril de 2010, com vistas à desativação do curso de Medicina da IES, com possibilidade de convolação da pena em redução de vagas, após visita de reavaliação e verificação do cumprimento das medidas constantes no Termo de Saneamento de Deficiências e parecer da Comissão de Especialistas em Ensino Médico, considerando cumprimento parcialmente satisfatório. Defesa encaminhada e analisada.. Recurso encaminhado e analisado. Despacho nº 64/2011-CGSUP/DESUP/SESU/MEC, aplica penalidade de redução de vagas ao curso de Medicina da IES, como convolação da pena de desativação do curso. Recurso apresentado, com pedido de retratação e deferimento de efeito suspensivo ao recurso. Recebe o documento SIDOC nº 038119.2011-16 como recurso administrativo contra a decisão do Despacho 64/2011-CGSUP/DESUP/SESU/MEC. Mantém decisão no juízo de retratação e encaminha o recurso à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.
Processo: 23000.008972/2008-11

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, adotando como base os fundamentos da Nota Técnica nº 165/2011-CGSUP/SERES/MEC, que demonstrou não haver no recurso encaminhado pela Universidade de Ribeirão Preto fato novo que justificasse deferimento do pedido de reconsideração da decisão do Despacho 64/2011-CGSUP/DESUP/SESU/MEC e do pedido de concessão de efeito suspensivo das decisões do referido Despacho, relativos ao seu curso de Medicina em supervisão, com fundamento nos arts. 56 da Lei nº 9.784/99, e 53 do Decreto 5773/2006, determina que:

1. Seja o documento SIDOC nº 038119/2011-16, recebido como recurso administrativo da Universidade de Ribeirão Preto contra a decisão proferida pelo Despacho nº 64/2011-CGSUP/DESUP/SESU/MEC, indeferindo-se os pedidos de reconsideração e de concessão de efeito suspensivo ao recurso nele contidos.

2. Seja o Processo n° 23000.008972/2008-11, que contém recurso da Universidade de Ribeirão Preto, encaminhado à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação para julgamento do recurso protocolado neste Ministério da Educação sob o n° SIDOC 038119/2011-16.

3. A Universidade de Ribeirão Preto apresente à Coordenação-Geral de Supervisão da Educação Superior, até a próxima renovação do ato autorizativo de seu curso superior de Medicina, bacharelado, e a cada processo seletivo, a relação nominal, com indicação de CPF, ano/semestre de ingresso, contato eletrônico e telefônico, por turma, de matriculados no referido curso, acompanhada do edital que disciplinou o processo seletivo.

4. Seja a Universidade de Ribeirão Preto notificada da publicação do referido Despacho que encaminhou o Processo nº 23000.008972/2008-11, juntamente com o recurso, ao Conselho Nacional de Educação.

LUÍS FERNANDO MASSONETO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 1.031, DE 15 DE AGOSTO DE 2011

O Reitor em Exercício da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.006698/2010-40, resolve:

Prorrogar pelo período de 03-9-2011 a 02-3-2012, a validade do Processo Seletivo para contratação de Professor Substituto, realizado através do Edital nº 003/2011, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 009/2011, de 01-3-2011, publicado no DOU de 03-3-2011, Seção 3, fls. 35.

EDMÊR SILVESTRE PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 1.032, DE 15 DE AGOSTO DE 2011

O Reitor em Exercício da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.000011/2011-43, resolve:

Prorrogar pelo período de 25-9-2011 a 24-3-2012, a validade do Processo Seletivo para contratação de Professor Substituto, realizado através do Edital nº 006/2011, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 016/2011, de 23-3-2011, publicado no DOU de 25-3-2011, Seção 3, fls. 39.

EDMÊR SILVESTRE PEREIRA JÚNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 673, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Homologa o concurso público para provimento de cargos efetivos da carreira de magistério superior.

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, no exercício da Reitoria, no uso de suas competências e de acordo com o Edital nº 02/2010-CFAP/PRORH, DOU de 11/02/2010, retificado pelo Edital nº 04/2010, DOU de 17/02/2010, resolve:

I - Homologar o Concurso Público para provimento de cargo efetivo da carreira de Magistério Superior e divulgar a relação de candidatos aprovados, conforme abaixo discriminado:

A - INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
A.1 - DEPTO. DE BIOLOGIA
A.1.1 - Concurso 61 - Processo nº. 23071.013025/2009-81
Classe: Professor "Adjunto, Nível 1" - Regime de trabalho: DE

Classificação	Nome	Nota Final
1º	PATRICIA ELAINE DE ALMEIDA	8,85
2º	LASER ANTÔNIO MACHADO OLIVEIRA	8,47
3º	WELISON ANDRADE PEREIRA	7,67

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LUIZ REZENDE PEREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
INSTITUTO DE BIOFÍSICA CARLOS CHAGAS FILHO

PORTARIA Nº 5.727, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O Diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, nomeado pela Portaria nº 322 de 29/01/10, publicada no DOU nº 21 de 01/02/10, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de Professor Temporário de Expansão referente ao Edital nº 82 de 20/07/11, publicado no DOU de 22/07/11 divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho/ Farmácia
Setorização: Fisiologia
1 - Livia Pinto de Lima
2- Diogo Vives da Costa

DENISE PIRES DE CARVALHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 859, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024525/2011-54 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Química - QMC/CFM, instituído pelo Edital nº 097/DDPP/2011, de 14 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 135, Seção 3, de 15/07/2011.
Campo de Conhecimento: Química Geral e Orgânica.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Bruno Silveira de Souza	8,3
2º	Vanessa Zanon Baldissarelli	7,9
3º	Renata da Silva Mello	7,6
4º	Lidiane Meier	7,4
5º	Luís Otávio de Brito Benetoli	7,2

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 311/DDPP/2011, de 20 de abril 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 77, Seção 1, de 25.04.2011 onde se lê "Classificação: 1º: Adriana Rufino Moreira, 9,66; 2º: Cintia Alves Vicente, 8,16; 3º: Vivian Costa Fermo, 8,09; 4º: Pricilla Karla Santana Cordeiro, 7,75; 5º: Bruna Pedroso Canever, 7,75; 6º: Maryane da Costa Paseto, 7,66; 7º: Isabela Zeni Coelho, 7,64; 8º: Ana Paula Trombetta, 7,56; 9º: Gisele Barreto, 7,45" leia..." Classificação: 1º: Adriana Rufino Moreira, 9,66; 2º: Cintia Alves Vicente, 8,16; 3º: Vivian Costa Fermo, 8,09; 4º: Pricilla Karla Santana Cordeiro, 7,75; 5º: Bruna Pedroso Canever, 7,75; 6º: Maryane da Costa Paseto, 7,66; 7º: Isabela Zeni Coelho, 7,64; 8º: Ana Paula Trombetta, 7,56; 9º: Gisele Barreto, 7,45 e 10º: Cáudia Manuela Siqueira de Oliveira, 7,11..:"

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 408, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

Os MINISTROS DE ESTADO DA FAZENDA, INTERINO, DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, e DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 3º, da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, e tendo em vista o amparo previsto pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, de que trata o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, resolvem:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e por intermédio do instrumento de Prêmio de Escoamento de Produto - PEP, para o sisal bruto, da safra 2011/2012, produzidos nos Estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte:

I - participantes dos leilões: indústrias de beneficiamento e comerciantes;

II - volume de recursos: até R$ 20 milhões, limitado às Operações Oficiais de Créditos - OOC, na rubrica Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários;

III - fórmula para o cálculo do valor máximo do prêmio de escoamento:

VMPE = PM - [(CfobP - CP)x TC) - CMR], onde:
VMPE = Valor Máximo do Prêmio de Escoamento;
PM = Preço Mínimo do produto no estado de origem;
CPfob = Cotação FOB do produto em US$, no porto brasileiro de embarque;
CP = Custo de embarque do produto no porto brasileiro, em US$;
TC = Taxa de cambio (média dos últimos 5 dias anteriores à divulgação do prêmio do leilão);
CMR = Custo Médio de Remoção do produto do estado ou da região do estado de origem até o porto brasileiro de embarque do produto.

IV - as variáveis da fórmula de que tratam o inciso III devem dispor de valores coletados em entidades reconhecidas como operadoras do mercado e indicadas na memória de cálculo;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

V - na data da realização do leilão os participantes deverão estar adimplentes junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e possuir cadastro em situação regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF);

VI - o prazo de comprovação de venda pelo produtor rural e/ou sua cooperativa deverá ser compatível com o período de contratação das operações de Aquisição do Governo Federal - AGF;

VII - a Conab disponibilizará no seu sítio na internet, até o 30º (trigésimo) dia subseqüente, a data limite para a comprovação de cada operação, a relação dos arrematantes do prêmio, com os respectivos números dos CPF ou dos CNPJ, os valores totais da subvenção recebidos, municípios e UF's da produção, devendo ainda ser informado:

a) o nome completo dos produtores rurais e das cooperativas, com o respectivo número do CPF ou CNPJ, quantidade vendida e escoada, município e UF da produção;

b) no caso de cooperativa deverá ser informado, também, para cada cooperado beneficiário, o nome com o respectivo número do CPF ou CNPJ, a quantidade vendida, município e UF da produção.

Art. 2º Os representantes da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, da Assessoria Econômica, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reunir-se-ão mensalmente para definir as ações de apoio à comercialização executadas com base nesta portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
Ministro de Estado da Fazenda
Interino

WAGNER ROSSI
Ministro de Estado da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento de Recursos da 330ª Sessão, que será realizada na data a seguir mencionada, no 1º Subsolo (Auditório Dênio Nogueira), torre 4, do Edifício-sede do Banco Central do Brasil, no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B - Brasília (DF).

DIA 30 DE AGOSTO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14h

Recurso 6183 - 0301183427 - Recorrente: Macar Fomento Comercial Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 10461 - SP2001/0799 - I - Recorrentes: Br-Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (atual denominação social da Unitas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.) e Ricardo Penna de Azevedo. Recorrida: CVM - II- Recorrente: CVM. Recorridos: Br-Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (atual denominação social da Unitas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), Ricardo Penna de Azevedo, Ana Paula D'Alessandro, Joaquim Carlota Júnior e João da Silva Lisboa. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 10984 - SP-2003-0489 - I - Recorrentes: RMC S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (ex-RMC S.A. Sociedade Corretora), Henrique Freihofer Molinari, Rubens dos Reis Andrade, Wagner Imperatone Nogueira, Leandro de Souza e Paulo Juliano Nicolielo Júnior. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorridos: RMC S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (ex-RMC S.A. Sociedade Corretora), Henrique Freihofer Molinari, Rubens dos Reis Andrade, Wagner Imperatone Nogueira, Leandro de Souza e Paulo Juliano Nicolielo Júnior. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 11089 - RJ-2005-1443 - I - Recorrentes: Ivan Muller Botelho, Ricardo Perez Botelho, Omar Carneiro da Cunha Sobrinho, Marcílio Marques Moreira, Felícia Leigh Bellows, Carlos Eduardo Trois de Miranda, Thomas Greg Cauchois e Maurício Perez Botelho. Recorrida: CVM - II- Recorrente: CVM. Recorridos: Ivan Muller Botelho, Ricardo Perez Botelho, Omar Carneiro da Cunha Sobrinho, Marcílio Marques Moreira, Felícia Leigh Bellows, Carlos Eduardo Trois de Miranda, Thomas Greg Cauchois e Maurício Perez Botelho. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 11130 - 0101084830 - Recorrente: Banco do Brasil S.A., Paulo Cesar Ximenes Alves Ferreira, Hugo Dantas Pereira, Carlos Gilberto Gonçalves Caetano, João Batista de Camargo, Ricardo Sérgio de Oliveira, David Zylbersztain, Eduardo Augusto de Almeida Guimarães, Eliseu Martins, Fernando Amaral Baptista Filho, Karlos Heins Rischbieter e Pedro Pullen Parente. Recorrido: Bacen. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 11345 - 0401266555 - Recorrente: Comexport Companhia de Comércio Exterior Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11386 - 0401261327 - Recorrente: Buscar Comércio Exterior S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 11420 - SP-2004-602 - I - Recorrente: CVM. Recorridos: Dourada Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda., Nabi Kemmel Mellen e Roberto Ângelo de Siqueira. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 11429 - RJ-2006-3565 - Recorrente: Mauro Giorgi. Recorrida: CVM. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11442 - 0201174725 - Recorrente: Banco Santos Neves S/A. (em liquidação extrajudicial), Luiz Renato Tommasi Santos Neves, José Augusto Tommasi Santos Neves, Joel Antonio Vazzoler, Domingos José Vescovi. Recorrido: Bacen. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 11633 - 15/05 - Recorrente: CVM. Recorrido: Paulo Affonso Nogueira Franco. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 11710 - 9800901821 - Recorrente: Cia. Aços Especiais Itabira - Acesita. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11729 - 0401258057 - Recorrentes: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.-BADESC, Arno Garbe, Pedro Ananias Alves e Paulo Alberto Duarte. Recorrido: Bacen. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 11754-MI - 0601332290 - Recorrente: Symbol Technologies do Brasil S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 11898 - 0501316725 - Recorrente: Enacex Empresa Nacional Exportadora de Armarinhos Ltda. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 11948-MI - 0601331900 - Recorrente: Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. Recorrido: Bacen. Recurso 12013-MI - 0601332089 - Recorrente: Voridian do Brasil Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Marco Antônio Wittman Saenger.

Recurso 11951 - 07/03 - Recorrente: CVM. Recorridos: Município de São Paulo, Celso Augusto Coccaro Filho, Celso Roberto Pitta do Nascimento, Ricardo Lopes Castello Branco, Antônio Paulo Bastos Vidal, Amércio Calandriello Júnior, Raphael Mário Noschese, Alan Kardec Rodrigues Lopes, Alberto Alves da Silva Filho, Edelmo dos Santos, Edson Talarico Longano, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Francisco Antônio Fraga, José Kozel Júnior, José Luiz Brollo, Manoel Justino de Almeida Netto, Marcus Antônio de Lima Prado, Miguel Whitaker França Pinto, Oswaldo Miranda Mattua, Paulo Troise Voci, Renato Borges Casaro, Roberto Ferreira, Robson de Oliveria, Sérgio de Azevedo Redó, Walter Léssio, Waldemar Moreno Rodrigues, Dalva Assumpção Soutto Mayor, Dirceu Ferreira da Cruz, Flávio Gennari, João Gilberto Port, João Luiz de Barros, José Antônio Fera, Agostinho Fellipelli Sobrinho, José Roberto Dermínio, Luiz Flávio Borges D'Urso, Nilton Chaves Miranda e Paulo Sérgio Leite Nery. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 11965 - 0501283707 - Recorrente: Textfiber do Brasil Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Marco Antônio Wittman Saenger.

Recurso 11986 - 0601328565 - I - Recorrente: Rosa S.A. Indústria e Comércio Produtos Agrícolas. Recorrido: Bacen - II - Recorrente: Bacen. Recorrida: Rosa S.A. Indústria e Comércio Produtos Agrícolas. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12002 - 0601331222 - Recorrente: Claudina Rodrigues Bonfim. Recorrido: Bacen. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 12202-MI - 0601333477 - Recorrente/Recorrida: Caraíba Metais S.A. Recorrente/Recorrido: Bacen. Relator: Marco Antônio Wittman Saenger.

Recurso 12228-MI - 0601333638 - Recorrente: Laboratório Teuto Brasileiro S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 12231-MI - 0601332668 - Recorrente: Sanchez Cano Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 12254-MI - 0601332711 - Recorrente: Primo Schincariol Indústria de Cerveja e Refrigerantes S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 12291-MI - 06013319128 - Recorrente: TAM Linhas Aéreas S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 12295-MI - 0601333679 - Recorrente: Jabil Circuit do Brasil Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 12709 - RJ-2008-1815 - I - Recorrente: Mossi & Ghisolfi International S.A. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorridos: Edmilson Lessa Neiva, Guido Domenico Ghisolfi, José Antonio Laurito, José Veiga Veiga, Marco Toseelli e Reinaldo José Kröeger. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 12716 - 0301227465 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Ondina Mineração Ltda. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 12747 - RJ-2008-2570 - Recorrentes: Fernando Nascimento Ramos, Leonel Pozzi, Marco Antônio de Queiroz e Realsi Roberto Citadela. Recorrido: Bacen. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 13051 - 0601341583 - Recorrente: Alceu Elias Feldmann. Recorrido: Bacen. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 13129-MI - 0901440531 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Iveco Latin America Ltda. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 13130-MI - 0901440913 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Prestige da Amazônia Ltda. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 13131-MI - 0901441902 - Recorrente: Netafim Brasil Sistemas e Equipamentos de Irrigação Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 13134-MI - 0901440511- Recorrente: Bacen. Recorrida: FCC Jacuipe Termoplásticos Adesivos e Componentes Ltda. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 13135-MI - 0901441283 - Recorrente: Dorma Sistemas de Controles para Portas Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 13136-MI - 0901441284 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Dow Agrosciences Industrial Ltda. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 13137-MI - 0901441340 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Fábrica de Máquinas e Equipamentos Fameq Ltda. Relator: Johan Albino Ribeiro.

a) Total de Recursos: 37 (trinta e sete).

b) ADITAMENTO(S)/RETIRADA DE PAUTA - Recomenda-se consulta sistemática ao DOU e à página do CRSFN na internet (www.bcb.gov.br/crsfn, no link "Pautas de Julgamento") para verificar se, no prazo regimental, foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão ou se, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão e apenas na página na internet, restou efetuada anotação sobre processo(s) retirado(s) e que, portanto, será(ão) objeto de julgamento em data futura.

c) SUSPENSÃO DOS TRABALHOS - Salientamos o que disposto no § 2º do art. 18 do Regimento Interno do CRSFN, aprovado pelo Decreto nº 1.935, de 20 de junho de 1996: "Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta ou quando não se concluir o julgamento na data designada, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação."

Brasília, 18 de agosto de 2011.
DANIEL AUGUSTO BORGES DA COSTA
Presidente do Conselho

MARCOS MARTINS DE SOUZA
Secretário Executivo

RETIFICAÇÃO

Na Ata da 326ª Sessão de Julgamento, realizada nos dias 27 e 28 de abril de 2011 - Recurso 11405, publicada na Seção 1 do DOU de 7-6-2011, (págs. 22 a 24): Onde se lê: "..., e Luís Geraldo Schonenberg - Recurso Improvido - Inabilitação, por cinco anos, para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições na área de fiscalização do Banco Central do Brasil."; leia-se: "..., e Luís Geraldo Schonenberg - Recurso Improvido - Proibição, por cinco anos, para a prática de atividades de auditoria em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.".

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 18 de agosto de 2011

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 148 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresa s desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Samsist Informática Ltda	01.042.750/0001-99	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3122011, nome: SAMSISCF - Frente de Caixa, versão: 6.02, código MD-5: 5B14A4044411ED81BC37927F598B0E57 *SAMSISCF
GoodSoft Informática LTDA	31.630.676/0001-92	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3052011, nome: GSECF, versão: 4.0, código MD-5: 018EBAC098B507C7CAB0A705D8E986DB *gsecf
Teles e Teles Informática Ltda	01.339.695/0001-01	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3112011, nome: ResulthECF, versão: 15.08a, código MD-5: 18DE633E0DD8305D5E8742DB4911347B *ResulthECF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Quasar Informática Ltda	65.019.499/0001-24	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3012011, nome: Loja Fácil, versão: 6.1, código MD-5: 2BF40096BF8EA4D691B855A86C103D7C *LOJAD7PDV
Nasajon Sistemas LTDA	27.915.735/0001-00	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3002011, LOJA PDV., versão: 2.0.6, código MD-5: 83C3C7D8A6E975BE6DBA217EF754572B *PDV2
EAC Engenharia Automação e Controle Ltda	38.743.738/0001-11	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3172011, nome: SACI, versão: V6.0.54, código MD-5: E3D32928877C242FD4C91CF06D4EC41A *pvECF

2. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Gdoor Sistemas Ltda EPP	09.358.661/0001-68	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PRS0602011, nome: GDOOR, versão: 2012, código MD-5: c89fb3ee530b91194a9496d46dce6c78
Costa, Saffi e Rosenbaum Sistemas de Informação Ltda	03.109.117/0001-04	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PRS0512011, nome: Vensis ECF, versão: 5.207.0, código: 426a29ebcc6809ed4a830f11aab73cee

3. Faculdade Idez - I10

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Chacal Informatica E Serviços Ltda	06.142.906/0001-27	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100572011, nome: CHACAL CAIXA , versão: 2.6, código MD-5: 1b46b31a2127f41a203bc4db5f08e32d

4. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Avance Sistemas e Consultoria Ltda	10.276.888/0001-43	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0582011, nome: Avance PDV, versão: 8.02, código MD-5: f1d8ac0088fe86f66d0a743873fbed0b

5. Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - UNOCHAPECÓ

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
CISS Consultoria em Informática Serviços e Software Ltda	82.213.604/0001-08	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UNO0512011, nome: CISSPoder, versão: 11, código MD-5: d8fc8d3639edd41bdf1bdf7bf4431e48

6. Fundação Universidade Regional de Blumenau - URB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
AMCOM Sistemas de Informação Ltda	01.768.873/0001-01	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0512011, nome: AMCSystem, versão: 4.0, código MD-5: 847079c2b90bf7696c515299438b6fd0

7. Faculdades Integradas Espírito-Santenses - FAESA

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
MG Vidros Automotivos Ltda	07.571.746/0001-02	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FAE0312011, nome: SFL, versão: 2.0, código MD-5: 5DD3EA6AC64EB9BEFF9AA76F0469152D
Makersoftware Soluções Em Tecnologia Ltda	11.282.869/0001-92	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FAE0332011, nome: VENDERE-ECF, versão: 2.0.0, código MD-5: 76A4258506799EFB72B97C0D319CD4C9

8. Universidade Federal de Goiás - UFG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Suprema Informática Ltda	86.631.033/0001-55	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UFG0172011, nome: SUPREMAECF, versão: 2.0.1.1, código MD-5: 3e82bc13e364e7ee4ae56f3fabe09640*SupremaEcf

9. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Magnaldo Araujo de Melo - ME	13.483.492/0001-65	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IPB0142011, nome: MASTERPAFECF, versão: 1.2, código MD-5: 03F5E02547166614AC668C800E3C3E82
Eduardo de Oliveira Prado	07.453.528/0001-65	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IPB0132011, nome: ATENDPAF, versão: 2.00, código MD-5: fa27ed513b13801d5be77e7fad2fb3e5

10. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
VSM Informática de Assis Ltda-ME	04.662.579/0001-09	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0292011, nome: FrontFarma, versão: 2.3, código MD-5: CDCDF1955A18A51CF79C21B07D8C0F70

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 149 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Comercial Automotiva S/A	45.987.005/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0502011, nome: Sac, versão: 11.07.18, código MD-5: 14ea153321a789ab88689eb2fc3efe7d

2. Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Balaroti Comércio de Materiais de Construção S.A	77.044.618/0001-88	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número TEC0142011, nome: PDVBAL, versão: 1.0, código MD-5: F7CD0E89BDFF4574F54889FB3078516F

3. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Bematech SA	82.373.077/0001-71	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3092011, nome: Bemasale, versão: 02.20, código MD-5: 3a0fe218a8205f38e3b2784eda07f649 *bemasale

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Habilitação a exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 150 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 3 de abril de 2009, torna público que está habilitado a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) o seguinte estabelecimento:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
PATRICIA BARBOSA MESSORA	08.914.127/0001-28	Rua Erico Cipriano Freire, 1200 Boa Esperança - MG CEP: 37.170-000
BHD COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA	13.625.394/0001-15	Rua São Nicolau, 54 Anchieta Rio de Janeiro - RJ CEP: 21.645-530
JRA INFORMÁTICA LTDA	05.551.618/0001-63	Rua Com. Antonio Alves, 1.118 - Centro Pedro Leopoldo - MG CEP: 33.600-000
EAN AUTOMAÇÃO COMERCIAL LTDA ME	07.876.169/0001-59	Avenida Jacaraipe nº 25, Serradourada II Serra - ES CEP: 29.171-236

Nº 151 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no artigo 40 desse mesmo diploma, faz publicar os seguintes Protocolos ICMS celebrados entre as Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal indicadas em seus respectivos textos:

PROTOCOLO ICMS 61, DE 8 DE JULHO DE 2011

Altera o Protocolo ICMS 96/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bebidas quentes.

Os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo neste ato representados pelos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos Artigos 102 e 199 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no Artigo 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte:

PROTOCOLO

Cláusula primeira Ficam estendidas ao Estado de Minas Gerais as disposições do Protocolo ICMS 96/09, de 23 de julho de 2009.

Cláusula segunda Fica acrescido o § 2º à cláusula primeira do Protocolo ICMS 96/09, com a seguinte redação:

"§ 2º O disposto no caput não se aplica às remessas de aguardente de cana originadas do Estado de Minas Gerais."

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2011.

Parágrafo único. Ficam denunciados os Protocolos ICMS 13/06 e 14/06, de 07 de julho de 2006, pelo Estado de Minas Gerais a partir de 31 de agosto de 2011.

Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, São Paulo - Andrea Sandro Calabi.

PROTOCOLO ICMS 62, DE 8 DE JULHO DE 2011

Altera o Protocolo ICMS 96/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bebidas quentes.

Os Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira O Cláusula terceira do Protocolo ICMS Protocolo ICMS 96/09 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço final ao consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria.

§ 1º Inexistindo o preço de que trata o caput ou na hipótese de o valor da operação própria do substituto ser igual ou superior ao preço final ao consumidor, a base de cálculo corresponderá ao montante formado pelo preço praticado pelo remetente, acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada calculado segundo a fórmula:

"MVA ajustada = [(1+ MVA ST original) x (1 - ALQ inter) / (1- ALQ intra)] -1", onde:

I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo;

II - "ALQ inter" é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a "ALQ intra" ser inferior à "ALQ inter", deverá ser aplicada a "MVA - ST original", sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido do percentual de margem de valor agregado ajustada ("MVA Ajustada").

§ 4º Nos itens do ANEXO ÚNICO em que o preço final está fixado "por litro, os valores a serem utilizados serão proporcionais à quantidade do produto.

Cláusula segunda O Anexo Único do Protocolo ICMS 96/09 passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO ÚNICO

I. APERITIVOS, AMARGOS, BITTER E SIMILARES

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
1.1	Aperol	de 671 a 1000 mL
1.2	Bitter Calegari Asteca	de 671 a 1000 mL
1.3	Black Stone	de 671 a 1000 mL
1.4	Campari	de 671 a 1000 mL
1.5	Cynar	de 671 a 1000 mL
1.6	Fernet Arco Íris	de 671 a 1000 mL
1.7	Fernet Asteca	de 671 a 1000 mL
1.8	Fernet Branca (argentino)	de 671 a 1000 mL
1.9	Fernet Fennetti Dubar	de 671 a 1000 mL
1.10	MezzAmaro	de 671 a 1000 mL
1.11	Paratudo	de 671 a 1000 mL
1.12	Pracura Raízes Amargas	de 671 a 1000 mL
1.13	Underberg (alemão) - caixa com 3 garrafas de 20 mL	3 x 20 mL
1.14	Underberg (alemão) - caixa com 12 garrafas de 20 mL	12 x 20 mL
1.15	Underberg / Brasilberg	de 671 a 1000 mL
1.16	Outras marcas de aperitivos, amargos, bitter e similares	preço por litro

II. BATIDA E SIMILARES

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
2.1	Aperitivo Busca Vida	de 671 a 1000 mL
2.2	Baianinha	de 671 a 1000 mL
2.3	Bem Brasil	de 671 a 1000 mL
2.4	Boite Show	de 671 a 1000 mL
2.5	Comary	de 671 a 1000 mL
2.6	Jurupinga	de 671 a 1000 mL
2.7	Parahybana	de 671 a 1000 mL
2.8	Taverna Commel Asteca	de 671 a 1000 mL
2.9	Wilson	de 671 a 1000 mL
2.10	Xiboquinha	de 521 a 760 mL
2.11	Xiboquinha	de 671 a 1000 mL
2.12	Outras marcas de batidas e similares	preço por litro

III. BEBIDA ICE

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
3.1	51 Ice	lata de 181 a 375 mL
3.2	51 Ice	vidro de 181 a 375 mL
3.3	Askov Ice	vidro de 181 a 375 mL
3.4	Balalaika Ice	vidro de 181 a 375 mL
3.5	Contini Ice	lata / vidro de 181 a 375 mL
3.6	Ice Jazz	vidro de 181 a 375 mL
3.7	Kadov Ice	vidro de 181 a 375 mL
3.8	Leonoff Ice	vidro de 181 a 375 mL
3.9	Orloff Ice	lata de 181 a 375 mL
3.10	Orloff Ice	vidro de 181 a 375 mL
3.11	Smirnoff Ice Black	lata de 181 a 375 mL
3.12	Smirnoff Ice Black	vidro de 181 a 375 mL
3.13	Smirnoff Ice Red	lata de 181 a 375 mL
3.14	Smirnoff Ice Red	vidro de 181 a 375 mL
3.15	Stoliskoff Ice	vidro de 181 a 375 mL
3.16	Syn Lemon Ice	pet / vidro de 181 a 375 mL
3.17	Outras marcas de bebida ice	preço por litro

IV. CACHAÇA

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
4.1	51 Ouro	de 671 a 1000 mL
4.2	Cachaça 41 Luxo	de 671 a 1000 mL
4.3	Chapéu de Palha	de 671 a 1000 mL
4.4	Jamel Ouro	de 671 a 1000 mL
4.5	Old Cesar 88	de 671 a 1000 mL
4.6	Terra Brazilis	de 671 a 1000 mL
4.7	Velho Barreiro Gold	de 671 a 1000 mL
4.8	Velho Barreiro Gold Série 130 anos	de 671 a 1000 mL
4.9	Villa Velha Carvalho	de 671 a 1000 mL
4.10	Outras marcas de cachaças amarelas	preço por litro
ITEM	MARCA	EMBALAGEM
4.11	3 Fazendas	de 521 a 670 mL
4.12	3 Fazendas	de 671 a 1000 mL
4.13	Arara de Ouro	de 521 a 670 mL
4.14	Arara de Ouro	de 671 a 1000 mL
4.15	Arara Diplomata	de 376 a 520 mL
4.16	Arara Diplomata	de 671 a 1000 mL
4.17	Arara Diplomata Ouro	de 671 a 1000 mL
4.18	Barretão	de 376 a 520 mL
4.19	Cachaça 61	de 671 a 1000 mL
4.20	Caninha 29	de 376 a 520 mL
4.21	Caninha 41 Luxo	de 376 a 520 mL
4.22	Caninha da Roça	de 671 a 1000 mL
4.23	Caninha da Roça	lata de 181 a 375 mL
4.24	Caninha da Roça Carvalho	de 671 a 1000 mL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4.25	Caninha da Roça Limão	de 671 a 1000 mL
4.26	Caninha Randon	de 376 a 520 mL
4.27	Caninha Randon	de 671 a 1000 mL
4.28	Caninha Rosa	de 671 a 1000 mL
4.29	Corote	de 376 a 520 mL
4.30	Da Hora	de 376 a 520 mL
4.31	Da Roça	de 376 a 520 mL
4.32	Da Roça	de 521 a 670 mL
4.33	Do Barril	de 376 a 520 mL
4.34	Jamel	de 671 a 1000 mL
4.35	Janaína	de 671 a 1000 mL
4.36	Marota	de 376 a 520 mL
4.37	Marota	de 671 a 1000 mL
4.38	Oncinha	de 521 a 670 mL
4.39	Oncinha	de 671 a 1000 mL
4.40	Pedra 90	de 376 a 520 mL
4.41	Pedra 90	de 521 a 670 mL
4.42	Pedra 90	de 671 a 1000 mL
4.43	Pirassununga 1921	de 521 a 670 mL
4.44	Pirassununga 21	de 671 a 1000 mL
4.45	Pirassununga 51	de 521 a 670 mL
4.46	Pirassununga 51	de 671 a 1000 mL
4.47	Pirassununga 51	lata de 181 a 375 mL
4.48	Pirassununga 51	pet de 181 a 375 mL
4.49	Pitu	de 521 a 670 mL
4.50	Pitu	de 671 a 1000 mL
4.51	Pitu	lata de 181 a 375 mL
4.52	Randon	de 376 a 520 mL
4.53	Sapupara Ouro	de 376 a 520 mL
4.54	Sapupara Ouro	de 671 a 1000 mL
4.55	Sapupara Prata	de 376 a 520 mL
4.56	Sapupara Prata	de 671 a 1000 mL
4.57	Tatuzinho	de 521 a 670 mL
4.58	Tatuzinho	de 671 a 1000 mL
4.59	Terra Brazilis	de 181 a 375 mL
4.60	Velho Barreiro	de 521 a 670 mL
4.61	Velho Barreiro	de 671 a 1000 mL
4.62	Velho Barreiro Limão	de 671 a 1000 mL
4.63	Vila Velha	de 521 a 670 mL
4.64	Outras marcas de cachaças populares	preço por litro
ITEM	MARCA	EMBALAGEM
4.65	51 Reserva	de 671 a 1000 mL
4.66	Anísio Santiago	de 521 a 670 mL
4.67	Boazinha Salinas	de 521 a 670 mL
4.68	Cambraia	de 671 a 1000 mL
4.69	Canamar Cristal	de 671 a 1000 mL
4.70	Canamar Ouro	de 671 a 1000 mL
4.71	Canamar Prata	de 671 a 1000 mL
4.72	Chico Mineiro Envelhecida	de 671 a 1000 mL
4.73	Chico Mineiro Prata	de 671 a 1000 mL
4.74	Claudionor	de 521 a 670 mL
4.75	Da Tulha Carvalho	de 671 a 1000 mL
4.76	Da Tulha Jequitibá / Prata	de 671 a 1000 mL
4.77	Espírito de Minas	de 671 a 1000 mL
4.78	Germana	de 671 a 1000 mL
4.79	Leão de Ouro	de 671 a 1000 mL
4.80	Leblon	de 671 a 1000 mL
4.81	Nega Fulô	de 671 a 1000 mL
4.82	Nega Fulô	terracota de 671 a 1000 mL
4.83	Nega Fulô 1827 Jequitibá / Ipê	de 671 a 1000 mL
4.84	Nega Fulô 1827 Pau Brasil	de 671 a 1000 mL
4.85	Pitu Gold	de 671 a 1000 mL
4.86	Sagatiba Preciosa	de 671 a 1000 mL
4.87	Sagatiba Pura	de 671 a 1000 mL
4.88	Sagatiba Velha	de 671 a 1000 mL
4.89	Salinas	de 521 a 670 mL
4.90	Santa Dose	de 671 a 1000 mL
4.91	Santo Grau	de 671 a 1000 mL
4.92	São Francisco	de 671 a 1000 mL
4.93	Seleta de Salinas	de 521 a 670 mL
4.94	Ypióca 150	de 671 a 1000 mL
4.95	Ypióca 160	de 671 a 1000 mL
4.96	Ypioca Acayu	de 671 a 1000 mL
4.97	Ypióca com Frutas	de 521 a 670 mL
4.98	Ypióca com Frutas	de 671 a 1000 mL
4.99	Ypióca Crystal	de 671 a 1000 mL
4.100	Ypióca Orgânica	de 671 a 1000 mL
4.101	Ypióca Ouro COM Palha	de 671 a 1000 mL
4.102	Ypióca Ouro SEM Palha	de 671 a 1000 mL
4.103	Ypióca Prata COM Palha	de 671 a 1000 mL
4.104	Ypióca Prata SEM Palha	de 671 a 1000 mL
4.105	Ypióca Rio	de 671 a 1000 mL
4.106	Outras marcas de cachaça premium	preço por litro

V. CATUABA

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
5.1	Boazuda	de 671 a 1000 mL
5.2	Forró	de 671 a 1000 mL
5.3	Poderoso	de 671 a 1000 mL
5.4	Randon	de 376 a 520 mL
5.5	Randon	de 671 a 1000 mL
5.6	Selvagem	de 671 a 1000 mL
5.7	Taimbé	de 671 a 1000 mL
5.8	Virtude	de 671 a 1000 mL
5.9	Outras marcas de catuaba	preço por litro

VI. CONHAQUE, BRANDY E SIMILARES

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
6.1	Camus VSOP	de 671 a 1000 mL
6.2	Camus XO	de 671 a 1000 mL
6.3	Courvoisier VSOP	de 671 a 1000 mL
6.4	Courvoisier XO	de 671 a 1000 mL
6.5	Fernando de Castilha	de 671 a 1000 mL
6.6	Fernando de Castilha Gran Reserva	de 671 a 1000 mL
6.7	Fundador Solera Reserva	de 671 a 1000 mL
6.8	Hennessy VSOP	de 671 a 1000 mL
6.9	Hennessy XO	de 671 a 1000 mL
6.10	Lepanto	de 671 a 1000 mL
6.11	Macieira	de 671 a 1000 mL
6.12	Martell Cordon Bleu	de 671 a 1000 mL
6.13	Martell VSOP	de 671 a 1000 mL
6.14	Martell XO	de 671 a 1000 mL
6.15	Remy Martan VSOP	de 671 a 1000 mL
6.16	Remy Martan XO	de 671 a 1000 mL
6.17	Remy Martin Extra	de 671 a 1000 mL
6.18	Remy Martin Louis XIII	de 671 a 1000 mL
ITEM	MARCA	EMBALAGEM
6.19	Brandy Dubar	de 671 a 1000 mL
6.20	Chanceler	de 671 a 1000 mL
6.21	Commel	de 671 a 1000 mL
6.22	Cortel Napoleon	de 671 a 1000 mL
6.23	Dimel	de 671 a 1000 mL
6.24	Dom Bosco	de 671 a 1000 mL
6.25	Domecq	de 671 a 1000 mL
6.26	Domecq Oro	de 671 a 1000 mL
6.27	Domus	de 671 a 1000 mL
6.28	Dreher	de 671 a 1000 mL
6.29	Dreher Cremoso	de 671 a 1000 mL
6.30	Dreher Gold	de 671 a 1000 mL
6.31	Gengibre Arco Íris	de 671 a 1000 mL
6.32	Nautilus	de 671 a 1000 mL
6.33	Osborne	de 671 a 1000 mL
6.34	Palhinha	de 671 a 1000 mL
6.35	Presidente	de 671 a 1000 mL
6.36	São João da Barra	de 671 a 1000 mL
6.37	Outras marcas de conhaque, brandy e similares nacional	preço por litro

VII. COOLER

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
7.1	Canção	de 671 a 1000 mL
7.2	Draft Wine (chope de vinho)	lata de 181 a 375 mL
7.3	Grape Cool	lata de 181 a 375 mL
7.4	Grape Cool	vidro de 181 a 375 mL
7.5	Keep Cooler	de 181 a 375 mL
7.6	Outras marcas de cooler	preço por litro

VIII. GIN

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
8.1	Beefeater	de 671 a 1000 mL
8.2	Bombay Sapphire	de 671 a 1000 mL
8.3	Bulldog Gin	de 671 a 1000 mL
8.4	Gordons Londron Dry	de 671 a 1000 mL
8.5	Hendricks	de 671 a 1000 mL
8.6	Plymouth	de 671 a 1000 mL
8.7	Saffron	de 671 a 1000 mL
8.8	Tanqueray	de 671 a 1000 mL
8.9	Tanqueray TEN	de 671 a 1000 mL
ITEM	MARCA	EMBALAGEM
8.10	G V Asteca	de 671 a 1000 mL
8.11	Genebra Zora DUBAR	de 671 a 1000 mL
8.12	Gilbeys	de 671 a 1000 mL
8.13	Rock´s	de 671 a 1000 mL
8.14	Seagers	de 671 a 1000 mL
8.15	Outras marcas de gin nacional	preço por litro

IX. JURUBEBA E SIMILARES

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
9.1	Asteca	de 671 a 1000 mL
9.2	Cangaceiro do Norte	de 521 a 670 mL
9.3	Chapéu de Couro	de 521 a 670 mL
9.4	Jurubeba Leão do Norte	de 521 a 670 mL
9.5	Outras marcas de jurubeba e similares	preço por litro

X. LICORES E SIMILARES

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
10.1	Absinthe Pere Kermanns	de 671 a 1000 mL
10.2	Amarula	de 181 a 375 mL
10.3	Amarula	de 671 a 1000 mL
10.4	Baileys	de 181 a 375 mL
10.5	Baileys	de 671 a 1000 mL
10.6	Benedictine	de 671 a 1000 mL
10.7	Bols	de 671 a 1000 mL
10.8	Carolans	de 671 a 1000 mL
10.9	Chambord	de 671 a 1000 mL
10.10	Disaronno	de 671 a 1000 mL
10.11	Drambuie	de 671 a 1000 mL
10.12	Fragoli	de 671 a 1000 mL
10.13	Frangélico	de 181 a 375 mL
10.14	Frangélico	de 671 a 1000 mL
10.15	Gabriel Boudier (Cassis)	de 671 a 1000 mL
10.16	Gran Marnier	de 671 a 1000 mL
10.17	Hpnotiq	de 671 a 1000 mL
10.18	Illyquore - licor de café	de 671 a 1000 mL
10.19	Jean de Dijon (Cassis)	de 521 a 670 mL
10.20	Kahlúa	de 671 a 1000 mL
10.21	Limoncello Villa Massa	de 671 a 1000 mL
10.22	Marie Brizard	de 671 a 1000 mL
10.23	Midori - licor de melão	de 671 a 1000 mL
10.24	Molinari Sambuca Anis	de 671 a 1000 mL
10.25	Molinari Sambuca Caffe	de 671 a 1000 mL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10.26	Mozart - licor de chocolate	de 376 a 520 mL
10.27	Nocello	de 671 a 1000 mL
10.28	Opal Nera	de 671 a 1000 mL
10.29	Peach de Kuyper	de 671 a 1000 mL
10.30	Pernod	de 671 a 1000 mL
10.31	Quarenta y Tres (43)	de 671 a 1000 mL
10.32	Ricard	de 671 a 1000 mL
10.33	Sheridan's	de 181 a 375 mL
10.34	SOHO	de 671 a 1000 mL
10.35	Tia Maria	de 671 a 1000 mL
ITEM	MARCA	EMBALAGEM
10.36	Amaretto dell Orso	de 671 a 1000 mL
10.37	Cacau Arco Iris	de 671 a 1000 mL
10.38	Cacau Dubar	de 671 a 1000 mL
10.39	Cocoblanc	de 671 a 1000 mL
10.40	Cointreau	de 671 a 1000 mL
10.41	Comary	de 671 a 1000 mL
10.42	Cordon D'Or	de 671 a 1000 mL
10.43	Fogo Paulista Dubar	de 671 a 1000 mL
10.44	Gengibre Poty	de 671 a 1000 mL
10.45	Golf	de 671 a 1000 mL
10.46	Lautrec Absintho Dubar	de 521 a 670 mL
10.47	Licor de Jaboticaba Vilardi	de 671 a 1000 mL
10.48	Malibu	de 671 a 1000 mL
10.49	Palhinha Menta	de 671 a 1000 mL
10.50	Stock	de 671 a 1000 mL
10.51	Totus	de 671 a 1000 mL
10.52	Outras marcas de licores nacionais e similares	preço por litro

XI. PISCO

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
11.1	Capel	de 671 a 1000 mL
11.2	Capel Moai	de 671 a 1000 mL
11.3	Control	de 671 a 1000 mL
11.4	Outras marcas de pisco similares	preço por litro

XII. RUN

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
12.1	Appleton V/X	de 671 a 1000 mL
12.2	Bacardi - Reserva 8 anos	de 671 a 1000 mL
12.3	Havana Club Cubano 3 Anos	de 671 a 1000 mL
12.4	Havana Club Cubano Añejo 7 Anos	de 671 a 1000 mL
12.5	Havana Club Cubano Añejo Blanco	de 671 a 1000 mL
12.6	Havana Club Cubano Añejo Reserva Ouro	de 671 a 1000 mL
12.7	Bacardi - Superior / Gold	de 671 a 1000 mL
12.8	Bacardi - Sabores	de 671 a 1000 mL
12.9	Bacardi - Black	de 671 a 1000 mL
12.10	Cordel - Branca, Ouro, Prata	de 671 a 1000 mL
12.11	Montilla - Branca, Cristal, Ouro, Prata	de 671 a 1000 mL
12.12	Montilla - Sabores	de 671 a 1000 mL
12.13	Outras marcas de rum nacional	preço por litro

XIII. SAQUE

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
13.1	Hakushika for Cocktails	pack de 1001 a 2500 mL
13.2	Hakushika Gold	de 671 a 1000 mL
13.3	Hakushika Tradicional	de 181 a 375 mL
13.4	Hakushika Tradicional	de 671 a 1000 mL
13.5	Gekkeikan Genzo Black & Gold	de 671 a 1000 mL
13.6	Gekkeikan Nouvelle	de 671 a 1000 mL
13.7	Gekkeikan Silver	de 671 a 1000 mL
13.8	Gekkeikan Tradicional	de 671 a 1000 mL
13.9	Outras marcas de saquê importado	preço por litro
ITEM	MARCA	EMBALAGEM
13.10	Azuma Karakuti	de 671 a 1000 mL
13.11	Azuma Kirin Chinês	de 2501 a 5000 mL
13.12	Azuma Kirin Comum	De 521 a 671 mL
13.13	Azuma Kirin Comum	de 2501 a 5000 mL
13.14	Azuma Kirin Dourado	de 161 até 180 mL
13.15	Azuma Kirin Dourado	de 181 a 375 mL
13.16	Azuma Kirin Dourado	de 671 a 1000 mL
13.17	Azuma Kirin Guinjo	de 671 a 1000 mL
13.18	Azuma Kirin Hiroshigue	cerâmica de 181 a 375 mL
13.19	Azuma Kirin Junmai	de 671 a 1000 mL
13.20	Azuma Kirin Namazake	de 671 a 1000 mL
13.21	Azuma Kirin para Cozinha (Ryorishu)	de 376 a 520 mL
13.22	Azuma Kirin Soft	de 671 a 1000 mL
13.23	Azuma Mirim	de 376 a 520 mL
13.24	Azuma Mirim	de 2501 a 5000 mL
13.25	Daiti Ever	de 671 a 1000 mL
13.26	Daiti Mirin	de 521 a 670 mL
13.27	Daiti Prata Seco	de 521 a 670 mL
13.28	Daiti Prata Seco	de 2501 a 5000 mL
13.29	Fuji	de 671 a 1000 mL
13.30	Jun Daiti	de 521 a 670 mL
13.31	Kenko Mirim	de 521 a 670 mL
13.32	Saquê Tozan Chef	de 376 a 520 mL
13.33	Saquê Tozan Chef	de 2501 a 5000 mL
13.34	Syoucyu Azuma Kirin	de 671 a 1000 mL
13.35	Outras marcas de saquê nacional	preço por litro

XIV. STEINHAEGER

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
14.1	Schinken Hager	de 671 a 1000 mL
14.2	Schlichte	de 671 a 1000 mL
14.3	Kosten	de 671 a 1000 mL
14.4	Steinhaeger Becosa	de 671 a 1000 mL
14.5	Steinhaeger Dubar Loewe	de 671 a 1000 mL
14.6	Outras marcas de steinhaeger naciona	preço por litro

XV. TEQUILA

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
15.1	Camiño Real (todas)	de 671 a 1000 mL
15.2	Cazadores Blanco	de 671 a 1000 mL
15.3	Cazadores Reposado	de 671 a 1000 mL
15.4	Don Julio 1942	de 671 a 1000 mL
15.5	Don Julio Anejo	de 671 a 1000 mL
15.6	Don Julio Blanco	de 671 a 1000 mL
15.7	Don Julio Real	de 671 a 1000 mL
15.8	Don Julio Reposado	de 671 a 1000 mL
15.9	El Jimador Blanco	de 671 a 1000 mL
15.10	El Jimador Reposado	de 671 a 1000 mL
15.11	Herencia de Plata	de 671 a 1000 mL
15.12	Herradura Blanco	de 671 a 1000 mL
15.13	Herradura Reposado	de 671 a 1000 mL
15.14	José Cuervo Black	de 671 a 1000 mL
15.15	José Cuervo Especial (dourada)	de 671 a 1000 mL
15.16	José Cuervo Reserva Família - Anejo (Dourada)	de 671 a 1000 mL
15.17	José Cuervo Reserva Família - Platino (Branca)	de 671 a 1000 mL
15.18	José Cuervo Silver (Branca)	de 671 a 1000 mL
15.19	José Cuervo Tradicional	de 671 a 1000 mL
15.20	Olmeca	de 671 a 1000 mL
15.21	Reserva 1800 Anejo	de 671 a 1000 mL
15.22	Reserva 1800 Blanco	de 671 a 1000 mL
15.23	Reserva 1800 Reposado	de 671 a 1000 mL
15.24	Sauza Reposado	de 671 a 1000 mL
15.25	Sauza Tequila Blanco	de 671 a 1000 mL
15.26	Sauza Tequila Gold	de 671 a 1000 mL
15.27	Sauza Tres Generaciones Reposado	de 671 a 1000 mL
15.28	Sombrero Negro Blanco	de 671 a 1000 mL
15.29	Sombrero Negro Gold	de 671 a 1000 mL
15.30	Tezon	de 671 a 1000 mL
15.31	Outras marcas de tequila premium	preço por litro
15.32	Outras marcas de tequila super premium	preço por litro

XVI. UÍSQUE

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
16.1	Ballantines 8 Anos	de 671 a 1000 mL
16.2	Black & White	de 671 a 1000 mL
16.3	Clan Macgregor	de 671 a 1000 mL
16.4	Cutty Sark 8 anos	de 671 a 1000 mL
16.5	Dewar's White Label	de 671 a 1000 mL
16.6	Famous Grouse	de 671 a 1000 mL
16.7	Famous The Black Grouse 8 anos	de 671 a 1000 mL
16.8	Glen Grant	de 671 a 1000 mL
16.9	Grand Macnish	de 671 a 1000 mL
16.10	Grants 8 Anos	de 671 a 1000 mL
16.11	Jameson	de 671 a 1000 mL
16.12	JB 8 Anos	de 671 a 1000 mL
16.13	Jim Bean White	de 671 a 1000 mL
16.14	John Barr Finest	de 671 a 1000 mL
16.15	Johnnie Walker Red Label	de 671 a 1000 mL
16.16	Johnnie Walker Red Label	de 1001 a 2500 mL
16.17	Johnnie Walker Red Label	de 2501 a 5000 mL
16.18	Sir Edward's	de 671 a 1000 mL
16.19	Something Special DC	de 671 a 1000 mL
16.20	White Horse	de 671 a 1000 mL
16.21	Willian Lawson's	de 671 a 1000 mL
16.22	Outras marcas de uísque importado até 8 anos	preço por litro
ITEM	MARCA	EMBALAGEM
16.23	Ballantines 12 Anos	de 671 a 1000 mL
16.24	Balvenie	de 671 a 1000 mL
16.25	Buchanan's 12 Anos	de 671 a 1000 mL
16.26	Chivas Regal 12 Anos	de 671 a 1000 mL
16.27	Craggnmore	de 671 a 1000 mL
16.28	Cutty Sark	de 671 a 1000 mL
16.29	Dalmore 12 anos	de 671 a 1000 mL
16.30	Dewar's 12	de 671 a 1000 mL
16.31	Famous Gold 12 anos	de 671 a 1000 mL
16.32	Glenfiddich Special	de 671 a 1000 mL
16.33	Glenkinchie 10 Anos	de 671 a 1000 mL
16.34	Glenmorangie	de 671 a 1000 mL
16.35	Grants 12 Anos	de 671 a 1000 mL
16.36	Isla de Jura 10 anos	de 671 a 1000 mL
16.37	Jack Daniels	de 671 a 1000 mL
16.38	Jameson 12 anos	de 671 a 1000 mL
16.39	Jim Bean Black	de 671 a 1000 mL
16.40	John Barr Reserve	de 671 a 1000 mL
16.41	Johnnie Walker BLACK LABEL	de 671 a 1000 mL
16.42	Johnnie Walker BLACK LABEL	de 2501 a 5000 mL
16.43	Logan	de 671 a 1000 mL
16.44	Macallan 12 anos	de 671 a 1000 mL
16.45	Old Parr	de 671 a 1000 mL
16.46	Talisker 10 anos	de 671 a 1000 mL
16.47	The Glenlivet 12 anos	de 671 a 1000 mL
16.48	Whyte and Mackay Special	de 671 a 1000 mL
16.49	Outras marcas de uísque importado acima de 08 anos até 12 anos	preço por litro
ITEM	MARCA	EMBALAGEM
16.50	Dalmore 15 anos	de 671 a 1000 mL
16.51	Dalwhinnie 15 anos	de 671 a 1000 mL
16.52	Dimple 15 Anos	de 671 a 1000 mL
16.53	Glenfiddich 15 Anos	de 671 a 1000 mL
16.54	Jack Daniels Gentleman Jack	de 671 a 1000 mL
16.55	Jack Daniels Single Barrel	de 671 a 1000 mL
16.56	JB 15 Anos	de 671 a 1000 mL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

16.57	Johnnie Walker GREEN LABEL	de 671 a 1000 mL
16.58	Johnnie Walker SWING 15 Anos	de 671 a 1000 mL
16.59	The Glenlivet 15 anos	de 671 a 1000 mL
16.60	Whyte and Mackay The Thirteen	de 671 a 1000 mL
16.61	Outras marcas de uísque importado acima de 12 anos até 15 anos	preço por litro
ITEM	MARCA	EMBALAGEM
16.62	Ballantines 17 Anos	de 671 a 1000 mL
16.63	Buchanan's 18 Anos	de 671 a 1000 mL
16.64	Chivas Regal 18 anos	de 671 a 1000 mL
16.65	Dalmore 18 anos	de 671 a 1000 mL
16.66	Famous Grouse 18 anos	de 671 a 1000 mL
16.67	Glenfiddich 18 Anos	de 671 a 1000 mL
16.68	Isla de Jura 16 anos	de 671 a 1000 mL
16.69	Johnnie Walker GOLD LABEL	de 671 a 1000 mL
16.70	Macallan 18 anos	de 671 a 1000 mL
16.71	Whyte and Mackay Old Luxury	de 671 a 1000 mL
16.72	The Glenlivet 18 anos	de 671 a 1000 mL
16.73	Outras marcas de uísque importado acima de 15 anos até 18 anos	preço por litro
ITEM	MARCA	EMBALAGEM
16.74	Ballantines 21 Anos	de 671 a 1000 mL
16.75	Johnnie Walker BLUE LABEL	de 761 a 1000 mL
16.76	Johnnie Walker BLUE LABEL	de 521 a 760 mL
16.77	Royal Salute 21 Anos	de 671 a 1000 mL
16.78	Outras marcas de uísque importado acima de 18 anos até 21 anos	preço por litro
ITEM	MARCA	EMBALAGEM
16.79	Ballantines 30 anos	de 671 a 1000 mL
16.80	Chivas Regal 25 anos	de 671 a 1000 mL
16.81	Famous Grouse 30 anos	de 671 a 1000 mL
16.82	Royal Salute 100 cask	de 671 a 1000 mL
16.83	Royal Salute 38 years	de 671 a 1000 mL
16.84	Whyte and Mackay Supreme 22	de 671 a 1000 mL
16.85	Whyte and Mackay 30	de 671 a 1000 mL
ITEM	MARCA	EMBALAGEM
16.86	Bell's	de 671 a 1000 mL
16.87	Passport	de 671 a 1000 mL
16.88	Teacher's	de 671 a 1000 mL
16.89	Outras marcas de uísque importados e engarrafados no Brasil	preço por litro
ITEM	MARCA	EMBALAGEM
16.90	Blenders Pride	de 671 a 1000 mL
16.91	Cockland Gold	de 671 a 1000 mL
16.92	Drury's	de 671 a 1000 mL
16.93	Gran Par Blend	de 671 a 1000 mL
16.94	Long John	de 671 a 1000 mL
16.95	Lord's Land	de 671 a 1000 mL
16.96	Mark One	de 671 a 1000 mL
16.97	Natu Nobilis	de 671 a 1000 mL
16.98	Natu Nobilis Celebrity	de 671 a 1000 mL
16.99	Old Eight	de 671 a 1000 mL
16.100	Wall Street	de 671 a 1000 mL
16.101	Outras marcas de uísque nacional	preço por litro

XVII. VERMUTE E SIMILARES

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
17.1	Carpano Punt et Mês (argentino)	de 671 a 1000 mL
17.2	Cinzano	de 671 a 1000 mL
17.3	Contini	de 671 a 1000 mL
17.4	Cortezano	de 671 a 1000 mL
17.5	Fiorini	de 671 a 1000 mL
17.6	Martini (todos)	de 671 a 1000 mL
17.7	Paizano	de 671 a 1000 mL
17.8	Paratini	de 671 a 1000 mL
17.9	San Remy	de 671 a 1000 mL
17.10	St Raphael	de 671 a 1000 mL
17.11	Vinho Quinado DUBAR	de 671 a 1000 mL
17.12	Outras marcas de vermute e similares nacional	preço por litro

XVIII. VODKA

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
18.1	Absolut - Aromatizada / Saborizada	de 761 a 1000 mL
18.2	Absolut	de 671 a 1000 mL
18.3	Absolut	de 376 a 520 mL
18.4	Absolut	de 521 a 760 mL
18.5	Absolut 100	de 671 a 1000 mL
18.6	Belvedere (todas)	de 671 a 1000 mL
18.7	Blavod Black	de 671 a 1000 mL
18.8	Ciroc	de 671 a 1000 mL
18.9	Danzka	de 671 a 1000 mL
18.10	Finlandia - Aromatizada / Saborizada	de 671 a 1000 mL
18.11	Finlandia	de 671 a 1000 mL
18.12	Grey Goose (todas)	de 671 a 1000 mL
18.13	Ketel One	de 671 a 1000 mL
18.14	Level	de 671 a 1000 mL
18.15	Pravda	de 671 a 1000 mL
18.16	Smirnoff Black	de 671 a 1000 mL
18.17	Sobieski	de 671 a 1000 mL
18.18	Stolichnaya	de 761 a 1000 mL
18.19	Stolichnaya	de 376 a 520 mL
18.20	Stolichnaya	de 521 a 760 mL
18.21	Svedka	de 671 a 1000 mL
18.22	Wyborowa - Aromatizada / Saborizada	de 671 a 1000 mL
18.23	Wyborowa	de 761 a 1000 mL
18.24	Wyborowa	de 376 a 520 mL
18.25	Wyborowa	de 521 a 760 mL
18.26	Wyborowa Exquisite / Single Estate	de 671 a 1000 mL
18.27	Xellent	de 671 a 1000 mL
18.28	Outras marcas de vodka importada premium	preço por litro
18.29	Outras marcas de vodka importada super premium	preço por litro
ITEM	MARCA	EMBALAGEM
18.30	Askov	de 671 a 1000 mL
18.31	Balalaika	de 671 a 1000 mL
18.32	Balalaika Black	de 376 a 520 mL
18.33	Bowoyka	de 671 a 1000 mL
18.34	Cristal	de 671 a 1000 mL
18.35	Eristoff	de 671 a 1000 mL
18.36	First K	de 671 a 1000 mL
18.37	Fkusnaya	de 671 a 1000 mL
18.38	Kadov	de 671 a 1000 mL
18.39	Komaroff	de 1001 a 2500 mL
18.40	Kriskoff	de 671 a 1000 mL
18.41	Leonoff	de 671 a 1000 mL
18.42	Liquid (todas)	de 671 a 1000 mL
18.43	Moskowita	de 671 a 1000 mL
18.44	Natasha (todas)	de 671 a 1000 mL
18.45	Orloff	de 671 a 1000 mL
18.46	Polovtz	de 671 a 1000 mL
18.47	Rajska	de 671 a 1000 mL
18.48	Roskoff (todas)	de 671 a 1000 mL
18.49	Skyy	de 671 a 1000 mL
18.50	Smirnoff Red	de 671 a 1000 mL
18.51	Starka	de 671 a 1000 mL
18.52	Stoliskoff Black	de 671 a 1000 mL
18.53	Stoliskoff Red	de 671 a 1000 mL
18.54	Zvonka Black	de 671 a 1000 mL
18.55	Zvonka Red	de 671 a 1000 mL
18.56	Outras marcas de vodka nacional popular	preço por litro
18.57	Outras marcas de vodka nacional premium	preço por litro

XIX. DERIVADOS DE VODKA

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
19.1	Orloff Mix (todas)	de 671 a 1000 mL
19.2	Smirnoff Caipiroska (todas)	de 671 a 1000 mL
19.3	Smirnoff Twist (todas)	de 671 a 1000 mL
19.4	Outras marcas de derivados de vodka	preço por litro

XX. ARAK

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
20.1	Arak Georges Aubert	de 671 a 1000 mL

XXI. AGUARDENTE VÍNICA / GRAPPA

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
21.1	Adega Velha	de 671 a 1000 mL
21.2	Grappa Aurora	de 521 a 670 mL
21.3	Grappa Miolo	de 521 a 670 mL

XXII. SIDRA E SIMILARES

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
22.1	Brindespuma Piagentini	de 671 a 1000 mL
22.2	Celebrate - Maçã	de 521 a 670 mL
22.3	Chapinha Fest	de 521 a 670 mL
22.4	Chuva de Prata	de 1001 a 2500 mL
22.5	Chuva de Prata	de 181 a 375 mL
22.6	Chuva de Prata	de 521 a 670 mL
22.7	Festa de Prata	de 671 a 1000 mL
22.8	Festval	de 521 a 670 mL
22.9	Líder	de 671 a 1000 mL
22.10	Pullman	de 521 a 670 mL
22.11	Sidra Cereser Sabores	de 521 a 670 mL
22.12	Sidra Cereser Tradicional	de 1001 a 2500 mL
22.13	Sidra Cereser Tradicional	de 521 a 670 mL
22.14	Sidra Natal	de 521 a 670 mL
22.15	Surpresa Piagentini	de 671 a 1000 mL
22.16	Valenciana	de 521 a 670 mL
22.17	Outras marcas de sidra nacional	preço por litro

XXIII. SANGRIAS E COQUETÉIS

ITEM	MARCA	EMBALAGEM
23.1	Adega da Serra	de 671 a 1000 mL
23.2	Adega da Serra	de 2501 a 5000 mL
23.3	Cantina do Vale	de 1001 a 2500 mL
23.4	Cantina do Vale	de 671 a 1000 mL
23.5	Cantina do Vale	de 2501 a 5000 mL
23.6	Cantina Rio Bonito	de 1001 a 2500 mL
23.7	Cantina Rio Bonito	de 671 a 1000 mL
23.8	Pinheirense	de 671 a 1000 mL
23.9	Pinheirense	de 2501 a 5000 mL
23.10	Randon	de 671 a 1000 mL
23.11	Sete Colinas	de 671 a 1000 mL
23.12	Sete Colinas	de 1001 a 2500 mL
23.13	Outras sangrias	preço por litro

XXIV VINHOS

24.1	vinhos, cavas, champagnes, espumantes, filtrados doces, proseccos, sangria e sidras, importados
24.2	Produtos nacionais classificadas na posição 2204.10 da NCM/SH
24.3	vinhos, cavas, champagnes, espumantes, filtrados doces, proseccos, sangria e sidras, nacionais, exceto produtos nacionais classificados na posição 2204.10 da NCM/SH

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, São Paulo - Andrea Sandro Calabi.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÕES

No Protocolo ICMS 22/11, publicado no DOU de 14 de abril de 2011, Seção 1, página 53, onde se lê: "PROTOCOLO ICMS 22, DE 13 DE ABRIL DE 2011", leia-se: "PROTOCOLO ICMS 22, DE 1º DE ABRIL DE 2011".".

No Protocolo ICMS 23/11, publicado no DOU de 14 de abril de 2011, Seção 1, página 54:

a) onde se lê: "PROTOCOLO ICMS 27, DE 13 DE ABRIL DE 2011", leia-se: "PROTOCOLO ICMS 27, DE 1º DE ABRIL DE 2011".";

b)onde se lê": Cláusula segunda O § 1º da cláusula sexta passa ...", leia-se: "Cláusula segunda O § 1º da cláusula sexta do Protocolo ICMS 105/09, passa ...: ".

No Protocolo ICMS 24/11, publicado no DOU de 14 de abril de 2011, Seção 1, página 54:

a) onde se lê: "PROTOCOLO ICMS 24, DE 13 DE ABRIL DE 2011", leia-se: "PROTOCOLO ICMS 27, DE 1º DE ABRIL DE 2011".";

b) no preâmbulo, onde se lê": ... neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, reunidos em Brasília, no dia __ de janeiro de 2011, considerando ... ",leia-se: ": ... neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando ... .".

No Protocolo ICMS 25/11, publicado no DOU de 14 de abril de 2011, Seção 1, página 55, onde se lê: "PROTOCOLO ICMS 25, DE 13 DE ABRIL DE 2011", leia-se: "PROTOCOLO ICMS 25, DE 1º DE ABRIL DE 2011".".

No Protocolo ICMS 26/11, publicado no DOU de 14 de abril de 2011, Seção 1, página 55, onde se lê: "PROTOCOLO ICMS 26, DE 13 DE ABRIL DE 2011", leia-se: "PROTOCOLO ICMS 26, DE 1º DE ABRIL DE 2011".".

No Protocolo ICMS 27/11, publicado no DOU de 14 de abril de 2011, Seção 1, página 56, onde se lê: "PROTOCOLO ICMS 27, DE 13 DE ABRIL DE 2011", leia-se: "PROTOCOLO ICMS 27, DE 1º DE ABRIL DE 2011".".

Na cláusula primeira do Protocolo ICMS 60/11, de 11 de agosto de 2011, publicado no DOU de 18 de agosto de 2011, Seção 1, páginas 49 a 51, onde se lê: "... destinadas ao Estado do Amapá ou ao Estado de São Paulo., ...", leia-se: "...destinadas ao Estado do Amapá...".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Declara anulada inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO BRASIL EM GOIÂNIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº. 095, de 30 de abril de 2007, e tendo em vista o disposto no inciso I e § 1º do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, e face ao constante no processo administrativo nº 10120.725264/2011-28, declara:

Art. 1º ANULADA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, abaixo relacionada, tendo em vista haver sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento.

CNPJ nº 01.067.313/0001-20 - MOIPORÁ PREFEITURA MUNICIPAL. Permanecerá ativa a inscrição no CNPJ nº 02.321.909/0001-77.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação

RONALDO SERGIO SILVEIRA GENU

2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Declara a exclusão do parcelamento especial da Lei 10.684/2003 o contribuinte que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO-AC, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 296, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e com fundamento nos artigos 1º e 7º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003, publicada no DOU de 31 de maio de 2003, com artigos 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 25 de agosto de 2004, publicada no DOU de 26 de agosto de 2004, e considerando o contido no processo administrativo número 11522.001365/2011-40, declara:

1. Fica excluído do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o artigo 1º da Lei 10.684/2003, de acordo com o artigo 7º, tendo em vista que foi constatado a ocorrência de falta de recolhimento de três parcelas consecutivos ou alternados, ou tenham sido efetuados recolhimentos de valores inferiores aos das parcelas, o contribuinte O PANELÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 00.378.750/0001-00.

2. É facultado ao contribuinte, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Rio Branco-AC, na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Branco-AC, localizada na rua Marechal Deodoro, 340, Centro, Rio Branco-AC.

3. Não havendo a apresentação do recurso no prazo previsto, a exclusão será definitiva.

JERRY GEORGE NASCIMENTO DA SILVA

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Co-habilitação no Regime Especial (Reidi), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/Pasep e da COFINS.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e III, do art. 1º, da Portaria DRFB/FOR/CE nº 149, de 7 de abril de 2011, publicada no DOU de 08/04/2011, e tendo em vista a constatação de pendência de assinatura digital por parte da autoridade competente nos autos do processo administrativo nº10380.727.069/2011-71, resolve:

Art. 1º CANCELAR os efeitos do Ato Declaratório Executivo nº 66, de 10 de agosto de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 18/08/2011, Seção 1, página 54;

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, porém, com efeitos "ex-tunc" à data de 10 de agosto de 2011.

HELDER SILVA NOBRE

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ (MA), no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do Art. 249, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, em cumprimento à decisão proferida em sede da Ação Civil Pública n.º 28990-42.2010.4.01.3700, declara:

Art. 1º. Ficam suspensos os efeitos dos seguintes atos declaratórios, enquanto subsistirem as implicações da referida decisão judicial:

PROCESSO	ATO	TIPO DE INCENTIVO
10325.001497/2003-25	ADE Nº 07, DE 09/03/2004, PUBLICADO EM 17/03/2004	REDUÇÃO DE IRPJ
10325.000024/2006-33	ADE Nº 02, DE 1º/02/2006, PUBLICADO EM 06/02/2006	REDUÇÃO DO IRPJ
10325.000769/2005-31	ADE Nº 02, DE 06/02/2006, PUBLICADO EM 07/02/2006	SUSPENSÃO DE IPI
10325.000023/2006-17	ADE Nº 04, DE 06/02/2006, PUBLICADO EM 07/02/2006	SUSPENSÃO DE PIS/PASEP E DE COFINS
10325.000206/2006-24	ADE Nº 07, DE 23/03/2006, PUBLICADO EM 24/03/2006	RECAP
10325.001108/2009-57	ADE Nº 13, DE 03/09/2009, PUBLICADO EM 08/09/2009	SUSPENSÃO DE IPI
10325.000470/2009-19	ADE Nº 09, DE 08/04/2009, PUBLICADO EM 13/04/2009	RENOVAÇÃO HABILITAÇÃO RECAP

Art. 2º Os efeitos deste Ato Declaratório alcançam eficácia a partir de 16 de agosto de 2010.
Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CUNHA GUIMARÃES

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 104, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Declara a inidoneidade dos recibos de tratamento fonoaudiológico emitidos em nome de Ana Karla Maciel Lira e Silva, CPF n° 718.334.044-91 no ano-calendário de 2007.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.U. de 23 de dezembro de 2010, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF Recife nº 49, de 22 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 02/03/2011, e tendo em vista o que consta do processo nº 10480.726191/2011-01, resolve:

Declarar inidôneos para todos os efeitos tributários, TODOS OS RECIBOS de tratamento fonoaudiológicos emitidos no ano-calendário de 2007 em nome de ANA KARLA MACIEL LIRA E SILVA, CPF nº 718.334.044-91, com endereço a Rua Coronel Joaquim Inácio, 109, apto 401, Vila Popular, Olinda, PE, haja vista serem ideologicamente falsos e, portanto, imprestáveis e ineficazes para dedução da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física a quaisquer usuários dos mesmos, tendo em vista o contido no processo administrativo n° 10480.726191/2011-01.

ALEXANDRE DE MORAES REGO

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMAÇARI

PORTARIA Nº 73, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMAÇARI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SEDAP nº 205, de 8 de abril de 1988, na Portaria SRF nº 825, de 19 de maio de 2000, na Portaria SRF nº 478, de 11 de maio de 2001 e no art. 143 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao chefe da Equipe de Fiscalização Interna - EFI-1 para decidir sobre restituição e reembolso de contribuições previdenciárias limitado a pedido ou utilização de direito creditório em valores originais a R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º O Delegado poderá exercer a qualquer tempo e a seu critério a decisão de assunto objeto de delegação sem que isso implique a revogação parcial ou total desta Portaria.

Art. 3º Em todos os atos praticados em virtude das competências ora delegadas, deverão ser mencionadas, após a assinatura, o número e data desta Portaria.

Art. 4º Fica expressamente vedada a sub-delegação de competências em respeito a qualquer item ou sub-item desta Portaria.

Art. 5º Ficam convalidados os atos praticados em virtude das competências ora delegadas até a data de início da vigência desta Portaria.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO DA SILVA SALLES NASCIMENTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

PORTARIA Nº 95, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA - BA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos arts. 295, 300 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com fundamento no disposto na Portaria nº 122, de 28 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 6 de abril de 2011, considerando o afastamento da Agente da Receita Federal do Brasil em Macaúbas-BA no período de 22 a 26 de agosto de 2011 e diante da impossibilidade de substituição da servidora em questão, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Transferir, no período de 22 a 26 de agosto de 2011, para a Agência da Receita Federal do Brasil em Ibotirama-BA, localizada na Rua Otávio Mangabeira, nº 250, Centro, Ibotirama-BA, e para a Agência da Receita Federal do Brasil em Seabra-BA, localizada na Travessa Cônego João Pedro Alves, nº 10, Centro, Seabra-BA, abertas ao público no horário de 8h às 12h, o atendimento aos contribuintes dos municípios de Macaúbas, Boquira, Botuporã, Caturama, Ibipitanga e Rio do Pires, jurisdicionados pela Agência da Receita Federal do Brasil em Macaúbas-BA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL LUIZ COUTINHO MACHADO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 36, DE 8 DE AGOSTO DE 2011

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, a Constituição Federal do Brasil prescreve o Regime Geral de Previdência Social, estando o mesmo enquadrado na qualidade de segurado empregado. O ente público tem a obrigação de descontar deste as contribuições para o RGPS e repassar os valores à Secretaria da Receita Federal do Brasil, sob pena de descumprimento legal se assim não o fizer. Também, pelo fato de que, nesta situação, o ente público equipara-se à empresa, este tem a obrigação de recolher as contribuições a seu cargo, destinadas à Seguridade Social, e de confeccionar a GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência.Social.

DISPOSITIVOS LEGAIS: : art. 30; art. 37, incisos II e V e o § 13 do art. 40 da Constituição Federal. Art. 12, inc. I, alíneas "a" e "g" mais seu § 6º; art. 15, inc. I e o art. 22, incisos I e II, da Lei nº 8.212/91.

LÍCIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 37, DE 9 DE AGOSTO DE 2011

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, a Constituição Federal do Brasil prescreve o Regime Geral de Previdência Social, estando o mesmo enquadrado na qualidade de segurado empregado. O ente público tem a obrigação de descontar deste as contribuições para o RGPS e repassar os valores à Secretaria da Receita Federal do Brasil, sob pena de descumprimento legal se assim não o fizer. Também, pelo fato de que, nesta situação, o ente público equipara-se à empresa, este tem a obrigação de recolher as contribuições a seu cargo, destinadas à Seguridade Social, e de confeccionar a GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência.Social.

DISPOSITIVOS LEGAIS: art. 30; art. 37, incisos II e V e o § 13 do art. 40 da Constituição Federal. Art. 12, inc. I, alíneas "a" e "g" mais seu § 6º; art. 15, inc. I e o art. 22, incisos I e II, da Lei nº 8.212/91.

LÍCIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 38, DE 9 DE AGOSTO DE 2011

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, a Constituição Federal do Brasil prescreve o Regime Geral de Previdência Social, estando o mesmo enquadrado na qualidade de segurado empregado. O ente público tem a obrigação de descontar deste as contribuições para o RGPS e repassar os valores à Secretaria da Receita Federal do Brasil, sob pena de descumprimento legal se assim não o fizer. Também, pelo fato de que, nesta situação, o ente público equipara-se à empresa, este tem a obrigação de recolher as contribuições a seu cargo, destinadas à Seguridade Social, e de confeccionar a GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência.Social.

DISPOSITIVOS LEGAIS: art. 30; art. 37, incisos II e V e o § 13 do art. 40 da Constituição Federal. Art. 12, inc. I, alíneas "a" e "g" mais seu § 6º; art. 15, inc. I e o art. 22, incisos I e II, da Lei nº 8.212/91.

LÍCIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

Divulga reenquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM - MG, no uso da competência de que trata o artigo 5º, § 3º, da Instrução Normativa da RFB nº 866, de 06 de agosto de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), alterado pelo Decreto nº 6.158, de 16 de julho de 2007, pelo Decreto nº 6.501, de 02 de Julho de 2008, e pelo Decreto nº 6.520, de 30 de julho de 2008, resolve declarar:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se aos produtos fabricados no País, exceto quanto aos produtos do código 2208.30 da Tabela de Incidência do IPI que observarem o disposto no § 2º do art. 211 do Ripi.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO SOARES DOS SANTOS

ANEXO ÚNICO

RENQUADRAMENTO DE PRODUTOS PARA EFEITO DE CÁLCULO E PAGAMENTO DO IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
17.459.272/0001-57	MINHA DEUSA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORONEL FABRICIANO

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 14, de 16 de agosto de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2011, Seção 1, página 54, onde se lê: "O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORONEL FABRICIANO (MG), no uso da competência delegada pelo artigo 292, inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 125, de 04 de março de 2009, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do decreto nº 7.212, de 15 de Junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI) - e no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 866/2008, declara", leia-se: "O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORONEL FABRICIANO (MG), no uso da competência delegada pelo artigo 307, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do decreto nº 7.212, de 15 de Junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI) - e no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 866/2008, declara".

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Habilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), arts. 1° a 5º da Lei no 11.488/2007.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 295, incisos II e VI, e 307, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 1° a 5º da Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007, no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nºs 778/2007 e 955/2009, e considerando o que consta no processo nº 13618.000066/2010-73, resolve:

Art. 1º _ Habilitar ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) a empresa BIOENERGÉTICA VALE DO PARACATU S/A, CNPJ: 08.793.343/0001-62, para o projeto da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Bioenergética Vale do Paracatu - BEVAP aprovado pela Portaria MME nº 126, de 17 de março de 2009, publicada no DOU 18.03.2009, cujo enquadramento ao Reidi foi aprovado pela Portaria MME nº 432/2011, publicada no DOU de 13/07/2011.

Art. 2º _ O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS ALVES VASCONCELOS

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 81, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

EMENTA: COOPERATIVAS. SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA. No caso de rendimentos pagos por cooperativa a associados, decorrentes da prestação de serviços de transporte de carga realizados em veículo próprio dos cooperados, o imposto a ser retido na fonte incidirá sobre 40% (quarenta por cento) do rendimento bruto auferido, sem qualquer dedução.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 7.713/1988, artigo 9º, I, RIR/1999, artigos 47, I e § 2º, 629, I e 652, §§ 1º e 2º e ADN COSIT nº 1/1993.

MARIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

Declaração de inaptidão da inscrição de pessoa jurídica no CNPJ.

O Inspetor-Chefe da Alfândega do Porto de Vitória, Estado do Espírito Santo, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 280, incisos III e IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda nº 125 de 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06 de março de 2009, e de acordo com o disposto nos artigos 135 e 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, na Lei nº 5.614, de 05 de outubro de 1970, no art. 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, no inciso II do art. 36 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, na Lei nº 10.522, de 30 de dezembro de 2002, no Convênio ICMS nº 8, de 22 de março de 1996, no art. 60 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e de acordo com o que disciplina da Instrução Normativa RFB nº 1005/2010, de 08 de fevereiro de 2010, em seu artigo 42, parágrafo 2º, e considerando o que consta no processo administrativo nº 12466.721305/2011-21 declara INAPTA a inscrição nº 13.251.141/0001-29 no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ - da empresa SILVIO FIORAVANTE - ME, por se enquadrar a mesma na situação prevista no inciso IV da citada Instrução Normativa, a partir de 27/05/2011 obedecendo ao disposto no art. 45, § 3º inc II da Instrução Normativa RFB nº 1005/2010, de 08 de fevereiro de 2010.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza a aquisição de papel com imunidade tributária de acordo com o artigo 150, inciso VI, alínea "d", da Constituição Federal.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal, nos artigos 211-A e 211-B do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, nos artigos 1º, 2º, 3º e 14 da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e na decisão administrativa acostada às fls. 52/53 do processo nº 15553.001139/2010-71, com relação ao pedido apresentado no mencionado processo pelo estabelecimento DELLA MONICA EDITORA LTDA - ME, CNPJ nº 04.375.639/0001-02, situado à Rua Doutor Feliciano Sodré, 82, sala 305, Centro, São Gonçalo/RJ, CEP 24440-440, resolve:

Art. 1º - DEFERIR o pedido de concessão de registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, de que trata o art. 1º da Lei 11.945/2009, na atividade de usuário, com número de inscrição UP-07102/00144.

Art. 2º - A presente autorização será cassada em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 3º - Este Ato declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

DIRCEU RESENDE PINHEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 11 DE AGOSTO DE 2011

Processo: 10783.721502/2011-22.

O Delegado da Receita Federal do Brasil de Vitória-ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, declara ANULADA a inscrição no CNPJ: 00.227.301/0001-52, em nome da empresa individual CLAURER LUIZ ROCHA PEREIRA-ME, por motivo de inscrição indevida, nos termos do artigo 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010.

LUIZ ANTÔNIO BOSSER

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 40, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: 2710.19.32 Óleo lubrificante para transmissão, composto por óleo mineral (71,40% em peso), base sintética e aditivos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (Texto da posição 27.10), RGI 6 (Texto da subposição 2710.19) e RGC-1 (Texto do código 2710.19.32), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com alterações posteriores.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 90, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

Alfandega até 22/01/2012 a Instalação Portuária de Uso Público que menciona.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência conferida pelo art. 25 da Portaria RFB nº 2.438, de 21 de dezembro de 2010, nos termos e condições estabelecidas pela retro referida norma c/c Instrução Normativa SRF nº 106, de 24 de novembro de 2000, e à vista do que consta no processo nº 11128.004858/2010-11, declara:

1. ALFANDEGADOS, a título permanente, até 22/01/2012, os 66 (sessenta e seis) tanques identificados sob os nºs 301 a 312, 319, 320, 501 a 511, 701 a 710, 801 a 810, 1101 a 1114 e 1301 a 1307, com capacidade de armazenagem total de 47.497,788 m³, implantados na Instalação Portuária de Uso Público situada na zona primária do Porto Organizado de Santos, no Terminal de Tanques da Ilha Barnabé, município de Santos - SP, numa área de 38.398,27 m² administrada pela empresa VOPAK BRASIL S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.167.450/0006-53 e arrendada da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP nos termos do Contrato Emergencial DP-DC nº 03.2011, firmado em 26 de julho de 2011, cujo extrato foi publicado no D.O.U. de 29 de julho de 2011, tanques esses que se destinam à movimentação e armazenagem de granéis líquidos em operações de importação e exportação.

2. O recinto ora alfandegado está sob a jurisdição da Alfândega do Porto de Santos, que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

3. Cumpre ao interessado ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437/75, de acordo com o "caput" do art. 4º do Decreto nº 1.912/96, adotando-se, para esse fim, a sistemática estabelecida na Instrução Normativa SRF nº 48/96.

4. Permanece atribuído ao Terminal em questão o código 8.93.22.02-9.

5. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado, podendo ainda a RFB revê-lo a qualquer momento para a sua eventual adequação às normas.

6. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 27 de julho de 2011.

MARCELO BARRETO DE ARAÚJO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O Inspetor-Chefe da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos, no uso das suas atribuições que lhe conferem os artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU, de 23/12/2010, alterada pela Portaria RFB nº 2156 publicada no DOU em 22/02/2011 e Portaria RFB nº 2.401 de 04 de abril de 2011, bem como nos termos do artigo 810, § 3º, do Decreto 6.759/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, com redação dada pelo Decreto 7.213/2010, publicado no DOU em 16/06/2010, resolve:

Art. 1º. Cancelar no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de inclusão no registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8A.11.254	ADÉLIA BARBOSA DO SACRAMENTO	262.985.218-01	10831.008859/05-51
8A.06.691	ADRIANO ALVES DE OLIVEIRA	212.699.118-05	10831.002264/98-74
8A.13.251	ALEXANDRE PEDRO JATOBÁ	173.904.038-45	10831.002134/08-00
8A.12.736	ANDERSON ROGÉRIO BAZIOTTO GOMES	341.919.558-37	10831.005875/07-53
8A.11.070	CLÉBERSON LEANDRO DE LIMA	168.409.408-96	10831.007866/04-54
8A.13.660	DANIELA CAROLINA APARECIDA FUSCO	286.446.378-43	10831.002082/08-63
8A.13.197	DÉBORA GRILO PEREIRA	187.088.788-38	10831.011258/07-97
8A.13.198	DÊNIS ALBERTO DE OLIVEIRA	309.997.848-54	10831.008324/07-41
8A.13.400	FÁBIO LUÍS FOGAÇA DE OLIVEIRA	269.242.748-38	10831.002487/08-00
8A.13.738	FERNANDA GABRIELLE BUFFO	368.681.698-92	10831.006539/08-17
8A.09.893	FÁBIO MOREIRA FERRAZ	227.092.268-98	10831.009149/02-03
8A.13.594	GIL GOMES DE SOUSA	201.833.688-60	10831.007219/06-12
8A.08.399	LAUDAIR RIBEIRO	221.628.998-17	10831.005392/00-57
8A.12.747	MÁRCIO LUCIANO SANCHES	102.023.268-45	10831.003964/07-65
8A.08.928	RAFAEL LOPES DOS SANTOS	258.015.228-83	10831.009239/00-71
8A.11.298	RAPHAEL FAZANI ESPÍNDOLA	286.611.328-43	10831.005426/05-43
8A.13.221	SIMONE SOUZA SOARES DE ARAÚJO	285.792.268-05	10831.013072/07-72
8A.12.753	TAÍS CÉSAR CARVALHO	223.030.528-07	10831.003166/07-33
8A.13.222	THAÍS CALSEVERINI DA ROCHA BARBOZA	370.602.568-06	10831.001366/08-32
8A.10.119	VÁGNER ALVES DA ROCHA	217.699.048-08	10831.002741/03-57
8A.06.291	VALDECY TEIXEIRA MARTINS	115.375.778-83	10831.001789/98-92
8A.11.743	VALDIR PEREIRA DE MORAES	154.917.848-26	10831.002101/06-90
8A.10.615	VIVIANE LIMA DOS SANTOS	285.428.748-70	10831.006687/04-08

Art. 2º. Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8D.06.240	ADÉLIA BARBOSA DO SACRAMENTO	262.985.218-01	10831.000656/11-64
8D.06.241	ADRIANO ALVES DE OLIVEIRA	212.699.118-05	10831.003227/10-68
8D.06.242	ALEXANDRE PEDRO JATOBÁ	173.904.038-45	10831.001918/10-27
8D.06.243	ANDERSON ROGÉRIO BAZIOTTO GOMES	341.919.558-37	10831.002541/10-23
8D.06.244	CLÉBERSON LEANDRO DE LIMA	168.409.408-96	10831.001917/10-82
8D.06.245	DANIELA CAROLINA APARECIDA FUSCO	286.446.378-43	10831.000322/11-91
8D.06.246	DÉBORA GRILO PEREIRA	187.088.788-38	10831.001769/10-04
8D.06.247	DÊNIS ALBERTO DE OLIVEIRA	309.997.848-54	10831.000168/11-57
8D.06.248	FÁBIO LUÍS FOGAÇA DE OLIVEIRA	269.242.748-38	10831.002979/10-10
8D.06.249	FERNANDA GABRIELLE BUFFO	368.681.698-92	10831.000247/11-68
8D.06.250	FÁBIO MOREIRA FERRAZ	227.092.268-98	10831.001906/09-69
8D.06.251	GIL GOMES DE SOUSA	201.833.688-60	10831.002560/10-50
8D.06.252	LAUDAIR RIBEIRO	221.628.998-17	10831.003562/10-66
8D.06.253	MÁRCIO LUCIANO SANCHES	102.023.268-45	10831.003200/10-75
8D.06.254	RAFAEL LOPES DOS SANTOS	258.015.228-83	10831.002932/09-12
8D.06.255	RAPHAEL FAZANI ESPÍNDOLA	286.611.328-43	10831.000043/11-27
8D.06.256	SIMONE SOUZA SOARES ARAÚJO DOS SANTOS	285.792.268-05	10831.002934/10-37
8D.06.257	TAÍS CÉSAR CARVALHO	223.030.528-07	10831.003026/10-61
8D.06.258	THAÍS CALSEVERINI DA ROCHA BARBOZA	370.602.568-06	10831.001592/10-38
8D.06.259	VÁGNER ALVES DA ROCHA	217.699.048-08	10831.003156/10-01
8D.06.260	VALDECY TEIXEIRA MARTINS	115.375.778-83	10831.000697/10-70
8D.06.261	VALDIR PEREIRA DE MORAES	154.917.848-26	10831.001613/10-15
8D.06.262	VIVIANE LIMA DOS SANTOS	285.428.748-70	10831.000248/11-11

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FÁBIO EDUARDO BOSCHI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O Inspetor-Chefe da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos, no uso das suas atribuições que lhe conferem os artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU, de 23/12/2010, alterada pela Portaria RFB nº 2156 publicada no DOU em 22/02/2011 e Portaria RFB nº 2.401 de 04 de abril de 2011, bem como nos termos do artigo 810, § 3º, do Decreto 6.759/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, com redação dada pelo Decreto 7.213/2010, publicado no DOU em 16/06/2010, resolve:

Art.1º. Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8A.15.681	ADILSON RUBIM DE TOLEDO	265.312.238-39	10831.001740/10-14
8A.15.682	ADRIANA LAUAND COCENTINO	013.847.157-62	10831.001909/09-01
8A.15.683	ADRIEL JOSÉ RANGEL	354.917.928-61	10831.001951/10-57
8A.15.684	ALEX BENTO DE CARVALHO	330.114.988-06	10831.001048/10-96
8A.15.685	ALEXANDRE MAURINO ROSA	322.252.648-64	10831.001770/10-21
8A.15.686	ALEXANDRE VICTOR HUGO HEDAD	154.655.268-58	10831.001752/10-49
8A.15.687	ANA PAULA BENEDECTE	317.697.318-73	10831.001605/10-79
8A.15.688	ANA PAULA MAIDANA	334.422.418-20	10831.003052/10-99
8A.15.689	ANDRÉ LUÍS FERREIRA BONIN	365.436.118-80	10831.002657/10-62
8A.15.690	ANDRESSA CHRISTINE MARTINS BARATO	369.263.148-02	10831.003786/10-78
8A.15.691	BEM HUR DA SILVA PINTO	013.631.611-56	10831.001248/10-49
8A.15.692	BRUNO CARDOSO MACHADO	228.814.798-98	10831.003774/10-43
8A.15.693	CAIO CÉSAR ANDO	385.598.778-51	10831.001319/10-11
8A.15.694	CAMILA DOBNER DA CRUZ	399.995.878-28	10831.002539/10-54
8A.15.695	CARLOS ALISSON VALE BARBOZA	392.208.138-07	10831.001104/10-92
8A.15.696	CRISTIANE FERNANDA TREVIZAN VEDOVATO	119.248.258-13	10831.001950/10-11
8A.15.697	DANIEL PEREIRA MARTINS DA SILVA	386.081.028-62	10831.003230/10-81
8A.15.698	DANIELLE CRISTINE DA SILVA MENEGATTI	353.338.728-30	10831.000634/11-02
8A.15.699	DANILO LOPES DE ALCÂNTARA	374.148.398-26	10831.003449/10-81
8A.15.700	EDEMIR DAVID PEREIRA	277.542.828-28	10831.003563/10-19
8A.15.701	EMANUEL GONÇALVES DAQUILA	375.167.198-62	10831.001848/10-15
8A.15.702	ÉRICA SIMONE OLIVEIRA SIQUEIRA	343.000.118-85	10831.001915/10-93
8A.15.703	FABIO DE OLIVEIRA	347.927.388-22	10831.003917/09-83
8A.15.704	FABIO JUNIOR DE OLIVEIRA	392.902.428-41	10831.002989/10-47
8A.15.705	FREDERICO AUGUSTO LUCHIARI DE SOUZA	218.263.498-39	10831.002484/10-82
8A.15.706	GEORGE HILTON LOPES NICOLAU	230.586.718-22	10831.002932/10-48
8A.15.707	GEOVANA SÍLVIA FIORI	361.684.288-36	10831.001442/10-24

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8A.15.708	GLÁUCIA CRISTINA NIETO	319.912.658-83	10831.002614/10-87
8A.15.709	GUILHERME ANDREY BALSANI	397.850.368-98	10831.000601/11-54
8A.15.710	IRINÊS APARECIDA DE OLIVEIRA RODRIGUES	321.525.698-30	10831.002538/10-18
8A.15.711	JANAÍNA MARQUES PEREIRA	407.133.868-78	10831.002537/10-65
8A.15.712	JULIANA APARECIDA AMBIEL	368.552.648-08	10831.003757/10-14
8A.15.713	JULIANA LOURENÇO DOS SANTOS	303.477.978-06	10831.002487/10-16
8A.15.714	JULIANE CRISTINE BATISTA	375.398.308-08	10831.000166/11-68
8A.15.715	KEKE DE ANDRADE	317.519.028-62	10831.002540/10-89
8A.15.716	KERLLY CRISTINA DA COSTA	348.169.918-24	10831.002067/10-30
8A.15.717	LARISSA SOUZA ANANIAS	357.465.228-30	10831.000664/10-20
8A.15.718	LUCAS BARBUTTI MAESTRO	377.986.338-39	10831.000600/11-18
8A.15.719	LUCAS OLIVEIRA BAPTISTA	341.929.878-13	10831.002609/10-74
8A.15.720	LUCCAS AUGUSTO MACIEL MAXIMIANO	296.603.678-80	10831.001463/10-40
8A.15.721	LUCILIA GERÔNIMO	268.599.688-50	10831.001920/10-04
8A.15.722	LUCIMARA ARAUJO PRÓBIO	275.527.168-00	10831.002615/10-21
8A.15.723	LUCRÉCIA INÁCIO DE SOUZA	859.918.486-53	19675.002003/07-58
8A.15.724	LUÍS ROBERTO PURCHIO FERRO	352.578.968-85	10831.003438/10-09
8A.15.725	LUIZ CHAVES JUNIOR	286.556.328-64	10831.000276/10-49
8A.15.726	LUIZ FERNANDO DE SOUZA FAUSTINO	385.328.418-30	10831.003028/10-50
8A.15.727	MANOEL AVELINO DA SILVA NETO	311.009.688-90	10831.001572/10-67
8A.15.728	MÁRCIO WILLIAM DA SILVA	327.487.468-05	10831.003231/10-26
8A.15.729	MARIANA POSCA DOS SANTOS	375.861.518-65	10831.001534/09-71
8A.15.730	MÁRIO EUGÊNIO DA SILVA JUNIOR	066.106.378-06	10831.003027/10-13
8A.15.731	MARISA CORRIACA CARDOSO DE OLIVEIRA	172.040.598-08	10831.002172/10-79
8A.15.732	MAURO DONIZETE FUNGARO	173.856.928-42	10831.003760/10-20
8A.15.733	MAURO DOS SANTOS RODRIGUES	225.125.228-22	10831.003229/10-57
8A.15.734	MICHELLE KELLY SIQUEIRA	328.276.978-40	10831.001916/10-38
8A.15.735	MICHELLE SILVA NAVARRO	088.425.886-60	10831.000510/10-38
8A.15.736	NATIELLE FERREIRA DE LIMA	401.068.258-28	10831.000167/11-11
8A.15.737	OSMAR VANDETE DE FREITAS JUNIOR	229.935.938-97	10831.002173/10-13
8A.15.738	OTAÍSA DE LIMA	386.081.068-50	10831.003565/10-08
8A.15.739	PAULA CRISTINA MILÂNIO DA SILVA	331.505.848-25	10831.002411/10-91
8A.15.740	PAULO CÉZAR ESTURRARI	387.748.718-11	10831.002171/10-24
8A.15.741	PRISCILA TURBOLI	338.256.658-36	10831.001591/10-93
8A.15.742	RAFAEL DE FREITAS JARDIN DE OLIVEIRA	347.796.838-74	10831.001601/10-91
8A.15.743	RAFAEL MORAES ROSSI	399.913.978-17	10831.003228/10-11
8A.15.744	RÓBSON FACONI	353.587.528-54	10831.001853/10-10
8A.15.745	RODERLEI CARNEIRO DA SILVA	281.609.938-54	10831.000655/11-10
8A.15.746	RODRIGO BARGAM	224.584.598-62	10831.003492/10-46
8A.15.747	ROZANA FERREIRA DA SILVA	168.533.558-65	10831.000637/11-38
8A.15.748	RUDNEI DE JESUS	340.408.338-56	10831.002608/10-20
8A.15.749	SARAH DE CAMARGO RODRIGUES	376.555.608-46	10831.002094/10-11
8A.15.750	SÍLVIA VIEIRA DE LIMA SILVA	346.665.228-67	10831.000349/10-01
8A.15.751	SOLANGE APARECIDA QUARTAROLLI FORESTI	104.985.048-32	10831.002957/09-16
8A.15.752	TABATA REGINA AMARANTE CYGERO	383.311.718-45	10831.001996/10-21
8A.15.753	TATIANE PISTONI	328.576.798-74	10831.002933/10-92
8A.15.754	THAÍS MESSIAS VIEIRA DE MELO	343.130.838-47	10831.003574/10-91
8A.15.755	THAYANE DETTOGNE NASCIMENTO SANTOS	352.543.648-31	10831.000165/11-13
8A.15.756	THIAGO APARECIDO GONÇALVES	341.726.758-75	10831.003494/10-35
8A.15.757	VANDERLEYA BUENO DE ALMEIDA	306.957.568-42	10831.000279/11-63
8A.15.758	WILLIANS ALFREDO RODRIGUES DA SILVA	373.183.188-02	10831.001555/10-20
8A.15.759	WILTON AVELINO	218.994.768-57	10831.001807/10-11

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FÁBIO EDUARDO BOSCHI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

Contribuinte: Manoel José dos Santos
CPF: 145.915.818-02
Processo: 13561.000200/2009-03

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Piracicaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, III e IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no DOU em 23 de dezembro de 2010, de acordo com o art. 11, III, art. 12, e art. 18, todos da Instrução Normativa RFB nº 830, de 18 de março de 2008, resolve:

Art. 1º - Cancelar o NIRF nº 6.746.649-4, do imóvel rural denominado Sítio Paraíso, com área total no Cadastro de Imóveis Rurais de 3,8 hectares, e número de inscrição do imóvel rural no INCRA nº 950.025.660.981-4, pelo motivo abaixo exposto:

I - Inscrição indevida.

Art. 2º - Os efeitos do cancelamento retroagirão à data do evento de inscrição do imóvel no Cadastro de Imóveis Rurais.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Concede Registro Especial nos termos da IN SRF nº 504/2005.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba/SP, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, na forma do despacho exarado no processo 14191.720081/2011-33, declara:

1. Estar inscrito sob nº 08110/0060 no Registro Especial de Importador de produtos que trata a IN SRF nº 504/2005, alterada pela IN RFB n° 1.026/2010, o estabelecimento da empresa Adega Adivana Industria e Comercio de Bebidas e Alimentos Ltda, inscrito no CNPJ sob n° 13.414.573/0001-03, localizado na avenida Vereador José Ângelo Biagioni nº 850, Ala C, Bairro Pau D´Alho- Boituva - SP, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa.

2. O estabelecimento supra identificado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 504/2005 e alterações, sob pena de cancelamento desta inscrição.

3. O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANGELO CELSO BOSSO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 84, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Declara inaptidão da inscrição da pessoa jurídica que menciona, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA-SP, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 81, § 5º da Lei n º 9.430/96 e nas disposições contidas no art. 41, inciso II e § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, e os autos do processo administrativo n º 10774.720267/2011-81, declara:

Art 1°. INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da sociedade M TRADE COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ nº 08.208.755/0001-98 por não ser localizada no endereço informado à SRF, conforme art. 39, inciso II da mesma Instrução Normativa;

Art 2°. A partir da publicação do presente ADE, o documento emitido, pela pessoa jurídica acima identificada, será considerado inidôneo, não produzindo efeito tributário em favor de terceiro interessado, conforme previsto no art. 45, § 3º, inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010.

Art 3°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ÂNGELO CELSO BOSSO

9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 9 DE AGOSTO DE 2011

Concede Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo nº 10920.720936/2011-93, declara:

Artigo 1º. Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa SCHULZ S/A, CNPJ nº 84.693.183/0001-68, e o estabelecimento da empresa WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A, CNPJ nº 07.175.725/0010-50, na condição de SUBSTITUÍDO.

Artigo 2º. A responsabilidade aplica-se, exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais são remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código/Tipi	Alíquota
Motor Monofásico	8501-40-19	10%
Motor Trifásico até 1 CV	8501.51.10	5%

Artigo 3º. Os produtos constantes do artigo segundo serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização dos produtos a seguir:

Descrição do Produto	Finalidade	Código/Tipi	Alíquota
Compressor Pistão	Matéria Prima	8414.80.11	0%
Compressor Diafragma/Portátil	Matéria Prima	8414.80.19	0%
Compressor Parafuso	Matéria Prima	8414.80.12	0%

Artigo 4º. Este ADE não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos artigos 2º e 3º.

Artigo 5º. O presente regime terá validade por tempo indeterminado, enquanto não ocorrer as hipóteses previstas no Art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de ofício ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Artigo 6º. Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE nº 042, de 09/08/2011", sendo vedado o destaque do imposto suspenso bem como a sua utilização como crédito.

Artigo 7º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

Concede Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo nº 10940.000437/2011-48, declara:

Artigo 1º. Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa PINCÉIS TIGRE S.A., CNPJ nº 61.182.606/0001-80, e o estabelecimento da empresa BRASKEM S.A., CNPJ nº 42.150.391/0037-81, na condição de SUBSTITUÍDO.

Artigo 2º. A responsabilidade aplica-se, exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais são remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código/Tipi	Alíquota
Polímeros de Cloreto de Vinila (Cloreto de Polivilina-PVC)	3904.10.10	5%
Polímeros de Etileno (Polietileno)	3901.20.29	5%
Polímeros de Propileno (Polipropileno)	3902.10.10	5%

Artigo 3º. Os produtos constantes do artigo segundo serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização dos produtos a seguir:

Descrição do Produto	Finalidade	Código/Tipi	Alíquota
Tubos / Eletrodutos.	Industrialização	3917.23.00	0%
Conexões de PVC - Acessórios.	Industrialização	3917.40.90	0%
Perfis / Tarugos / Varetas.	Industrialização	3916.20.00	10%
Chapas.	Industrialização	3920.43.90	15%
Calhas / Bocais / Tampas / Emendas / Esquadros / Suportes / Cabeceiras / Caixa Eletrodutos / Caixa Derivação.	Industrialização	3925.90.00	5%
Engates.	Industrialização	7307.11.00	5%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Corpo Adaptador / Corpo Furadeira / Porca Furadeira / Cônico Adaptador / Guia Tubo.	Industrialização	8205.10.00	8%
Porta-Cossinete.	Industrialização	8466.10.00	0%
Segmento Espaço Hidrômetro / Tubo Aletado.	Industrialização	8481.80.99	5%
Corpo Registro / Volante Registro / Esfera Registro / Borboleta Registro / Tampa Volante / Haste Válvula / Extremidade Bolsa / Porca Extremidade / Suporte.	Industrialização	8481.90.90	0%
Corpo Caixa Octogonal / Fundo Móvel Caixa Octogonal.	Industrialização	8536.30.00	15%
Corpo Quadro Distribuição / Moldura Quadro Distribuição / Tampa Quadro Distribuição / Trilho Quadro Distribuição.	Industrialização	8538.10.00	15%
Corpos / Molduras / Tampas.	Industrialização	8538.90.90	15%
Perfis / Cantoneiras / Emendas / Junção / Forro / Moldura.	Industrialização	3916.20.00	10%
Janelas / Portas / Maximar / Bandeiras / Nevezianas.	Industrialização	3925.20.00	0%
Tubos / Mangueiras.	Industrialização	3917.32.90	5%
Subdutos / Tubos PE.	Industrialização	3917.21.00	0%
Tampas e Assentos Sanitários.	Industrialização	3922.20.00	5%
Caixa de Descarga / Acessórios.	Industrialização	3922.90.00	5%
Caixa D'água / Tampa.	Industrialização	3925.10.00	0%
Cabo / Bandeja / Haste Pincéis Rolos / Trinchas / Grelhas.	Industrialização	3926.90.90	15%
Conjunto de Irrigação	Industrialização	8424.81.21	0%
Válvulas.	Industrialização	8481.80.11	0%
Torneiras / Registros.	Industrialização	8481.80.19	0%
Engates.	Industrialização	3917.33.00	5%
Curva Derivação.	Industrialização	8481.10.00	0%
Válvulas.	Industrialização	8481.30.00	0%
Registro Gaveta.	Industrialização	8481.80.93	0%
Corpo Registro.	Industrialização	8481.80.95	0%

Artigo 4º. Este ADE não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos artigos 2º e 3º.

Artigo 5º. O presente regime terá validade por tempo indeterminado, enquanto não ocorrer as hipóteses previstas no Art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de ofício ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Artigo 6º. Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE nº 043, de 12/08/2011", sendo vedado o destaque do imposto suspenso bem como a sua utilização como crédito.

Artigo 7º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 15 DE AGOSTO DE 2011

Atualiza relação dos produtos constantes do Registro Especial - Bebidas Alcoólicas nº 10107/0014.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO/RS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 220 da Portaria MF nº 587, de 21de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, alterada pela Portaria RFB nº 2.156, de 21 de fevereiro de 2011 e considerando o disposto no art. 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, de acordo com o art. 8º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e na forma do despacho exarado na folha 521 do processo digitalizado nº 11065.002720/2002-41, declara:

Art. 1º Está inscrito no Registro Especial - Bebidas Alcoólicas, sob o nº 10107/0014, na atividade de engarrafador, o estabelecimento de CNPJ nº 89.719.173/0001-78 da empresa H. WEBER & CIA. LTDA., situado na localidade de Picada 48 Alta, no município de Ivoti/RS.

Art. 2º O estabelecimento supra identificado está autorizado a engarrafar os produtos discriminados a seguir:

PRODUTO	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECIPIENTE
Aguardente	48 Alta	600 e 900 ml
Aguardente Composta (7 sabores diferentes)	48 Alta	900 ml
Aguardente Composta com Gengibre	Weber Haus	500 ml
Aguardente Composta	Da Chica	500 ml
Aguardente Composta	Weber Haus	50 ml (7 sabores diferentes)
		500 ml (8 sabores diferentes)
Aguardente Composta	Caramujo	1.000 ml
Batidas (4 sabores diferentes)	Lundu	700 e 750 ml
Bebidas Alcoolicas Mistas (12 sabores diferentes)	Da Chica	500 ml
Bebidas Alcoolicas Mistas (4 sabores diferentes)	Lundu	700 e 750 ml
Bebidas Alcoolicas Mistas (7 sabores diferentes)	Weber Haus	500 ml
Cachaça	Caramujo	1.000 ml
Cachaça	Da Chica	500 ml
Cachaça	Lundu	1.000 ml
Cachaça Branca	Bhar Moema	700 ml
Cachaça Envelhecida	Bhar Moema	700 ml
Cachaça Envelhecida	Da Chica	500 ml
Cachaça Envelhecida	Fogo de Chão	1.000 ml
Cachaça Envelhecida	São Miguel	700 ml
Cachaça Envelhecida	Weber Haus	700 ml
Cachaça Prata	Fogo de Chão	1.000 ml
Cachaça Prata	Weber Haus	50, 160, 670, 700 e 1.000 ml
Cachaça Prata Orgânica	Weber Haus	700 ml
Cachaça Premium	Weber Haus	50, 160, 670 e 700 ml
Cachaça Extra Premium	Da Chica	500 ml
Cachaça Extra Premium	Weber Haus	160 e 700 ml
Cachaça Premium Orgânica	Weber Haus	700 ml
Caipirinha	Lundu	200, 700 e 750 ml
Coquetel Fermentado de Maçã e Suco (4 sabores diferentes)	49 Pipas	900 ml
Licor	Weber Haus	375 ml (10 sabores diferentes)
		50 e 160 ml (2 sabores diferentes)
		500 ml (5 sabores diferentes)
Licor (2 sabores diferentes)	Scutellata	375 ml
Licor com Amburana	Weber Haus	500 ml
Cachaça Envelhecida em Barris de Amburana	Weber Haus	670 ml

Art. 3º O presente registro poderá ser cancelado a qualquer tempo em caso de desatendimento ou inobservância, pelo estabelecimento, dos requisitos que condicionaram sua concessão.

Art. 4º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/NHO nº 014, de 08 de Abril de 2011.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ FERNANDO LORENZI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

Atualiza a relação de bebidas alcoólicas autorizadas no registro especial do estabelecimento que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO (RS), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts., 220 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e face ao disposto no art. 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 e art. 9º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e, ainda, na forma do despacho exarado no processo administrativo nº 11030.000380/2007-26, declara:

Art. 1º Atualizada no registro especial nº 10104/41 a relação de bebidas alcoólicas autorizadas a engarrafar pelo estabelecimento da empresa GDP INDÚSTRIA DE DESTILADOS LTDA., situado RS 223, Km 43, Bairro Industrial, município de Selbach/RS, cadastrado no CNPJ sob o nº 06.152.044/0001-13, conforme discriminação abaixo:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Capacidade do Recipiente (ml)
Cachaça Premium	Princesa do Arroio	2208.40.00	50, 160 e 750
Cachaça	Princesa do Arroio	2208.40.00	160 e 750
Cachaça	Pioneira	2208.40.00	900
Licor Fino de Canela e Caramelo	Princesa do Arroio	2208.70.00	160, 375 e 750
Licor Fino de Limão	Princesa do Arroio	2208.70.00	160, 375 e 750

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 2, de 24 de março de 2009.
Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GERSON LUIZ GRAEF

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 40, DE 1º DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3924.90.00 Mercadoria: Sortido acondicionado para venda a retalho, composto por duas esponjas para banho (constituídas de uma rede de náilon obtida por extrusão) e um cesto de fios ou arames de aço

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3924), 3 b) e 6 (texto da subposição 3924.90), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 41, DE 5 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 7318.15.00 Mercadoria: Grampo de aço, em forma de "U", roscado em ambas as extremidades, próprio para fixar feixe de molas ao eixo de caminhões, reboques e semi-reboques

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (Notas 2 b) da Seção XVII e 2 a) da Seção XV e texto da posição 7318) e 6 (texto da subposição 7318.15), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 42, DE 12 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 9503.00.80 Mercadoria: Sortido acondicionado para venda a retalho, apresentado em embalagem única, por montar, com característica essencial de brinquedo, inteiramente fabricado em polipropileno moldado por injeção, constituído por mesa e cadeira de pequenas dimensões e pequenos blocos de montar de formatos e dimensões variadas, servindo a cadeira como assento para a criança e para guarda dos blocos no espaço interno sob o assento e no interior de seus pés, e a mesa como apoio para montagem dos blocos ou, secundariamente, para exercício de outras atividades infantis, tais como pintura, desenho e preparo de lições escolares, comercialmente denominado "conjunto de cadeirinha e mesinha com bloquinhos de montar"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (Nota 4 do Capítulo 95 e texto da posição 9503) e 2 a), e RGC-1 (texto do item 9503.00.80), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 43, DE 12 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 9405.50.00 Mercadoria: Castiçal para 9 velas, utilizado para fins decorativos em mesas de jantar, altares e estantes e para iluminação, composto por uma barra de aço inoxidável, em formato de "S" suave, 9 hastes e 9 suportes do mesmo material, 9 copos de vidro e nove velas de parafina, comercialmente denominado "Castiçal horizontal Fano"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 9405) e 6 (texto da subposição 9405.50), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 44, DE 18 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 8471.80.00 Mercadoria: Unidade de conversão de sinal serial RS-485 para sinal serial USB, própria para permitir a conexão entre um aparelho eletrônico (por exemplo, medidor de grandezas elétricas) e um microcomputador, composta por um cabo elétrico isolado de 1,5m provido de uma conexão RS-485 com circuito eletrônico em uma extremidade e uma conexão USB na outra extremidade, comercialmente denominado "Conversor Power-Net A-035"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 8471) e 6 (texto da subposição 8471.80), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 45, DE 6 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Mercadoria: Conjunto não caracterizado como sortido, apresentado em embalagem única de cartão, comercialmente denominado "Combo Caixa Térmica com 4 Peças", constituído pelos seguintes recipientes isotérmicos, com paredes interna e externa de plástico (polipropileno), cujos isolamentos são produzidos por poliestireno expandido (EPS), próprios para conservar ou manter refrigerados bebidas e alimentos:

Código TEC / Descrição

3923.10.90 - Caixas térmicas com capacidade de 60 litros e 22,7 litros

3926.90.90 - Botijão térmico com capacidade de 7,6 litros

3926.90.90 - Garrafa térmica com capacidade de 2 litros

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos das posições 39.23 e 39.26) e 6 (textos das subposições 3923.10 e 3926.90) e RGC 1 (textos dos itens 3923.10.90 e 3926.90.90), da TEC aprovada pela Resolução Camex nº 43, de 2006

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 46, DE 10 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 8205.59.00 Mercadoria: Ferramenta manual de aço moldado, utilizada por eletricistas de concessionárias de energia elétrica para a abertura e o fechamento de chaves de fusíveis e chaves tipo "faca" nas redes de distribuição, própria para ser acoplada ao olhal do porta-fusível, o que permite sua abertura para interrupção da passagem de energia, retirada do mesmo para a manutenção da rede ou para substituição de fusíveis rompidos, provida de adaptador universal que permite seja acoplada à vara de manobras, batente de abertura e fechamento, mecanismo automático de travamento e liberação e cordão de segurança para impedir a queda do porta-fusível, comercialmente denominado "DAFC - Dispositivo de Abrir e Fechar Chaves"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (Nota 1 a) do Capítulo 82 e texto da posição 8205) e 6 (texto da subposição 8205.59) da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 47, DE 12 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC: 3921.13.90 Mercadoria: Laminado de plástico (poliuretano) microalveolar, com reforço em uma das faces com falso tecido de fibras de poliéster e raiom viscose, de espessura de 0,6mm e gramatura de 295g/m2, de cor uniforme em ambas as faces, apresentado em rolos com 1,42m de largura, utilizado na fabricação de couro artificial

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (Nota 3 do Capítulo 56 e texto da posição 3921) e 6 (texto da subposição 3921.13), e RGC-1 (texto do item 3921.13.90), da TEC aprovada pela Resolução Camex nº 43, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 48, DE 13 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC: 3921.13.90 Mercadoria: Laminado de plástico (poliuretano) microalveolar, com reforço em uma das faces com tecido de fibras de raiom viscose, de espessura de 0,6mm e gramatura de 258g/m2, de cor uniforme em ambas as faces, apresentado em rolos com 1,42m de largura, utilizado na fabricação de couro artificial

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (Nota 2 do Capítulo 59 e texto da posição 3921) e 6 (texto da subposição 3921.13), e RGC-1 (texto do item 3921.13.90), da TEC aprovada pela Resolução Camex nº 43, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 49, DE 23 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.29 Mercadoria: Preparação à base de óleo de semente de sasha inchi, óleo de semente de nozpecã e óleo de linhaça, contendo ácidos carboxílicos e derivados desses ácidos, tensoativos, antioxidantes e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "Nutrinvent Ômega LV"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.29), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 50, DE 23 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.29 Mercadoria: Preparação à base de óleo de "palmiste", óleo de semente de tomate, hidrolisato de proteínas do germe de trigo e da soja e extrato de farinha de aveia, contendo ácidos carboxílicos e derivados desses ácidos, tensoativos, antioxidantes e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações capilares não medicamentosas, para condicionamento e hidratação dos cabelos, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "Nutrinvent Hair LV"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.29), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 51, DE 24 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.29 Mercadoria: Preparação à base de escina e cafeína, contendo álcool etílico, polissorbato 80, lecitina, derivados de ácidos carboxílicos, tensoativos, antioxidantes e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, de ação anticelulítica, ativadora da circulação sanguínea e drenante, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "Lipossomas Drenantes"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.29), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 52, DE 25 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.29 Mercadoria: Preparação à base de extrato da folha de ginkgo biloba, contendo álcool etílico, polissorbato 80, lecitina, antioxidantes e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, de ação preventiva da flacidez, melhorando a elasticidade da pele, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "Lipossomas de Ginkgo Biloba"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.29), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 53, DE 25 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.23 Mercadoria: Preparação à base de triglicerídio dos ácidos caprílico e cáprico, coenzima Q10, acetato de tocoferilo, extrato da folha de ginkgo biloba e óleo de semente de uva, contendo palmitato de cetila, álcool etílico, polissorbato 80, lecitina, antioxidantes e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, de ação antirrugas para peles jovens, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "Nanoaging Prevent"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.23), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 54, DE 26 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.23 Mercadoria: Preparação à base de triglicerídio dos ácidos caprílico e cáprico, óleo de linhaça, óleo de semente de uva, acetato de tocoferilo, coenzima Q10 e palmitato de retinol, contendo palmitato de cetila, polissorbato 80, antioxidantes e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, de ação antirrugas para peles maduras, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "Nanoaging Reverse"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.23), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 55, DE 30 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3916.10.00 Mercadoria: Perfis de polietileno de alta densidade - PEAD reforçado com casca de arroz e adicionado de pigmentos e aditivos orgânicos, ocos, de seção transversal retangular constante, com divisões internas ao longo do comprimento, obtidos por extrusão, próprios para construção de cercas, de coberturas e fechamentos laterais, de revestimentos internos e externos (forros, rodapés, rodaforros, escadas), de decks para piscinas e de esquadrias para portas e janelas, com 3m de comprimento ou superior, largura de 140mm e espessura de 25mm

Código TIPI: 3916.90.90 Mercadoria: Perfis de polipropileno - PP reforçado com casca de arroz e adicionado de pigmentos e aditivos orgânicos, ocos, de seção transversal retangular constante, com divisões internas ao longo do comprimento, obtidos por extrusão, próprios para construção de cercas, de coberturas e fechamentos laterais, de revestimentos internos e externos (forros, rodapés, rodaforros, escadas), de decks para piscinas e de esquadrias para portas e janelas, com 3m de comprimento ou superior, largura de 140mm e espessura de 25mm

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (Nota 11 do Capítulo 39 e texto da posição 3916) e 6 (textos das subposições 3916.10 e 3916.90), e RGC-1 (texto do item 3916.90.90), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 56, DE 31 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.29 Mercadoria: Preparação à base de óleo de farelo de arroz, extrato de flores de Arnica montana e óleo de semente de rosa mosqueta, contendo silicones, palmitato de cetila, polissorbato 80, antioxidantes e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, de ação antiolheiras, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "NanoBright Eyes"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.29), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 57, DE 1º DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.29 Mercadoria: Preparação à base de óleo de amêndoas doces, óleo de nozes de macadâmia e óleo de farelo de arroz, contendo silicones, palmitato de cetila, polissorbato 80, antioxidantes e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, de ação hidratante para o rosto e para o corpo, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "NanoHydrate"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.29), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 58, DE 8 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma a Solução de Consulta nº 42 - SRRF10/Diana, de 18 de março de 2010.

Código TIPI: 3824.90.29 Mercadoria: Preparação à base de óleo de abacate (hidratante da pele e dos cabelos), contendo partículas lipofílicas, lipídios sólidos sintéticos (palmitato de cetila e outros triglicerídeos sólidos), tensoativos, conservantes, antioxidantes e antiespumantes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele e de preparações capilares, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 100ml ou de 1 litro

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.29), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 59, DE 8 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.23 Mercadoria: Preparação à base de triglicerídio dos ácidos caprílico e cáprico, óleo de amêndoas doces, óleo de linhaça e óleo de semente de uva, contendo palmitato de cetila, polissorbato 80, antioxidantes e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, de ação hidratante e para evitar a formação de estrias em mulheres grávidas, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "NanoMaternity Care"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.23), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 60, DE 9 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.29 Mercadoria: Preparação à base de óleo de gergelim, óleo de abacate, pantenol e manteiga de cacau, contendo palmitato de cetila, polissorbato 80, silicones e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações capilares não medicamentosas, para hidratação dos cabelos, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "NanoShine Hair"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.29), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 61, DE 15 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.29 Mercadoria: Preparação à base de tetraisopalmitato de ascorbilo (vitamina C oleosa), óleo de semente de rosa mosqueta e resveratrol, contendo adipato de diisopropila, palmitato de cetila, polissorbato 80, silicones e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, de ação antiolheiras, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "NanoShine"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.29), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 62, DE 21 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.23 Mercadoria: Preparação à base de triglicerídio dos ácidos caprílico e cáprico, óleo de farelo de arroz, escina, cafeína, sinefrina, diidromiricetina e diosgenina, contendo palmitato de cetila, polissorbato 80, silicones e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, de ação anticelulítica, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "NanoSlim Complex"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.23), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 63, DE 22 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.29 Mercadoria: Preparação à base de óleo de "palmiste", óleo de semente de uva, óleo de semente de tomate e N-acetil tirosina, contendo palmitato de cetila, polissorbato 80, silicones e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, para ativar e manter o bronzeado, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "NanoSummer Intense"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.29), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 64, DE 24 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.23 Mercadoria: Preparação à base de triglicerídio dos ácidos caprílico e cáprico e palmitato de retinol (derivado da vitamina A), contendo oleato de sorbitano, silicones e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, de ação antioxidante para combater o envelhecimento da pele, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "NanoVit A"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.23), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 65, DE 1º DE JULHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3305.90.00 Mercadoria: Preparação à base de queratina hidrolisada e acetato de tocoferilo (derivado da vitamina E), contendo álcool etílico, polissorbato 80, lecitina e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações capilares não medicamentosas, para hidratação e reparação dos cabelos ou diretamente como preparação capilar após diluição a 10% em água, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "NanoVit Hair"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3305) e 6 (texto da subposição 3305.90) da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 66, DE 1º DE JULHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 7326.90.90 Mercadoria: Base para guarda-sol e ombrelone, de aço, com base em formato de "X" e tubo central para apoio e fixação da haste do guarda-sol ou ombrelone

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 73.26) e 6 (texto da subposição 7326.90), e RGC 1 (texto do item 7326.90.90), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 67, DE 4 DE JULHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.29 Mercadoria: Preparação à base de tetraisopalmitato de ascorbilo (vitamina C oleosa), contendo palmitato de cetila, polissorbato 80, silicones e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, de ação hidratante, antirrugas e antiolheiras, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "NanoVit C"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.29), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 68, DE 6 DE JULHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.23 Mercadoria: Preparação à base de triglicerídio dos ácidos caprílico e cáprico e acetato de tocoferilo (derivado da vitamina E), contendo palmitato de cetila, silicones e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, de ação antioxidante para combater o envelhecimento da pele, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "NanoVit E"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.23), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 69, DE 7 DE JULHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3402.20.00 Mercadoria: Preparação auxiliar de lavagem à base de peróxido de hidrogênio, agente orgânico de superfície e agente quelante (sequestrante), para branqueamento de roupas e remoção de manchas, apresentada para venda a retalho em embalagens de plástico com capacidades de 1 e 5 litros, comercialmente denominada "Alvejante sem cloro"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 3402) e 6 (texto da subposição 3402.20), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 70, DE 11 DE JULHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.29 Mercadoria: Preparação à base de óleo de semente de uva e resveratrol, contendo oleato de sorbitano, palmitato de cetila, silicones e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, de ação antioxidante, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "NanoVitis RV"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.29), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 71, DE 15 DE JULHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC: 9405.10.93 Mercadoria: Luminária de embutir de alumínio provida de sete diodos emissores de luz (LED) e fonte de energia (voltagem de entrada de 100 a 230 Vca), com potência de 7 W, para uso em ambientes residenciais ou comerciais para iluminação decorativa ou direcionada, comercialmente denominada "LED Lâmpada Direcionada"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 94.05) e 6 (texto da subposição 9405.10), e RGC 1 (textos do item 9405.10.9 e do subitem 9405.10.93), da TEC aprovada pela Resolução Camex nº 43, de 2006

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 72, DE 19 DE JULHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3808.91.99 Mercadoria: Repelente de insetos (mosquitos, borrachudos, muriçocas, pernilongos, etc.), à base de butilacetilaminopropionato de etila, apresentado na forma de gel ou loção de uso direto sobre a pele, acondicionado em bisnagas ou frascos de plástico com capacidade de 120g, em bombonas de plástico com capacidade de 2kg ou 4kg ou em sachês de plástico com capacidade de 3 gramas, comercialmente denominado "Creme-Gel Repelente de Insetos Luvex" e "Creme-Loção Repelente de Insetos Luvex"

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3808) e 6 (texto da subposição 3808.91), e RGC-1 (art. 3º do Decreto nº 79.094/77 e textos do item 3808.91.9 e do subitem 3808.91.99), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 73, DE 21 DE JULHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.29 Mercadoria: Preparação à base de óleo de folhas de Melaleuca alternifolia (árvore-do-chá), óleo de folhas de alecrim e óleo de semente de abóbora-moranga, contendo palmitato de cetila, estearato de sorbitano e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, de ação reguladora da oleosidade da pele do rosto, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "Nutrinvent Balance LV"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.29), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 74, DE 25 DE JULHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC: 2309.90.90 Mercadoria: Pré-mistura à base de flavofosfolipol (8% em peso) em suporte mineral (carbonato de cálcio), em forma de pó granulado, própria para ser misturada à ração de animais para promoção do crescimento, acondicionada em sacos de 20 ou 25 kg, comercialmente denominada "Flavomycin® 80"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 2309) e 6 (texto da subposição 2309.90), e RGC-1 (texto do item 2309.90.90), da TEC aprovada pela Resolução Camex nº 43, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 75, DE 29 DE JULHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI: 3824.90.29 Mercadoria: Preparação à base de óleo de semente de uva, contendo oleato de sorbitano, palmitato de cetila, silicone e outros ingredientes, em base aquosa, utilizada como insumo para a fabricação de preparações não medicamentosas para conservação e cuidados da pele, de ação antirrugas, antiolheiras e hidratante para o corpo e o rosto, apresentada na forma de emulsão acondicionada em frascos com capacidade de 50g, 1kg, 5kg ou 20kg, comercialmente denominada "NanoVitis"

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 3824) e 6 (texto da subposição 3824.90), e RGC-1 (textos do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.29), da TIPI aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

MILTON JOSÉ HARTMANN
Auditor Fiscal
p/Delegação de Competência

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 579, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 18.08.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 19.08.2011;

V - data da liquidação financeira: 19.08.2011;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.10.2012	409	2.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2014	866	3.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2015	1.231	2.500.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2014	866	Até 2.000.000	1.000,000000	Bacen

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 25, de 4 de agosto de 2011, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 18.08.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h30 às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 19.08.2011;

V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
LTN	100000	01.10.2012	409	400.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2014	866	600.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2015	1.231	500.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 580, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras Financeiras do Tesouro, LFT, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 18.08.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 19.08.2011;

V - data da liquidação financeira: 19.08.2011;

VI - data-base das LFT: 01.07.2000;

VII - critério de seleção das propostas: serão aceitas todas as propostas com cotações iguais ou superiores à cotação mínima aceita, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras;

VIII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

IX - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

X - quantidade para o público: até 300.000 de títulos, que serão distribuídos, a critério do Tesouro Nacional, entre os títulos listados abaixo;

XI - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (em R$)	Adquirente
LFT	210100	01.03.2016	1.656	Até 300.000	1.000,000000	Público
LFT	210100	01.03.2018	2.386	Até 300.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 25, de 4 de agosto de 2011, que consistirá na aquisição de LFT com as características apresentadas abaixo, pelas cotações de venda apuradas na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 18.08.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h30 às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 19.08.2011;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	VN na data-base (em R$)
LFT	210100	01.03.2016	1.656	1.000,000000
LFT	210100	01.03.2018	2.386	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial a que se refere o art. 3º, corresponderá a 5% (cinco por cento) da quantidade vendida ao público na oferta pública de que trata o art. 1º e obedecerá à mesma distribuição percentual verificada entre os títulos vendidos.

§ 1º.A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

§ 2º. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.883, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 05/04/2011, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
Nova Denominação Social
R&R AUDITORIA E CONSULTORIA - EPP
CNPJ: 38.725.438/0001-00
Anterior Denominação Social
R&R AUDITORIA E CONSULTORIA
CNPJ: 38.725.438/0001-00

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.884, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM N° 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM N° 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir desta data, e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ: 00.298.818/0001-32

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA, relativas ao primeiro semestre de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório da Administração - Primeiro Semestre de 2011

INTRODUÇÃO

A Caixa Econômica Federal, banco público com 150 anos de história, é detentora da marca mais forte entre os bancos brasileiros, administrando ativos da ordem de R$ 459,2 bilhões, com um patrimônio líquido de R$ 18,2 bilhões.

Sua atuação como Instituição Financeira ocorre em sintonia com seu papel de agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro, promovendo a cidadania e o desenvolvimento sustentável do País. Nesse contexto diferenciado de atuação, fechou o semestre com lucro líquido de R$ 2,3 bilhões, variação de 36,4% em relação ao mesmo período de 2010, quando atingiu R$ 1,7 bilhão.

Ao ter como valor a eficiência e inovação nos serviços, produtos e processos, registrou uma evolução de 38,0% nas operações de crédito, em comparação com o mesmo período de 2010, totalizando saldo de R$ 205,9 bilhões. No mesmo sentido, suas receitas com operações de crédito registraram um aumento de 44%, valorizando a sustentabilidade econômica e financeira da Instituição.

O valor sustentabilidade também pode ser reconhecido na qualidade de seus créditos, em que mais de 90% da carteira estão concentrados nos *ratings* de AA até C, e a inadimplência total (atrasos superiores a 90 dias), durante o 1° semestre de 2011, manteve-se estável em cerca de 2,1%.

Destaca-se ainda sua atuação como parceira estratégica do Estado brasileiro, sendo o principal agente das políticas sociais e de habitação do País. No cumprimento desse papel suas operações habitacionais registraram nesse semestre saldo de R$ 129,3 bilhões, sendo que os financiamentos com recursos das cadernetas de poupança - SBPE superaram R$ 68,0 bilhões. Nas linhas que utilizam recursos do FGTS, a Instituição alcançou R$ 61,0 bilhões.

Foram liberados R$ 34,7 bilhões para habitação, valor 3,4% superior ao mesmo período de 2010. Em financiamentos, foram R$ 31,2 bilhões, dos quais R$ 17,4 bilhões realizados com recursos da poupança (SBPE), responsáveis por 304,1 mil unidades habitacionais, e R$ 13,6 bilhões, com linhas que utilizam o FGTS, que totalizaram 181,3 mil moradias. Além disso, foram destinados R$ 3,2 bilhões para subsídios e R$ 333,2 milhões em consórcio, arrendamentos residenciais e repasses.

Até 30 de junho de 2011, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida 2 a CAIXA destinou R$ 12,6 bilhões, que beneficiou mais de 550 mil pessoas e financiando, aproximadamente, 166 mil novas moradias.

Crédito, habitação e prestação de serviços sociais e bancários trouxeram a população brasileira para a CAIXA. Ao praticar uma das menores tarifas do mercado, ampliou sua base de correntistas e poupadores, de todas as faixas de renda, somando 54,6 milhões de clientes, com um crescimento de 7,0%, se comparado a junho de 2010.

Os depósitos totais atingiram saldo de R$ 234,4 bilhões, aumento de 19,7% em 12 meses. Destaque para a tradição e confiança dos brasileiros na poupança da CAIXA que alcançou saldo de R$ 136,3 bilhões, crescendo 17,2% em relação ao mesmo período de 2010 e obtendo 35,06% de participação no mercado.

Todo esse crescimento em operações de crédito e atendimento dos benefícios sociais, exigiu da CAIXA a ampliação de sua rede de atendimento em quase 20% nos últimos 12 meses. De um total de 36,2 mil em junho de 2010, hoje a CAIXA está disponível para a população brasileira em 43,3 mil pontos de atendimento, sendo 7,4 mil unidades próprias entre agências, postos e salas de autoatendimento e 35,9 mil correspondentes, dos quais 10,9 mil são lotéricos.

Dentre as agências abertas, uma reforça os princípios da sustentabilidade, a Agência Paranoá, DF, que foi construída com estruturas em aço leve, cujas vantagens são a perda mínima de material, resistência a tremores de terra e conforto térmico e acústico, além de não agredir o meio ambiente

A ampliação dos canais de atendimento aos clientes e a evolução das operações de crédito gerou só nos primeiros seis meses deste ano 2,2 bilhões de transações bancárias, com 11,6% de crescimento em relação ao 1º semestre do ano anterior.

A evolução dos resultados e dos atendimentos prestados aponta que a CAIXA está no caminho certo na busca de sua visão de futuro, que é ser referência mundial como banco público integrado, rentável, socialmente responsável, eficiente, ágil, com permanente capacidade de renovação, e que consolidará sua posição como o banco da maioria da população brasileira.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O cenário externo do primeiro semestre foi marcado pela desaceleração do ritmo de retomada do crescimento nas economias desenvolvidas, situação que vem se tornando mais aguda em virtude dos problemas fiscais enfrentados por esse grupo de países, principalmente na Europa. A disseminação de um processo inflacionário que atinge todo o mundo obriga os países emergentes a adotarem políticas monetárias mais restritivas, inibindo seu crescimento e tornando mais remota a perspectiva de uma rápida recuperação da economia global.

Para o cenário doméstico, a alta no preço internacional das *commodities* tem aliviado o efeito negativo do câmbio valorizado sobre o resultado da balança comercial brasileira. Ao mesmo tempo, o dólar depreciado favorece o acúmulo de déficits na conta de serviços, que somados aos elevados envios de rendas líquidas ao exterior, resulta numa situação crescentemente deficitária nas transações correntes. No entanto, a estabilidade e o bom desempenho da economia brasileira, aliados a um compensador diferencial entre a taxa de juros interna e a internacional, tem favorecido o ingresso de recursos que procuram oportunidades na economia brasileira, facilitando o equilíbrio das contas externas do país.

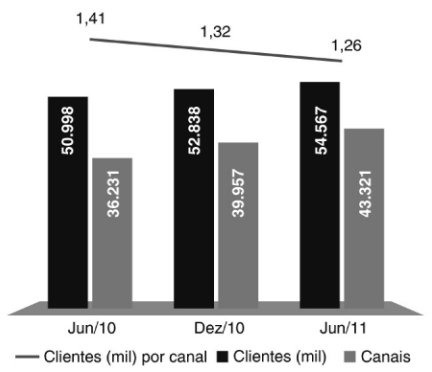
Depois de registrar expansão de 7,5% em 2010, a economia nacional retomou um padrão de crescimento mais sustentável no longo prazo. O Mercado de crédito apresentou expansão durante o semestre, com o volume total das operações atingindo, em junho, o patamar de 47,2% do PIB. Esse crescimento foi liderado, principalmente, pelos segmentos de pessoas físicas e habitacional, que juntos responderam por cerca de 54% do crescimento do crédito nos primeiros seis meses do ano.

ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

A Instituição definiu como Visão de Futuro, em seu Planejamento Estratégico, para 2015 ser referência mundial como banco público integrado, rentável, socialmente responsável, eficiente, ágil, com permanente capacidade de renovação, e consolidação da sua posição como banco da maioria da população brasileira. Os resultados da Instituição nos últimos anos, especialmente a partir da crise de 2008, quando a CAIXA teve importante papel na manutenção do crescimento do país, demonstram que a Empresa caminha para a consecução da sua Visão de Futuro.

CLIENTES E CANAIS DE ATENDIMENTO

A CAIXA continua expandindo sua base de clientes. No primeiro semestre de 2011, alcançou 54,6 milhões, entre correntistas e poupadores de todas as faixas de renda, apresentando um crescimento de 7,0% em relação a junho de 2010. Nesse período, somou 17,6 milhões de contas correntes ativas, entre pessoas físicas e jurídicas, 13,8% a mais do que no mesmo período do ano anterior.



O crescimento da carteira de pessoa física movimenta toda a cadeia de valor agregado dos negócios da CAIXA, ampliando a receita com tarifas de serviços, captação de recursos, concessão de crédito comercial e habitacional e operações com cartões de débito e crédito.

A base de clientes universitários também vem crescendo. Com o aumento de 14% em 2011, a CAIXA busca conquistar uma fatia ainda maior no segmento. Para isso, oferece um pacote de vantagens na abertura de contas, contratação de crédito e financiamentos.

Para atender aos seus 5,4 milhões de clientes cadastrados no *Internet Banking,* a Instituição disponibiliza, através desse canal, consulta a saldos, extratos, pagamento de contas e transferências. Nos primeiros seis meses de 2011, foram realizadas 307,3 milhões de transações no canal.

Os serviços de mensagens por meio de dispositivos móveis atingiram, no semestre, a marca de 1,7 milhão de clientes, posicionando a Empresa como um dos maiores participantes do mercado de serviços bancários móveis do país.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

A CAIXA atende os seus clientes, correntistas ou não, em sua rede de 43,3 mil pontos de atendimento, nos quais foram realizados 2,2 bilhões de transações bancárias. São 7,4 mil unidades próprias, entre agências, postos e salas de autoatendimento e 35,9 mil correspondentes, dos quais 10,9 mil são lotéricos.

Os pontos de atendimento possuem sistema de segurança física composto por vigilância ostensiva, sistema de alarme monitorado contra intrusão, circuito fechado de televisão, portas de segurança com detector de metais, fechadura de retardo de tempo programável e detector de metal portátil. A CAIXA conta ainda com nove Centrais de Monitoramento de imagens e de alarme, que acompanham de forma remota as imagens captadas pelos sistemas de circuito fechado. Além disso, as Centrais recebem e tratam as informações geradas pelos sistemas de alarmes em todos os pontos de atendimento.

Foram desembolsados também R$ 1,8 bilhão em serviços de processamento de dados, comunicações e segurança, bem como para manutenção do parque de equipamentos, merecendo destaque a expansão dos canais Postos de Atendimento Eletrônico - PAE e Lotéricos.

Despesas Manutenção Rede de Atendimento (em R$ milhões)	1S10	1S11	Δ%
Instalações	712	874	22,7
Comunicações	184	258	39,7
Processamento de Dados	394	447	13,4
Segurança	236	276	16,9
Total	1.526	1.854	21,5

A CAIXA entende que o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e segurança transforma toda a Empresa, propõe melhorias no aspecto físico e ambiental das instalações, racionaliza os processos de infraestrutura, melhora itens de segurança física, dentre outros, o que impacta diretamente no bem-estar de empregados e clientes.

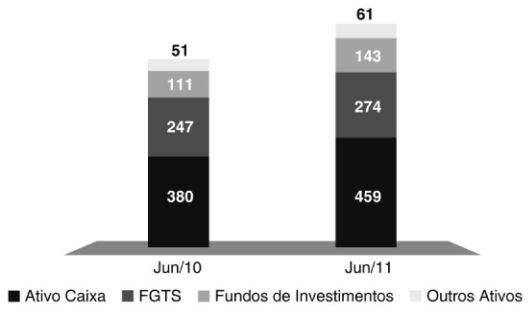
O Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC CAIXA realizou, no semestre, mais de 25 milhões de atendimentos, dos quais 0,5% correspondem a reclamações. A principal demanda refere-se a informações voltadas ao cidadão e ao trabalhador, dentre as quais 6,5 milhões estão relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, 4 milhões aos programas de transferência de renda do Governo Federal e 3,9 milhões ao Programa de Integração Social - PIS.

Cabe ressaltar que todos os atendimentos prestados pelo SAC CAIXA estão de acordo com a legislação específica (Decreto 6.523/2008) que regulamenta, entre outros aspectos, o tempo máximo de espera e o retorno em até 5 dias úteis para os casos de reclamação.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ao final de junho, a CAIXA possuía R$ 459,2 bilhões em ativos e patrimônio líquido de R$ 18,2 bilhões, expansões de 20,7% e de 27,3%, respectivamente, se comparados ao mesmo período de 2010. A Empresa administrava ainda R$ 478,2 bilhões em ativos, destacando-se R$ 274,3 bilhões do FGTS e R$ 143,3 bilhões de fundos de investimento de rede e exclusivos.

Composição dos Ativos Administrados (R$ bilhões)



A CAIXA registrou lucro líquido de R$ 2,3 bilhões no 1º semestre de 2011, 36,4% superior ao registrado no mesmo período de 2010, com retorno sobre o patrimônio líquido médio (anualizado) de 28,9% e índice de eficiência de 67,7%.

Os valores dos repasses com tributos e encargos sociais à União, estados e municípios somaram R$ 1,9 bilhão. Foram provisionados R$ 497 milhões a título de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Indicadores em %	1S10	1S11
Retorno sobre Ativo Médio (anualizado)	0,9	1,1
Índice de Solvabilidade - Basiléia	17,1	14,5
Endividamento Setor Público	28,8	30,6
Provisão S/Op. Crédito	6,5	6,3
Cobertura de Desp. Administrativas	65,9	67,6
Cobertura de Desp. de Pessoal	106,4	109,3
Retorno sobre o PL Médio (anualizado)	25,8	28,9
Índice de Eficiência	67,8	67,7

OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários - TVM finalizou o semestre com saldo de R$ 107,8 bilhões, sendo 97% em títulos públicos federais e 3% em títulos de emissão privada.

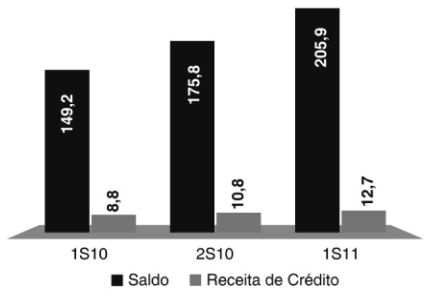
Em junho de 2011, a CAIXA possuía R$ 58,2 bilhões em títulos classificados na categoria III e possui capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

O resultado apurado para TVM e Derivativos referente às remunerações dos papéis, negociações e pagamentos de amortizações e juros foi de R$ 8,4 bilhões, 10,4% maior do que o registrado no mesmo período de 2010, R$ 7,6 bilhões.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de crédito total da CAIXA evoluiu 38,0% em relação ao mesmo período de 2010, alcançando o valor de R$ 205,9 bilhões. As operações comerciais totalizaram R$ 63,2 bilhões e as imobiliárias, R$ 129,3 bilhões, crescimentos de 21,7% e 48,8%, respectivamente.

Crédito Total (R$ milhões)

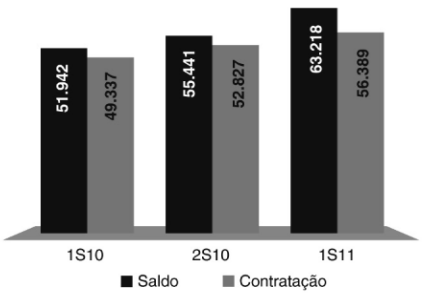


Além de crédito para financiamento de imóveis, a CAIXA também se destaca no financiamento de infraestrutura como saneamento e melhoria nas redes de transportes urbanos. Em junho de 2011, o saldo dessas operações era de R$ 12,8 bilhões, 31,9% superior ao do mesmo período do ano anterior.

Foram contratados R$ 98,3 bilhões no 1º semestre de 2011. Para os créditos comerciais, foram celebrados R$ 53,4 bilhões em contratos no período, superando em 14,3% os valores do mesmo período de 2010.

As contratações na carteira de pessoas físicas totalizaram R$ 27,1 bilhões, aumento de 18,3%, enquanto a carteira de pessoas jurídicas encerrou o semestre com o volume de R$ 29,3 bilhões em contratos, crescimento de 10,8%.

Crédito Comercial (R$ milhões)



continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

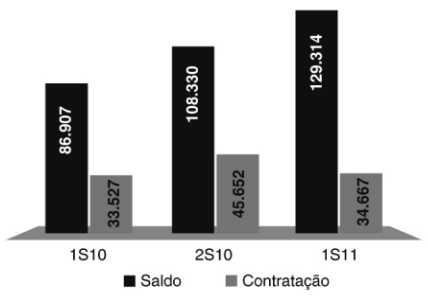
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Em virtude da realização da Copa do Mundo, a CAIXA lançou a linha de financiamento PROCOPA Turismo, com recursos BNDES, para atendimento das necessidades de recursos para construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis e outros meios de hospedagem.

Além de atuar no setor privado, a Empresa possui um portfólio de créditos a pessoas jurídicas públicas, como o crédito rotativo e financiamentos com recursos do BNDES.

Para as operações voltadas para habitação, incluindo repasses, foram liberados R$ 34,7 bilhões, valor 3,4% superior ao mesmo período de 2010. Foram contratados R$ 31,2 bilhões em financiamentos, R$ 3,2 bilhões com subsídios do FGTS e R$ 333,2 milhões em arrendamentos, repasse e consórcios.

Crédito Habitacional (R$ milhões)



As operações com recursos das cadernetas de poupança - SBPE superaram R$ 68,0 bilhões e, nas linhas que utilizam recursos do FGTS, a Instituição alcançou R$ 61,0 bilhões, crescimentos de 53,5% e 44,3%, respectivamente.

A inadimplência total (atrasos superiores a 90 dias) do crédito na CAIXA, encerrou o 1° semestre de 2011 com percentual de 2,1%, abaixo dos 2,3% registrados no mesmo período de 2010. Nos créditos comerciais, o percentual de atraso fechou o semestre em 3,2% e o crédito imobiliário manteve o índice de inadimplência em 1,7%.

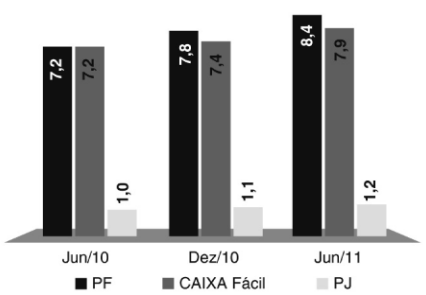
A provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu 6,3% da carteira de crédito em junho de 2011, ante 6,5% em junho de 2010, o que mostra a qualidade dos créditos oferecidos, dos quais 92% estão classificados nos *ratings* de AA até C.

No âmbito internacional, a Empresa expandiu a comercialização dos produtos Câmbio Pronto Exportação e de Importação a fim de permitir a realização de operações em todas as unidades da federação. Dentre as operações de câmbio e capital de giro para financiamento à produção e apoio ao Comércio Exterior brasileiro, a CAIXA realizou, até junho, transações no montante de R$ 501,3 milhões, marcando sua presença como apoiadora das empresas brasileiras no comércio internacional.

DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS

No 1º semestre de 2011, a CAIXA possuía 16,4 milhões de contas correntes para pessoas físicas, das quais 7,9 milhões correspondiam a contas ativas na modalidade Conta CAIXA Fácil.

Quantidade de Contas (milhões)

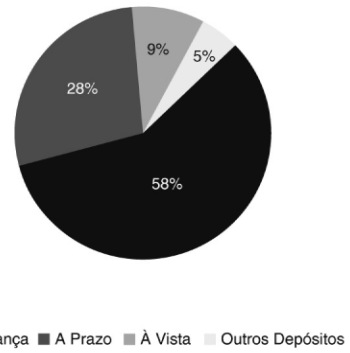


As contas correntes para pessoa jurídica cresceram aproximadamente 15% em apenas 12 meses, permitindo à Instituição prover serviços para mais 150 mil empresas, que se juntaram às mais de 1 milhão existentes.

Em conjunto com a quantidade de contas, aumentou a captação de recursos. Em junho de 2011, os depósitos somavam R$ 234,4 bilhões, 19,7% de crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior. Destes, R$ 20,7 bilhões eram depósitos à vista, exceto os de moedas estrangeiras, com aumento de 15,1% no saldo em um ano.

A poupança, principal fonte de recursos para oferta de crédito imobiliário da CAIXA, captou, no semestre, mais de R$ 2,3 bilhões e encerrou com saldo de R$ 136,3 bilhões crescimento de 17,2% em relação a junho de 2010, o que corresponde a 35% de participação de todos os depósitos desse tipo no país.

Composição dos Depósitos em Junho/2011



Os depósitos a prazo, outra fonte importante de recursos, cresceram 31,9% desde junho de 2010, alcançando R$ 65,1 bilhões. Os demais depósitos possuíam um montante de R$ 12,4 bilhões. A CAIXA também capta recursos por meio da emissão de Letras Imobiliárias e Financeiras, as quais apresentaram R$ 15,6 bilhões de saldo no semestre.

Outra aplicação disponível aos clientes são os fundos de investimentos administrados pela Instituição que, no final do período, somavam R$ 320,5 bilhões em fundos de renda, de varejo, exclusivos, carteiras administradas, FI FGTS e outros, com um crescimento de 10,4% no total administrado no semestre, fruto de uma captação de R$ 2,5 bilhões.

Com o objetivo de melhorar a situação da região portuária da cidade do Rio de Janeiro e impulsionada, em grande medida, pelos eventos esportivos previstos para ocorrer ao longo dos próximos anos, a Prefeitura Municipal instituiu a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro - Porto Maravilha. Atualmente, é o maior projeto de revitalização urbanística em curso do mundo e envolve a transformação de uma área superior a 5 milhões de m², com acesso a infraestrutura de transportes públicos, situada entre dois aeroportos e à frente da baía da Guanabara.

Para contribuir com o desenvolvimento desse projeto, foram constituídos dois fundos de investimento imobiliário, no valor de R$ 3,5 bilhões, ambos geridos e administrados pela CAIXA. O Fundo de Investimento Imobiliário da Região do Porto - FII RP tem como principal atribuição atender à disposição prevista no edital de licitação da Parceria Público-Privada - PPP concebida para realizar as obras de revitalização, qual seja, o de realizar os pagamentos das contraprestações devidas à concessionária. Já o CAIXA Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha - FII PM, o maior Fundo de Investimento Imobiliário do país, tem como objetivo promover o desenvolvimento imobiliário da região portuária do Rio de Janeiro.

PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

A CAIXA Participações S.A. é o braço estratégico da CAIXA nos negócios relativos a participações em outras sociedades, atuando em setores da economia e em atividades complementares e similares aos negócios da Empresa. As principais atividades dizem respeito à prospecção de novos negócios, a gestão e governança das participações societárias investidas.

Atualmente constam na carteira de participações da CAIXAPAR as seguintes empresas: CAIXA Seguradora S.A., Companhia Brasileira de Securitização S.A. (Cibrasec), Tecnologia Bancária S.A. (Tecban), Cielo S.A. e Banco PanAmericano S.A.

Em 1° de dezembro de 2009, foi celebrado entre a CA IXAPAR e o Grupo Silvio Santos Participações Ltda. o contrato de compra e venda de ações para aquisição de 36,56% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., no valor de R$ 739,3 milhões. Nesta data, foi efetuado pagamento parcial de R$ 517, 5 milhões.

A aprovação do ingresso da CAIXAPAR no grupo de controle do Banco Panamericano foi realizada, em 19 de julho de 2010, por meio do oficio Deorf/Gabin – 2010/06731 do Banco Central, restando apenas a apresentação dos pertinentes atos relativos à conclusão da operação. Com a referida aprovação, a CAIXAPAR concluiu a operação de compra mediante o pagamento do valor residual de R$ 234, 2 milhões.

A CAIXAPAR contratou, no 1° semestre de 2011, consultoria técnica que realizou avaliação dos ativos e passivos tangíveis e intangíveis do Banco Panamericano, para fins de alocação de preço de compra no valor de R$ 739,3 milhões.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

A partir do laudo resultante desse trabalho, bem como das normas que regulam a contabilidade das instituições financeiras, reconheceu-se um ágio de R$ 42,9 milhões no valor pago pelo investimento.

Em 2011, foi apurado um resultado de equivalência patrimonial negativa de R$ 28,2 milhões, que corresponde à diferença entre o valor da participação da CAIXAPAR, em 30 de novembro de 2010, de R$ 531,1 milhões e o valor da participação, em 30 de junho de 2011, de R$ 502,9 milhões, já com os ajustes de dividendos propostos (2011).

Cabe ressaltar que este valor pode ser recuperado e ultrapassado em consequência das medidas já implementadas pela atual administração do Banco, as quais já começam a surtir efeito, com a geração de resultados financeiros positivos.

SERVIÇOS BANCÁRIOS

No semestre, foram realizadas mais de 2 bilhões de transações bancárias, entre saques, depósitos, consultas e pagamentos, com receitas de prestação de serviço de R$ 6,1 bilhões, 23,8% a mais do que em 2010.

Os convênios de arrecadação movimentaram, no 1º semestre, mais de R$ 68 bilhões em pagamentos de concessionárias públicas e outros serviços, totalizando 473 milhões de pagamentos.

A Cobrança CAIXA possui mais de 170 mil clientes ativos, um crescimento de aproximados 9% em 12 meses, os quais movimentaram R$ 57 bilhões no 1° semestre. Destes, mais de 40% foram pagos nas casas lotéricas.

Para as empresas, a Instituição oferece produtos e serviços adequados ao porte e estratégia empresarial, a exemplo do lançamento do produto Folha CAIXA Web, que permite aos empresários gerenciar e efetivar o pagamento de salários de seus empregados com a simplicidade e segurança do *internet banking.*

Para atender seus clientes no mercado de seguros e previdência, a Instituição mantém parceria com o Grupo CAIXA Seguros, coligada da CAIXAPAR que oferece produtos de seguro de vida, residenciais e automobilísticos, capitalização, previdência privada e consórcios, que movimentaram recursos da ordem de R$ 640 milhões e renderam R$ 57 milhões em tarifas no semestre, valor 82,1% maior do que no mesmo período de 2010.

Remessas Internacionais

Ao longo do 1° semestre de 2011, a CAIXA recebeu, pelo seu Programa de Remessas Internacionais, R$ 108,4 milhões por meio dos bancos correspondentes (SWIFT) e dos bancos parceiros, um crescimento de 16,9% em relação ao mesmo período de 2010.

Com intuito de valorizar o trabalhador brasileiro residente nos Estados Unidos da América - EUA, a CAIXA e o Ministério das Relações Exteriores lançaram oficialmente, o serviço de saque do FGTS para brasileiros em solo americano. A possibilidade de solicitação de saque sem a necessidade de vinda ao Brasil era uma demanda antiga da comunidade brasileira que iniciou com atendimento no Japão em agosto de 2010 e agora expandiu para os EUA.

CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO

A Instituição mantém uma base de 5,9 milhões de cartões de crédito das bandeiras MasterCard e VISA, um aumento de 10,9% no semestre, com mais de R$ 7,7 bilhões movimentados. Para os cartões de débito das bandeiras MasterCard Maestro e VISA Electron, são 67 milhões de cartões emitidos, aumento de 14,9% nos últimos 6 meses e movimentação financeira de R$ 11,1 bilhões, que corresponde a 12,5% de todas as transações feitas no mercado.

No 1º semestre de 2011, os cartões de crédito da CAIXA, na bandeira VISA, passaram a ser emitidos com *chip,* com o objetivo de agregar segurança às transações nos diversos terminais eletrônicos, por meio de uma tecnologia que utiliza microprocessador inserido ao plástico do cartão e pela utilização de senha nas transações em substituição à assinatura no comprovante de venda, oferecendo mais tranquilidade e segurança ao cliente.

A CAIXA, em parceria com a MasterCard, Redecard e Vivo, lançou o piloto de um projeto de pagamento de compras usando o celular para acessar os cartões de débito dos clientes. O piloto, lançado em Brasília, baseia-se no aplicativo desenvolvido pela MasterCard e inserido no chip do telefone que acessa os cartões do cliente. A plataforma permite também a compra de recarga de celulares. Funciona em aparelhos tradicionais ou smartphones.

SERVIÇOS DE GOVERNO

A CAIXA é o principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal. No 1º semestre de 2011, realizou cerca de 142,0 milhões de pagamentos, no total de R$ 70,6 bilhões.

Nos programas de transferência de renda foram distribuídos mais de 76 milhões de benefícios, no total de R$ 8,2 bilhões, aumento de 13,2% em relação ao mesmo período de 2010. Desse valor, R$ 7,7 bilhões referem-se ao Bolsa Família, principal programa social do Governo Federal.

Foram firmados, no 1º semestre de 2011, contratos com entes estaduais, municipais e distrital para melhoria de vida das famílias que estão na linha da pobreza e extrema pobreza e que devem atender, até 2014, cerca de 490 mil famílias com complementação de valores aos benefícios já recebidos do Programa Bolsa Família.

Em apoio às famílias de baixa renda, a CAIXA possibilita ao Ministério da Saúde, por meio da disponibilização do Sistema de Farmácia Popular – SIFAP, a realização do cadastramento e da renovação das Farmácias que atendem ao Programa Farmácia Popular do Brasil, o que permite o acesso da população brasileira a um conjunto de medicamentos considerados essenciais.

No âmbito dos programas sociais, o atendimento ao cidadão contou com avanços na qualidade dos serviços prestados, com destaque para o atendimento Cadastro de Pessoas Físicas - CPF com a disponibilização dos serviços de inscrição e regularização no ato do atendimento, o que foi possível com a modernização dos sistemas implementados pela CAIXA e a Receita Federal do Brasil, beneficiando mais de 409 mil cidadãos.

No período, foram pagos também 48,6 milhões de benefícios a título de Previdência Social, Abono Salarial, Seguro-Desemprego e PIS, representando R$ 34,1 bilhões. Para agregar comodidade e conveniência aos beneficiários da Previdência Social, foram lançados os serviços de consulta de contracheque na *internet* ou no autoatendimento.

Para facilitar o atendimento ao trabalhador, foi implantada, nos canais de autoatendimento, a opção de saque das parcelas do Seguro-Desemprego com o arredondamento de valor quando apresentam centavos. A solução propõe a universalização do uso dos canais, incremento na utilização do Cartão do Cidadão, redução de custos operacionais e, principalmente, melhoria no atendimento.

A arrecadação total do FGTS, somados CAIXA e outros bancos, foi de R$ 34,9 bilhões, crescimento de 17,3% em relação ao 1º semestre de 2010. Os saques efetuados por mais de 16,9 milhões de trabalhadores alcançaram o valor de R$ 28,2 bilhões.

Como administradora do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a CAIXA efetuou a novação de cerca de 19 mil contratos no primeiro semestre de 2011, totalizando mais de R$ 900 milhões.

No 1º semestre de 2011, cerca de 141 mil brasileiros tiveram seus contratos cobertos pelo Fundo Garantidor de Habitação Popular - FGHab, que assegura os contratos firmados por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, no valor aproximado de R$ 9 bilhões.

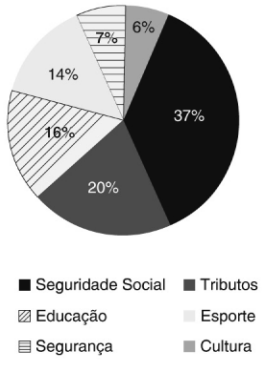
No âmbito do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, foram realizadas indenizações aos mutuários no valor de R$ 89,0 milhões, sendo que as indenizações pagas administrativamente perfazem o montante de R$ 29 milhões e as pagas judicialmente representam o valor aproximado de R$ 60 milhões. As indenizações pagas administrativamente atenderam mais de 1,5 mil famílias, alcançando 6,2 mil brasileiros que tiveram seus imóveis quitados antecipadamente, em decorrência de morte ou invalidez permanente ou foram beneficiados com reparações físicas no imóvel financiado.

Outro serviço prestado é a administração de contratos para a Empresa Gestora de Ativos - EMGEA. Em 30 de junho de 2011, a CAIXA tinha sob sua gestão cerca de 275 mil contratos.

Loterias

A administração das loterias constitui uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do Brasil. Durante o 1º semestre de 2011, foram destinados ao Governo Federal e demais beneficiários legais mais de R$ 1,6 bilhão para aplicação em programas nas áreas de seguridade social, educação, cultura, esporte, saúde e segurança pública, e R$ 408,0 milhões foram recolhidos à Receita Federal a título de Imposto de Renda.

Destinação Social das Loterias no Primeiro Semestre de 2011



continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Dentre os lançamentos efetuados no 1° semestre, destaca-se a comercialização da Mega-Sena em ambiente virtual, por meio do *Internet Banking* CAIXA, no intuito de alcançar um novo patamar de modernização e inovação, para atingir novos públicos apostadores. O propósito é ampliar os canais de comercialização das loterias até então vendidas exclusivamente na rede de casas lotéricas.

Foi inaugurada, também, a nova família da Loteria Instantânea, em que são oferecidos prêmios em dinheiro e bens como carros, casa e motocicletas, modalidade considerada como um dos maiores potenciais de crescimento. Outra nova loteria foi a Quina de São João, que arrecadou R$ 61,8 milhões em 20 milhões de bilhetes. Tal modalidade, a exemplo da Mega da Virada, tem período de apostas diferenciado e um prêmio especial.

Nos seis primeiros meses de 2011, as loterias arrecadaram R$ 4,5 bilhões, dos quais, somente na Mega-Sena foram R$ 2,1 bilhões, o que representa um crescimento de 26,5% nesta modalidade, se comparado ao 1º semestre de 2010. O total de prêmios distribuídos em todas as modalidades das loterias somou, aproximadamente, R$ 1,6 bilhão.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

A CAIXA se relaciona internacionalmente com diversos países em eventos para disseminação de conhecimentos na área de tecnologia bancária, projetos de desenvolvimento urbano e inclusão bancária. Entre janeiro e junho deste ano a Empresa participou de diversos eventos, dentre os quais se destacam:

- Fórum de Caixas Econômicas, em Marrocos, em que as instituições presentes assinaram o estatuto do Fórum, estabelecendo um comitê de coordenação responsável pelas atividades relacionadas ao grupo;
- Reunião Anual das Assembléias de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que tratou de temas como financiamentos para projetos de infraestrutura, investimentos no setor privado, desequilíbrios globais na América Latina e o futuro do petróleo;
- 2011 Brazil Summit, promovido pela Brazilian-American Chamber of Commerce, que abordou temas referentes ao desenvolvimento da política econômica e dos negócios;
- Reunião do Grupo Geral de Usuários do Eurogiro, em Copenhagen, Dinamarca, onde foi discutido o uso de canais alternativos, como dispositivos móveis e cartões, e a integração de sistemas;
- Reuniões do Conselho de Administração e da Assembléia Geral do Instituto Mundial de Bancos de Poupança – WSBI, em Bali, Indonésia, demonstrando sua experiência na área de inclusão bancária como palestrante no *workshop* Banking Beyond Branches.

No campo da Cooperação Técnica Internacional – CTI a CAIXA participou, por meio do Projeto Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique – Fase 2, de missões às cidades de Maputo e Nampula para capacitação de técnicos moçambicanos em empreendedorismo e participação em reuniões para composição de sistema voltado para a construção civil.

A CAIXA recebeu uma missão do Banco da Venezuela com o objetivo de conhecer o modelo de atuação da Empresa com os Arranjos Produtivos Locais – APL e com os Planos Integrados de Ação Regional – PIAR.

A Instituição participou ainda do recebimento de duas missões do Banco Nacional de Angola (BNA), organizadas pelo Banco Central do Brasil e pelo PNUD. As visitas tiveram como objetivo conhecer a experiência brasileira em sistema de pagamentos e o funcionamento de um correspondente bancário.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança corporativa adotado pela CAIXA é convergente com o disposto no Decreto nº 6.021/2007. A adoção de melhores práticas em governança tem possibilitado à Empresa responder aos desafios centrais das organizações modernas: integrar as dimensões social, econômica e ambiental, na busca da sustentabilidade, por meio do desempenho empresarial responsável, que prioriza a transparência e a ética na geração de valor para a sociedade.

Presente no dia-a-dia da população como braço operacional de políticas de desenvolvimento do Brasil, a CAIXA tem compromisso e uma gestão corporativa contemporânea, que se traduzem em honestidade, respeito, responsabilidade e transparência – na condução dos negócios, nos relacionamentos com as partes interessadas e na prestação de contas de suas atividades. O Estatuto da CAIXA espelha o modelo de gestão vigente na Empresa em alinhamento com esses princípios.

Um marco importante relacionado com as práticas de governança corporativa adotadas pela CAIXA no 1º semestre de 2011 foi a criação do cargo de dirigente de Diretor Executivo, de maneira a possibilitar aos órgãos de administração melhor gerenciamento e monitoramento das estratégias da CAIXA.

O cargo de Diretor Executivo é privativo aos empregados ativos da Empresa e os titulares são nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, por indicação do Presidente da CAIXA. O Diretor Executivo tem como atribuição administrar, supervisionar e coordenar as atividades da Diretoria e unidades sob sua responsabilidade, prestar assessoria aos trabalhos do Conselho Diretor e executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo Presidente ou Vice-Presidente ao qual estiver vinculado.

CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controles Internos da CAIXA (SCI CAIXA) é o conjunto de elementos composto de políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela Empresa para que alcance seus objetivos, mantenha e forneça consistentes informações gerenciais e financeiras, tenha todas as suas atividades realizadas de acordo com as leis, normas internas e externas a elas aplicáveis, e reduza o risco de danos a sua imagem.

Está estruturado em 5 componentes, conforme padrão do Comitê das Organizações Patrocinadoras - COSO:

- Ambiente de controle;
- Avaliação de risco;
- Atividades de controle e conformidade;
- Comunicação e informação;
- Monitoramento.

Ambiente de Controle

O Ambiente de Controle, primeiro princípio da Política de Controle Interno e Compliance, visa estabelecer atitude, consciência e ações globais pela alta administração e empregados com relação à importância, à constituição e à manutenção de uma cultura de controle para a CAIXA.

Suas diretrizes estão relacionadas ao estabelecimento de objetivos e metas, ao cumprimento do Código de Ética e à qualificação das pessoas.

A CAIXA conta com um Comitê de Controle Institucional, órgão colegiado não-estatutário, de caráter propositivo, com a finalidade de assessorar o Conselho Diretor e o Conselho de Administração na promoção e no desenvolvimento de um efetivo ambiente e estrutura de controle institucional.

A disseminação da cultura de controle é uma ação contínua, destacando-se no 1º semestre de 2011 a atualização do módulo básico do Curso de Controles Internos, na Universidade Corporativa, direcionado a todos os empregados da Instituição.

Este curso tem como meta que o empregado seja capaz de reconhecer a importância do Sistema de Controles Internos e da prática de controles em suas atividades diárias, bem como conhecer os principais instrumentos de controle utilizados pela Empresa.

Avaliação de Risco

A validação dos modelos de risco contempla, entre outros, os seguintes aspectos: fundamentos teóricos, metodologias e premissas; adequação dos testes realizados; compatibilidade dos cálculos gerados pelo sistema de risco; integridade, abrangência e adequação da documentação; conteúdo e abrangência dos relatórios de mensuração de risco e nível de acurácia dos modelos.

A Empresa monitora os seus modelos de avaliação dos riscos de mercado, de crédito e operacional para a conformidade e controle da CAIXA, observando as diretrizes, princípios e procedimentos aprovados pelo Comitê de Riscos, bem como as normas externas publicadas pelo Banco Central do Brasil e Banco de Compensações Internacionais - BIS.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Atividades de Controle e Conformidade

Controles de procedimentos referem-se àqueles obtidos por meio da observância de políticas e diretrizes, o que requer que estejam definidas e documentadas, de forma que possam ser amplamente conhecidas e uniformemente aplicadas. São atividades que, quando executadas a tempo e maneira adequados, permitem a redução ou administração de riscos.

O controle também requer segregação de funções, para que não sejam delegadas às pessoas responsabilidades que possam criar conflito de interesse entre as áreas de administração de recursos, de processamento, contabilização ou controle. O norteador para a segregação de funções encontra-se definido, inclusive, no Estatuto da CAIXA.

Destacam-se diversas ações neste componente, dentre elas a prevenção a lavagem de dinheiro, em que a CAIXA, como Instituição Financeira, reconhece seu papel na prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro. Nesse sentido, tem adotado estratégias com vistas a qualificar seu corpo funcional para identificar situações com indícios deste ilícito e, consequentemente, evitar a utilização de seus produtos e serviços na prática dos crimes dessa natureza.

Outra ação é realizada por intermédio da Matriz de Conformidade, em que é avaliado e divulgado, mensalmente, o índice de conformidade das unidades da CAIXA nos indicadores definidos. Busca também estimular a melhoria contínua e a disseminação da cultura de controle e compliance, tendo como meta 100% de conformidade.

Comunicação e Informação

Este componente do Sistema de Controle Interno CAIXA contempla as atividades destinadas à identificação, elaboração e disponibilidade de informações necessárias à realização das operações em todos os níveis. As informações são utilizadas para o alcance dos objetivos, na medida em que as pessoas estão cientes das regras às quais estão sujeitas.

São características deste componente:

- Disponibilidade e confidencialidade das informações;
- Utilização dos canais formais de comunicação e atendimento;
- Integridade das informações;
- Qualidade das informações normativas.

Da mesma forma, são acompanhadas as publicações de novas normas externas e verificado junto aos gestores da CAIXA a adequação dos processos e normativos internos, para que a Empresa esteja em conformidade.

As normas e procedimentos internos, relacionados aos produtos, sistemas e atividades da Empresa ficam disponibilizados em sistema corporativo na *intranet,* garantindo a tempestividade e disponibilidade no acesso às informações necessárias para o desenvolvimento das atividades da Instituição

Monitoramento

Componente que objetiva verificar a eficácia do Sistema de Controle Interno CAIXA por meio do acompanhamento dos demais componentes. Tem como características a garantia das condições necessárias ao monitoramento da efetividade do Sistema de Controle Interno, a comunicação imediata em nível gerencial apropriado e adoção tempestiva de medidas corretivas de toda e qualquer deficiência de controle e risco de compliance identificados.

A Instituição atua no monitoramento do Sistema de Controle Interno com o objetivo de avaliar se os princípios da Política de Controles Internos e Compliance estão sendo cumpridos, o que permite evidenciar o nível de maturidade do Sistema.

A auditoria interna, por sua vez, emite posicionamento periódico avaliando a efetividade do Sistema de Controle Interno, a qual é avaliada pela área responsável, pela gestão do sistema e pela alta administração.

GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

Gestão de Riscos

A estrutura de administração de risco corporativo implantada é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a exposição ao risco da Instituição.

Diante da previsão de crescimento em 30% das operações de crédito durante o ano de 2011, a gestão do risco do portfólio dos produtos vem contribuindo para a manutenção da qualidade da carteira, por meio de acompanhamento sistemático, com foco especial naquelas que apresentaram, no 1º semestre de 2011, crescimento mais significativo, como é o caso da imobiliária.

No semestre, os indicadores de inadimplência, provisão para devedores duvidosos e perda da carteira se mantiveram estáveis e em patamares satisfatórios.

No atual cenário de aumento significativo das operações de crédito e de implantação dos índices de liquidez propostos por Basiléia III, a gestão do risco de liquidez vem cumprindo papel importante na gestão corporativa, assegurando a solvência da CAIXA.

A estrutura de gestão de risco operacional existente é responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, incluindo aqueles decorrentes de serviços terceirizados relevantes.

Em atenção ao compromisso de disseminar os conceitos de risco operacional no ambiente interno, encontram-se disponíveis cursos na Universidade Corporativa CAIXA sobre o tema. A unidade responsável pela gestão do risco operacional também ministra continuamente palestras presenciais sobre Gestão da Continuidade de Negócios e Segurança da Informação. Apenas no 1º semestre deste ano, mais de 13 mil empregados CAIXA concluíram esses cursos, o que demonstra o empenho da Instituição em divulgar conhecimentos, bem como em cumprir e fazer cumprir os princípios de transparência e efetividade estabelecidos na Política de Gerenciamento do Risco Operacional da CAIXA.

São realizados, periódica e regularmente, reportes internos à alta administração, com o objetivo de contribuir para a tomada de decisões, inclusive aquelas de ordem estratégica.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco corporativo implantado na CAIXA está disponível no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA.

Gerenciamento de Risco de Crédito de Tomador e Operação

A CAIXA, por meio da sua política de risco de crédito do tomador e operação, estabelece as responsabilidades norteadoras da avaliação do risco de crédito, em conformidade com as estratégias, legislação vigente e as boas práticas de governança corporativa, observando-se as políticas de gerenciamento de riscos e de crédito vigentes.

O gerenciamento de risco de crédito do tomador e operação adota modelos de avaliação e reavaliação do risco, suportados por métodos estatísticos, especialistas ou fundamentalistas, que são aplicados às propostas de crédito ou na prospecção de clientes, quer sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas, de direito privado ou público, com ou sem fins lucrativos.

Tais metodologias estão aderentes às práticas de mercado e aplicadas conforme o segmento e a natureza da avaliação de risco, respaldadas por decisões técnicas da área de Risco de Crédito.

Nas avaliações, é atribuído conceito para o tomador e operação, prazo de validade e limites máximos de crédito, considerando o tomador de forma individual, o grupo econômico/conglomerado ou o projeto apresentado.

As operações são reavaliadas com observância às normas estabelecidas pelos órgãos reguladores, contemplando a natureza, prazo e relevância de cada operação.

Central de Cessão de Créditos

A CAIXA aderiu à Central de Cessão de Créditos – C3, constituída pela Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN que proporciona segurança nas operações de aquisição de carteiras de crédito comerciais, bem como, por extensão, ao Sistema Financeiro Nacional.

GESTÃO DE PESSOAS

Ao final de junho de 2011, a CAIXA contava com mais de 84 mil colaboradores concursados e cerca de 15 mil estagiários e aprendizes.

Do seu quadro próprio, mais de 70% possuem curso superior completo ou mais. Esta qualificação também é fruto de iniciativas como o Programa de Elevação da Escolaridade, que no 1º semestre de 2011 já investiu R$ 6,3 milhões na graduação e pós-graduação de mais de 6,4 mil empregados.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Escolaridade	Empregados Concursados	%
Mestrado/Doutorado	944	1,1
Pós Graduação	17.417	20,6
Superior Completo	42.581	50,4
Ensino Médio e Fundamental	23.478	27,8
Total	84.420	100

A Empresa envida esforços na capacitação constante do seu corpo funcional, por meio da Universidade Corporativa CAIXA - UCC, que completou 10 anos de atuação em 2011, e é reconhecida como um espaço de produção e disseminação de saberes, e que teve média de 71 horas de capacitação por empregado somente nos primeiros seis meses do ano.

A remuneração fixa do pessoal, somada aos encargos e benefícios, totalizou R$ 5,6 bilhões no semestre, destacando-se os benefícios sociais proporcionados aos colaboradores e seus dependentes no valor de R$ 634,8 milhões. Adicionalmente, foram investidos R$ 32,1 milhões em programas de formação, treinamento e desenvolvimento.

A Missão, Valores e a Visão de Futuro da CAIXA expressam o compromisso com a implementação de práticas de responsabilidade social empresarial e gestão da ética, para o alcance dos resultados propostos nos desafios estratégicos da Empresa.

Nesse sentido, a CAIXA vem promovendo discussão sobre o Código de Ética, por meio da abertura de um espaço nas unidades para que gestores e empregados juntos, reflitam sobre a motivação ética de cada um, as suas responsabilidades como agentes públicos e, dessa forma, reconhecerem-se como construtores da justiça e do bem-estar social do povo brasileiro.

A Empresa também divulgou a Cartilha Assédio Moral, enriquecendo a discussão sobre o Código de Ética, como forma de prevenir contra situações que podem ser percebidas como Assédio.

Na busca pelo equilíbrio de gêneros nos cargos de gestão a CAIXA reeditou a Campanha Equilíbrio de Gênero nos Cargos de Gestão, a qual estimula que as decisões das unidades sejam perpassadas pelos olhares feminino e masculino, provocando a reflexão de atitudes e valores atinentes à equidade de gênero pelos empregados. A Instituição possui 45,97% de mulheres no seu quadro de pessoas e elas ocupam 39,7% do total de cargos gerencias.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A Instituição tem trabalhado a favor da transformação da realidade de vida das pessoas e, no intuito de tornar as comunidades sustentáveis, monitora e avalia os projetos apoiados pelo Programa CAIXA ODM. Este programa visa o relacionamento com comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental contribuindo para o fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento regional sustentável.

O investimento no Programa CAIXA ODM cria oportunidades nas áreas de educação e geração de trabalho e renda, beneficiando a vida de aproximadamente 79 mil pessoas.

Esses recursos serão aplicados por intermédio do Fundo Social Ambiental da CAIXA - FSA CAIXA, que destina até 2% do lucro para apoio a projetos sociais e ambientais. Atualmente, com R$ 41 milhões de patrimônio, esse fundo reforça a estratégia de investimento social privado da Instituição e o seu compromisso com a sociedade brasileira.

Em 2011, a CAIXA promoveu a continuidade da Campanha Nós Fazemos, que estimula as equipes a praticar ações de responsabilidade social empresarial baseadas nas dimensões: Governança, Público Interno, Meio Ambiente, Governo e Sociedade, Clientes, Fornecedores e Comunidade, de forma simples e que contribuam para a incorporação de valores e atitudes que transformem as pessoas, a Empresa e a sociedade.

Negócios Sustentáveis

Com o objetivo de reduzir prazos, custos e tempo de entrega da edificação foram desenvolvidos projetos padronizados distribuídos em oito tamanhos de pontos de atendimento. Os projetos destinam-se à construção de novas edificações, contemplando além do aspecto arquitetônico a modulação da estrutura, plantas, leiautes, fachadas e projetos complementares.

Em decorrência disso e com base nos princípios da sustentabilidade foi inaugurada no Distrito Federal a Agência Paranoá, primeira agência bancária no Brasil construída pelo método de estruturas em aço leve. Uma das vantagens do modelo de construção da agência é a perda mínima de material. O material utilizado é reciclável, resistente a tremores de terra e oferece conforto térmico e acústico. O modelo também não agride o meio ambiente, favorece a economia de energia, sendo rápido, prático e duradouro.

A CAIXA adotou a estratégia de incorporar a estruturação de operações de carbono ao seu portfólio de operações de crédito, incentivando o aumento da carteira de projetos com potencial de geração de Redução Certificada de Emissão - RCE, no âmbito do Protocolo de Quioto, por meio da integração de linhas de crédito e acesso ao Mercado Global de Carbono.

Dessa forma, a CAIXA é a única instituição financeira nacional que disponibiliza novo modelo de negócio agregando a RCE como garantia acessória do financiamento. Com isso, constitui-se também em importante ferramenta para execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos e da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

No 1º semestre de 2011, a Instituição assinou quatro cartas de intenções para futura estruturação de operações de carbono e também para a comercialização dos créditos de carbono que venham a ser gerados pela implementação dos aterros sanitários, a serem financiados pela CAIXA. Com isso, a Empresa passa a deter em sua carteira em torno de 8 milhões de toneladas de créditos de carbono, o que equivale a quase 9% do total da redução de emissão de gases de efeito estufa de todos os projetos brasileiros.

Entre os principais impactos sociais e ambientais referentes à construção dos aterros sanitários, se incluem os efeitos positivos sobre a saúde da comunidade local e arredores. O gerenciamento adequado desses dois aterros permitirá uma grande redução dos riscos à saúde e ao meio ambiente.

Apoio ao Esporte

Principal agente financeiro das políticas públicas de desenvolvimento e inclusão social, a Instituição faz investimentos contínuos no esporte brasileiro. Mais do que propiciar aos atletas condições essenciais de treinamento para participar de competições e torneios nacionais e internacionais, o patrocínio da CAIXA valoriza a inclusão social, a educação e a descoberta de novos talentos.

No semestre, como patrocinadora oficial das Confederações Brasileiras de Atletismo - CBAt, de Ginástica - CBG e de Lutas Associadas – CBLA, a Empresa destinou cerca de R$ 10,2 milhões para o desenvolvimento destes esportes e de seus atletas. Para o Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB foram destinados cerca de R$ 4,6 milhões.

Foram investidos, também, cerca de R$ 9,8 milhões em corridas de rua e projetos sociais com foco em atletismo, como o Circuito CAIXA de Corridas de Rua, Circuito CAIXA de Maratoninha, Maratona Internacional de São Paulo, Maratona Internacional do Rio de Janeiro, Meia Maratona Internacional de São Paulo, Meia Maratona Internacional de Brasília, entre outros.

Incentivo à Cultura

A Empresa administra espaços culturais nas cidades de Brasília, Salvador, Rio de janeiro, São Paulo e Curitiba, e investe na cultura brasileira, principalmente, por meio de editais, cujo propósito é a seleção de produções culturais realizadas em todo o país.

Por ano, esses editais mobilizam mais de 4 mil inscrições, o que denota o apoio da CAIXA para a cultura nacional, além de um grande número de espetáculos, exposições, performances e outras tantas manifestações culturais dos mais diversos segmentos e regiões do Brasil.

A Instituição detém, cuida e disponibiliza para a sociedade, em forma de exposições, um acervo de mais de 1,9 mil obras de arte. No 1º semestre, a CAIXA investiu aproximadamente R$ 22 milhões em cultura.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A CAIXA foi considerada a marca mais forte dentre os bancos brasileiros pela pesquisa da IstoÉ Dinheiro em parceria com a BrandAnalytics/Millward Brown, ficando em 17º lugar na classificação geral, a qual considera empresas de todos os ramos de atividade.

Além disso, a marca CAIXA foi considerada a oitava mais valiosa do Brasil em 2010. O estudo, publicado ainda no ano de 2010, foi divulgado pela Brand Finance na sexta edição anual das 100 marcas mais valiosas no Brasil, após a crise econômica em 2009.

Recebeu em Recife, pela sétima vez consecutiva o prêmio Marcas que Eu Gosto, na categoria bancos. O prêmio, promovido pelo Diário de Pernambuco, foi criado há oito anos e é realizado pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas, que foi às ruas para ouvir os recifenses sobre suas preferências em relação às marcas consumidas.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de junho
(Em milhares de Reais)

ATIVO	CAIXA - Individual		CAIXA - Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
CIRCULANTE	**225.256.727**	**179.931.848**	**225.588.289**	**179.978.935**
DISPONIBILIDADES (Nota 5)	**3.811.724**	**3.246.001**	**3.811.724**	**3.246.001**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 6)	**41.424.809**	**31.555.452**	**41.424.809**	**31.555.452**
Aplicações no Mercado Aberto	41.424.809	31.459.173	41.424.809	31.459.173
Aplicações em depósitos interfinanceiros		96.318		96.318
Provisões para perdas		(39)		(39)
TÍTULOS E VAL MOBIL e INSTRUM FINANC DERIVATIVOS (Nota 7)	**62.088.658**	**52.287.749**	**62.363.438**	**52.287.749**
Carteira Própria	57.566.578	37.725.836	57.841.358	37.725.836
Vinculados a Compromissos de Recompra	4.481.526	14.320.750	4.481.526	14.320.750
Vinculados a Prestação de Garantias	39.326	239.798	39.326	239.798
Vinculados ao Banco Central	1.228	1.201	1.228	1.201
Instrumentos Financeiros Derivativos		164		164
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 8)	**58.730.920**	**45.765.315**	**58.730.920**	**45.765.315**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.157.350	1.061.521	1.157.350	1.061.521
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	57.056.403	44.244.950	57.056.403	44.244.950
Correspondentes	517.167	458.844	517.167	458.844
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**231.238**	**177.076**	**231.238**	**177.076**
Recursos emTrânsito de Terceiros	82	378	82	378
Transferências Internas de Recursos	231.156	176.698	231.156	176.698
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 9)	**42.385.367**	**36.247.019**	**42.385.367**	**36.247.019**
Setor Público	1.739.275	2.604.221	1.739.275	2.604.221
Setor Privado	45.716.233	37.633.834	45.716.233	37.633.834
Provisão para Operações de Créditos	(5.070.141)	(3.991.036)	(5.070.141)	(3.991.036)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 10)	**15.394.558**	**9.182.219**	**15.451.341**	**9.229.306**
Créditos por avais e fianças honrados	33.540	31.267	33.540	31.267
Carteira de Câmbio	92.686	29.279	92.686	29.279
Rendas a Receber	1.277.244	779.747	1.312.159	827.473
Negociação e intermediação de valores	24.532	2.937	24.532	2.937
Créditos Específicos	119.507	86.021	119.507	86.021
Diversos	13.943.407	8.357.582	13.965.275	8.356.943
Provisão para outros créditos	(96.358)	(104.614)	(96.358)	(104.614)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 11)	**1.189.453**	**1.471.017**	**1.189.452**	**1.471.017**
Outros Valores e Bens	829.140	954.639	829.140	954.639
Provisões para Desvalorizações	(134.152)	(163.706)	(134.152)	(163.706)
Despesas Antecipadas	494.465	680.084	494.464	680.084
NÃO CIRCULANTE	**234.902.959**	**201.306.093**	**233.643.986**	**200.492.848**
TÍTULOS E VAL MOBIL e INST FINANC DERIVATIVOS (Nota 7)	**45.398.070**	**57.825.213**	**45.398.070**	**57.825.213**
Carteira Própria	23.043.152	35.052.160	23.043.152	35.052.160
Vinculados a Compromissos de Recompra	21.623.833	22.601.962	21.623.833	22.601.962
Vinculados a Prestação de Garantias	731.085	171.091	731.085	171.091
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 8)	**20.938.647**	**25.432.765**	**20.938.647**	**25.432.765**
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	20.938.647	25.432.765	20.938.647	25.432.765
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 9)	**150.432.876**	**103.201.084**	**150.432.876**	**103.201.084**
Setor Público	14.536.982	11.824.072	14.536.982	11.824.072
Setor Privado	143.860.516	97.090.193	143.860.516	97.090.193
Provisão para Operações de Créditos	(7.964.622)	(5.713.181)	(7.964.622)	(5.713.181)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 10)	**11.763.853**	**9.339.763**	**11.763.853**	**9.342.834**
Rendas a Receber		28.274		28.274
Diversos	11.773.893	9.312.657	11.773.893	9.315.728
Provisão para Outros Créditos com caract concessão	(10.040)	(1.168)	(10.040)	(1.168)
PERMANENTE	**6.369.513**	**5.507.268**	**5.110.540**	**4.690.952**
INVESTIMENTOS (Nota 12)	**3.152.535**	**2.757.139**	**1.893.561**	**1.940.823**
Participações em Coligadas e Controladas	3.073.911	2.721.784	1.814.937	1.807.824
- No país	3.073.078	2.720.666	1.814.104	1.806.706
- No exterior	833	1.118	833	1.118
Outros Investimentos	89.696	46.448	89.696	144.092
Provisão para Perdas	(11.072)	(11.093)	(11.072)	(11.093)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 13)	**1.954.529**	**1.845.675**	**1.954.530**	**1.845.675**
Imóveis de Uso	224.885	187.494	224.885	187.494
Reavaliações de Imóveis de Uso	812.031	831.101	812.031	831.101
Outras Imobilizações de Uso	3.846.999	3.363.669	3.847.000	3.363.669
Depreciações Acumuladas	(2.929.386)	(2.536.589)	(2.929.386)	(2.536.589)
INTANGÍVEL (Nota 14)	**1.215.682**	**787.973**	**1.215.682**	**787.973**
Ativos Intangíveis	1.702.334	1.060.685	1.702.334	1.060.685
Amortizações Acumuladas	(486.652)	(272.712)	(486.652)	(272.712)
DIFERIDO (Nota 15)	**46.767**	**116.481**	**46.767**	**116.481**
Gastos de Organização e Expansão	258.079	399.286	258.079	399.286
Amortizações Acumuladas	(211.312)	(282.805)	(211.312)	(282.805)
TOTAL	**460.159.686**	**381.237.941**	**459.232.275**	**380.471.783**

PASSIVO	CAIXA - Individual		CAIXA - Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
CIRCULANTE	**340.487.192**	**297.009.413**	**339.559.781**	**296.243.255**
DEPÓSITOS (Nota 16)	**233.524.490**	**195.350.517**	**233.507.566**	**195.350.438**
Depósitos à Vista	20.723.672	17.999.774	20.723.599	17.999.695
Depósitos de Poupança	136.291.566	116.330.563	136.291.566	116.330.563
Depósitos interfinanceiros	2.287.177	24.212	2.287.177	24.212
Depósitos a Prazo	64.130.762	48.803.211	64.113.911	48.803.211
Depósitos Especiais e de Fundos e Programas	9.995.010	12.084.147	9.995.010	12.084.147
Outros depósitos	96.303	108.610	96.303	108.610
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 16)	**62.423.863**	**68.592.786**	**61.410.865**	**67.753.381**
Carteira Própria	26.362.460	37.135.163	25.349.462	36.295.758
Carteira de Terceiros	36.061.403	31.457.623	36.061.403	31.457.623
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 17)	**7.637.653**	**2.829.062**	**7.637.653**	**2.829.062**
Recursos de Letras Imob., Hipotec., de crédito e similares	7.637.653	2.829.062	7.637.653	2.829.062
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**1.332.866**	**1.172.443**	**1.332.866**	**1.172.443**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.327.260	1.166.044	1.327.260	1.166.044
Correspondentes	5.606	6.399	5.606	6.399
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**391.930**	**526.657**	**391.930**	**526.657**
Recursos em Trânsito de Terceiros	381.243	520.217	381.243	520.217
Transferências Internas de Recursos	10.687	6.440	10.687	6.440
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 18)	**188.269**	**640**	**188.269**	**640**
Empréstimos no Exterior	188.269	640	188.269	640
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 19)	**690.015**	**590.896**	**690.015**	**590.896**
TESOURO NACIONAL - PIS	647.619	549.077	647.619	549.077
BNDES	18.579	19.382	18.579	19.382
FGTS	23.817	22.437	23.817	22.437
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**852**	**1.598**	**852**	**1.598**
Instrumentos Financeiros Derivativos	852	1.598	852	1.598
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 20)	**34.297.254**	**27.944.814**	**34.399.765**	**28.018.140**
Cobrança e Arrecadações de Tributos e Assemelhados	686.842	605.293	686.842	605.293
Carteira de Câmbio	93.668	29.499	93.668	29.499
Sociais e Estatutárias	604.217	579.219	604.217	579.219
Fiscais e Previdenciárias	985.296	1.055.819	1.087.431	1.062.630
Negociação e Intermediação de Valores	1.750	16	1.750	16
Recursos para Destinação Específica:				
Obrigações de Operações com Loterias	442.849	351.700	442.849	351.700
Obrigações por Fundos e Programas Sociais	3.919.412	2.639.157	3.919.412	2.639.157
Obrigações por Fundos Financ. e de Desenvolvimento	690.182	777.377	690.182	777.377
Diversas	26.873.038	21.906.734	26.873.414	21.973.249
NÃO CIRCULANTE	**101.470.961**	**69.933.314**	**101.470.961**	**69.933.314**
DEPÓSITOS (Nota 16)	**937.019**	**528.929**	**937.019**	**528.929**
Depósitos a Prazo	931.286	508.436	931.286	508.436
Depósitos interfinanceiros	5.733	20.493	5.733	20.493
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 17)	**7.925.311**	**3.003.534**	**7.925.311**	**3.003.534**
Recursos de Letras Imob., Hipotec., de crédito e similares	7.925.311	3.003.534	7.925.311	3.003.534
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 18)	**4.751**	**7.574**	**4.751**	**7.574**
Empréstimos no Exterior	4.751	7.574	4.751	7.574
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 19)	**73.770.367**	**48.752.836**	**73.770.367**	**48.752.836**
TESOURO NACIONAL - PIS	29.313	16.546	29.313	16.546
BNDES	6.320.856	3.747.560	6.320.856	3.747.560
FGTS	67.221.463	44.769.744	67.221.463	44.769.744
Outras	198.735	218.986	198.735	218.986
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 20)	**18.833.513**	**17.640.441**	**18.833.513**	**17.640.441**
Fiscais e Previdenciárias	192.970	207.524	192.970	207.524
Dívidas Subordinadas - Elegíveis a Capital	5.276.936	4.908.438	5.276.936	4.908.438
Instrum. Híbridos de Capital e Dívida - Elegíveis a Capital	13.363.607	12.524.479	13.363.607	12.524.479
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 21)	**18.201.533**	**14.295.214**	**18.201.533**	**14.295.214**
Capital Social	14.673.724	11.676.683	14.673.724	11.676.683
Capital de domiciliados no país	13.562.433	13.562.443	13.562.433	13.562.443
Aumento de capital	4.983.742	2.384.683	4.983.742	2.384.683
Capital a realizar	(3.872.451)	(4.270.443)	(3.872.451)	(4.270.443)
Reserva de reavaliação	471.959	495.672	471.959	495.672
Reservas de lucros	1.944.114	1.131.104	1.944.114	1.131.104
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(8.121)	25.335	(8.121)	25.335
Lucros acumulados	1.119.857	966.420	1.119.857	966.420
TOTAL	**460.159.686**	**381.237.941**	**459.232.275**	**380.471.783**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Em 30 de junho
(Em milhares de reais)

	CAIXA - Individual		CAIXA - Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 23)	**24.426.446**	**18.387.724**	**24.426.446**	**18.387.724**
Operações de Crédito (Nota 9 (f))	12.688.242	8.815.120	12.688.242	8.815.120
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7 (e))	8.453.225	7.659.671	8.453.225	7.659.671
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(36.825)	(42.524)	(36.825)	(42.524)
Resultado de Câmbio (Nota 10 (a.1))	500	1.511	500	1.511
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 8 (c))	3.320.722	1.953.106	3.320.722	1.953.106
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	582	840	582	840
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 24)	**(17.197.865)**	**(12.289.197)**	**(17.151.139)**	**(12.257.310)**
Operações de Captação no Mercado (Nota 16(c) e (e) Nota 17 (b))	(11.665.174)	(8.676.150)	(11.618.448)	(8.644.263)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses (Nota 19 (a))	(2.556.867)	(1.681.410)	(2.556.867)	(1.681.410)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.975.824)	(1.931.637)	(2.975.824)	(1.931.637)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**7.228.581**	**6.098.527**	**7.275.307**	**6.130.414**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(5.292.469)**	**(4.492.500)**	**(5.308.440)**	**(4.517.625)**
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 25)	5.568.785	4.504.741	5.568.785	4.504.741
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 25)	567.395	449.999	567.395	449.999
Despesas de Pessoal (Nota 26)	(5.612.652)	(4.654.375)	(5.613.266)	(4.654.911)
Outras Despesas Administrativas (Nota 27)	(3.459.778)	(2.860.569)	(3.460.840)	(2.860.586)
Despesas Tributárias (Nota 31)	(860.526)	(712.054)	(865.623)	(712.129)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	101.610	220.710	30.098	207.548
Outras Receitas Operacionais (Nota 28)	3.144.374	2.406.503	3.206.702	2.404.894
Outras Despesas Operacionais (Nota 29)	(4.741.677)	(3.847.455)	(4.741.691)	(3.857.181)
RESULTADO OPERACIONAL	**1.936.112**	**1.606.027**	**1.966.867**	**1.612.789**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 30)	**(110.023)**	**(70.034)**	**(110.023)**	**(70.034)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**1.826.089**	**1.535.993**	**1.856.844**	**1.542.755**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	**555.423**	**332.886**	**524.668**	**326.124**
Despesa de Imposto de Renda	(71.434)	(51.164)	(94.047)	(56.137)
Valores correntes	(67.559)	(48.603)	(90.172)	(53.576)
Valores diferidos	(3.875)	(2.561)	(3.875)	(2.561)
Despesa de Contribuição Social	(32.939)	(24.835)	(41.083)	(26.627)
Valores correntes	(30.614)	(23.298)	(38.758)	(25.092)
Valores diferidos	(2.325)	(1.537)	(2.325)	(1.535)
Ativo Fiscal Diferido	659.796	408.885	659.798	408.888
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	**(107.204)**	**(201.195)**	**(107.204)**	**(201.195)**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	**2.274.308**	**1.667.684**	**2.274.308**	**1.667.684**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 30 de junho
(Em milhares de reais)

	CAIXA - Individual		CAIXA - Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**7.138.763**	**3.293.785**	**6.909.136**	**3.306.947**
Lucro Líquido	2.274.308	1.667.684	2.274.308	1.667.684
Ajustes ao Lucro Líquido:	4.864.455	1.626.101	4.634.828	1.639.263
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	(88.762)	(13.836)	(88.762)	(13.836)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.975.824	1.931.637	2.975.824	1.931.637
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	250.201	133.555	250.201	133.555
Depreciações e Amortizações	374.765	332.234	374.765	332.234
Impostos Diferidos	(659.796)	(408.888)	(659.796)	(408.888)
Despesas com provisões para contingentes	128.051	372.028	128.051	372.028
Resultado de Participação em Coligadas	(101.610)	(220.710)	(30.098)	(207.548)
Outros Ajustes	1.985.782	(499.919)	1.684.643	(499.919)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**24.112.597**	**(671.598)**	**24.173.789**	**(936.562)**
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	201.687	92.334	201.687	92.334
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria I	(9.060.620)	9.367.806	(9.060.620)	9.367.806
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria II	(849.473)	160.004	(1.124.253)	160.004
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria III	11.246.577	(1.190.548)	11.246.577	(1.190.548)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(3.129.012)	(19.205.184)	(3.129.012)	(19.205.184)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	325.500	(1.015.747)	325.500	(1.015.747)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(798.303)	(725.823)	(798.303)	(725.823)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro	(31.149.857)	(25.863.718)	(31.149.857)	(25.863.718)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	2.060.353	46.351	1.985.391	(7.327)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	93.488	11.225	93.488	11.225
(Redução) Aumento em Depósitos	19.272.507	15.209.725	19.262.289	15.209.661
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	16.411.205	3.556.605	16.199.980	3.464.591
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	4.247.444	3.357.155	4.247.444	3.357.155
(Redução) Instrumentos Financeiros Derivativos	(792)	616	(792)	616
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	13.553.049	8.232.442	13.553.049	8.232.442
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	1.688.844	7.295.159	2.321.221	7.175.951
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**31.251.360**	**2.622.187**	**31.082.925**	**2.370.385**
Alienação de Investimentos		103.642		185.634
Alienação de Imobilizado de Uso	91.521		91.521	
Aquisição de Investimentos	(126.556)	(197.148)	41.878	(27.338)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(273.883)	(193.689)	(273.883)	(193.689)
Aquisição de Intangível	(89.744)	(104.592)	(89.744)	(104.592)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(398.662)**	**(391.787)**	**(230.228)**	**(139.985)**
Adiantamento para antecipação de dividendos	(110.231)		(110.231)	
Dividendos/remuneração	(1.002.482)		(1.002.482)	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(1.112.713)**	**-**	**(1.112.713)**	**-**
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**29.739.985**	**2.230.400**	**29.739.984**	**2.230.400**
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES, LÍQUIDA				
Caixa e Equivalentes no início do Período	15.496.548	32.571.053	15.496.549	32.571.053
Caixa e Equivalentes no fim do período	45.236.533	34.801.453	45.236.533	34.801.453
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes	**29.739.985**	**2.230.400**	**29.739.984**	**2.230.400**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Juros pagos	15.985.910	11.716.560	15.985.910	11.716.560
Juros recebidos	21.939.237	19.397.761	21.939.237	19.397.761
Dividendos recebidos	204	29.011	204	29.011

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	**12.473.724**	**478.318**	**2.652.206**	**(167.298)**		**15.436.950**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				159.177		159.177
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 21(a))	287.256					287.256
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS PN (Nota 21(a))	1.702.155					1.702.155
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES ELETROBRÁS ON (Nota 21(a))	210.589					210.589
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		7.195				7.195
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO					(5.422)	(5.422)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(13.554)			13.554	
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE					2.274.308	2.274.308
DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					(1.002.482)	(1.002.482)
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE					(371.181)	(371.181)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (Nota 21(d))						
Reserva Legal (Reserva de Lucros)			113.715		(113.715)	
Reserva de loterias (Reserva de Lucros)			180.675		(180.675)	
Reserva de margem operacional (Reserva de Lucros)			(1.002.482)		1.002.482	
Juros sobre o capital próprio propostos					(428.819)	(428.819)
Dividendos propostos					(68.193)	(68.193)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	**14.673.724**	**471.959**	**1.944.114**	**(8.121)**	**1.119.857**	**18.201.533**

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**11.676.683**	**509.236**	**918.677**	**39.171**		**13.143.767**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				(13.836)		(13.836)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		5.041				5.041
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO					(7.442)	(7.442)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(18.605)			18.605	
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE					1.667.684	1.667.684
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE					(121.976)	(121.976)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (Nota 20 (d))						
Reserva Legal (Reserva de Lucros)			83.384		(83.384)	
Reserva de loterias (Reserva de Lucros)			129.043		(129.043)	
Juros sobre o capital próprio propostos					(378.024)	(378.024)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	**11.676.683**	**495.672**	**1.131.104**	**25.335**	**966.420**	**14.295.214**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Em 30 de junho
(Em milhares de reais)

	CAIXA - Individual				CAIXA - Consolidado			
	2011		2010		2011		2010	
DESCRIÇÃO	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
1. RECEITAS	**30.621.154**	**353,70**	**23.747.296**	**328,85**	**30.683.482**	**352,94**	**23.745.689**	**328,49**
Intermediação Financeira	27.570.821	318,47	20.794.227	287,96	27.633.149	317,85	20.792.620	287,64
Prestação de Serviços	6.136.180	70,89	4.954.740	68,61	6.136.180	70,58	4.954.740	68,54
Provisão p/deved duvidosos - Reversão/(constituição)	(2.975.824)	(34,37)	(1.931.637)	(26,75)	(2.975.824)	(34,23)	(1.931.637)	(26,72)
Não Operacionais	(110.023)	(1,27)	(70.034)	(0,97)	(110.023)	(1,27)	(70.034)	(0,97)
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**14.222.041**	**164,28**	**10.357.560**	**143,43**	**14.175.315**	**163,05**	**10.325.673**	**142,84**
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**7.468.624**	**86,27**	**6.056.915**	**83,87**	**7.469.700**	**85,92**	**6.066.657**	**83,93**
Materiais, energia e outros	1.321.295	15,27	1.032.189	14,29	1.321.295	15,20	1.032.206	14,28
Serviços de terceiros	1.405.652	16,23	1.177.271	16,30	1.406.714	16,18	1.177.271	16,29
Outras	4.741.677	54,77	3.847.455	53,28	4.741.691	54,54	3.857.180	53,36
Outras despesas operacionais - atual. Monetária	671.567	7,76	585.663	8,11	671.567	7,72	585.663	8,10
Outras despesas operacionais - juros	426.512	4,93	364.321	5,05	426.512	4,91	364.321	5,04
Despesas de contribuição ao SFH	382.080	4,41	502	0,01	382.080	4,39	502	0,01
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	315.391	3,64	280.352	3,88	315.391	3,63	280.352	3,88
Outras desp. Operacionais - Benefícios Pós - Emprego	281.428	3,25	268.854	3,72	281.428	3,24	268.854	3,72
Comissões e Tarifas	223.272	2,58	203.560	2,82	223.272	2,57	203.560	2,82
Despesa de administração de loterias	97.967	1,13	89.840	1,24	97.967	1,13	89.840	1,24
Demais	2.343.460	27,07	2.054.363	28,45	2.343.474	26,96	2.064.088	28,55
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**8.930.489**	**103,16**	**7.332.821**	**101,54**	**9.038.467**	**103,96**	**7.353.359**	**101,72**
5. RETENÇÕES	**374.765**	**4,33**	**332.234**	**4,60**	**374.765**	**4,31**	**332.234**	**4,60**
Depreciação, amortização e exaustão	374.765	4,42	332.234	4,60	374.765	4,31	332.234	4,60
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**8.555.724**	**98,83**	**7.000.587**	**96,94**	**8.663.702**	**99,65**	**7.021.125**	**97,13**
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**101.610**	**1,17**	**220.710**	**3,06**	**30.098**	**0,35**	**207.548**	**2,87**
Resultado da equivalência patrimonial	101.610	1,17	220.710	3,06	30.098	0,35	207.548	2,87
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**8.657.334**	**100,00**	**7.221.297**	**100,00**	**8.693.800**	**100,00**	**7.228.673**	**100,00**
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**8.657.334**	**100,00**	**7.221.297**	**100,00**	**8.693.800**	**100,00**	**7.228.673**	**100,00**
Pessoal e encargos	4.944.456	57,11	4.210.309	58,30	4.945.070	56,88	4.210.838	58,24
- Salários	3.659.201	42,27	3.034.276	42,02	3.659.815	42,10	3.034.804	41,98
- Encargos Previdênciários	325.769	3,76	269.619	3,73	325.769	3,75	269.619	3,73
- Previdência Privada	217.504	2,51	173.800	2,41	217.504	2,50	173.801	2,40
- Benefícios	634.778	7,33	531.419	7,35	634.778	7,30	531.419	7,35
- Participação nos Resultados	107.204	1,24	201.195	2,79	107.204	1,23	201.195	2,78
Impostos, taxas e contribuições	1.080.504	12,47	1.024.429	14,19	1.116.356	12,84	1.031.276	14,27
- Federais	863.096	9,97	845.318	11,71	898.948	10,34	852.093	11,79
- Municipais	217.408	2,51	179.111	2,48	217.408	2,50	179.183	2,48
Aluguéis	358.066	4,14	318.875	4,42	358.066	4,12	318.875	4,42
Juros sobre capital próprio e dividendos	428.819	4,95	378.024	5,23	428.819	4,93	378.024	5,23
Lucros retidos	1.845.489	21,32	1.289.660	17,86	1.845.489	21,23	1.289.660	17,84

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Com sede e foro no Brasil, está domiciliada em Brasília, no Distrito Federal e atua em todo o território nacional e no exterior, com escritórios de representação no Japão, Estados Unidos e Venezuela. O capital da CAIXA pertence integralmente à União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da CAIXA se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA atua em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infraestrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria.

A CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas, para cumprir o seu objeto social, e a adquirir participações acionárias em outras instituições, públicas ou privadas, do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculados, conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 31 de março de 2009, a CAIXA constituiu a CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. (CAIXAPAR), sociedade comercial sob a forma de sociedade anônima, com capital social de R$ 2,5 bilhões, representado por 2,5 bilhões de ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizado pela CAIXA.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da CAIXA são de responsabilidade da Administração.

As notas explicativas trazem informações complementares às seguintes demonstrações contábeis: balanços patrimoniais; demonstrações do resultado; demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa.

As notas explicativas fornecem, de forma clara, relevante, confiável e comparável, descrições narrativas e detalhes da composição dessas demonstrações contábeis.

Para permitir um melhor entendimento da evolução patrimonial e dos resultados da CAIXA, tendo em vista a consolidação da CAIXAPAR a partir de junho de 2010, apresentamos, também, as informações consolidadas referentes a junho de 2011 e junho de 2010.

A CAIXAPAR, por não se tratar de uma instituição financeira, não apresenta as operações típicas de um Banco como, por exemplo, operações de crédito. Dessa forma, algumas informações da CAIXA Consolidado irão coincidir com as da CAIXA Individual.

Para clareza nas informações evidenciadas, a apresentação da nomenclatura CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO denota que as informações são coincidentes tanto na demonstração individual quanto na demonstração consolidada.

Visando a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade (BRGAAP) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional já aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- CPC 01 – Redução ao valor recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.566/2008;
- CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.604/2008;
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes relacionadas, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.750/2009;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.
- CPC 24 – Evento Subsequente, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011.

Os pronunciamentos acima descritos já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

A aprovação das demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2011 foi concedida de acordo com a deliberação do Conselho de Administração em 10 de agosto de 2011.

Nota 3 – Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR

A Caixa Participações S.A (CAIXAPAR) é subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, autorizada por meio da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, convertida na Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, foi constituída no exercício de 2009 com a integralização de parte do capital social no montante de R$ 1.250.000.

Em 2010 a CAIXA integralizou o valor de R$ 1.250.000, totalizando o capital social da empresa no montante de R$ 2.500.000, sendo R$ 1.177.778 por meio da transferência de participações existentes na CAIXA, R$ 7.440 em dividendos a receber e R$ 64.782 em espécie conforme demonstra quadro a seguir:

Descrição	Valor Integralizado
Participações	**1.177.778**
Caixa Seguros	1.074.136
VISANET/CIELO	65.824
TECBAN	31.818
CIBRASEC	6.000
Dividendos Caixa Seguros	**7.440**
Valor em espécie	**64.782**
Total	**1.250.000**

O quadro a seguir apresenta o valor do patrimônio liquido da CAIXAPAR:

Descrição		2011		2010
	Participação CAIXA %	30 de junho	31 de março	30 de junho
CAIXA PARTICIPAÇÕES	100	3.118.608	3.020.892	2.720.666

Aquisição de participação no Banco Panamericano

(a) Alocação do preço de compra

Em 1º de dezembro de 2009, foi celebrado entre a CAIXAPAR e o Grupo Silvio Santos Participações Ltda., contrato de compra e venda de ações para aquisição de 36,56% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., no valor de R$ 739.272, por intermédio da aquisição de 64.621.700 ações ordinárias, equivalentes a 49% do capital social votante e 24.712.286 ações preferenciais equivalentes a 21,97% das ações preferenciais do referido banco. Nessa data, foi efetuado pagamento parcial de R$ 517.490.

A aprovação do ingresso da CAIXAPAR no grupo de controle do Banco Panamericano foi realizada, em 19 de julho de 2010, por meio do oficio Deorf/Gabin – 2010/06731 do Banco Central, restando apenas a apresentação dos pertinentes atos relativos à conclusão da operação. Com a referida aprovação, a CAIXAPAR concluiu a operação de compra mediante o pagamento do valor residual de R$ 234.215.

Os valores pertinentes podem ser assim sumariados:

Valor contratual da aquisição em dezembro de 2009	739.272
Valor pago em dezembro de 2009	517.490
Saldo remanescente em dezembro de 2009	221.782
Valor pago em julho de 2010	(234.215)
Despesa financeira registrada em 2010	(12.433)

Em 9 de novembro de 2010, a Diretoria Colegiada de Normas e Organização do Sistema Financeiro aprovou a alteração do grupo de controle societário do Banco Panamericano, com a entrada da CAIXAPAR conforme publicação no Diário Oficial da União.

Em 26 de novembro de 2010 os acionistas do Banco Panamericano nomearam o novo Conselho de Administração da instituição, que passou a ter 11 integrantes. Adicionalmente,

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

com a implementação do acordo entre os acionistas a CAIXAPAR passou a ter representantes na diretoria da instituição e manteve inalterados os percentuais de participação da CAIXAPAR quando da aquisição de ações do Banco.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo contábil relativo ao Banco Panamericano nas demonstrações financeiras da CAIXAPAR estava assim composto:

Valor contratual da aquisição em dezembro de 2009	739.272
Equivalência patrimonial positiva registrada em 2010	41.576
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2010	780.848

A alocação do preço de compra, com base em laudos de consultores independentes datado de 15 de junho de 2011, é demonstrada a seguir:

Resumo	Posição 30.11.2010
Patrimônio líquido contábil consolidado do Panamericano	152.762
Recomposição do patrimônio realizada em janeiro de 2011 (i)	1.300.000
Patrimônio líquido ajustado consolidado do Panamericano	1.452.762
Participação indireta da Caixa	36,56%
Investimento indireto da Caixa através da CAIXAPAR no Panamericano	531.130
Valor pago pela CAIXAPAR para aquisição do investimento	739.272
Diferença entre o valor pago e o valor em 30.11.2010	**208.142**

(i) Conforme fato relevante divulgado pelo Banco Panamericano, em 31/01/2011 houve o aporte do referido valor pelo acionista controlador.

Conforme o CPC 15 o ágio apurado na aquisição do Banco Panamericano pela CAIXAPAR foi de R$ 42.864. Por sua vez o COSIF estabelece que para a avaliação do investimento e consolidação na CAIXA, para efeitos de demonstração, é adicionado ao valor do ágio apurado na CAIXAPAR o valor do intangível de R$ 162.276 e o ajuste a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários no valor de R$ 3.002 conforme quadro abaixo:

Composição	**208.142**
Ajuste a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários (i)	3.002
Ativos intangíveis identificados na aquisição, líquido dos efeitos tributários (ii)	162.276
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura (iii)	**42.864**

(i) Ajuste a valor de mercado de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis do Banco Panamericano em 30/11/2010, líquido dos correspondentes efeitos tributários, baseado em laudo elaborado por consultores independentes.
(ii) Valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição e não registrados no Banco Panamericano, líquido dos efeitos tributários.
(iii) Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura e outras razões econômicas (sinergia, força de trabalho, etc.), o qual será amortizado pelo prazo de 5 anos.

Ativos intangíveis	Banco Panamericano	Participação da CAIXA, líquida dos efeitos tributários	Prazo de amortização
Marcas	148.996	32.684	Indefinido
Relacionamentos comerciais	518.882	113.822	3 anos
Contratos	59.433	13.037	5 anos
Tecnologia	12.459	2.733	5,63 anos
Valor Total	739.770	162.276	-

Os saldos recompostos na aquisição de 36,56% de participação no Banco Panamericano estão assim apresentados:

Investimento em 30.11.2010	531.130
(+) Ajuste a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários	3.002
(+) Ativos intangíveis identificados na aquisição, líquidos dos efeitos tributários	162.276
(+) Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	42.864
= Valor contratual da aquisição em dezembro de 2009	739.272
(+) Equivalência patrimonial positiva registrada em 2010	41.576
= Valor do investimento em 31 de dezembro de 2010	780.848

b) Saldo do Investimento em 30 de junho de 2011

No 1º semestre de 2011, a CAIXA adquiriu créditos comerciais do Banco Panamericano, o que gerou uma receita no valor de R$ 110.855 mil em favor daquela Instituição. Dessa forma, para o cálculo da participação indireta da CAIXA é necessário a exclusão do valor conforme demonstra quadro abaixo:

Resumo	**30.06.2011**
Patrimônio líquido contábil consolidado do Panamericano em 30/06/2011	1.368.102
Resultado não realizados nas transações entre CAIXA e Panamericano	(110.855)
Patrimônio líquido ajustado consolidado do Panamericano em 30/06/2011	1.257.247
Participação indireta da CAIXA, através da CAIXAPAR (36,56%)	459.650

O quadro abaixo demonstra o impacto da equivalência patrimonial e o resultado não realizado intercompanhias no 1º semestre:

Resumo	**valor**
Participação indireta da Caixa através da CAIXAPAR (36,56%) em 30.06.2011	459.650
(+) Dividendos consignados nas demonstrações contábeis do Banco Panamericano em 30.06.2011 da CAIXAPAR (R$ 7.654 x 36,56%)	2.798
(-) Participação indireta da Caixa através da CAIXAPAR (36,56%) em 30.11.2010	531.130
(=) Valor total (1)	**(68.682)**

(1) Composição	**(68.682)**
Equivalência negativa (diferença entre a posição de 30.06.2011 e 30.11.2010)	(28.149)
Resultado não realizado intercompanhias (R$ 110.855 x 36,56%)	(40.529)
Ajuste de avaliação patrimonial de marcação a mercado de títulos *	(4)

* Relativo à participação em ajuste de avaliação patrimonial de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda do Banco Panamericano, no montante negativo de R$ 13.

A movimentação do ágio conforme demonstrado no quadro da alocação do preço de compra segue abaixo:

Realização	**Valor alocado**	**Amortização**	**Líquido**
Ajustes a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários	3.002	(3.002)	-
Ativos intangíveis identificados na aquisição, líquido dos efeitos tributários	162.276	(23.935)	138.341
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura*	42.864	(5.000)	37.864
Saldo	208.142	(31.937)	176.205

* Período de realização estimado em 5 anos.

Os saldos registrados na rubrica "Participações em controladas e coligadas", bem como os efeitos no resultado do semestre relativos ao investimento no Banco Panamericano, estão assim apresentados:

Resumo	**30 de junho de 2011**
Investimento	459.650
Ágio líquido na alocação do preço de compra	176.205
Total do Investimento	635.855

Impactos no resultado	**30 de junho de 2011**
Reversão da equivalência patrimonial registrada em 2010	(41.576)
Equivalência negativa (diferença entre a posição de 30.06.2011 e 30.11.2010)	(28.149)
Resultado não realizado intercompanhias	(40.529)
Amortização do ágio	(31.937)
Estorno do JCP da CAIXAPAR referente a 2009/2010	(2.194)
Total	**(144.385)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

c) BTG Pactual

O Banco Panamericano divulgou fato relevante, em 31 de janeiro de 2011, informando que a Silvio Santos Participações S.A. ("SSP") e BF Utilidades Domésticas Ltda. ("BF" e em conjunto com a SSP "Vendedoras") celebraram com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avenças.

No referido contrato o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações de titularidade das Vendedoras, correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do Banco Panamericano pelo preço de R$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) corrigidos, a partir da data de conclusão do negócio, até a data de seu efetivo pagamento, por 110% da Taxa DI, que poderá ser pago, a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, valor este limitado à importância máxima de R$ 3.800.000 (três bilhões e oitocentos milhões de reais).

Nesta mesma data o BTG Pactual e a CAIXAPAR celebraram acordo de acionistas do Banco Panamericano, com a substituição das Vendedoras pelo BTG Pactual, que substancialmente manteve as mesmas condições do acordo vigente.

Neste mesmo sentido, a CAIXAPAR manteve inalterado os seus percentuais de participação na instituição financeira e não alienou sua participação no âmbito da oferta pública que será realizada pelo BTG Pactual.

Em 30 de março de 2011 a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle do Banco Panamericano, com a entrada do BTG Pactual em lugar da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda.

Em 27 de maio de 2011 o BTG Pactual, após a verificação de determinadas condições precedentes, concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.326 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do Banco Panamericano.

Em 2 de junho de 2011 os acionistas do Banco Panamericano nomearam o novo Conselho de Administração da instituição, que passou a ter 13 integrantes sendo presidido pelo presidente da CAIXA e a vice-presidência ocupada por um representante indicado pelo BTG Pactual.

Em 17 de junho de 2011 o BTG Pactual apresentou à Comissão de Valores Mobiliários, pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações preferenciais de emissão da Companhia ("OPA"), nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Instrução CVM nº 361/02.

A OPA é destinada à aquisição de até a totalidade das ações preferenciais em circulação de emissão da Companhia, excetuadas aquelas de titularidade direta ou indireta do BTG Pactual e da CAIXAPAR, pessoas a eles vinculadas e administradores da Companhia, correspondentes, nesta data, a 63.038.340 ações preferenciais, representativas de 56,05% das ações preferenciais do Banco Panamericano.

Nota 4 – Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações sendo que a carteira de títulos para negociação e os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo com reflexo no resultado.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas: à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

(b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e sua subsidiária, CAIXAPAR, com a respectiva eliminação de todos os saldos e transações entre estas empresas quando da consolidação.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes.

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação.

O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação minoritária.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. No caso de operações com uma coligada, os resultados relacionados são eliminados de acordo com o investimento da CAIXA na coligada.

(c) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registrados pelo valor de resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(d) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da CAIXA.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados usando a mesma moeda funcional definida.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional no final do período.

Os itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

(e) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados, pelo seu valor de face, e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira, as aplicações em operações interfinanceiras compromissadas, com vencimento original de até 90 dias e que apresentam risco reduzido de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos a curto prazo.

(f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(g) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características.

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

– Títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.
– Títulos disponíveis para venda: são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações serão levadas a resultados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.
– Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos *(hedge)* ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

(i) Determinação do valor justo

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado, sem nenhuma dedução de custo de transação.

Para todos os outros instrumentos financeiros não negociados no mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando método de valorização apropriado.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles foram mensurados estão disponíveis na nota de Gerenciamento do Risco Corporativo (Nota 35).

(j) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso		Classificação do cliente
Prazo normal	Prazo especial (i)	
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(i) Compreendem as operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução do CMN nº 2.682/1999.

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias (360 dias – prazo especial), são baixadas contra a provisão, e controladas por no mínimo cinco anos em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.059/2002 alterada pela Resolução do CMN nº 3.355/2006.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

(l) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

(m) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas, cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(n) Imobilizado

Este grupo inclui os valores dos prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computador e outros utensílios de propriedade da CAIXA destinados à manutenção de suas atividades operacionais.

O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 submetido a testes de redução ao valor recuperável e depreciado pelo método linear sem valor residual.

Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Sistema de segurança	5 anos

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados com estes ativos.

A CAIXA avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável).

Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras.

Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas.

Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado.

Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

(o) Intangível

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da CAIXA ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável, conforme estabelece a Resoluções do CMN nº. 3.642/2008 e nº. 3.566/2008.

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal.

Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos a amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil, a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

A despesa de amortização do ativo intangível é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de amortização:

	Prazo
Projetos logiciais – *software*	5 anos
Aquisição de Folha de Pagamento [1]	Até 5 anos

(1) Referem-se a valores pagos para assegurar exclusividade por serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

O intangível "Aquisição de Folha de Pagamento" da CAIXA é amortizado durante a vigência dos respectivos contratos, sendo no máximo de 5 anos.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização'.

Os critérios utilizados para reconhecer essas perdas e, conforme o caso, a reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores, são similares aos utilizados para os bens do ativo imobilizado.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

(p) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Conforme determinado na Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

(q) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

(r) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

(i) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Provisões – são constituídas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA.

(iii) Passivos Contingentes – classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

(s) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata" dia).

(t) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A CAIXA avalia, na data do balanço, se há alguma evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está acima do valor recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado acima do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ('um evento de perda' incorrido), exceto na avaliação das operações de crédito da Instituição onde conforme legislação vigente é utilizado o critério de perda esperada.

(u) Benefícios a empregados

A CAIXA opera plano de aposentadoria do tipo Benefício Definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduzir a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados nas demonstrações contábeis, para os planos previdenciários e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade BD, a CAIXA adota a seguinte política:

a) A parcela dos ganhos ou perdas a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

i) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e,

ii) 10% do valor justo dos ativos do plano.

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

b) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, conforme item (a), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

A CAIXA também opera planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida e não geram ganhos ou perdas atuariais.

Outros benefícios concedidos são o auxílio pecúlio, estruturado na modalidade BD e o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos titulares (empregados CAIXA e aposentados) e respectivos dependentes.

Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado, estabelecido pela IAS 19.

A CAIXA fornece aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, a forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Caixa	2.083.770	1.743.061
Disponibilidade em moeda nacional	1.660.871	1.465.455
Disponibilidade em moeda estrangeira	67.083	37.485
Total de Disponibilidades (caixa)	**3.811.724**	**3.246.001**
Aplicações interfinanceiras de liquidez*	41.424.809	31.555.452
Total	**45.236.533**	**34.801.453**

* Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.

Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Aplicações no mercado aberto	1 a 30 dias	30 de junho de 2011	%	30 de junho de 2010	%
Posição bancada	**5.362.511**	**5.362.511**	**12,94**	**1.549**	**-**
Letras Financeiras do Tesouro	1.545.556	1.545.556	3,73	34	-
Letras do Tesouro Nacional	200	200	-	1.515	-
Notas do Tesouro Nacional	3.816.755	3.816.755	9,21	-	-
Posição financiada	**36.062.298**	**36.062.298**	**87,06**	**31.457.624**	**99,69**
Letras Financeiras do Tesouro	29.327.030	29.327.030	70,80	21.764.372	68,97
Letras do Tesouro Nacional	3.002.027	3.002.027	7,25	9.693.252	30,72
Notas do Tesouro Nacional	3.733.241	3.733.241	9,01	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	**96.279**	**0,31**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	96.318	0,31
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	-	-	-	(39)	-
Total	**41.424.809**	**41.424.809**	**100,00**	**31.555.452**	**100,00**
Ativo circulante	**41.424.809**	**41.424.809**	**100,00**	**31.555.452**	**100,00**
Ativo não circulante	-	-	-	-	-

(a) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	2011	2010
	1º semestre	1º semestre
Rendas de aplicações em operações compromissadas	**2.319.946**	**1.920.525**
Posição bancada	801.266	239.206
Posição financiada	1.518.680	1.681.319
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**6.734**	**3.944**
Total	**2.326.680**	**1.924.469**

Nota 7 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	30 de junho de 2011	%	30 de junho de 2010	%	30 de junho de 2011	%	30 de junho de 2010	%
I – Títulos para negociação	**46.680.973**	**43,43**	**37.083.545**	**33,70**	**46.680.973**	**43,32**	**37.083.545**	**33,70**
Letras Financeiras do Tesouro	7.051.497	6,56	7.823.230	7,10	7.051.497	6,54	7.823.230	7,10
Letras do Tesouro Nacional	32.635.954	30,36	21.868.544	19,90	32.635.954	30,26	21.868.544	19,90
Notas do Tesouro Nacional	6.915.326	6,43	7.329.104	6,66	6.915.326	6,42	7.329.104	6,66
Debêntures	53.622	0,05	48.253	0,04	53.622	0,05	48.253	0,04
Cotas de Fundos	18.612	0,02	14.414	0,01	18.612	0,02	14.414	0,01
Certificado de Recebíveis Imobiliários	5.962	0,01	-	-	5.962	0,01	-	-
II – Títulos disponíveis para venda	**2.591.507**	**2,41**	**1.311.068**	**1,18**	**2.866.287**	**2,66**	**1.311.068**	**1,18**
Letras Financeiras do Tesouro	183.789	0,17	236.028	0,21	183.789	0,17	236.028	0,21
Notas do Tesouro Nacional	6.378	0,01	27.163	0,02	6.378	0,01	27.163	0,02
Títulos da Dívida Agrária	263	-	252	-	263	-	252	-
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	60.998	0,06	-	-	60.998	0,06
Debêntures	287.302	0,27	302.298	0,27	287.302	0,27	302.298	0,27
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos	9.931	0,01	3.613	-	9.931	0,01	3.613	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	153.170	0,14	66.589	0,06	153.170	0,14	66.589	0,06
Ações	1.950.674	1,81	614.127	0,56	2.225.454	2,07	614.127	0,56
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
III – Títulos mantidos até o vencimento	**58.214.248**	**54,16**	**71.718.185**	**65,12**	**58.214.248**	**54,02**	**71.718.185**	**65,12**
Letras Financeiras do Tesouro	5.253.375	4,89	5.464.659	4,96	5.253.375	4,88	5.464.659	4,96
Letras do Tesouro Nacional	87.369	0,08	9.223.497	8,38	87.369	0,08	9.223.497	8,38
Notas do Tesouro Nacional	52.682.098	49,01	53.618.950	48,69	52.682.098	48,89	53.618.950	48,7
Tesouro Nacional/Securitização	164.094	0,15	2.635.304	2,39	164.094	0,15	2.635.304	2,39
Debêntures	-	-	55.849	0,05	-	-	55.849	0,05
Notas Promissórias	-	-	719.926	0,65	-	-	719.926	0,65
Certificados de Recebíveis Imobiliários	27.312	0,03	-	-	27.312	0,02	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	**164**	-	-	-	**164**	-
Total	**107.486.728**	**100,00**	**110.112.962**	**100,00**	**107.761.508**	**100,00**	**110.112.962**	**100,00**
Ativo circulante	**62.088.658**	**57,76**	**52.287.749**	**47,50**	**62.363.438**	**57,87**	**52.287.749**	**47,50**
Ativo não circulante	**45.398.070**	**42,24**	**57.825.213**	**52,50**	**45.398.070**	**42,13**	**57.825.213**	**52,50**

(b) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos por prazo

(b.1) Categoria I – Títulos para negociação

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
	30 de junho de 2011										30 de junho de 2010		
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	Sem vencimento	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	**4.016.835**	**-**	**6.073.630**	**10.022.652**	**19.575.013**	**7.002.765**	**-**	**46.690.895**	**(88.118)**	**46.602.777**	**37.109.775**	**(88.897)**	**37.020.878**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.727.112	1.699	3.043.803	1.279.693	-	7.052.307	(810)	7.051.497	7.824.253	(1.023)	7.823.230
Letras do Tesouro Nacional	4.016.835	-	3.346.518	3.382.304	16.312.176	5.640.482	-	32.698.315	(62.361)	32.635.954	21.953.060	(84.516)	21.868.544
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	6.638.649	219.034	82.590	-	6.940.273	(24.947)	6.915.326	7.332.462	(3.358)	7.329.104
Títulos Empresa	**-**	**-**	**-**	**-**	**30.165**	**30.063**	**18.612**	**78.840**	**(644)**	**78.196**	**62.142**	**525**	**62.667**
Debêntures	-	-	-	-	30.165	23.510	-	53.675	(53)	53.622	47.728	525	48.253
Cotas de Fundos	-	-	-	-	-	-	18.612	18.612	-	18.612	14.414	-	14.414
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	6.553	-	6.553	(591)	5.962	-	-	-
Total	**4.016.835**	**-**	**6.073.630**	**10.022.652**	**19.605.178**	**7.032.828**	**18.612**	**46.769.735**	**(88.762)**	**46.680.973**	**37.171.917**	**(88.372)**	**37.083.545**
% Pz Venc.	8,59	-	12,99	21,43	41,92	15,04	0,03	100,00	-	-	100,00	-	-

(b.2) Categoria II – Títulos disponíveis para venda

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL												
	30 de junho de 2011										30 de junho de 2010		
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	Sem vencimento	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	**-**	**-**	**-**	**256**	**-**	**187.546**	**-**	**187.801**	**2.629**	**190.430**	**877.058**	**3.536**	**880.594**
Letras Fin. Do Tesouro	-	-	-	-	-	183.429	-	183.429	360	183.789	235.235	792	236.028
Notas Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	4.117	-	4.117	2.261	6.378	25.152	2.011	27.163
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	256	-	-	-	255	8	263	237	16	252
Certificado Fin. Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.281	717	60.998
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	556.153	-	556.153
Títulos – Empresas	**-**	**-**	**-**	**1.478**	**116.175**	**323.964**	**2.156.785**	**2.598.403**	**(197.326)**	**2.401.077**	**388.402**	**42.072**	**430.474**
Debêntures	-	-	-	1.478	116.175	163.993	-	281.647	5.655	287.302	293.500	8.798	302.298
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos	-	-	-	-	-	-	9.931	9.931	-	9.931	3.613	-	3.613
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	159.971	-	159.971	(6.801)	153.170	66.333	256	66.589
Ações	-	-	-	-	-	-	2.146.854	2.146.854	(196.180)	1.950.674	24.956	33.018	57.974
Total	**-**	**-**	**-**	**1.734**	**116.175**	**511.510**	**2.156.785**	**2.786.204**	**(194.697)**	**2.591.507**	**1.265.460**	**45.608**	**1.311.068**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO												
	30 de junho de 2011										30 de junho de 2010		
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	Sem vencimento	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	-	-	-	256	-	187.546	-	187.801	2.629	190.430	877.058	3.536	880.594
Letras Fin. Do Tesouro	-	-	-	-	-	183.429	-	183.429	360	183.789	235.235	792	236.028
Notas Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	4.117	-	4.117	2.261	6.378	25.152	2.011	27.163
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	256	-	-	-	255	8	263	237	16	252
Certificado Fin. Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.281	717	60.998
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	556.153	-	556.153
Títulos – Empresas	-	-	-	1.478	116.175	323.964	2.431.565	2.873.183	(197.326)	2.675.857	388.402	42.072	430.474
Debêntures	-	-	-	1.478	116.175	163.993	-	281.647	5.655	287.302	293.500	8.798	302.298
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos	-	-	-	-	-	-	9.931	9.931	-	9.931	3.613	-	3.613
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	159.971	-	159.971	(6.801)	153.170	66.333	256	66.589
Ações	-	-	-	-	-	-	2.421.634	2.421.634	(196.180)	2.225.454	24.956	33.018	57.974
Total	-	-	-	1.734	116.175	511.510	2.431.565	3.060.984	(194.697)	2.866.287	1.265.460	45.608	1.311.068

(b.3) Categoria III – Títulos mantidos até o vencimento

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
	30 de junho de 2011								30 de junho de 2010	
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	-	-	5.750.239	7.695.014	18.973.368	25.768.315	58.186.936	58.827.563	70.942.410	70.870.906
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	949.299	-	1.448.720	2.855.356	5.253.375	5.252.905	5.464.659	5.464.138
Letras do Tesouro Nacional	-	-	87.369	-	-	-	87.369	87.293	9.223.497	9.167.122
Notas do Tesouro Nacional	-	-	4.713.571	7.695.014	17.524.648	22.748.865	52.682.098	53.352.310	53.618.950	54.063.567
Tesouro Nacional/Securitização	-	-	-	-	-	164.094	164.094	135.055	2.635.304	2.176.079
Títulos Empresa	-	-	-	-	-	27.312	27.312	27.553	775.775	773.043
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	27.312	27.312	27.553	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	55.849	53.334
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	719.926	719.709
Total	-	-	5.750.239	7.695.014	18.973.368	25.795.627	58.214.248	58.855.116	71.718.185	71.643.949

(c) Classificação consolidada por prazos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL											
	30 de junho de 2011											
	Custo	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado reflet.		Mercado categoria I e II	Valor de Mercado*	%	0-30	31 – 90	91 – 180	181 – 360	361 – 720	Acima de 720 dias	Sem vencimento
		Resultado	PL										
Títulos Públicos – Brasil	**105.065.633**	**(88.118)**	**2.628**	**104.980.143**	**105.620.770**	**97,60**	**4.016.835**	**-**	**11.823.870**	**17.717.923**	**38.548.381**	**32.958.624**	**-**
Letras Financeiras do Tesouro	12.489.111	(810)	360	12.488.661	12.488.191	11,60	-	-	3.676.412	1.699	4.492.524	4.318.476	-
Letras do Tesouro Nacional	32.785.684	(62.361)	-	32.723.323	32.723.247	30,26	4.016.835	-	3.433.887	3.382.304	16.312.176	5.640.482	-
Notas do Tesouro Nacional	59.626.489	(24.947)	2.260	59.603.802	60.274.014	55,74	-	-	4.713.571	14.333.665	17.743.681	22.835.572	-
Tesouro Nacional/ Securitização	164.094	-	-	164.094	135.055	-	-	-	-	-	-	164.094	-
Títulos da Dívida Agrária	255	-	8	263	263	-	-	-	-	255	-	-	-
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos – Empresas	**2.704.555**	**(644)**	**(197.326)**	**2.506.585**	**2.506.826**	**2,40**	**-**	**-**	**-**	**1.478**	**146.342**	**381.339**	**2.175.396**
Debêntures	335.323	(54)	5.655	340.924	340.924	0,40	-	-	-	1.478	146.342	187.503	-
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos	28.543	-	-	28.543	28.543	0,03	-	-	-	-	-	-	28.543
Cert. de Recebíveis Imob.	193.836	(590)	(6.802)	186.444	186.685	0,17	-	-	-	-	-	193.836	-
Ações	2.146.853	-	(196.179)	1.950.674	1.950.674	1,80	-	-	-	-	-	-	2.146.853
Subtotal – TVM	**107.770.188**	**(88.762)**	**(194.698)**	**107.486.728**	**108.127.596**	**100,00**	**4.016.835**	**-**	**11.823.870**	**17.719.401**	**38.694.723**	**33.339.963**	**2.175.396**
Títulos para Negociação	46.769.736	(88.762)	-	46.680.973	46.680.973	43,17	4.016.835	-	6.073.631	10.022.652	19.605.178	7.032.828	18.612
Títulos Disponíveis para Venda	2.786.204	-	(194.698)	2.591.507	2.591.507	2,40	-	-	-	1.735	116.175	511.509	2.156.785
Títulos Mantidos até o Vencimento	58.214.248	-	-	58.214.248	58.855.116	54,43	-	-	5.750.239	7.695.014	18.973.370	25.795.625	-
Derivativos (ATIVO)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivativos (PASSIVO)	**852**	-	-	-	**852**	**100,00**	**852**	-	-	-	-	-	-
Total TVM e Derivativos (ATIVO)	**107.770.188**	**(88.762)**	**(194.698)**	**107.486.728**	**108.127.596**	**100,00**	**4.016.835**	**-**	**11.823.870**	**17.719.401**	**38.694.723**	**33.339.963**	**2.175.396**
Total TVM e Derivativos (PASSIVO)	**852**	-	-	-	**852**	**100,00**	**852**	-	-	-	-	-	-

* Os títulos mantidos até o vencimento foram marcados a mercado para análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO												
	30 de junho de 2011												
	Custo	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado reflet.		Mercado categoria I e II	Valor de Mercado*	%	0-30	31 – 90	91 – 180	181 – 360	361 – 720	Acima de 720 dias	Sem vencimento
		Resultado	PL										
Títulos Públicos – Brasil	**105.065.633**	**(88.118)**	**2.628**	**104.980.143**	**105.620.770**	**97,42**	**4.016.835**	**-**	**11.823.870**	**17.717.923**	**38.548.381**	**32.958.624**	**-**
Letras Financeiras do Tesouro	12.489.111	(810)	360	12.488.661	12.488.191	11,93	-	-	3.676.412	1.699	4.492.524	4.318.476	-
Letras do Tesouro Nacional	32.785.684	(62.361)	-	32.723.323	32.723.247	31,17	4.016.835	-	3.433.887	3.382.304	16.312.176	5.640.482	-
Notas do Tesouro Nacional	59.626.489	(24.947)	2.260	59.603.802	60.274.014	56,78	-	-	4.713.571	14.333.665	17.743.681	22.835.572	-
Tesouro Nacional/ Securitização	164.094	-	-	164.094	135.055	0,13	-	-	-	-	-	164.094	-
Títulos da Dívida Agrária	255	-	8	263	263	-	-	-	-	255	-	-	-
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos – Empresas	**2.979.336**	**(644)**	**(197.327)**	**2.781.365**	**2.781.606**	**2,58**	**-**	**-**	**-**	**1.478**	**146.342**	**381.339**	**2.450.177**
Debêntures	335.323	(54)	5.655	340.924	340.924	0,50	-	-	-	1.478	146.342	187.503	-
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos	28.543	-	-	28.543	28.543	0,03	-	-	-	-	-	-	28.543
Cert. de Recebíveis Imob.	193.836	(590)	(6.802)	186.444	186.685	0,15	-	-	-	-	-	193.836	-
Ações	2.421.634	-	(196.180)	2.225.454	2.225.454	1,90	-	-	-	-	-	-	2.421.634
Subtotal – TVM	**108.044.969**	**(88.762)**	**(194.698)**	**107.761.508**	**108.402.376**	**100,00**	**4.016.835**	**-**	**11.823.870**	**17.719.401**	**38.694.723**	**33.339.962**	**2.450.177**
Títulos para Negociação	46.769.736	(88.762)	-	46.680.973	46.680.973	43,33	4.016.835	-	6.073.631	10.022.652	19.605.178	7.032.828	18.612
Títulos Disponíveis para Venda	3.060.985	-	(194.698)	2.866.287	2.866.287	2,65	-	-	-	1.735	116.175	511.509	2.431.565
Títulos Mantidos até o Vencimento	58.214.248	-	-	58.214.248	58.855.116	54,02	-	-	5.750.239	7.695.014	18.973.370	25.795.625	-
Derivativos (ATIVO)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivativos (PASSIVO)	**852**	-	-	-	**852**	**100,00**	**852**	-	-	-	-	-	-
Total TVM e Derivativos (ATIVO)	**108.044.969**	**(88.762)**	**(194.698)**	**107.761.508**	**108.402.376**	**100,00**	**4.016.835**	**-**	**11.823.870**	**17.719.401**	**38.694.723**	**33.339.962**	**2.450.177**
Total TVM e Derivativos (PASSIVO)	**852**	-	-	-	**852**	**100,00**	**852**	-	-	-	-	-	-

* Os títulos Mantidos até o vencimento foram marcados a mercado para análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

(d) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL							CAIXA CONSOLIDADO	
	Carteira Própria	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	%	Total	%
		Compromissos de Revenda	Prestação de Garantias	Banco Central					
Títulos Públicos – Brasil	**78.103.145**	**26.105.359**	**770.411**	**1.228**	**-**	**104.980.143**	**97,00**	**104.980.143**	**97,00**
Letras Financeiras do Tesouro	4.542.164	7.942.442	4.055	-	-	12.488.661	12,00	12.488.661	12,00
Letras do Tesouro Nacional	32.349.215	334.781	39.327	-	-	32.723.323	31,00	32.723.323	31,00
Notas do Tesouro Nacional	41.047.409	17.828.136	727.029	1.228	-	59.603.802	54,00	59.603.802	54,00
Tesouro Nacional/Securitização	164.094	-	-	-	-	164.094	-	164.094	-
Títulos da Dívida Agrária	263	-	-	-	-	263	-	263	-
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos – Empresas	**2.506.585**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.506.585**	**3,00**	**2.781.365**	**3,00**
Debêntures	340.924	-	-	-	-	340.924	-	340.924	-
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos	28.543	-	-	-	-	28.543	-	28.543	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	186.444	-	-	-	-	186.444	-	186.444	-
Ações	1.950.674	-	-	-	-	1.950.674	3,00	2.225.454	3,00
30 de junho de 2011	**80.609.730**	**26.105.359**	**770.411**	**1.228**	**-**	**107.486.728**	**100,00**	**107.761.508**	**100,00**
30 de junho de 2010	**72.777.996**	**36.922.712**	**410.889**	**1.201**	**164**	**110.112.962**	**100,00**	**110.112.962**	**100,00**

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Os títulos CVS referentes a contratos de novação de dívida do FCVS, cujo prazo de vencimento é em 2027, são remunerados com base na variação da TR mais juros anuais de até 6,17%. Tendo por base a Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União está autorizada a permutá-los por outros títulos de emissão do Tesouro Nacional ao valor de face atualizado. Ciente de que a permuta, quando necessária, será realizada e considerando a capacidade financeira da CAIXA, a Administração decidiu classificar os referidos títulos na categoria mantidos até o vencimento – Tesouro Nacional/Securitização.

Em 30 de dezembro de 2010, foi emitida a portaria STN nº 728 que autorizou a emissão de 3.578.288 Letras do Tesouro Nacional – LTN no valor de R$ 2.876.426 com vencimentos em 01/07/2012 (R$ 1.438.220) e 01/04/2013 (R$ 1.438.206) em favor da CAIXA em permuta por 1.323.797 títulos CVS com valor de R$ 2.876.426 com vencimento em 01/01/2027.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(e) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	2011	2010
	1º Semestre	1º Semestre
Operações compromissadas	2.319.946	1.920.525
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.734	3.944
Ativos financeiros disponíveis para venda	(116.207)	114.867
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.123.668	1.372.181
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	4.119.084	4.248.154
Total	**8.453.225**	**7.659.671**

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) registrados em contas patrimoniais e contas de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada por causa dos ajustes diários. Os contratos de swap, registrados na Cetip e na BM&F, estão sujeitos a risco de crédito no caso da contraparte não ter capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em *Swap* em 30 de junho de 2011 é de R$ 77 (2010 – R$ 11.919).

As posições desses derivativos têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação, e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R$ 32.973.053 (2010 – R$ 30.060.517). O diferencial a pagar de *Swap* nessa data monta R$ 852 (2010 – R$ 1.598) e o diferencial a receber de *Swap*, R$ 0 (2010 – R$ 164).

(g) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	30 de junho de 2011				30 de junho de 2010			
	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / a pagar	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / a pagar	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de futuros	**32.800.964**	**-**	**-**	**32.800.964**	**28.460.244**	**-**	**-**	**28.460.244**
Compromissos de venda	**32.800.964**	**-**	**-**	**32.800.964**	**28.460.244**	**-**	**-**	**28.460.244**
Moeda estrangeira	14.139	-	-	14.139	8.148	-	-	8.148
Índices/ DDI	32.786.825	-	-	32.786.825	28.452.096	-	-	28.452.096
Contratos de swaps	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Posição ativa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Taxa Referencial	-	-	-	-	1.484.425	164	95.131	1.579.720
Posição passiva	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Pós-Fixados	-	(852)	-	(852)	1.484.425	1.598	93.697	1.579.720

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, local de negociação, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de custo e valor de mercado:

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	30 de junho de 2011							30 de junho de 2010
	1 – 30 dias	31 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 365 dias	366 – 720 dias	Acima de 720 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
ATIVO – DI – Futuros – posição vendida								
BM&F Bovespa	3.815.963	-	2.761.417	8.531.360	12.392.264	5.099.594	32.600.598	28.452.096
ATIVO DOLAR – Futuros – posição vendida								
BM&F Bovespa	-	14.139	-	-	-	-	14.139	8.149
ATIVO DOLAR – Futuros – posição comprada								
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVO DDI – Futuros – posição vendida								
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVO DDI – Futuros – posição comprada								
BM&F Bovespa	78.019	-	108.208	-	-	-	186.227	-

(i) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	2011	2010
	1º Semestre	1º Semestre
Swap	21	(912)
Futuro	(36.846)	(41.612)
Total	**(36.825)**	**(42.524)**

(j) Margem de garantia

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Títulos públicos	**770.411**	**251.823**
- Notas do Tesouro Nacional	727.029	-
- Letras do Tesouro Nacional	39.326	251.823
- Letras Financeiras do Tesouro	4.056	-

(k) Marcação a mercado

A marcação a mercado desempenha importante papel no gerenciamento do risco de mercado, demonstrando as flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela CAIXA. Seu objetivo é estimar os preços dos fatores de risco de mercado aos quais estão expostas as operações ativas e passivas e, consequentemente, os preços que reflitam, da melhor maneira possível, as condições de negociação das posições das carteiras da CAIXA no mercado financeiro.

Na CAIXA, o processo de marcação a mercado é baseado nas cotações de mercado, quando existente. Na inexistência de mercado ativo adota-se a construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das curvas de taxas de juros de mercado. Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, sendo utilizados modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido e as curvas a partir dos preços e taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

A atividade de marcação a mercado está inserida no processo de gerenciamento do risco de mercado e é executada por unidade específica, sob a responsabilidade do Vice-Presidente de Controle e Risco.

A metodologia de marcação a mercado da CAIXA está alinhada às melhores práticas de governança corporativa e gestão de riscos. Abrange todas as operações ativas e passivas da CAIXA que possuem essa exigência e tem como princípios fundamentais a transparência da informação e a independência da unidade gestora.

Os preços e taxas utilizados na avaliação do valor de mercado das operações ativas e passivas são oriundos de fontes com representatividade e confiabilidade no mercado: preços públicos ou disponíveis a todas as instituições financeiras e preços decorrentes de coletas privadas ou acessíveis a um grupo específico ou limitado destas instituições.

Os dados são capturados e utilizados para representar as informações de mercado relativas ao mesmo momento, sendo validados sob os aspectos físicos e lógicos.

A validação física ou de integridade consiste em verificar se os dados de mercado capturados nas fontes primárias e disponíveis nos sistemas envolvidos no processo de marcação a mercado apresentam os mesmos valores.

A validação lógica consiste em verificar se os dados capturados são consistentes e compatíveis com o comportamento do mercado, evitando imprecisões, erros ou não sincronismo e compreende duas funcionalidades:

• Verificação comparativa entre os valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado e os valores e estruturas temporais geradas em dias anteriores ou apresentadas pelos fatores de risco dos instrumentos, contratos, ativos ou títulos que possam servir de referência.

• Verificação absoluta para detectar e observar variações e descontinuidades inesperadas ou inconsistentes dentro dos próprios valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado, como, por exemplo, as variações no valor da taxa a termo utilizada para a interpolação ou extrapolação dos dados.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 8 – Relações interfinanceiras – Créditos vinculados

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

Descrição	Remuneração	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
		30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	4.049.227	3.966.600
Compulsório sobre depósito de poupança	TR + 6% a.a	27.139.434	23.090.084
Compulsório adicional(1)	Taxa Selic	25.867.742	17.188.266
Total		**57.056.403**	**44.244.950**

(1) Conforme Circular BACEN nº 3.486/10, a partir de 2010 a exigibilidade adicional passou a ser recolhida em espécie com as seguintes alíquotas: depósitos à vista e a prazo – 8%; e depósitos de poupança – 10%, sendo que até dezembro de 2009 a exigibilidade estava vinculada em títulos.

(b) A rubrica "SFH – Sistema Financeiro da Habitação" inclui preponderantemente os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo, no montante de R$ 23.697.782. (2010 – R$ 28.266.045) e provisões de R$ 2.926.026 (2010 – R$ 3.004.758). Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

A CAIXA tem um estoque de financiamentos assinados até 05.12.90 com cláusula de cobertura do FCVS, os quais se encontram com negativa de cobertura pelo FCVS, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários.

Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros.

Entretanto o Superior Tribunal de Justiça – STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05.12.90, para efeitos de cobertura do FCVS, definindo em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo FCVS de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05.12.90.

Nos dias 28 e 29 de dezembro de 2010 foram celebrados contratos de novação com a União no valor de R$ 5.493.700 sendo R$ 3.546.063 em títulos CVS e o restante no valor de R$ 1.947.638 referente aos juros que foram pagos em 01/02/2011.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2011		2010	
	30 de junho		30 de junho	
Situação dos contratos	**Saldo**	**Provisão**	**Saldo**	**Provisão**
Não habilitados (i)	2.360.713	(452.563)	2.621.103	(463.257)
Habilitados e não homologados (ii)	5.760.572	(2.139.570)	5.218.707	(1.889.306)
Habilitados e homologados (iii)	15.576.497	(333.893)	20.426.235	(652.195)
Total	**23.697.782**	**(2.926.026)**	**28.266.045**	**(3.004.758)**

(i) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação na CAIXA.
(ii) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS, para homologação final do FCVS.
(iii) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	2011	2010
	1º semestre	1º semestre
Créditos vinculados ao BACEN	2.256.355	1.118.081
Créditos vinculados ao SFH	1.064.367	835.025
Total	**3.320.722**	**1.953.106**

Nota 9 – Carteira de crédito

(a) Composição das carteiras de crédito por modalidade

(a.1) Resumo das carteiras de crédito por modalidade

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2011		2010	
	30 de junho	%	30 de junho	%
Operações de Crédito	**205.853.006**	**98,70**	**149.152.319**	**98,59**
Empréstimos e títulos descontados	52.034.962	24,95	43.104.726	28,49
Financiamentos	11.714.207	5,62	9.444.053	6,24
Financiamentos imobiliários	129.314.290	62,00	86.907.225	57,44
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	12.789.547	6,13	9.696.315	6,41
Outros Créditos com características de concessão de crédito (nota 10 c1)	**2.707.029**	**1,30**	**2.137.721**	**1,41**
Cartão de crédito	2.650.753	1,27	2.087.997	1,38
Créditos por avais e fianças honradas	33.540	0,02	31.267	0,02
Devedores por compra de valores e bens	16.122	0,01	9.249	0,01
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	6.614	0,00	9.208	0,01
Total da Carteira de Crédito	**208.560.035**	**100,00**	**151.290.040**	**100,00**
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**13.141.161**	**100,00**	**9.809.999**	**100,00**
Provisão para operações de crédito	13.034.763	99,19	9.704.217	98,92
Provisão para outros créditos	106.398	0,81	105.782	1,08
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	**195.418.874**	**-**	**141.480.041**	**-**

(a.2) Curso normal

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011		2010	
							30 de junho	%	30 de junho	%
Empréstimos e títulos descontados	3.227.063	2.072.458	1.846.817	4.987.452	7.369.569	26.619.732	46.123.091	26,94	39.110.842	31,2
Financiamentos	981.849	248.838	239.594	661.590	1.165.480	6.696.296	9.993.647	5,84	8.027.718	6,4
Financiamentos imobiliários	1.571.129	1.225.058	1.223.283	3.663.333	7.234.014	84.744.516	99.661.333	58,22	67.429.119	53,77
Financiamentos de Infraestrutura e desenvolvimento	73.528	73.528	73.528	220.580	440.972	11.848.955	12.731.091	7,44	8.721.275	6,96
Outros Créditos	1.291.052	510.166	318.336	393.298	144.696	13.020	2.670.568	1,56	2.105.721	1,67
30 de junho de 2011	**7.144.621**	**4.130.048**	**3.701.558**	**9.926.253**	**16.354.731**	**129.922.519**	**171.179.730**	**100,00**	**-**	**-**
30 de junho de 2010	**6.250.799**	**3.454.389**	**3.079.553**	**8.277.364**	**13.916.269**	**90.416.301**	**-**	**-**	**125.394.675**	**100,0**

(a.3) Curso anormal – Parcelas vincendas

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011		2010	
							30 de junho	%	30 de junho	%
Empréstimos e títulos descontados	147.800	135.776	133.407	383.184	652.647	2.244.439	3.697.253	11,17	2.157.741	9,56
Financiamentos	32.237	31.364	30.558	87.048	151.506	449.484	782.197	2,36	695.437	3,08
Financiamentos imobiliários	508.470	337.373	336.136	1.009.158	2.003.826	24.361.937	28.556.900	86,26	18.774.106	83,13
Financiamentos de Infraestrutura e desenvolvimento	1.617	558	558	1.674	3.347	49.639	57.393	0,17	944.349	4,18
Outros Créditos	9.484	258	82	234	432	2.782	13.272	0,04	10.574	0,05
30 de junho de 2011	**699.608**	**505.329**	**500.741**	**1.481.298**	**2.811.758**	**27.108.281**	**33.107.015**	**100,00**	**-**	**-**
30 de junho de 2010	**836.707**	**371.957**	**366.935**	**1.075.193**	**2.034.159**	**17.897.256**	**-**	**-**	**22.582.207**	**100,0**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(a.4) Curso anormal – Parcelas vencidas

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011		2010	
							30 de junho	%	30 de junho	%
Empréstimos e títulos descontados	410.184	208.552	226.626	571.715	715.536	82.005	2.214.618	51,83	1.836.143	55,42
Financiamentos	25.363	39.127	164.644	330.421	347.879	30.929	938.363	21,96	720.898	21,76
Financiamentos imobiliários	142.340	84.588	183.297	342.543	330.462	12.827	1.096.057	25,65	704.000	21,25
Financiamentos de Infraestrutura e desenvolvimento	3	1.044	-	16	-	-	1.063	0,02	30.691	0,93
Outros Créditos	6.714	5.891	2.398	2.871	2.420	2.895	23.189	0,55	21.426	0,64
30 de junho de 2011	**584.604**	**339.202**	**576.965**	**1.247.566**	**1.396.297**	**128.656**	4.273.290	**100,00**	-	-
30 de junho de 2010	**511.851**	**283.574**	**448.046**	**930.906**	**1.029.531**	**109.250**	-	-	**3.313.158**	**100,00**

(b) Modalidades e níveis de risco

Operações de Crédito	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2011		2010	
										Total em 30 de junho	%	Total em 30 de junho	%
Empréstimos e títulos descontados	11.074.508	25.556.712	7.484.996	3.425.629	1.240.911	610.819	391.352	300.814	1.949.221	52.034.962	24,95	43.104.726	28,49
Financiamentos	2.544.829	5.151.877	1.390.480	671.690	391.987	173.536	152.525	148.976	1.088.307	11.714.207	5,62	9.444.053	6,24
Financiamentos imobiliários	76.822	64.554.513	31.235.980	23.988.869	1.521.092	743.303	577.547	553.453	6.062.711	129.314.290	62,00	86.907.225	57,44
Financiamentos de Infraestrutura e desenvolvimento	664.628	7.769.350	1.797.966	1.946.356	609.589	-	-	16	1.642	12.789.547	6,13	9.696.315	6,41
Outros Créditos	8.892	1.943.976	307.712	163.839	182.011	34.468	9.020	4.931	52.180	2.707.029	1,30	2.137.721	1,42
30 de junho de 2011	**14.369.679**	**104.976.428**	**42.217.134**	**30.196.383**	**3.945.590**	**1.562.126**	**1.130.444**	**1.008.190**	**9.154.061**	**208.560.035**	**100,00**	-	-
%	**6,90**	**50,33**	**20,24**	**14,48**	**1,89**	**0,75**	**0,54**	**0,48**	**4,39**	**100,00**		-	-
30 de junho de 2010	**4.928.903**	**72.756.796**	**40.494.883**	**20.766.623**	**2.773.147**	**973.621**	**884.009**	**1.017.322**	**6.694.736**	-	-	**151.290.040**	**100,00**
%	**3,26**	**48,09**	**26,77**	**13,73**	**1,83**	**0,64**	**0,58**	**0,67**	**4,43**	-	-	**100,00**	-

(c) Faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Curso normal

Dias	Níveis de risco												
	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
	Operações em Curso Normal									2011		2010	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30 de junho	%	30 de junho	%
01 a 30	964.842	3.937.232	1.047.666	620.898	257.191	69.760	37.276	20.180	189.576	7.144.621	4,18	6.250.799	4,98
31 a 60	317.304	2.372.521	715.778	399.580	141.962	40.241	19.939	9.359	113.364	4.130.048	2,41	3.454.389	2,75
61 a 90	227.448	2.172.050	651.360	381.947	113.657	32.431	15.704	8.308	98.653	3.701.558	2,16	3.079.553	2,46
91 a 180	561.425	5.974.893	1.759.025	987.147	253.247	74.611	40.674	21.987	253.244	9.926.253	5,80	8.277.364	6,60
181 a 360	1.057.631	9.581.539	3.184.243	1.634.197	343.639	116.623	56.695	32.063	348.101	16.354.731	9,55	13.916.269	11,10
Acima de 360	11.121.602	69.749.533	26.016.590	18.662.265	1.412.344	258.495	177.600	170.950	2.353.140	129.922.519	75,90	90.416.301	72,11
Total	**14.250.252**	**93.787.768**	**33.374.662**	**22.686.034**	**2.522.040**	**592.161**	**347.888**	**262.847**	**3.356.078**	**171.179.730**	**100,00**	**125.394.675**	**100,00**
%	**8,32**	**54,79**	**19,50**	**13,25**	**1,47**	**0,35**	**0,20**	**0,16**	**1,96**	**100,00**	-	-	-

(c.2) Curso anormal

Dias	Níveis de risco												
	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
	Operações em Curso Anormal									2011		2010	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30 de junho	%	30 de junho	%
Parcelas Vencidas	**101.902**	**102.049**	**269.793**	**317.142**	**444.412**	**394.493**	**366.425**	**374.493**	**1.902.581**	**4.273.290**	**100,00**	**3.313.158**	**100,00**
01 a 30	101.637	97.169	216.469	60.027	35.281	12.643	8.990	5.370	47.018	584.604	13,68	511.851	15,45
31 a 60	-	4.880	52.540	157.410	32.917	14.954	11.181	9.482	55.838	339.202	7,94	283.574	8,56
61 a 90	-	-	784	64.643	314.550	57.956	25.916	24.199	88.917	576.965	13,50	448.046	13,52
91 a 180	-	-	-	35.062	61.519	268.636	281.775	284.877	315.697	1.247.566	29,19	930.906	28,10
181 a 360	-	-	-	-	145	40.304	38.563	47.064	1.270.221	1.396.297	32,68	1.029.531	31,07
Acima de 360	265	-	-	-	-	-	-	3.501	124.890	128.656	3,01	109.250	3,30
Parcelas Vincendas	**17.525**	**11.086.611**	**8.572.679**	**7.193.207**	**979.138**	**575.472**	**416.131**	**370.850**	**3.895.402**	**33.107.015**	**100,00**	**22.582.207**	**100,00**
01 a 30	626	239.748	190.276	128.613	25.043	14.027	9.865	8.065	83.345	699.608	2,11	836.707	3,71
31 a 60	626	171.934	133.890	95.753	20.326	11.000	7.573	6.062	58.165	505.329	1,53	371.957	1,65
61 a 90	626	170.195	132.939	94.894	20.082	10.854	7.492	6.000	57.659	500.741	1,51	366.935	1,62
91 a 180	1.786	505.600	393.459	279.558	58.611	31.884	21.958	17.736	170.706	1.481.298	4,47	1.075.193	4,76
181 a 360	3.034	974.989	747.403	522.123	105.271	57.893	39.047	33.395	328.603	2.811.758	8,49	2.034.159	9,01
Acima de 360	10.827	9.024.145	6.974.712	6.072.266	749.805	449.814	330.196	299.592	3.196.924	27.108.281	81,88	17.897.256	79,25
Total	**119.427**	**11.188.660**	**8.842.472**	**7.510.349**	**1.423.550**	**969.965**	**782.556**	**745.343**	**5.797.983**	**37.380.305**	-	**25.895.365**	-
%	**0,33**	**29,93**	**23,66**	**20,09**	**3,81**	**2,59**	**2,09**	**1,99**	**15,51**	**100,00**	-	**100,00**	-

(d) Composição por setor de atividade da carteira de crédito

DESCRIÇÃO	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2011		2010	
	30 de junho	%	30 de junho	%
SETOR PÚBLICO	**16.276.257**	7,80	**14.428.292**	**9,54**
Administração Direta	6.889.823	3,30	5.454.394	3,61
Petroquímico	5.663.618	2,72	5.615.059	3,71
Saneamento	2.357.509	1,13	2.052.233	1,36
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	631.687	0,30	640.414	0,42
Outros	733.620	0,35	666.192	0,44
SETOR PRIVADO	**192.283.778**	92,20	**136.861.748**	**90,46**
PESSOA JURÍDICA	**44.213.730**	21,20	**33.694.333**	**22,27**
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	**24.137.095**	11,57	**16.504.845**	**10,91**
Comércio Varejista e Atacadista	7.119.708	3,41	5.866.370	3,88
Metalurgia	5.225.189	2,51	3.150.027	2,08
Fabricação de Produtos Químicos	755.218	0,36	474.787	0,31
Alimentos	3.317.698	1,59	1.344.564	0,89
Veículos Leves e Pesados	771.145	0,37	595.871	0,39
Vestuário e Acessórios	370.167	0,18	333.021	0,22
Outros Indústria e Comércio	6.577.970	3,15	4.740.205	3,13
SERVIÇOS	**20.076.635**	9,63	**17.189.488**	**11,36**
Petroquímico	512.334	0,25	466.568	0,31
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	2.984.386	1,43	2.348.045	1,55
Saneamento	235.539	0,11	201.368	0,13
Construção Civil	1.151.564	0,55	922.933	0,61
Saúde	1.514.661	0,73	1.196.910	0,79
Atividades de Serviços Financeiros	3.429.382	1,64	3.244.545	2,14
Escritório	412.616	0,20	374.070	0,25
Transporte Terrestre	918.359	0,44	543.997	0,36
Educação	295.356	0,14	258.017	0,17
Infraestrutura	276.218	0,13	188.422	0,12
Habitação	2.503.900	1,20	1.188.150	0,79
Telecomunicações	63.888	0,03	2.073.383	1,37
Outros Serviços	5.778.432	2,77	4.183.080	2,76
PESSOA FÍSICA	**148.070.048**	71,00	**103.167.415**	**68,19**
Habitação	117.895.037	56,53	79.310.767	52,42
Empréstimos	30.175.011	14,47	23.856.648	15,77
Total	**208.560.035**	100,00	**151.290.040**	**100,00**

(e) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	2011				2010	
	30 de junho				30 de junho	
	Setor público	Setor privado	Total	%	Total	%
Curto prazo	**1.739.275**	**45.716.233**	**47.455.508**	**22,75**	**40.238.054**	**26,60**
De 0 a 90 dias	496.570	16.384.902	16.881.472	8,09	14.935.068	9,87
De 91 a 360 dias	1.242.705	29.331.331	30.574.036	14,66	25.302.986	16,72
Longo prazo	**14.533.499**	**142.497.294**	**157.030.793**	**75,29**	**107.905.395**	**71,32**
De 1 ano até 3 anos	3.085.952	55.688.460	58.774.412	28,18	45.318.249	29,95
De 3 anos até 5 anos	2.750.564	38.770.807	41.521.371	19,91	28.365.970	18,75
De 5 anos até 15 anos	5.106.017	42.559.151	47.665.168	22,85	25.532.566	16,88
Mais de 15 anos	3.590.966	5.478.876	9.069.842	4,35	8.688.610	5,74
Total normal	**16.272.774**	**188.213.527**	**204.486.301**	**98,05**	**148.143.449**	**97,92**
Total vencido	**3.483**	**4.070.251**	**4.073.734**	**1,95**	**3.146.591**	**2,08**
Total geral	**16.276.257**	**192.283.778**	**208.560.035**	**100,00**	**151.290.040**	**100,00**

Os itens de balanço que compõem o montante de R$ 2.707.029 (2010 – R$ 2.137.721), referente a “Outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 10(c1).

(f) Resultado de operação de crédito

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	2011	2010
	1º Semestre	1º Semestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	6.728.947	5.024.020
Financiamentos imobiliários	5.484.063	3.444.544
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	470.470	341.791
Outros créditos	4.762	4.765
Total	**12.688.242**	**8.815.120**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(g) Concentração dos principais devedores

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2011		2010	
	30 de junho	%	30 de junho	%
Principal devedor	5.663.617	2,72	5.615.058	3,71
10 maiores devedores	17.793.753	8,53	15.561.559	10,29
20 maiores devedores	21.904.021	10,50	18.760.383	12,40
50 maiores devedores	27.574.617	13,22	23.212.532	15,34
100 maiores devedores	31.277.623	15,00	26.202.722	17,32

(h) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
Operações Renegociadas	**1.314.647**	**1.254.099**
Operações Comerciais	1.030.548	997.248
Operações Habitacionais	284.099	256.851
Operações Recuperadas	**342.296**	**277.298**
Operações Comerciais	150.834	112.377
Operações Habitacionais	191.462	164.921

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
Saldo inicial	**12.347.438**	**9.171.712**
Provisão específica	12.347.438	9.171.712
Constituição	1.734.946	1.749.817
Baixas	(331.919)	(537.063)
Transferência para prejuízo	(609.304)	(574.467)
Saldo final	**13.141.161**	**9.809.999**
Provisão específica	13.141.161	9.809.999

(j) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários	Financiamentos de Infraestrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total
A	127.784	25.759	322.773	38.847	9.720	524.883
B	74.850	13.905	312.360	17.980	3.077	422.172
C	102.769	20.151	719.666	58.391	4.915	905.892
D	124.091	39.199	152.109	60.959	18.201	394.559
E	183.246	52.061	222.991	-	10.340	468.638
F	195.676	76.262	288.773	-	4.510	565.221
G	210.570	104.283	387.417	11	3.452	705.733
H	1.949.221	1.088.306	6.062.723	1.630	52.183	9.154.063
Subtotal	**2.968.207**	**1.419.926**	**8.468.812**	**177.818**	**106.398**	**13.141.161**
30 de junho de 2011	**2.968.207**	**1.419.926**	**8.468.812**	**177.818**	**106.398**	**13.141.161**
%	22,59	10,81	64,44	1,35	0,81	100,00
30 de junho de 2010	**2.365.314**	**1.369.055**	**5.774.966**	**194.882**	**105.782**	**9.809.999**
%	**24,11**	**13,96**	**58,87**	**1,98**	**1,08**	**100,00**

Os itens de balanço que compõem o montante de R$ 106.398 (2010 – R$ 105.782), referente à "provisão para outros créditos com características de concessão de crédito" estão descritos na Nota nº 10(d).

Nota 10 – Outros créditos

(a) Carteira de câmbio

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
Ativo – Outros créditos	**92.686**	**29.279**
Câmbio comprado a liquidar – ME	67.355	16.433
Direitos sobre vendas de câmbio – MN	25.811	13.017
(-) Adiantamentos recebidos – MN	(480)	(171)
Ativo circulante	**92.686**	**29.279**
Passivo – Outras obrigações	**93.668**	**29.499**
Câmbio vendido a liquidar – ME	5.837	13.066
Obrigações por compras de câmbio – MN	87.831	16.433
Passivo circulante	**93.668**	**29.499**

(a.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	2011	2010
	1º Semestre	1º Semestre
Receitas	**135.815**	**88.913**
Disponibilidade em moeda estrangeira	135.815	88.913
Despesas	**(135.315)**	**(87.402)**
Despesas de variações e diferenças de taxas	(135.315)	(87.402)
Resultado de câmbio	**500**	**1.511**

(b) Rendas a receber

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	2011		2010		2011		2010	
	30 de junho	%	30 de junho	%	30 de junho	%	30 de junho	%
Dividendos e JCP a receber (i)	112.842	8,8	28.274	3,5	148.182	11,29	76.000	8,88
FGTS	260.479	20,4	212.726	26,33	260.479	19,84	212.726	24,9
Seguro-desemprego	137.279	10,7	82.883	10,3	137.279	10,46	82.883	9,69
Orçamento Geral da União	168.902	13,2	138.524	17,1	168.902	12,87	138.524	16,2
Convênios	41.201	3,2	26.836	3,32	41.201	3,14	26.836	3,14
INSS	143.475	11,2	42.210	5,22	143.475	10,93	42.210	4,93
FAR	6.566	0,5	13.690	1,7	6.566	0,50	13.690	1,6
Fundos de investimento	62.843	4,9	53.103	6,57	62.843	4,79	53.103	6,21
Bolsa Família	75.575	5,9	70.759	8,76	75.575	5,76	70.759	8,27
Bolsa Escola	8.725	0,7	8.744	1,08	8.725	0,66	8.744	1,02
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)	18.666	1,5	20.313	2,51	18.666	1,42	20.313	2,37
PIS	109.936	8,6	62.354	7,72	109.936	8,38	62.354	7,29
FIES	92.423	7,2	19.450	2,41	92.423	7,04	19.450	2,27
Outros	38.332	3,0	28.155	3,48	37.907	2,92	28.155	3,28
Total	**1.277.244**	**100**	**808.021**	**100**	**1.312.159**	**100**	**855.747**	**100**
Ativo circulante	**1.277.244**	**100**	**779.747**	**97**	**1.312.159**	**100**	**827.473**	**96,7**
Ativo não circulante	**-**	**-**	**28.274**	**3**	**-**	**-**	**28.274**	**3,3**

(i) O saldo refere-se a dividendos e JCP da Caixa Seguros e do FND.

(c) Diversos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	2011		2010		2011		2010	
	30 de junho	%	30 de junho	%	30 de junho	%	30 de junho	%
Adiantamentos	405.822	1,6	353.226	2,00	405.822	1,58	353.226	2,00
Créditos tributários (Nota 21)	11.801.727	45,9	9.450.232	53,46	11.801.737	45,85	9.450.241	53,47
Devedores por depósitos em garantia (Nota 31 a(ii))	8.928.212	34,7	4.152.842	23,50	8.928.212	34,69	4.152.842	23,50
Impostos e contribuições a compensar	144.285	0,6	353.054	2,00	166.736	0,65	356.116	2,02
Pagamentos a ressarcir	57.558	0,2	58.490	0,33	56.964	0,22	58.490	0,33
Participações pagas antecipadamente	436.469	1,7	385.953	2,18	436.469	1,70	385.953	2,17
Outros créditos com características de concessão de crédito (c.1)	2.673.489	10,4	2.106.454	11,92	2.673.489	10,39	2.106.454	11,92
Outros créditos sem características de concessão de crédito (c.2)	203.605	0,8	107.808	0,61	203.605	0,8	107.808	0,61
Devedores diversos (c.3)	1.259.172	4,9	875.549	4,92	1.259.172	4,89	874.910	4,95
Provisão para perdas – Diversos (i)	(193.039)	(0,8)	(173.369)	(0,98)	(193.039)	(0,75)	(173.369)	(0,98)
Total	**25.717.300**	**100,0**	**17.670.239**	**100**	**25.739.168**	**100**	**17.672.671**	**100**
Ativo circulante	**13.943.407**	**54,22**	**8.357.582**	**47,3**	**13.965.275**	**54,26**	**8.356.943**	**47,29**
Ativo não circulante	**11.773.893**	**45,78**	**9.312.657**	**52,7**	**11.773.893**	**45,74**	**9.315.728**	**52,71**

(i) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c.1) Outros créditos com características de concessão de crédito

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
Devedores por compra de valores e bens	16.122	9.249
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	6.614	9.208
Cartão de crédito	2.650.753	2.087.997
Subtotal	**2.673.489**	**2.106.454**
Créditos por avais e fianças honradas	33.540	31.267
Total	**2.707.029**	**2.137.721**

(c.2) Outros créditos sem características de concessão de crédito

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
Cartão de crédito	54.307	52.914
SAÚDE CAIXA	(439)	(8.373)
Aquisição de Royalties e compensações FI	34.062	60.150
Prêmio em aquisição de carteiras	110.856	-
Outros	4.819	3.117
Total	**203.605**	**107.808**

(c.3) Devedores diversos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	30 de junho	30 de junho	30 de junho	30 de junho
Valores a apropriar (i)	593.035	584.005	593.035	583.366
Seguros a receber	85.940	92.814	85.940	92.814
Créditos adquiridos	90.854	85.319	90.854	85.319
Valores a receber – Cotas FND	319.841	-	319.841	-
FIES – Risco de financiamento a receber	103.577	70.214	103.577	70.214
Outros devedores	65.925	43.197	65.925	43.197
Total	**1.259.172**	**875.549**	**1.259.172**	**874.910**

(i) Esses valores estão correlacionados a registros credores de mesma natureza indicados na Nota nº 20 (c.3).

(d) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
Com característica de concessão de crédito		
. Cartão de crédito	(89.987)	(99.396)
. Créditos por avais e fianças honradas	(11.476)	(2.334)
. Devedores por compra de valores e bens	(4.869)	(3.960)
Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativos	(66)	(92)
Total	**(106.398)**	**(105.782)**
Ativo circulante	**(96.358)**	**(104.614)**
Ativo não circulante	**(10.040)**	**(1.168)**

Nota 11 – Outros valores e bens

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
Bens não de uso próprio (i)	659.008	768.509
. Imóveis patrimoniais não de uso	129.228	123.507
. Imóveis adjudicados/Arrematados	529.780	645.002
Despesas antecipadas (ii)	494.465	680.084
Material de consumo	35.980	22.424
Total	**1.189.453**	**1.471.017**

(i) Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA, que são submetidos a teste de redução ao valor recuperável.
(ii) O montante relativo à "Desp. antecipadas" refere-se sobretudo à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC.

Nota 12 – Investimentos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL	
	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
CAIXA SEGUROS	-	-
CAIXAPAR	3.073.078	2.720.666
CIP – Câmara Interbancária de Pagamento (i)	2.967	2.100
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização	-	-
TECBAN – Tecnologia bancária	-	-
CIELO S/A	-	-
BIAPE	833	1.118
Outros investimentos (i)	75.657	33.255
Total	**3.152.535**	**2.757.139**

(i) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
CAIXA SEGUROS (i)	1.171.285	1.060.929
Banco Panamericano (i)	635.854	739.272
CIP – Câmara Interbancária de Pagamento (ii)	2.967	2.100
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização (i)	6.965	6.506
TECBAN – Tecnologia bancária (i) (iii)	-	31.818
CIELO S/A (i) (iii)	-	65.825
BIAPE	833	1.118
Outros investimentos (ii)	75.657	33.255
Total	**1.893.561**	**1.940.823**

(i) Os investimentos são constituídos pelas participações constantes na CAIXAPAR (Nota 3).
(ii) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição e submetidos a testes de redução ao valor recuperável
(iii) Em 30 de junho de 2011 as participações nas empresas Cielo S/A e Tecban – Tecnologia Bancária S/A foram classificadas em instrumentos financeiros e são apresentadas na Nota 7.

(i) Resultado de participações em coligadas

	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	30 de junho	30 de junho	30 de junho	30 de junho
CAIXAPAR	101.570	220.710	-	-
CAIXA SEGUROS	-	-	174.126	207.089
Banco Panamericano (i)	-	-	(144.385)	-
CIBRASEC	-	-	317	516
Participações no exterior	40	-	40	(57)
Total da participação em coligadas	**101.610**	**220.710**	**30.098**	**207.548**

(i) O valor de R$ 144.385 compreende a equivalência patrimonial negativa de R$ 28.149 e outros ajustes descritos na Nota 3.

Nota 13 – Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

CAIXA INDIVIDUAL							
Descrição	2010		2011				
	30 de junho	31 de dezembro	Adições	Baixas	Depreciação	30 de junho	%
Imóveis de uso	900.945	885.566	27.116	(10.479)	(22.718)	879.485	45,00
- Edificações	618.494	613.519	26.615	(8.390)	(22.718)	609.026	31,16
- Terrenos	282.451	272.047	501	(2.089)	-	270.459	13,84
Imobilizações em curso	4.645	85.169	712	(81.043)	-	4.839	0,25
Inst., móveis e equip. de uso	224.058	289.468	55.694	-	(26.619)	318.543	16,30
Sistema de comunicação	22.115	21.101	1.164	-	(2.285)	19.980	1,02
Sistema de proc. de dados	647.549	655.640	176.127	-	(143.336)	688.431	35,22
Sistema de transporte e segurança	46.363	45.494	13.070	-	(15.312)	43.251	2,21
Total	**1.845.675**	**1.982.438**	**273.883**	**(91.522)**	**(210.270)**	**1.954.529**	**100,00**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO						
	2010		2011				
	30 de junho	31 de dezembro	Adições	Baixas	Depreciação	30 de junho	%
Imóveis de uso	900.945	885.566	27.116	(10.479)	(22.718)	879.485	45,00
- Edificações	618.494	613.519	26.615	(8.390)	(22.718)	609.026	31,16
- Terrenos	282.451	272.047	501	(2.089)	-	270.459	13,84
Imobilizações em curso	4.645	85.169	712	(81.042)	-	4.839	0,25
Inst., móveis e equip. de uso	224.058	289.467	55.694	-	(26.619)	318.544	16,30
Sistema de comunicação	22.115	21.101	1.164	-	(2.285)	19.980	1,02
Sistema de proc. de dados	647.549	655.640	176.127	-	(143.336)	688.431	35,22
Sistema de transporte e segurança	46.363	45.494	13.070	-	(15.312)	43.251	2,21
Total	**1.845.675**	**1.982.438**	**273.883**	**(91.521)**	**(210.270)**	**1.954.530**	**100,00**

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R$ 566.924 – Edificações; R$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e do sistema de segurança de 10 anos para 5 anos.

Com o índice de imobilização apurado de 14,90% (2010 – 15,53%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

Nota 14 – Intangível

Em atendimento à Resolução do CMN nº 3.642/2008, os saldos relativos a direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, saldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e projetos logiciais – Software, ambos registrados anteriormente no Ativo Diferido (Nota 15) foram transferidos para o Ativo Intangível. Para o item "aquisição de folha de pagamento" foi realizado o teste de redução ao valor recuperável pelo método do fluxo de caixa descontado.

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	2010		2011			
	30 de junho	31 de dezembro	Adições	Valor recuperável de ativos	Amortizações	30 de junho
Aquisição de folha de pagamento	751.917	876.591	50.529	(798)	(118.631)	807.691
Outros ativos intangíveis	-	324.200	-	-	(5.800)	318.400
Projetos logiciais – Software	36.056	59.167	39.215	-	(8.791)	89.591
Total	**787.973**	**1.259.958**	**89.744**	**(798)**	**(133.222)**	**1.215.682**

Nota 15 – Diferido

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes anteriores a edição dessa Resolução, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização. Os valores de adições e baixas realizados após 30 de setembro de 2008 tiveram os seguintes procedimentos:

– Os gastos em imóveis de terceiros foram registrados como despesas e as benfeitorias em imóveis próprios foram registradas em imobilizado de uso (Nota 13 – Edificações).

– Os gastos com projetos logiciais foram reclassificados para o ativo intangível (Nota 14).

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
	2010		2011		
	30 de junho	31 de dezembro	Baixas	Amortizações	30 de junho
Gastos em imóveis de terceiros	54.335	36.640	-	(13.953)	22.687
Gastos com projetos logiciais	40.566	25.383	-	(10.328)	15.055
Benfeitorias em imóveis próprios	21.580	16.017	-	(6.992)	9.025
Total	**116.481**	**78.040**	**-**	**(31.273)**	**46.767**

Nota 16 – Depósitos e captações no mercado aberto

a) Depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	2011		2010		2011		2010	
	30 de junho	%	30 de junho	%	30 de junho	%	30 de junho	%
Depósitos à Vista	**20.723.672**	**8,84**	**17.999.774**	**9,19**	**20.723.599**	**8,84**	**17.999.695**	**9,19**
Pessoas Físicas	7.884.046	3,36	7.097.647	3,62	7.884.046	3,36	7.097.647	3,62
Pessoas Jurídicas	10.306.007	4,4	8.585.318	4,38	10.305.934	4,40	8.585.239	4,38
Vinculados	1.020.167	0,44	948.301	0,48	1.020.167	0,44	948.301	0,48
Governo	1.035.699	0,44	1.106.086	0,56	1.035.699	0,44	1.106.086	0,56
Moedas Estrangeiras	29.219	0,01	8.373	-	29.219	0,01	8.373	-
Instituições do sistema Financeiro	19.311	0,01	19.156	0,01	19.311	0,01	19.156	0,01
Entidades públicas	385.181	0,16	205.278	0,10	385.181	0,16	205.278	0,10
Outros	44.042	0,02	29.615	0,02	44.042	0,02	29.615	0,02
Depósitos de Poupança	**136.291.566**	**58,1**	**116.330.563**	**59,39**	**136.291.566**	**58,13**	**116.330.563**	**59,39**
Pessoas Físicas	133.927.588	57,1	114.419.167	58,41	133.927.588	57,13	114.419.167	58,41
Pessoas Jurídicas	2.361.042	1,01	1.907.880	0,97	2.361.042	1,00	1.907.880	0,97
Vinculados	2.936	-	3.516	-	2.936	-	3.516	-
Depósitos Interfinanceiros	**2.292.910**	**0,98**	**44.705**	**0,02**	**2.292.910**	**0,98**	**44.705**	**0,02**
Depósitos a prazo	**65.062.048**	**27,70**	**49.311.647**	**25,17**	**65.045.197**	**27,74**	**49.311.647**	**25,17**
Depósitos a prazo em moeda nacional	37.216.125	15,90	26.393.738	13,47	37.199.274	15,87	26.393.738	13,47
Depósitos judiciais com remuneração	27.845.923	11,90	22.917.909	11,70	27.845.923	11,88	22.917.909	11,70
Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas (f)	**9.995.010**	**4,26**	**12.084.147**	**6,17**	**9.995.010**	**4,26**	**12.084.147**	**6,17**
Outras captações	**96.303**	**0,04**	**108.610**	**0,06**	**96.303**	**0,04**	**108.610**	**0,06**
Total	**234.461.509**	**100,00**	**195.879.446**	**100,00**	**234.444.585**	**100,00**	**195.879.367**	**100,00**
Passivo circulante	**233.524.490**	**99,60**	**195.350.517**	**99,73**	**233.507.566**	**99,60**	**195.350.438**	**99,73**
Passivo não circulante	**937.019**	**0,40**	**528.929**	**0,27**	**937.019**	**0,40**	**528.929**	**0,27**

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	CAIXA INDIVIDUAL							CAIXA CONSOLIDADO	
	2011						2010	2011	2010
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	30 de junho	30 de junho	30 de junho	30 de junho
Depósitos à Vista	20.723.672	-	-	-	-	20.723.672	17.999.774	20.723.599	17.999.695
Depósitos de Poupança	136.291.566	-	-	-	-	136.291.566	116.330.563	136.291.566	116.330.563
Depósitos Interfinanceiros	-	2.242.741	44.436	5.733	-	2.292.910	44.705	2.292.910	44.705
Depósitos a prazo	27.845.922	1.006.543	6.311.203	16.605.964	13.292.416	65.062.048	49.311.647	65.045.197	49.311.647
Depósitos Judiciais	27.845.923	-	-	-	-	27.845.923	22.917.909	27.845.923	22.917.909
Aplicações	-	1.006.543	6.311.203	16.605.964	13.292.416	37.216.125	26.393.738	37.199.275	26.393.738
Depósitos especiais e de fundos e programas	9.995.010	-	-	-	-	9.995.010	12.084.147	9.995.010	12.084.147
Outras captações	96.303	-	-	-	-	96.303	108.610	96.303	108.610
Total	**194.952.473**	**3.249.284**	**6.355.639**	**16.611.697**	**13.292.416**	**234.461.509**	**195.879.446**	**234.444.585**	**195.879.367**
%	**83,15**	**1,39**	**2,71**	**7,09**	**5,67**	**100**	**100**	**100**	**100**

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre
Depósitos de Poupança	(4.540.646)	(3.435.447)	(4.540.646)	(3.435.447)
Depósitos Interfinanceiros	(147.957)	(1.653)	(147.957)	(1.653)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(1.839.315)	(1.011.281)	(1.838.679)	(1.011.281)
Depósitos judiciais	(689.499)	(502.127)	(689.499)	(502.127)
Depósitos especiais e de fundos e programas (f.1)	(441.006)	(533.288)	(441.006)	(533.288)
Outras captações	(147.682)	(116.874)	(147.682)	(116.874)
Total	**(7.806.105)**	**(5.600.670)**	**(7.805.469)**	**(5.600.670)**

(d) Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto no montante de R$ 62.423.863 (2010 – R$ 68.592.786), estão garantidas por títulos do Governo Federal e têm suas operações realizadas no curto prazo.

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	30 de junho	30 de junho	30 de junho	30 de junho
Carteira Própria	**26.362.460**	**37.135.163**	**25.349.462**	**36.295.758**
Letras Financeiras do Tesouro	7.933.544	6.442.166	7.933.544	6.442.166
Letras do Tesouro Nacional	334.492	10.287.183	334.492	10.287.183
Notas do Tesouro Nacional	18.094.424	20.405.814	17.081.426	19.566.409
Carteira de Terceiros	**36.061.403**	**31.457.623**	**36.061.403**	**31.457.623**
Letras Financeiras do Tesouro	29.326.136	21.764.370	29.326.136	21.764.370
Letras do Tesouro Nacional	3.002.026	9.693.253	3.002.026	9.693.253
Notas do Tesouro Nacional	3.733.241	-	3.733.241	-
Total	**62.423.863**	**68.592.786**	**61.410.865**	**67.753.381**
Passivo circulante	**62.423.863**	**68.592.786**	**61.410.865**	**67.753.381**
Passivo não circulante	**-**	**-**	**-**	**-**

(e) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre
Carteira Própria	(1.460.778)	(1.214.938)	(1.414.688)	(1.183.051)
Carteira de Terceiros	(1.741.136)	(1.680.310)	(1.741.136)	(1.680.310)
Total	**(3.201.914)**	**(2.895.248)**	**(3.155.824)**	**(2.863.361)**

(f) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas. A seguir, descrevemos os quadros de composição e de remuneração dos depósitos especiais e de fundos e programas:

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2011		2010	
	30 de junho	%	30 de junho	%
Depósitos – FGTS	3.188.999	31,9	5.169.907	42,78
Depósitos – Especiais com remuneração	1.306.288	13,1	1.583.997	13,11
Depósitos – FAT (f.2)	2.879.605	28,8	3.413.508	28,25
Depósitos – FISANE	7.203	0,1	6.725	0,06
Depósitos – PRODEC	42.748	0,4	40.083	0,33
Depósitos – PIS	44.746	0,4	124.571	1,03
Depósitos – FIEL	-	-	56.111	0,46
Depósitos – FGS	22.651	0,2	38.714	0,32
Depósitos – FAR	508.935	5,1	379.859	3,14
Depósitos – FDS	545.794	5,5	393.773	3,26
Depósitos – Profrota pesqueira	53.111	0,5	47.828	0,4
Depósitos – FAS	2.130	0,0	2.313	0,02
Depósitos – PREVHAB	428.954	4,3	387.360	3,21
Saúde CAIXA	163.769	1,6	107.581	0,89
Outros	800.076	8,0	331.817	2,75
Total	**9.995.010**	**100**	**12.084.147**	**100**
Passivo circulante	**9.995.010**	**100**	**12.084.147**	**-**
Passivo não circulante	**-**	**-**	**-**	**-**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas. A seguir, descrevemos os quadros de composição e de remuneração dos depósitos especiais e de fundos e programas (f.1):

(f.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
		2011	2010
		1º Semestre	1º Semestre
Depósitos – FGTS	Selic	(191.727)	(270.996)
Depósitos – FAT	Selic e TJLP	(88.802)	(126.656)
Depósitos – FISANE	TR	(245)	(205)
Depósitos – PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.572)	(1.317)
Depósitos – PIS	Extra mercado	(31.494)	(33.941)
Depósitos – FIEL	TRPRE + Juros 0,50% a.m.	(205)	(1.756)
Depósitos – FGS	Selic fator dia/Extra mercado	(940)	(3.042)
Depósitos – FAR	selic	(13.920)	(15.499)
Depósitos – FAS	TR	(19)	(6)
Depósitos – PREVHAB	selic	(24.918)	(17.788)
Depósitos – Caução	TR	(2.780)	(12.681)
Outros	-	(84.384)	(49.401)
Total	-	**(441.006)**	**(533.288)**

(f.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	Resolução/ TADE	Devolução de Recursos do FAT (1)			2011 30 de junho			2010 30 de junho		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL
Programas					**142.161**	**2.572.376**	**2.714.537**	**95.058**	**3.135.439**	**3.230.497**
Proger urbano				-	**75.120**	**1.850.810**	**1.925.930**	**87.408**	**2.236.799**	**2.324.207**
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	73.679	1.835.995	1.909.674	81.831	2.217.122	2.298.953
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	404	7.985	8.389	3.278	10.677	13.955
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	42	42	-	50	50
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	1.037	6.788	7.825	2.299	8.950	11.249
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	**2.253**	**44.338**	**46.591**	3.286	70.456	73.742
FAT infra estrutura				-	**63.404**	**662.641**	**726.045**	3.407	809.883	813.290
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	63.404	662.641	726.045	3.407	809.883	813.290
FAT – PNMPO				-	**1.384**	**14.587**	**15.971**	957	18.301	19.258
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	1.384	14.587	15.971	957	18.301	19.258
Linhas de crédito especiais					**8.848**	**156.220**	**165.068**	9.349	173.662	183.011
FAT – inclusão digital	dez/05	RA	10/10/2005	07/01/2010	-	-	-	-	-	-
FAT – vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	-	**118.266**	**118.266**	-	111.572	111.572
FAT – material de construção	mar/06	RA	10/02/2006	-	-	-	-	4.801	1.963	6.764
FAT – giro setorial				-	**8.848**	**37.954**	**46.802**	4.548	60.127	64.675
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	5.581	24.121	29.701	2.117	37.735	39.852
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	3.267	13.833	17.101	2.431	22.392	24.823
FAT – moto-frete	01/	RA	10/03/2010	13/04/2010	-	-	-	-	-	-
Total					**151.009**	**2.728.596**	**2.879.605**	**104.407**	**3.309.101**	**3.413.508**

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível.

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, *pro rata die*, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros a Longo Prazo durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

Nota 17 – Recursos de letras hipotecárias, de letras de crédito imobiliário e de letras financeiras

a) Recursos de letras

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Papel	Indexador	2011 Vencimento						2011 30 de junho	2011 31 de março	2010 30 de junho
		1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias			
Letra Hipotecária	IGP-M	-	12.290	-	-	-	491.332	503.622	512.987	463.340
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	-	-	10.542	10.542	10.092	9.887
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	-	-	30.156	30.156	31.961	37.900
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	-	8.376	-	7.501	15.877	47.862	44.352
Letra Imobiliária	INPC	-	-	-	36.480	-	-	36.480	35.856	34.222
Letra Imobiliária	CDI	258.178	630.253	2.136.353	4.555.723	5.023.103	-	12.603.610	10.687.882	5.242.895
Letra Financeira	CDI	-	-	-	-	2.362.260	416	2.362.676	1807189	-
Total		**258.178**	**642.543**	**2.136.353**	**4.600.579**	**7.385.363**	**539.947**	**15.562.963**	**13.133.829**	**5.832.596**
Passivo circulante								**7.637.653**	**2.715.088**	**2.829.062**
Passivo não circulante								**7.925.311**	**10.418.741**	**3.003.534**

b) Despesas com recursos de letras

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2011	2010
	1º semestre	1º semestre
Letras Imobiliárias	(509.373)	(129.119)
Letras Hipotecárias	(44.417)	(51.113)
Letras Financeiras	(103.365)	-
Total	**(657.155)**	**(180.232)**

Nota 18 – Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 3,00% ao ano e a variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar norte-americano, com vencimentos até 2013, cujo saldo em 30 de junho de 2011 monta a R$ 4.751 (2010 – R$ 8.204).

A captação de linhas de crédito adquiridas com instituições financeiras estrangeiras tem vencimento até outubro/2011 e são negociadas a taxas médias entre 1,30% e 1,40% no período, com saldo de R$ 188.269 (2010 – R$ 10).

Nota 19 – Obrigações por repasses no País – Instituições oficiais

Compostas, principalmente por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitas à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
FGTS	67.245.280	44.792.180
BNDES	6.339.435	3.766.942
Tesouro Nacional – PIS	687.516	566.151
Outras instituições	188.151	218.459
Total	**74.460.382**	**49.343.732**
Passivo circulante	**690.015**	**590.896**
Passivo não circulante	**73.770.367**	**48.752.836**

(a) Despesas com obrigações por repasses no País – Instituições oficiais

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	2011	2010
	1º Semestre	1º Semestre
FGTS	(2.302.087)	(1.523.755)
BNDES	(209.338)	(125.937)
Tesouro Nacional – PIS	(20.709)	(14.771)
Outras instituições	(24.733)	(16.947)
Total	**(2.556.867)**	**(1.681.410)**

Nota 20 – Outras obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	30 de junho de 2011	%	30 de junho de 2010	%	30 de junho de 2011	%	30 de junho de 2010	%
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	**105.783**	**8,98**	**82.510**	**6,53**	**136.878**	**10,69**	**89.277**	**7,03**
Imposto de Renda	-	-	-	-	22.942	1,79	4.973	0,39
Contribuição Social	-	-	-	-	8.144	0,64	1.794	0,14
COFINS	91.080	7,73	71.073	5,63	91.087	7,11	71.073	5,60
PASEP	14.703	1,25	11.437	0,91	14.705	1,15	11.437	0,90
Impostos e contribuições a recolher	**423.677**	**35,96**	**357.626**	**28,31**	**423.677**	**33,09**	**357.670**	**28,16**
Sobre salários	241.726	20,52	240.028	19,00	241.726	18,88	240.072	18,90
Sobre serviços	181.951	15,44	117.598	9,31	181.951	14,21	117.598	9,26
Impostos e contribuições diferidos	**249.823**	**21,20**	**268.801**	**21,28**	**320.863**	**25,06**	**268.801**	**21,16**
IR sobre reserva de reavaliação – Edificações	120.606	10,24	129.703	10,28	120.606	9,42	129.703	10,21
CS sobre reserva de reavaliação – Edificações	72.364	6,14	77.822	6,16	72.364	5,65	77.822	6,13
IR sobre ajustes ao valor de mercado – Títulos disponíveis para venda	-	-	11.402	0,90	54.656	4,27	11.402	0,90
CS sobre ajustes ao valor de mercado – Títulos disponíveis para venda	-	-	6.841	0,54	-	-	6.841	0,54
Contratos futuros	21.492	1,82	16.444	1,30	21.492	1,68	16.444	1,29
PASEP	35.361	3,00	26.589	2,10	51.745	4,04	26.589	2,09
Provisão para riscos fiscais (Nota nº 32 (a))	**398.983**	**33,86**	**554.406**	**43,88**	**398.983**	**31,16**	**554.406**	**43,65**
INSS	208.131	17,66	262.649	20,78	208.131	16,26	262.649	20,68
ISS	157.533	13,37	145.860	11,55	157.533	12,30	145.860	11,48
IRPJ/CSLL	5.779	0,49	119.776	9,48	5.779	0,45	119.776	9,43
Outros	27.540	2,34	26.121	2,07	27.540	2,15	26.121	2,06
Total	**1.178.266**	**100,00**	**1.263.343**	**100,00**	**1.280.401**	**100,00**	**1.270.154**	**100,00**
Passivo circulante	**985.296**	**83,62**	**1.055.819**	**83,57**	**1.087.431**	**84,93**	**1.062.630**	**83,66**
Passivo não circulante	**192.970**	**16,38**	**207.524**	**16,43**	**192.970**	**15,07**	**207.524**	**16,34**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela Instituição e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela Instituição.

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	30 de junho de 2011	%	30 de junho de 2010	%
Obrigações de operações com loterias	**442.849**	**8,77**	**351.700**	**9,33**
Obrigações por fundos e programas sociais	**3.919.412**	**77,57**	**2.639.157**	**70,04**
FGTS	2.208.799	43,71	1.874.417	49,74
Minha Casa Minha Vida	1.007.551	19,94	60.009	1,59
FIES	16.426	0,33	15.177	0,40
Bolsa Família	218.933	4,33	200.106	5,31
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	330.809	6,55	376.200	9,98
PRONASCI	11.725	0,23	12.656	0,34
PRODEC	20.265	0,40	18.907	0,50
Outros fundos e programas	104.904	2,08	81.685	2,17
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	**690.182**	**13,66**	**777.377**	**20,63**
PIS	681.379	13,49	710.851	18,95
FAT	7.468	0,14	65.204	1,73
Outros	1.335	0,03	1.322	0,05
Total	**5.052.443**	**100,00**	**3.768.234**	**100,00**
Passivo circulante	**5.052.443**	**100,00**	**3.768.234**	**100,00**

(c) Diversas

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	30 de junho de 2011	%	30 de junho de 2010	%	30 de junho de 2011	%	30 de junho de 2010	%
Obrig por contribuições ao SFH	115.289	0,43	113.574	0,52	115.289	0,43	113.574	0,50
Obrigações por convênios oficiais	243.700	0,91	241.239	1,10	243.700	0,91	241.239	1,10
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	77.313	0,29	61.421	0,28	77.313	0,29	61.421	0,28
Prov para pagamentos a efetuar (c.1)	8.271.948	30,78	7.528.378	34,37	8.272.323	30,78	7.528.542	34,26
Prov. passivos contingentes (c.2)	7.256.600	27,00	6.520.235	29,76	7.256.600	27,00	6.520.235	29,67
Recursos vinculados a operações de crédito	201.993	0,75	225.277	1,03	201.993	0,75	225.277	1,03
Recurso do FGTS para amortizações	110.502	0,41	75.197	0,34	110.502	0,41	75.197	0,34
Credores por recursos a liberar	3.488.922	12,98	2.111.562	9,64	3.488.922	13,00	2.111.564	9,61
Subscrição de capital a integralizar	760.350	2,83	-	-	760.350	2,83	-	-
Credores diversos – Exterior	89	-	4	-	89	-	4	-
Credores diversos – País (c.3)	6.346.332	23,62	5.029.847	22,96	6.346.333	23,62	5.096.197	23,19
Total	**26.873.038**	**100,00**	**21.906.734**	**100,00**	**26.873.414**	**100,00**	**21.973.249**	**100,00**
Passivo circulante	**26.873.038**	**100,00**	**21.906.734**	**100,00**	**26.873.414**	**100,00**	**21.973.249**	**100,00**

(c.1) Provisão para pagamentos a efetuar

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Despesas de pessoal	**1.760.355**	**1.478.759**	**1.760.730**	**1.478.923**
Benefícios pós-emprego – NPC 26 (Nota nº 34)	**6.090.402**	**5.667.646**	**6.090.402**	**5.667.646**
SAÚDE CAIXA	5.431.362	4.974.304	5.431.362	4.974.304
Auxilio e cesta alimentação	615.409	650.181	615.409	650.181
PREVHAB	43.631	43.161	43.631	43.161
Outros pagamentos	**421.191**	**381.973**	**421.191**	**381.973**
Total	**8.271.948**	**7.528.378**	**8.272.323**	**7.528.542**

(c.2) Provisões trabalhistas e cíveis

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Provisão para contingências (Nota nº 32)	**7.256.600**	**6.520.235**
Trabalhistas	2.741.495	2.721.655
Ações judiciais cíveis	3.650.855	3.166.937
Outras	864.250	631.643

(c.3) Credores diversos – País

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Cartões de crédito	2.621.948	2.107.368	2.621.948	2.107.368
Contas a pagar	63.500	416.002	63.500	416.002
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (ii)	334.054	304.599	334.054	304.599
Créditos adquiridos	423.364	409.875	423.364	409.875
Valores a apropriar (Nota nº 10(c.3))	1.055.715	706.788	1.055.715	706.788
Outros credores diversos	1.847.751	1.085.215	1.847.752	1.151.565
Total	**6.346.332**	**5.029.847**	**6.346.333**	**5.096.197**

(i) Recursos vinculados a operações de crédito

Referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(ii) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)

Referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Nos termos da Resolução do CMN nº 2.837/01, foi convertida, em 11 de outubro de 2005, parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS em dívida subordinada, utilizado no cálculo dos limites de Basiléia. Essa operação foi aprovada pelo BACEN em outubro de 2005 e apresenta o montante de R$ 5.276.936 (2010 – R$ 4.908.438). O início do retorno da dívida ora contratada será a partir de 20 de março de 2013. O prazo de carência de 88 meses para pagamento da dívida subordinada se estenderá até 20 de fevereiro de 2013 e será automaticamente prorrogado em caso de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, a partir de 20 de março de 2013, ou no caso de o próprio pagamento gerar desenquadramento. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento, incidirão atualização monetária e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa de 6,125%, correspondente à taxa efetiva de 6,300% ao ano, que equivalem à taxa média contemplada nos contratos vigentes.

(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R$ 5.200.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução do CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular, celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar elegíveis ao nível II de capital os recursos ora contratados. A dívida não possui data de vencimento e mensalmente são incorporados ao saldo devedor e pagos anualmente de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da medida provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R$ 6.000.000. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R$ 2.000.400 e no 1º trimestre de 2010 houve a liberação de R$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.

Segue abaixo quadro contendo os valores, pagamentos de juros, atualizações monetárias e juros dos créditos concedidos:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Medida provisória 347/2007 – saldo atual	**6.537.967**	**6.135.895**
Medida provisória 347/2007 – principal	5.200.000	5.200.000
Atual. Monet. e juros – Med. Prov. nº 347/07	1.337.967	935.895
Medida provisória 470/2009 – saldo atual	**6.825.640**	**6.388.584**
Medida provisória 470/2009 – principal	5.999.999	5.999.999
Atual. Monet. e juros – Med. Prov. nº 470/09	825.641	388.585
(-) Pagamento de juros	-	-
Total	**13.363.607**	**12.524.479**

Nota 21 – Patrimônio líquido

(a) Capital social

Conforme o Decreto nº 6.473 de 5 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, em seu art. 6º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R$ 13.562.433 e em seu art. 7º foi aprovado o Capital Social no montante de R$ 9.292.000, exclusivamente integralizado pela União Federal.

Do valor destacado para aumento de capital em dezembro de 2009, no montante de R$ 2.384.683, R$ 1.986.701 foi destinado para complemento de dividendos referente a 2009 e o montante de R$ 397.982 proveniente das reservas de loterias foi incorporado ao capital da CAIXA.

Por meio do Decreto publicado em 26 de agosto de 2010, foi autorizado o aumento de capital da CAIXA no valor de até R$ 2.500.000 mediante a transferência de 77.641.422 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

Em 10 de setembro de 2010, foram recebidas as ações para aumento de capital e alienadas, no mesmo dia, para o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização – FFIE pelo valor de R$ 2.426.294.

Por meio do Decreto publicado em 16 de fevereiro de 2011, foi autorizado o aumento de capital da CAIXA no montante de R$ 2.200.000 mediante a transferência de 62.327.182 ações PN, 9.293.295 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e 13.609.303 ações ON da Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução do CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução do CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 14,55% (Nota 35 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(c) Reservas de capital e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias e reserva de margem operacional.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
Reservas de Reavaliação	**471.959**	**495.672**
Reservas de Lucros	**1.944.114**	**1.131.104**
Reserva legal	1.220.613	1.002.060
Reservas estatutárias	723.501	129.044
Reservas de loterias	-	129.044
Reserva de margem operacional	723.501	-

* O valor de R$ 1.002.482 foi pago a União como dividendos complementares referentes ao exercício de 2010 vide item (d).

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673/98, de no mínimo, 25%.

Em 25 de fevereiro de 2011, conforme deliberação do Conselho Diretor, foi aprovado o pagamento de dividendos complementares referentes ao exercício de 2010 no valor de R$ 1.002.482 fundamentada na destinação do resultado aprovado pelo Ministro da Fazenda.

Em 1º de junho de 2011, foi efetuado adiantamento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2011 no valor total de R$ 800.000 mediante a transferência de de títulos CVS e CFT-A à Secretaria do Tesouro Nacional – STN no valor de R$ 689.769 e transferência de recursos no montante de R$ 110.231.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
Lucro líquido	**2.274.308**	**1.667.684**
Reserva legal	(113.715)	(83.384)
Realização de reserva	8.132	11.163
Reserva de loterias	(180.675)	(129.043)
Base para cálculo dos dividendos	**1.988.050**	**1.466.420**
Dividendos propostos	**497.012**	**378.024**
Juros sobre o capital próprio	428.819	378.024
Dividendos	68.193	-

Nota 22 – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

– Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;

– Créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25% ;

– Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15% e;

– Créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

O montante do crédito tributário é de R$ 16.651.324 (2010 – R$ 14.832.905), constituído de R$ 10.885.112 (2010 – R$ 9.741.065) para o IRPJ, R$ 5.753.031 (2010 – R$ 5.087.730) para a CSLL, R$ 1.843 (2010 - R$ 574) para o PASEP e R$ 11.338 (2010 - R$ 3.535) para COFINS, com provisão para realização desses créditos no valor de R$ 4.849.587 (2010 – R$ 5.382.663), resultando em um total de créditos tributários, líquidos de provisão, de R$ 11.801.737 (2010 – R$ 9.450.241).

A CAIXA realizou estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos e, com base nos resultados obtidos, determinou-se a constituição de provisão para o crédito de prejuízo fiscal no montante de R$ 56.979 e constituição de créditos de diferenças temporárias no montante de R$ 786.313, sendo R$ 784.142 equivalentes a IRPJ e CSLL, e R$ 2.172 correspondentes a PASEP e COFINS.

Valor contábil

Ano de realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa 15%	Crédito à 18% – 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2011 2º sem	14.600	8.760	6.132	1.505.044	1.534.536
2012	50.915	30.549	21.384	2.314.490	2.417.338
2013	52.554	31.533	22.073	2.230.309	2.336.469
2014	75.028	45.017	31.512	1.624.480	1.776.035
2015	104.750	62.850	43.995	368.382	579.978
2016	121.156	72.693	50.885	364.687	609.421
2017 a 2021	825.133	128.836	223.903	1.282.639	2.460.511
TOTAL	**1.244.136**	**380.238**	**399.884**	**9.690.031**	**11.714.288**

Valor presente

Ano de realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa 15%	Crédito à 18% – 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2011 2º sem	12.848	7.709	5.396	1.324.449	1.350.402
2012	42.071	25.242	17.670	1.912.457	1.997.440
2013	40.775	24.465	17.126	1.730.421	1.812.787
2014	54.761	32.857	23.000	1.185.681	1.296.298
2015	72.060	43.236	30.265	253.417	398.979
2016	78.628	47.177	33.023	236.675	395.503
2017 a 2021	452.403	77.474	128.078	729.577	1.387.532
TOTAL	**753.546**	**258.160**	**254.558**	**7.372.677**	**8.638.941**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Origem dos créditos tributários

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	2011 30 de junho		2010 30 de junho	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.760.238	2.114.807	2.852.774	1.565.252
Provisão SFH	731.507	438.904	751.190	450.714
Provisão para contingências	1.743.893	1.046.336	1.625.684	975.410
Outros	936.419	469.947	889.428	447.082
Provisão SAÚDE CAIXA – NPC 26	1.357.840	814.704	1.243.576	746.146
Ajuste a Valor de Mercado – Resultado	100.602	60.361	116.350	69.810
Ajuste a Valor de Mercado – PL (Disp. p/ Venda)	46.411	27.847	-	-
Subtotal das diferenças temporárias	**8.676.910**	**4.972.906**	**7.479.002**	**4.254.414**
Prejuízo fiscal	2.973.570		2.973.570	-
Baixas até o período	(765.375)		(711.513)	-
Base negativa até 2000		701.139		701.139
Baixas até o período		(320.901)		(289.612)
Crédito a 18% – 1998		624.515		624.515
Baixas até o período		(224.631)		(202.728)
Total dos créditos tributários	**10.885.105**	**5.753.028**	**9.741.059**	**5.087.728**

	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS
Ajuste Vlr Mercado – Resultado	577	3.550	574	3.535
Ajuste a Valor de Mercado – PL (Disp. p/ Venda)	1.266	7.788	-	-
Total dos créditos tributários PASEP / COFINS	**1.843**	**11.338**	**574**	**3.535**

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	2011 30 de junho		2010 30 de junho	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.760.238	2.114.807	2.852.774	1.565.252
Provisão SFH	731.507	438.904	751.190	450.714
Provisão para contingências	1.743.893	1.046.336	1.625.684	975.411
Outros	936.426	469.950	889.435	447.084
Provisão SAÚDE CAIXA – NPC 26	1.357.840	814.704	1.243.576	746.146
Ajuste a Valor de Mercado – Resultado	100.602	60.361	116.350	69.810
Ajuste a Valor de Mercado – PL (Disp. p/ Venda)	46.411	27.847	-	-
Subtotal das diferenças temporárias	**8.676.917**	**4.972.909**	**7.479.009**	**4.254.417**
Prejuízo fiscal	2.973.570		2.973.570	-
Baixas até o período	(765.375)		(711.513)	-
Base negativa até 2000		701.139		701.139
Baixas até o período		(320.901)		(289.612)
Crédito a 18% – 1998		624.515		624.515
Baixas até o período		(224.631)		(202.728)
Total dos créditos tributários	**10.885.112**	**5.753.031**	**9.741.066**	**5.087.731**

	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS
Ajuste Vlr Mercado – Resultado	577	3.550	574	3.535
Ajuste a Valor de Mercado – PL (Disp. p/ Venda)	1.266	7.788	-	-
Total dos créditos tributários PASEP / COFINS	**1.843**	**11.338**	**574**	**3.535**

(c) Movimentação do crédito tributário

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31.12.2010	**15.935.224**	**(4.744.106)**	**11.191.118**
Constituição no Período	784.141	-	784.141
Reversão de Provisão	105.481	(105.481)	-
Constituição PASEP/COFINS	2.172	-	2.172
Reversão Tit. Disp.p/ Venda	(51.359)	-	(51.359)
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(33.386)	-	(33.386)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(19.988)	-	(19.988)
Baixa de Crédito Tributário – Ano 2002 MP 2.158-35/01	(13.992)	-	(13.992)
Reversão de Crédito de Prejuízo Fiscal	(56.979)	-	(56.979)
Saldo em 30.06.2011	**16.651.314**	**(4.849.587)**	**11.801.727**

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31.12.2010	**15.935.232**	**(4.744.106)**	**11.191.126**
Constituição no Período	784.144	-	784.144
Reversão de Provisão	105.482	(105.482)	-
Constituição PASEP/COFINS	2.172	-	2.172
Reversão Tit. Disp.p/ Venda	(51.359)	-	(51.359)
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(33.386)	-	(33.386)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(19.988)	-	(19.988)
Baixa de Crédito Tributário – Ano 2002 MP 2.158-35/01	(13.992)	-	(13.992)
Reversão de Crédito de Prejuízo Fiscal	(56.979)	-	(56.979)
Saldo em 30.06.2011	**16.651.326**	**(4.849.588)**	**11.801.738**

(d) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e contribuição social

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	2011 30 de junho		2010 30 de junho	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes dos Tributos e Participações	**1.826.089**	**1.826.089**	**1.535.993**	**1.535.993**
Encargo total do IRPJ (25%) E CSLL (15%)	**(456.510)**	**(273.913)**	**(383.986)**	**(230.399)**
Efeitos tributários das adições e exclusões	211.228	126.883	155.938	90.274
Juros sobre o capital próprio	107.205	64.323	94.506	56.704
Participações dos empregados nos lucros	26.801	16.081	50.299	30.179
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	33.386	33.980	24.977	27.153
Incentivo Fiscal	6.942	-	5.012	-
Reserva de Reavaliação	3.388	2.033	4.651	2.791
Despesa corrente	**(67.559)**	**(30.614)**	**(48.603)**	**(23.298)**
Despesa diferida/Marcação a mercado	**(3.875)**	**(2.325)**	**(2.561)**	**(1.537)**
Despesa total	**(71.434)**	**(32.939)**	**(51.164)**	**(24.835)**

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	2010 30 de junho		2010 30 de junho	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes dos Tributos e Participações	**1.856.844**	**1.856.844**	**1.542.755**	**1.542.755**
Encargo total do IRPJ (25%) E CSLL (15%)	**(464.199)**	**(278.527)**	**(385.689)**	**(231.413)**
Efeitos tributários das adições e exclusões	189.458	112.395	102.279	58.078
Juros sobre o capital próprio	107.205	64.323	94.506	56.704
Participações dos empregados nos lucros	26.801	16.081	50.299	30.179
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	33.386	33.980	24.977	27.153
Incentivo Fiscal	6.942	-	5.012	-
Reserva de Reavaliação	3.388	2.033	4.651	2.791
Participações em coligadas e controladas	19.465	11.679	50.364	30.219
Outros	(12.618)	(722)	25	1.198
Despesa corrente	**(90.172)**	**(38.758)**	**(53.576)**	**(25.092)**
Despesa diferida/Marcação a mercado	**(3.875)**	**(2.325)**	**(2.561)**	**(1.535)**
Despesa total	**(94.047)**	**(41.083)**	**(56.137)**	**(26.627)**

Nota 23 – Receitas de intermediação financeira

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO 2011 1º Semestre	2010 1º Semestre
Operações compromissadas	2.319.946	1.920.525
Empréstimos e financiamentos com clientes	12.690.133	8.815.120
Ativos financeiros disponíveis para venda	(116.207)	114.867
Instrumentos financeiros derivativos	(36.825)	(42.524)
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.123.668	1.372.181
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	4.119.084	4.248.154
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.256.355	1.118.081
Juros de ativos financeiros – FCVS	1.052.731	825.563
Resultado com câmbio	500	1.511
Outras	17.061	14.246
Total	**24.426.446**	**18.387.724**

Nota 24 – Despesas de intermediação financeira

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL 2011 1º semestre	CAIXA INDIVIDUAL 2010 1º semestre	CAIXA CONSOLIDADO 2011 1º semestre	CAIXA CONSOLIDADO 2010 1º semestre
Operações com instituições financeiras	(147.957)	(1.654)	(147.957)	(1.654)
Outros depósitos especiais e fundos e programas	(441.006)	(533.288)	(441.006)	(533.288)
Operações compromissadas	(3.201.914)	(2.895.248)	(3.155.188)	(2.863.361)
Empréstimos, cessões e repasses	(2.556.867)	(1.681.410)	(2.556.867)	(1.681.410)
Operações com clientes	(7.874.297)	(5.245.960)	(7.874.297)	(5.245.960)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(3.322.575)	(2.507.022)	(3.322.575)	(2.507.022)
Reversões de provisões para créditos de liquidação duvidosa	346.751	575.385	346.751	575.385
Total	**(17.197.865)**	**(12.289.197)**	**(17.151.139)**	**(12.257.310)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 25 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	1º Semestre	1º Semestre
Administração do FGTS	1.695.629	1.190.913
Administração do FCVS	35.863	53.567
Administração do PIS	17.546	17.701
Administração das loterias	439.126	372.883
Administração do FIES	50.953	47.717
Administração do FAR	1.687	0
Seguro-Desemprego	28.473	27.151
Orçamento Geral da União (OGU)	51.398	47.578
Bolsa Família	137.073	122.471
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	28.962	27.270
Administração de fundos de investimento	439.100	396.788
Tarifas de convênios	630.660	596.930
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	52.380	44.740
TAC	228.918	181.144
Cartão de crédito	423.913	267.736
Cobrança de títulos	236.122	207.035
EMGEA – Administração de Contratos	109.189	123.668
Taxa de risco – Agente financeiro	139.227	100.292
CCFGTS	111.222	121.099
Carta de Crédito FGTS – Programa Minha Casa Minha Vida	88.216	47.717
CONSTRUCARD CAIXA	39.835	34.403
Operações de crédito imobiliário	311.870	298.187
Outros serviços	271.423	177.771
Subtotal	**5.568.785**	**4.504.741**
Rendas de tarifas bancárias	**567.395**	**449.999**
Pessoa Física	483.820	374.616
Pessoa Jurídica	83.575	75.383
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	**6.136.180**	**4.954.740**

Nota 26 – Despesas com pessoal

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Despesas com pessoal				
Proventos	**(3.584.657)**	**(2.966.062)**	**(3.585.121)**	**(2.966.151)**
Salários e proventos	(3.306.302)	(2.753.818)	(3.306.766)	(2.753.907)
Indenizações trabalhistas	(278.355)	(212.244)	(278.355)	(212.244)
Benefícios	**(634.777)**	**(531.419)**	**(634.777)**	**(531.419)**
Encargos sociais:	**(1.318.674)**	**(1.088.680)**	**(1.318.819)**	**(1.088.688)**
FGTS	(252.016)	(208.017)	(252.048)	(208.019)
Previdência social	(775.400)	(645.261)	(775.502)	(645.266)
Previdência complementar	(217.504)	(173.800)	(217.515)	(173.801)
Outros	(73.754)	(61.602)	(73.754)	(61.602)
Outros	**(74.544)**	**(68.214)**	**(74.549)**	**(68.653)**
Total	**(5.612.652)**	**(4.654.375)**	**(5.613.266)**	**(4.654.911)**

Nota 27 – Despesas administrativas

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Despesas administrativas				
Comunicações	(257.576)	(184.346)	(257.576)	(184.346)
Manutenção e conservação de bens	(394.928)	(278.935)	(394.928)	(278.935)
Água e energia	(125.027)	(114.352)	(125.027)	(114.352)
Aluguéis e arrendamento de bens	(353.859)	(318.875)	(353.859)	(318.875)
Despesas de material	(116.131)	(51.703)	(116.138)	(51.705)
Processamento de dados	(446.752)	(393.861)	(446.752)	(393.861)
Promoções e relações públicas	(87.589)	(65.694)	(87.589)	(65.694)
Propaganda e publicidade	(168.711)	(167.642)	(168.711)	(167.642)
Serviços do sistema financeiro	(133.489)	(116.391)	(133.745)	(116.391)
Serviços de terceiros	(395.879)	(334.106)	(395.879)	(334.106)
Serviços especializados	(199.747)	(147.702)	(200.511)	(147.702)
Serviços de vigilância e segurança	(275.685)	(235.941)	(275.685)	(235.909)
Depreciação e amortização	(378.973)	(332.234)	(378.973)	(332.234)
Outras administrativas	(125.432)	(118.787)	(125.467)	(118.834)
Total	**(3.459.778)**	**(2.860.569)**	**(3.460.840)**	**(2.860.586)**

Nota 28 – Outras receitas operacionais

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre
Outras receitas operacionais				
Comissões e taxas sobre operações	1.603.853	1.297.294	1.603.853	1.297.294
Recuperação de despesas	422.472	373.343	420.168	371.791
Reversão de outras provisões operacionais	613.691	466.253	613.691	466.253
Rendas de outros créditos	-	783	-	783
Receitas de cartões de crédito	69.662	69.875	69.662	69.875
Receitas de dividendos	241	9.110	64.873	9.110
Atualização de depósitos em garantia	295.356	74.595	295.356	74.595
Outras receitas operacionais	139.099	115.250	139.099	115.193
Total	**3.144.374**	**2.406.503**	**3.206.702**	**2.404.894**

Nota 29 – Outras despesas operacionais

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Outras despesas operacionais	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Despesas de contribuição ao SFH	(382.081)	(502)	(382.081)	(502)
Despesas com FCVS a receber – Provisão/Perdas	(281.721)	(205.558)	(281.721)	(205.558)
Despesas sobre obrig com fundos e programas	(96.620)	(137.220)	(96.620)	(137.220)
Provisão para causas judiciais	(229.189)	(462.496)	(229.189)	(462.496)
EMGEA/UNIÃO	(18.318)	(15.709)	(18.318)	(15.709)
Loterias	(97.967)	(89.812)	(97.967)	(89.812)
Cartão de crédito	(315.391)	(280.352)	(315.391)	(280.352)
Despesas de serviços automatizados	(76.638)	(49.665)	(76.638)	(49.665)
Descontos de operações de crédito	(365.652)	(14.779)	(365.652)	(14.779)
Correspondente não bancário	(551.505)	(465.233)	(551.505)	(465.233)
Instrumento híbrido de capital e dívida – AM	(938.534)	(757.087)	(938.534)	(757.087)
FGTS – Arrecadação/pagamento	(223.272)	(203.560)	(223.272)	(203.560)
Benefícios sociais	(36.674)	(35.897)	(36.674)	(35.897)
Fundo de investimento do FGTS	(3.082)	(4.746)	(3.082)	(4.746)
Alavancagem de negócios	(70.563)	(43.040)	(70.563)	(43.040)
Condenações judiciais	(124.795)	(294.762)	(124.795)	(294.762)
Créditos administrados por terceiros	(17.166)	(14.037)	(17.166)	(14.037)
Despesas c/ gestão financ c/ fundo de previdência	(124.429)	(77.200)	(124.429)	(77.200)
Benefício pós-emprego	(281.428)	(268.854)	(281.428)	(268.854)
Desp. Atual e juros pagos ao vendedor créd. Imobiliário	(109.086)	(45.931)	(109.086)	(45.931)
Desp. Atual monetária restituições e recolhimentos	(17.402)	(2.347)	(17.402)	(2.347)
Desp. Revendedor lotérico	(54.071)	(28.052)	(54.071)	(28.052)
Desp. Provisões Operacionais	(63.216)	(73.475)	(63.216)	(73.475)
Demais	(262.877)	(277.141)	(262.891)	(286.867)
Total	**(4.741.677)**	**(3.847.455)**	**(4.741.691)**	**(3.857.181)**

Nota 30 – Resultado não operacional

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	2011	2010
	1º Semestre	1º Semestre
Receitas não operacionais	**104.407**	**184.775**
Lucro na alienação de valores e bens	56.833	64.318
Alienação de bens imóveis	18.184	102.643
Sobras de caixa não reclamadas	10.821	8.739
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	3.160	19
Multas e penalidades	9.851	5.250
Outras rendas não operacionais	5.558	3.806
Despesas não Operacionais	**(214.430)**	**(254.809)**
Desvalorização de outros valores e bens	(2.467)	(90.247)
Indenizações por perdas e danos	(35.212)	(27.623)
Perdas em Imóveis	(17.401)	(19.843)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(118.615)	(97.813)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(8.660)	(5.475)
Perdas em cartões de crédito	(27.977)	(13.204)
Outras despesas não operacionais	(4.098)	(604)
Total	**(110.023)**	**(70.034)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 31 – Despesas tributárias

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Contribuição COFINS	(554.437)	(461.571)	(558.625)	(461.572)
PIS/PASEP	(90.096)	(75.005)	(91.005)	(75.005)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(159.542)	(130.696)	(159.542)	(130.696)
Despesas com IPTU	(37.933)	(34.917)	(37.933)	(34.917)
Outras	(18.518)	(9.865)	(18.518)	(9.939)
Total	**(860.526)**	**(712.054)**	**(865.623)**	**(712.129)**

Nota 32 – Provisões

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

(a) As provisões estão assim apresentadas:

(i) Composição dos saldos da provisão:

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
	2010		2011		
	30 de junho	31 de dezembro	Adições	Reversões/ Baixas	30 de junho
Fiscais	554.406	575.572	14.182	(190.771)	398.983
- INSS	262.649	271.304	6.671	(69.844)	208.131
- ISS	146.002	152.702	6.410	(1.437)	157.675
- Outros	145.755	151.566	1.101	(119.490)	33.177
Cíveis	3.166.937	3.587.568	341.541	(278.255)	3.650.854
Trabalhistas	2.721.655	2.687.488	342.404	(288.397)	2.741.495
Outras	631.643	779.543	84.708	-	864.251
Total	7.074.641	7.630.171	782.835	(757.423)	7.655.583

A provisão para causas fiscais está registrada na conta "Outras Obrigações – Fiscais e previdenciárias" (Nota 20(a)), e a provisão para as demais causas na conta "Outras obrigações – Diversas" (Nota 20(c.2)).

(ii) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
Depósitos judiciais	**8.928.212**	**4.152.842**
Fiscal	6.871.187	2.294.462
Trabalhista	1.414.664	1.166.793
Cível	642.361	691.587

(iii) Composição por classificação de risco Provável

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
	Montante/ Provisão	Montante/ Provisão
Risco Provável	**7.655.524**	**7.074.641**
Perdas e danos	1.378.854	1.173.246
Poupança	1.494.627	1.348.209
Loterias	8.838	40.207
Crédito imobiliário	213.921	199.923
Contingenciamento do FGTS	554.615	405.352
Trabalhista	2.741.495	2.721.655
Fiscais	398.923	554.406
Outras	864.251	631.643

(iv) Composição por classificação de risco possível

As contingências classificadas como de perdas possíveis não reconhecidas são dispensadas de constituição de provisão com base na Resolução CMN nº 3.823/2009:

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
Demandas Trabalhistas	45.565	42.780
Demandas Fiscais	4.447.238	4.295.659
Demandas Cíveis	1.085.816	1.143.562

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias,subsidiariedade.

As ações cíveis estão relacionadas com os seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que se encontram provisionadas aos critérios descritos na norma vigente.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensa reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS ocorrido de acordo com as normas vigentes a época.

(c) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais,Imposto de Renda, CPMF, CSLL, PASEP, Contribuição de Melhoria,Contribuições Previdenciárias, IOF, ICMS, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993.

A CAIXA recorreu em âmbito administrativo, junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, contestando referida autuação, tendo o respectivo processo administrativo fiscal tramitado até Nov/10, e, nesse interregno, a CAIXA teve parte de seus argumentos providos, em sede de Recurso Voluntário (Acórdão 202-17402), tendo sido negado o pleito discutido em sede de Recurso Especial. A CAIXA foi cientificada quanto à decisão de última instância, da qual não cabia mais nenhum recurso administrativo, sendo intimada a recolher o montante recalculado para o auto de infração composto por R$ 667.691 de principal, R$ 500.768 de multa e R$ 2.959.949 de juros, os quais totalizam R$ 4.128.408 a valores de 30 de junho de 2011 (2010 – R$ 3.996.448, valor total).

Dado o esgotamento das possibilidades de discussão da autuação na esfera administrativa, a CAIXA decidiu por ajuizar ação, visando à reversão da autuação, pelo que foi promovido o depósito do montante integral, conforme previsão da legislação tributária para que haja suspensão da exigibilidade do respectivo crédito tributário.

A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 30 de junho de 2011, montam a R$ 1.409.865 (2010 – R$ 1.421.916), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R$ 208.130 (2010 – R$ 262.649).

As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 30 de junho de 2011 corresponde ao montante de R$ 322.888 (2010 – R$ 286.846). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R$ 157.532 (2010 – R$ 145.860).

Dentre outros processos fiscais destaca-se o que a CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R$5.778 (2010 – R$ 119.775), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

A CAIXA possui 19 processos relativos a Imposto de Renda, CPMF, PASEP, Contri-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

buições Previdenciárias e ISSQN e ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e soma R$ 4.447.238 em 30 de junho de 2011.

Nota 33 – Partes relacionadas

(a) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**2011**	**2010**
	30 de junho	**30 de junho**
Benefícios de curto prazo	5.219	4.311
Proventos	4.256	3.562
Encargos Sociais	963	749

Em atendimento ao Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987, estão destacadas abaixo as remunerações pagas a empregados e administradores, nelas não são deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/1987 e Lei nº 8.852/1994:

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2011**		**2010**	
	30 de junho		**30 de junho**	
	Administrador R$	**Empregado R$**	**Administrador R$**	**Empregado R$**
Maior Salário	31.628	28.644	30.063	26.485
Salário Médio	28.364	5.013	26.969	4.318
Menor Salário	23.741	1.600	22.573	1.160

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

(b) Operações ativas e passivas da CAIXA com as partes relacionadas

As operações com a Caixa Seguros, Tesouro Nacional e FUNCEF são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

CAIXA INDIVIDUAL		
Descrição	**2011**	**2010**
	30 de junho	**30 de junho**
ATIVOS		
Rendas a receber	**1.132.255**	**686.515**
CAIXAPAR	112.842	0
OGU – Orçamento Geral da União	1.019.413	686.515
Créditos adquiridos	**1.431.105**	**321.942**
Banco Panamericano	1.431.105	321.942
Total	**2.563.360**	**1.008.457**
PASSIVOS		
Depósitos	**419.137**	**217.221**
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	397.349	209.089
Caixa Seguros	18.957	5.950
FUNCEF	2.758	2.104
CAIXAPAR	73	78
Obrigações por operações compromissadas	**1.012.998**	**839.404**
CAIXAPAR	1.012.998	839.404
Repasses do país – instituições oficiais	**10.596**	**118**
OGU – Orçamento Geral da União	10.596	118
Obrigações diversas	**30.014**	**27.397**
OGU – Orçamento Geral da União	30.014	27.397
Total	**1.472.745**	**1.084.140**
RECEITAS		
Rendas de prestação de serviços	**262.657**	**207.690**
Caixa Seguros	210.015	158.834
OGU – Orçamento Geral da União	52.642	48.856
Rendas de participações	**200.863**	**220.767**
Caixa Seguros	0	6.144
CAIXAPAR	200.863	214.623
Outras receitas operacionais	**93.481**	**51.804**
OGU – Orçamento Geral da União	93.481	51.804
Total	**557.001**	**480.261**
DESPESAS		
Despesas com Operações Compromissadas	**46.090**	**31.887**
CAIXAPAR	46.090	31.887
Despesas administrativas – aluguéis	**21.496**	**17.074**
FUNCEF	21.496	17.074
Outras despesas operacionais	**1.648**	**1.449**
OGU – Orçamento Geral da União	1.648	1.449
Total	**69.234**	**50.410**

* As receitas e despesas representam os valores acumulados até a posição informada.

CAIXA CONSOLIDADO		
Descrição	**2011**	**2010**
	30 de junho	**30 de junho**
ATIVOS		
Rendas a receber	**1.019.413**	**686.515**
OGU – Orçamento Geral da União	1.019.413	686.515
Créditos adquiridos	**1.431.105**	**321.942**
Banco Panamericano	1.431.105	321.942
Total	**2.450.518**	**1.008.457**
PASSIVOS		
Depósitos	**419.137**	**217.221**
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	397.349	209.089
Caixa Seguros	18.957	5.950
FUNCEF	2.758	2.104
CAIXAPAR	73	78
Obrigações por operações compromissadas	**1.012.998**	**839.404**
CAIXAPAR	1.012.998	839.404
Repasses do país – instituições oficiais	**10.596**	**118**
OGU – Orçamento Geral da União	10.596	118
Obrigações diversas	**30.014**	**27.397**
OGU – Orçamento Geral da União	30.014	27.397
Total	**1.472.745**	**1.084.140**
RECEITAS		
Rendas de prestação de serviços	**262.657**	**207.690**
Caixa Seguros	210.015	158.834
OGU – Orçamento Geral da União	52.642	48.856
Rendas de participações	**-**	**6.144**
Caixa Seguros	-	6.144
Outras receitas operacionais	**93.481**	**51.804**
OGU – Orçamento Geral da União	93.481	51.804
Total	**356.138**	**265.638**
DESPESAS		
Despesas com Operações Compromissadas	**21.496**	**17.074**
FUNCEF	21.496	17.074
Outras despesas operacionais	**1.648**	**1.449**
CGU - Orçamento Geral da União	1.648	1.449
Total	**23.144**	**18.523**

* As receitas e despesas representam os valores acumulados até a posição informada.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 34 – Benefícios a empregados

Os planos de previdência denominados planos de benefícios são patrocinados pela CAIXA e administrados e executados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF. Os benefícios pós-emprego de Auxílio Pecúlio e Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação e os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB são administrados pela CAIXA.

Destinado aos empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS, o Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares e seus respectivos dependentes.

O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS.

Os saldos atuariais para os Benefícios a empregados são atualizados anualmente, dessa forma apresentamos os saldos posicionados na data base de 31 de dezembro de 2010.

(a) Plano de benefícios – Previdência privada

a.1) REG/REPLAN

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

A taxa de títulos empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

a.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

A taxa de títulos empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS e local. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

a.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

A taxa de títulos empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

a.4) Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

i) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Presente da obrigação atuarial no Início do exercício	**(27.479.152)**	**(32.659.559)**	**(358.031)**	**(334.121)**	**(40.205)**	**(42.680)**	**(154.508)**	**(106.519)**
Custo do serviço corrente	(74.096)	(74.192)	(3.620)	(3.436)	-	-	(20.045)	(19.274)
Custo de juros	(3.017.912)	(3.631.036)	(38.204)	(33.925)	(4.212)	(4.707)	(9.567)	(9.551)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(2.092.304)	7.768.892	80.659	(18.189)	4.553	4.205	(110.000)	(21.100)
Benefícios pagos pelo plano	1.333.142	1.090.915	19.145	28.015	3.257	2.977	10.224	961
Passivos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	25.828	-	3.625	-	-	-	975
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**(31.330.322)**	**(27.479.152)**	**(300.051)**	**(358.031)**	**(36.607)**	**(40.205)**	**(283.896)**	**(154.508)**

ii) Análise da obrigação atuarial do plano

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Parcela do Valor presente da obrigação atuarial c/cobertura	(31.330.322)	(27.479.152)	(300.051)	(358.031)	(36.607)	(40.205)	(230.424)	(132.388)
Parcela do Valor presente da obrigação atuarial s/cobertura	-	-		-	-	-	(53.472)	(22.120)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**(31.330.322)**	**(27.479.152)**	**(300.051)**	**(358.031)**	**(36.607)**	**(40.205)**	**(283.896)**	**(154.508)**
Status do plano	**Totalmente coberto**	**Totalmente coberto**	**Totalmente coberto**	**Totalmente coberto**	**Totalmente coberto**	**Totalmente coberto**	**Parcialmente coberto**	**Parcialmente coberto**

iii) Conciliação dos saldos do valor justo

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	**31.584.152**	**30.495.721**	**438.379**	**513.041**	**42.625**	**42.680-**	**132.388**	**106.840**
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	3.320.653	54.072	51.581	5.712	4.708	18.545	7.781
Ganhos / (Perdas) atuariais	2.813.153	(1.151.009)	(172.119)	(99.692)	(1.444)	(1.786)	85.096	161
Contribuições/Pagamentos (PREVHAB) do empregador	15.781	17.064	234	552			4.619	11.277
Contribuições de participantes do plano	15.781	18.466	-	-	-	-		-
Benefícios pagos pelo plano	(1.333.142)	(1.090.915)	(19.146)	(28.015)	(3.257)	(2.977)	(10.224)	(961)
Despesas administrativas	-	(25.828)	-	(3.625)				(975)
Ativos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-	-	4.537	-	-		8.265
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**37.230.243**	**31.584.152**	**301.420**	**438.379**	**43.636**	**42.625**	**230.424**	**132.388**

iv) Conciliação entre os itens "i" e "iii" com ativos e passivos reconhecidos

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso)	**(5.899.921)**	**(4.105.000)**	**(1.368)**	**(80.348)**	**(7.028)**	**(2.420)**	**53.472**	**22.120**
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)*	2.949.960	2.052.500	684	40.174	-	-	(26.736)	(11.060)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	884.794	524.369	(130.895)	(88.984)	5.527	2.419	(17.127)	(4.674)
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício**	**(2.065.167)**	**(1.528.131)**	**(131.579)**	**(129.158)**	**(1.501)**	**(1)**	**9.609**	**6.386**

* Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar Nº 109/2001 e Resolução CGPC 26/08, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.
** A Empresa optou por não registrar o Ativo/Passivo resultante, face da não existência de certeza de haver reembolso ou redução efetiva de contribuições futuras.

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
(Passivo)/Ativo a ser reconhecido no início do exercício	-	-	-		1	-	-	-
Pagamentos para o plano líquido de administração	15.781	17.064	117	276			2.310	5.639
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(15.781)	(17.064)	(117)	(276)	1.500	1	(2.310)	(5.639)
(Passivo)/Ativo a ser reconhecido no final exercício	-	-	-	-	**1.501**	**1**	-	-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

v) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	(74.096)	(74.192)	(3.620)	(3.436)	-	-	(20.045)	(19.274)
Responsabilidade dos participantes	(521.255)	192.288	(6.124)	276	-	-	5.533	5.638
Custo de juros	(3.017.912)	(3.631.036)	(38.205)	(33.925)	(4.212)	(4.707)	(9.567)	(9.551)
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	3.320.653	54.072	51.581	5.712	4.708	18.545	7.780
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais		(165.697)	(3.819)	(373)	-	-	-	-
Efeito do limite	(537.036)	340.921	(2.421)	(14.399)	-	-	3.224	9.768
Total da (despesa) / receita reconhecida	**(15.781)**	**(17.063)**	**(117)**	**(276)**	**1.500**	**1**	**(2.310)**	**(5.639)**
Total da (despesa) / receita no exercício	**(15.781)**	**(17.063)**	**(117)**	**(276)**	**1.500**	**1**	**(2.310)**	**(5.639)**

vi) Premissas atuariais adotadas

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
a) Considerações gerais sobre as premissas (pressupostos)								
As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.								
b) Financeiras								
Taxa de juros de desconto atuarial anual	6,00% a.a	6,62 a.a	6,00% a.a	6,62 a.a	6,00% a.a	6,62 a.a	6,00% a.a	6,62 a.a
Projeção de aumentos salariais – média anual	2,41% a.a	2,41% a.a.	2,89 % a.a	2,89% a.a.	-	-	2,89% a.a	2,89% a.a.
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	1,00% a.a.	1,00% a.a.	-	-	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos limites e benefícios do INSS	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,30% a.a.	13,25% a.a.	11,30% a.a.	14,57% a.a.	-	-	11,30% a.a.	15,11% a.a.
c) Demográficas								
Taxa de rotatividade	EXPERIÊNCIA FUNCEF		EXPERIÊNCIA FUNCEF		-		EXPERIÊNCIA FUNCEF	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	-	-	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS	
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER		HUNTER		HUNTER		HUNTER	
Tábua de morbidez	-		-		-		-	
Idade de aposentadoria	Máximo dado por: M [53 anos; RGPS] F [48 anos; RGPS]		Máximo dado por: M [55 anos; RGPS] F [55 anos; RGPS]		- -		Máximo dado por: M [53 anos; RGPS] F [48 anos; RGPS]	
Composição familiar para custos de pensão								
Participantes	75% casados	95% casados	75% casados	95% casados	-	-	75% casados	95% casados
Aposentados	Cadastro Individual		Cadastro Individual		-		Cadastro Individual	

* Os dados cadastrais individuais utilizados são de 30/09/2010, sendo os mesmos posicionados para 31/12/2010.

vii) Divulgação dos resultados atuariais

REG/REPLAN	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	23.073.582	32.659.559	27.479.152	31.330.322
Valor justo dos ativos do plano	24.757.323	30.495.721	31.584.152	37.230.243
Superávit / (Déficit) técnico do plano	1.683.741	(2.163.838)	4.105.000	5.899.921
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	-24,6%	28,3%	-6,7%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	8,3%	-3,6%	7,6%

REB	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	622.651	334.121	358.031	300.051
Valor justo dos ativos do plano	738.801	513.041	438.379	301.420
Superávit / (Déficit) técnico do plano	116.150	178.920	80.348	1.369
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	9,5%	96,5%	-3,1%	26,9%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	7,5%	-17,9%	-22,7%	-57,1%

PREVHAB	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	41.108	42.680	40.205	36.607
Valor justo dos ativos do plano	-	-	42.625	43.635
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(41.108)	(42.680)	2.420	7.028
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	0,0%	10,5%	12,4%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	-4,2%	-3,3%

NOVO PLANO	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	33.192	106.519	154.508	283.896
Valor justo dos ativos do plano	30.479	106.840	132.388	230.424
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(2.713)	321	(22.120)	(53.472)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	53,9%	-50,2%	-8,3%	-38,7
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	60,9%	50,0%	0,1%	36,9

viii) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Exercício de 2011	REG/ REPLAN	REB		PREVHAB	NOVO PLANO	
Montantes do:	**Benefício Definido**	**Parte Benefício Definido**	**Parte Contribuição Definida**	**Benefício Definido**	**Parte Benefício Definido**	**Parte Contribuição Definida**
Custo do serviço corrente	(58.485)	(3.482)	-	-	(18.602)	-
Responsabilidades dos participantes	(564.720)	(2.146)	-	-	9.764	-
Custo de juros	(3.500.782)	(32.082)	-	(4.034)	(30.593)	-
Retorno esperado dos ativos do plano	4.688.707	39.856	-	6.149	29.666	-
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(6.994)	-	68	(283)	-
Efeito do limite	(581.290)	4.719	-	-	7.487	-
Total da (despesa) / receita a reconhecer	**(16.570)**	**(129)**	**-**	**2.183**	**(2.561)**	**-**
Total da (despesa) / receita no exercício	**(16.570)**	**(129)**	**-**	**2.183**	**(2.561)**	**-**
Montantes de pagamentos esperado pela companhia no exercício seguinte						
Normais	16.570	129	-	-	2.561	-
Total dos pagamentos esperados para o Plano	**16.570**	**129**	**-**	**-**	**2.561**	**-**

ix) Retorno anual dos ativos

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Retorno real anual dos ativos do plano	10,18%	13,32%	10,18%-	14,57%	10,23%	15,11%	10,18%	-

(b) Auxílio e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano.

Para o período de setembro de 2010 a agosto de 2011 o valor do auxílio-alimentação/ refeição é de R$ 399,30 (trezentos e noventa e nove reais e trinta centavos) para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2010 a agosto de 2011 é de R$ 311,08 (trezentos e onze reais e oito centavos) para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

(c) Auxílio Pecúlio

A CAIXA, como patrocinadora e administradora dos Planos, bem como os participantes, são partes intervenientes no Auxílio Pecúlio contribuindo com R$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) anualmente no mês de janeiro.

O pagamento do benefício é concedido aos beneficiários do participante mediante ocorrência de morte natural deste, desde que comprovada dependência, perfazendo o valor de R$ 792,65 (setecentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos). Caso ocorra morte acidental do participante, o pagamento do benefício será de R$ 1.560,60 (hum mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta centavos) aos beneficiários, desde que apresentados os documentos necessários para sua habilitação.

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA – um programa instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

O custeio do Plano de Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R$ 5.431.362 (2010 – R$ 4.974.304) e a despesa para o período acumulado até 30 de junho de 2011 foi de R$ 245.432 (2010 – R$ 228.361).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

1) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Presente da obrigação atuarial no início do exercício	**(744.355)**	**(642.158)**	**(12.026)**	**(11.327)**	**(4.259.459)**	**(4.497.016)**
Custo do serviço corrente	-	-	(308)	(274)	(103.235)	(140.002)
Custo de juros	(80.985)	(70.818)	(1.312)	(1.253)	(456.722)	(532.471)
Ganhos / (Perdas) atuariais	26.440	(87.616)	3.506	590	276.681	771.636
Benefícios pagos pelo plano	54.868	56.237	252	238	155.525	138.394
Reduções	92.530	-	-	-	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**(651.502)**	**(744.355)**	**(9.888)**	**(12.026)**	**(4.387.210)**	**(4.259.459)**

2) Análise da obrigação atuarial do plano

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Parcela do valor presente da obrigação atuarial c/ cobertura	-	-	(6.249)	(5.824)	-	-
Parcela do valor presente da obrigação atuarial s/ cobertura	(651.502)	(744.355)	(3.639)	(6.202)	(4.387.210)	(4.259.459)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**(651.502)**	**(744.355)**	**(9.888)**	**(12.026)**	**(4.387.210)**	**(4.259.459)**
Status do plano	**Sem cobertura**	**Sem cobertura**	**Parcialmente coberto**	**Parcialmente coberto**	**Sem cobertura**	**Sem cobertura**

3) Conciliação dos saldos do valor justo

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	-	-	**5.824**	**5.494**	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	658	623	-	-
Ganhos / (Perdas) atuariais	-	-	(468)	(530)	-	-
Pagamentos / Contribuições do empregador	-	-	177	178	155.525	138.394
Contribuições de participantes do plano	-	-	310	298	-	-
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(252)	(239)	(155.525)	(138.394)
Ativos (adquiridos) / transf. de outros planos por transação	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-	**6.249**	**5.824**	-	-

4) Conciliação entre os itens "1" e "3" com ativos e passivos reconhecidos

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (excesso)	651.502	744.355	3.639	6.201	4.387.211	4.259.459
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	9.484	(16.956)	(2.802)	(6.113)	778.857	509.102
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	**660.986**	**727.399**	**837**	**88**	**5.166.068**	**4.768.561**

5) Movimentação do passivo (ativo) líquido

(Passivo) / ATIVO a ser reconhecido no início do exercício	**(727.399)**	**(712.423)**	**(88)**	**620**	**(4.768.561)**	**(4.234.482)**
Pagamentos para o plano líquido de administração	54.869	56.237	177	178	155.524	138.394
Provisão para planos de benefícios e benefícios pós-emprego	11.544	(71.213)	(926)	(886)	(553.031)	(672.493)
(Passivo) / ATIVO a ser reconhecido no final exercício	**(660.986)**	**(727.399)**	**(837)**	**(88)**	**(5.166.068)**	**(4.768.581)**

6) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	-	-	(309)	(274)	(103.235)	(140.002)
Contribuição dos participantes	-	-	310	298	-	-
Custo de juros	(80.986)	(70.818)	(1.312)	(1.253)	(456.722)	(532.471)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	659	623	-	-
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-	-	-	-	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	-	(394)	(274)	(280)	6.926	-
Efeito de qualquer redução ou liquidação	92.530	-	-	-	-	-
Total da (despesa) / receita reconhecida	**11.544**	**(71.212)**	**(926)**	**(886)**	**(553.031)**	**(672.473)**
Total da (despesa) / receita no exercício	**11.544**	**(71.212)**	**(926)**	**(886)**	**(553.031)**	**(672.473)**

As receitas e despesas do Auxílio Pecúlio foram projetadas de acordo com as características de remuneração de cada ativo, aplicando-se o cenário macroeconômico adotado pela FUNCEF. As carteiras que seguem esta regra são Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações e Fundos de Investimentos.

Os planos Saúde CAIXA e PAMS não mantêm ativos justos para cobertura do Plano.

7) Retorno anual dos ativos

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-	11,30%	11,08%	-	-

8) Premissas atuariais adotadas

Bases de dados cadastrais foram coletadas em (*)	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
a) Considerações gerais sobre as premissas (pressupostos) As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.						
b) Financeiras						
Taxa de juros de desconto atuarial anual	6,00% a.a	5,50% a.a	6,00% a.a	5,50% a.a	6,00% a.a	6,62% a.a.
Projeção de aumentos salariais – média anual	-	-	-	-	2,89% a.a	1,04% a.a.
Projeção de aumentos real dos custos de saúde (HCTR) média anual	-	-	-	-	2,00% a.a	2,00% a.a.
Projeção de aumentos dos limites e benefícios do INSS	-	-	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	5,24% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-
Custo per capita (parte saúde-caixa: 70% dos custos)	-	-	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-	-	-	-	-
c) Demográficas						
Taxa de rotatividade					3,24%	1,18%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		IAPB-57	
Tábua de entrada em invalidez	-		-		HUNTER	
Tábua de morbidez	-		-		-	
Idade de aposentadoria	-		-		-	
Composição familiar para custos de pensão	-		-		-	
Participantes	-		-		Cadastro Individual	
Aposentados	-		-		Cadastro Individual	

* Os dados cadastrais individuais utilizados são de 30/09/2010, sendo os mesmos posicionados para 31/12/2010.

9) Divulgação dos resultados atuariais

AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	688.194	642.158	744.355	651.502
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(688.194)	(642.158)	(744.355)	(651.502)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	10,9%	-11,8%	4,1%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A

AUXÍLIO PECÚLIO	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	8.304	11.327	12.026	9.888
Valor justo dos ativos do plano	5.151	5.494	5.825	6.249
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(3.153)	(5.833)	(6.201)	(3.639)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	-18,3%	4,9%	35,5%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	-14,3%	-9,1%	-7,5%

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

SAÚDE CAIXA	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	4.056.275	4.497.016	4.259.459	4.387.210
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(4.056.275)	(4.497.016)	(4.259.459)	(4.387.210)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	-5,8%	18,1%	6,3%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A

10) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Exercício de 2011	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO	AUXÍLIO PECÚLIO	SAÚDE CAIXA
Montantes de:			
Custo do serviço corrente	-	(343)	(191.397)
Contribuições dos participantes	-	316	-
Custo de juros	(71.992)	(1.110)	(490.865)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	749	-
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(190)	30.903
Total da (despesa) / receita a reconhecer	**(71.992)**	**(578)**	**(651.359)**
Total da (despesa) / receita no exercício	**(71.992)**	**(578)**	**(651.359)**
Montantes de pagamentos esperado pela companhia no exercício seguinte			
Normais	57.612	185	173.099
Total dos pagamentos esperados para o Plano	**57.612**	**185**	**173.099**

(e) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

i.1) REG/REPLAN, REB e Novo Plano: A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (i) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (ii) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos e (iii) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

i.2) Saúde Caixa: as perdas atuariais relativas a esse passivo que ultrapassaram o limite definido na nota 4 (v), serão reconhecidas pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

(f) Participação dos empregados nos lucros

Foi destacado para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o montante de R$107.204 (2010 – R$ 201.195).

Nota 35 – Gerenciamento do Risco Corporativo

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco e claramente comunicados a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basiléia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basiléia II são coordenadas por um projeto estratégico e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controle e Risco. O Projeto foi aprovado pelo Conselho Diretor e reflete o devido reconhecimento e a priorização estratégica atribuída pela Administração à implantação das melhores práticas de gestão de riscos.

O Projeto visa assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil – BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a instituição a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A CAIXA reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento de sua missão estratégica.

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº. 3.444/07 e 3.490/07, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
PR – PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II – DEDUÇÕES)	**34.629.441**	**30.571.675**
NÍVEL I	**20.031.001**	**15.286.397**
Patrimônio Líquido	18.201.533	14.295.214
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	2.612.739	1.993.878
Reservas de Reavaliação	(471.959)	(495.672)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(261.281)	(423.859)
Ativo Permanente Diferido	(40.454)	(78.115)
Ajuste ao Valor de Mercado	(9.577)	(5.049)
Adicional de Provi. ao Mínimo Estabelecido pela 2.682/1999	-	-
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	-
NÍVEL II	**15.280.658**	**15.286.397**
Reservas de Reavaliação	471.959	495.672
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	9.522.186	9.877.238
Instrumentos de Dívida Subordinada	5.276.936	4.908.438
Ajuste ao Valor de Mercado	9.577	5.049
Excesso de Capital de Nível II em Relação ao Nível I	-	-
DEDUÇÕES DO PR	**(682.218)**	**(1.118)**
Ações Emitidas por Instituições Financeiras e Demais Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil	(681.384)	-
Participação em instituição financeira no exterior	(834)	(1.118)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	**26.255.672**	**19.684.773**
Risco de Crédito	24.392.230	18.056.358
Risco de Mercado	79.259	38.748
Risco Operacional	1.784.183	1.589.667
MARGEM DE CAPITAL (PR – PRE)	**8.373.769**	**10.886.902**
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	**14,51**	**17,08**

Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, além de perdas decorrentes da desvalorização de contratos de crédito como reflexo da deterioração na classificação de risco do tomador, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação e dos custos de recuperação.

Como parte do aprimoramento constante do processo de gestão de risco de crédito, a CAIXA possui como rotina anual a aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração das revisões de suas políticas, estratégias e limites de exposição.

A gestão do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, mitigação e reporte das exposições a essa categoria de risco por meio de modelos internos e padronizados, além de um processo estruturado de reportes aos gestores de clientes e de atendimento, e à Alta Administração da CAIXA.

Visando mitigar esse risco, todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco por modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, o que possibilita mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação. Para novos clientes são utilizados modelos de Credit Scoring ou especialista, a depender das características do tomador e da operação e onde os modelos parametrizados não se aplicam, adota-se à análise fundamentalista. No caso de clientes que possuem relacionamento de crédito com a CAIXA, via de regra, são utilizados modelos de Behaviour Scoring nas exposições de varejo e reavaliação de rating nas demais exposições.

O monitoramento das exposições ao risco de crédito ocorre pelo controle dos indicadores de atraso, perdas realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital, o que possibilita ampla visão do perfil do risco por tomador, operação, segmentos da carteira, região

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

geográfica e setor de atividade, entre outros, e pela adoção de medidas de mitigação de risco, quando necessário.

Dentre as atividades realizadas pela área de gestão de risco de crédito de carteira, destaca-se ainda, a calibração dos modelos de monitoramento de risco de carteira, com realização de testes de aderência e de estresse, participação ativa na avaliação de riscos, principalmente na criação e reposicionamento de produtos e no monitoramento da provisão frente às perdas esperadas.

As políticas, estratégias, práticas, processos, modelos e sistemas implantados passam por revisões periódicas visando manter a Instituição aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores. Todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração e validação de modelos, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

(c) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela CAIXA. Essa definição inclui as operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado implementada na CAIXA abrange todas as fontes relevantes desta categoria de risco, compreende tanto operações incluídas na carteira de negociação quanto às demais posições e é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Para assegurar a aderência dos princípios, valores e diretrizes adotados no gerenciamento desta categoria de risco aos objetivos institucionais e a manutenção da exposição em níveis adequados às estratégias de negócio, aos resultados e à estrutura de capital da Instituição, as políticas, estratégias e limites de exposição a risco de mercado são propostos e revisados, no mínimo anualmente, pelo Comitê de Risco e aprovados pelos Conselhos Diretor e de Administração.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam diminuir a volatilidade dos resultados da Instituição, o seu alinhamento às melhores práticas de mercado e o atendimento à exigência legal.

Os sistemas utilizados para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na carteira de negociação quanto para as demais posições, abrangem todas as fontes relevantes de risco de mercado e são avaliados no mínimo, anualmente, incluindo a geração de relatórios tempestivos para a alta administração da Instituição.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela Instituição e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa. Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average,* método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A qualidade desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, por meio de duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Novo Acordo de Basiléia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados se encontram dentro do VaR calculado para os níveis de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos. Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Em ambos os casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Em complemento à visão fornecida pelo cálculo do VaR foi estabelecido um Programa de Testes de Estresse que adota cenários históricos, prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

Testes de Estresse

A CAIXA estabeleceu um Programa de Testes de Estresse em que adota as abordagens tanto de cenários históricos quanto prospectivos para reproduzir períodos históricos e simular condições adversas baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico, respectivamente.

A análise de cenários históricos se utiliza dos piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar os efeitos que, caso se repetissem, provocariam impacto no valor do portfólio da Instituição. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, portanto, incluindo uma possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos consiste em projetar os impactos no valor do portfólio da Instituição, caso o cenário estabelecido ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam alimentar os modelos de risco.

Atualmente são utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico;
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

Complementa o Programa de Teste de Estresse a análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco, realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a conseqüente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO	
Fatores de Risco	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
PRE	8,8	0,8
Cupom IGP	-	0,3
Cupom IPCA	0,3	0,2
Cupom SELIC	-	0
Cupom TR	-	0
CDI	-	0
VaR sem ED(1)	9,2	1,4
VaR com ED(1)	9,3	1,2

(1) Efeito Diversificação

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II – disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos com e sem vencimento definido.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência – PR – seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela Instituição, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards – A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk.* Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº. 3.365/07.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento do limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Instrumentos Financeiros – Valor marcado a mercado

A comparação entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado é apresentada no quadro a seguir:

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	Valor de Referência		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber no Período	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
ATIVO						
Aplicações em depósitos Interfinanceiros		**96.279**		**96.279**		
Aplicações em Operações Compromissadas	**41.424.809**	**31.459.173**	**41.418.644**	**31.448.575**	**(6.164)**	**(10.597)**
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	**107.486.728**	**110.112.797**	**108.127.593**	**110.038.560**	**640.865**	**(74.237)**
Títulos para negociação	46.680.973	37.083.545	46.680.973	37.083.545	-	-
Títulos disponíveis para venda	2.591.507	1.311.067	2.591.507	1.311.067	-	-
Títulos mantidos ate o vencimento	58.214.248	71.718.185	58.855.113	71.643.948	640.865	(74.237)
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	**208.560.035**	**151.282.177**	**203.994.397**	**153.955.400**	**(4.565.638)**	**1.395.169**
Comercial	63.749.169	52.548.779	72.648.367	63.584.602	8.899.198	11.035.823
Habitação	129.314.290	86.907.225	122.058.646	81.388.199	(7.255.644)	(5.519.026)
Infraestrutura/Desenvolvimento	12.789.547	9.696.315	6.580.355	6.213.714	(6.209.192)	(3.482.601)
Outros Créditos	2.707.029	2.129.858	2.707.029	2.768.885	-	(639.027)

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	Valor de Referência		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber no Período	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
PASSIVO						
Captações de Recursos	**52.779.089**	**32.226.334**	**53.648.597**	**32.319.934**	**869.510**	**93.599**
CDB/RDB	37.216.125	26.393.738	39.589.748	26.250.700	2.373.624	(143.038)
LCI / LH	15.562.964	5.832.596	14.058.849	6.069.234	(1.504.114)	236.637
Captação em Operações Compromissadas	**62.423.862**	**68.592.786**	**64.908.222**	**70.372.238**	**2.484.360**	**1.779.452**
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	**70.949.574**	**40.968.222**	**56.406.039**	**41.201.923**	**(14.543.534)**	**233.699**
Exterior	193.020	8.214	191.360	8.149	(1.659)	(65)
Tesouro	31.056	28.435	31.277	26.770	221	(1.665)
FGTS	67.245.280	37.570.954	52.430.646	38.127.484	(14.814.634)	556.529
BNDES	1.491.514	952.478	2.015.772	890.958	524.258	(61.520)
Depósitos não remunerados	1.988.704	2.408.141	1.736.984	2.148.562	(251.720)	(259.580)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	**13.363.607**	**12.524.479**	**14.170.747**	**12.419.847**	**807.140**	**(104.633)**

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	Valor de Referência		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber no Período	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
ATIVO						
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	**-**	**96.279**	**-**	**96.279**	**-**	**-**
Aplicações em Operações Compromissadas	**41.424.809**	**31.459.173**	**41.418.644**	**31.448.575**	**(6.164)**	**(10.597)**
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	**107.761.508**	**110.112.798**	**108.402.373**	**110.038.561**	**640.865**	**(74.237)**
Títulos para negociação	46.680.973	37.083.545	46.680.973	37.083.545	-	-
Títulos disponíveis para venda	2.866.287	1.311.068	2.866.287	1.311.068	-	-
Títulos mantidos ate o vencimento	58.214.248	71.718.185	58.855.113	71.643.948	640.865	(74.237)
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	**208.560.035**	**151.282.177**	**203.994.397**	**153.955.400**	**(4.565.638)**	**1.395.169**
Comercial	63.749.168	52.548.779	72.648.367	63.584.602	8.899.198	11.035.823
Habitação	129.314.290	86.907.225	122.058.646	81.388.199	(7.255.644)	(5.519.026)
Infraestrutura/Desenvolvimento	12.789.547	9.696.315	6.580.355	6.213.714	(6.209.192)	(3.482.601)
Outros Créditos	2.707.029	2.129.858	2.707.029	2.768.885	-	(639.027)

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	Valor de Referência		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber no Período	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
PASSIVO						
Captações de Recursos	**52.779.089**	**32.226.334**	**53.648.597**	**32.319.934**	**869.510**	**93.599**
CDB/RDB	37.216.125	26.393.738	39.589.748	26.250.700	2.373.624	(143.038)
LCI / LH	15.562.964	5.832.596	14.058.849	6.069.234	(1.504.114)	236.637
Captação em Operações Compromissadas	**62.423.862**	**68.592.786**	**64.908.222**	**70.372.238**	**2.484.360**	**1.779.452**
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	**70.949.574**	**40.968.222**	**56.406.039**	**41.201.923**	**(14.543.534)**	**2.333.699**
Exterior	193.020	8.214	191.360	8.149	(1.659)	(65)
Tesouro	31.056	28.435	31.277	26.770	221	(1.665)
FGTS	67.245.280	37.570.954	52.430.646	38.127.484	(14.814.634)	556.529
BNDES	1.491.514	952.478	2.015.772	890.958	524.258	(61.520)
Depósitos não remunerados	1.988.704	2.408.141	1.736.984	2.148.562	(251.720)	(259.580)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	**13.363.607**	**12.524.479**	**14.170.747**	**12.419.847**	**807.140**	**(104.633)**

Determinação de valor marcado a mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e dos derivativos padronizados, ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

a) utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.

b) construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do spread entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&FBOVESPA com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes – Instrução CVM nº. 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco, devido a variações nas taxas de juros. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 30 de junho de 2011, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes – Instrução CVM nº 475

Instrumentos Financeiros – 30 de junho de 2011 –

Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
PREFIXADO	Aumento de taxa de juros	**(79.834)**	**(1.884.758)**	**(3.564.140)**
ÍNDICE DE PREÇOS	Aumento de cupons de índice de preços	**(35.580)**	**(862.989)**	**(1.673.122)**
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	**(315.511)**	**(7.152.985)**	**(13.037.261)**
VARIAÇÃO CAMBIAL	Queda nas taxas de câmbio	**(21)**	**(526)**	**(1.064)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade de que o preço de liquidação de ativos seja diferente do seu preço marcado a mercado devido ao volume das operações ou de situações de mercado e de que a Instituição não tenha recursos para honrar seus compromissos ou ainda tenha dificuldades em obter novos recursos por um preço compatível.

Visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA, foram estabelecidas pelo Comitê de Risco regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações da CAIXA e da mensuração do potencial diário de negociação de títulos existentes em sua carteira de títulos e valores mobiliários, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da Instituição, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Controle e Risco e de Finanças, mensalmente, ao Comitê de Risco e, trimestralmente, ao Conselho de Administração.

(e) Risco Operacional

O risco operacional (RO) é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

A estrutura de gerenciamento deste risco na CAIXA, está em consonância com as diretrizes da CAIXA e com a Resolução CMN nº 3.380/2006, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco operacional nas instituições financeiras e inclui identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, inclusive quanto a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da CAIXA.

O gerenciamento de risco operacional da CAIXA está pautado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

Identificação

Na identificação do risco operacional são considerados tantos os fatores externos quanto os fatores internos que podem afetar adversamente os resultados financeiros da CAIXA.

O processo de identificação dos riscos operacionais permeia toda a CAIXA. Alcança desde os produtos e serviços a serem lançados, até aqueles já disponíveis aos clientes considerando tanto os fatores externos quanto os fatores internos que podem afetar adversamente os resultados financeiros da CAIXA.

As análises para identificar a exposição ao risco operacional alcançam as diferentes áreas da CAIXA, por meio do seu mapeamento nas Gerências Nacionais, Superintendências e Vices-Presidência da Instituição.

Outro instrumento utilizado para a identificação dos riscos operacionais na CAIXA é a autoavaliação do risco operacional, adaptada da metodologia CRSA (*Control & Risk Self Assessment*). A atividade é realizada em sistema corporativo que captura as informações prestadas pelos gerentes/gestores, que são questionados sobre a possibilidade da ocorrência de eventos do risco operacional, bem como sobre o nível de criticidade e os controles adotados para reduzir esses riscos.

Avaliação

A avaliação do risco operacional é dividida em: avaliação qualitativa e avaliação quantitativa.

a) Avaliação Qualitativa

Na avaliação qualitativa obtém-se o perfil de risco da CAIXA por meio de ações de mapeamento e da autoavaliação, descrita no processo de identificação.

O processo de mapeamento permite que os riscos operacionais identificados nas áreas possam ser avaliados levando-se em consideração aspectos de relevância, necessidade de ações de mitigação e tendências. É utilizada matriz que agrega informações de gravidade, urgência e tendência. A autoavaliação permite também estimar os valores envolvidos nas ocorrências potenciais e contribui para divulgação dos conceitos inerentes ao gerenciamento dos riscos operacionais.

b) Avaliação Quantitativa

Na avaliação quantitativa são estabelecidas métricas, com o objetivo de analisar o histórico das perdas, projetá-las para períodos futuros verificando possíveis impactos financeiros e realizar o cálculo para alocação de capital. A CAIXA utiliza a metodologia LDA para a realização dessas projeções.

Cálculo de Alocação de Capital

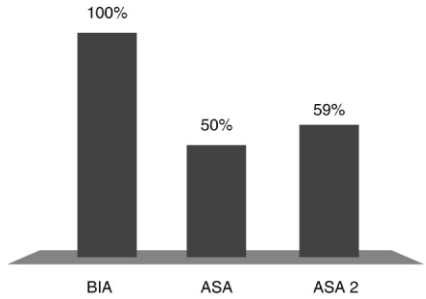
O BACEN, por meio da Circular 3.383/2008, instituiu três métodos de alocação de capital: (1) a Abordagem do Indicador Básico – BIA; (2) a Abordagem Padronizada Alternativa – ASA e (3) a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA2). Esses métodos representam os métodos mais simples de Basiléia e posteriormente o BACEN deverá definir as regras para os modelos internos – AMA.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

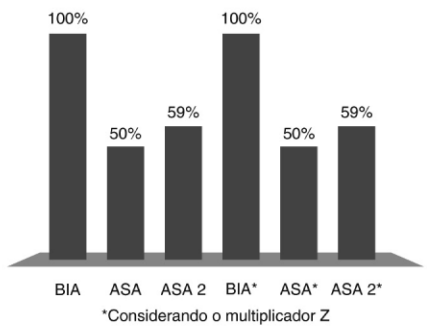
A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008.

Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:

Alocação de Capital para Risco Operacional
Proporção de Abordagem BIA



Alocação de Capital para Risco Operacional
Comparativo entre as Abordagens



Modelos Internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para RO requerem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle, e como resultado espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (interna e/ou externa), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros para mitigar a exposição ao risco operacional. São conhecidas por modelo interno por necessitarem de várias informações da própria CAIXA.

O método interno requer maior número de variáveis a serem analisadas, maior eficiência e sofisticação no gerenciamento de risco operacional, o que consequentemente, implicará na diminuição do capital regulamentar a ser alocado, quando comparado com os métodos padronizados.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Esse método requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Base de dados internos – A base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Base de dados externos – Essa base auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios – Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários – Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações

Exceto o segundo elemento, os demais são objetos de estudo, desenvolvimento e/ou aprimoramento na Área responsável pelo gerenciamento de risco operacional na CAIXA.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

As ações de monitoramento, redução e controle do risco operacional são objetos de atenção especial, visto que dão continuidade ao ciclo de gerenciamento iniciado na identificação e demonstram, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA, a efetividade desse gerenciamento.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo refinar a tomada de decisão de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da Instituição às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O foco nas medidas preventivas é o norte perseguido pela Instituição para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham os impactos reduzidos. A área de gerenciamento do risco operacional registra em sistema corporativo as ações de mitigação.

O controle operacional dos produtos e serviços a serem lançados é realizado por meio de ferramenta específica, com capacidade para gerar sistematicamente informações sobre a implementação das medidas preventivas e corretivas recomendadas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da Instituição, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da Instituição na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Destacam-se neste semestre: a criação de volume de obra impressa específico na coletânea de Manuais Normativos da CAIXA regulamentando a elaboração dos demais manuais associados ao programa de continuidade. Também merece destaque a aprovação, pelo Comitê de Risco da Instituição, do Plano Diretor de Segurança da Informação – PDSI, que apresenta um conjunto de iniciativas que visam garantir os ativos de informação da CAIXA.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da Empresa e demonstrar o compromisso da CAIXA com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço: http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA

Nota 36 – Outras informações

(a) Administração de entidades sociais

Patrimônios líquidos dos Fundos e Programas Sociais administrados pela CAIXA:

Entidade	2011	2010
	30 de junho	30 de junho
PIS	29.738.351	28.470.828
FGTS	38.361.514	32.658.047
FAR	4.659.332	4.630.922
FDS	1.015.983	1.121.557
FAS.	27.517	28.614
FGS	44.050	71.141
FIEL	-	47.562
FGHAB	170.189	98.683
FCA	11.994	1.751
FCAM	9	-
FGCN	1.261.430	1.369.718
FCE	11	69
Total	**75.290.380**	**68.498.892**
FCVS (i)	(83.633.814)	(86.129.186)

(i) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R$ 69.554 (2010 – R$ 82.404), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R$ 32.421 (2010 – R$ 32.842).

A Lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de Agente Operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável as contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R$ 98.697 (2010 – R$ 77.723)

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R$ 166.454 (2010 – R$ 156.071).

JORGE FONTES HEREDA
Presidente

FÁBIO LENZA
Vice-presidente

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
Vice-presidente

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
Vice-presidente

JOSÉ HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
Vice-presidente

JOSÉ URBANO DUARTE
Vice-presidente

MÁRCIO PERCIVAL ALVES PINTO
Vice-presidente

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
Vice-presidente

RAPHAEL REZENDE NETO
Vice-presidente

SÉRGIO PINHEIRO RODRIGUES
Vice-presidente

MARCOS BRASILIANO ROSA
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
1º SEMESTRE DE 2011

INTRODUÇÃO

Por expresso comando regular, incumbe ao Comitê de Auditoria - Coaud elaborar resumo de seu relatório semestral, evidenciando as principais informações contidas naquele documento, destinado à publicação em conjunto com as demonstrações contábeis da Caixa Econômica Federal.

O relatório completo do Comitê inclui necessariamente: abordagem sobre as atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período considerado; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis; opinião sobre a efetividade dos sistemas de controle interno e dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente; e descrição das recomendações apresentadas à administração, apontando aquelas não acatadas e respectivas justificativas.

Atento às consequências advindas das alterações na estrutura e no quadro diretivo da CAIXA, implicando novas e/ou mudanças de diretrizes empresariais e, por vezes, revisão de estratégia de produtos e serviços, o Comitê de Auditoria desempenhou suas atividades sem qualquer embaraço ou solução de continuidade.

O cabal cumprimento dos objetivos do Comitê passa necessariamente - e sem prejuízo da impostergável independência - por uma postura de cooperação com os gestores e estreito relacionamento com o Conselho de Administração - responsável último pela definição de diretrizes, desafios e objetivos corporativos e pelo monitoramento e avaliação dos resultados da CAIXA - e tal interação se dá de forma efetiva pela participação do Coaud em todas as reuniões daquele colegiado, prestando-lhe assessoramento sempre que demandado e nos limites de suas responsabilidades legais e regulamentares.

Como é de praxe, empreendeu frequentes encontros com áreas estratégicas objetivando debater variados e relevantes temas relacionados, direta ou indiretamente, às suas atribuições; informou-se sobre as principais deliberações do Conselho Diretor; examinou e discutiu relatórios oriundos de diversas áreas, em particular daquelas responsáveis pela contabilidade, controladoria e pelo gerenciamento de risco, e os elaborados pelas auditorias interna e independente, aí incluídos os respectivos planos de trabalho; e inteirou-se do desenvolvimento de ações visando ao cumprimento pela administração, de recomendações formuladas pelas várias instâncias de controle.

Debateu com a área de contabilidade e com as auditorias, além naturalmente dos aspectos pertinentes às demonstrações contábeis semestrais, procedimentos que resultaram na divulgação das peças contábeis consolidadas em IFRS. Também a Ouvidoria, quer pela relevância do papel que desenvolve, que por imperativo regulamentar, foi objeto de atenção por parte deste Colegiado.

CONCLUSÕES

O conjunto de informações e de observações extraídas das diversas fontes e relatórios antes referidos, se por um lado não nega a necessidade de revisões periódicas e de iniciativas que visem aperfeiçoamentos, por outro permite atestar que, de um modo geral, os sistemas de controle interno e gerenciamento de riscos corporativos mostram-se compatíveis com a natureza e complexidade das atividades desenvolvidas na CAIXA.

A auditoria independente apresenta padrão de atuação que se harmoniza com o porte e características da Caixa Econômica Federal, não sendo identificados aspectos relevantes que possam comprometer sua atuação, e a auditoria interna mantém trajetória de permanente evolução.

Nos termos da regulamentação em vigor, o Comitê examinou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente, relativos ao semestre recém-findo. Com base nas observações e informações assim colhidas e considerando as manifestações do Conselho Diretor e da auditoria independente, conclui que as demonstrações contábeis da Caixa Econômica Federal foram elaboradas de acordo com as normas legais e regulamentares e com as práticas contábeis adotadas pelo País, refletindo adequadamente, em seus aspectos relevantes, sua situação econômico-financeira.

Brasília (DF), 10 de agosto de 2011.

Adilson Rodrigues Ferreira
Presidente

José Carlos Monteiro Medeiros
Membro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Caixa Econômica Federal – CAIXA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA (a "CAIXA" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações individuais e consolidadas

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela adminstração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal - CAIXA e da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Ênfase - créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a condução da gestão econômico-financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na Nota 8 (b), em 30 de junho de 2011 a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS no montante líquido de R$ 20.772 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R$ 8.121 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pela FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R$ 2.592 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante líquido de R$ 15.243 milhões, em 30 de junho de 2011, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase - créditos tributários

Chamamos a atenção para a Nota 22(a) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 30 de junho de 2011, a CAIXA possuía R$ 16.651 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças intertemporais e contribuição social a compensar, e provisão para realização desses créditos de R$ 4.849 milhões. O valor líquido de R$ 11.802 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está diretamente relacionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos – demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas demonstrações contábeis está sendo efetuada de forma voluntária pela CAIXA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 12 de agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Giovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0 "S" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 11/2011 - ATA Nº 593, DE 10/08/2011

Assunto: **Demonstrações Contábeis da CAIXA referentes ao 1º semestre de 2011.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, consoante o art. 42 do Estatuto Social da Empresa, combinado com o art. 163, incisos VI e VII, da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração referente ao semestre findo em 30 de junho de 2011.

Os membros do Conselho, à vista dos documentos apresentados pela Empresa, da análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, e com base no Relatório da Auditoria Interna, nos Pareceres dos Auditores Independentes, e do Conselho de Administração, e levadas em consideração as observações apresentadas pelos Auditores Independentes, sobretudo em relação às ênfases contidas em seu relatório, bem como as recomendações apontadas pela Auditoria Interna, opinam no sentido de que os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, estando de acordo com as práticas contábeis, previstas na legislação societária.

O Colegiado examinou também, e manifestou-se favoravelmente, a proposta de destinação do resultado do exercício, constante da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Brasília, 10 de agosto de 2011.

ADRIANO PEREIRA DE PAULA
Conselheiro

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO
Conselheira

MANOEL CARLOS DE CASTRO PIRES
Conselheiro

RONISE PEREIRA LOPES
Conselheira

LUIZ ROBERTO BIORA
Presidente

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso XI, alínea "e", do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº. 6.473, de 05 de junho de 2008, e alterado pelos Decretos n° 6.796, de 17 de março de 2009, e nº 7.086, de 29 de janeiro de 2010, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA, os Pareceres da *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes, e considerando as recomendações do Conselho Fiscal, **aprovou** as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativas ao semestre findo em 30/06/2011.

Brasília, 10 de agosto de 2011.

MARIA FERNANDES CALDAS
Conselheira

MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO FILHO
Conselheiro

MARDEN DE MELO BARBOZA
Conselheiro

PAULO FONTOURA VALLE
Conselheiro

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Conselheiro

JORGE FONTES HEREDA
Vice-Presidente

ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
2ª TURMA ESPECIAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 1ª DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Sérgio Galvão Ferreira Garcia (Suplente convocado), Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente em exercício). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ana Paula Locoselli Erichsen e Valéria Pestana Marques (Presidente).

Verificada a existência de quorum regimental, o Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados, resultando na distribuição dos seguintes processos:

Conselheiro(a) Ana Paula Locoselli Erichsen:

1024000684200593, 103200016080075, 1063001018200406, 107680041830014, 1024001433200445, 1080500015200005, 108300027760064, 10980005931200584, 13005000222200547, 10805001783200631, 13707002682200179, 15521000071200513, 18471000122200619, 18471000587200599, 13707001338200324;

Conselheiro(a) Carlos Nogueira Nicácio:

10530001264200488, 10680005395200411, 10830009342200327, 10830009343200371, 10980005069200518, 11030000196200514, 11030003060200485, 11060002709200574, 13706005656200293, 13819000876200334, 14041000363200596, 18471000471200550, 18471002243200271, 10930003974200511, 19515003536200528;

Conselheiro(a) Valéria Pestana Marques:

10640000318200521, 10280002017200579, 10280002270200361, 10580006517200333, 10680005094200497, 10830009344200316, 10907000672200405, 10980005755200581, 10980005934200518, 11543001866200611, 13161001219200386, 13558000313200445, 13706000059200353, 13706004094200341, 13603000838200498;

Conselheiro(a) Sidney Ferro Barros:

104800119190046, 10680009925200319, 10580009539200436, 10640001436200557, 10980006707200518, 13411001018200471, 13558000870200385, 13688000581200481, 13707002795200336, 13709002984200399, 13710002931200339, 13732000050200325, 19647005599200351, 108800375019094, 10980005989200528.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

Relatora: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº 157.968 - Processo nº 13864.000143/2006-05 - Recorrente: VITAL DOS SANTOS PEREIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2002 a 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA RELATORA.

Relator: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº 156.909 - Processo nº 16327.002287/2003-11 - Recorrente: BANCO BMC S.A. - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRF- Ano(s).: 1998.

RETIRADO DE PAUTA, por ausência justificada da conselheira Valéria Pestana Marques, que pediu vista na sessão anterior.

Recurso nº: 159.218 - Processo nº: 10840.000361/2006-11 - Recorrente: LÁZARO SANTIAGO DA SILVA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2001.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, ACOLHER os Embargos opostos pela Fazenda Nacional para, no mérito, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.200

Recurso nº: 161.096 - Processo nº: 10930.000335/2007-65 - Recorrente: CLEIA DE FÁTIMA MILANI RUI CAVALETTI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, CONHECER do recurso para, no mérito, DAR provimento PARCIAL ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.201

Recurso nº: 166.902 - Processo nº: 10830.003809/2007-59 - Recorrente: IBRAFEM INSTITUTO BRASILEIRO DO FUTURO EMPRESÁRIO ENSINO SUPERIOR LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRF- Ano(s).: 2003, 2004, 2005.

Vista ao Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 166.492 - Processo nº: 11634.001326/2007-07 - Recorrente: WARLEY GERALDO TROMBINI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2003.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, CONHECER do recurso para, no mérito, DAR provimento PARCIAL.

Acórdão nº 2802-00.202

Recurso nº: 165.642 - Processo nº: 19647.006066/2007-11 - Recorrente: ANA MARIA NEGREIROS DE AMARAL CRESCENCIO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por maioria de votos, REJEITAR a preliminar de mérito da decadência. Vencido o Conselheiro Sidney Ferro Barros (Relator). Designado para redigir o voto vencedor o conselheiro Carlos Nogueira Nicácio. No mérito, por unanimidade, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.203

Relator: CARLOS NOGUEIRA NICÁCIO

Recurso nº: 159.134 - Processo nº: 13709.004324/2002-61 - Recorrente: ANTONIO SOARES CALÇADA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2000.

RETIRADO DE PAUTA PARA NOVO SORTEIO AO CONSELHEIRO SIDNEY FERRO BARROS, PARA JULGAMENTO CONJUNTO COM O RECURSO 159.759, DE SUA RELATORIA.

Recurso nº: 158.113 - Processo nº: 13864.000001/2007-11 - Recorrente: HELCIAS NOGUEIRA PARANAGUA FILHO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, CONHECER do recurso para, no mérito, DAR provimento PARCIAL.

Acórdão nº 2802-00.204

Recurso nº: 153.882 - Processo nº: 10580.005855/2003-58 - Recorrente: ROBERTO JOSÉ LOBÃO NASCIMENTO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1999.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.205

Recurso nº: 159.324 - Processo nº: 10855.002999/2006-28 - Recorrente: FRANCISCO FLORA NETO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2005.

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso, para excluir a qualificação da multa. Vencido o conselheiro Sidney Ferro Barros, que propunha diligência.

Acórdão nº 2802-00.206

Relatora: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº 158.629 - Processo nº 10830.009283/2002-14 - Recorrente: JOÃO FLORÊNCIO DE BASTOS FILHO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2000.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA RELATORA.

Recurso nº: 158.758 - Processo nº: 13888.002598/2002-55 - Recorrente: EDISON LUIZ GAVAGIS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1999.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA RELATORA.

Recurso nº: 158.632 - Processo nº: 10830.009920/2002-44 - Recorrente: GILMAR ROBERTO GOUVÊA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2000.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA RELATORA.

Recurso nº: 160.240 - Processo nº: 13727.000495/2002-01 - Recorrente: FLÁVIO AFFONSO FERREIRA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1998 e 1999.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA RELATORA.

Recurso nº: 137.335 - Processo nº: 13804.002993/2001-30 - Recorrente: UNIÃO BRASILEIRA DE VIDROS S.A. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRF- Ano(s).: 1990 a 1992.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA RELATORA.

Recurso nº: 151.508 - Processo nº: 10950.001223/2003-60 - Recorrente: JACOB BALDUINO WILBERT - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2001.

RETIRADO DE PAUTA POR INCLUSÃO INDEVIDA (JULGADO EM MARÇO/2009).

Recurso nº: 153.654 - Processo nº: 13407.000104/2004-25 - Recorrente: HENRIQUE MARTINS DUARTE - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2001.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA RELATORA.

Recurso nº: 160.448 - Processo nº: 10880.002971/2001-79 - Recorrente: ANDREA RAMIRES DOS SANTOS - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1996, 1997, 1998.

RETIRADO DE PAUTA POR INCLUSÃO INDEVIDA (JULGADO EM MARÇO/2009).

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente em exercício

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 2 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Sérgio Galvão Ferreira Garcia (Suplente convocado), Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente em exercício). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ana Paula Locoselli Erichsen e Valéria Pestana Marques (Presidente).

Verificada a existência de quorum regimental, o Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

Relator: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 156.333 - Processo nº: 10820.001031/2006-81 - Recorrente: JOÃO FIGUEIRA DANTAS NETO - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2002 a 2005.

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso, excluindo a qualificação da multa de ofício. Vencido o conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior, que a mantinha.

Acórdão nº 2802-00.207

Recurso nº: 159.610 - Processo nº: 11618.002473/2004-41 - Recorrente: TÂNIA MARIA GAMBARRA DE BARROS MOREIRA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2000 e 2001.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.208

Recurso nº: 156.315 - Processo nº: 10120.000305/2006-11 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO GOIANA DE ENSINO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRF- Ano(s).: 2004.

RETIRADO DE PAUTA POR INCLUSÃO INDEVIDA

Recurso nº: 165.298 - Processo nº: 10820.002349/2006-80 - Recorrente: ELIAS GIMAIEL - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2004.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.209

Relator: CARLOS NOGUEIRA NICÁCIO

Recurso nº: 163.746 - Processo nº: 11634.000425/2006-82 - Recorrente: JOSÉ ARNALDO PERON MARTINS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2001 e 2003.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.210

Recurso nº: 158.534 - Processo nº: 14041.000827/2006-45 - Recorrente: RAIMUNDO MATOS DA CRUZ - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2001 a 2004.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.211

Recurso nº: 162.774 - Processo nº: 10730.003877/2003-12 - Recorrente: EDUARDO PEREIRA GONÇALVES - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1998.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, reconhecendo a decadência.

Acórdão nº 2802-00.212

Recurso nº: 165.816 - Processo nº: 10980.015618/2007-16 - Recorrente: YARA NAZARENA PINHEIRO LIMA BATISTA DE MACEDO PACHECO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2003, 2004 e 2007.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.213

Recurso nº: 161.024 - Processo nº: 14041.000503/2006-15 - Recorrente: WALDIR MONTEIRO DA SILVA JÚNIOR - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2001 a 2004.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.214

Relatora: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 157.062 - Processo nº: 10384.000093/2002-39 - Recorrente: ALDA MARIA RODRIGUES NEIVA VELOSO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRF- Ex(s).: 1997.

RETIRADO DE PAUTA POR INCLUSÃO INDEVIDA (JULGADO EM MARÇO/2009).

Recurso nº: 153.884 - Processo nº: 18471.000887/2004-97 - Recorrente: ARETUZA RIBEIRO SILVEIRA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF- Ano(s).: 2000 a 2003.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA RELATORA.

Recurso nº: 161.144 - Processo nº: 10580.011309/2006-07 - Recorrente: JOSE ANTÔNIO LAGO FRANÇA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2002 a 2004.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA RELATORA.

Recurso nº: 162.746 - Processo nº: 10510.001431/2007-71 - Recorrente: ROBERTO VITURINO DOS SANTOS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2003.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA RELATORA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recurso nº: 162.828 - Processo nº: 13609.000813/2006-04 - Recorrente: JOSÉ DE JESUS ASSIS BARBOSA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA RELATORA.

Recurso nº: 162.865 - Processo nº: 10805.000926/2007-78 - Recorrente: JOÃO SCHELEGER FILHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2003, 2004.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA RELATORA.

Recurso nº: 164.255 - Processo nº: 10930.002589/2005-56 - Recorrente: JURACI CARLOS DE PAULA FRANCA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2001, 2002.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA RELATORA.

Recurso nº: 164.733 - Processo nº: 13808.001161/2001-66 - Recorrente: LUIZ CARLOS BARROS BETARELLO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2000.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA RELATORA.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente
Em exercício

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos dez dias do mês de março de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso (ao qual a Presidente deu posse, tendo sido designado pela Portaria nº 106, de 02 de fevereiro de 2010, publicada no DOU nº 24, de 04 de fevereiro de 2010, Seção 2, pág.27), Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae (ao qual a Presidente deu posse, tendo sido designada pela Portaria nº 108, de 02 de fevereiro de 2010, publicada no DOU nº 24, de 04 de fevereiro de 2010, Seção 2, pág.27), Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados, resultando na distribuição dos seguintes processos:

Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso:

10070003354200214, 10120007636200673, 10166001732200681, 10166010255200645, 10183001995200411, 10245000789200501, 10280000141200761, 10283006265200569, 10283006265200569, 10283006695200661, 10380005716200461, 10530001233200427, 10670000572200491, 10680001642200418, 10680017973200542, 10725000045200747, 10725000045200747, 10725000088200722, 10768000855200373, 10805002689200356, 10820001886200521, 10820001888200511, 10835001245200346, 10845002726200511, 10845003851200387, 10882002294200501, 10920000312200427, 10920000312200427, 10952000060200469, 13003000436200291, 13227000649200450, 13411000554200459, 13411000584200465, 13603000357200482, 13710000191200487, 13710003837200216, 13739000390200124, 13804003228200218, 13888001376200215, 13982000213200417, 18471002551200388, 19404000596200201, 19515000616200289, 19679007209200572, 13858000135200478;

Conselheira Lúcia Reiko Sakae:

10825001765200378, 10183003138200455, 10280005778200582, 10320001049200452, 10380000565200455, 10384002657200430, 10410000737200496, 10508000700200489, 10540000338200521, 10580004143200401, 10580004971200511, 10680001028200529, 10680004616200603, 10725000064200773, 10725000081200719, 10805002118200311, 10830002225200502, 10835003607200414, 10855001861200440, 10880007816200149, 10880018736094, 10907000394200569, 10907001604200536, 10920002663200472, 10935004633200431, 10980004677200505, 11020003419200514, 11080014272200150, 11516000365200725, 11543000100200295, 11610008131200243, 11610019795200238, 13411000590200412, 13558001065200531, 13603000297200406, 13706003883200446, 13707001104200549, 13710001328200330, 13749000224200613, 13808003972200100, 13819002894200199, 13819002894200199, 13884001981200315, 13891000002200576, 13924000170200456, 17883000265200535, 19404000122200332, 11610008002200255.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

Cons. Relator: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN;
Recurso: 157968;
Processo: 13864000143200605;
Contribuinte: VITAL DOS SANTOS PEREIRA;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: 3ª TURMA - DRJ EM SAO PAULO II - SP;
RETIRADO DE PAUTA por ausência dos autos.

Cons. Relator: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN;
Recurso: 159316;
Processo: 108400001470017;
Contribuinte: NEUZA FREITAS DE MATTOS MEIRELLES;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: 7ª TURMA DRJ EM SÃO PAULO - SP;
Vistas para a Conselheira Valéria Pestana Marques.

Cons. Relator: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN;
Recurso: 153777;
Processo: 10218000501200355;
Contribuinte: JOSE ANTONIO OLIVEIRA NETO;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: 2ª TURMA - DRJ EM BELEM - PA;
Acórdão nº 2802-00.215

Decisão: Por unanimidade de votos, NÃO ACATAR as preliminares e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso interposto.

Cons. Relator: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN;
Recurso: 160273;
Processo: 11543004749200366;
Contribuinte: ELI BROTTO PIRES;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: 3ª TURMA - DRJ NO RIO DE JANEIRO II - RJ;
Acórdão nº 2802-00.216

Decisão: Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso em face da concomitância com a via judicial.

Cons. Relator: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN;
Recurso: 159636;
Processo:10680014049200695;
Contribuinte: ROMILDO BORGES DO AMARAL;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:5ª TURMA - DRJ EM BELO HORIZONTE - MG;
Acórdão nº 2802-00.217

Decisão: Por unanimidade de votos NÃO CONSIDERAR a declaração retificadora apresentada pelo interessado, por encaminhada ao Fisco depois de iniciado o procedimento ex officio e no mérito, por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso interposto para: a) MANTER a glosa, com multa qualificada de 150% (cento e cinqüenta por cento), da dedução no valor de R$ 4.500, 00 relativa a pagamento declarado como efetuado à empresa Minasodonto, aproveitando-se, em sendo o caso, quantias já pagas ou parceladas pelo interessado e b) restabelecer despesas médicas na monta de R$ 4.577, 18, referentes às quantias de R$ 3.643, 18, R$ 45, 00 e R$ 889, 00, declaradas como pagas respectivamente a Unimed, a Roselle Araújo Mendonça e a Agostinho Brum Silva. Vencidos os Conselheiros Jorge Cláudio Duarte Cardoso e Sidney Ferro Barros que davam provimento parcial, respectivamente, em menor e em maior extensão.

Cons. Relator:ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN;
Recurso: 159449;
Processo:13857000341200650;
Contribuinte: BENEDITO ANTONIO BELLARMINO;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:3ª TURMA - DRJ EM SAO PAULO II - SP;
Acórdão nº 2802-00.218

Decisão: Por unanimidade de votos, ACATAR a preliminar de decadência suscitada pelo contribuinte com relação ao ano-calendário de 2000, uma vez que não foi acolhida a qualificação da multa aplicada e, no mérito, por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para a) manter a glosa das demais despesas médicas e b) restabelecer a dedução referente à sogra do recorrente. Vencidos os Conselheiros Jorge Cláudio Duarte Cardoso e Valéria Pestana Marques que davam provimento em menor extensão no que tange a dedução à guisa de encargos de família. No atinente à decadência a Conselheira Lúcia Reiko Sakae votou apenas pelas conclusões.

Cons. Relator:ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN;
Recurso: 155816;
Processo:15889000120200630;
Contribuinte: JOSE ANGELO FAZION;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:5ª TURMA - DRJ EM SAO PAULO II - SP;
Acórdão nº 2802-00.219

Decisão: Por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso interposto para restabelecer as despesas médicas glosadas nos valores de R$ 5.020, 00; R$ 12.008, 00; R$ 13.000, 00 e R$ 12.999, 99, relativas, respectivamente, aos anos-calendários de 2001, 2002, 2003 e 2004, ressalvando-se que sobre aquelas declaradas como pagas no ano de 2001 a Elisangela Pires do Prado (R$ 5.000, 00) e a Vanir Alexandre Caviciolli (R$ 4.100, 00) há de ser mantida a exação procedida, incidindo sobre o último valor a multa qualificada de 150% (cento e cinqüenta por cento). Vencida a Conselheira Lúcia Reiko Sakae que dava provimento parcial em menor extensão.

Cons. Relator: SIDNEY FERRO BARROS;
Recurso: 156909;
Processo: 16327002287200311;
Contribuinte: BANCO BMC S/A;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA RETENÇÃO NA FONTE;
DRJ: 8ª TURMA - DRJ EM SAO PAULO I - SP;

Retirado de pauta para conversão em despacho fundamentado de proposta de encaminhamento à 3ª Seção, haja vista que a matéria de fundo dos autos versa sobre o FINSOCIAL.

Cons. Relator: SIDNEY FERRO BARROS;
Recurso: 166902;
Processo: 10830003809200759
Contribuinte: IBRAFEM INST BRAS DO FUTURO EMP ENS S LTDA;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA RETENÇÃO NA FONTE;
DRJ: 2ª TURMA - DRJ EM CAMPINAS - SP;
Vistas para o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Cons. Relator: SIDNEY FERRO BARROS
Recurso: 149679;
Processo: 10730000830200488;
Contribuinte: CLARSON DA SILVEIRA MARINHO;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: 2ª TURMA - DRJ NO RIO DE JANEIRO II - RJ;
Acórdão nº 2802-00.220

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso interposto.

Cons. Relator: SIDNEY FERRO BARROS;
Recurso: 159403;
Processo: 10907000543200590;
Contribuinte: CARLOS ROBERTO FRISOLI;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: 4ª TURMA - DRJ EM CURITIBA - PR;
Acórdão nº 2802-00.221

Decisão: Por unanimidade de votos, NÃO ACOLHER as preliminares suscitadas e, no mérito, por maioria, DAR provimento PARCIAL ao recurso para afastar a exigência relativamente aos depósitos de valor inferior a R$ 12.000, 00, mantendo a tributação quanto aos depósitos de R$ 14.000, 00 (em 20/04/2000) e de R$ 15.000, 00 (em 27/10/2000). Vencido o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso que dava provimento em menor extensão.

Cons. Relator: CARLOS NOGUEIRA NICACIO;
Recurso: 155045;
Processo: 10680018282200302;
Contribuinte: WELITON AFONSO;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: 5ª TURMA - DRJ EM BELO HORIZONTE - MG;
Acórdão nº 2802-00.222

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para afastar a preliminar decadência, determinando o encaminhamento dos autos à DRF de origem para apreciação das razões de mérito.

Cons. Relator: CARLOS NOGUEIRA NICACIO;
Recurso: 162567;
Processo: 10580003545200722;
Contribuinte: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BORGES DA COSTA NUNES;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: 3ª TURMA - DRJ EM SALVADOR - BA;
Acórdão nº 2802-00.223

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso interposto, para afastar a qualificação da multa de oficio aplicada.
Cons. Relator: CARLOS NOGUEIRA NICACIO;
Recurso: 153959;
Processo: 10280002805200212;
Embargante: FAZENDA NACIONAL Embargada: 6ª TURMA ESPECIAL DO 1º CC, SUCEDIDA PELA 2ª TE do CARF Interessado: WILSON PACHECO FERREIRA;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM-PA
Acórdão nº 2802-00.224
Decisão: Por unanimidade de votos, REJEITAR os embargos de declaração interpostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional para RATIFICAR o Acórdão n.º 196-00100, de 2 de fevereiro de 2009.
Cons. Relator: CARLOS NOGUEIRA NICACIO;
Recurso: 145368;
Processo:13807004965200216;
Contribuinte: KAZUKO CHINEN;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:7ª TURMA - DRJ EM SAO PAULO II - SP;
Acórdão nº 2802-00.225
Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para afastar a preliminar decadência, determinando o encaminhamento dos autos à DRF de origem para apreciação das razões de mérito.
Cons. Relator: VALERIA PESTANA MARQUES;
Recurso: 158629;
Processo:10830009283200214;
Contribuinte: JOÃO FLORÊNCIO DE BASTOS FILHO;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:1ª TURMA - DRJ EM FORTALEZA - CE;
Acórdão nº 2802-00.226
Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para: a) afastar a multa de ofício no que tange à omissão de rendimentos apurada, por decorrente de erro escusável, e b) manter o valor da dedução requerida a título de livro-caixa na quantia de R$ R$578, 77, conforme o julgado de 1º grau.
Cons. Relator: VALERIA PESTANA MARQUES;
Recurso: 158758;
Processo:13888002598200255;
Contribuinte: EDISON LUIZ GAVAGIS;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:3ª TURMA - DRJ EM SAO PAULO II - SP;
Acórdão nº 2802-00.227
Decisão: Por unanimidade de votos, NÃO ACATAR as preliminares suscitadas e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso interposto. Ausente momentaneamente o Conselheiro Sidney Ferro Barros.
Cons. Relator: VALERIA PESTANA MARQUES;
Recurso: 158632;
Processo:10830009920200244;
Contribuinte: GILMAR ROBERTO GOUVÊA;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:- 1ª TURMA DRJ EM SÃO PAULO II - SP;
RETIRADO DE PAUTA por ausência dos autos.
Cons. Relator: VALERIA PESTANA MARQUES;
Recurso: 160240;
Processo:13727000495200201;
Contribuinte: FLAVIO AFFONSO FERREIRA;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:2ª TURMA - DRJ NO RIO DE JANEIRO II - RJ;
RETIRADO DE PAUTA por ausência dos autos.
Cons. Relator: VALERIA PESTANA MARQUES;
Recurso: 137335;
Processo:13804002993200130;
Contribuinte: UNIAO BRASILEIRA DE VIDROS S/A;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA RETENÇÃO NA FONTE;
DRJ: 3ª TURMA - DRJ EM SAO PAULO I - SP;
Acórdão nº 2802-00.228
Decisão: Por unanimidade de votos, AFASTAR a preliminar de ilegitimidade ativa da recorrente no concernente ao direito de pedir e, em face da desistência dos pedidos de compensação requeridos, determinar o retorno dos autos à DRF de origem para apreciação das razões de mérito relativas ao indébito do ILL. Sustentação oral feita pelo Dr. Gustavo Vita Pedrosa, OAB/SP 240.038, como patrono da interessada.
Cons. Relator:VALERIA PESTANA MARQUES;
Recurso: 153654;
Processo:13407000104200425;
Contribuinte: HENRIQUE MARTINS DUARTE;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:1ª TURMA - DRJ NO RECIFE - PE;
Acórdão nº 2802-00.229
Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso interposto para restabelecer a compensação do imposto de renda retido na fonte no montante de R$ 6.535, 14. Ausente momentaneamente o Conselheiro Sidney Ferro Barros.
Cons. Relator:VALERIA PESTANA MARQUES;
Recurso: 153884;
Processo:18471000887200497;
Contribuinte: ARETUZA RIBEIRO SILVEIRA;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:2ª TURMA - DRJ NO RIO DE JANEIRO II - RJ;
RETIRADO DE PAUTA por ausência dos autos.
Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Aos dez dias do mês de março de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso (ao qual a Presidente deu posse, tendo sido designado pela Portaria nº 106, de 02 de fevereiro de 2010, publicada no DOU nº 24, de 04 de fevereiro de 2010, Seção 2, pág.27), Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae (ao qual a Presidente deu posse, tendo sido designada pela Portaria nº 108, de 02 de fevereiro de 2010, publicada no DOU nº 24, de 04 de fevereiro de 2010, Seção 2, pág.27), Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.
Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.
Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:
Cons. Relator: SIDNEY FERRO BARROS;
Recurso: 157274;
Processo:16327003451200315;
Contribuinte: BANCO BMC S.A.;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA RETENÇÃO NA FONTE;
DRJ:8ª TURMA - DRJ EM SAO PAULO I - SP;
Acórdão nº 2802-00.230
Decisão: Por unanimidade de votos, ACOLHER a preliminar de decadência para DAR provimento ao recurso interposto.
Cons. Relator:SIDNEY FERRO BARROS;
Recurso: 166811;
Processo:11444000233200794;
Contribuinte: FUNDACAO JOAO DONINI;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
DRJ:3ª TURMA - DRJ EM RIBEIRAO PRETO - SP;
RETIRADO DE PAUTA por ausência dos autos.
Cons. Relator:SIDNEY FERRO BARROS;
Recurso: 165898;
Processo:10920003251200611;
Contribuinte: ARMANDO PINTO JUNIOR;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:3ª TURMA - DRJ EM FLORIANOPOLIS - SC;
RETIRADO DE PAUTA por ausência dos autos.
Cons. Relator: SIDNEY FERRO BARROS;
Recurso: 164090;
Processo:10865002298200670;
Contribuinte: JADSON DOS SANTOS;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:5ª TURMA - DRJ EM SAO PAULO II - SP;
RETIRADO DE PAUTA por ausência dos autos.
Cons. Relator: CARLOS NOGUEIRA NICACIO;
Recurso: 155441;
Processo: 13643000493200404;
Contribuinte: ROSEMEIRE DE CARVALHO REIS;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:4ª TURMA - DRJ EM JUIZ DE FORA - MG;
Acórdão nº 2802-00.231
Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso. Declarou-se impedida a Presidente, Valéria Pestana Marques, a teor do inc. IV, art. 42 do Regimento Interno do CARF (PMF 256/2009). Ausente momentaneamente o Conselheiro Sidney Ferro Barros.
Cons. Relator: CARLOS NOGUEIRA NICACIO;
Recurso: 155463;
Processo:13639000106200571;
Contribuinte: JOSE MARIA DE CAMPOS;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:4ª TURMA - DRJ EM JUIZ DE FORA - MG;
Acórdão nº 2802-00.232
Decisão: Pelo voto de qualidade, DAR provimento ao recurso interposto. Vencidos os Conselheiros Jorge Cláudio Duarte Cardoso e Lúcia Reiko Sakae. Declarou-se impedida a Presidente, Valéria Pestana Marques, a teor do inc. IV, art. 42 do Regimento Interno do CARF (PMF 256/2009). Ausente momentaneamente o Conselheiro Sidney Ferro Barros.
Cons. Relator: CARLOS NOGUEIRA NICACIO;
Recurso: 154398;
Processo:10580001343200584;
Contribuinte: JORGE ANTONIO CHAGAS;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:3ª TURMA - DRJ EM SALVADOR - BA;
Vistas para o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.
Cons. Relator: CARLOS NOGUEIRA NICACIO;
Recurso: 155867;
Processo:13639000418200402;
Contribuinte: CLAUDIO RENATO BARROS CARNEIRO;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:4ª TURMA - DRJ EM JUIZ DE FORA - MG;
Vistas para o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso
Cons. Relator: CARLOS NOGUEIRA NICACIO;
Recurso: 154528;
Processo:10660001360200441;
Contribuinte: LUCIENE REIS PINTO;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:4ª TURMA - DRJ EM JUIZ DE FORA - MG;
Vistas para o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso
Cons. Relator: VALERIA PESTANA MARQUES;
Recurso: 161144;
Processo:10580011309200607;
Contribuinte: JOSE ANTONIO LAGO FRANCA;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:3ª TURMA - DRJ EM SALVADOR - BA;
Vistas para o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso
Cons. Relator:VALERIA PESTANA MARQUES;
Recurso: 162746;
Processo:10510001431200771;
Contribuinte: ROBERTO VITURINO DOS SANTOS;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:3ª TURMA - DRJ EM SALVADOR - BA;
Vistas para o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso
Cons. Relator: VALERIA PESTANA MARQUES;
Recurso: 162865;
Processo:10805000926200778;
Contribuinte: JOAO SCHELEGER FILHO;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:3ª TURMA - DRJ EM SAO PAULO II - SP;
Vistas para o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso
Cons. Relator: VALERIA PESTANA MARQUES;
Recurso: 164255;
Processo:10930002589200556;
Contribuinte: JURACI CARLOS DE PAULA FRANCA;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso:RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.:IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ:4ª TURMA - DRJ EM CURITIBA - PR;
Vistas para o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso
Cons. Relator: VALERIA PESTANA MARQUES;
Recurso: 164733;
Processo:13808001161200166;
Contribuinte: LUIZ CARLOS BARROS BETTARELLO;
Colegiado:2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: 3ª TURMA - DRJ EM SAO PAULO II - SP;
Vistas para o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso
Cons. Relator: VALERIA PESTANA MARQUES;
Recurso: 159702;
Processo: 13009000300200221;
Contribuinte: POSTO JALISCO LTDA;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA RETENÇÃO NA FONTE;
DRJ: 8ª TURMA - DRJ NO RIO DE JANEIRO I - RJ;
Vistas para o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso
Cons. Relator: VALERIA PESTANA MARQUES;
Recurso: 152546;
Processo: 13709003005200239:
Contribuinte: IND E COM DE SOLVENTES, TINTAS E VERNIZES TEMPO LTDA;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA;
DRJ: DRJ NO RIO DE JANEIRO I - RJ;
Vistas para a Conselheira Lúcia Reiko Sakae.
Cons. Relator: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN;
Recurso: 156913;
Processo: 10183001262200648;
Contribuinte: IRACI LUKENCZUK SAID;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: 2ª TURMA - DRJ EM CAMPO GRANDE - MS;
Vistas para a Conselheira Lúcia Reiko Sakae.
Cons. Relator:VALERIA PESTANA MARQUES ??????? (VERIFICAR)
Recurso: 159472;
Processo: 16004001186200618;
Contribuinte: LAERCIO CANDIDO FERREIRA;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ 5ª TURMA - DRJ EM SAO PAULO II - SP;
Vistas para a Conselheira Lúcia Reiko Sakae.
Cons. Relator: SIDNEY FERRO BARROS;
Recurso: 158319;
Processo: 138050132629627;
Contribuinte: EMILE TOUFIC SAAD;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: DRJ EM SÃO PAULO -SP;
Vistas concedidas ao Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio. ADIADO para julgamento tão somente na pauta de maio de 2010, por solicitação do patrono da recorrente. Sustentação oral procedida pelo Dr. Daniel Vitor Bellan, OAB/SP 174.745.
Cons. Relator: SIDNEY FERRO BARROS;
Recurso: 160279;
Processo: 14041000322200681;
Contribuinte: IRENE EULALIA PIERA SAGGIN;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: 3ª TURMA - DRJ EM BRASILIA - DF;
Vistas para a Conselheira Lúcia Reiko Sakae.
Cons. Relator: SIDNEY FERRO BARROS;
Recurso: 156367;
Processo: 14041000009200561;
Contribuinte: MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: 3ª TURMA - DRJ EM BRASILIA - DF;
Vistas para a Conselheira Lúcia Reiko Sakae.
Cons. Relator: CARLOS NOGUEIRA NICACIO;
Recurso: 155439;
Processo: 10283000976200449:
Contribuinte: RONALDO DE OLIVEIRA LOBATO;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: 2ª TURMA - DRJ EM BELEM - PA;
Vistas para a Conselheira Lúcia Reiko Sakae.
Cons. Relator: VALERIA PESTANA MARQUES;
Recurso: 162828;
Processo: 13609000813200604;
Contribuinte: JOSE DE JESUS ASSIS BARBOSA;
Colegiado: 2802 - SEGUNDA TURMA ESPECIAL - SEGUNDA SEÇÃO;
Tipo Recurso: RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE;
Tributo./mat.: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
DRJ: 5ª TURMA - DRJ EM BELO HORIZONTE - MG;
Vistas para a Conselheira Lúcia Reiko Sakae.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Odmir Fernandes (Suplente convocado), José Evande Carvalho Araujo (Suplente convocado) e Carlos Nogueira Nicácio (Presidente em exercício). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sidney Ferro Barros e Valéria Pestana Marques (Presidente).

Verificada a existência de quorum regimental, o Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados, resultando na distribuição dos seguintes processos:

Conselheiro(a) Ana Paula Locoselli Erichsen:
100700013059530S, 10073000697200531, 10140000061200387, 10640000678200523, 10665000648200610, 10768009962200286, 107680277089831, 10805002986200211, 108500022419273, 11543003261200311, 13709002218200162, 13709003833200277, 16707003795200341, 17883000278200512, 17883000287200503, 18471000410200592, 18471002378200407, 19515004449200326;

Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio:
10070000601200301, 10410005045200353, 10435000828200443, 10665000271200356, 10680012928200411, 10930000660200566, 10235000382200411, 10331000188200430, 10845002764200311, 10860003841200353, 10907000104200404, 10980009654200589, 11060001191200551, 13738000006200616, 13738000050200618, 13876000395200344, 18471000399200561, 13634000468200421, 13708000056200219, 18471002308200289;

Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso:
10280002218200576, 10425001476200462, 10725000055200278, 10725000061200730, 10730001479200361, 10855002994200352, 11543005070200394, 11543005071200339, 13631000043200442, 13706003860200351, 13706004169200475, 13807011855200383, 13819000212200456, 13851000331200674, 13890000194200610, 18471000563200530, 13631000276200445, 18471000123200663;

Conselheira Lúcia Reiko Sakae:
10746001226200581, 10183001534200448, 10283000197200524, 10510001854200449, 10580003853200324, 10840002797200564, 10840003018200548, 10980005772200437, 13210000061200485, 13631000275200409, 13706006016200209, 11065003385200622, 13851001321200222, 14041000077200521, 18471000411200537, 13433000037200341, 13637000079200638, 18471000407200579, 19647003649200366.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

Relator (a): ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 156913 - Processo nº: 10183.001262/2006-48 - Recorrente: IRACI LUKENCZUK SAID - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.233

Recurso nº: 157968- Processo nº: 13864.000143/2006-05 - Recorrente: VITAL DOS SANTOS PEREIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002 a 2005.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para restabelecer a dedução com as despesas de instrução no valor de R$ 1.700, 00 (ano-calendário 2001); R$ 1.998, 00 (ano-calendário 2002); R$ 1.998, 00 (ano-calendário 2003); e R$ 1.998, 00 (ano-calendário 2004).

Acórdão nº 2802-00.234

Relator (a): LÚCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 161195 - Processo nº: 10680.004616/2006-03 - Recorrente: MARCELO RIBEIRO DE OLIVEIRA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

DECISÃO: Recurso RETIRADO DE PAUTA por inclusão indevida.

Recurso nº: 161212 - Processo nº: 10805.002118/2003-11 - Recorrente: OSÍRIS MAGALHÃES - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria : IRPF - Ex(s).: 1999.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.235

Recurso nº: 162305 - Processo nº: 10384.002657/2004-30 - Recorrente: ANTÔNIO DE SÁ CAMARGO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.236

Recurso nº: 163011 - Processo nº: 13603.000297/2004-06 - Recorrente: JOSÉ SILVA XAVIER DIAS - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.237

Recurso nº: 163047 - Processo nº: 10280.005778/2005-82 - Recorrente: ERLIENE GONÇALVES LIMA NO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF- Ex(s).: IRPF .

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.238

Recurso nº: 161367 - Processo nº: 13706.003883/2004-46 - Recorrente: ELINE LIRA DE SIQUEIRA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.239

Relator (a): CARLOS NOGUEIRA NICACIO

Recurso nº: 154398 - Processo nº: 10580.001343/2005-84 - Recorrente: JORGE ANTONIO CHAGAS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA- Matéria: IRPF- Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.240

Recurso nº: 154528 - Processo nº: 10660.001360/2004-41 - Recorrente: LUCIENE REIS PINTO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.241

Recurso nº: 155439 - Processo nº: 10283.000976/2004-49 - Recorrente: RONALDO DE OLIVEIRA LOBATO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.242

Recurso nº: 155867: - Processo nº: 13639.000418/2004-02 - Recorrente: CLÁUDIO RENATO BARROS CARNEIRO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.243

Recurso nº: 165302 - Processo nº: 10980.011269/2007-63 - Recorrente: JOSÉ TÁRCIO DE CAMPOS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002 a 2006.

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para restabelecer a dedução da sogra como dependente e de despesas médicas com odontólogos nos valores de R$4.800, 00 (exercício 2002), R$6.750, 00 (exercício 2003), e R$5.000, 00 (exercício 2006). Vencidos os Conselheiros Jorge Cláudio Duarte Cardoso, que não admitia a dedução da sogra como dependente e a Conselheira Lúcia Reiko Sakae, que não admitia a dedução de despesas médicas com odontólogos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Acórdão nº 2802-00.244

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

CARLOS NOGUEIRA NICÁCIO
Presidente em exercício

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Odmir Fernandes (Suplente convocado), José Evande Carvalho Araujo (Suplente convocado) e Carlos Nogueira Nicácio (Presidente em exercício). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sidney Ferro Barros e Valéria Pestana Marques (Presidente).

Verificada a existência de quorum regimental, o Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

Relator (a): ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº:159316 - Processo nº: 10840.000147/00-17 - Recorrente: NEUZA FREITAS DE MATOS MEIRELES - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II- Matéria: IRPF Ex(s).: 1996.

DECISÃO: RETIRADO DE PAUTA por ausência da Conselheira Valéria Pestana Marques, que ficou com vista na sessão de março/2010. Os autos deverão retornar à pauta de Maio/2010.

Recurso nº: 161427 - Processo nº: 10640.000557/2007-43 - Recorrente: MARIA ANTÔNIA CAMPOS ALMEIDA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

DECISÃO: Pelo voto de qualidade, DAR provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Lúcia Reiko Sakae e José Evande Carvalho Araújo, que não aceitaram os documentos apresentados pelo contribuinte como prova da efetiva prestação de serviços.

Acórdão nº 2802-00.245

Relator (a): LÚCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 162997 - Processo nº: 10320.001049/2004-52 - Recorrente: MANOEL GOMES PEREIRA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para restabelecer a dedução com os dependentes Leonardo Silva Gomes Pereira e Brenno Silva Gomes Pereira, bem como de despesas com instrução no valor de R$ 3.400, 00.

Acórdão nº 2802-00.246

Recurso nº: 161694 - Processo nº: 10508.000700/2004-89 - Recorrente: JOSEVANDRO RAYMUNDO FERREIRA NASCIMENTO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.247

Recurso nº: 161803 - Processo nº: 10580.004143/2004-01 - Recorrente: CLÁUDIA QUEIROZ FARIAS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001 a 2003.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para restabelecer as deduções com as despesas médicas com Sul América no valor de R$1.575, 60 (ano-calendário 2000) e R$ 1.522, 51 (ano-calendário 2001), bem como com a Dra. Leda Silva Guimarães no valor de 2.100, 00 (ano-calendário 2002).

Acórdão nº 2802-00.248

Recurso nº: 161629 - Processo nº: 11020.003419/2005-14 - Recorrente VALNEI LUIZ AGRA - Recorrida 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, ACATAR a preliminar argüida de desnecessidade de depósito recursal de 30%, e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.249

Recurso nº: 168780 - Processo nº: 10380.000565/2004-55 - Recorrente: FRANCISCO MATOS DE SOUZA - Recorrida: 1A TURMA - DRJ EM FORTALEZA - CE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para restabelecer a dedução com as despesas de instrução no valor de R$1.998, 00.

Acórdão nº 2802-00.250

Recurso nº: 160962 - Processo nº: 10183.003138/2004-55 - Recorrente: JESUS CALHÃO ESTEVES - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.251

Recurso nº: 162891 - Processo nº: 11080.014272/2001-50 - Recorrente: DIRCEU ALMEIDA BARCELOS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.252

Relator (a): CARLOS NOGUEIRA NICACIO

Recurso nº: 157914 - Processo nº: 11030.003060/2004-85 - Recorrente: SÉRGIO LUIZ MALDONADO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.253

Recurso nº: 158273 - Processo nº: 10980.005069/2005-18 - Recorrente: SONIA MARIA PAGLIOSA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.254

Recurso nº: 158646- Processo nº: 10530.001264/2004-88 - Recorrente: PEDRO ADEMI TEIXEIRA BATISTA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Pelo voto de qualidade, DAR provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Lúcia Reiko Sakae e José Evande Carvalho Araújo.

Acórdão nº 2802-00.255

Recurso nº: 157687 - Processo nº: 10680.005395/2004-11 - Recorrente: MAGDA LOURES DE OLIVEIRA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG- Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.256

Recurso nº: 155440- Processo nº: 13558.000946/2003-72 - Recorrente: CLÓVIS NUNES DE AQUINO JÚNIOR - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2001.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para restabelecer a dedução de R$1.700, 00 relativas às despesas de instrução incorridas em benefício de Rodrigo Grilli de Aquino.

Acórdão nº 2802-00.257

Recurso nº: 166350- Processo nº: 10805.001788/2007-44 - Recorrente: MOACIR ZARDI ZIRONDI - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003 a 2005.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso. Declarou-se impedida a Conselheira Lúcia Reiko Sakae, a teor do inc. IV, art. 42 do Regimento Interno do CARF (PMF 256/2009).

Acórdão nº 2802-00.258

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

CARLOS NOGUEIRA NICÁCIO
Presidente em exercício

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Odmir Fernandes (Suplente convocado), José Evande Carvalho Araujo (Suplente convocado) e Carlos Nogueira Nicácio (Presidente em exercício). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sidney Ferro Barros e Valéria Pestana Marques (Presidente).

Verificada a existência de quorum regimental, o Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

Relator (a): ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 159380 - Processo nº: 16045.000562/2006-71 - Recorrente: JOSE ROBERTO MIRANDA - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001 a 2004.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.259

Recurso nº: 159323 - Processo nº: 10855.003001/2006-11 - Recorrente: ALCIDES VARGAS PORTEIRO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

DECISÃO: Vistas para o Conselheiro Carlos Nogueira Nicacio.

Relator (a): LÚCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 163049 - Processo nº: 10935.004633/2004-31 - Recorrente: IVO EDOIR CAMBOIN- Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

DECISÃO: Recurso RETIRADO DE PAUTA por inclusão indevida. O processo deverá retornar à pauta maio/2010.

Recurso nº: 163210 - Processo nº: 10880.018736/00-94 - Recorrente: JOSÉ CARLOS BELLETTI GARCIA - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1995.

DECISÃO: Por maioria de votos, NÃO ACATAR a preliminar de decadência. Vencido o Conselheiro Carlos Nogueira Nicacio, que reconhecia a decadência, e, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.260

Relator (a): CARLOS NOGUEIRA NICACIO

Recurso nº: 152517 - Processo nº: 10830.009342/2003-27 - Recorrente: EDMUNDO IANELLA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1993.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.261

Recurso nº: 155556 - Processo nº:13710.003569/2004-02 - Recorrente: VICTOR COELHO LEAL - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1997.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso pela perda de seu objeto.

Acórdão nº 2802-00.262

Recurso nº:160642 - Processo nº:16707.005709/2004-16 - Recorrente: EINER CABRAL VITÓRIO TORRES - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE- Matéria: IRPF - Ex(s).: 1996, 1997.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO ACATAR a preliminar de decadência e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.263

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

CARLOS NOGUEIRA NICÁCIO
Presidente
Em exercício

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Aos dez dias do mês de maio de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados, resultando na distribuição dos seguintes processos:

Conselheira Lúcia Reiko Sakae:

10820000146200659, 10980005859200595, 10980005860200510, 10830000875200424, 10980006713200567, 10980006714200510, 11050002019200372, 11634000058200617, 13854000304200591.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLÁUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 160937 - Processo nº: 13710.003837/2002-16 - Recorrente: ROSE MARY SANTANA DOS SANTOS - Recorrida: DRJ/RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.264

Recurso nº: 161072 - Processo nº: 10070.003354/2002-14 - Recorrente: EMÍLIO QUINELLATO FILHO - Recorrida: DRJ/RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Isenção lei 7.713/88 - Ex(s).: 2000.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso, para reconhecer o direito à isenção dos rendimentos auferidos da PMERJ (Secretaria de Segurança Pública - CNPJ 42.998.725/0003-63), a partir de 17 de agosto de 1999, e manter a cobrança do tributo incidente sobre os rendimentos auferidos da PMERJ anteriores àquela data, bem como os rendimentos recebidos da SARE e da MBM Previdência Privada.

Acórdão nº 2802-00.265

Recurso nº: 161069 - Processo nº: 10952.000060/2004-69 - Recorrente: . ANTÔNIO MANUEL PINHEIRO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Responsabilidade por infração - Ex(s).: 2001

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.266.

Recurso nº: 161204 - Processo nº: 13858.000135/2004-78 - Recorrente: EMERSON BERNARDES PEREZ QUEREZA - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF. DESPESAS MÉDICAS - Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por maioria de votos, REJEITAR a proposta de realização de diligência apresentada pelo relator e, no mérito, também por maioria de votos, DAR provimento ao recurso. Vencido o Conselheiro Relator no que tange à realização de diligência e, no mérito, a Conselheira Lúcia Reiko Sakae que negava provimento ao recurso.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acórdão nº 2802-00.267

Recurso nº: 161281 - Processo nº: 19404.000596/2002-01 - Recorrente: OSVALDO BISPO DE SANTANA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF. ISENÇÃO. COMPROVAÇÃO DE DEDUÇÕES - Ex(s).: 1997.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, ACOLHER a preliminar de decadência argüida de ofício pelo relator e, no mérito, DAR provimento PARCIAL ao recurso voluntário para extinguir integralmente o crédito tributário litigado, porém sem reconhecer o direito creditório à restituição pleiteado pelo contribuinte por meio da apresentação de DIRPF/1997 retificadora.

Acórdão nº 2802-00.268

Recurso nº: 161483 - Processo nº: 10725.000088/2007-22 - Recorrente: REGILSON PEREIRA PESSANHA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF. RESÍDUO SALARIAL URP DE 1989 - Ex(s).: 2002.

RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO RELATOR.

Recurso nº: 161943 - Processo nº: 10725.000045/2007-47 - Recorrente: CELIO DE AGUIAR THOMAZ - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF. RESÍDUO SALARIAL URP DE 1989 - Ex(s).:2002.

RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO RELATOR.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 159472 - Processo nº: 16004.001186/2006-18 - Recorrente: LAÉRCIO CÂNDIDO FERREIRA- Recorrida: 5ª TURMA/DRJ/SP II - Matéria: IRPF Ex(s).: 2001.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de decadência suscitada pelo recorrente e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.269

Recurso nº: 156389 - Processo nº: 18471.001306/2005-15 - Recorrente: GENERAL VISA DOCS. PARA ESTRANGEIROS E RELOCATION LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA DRJ- RIO DE JANEIRO I - Matéria: IRF Ex(s).:2000.

DECISÃO: Por maioria de votos, ACOLHER a preliminar de decadência com relação aos meses de janeiro a novembro de 2005 e, no mérito, DAR provimento PARCIAL ao recurso para manter a exigência referente ao mês de dezembro de 2005, com redução da multa de ofício de 112, 5% para 75%. Vencidos os Conselheiros Jorge Cláudio Duarte Cardoso e Lúcia Reiko Sakae, que davam provimento em menor extensão.

Acórdão nº 2802-00.270

Recurso nº: 159323 - Processo nº: 10855.003001/2006-11- Recorrente: ALCIDES VARGAS PORTEIRO - Recorrida: 4ª TURMA DRJ/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s).:2005.

Pedido de antecipação de pauta concedido. Nova sustentação oral feita pelo Dr. Remis Estol, OAB/RJ 45.196, em face de alteração da composição da Turma com relação ao mês de abril de 2010.

Vistas à Conselheira Valéria Pestana Marques (Presidente), em face da apresentação, pelo patrono do interessado, de elementos de prova supervenientes.

RELATORA: LÚCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 161127 - Processo nº: 13749000224/2006-13 - Recorrente: ROSILDA CARVALHO BARBOZA - Recorrida: DRJ/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.271

Recurso nº: 161344 - Processo nº: 13884001981/2003-15 - Recorrente: JOSE RENATO ARROYO SIMOES - Recorrida: DRJ/BRASÍLIA-DF - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

DECISÃO: Por maioria de votos, NEGAR provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Carlos Nogueira Nicácio e Sidney Ferro Barros.

Acórdão nº 2802-00.272

Recurso nº: 161300 - Processo nº: 10880007816/2001-49 - Recorrente:.REGINA MARIA GUIBO - Recorrida: DRJ/FORTALEZA/CE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1998.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.273

Recurso nº: 162421 - Processo nº: 11516000365/2007-25 - Recorrente: ROMAR DO ROSARIO - Recorrida: DRJ/FLORIANÓPOLIS-SC - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.274

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 158319 - Processo nº: 13805.013262/96-27 - Recorrente: EMILE TOUFIC SAAD - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO-SP - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1992.

DECISÃO: Por maioria de votos, REJEITAR a preliminar de incompetência deste Colegiado para o julgamento dos autos, suscitada pelo Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio, e, NO MÉRITO, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.275

Recurso nº: 160279 - Processo nº: 14041.000322/2006-81 - Recorrente: IRENE EULÁLIA PIERA SAGGIN - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para afastar tão-só a aplicação da multa isolada.

Acórdão nº 2802-00.276

Recurso nº: 156367 - Processo nº: 14041.000009/2005-61 - Recorrente: MARCOS RUBENS DE OLIVEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para afastar tão-só a aplicação da multa isolada.

Acórdão nº 2802-00.277

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICÁCIO

Recurso nº: 152514 - Processo nº: 10830.009343/2003-71 - Recorrente: FLÁVIO AUGUSTO DE SOUZA FRIAS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1992.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.278

Recurso nº: 159311 - Processo nº: 10840.003147/2001-11 - Recorrente: JOSÉ CARLOS SIMÕES FLÓRIA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.279

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 164733 - Processo nº: 13808.001161/2001-66 - Recorrente: LUIZ CARLOS BARROS BETTARELLO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1996, 1999 e 2000.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.280

Recurso nº: 152546 - Processo nº: 13709.003005/2002-39 - Recorrente: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SOLVENTES, TINTAS E VERNIZES TEMPO LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO I/RJ - Matéria: IRF - Períodos de Apuração: 27/04 de 1990 a 31/03/1993.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para AFASTAR a decadência do direito de pedir da recorrente e determinar o retorno dos autos à origem para apreciação das questões de mérito.

Acórdão nº 2802-00.281

Recurso nº: 159702 - Processo nº: 13009.000300/2002-21 - Recorrente: POSTO JALISCO LTDA. - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO I/RJ - Matéria: IRF - Ex(s).: 1998.

DECISÃO: Por maioria de votos, ACATAR a preliminar de decadência suscitada de ofício pela relatora com relação ao fato gerador ocorrido em 17/04/1997. Vencidos os Conselheiros os Conselheiros Jorge Cláudio Duarte Cardoso e Lúcia Reiko Sakae, que não a acolhiam. Quanto ao fato imponível ocorrido em 25/04/1997, por unanimidade, DAR provimento ao recurso interposto pelo exame do mérito.

Acórdão nº 2802-00.282

Recurso nº: 158632 - Processo nº: 10830.009920/2002-44 - Recorrente: GILMAR ROBERTO GOUVÊA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.283

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLÁUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 161687 - Processo nº: 10920.000312/2004-27 - Recorrente: BERNADETE CONCEIÇÃO CIDRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF. DESPESAS COM INSTRUÇÃO - Ex(s).: 2003.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.284

Recurso nº: 161677 - Processo nº: 10166.001732/2006-81- Recorrente: LUIZ CARLOS PONTUAL DE LEMOS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF. ANISTIADO POLÍTICO. ISENÇÃO. VIGÊNCIA - Ex(s).: 2003.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso voluntário para reconhecer como isentos do imposto de renda, os rendimentos de aposentadoria de anistiado político, recebidos a partir de 29 de agosto de 2002 e exonerar o crédito tributário incidente sobre esses valores.

Acórdão nº 2802-00.285

Recurso nº: 161633 - Processo nº: 10166.010255/2006-45 - Recorrente: DIÓGENES CARRIJO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA-DF - Matéria: IRPF. ISENÇÃO. MOLÉSTIA GRAVE - Ex(s).: 2003.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.286

Recurso nº: 161640 - Processo nº: 13227.000649/2004-50 - Recorrente: CARLOS ALFREDO ANTONIO SAN MIGUEL GOMEZ - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ BELÉM-PA - Matéria: IRPF. DEDUÇÕES - Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por maioria de votos, REJEITAR a preliminar de inexistência de matéria preclusa, vencidos os Conselheiros Ana Paula Locoselli Erichsen e Carlos Nogueira Nicácio que acolhiam tal preliminar e, no mérito, por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para restabelecer tanto a dedução de dois dependentes (os pais), como a dedução de pensão alimentícia no valor de R$ 6.000, 00, além dos valores dos rendimentos tributáveis recebidos de pessoas jurídicas e imposto retido na fonte declarados pelo contribuinte em sua DIRPF2002 constantes dos comprovantes de rendimentos apresentados.

Acórdão nº 2802-00.287

Recurso nº: 161750 - Processo nº: 10680.017973/2005-42 - Recorrente: PEDRO DA SILVA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF. MULTA POR ATRASO - Ex(s).: 2005.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.288

Recurso nº: 161779 - Processo nº: 13982.000213/2004-17 - Recorrente: DILCO TESSARO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF. DEDUÇÕES - Ex(s).: 2003.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.289

Recurso nº: 161807 - Processo nº: 10835.001245/2003-46 - Recorrente: CELSO CAPOVILA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF. GANHO DE CAPITAL. DESAPROPRIAÇÃO - Ex(s).: 1999.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.290

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 159316 - Processo nº: 10840.000147/0017- Recorrente: NEUZA FREITAS DE MATOS MEIRELLES - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1996.

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR provimento ao recurso. Vencida a Conselheira Lúcia Reiko Sakae, que dava provimento em menor extensão.

Acórdão nº 2802-00.291

Recurso nº: 152729 - Processo nº. 19647.003344/2003-54 - Recorrente: PATRÍCIA PAIXÃO DE OLIVEIRA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

DECISÃO Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para afastar tão-só aplicação da multa isolada.

Acórdão nº 2802-00.292

Recurso nº: 155563 - Processo nº. 10835.002761/2005-50 - Recorrente: NAVEGAÇAO FLUVIAL SÃO PAULO MATO GROSSO LTDA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Ex(s).: 2000.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso. Ausente momentaneamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Acórdão nº 2802-00.293

RELATORA: LÚCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 161753 - Processo nº: 10410000737/2004-96 - Recorrente: ERICSON CAVALCANTE TENORIO DE LIMA - Recorrida: DRJ/RECIFE-PE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso. Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por preclusão. Ausente momentaneamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Acórdão nº 2802-00.294

Recurso nº: 162461 - Processo nº: 10920002663/2004-72 - Recorrente: JOAO APARICIO BRAGA - Recorrida: DRJ/FLORIANÓPOLIS-SC - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de nulidade e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso. Ausente momentaneamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Acórdão nº 2802-00.295

Recurso nº: 161587 - Processo nº: 13707001104/2005-49 - Recorrente: CELIA CARDOSO ZUZART - Recorrida: DRJ/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por preclusão. Ausente momentaneamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Acórdão nº 2802-00.296

Recurso nº: 162055 - Processo nº: 13710001328/2003-30 - Recorrente: ANTONIO MAGALHAES DA MOTA - Recorrida: DRJ/JUIZ DE FORA-MG - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso. Declarou-se impedida a Presidente, Valéria Pestana Marques, a teor do inc. IV, art. 42 do Regimento Interno do CARF (PMF 256/2009).

Acórdão nº 2802-00.297

Recurso nº: 162799 - Processo nº: 13808.003972/2001-00 - Recorrente: WOLGRAN PERRI - Recorrida: DRJ/ SANTA MARIA (RS) - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1998.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.298

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 164090 - Processo nº: 10865.002298/2006-70 - Recorrente: JADSON DOS SANTOS - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso. Ausente momentaneamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Acórdão nº 2802-00.299

Recurso nº: 166811 - Processo nº: 11444.000233/2007-94 - Recorrente: FUNDAÇÃO JOÃO DONINI - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: IRF - Ex(s).: 2004.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso. Ausente momentaneamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Acórdão nº 2802-00.300

Recurso nº: 165898 - Processo nº: 10920.003251/2006-11 - Recorrente: ARMANDO PINTO JUNIOR - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002 a 2006.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de nulidade. No mérito, por maioria, DAR provimento PARCIAL ao recurso para afastar a qualificação da multa aplicada, vencida a Conselheira Lúcia Reiko Sakae.

Acórdão nº 2802-00.301

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICÁCIO

Recurso nº: 157905 - Processo nº: 11030.000196/2005-14 - Recorrente: SÉRGIO LUIZ MALDONADO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2001.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.302

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 160240 - Processo nº: 13727.000495/2001-01 - Recorrente: FLÁVIO AFFONSO FERREIRA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Ex(s) 1998 e 1999.

Vista concedida ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte.

Recurso nº: 153884 - Processo nº: 18471.000887/2004-97 - Recorrente: ARETUZA RIBEIRO SILVEIRA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Ex(s) 2000, 2001, 2002 e 2003.

Vista concedida ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 161144 - Processo nº:10580.011309/2006-07 - Recorrente: JOSÉ ANTÔNIO LAGO FRANÇA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR-BA - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002, 2003 e 2004.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, mantendo a exigência nos exatos termos do decisório de 1º grau.

Acórdão nº 2802-00.303

Recurso nº: 162746 - Processo nº: 10510.001431/2007-71 - Recorrente: ROBERTO VITURINO DOS SANTOS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s) 2003.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.304

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLÁUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 162020 - Processo nº: 10245.000789/2005-01- Recorrente: DANIL VON RUFINO DO VALE - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002 e 2003.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.305

Recurso nº: 162229 - Processo nº: 10283.006265/2005-69 - Recorrente: RAIMUNDO ADALBERTO RIBEIRO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF. DESPESAS. MÉDICAS - Ex(s).: 2001.

Vista concedida à Conselheira Lúcia Reiko Sakae.

Recurso nº: 162332 - Processo nº: 10670.000572/2004-91- Recorrente: PROPÉRCIO GOMES BALEEIRO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Vista concedida à Conselheira Lúcia Reiko Sakae.

Recurso nº: 162428 - Processo nº: 10845.002726/2005-11 - Recorrente: ANA PAULA NASCIMENTO CRUZ - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF. MULTA POR ATRASO - Ex(s).: 2005.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.306

Recurso nº: 162424- Processo nº: 10768.000855/2003-73 - Recorrente: LUIZ CARLOS RODRIGUES SILVA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF. MULTAS E JUROS - Ex(s).: 2000.

Vista concedida à Conselheira Lúcia Reiko Sakae.

Recurso nº: 162570 - Processo nº: 10183.001995/2004-11- Recorrente: ANTÔNIO SVERSUTI SOBRINHO- Recorrida: 2ª TURMA/DRJ CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF. MULTA E JUROS. CONCOMITÂNCIA DE MULTAS - Ex(s).: 2001.

DECISÃO Por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares suscitadas pelo recorrente e, no mérito, DAR provimento PARCIAL ao recurso, para afastar tão-só a aplicação da multa isolada.

Acórdão nº 2802-00.307

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 162776 - Processo nº. 10980.005114/2007-98 - Recorrente: GILBERTO ROGÉRIO MAZZO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s).: 2002 a 2005.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para restabelecer as deduções das despesas médicas relativas a LÍGIA NUNES GUERRA no valor de R$ 1.100, 00 e Marco Antonio L. Feres no valor de R$ 1.800, 00.

Acórdão nº 2802-00.308

Recurso nº: 161066 - Processo nº. 16004.001005/2006-53 - Recorrente: ANTONIO TADEU DE ALCÂNTARA VEZZI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - IRPF - Ex(s).: 2001.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.309

Recurso nº: 160398 - Processo nº. 10665.002251/2003-10 - Recorrente: AVANER CONCEIÇÃO DE LACERDA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Ex(s): 1999.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso interposto para restabelecer as deduções de 2 (duas) dependentes (Gislene Aparecida Rosa e Cristina Aparecida Rosa) no valor de R$ 2.160, 00, as deduções com a instrução e despesas médicas das mesmas, respectivamente, nos valores de R$ 2.357, 29 e R$ 5.169, 80.

Acórdão nº 2802-00.310

RELATORA: LÚCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 161394 - Processo nº: 10680001028/2005-29 - Recorrente: MARIA DAS DORES DA ANUNCIACAO OLIVEIRA - Recorrida: DRJ/BELO HORIZONTE-MG -Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.311

Recurso nº: 163083 - Processo nº: 13819002894/2001-99 - Recorrente: TEREZINHA BEZERRA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ/SPO II- Matéria: IRPF - Ex(s).: 1997.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por perempto.

Acórdão nº 2802-00.312

Recurso nº: 162918 - Processo nº: 11610019795/2002-38 - Recorrente: PEDRO MANUEL GUIMARAES DE SOUZA - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ/SPO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

Vista concedida ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 162885 - Processo nº: 10580004971/2005-11 - Recorrente: ALEXANDRE DIAS BARBOSA - Recorrida: DRJ/SALVADOR-BA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Vista concedida ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 162002 - Processo nº: 10907000394/2005-69 - Recorrente: ZIULEI EDGAR HONORATO DOS SANTOS - Recorrida: DRJ/CURITIBA-PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000, 2001, 2002, 2003.

Vista concedida ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 163049 - Processo nº: 10935.004633/2004-31 - Recorrente: IVO EDOIR CAMBOIN - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Vista concedida ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 160403 - Processo nº: 18471.002649/2003-35 - Recorrente: PAULO ROBERTO DE ANDRADE SILVA (ESPÓLIO) - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.313

Recurso nº: 156071 - Processo nº: 10680.006365/2005-11 - Recorrente: SERGIO LUIZ DINIZ - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Vistas concedidas à Conselheira Valéria Pestana Marques (Presidente).

Recurso nº: 156501 - Processo nº: 16707.004229/2003-57 - Recorrente: ANTONIO BENTO SOBRINHO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por perempto.

Acórdão nº 2802-00.314

Recurso nº: 155473 - Processo nº: 11041.000218/2004-36 - Recorrente: ADEMAR GARCIA BATISTELLA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2000 e 2001.

Vistas concedidas à Presidente Valéria Pestana Marques.

Recurso nº: 162089 - Processo nº: 14751.000158/2007-86 - Recorrente: ALAÍDE NÓBREGA LEAL - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2004 e 2005.

Vistas concedidas à Presidente Valéria Pestana Marques.

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICÁCIO

Recurso nº: 155013 - Processo nº: 10930.002761/2004-91 - Recorrente: FRANCISCO CARLOS MELATTI - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.315

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 162865 - Processo nº: 10805.000926/2007-78 - Recorrente: JOÃO SCHELEGER FILHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Ex(s): 2003 e 2004.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.316

Recurso nº: 164255 - Processo nº: 10930.002589/2005-56 - Recorrente: JURACI CARLOS DE PAULA FRANCA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001 e 2002.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.317

Recurso nº: 162828 - Processo nº: 13609.000813/2006-04 - Recorrente: JOSÉ DE JESUS ASSIS BARBOSA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Ex(s): 2005.

Vistas concedidas à Conselheira Lúcia Reiko Sakae.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio, Dayse Fernandes Leite e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATORA: DAYSE FERNANDES LEITE

Recurso nº: 516637 - Processo nº: 10830000814200467 - Recorrente: ASTON PEREIRA NADRUZ - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ/SÃO PAULO-SP - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por perempto.

Acórdão nº 2802-00.318

Recurso nº: 178630 - Processo nº: 11971000639200547 - Recorrente: CELSO LUIZ ROMANO MIZERANI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ/RECIFE-PE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.319

Recurso nº: 516903 - Processo nº: 10675001019200698 - Recorrente: CLAUDIO CARDOSO - Recorrida: 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR provimento ao recurso. Vencida a Relatora Dayse Fernandes Leite. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Acórdão nº 2802-00.320

Recurso nº: 511470 - Processo nº: 10120010315200818 - Recorrente: JOSE JERONYMO RODRIGUES PEREIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA-DF - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2008.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.321

Recurso nº: 504650 - Processo nº: 17248000022200754 - Recorrente: LUIZ GONZAGA CAVAROLI RIBEIRO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Vistas concedidas à Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen .

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recurso nº: 509273 - Processo nº: 10980000178200701 - Recorrente: MARIA LETICIA RAVEN VIANNA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ/CURITIBA-PR - Matéria: IRPF.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.322

Recurso nº: 514521 - Processo nº: 19647009772200633 - Recorrente: NAIR ALICE DE QUEIROZ GRUMBERG - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ/RECIFE-PE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003

Vistas concedidas ao Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 501844 - Processo nº: 13829000382200764 - Recorrente: RICARDO GOMES NOGUEIRA RAMOS - Recorrida: 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO-SP - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

Vistas concedidas ao Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Recurso nº: 501416 - Processo nº: 10821000566200897 - Recorrente: ZACARIAS RIBEIRO NETO - Recorrida: 11ª TURMA/DRJ/SÃO PAULO-SP - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.323

Recurso nº: 166.902 - Processo nº: 10830.003809/2007-59 - Recorrente: IBRAFEM INST BRAS DO FUTURO EMP. ENS LTDA - Recorrida: - 2ª TURMA/DRJ-CAMPINAS-SP - Matéria: IRPF -

DECISÃO: Por maioria de votos, NEGAR provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Ana Paula Locoselli Erichsen e Carlos Nogueira Nicácio, que davam provimento ao recurso.

Acórdão nº 2802-00.324

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2010, ÀS 09:00 HORAS

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e dez, às nove horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados, resultando na distribuição dos seguintes processos:

Conselheiro Sidney Ferro Barros:

10073002745200798, 11543000440200569, 11543003517200471, 10166006090200526, 13433000542200476, 10730002698200791, 13609000690200351, 13749000419200663, 13706000534200634, 13981000170200471, 13130000228200660, 10070001505200704, 10725000213200371, 10840000611200532, 13706004188200400, 13899000126200310, 10680007160200463, 10680004626200479, 10735001024200720.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 161.483 - Processo nº: _10725000088200722 - Recorrente: REGILSON PEREIRA PESSANHA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Vista ao Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Recurso nº: 161.943 - Processo nº: 10725.000045/2007-47 - Recorrente: CELIO DE AGUIAR THOMAZ - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Vista ao Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Recurso nº: 162.229 - Processo nº: 10283.006265/2005-69 - Recorrente: RAIMUNDO ADALBERTO RIBEIRO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão nº 2802-00.325

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Recurso nº: 162.332 - Processo nº: 10670.000572/2004-91 - Recorrente: PROPÉRCIO GOMES BALEEIRO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão nº 2802-00.326

DECISÃO: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Declarou-se impedida a Conselheira Valéria Pestana Marques nos termos do inc. IV, art. 42 do Regimento Interno do CARF (PMF 256/2009).

Recurso nº: 162.424 - Processo nº: 10768.000855/2003-73 - Recorrente: LUIZ CARLOS RODRIGUES SILVA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

Acórdão nº 2802-00.327

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Recurso nº: 162.649 - Processo nº: 13411.000584/2004-65 - Recorrente: ENILDE RAMALHO DE OLIVEIRA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão nº 2802-00.328

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de nulidade do acórdão de 1ª instância suscitada pelo recorrente, em face do efetivo reconhecimento da intempestividade da impugnação apresentada, DEIXANDO assim O MÉRITO DE SER APRECIADO por prejudicado, haja vista que não foi estabelecido o contencioso administrativo fiscal.

Recurso nº: 162.112 - Processo nº: 10882.002294/2005-01 - Recorrente: ANDRÉ SICILIANO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

Acórdão nº 2802-00.329

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 159.323 - Processo nº: 10855.003001/2006-11- Recorrente: ALCIDES VARGAS PORTEIRO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ/SP II- Matéria: IRPF - Ex(s).:2005.

Resolução n.º 2802-00.005

DECISÃO: Por unanimidade de votos, CONVERTER o julgamento em diligência, para juntada aos autos do resultado integral da diligência realizada em cumprimento à Resolução nº 1101-00.007, de 19/06/2006, referente ao processo 10855.003040/2006-18.

Recurso nº: 154.780 - Processo nº: 11070.002353/2005-50 - Recorrente: NARCISO LUIZ RECH - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001 a 2002.

Acórdão nº 2802-00.330

DECISÃO: Por unanimidade de votos DAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 162.918 - Processo nº: 11610019795/2002-38 - Recorrente: PEDRO MANUEL GUIMARAES DE SOUZA - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ/SPO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

Acórdão nº 2802-00.331

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 162.885 - Processo nº: 10580004971/2005-11 - Recorrente: ALEXANDRE DIAS BARBOSA - Recorrida: DRJ/SALVADOR-BA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão nº 2802-00.332

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 162.002 - Processo nº: 10907000394/2005-69 - Recorrente: ZIULEI EDGAR HONORATO DOS SANTOS - Recorrida: DRJ/CURITIBA-PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000, 2001, 2002, 2003.

Acórdão nº 2802-00.333

DECISÃO: Por unanimidade de votos, com base nas conclusões do voto da relatora, ACOLHER a PRELIMINAR de DECADÊNCIA suscitada de ofício para o exercício financeiro de 2000 e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso no que tange aos demais exercícios financeiros. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 163.049 - Processo nº: 10935.004633/2004-31 - Recorrente: IVO EDOIR CAMBOIN - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão nº 2802-00.334

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 155.473 - Processo nº: 11041.000218/2004-36 - Recorrente: ADEMAR GARCIA BATISTELLA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2000 e 2001.

Acórdão nº 2802-00.335

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 156.071 - Processo nº: 10680.006365/2005-11 - Recorrente: SERGIO LUIZ DINIZ - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2002.

Acórdão nº 2802-00.336

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso, para restabelecer as deduções de despesas com os profissionais Ângela Regina Rinco, no valor de R$ 2.600, 00, e Rafael F. C. Varajão, na importe de R$ 3.000, 00. Vencida a Conselheira Lúcia Reiko Sakae que negava provimento total ao recurso. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 162.089 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Processo nº: 14751.000158/2007-86 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Embargada: - Interessado: ALAÍDE NÓBREGA LEAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2004 e 2005.

Acórdão nº 2802-00.337

DECISÃO: Por unanimidade de votos, com fundamento no art. 58 da Portaria MF nº 147, de 25 de junho de 2007 c/c §4º do art. 3º e art. 4º da Portaria MF 256, de 22 de junho de 2009, CONHECER dos embargos interpostos pela Fazenda Nacional e, no mérito, REJEITÁ-LOS para ratificar o acórdão nº 3805-00.088, de 28/05/2009. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICÁCIO

Recurso nº: 162.512 - Processo nº: 13971.002467/2006-52 - Recorrente: MARCOS ANTONIO GONZAGA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002 a 2005.

Acórdão nº 2802-00.338

DECISÃO: Por maioria de votos, ACATAR a preliminar de decadência no que tange tão-só às despesas de instrução e médicas relativas ao exercício financeiro de 2002, no total de R$1.673, 76, vencida a Conselheira Lúcia Reiko Sakae, que fará declaração de voto. No mérito quanto aos demais itens, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Recurso nº: 159.073 - Processo nº: 11060.002709/2005-74 - Recorrente: PAULO GAI - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF Ex(s).: 2003.

Acórdão nº 2802-00.339

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Recurso nº: 161.992 - Processo nº: 10183.005268/2004-22 - Recorrente: JOSÉ CIDALINO CARRARA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão nº 2802-00.340

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares suscitadas e, no mérito, por maioria de votos DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para admitir a dedução de despesas médicas com a Casa de Saúde Santa Tereza (LM Serviços Médicos Ltda) no valor de R$12.000, 00, bem como afastar a qualificação da multa. Vencida a Conselheira Lúcia Reiko Sakae que negava provimento total ao recurso.

Recurso nº: 162.012 - Processo nº: 14041.001017/2005-25 - Recorrente: MANOEL PEREIRA DA SILVA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000 a 2005.

Acórdão nº 2802-00.341

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares e, no mérito, negar provimento ao recurso interposto.

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 160.240 - Processo nº: 13727.000495/2002-01 - Recorrente: Flávio Affonso Ferreira - Recorrida: 2ª TURMA DRJ RIO DE JANEIRO II - Matéria: IRPF - Ex(s) 1998 e 1999.

Acórdão nº 2802-00.342

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 153.884 - Processo nº: 18471.000887/2004-97 - Recorrente: Aretuza Ribeiro Silveira - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Ex(s) 2000, 2001, 2002 e 2003.

Acórdão nº 2802-00.343

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso interposto, para restabelecer as declarações retificadoras apresentadas pela recorrente relativas aos exercícios financeiros de 2000, 2001, 2002 e 2003, cabendo serem aproveitados os pagamentos efetuados pela contribuinte, se devidamente confirmados nos sistemas eletrônicos da Receita Federal do Brasil. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 162.915 - Processo nº: 13804.003228/2002-18 - Recorrente: JOSÉ HOMERO DE QUEIROZ - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão nº 2802-00.344

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 163.315 - Processo nº: 10820.001888/2005-11 - Recorrente: CONCEIÇÃO TORRES LOPES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

Acórdão nº 2802-00.345

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 163.313 - Processo nº: 10820.001886/2005-21 - Recorrente: CONCEIÇÃO TORRES LOPES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

Acórdão nº 2802-00.346

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 162.780 - Processo nº: 10845.003851/2003-87 - Recorrente: JOSÉ ROBERTO FERNANDES RODRIGUES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

Acórdão nº 2802-00.347

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 162.909 - Processo nº: 10283.006695/2006-61 - Recorrente: JOSE GILVANDRO RAPOSO DA CAMARA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

Acórdão nº 2802-00.348

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto para afastar a tributação dos rendimentos auferidos pelo recorrente do Ministério do Trabalho e Emprego a partir do mês de julho de 2004. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 163.158 - Processo nº: 18471.002551/2003-88 - Recorrente: ZILDA DOS SANTOS MESQUITA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

Acórdão nº 2802-00.349

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 163.111 - Processo nº: 13603.000357/2004-82 - Recorrente: JOSÉ SILVA XAVIER DIAS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão nº 2802-00.350

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 159.523 - Processo nº: 11634.000006/2007-21 - Recorrente: ANTONIO CARLOS VIEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Vista ao Conselheiro Jorge Claudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 153.331- Processo nº: 18471.000101/2004-31- Recorrente: MARCELO MARTINEZ RAMOS - Recorrida:1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF- Ex(s).:2001 e 2002.

Acórdão nº 2802-00.351

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 152.414 - Processo nº: 10805.000494/2003-71 - Recorrente: DRH MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. - Recorrida:4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRF - Ano(s): 2002.

Vista à Conselheira Valéria Pestana Marques.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 161.341 - Processo nº: 10835.003607/2004-14 - Recorrente: HEDIVAYNE MAGALHAES SILVA - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ/SPO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão nº 2802-00.352

DECISÃO: Por unanimidade DAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 162.469 - Processo nº: 10855.001861/2004-40 - Recorrente: MARIO CARVALHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ/SPO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão nº 2802-00.353

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 159.699 - Processo nº: 10840.003018/2005-48 - Recorrente: MANOEL LOPES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão nº 2802-00.354

DECISÃO: Por unanimidade DAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 160.330 - Processo nº: 10840.002797/2005-64 - Recorrente: MANOEL LOPES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Vista concedida à Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen.

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 160.992 - Processo nº: 18471.001093/2003-60 - Recorrente: NELSON DE CAMPOS JÚNIOR - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1999.

Acórdão nº 2802-00.355

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto para tão somente excluir como aplicação do cálculo do Acréscimo Patrimonial a Descoberto no mês de janeiro de 1999 a importância de R$31.500, 00. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 157.826 - Processo nº: 11065.003963/2002-05 - Recorrente: INDUSTRIAL DANELLO DE CALÇADOS LTDA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRF- Ex(s).:. 1997.

Vista Conselheira Valéria Pestana Marques.

Recurso nº: 158.731 - Processo nº: 11077.000316/2005-47 - Recorrente: RAUL ZBOROWSKI - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2004.

Acórdão nº 2802-00.356

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente momentaneamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICÁCIO

Recurso nº: 154.799 - Processo nº: 11030.002014/2004-69 - Recorrente: PERLA YOLANDA VILLANOVA DE LEON - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000 a 2003.

Acórdão nº 2802-00.357

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para tão somente afastar a multa de ofício exigida isoladamente em razão do não recolhimento do imposto de renda mensal.

Recurso nº: 165.297 - Processo nº: 10640.001005/2007-52 - Recorrente: ABIGAIL VALLE QUINTÃO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003 a 2005.

Acórdão nº 2802-00.358

DECISÃO: Por unanimidade DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto para que seja admitida a dedução de despesas médicas incorridas em favor de Simoni Aparecida Santana e Marcela Monteiro Ladeira, nos respectivos valores de R$2.500, 00 (ano-calendário 2002) e R$7.520, 00 (ano-calendário 2003). Declarou-se impedida a Conselheira Valéria Pestana Marques nos termos nos termos do inc. IV, art. 42 do Regimento Interno do CARF (PMF 256/2009).

Recurso nº: 154.399 - Processo nº: 10166.007707/2004-40 - Recorrente: MARILAN SALVADOR SANTUCHE - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003 a 2004.

Acórdão nº 2802-00.359

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Recurso n°: 152.064 - Processo n°: 13706.005656/2002-93 - Recorrente: RENAN ARANTES AZEVEDO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão nº 2802-00.360

DECISÃO: Por unanimidade DAR PROVIMENTO ao recurso voluntário interposto. Declarou-se impedida a Conselheira Valéria Pestana Marques nos termos nos termos do inc. IV, art. 42 do Regimento Interno do CARF (PMF 256/2009).

Recurso n°: 154.798 - Processo n°: 11030.001766/2004-11 - Recorrente: JOÃO NELSON FAUHT - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001 e 2002.

Acórdão nº 2802-00.361

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para tão somente afastar a multa de ofício exigida isoladamente em razão do não recolhimento do imposto de renda mensal.

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 162.828 - Processo nº: 13609.000813/2006-04- Recorrente: JOSÉ DE JESUS ASSIS BARBOSA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Ex(s) 2005.

Acórdão nº 2802-00.362

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 162.862 - Processo nº: 13710.000191/2004-87 - Recorrente: MARIA CRISTINA LAURIA FERREIRA CORREA NETTO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão nº 2802-00.363

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto para restabelecer a dedução com despesa com instrução no valor de R$1.998, 00 que havia sido glosada. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 162.948 - Processo nº: 10680.001642/2004-18 - Recorrente: MÁRCIO COUTINHO DE MOURA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão nº 2802-00.364

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio

Recurso nº: 163.410 - Processo nº: 10120.007636/2006-73 - Recorrente: JOAQUIM DILTON DE MOURA ORNELAS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão nº 2802-00.365

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio

Recurso nº: 162.880 - Processo nº: 13003.000436/2002-91- Recorrente: SÉRGIO VICENTE MILA DA ROSA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999.

Acórdão nº 2802-00.366

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar e no mérito NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 163.009 - Processo nº: 10280.000141/2007-61- Recorrente: OSSIAN DA SILVEIRA BRITO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2001.

Acórdão nº 2802-00.367

DECISÃO: Por unanimidade de votos, ACOLHER a preliminar de decadência argüida pelo relator para DAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 163.031 - Processo nº: 13411.000554/2004-59- Recorrente: NÍCIO SILVA PEIXOTO SOBRINHO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão nº 2802-00.368

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto para tão somente afastar o imposto incidente sobre a variação patrimonial a descoberto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 163.084 - Processo nº: 10530.001233/2004-27- Recorrente: MÁRCIO ROBERTO DE FREITAS SOUZA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000, 2001, 2002, 2003.

Acórdão nº 2802-00.369

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares e, no mérito, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto para afastar tão somente a multa de ofício exigida isoladamente em razão do não recolhimento do imposto de renda mensal. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 163.159 - Processo nº: 13739.000390/2001-24- Recorrente: ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999.

Acórdão nº 2802-00.370

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto para excluir da base de cálculo os rendimentos recebidos pelo recorrente da COMSHELL, no valor de R$16.585, 46. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 162.914 - Processo nº: 19515.000616/2002-89- Recorrente: LUIZ ALBERTO FRATINI - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1998, 1999.

Vista concedida ao Conselheiro Sidney Ferro Barros.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 163.699 - Processo nº:10805.000509/2007-25- Recorrente: JOEL VANDERLEI DA SILVA- Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria:IRPF - Ex(s).:2003 e 2004.

Acórdão nº 2802-00.371

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 161.838 - Processo nº:11080.003227/2006-84- Recorrente: DAVI LIMA DE OLIVEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002, 2004, 2005.

Acórdão nº 2802-00.372

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO ACOLHER a preliminar de nulidade do Auto de Infração pela falta de ciência de prorrogação do MPF e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 157.762 - Processo nº:19647.005975/2003-16- Recorrente: ANA SALOMÉ TORRES VERAS - Recorrida:1ª TURMA/DRJ-RECIFE - Matéria: IRPF - Ex(s).:2000.

Vista concedida à Conselheira Valéria Pestana Marques.

Recurso nº: 161.673 - Processo nº: 10730.002428/2003-57 - Recorrente: HÉLIO ARANTES DE CARVALHO BORGES- Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).:2000 a 2002.

Acórdão nº 2802-00.373

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 159.300 - Processo nº: 10283.000197/2005-24 - Recorrente: ADEMIR ALMEIDA REPOLHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

Retirado de pauta a pedido da relatora.

Recurso nº: 160.094 - Processo nº: 10580.003853/2003-24 - Recorrente: VIRGÍNIA MARIA DE OLIVEIRA VAZ VALOIS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

Vista concedida ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 160.553 - Processo nº: 13631.000275/2004-09 - Recorrente: JOSÉ MÁRCIO MOTTA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acórdão nº 2802-00.374
DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Declarou-se impedida a Conselheira Valéria Pestana Marques nos termos nos termos do inc. IV, art. 42 do Regimento Interno do CARF (PMF 256/2009).
Recurso nº: 156.548 - Processo nº: 10980.005859/2005-95 - Recorrente: SILVIO MICHEL DE ROCCO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.
Vista concedida ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.
Recurso nº: 156.552 - Processo nº: 10980.006714/2005-10 - Recorrente: SILVIO MICHEL DE ROCCO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.
Vista concedida à Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen.
Recurso nº: 156.549 - Processo nº: 10980.005860/2005-10 - Recorrente: LUCIANE BRESSIANE VIEIRA DE ROCCO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.
Vista concedida ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.
Recurso nº: 156.550 - Processo nº: 10980.006713/2005-67 - Recorrente: LUCIANE BRESSIANI VIEIRA DE ROCCO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.
Vista concedida à Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen.
RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS
Recurso nº: 157.650 - Processo nº: 10945.002302/2006-18 - Recorrente: MARIA DE LURDES AGOSTINI PICCOLI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2003.
Vista concedida à Conselheira Valéria Pestana Marques.
Recurso nº: 157.290 - Processo nº: 10410.004565/2003-49 - Recorrente: JOAQUIM ARQUIMINIO DE CARVALHO FILHO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2002.
Vista concedida à Conselheira Valéria Pestana Marques.
Recurso nº: 163.193 - Processo nº: 10907.003029/2006-97 - Recorrente: SANDRA MARA ZAMBONI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.
Vista concedida à Conselheira Valéria Pestana Marques.
Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICÁCIO

No julgamento dos itens 69 (recurso-padrão) e 70 a 148 (demais recursos repetitivos), será adotado o procedimento previsto na Portaria CARF nº 83, de 24/09/2009, DOU de 29/09/2009, tendo como idêntica questão de direito a aplicação da Súmula Vinculante n° 08 do STF, de 12/06/2008.

Recurso nº: 509.510 - Processo nº: 13739.001659/2008-66 - Recorrente: JONE VIEIRA TILLI - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.519 - Processo nº: 13747.000277/2007-35 - Recorrente: ADEMIR DA SILVA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.470 - Processo nº: 13736.002082/2007-59 - Recorrente: ALBERICO BRIVALDO DOS SANTOS - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 505.974 - Processo nº: 13701.003318/2008-52 - Recorrente: ALDEMARIO DA TRINDADE - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 514.701 - Processo nº: 13736.002956/2008-59 - Recorrente: ANTONIO DE FRANCA ALVES - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2007.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 505.945 - Processo nº: 13739.001772/2008-41 - Recorrente: ANTONIO MENDES COUTINHO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.500- Processo nº: 13739.000859/2008-00 - Recorrente: ANTONIO MENDES COUTINHO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 507.036 - Processo nº: 15471.005077/2008-62 - Recorrente: CATARINO COSTA DE GOIS - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 178.969 - Processo nº: 13736.002510/2008-24 - Recorrente: CELSO BUENO JUNIOR - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.464 - Processo nº: 13736.002022/2007-36 - Recorrente: FRANCISCO TELES DE MENEZES - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 167.211 - Processo nº: 13736.001125/2007-89 - Recorrente: GETULIO VARGAS DE PEREIRA DURAND - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 179.442 - Processo nº: 10730.004861/2008-31 - Recorrente: GILSON EDGAR PY - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 179.443 - Processo nº: 10730.004862/2008-86 - Recorrente: GILSON EDGAR PY - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2006

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

RECURSO Nº: 506.793 - PROCESSO Nº: 15471.001941/2008-57 - RECORRENTE: HEITOR VIEIRA FILHO - RECORRIDA: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - MATÉRIA: IRPF - EX(S).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 506.743 - Processo nº: 15471.001940/2008-11 - Recorrente: HEITOR VIEIRA FILHO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 506.763 - Processo nº: 15471.001942/2008-00 - Recorrente: HEITOR VIEIRA FILHO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 503.779 - Processo nº: 13727.000444/2008-67 - Recorrente: HERONDINA DE OLIVEIRA CORDEIRO DE ALMEIDA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2007.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 510.787 - Processo nº: 13736.002974/2008-31 - Recorrente: ILSON MATTOS FERREIRA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 510.827 - Processo nº: 13736.002975/2008-85.- Recorrente: ILSON MATTOS FERREIRA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 510.829 - Processo nº: 13736.002976/2008-20 - Recorrente: ILSON MATTOS FERREIRA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 510.798 - Processo nº: 13736.002977/2008-74 - Recorrente: ILSON MATTOS FERREIRA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2007.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 176.612 - Processo nº: 10768.002021/2008-15 - Recorrente: IRINEU RODRIGUES DE OLIVEIRA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 504.005 - Processo nº: 13736.002816/2008-81 - Recorrente: ISRAEL HONORATO SEIDEL - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 177.041 - Processo nº: 13701.100126/2008-93 - Recorrente: IVO CURVELLO VAZ - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 507.384 - Processo nº: 13739.003403/2008-93 - Recorrente: JAIME DAS NEVES - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2007.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.387 - Processo nº: 13736.000931/2008-11 - Recorrente: JAIR SANT ANA DE ARAUJO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 507.069 - Processo nº: 13771.002949/2008-21 - Recorrente: JOAO EVANGELISTA DE SOUZA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 509.506 - Processo nº: 13737.000755/2008-15 - Recorrente: JOAO PEREIRA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 177.704 - Processo nº: 13737.000754/2008-62 - Recorrente: JOAO PEREIRA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 505.448 - Processo nº: 13737.000052/2009-60 - Recorrente: JOAO PEREIRA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2007.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.521 - Processo nº: 13747.000577/2007-14 - Recorrente: JOAO TUROLA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 167.212 - Processo nº: 13736.001940/2007-48 - Recorrente: JORGE ANDRE DE SOUZA GOMES - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 514.576 - Processo nº: 13739.001768/2008-83 - Recorrente: JORGE NEI DE OLIVEIRA SALGADO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 517.038 - Processo nº: 10886.000038/2009-64 - Recorrente: JOSE AGLIBERTO RIBEIRO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2007.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

RECURSO Nº: 172.460 - PROCESSO Nº: 13736.001838/2007-42 - RECORRENTE: JOSE ALEXANDRE TEIXEIRA - RECORRIDA: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - MATÉRIA: IRPF - EX(S).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.466 - Processo nº: 13736.002030/2007-82 - Recorrente: JOSE CONCEICAO SILVA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 500.193 - Processo nº: 13739.003020/2008-15 - Recorrente: JOSE DE ALCANTARA PINTO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 500.222 - Processo nº: 13739.003021/2008-60 - Recorrente: JOSE DE ALCANTARA PINTO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2007.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 512.423 - Processo nº: 13738.001152/2008-12 - Recorrente: JOSÉ EVANDRO NEPOMUCENO DA SILVA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2007.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 507.831 - Processo nº: 13739.000175/2009-81 - Recorrente: JOSE GERALDO LOPES DA COSTA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.143 - Processo nº: 13707.002714/2007-21 - Recorrente: JOSE LUIZ ARAUJO PEREIRA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 511.088 - Processo nº: 13736.002621/2008-31 - Recorrente: JULIO CESAR DOS REIS - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 500.649 - Processo nº: 15471.002159/2008-55 - Recorrente: JUPIRACY GOMES DAMASCENO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 500.646 - Processo nº: 15471.002752/2008-00 - Recorrente: JUPIRACY GOMES DAMASCENO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2007.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.467 - Processo nº: 13736.002079/2007-35 - Recorrente: LAURO FERNANDES DA CRUZ - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.456 - Processo nº: 13736.001775/2007-24 - Recorrente: LEVI ALVES DA CUNHA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 508.712 - Processo nº: 13707.002053/2008-15 - Recorrente: LICIO DANTAS DO NASCIMENTO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 511.749 - Processo nº: 10730.014125/2008-91 - Recorrente: LUIS FERNANDO MELLO DA COSTA ARAUJO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 167.248 - Processo nº: 13736.002359/2007-43 - Recorrente: LUIZ JOSE MACHADO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.407 - Processo nº: 137360.01086/2008-09 - Recorrente: MANOEL DO NASCIMENTO MOREIRA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.457 - Processo nº: 13736.001778/2007-68 - Recorrente: MANOEL PEREIRA DOS SANTOS - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 178.971 - Processo nº: 13736.002405/2008-95 - Recorrente: MARIZE DA CUNHA MELLO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 515.539 - Processo nº: 13736.001761/2008-91 - Recorrente: NEWTON ORTIZ LOPES - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 516.173 - Processo nº: 13736.001741/2008-11 - Recorrente: NILSON EVANGELISTA LIMA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 178.908 - Processo nº: 13739.000944/2008-60 - Recorrente: ORLANDO DE NAZARE GENTIL MENDES - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recurso nº: 505.951 - Processo nº: 13739.003360/2008-46 - Recorrente: ORLANDO DE NAZARE GENTIL MENDES - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.465 - Processo nº: 13736.002029/2007-58- Recorrente: ORLANDO JACINTO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 178.164 - Processo nº: 13736.000131/2008-08 - Recorrente: OTAVIO BORGES DE SOUZA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 516.258- Processo nº: 13739.002350/2008-93 - Recorrente: PAULO CESAR SIQUEIRA PAIVA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 168.410 - Processo nº: 13736.001237/2008-11- Recorrente: PAULO DE ALBUQUERQUE - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 504.024 - Processo nº: 13736.002357/2008-35 - Recorrente: PAULO GILBERTO NASCIMENTO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.501 - Processo nº: 13739.000892/2008-21 - Recorrente: PAULO ROBERTO DOS SANTOS - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2007.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 502.735 - Processo nº: 13738.000872/2008-61 - Recorrente: PAULO ROBERTO ROCHA SALAZAR - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2007.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 505208 - Processo nº: 10166.016717/2008-08 - Recorrente: PEDRO DA SILVA MOREIRA FILHO - Recorrida: DRJ BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2007.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 514.915 - Processo nº: 13736.002776/2008-77 - Recorrente: REGINALDO DOS SANTOS - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 514.938 - Processo nº: 13736.002777/2008-11 - Recorrente: REGINALDO DOS SANTOS - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 515645 - Processo nº: 13736.002778/2008-66 - Recorrente: REGINALDO DOS SANTOS - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.388 - Processo nº: 13736.000934/2008-54 - Recorrente: ROBERTO DOS SANTOS FERREIRA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 501.478 - Processo nº: 13739.002356/2008-61 - Recorrente: ROBERTO VITOR DA SILVA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 516.183 - Processo nº: 13736.001620/2008-79 - Recorrente: ROGERIO LUCIO DO CARMO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2007.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 178.166 - Processo nº: 13736.001232/2008-98 - Recorrente: RUI BATISTA DA SILVA FILHO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 177.896 - Processo nº: 10735.000617/2008-50 - Recorrente: RUY DOS SANTOS - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 169.885 - Processo nº: 10708.000229/2008-04 - Recorrente: SEBASTIAO FERNANDES - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2007.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 169.884 - Processo nº: 10708.000228/2008-51 - Recorrente: SEBASTIAO FERNANDES - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 169.883 - Processo nº: 10708.000227/2008-15 - Recorrente: SEBASTIAO FERNANDES - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 178.959 - Processo nº: 13736.001829/2008-32 - Recorrente: SOSTENIS MARTINS DE ANDRADE - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 172.437 - Processo nº: 13736.001284/2008-64 - Recorrente: TEODORICO VALTER DOS SANTOS - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 503.544 - Processo nº: 10730.007434/2008-13 - Recorrente: VERA LUCIA BRAZ DE ALMEIDA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 167.249 - Processo nº: 13736.002133/2007-42 - Recorrente: WALDOMIRO LESSA DA SILVA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Recurso nº: 178.171 - Processo nº: 13736.001231/2008-43 - Recorrente: WILTON ATAIDE DE SOUZA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2006.

RETIRADO DE PAUTA POR ERRO NA PUBLICAÇÃO.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Dayse Fernandes Leite, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATORA: DAYSE FERNANDES LEITE

Recurso nº: 504.650 - Processo nº: 17248000022200754 - Recorrente: LUIZ GONZAGA CAVAROLI RIBEIRO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão nº 2802-00.375

DECISÃO: Por maioria de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Vencido o Conselheiro Sidney Ferro Barros que dava provimento parcial. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 514.521 - Processo nº: 19647009772200633 - Recorrente: NAIR ALICE DE QUEIROZ GRUMBERG - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ/RECIFE-PE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

Acórdão nº 2802-00.376

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para restabelecer a dedução de R$8.000,00. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 501.844 - Processo nº: 13829000382200764 - Recorrente: RICARDO GOMES NOGUEIRA RAMOS - Recorrida: 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO-SP - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

Acórdão nº 2802-00.377

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 168.419 - Processo nº: 13831000164200608 - Recorrente: ALCIDES ZECA - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-BRASILIA- Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

Acórdão nº 2802-00.378

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Ausente temporariamente o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Dayse Fernandes Leite (Suplente convocada), Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), José Evande Carvalho Araújo (Suplente convocado), Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen e Lúcia Reiko Sakae.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 161.483 - Processo nº: _10725000088200722 - Recorrente: REGILSON PEREIRA PESSANHA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATOR.

Recurso nº: 161.943 - Processo nº: 10725.000045/2007-47 - Recorrente: CELIO DE AGUIAR THOMAZ - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATOR.

Recurso nº: 162.914 - Processo nº: 19515.000616/2002-89- Recorrente: LUIZ ALBERTO FRATINI - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1998, 1999.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATOR.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 159.523 - Processo nº: 11634.000006/2007-21 - Recorrente: ANTONIO CARLOS VIEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATOR.

Recurso nº: 152.414 - Processo nº: 10805.000494/2003-71 - Recorrente: DRH MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. - Recorrida:4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRF - Ano(s): 2002.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATOR.

Recurso nº: 157.762 - Processo nº:19647.005975/2003-16- Recorrente: ANA SALOMÉ TORRES VERAS - Recorrida:1ª TURMA/DRJ-RECIFE - Matéria: IRPF - Ex(s).:2000.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATOR.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 160.330 - Processo nº: 10840.002797/2005-64 - Recorrente: MANOEL LOPES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATORA.

Recurso nº: 159.300 - Processo nº: 10283.000197/2005-24 - Recorrente: ADEMIR ALMEIDA REPOLHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATORA

Recurso nº: 160.094 - Processo nº: 10580.003853/2003-24 - Recorrente: VIRGÍNIA MARIA DE OLIVEIRA VAZ VALOIS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATORA.

Recurso nº: 156.548 - Processo nº: 10980.005859/2005-95 - Recorrente: SILVIO MICHEL DE ROCCO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATORA.

Recurso nº: 156.552 - Processo nº: 10980.006714/2005-10 - Recorrente: SILVIO MICHEL DE ROCCO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATORA.

Recurso nº: 156.549 - Processo nº: 10980.005860/2005-10 - Recorrente: LUCIANE BRESSIANE VIEIRA DE ROCCO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATORA.

Recurso nº: 156.550 - Processo nº: 10980.006713/2005-67 - Recorrente: LUCIANE BRESSIANI VIEIRA DE ROCCO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATORA

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 157.290 - Processo nº: 10410.004565/2003-49 - Recorrente: JOAQUIM ARQUIMINIO DE CARVALHO FILHO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão nº 2802-00.379

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Recurso nº: 157.650 - Processo nº: 10945.002302/2006-18 - Recorrente: MARIA DE LURDES AGOSTINI PICCOLI - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.380

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Vencidos os Conselheiros os José Evande Carvalho de Araújo e Dayse Fernandes Leite (suplentes convocados) que negavam provimento.

Recurso nº: 163.193 - Processo nº: 10907.003029/2006-97 - Recorrente: SANDRA MARA ZAMBONI - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).:.2002.

Acórdão n.º 2802-00.381

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO ACOLHER as preliminares de decadência e de limite de responsabilidade suscitadas pelo recorrente e, no mérito, DAR provimento ao recurso interposto.

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICACIO

Recurso nº: 165.228 - Processo nº: 10640.001125/2007-50 - Recorrente: ÁLVARO ALMEIDA DE MELO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003 a 2005.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acórdão n.º 2802-00.382

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para restabelecer as despesas médicas incorridas em favor de Magno Souza Ribeiro, André Pinheiro Venturelli, Cláudia M. Souza Cabral, Flavia de Paiva e Silva e Elza Marly Cruz de Souza Cabral, nos respectivos valores de R$ 6.500,00, R$ 3.000,00 e R$ 5.004,00 (ano-calendário 2002), R$ 4.000,00 (ano-calendário 2003) e R$ 12.500,00 (ano-calendário 2004). Vencido o Conselheiro José Evande Carvalho de Araújo (suplente convocado) que negava provimento.

Recurso nº: 154.676 - Processo nº: 16707.003444/2003-31 - Recorrente: ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO RODRIGUES - Recorrida: 1ª TURMA-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999 a 2001.

Acórdão n.º 2802-00.383

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Recurso nº: 156.058 - Processo nº: 13002.000008/2002-78 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO NOTRE DAME, NOVA DENOMINAÇÃO DA SOCIEDADE EDUCATIVA BENEFICENTE NOSSA SENHORA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRF - Ano(s).: 1997.

Acórdão n.º 2802-00.384

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 158.589 - Processo nº: 10980.005755/2005-81 - Recorrente: JOSIANE DE FÁTIMA FABIANO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).:2000.

Acórdão n.º 2802-00.385

DECISÃO: Por unanimidade de votos, ACOLHER a preliminar de decadência suscitada pela recorrente, para DAR provimento ao recurso interposto, tendo o Conselheiro José Evande Carvalho de Araújo (suplente convocado) votado pelas conclusões.

Recurso nº: 158.626 - Processo nº: 10980.005934/2005-18 - Recorrente: JORGE DE OLIVEIRA VARGAS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s):2000.

Acórdão n.º 2802-00.386

DECISÃO: Por unanimidade de votos, ACOLHER a preliminar de decadência suscitada pela recorrente, para DAR provimento ao recurso interposto, tendo o Conselheiro Carvalho de Araújo (suplente convocado) votado pelas conclusões.

Recurso nº: 133.998 - Processo nº: 10580.006517/2003-33 - Recorrente: VALDELÍSIO SOUZA DE OLIVEIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1998.

Acórdão n.º 2802-00.387

DECISÃO: Por maioria de votos, AFASTAR a decadência do direito de pedir da recorrente, vencida a Conselheira Dayse Fernandes Leite (suplente convocado) que não acolhia tal preliminar. No mérito, por maioria de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso, vencido o Conselheiro José Evande Carvalho de Araújo (suplente convocado), que votou pela devolução dos autos à Delegacia de origem para julgamento do mérito, com o fito de evitar supressão de instância.

Recurso nº: 158.459 - Processo nº: 10280.002270/2003-61 - Recorrente: RUBEM SOARES DA SILVA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s).:1996.

Acórdão n.º 2802-00.388

DECISÃO: Por maioria de votos, AFASTAR a decadência do direito de pedir da recorrente, vencida a Conselheira Dayse Fernandes Leite (suplente convocado) que não acolhia tal preliminar. No mérito, por maioria de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso, vencido o Conselheiro José Evande Carvalho de Araújo (suplente convocado), que votou pela devolução dos autos à Delegacia de origem para julgamento do mérito, com o fito de evitar supressão de instância.

Recurso nº. 147.324 - Processo nº: 13706.004094/2003-41 - Recorrente: ANTÔNIO BALDIN - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Ex(s) 1984.

Acórdão n.º 2802-00.389

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Recurso nº. 154.237 - Processo nº: 10830.009344/2003-16 - Recorrente: JOÃO DIAS DE ALMEIDA - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Ex(s) 1993.

Acórdão n.º 2802-00.390

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM27 DE JULHO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Dayse Fernandes Leite (Suplente convocada), Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), José Evande Carvalho Araújo (Suplente convocado), Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen e Lúcia Reiko Sakae.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 157.033 - Processo nº: 19647.005599/2003-51 - Recorrente: EDMUNDO THEODOR LUDGREN - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999.

Acórdão n.º 2802-00.391

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO ACOLHER a preliminar suscitada pela recorrente e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Recurso nº: 161.408 - Processo nº: 10768.000070/2002-10 - Recorrente: MARLIN S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRF - Ano(s): 1997.

Acórdão n.º 2802-00.392

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto, para afastar tão-só a exigência da multa isolada no valor de R$ 19.099,03.

Recurso nº: 157.080 - Processo nº: 10680.009925/2003-19 - Recorrente: WASHINGTON JOSÉ DE ALMEIDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2001.

Vista concedida à Conselheira Valéria Pestana Marques.

Recurso nº: 160.610 - Processo nº: 13009.000623/2003-03 - Recorrente: ALBERTO MURILO ACCIOLY - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1999.

Acórdão n.º 2802-00.393

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto para: afastar a exigência a título de depósitos bancários de origem não comprovada que remanescera da decisão de primeira instância (R$ 15.368,07); excluir R$ 8.603,39 da exigência a título de omissão de rendimentos recebidos de pessoas físicas sujeitos ao Carnê-leão e excluir a multa de ofício isolada por falta do recolhimento mensal obrigatório (Carnê-Leão). Vencido o Conselheiro José Evande Carvalho de Araújo (suplente convocado) no concernente ao afastamento da multa isolada, que votou no sentido reduzi-la ao percentual 50% (cinqüenta por cento).

Recurso nº: 157.120 - Processo nº: 10580.009539/2004-36 - Recorrente: MANOEL ADOLFO PICÃO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.394

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto, para que seja reclassificado como "rendimento isento" o valor de R$ 10.442,93 recebido a título de férias indenizadas.

Recurso nº: 157.101 - Processo nº: 13411.001018/2004-71 - Recorrente: ANA ROSA PEIXOTO NASCIMENTO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.395

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICACIO

Recurso nº: 148.834 - Processo nº: 13706.004347/2003-87 - Recorrente: PEDRO ALBERTO PEREIRA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Ex(s): 1993.

Acórdão n.º 2802-00.396

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para anular a decisão de primeira instância, para que a Delegacia de Julgamento tenha a oportunidade de apreciar a manifestação de inconformidade de fls. 101 a 106.

Recurso nº: 158.869 - Processo nº: 14041.000363/2005-96 - Recorrente: JOSE DE FÁTIMA MOURA LEAL - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF- Ex(s): 2003.

Acórdão n.º 2802-00.397

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto, para tão-só afastar a multa de ofício exigida isoladamente em razão do não recolhimento do imposto de renda mensal. Vencido o Conselheiro José Evande Carvalho de Araújo (suplente convocado) que reduzia a penalidade ao percentual de 50% (cinqüenta por cento).

Recurso nº: 159.795 - Processo nº: 10930.003974/2005-11 - Recorrente: ANÉSIO SCOTON - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.398

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, tendo em vista a existência de vício insanável no Auto de Infração litigado, conforme o voto do relator. Vencida a Conselheira Dayse Fernandes Leite (suplente convocado).

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 158.531 - Processo nº: 10680.005094/2004-97 - Recorrente: ANTÔNIO ELIAS NICOMEDES DE MORAES - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Ex(s) 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.

Acórdão n.º 2802-00.399

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Recurso nº: 166.921 - Processo nº: 18471.000536/2007-29 - Recorrente: JACINTO GASPAR - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria:. IRPF - Ex(s) 2003.

Acórdão n.º 2802-00.400

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto para desqualificar o apenamento aplicado no percentual de 150% (cento e cinqüenta por cento) e, por via de conseqüência, acolher a preliminar de decadência suscitada pela recorrente. Vencidos os Conselheiros os José Evande Carvalho de Araújo e Dayse Fernandes Leite (suplentes convocados) que votaram pela manutenção da qualificação da penalidade, além de não acolherem a preliminar decadência por considerarem que se aplicaria ao caso as disposições contidas no art. 173, I, do CTN. O Conselheiro José Evande Carvalho de Araújo apresentará declaração de voto.

Recurso nº: 166.368 - Processo nº: 10980.007974/2003-32 - Recorrente: BANCO VOLVO DO BRASIL S.A - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRF - Períodos de Apuração: 1/4 a 30/06/1998 e 01/07/1998 a 30/09/1998.

Acórdão n.º 2802-00.401

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto para afastar a exigência da multa de ofício vinculada, sem prejuízo do prosseguimento da cobrança das diferenças relativas às DCTFs auditadas. Declarou-se impedido, nos termos do inc. I, Parágrafo Único, do art. 42 do Regimento Interno do CARF (Anexo II da PMF 256/2009), o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE JULHO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 304 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Dayse Fernandes Leite (Suplente convocada), Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), José Evande Carvalho Araújo (Suplente convocado), Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen e Lúcia Reiko Sakae.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 157.122 - Processo nº: 13688.000581/2004-81 - Recorrente: LÚCIA AUGUSTO MARTINS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.402

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso, para que sejam restabelecidas as deduções dos valores pagos aos profissionais Ana Beatriz Baeta Scarpelli Pereira, Fernando José Alves Goulart e Carla Martins Augusto. José Evande Carvalho de Araújo e Dayse Fernandes Leite (suplentes convocados) que negavam provimento.

Recurso nº: 161.929 - Processo nº: 10920.001439/2003-82 - Recorrente: WETZEL S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRF - Ano(s).: 1990 a 1993.

Vista para a Conselheira Valéria Pestana Marques.

Recurso nº: 161.786 - Processo nº: 10907.000349/2005-12 - Recorrente: LUIZ CARLOS DA SILVA FILHO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001 a 2005.

Acórdão n.º 2802-00.403

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, para que sejam restabelecidas as deduções dos valores pagos aos profissionais Jociane Francis Baptista; Andréa Rodrigues Borges e Cláudio Fernando Werlang.

Recurso nº: 154.479 - Processo nº: 11040.001559/2005-10 - Recorrente: MARIA APARECIDA DA FONTOURA FERRÃO (CONJUGE MEEIRO DE CLÁUDIO JOSÉ FERRÃO) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001 a 2002.

Vista para a Conselheira Valéria Pestana Marques.

Recurso nº: 155.814 - Processo nº: 10735.002908/2005-30 - Recorrente: TEREZINHA DE JESUS MARTINS DA SILVA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.404

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Recurso nº: 157.826 - Processo nº: 11065.003963/2002-05 - Recorrente: INDUSTRIAL DANELLO DE CALÇADOS LTDA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRF-Ex(s).:. 1997.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Acórdão n.º 2802-00.405

DECISÃO: Por unanimidade de votos DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto para determinar a alocação dos pagamentos informados como disponíveis no relatório de diligência de fl. 163 e prosseguir na cobrança dos débitos remanescentes das DCTFs auditadas, tudo sem a incidência da multa de ofício vinculada aplicada no percentual de 75% (setenta e cinco por cento).

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICACIO

Recurso nº: 164.414 - Processo nº: 10880.055043/92-55 - Recorrente: RUDIGER NESTOR MADER - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1989.

Acórdão n.º 2802-00.406

DECISÃO: Por maioria de votos, REJEITAR as preliminares suscitada pelo recorrente e, no mérito, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Vencida a Conselheira Valéria Pestana Marques, que negava provimento.

Recurso nº: 162.277 - Processo nº: 10820.002345/2006-00 - Recorrente: CARMEN SHIRLEY LIBERATORI GIMAIEL - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002 a 2006.

Acórdão n.º 2802-00.407

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto, para restabelecer a dedução das despesas médicas nos valores de R$ 6.970,00 para o ano-calendário 2001, R$ 6.490,00 para o ano-calendário 2002, R$ 5.088,00 para o ano-calendário 2003, R$ 7.680,00 para o ano-calendário 2004 e R$ 4.050,00 para o ano-calendário 2005, e afastar a qualificação da multa para as glosas mantidas. Vencido o Conselheiro José Evande Carvalho de Araújo que mantinha a glosa de todas as despesas e a Conselheira Dayse Dayse Fernandes Leite, que, além disso, mantinha a multa qualificada.

Recurso nº: 157.689 - Processo nº: 18471.000471/2005-50 - Recorrente: JOÃO CARLOS MACHADO RIBEIRO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.408

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto, para afastar tão-só a exigência da multa isolada. Vencido o Conselheiro José Evande Carvalho de Araújo que reduzia a penalidade ao percentual de 50% (cinqüenta por cento).

Recurso nº: 158.296 - Processo nº: 10675.000470/2007-79 - Recorrente: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA DOMINGUES - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.409

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto. Declarou-se impedida a Presidente, Valéria Pestana Marques, a teor do inc. IV, art. 42 do Regimento Interno do CARF (PMF 256/2009).

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2010, ÀS 09:00 HORAS

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e dez, às nove horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados, resultando na seguinte distribuição:

LOTE 01 - Conselheira Lúcia Reiko Sakae:

10070.000614/2006-15, 10166.007223/2007-43, 10183.004118/2006-63, 10640.000198/2006-43, 10730.009991/2007-80, 10830.004505/2005-47, 10845.003038/2004-98, 10845.003039/2004-32, 10950.002650/2005-27, 11516.002545/2004-07, 11618.002380/2005-06, 11831.003266/2001-37, 13450.000059/2005-64, 13677.000095/2005-73, 13738.000236/2008-39, 13819.000755/2005-54, 13831.000123/2006-11, 15471.001412/2007-72, 19679.005311/2004-52

LOTE 02 - Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso:

10166.000029/2007-37, 10166.013743/2007-95, 10183.002156/2006-81, 10283.003567/2006-66, 10640.000827/2006-35, 10640.001385/2006-44, 10680.015039/2005-96, 10830.002903/2005-29, 10935.002604/2006-05, 10980.011679/2006-23, 13709.002686/2006-41, 13768.000683/2007-91, 13819.001329/2004-57, 15471.000453/2006-61

LOTE 03 - Conselheira Lúcia Reiko Sakae:

10070.001703/2006-89, 10166.008870/2006-91, 10183.006379/2005-37, 10410.002690/1005-86, 10640.000493/2007-81, 10640.002882/2006-60, 10730.007129/2006-51, 10735.720069/2007-05, 10830.000786/2006-40, 10980.009535/2006-15, 10980.013569/2005-15, 13161.000313/2008-22, 13637.000378/2006-72, 13642.000490/2008-04, 13974.000056/2007-83, 13984.000862/2005-71,

19647.002971/2004-59

LOTE 04 - Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso:

10166.005458/2008-81, 10166.012533/2007-80, 10183.004155/2006-71, 10650.001029/2005-21, 10730.000307/2006-13, 10730.004444/2006-21, 10730.006055/2008-06, 10730.006056/2008-42, 10730.007912/2006-15, 10830.004146/2007-90, 11610.007134/2007-74, 13634.000455/2006-14, 13731.000444/2007-17, 13732.000076/2008-88, 13748.000643/2006-65, 13837.000269/2003-56, 15471.001826/2007-00

LOTE 05 - Conselheira Valéria Pestana Marques:

10120.009368/2007-13, 10680.004706/2008-58, 10680.018184/2005-29, 10730.002108/2006-40, 10730.009812/2007-12, 10840.002631/2006-29, 10882.002367/2006-37, 10930.000013/2007-16, 10930.002481/2007-25, 10980.012423/2005-52, 10980.012424/2005-05, 13706.000684/2006-48, 13706.001274/2006-14, 13738.000051/2006-62, 13749.000412/2005-61, 18186.000066/2007-19, 18186.000067/2007-63

LOTE 06 - Conselheira Valéria Pestana Marques:

10166.005331/2008-62, 10166.100677/2006-10, 10183.004383/2006-41, 10680.016275/2005-20, 10735.002479/2007-62, 10825.001621/2007-45, 10840.000475/2007-42, 10980.011810/2006-52, 11618.002577/2005-37, 13424.000017/2005-41, 13603.001012/2005-27, 13688.000094/2006-81, 13731.000496/2007-93, 13732.000841/2007-89, 13749.000878/2007-28, 19647.005627/2005-01, 19647.008541/2006-11

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 161.483 - Processo nº: _10725000088200722 - Recorrente: REGILSON PEREIRA PESSANHA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.410

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para excluir da base de cálculo o valor de R$ 6.527,35, assim como afastar a multa de ofício haja vista de erro escusável cometido pelo recorrente.

Recurso nº: 161.943 - Processo nº: 10725.000045/2007-47 - Recorrente: CELIO DE AGUIAR THOMAZ - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.411

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para afastar tão-só a multa de ofício haja vista erro escusável cometido pelo recorrente.

Recurso nº: 162.914 - Processo nº: 19515.000616/2002-89- Recorrente: LUIZ ALBERTO FRATINI - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1998, 1999.

Acórdão n.º 2802-00.412

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de ilegitimidade passiva. No mérito, por maioria de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso no sentido afastar tão-só a multa de ofício, vencidos os Conselheiros Carlos Nogueira Nicácio e Sidney Ferro Barros.

Recurso nº: 156.175- Processo nº: 10580006526/2003-24- Recorrente: LUIZ ANTONIO DOS SANTOS - Recorrida: DRJ SALVADOR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1996

Acórdão n.º 2802-00.413

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para afastar a decadência suscitada em 1ª instância, reconhecendo, por via de conseqüência, o direito creditório do recorrente correspondente à variação da UFIR de abril de 1995 a dezembro de 1995 e da SELIC de janeiro de 1996 a abril de 1996.

Recurso nº: 156.504- Processo nº: 10580.012567/2003-50- Recorrente: CARLINDA DE SANTANA - Recorrida: DRJ SALVADOR - Matéria: IRPF - Ex(s).:1999

Acórdão n.º 2802-00.414

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para reconhecer o direito creditório do requerente correspondente aos juros equivalentes à SELIC calculados a partir do mês subseqüente ao da retenção indevida até mês de abril de 1999.

Recurso nº: 156.506- Processo nº: 10580.006772/2004-67- Recorrente: IEDA ROCHA MARTINS - Recorrida: DRJ SALVADOR - Matéria: IRPF - Ex(s).:2000

Acórdão n.º 2802-00.415

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso interposto.

Recurso nº: 156.240- Processo nº: 10825.001236/2003-74- Recorrente: TÉRCIO TARCISIO CARRARRETO - Recorrida: DRJ FORTALEZA - Matéria: IRPF - Ex(s).:2001

Acórdão n.º 2802-00.416

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso interposto.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 159.523 - Processo nº: 11634.000006/2007-21 - Recorrente: ANTONIO CARLOS VIEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATORA.

Recurso nº: 152.414 - Processo nº: 10805.000494/2003-71 - Recorrente: DRH MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. - Recorrida:4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRF - Ano(s): 2002.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATORA.

Recurso nº: 157.762 - Processo nº: 19647.005975/2003-16- Recorrente: ANA SALOMÉ TORRES VERAS - Recorrida:1ª TURMA/DRJ-RECIFE - Matéria: IRPF - Ex(s).:2000.

RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATORA.

RELATORA: LÚCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 160.094 - Processo nº: 10580.003853/2003-24 - Recorrente: VIRGÍNIA MARIA DE OLIVEIRA VAZ VALOIS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

Acórdão n.º 2802-00.417

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para excluir dos rendimentos tributáveis o valor de R$31.765,02, prosseguindo na cobrança do crédito tributário remanescente, com aproveitamento, em sendo o caso, de pagamentos porventura efetuados pela recorrente nos presentes autos.

Recurso nº: 160.330 - Processo nº: 10840.002797/2005-64 - Recorrente: MANOEL LOPES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.418

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso, para tão somente considerar isento o valor de R$ 57.943,48.

Recurso nº: 159.300 - Processo nº: 10283.000197/2005-24 - Recorrente: ADEMIR ALMEIDA REPOLHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

Acórdão n.º 2802-00.419

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso interposto.

Recurso nº: 156.548 - Processo nº: 10980.005859/2005-95 - Recorrente: SILVIO MICHEL DE ROCCO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.420

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso. Vencida a Relatora Conselheira Lúcia Reiko Sakae que negava provimento. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 156.552 - Processo nº: 10980.006714/2005-10 - Recorrente: SILVIO MICHEL DE ROCCO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.421

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso. Vencida a Relatora Conselheira Lúcia Reiko Sakae que negava provimento. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 157.080 - Processo nº: 10680.009925/2003-19 - Recorrente: WASHINGTON JOSÉ DE ALMEIDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.422

DECISÃO: Por maioria de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Vencidos os Conselheiros Carlos Nogueira Nicácio e Guilherme Barranco de Souza (suplente convocado) que davam provimento, sendo que o último apresentará declaração de voto.

Recurso nº: 161.929 - Processo nº: 10920.001439/2003-82 - Recorrente: WETZEL S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRF - Ano(s).: 1990 a 1993.

Vista ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 154.479 - Processo nº: 11040.001559/2005-10 - Recorrente: MARIA APARECIDA DA FONTOURA FERRÃO (CONJUGE MEEIRO DE CLÁUDIO JOSÉ FERRÃO) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001 a 2002.

Acórdão n.º 2802-00.423

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para subtrair do imposto devido os tributos pagos pela empresa Pompéia Participações Ltda sobre as receitas consideradas nos presentes autos como rendimentos da pessoa física.

Recurso nº: 146.875 - Processo nº: 13709.002984/2003-99 - Recorrente: PAULO PLINIO DE OLIVEIRA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: RESTITUIÇÃO IRPF - Ex(s).: 1984.

Acórdão n.º 2802-00.424

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso interposto.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 156.245 (RV 156.425) - Processo nº: 11030.002232/2004-01- Recorrente: TELMO DA ROSA - Recorrida: DRJ SANTA MARIA - Matéria: IRPF - Ex(s).:2000 a 2003.

Acórdão n.º 2802-00.425

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso interposto.

Recurso nº: 156.509 - Processo nº: 13858.000209/2003-95- Recorrente: FRANCISCO LOUREIRO CASSANO - Recorrida: DRJ FORTALEZA- Matéria: IRPF - Ex(s).:2000.

Acórdão n.º 2802-00.426

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso interposto.

Recurso nº: 156.510 - Processo nº: 10675.001118/2004-16- Recorrente: WILLIAN JOSÉ DA COSTA - Recorrida: 4ª TURMA DRJ JUIZ DE FORA- Matéria: IRPF - Ex(s).:2001.

Acórdão n.º 2802-00.427

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para restabelecer as deduções de três dependentes (Willian José da Costa Sobrinho, Luciana dos Santos da Costa e Welington José da Costa Sobrinho) e R$660,00 (seiscentos e sessenta reais) a guisa de despesa com a instrução do dependente Vinícius Pinto Costa. Declarou-se impedida a Presidente, Valéria Pestana Marques, a teor do inc. IV, art. 42 do Regimento Interno do CARF (PMF 256/2009).

Recurso nº: 160.074 - Processo nº: 13890.000194/2006-10- Recorrente: ALINE TEIXEIRA PINTO CORRÊA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL- Matéria: IRPF - Ex(s).:2002.

Acórdão n.º 2802-00.428

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso interposto.

Recurso nº: 160.218 - Processo nº: 10730.001479/2003-61- Recorrente: MARCOS JOSÉ DE SOUZA - Recorrida: DRJ RIO DE JANEIRO II - Matéria: IRPF - Ex(s).:2000.

Acórdão n.º 2802-00.429

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso interposto.

Recurso nº: 160.622 - Processo nº: 13706.004169/2004-75- Recorrente: DILSON FERREIRA DE ANAIDE - Recorrida: DRJ RIO DE JANEIRO II - Matéria: IRPF - Ex(s).:2002.

Acórdão n.º 2802-00.430

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para reconhecer a isenção do imposto de renda sobre os rendimentos auferidos da PMERJ a partir de fevereiro de 2001.

Recurso nº: 156.193 - Processo nº: 13123.000100/2005-12- Recorrente: MARIA DE FATIMA CARNEIRO LEITE - Recorrida: DRJ BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).:2003

Acórdão n.º 2802-00.431

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para restabelecer a dedução de despesas médicas no valor de R$33.963,00. Vencido o Relator Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso e a Conselheira Lúcia Reiko Sakae que davam provimento em menor extensão. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Guilherme Barranco de Souza (suplente convocado).

RELATORA: LÚCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 156.549 - Processo nº: 10980.005860/2005-10 - Recorrente: LUCIANE BRESSIANE VIEIRA DE ROCCO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.432

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso. Vencida a Relatora Conselheira Lúcia Reiko Sakae que negava provimento. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 156.550 - Processo nº: 10980.006713/2005-67 - Recorrente: LUCIANE BRESSIANI VIEIRA DE ROCCO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.433

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso. Vencida a Relatora Conselheira Lúcia Reiko Sakae que negava provimento. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 163.209 - Processo nº: 11610.008002/2002-55 - Recorrente: BERNADETE PAULINO - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ/SPO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2.001.

Acórdão n.º 2802-00.434

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso interposto.

Recurso nº: 163.435 - Processo nº: 11610.008131/2002-43 - Recorrente: CRISTIANNE SACCAB ZARZUR - Recorrida: 3ª TURMA/ DRJ/SPO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2.001.

Acórdão n.º 2802-00.435

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso interposto.

Recurso nº: 162.093 - Processo nº: 13891.000002/2005-76 - Recorrente: OLAVO GONCALVES DA CRUZ - Recorrida: 3ª TURMA/ DRJ/SPO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1.999.

Acórdão n.º 2802-00.436

DECISÃO: Por unanimidade de votos CONHECER do recurso interposto e, no mérito, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao mesmo, para tão somente ver os autos retornarem à 3ª Turma da DRJ/SPO II, para análise de todas as questões suscitadas na impugnação.

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 145.561 - Processo nº: 13707.002795/2003-36 - Recorrente: ABEL LACCA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: RESTITUIÇÃO IRPF- Ex(s).:.1984.

Acórdão n.º 2802-00.437

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso interposto.

Recurso nº: 144.519 - Processo nº: 13710.002931/2003-39 - Recorrente: WILSON DUTRA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: RESTITUIÇÃO IRPF- Ex(s).: 1984.

Acórdão n.º 2802-00.438

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso interposto.

Recurso nº: 131.492 - Processo nº: 10480.011919/00-46 - Recorrente: MURILO AUGUSTO ARAÚJO DE ALENCAR - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1999.

Resolução n.º 2802-00.006

DECISÃO: Por unanimidade de votos, CONVERTER o julgamento EM DILIGÊNCIA no sentido de que a autoridade preparadora de origem junte aos autos cópia do comprovante de ciência da decisão de consulta formulada pela entidade representativa ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO - AMATRA VI, por intermédio de seu Presidente, consoante o processo n.º 10480.015559/99-19.

Recurso nº: 158.160 - Processo nº: 10980.006707/2005-18 - Recorrente: JOSÉ RODRIGUES DA SILVA- Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2000.

Acórdão n.º 2802-00.439

DECISÃO: Por unanimidade de votos, ACOLHER a preliminar de decadência suscitada pelo recorrente para DAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 160.080 - Processo nº: 10280.002218/2005-76- Recorrente: WANDA MARIA PAIXÃO DE SOUSA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL- Matéria: IRPF - Ex(s).:2002.

Acórdão n.º 2802-00.440

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso no que tange à glosa de despesas médicas por incontroversa e, quanto ao mérito, TOMAR a impugnação de fl. 01 como pedido de retificação de item da declaração de rendas da autuada fora da lide, determinando seu retorno à unidade de origem para como tal ser apreciada, tendo como termo inicial para tanto a data de protocolização da peça de fl. 01.

Recurso nº: 160.090 - Processo nº: 10425.001476/2004-62- Recorrente: EDELZITIO PEREIRA DANTAS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL- Matéria: IRPF - Ex(s).:2001.

Acórdão n.º 2802-00.441

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para tão somente excluir do Acréscimo Patrimonial a Descoberto do mês de outubro de 2000 o valor de R$47.000,00.

Recurso nº: 160.202 - Processo nº: 13807.011855/2003-83- Recorrente: CÉLIA MARIA DE ANDRADE GALHARDI - Recorrida: DRJ FORTALEZA- Matéria: IRPF - Ex(s).:2002.

Acórdão n.º 2802-00.442

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para que seja reduzido do rendimento tributável recebido pelo recorrente da Fundação Itaubanco o valor de R$30.000,00, referente ao recibo de fls. 18 firmado por Montenegro e Castelo Advogados Associados.

Recurso nº: 160.216 - Processo nº: 10725.000055/2002-78- Recorrente: JODIMAR FONTES DE AZEVEDO - Recorrida: DRJ CURITIBA- Matéria: IRPF - Ex(s).:2000

Acórdão n.º 2802-00.443

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para tão somente excluir dos rendimentos tributáveis auferidos da Cooperativa dos Produtores de Leite de Campos - Cooperleite - a importância de R$14.068,93, correspondente a 60% desses rendimentos.

Recurso nº: 160.236 - Processo nº: 13706.003860/2003-51- Recorrente: PAULO SILVEIRA DA SILVA PRADO - Recorrida: DRJ BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).:2000.

Acórdão n.º 2802-00.444

DECISÃO: Por unanimidade da de votos, REJEITAR as preliminares argüidas pelo litigante e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO recurso interposto.

Recurso nº: 160.272 - Processo nº: 13819.000212/2004-56- Recorrente: CREUSA SOARES DE MORAES - Recorrida: 3ª TURMA DRJ SÃO PAULO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.445

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, sem prejuízo ao exercício das atribuições da Unidade da Receita Federal de origem de, antes de prosseguir na cobrança do crédito tributário: 1) verificar o andamento da ação judicial que o impugnante aduz integrar, confirmando sua participação: 2) averiguar a hipótese suspensão de sua exigibilidade, à luz do artigo 151 do Código Tributário Nacional e 3) efetuar o cumprimento da decisão judicial definitiva, quando proferida.

RELATORA: LÚCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 163.428 - Processo nº: 13924.000170/2004-56 - Recorrente: HILDA BURIN FRANCIOSI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2.002.

Acórdão n.º 2802-00.446

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso no que tange à omissão de rendimentos lançada, observando-se que a multa por atraso na entrega da declaração aplicada através da notificação de lançamento, em apartado, já foi recolhida pela contribuinte.

Recurso nº: 162.098 - Processo nº: 10907.001604/2005-36 - Recorrente: JOSE PAULO OLIVEIRA VERAS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000, 2001, 2002, 2003, 2004.

Acórdão n.º 2802-00.447

DECISÃO: Por unanimidade de votos, ACATAR a preliminar de decadência argüida apenas para o ano-calendário de 1999 e, para os demais anos, manter a decisão a quo, o que resulta no PROVIMENTO PARCIAL do recurso. Os Conselheiros Valéria Pestana Marques, Carlos Nogueira Nicácio, Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Sidney Ferro Barros e Guilherme Barranco de Souza (suplente convocado), votaram, quanto à decadência, pelas conclusões da relatora.

Recurso nº: 162.854 - Processo nº: 10825.001765/2003-78 - Recorrente: ROBERTO SEITI TAMAMATI - Recorrida: 3ª Turma/DRJ-BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2.001.

Acórdão n.º 2802-00.448

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso, para tão somente exonerar a parte do crédito tributário correspondente à aplicação da multa de ofício sobre o valor do IRRF compensado indevidamente, a qual deverá ser mitigada pela multa de mora prevista na legislação tributária em vigor.

Recurso nº: 163.048 - Processo nº: 19515.003622/2003-79 - Recorrente: MARIA THEREZA RIBEIRO DE A.F.DE CASTRO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF-Depósito Bancário - Ex(s).: 1.999.

Vista ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 159.951 - Processo nº: 18471.000411/2005-37 - Recorrente: MARIA TEREZA DE CARVALHO BRAGA - Recorrida: 3ª Turma/DRJ/RJO-II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2.003.

Acórdão n.º 2802-00.449

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para tão-somente afastar a multa isolada.

Recurso nº: 160.267 - Processo nº: 10510.001854/2004-49 - Recorrente: ANTÔNIO FERNANDES OLIVEIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2.000.

Acórdão n.º 2802-00.450

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para tão-somente afastar a multa isolada.

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 157.473 - Processo nº: 10640.001436/2005-57- Recorrente: HENRIQUE MARQUES LOTT - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2002.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Acórdão n.º 2802-00.451

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Declarou-se impedida a Presidente, Valéria Pestana Marques, a teor do inc. IV, art. 42 do Regimento Interno do CARF (PMF 256/2009).

Recurso nº: 157.138 - Processo nº: 13558.000870/2003-85- Recorrente: BENEDITO ALVES COELHO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1999 a 2002.

Acórdão n.º 2802-00.452

DECISÃO: Por unanimidade de votos. REJEITAR a preliminar de cerceamento de direito de defesa suscitada pelo recorrente e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Recurso nº: 157184 - Processo nº: 13732.000050/2003-25- Recorrente: ALAIR TEIXEIRA DA SILVA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).:.2001.

Acórdão n.º 2802-00.453

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Recurso nº: 157215 - Processo nº: 11070.000768/2005-99- Recorrente: PAULO STASIAK - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2004.

Acórdão n.º 2802-00.454

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para tão somente afastar a exigência do imposto sobre depósitos bancários de origem não comprovada.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 160.555 - Processo nº: 18471.000123/2006-63- Recorrente: EDGAR DIAS RODRIGUES - Recorrida: DRJ RIO DE JANEIRO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002, 2003, 2004.

Retirado de pauta em razão da solicitação de movimentação do processo à DERAT/Rio de Janeiro, conforme Ofício 7893/2010/DICAT/GAB/DRF/RJO1, apresentado ao relator em 18/08/2010.

Recurso nº: 160.763 - Processo nº: 10855.002994/2003-52- Recorrente: CARLOS ROBERTO FARIA - Recorrida: DRJ BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.455

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso interposto.

Recurso nº: 160.963 - Processo nº: 13851.000331/2006-74- Recorrente: SOCIEDADE BENEFICENTE UNIÃO OPERÁRIA - Recorrida: DRJ RIBEIRÃO PRETO - Matéria: IRRF - Ex(s).: 2004.

Acórdão n.º 2802-00.456

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por perda do seu objeto, haja vista que as Perdcomp transmitidos em 03/07/2007 e 29/06/2007 têm o efeito de reconhecimento de dívida e extinguem os débitos sob condição resolutória.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 160.347 - Processo nº: 13210.000061/2004-85 - Recorrente: DIOMEDES NASCIMENTO RIBEIRO - Recorrida: 3ª Turma/DRJ/BEL-PA - IRPF - Ex(s).: 2.001.

Acórdão n.º 2802-00.457

DECISÃO: Por unanimidade DAR provimento ao recurso para restabelecer a declaração apresentada em 29/04/2001, que resultava em imposto a pagar.

Recurso nº 156.924 - Processo nº 10830.000875/2004-24 - Recorrente: SÉRGIO PIO BERNARDES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1998.

Acórdão n.º 2802-00.458

DECISÃO: Por unanimidade de votos, ACOLHER a preliminar de decadência argüida de ofício pela relatora. Votaram pelas conclusões os Conselheiros Guilherme Barranco de Souza, Sidney Ferro Barros e Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº 157.004 - Processo nº 11050.002019/2003-72 - Recorrente: REIMIR NICOLAU SAUSEN - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999 a 2002.

Acórdão n.º 2802-00.459

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por perempto.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:. Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados, resultando na seguinte distribuição:

LOTE 01 - Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio:
10070.001445/2006-31, 10166.010005/2008-77, 10183.003685/2007-83, 10280.002419/2007-35, 10510.003745/2008-90, 10675.001071/2007-25, 10680.006231/2006-72, 10840.000839/2004-41, 10980.00014/2007-75, 11516.001329/2004-36, 13603.001832/2006-08, 13706.000261/2006-28, 13706.001861/2006-11, 13706.003467/2006-18, 13727.000131/2006-47, 13826.000374/2006-67, 13859.000158/2006-34, 13888.000343/2004-10, 15471.003403/2008-05

LOTE 02 - Conselheira Lúcia Reiko Sakae:
10073.100185/2005-74, 10120.007624/2007-20, 10166.001400/2008-69, 10166.010166/2008-61, 10425.000360/2005-97, 10680.008587/2005-60, 10735.001844/2006-31, 10825.001622/2007-90, 10835.000710/2007-55, 10835.002022/2002-15, 11080.006733/2008-97, 11080.006735/2008-86, 11543.000831/2006-64, 11543.002671/2006-98, 13009.000088/2006-25, 13639.000367/2006-72, 13646.000115/2007-35, 13678.000109/2006-20, 13706.006587/2008-21, 13820.000925/2007-23, 13874.000411/2007-42

LOTE 03 - Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso:
10120.009368/2007-13, 10680.004706/2008-58, 10680.018184/2005-29, 10730.002108/2006-40, 10730.009812/2007-12, 10840.002631/2006-29, 10882.002367/2006-37, 10930.000013/2007-16, 10930.002481/2007-25, 10980.012424/2005-05, 13706.000684/2006-48, 13706.001274/2006-14, 13738.000051/2006-62, 13749.000412/2005-61, 18186.000066/2007-19, 18186.000067/2007-63

LOTE 04 - Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso:
10166.005331/2008-62, 10166.100677/2006-10, 10183.004383/2006-41, 10680.016275/2005-20, 10735.002479/2007-62, 10825.001621/2007-45, 10840.000475/2007-42, 10980.011810/2006-52, 11618.002577/2005-37, 13424.000017/2005-41, 13603.001012/2005-27, 13688.000094/2006-81, 13731.000496/2007-93, 13732.000841/2007-89, 13749.000878/2007-28, 19647.005627/2005-01, 19647.008541/2006-11

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 160.075- Processo nº: 18471000563200530- Recorrente: ANNA MARIA DE ASSIS RIBEIRO - Recorrida: DRJ Rio de Janeiro II - Matéria: IRPF - Ex(s).:2003

Acórdão n.º 2802-00.460

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para afastar tão-só a multa isolada aplicada pela falta de recolhimento do carnê-leão.

Recurso nº: 160.693- Processo nº: 10725000061200730 - Recorrente: BENILTON DE SOUZA AMARO - Recorrida: 3ª TURMA DRJ RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).:2002

Acórdão n.º 2802-00.461

DECISÃO: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar e, no mérito, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para afastar tão-só a aplicação da multa de ofício em face de erro escusável.

Recurso nº: 177.455- Processo nº: 13709.002686/2006-41- Recorrente: SERGIO CARL - Recorrida:2ª Turma da DRJ/RIO DE JANEIRO II - Matéria: IRPF - Ex(s).:2003 ISENÇÃO

Acórdão n.º 2802-00.462

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 179.147- PROCESSO Nº: 10183.002156/2006-81- RECORRENTE: ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR - RECORRIDA: 3ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE - MATÉRIA: IRPF - Ex(s).:2003

Acórdão n.º 2802-00.463

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 176.872- Processo nº: 10183.004155/2006-71- Recorrente: ONESIMO NUNES ROCHA - Recorrida: 3ª TURMA DRJ CAMPO GRANDE - Matéria: IRPF - Ex(s).:2005

Acórdão n.º 2802-00.464

DECISÃO: Por unanimidade de votos, RESTABELECER a dedução de despesa médica no valor de R$4.758,48 e, por maioria, EXCLUIR a multa de ofício em face de erro escusável. Vencidos os Conselheiros Jorge Claudio Duarte Cardoso e Lúcia Reiko Sakae quanto ao segundo item. Designado para redigir o voto vencedor tão-só quanto à exclusão da multa de ofício o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 514.928- Processo nº: 13819.001329/2004-57- Recorrente: WAGNER CASTELLANI - Recorrida: 6ª TURMA DRJ SÃO PAULO II - Matéria: IRPF - Ex(s).:2002

Acórdão n.º 2802-00.465

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso. Declarou-se impedida a Conselheira Lúcia Reiko Sakae nos termos do inc. IV, art. 42 do Regimento Interno do CARF (PMF 256/2009).

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº 159.523 - Processo nº 11634.000006/2007-21 - Recorrente: ANTONIO CARLOS VIEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex (s): 2002.

Acórdão n.º 2802-00.466

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº 152.414 - Processo nº 10805.000494/2003-71 - Recorrente: DRH MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRF - Ano (s) 2002.

Vista ao Conselheiro Jorge Claudio Duarte Cardoso.

Recurso nº 157.762 - Processo nº 19647.005975/2003-16 - Recorrente: ANA SALOMÉ TORRES VERAS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria/IRPF - Ex (s) 2000.

Acórdão n.º 2802-00.467

DECISÃO: Por unanimidade de votos NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 162.259 - Processo nº: 10825.000377/2003-70 - Recorrente: FERNANDO DE BARROS PAULINO - Recorrida: 3ª TURMA DRJ BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000 e 2001.

Acórdão n.º 2802-00.468

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 163.048 - Processo nº:19515.003622/2003-79 - Recorrente: MARIA THEREZA RIBEIRO DE A.F.DE CASTRO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF-Depósito Bancário - Ex(s).: 1999.

Acórdão n.º 2802-00.469

DECISÃO: Por unanimidade de votos DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 162.700 - Processo nº: 13558.001065/2005-31 - Recorrente: RENATO COELHO TEIXEIRA. - Recorrida: .. 3ª TURMA/DRJ/SDR (BA) - Matéria: IRPF-Depósito Bancário - Ex(s).: 2000.

Acórdão n.º 2802-00.470

DECISÃO: Por maioria de votos, ACOLHER A PRELIMINAR de decadência para DAR PROVIMENTO ao recurso. Vencida a relatora Lúcia Reiko Sakae. Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen.

Recurso nº: 161.597 - Processo nº: 10725.000064/2007-73 - Recorrente: JORGE PACHECO DAS DORES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.471

DECISÃO: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar e, no mérito, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para afastar tão-só a aplicação da multa de ofício em face de erro escusável.

Recurso nº: 162.196 - Processo nº: 10725000081200719. - Recorrente: ANTONIO PAULO DA SILVA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.472

DECISÃO: Por unanimidade de votos, embora com fulcro em fundamentos diversos, ACOLHER A PRELIMINAR de decadência para DAR PROVIMENTO ao recurso. A Conselheira Valéria Pestana Marques apresentará declaração de voto.

Recurso nº: 162.595- Processo nº: 17883.000265/2005-35 - Recorrente: JOSE ROBERTO PORTUGAL COMPASSO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Vistas ao Conselheiro Jorge Claudio Duarte Cardoso.

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 161.929 - Processo nº: 10920.001439/2003-82 - Recorrente: WETZEL S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRF - Ano(s).: 1990 a 1993.

Retirado de pauta por ausência justificada do Conselheiro Relator.

Recurso nº: 159.467 - Processo nº: 10840.002043/2003-42 - Recorrente: JOSE ANTONIO DA SILVEIRA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2000.

Retirado de pauta por ausência justificada do Conselheiro Relator.

Recurso nº: 155.720 - Processo nº: 11080.004125/2002-52 - Recorrente: MARIA HELENA LISOT - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1998 a 2000.

Retirado de pauta por ausência justificada do Conselheiro Relator.

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICACIO

Recurso nº: 159.204 - Processo nº: 10860.003841/2003-53- Recorrente: MARCO ANTONIO FERREIRA - Recorrida: 1ª Turma da DRJ em Fortaleza/CE- Matéria: IRRF- Ex(s).: 1998.

Acórdão n.º 2802-00.473

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 154.946 - Processo nº: 10580.003370/2003-20 - Recorrente: JOSE OLIVEIRA CASTRO - Recorrida: 3ª Turma da DRJ em Belém/PA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acórdão n.º 2802-00.474

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 160.232 - Processo nº: 10410.005045/2003-53 - Recorrente: NELSON SIMOES COSTA - Recorrida: 1ª Turma da DRJ em Recife/PE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Vistas à Conselheira Lúcia Reiko Sakae.

Recurso nº: 157.377 - Processo nº: 18471.000399/2005-61 - Recorrente: JONSON ANDRADE DA SILVA - Recorrida: 3ª Turma da DRJ no Rio de Janeiro/RJII - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.475

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para afastar tão-só a multa isolada aplicada pela falta de recolhimento do carnê-leão.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:. Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

Recurso nº: 170.393- Processo nº: 10830.002903/2005-29- Recorrente: JOSÉ ROBERTO DIONÍSIO - Recorrida: 6ª TURMA DRJ BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).:2001.

Acórdão n.º 2802-00.476

DECISÃO: Por unanimidade de votos DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 177.530- Processo nº: 10166.000029/2007-37- Recorrente: ANTÔNIO JOÃO PAULINO - Recorrida: 6ª TURMA DA DRJ BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).:2002.

Acórdão n.º 2802-00.477

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares e no mérito DAR PROVIMENTO ao recurso..

Recurso nº: 177.449- Processo nº: 10935.002604/2006-05- Recorrente: ORIVAL ALVES - Recorrida: 7ª TURMA DRJ CURITIBA - Matéria: IRPF - Ex(s).:2003.

Acórdão n.º 2802-00.478

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso. Vencida a Conselheira Lúcia Reiko Sakae que dava provimento em menor extensão.

Recurso nº: 177.897- Processo nº: 10640.001385200644 - Recorrente: SANDRA MARIA BELFORT VILLELA DE ANDRADE - Recorrida: 4ª TURMA DRJ JUIZ DE FORA - Matéria: IRPF - Ex(s).:2003.

Acórdão n.º 2802-00.479

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para tão-somente restabelecer as deduções a título de despesas médicas no valor de R$37.670,00. Vencida a Conselheira Lúcia Reiko Sakae que dava provimento em menor extensão.

Recurso nº: 178.380- Processo nº: 10166.012533/2007-80- Recorrente: PAULO DA GAMA ROSA CARDOSO - Recorrida: 6ª TURMA DRJ BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).:2003.

Acórdão n.º 2802-00.480

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para restabelecer como despesas médicas o valor de R$7.523,96.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 162.252 - Processo nº: 13888.000381/2003-91 - Recorrente: ANTONIO JOSÉ LASARO APRILANTE - Recorrida: 1ª TURMA DRJ FORTALEZA/CE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999.

Acórdão n.º 2802-00.481

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 159.974 - Processo nº: 10835.001576/2003-86 - Recorrente: MARÇO AURÉLIO DIAS BATISTA - Recorrida: 2ª TURMA DRJ BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999.

Acórdão n.º 2802-00.482

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 162.582 - Processo nº: 11543.003475/2004-79 - Recorrente: PAULO DA SILVA PINHO - Recorrida: 3ª TURMA DRJ RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001 a 2003.

Vistas à Conselheira Valéria Pestana Marques.

Recurso nº: 160.307 - Processo nº: 19515.000012/2002-32 - Recorrente: RENATO MEZAN - Recorrida: 3ª TURMA DRJ BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1995.

Acórdão n.º 2802-00.483

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso pelo reconhecimento ex-officio da decadência do direito de lançar em face de inovação com relação ao que constou da notificação de lançamento originalmente anulada por vício formal.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 162.016 - Processo nº: 13411.000590/2004-12 - Recorrente: BERNARDINO RODRIGUES COELHO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.484

DECISÃO: Por maioria de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Vencido o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio que afastava a aplicação da multa isolada aplicada pela falta de recolhimento do carnê-leão.

Recurso nº: 160.306 - Processo nº: 13706.006016/2002-09 - Recorrente: FABIO TAIAR HARA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999.

Acórdão n.º 2802-00.485

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 160.345 - Processo nº: 18471.000407/2005-79 - Recorrente: RODOLFO FERNANDES MIGNONE. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ/RJ II - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2003.

Por unanimidade de votos DAR PROVIMENTO ao recurso. Ausente justificadamente o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Acórdão n.º 2802-00.486

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso, que versa tão-só sobre a aplicação da multa isolada pela falta de recolhimento do carnê-leão.

Recurso nº: 160.310 - Processo nº: 14041.000077/2005-21 - Recorrente: ANTONIO FERNANDES SECCHIN. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ/BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.487

DECISÃO: Por unanimidade de votos. DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 160.266 - Processo nº: 10183.001534/2004-48 - Recorrente: SEMY STEPHAN - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ/CGE(MS) - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.488

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL, para tão- somente acatar a dedução a título de despesas médicas no valor de R$ 1.980,00.

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 160.336 - Processo nº: 13807.007345/99-37 - Recorrente: MARJORIE CILONE - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1997.

Retirado de pauta por ausência justificada do Conselheiro Relator.

Recurso nº: 158.402 - Processo nº: 13706.001487/2003-01 - Recorrente: CÂNDIDA VIRGÍNIA RIBEIRO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2000.

Retirado de pauta por ausência justificada do Conselheiro Relator.

Recurso nº: 155.622 - Processo nº: 10380.013124/2003-32 - Recorrente: GERMANA DE OLIVEIRA MORAES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2002.

Retirado de pauta por ausência justificada do Conselheiro Relator.

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICACIO

Recurso nº: 148.015 - Processo nº: 13737.000286/2000-34 - Recorrente: PAULO CEZAR MONTEIRO - Recorrida: 3ª Turma da DRJ no Rio de Janeiro/RJI - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1998.

Acórdão n.º 2802-00.489

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para reconhecer as deduções relacionadas aos pagamentos com instrução, exames laboratoriais e planos de saúde dos dependentes, no valor total de R$7.035,74, lançadas indevidamente pelo recorrente como despesas de livro caixa.

Recurso nº: 156.145 - Processo nº: 10768.012801/2003-51 - Recorrente: HERRY ROSEMBERG - Recorrida: 3ª Turma da DRJ no Rio de Janeiro/RJII- Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999.

Retirado de pauta para retorno dos autos à Unidade de origem com o fito de que seja dada ciência ao recorrente do resultado da diligência efetuada em 2ª instância.

Recurso nº: 159.550 - Processo nº: 10331.000188/2004-30 - Recorrente: FÁTIMA DE MARIA CERQUEIRA SOUZA RODRIGUES - Recorrida: 1ª Turma da DRJ em Fortaleza/CE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000 a 2003.

Vistas à Conselheira Valéria Pestana Marques.

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso n.º: 158.533 - Processo nº: 13558.000313/2004-45- Recorrente: HERCÍLIA MARIA DE SOUZA CAMPOS SILVA - Recorrida: 3ª Turma DRJ Salvador - Matéria: IRPF - Anos-calendários 1998 e 1999.

Acórdão n.º 2802-00.490

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso, para afastar da exigência a totalidade dos depósitos bancários de origem não comprovada lançados para o ano-calendário de 1999, qual seja R$ 25.708,04, por inferior aos limites legais aplicáveis ao caso.

Recurso nº: 159.036 - Processo nº: 10280.002017/2005-79- Recorrente: JOSÉ JENUINO FERREIRA - Recorrida: 2ª TURMA DRJ Belém - Matéria: IRPF - Ano-calendário: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.491

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso em face de erro material contido na decisão de 1ª instância.

Recurso n.º: 156.172 - Processo nº: 13161.001219/2003-86 - Recorrente: MARLI SONETE DA SILVA HAAS - Recorrida: 2ª Turma DRJ Campo Grande: IRPF - Matéria: IRPF - Ex(s) 2002.

Acórdão n.º 2802-00.492

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:. Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 178.383- Processo nº: 10166.013743/2007-95- Recorrente: ELISABETH MARIA BAETA DE MENDONÇA - Recorrida: 6ª TURMA DRJ BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).:2005

Acórdão n.º 2802-00.493

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 178.487- Processo nº: 10283.003567/2006-66- Recorrente: JAYME ROBERTO CABRAL ÍNDIO DE MAUES - Recorrida: 2ª TURMA DRJ BELÉM - Matéria: IRPF - Ex(s).:2003

Acórdão n.º 2802-00.494

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso tão-somente para restabelecer a título de dedução de despesa médica o valor de R$44.000,00 referente ás despesas com Manoel Domingos Sávio da Silva Mouco (R$25.000,00) e Lecy Isabel Macedo Rivero (R$19.000,00).

Recurso nº: 503.883- Processo nº: 13768.000083/2007-91- Recorrente: FABÍOLA GOMES DE AMORIM - Recorrida: 1ª TURMA DRJ RIO DE JANEIRO II - Matéria: IRPF - Ex(s).:2004

Acórdão n.º 2802-00.495

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 178.880- Processo nº: 10640.000827/2006-35- Recorrente: BENVIRR TOSTES - Recorrida: 4ª TURMA DRJ JUIZ DE FORA - Matéria: IRPF - Ex(s).:2003.

Acórdão n.º 2802-00.496

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 503.939- Processo nº: 15471.000453/2006-61- Recorrente: ALOYSIO ALVES MACIEL NETO - Recorrida: 6ª TURMA DA DRJ RIO DE JANEIRO II - Matéria: IRPF - Ex(s).:2003

Acórdão n.º 2802-00.497

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº 156.085 - Processo nº. 10218.000231/2003-82 - Recorrente: ALÍPIO JOSÉ TEIXEIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex. (s) 1999.

Vistas à Conselheira Lúcia Reiko Sakae.

Recurso nº 154.320 - Processo nº 14041.000133/2005-27 - Recorrente: ADALBERTO ALVES DE OLIVEIRA - Recorrida: 4ª Turma/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Ex. (s) 2003.

Acórdão n.º 2802-00.498

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto para excluir tão-só a multa isolada aplicada pela falta de recolhimento do carnê-leão.

Recurso nº 154.751 - Processo nº 10907.000823/2004-17 - Recorrente: VALDEMAR ARAUJO DA SILVA - Recorida: 3ª Turma/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s). 2002.

Acórdão n.º 2802-00.499

DECISÃO: Por unanimidade de votos REJEITAR as preliminares e no mérito DAR PROVIMENTO ao recurso.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 160.248 - Processo nº: 13637.000079/2006-38 - Recorrente: ELIELSON NUNES CARDOSO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.500

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Declarou-se impedida a Conselheira Valéria Pestana Marques, nos termos do inc. IV, art. 42 do Regimento Interno do CARF (PMF 256/2009).

Recurso nº: 160.387 - Processo nº: 11065.003385/2006-22 - Recorrente:. LUIZ CLÓVIS MARTINS PEREIRA - RECORRIDA: 4ª TURMA/DRJ/POÁ - MATÉRIA: IRPF - EX(S).: 2004 E 2006.

Vistas à Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recurso nº: 168.884 - Processo nº: 10166.007223/2007-43 - Recorrente: EDUARDO MAKOTO SATO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ/BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

Acórdão n.º 2802-00.501

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para excluir da omissão de rendimentos lançada o valor de R$ 18.091,71.

Recurso nº: 170.588 - Processo nº: 10845.003038/2004-98 - Recorrente: CÉLIO ANTONIO BARROS NORI - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ/SPO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999.

Acórdão n.º 2802-00.502

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso ao recurso pelo reconhecimento ex-officio da decadência do direito de lançar o crédito tributário principal, aplicando aos juros, como acessório, a sorte do principal.

Recurso nº: 170.589 - Processo nº:10845.003039/2004-32 - Recorrente: CÉLIO ANTONIO BARROS NORI - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ/SPO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1998.

Acórdão n.º 2802-00.503

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso ao recurso pelo reconhecimento ex-officio da decadência do direito de lançar o crédito tributário principal, aplicando aos juros, como acessório, a sorte do principal

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 159.128 - Processo nº: 10830.009714/2002-34 - Recorrente: FRANCISCO ROSA NETO- Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1997.

Retirado de pauta por ausência justificada do Conselheiro Relator.

Recurso nº: 156.826 - Processo nº: 15374.002084/2003-04- Recorrente: LUSMAR MACIEL PEREIRA (ESPÓLIO) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1999.

Retirado de pauta por ausência justificada do Conselheiro Relator.

Recurso nº: 158.727 - Processo nº: 10140.003027/2003-64- Recorrente: VITORIO RAMANINI NETO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1999.

Retirado de pauta por ausência justificada do Conselheiro Relator.

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICACIO

Recurso nº: 159.092 - Processo nº: 13738.000006/2006-16 - Recorrente: NADEGE GOMES ARAÚJO - Recorrida: 1ª Turma da DRJ no Rio de Janeiro/ RJI - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.504

DECISÃO: Por unanimidade de votos DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso tão- só para afastar a aplicação da multa de ofício de 75% sobre a parcela da restituição a ser devolvida pela recorrente.

Recurso nº: 159.091 - Processo nº: 13738.000050/2006-18 - Recorrente: PAULO ROBERTO LOPES - Recorrida: 1ª Turma da DRJ no Rio de Janeiro/RJII - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.505

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para restabelecer a dedução das despesas médicas glosadas, no valor de R$10.740,00 (de forma a admitir a dedução integral pleiteada pelo contribuinte em sua Declaração de Ajuste Anual, no valor de R$19.035,00), e, por via de conseqüência, deixando de ter substrato a multa de ofício de 75%. Os Conselheiros Jorge Claudio Duarte Cardoso e Lúcia Reiko Sakae votaram pela conclusões.

Recurso nº: 155.812 - Processo nº: 10410.004435/2003-14 - Recorrente: ISNALDO BULHÕES BARROS JÚNIOR - Recorrida: 1ª Turma da DRJ em Recife/PE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.506

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 158.463 - Processo nº 13706.000059/2003-53 - Recorrente: JOSÉ AUGUSTO MACHADO DA COSTA E SILVA - Recorrida: 4ª Turma/DRJ Brasília - Matéria: IRPF - Ex(s) 2000.

Acórdão n.º 2802-00.507

DECISÃO: Por unanimidade de votos DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso tão-somente para admitir como dedução da base de cálculo do imposto de renda referente ao exercício em questão as quantias de R$ 150,76 e R$ 6.350,44 a guisa de contribuição à previdência oficial e pensão alimentícia judicial e reconhecer o direito creditório porventura decorrente. Ausente, momentaneamente, a Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen.

Recurso nº: 156.167 - Processo nº: 10907.000672/2004-05 - Recorrente: DANIEL JOSÉ DA COSTA - Recorrida: 4ª Turma DRJ Curitiba - Matéria: IRPF - Ex(s) 1999, 2000, 2001 e 2003.

Acórdão n.º 2802-00.508

DECISÃO: Por unanimidade de votos DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para tão-só acolher a preliminar de decadência atinente ao exercício financeiro de 1999.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:. Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 163.320- Processo nº: 13888.001376/2002-15- Recorrente: ADALBERTO JOSÉ FONSECA ZANELLO - Recorrida: 3ª Turma da DRJ/SP0II - Matéria: IRPF - Ex(s).:2000

Acórdão n.º 2802-00.509

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso tão somente para restabelecer a importância de R$225.462,76 como dedução do Livro Caixa referente aos pagamento à Clínica Zanello.

Recurso nº: 171.155- Processo nº: 10980.011679/2006-23- Recorrente: ANTONIO IVANIR GONÇALVES DE AZEVEDO - Recorrida: 4ª TURMA DRJ CURITIBA - Matéria: IRPF - Ex(s).:2001

Acórdão n.º 2802-00.510

DECISÃO: Por unanimidade de votos, conhecer do recurso por tempestivo e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO.

Recurso nº: 156.242- Processo nº: 10580011389200340- Recorrente: WILSON GONDIM FILHO - Recorrida: 3ª TURMA DRJ SALVADOR - Matéria: IRPF - Ex(s).:1999

Acórdão n.º 2802-00.511

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para reduzir a multa ao seu valor mínimo, qual seja R$538,93.

Recurso nº: 162.703- Processo nº: 10805.002689/2003-56- Recorrente: ROLAND GILJUM - Recorrida: 5ª TURMA DA DRJ SÃO PAULO II - Matéria: IRPF - Ex(s).:1991

Acórdão n.º 2802-00.512

DECISÃO Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para REJEITAR A DECADÊNCIA DO DIREITO DE PEDIR do contribuinte, devolvendo os autos à origem para apreciação das razões de mérito. Vencidos o Relator Jorge Cláudio Duarte Cardoso e a Conselheira Lúcia Reiko Sakae que suscitavam a decadência do direito do interessado. Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Valéria Pestana Marques.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº 162.325 - Processo nº 11.075.002859/2005-19 - Recorrente: EDINILSON RAFAEL ALVES FAGUNDES - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF - Ex(s) 2001 a 2003.

Vistas à Conselheira Valéria Pestana Marques.

Recurso nº: 155.930 - Processo nº: 10768.102125/2003-14 - Recorrente: ROBERTO CAVALLIERI VOMMARO- Recorrida: 1ª TURMA/ DRJ RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999.

Acórdão n.º 2802-00.513

DECISÃO Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de decadência referente à constituição do crédito tributário decorrente de omissão de rendimentos por depósitos bancários de origem não comprovada e, por maioria, REJEITAR a referente ao ganho líquido de renda variável, vencidos nesse ponto os Conselheiros Valéria Pestana Marques e Carlos Nogueira Nicácio. No mérito NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 168.417 - Processo nº: 13450.000059/2005-64 - Recorrente: JOSUÉ MARTINS DE SOUSA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.514

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso

Recurso nº: 173.603 - Processo nº: 15471.001412/2007-72 - Recorrente: JOSÉ DE ALBUQUERQUE ALVES - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

Acórdão n.º 2802-00.515

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso

Recurso nº: 168.716 - Processo nº: 10070.000614/2006-15 - Recorrente: CEZAR LUIZ BROCHADO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.516

DECISÃO: Por unanimidade de votos DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 174.614 - Processo nº: 19679.005311/2004-52 - Recorrente: SERGIO PAULO DANTAS - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ/SPO II - Matéria: IRPF -Glosa de IRF - Ex(s).: 1999.

Acórdão n.º 2802-00.517

DECISÃO: Por unanimidade de votos DAR PROVIMENTO ao recurso no que tange à lide instaurada, relativa tão-só quanto á glosa do IRRF.

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 159.759 - Processo nº: 18471.002188/2003-09- Recorrente: ANTONIO SOARES CALÇADA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1999 a 2001.

Retirado de pauta por ausência justificada do Conselheiro Relator.

Recurso nº: 159.134 - Processo nº: 13709.004324/2002-61- Recorrente: ANTONIO SOARES CALÇADA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2000.

Retirado de pauta por ausência justificada do Conselheiro Relator.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Carlos Nogueira Nicácio, Sidney Ferro Barros e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Processo nº: 10650.001029/2005-21- Recorrente: ADEMIR DE FREITAS NOGUEIRA - Recorrida: 1ª TURMA DRJ JUIZ DE FORA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003

Acórdão n.º 2802-00.518

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Processo nº: 13634.000455/2006-14- Recorrente: NADJA SAMIRA GANEM - Recorrida: 6ª TURMA DRJ JUIZ DE FORA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005

Acórdão n.º 2802-00.519

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso em face o pagamento integral do principal, consoante elementos de fls. 78/79.

Processo nº: 13748.000643/2006-65- Recorrente: LUIZ FERNANDO DE AMORIM CINTRA VIDAL - Recorrida: 1ª TURMA DRJ RIO DE JANEIRO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003

Acórdão n.º 2802-00.520

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para restabelecer a dedução da despesa médica, no valor de R$8.040,00, referente à psicóloga Márcia Izabel Araújo Marques.

Processo nº: 10680.004706/2008-58 - Recorrente: RENATA CÂNDIDA PORTO- Recorrida: 5ª TURMA DRJ BELO HORIZONTE - Matéria: IRPF - Ex(s).:2005

Acórdão n.º 2802-00.521

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Processo nº: 10680.018184/2005-29 - Recorrente: MICHIEL ABURACHID- Recorrida: 5ª Turma da DRJ/BHE- Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001

Acórdão n.º 2802-00.522

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares suscitadas e, no mérito, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para restabelecer como dedução de despesas médicas no valor de R$2.240,00.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº 152.414 Processo nº 10805.000494/2003-71 - Recorrente: DRH MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRF - Ano (s) 2002.

Acórdão n.º 2802-00.523

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de denúncia espontânea suscitada pela interessada e, no mérito, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 162.566 - Processo nº: 18471.00192/2003-12Recorrente:WALÉRIA BRANDÃO CAMEL - Recorrida:2ª TURMA/DRJ- RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF Ex(s).:1999, 2000, 2001 e 2002.

Acórdão n.º 2802-00.524

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para restabelecer integralmente a dedução requerida a título de Livro Caixa.

Recurso nº: 163.798 - Processo nº: 10380.011475/2006-51Recorrente:ELZA MARIA MOREIRA SILVA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE- Matéria: IRPF Ex(s).:2001 a 2003.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acórdão n.º 2802-00.525

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 164031- Processo nº:10950.003136/2006-90Recorrente ANÍBAL DE OLIVEIRA LOPES- Recorrida: 4 Turma DRJ - Curitiba/PR - Matéria: IRPF Ex(s).:2002..

Vistas à Conselheira Valéria Pestana Marques.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 162.694 - Processo nº: 19404.000122/2003-32-Recorrente: OSVALDO BISPO DE SANTANA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG. - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2.001.

Acórdão n.º 2802-00.526

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Declarou-se impedida a Conselheira Valéria Pestana Marques, nos termos do inc. IV, art. 42 do Regimento Interno do CARF (PMF 256/2009).

Processo nº: 13851.001321/2002-22Recorrente:. FRANCISCO PARISE FILHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ/SPO II. - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1.999.

Acórdão n.º 2802-00.527

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 160.095 - Processo nº: 10980.005772/2004-37.Recorrente:.. LUIZ ANTONIO PEREIRA RODRIGUES. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR. - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2.002.

Acórdão n.º 2802-00.528

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 162.595- Processo nº: 17883.000265/2005-35 - Recorrente: JOSE ROBERTO PORTUGAL COMPASSO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Vistas para a Conselheira Valéria Pestana Marques

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 161.929 - Processo nº: 10920.001439/2003-82 - Recorrente: WETZEL S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRF - Ano(s).: 1990 a 1993.

Vistas à Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen

Recurso nº: 159.467 - Processo nº: 10840.002043/2003-42 - Recorrente: JOSE ANTONIO DA SILVEIRA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2000.

Acórdão n.º 2802-00.529

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 155.720 - Processo nº: 11080.004125/2002-52 - Recorrente: MARIA HELENA LISOT - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1998 a 2000.

Retirado de pauta para que seja dada ciência do contribuinte do resultado da diligência realizada, fls. 188/189.

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICACIO

Recurso nº: 160.232 - Processo nº: 10410.005045/2003-53 - Recorrente: NELSON SIMOES COSTA - Recorrida: 1ª Turma da DRJ em Recife/PE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.530

DECISÃO Por maioria de votos DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para restabelecer a dedução das despesas médicas no valor de R$20.137,00, incorridas em favor de Vilma Lúcia Brito, conforme Declaração de Ajuste Anual ano-calendário 2001. Vencida a Conselheira Lúcia Reiko Sakae.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

MARIA APARECIDA HILÁRIO DE SOUSA
Chefe da Secretaria
Substituta

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Carlos Nogueira Nicácio, Conselheiro Sidney Ferro Barros e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Processo nº: 10730.009812/2007-12 - Recorrente: LUIZ GONZAGA CARDOSO TINOCO - Recorrida: 1ª TURMA DRJ RIO DE JANEIRO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005

Acórdão n.º 2802-00.531

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Processo nº: 10830.004146/2007-90 - Recorrente: LIDIA MIKINEV - Recorrida: 7ª TURMA DRJ BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002

Acórdão n.º 2802-00.532

DECISÃO: Por unanimidade de votos ACOLHER a preliminar de decadência suscitada pela interessada para DAR PROVIMENTO ao recurso. A conselheira Lúcia Reiko Sakae votou pelas conclusões. Sustentação oral feita pelo patrono da contribuinte Dr. Gustavo Froner Minatel, OAB/SP 210198.

Processo nº: 10730.006055/2008-06 - Recorrente: ROCINE DE SOUZA TOSCANO - Recorrida: 2ª TURMA DRJ RIO DE JANEIRO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004

Acórdão n.º 2802-00.533

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Processo nº: 10730.006056/2008-42 - Recorrente: ROCINE DE SOUZA TOSCANO - Recorrida: 2ª TURMA DRJ RIO DE JANEIRO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005

Retirado de pauta por já ter sido julgado em julho de 2010 pela 2ª TO.

Processo nº: 10730.007912/2006-15 - Recorrente: ROCINE DE SOUZA TOSCANO - Recorrida: 2ª TURMA DRJ RIO DE JANEIRO II Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003

Acórdão nº 2802-00.534

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 156.036 - Processo nº: 16707.004071/2003-15 - Recorrente: GILDETE MENDES DA VEIGA PESSOA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE- Matéria: IRPF Ex(s).:2002.

Acórdão nº 2802-00.535

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 154.949 - Processo nº:10410.003034/2003-39 - Recorrente CÍCERO BEZERRA DA SILVA- Recorrida: 1 Turma/DRJ-Recife/PE - Matéria: IRPF Ex(s) 2001.

Acórdão n.º 2802-00.536

DECISÃO: Por unanimidade de votos DAR PROVIMENTO ao recurso tão-só no concernente às matérias litigadas, quais sejam, para restabelecer respectivamente as quantias de R$2.413,58 e R$537,94 a título de imposto de renda retido na fonte e despesa com instrução.

Recurso nº: 162.582 - Processo nº: 11543.003475/2004-79 - Recorrente: PAULO DA SILVA PINHO - Recorrida: 3ª TURMA DRJ RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001 a 2003.

Acórdão n.º 2802-00.537

DECISÃO Por unanimidade de votos DAR PROVIMENTO PARCIAL para excluir da base de cálculo o valor de R$ 19.099,62 referente ao FGTS e juros, que vem sendo questionado pelo contribuinte desde a fase de fiscalização.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 160.503 - Processo nº: 13433.000037/2003-41.Recorrente:. MICHEL MONTAIGNE AZEVEDO MENDE - Recorrida: 1ª Turma da DRJ/REC - Matéria: .IRPF - Ganho de Capital.- Ex(s).: 1.999.

Acórdão nº 2802-00.538

DECISÃO Por maioria de votos DAR PROVIMENTO ao recurso. Vencidos os Conselheiros Lúcia Reiko Sakae (relatora) e Jorge Claudio Duarte Cardoso. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Recurso nº: 156.877 - Processo nº: 11634.000058/2006-17 Recorrente: GILMAR RUFATO DIAS - Recorrida: 4ª Turma da DRJ/CTA (PR) - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2.001.

Acórdão nº 2802-00.539

DECISÃO Por unanimidade de votos DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para tão-somente excluir do lançamento a omissão de rendimentos no valor de R$1.853,43.

Processo nº: 10183.004118/2006-63Recorrente:.. CARLOS GILBERTO VALENDORF. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CGrande/MS... - Matéria: .IRPF...- Ex(s).: 2.003.

Acórdão n.º 2802-00.540

DECISÃO Por unanimidade de votos DAR PROVIMENTO PARCIAL interposto para restabelecer dedução de despesa médica no valor de R$173,62 e de pensão alimentícia de R$5.469,64.

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 160.336 - Processo nº: 13807.007345/99-37 - Recorrente: MARJORIE CILONE - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1997.

Acórdão n.º 2802-00.541

DECISÃO Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 158.402 - Processo nº: 13706.001487/2003-01 - Recorrente: CÂNDIDA VIRGÍNIA RIBEIRO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2000.

Resolução n.º 2802-00.007

DECISÃO Por unanimidade de votos, CONVERTER o julgamento em DILIGÊNCIA para que seja: a) verificado e esclarecido se há DIRF dos contribuintes Corporation Veículos e Serviços Ltda. - CNPJ 01.645.614/0001-93; e Abolição Veículos Ltda. - CNPJ 33.627.555/0001-17) com informação dos valores pagos e do imposto retido da Recorrente; b) caso inexistam as declarações (DIRFs), ou os valores nelas lançados sejam diferentes dos Comprovantes de Rendimentos anexados pela Recorrente, sejam as empresas instadas a informar os valores pagos e o imposto retido; c) elaborado pela autoridade fiscal relatório circunstanciado contendo o resultado da diligência solicitada, do qual deverá ser cientificado o contribuinte com o fito de, se lhe convier, apresentar no prazo regulamentar razões adicionais de defesa, exclusivamente quanto ao itens objeto da presente diligência.

Recurso nº: 155.622 - Processo nº: 10380.013124/2003-32 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Interessada: GERMANA DE OLIVEIRA MORAES - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.542

DECISÃO Por unanimidade de votos, ACOLHER OS EMBARGOS interpostos pela Fazenda Nacional para retificar o registro do resultado do julgamento anterior para:: "ACORDAM os Membros da Segunda Turma Especial do Primeiro Conselho de Contribuintes, DAR provimento ao recurso (reconhecimento da SELIC a partir do mês subseqüente à retenção), nos termos do voto do relator".

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICACIO

Recurso nº: 159.550 - Processo nº: 10331.000188/2004-30 - Recorrente: FÁTIMA DE MARIA CERQUEIRA SOUZA RODRIGUES - Recorrida: 1ª Turma da DRJ em Fortaleza/CE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000 a 2003.

Acórdão nº 2802-00.543

DECISÃO Pelo voto de qualidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Vencidos os Conselheiros Carlos Nogueira Nicácio (relator), Ana Paula Locoselli Ericsen e Sidney Ferro Barros. Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Valéria Pestana Marques.

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 159.501 - Processo nº: 10670.000123/2004-43-Recorrente: LUIZ FLÁVIO PEREIRA - Recorrida: 1ª Turma DRJ Juiz de Fora - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002

Acórdão nº 2802-00.544

DECISÃO Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 160.557 - Processo nº: 18471.000520/2005-54-Recorrente: SOLANGE MARQUES COELHO - Recorrida: 3ª TURMA DRJ Rio de Janeiro/II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2003

Acórdão n.º 2802-00.545

DECISÃO Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para excluir tão-só a multa de ofício isolada pela falta de recolhimento do carnê-leão.

Recurso nº: 156.665 - Processo nº: 19647.003381/2003-62 - Recorrente: ANA DOLORES VALADARES - 1ª Tura DRJ Recife - Ano Calendário 2001

Acórdão n.º 2802-00.546

DECISÃO Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para excluir tão-só a multa de ofício isolada pela falta de recolhimento do carnê-leão.

Recurso nº 145.138 - Processo nº 13706.004374/2003-50 - Recorrente: ANTÔNIO ALBERTO SABÓIA LIMA - Recorrida: 1ª Turma DRJ Rio de Janeiro/II - Matéria: IRPF - Ex(s) 1986

Acórdão n.º 2802-00.547

DECISÃO Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para tão-só: a) reconhecer a isenção da quantia de Cr$ 895.750.321,00 recebida pelo contribuinte a título de PDV e b) reconhecer o direito creditório porventura existente em face da exclusão de tal quantia dos rendimentos tributados pelo contribuinte no competente ano-calendário, a lhe ser restituído, em sendo o caso, sem o pagamento dos expurgos inflacionários.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

MARIA APARECIDA HILÁRIO DE SOUSA
Chefe substituta da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Carlos Nogueira Nicácio, Conselheiro Sidney Ferro Barros e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Processo nº: 11610.007134/2007-74- Recorrente: RUBENS LINCOLN GOUTHIER REMARDES - Recorrida: 3ª TURMA DRJ SÃO PAULO II Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005

Acórdão n.º 2802-00.548

DECISÃO Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Processo nº: 15471.001826/2007-00- Recorrente: LAERCIO ARAUJO SILVA - Recorrida: 2ª TURMA DRJ RIO DE JANEIRO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004

Resolução n.º 2802-00.008

DECISÃO Por unanimidade de votos CONVERTER o julgamento EM DILIGÊNCIA nos termos do voto do relator.

Recurso nº: 160.234 - Processo nº: 11543.005071/2003-39-Recorrente: HONORIO PINHEIRO RAMALHO - Recorrida: 3ª TURMA DRJ RIO DE JANEIRO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Acórdão n.º 2802-00.549

DECISÃO Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso, tão-somente, para excluir do auto de infração os juros de mora.

Recurso nº: 160.235 - Processo nº: 11543.005070/2003-94- Recorrente: HONORIO PINHEIRO RAMALHO - Recorrida: 3ª TURMA DRJ RIO DE JANEIRO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999

Acórdão n.º 2802-00.550

DECISÃO Por unanimidade de votos DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para que seja modificado o valor do imposto pago de R$5.091,61 para R$16.473,83, implicando em modificar o crédito tributário constituído de imposto a pagar de R$12.125,40 para R$743,18, sem prejuízo do exercício da competência da Unidade da Receita Federal do Brasil de origem para apreciar o suposto pagamento efetuado em 11/02/2004 no valor de R$743,18, acompanhado de acréscimos legais.

Processo nº: 10166.005458/2008-81 - Recorrente: MARCO ANTÔNIO MUNDIM - Recorrida: 3ª TURMA DRJ BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003

Vistas ao Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº 156.085 Processo nº. 10218.000231/2003-82 - Recorrente: ALÍPIO JOSÉ TEIXEIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex. (s) 1999.

Acórdão n.º 2802-00.551

DECISÃO Pelo voto de qualidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Vencidos os Conselheiros Ana Paula Locoselli Erichsen (relatora), Lúcia Reiko Sakae e Carlos Nogueira Nicácio. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Jorge Claudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 158.379 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Processo nº: 10320.000348/2001-27 Embargante Procuradoria Geral da Fazenda Nacional- Embargada (2ª Turma Especial da 2ª Câmara da 2ª Seção)- Interessado ARMANDO OLIVEIRA GASPAR FILHO Matéria: IRPF Ex(s)1996.

Acórdão n.º 2802-00.552

DECISÃO Por unanimidade de votos, ACOLHER OS EMBARGOS interpostos pela Fazenda Nacional para esclarecer a obscuridade contida no voto condutor do Acórdão n.º 2808-00.139, de 22 de setembro de 2009 nos termos do presente julgado.

Recurso nº 157.968 - Embargos de Declaração Processo nº 13864.000143/2006-05 -

Embargante: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - Embargada (2ª Turma Especial da 2ª Câmara da 2ª Seção) - Interessado . VITAL DOS SANTOS PEREIRA. Matéria: IRPF. Ex(s) 2002 a 2005.

Acórdão n.º 2802-00.553

DECISÃO Por unanimidade de votos, ACOLHER OS EMBARGOS interpostos pela Fazenda Nacional para re-ratificar o Acórdão nº 2802.00.234, de 12 de abril de 2010, no sentido de sanar o lapso manifesto relativo ao restabelecimento da glosa das despesas com instrução, no valor de R$ 1.998,00, referente ao ano-calendário 2003, por sequer efetuada pela Fiscalização.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Processo nº: 11516.002545/2004-07Recorrente: ODILON DUARTE NETO - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-FLNS/SC - Matéria: .IRPF - Ex(s).: 2.002.

Vistas ao Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Processo nº: 11831.003266/2001-37 Recorrente:. LYCURGO LUIZ IÓRIO. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ/BSA. - Matéria: IRPF.- Ex(s).: 1.999.

Acórdão n.º 2802-00.554

DECISÃO Por unanimidade de votos NEGAR PROVIMENTO ao recurso tão-só no concernente à matéria litigada, qual seja a glosa da pensão alimentícia.

Processo nº: 10730.007129/2006-51 Recorrente: PATRICIA ESTEVA MONTEIRO - Recorrida: 6ª TURMA /DRJ/RI II - Matéria: IRPF.- Ex(s).: 2.003.

Acórdão n.º 2802-00.555

DECISÃO Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para tão somente reconhecer o direito à dedução com a Contribuição à Previdência Oficial no montante de R$ 1.037,51, relativo ao rendimento lançado como omitido.

Recurso nº: 160.387 - Processo nº: 11065.003385/2006-22 Recorrente: LUIZ CLÓVIS MARTINS PEREIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ/POÁ - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004 e 2006.

Resolução n.º 2802-00.009

DECISÃO Por unanimidade de votos, CONVERTER o julgamento EM DILIGÊNCIA nos termos do voto da relatora.

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 159.128 - Processo nº: 10830.009714/2002-34 - Recorrente: FRANCISCO ROSA NETO- Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1997.

Retirado de pauta para elaboração de despacho pela Presidente.

Recurso nº: 156.826 - Processo nº: 15374.002084/2003-04- Recorrente: LUSMAR MACIEL PEREIRA (ESPÓLIO) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1999.

Retirado de pauta para elaboração de despacho pela Presidente.

Recurso nº: 158.727 - Processo nº: 10140.003027/2003-64- Recorrente: VITORIO RAMANINI NETO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1999.

Vistas à Conselheira Valéria Pestana Marques

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 148.997 - Processo n.º: 10980.005272/2004-72 - Recorrente: AMILDO GIACOMETTI - Recorrida: 4ª Turma DRJ Curitiba - Matéria: IRPF - Ex(s) 2000.

Acórdão n.º 2802-00.556

DECISÃO Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Ausente momentaneamente o Conselheiro Sidney Ferro Barros..

Recurso nº: 160.996 Processo n.º: 13433.000466/2004-07 - Recorrente: RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA - Recorrida: 1ª Turma DRJ Recife - Matéria: IRPF - Ano-calendário 1998

Vistas as Conselheiro Jorge Claudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 159.347 - Processo nº: 10930.001093/2005-65- Recorrente: JAIR BERALDO - Recorrida: 4ª Turma DRJ Curitiba - Matéria: IRPF - Ex(s) 2003

Acórdão n.º 2802-00.557

DECISÃO Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Ausente momentaneamente o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Recurso nº: 157.661 - Processo nº: 13900.000011/2003-49 - Recorrente: WILSON ARICE - Recorrida: 3ª Turma DRJ Brasília - Matéria: IRPF - Ex(s) 2000

Acórdão n.º 2802-00.558

DECISÃO Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Ausente momentaneamente o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

MARIA APARECIDA HILÁRIO DE SOUSA
Chefe da Secretaria
Substituta

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Carlos Nogueira Nicácio, Conselheiro Sidney Ferro Barros e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Processo nº: 10730.000307/2006-13 - Recorrente: ANDORA PATRÍCIA COELHO MOTTA - Recorrida: 4ª TURMA DRJ SANTA MARIA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001

Acórdão n.º 2802-00.559

DECISÃO Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso. Ausente momentaneamente o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Processo nº: 10120009368200713 - Recorrente: SIRIO PACHECO - Recorrida: 6ª Turma da DRJ/BSA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005

Acórdão n.º 2802-00.560

DECISÃO Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Ausente momentaneamente o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Processo nº: 10730.002108/2006-40 - Recorrente: ANTONIO MÁXIMO MAGALHÃES GOMES PIRES- Recorrida: 4ª TURMA DRJ SANTA MARIA - Matéria: IRPF - Ex(s).:2002

Resolução n.º 2802-00.010

DECISÃO Por unanimidade de votos CONVERTER o julgamento EM DILIGÊNCIA nos termos do voto do relator. Ausente momentaneamente o Conselheiro Sidney Ferro Barros

Processo nº: 10882.002367/2006-37 - Recorrente: SONIA MARIA ZUCOLOTO. - Recorrida: 7ª TURMA DRJ BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002

Acórdão n.º 2802-00.561

DECISÃO Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso. Ausente momentaneamente o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Recurso nº: 160.271- Processo nº: 13631.000043/2004-42- Recorrente: HELI SIQUEIRA DE AZEVEDO - Recorrida: 1ª TURMA DRJ JUIZ DE FORA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000

Resolução n.º 2802-00.011

DECISÃO Por unanimidade de votos CONVERTER o julgamento EM DILIGÊNCIA nos termos do voto do relator. Ausente momentaneamente o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº 162.325 Processo nº 11.075.002859/2005-19 - Recorrente: EDINILSON RAFAEL ALVES FAGUNDES - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF - Ex(s) 2001 a 2003.

Vistas ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 159.759 - Processo nº: 18471.002188/2003-09- Recorrente: ANTONIO SOARES CALÇADA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1999 a 2001.

Acórdão n.º 2802-00.562

DECISÃO Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso. para: a) afastar a glosa relativa à pensão judicial (anos-base 1998, 1999 e 2000), restabelecendo as deduções; e b)excluir a multa de ofício sobre a omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica (ano-base 1998), por erro escusável.

Recurso nº: 159.134 - Processo nº: 13709.004324/2002-61- Recorrente: ANTONIO SOARES CALÇADA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2000.

Incluído em pauta após ausência justificada do Conselheiro Relator na sessão anterior.

Acórdão n.º 2802-00.563

DECISÃO Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para restabelecer a dedução do IR Fonte no valor de R$ 10.150,00.

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 157.692 - Processo n.º: 13727.000248/2005-40 - Recorrente: NORTON JOAQUIM LEAL PORTELA- Recorrida: 2ª Turma DRJ Rio de Janeiro/II - Matéria: IRPF - Ex(s) 2001

Vistas à Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen

Recurso nº: 157.678 - Processo nº: 10235,000143/2005-34 - Recorrente: MARIA ZULMA CARNEIRO DE SOUZA- Recorrida: 2ª Turma DRJ Belém - Matéria: IRPF - Ex(s) 2003

Vistas as Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso

Recurso nº: 157.508 - Processo nº: 11075.000368/2004-52 - Recorrente: SUZETE PEREIRA MILANO DO CANTO- Recorrida: 2ª Turma DRJ Santa Maria/RS - Matéria: IRPF - Ano-calendário 2001

Vistas à Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

MARIA APARECIDA HILÁRIO DE SOUSA
Chefe da Secretaria
Substituta

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados, resultando na seguinte distribuição:

Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen

10384000382200408, 10435000241200434, 10540000874200364, 10680011946200485, 10820002241200344, 10840003629200324, 10845000472200416, 10855001467200240, 10920003377200424, 10950004209200407, 11543000774200371, 11543002392200462, 11971000675200420, 13702000120200483, 13708000668200473, 13767000124200164, 13884000393200356, 13884002794200421, 13890000194200440, 19647010706200444

Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio

10166002804200446, 10425001333200451R, 10580000277200444, 10675000975200318, 10730001328200222, 10830007200200414, 10830007603200374, 10840000500200445, 10860003913200281, 10907000795200357, 10909001899200369, 10909003593200266, 10950000695200486, 11012000045200401, 11012000056200483, 11080005084200301, 11080008352200419, 11080009734200460, 11080009735200412, 11080012621200280, 11080100039200351, 11516001158200101, 11516001758200411, 13411000115200446, 13411000609200421, 13411000659200416, 13433000386200443, 13701000103200456R, 13747000026200416, 13819000624200224, 13839001291200131, 19515001419200449, 19515002950200439, 19515003464200438, 19647005880200475, 19679008554200442

Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso

10730000238200214, 10730004007200280, 10805000726200472, 10821000248200401, 10825001879200318, 10840003930200338, 10920002921200411, 11050000690200460, 11080010481200396, 11516001880200480, 13706000673200404, 13709000290200406, 13739001024200354, 13804003065200435, 13811000104200453, 13811002483200335, 13819000896200496, 13851000170200457, 13971002726200301, 13971002832200386, 13984000788200321, 10425001545200438, 18471000714200398, 10680013091200346, 10945011867200416, 10680011403200468, 10680017293200367, 10183005876200437, 10830003025200305, 11543000298200479, 19515004253200331, 10820000943200393, 11543000290200411, 10140000503200476, 10845004637200267, 10920001536200375, 13830000551200301, 11543002222200305, 13830000343200302, 18471001842200430, 19515000397200319, 10875002456200249, 18471002080200499, 10283100562200338, 10680007352200470, 10680012365200461, 10980005876200441, 10425001462200449, 14041000268200410, 11543001219200447, 13984000145200387, 10650000206200471, 10945006438200427, 11050000839200419, 18471001460200414, 11020003411200477, 13709000981200400, 11543000298200479R, 10183005872200459

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Conselheira Lúcia Reiko Sakae

10073000615200397, 10665001017200375, 10830079250008, 10835000478200321, 10835000806200390, 10840000236200369, 10840002713200410, 10840002714200456, 10840002715200409, 10855001791200187, 10855001825200303, 10865001634200152, 10920002801200413, 10980012002200289, 11516001163200377, 11516001887200400, 11516002200200364, 11516002292200382, 11618001987200480, 13701000726200429, 13706003826200467, 13819000490200411, 13826000201200487, 13830001653200417, 13851000730200392, 13884003889200462, 13888002082200391, 13897000611200494, 13987000243200211, 18471002489200413, 18471002924200311, 19515000268200321, 19515003671200310, 19515004021200383, 19647003775200400, 19679000025200409, 19679003026200405, 10320002990200493, 10425000131200491, 10840003895200357, 10860000539200424, 10920003409200491, 11831004081200310, 11962000196200412, 13678000018200422, 13702000182200495, 13706001938200301, 13707000689200407, 13707002937200446, 13732000205200412, 13840000290200483, 13883000574200473, 16707000627200485, 19647009816200463, 19647010479200457

Conselheiro Sidney Ferro Barros

10680002205200411, 10680011944200496, 10680011945200431, 10680012737200459, 10730002379200433, 10730004160200479, 10730005835200235, 10805002213200234, 10825001456200306, 10825001457200342, 10882001475200421, 11080000079200484, 11080000080200417, 11516000022200337, 11516000563200446, 11516001119200367, 13637000060200268, 13678000218200485, 13826000135200445, 13851000610200476, 13851001590200299, 13857000643200385, 13884001550200341, 13884002371200321, 13971002727200347, 19515003050200328, 19515003067200385, 19515003385200346, 19515004958200359, 19679018840200335

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 177.889 - Processo nº: 10166.005331/2008-62- Recorrente: MARIA DA CONCEIÇÃO PAZ COSTA- Recorrida3ª TURMA DRJ BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

Acórdão n.º 2802-00.564

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para afastar tão-só a multa isolada aplicada pela falta de recolhimento do carnê-leão.

Recurso nº: 178.378 - Processo nº: 13424.000017/2005-41- Recorrente: JÓRIO WANDERLEY- Recorrida: 4ª TURMA DRJ RECIFE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.565

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Processo nº: 10825.001621/2007-45 - Recorrente: JOSÉ APARECIDO ROCHA- Recorrida3ª TURMA DRJ SÃO PAULO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

Acórdão n.º 2802-00.566

DECISÃO: Por unanimidade de votos, quanto à matéria litigada, qual seja a glosa de pensão alimentícia, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 179.209 - Processo nº: 10980.011810/2006-52 - Recorrente: FERNANDO GAYER - Recorrida: 6ª TURMA DRJ CURITIBA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.567

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para tão somente excluir dos rendimentos tributáveis o valor de R$7.593, 84 (sete mil, quinhentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos).

Recurso nº: 177.690 - Processo nº: 13706.001274/2006-14 - Recorrente: CONGETTA BALBI MENDES DA SILVA - Recorrida: 2ª TURMA DRJ RIO DE JANEIRO - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.568

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 164.031 - Processo nº: 10950.003136/2006-90 - Recorrente ANÍBAL DE OLIVEIRA LOPES - Recorrida: 4ª Turma DRJ - Curitiba/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).:2002.

Acórdão n.º 2802-00.569

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 162.325 - Processo nº: 11.075.002859/2005-19 - Recorrente: EDNILSON RAFAEL ALVES FAGUNDES - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001 a 2003.

Acórdão n.º 2802-00.570

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para restabelecer os seguintes valores: a) R$ 12.955, 23 (ano-calendário 2000), referente a pensão alimentícia; b) R$ 250, 00 (ano-calendário 2000), R$ 716, 00 (ano-calendário 2001) e R$ 2.220, 74 (ano-calendário 2002) referentes às despesas com livro caixa; assim como afastar a exigência da multa isolada no valor de R$ 1.373, 93.

Recurso nº: 158.328 - Processo nº: 18471.000587/2005-99 - Recorrente - ILDARY MESQUITA MACHADO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.571

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para afastar tão-só a multa isolada aplicada pela falta de recolhimento do carnê-leão.

Recurso nº: 158.404 - Processo nº: 18471.000122/2006-19 - Recorrente - DANIEL SIQUEIRA CARDOSO Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO - Matéria: IRPF Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.572

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para afastar tão-só a multa isolada aplicada pela falta de recolhimento do carnê-leão.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 162.595- Processo nº: 17883.000265/2005-35 - Recorrente: JOSE ROBERTO PORTUGAL COMPASSO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.573

DECISÃO: Pelo voto de qualidade, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para afastar tão-somente a aplicação da multa de ofício em face de erro escusável. Vencidos os Conselheiros Ana Paula Locoselli Erichsen, Carlos Nogueira Nicácio e Sidney Ferro Barros que davam provimento integral.

Processo nº: 11516.002545/2004-07 - Recorrente: ODILON DUARTE NETO - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-FLNS/SC - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.574

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para tão somente excluir dos rendimentos tributáveis o valor de R$22.561, 99 (vinte e dois mil, quinhentos e sessenta e um reais e noventa e nove centavos).

Recurso nº: 169.623 - Processo nº: 10640.000198/2006-43 - Recorrente: LUIZ AFRÂNIO VIEIRA RODRIGUES - Recorrida: 4ª Turma da DRJ/JFA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.575

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 168.409 - Processo nº:10730.009991/2007-80 - Recorrente: FLÁVIA DE SÁ PACHECO CARNEIRO DE MAGALHÃES - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

Acórdão n.º 2802-00.576

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 171.925 - Processo nº: 13130.000228/2006-60 - Recorrente: PAULO CÉSAR DIAS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.577

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para restabelecer as seguintes deduções, pleiteadas a guisa de despesas médicas: a) R$ 80, 00 (Dr. Flavio Leme Ferrari - fl. 112); b) R$ 2.500, 00 (Dr. Eduardo Martins Neto - fl. 113); c) R$ 1.000, 00 (Dra. Christiane Martins Leão - fl. 114); d) R$ 1.132, 00 (Dra. Lisa Paula Hayashi - fl. 116); e) R$ 2.500, 00 (Dr. André Luiz P. Paes Leme - fl. 117); f) R$ 9.950, 00 (Dr. Paulo de Castro Guimarães - fl. 118) e g) R$ 360, 00 (CBCO - fl. 119).

Recurso nº: 168.295 - Processo nº: 11543.003517/2004-71 - Recorrente: DEUSIMAR EMILIO TEIXEIRA DE ALMEIDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.578

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 168.285 - Processo nº: 11543.000440/2005-69 - Recorrente: ANTONIO DE PÁDUA REIS E SILVA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.579

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 172.116 - Processo nº: 13609.000690/2003-51 - Recorrente: ZILDA TEIXEIRA GOMES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2000.

Acórdão n.º 2802-00.580

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICACIO

Recurso nº: 160.305 - Processo nº: 10835.001430/2003-31 - Recorrente: Paulo Antônio Sarquis Pinto - Recorrida: 2ª Turma da DRJ em Belém/PA - Matéria: IRRF - Ex(s).: 1999.

Acórdão n.º 2802-00.581

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 500.288 - Processo nº: 10166.010005/2008-77 - Recorrente: Jailson Barreto Marques - Recorrida: DRJ em Brasília/DF - Matéria: IRRF - Ex(s).: 2005.

Acórdão n.º 2802-00.5782

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para tão somente excluir dos rendimentos tributáveis o valor de R$ 10.519, 05 (dez mil, quinhentos e dezenove reais e cinco centavos) relativo a férias vencidas e não gozadas.

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 160.996 Processo n.º: 13433.000466/2004-07 - Recorrente: RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA - Recorrida: 1ª Turma DRJ Recife - Matéria: IRPF - Ano-calendário 1998.

Acórdão n.º 2802-00.583

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO ACOLHER as preliminares suscitadas pelo recorrente e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 157.692 - Processo n.º: 13727.000248/2005-40 - Recorrente: NORTON JOAQUIM LEAL PORTELA- Recorrida: 2ª Turma DRJ Rio de Janeiro/II - Matéria: IRPF - Ex(s) 2001.

Acórdão n.º 2802-00.584

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLÁUDIO DUARTE CARDOSO

Processo nº: 10840.002631/2006-29 - Recorrente: ANTONIO FRANCISCO MARQUES - Recorrida: 1ª TURMA DRJ BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.585

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO ACOLHER as preliminares de decadência e remissão suscitadas pelo recorrente e, no mérito, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para tão-só restabelecer a dedução pleiteada a título de despesas médicas no total de R$8.562, 60, referentes aos profissionais Alexandre Laguna Terreri (R$ 300, 00) e Integral Convênios Odontológicos Ltda (R$8.262, 60).

Recurso nº: 179.158 - Processo nº: 13603.001012/2005-27- Recorrente: VILMA DE FÁTIMA RIBEIRO - Recorrida: 5ª TURMA DRJ BELO HORIZONTE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.586

DECISÃO: Por unanimidade de votos, quanto à matéria litigada, qual seja a glosa de despesas médicas, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para restabelecer a parcela de R$ 3.000, 00 (três mil reais).

Processo nº: 13688.000094/2006-81 - Recorrente: WALDIRENE APARECIDA GONÇALVES - Recorrida: 4ª TURMA DRJ JUIZ DE FORA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

Acórdão n.º 2802-00.587

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para tão somente restabelecer a dedução requerida de despesas médicas no valor de R$23.840, 00 (vinte e três mil, oitocentos e quarenta reais).

Recurso nº: 177.721 - Processo nº: 10680.016275/2005-20- Recorrente: SALVADOR ALBERTO AMORMINO - Recorrida: 5ª TURMA DRJ BELO HORIZONTE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.588

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NÃO ACOLHER as preliminares suscitadas pelo recorrente e, no mérito, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 178.334 - Processo nº: 19647.008541/2006-11- Recorrente: UDMILSON TAVARES DO REGO - Recorrida: 1ª TURMA DRJ RECIFE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.589

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para tão-somente restabelecer a dedução pleiteada a guisa de despesa com instrução no valor de R$1.998, 00 (um mil, novecentos e noventa e oito reais) e de R$3.000, 00 (três mil reais) a título de despesa médica referente a Marlene Gonçalves de Brito.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 158.282 - Processo nº:10980.005931/2005-84 - Recorrente - PAULO GUSTAVO LOPES FURTADO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF Ex(s).: 2002.

RETIRADO DE PAUTA POR DESISTÊNCIA DO CONTRIBUINTE

Recurso nº: 158.084 - Processo nº:10805.001783/2006-31 - Recorrente - EDVALDO RODRIGUES - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002, 2004 e 2005.

Acórdão n.º 2802-00.590

DECISÃO: Por maioria de votos NEGAR PROVIMENTO ao recurso, vencidos os Conselheiros Ana Paula Locoselli Erichsen (relatora) que dava provimento parcial para afastar a qualificação da multa e o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio que dava provimento parcial para afastar a qualificação da multa tão-só sobre as glosas de previdência privada/FAPI e despesas médicas. Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Lúcia Reiko Sakae.

Recurso nº: 158.312 - Processo nº: 13005.000222/2005-47 - Recorrente - AUGUSTINHO GERVÁSIO GOTTEMS TELOKEN - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Acórdão n.º 2802-00.591

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 158.036 - Processo nº:15521.000071/2005-13 - Recorrente - WALDOMIRO JOSÉ TROCILO JÚNIOR - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF Ex(s).: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.592

DECISÃO: Pelo voto de qualidade, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para afastar tão-somente a aplicação da multa de ofício em face de erro escusável. Vencidos os Conselheiros Ana Paula Locoselli Erichsen (relatora), Carlos Nogueira Nicácio e Sidney Ferro Barros que davam provimento integral. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Sustentação oral feita pelo patrono do contribuinte Dr. Eduardo Rocha Schimidt, OAB/RJ 98.035.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Recurso nº: 171.790 - Processo nº: 11618.002380/2005-06 - Recorrente: JOSE NONATO FERNANDES SP1NELLI. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ/Recife/PE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.593

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 178.184 - Processo nº: 13677.000095/2005-73. - Recorrente: ROBERTO GAEDE - Recorrida: 5ª Turma da DRJ/BHE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.594

DECISÃO: Por unanimidade de votos, quanto à matéria litigada, qual seja a glosa de despesas médicas, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 172.851 - Processo nº: 13819.000755/2005-54 - Recorrente:.ELZO TOSHIYUKI SAITO - Recorrida: 4ª Turma da DRJ/CGE/MS - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.595

DECISÃO: Por maioria de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Vencido o Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio tão-só que votou pelo afastamento da multa isolada.

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 170.495 - Processo nº: 10840.000611/2005-32 - Recorrente: WILLIAN RUSSO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.596

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 170.166 - Processo nº: 10735.001024/2007-20 - Recorrente: RUY DOS SANTOS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

Acórdão n.º 2802-00.597

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 169.914 - Processo nº: 10730.002698/2007-91 - Recorrente: RENÊ GARRIDO NEVES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).:.2004

Acórdão n.º 2802-00.598

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 169.887 - Processo nº: 10725.000213/2003-71 - Recorrente: OSAIR MOREIRA MARTINS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).:.2001

Acórdão n.º 2802-00.599

DECISÃO: Por unanimidade NEGAR PROVIMENTO ao recurso, sem prejuízo de a Receita Federal do Brasil aproveitar os pagamentos efetuados pelo contribuinte, nos termos do voto do relator. Declarou-se impedida a Presidente Valéria Pestana Marques, nos termos do inciso IV, art. 42 do Regimento Interno do CARF (PMF 256/2009).

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICACIO

Processo nº: 10680.006231/2006-72 - Recorrente: Marta Alice V Romanini - Recorrida: DRJ em Belo Horizonte/MG - Matéria: IRRF - Ex(s).: 2004.

Acórdão n.º 2802-00.600

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso. Vencida a Conselheira Lucia Reiko Sakae que negava provimento.

Recurso nº: 500.221 - Processo nº: 10980.000014/2007-75 - Recorrente: Elisa Saif - Recorrida: DRJ em Curitiba/PR - Matéria: IRRF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.601

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso, tendo a Conselheira Lucia Reiko Sakae votado pelas conclusões.

Processo nº: 13603.001832/2006-08 - Recorrente: Alberto José Teixeira da Silva - Recorrida: DRJ em Belo Horizonte/MG - Matéria: IRRF - Ex(s).: 2003.

Acórdão n.º 2802-00.602

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para tão-só restabelecer as despesas médicas, cujos recibos foram acostados aos autos (R$ 12.480, 00 + R$ 9.000, 00). Vencidos os Conselheiros Ana Paula Locoselli Erichsen e Carlos Nogueira Nicácio (relator). Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 157.678 - Processo n.º: 10235.000143/2005-34 - Recorrente: MARIA ZULMA CARNEIRO DE SOUZA- Recorrida: 2ª Turma DRJ Belém - Matéria: IRPF - Ex(s) 2003.

Acórdão n.º 2802-00.603

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 157.508 - Processo n.º: 11075.000368/2004-52 - Recorrente: SUZETE PEREIRA MILANO DO CANTO- Recorrida: 2ª Turma DRJ Santa Maria/RS - Matéria: IRPF - Ano-calendário 2001.

Acórdão n.º 2802-00.604

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso n.º: 165.199 - Processo n.º: 13839.001002/2007-90 - Recorrente: STUP PREMOLDADOS LTDA. - Recorrida: DRJ Campinas/SP - Matéria: IRF - FG(s): 28/02; 31/03; 30/04; 31/05; 30/06; 31/07; 30/09; 31/10 e 31/12 de 2002.

Vistas concedidas ao Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 179.412 - Processo nº: 18186.000066/2007-19 - Recorrente: GERD W M G VON SCHWERIN MARIENTHAL- Recorrida7ª TURMA DRJ SÃO PAULO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

Acórdão n.º 2802-00.605

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso na parte conhecida (despesas médicas e dependentes) e TOMAR o recurso voluntário como pedido de retificação de item da declaração de rendas do autuado fora da lide, determinando seu retorno à unidade de origem para como tal ser apreciada, tendo como termo inicial para tanto a data de protocolização da peça recursa1.

Recurso nº: 179.413 - Processo nº: 18186.000067/2007-63 - Recorrente: GERD W M G VON SCHWERIN MARIENTHAL- Recorrida7ª TURMA DRJ SÃO PAULO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

Acórdão n.º 2802-00.606

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso na parte conhecida (despesas médicas e dependentes) e TOMAR o recurso voluntário como pedido de retificação de item da declaração de rendas do autuado fora da lide, determinando seu retorno à unidade de origem para como tal ser apreciada, tendo como termo inicial para tanto a data de protocolização da peça recursa1.

Processo nº: 13738.000051/2006-62 - Recorrente: ANTÔNIO CLÓVIS NARA RAMOS - Recorrida: 1ª TURMA DRJ RIO DE JANEIRO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão n.º 2802-00.607

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 178.902 - Processo nº: 13749.000412/2005-61 - Recorrente: JOÃO BERLIM DOS SANTOS GRANITO - Recorrida: 2ª TURMA DRJ SANTA MARIA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão n.º 2802-00.608

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Processo nº: 13837.000269/2003-56 - Recorrente: MARTIM FRANCISCO CRUZ SIMÕES - Recorrida: 4ª TURMA DRJ BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

Acórdão n.º 2802-00.609

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 159.555 - Processo nº: 11516.000579/2001-14 - Recorrente - GUILHERME DA SILVA GRILLO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1997, 1998, 1999 e 2000.

Vistas concedidas ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 158.269 - Processo nº: 10240.001433/2004-45 - Recorrente - NILTON ARAGÃO ARAUJO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000 e 2001.

Vistas concedidas ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 130.972 - Processo nº: 10830.002776/00-64 - Recorrente: AIRTON DE ALMEIDA - Recorrida: DRJ FOZ DO IGUAÇU/PR - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1999.

Resolução n.º 2802-00.012

DECISÃO:Converter o julgamento em diligência para que seja dada ciência ao contribuinte dos termos da Resolução de fls. 34/37 e de seu resultado de fls. 44/59, com reabertura do prazo para que, em sendo de seu interesse, sejam apresentadas razões adicionais de defesa.

Recurso nº: 135.018 - Processo nº: 10768.004183/00-14 - Recorrente: ELOY DA SILVA RODRIGUES - Recorrida: 1ª TURMA DRJ RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1987.

Vistas concedidas ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Processo nº: 13738.0002361/2008-39 - Recorrente: JOSÉ CARLOS VERBICÁRIO DANTAS DOS SANTOS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

Acórdão n.º 2802-00.610

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Processo nº: 10410.002690/2005-86. - Recorrente: PAULA YONE STROH - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ/Recife/PE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Vistas concedidas a Conselheira Valéria Pestana Marques

Recurso nº: 177.843 - Processo nº: 10183.006379/2005-37 - Recorrente: EMMANUEL ALMEIDA DE FIGUEIREDO - Recorrida: 4ª Turma da DRJ/CGE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

Vistas concedidas a Conselheira Valéria Pestana Marques

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 170.091 - Processo nº: 10680.007160/2004-63 - Recorrente: RICARDO NEVES ROCHA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Retirado de pauta em face da edição de ato normativo superveniente relativo à matéria.

Recurso nº: 170.075 - Processo nº: 10680.004626/2004-79 - Recorrente: ELIZABETH ENGERT MILWARD DE ALMEIDA LEITÃO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Vistas concedidas à Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen.

Recurso nº: 172.539 - Processo nº: 13749.000419/2006-63 - Recorrente: MARIA INES GUIMARÃES CORREA CRUZ - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Vistas concedidas à Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen.

Recurso nº: 168.881 - Processo nº: 10166.006090/2005-26 - Recorrente: ARI VIEIRA FLORES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 2001.

Retirado de pauta em face da edição de ato normativo superveniente relativo à matéria.

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICÁCIO

Recurso nº: 500.466 - Processo nº: 13826.000374/2006-67 - Recorrente: ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA MATTA - Recorrida: DRJ em Brasília/DF - Matéria: IRRF - Ex(s).: 2005.

Vistas concedidas ao Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Recurso nº: 501.140 - Processo nº: 13859.000158/2006-34 - Recorrente: JANDISLAU JOSÉ LUI - Recorrida: DRJ em Araraquara/SP - Matéria: IRRF - Ex(s).: 2005.

Vistas concedidas ao Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Recurso nº: 500.147 - Processo nº: 13888.000343/2004-10 - Recorrente: ISABEL CRISTINA DE LIMA - Recorrida: DRJ em Piracicaba/SP - Matéria: IRRF - Ex(s).: 2002.

Retirado de pauta em face da edição de ato normativo superveniente relativo à matéria

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 159.289 - Processo n.º: 17883.000172/2005-91 - Recorrente: PAULO DE ALMEIDA PANCARDES. - Recorrida: DRJ Rio de Janeiro/II - Matéria: IRPF- EX (s): 2002, 2003

Acórdão n.º 2802-00.611

DECISÃO: Pelo voto de qualidade, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para afastar tão-somente a aplicação da multa de ofício em face de erro escusável. Vencidos os Conselheiros Ana Paula Locoselli Erichsen Carlos Nogueira Nicácio e Sidney Ferro Barros que davam provimento integral.

Recurso nº: 159.366 - Processo n.º: 10820002239/2003-75 - Recorrente: ROSA ARITA KOOTI. - Recorrida: DRJ Fortaleza/CE - Matéria: IRPF- EX (s): 2001

Retirado de pauta em face da edição de ato normativo superveniente relativo à matéria.

Recurso nº: 158.619 - Processo n.º: 10140.002153/2003-00 - Recorrente: JOSÉ DIBO (ESPÓLIO) - Recorrida: DRJ Campo Grande/MS - Matéria: IRPF- EX (s): 2001

Vistas concedidas ao Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATOR: JORGE CLÁUDIO DUARTE CARDOSO

Recurso nº: 179.145 - Processo nº: 10183.004383/2006-41 - Recorrente: MARCOS AURÉLIO DOS REIS FERREIRA - Recorrida3ª TURMA DRJ CAMPO GRANDE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Vistas concedidas a Conselheira Valéria Pestana Marques.

Recurso nº: 177.636 - Processo nº: 10980.012423/2005-52 - Recorrente: LEÔNIDAS CAPRILHONE - Recorrida: 7ª TURMA DRJ CURITIBA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Vistas concedidas a Conselheira Valéria Pestana Marques.

Recurso nº: 177.637 - Processo nº: 10980.012424/2005-05 - Recorrente: LEÔNIDAS CAPRILHONE - Recorrida: 7ª TURMA DRJ CURITIBA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Vistas concedidas a Conselheira Valéria Pestana Marques.

Recurso nº: 178.852 - Processo nº: 13706.000684/2006-48 - Recorrente: ALEXEY MARTINS RODRIGUES DE CARVALHO - Recorrida: 4ª TURMA DRJ SANTA MARIA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Vistas concedidas a Conselheira Valéria Pestana Marques.

Recurso nº: 156.511 - Processo nº: 10680.018309/2003-59- Recorrente: TÚLIO MARCUS FERNANDES BHERING - Recorrida: DRJ BELO HORIZONTE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1994.

Vistas concedidas a Conselheira Valéria Pestana Marques.

Recurso nº: 177.888 - Processo nº: 10166.005458/2008-81 - Recorrente: MARCO ANTÔNIO MUNDIM - Recorrida: 3ª TURMA DRJ BRASÍLIA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Vistas ao Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio, na sessão Outubro/2010.

Vistas concedidas a Conselheira Valéria Pestana Marques.

RELATORA: ANA PAULA LOCOSELLI ERICHSEN

Recurso nº: 130.640 - Processo nº: 10320.001608/00-75 - Recorrente: THEMIS PINHEIRO CORREIA LEAL - Recorrida: 1ª TURMA DRJ FORTALEZA/CE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1997 e 1996.

Vistas concedidas a Conselheira Lucia Reiko Sakae.

Recurso nº: 158.403 - Processo nº: 13707.001338/2003-24 - Recorrente: OLINDINA OLIVEIRA TAVARES - Recorrida: 4ª TURMA DRJ BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

Vistas concedidas a Conselheira Lucia Reiko Sakae.

Recurso nº: 158.360 - Processo nº: 10630.001018/2004-06 - Recorrente: HERCULES JOSE PROCÓPIO - Recorrida: 4ª TURMA DRJ JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001 a 2004.

Vistas concedidas a Conselheira Lucia Reiko Sakae.

Recurso nº: 158.428 - Processo nº: 10240.000684/2005-93 - Recorrente: CANIZIO HARTMANN - Recorrida: 2ª TURMA DRJ BELÉM/A - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Vistas concedidas a Conselheira Lucia Reiko Sakae.

RELATORA: LUCIA REIKO SAKAE

Processo nº: 13974.000056/2007-83 - Recorrente: AROLDO DE SOUZA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLNS/SC - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

Vistas concedidas ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Processo nº: 10070.001703/2006-89 - Recorrente: ARNALDO CESARIO DA SILVA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ/STM(RS) - Matéria: IRF-Glosa - Ex(s).: 2002.

Vistas concedidas ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

Recurso nº: 500319 - Processo nº: 13874.000411/2007-42 - Recorrente: ANTONIO CARLOS SOARES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ/SPO II - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Vistas concedidas ao Conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso.

RELATOR: SIDNEY FERRO BARROS

Recurso nº: 177.840 - Processo nº: 10073.002745/2007-98 - Recorrente: CARLOS HENRIQUE DANTAS MENDES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

RETIRADO DE PAUTA EM FACE DA EDIÇÃO DE ATO NORMATIVO SUPERVENIENTE RELATIVO À MATÉRIA.

Recurso nº: 168.719 - Processo nº: 10070.001505/2007-04 - Recorrente: MARCELINO JESUS DE FIGUEIREDO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

Vistas concedidas ao Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso nº: 161.929 - Processo nº: 10920.001439/2003-82 - Recorrente: WETZEL S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRF - Ano(s).: 1990 a 1993.

Acórdão n.º 2802-00.612

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso no sentido de AFASTAR a preliminar de decadência/prescrição do direito pedir da recorrente com relação aos pagamentos efetuados antes 06/04/1993 e DETERMINAR o retorno dos autos ao órgão de origem para apreciação do pedido, tomando como termo a quo a data do trânsito em julgado da decisão judicial relativa aos créditos pleiteados, qual seja 02/04/2002.

Recurso nº: 158.727 - Processo nº: 10140.003027/2003-64- Recorrente: VITORIO RAMANINI NETO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF- Ex(s).: 1999.

Vista à Conselheira Valéria Pestana Marques, na sessão outubro/2010.

Vista concedida ao Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

RELATOR: CARLOS NOGUEIRA NICACIO

Recurso nº: 173.298 - Processo nº: 13890.000160/2006-17 - Recorrente: EUCLIDES BIAZOTO - Recorrida: DRJ em São Paulo/SPII - Matéria: IRRF - Ex(s).: 2003.

Vistas concedidas à Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen

Recurso nº: 173.098 - Processo nº: 13852.000357/2004-41 - Recorrente: JOSÉ DUARTE - Recorrida: DRJ em São Paulo/SPII - Matéria: IRRF - Ex(s).: 2002.

Vistas concedidas à Conselheira Ana Paula Locoselli Erichsen

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso n.º: 157.842 - Processo n.º: 10280.000856/2004-71 - Recorrente: RAIMUNDO VASCONCELOS DA PONTES - Recorrida: DRJ Belém/PA - Matéria: IRPF - EX(s) 2001

Vistas concedidas ao Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso n.º: 167.231 - Processo n.º 13864.000184/2007-74 - Recorrente: PAULO ROBERTO BRION - Recorrida: DRJ São Paulo/II - Matéria: IRPF - AC (s) 2002, 2003, 2004 e 2005

Vistas concedidas ao Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Recurso n.º: 162.160 - Processo n.º 13161.000273/2006-57 - Recorrente: OLINDINA OLIVEIRA MARQUES - Recorrida: DRJ Campo Grande/MS- Matéria: IRPF - AC(s) 1998

Vistas concedidas ao Conselheiro Carlos Nogueira Nicácio.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 2º andar, sala 203 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Especial da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Jorge Cláudio Duarte Cardoso, Ana Paula Locoselli Erichsen, Lúcia Reiko Sakae, Sidney Ferro Barros, Carlos Nogueira Nicácio e Valéria Pestana Marques (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificada a existência de quorum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Na ordem do dia, foram vistos, examinados e relatados os recursos em pauta e, em decorrência, foram prolatadas as seguintes decisões:

RELATORA: VALÉRIA PESTANA MARQUES

Recurso nº: 165.648 - Processo n.º 13808.001221/2001-41 - Recorrente: IODIL DOS SANTOS GIRARDI - Recorrida: DRJ São Paulo/II - Matéria: IRPF - AC(s) 1996, 1997

RETIRADO DE PAUTA POR DESISTÊNCIA DO CONTRIBUINTE

Recurso nº: 162.490 - Processo n.º 13808.000409/2002-52 - Recorrente: ELINEO MAGRO- Recorrida: DRJ Santa Maria/RS - Matéria: IRPF - AC(s) 1998

Acórdão n.º 2802-00.613

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso.

Recurso nº: 158.134 - Processo n.º 13706.000941/2003-07- Recorrente: RICARDO VIDAL CÉSAR - Recorrida: DRJ Brasília/DF - Matéria: IRPF - Ex(s) 2000

Vistas concedidas ao Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Recurso nº: 163.267 - Processo n.º 10980.007193/2007-71 - Recorrente: REGIANE BANZATTO BERGAMO - Recorrida: DRJ Curitiba/PR - Matéria: IRPF - Ex(s) 2004, 2005 e 2006

Vistas concedidas ao Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Recurso nº: 156.067 - Processo n.º 13603.000838/2004-98- Recorrente: RICARDO JACOB DE MACEDO - Recorrida: DRJ Belo Horizonte/MG- Matéria: IRPF - Ex(s) 1994

Vistas concedidas ao Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos:

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

VALÉRIA PESTANA MARQUES
Presidente

3ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
1ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco "J", 5º andar, Sala 502, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: MAGDA COTTA CARDOZO

1 - Processo: 11065.002768/2006-83 - Recorrente: MÓVEIS KAPPESBERG LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES

2 - Processo: 10580.003517/2005-43 - Recorrente: RESABRAS DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo: 10580.902811/2008-82 - Recorrente: GRÁFICA SANTA HELENA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo: 10580.902821/2008-18 - Recorrente: GRÁFICA SANTA HELENA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo: 10580.902870/2008-51 - Recorrente: GRÁFICA SANTA HELENA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo: 10580.902937/2008-57 - Recorrente: GRÁFICA SANTA HELENA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo: 10580.903067/2008-33 - Recorrente: GRÁFICA SANTA HELENA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

8 - Processo: 10580.903112/2008-50 - Recorrente: GRÁFICA SANTA HELENA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo: 10580.903130/2008-31 - Recorrente: GRÁFICA SANTA HELENA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: SIDNEY EDUARDO STAHL

10 - Processo: 10120.009189/2002-63 - Recorrente: CONSÓRCIO INTEGRADO JORLAN ORCA S/C e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo: 10283.007385/2002-31 - Recorrente: BENARROS DIESEL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: MAGDA COTTA CARDOZO

12 - Processo: 11020.004741/2007-22 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo: 11020.905901/2008-33 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo: 11020.905911/2008-79 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo: 11020.905953/2008-18 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: SIDNEY EDUARDO STAHL

16 - Processo: 10320.001265/00-21 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

17 - Processo: 10320.001649/00-52 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo: 10320.001933/00-56 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo: 10320.002036/00-79 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo: 10320.002098/00-26 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo: 10320.002358/00-45 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo: 10320.002683/00-26 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

23 - Processo: 10320.000211/2002-53 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

24 - Processo: 10320.000441/2001-31 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo: 10320.000794/2001-31 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo: 10320.001004/2002-16 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo: 10320.001062/2001-69 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo: 10320.001325/2001-30 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo: 10320.001849/2001-21 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo: 10320.002150/2001-88 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo: 11080.007979/97-16 - Recorrente: A M SOUZA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 02 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: DANIELA RIBEIRO DE GUSMÃO

32 - Processo: 10768.014812/2002-94 - Recorrente: FUNDACAO CERJ DE SEGURIDADE SOCIAL BRASILETROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo: 10580.721297/2009-67 - Recorrente: TRAPICHE-ADELAIDE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo: 10860.905039/2009-95 - Recorrente: AUTOLIV DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo: 11080.900348/2005-95 - Recorrente: AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo: 13896.903265/2008-31 - Recorrente: ARCOS DOURADOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo: 15374.917050/2009-01 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo: 15374.917114/2008-85 - Recorrente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES

39 - Processo: 10805.001646/2005-15 - Recorrente: NEOPAN ARTIGOS INFANTIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo: 10805.002271/2004-20 - Recorrente: FIT SERVICE SERVIÇOS GERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo: 13888.001197/2006-10 - Recorrente: CERÂMICA FORMIGRES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo: 16327.000210/2006-59 - Recorrente: C E C DM DOS SERV. MUN. DE SÃO PAULO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo: 19515.000528/2004-49 - Recorrente: ENTERASYS NETWORKS DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

MAGDA COTTA CARDOZO
Presidente

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco J, 3º andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 31 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: TARÁSIO CAMPELO BORGES

1 - Processo: 13971.000791/2002-11 - Recorrente: MULTIBOM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo: 13971.002157/2002-12 - Recorrente: MULTIBOM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: VALDETE APARECIDA MARINHEIRO

3 - Processo: 10675.004813/2004-21 - Recorrente: CMC BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo: 10675.004814/2004-76 - Recorrente: CMC BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

5 - Processo: 15374.000669/2008-96 - Embargante: COSAN COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

6 - Processo: 16349.000523/2007-30 - Recorrente: BERTIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo: 10630.000357/2005-48 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S/A CENIBRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

8 - Processo: 13603.001774/2005-23 - Recorrente: COMERCIAL ESTRELA REAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE

9 - Processo: 18471.000911/2006-50 - Recorrente: ED & MAN BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo: 10840.003043/2002-89 - Recorrente: GNATUS EQUIPAMENTOS MÉDICO ODONTOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo: 13312.900024/2006-92 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo: 11020.720398/2007-67 - Recorrente: COOPERATIVA VITI VINÍCOLA ALIANÇA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUIZ ROBERTO DOMINGO

13 - Processo: 10283.004576/2004-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GRADIENTE ELETRÔNICA S/A - RECURSO DE OFÍCIO

14 - Processo: 11610.013599/2002-50 - Recorrente: IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo: 12466.003921/2008-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DARCK TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) - RECURSO DE OFÍCIO

16 - Processo: 12466.004446/2008-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DARCK TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) - RECURSO DE OFÍCIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: TARÁSIO CAMPELO BORGES

17 - Processo: 11065.003183/2008-42 - Recorrente: INDÚSTRIA DE PELES MINUANO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo: 11065.101083/2008-81 - Recorrente: INDÚSTRIA DE PELES MINUANO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo: 11065.101084/2008-25 - Recorrente: INDÚSTRIA DE PELES MINUANO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo: 11065.101518/2008-97 - Recorrente: INDÚSTRIA DE PELES MINUANO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo: 11065.101519/2008-31 - Recorrente: INDÚSTRIA DE PELES MINUANO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: VALDETE APARECIDA MARINHEIRO

22 - Processo: 10380.013704/00-61 - Recorrente: BERMAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

23 - Processo: 10380.001102/2004-19 - Recorrente: BERMAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo: 10380.009934/2004-75 - Recorrente: CASCAVEL COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo: 10380.006235/2004-73 - Recorrente: CASCAVEL COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo: 10380.006473/2004-89 - Recorrente: CASCAVEL COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

27 - Processo: 10380.900751/2009-09 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo: 10380.900752/2009-45 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo: 10380.900753/2009-90 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo: 10380.900754/2009-34 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo: 10380.900755/2009-89 - Nome do Contribuinte: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

32 - Processo: 10380.900756/2009-23 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo: 10380.900757/2009-78 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo: 10380.900758/2009-12 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo: 10380.900759/2009-67 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo: 10380.900760/2009-91 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo: 10380.900761/2009-36 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo: 10380.900765/2009-14 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo: 10380.900766/2009-69 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo: 10380.900768/2009-58 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo: 10380.900769/2009-01 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo: 10380.900770/2009-27 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo: 10380.900771/2009-71 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

44 - Processo: 10380.900772/2009-16 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. - RECURSO VOLUNTÁRIO

45 - Processo: 10380.900773/2009-61 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo: 10380.900774/2009-13 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUIZ ROBERTO DOMINGO

47 - Processo: 13971.000954/2007-61 - Recorrente: KRIEGER METALÚRGICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo: 13971.001229/2007-19 - Recorrente: KRIEGER METALÚRGICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo: 13971.001230/2007-35 - Recorrente: KRIEGER METALÚRGICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

50 - Processo: 13855.002435/2010-60 - Recorrente: CALVEN SHOE INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo: 13502.000950/2009-71 - Recorrente: KORDSA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: VALDETE APARECIDA MARINHEIRO

52 - Processo: 10920.001345/2007-37 - Recorrente: BUSSCAR ÔNIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo: 10920.004143/2009-17 - Recorrente: BUSSCAR ÔNIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo: 10920.005159/2008-58 - Recorrente: BUSSCAR ÔNIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

55 - Processo: 10920.008013/2008-64 - Recorrente: BUSSCAR ÔNIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

56 - Processo: 10680.009873/2006-23 - Recorrente: EXPRESSO ARAGUARI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

57 - Processo: 10680.009874/2006-78 - Recorrente: EXPRESSO ARAGUARI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

58 - Processo: 13603.000548/2008-78 - Recorrente: EXPRESSO ARAGUARI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUIZ ROBERTO DOMINGO

59 - Processo: 13852.000408/2002-72 - Recorrente: JBS EMBALAGENS METÁLICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

60 - Processo: 13852.000591/2002-14 - Recorrente: JBS EMBALAGENS METÁLICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

61 - Processo: 13852.000592/2002-51 - Recorrente: JBS EMBALAGENS METÁLICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

62 - Processo: 10850.900989/2006-08 - Recorrente: ELETRO METALÚRGICA VENTI DELTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

63 - Processo: 10850.900990/2006-24 - Recorrente: ELETRO METALÚRGICA VENTI DELTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

64 - Processo: 10850.900991/2006-79 - Recorrente: ELETRO METALÚRGICA VENTI DELTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo: 10283.006141/2004-01 - Recorrente: COSMOSPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

66 - Processo: 11080.001912/2006-76 - Recorrente: IAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

67 - Processo: 11080.001913/2006-11 - Recorrente: IAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

68 - Processo: 11080.001914/2006-65 - Recorrente: IAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

69 - Processo: 11080.001915/2006-18 - Recorrente: IAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

70 - Processo: 13502.000347/2007-28 - Recorrente: SANSUY S/A INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

71 - Processo: 13502.000682/2004-83 - Recorrente: SANSUY S/A INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

72 - Processo: 13502.000683/2004-28 - Recorrente: SANSUY S/A INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

73 - Processo: 11968.000262/2003-13 - Recorrente: TERPHANE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 02 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: TARÁSIO CAMPELO BORGES

74 - Processo: 13829.000042/2006-52 - Recorrente: LINS DIESEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

75 - Processo: 13829.000044/2006-41 - Recorrente: LINS DIESEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

76 - Processo: 13829.000045/2006-96 - Recorrente: LINS DIESEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

77 - Processo: 13829.000078/2005-55 - Recorrente: LINS DIESEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

78 - Processo: 13829.000079/2005-08 - Recorrente: LINS DIESEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: VALDETE APARECIDA MARINHEIRO

79 - Processo: 13038.000014/2002-18 - Recorrente: ARTHUR LANGE S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

80 - Processo: 13502.000471/2003-60 - Recorrente: CERAMUS BAHIA S/A PRODUTOS CERÂMICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

81 - Processo: 13502.000506/2003-61 - Recorrente: CERAMUS BAHIA S/A - PRODUTOS CERÂMICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

82 - Processo: 13502.000507/2003-13 - Recorrente: CERAMUS BAHIA S/A-PRODUTOS CERÂMICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

83 - Processo: 13502.000575/2003-74 - Recorrente: CERAMUS BAHIA S/A PRODUTOS CERÂMICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

84 - Processo: 13502.000702/2007-69 - Recorrente: CERAMUS BAHIA S/A PRODUTOS CERÂMICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUIZ ROBERTO DOMINGO

85 - Processo: 10283.901808/2009-87 - Recorrente: ENVISION INDÚSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

86 - Processo: 10283.901810/2009-56 - Recorrente: ENVISION INDÚSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

87 - Processo: 10521.000109/2005-34 - Recorrente: HEITOR JOÃO SILVEIRA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

88 - Processo: 10715.001890/2010-54 - Recorrente: PLUNA - LINEAS AEREAS URUGUAYAS SOCIEDAD ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

HENRIQUE PINHEIRO TORRES
Presidente

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3º andar, Sala 303, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 31 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

1 - Processo: 12466.000863/2009-35 - Recorrentes: VIAMAX COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTACAO LTDA. e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo: 10814.000615/2004-57 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo: 10410.004789/2003-51 - Recorrente: UNI BOM DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RICARDO PAULO ROSA

4 - Processo: 10830.720140/2009-25 - Recorrente: MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo: 10830.720227/2009-01 - Recorrente: MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo: 11684.001653/2006-84 - Recorrente: CIMENTO RIO BRANCO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo: 10314.013626/2006-08 - Recorrente: SMR COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANO PONTES DE MAYA GOMES

8 - Processo: 13051.000107/2005-17 - Recorrente: COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DE ENCANTADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo: 13051.000109/2005-14 - Recorrente: COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DE ENCANTADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ÁLVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO

10 - Processo: 16327.903236/2008-12 - Recorrente: BANCO CITIBANK S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo: 16327.904318/2008-84 - Recorrente: BANCO CITIBANK S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo: 16327.906391/2008-91 - Recorrente: BANCO CITIBANK S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo: 10935.001907/2006-01 - Recorrente: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SÃO CRISTÓVÃO - SICREDI SÃO CRISTÓVÃO - PR/SC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

14 - Processo: 10247.000148/2003-66 - Recorrente: JARI CELULOSE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo: 10247.000141/2005-14 - Recorrente: JARI CELULOSE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo: 10247.000098/2006-60 - Recorrente: JARI CELULOSE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

17 - Processo: 10247.000066/2007-45 - Recorrente: JARI CELULOSE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RICARDO PAULO ROSA

18 - Processo: 16327.001737/2006-09 - Recorrente: BANCO CARGILL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo: 16327.001739/2006-90 - Recorrente: BANCO CARGIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo: 16327.003836/2002-93 - Recorrente: BANCO CIDADE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo: 10945.002796/2005-41 - Recorrente: BARTHOLO TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo: 10945.002797/2005-96 - Recorrente: BARTHOLO TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANO PONTES DE MAYA GOMES

23 - Processo: 10830.002310/2006-43 - Recorrente: KORBACH VOLLET ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: MARA CRISTINA SIFUENTES

24 - Processo: 13808.004727/00-41 - Recorrente: CONSTRUTORA ROMEU CHAP CHAP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo: 11686.000121/2008-71 - Recorrente: SUD MOTORS VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo: 10814.022683/2006-39 - Recorrente: ABSA AEROLINHAS BRASILEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo: 11011.000307/2009-44 - Recorrente: AEROLINEAS ARGENTINAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ÁLVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO

28 - Processo: 16366.002398/2007-94 - Recorrente: VANCOUROS COMÉRCIO DE COUROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

29 - Processo: 10830.007419/99-69 - Recorrente: TEREFTALICOS INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo: 11080.916554/2009-41 - Recorrente: IFORTIX INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo: 11080.916555/2009-95 - Recorrente: IFORTIX INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

32 - Processo: 11080.916556/2009-30 - Recorrente: IFORTIX INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo: 11080.916558/2009-29 - Recorrente: IFORTIX INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo: 11080.916559/2009-73 - Recorrente: IFORTIX INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo: 11080.916560/2009-06 - Recorrente: IFORTIX INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo: 11080.916562/2009-97 - Recorrente: IFORTIX INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo: 11080.916564/2009-86 - Recorrente: IFORTIX INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo: 11080.916566/2009-75 - Recorrente: IFORTIX INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo: 11080.916567/2009-10 - Recorrente: IFORTIX INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RICARDO PAULO ROSA

40 - Processo: 13019.000135/2002-98 - Recorrente: ITAPINUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo: 13019.000040/2003-55 - Recorrente: ITAPINUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo: 11020.002175/2005-52 - Recorrente: ITAPINUS INDÚSTRIA E COM DE MADEIRAS LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo: 11020.002195/2005-23 - Recorrente: ITAPINUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

44 - Processo: 11020.002203/2005-31 - Recorrente: ITAPINUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANO PONTES DE MAYA GOMES

45 - Processo: 13005.000618/2007-56 - Recorrente: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVICOLA NDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo: 13005.000619/2007-09 - Recorrente: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA NDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

47 - Processo: 13005.000620/2007-25 - Recorrente: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA NDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo: 13005.000621/2007-70 - Recorrente: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA NDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo: 13005.000626/2007-01 - Recorrente: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA NDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

50 - Processo: 13053.000034/2008-96 - Recorrente: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

51 - Processo: 13053.000035/2008-31 - Recorrente: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo: 13053.000036/2007-02 - Recorrente: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo: 13053.000095/2009-34 - Recorrente: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo: 13053.000309/2007-19 - Recorrente: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARA CRISTINA SIFUENTES

55 - Processo: 11065.100911/2006-00 - Recorrente: HB COUROS LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

56 - Processo: 10314.013462/2006-19 - Recorrente: AKZO NOBEL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

57 - Processo: 11128.007396/2006-08 - Recorrente: AKZO NOBEL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ÁLVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO

58 - Processo: 10540.900262/2008-88 - Recorrente: DOCELAR SUPERMERCADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

59 - Processo: 10540.900263/2008-22 - Recorrente: DOCELAR SUPERMERCADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 02 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: RICARDO PAULO ROSA

60 - Processo: 10280.001733/2005-39 - Recorrente: PAMPA EXPORTAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

61 - Processo: 10280.001736/2005-72 - Recorrente: PAMPA EXPORTAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

62 - Processo: 10280.001737/2005-17 - Recorrente: PAMPA EXPORTAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

63 - Processo: 10280.001741/2005-85 - Recorrente: PAMPA EXPORTAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

64 - Processo: 10280.001742/2005-20 - Recorrente: PAMPA EXPORTAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo: 10280.005328/2006-71 - Recorrente: PAMPA EXPORTAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

66 - Processo: 10280.005329/2006-15 - Recorrente: PAMPA EXPORTAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANO PONTES DE MAYA GOMES

67 - Processo: 10630.720189/2006-91 - Recorrente: COOPERATIVA AGRO PECUÁRIA VALE DO RIO DOCE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

68 - Processo: 10435.001439/2006-05 - Recorrente: IRMÃOS COUTINHO INDÚSTRIA DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

69 - Processo: 10435.003077/2008-41 - Recorrente: IRMÃOS COUTINHO INDÚSTRIA DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

70 - Processo: 13449.000072/00-86 - Recorrente: DESTILARIA MIRIRI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

71 - Processo: 13306.000023/2002-00 - Recorrente: DISPORT NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: MARA CRISTINA SIFUENTES

72 - Processo: 10711.007201/2009-11 - Recorrente: A.G. LOGISTICS DO BRASIL LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

73 - Processo: 11128.008181/2006-04 - Recorrente: AROMAT PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

74 - Processo: 13805.005024/98-55 - Recorrente: GALETOS CINELANDIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

75 - Processo: 10831.003573/2006-60 - Recorrente: KETER COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

76 - Processo: 11128.005830/2003-64 - Recorrente: KANAFLEX S/A INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ÁLVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO

77 - Processo: 10283.900911/2009-18 - Recorrente: EL PASO AMAZONAS ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

78 - Processo: 10283.900912/2009-54 - Recorrente: EL PASO AMAZONAS ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

79 - Processo: 10283.903629/2009-84 - Recorrente: EL PASO AMAZONAS ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO
Presidente

2ª CÂMARA
2ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília/DF.

OBSERVAÇÕES: i) serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada em razão de pedido de vista de conselheiro, não-comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado; ii) será informado no edifício Alvorada o plenário ocupado pelo colegiado..

DIA 30 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: TATIANA MIDORI MIGIYAMA

1 - Processo: 10680.016648/2007-24 - Nome do Contribuinte: ASSOCIACAO FEMININA BRASILEIRA EDUCACAO ASSISTENCIA - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo: 11075.002503/2006-66 - Nome do Contribuinte: RYGON COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo: 10380.900423/2006-51 - Nome do Contribuinte: AMENDOAS DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo: 10380.908962/2008-09 - Nome do Contribuinte: AMENDOAS DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo: 13907.000019/2006-98 - Nome do Contribuinte: ARAPONGAS DIESEL S A - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo: 13907.000094/2005-78 - Nome do Contribuinte: ARAPONGAS DIESEL S/A - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS

7 - Processo: 10680.016180/2004-25 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL COMETA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

8 - Processo: 11128.000595/2010-63 - Recorrente: HSA LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo: 12466.003440/2008-96 - Recorrente: CRISTAL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo: 11817.000153/2008-34 - Nome do Contribuinte: FABIAMCE COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SOLON SEHN

11 - Processo: 10935.002189/2001-77 - Recorrente: COMIL SILOS E SECADORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 30 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS

12 - Processo: 10907.002142/2006-55 - Nome do Contribuinte: EVERTIS BRASIL PLASTICOS S/A - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo: 10907.002143/2006-08 - Nome do Contribuinte: EVERTIS BRASIL PLASTICOS S/A - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo: 10831.007050/2006-92 - Nome do Contribuinte: BRANDOLIS FARMACEUTICA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

15 - Processo: 13308.000031/2001-47 - Recorrente: CANINDE CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo: 13308.000063/2001-42 - Recorrente: CANINDE CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo: 11968.000164/2008-91 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SOLON SEHN

18 - Processo: 11075.002297/2006-94 - Recorrente: MOINHO CANUELAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo: 11075.002311/2006-50 - Recorrente: MOINHO CANUELAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo: 11075.002416/2006-17 - Recorrente: MOINHO CANUELAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo: 11075.002423/2006-19 - Recorrente: MOINHO CANUELAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo: 11075.002486/2006-67 - Recorrente: MOINHO CANUELAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo: 11075.002504/2006-19 - Recorrente: MOINHO CANUELAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo: 11075.002592/2006-41 - Recorrente: MOINHO CANUELAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo: 11128.008191/2006-31 - Recorrente: MOINHO CANUELAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo: 10209.000268/2004-09 - Recorrente: COMPANHIA DOCAS DO PARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo: 10711.005755/2006-31 - Recorrente: BJ COMPLETION SERVICES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI

28 - Processo: 11077.000083/2008-25 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo: 11077.000084/2008-70 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo: 11077.000085/2008-14 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo: 11077.000086/2008-69 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo: 11077.000087/2008-11 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo: 11077.000088/2008-58 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo: 11077.000089/2008-01 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

35 - Processo: 11077.000666/2007-75 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo: 11077.000668/2007-64 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo: 11077.000737/2007-30 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

38 - Processo: 11077.000738/2007-84 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo: 11077.000745/2007-86 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo: 15374.005205/2001-08 - Recorrente: LABORATORIO BRAVET LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 31 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS

41 - Processo: 11128.006223/2006-64 - Nome do Contribuinte: G V S DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

42 - Processo: 11128.006482/2005-12 - Nome do Contribuinte: CRODA DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

43 - Processo: 13308.000123/2002-16 - Recorrente: CANINDE CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo: 10865.000611/2009-88 - Recorrente: ALUMINIO SAO JORGE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

45 - Processo: 10925.001247/2004-15 - Recorrente: IRMAOS RIPKE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SOLON SEHN

46 - Processo: 10384.003931/2003-15 - Nome do Contribuinte: CURTUME EUROPA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

47 - Processo: 13840.000350/2003-87 - Nome do Contribuinte: IRMOS DAVOLI S/A IMPORT.E COMERCIO - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo: 11128.006856/2006-72 - Nome do Contribuinte: RODOPORTO TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI

49 - Processo: 13975.000108/2002-05 - Recorrente: HEDLER INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

50 - Processo: 13975.000109/2002-41 - Recorrente: HEDLER INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

51 - Processo: 13975.000503/2002-80 - Recorrente: HEDLER INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

52 - Processo: 13975.000508/2002-11 - Recorrente: HEDLER INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 31 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS

53 - Processo: 11128.007077/2005-11 - Nome do Contribuinte: CROMPTON LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

54 - Processo: 11128.007196/2006-47 - Nome do Contribuinte: CHEMTURA INDUSTRIA QUIMICA DO BRASIL LIMITADA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

55 - Processo: 11128.001961/2007-04 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
56 - Processo: 11128.001962/2007-41 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
57 - Processo: 11128.001963/2007-95 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
58 - Processo: 11128.001964/2007-30 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
59 - Processo: 11128.001965/2007-84 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
60 - Processo: 11128.002637/2007-03 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
61 - Processo: 11075.000031/2004-45 - Recorrente: JC COMERCIO DE CIGARROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
62 - Processo: 11128.002848/2007-38 - Recorrente: KRATON POLYMERS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PETROQUIMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
63 - Processo: 13971.001641/2006-40 - Recorrente: IRMAOS FISCHER SA IND E COM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: SOLON SEHN
64 - Processo: 12452.000184/2006-72 - Nome do Contribuinte: PATRICIA CARVALHO CAMPELO DA GAMA - RECURSO VOLUNTARIO
65 - Processo: 13656.000020/2006-11 - Recorrente: ITAPORANGA COM E EXP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI
66 - Processo: 13976.000139/2005-91 - Recorrente: INDUSTRIAS ZIPPERER S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

REGIS XAVIER HOLANDA
Presidente da
2ªTE/2ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

JOSE PEDRO DA SILVA
Secretário da
2ªTE/2ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco J, 3º andar, Sala 302, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado..

DIA 31 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM
1 - Processo: 11543.004769/2001-75 - Recorrente: TAUS TRADING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
2 - Processo: 10680.003343/2005-91 - Recorrente: INSTITUTO MADRE MAZZARELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
3 - Processo: 13502.000717/2006-46 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG D e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
4 - Processo: 10510.000085/2005-42 - Recorrente: ELECTRA ENG ELETRICA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA
5 - Processo: 13312.000212/2005-38 - Recorrente: F G CADETE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
6 - Processo: 10882.000970/2005-01 - Recorrente: PLURAL EDITORA E GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
7 - Processo: 10830.003984/2005-84 - Recorrente: HOSPITAL SANTA EDWIGES S/A Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI
8 - Processo: 10980.000512/2007-18 - Recorrente: VIDRACARIA LINDE LTDA Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
9 - Processo: 10980.000514/2007-15 - Recorrente: VIDRACARIA LINDE LTDA Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
10 - Processo: 10980.003827/2007-17 - Recorrente: VIDRACARIA LINDE LTDA Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: DANIEL MARIZ GUDINO
11 - Processo: 10640.001649/2003-17 - Nome do Contribuinte: LATICINIOS MB LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
12 - Processo: 10640.001687/2003-70 - Nome do Contribuinte: LATICINIOS MB LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
13 - Processo: 10380.005146/2002-48 - Recorrente: RECAMONDE ARTEFATOS DE COURO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA
14 - Processo: 10882.002585/2008-33 - Recorrente: DISKPAR LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
15 - Processo: 10380.005145/2002-01 - Recorrente: RECAMONDE ARTEFATOS DE COURO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM
16 - Processo: 10920.004334/2008-90 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS CLEMENT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
17 - Processo: 10920.004335/2008-34 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS CLEMENT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
18 - Processo: 10920.004337/2008-23 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS CLEMENT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
19 - Processo: 10920.004339/2008-12 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS CLEMENT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
20 - Processo: 10920.004359/2008-93 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS CLEMENT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
21 - Processo: 10920.004360/2008-18 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS CLEMENT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
22 - Processo: 10920.004333/2008-45 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS CLEMENT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI
23 - Processo: 13603.000984/2007-66 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS S/A
Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
24 - Processo: 13603.000985/2007-19 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS S/A
Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: DANIEL MARIZ GUDINO
25 - Processo: 10380.003153/2005-58 - Recorrente: LIVRARIA E PAPELARIA PEDRO I LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
26 - Processo: 10380.003154/2005-01 - Recorrente: LIVRARIA E PAPELARIA PEDRO I LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
27 - Processo: 10315.000109/2010-37 - Recorrente: RONALDO PINHEIRO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
28 - Processo: 10380.000350/2002-72 - Recorrente: TBM INDUSTRIA TEXTIL Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM
29 - Processo: 11080.009099/2005-00 - Recorrente: S B S ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
30 - Processo: 13896.002247/2007-50 - Recorrente: JUNIOR ALIMENTOS INDUSTRIA E COM. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
31 - Processo: 15165.002132/2007-45 - Recorrente: IMPORTADORA DE FRUTAS LA VIOLETERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
32 - Processo: 13853.000084/2007-77 - Recorrente: JUSTINO DE MORAIS IRMAOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI
33 - Processo: 19515.002969/2004-85 - Recorrente: SERVITEC INST E SISTEMAS INTEGRADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
34 - Processo: 10380.011499/2005-20 - Recorrente: JEREISSATI CENTROS COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
35 - Processo: 19706.000035/2007-12 - Recorrente: TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
36 - Processo: 10280.720881/2008-07 - Recorrente: RODOVIARIO VILACA LTDA Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: DANIEL MARIZ GUDINO
37 - Processo: 13748.000252/2009-93 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
38 - Processo: 13748.000284/2005-65 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
39 - Processo: 13748.000289/2005-98 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
40 - Processo: 13748.000337/2005-48 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
41 - Processo: 13748.000502/2005-61 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
42 - Processo: 10283.720578/2007-95 - Recorrente: J G RODRIGUES & CIA LTDA Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
43 - Processo: 10380.002529/2005-15 - Recorrente: SIGMA HOME SCHOOL EDIT E TECNOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 02 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM
44 - Processo: 11065.100153/2009-64 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS MALU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
45 - Processo: 13502.000491/2005-01 - Recorrente: ITF CHEMICAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
46 - Processo: 13502.000492/2005-47 - Recorrente: ITF CHEMICAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI
47 - Processo: 13502.000737/2005-36 - Recorrente: CETREL S/A EMPRESA DE PROTECAO AMBIENTAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: DANIEL MARIZ GUDINO
48 - Processo: 10976.000158/2008-71 - Recorrente: EDITORA ALTEROSA LTDA Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
49 - Processo: 10976.000159/2008-16 - Recorrente: EDITORA ALTEROSA LTDA Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
50 - Processo: 10380.010643/2004-20 - Recorrente: GRAFAM GRAFICA E EDITORA AMERICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
51 - Processo: 10380.100625/2003-58 - Recorrente: AUTO PECAS PADRE CICERO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM
Presidente da
1ªTO/2ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

JOSE PEDRO DA SILVA
Secretário da
1ªTO/2ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco J, 3º andar, Sala 304, Edifício Alvorada, Brasília - DF..

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado..

DIA 31 DE AGOSTO DE 2011 ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSE LUIZ NOVO ROSSARI
1 - Processo: 10240.000041/2007-10 - Recorrente: GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
2 - Processo: 15165.003455/2008-37 - Recorrente: MUCHMORE COMERCIAL LTDA Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
3 - Processo: 10425.720101/2006-67 - Recorrente: ENGARRAFAMENTO COROA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
4 - Processo: 10425.720102/2006-10 - Recorrente: ENGARRAFAMENTO COROA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
5 - Processo: 10675.001499/2005-14 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PECAS CARVALHO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
6 - Processo: 10909.000877/2007-13 - Recorrente: DISTRIBUIDORA MULLER COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
7 - Processo: 11080.004719/2004-25 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PROD P IPIRANGA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR
8 - Processo: 15959.000178/2010-99 - Recorrente: USINA CAROLO S/A - ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9 - Processo: 15959.000177/2010-44 - Recorrente: USINA CAROLO S/A - ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: PAULO SERGIO CELANI

10 - Processo: 10835.001580/2009-30 - Recorrente: BRASWEY S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011 ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSE LUIZ NOVO ROSSARI

11 - Processo: 10715.004710/2009-52 - Recorrente: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo: 10715.004872/2009-91 - Recorrente: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo: 10715.005573/2009-73 - Recorrente: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo: 10715.005592/2009-08 - Recorrente: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo: 10715.006166/2009-83 - Recorrente: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo: 10715.006280/2009-11 - Recorrente: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo: 10715.008281/2008-10 - Recorrente: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

18 - Processo: 10580.001346/2002-75 - Recorrente: DOW BRASIL NORDESTE LTDA Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo: 10680.007813/2003-23 - Recorrente: EDIFICA EMPREENDIMENTOS ARQ E ENG LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo: 18471.000772/2008-26 - Recorrente: ENERGISA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

21 - Processo: 10283.006027/2002-19 - Recorrente: MAVEL MANAUS VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011 ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSE LUIZ NOVO ROSSARI

22 - Processo: 16327.004040/2003-39 - Recorrente: HSBC ASSET FINANCE BRASIL A.MERC. S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

23 - Processo: 10314.002456/2004-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SIEMENS LTDA - RECURSO DE OFÍCIO

24 - Processo: 11836.000087/2006-11 - Recorrente: ATLAS AIR INC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo: 19675.000486/2006-75 - Recorrente: GTM MQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo: 10074.000675/2009-95 - Recorrente: GUERBET PRODUTOS RADIOLOGICOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

27 - Processo: 10735.001118/2005-37 - Recorrente: RACIONAL GRAFICA EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo: 10850.900986/2006-66 - Recorrente: ELETRO METALURGICA VENTI DELTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: PAULO SERGIO CELANI

29 - Processo: 13770.000105/2004-21 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo: 13770.000389/2004-56 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo: 13770.000074/2001-66 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 02 DE SETEMBRO DE 2011 ÀS 09:00 HORAS

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

32 - Processo: 10630.000942/2003-86 - Recorrente: ORLETTI VEICULOS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo: 10831.000359/2001-47 - Recorrente: CERAMICA CHIARELLI S/A Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: PAULO SERGIO CELANI

34 - Processo: 11077.000154/2009-71 - Recorrente: MARFRIG ALIMENTOS S/A Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

35 - Processo: 11077.000155/2009-15 - Recorrente: MARFRIG ALIMENTOS S/A Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo: 11077.000157/2009-12 - Recorrente: MARFRIG ALIMENTOS S/A Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

LUIZ NOVO ROSSARI
Presidente da
2ªTO/2ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

PEDRO DA SILVA
Secretário da
2ªTO/2ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

3ª CÂMARA
3ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos da sessão extraordinária a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco "J", 5º andar, sala 506 do Ed. Alvorada, CEP: 70.396-900. Brasília - DF.

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira sessão de julgamento subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro, não-comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado.

DIA 02 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: ANDRÉA MEDRADO DARZÉ

1 - Processo: 10680.019860/2007-43 - Recorrente: EDILSON FERREIRA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo: 13906.000192/2005-15 - Recorrente: MADISON GARDEN COMERCIAL E TRADING DE PRODUTOS ALIMENTICIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo: 13906.000193/2005-60 - Recorrente: MADISON GARDEN COMERCIAL E TRADING DE PRODUTOS ALIMENTICIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo: 13906.000195/2005-59 - Recorrente: MADISON GARDEN COMERCIAL E TRADING DE PRODUTOS ALIMENTICIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo: 13906.000299/2005-63 - Recorrente: MADISON GARDEN COMERCIAL E TRADING DE PRODUTOS ALIMENTICIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo: 16366.000034/2007-70 - Recorrente: MADISON GARDEN COMERCIAL E TRADING DE PRODUTOS ALIMENTICIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo: 16366.000035/2007-14 - Recorrente: MADISON GARDEN COMERCIAL E TRADING DE PRODUTOS ALIMENTICIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo: 16366.000036/2007-69 - Recorrente: MADISON GARDEN COMERCIAL E TRADING DE PRODUTOS ALIMENTICIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo: 16366.000037/2007-11 - Recorrente: MADISON GARDEN COMERCIAL E TRADING DE PRODUTOS ALIMENTICIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo: 19991.000443/2009-50 - Recorrente: L J M COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo: 19991.000447/2009-38 - Recorrente: L J M COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo: 19991.000448/2009-82 - Recorrente: L J M COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo: 19991.000449/2009-27 - Recorrente: L J M COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo: 19991.000450/2009-51 - Recorrente: L J M COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo: 19991.000452/2009-41 - Recorrente: L J M COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo: 19991.000453/2009-95 - Recorrente: L J M COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo: 13683.000088/2003-21 - Recorrente: CERAMUS BAHIA S/A PRODUTOS CERAMICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo: 13683.000124/2003-56 - Recorrente: CERAMUS BAHIA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo: 13656.000006/2005-37 - Recorrente: L J M COM EXPOR E IMP DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo: 13656.000007/2005-81 - Recorrente: L J M COM EXPOR E IMP DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo: 13656.000015/2006-17 - Recorrente: L J M COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo: 13656.000016/2006-53 - Recorrente: L J M COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo: 13656.000017/2006-06 - Recorrente: L J M COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo: 13656.000018/2006-42 - Recorrente: L J M COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo: 13855.000531/2006-97 - Recorrente: SR EMBALAGENS PLASTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo: 13855.000532/2006-31 - Recorrente: SR EMBALAGENS PLASTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo: 13855.000533/2006-86 - Recorrente: SR EMBALAGENS PLASTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo: 13855.000534/2006-21 - Recorrente: SR EMBALAGENS PLASTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo: 13855.000535/2006-75 - Recorrente: SR EMBALAGENS PLASTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

ALEXANDRE KERN
Presidente

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco "J", 5º andar, sala 506 do Ed. Alvorada. CEP: 70.396-900. Brasília - DF.

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira sessão de julgamento subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro, não-comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado..

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: BELCHIOR MELO DE SOUSA

1 - Processo: 11040.000877/2003-00 - Recorrente: ENFRIPETER COMERCIO ARMAZE INDUSTRIA PRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo: 10768.004324/2003-50 - Recorrente: CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DA CSN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo: 11042.000093/2002-72 - Recorrente: MADEIRO MATERIAIS DE CONSTRUO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo: 13679.000125/2005-21 - Recorrente: PEDREIRA E BRITADORA CANTIERI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo: 19647.013361/2004-81 - Recorrente: ENGARRAFADORA IGARASSU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: HÉLCIO LAFETÁ REIS

6 - Processo: 11543.001632/2003-21 - Recorrente: BRIDI MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo: 11610.020290/2002-16 - Recorrente: MAXIMILIANO GAIDZINSKI SA IND AZUL ELINE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo: 11610.021817/2002-20 - Recorrente: MAXIMILIANO GAIDZI SA I AZULEIJOS ELIANE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo: 11831.002746/2003-42 - Recorrente: MAXIMILIANO GAIDZINSKI S/A IND DE AZULEJ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo: 11610.002405/2001-18 - Recorrente: ESCALA 7 EDITORA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo: 13739.001090/2002-43 - Recorrente: QUAKER BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOÃO ALFREDO EDUÃO FERREIRA

12 - Processo: 10280.901763/2008-90 - Recorrente: EXMAM EXPORTADORA DE MADEIRAS AMAZONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo: 10865.001195/2005-10 - Recorrente: PALLUDA INSTITUTO DE RADIOLOGIA LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JULIANO EDUARDO LIRANI

14 - Processo: 10630.000165/2005-31 - Recorrente: COMERCIO DE VEICULOS ALMENARA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo: 10930.001833/2005-63 - Recorrente: MOINHO GLOBO IND E COM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo: 10950.001075/2007-15 - Recorrente: RODOVIAS INTEGRADAS DO PARANA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ALEXANDRE KERN

17 - Processo: 13846.000060/2002-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ALPAVEL ALTA PAULISTA VEICULOS LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

18 - Processo: 13907.000095/2002-70 - Recorrente: MOVAL MOVEIS ARAPONGAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

19 - Processo: 13962.000078/2002-78 - Recorrente: BILU INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo: 13963.000187/2003-66 - Recorrente: ELIANE ARGAMASSAS E REJUNTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo: 13963.000217/2003-34 - Recorrente: MAXIMILIANO GAIDIZINSKI SA IND AZ ELIANE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo: 13963.000342/2002-63 - Recorrente: SETEP TOPOGRAFIA E CONST LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo: 13971.002140/2003-38 - Recorrente: BLUSA - COM. DE IMP. E EXP. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo: 13974.000268/2002-56 - Recorrente: AROLD BANNACH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo: 13974.000312/2002-28 - Recorrente: AROLDO BANNACH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo: 13975.000101/2002-85 - Recorrente: COMERCIAL F TOMIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo: 13975.000103/2002-74 - Recorrente: COMERCIAL F TOMIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: HÉLCIO LAFETÁ REIS

28 - Processo: 10675.001839/2003-37 - Recorrente: GM VIAGENS E TURISMO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo: 10680.004848/2003-19 - Recorrente: MSA INFOR SIST E AUTOMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo: 10768.022088/00-67 - Recorrente: BANCO PEBB SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo: 13839.004239/2002-18 - Recorrente: PLC REPRESENTACOES S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: BELCHIOR MELO DE SOUSA

32 - Processo: 10380.015541/2002-39 - Nome do Contribuinte: TUDO MAQUINAS COM REPRESENTACOES LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo: 10630.000166/2005-86 - Nome do Contribuinte: COMERCIO DE VEICULOS ALMENARA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo: 10675.002725/2006-57 - Nome do Contribuinte: AUTOMARA CAMINHOES LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

35 - Processo: 10675.003382/2005-67 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL SALETE LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo: 10730.006573/2005-79 - Nome do Contribuinte: UNIAO DE LOJAS LEADER S A - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo: 10865.900348/2006-86 - Recorrente: AUTO POSTO AVENIDA CAMPINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

38 - Processo: 10865.900349/2006-21 - Recorrente: AUTO POSTO AVENIDA CAMPINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo: 10865.900350/2006-55 - Recorrente: AUTO POSTO AVENIDA CAMPINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo: 10865.900352/2006-44 - Recorrente: AUTO POSTO AVENIDA CAMPINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo: 10875.001203/2005-09 - Nome do Contribuinte: SIEMENS VDO AUTOMOTIVE LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

42 - Processo: 10882.000820/2005-90 - Recorrente: BRASILGRAFICA S/A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

43 - Processo: 10980.004405/2005-05 - Recorrente: BEBIDAS METROPOLITANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo: 11080.000008/2004-81 - Nome do Contribuinte: MARINA PARK EMPREENDIMENTOS IMOB LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

45 - Processo: 19814.000261/2006-87 - Recorrente: HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: HÉLCIO LAFETÁ REIS

46 - Processo: 10580.004621/2005-55 - Recorrente: ACOPLA IND COM E REPRESENTACOES LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

47 - Processo: 10580.012559/2004-94 - Recorrente: MACRO REAL DE ESTIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo: 10660.000759/2005-95 - Recorrente: ISABEL AGUIAR DE SOUZA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

49 - Processo: 10660.000764/2005-06 - Recorrente: CASA MINAS EDITORA PUB E MULTIMIDIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

50 - Processo: 10660.002171/2005-76 - Recorrente: MASTER ATALAIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

51 - Processo: 10660.002172/2005-11 - Recorrente: MASTER ATALAIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

52 - Processo: 10680.000896/2004-19 - Recorrente: CERA INGLEZA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

53 - Processo: 10680.003734/2005-13 - Recorrente: MEMORIA GRAFICA-TYPOGRAFIA ESC DE GRAVUR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

54 - Processo: 10680.004651/2005-33 - Recorrente: LUIZ FERNANDO DE ANDRADE ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

55 - Processo: 10680.010951/2005-51 - Recorrente: UNHOSP-ASSIST MEDICO HOSPITALAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

56 - Processo: 10805.001525/2004-92 - Recorrente: GELRE TRABALHO TEMPORARIO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOÃO ALFREDO EDUÃO FERREIRA

57 - Processo: 10980.007721/2001-05 - Recorrente: EDITORA GAZETA DO POVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

58 - Processo: 11080.006963/2003-41 - Recorrente: JARZYNSKI ELETRICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

59 - Processo: 11516.003605/2006-62 - Recorrente: E.M.C. INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

60 - Processo: 11637.000142/2003-68 - Recorrente: RICSEN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

61 - Processo: 11128.007911/2005-61 - Recorrente: TOME ENG. E TRANSP. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

62 - Processo: 11543.004737/2008-46 - Recorrente: SAMMER PARIZ DEOLINDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ALEXANDRE KERN

63 - Processo: 13942.000106/2004-57 - Recorrente: SEARA COM DE EQUIP AGROP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

64 - Processo: 13973.000145/2005-78 - Recorrente: SASSE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

65 - Processo: 13973.000358/2004-19 - Recorrente: SASSE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

66 - Processo: 13973.000462/2004-11 - Recorrente: SASSE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JULIANO EDUARDO LIRANI

67 - Processo: 10980.006944/2002-28 - Recorrente: INDUSTRIA DE PAPELAO HORLLE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

68 - Processo: 10540.000199/2004-54 - Recorrente: AROLDO DE ARAUJO SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

69 - Processo: 10725.000468/2005-03 - Recorrente: FUNDICAO FERRO APERIBE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

70 - Processo: 10825.900290/2006-47 - Recorrente: M J A INDUSTRIA DE PAPEIS E ADESIVOS ESPECIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

71 - Processo: 10925.001721/2004-09 - Recorrente: POMIFRAI FRUTICULTURA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

ALEXANDRE KERN
Presidente

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, plenário 201, em Brasília - Distrito Federal..

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independentemente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO LISBOA CARDOSO

1 - Processo: 10840.000253/2002-15 - Nome do Contribuinte: VILLIMPRESS INDUSTRIA COMERCIO GRAFICOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo: 10840.001852/2002-56 - Nome do Contribuinte: VILLIMPRESS INDUSTRIA COMERCIO GRAFICOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo: 10840.003196/2001-45 - Nome do Contribuinte: VILLIMPRESS INDUSTRIA COMERCIO GRAFICOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo: 13603.001753/2003-46 - Nome do Contribuinte: MODERNA INDUSTRIA DE PLASTICOS E MOVEIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo: 13603.001754/2003-91 - Nome do Contribuinte: MODERNA INDUSTRIA DE PLASTICOS E MOVEIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FABIO LUIZ NOGUEIRA

6 - Processo: 10530.001579/2002-63 - Recorrente: BAHIA ARTES GRAFICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo: 13011.000040/2003-25 - Recorrente: PASTIFICIO SANTA AMALIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo: 13011.000425/2002-10 - Recorrente: PASTIFICIO SANTA AMALIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo: 13643.000204/2002-05 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS MARCELAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo: 13973.000313/2002-82 - Recorrente: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS

11 - Processo: 10410.008446/2008-70 - Recorrente: FUNDACAO EDC JAYME DE ALTAVILA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MAURICIO TAVEIRA E SILVA

12 - Processo: 10855.003945/99-07 - Recorrente: MONTEIRO PECAS E ACESSORIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo: 10120.008005/2003-29 - Recorrente: LEITBOM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo: 10120.008006/2003-73 - Recorrente: LEITBOM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo: 11077.000151/2009-37 - Recorrente: MARFRIG ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo: 11077.000152/2009-81 - Recorrente: MARFRIG ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo: 11077.000153/2009-26 - Recorrente: MARFRIG ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo: 11077.000742/2007-42 - Recorrente: MARFRIG ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS

19 - Processo: 10380.903436/2009-25 - Recorrente: HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo: 10380.903440/2009-93 - Recorrente: HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo: 10380.903441/2009-38 - Recorrente: HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo: 10380.903442/2009-82 - Recorrente: HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo: 10380.903443/2009-27 - Recorrente: HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo: 10380.905424/2009-35 - Recorrente: HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo: 10380.905427/2009-79 - Recorrente: HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MAURICIO TAVEIRA E SILVA

26 - Processo: 10283.902826/2009-86 - Recorrente: PST ELETRONICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo: 10283.907641/2009-68 - Recorrente: PST ELETRONICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo: 10283.907642/2009-11 - Recorrente: PST ELETRONICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo: 10283.907643/2009-57 - Recorrente: PST ELETRONICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

30 - Processo: 10283.902823/2009-42 - Recorrente: PST ELETRONICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo: 10283.902824/2009-97 - Recorrente: PST ELETRONICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo: 10283.902825/2009-31 - Recorrente: PST ELETRONICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo: 10510.904286/2009-44 - Recorrente: H DANTAS COMERCIO NAVEGACAO E INDUSTRIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo: 10510.904287/2009-99 - Recorrente: H DANTAS COMERCIO NAVEGACAO E INDUSTRIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

35 - Processo: 10510.904300/2009-18 - Recorrente: H DANTAS COMERCIO NAVEGACAO E INDUSTRIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo: 10510.904302/2009-07 - Recorrente: H DANTAS COMERCIO NAVEGACAO E INDUSTRIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo: 10510.904566/2009-52 - Recorrente: H DANTAS COMERCIO NAVEGACAO E INDUSTRIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ANTONIO LISBOA CARDOSO

38 - Processo: 13804.003835/2003-69 - Nome do Contribuinte: COML. E IMPORT. CENTER SPORT LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo: 13804.003836/2003-11 - Nome do Contribuinte: COML. E IMPORT. CENTER SPORT LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo: 17883.000237/2007-80 - Nome do Contribuinte: PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FABIO LUIZ NOGUEIRA

41 - Processo: 10680.004839/2006-62 - Recorrente: MINERACAO SERRAS DO OESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

42 - Processo: 10680.005810/2006-06 - Recorrente: MINERACAO SERRAS DO OESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

43 - Processo: 10680.008056/2006-58 - Recorrente: MINERACAO SERRAS DO OESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo: 10680.724278/2009-64 - Recorrente: MINERACAO SERRAS DO OESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

45 - Processo: 16403.000071/2007-94 - Recorrente: INTERNATIONAL PAPER - COMERCIO DE PAPEL E PARTICIPACOES ARAPOTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS

46 - Processo: 10380.900767/2009-11 - Recorrente: CGTF CENTRAL GERADORA TERMELETRICA FORTALEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 02 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO LISBOA CARDOSO

47 - Processo: 11020.007702/2008-68 - Nome do Contribuinte: CRACCO INDUSTRIA E COMERCIO DE JOIAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo: 11020.007704/2008-57 - Nome do Contribuinte: CRACCO INDUSTRIA E COMERCIO DE JOIAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

49 - Processo: 11020.007705/2008-00 - Recorrente: CRACCO INDUSTRIA E COMERCIO DE JOIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

50 - Processo: 11020.007706/2008-46 - Nome do Contribuinte: CRACCO INDUSTRIA E COMERCIO DE JOIAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

51 - Processo: 11020.007708/2008-35 - Nome do Contribuinte: CRACCO INDUSTRIA E COMERCIO DE JOIAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS

52 - Processo: 10580.905933/2008-21 - Recorrente: FLAMINGO'S PARADISE S/A - INVESTIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

53 - Processo: 10783.902170/2008-80 - Recorrente: FRENTE OESTE COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

54 - Processo: 10783.902171/2008-24 - Recorrente: FRENTE OESTE COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

55 - Processo: 10783.916022/2009-23 - Recorrente: PIANNA VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

56 - Processo: 10783.916023/2009-78 - Recorrente: PIANNA VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

57 - Processo: 10783.916024/2009-12 - Recorrente: PIANNA VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

58 - Processo: 10855.900958/2008-61 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

59 - Processo: 10855.900989/2008-11 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

60 - Processo: 10855.901968/2008-13 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

61 - Processo: 11020.909868/2009-00 - Recorrente: PRAT-K UTILIDADES LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MAURICIO TAVEIRA E SILVA

62 - Processo: 10580.720522/2009-48 - Recorrente: PROSAUDE - MEDICINA HOSPITALAR E SAUDE OCUPACIONAL SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

63 - Processo: 10830.006808/2004-13 - Recorrente: DINAMO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

64 - Processo: 10945.005017/2007-21 - Recorrente: IRMANDADE SANTA CASA MONSENHOR GUILHERME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

65 - Processo: 11444.001631/2008-17 - Recorrente: RESSOMAR-RENOVADORA DE PNEUMATICOS MARILIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

RODRIGO DA COSTA POSSAS
Presidente da
1ªTO/3ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário da
1ªTO/3ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS DE RECURSOS, A SEREM REALIZADOS NAS DATAS E HORÁRIOS A SEGUIR MENCIONADOS, NO CARF, LOCALIZADO NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", 2º ANDAR, PLENÁRIO 203, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

OBSERVAÇÕES: I) Serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro, não comparecimento do conselheiro relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado ou, ainda, na pauta da reunião seguinte, hipótese em que se fará nova publicação.

II) Em cada registro abaixo constam as seguintes informações: data e hora da sessão; nome do Conselheiro Relator; item/ordem de julgamento; número do processo; nome do recorrente; nome do recorrido e tipo de recurso

DIA 31 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALBER JOSÉ DA SILVA

1 - Processo: 16349.000093/2008-37 - Recorrente: PETROSUL DISTRIBUIDORA TRANSPORTADORA E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo: 16349.000095/2008-26 - Recorrente: PETROSUL DISTRIBUIDORA TRANSPORTADORA E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo: 13982.000701/2005-05 - Recorrente: AGRÍCOLA COLFERAI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo: 13982.000702/2005-41 - Recorrente: AGRÍCOLA COLFERAI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo: 13832.000243/2002-77 - Recorrente: POSTUBOS IND E COM PECAS CONCRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOSÉ ANTONIO FRANCISCO

6 - Processo: 10120.002807/2008-30 - Recorrente: UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo: 10120.012450/2009-89 - Recorrente: UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

8 - Processo: 10675.002278/2007-17 - Recorrentes: UNIMED ARAGUARI COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo: 10435.000498/2006-58 - Recorrente: MAJESTOSA ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo: 11080.003968/2004-01 - Recorrente: OPEN OBRAS PROJETOS E ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS

11 - Processo: 18471.002314/2003-17 - Recorrente: TELEMAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo: 13811.000614/2003-40 - Recorrente: PEPSICO DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo: 18471.000054/2008-50 - Recorrente: LOJAS AMERICANAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo: 10183.004200/2002-64 - Recorrente: ROSCH ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GILENO GURJÃO BARRETO

15 - Processo: 10620.000033/2002-86 - Recorrente: CIA. FERROLIGAS MINAS GERAIS - MINASLIGAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo: 10070.000387/00-06 - Recorrente: SHELL BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

17 - Processo: 10120.004672/97-23 - Recorrente: CICAL AUTO LOCADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo: 10283.902811/2009-18 - Recorrente: SONOPRESS RIMO DA AMAZÔNIA IND E COM FONOGRÁFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo: 10283.902875/2009-19 - Recorrente: SONOPRESS RIMO DA AMAZÔNIA IND E COM FONOGRÁFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ALEXANDRE GOMES

20 - Processo: 11080.008923/2005-04 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo: 11080.004195/2005-53 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo: 11080.008925/2005-95 - Recorrente: AVIPAL S A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 31 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALBER JOSÉ DA SILVA

23 - Processo: 13804.002546/2002-61 - Recorrente: PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo: 13807.005429/2002-20 - Recorrente: PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo: 13808.004461/2001-05 - Recorrente: PÃES E DOCES TRIGONELA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo: 13899.000978/2001-45 - Recorrente: NASCHOLD ELEMENTOS DE FIXAÇÃO IND COM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo: 13907.000064/2002-19 - Recorrente: G DARIO & CIA. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOSÉ ANTONIO FRANCISCO

28 - Processo: 10909.004225/2008-21 - Recorrente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo: 11634.000093/2009-89 - Recorrentes: SOMOPAR - SOCIEDADE MOVELEIRA PARANAENSE LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo: 13888.001658/2003-01 - Recorrentes: CATERPILLAR BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo: 13896.002589/2002-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GTECH BRASIL HOLDINGS S/A - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS

32 - Processo: 11516.001155/2001-69 - Recorrente: P B CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo: 15374.002792/00-12 - Recorrente: IMPORTAO IND. E COM. AMBRIEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo: 13971.000046/2004-25 - Recorrente: TEKA - TECELAGEM KUEHNRICH S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GILENO GURJÃO BARRETO

35 - Processo: 10283.904851/2009-02 - Recorrente: SOLE INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo: 10469.721776/2010-01 - Recorrente: CAMANOR PRODUTOS MARINHOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo: 10510.002143/2008-15 - Recorrente: JULIO PRADO VASCONCELOS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo: 10980.005232/2005-34 - Recorrente: MADSON ELETROMETALURGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ALEXANDRE GOMES

39 - Processo: 10768.005947/2002-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA. - RECURSO DE OFÍCIO

40 - Processo: 10768.005948/2002-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA. - RECURSO DE OFÍCIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALBER JOSÉ DA SILVA

41 - Processo: 10166.100019/2005-39 - Recorrente: AUTOESTE AUTOMÓVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo: 10821.000306/2004-98 - Recorrente: COLÔNIA DE FERIAS MINISTRO JOÃO CLEÓFAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo: 10980.005256/2005-93 - Recorrente: BALAROTI COM DE MAT DE CONSTRUÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

44 - Processo: 13002.001512/2008-81 - Recorrente: CENTRO CLINICO CANOAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

45 - Processo: 13002.001682/2008-65 - Recorrente: CENTRO CLINICO CANOAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOSÉ ANTONIO FRANCISCO

46 - Processo: 10940.900701/2008-40 - Recorrente: BEAULIEU DO BRASIL INDUSTRIA DE CARPETES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

47 - Processo: 11020.002952/2004-88 - Recorrente: MARCOPOLO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo: 11020.007656/2008-05 - Recorrente: CAXIAS NÍQUEL CROMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo: 11065.005554/2008-21 - Recorrente: SPRINGER CARRIER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

50 - Processo: 11080.000051/2006-17 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS

51 - Processo: 10983.900730/2008-13 - Recorrente: TERMAS SANTO ANJO DA GUARDA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo: 10983.900779/2008-68 - Recorrente: TERMAS SANTO ANJO DA GUARDA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo: 10983.900802/2008-14 - Recorrente: TERMAS SANTO ANJO DA GUARDA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo: 13502.901161/2008-79 - Recorrente: OXITENO NORDESTE S/A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GILENO GURJÃO BARRETO

55 - Processo: 10980.005257/2005-38 - Recorrente: KAPERSUL IND E COM DE PAPEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

56 - Processo: 10980.905449/2008-99 - Recorrente: COMPLEXO EDUCACIONAL ANCHIETA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

57 - Processo: 11070.000458/2007-36 - Recorrente: KEPLER WEBER INDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

58 - Processo: 11070.000488/2007-42 - Recorrente: KEPLER WEBER INDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ALEXANDRE GOMES

59 - Processo: 11962.000122/2004-86 - Recorrente: CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

60 - Processo: 11962.000237/2007-13 - Recorrente: CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

61 - Processo: 11962.000241/2007-81 - Recorrente: CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

62 - Processo: 11962.000242/2007-26 - Recorrente: CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALBER JOSÉ DA SILVA

63 - Processo: 13005.000536/2007-10 - Recorrente: KANNENBERG & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

64 - Processo: 13005.000537/2007-56 - Recorrente: KANNENBERG & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo: 13116.002409/2007-90 - Recorrente: P T AGRO COMERCIO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

66 - Processo: 13116.002410/2007-14 - Recorrente: LUZ MERCANTIL REPRESENTAÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOSÉ ANTONIO FRANCISCO

67 - Processo: 14041.000233/2006-34 - Recorrente: BRASAL REFRIGERANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

68 - Processo: 14041.000257/2008-55 - Recorrente: ITÁLIA BRASÍLIA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

69 - Processo: 15758.000370/2008-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAÚDE ABC SERVIÇOS MEDICO HOSPITALARES LTDA. - RECURSO DE OFÍCIO

70 - Processo: 15956.000309/2008-43 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

71 - Processo: 16095.000007/2006-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SANTO AMARO S/A INDUSTRIA E COMERCIO - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS

72 - Processo: 13016.001359/2008-32 - Nome do Contribuinte: PENASUL ALIMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTÁRIO

73 - Processo: 13016.001360/2008-67 - Nome do Contribuinte: PENASUL ALIMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTÁRIO

74 - Processo: 13884.000477/2007-13 - Nome do Contribuinte: TEKSID DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTÁRIO

75 - Processo: 16045.000464/2007-14 - Nome do Contribuinte: ALERIS RECICLAGEM LTDA - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ALAN FIALHO GANDRA

76 - Processo: 10508.000740/99-39 - Recorrente: NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

77 - Processo: 11020.007629/2008-24 - Recorrente: MONTECARLO INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

78 - Processo: 11686.000025/2008-23 - Recorrente: CONTGRAF IMPRESSOS GRÁFICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

79 - Processo: 11080.902116/2006-52 - Recorrente: CONTGRAF IMPRESSOS GRÁFICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

80 - Processo: 11516.001212/2006-14 - Recorrente: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

81 - Processo: 11516.001213/2006-69 - Recorrente: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

82 - Processo: 11516.001214/2006-11 - Recorrente: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

83 - Processo: 11516.001215/2006-58 - Recorrente: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

84 - Processo: 11516.001216/2006-01 - Recorrente: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

85 - Processo: 11516.001217/2006-47 - Recorrente: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

86 - Processo: 11516.001218/2006-91 - Recorrente: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ALEXANDRE GOMES

87 - Processo: 10880.017723/97-30 - Nome do Contribuinte: VJ ELETRÔNICA LTDA - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GILENO GURJÃO BARRETO

88 - Processo: 11070.001509/2007-47 - Recorrente: VIERA CEREAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

89 - Processo: 13603.900493/2006-36 - Recorrente: TRANSREFER TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

90 - Processo: 13681.000081/2008-33 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

91 - Processo: 13839.002743/2005-26 - Recorrente: PLASCAR INDUSTRIA DE COMPONENTES PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

WALBER JOSE DA SILVA
Presidente da
2ªTO/3ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário da
2ªTO/3ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, em Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 31 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

1 - Processo: 13971.000393/2003-77 - Nome do Contribuinte: BUNGE ALIMENTOS S/A - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo: 13971.001413/2002-46 - Nome do Contribuinte: BUNGE ALIMENTOS S/A - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo: 13971.002251/2002-63 - Nome do Contribuinte: BUNGE ALIMENTOS S/A - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo: 13971.002845/2002-74 - Nome do Contribuinte: BUNGE ALIMENTOS S/A - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo: 10840.720727/2009-15 - Nome do Contribuinte: USINA CAROLO S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ODASSI GUERZONI FILHO

6 - Processo: 10983.901454/2006-31 - Nome do Contribuinte: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo: 16327.000042/2006-00 - Nome do Contribuinte: MCOM WIRELESS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo: 10880.720363/2005-73 - Nome do Contribuinte: RETIFICA MOTOR VIDRO LTDA. EPP - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo: 13820.000731/2001-32 - Nome do Contribuinte: SIND TRAB IND MET MEC DE MEESV E AP DE S CAETANO DO SUL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo: 13805.004768/97-26 - Nome do Contribuinte: TINTAS MC LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE

11 - Processo: 13971.720006/2008-27 - Nome do Contribuinte: ROHDEN ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo: 13971.720007/2008-71 - Nome do Contribuinte: ROHDEN ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo: 13971.720015/2008-18 - Nome do Contribuinte: ROHDEN PORTAS E PAINÉIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo: 13971.720018/2008-51 - Nome do Contribuinte: ROHDEN PORTAS E PAINÉIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo: 13971.720026/2008-06 - Nome do Contribuinte: ROHDEN PORTAS E PAINÉIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

16 - Processo: 13981.000005/2006-81 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo: 13981.000082/2005-51 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo: 13981.000083/2005-03 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo: 13981.000084/2005-40 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo: 13981.000085/2005-94 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo: 13981.000086/2005-39 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo: 13981.000089/2005-72 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo: 13981.000090/2005-05 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo: 13981.000095/2005-20 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo: 13981.000097/2005-19 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo: 13981.000098/2005-63 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

27 - Processo: 13981.000099/2005-16 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo: 13981.000113/2005-73 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo: 13981.000122/2004-83 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo: 13981.000122/2005-64 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo: 13981.000123/2005-17 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo: 13981.000134/2004-16 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo: 13981.000174/2004-50 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo: 13981.000184/2004-95 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

35 - Processo: 13981.000198/2004-17 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo: 13981.000205/2004-72 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo: 13981.000207/2005-42 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

38 - Processo: 13981.000208/2005-97 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo: 13981.000231/2005-81 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo: 13981.000257/2005-20 - Nome do Contribuinte: FRAME MADEIRAS ESPECIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo: 10580.724780/2010-37 - Nome do Contribuinte: FREVO BRASIL INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

42 - Processo: 13726.000325/2002-29 - Nome do Contribuinte: PERNOD RICARD BRASIL IND E COM LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ODASSI GUERZONI FILHO

43 - Processo: 10925.000355/2009-77 - Nome do Contribuinte: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo: 10925.000366/2009-57 - Nome do Contribuinte: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE - RECURSO VOLUNTARIO

45 - Processo: 10925.000822/2007-05 - Nome do Contribuinte: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ODASSI GUERZONI FILHO

46 - Processo: 16327.004299/2002-07 - Nome do Contribuinte: ITAÚ UNIBANCO S.A. - RECURSO VOLUNTARIO

47 - Processo: 11080.009902/2006-89 - Nome do Contribuinte: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo: 11080.009905/2006-12 - Nome do Contribuinte: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA - RECURSO VOLUNTARIO

49 - Processo: 13807.004300/2002-02 - Nome do Contribuinte: GRÁFICA ROMITI LIMITADA - RECURSO VOLUNTARIO

50 - Processo: 13807.004301/2002-49 - Nome do Contribuinte: GRÁFICA ROMITI LIMITADA - RECURSO VOLUNTARIO

51 - Processo: 13678.000105/2001-37 - Nome do Contribuinte: MINERAÇÃO SERRA DA FORTALEZA LTDA. - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE

52 - Processo: 10283.902821/2009-53 - Nome do Contribuinte: PST ELETRÔNICA S.A. - RECURSO VOLUNTARIO

53 - Processo: 10283.904447/2009-21 - Nome do Contribuinte: PST ELETRÔNICA S.A. - RECURSO VOLUNTARIO

54 - Processo: 10283.904448/2009-75 - Nome do Contribuinte: PST ELETRÔNICA S.A. - RECURSO VOLUNTARIO

55 - Processo: 10283.904478/2008-09 - Nome do Contribuinte: PST ELETRÔNICA S.A. - RECURSO VOLUNTARIO

56 - Processo: 10283.907644/2009-00 - Nome do Contribuinte: PST ELETRÔNICA S.A. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

57 - Processo: 10840.721056/2009-18 - Nome do Contribuinte: COPERSUCAR-COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 02 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ODASSI GUERZONI FILHO

58 - Processo: 10680.012696/00-79 - Recorrente: FUND EDUC LUCAS MACHADO FELUMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

59 - Processo: 10980.905548/2008-71 - Nome do Contribuinte: HOSPITAL E MATERNIDADE CARON LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

60 - Processo: 10980.905549/2008-15 - Nome do Contribuinte: HOSPITAL E MATERNIDADE CARON LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

61 - Processo: 10980.905551/2008-94 - Nome do Contribuinte: HOSPITAL E MATERNIDADE CARON LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

62 - Processo: 10980.905557/2008-61 - Nome do Contribuinte: HOSPITAL E MATERNIDADE CARON LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

63 - Processo: 10980.905558/2008-14 - Nome do Contribuinte: HOSPITAL E MATERNIDADE CARON LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

64 - Processo: 10980.905559/2008-51 - Nome do Contribuinte: HOSPITAL E MATERNIDADE CARON LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

65 - Processo: 10980.905562/2008-74 - Nome do Contribuinte: HOSPITAL E MATERNIDADE CARON LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

66 - Processo: 10980.905560/2008-85 - Nome do Contribuinte: HOSPITAL E MATERNIDADE CARON LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

67 - Processo: 10980.905563/2008-19 - Nome do Contribuinte: HOSPITAL E MATERNIDADE CARON LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

68 - Processo: 10980.905564/2008-63 - Nome do Contribuinte: HOSPITAL E MATERNIDADE CARON LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

69 - Processo: 10980.905565/2008-16 - Nome do Contribuinte: HOSPITAL E MATERNIDADE CARON LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

70 - Processo: 10980.905567/2008-05 - Nome do Contribuinte: HOSPITAL E MATERNIDADE CARON LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE

71 - Processo: 11080.913703/2009-10 - Nome do Contribuinte: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

72 - Processo: 11080.913704/2009-64 - Nome do Contribuinte: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

73 - Processo: 11080.913705/2009-17 - Nome do Contribuinte: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

74 - Processo: 11080.913706/2009-53 - Nome do Contribuinte: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

75 - Processo: 11080.914070/2009-67 - Nome do Contribuinte: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

76 - Processo: 11080.914071/2009-10 - Nome do Contribuinte: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

77 - Processo: 11080.914072/2009-56 - Nome do Contribuinte: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

78 - Processo: 11080.914073/2009-09 - Nome do Contribuinte: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

79 - Processo: 11080.914074/2009-45 - Nome do Contribuinte: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

80 - Processo: 11080.914075/2009-90 - Nome do Contribuinte: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS
Presidente da
1ªTO/4ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

ELAINE ALICE ANDRADE LIMA
Secretária da 4ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, em Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 31 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: NAYRA BASTOS MANATTA

1 - Processo: 10384.001039/2003-91 - Nome do Contribuinte: CURTUME EUROPA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo: 10380.016961/00-08 - Nome do Contribuinte: EUROFLEX INDÚSTRIA E COMERCIO DE COLCHÕES LTDA. - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo: 10283.901894/2008-47 - Nome do Contribuinte: MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo: 10283.901896/2008-36 - Nome do Contribuinte: MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo: 10283.901910/2008-00 - Nome do Contribuinte: MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SILVIA DE BRITO OLIVEIRA

6 - Processo: 10850.900984/2006-77 - Nome do Contribuinte: ELETRO METALÚRGICA VENTI DELTA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo: 10983.901051/2008-53 - Nome do Contribuinte: FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

8 - Processo: 11080.928464/2009-01 - Recorrente: CERAN - COMPANHIA ENERGÉTICA RIO DAS ANTAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo: 11080.928466/2009-91 - Recorrente: CERAN - COMPANHIA ENERGÉTICA RIO DAS ANTAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo: 11080.928477/2009-71 - Recorrente: CERAN - COMPANHIA ENERGÉTICA RIO DAS ANTAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo: 11080.928478/2009-16 - Recorrente: CERAN - COMPANHIA ENERGÉTICA RIO DAS ANTAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo: 11080.928479/2009-61 - Recorrente: CERAN - COMPANHIA ENERGÉTICA RIO DAS ANTAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo: 11080.928481/2009-30 - Recorrente: CERAN - COMPANHIA ENERGÉTICA RIO DAS ANTAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo: 11080.928482/2009-84 - Recorrente: CERAN - COMPANHIA ENERGÉTICA RIO DAS ANTAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo: 11080.930216/2009-11 - Recorrente: CERAN - COMPANHIA ENERGÉTICA RIO DAS ANTAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: FERNANDO LUIZ DA GAMA LOBO D ECA

16 - Processo: 14033.000227/2007-67 - Nome do Contribuinte: BRASAL REFRIGERANTES S/A - RECURSO VOLUNTÁRIO

17 - Processo: 14033.000229/2007-56 - Nome do Contribuinte: BRASAL REFRIGERANTES S/A - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo: 14033.000246/2007-93 - Nome do Contribuinte: BRASAL REFRIGERANTES S/A - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: NAYRA BASTOS MANATTA

19 - Processo: 10935.008241/2007-94 - Nome do Contribuinte: GRÃO FERTIL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo: 10935.008258/2007-41 - Nome do Contribuinte: GRÃO FERTIL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo: 10935.008259/2007-96 - Nome do Contribuinte: GRÃO FERTIL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo: 10935.008260/2007-11 - Nome do Contribuinte: GRÃO FERTIL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo: 10935.008261/2007-65 - Nome do Contribuinte: GRÃO FERTIL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo: 10935.008262/2007-18 - Nome do Contribuinte: GRÃO FERTIL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo: 10935.008266/2007-98 - Nome do Contribuinte: GRÃO FERTIL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SILVIA DE BRITO OLIVEIRA

26 - Processo: 13808.000813/2002-26 - Nome do Contribuinte: INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL SÃO MIGUEL PAULISTA - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo: 10680.022532/99-62 - Nome do Contribuinte: DN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOÃO CARLOS CASSULI JUNIOR

28 - Processo: 15374.913462/2008-83 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo: 15374.913463/2008-28 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo: 15374.913464/2008-72 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

31 - Processo: 15374.913465/2008-17 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
32 - Processo: 15374.913466/2008-61 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
33 - Processo: 15374.914591/2009-70 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
34 - Processo: 15374.914593/2009-69 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
35 - Processo: 15374.914594/2009-11 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
36 - Processo: 15374.914595/2009-58 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
37 - Processo: 15374.914596/2009-01 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
38 - Processo: 15374.914597/2009-47 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
39 - Processo: 15374.914599/2009-36 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
40 - Processo: 15374.914600/2009-22 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
41 - Processo: 15374.914601/2009-77 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
42 - Processo: 15374.914602/2009-11 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
43 - Processo: 15374.923091/2009-29 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
44 - Processo: 15374.923095/2009-15 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
45 - Processo: 15374.923099/2009-95 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
46 - Processo: 15374.923101/2009-26 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
47 - Processo: 15374.923102/2009-71 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
48 - Processo: 15374.923105/2009-12 - Nome do Contribuinte: BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLÃS E CERTIFICADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

49 - Processo: 10730.900926/2009-52 - Recorrente: CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
50 - Processo: 10730.900933/2009-54 - Recorrente: CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
51 - Processo: 10730.900937/2009-32 - Recorrente: CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
52 - Processo: 10730.900938/2009-87 - Recorrente: CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
53 - Processo: 10730.900942/2009-45 - Recorrente: CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
54 - Processo: 10730.900925/2009-16 - Recorrente: CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: FERNANDO LUIZ DA GAMA LOBO D ECA

55 - Processo: 10425.720038/2006-69 - Nome do Contribuinte: EPGRAF EQUIPE EDITORIAL E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
56 - Processo: 10425.720039/2006-11 - Nome do Contribuinte: EPGRAF EQUIPE EDITORIAL E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
57 - Processo: 10665.720323/2008-19 - Nome do Contribuinte: FERDIL PRODUTOS METALÚRGICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
58 - Processo: 10665.720330/2008-11 - Nome do Contribuinte: FERDIL PRODUTOS METALÚRGICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: NAYRA BASTOS MANATTA

59 - Processo: 10380.900786/2008-59 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
60 - Processo: 10380.900871/2008-17 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
61 - Processo: 10380.900899/2008-54 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
62 - Processo: 10380.900930/2008-57 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
63 - Processo: 10380.900938/2008-13 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
64 - Processo: 10380.900946/2008-60 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
65 - Processo: 10380.900979/2008-18 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
66 - Processo: 10380.900987/2008-56 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
67 - Processo: 10380.900993/2008-11 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
68 - Processo: 10380.901008/2008-87 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
69 - Processo: 10380.901028/2008-58 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
70 - Processo: 10380.901048/2008-29 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
71 - Processo: 10380.901057/2008-10 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
72 - Processo: 10380.901081/2008-59 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
73 - Processo: 10380.901748/2008-13 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
74 - Processo: 10380.901754/2008-71 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
75 - Processo: 10380.901786/2008-76 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
76 - Processo: 10380.901805/2008-64 - Nome do Contribuinte: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOÃO CARLOS CASSULI JUNIOR

77 - Processo: 10855.900945/2008-91 - Nome do Contribuinte: SPL CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
78 - Processo: 10855.900956/2008-71 - Nome do Contribuinte: SPL CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
79 - Processo: 10855.901000/2008-97 - Nome do Contribuinte: SPL CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
80 - Processo: 10855.901001/2008-31 - Nome do Contribuinte: SPL CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
81 - Processo: 10855.901011/2008-77 - Nome do Contribuinte: SPL CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
82 - Processo: 10855.901058/2008-31 - Nome do Contribuinte: SPL CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
83 - Processo: 10855.901109/2008-24 - Nome do Contribuinte: SPL CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
84 - Processo: 10855.901113/2008-92 - Nome do Contribuinte: SPL CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
85 - Processo: 10855.901125/2008-17 - Nome do Contribuinte: SPL CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

86 - Processo: 16366.002401/2007-70 - Recorrente: VANCOUROS COMERCIO DE COUROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
87 - Processo: 16366.002403/2007-69 - Recorrente: VANCOUROS COMERCIO DE COUROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FERNANDO LUIZ DA GAMA LOBO D ECA

88 - Processo: 11020.007217/2008-94 - Nome do Contribuinte: CELPACK DO BRASIL LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
89 - Processo: 11020.007218/2008-39 - Nome do Contribuinte: CELPACK DO BRASIL LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
90 - Processo: 11020.007220/2008-16 - Nome do Contribuinte: CELPACK DO BRASIL LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
91 - Processo: 11020.007222/2008-05 - Nome do Contribuinte: CELPACK DO BRASIL LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 02 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: NAYRA BASTOS MANATTA

92 - Processo: 10932.000075/2006-27 - Nome do Contribuinte: ALCAN PACKAGING DO BRASIL LTDA. - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
93 - Processo: 13971.000937/99-62 - Nome do Contribuinte: NH INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
94 - Processo: 10855.001649/00-51 - Nome do Contribuinte: SUPER MERCADO MOLINA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
95 - Processo: 10283.902040/2009-69 - Nome do Contribuinte: YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
96 - Processo: 10283.902683/2009-11 - Nome do Contribuinte: YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SILVIA DE BRITO OLIVEIRA

97 - Processo: 10907.001321/2006-75 - Nome do Contribuinte: SADIA S.A. - RECURSO VOLUNTARIO
98 - Processo: 13886.000784/2002-70 - Nome do Contribuinte: TECELAGEM JACYRA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FERNANDO LUIZ DA GAMA LOBO D ECA

99 - Processo: 10768.720287/2007-54 - Nome do Contribuinte: TELEMAR NORTE LESTE S/A - RECURSO VOLUNTARIO
100 - Processo: 10768.720291/2007-12 - Nome do Contribuinte: TELEMAR NORTE LESTE S/A - RECURSO VOLUNTARIO
101 - Processo: 10768.720317/2007-22 - Nome do Contribuinte: TELEMAR NORTE LESTE S/A - RECURSO VOLUNTARIO
102 - Processo: 10768.906971/2006-41 - Nome do Contribuinte: TELEMAR NORTE LESTE S/A - RECURSO VOLUNTARIO
103 - Processo: 10768.907011/2006-06 - Nome do Contribuinte: TELEMAR NORTE LESTE S/A - RECURSO VOLUNTARIO
104 - Processo: 10680.015653/2004-77 - Nome do Contribuinte: ANDRADE VIEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
105 - Processo: 10940.000847/2003-89 - Nome do Contribuinte: STAROI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

NAYRA BASTOS MANATTA
Presidente da
2ªTO/4ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

ELAINE ALICE ANDRADE LIMA
Secretária da 4ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

3ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, em Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 31 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM

1 - Processo: 10980.917629/2008-13 - Nome do Contribuinte: GUANABARA INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
2 - Processo: 10980.919330/2008-01 - Nome do Contribuinte: GUANABARA INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LIDUINA MARIA ALVES MACAMBIRA

3 - Processo: 10280.005660/2002-10 - Nome do Contribuinte: S. P. DA SILVA EMBARCAÇÃO - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

4 - Processo: 10980.006194/2005-37 - Nome do Contribuinte: ALL AMERICA LATINA LOGÍSTICA BRASIL S A - RECURSO VOLUNTÁRIO
5 - Processo: 10650.001996/2006-73 - Nome do Contribuinte: UNIMED UBERABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

6 - Processo: 11080.919306/2009-51 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
7 - Processo: 11080.926547/2009-57 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
8 - Processo: 11080.926548/2009-00 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
9 - Processo: 11080.928216/2009-51 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10 - Processo: 11080.928218/2009-41 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo: 11080.928219/2009-95 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: IVAN ALLEGRETTI

12 - Processo: 10380.001833/2005-37 - Nome do Contribuinte: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS FORTALEZA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo: 10730.900915/2009-72 - Nome do Contribuinte: CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo: 10730.900916/2009-17 - Nome do Contribuinte: CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo: 10730.900947/2009-78 - Nome do Contribuinte: CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo: 10730.900948/2009-12 - Nome do Contribuinte: CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCOS TRANCHESI ORTIZ

17 - Processo: 10183.005208/2003-29 - Nome do Contribuinte: OLVEPAR S.A. - INDÚSTRIA E COMERCIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: LIDUINA MARIA ALVES MACAMBIRA

18 - Processo: 10280.000913/2003-31 - Nome do Contribuinte: S P DA SILVA EMBARCAÇÃO - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM

19 - Processo: 19515.000360/2005-52 - Nome do Contribuinte: IBEP INSTITUTO BRAS EDIÇÕES PEDAGÓGICAS - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LIDUINA MARIA ALVES MACAMBIRA

20 - Processo: 11080.920393/2009-90 - Nome do Contribuinte: ITAIPU AUTO PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo: 11080.920394/2009-34 - Nome do Contribuinte: ITAIPU AUTO PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo: 11080.920395/2009-89 - Nome do Contribuinte: ITAIPU AUTO PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo: 11080.920396/2009-23 - Nome do Contribuinte: ITAIPU AUTO PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo: 11080.921808/2009-42 - Nome do Contribuinte: ITAIPU AUTO PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo: 11080.921809/2009-97 - Nome do Contribuinte: ITAIPU AUTO PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo: 11080.921810/2009-11 - Nome do Contribuinte: ITAIPU AUTO PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo: 11080.922709/2009-88 - Nome do Contribuinte: ITAIPU AUTO PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo: 11080.922710/2009-11 - Nome do Contribuinte: ITAIPU AUTO PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo: 11080.922711/2009-57 - Nome do Contribuinte: ITAIPU AUTO PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo: 11080.922712/2009-00 - Nome do Contribuinte: ITAIPU AUTO PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo: 11080.922713/2009-46 - Nome do Contribuinte: ITAIPU AUTO PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo: 11080.922714/2009-91 - Nome do Contribuinte: ITAIPU AUTO PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo: 11080.922715/2009-35 - Nome do Contribuinte: ITAIPU AUTO PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo: 11080.922716/2009-80 - Nome do Contribuinte: ITAIPU AUTO PECAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

35 - Processo: 10380.007519/2003-04 - Nome do Contribuinte: CRASA C. ROLIM AUTOMÓVEIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

36 - Processo: 13819.003065/2003-95 - Nome do Contribuinte: BANDEIRANTES INDÚSTRIA GRÁFICA S/A - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

37 - Processo: 19647.007064/2006-68 - Nome do Contribuinte: INDÚSTRIAS REUNIDAS M.S.LTDA-ME - RECURSO VOLUNTARIO

38 - Processo: 10768.909261/2006-72 - Nome do Contribuinte: JOÃO MAURICIO DE ARAUJO PINHO CONS E ADVOGADOS S C - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo: 10640.003235/2010-51 - Nome do Contribuinte: JOSE MARIA RODRIGUES & FILHOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo: 10640.005611/2008-28 - Nome do Contribuinte: JOSE MARIA RODRIGUES & FILHOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo: 10640.003759/2008-28 - Nome do Contribuinte: JOSE MARIA RODRIGUES & FILHOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCOS TRANCHESI ORTIZ

42 - Processo: 13502.901991/2009-87 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

43 - Processo: 13502.901992/2009-21 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo: 13502.901993/2009-76 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

45 - Processo: 13502.901994/2009-11 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

46 - Processo: 13502.901995/2009-65 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

47 - Processo: 13502.901996/2009-18 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo: 13502.901997/2009-54 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

49 - Processo: 13502.901998/2009-07 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

50 - Processo: 13502.901999/2009-43 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

51 - Processo: 13502.902000/2009-83 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

52 - Processo: 13502.902001/2009-28 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

53 - Processo: 13502.902002/2009-72 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

54 - Processo: 13502.902003/2009-17 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

55 - Processo: 13502.902004/2009-61 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

56 - Processo: 13502.902005/2009-14 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

57 - Processo: 13502.902006/2009-51 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

58 - Processo: 13502.902008/2009-40 - Recorrente: PETRORECONCAVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM

59 - Processo: 13893.000270/2003-14 - Nome do Contribuinte: IMOT - INSTITUTO MOGIANO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

60 - Processo: 13558.901168/2008-45 - Nome do Contribuinte: INDÚSTRIA DE CALCADOS ITABUNA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM

61 - Processo: 10830.006454/2007-50 - Nome do Contribuinte: INDUSCAR IND E COM DE CARROCERIAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

62 - Processo: 13888.001887/2006-61 - Nome do Contribuinte: INDÚSTRIA AÇUCAREIRA SÃO FRANCISCO S A - RECURSO VOLUNTARIO

63 - Processo: 10935.001759/2007-05 - Nome do Contribuinte: INDÚSTRIA DE COMPENSADOS SUDATI LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

64 - Processo: 10935.001760/2007-21 - Nome do Contribuinte: INDÚSTRIA DE COMPENSADOS SUDATI LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

65 - Processo: 10920.001477/2001-73 - Nome do Contribuinte: INDÚSTRIA DE MOVEIS AMERICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

66 - Processo: 13888.903103/2009-83 - Nome do Contribuinte: META MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

67 - Processo: 13888.903104/2009-28 - Nome do Contribuinte: META MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

68 - Processo: 13888.903108/2009-14 - Nome do Contribuinte: META MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

69 - Processo: 13888.903109/2009-51 - Nome do Contribuinte: META MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

70 - Processo: 13888.903110/2009-85 - Nome do Contribuinte: META MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

71 - Processo: 13888.903113/2009-19 - Nome do Contribuinte: META MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

72 - Processo: 13888.903114/2009-63 - Nome do Contribuinte: META MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

73 - Processo: 13888.903115/2009-16 - Nome do Contribuinte: META MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

74 - Processo: 13888.903116/2009-52 - Nome do Contribuinte: META MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

75 - Processo: 13888.903117/2009-05 - Nome do Contribuinte: META MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

76 - Processo: 13888.903123/2009-54 - Nome do Contribuinte: META MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

77 - Processo: 13888.903139/2009-67 - Nome do Contribuinte: META MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

78 - Processo: 13888.903140/2009-91 - Nome do Contribuinte: META MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: IVAN ALLEGRETTI

79 - Processo: 10840.000089/2005-99 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

80 - Processo: 10840.000403/2005-33 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

81 - Processo: 10840.000405/2005-22 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

82 - Processo: 10840.001475/2005-06 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

83 - Processo: 10840.001613/2005-49 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

84 - Processo: 10840.001614/2005-93 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

85 - Processo: 10840.001617/2005-27 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

86 - Processo: 10840.002007/2004-60 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

87 - Processo: 10840.002232/2005-87 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

88 - Processo: 10840.002233/2005-21 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

89 - Processo: 10840.002361/2004-94 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

90 - Processo: 10840.002531/2005-11 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

91 - Processo: 10840.002532/2005-66 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

92 - Processo: 10840.002562/2004-91 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

93 - Processo: 10840.002819/2004-13 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

94 - Processo: 10840.003064/2005-47 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

95 - Processo: 13856.000248/2004-93 - Nome do Contribuinte: USINA BAZAN SÁ - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

96 - Processo: 13888.903099/2009-53 - Nome do Contribuinte: META MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

97 - Processo: 13888.903101/2009-94 - Nome do Contribuinte: META MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

98 - Processo: 13888.903177/2009-10 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL SACILOTTO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

99 - Processo: 13888.903178/2009-64 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL SACILOTTO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

100 - Processo: 13888.903182/2009-22 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL SACILOTTO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

101 - Processo: 13888.903184/2009-11 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL SACILOTTO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

102 - Processo: 13888.903188/2009-08 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL SACILOTTO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

103 - Processo: 13888.903189/2009-44 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL SACILOTTO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

104 - Processo: 13888.903190/2009-79 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL SACILOTTO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

105 - Processo: 13888.903191/2009-13 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL SACILOTTO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

106 - Processo: 13888.903192/2009-68 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL SACILOTTO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

107 - Processo: 13888.903193/2009-11 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL SACILOTTO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

108 - Processo: 13888.903318/2009-02 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL SACILOTTO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 02 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM

109 - Processo: 10920.902912/2008-55 - Nome do Contribuinte: PRISMA ENGENHARIA S.A. - RECURSO VOLUNTARIO

110 - Processo: 10935.904412/2009-70 - Nome do Contribuinte: THALESCON ESTRUTURAS DE CONCRETO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

111 - Processo: 10935.904415/2009-11 - Nome do Contribuinte: THALESCON ESTRUTURAS DE CONCRETO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LIDUINA MARIA ALVES MACAMBIRA

112 - Processo: 10840.002293/2002-00 - Nome do Contribuinte: REFRESCOS IPIRANGA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

113 - Processo: 10840.002294/2002-46 - Nome do Contribuinte: REFRESCOS IPIRANGA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

114 - Processo: 13884.003192/2003-19 - Nome do Contribuinte: RESOLVE SERV.EMPRESARIAIS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

115 - Processo: 13727.000478/2002-66 - Nome do Contribuinte: COMERCIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS COND DO RIO NOVO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

116 - Processo: 16327.002692/2003-39 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA DE SEGUROS GRALHA AZUL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

117 - Processo: 10120.008009/2004-98 - Nome do Contribuinte: INDÚSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

118 - Processo: 10855.902113/2008-18 - Nome do Contribuinte: MABE ITU ELETRODOMÉSTICOS S.A. - RECURSO VOLUNTARIO

119 - Processo: 10735.900402/2009-11 - Nome do Contribuinte: PONTAS SCHELBLE LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

120 - Processo: 10735.901680/2008-13 - Nome do Contribuinte: PONTAS SCHELBLE LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

121 - Processo: 19515.003283/2004-10 - Nome do Contribuinte: USINA SANTA OLINDA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: IVAN ALLEGRETTI

122 - Processo: 10380.003655/2005-89 - Nome do Contribuinte: DMARKET IND COM ARTEFATOS PLÁSTICOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

ANTONIO CARLOS ATULIM
Presidente da
3ªTO/4ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

ELAINE ALICE ANDRADE LIMA
Secretária da 4ªCÂMARA/3ªSEJUL/CARF/MF

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 605, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 65, inciso IX, do Decreto no 4.118, de 7 de fevereiro de 2002, que determina a competência do Ministério da Integração Nacional na formulação e condução da política nacional de irrigação, resolve:

Art. 1º A redação do Art. 3º da Portaria nº 1.869, de 5 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 2008, passa a ser a seguinte:

"Art. 3º Determinar que a Secretaria Nacional de Irrigação, fique responsável, no âmbito do Ministério, pela condução do Fórum Agricultura Irrigada, criando um Grupo Técnico para a sua execução."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 606, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso IX do art. 65 do Decreto nº 4.118, de 7 de fevereiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 8 de fevereiro de 2002, que determina a competência do Ministério da Integração Nacional na formulação e condução da Política Nacional de irrigação, resolve:

Art. 1º Designar o Titular do Cargo de Secretário Nacional de Irrigação deste Ministério, para exercer a função de Presidente do Fórum Permanente de Desenvolvimento da Agricultura Irrigada - FÓRUM AGRICULTURA IRRIGADA, conforme atribuições previstas no art. 19 do seu Regimento Interno.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 607, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal, e considerando o disposto no art. 3º do Decreto nº 7.505 de 27 de junho de 2011, resolve:

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam definidas, por esta Portaria, as regras para a utilização do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC.

Art. 2º O CPDC é destinado ao pagamento de despesas com os recursos transferidos pela União, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, para execução de ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, definidas pelo Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, realizadas pelos órgãos ou entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios, exclusivamente em situações de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pela Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Parágrafo único. O CPDC é instrumento de pagamento, isento de taxa de adesão e anuidade, emitido em nome do órgão ou entidade do Estado, Distrito Federal ou Município beneficiário, operacionalizado por instituição financeira oficial federal, utilizado exclusivamente pelo portador nele identificado.

Art. 3º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - CPDC: Cartão de Pagamento de Defesa Civil, com a função crédito, válido em todo território nacional, emitido por instituição financeira oficial federal que tenha firmado acordo de cooperação técnica com a União, com bandeira parceira, destinado a Unidades de Governo dos Estados, Distrito Federal e Municípios;

II - Instituição financeira: instituição financeira oficial federal que tenha firmado acordo de cooperação técnica com a União para operacionalização do CPDC;

III - Unidade de Governo: órgão do Estado, Distrito Federal ou Município, com CNPJ próprio, detentor de atribuição de unidade gestora de orçamento, que adere ao contrato de prestação de serviços firmado pelo ente federado beneficiário com a instituição financeira responsável pela operacionalização do CPDC, e que mantém a Conta de Relacionamento na qual serão creditados os recursos repassados pelo Ministério da Integração Nacional;

IV - Conta de Relacionamento: conta corrente específica para uso do CPDC, aberta em nome da Unidade de Governo pelo ente federado beneficiário;

V - Proposta de adesão: formulário de adesão ao CPDC, assinado pelo Representante Legal da Unidade de Governo, que se responsabiliza pelas transações efetuadas com os cartões emitidos, em que consta campo específico para informação sobre o contrato de prestação de serviços firmado pelo ente federado beneficiário com a instituição financeira responsável pela operacionalização do CPDC;

VI - Representante Autorizado do Centro de Custos: pessoa autorizada pelo Representante Legal da Unidade de Governo a gerir o Centro de Custos a que pertence, cadastrando e excluindo portadores vinculados exclusivamente a este Centro de Custos e aplicando-lhes o limite para uso do CPDC;

VII - Portador: agente público autorizado a utilizar o CPDC pelo Representante Legal da Unidade de Governo ou pelo Representante Autorizado do Centro de Custos;

VIII - Limite: valor máximo de recursos disponível para utilização do CPDC, de forma diferenciada, para cada Unidade de Governo, Centro de Custos e Portador.

IX - Instrumento: corresponde ao número gerado pelo SIAFI para o repasse de recursos pelo Ministério da Integração Nacional, relativos às transferências obrigatórias de que tratam a Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e o Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Título II

Da Implementação do CPDC

Art. 4º A implementação do CPDC ocorrerá de forma gradativa e concomitante com as demais modalidades de repasse e aplicação de recursos já utilizadas nas transferências obrigatórias de recursos para execução das ações especificadas na Lei nº 12.340/2010 e no Decreto nº 7.257/2010.

§ 1º O CPDC será implementado inicialmente em 25 Municípios e em 5 Estados da federação, listados no Anexo desta Portaria, desde que atendidas todas as formalidades para sua operacionalização.

§ 2º O Ministério da Integração Nacional ampliará gradativamente a abrangência do CPDC para os demais Estados e Municípios brasileiros, com base nos resultados obtidos a partir da implementação inicial do CPDC.

Título III

Da Utilização do CPDC

Art. 5º O CPDC somente poderá ser utilizado para aquisição de materiais ou contratação de serviços relacionados a ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais.

Parágrafo único. Os gastos com o CPDC poderão ser realizados em locais credenciados pela bandeira do cartão, por meio de terminais de compras e maquinetas manuais.

Art. 6º São vedados com a utilização do CPDC:

I - a aceitação de qualquer acréscimo no valor da despesa decorrente da utilização do cartão;

II - a utilização do cartão no exterior;

III - a cobrança de taxas de adesão, manutenção, anuidades ou quaisquer outras despesas decorrentes da obtenção ou do uso do cartão;

IV - a realização de saque em dinheiro ou de compras parceladas.

Art. 7º O uso do CPDC não dispensará o Estado, Distrito Federal ou Município beneficiário da apresentação ao Ministério da Integração Nacional da prestação de contas do total de recursos recebidos, nos termos da legislação vigente.

Título IV

Da Operacionalização do CPDC

Art. 8º Para a operacionalização do CPDC, será firmado acordo de cooperação técnica entre a União, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, e instituição financeira oficial federal, que conterá a obrigação de envio, por meio eletrônico ou magnético, das informações de movimentação do CPDC ao Ministério da Integração Nacional e à Controladoria-Geral da União, bem como disciplinará a forma e a periodicidade desse envio.

Art. 9º Os entes federados beneficiários de transferências obrigatórias da União para execução de ações de socorro, assistência e restabelecimento de serviços essenciais deverão observar os seguintes procedimentos para a operacionalização do CPDC:

I - Firmar contrato de prestação de serviços com a instituição financeira responsável pela operacionalização do CPDC, estabelecendo as respectivas cláusulas e condições, dentre as quais autorização expressa de acesso aos extratos de movimentação do CPDC ao Ministério da Integração Nacional e à Controladoria-Geral da União, para fins de controle e divulgação no Portal da Transparência, instituído pelo Decreto no 5.482, de 30 de junho de 2005;

II - Providenciar a abertura da Conta de Relacionamento junto à instituição financeira, em nome da Unidade de Governo, responsabilizando-se por todas as transações efetuadas com o uso do CPDC, nos termos do art. 13.

Parágrafo único. Para cada Instrumento deverá ser aberta uma Conta de Relacionamento específica.

Art. 10. Para a abertura da Conta de Relacionamento, o Representante Legal da Unidade de Governo deverá realizar seu cadastramento na agência de relacionamento da instituição financeira responsável pela emissão do CPDC, onde apresentará os seguintes documentos:

I - Contrato do Cartão de Pagamento de Defesa Civil;

II - Proposta de Adesão ao CPDC;

III - Cadastro de Centro de Custos;

IV - Cadastro do(s) Portador(es);

V - Inclusão de Representante Autorizado (se for o caso), para cada Centro de Custos; e

VI - Cartões de autógrafo para o Representante Legal e Representante(s) Autorizado(s).

Art. 11. Após a adesão ao CPDC, o ente federado beneficiário deverá comunicar à Secretaria Nacional de Defesa Civil o CNPJ da Unidade de Governo, o número da agência, da Conta de Relacionamento, e o número identificador do(s) Centro(s) de Custos, fornecidos pela instituição financeira.

Art. 12. O Ministério da Integração Nacional comunicará o ente federado beneficiário, quando o crédito for efetuado na Conta de Relacionamento.

Título V

Da Gestão dos Recursos pelo Ente Federado Beneficiário

Art. 13. O Representante Legal do Estado, Distrito Federal ou Município beneficiário será a autoridade responsável pela administração dos recursos com o uso do CPDC, competindo-lhe, além de outras responsabilidades estabelecidas na legislação e na regulamentação específica:

I - providenciar a abertura da Conta de Relacionamento junto à instituição financeira, em nome da Unidade de Governo;

II - definir os servidores ou empregados públicos, com vínculo permanente, Portadores do CPDC;

III - definir e/ou alterar o limite de utilização e o valor disponível para cada Centro de Custos e cada Portador do CPDC;

IV - expedir a ordem para disponibilização dos limites, eletronicamente, junto à instituição financeira.

§ 1o Poderá haver delegação das competências previstas no caput ao Representante Legal da Unidade de Governo, desde que atendidos os requisitos previstos no § 1º do art. 9º-B do Decreto nº 7.257/2010.

§ 2o A autoridade responsável pela administração dos recursos com o uso do CPDC assinará Termo de Responsabilidade de Administrador de Recursos Federais de Defesa Civil, que conterá suas obrigações e deveres no uso do cartão, mediante formulário fornecido pela instituição financeira.

Título VI

Dos Limites de Utilização do CPDC

Art. 14. Quando os recursos forem destinados diretamente para o Município, o limite da Unidade de Governo é o valor total dos recursos transferidos pelo Ministério da Integração Nacional.

Art. 15. Nos casos de recursos destinados diretamente ao Estado ou Distrito Federal, em que não haja previsão de repasse para Municípios, o limite da Unidade de Governo é o valor total dos recursos transferidos pelo Ministério da Integração Nacional.

Art. 16. Nos casos previstos nos arts. 14 e 15, o Representante Legal da Unidade de Governo cadastrará apenas um Centro de Custos para cada Conta de Relacionamento e definirá os limites individuais de cada Portador do CPDC.

Art. 17. Quando os recursos forem transferidos a Estado, com previsão de sub-repasse a Municípios, cada Município corresponderá a um Centro de Custos distinto, porém vinculado a uma mesma Conta de Relacionamento.

§ 1º O Representante Legal da Unidade de Governo do Estado fornecerá à instituição financeira as seguintes informações, por meio do formulário de Cadastramento de Centro de Custos, para cada Município:

I - nome, RG e CPF do Representante Autorizado do Centro de Custos;

II - endereço e CNPJ do Município;

III - número do Instrumento;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - código SIAFI do Município;
V - limite destinado ao Centro de Custos gerado para o Município.
§ 2º O limite do Centro de Custos do Estado repassador diminui à medida em que for disponibilizado aos Centros de Custos gerados para os Municípios.
§ 3º A soma dos limites dos Centros de Custos não pode exceder o limite da respectiva Conta de Relacionamento da Unidade de Governo do Estado.
§ 4º Cada Centro de Custos terá um Representante Autorizado, que deverá:
I - controlar o limite de utilização destinado ao Centro de Custos a que se vincula;
II - cadastrar ou excluir Portadores vinculados ao seu Centro de Custos; e
III - definir e acompanhar o limite de utilização do cartão de cada Portador.
Art. 18. Após a liberação de recursos pelo Ministério da Integração Nacional, o limite do valor máximo de transação do CPDC será alterado, automaticamente, para o valor repassado.
§ 1º Os recursos liberados serão automaticamente aplicados, pela instituição financeira, em fundos de investimentos destinados ao mercado do setor público e constituirão o limite de utilização do CPDC, com aplicação e resgate automático.
§ 2º Quando houver necessidade de alteração do limite do Portador, o novo limite será o resultado do acréscimo ou redução do valor a alterar, deduzindo todas as compras já efetuadas.
Art. 19. O limite de cada Centro de Custos será atualizado diariamente, deduzindo-se o valor das transações efetuadas pelos Portadores, no momento da autorização da transação pelo Portador.
Art. 20. O limite do Portador é individual e será estipulado pelo Representante Legal da Unidade de Governo ou pelo Representante Autorizado do Centro de Custos, não podendo ultrapassar o limite do respectivo Centro de Custos.
Título VII
Do(s) Portador(es) do CPDC
Art. 21. A autoridade responsável pela administração dos recursos, indicada no art. 13, será o principal Portador do CPDC.
§ 1º Poderão ser autorizados como Portadores do CPDC servidores ou empregados públicos, com vínculo permanente, e os secretários estaduais e municipais, que firmarão Termo de Responsabilidade do Portador, o qual conterá suas obrigações e deveres.
§ 2º O ente federado beneficiário remeterá à Secretaria Nacional de Defesa Civil e à Controladoria-Geral da União listagem contendo os seguintes dados dos portadores do CPDC:
I - nome;
II - cargo, emprego ou função, além de sua matrícula funcional no ente ou entidade;
III - endereço residencial; e
IV - número no Cadastro de Pessoa Física-CPF
§ 3º São deveres do Portador do CPDC, além de outros definidos no termo de responsabilidade, referido no § 1º deste artigo:
I - guarda e zelo do cartão;
II - bom emprego dos valores nele contidos;
III - proibição de autorização de uso por outra pessoa;
IV - comunicação às autoridades sobre perda ou roubo; e
V - guarda de notas fiscais, recibos ou qualquer outro documento que comprove a despesa paga com o CPDC, e que contenha, no mínimo:
a) o nome do beneficiário do pagamento;
b) o número no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
c) o endereço da pessoa física ou do estabelecimento comercial;
d) o valor pago; e
e) a descrição sumária do objeto do pagamento, com quantitativos.
Art. 22. No momento do preenchimento da Proposta de Adesão pelo Representante Legal da Unidade de Governo, serão definidas as permissões de uso do CPDC pelo(s) Portador(es). Esta opção irá autorizar ou bloquear a utilização do cartão em compras a distância (internet/telefone).
§ 1º Na eventualidade de não permissão ao nível de Unidade de Governo, o impedimento se estenderá todos os Centros de Custos e Portadores.
§ 2º No caso de permissão ao nível de Unidade de Governo, o Representante Autorizado de cada Centro de Custos, poderá, se necessário, bloquear a sua utilização pelos Portadores vinculados ao seu respectivo Centro de Custos.
Art. 23. O Portador cadastrado deve se dirigir a uma agência da instituição financeira para proceder o registro da senha de utilização do CPDC.
Parágrafo único. O CPDC somente será gerado após o cadastramento da senha pelo Portador.
Art. 24. O Portador terá um cartão correspondente a cada Centro de Custos ao qual esteja vinculado.
Título VII
Disposições Finais
Art. 25. Caso haja saldo financeiro remanescente na Conta de Relacionamento após o término da execução das ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, inclusive referente a rendimentos de aplicação financeira, o ente federado beneficiário deverá devolvê-lo à União por meio de Guia de Recolhimento, no prazo fixado para a prestação de contas, nos termos da legislação pertinente.
Art. 26. A data de vencimento do CPDC é o dia 10 de cada mês, para fins de controle dos gastos efetuados.
Parágrafo único. O dia do vencimento não será passível de alteração.
Art. 27. Os dados referentes aos gastos realizados com o CPDC serão divulgados no Portal da Transparência, mensalmente, pela Controladoria Geral da União - CGU.
Art. 28. Os casos omissos e demais instruções que se fizerem necessários serão dirimidos pelo Secretário Nacional de Defesa Civil.
Art. 29. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

ANEXO ÚNICO

Lista de estados e municípios selecionados para implementação inicial do CPDC

Estado	Municípios
Alagoas	Campestre, Muricy, Quebrangulo, São José da Lage e União dos Palmares
Pernambuco	Água Preta, Barreiros, Catende, Maraial e Palmares
Rio de Janeiro	Bom Jardim, Nova Friburgo, Petrópolis, Sumidouro e Teresópolis
Rio Grande do Sul	Igrejinha, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Taquara
Santa Catarina	Blumenau, Brusque, Gaspar, Itajaí e Rio de Sul

SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS

RESOLUÇÃO Nº 55, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 do Decreto Presidencial nº 7.472, de 4 de maio de 2011, e nos termos do art. 1º, inciso V, do Anexo I da Portaria nº 373, de 20 de maio de 2011; e do caput do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, ambas do Ministério da Integração Nacional,

Considerando que a Empresa RICOPESCA NORTE CAPTURA E COMÉRCIO DE PESCA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.756.398/0001-68, teve seu projeto originalmente aprovado por meio da Resolução Condel/Sudam nº 6.565, de 16 de maio de 1988, no âmbito da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, com o objetivo de implantar um empreendimento visando à captura, industrialização e comercialização de pescado em geral, no Município de Icoroaci, no Estado do Pará, com aporte de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam;

Considerando que, no curso do desenvolvimento do projeto, constatou-se que a defasagem entre os índices de recursos liberados de execução física, a paralisação e abandono dos serviços de implantação e o não cumprimento do cronograma de implantação;

Considerando que a Empresa, seus administradores e, solidariamente, seus acionistas controladores infringiram o caput do artigo 12 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, enquadrando-se no art. 12, § 1º, incisos I e II, § 7º, e no art. 16, inciso I, todos da Lei 8.167/1991;

Considerando que a Empresa teve sua defesa escrita indeferida, bem como que seus recursos administrativos foram conhecidos, sendo-lhes negado provimento pelo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, conforme o Despacho nº 50, de 12 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 134, Seção 1, p. 39, em 14 de julho de 2011; e

Considerando que, no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 59430.000714/2001-90, restou demonstrado que a conduta da Empresa, de seus administradores e, solidariamente, de seus acionistas controladores configurou o desvio na aplicação de recursos do Finam, resolve:

RATIFICAR, no tocante à Empresa RICOPESCA NORTE CAPTURA E COMÉRCIO DE PESCA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 15.756.398/0001-68, a Resolução nº 9.305, de 12 de abril de 2000, para declarar subsistente o desvio na aplicação de recursos concedidos pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam.

HENRIQUE SAMPAIO

RESOLUÇÃO Nº 56, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 do Decreto Presidencial nº 7.472, de 4 de maio de 2011, e nos termos do art. 1º, inciso V, do Anexo I da Portaria nº 373, de 20 de maio de 2011; e do caput do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, ambas do Ministério da Integração Nacional,

Considerando que a Empresa NAZARÉ DO ARAGUAIA AGRÍCOLA E PECUÁRIA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.426.754/0001-21, teve seu projeto originalmente aprovado por meio da Resolução Condel/Sudam nº 5.380, de 27 de janeiro de 1983, no âmbito da antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, com o objetivo de implantar um empreendimento agroindustrial consubstanciado no plantio racional de arroz e de cana-de-açúcar, visando a produção de 2.500 litros/dia de álcool hidratado, com aporte de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam;

Considerando que, no curso do desenvolvimento do projeto, constatou-se que a Empresa não disponibilizou à Sudam os elementos necessários ao controle físico, contábil e financeiro da execução do empreendimento, que permitissem constatar a aplicação dos recursos liberados; que a troca do controle acionário ocorreu sem prévia e expressa anuência da Sudam; e que houve a paralisação e abandono dos serviços de implantação;

Considerando que a ex-beneficiária, seus administradores e, solidariamente, seus acionistas controladores infringiram o caput do artigo 12 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, enquadrando-se no art. 12, § 1º, incisos I e II, § 7º, bem como no art. 16, inciso I, todos da referida Lei. Ademais, infringiram o art. 44, § 1º, enquadrando-se no art. 44, § 2º, ambos do Regulamento de Incentivos Fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, aprovado pela Resolução nº 7.077, de 16 de agosto de 1991;

Considerando que a Empresa não apresentou defesa escrita, bem como teve negado o provimento do seu primeiro recurso administrativo e não conhecido o segundo, pelo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, conforme o Despacho nº 46, de 1º de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 126, Seção 1, p. 53, em 4 de julho de 2011; e

Considerando que, no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 59003.000022/2008-58, restou demonstrado que a conduta da Empresa, de seus administradores e, solidariamente, de seus acionistas controladores configurou o desvio na aplicação de recursos do Finam, resolve:

RATIFICAR, no tocante à Empresa NAZARÉ DO ARAGUAIA AGRÍCOLA E PECUÁRIA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 05.426.754/0001-21, a Resolução nº 9.304, de 12 de abril de 2000, para declarar subsistente o desvio na aplicação de recursos concedidos pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam.

HENRIQUE SAMPAIO

RESOLUÇÃO Nº 57, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 do Decreto Presidencial nº 7.472, de 4 de maio de 2011, e nos termos do art. 1º , inciso V, do Anexo I da Portaria nº 373, de 20 de maio de 2011; e do caput do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, ambas do Ministério da Integração Nacional.

Considerando que a Empresa FAZENDA SERRA DA PRATA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.433.866/0001-09, teve seu projeto originalmente aprovado por meio da Resolução Condel/Sudam nº 6.468, de 3 de setembro de 1987, posteriormente enquadrado na nova sistemática de incentivos fiscais instituída pela Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, por meio da Resolução Condel/Sudam nº 7.660, de 15 de dezembro de 1992, cujo objetivo visava implantar um empreendimento voltado à criação de bovinos para corte, no Município de Bonfim, Estado de Roraima, com aporte de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam;

Considerando que, no curso do desenvolvimento do projeto, verificou-se a paralisação das obras e serviços de implantação, o abandono do projeto; e a não apresentação da escrituração contábil necessária a confirmar a regularidade da aplicação da verba recebida;

Considerando que a Empresa, seus administradores e, solidariamente, seus acionistas controladores infringiram o caput do artigo 12 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, enquadrando-se no art. 12, § 1º, incisos I e II, e no § 7º; bem como no art.16, inciso I, todos dispositivos da referida Lei. Ademais, infringiram o art. 44, § 1º, enquadrando-se no art. 44, § 2º, ambos do Regulamento dos Incentivos Fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, aprovado pela Resolução nº 7.077, de 16 de agosto de 1991;

Considerando que a defesa escrita apresentada foi indeferida, bem como o recurso administrativo interposto não foi conhecido, conforme Despacho nº 11, de 11 de março de 2011, publicado no Diário Oficial da União - DOU, Seção 1, p. 49, em 14 de março de 2011; e

Considerando que, no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 59003.000001/2009-13, restou demonstrado que a conduta da Empresa, de seus administradores e, solidariamente, de seus acionistas controladores configurou o desvio na aplicação de recursos do Finam, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CANCELAR, de fato e de direito, por desvio na aplicação de recursos, os incentivos fiscais do Finam concedidos à Empresa FAZENDA SERRA DA PRATA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.433.866/0001-09.

HENRIQUE SAMPAIO

RESOLUÇÃO Nº 58, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 do Decreto Presidencial nº 7.472, de 4 de maio de 2011, e nos termos do art. 1º, inciso V, do Anexo I da Portaria nº 373, de 20 de maio de 2011; e do caput do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, ambas do Ministério da Integração Nacional,

Considerando que a Empresa SULMAR - CIA AGROINDUSTRIAL SUL MARANHÃO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.807.013/0001-93, cujo projeto foi aprovado por meio da Resolução Condel/Sudene nº 10.548, de 26 de janeiro de 1990, cujo objetivo visava à implantação de um empreendimento destinado ao plantio de soja e de arroz com seu respectivo beneficiamento, com a Unidade Industrial instalada no Município de Balsas e a Unidade Agrícola localizada no Município de Tasso Fragoso, ambos no Estado do Maranhão, com aporte de recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor, e, posteriormente, cancelado pela Resolução nº 11.037, de 31 de maio de 1996;

Considerando que, no curso do desenvolvimento do projeto, constatou-se que a Empresa alienou a sede da Unidade Agrícola (Fazenda Babilônia) sem anuência da administração do fundo de investimentos e, ainda, não apresentou a documentação físico-contábil, fiscal e social à Sudene;

Considerando que a Empresa, seus administradores e, solidariamente, seus acionistas controladores infringiram o caput do artigo 12 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, enquadrando-se no art. 12, § 1º, incisos I e II, § 7º, ambos da Lei n° 8.167/1991. Ademais, infringiram o art. 76, inciso IX, e o caput do art. 160 da Consolidação das Disposições sobre os Incentivos da Redução e Isenção do Imposto de Renda, do Reinvestimento e do Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor, aprovada pela Portaria nº 855, de 15 de dezembro de 1994, da extinta Sudene;

Considerando que a Empresa teve sua defesa escrita indeferida, bem como que seu recurso administrativo foi conhecido, sendo-lhe negado provimento pelo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, conforme o Despacho nº 36, de 1º de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 105, Seção 1, p. 103, em 2 de junho de 2011; e

Considerando que, no curso do Procedimento Administrativo Apuratório nº 28110.35728/85-DV, restou demonstrado que a conduta da Empresa, de seus administradores e, solidariamente, de seus acionistas controladores configurou o desvio na aplicação de recursos do Finor, resolve:

Ratificar, no tocante à Empresa SULMAR - CIA AGROINDUSTRIAL SUL MARANHÃO S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.807.013/0001-93, a Resolução nº 11.037, de 31 de maio de 1996, para declarar subsistente o desvio na aplicação de recursos do Finor concedidos.

HENRIQUE SAMPAIO

RESOLUÇÃO Nº 59, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 do Decreto Presidencial nº 7.472, de 4 de maio de 2011, e nos termos do art. 1º , inciso V, do Anexo I da Portaria nº 373, de 20 de maio de 2011; e do caput do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, ambas do Ministério da Integração Nacional.

Considerando que a Empresa PARQUE RIO NEGRO INTERNACIONAL AMAZONAS TURISMO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.387.186/0001-83, teve seu projeto originalmente aprovado por meio da Resolução Condel/Sudam nº 8.461, de 12 de março de 1997, cujo objetivo visava à implantação de um empreendimento hoteleiro, voltado ao turismo ecológico, no Município de Novo Airão, Estado do Amazonas, com aporte de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam;

Considerando que, no curso do desenvolvimento do projeto, constatou-se a incompatibilidade entre os índices de liberação e aplicação dos recursos Finam; e a não apresentação da documentação contábil necessária a verificar a correta aplicação dos recursos liberados;

Considerando que a Empresa infringiu o caput do artigo 12 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, enquadrando-se no art. 12, § 1º, incisos I e II, e no § 7, todos dispositivos da referida Lei. Ademais, infringiu o art. 44, § 1º, enquadrando-se no art. 44, § 2º, todos do Regulamento dos Incentivos Fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, aprovado pela Resolução nº 7.077, de 16 de agosto de 1991;

Considerando que a defesa escrita apresentada foi indeferida, bem como o recurso administrativo interposto teve o seu provimento negado; e

Considerando que, no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 59003.000010/2008-23, restou demonstrado que a conduta da Empresa, de seus administradores e, solidariamente, de seus acionistas controladores configurou o desvio na aplicação de recursos do Finam, resolve:

CANCELAR, de fato e de direito, por desvio na aplicação de recursos, os incentivos fiscais do Finam concedidos à Empresa PARQUE RIO NEGRO INTERNACIONAL AMAZONAS TURISMO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.387.186/0001-83.

HENRIQUE SAMPAIO

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 367, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Camacan - BA.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 1.619, de 09 de agosto de 2011, de Camacan, e demais informações constantes no processo nº 59050.001185/2011-98, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de alagamentos, CODAR: NE.HAL - 12.303, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 368, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado da Bahia.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 290/2011, de 19 de julho de 2011, de Nova Fátima; nº 046/11, de 02 de agosto de 2011, de Planaltino; nº 031/2011, de 28 de julho de 2011, de São Domingos; nº 042/2011, de 22 de julho de 2011, de Serrinha e nº 2.236/2011, de 06 de junho de 2011, de Uauá, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.001018/2011-47; 59050.001065/2011-91; 59050.001056/2011-08; 59050.001050/2011-22 e 59050.000923/2011-80, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, CODAR: NE.SES - 12.401, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 369, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 2.040/2011, de 22 de julho de 2011, de Arroio do Meio; nº 245, de 22 de julho de 2011, de Bom Retiro do Sul; nº 866, de 25 de julho de 2011, de Colinas; nº 743-03/2011, de 22 de julho de 2011, de Cruzeiro do Sul; nº 98/2011, de 21 de julho de 2011, de Encantado; nº 5.718, de 22 de julho de 2011, de Montenegro; nº 1070, de 21 de julho de 2011, de Pareci Novo; nº 2099/11, de 21 de julho de 2011, de Roca Sales; nº 880/2011, de 26 de julho de 2011, de Santa Tereza; nº 580, de 21 de julho de 2011, de Taquara; nº 2.517, de 26 de julho de 2011, de Taquari e nº 4.916, de 22 de julho de 2011, de Venâncio Aires, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.001033/2011-95; 59050.001025/2011-49; 59050.001045/2011-10; 59050.001038/2011-18; 59050.001030/2011-51; 59050.001055/2011-55; 59050.001015/2011-11; 59050.001024/2011-02; 59050.001053/2011-66; 59050.001011/2011-25; 59050.001016/2011-58 e 59050.001029/2011-27, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enchentes ou inundações graduais, CODAR: NE.HIG - 12.301, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 370, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 1785-11, de 21 de julho de 2011, de Arvorezinha; nº 983, de 22 de julho de 2011, de Ciríaco; nº 3.443, de 21 de julho de 2011, de Igrejinha; nº 186/11, de 26 de julho de 2011, de Não-Me-Toque; nº 1.999, de 22 de julho de 2011, de Nova Araçá; nº 36, de 22 de julho de 2011, de Nova Bassano; nº 42/2011, de 21 de julho de 2011, de Parobé; nº 3.270, de 21 de julho de 2011, de São Sebastião do Caí; nº 2846, de 25 de julho de 2011, de Sarandi; nº 150, de 23 de junho de 2011, de Tenente Portela; nº 104, de 25 de julho de 2011, de Terra de Areia e nº 037/2011, de 21 de julho de 2011, de Trindade do Sul, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.001059/2011-33; 59050.001058/2011-99; 59050.001060/2011-68; 59050.001046/2011-64; 59050.001010/2011-81; 59050.001026/2011-93; 59050.001047/2011-17; 59050.001014/2011-69; 59050.001061/2011-11; 59050.000955/2011-85; 59050.001039/2011-62 e 59050.001054/2011-19, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas, CODAR: NE.HEX - 12.302, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 371, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Penha - SC.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 760/2011, de 06 de junho de 2011, de Penha, e demais informações constantes no processo nº 59050.001013/2011-14, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de inundações litorâneas provocadas pela brusca invasão do mar, CODAR: NE.HIL - 12.304, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 372, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Poço Verde - SE.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 027/11, de 25 de julho de 2011, de Poço Verde, e demais informações constantes no processo nº 59050.001052/2011-11, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, CODAR: NE.SES - 12.401, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 345, de 27 de julho de 2011, publicada no DOU nº 144, de 28.07.2011, página 31,

onde se lê:

Decreto Municipal nº 9.381, de 06 de agosto de 2011, de natal,

leia-se:

Decreto Municipal nº 9.381, de 06 de maio de 2011, de Natal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS E INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 87, DE 15 DE AGOSTO DE 2011

Aprova o projeto de titularidade da empresa Candeias Energia S/A que objetiva a implantação de termelétrica no Município de Candeias, Estado da Bahia, com o apoio financeiro do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE.

O Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V, do art. 18º, do Anexo I do Decreto n.º 6.219, de 4 de outubro de 2007, torna público que a Diretoria Colegiada, em sessão realizada nesta data, resolveu:

Art. 1o Aprovar, observado o § 9º do art. 32 do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, aprovado pelo Decreto nº. 6.952, de 02.09.2009, e, bem assim, com base no inciso XV do art. 8º do Anexo I do Decreto 6.219/2007, antes citado, o projeto de modernização e expansão da rede de distribuição de energia elétrica de responsabilidade empresa Candeias Energia S/A, CNPJ 09.497.818/0001-36, com a participação de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE no valor de até R$ 61.728.156,00 (sessenta e um milhões, setecentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta e seis reais).

Art. 2º Esclarecer que o referido projeto integra-se aos objetivos de promoção do desenvolvimento includente e sustentável da área de atuação da SUDENE e enquadra-se nas diretrizes, orientações gerais e prioridades espaciais e setoriais para a aplicação dos recursos do FDNE.

Art. 3º Informar que o Fundo, nesta data, demonstra capacidade de aportar os recursos de acordo com o cronograma físico-financeiro referente ao projeto ora aprovado, conforme Atestado de Disponibilidade Financeira - ADF, requerido pelo § 6º do art. 32 do Anexo ao Decreto Nº 6.952/2009, acima mencionado.

Art. 4º Ressaltar que o projeto apresenta capacidade de pagamento adequada e ajusta-se aos parâmetros de risco utilizados pelas análises sobre empreendimentos do mesmo porte e setor.

Art. 5º Comunicar que a Empresa beneficiária deverá apresentar ao agente operador as informações e os documentos necessários à celebração do contrato, no prazo estabelecido pelo art. 33 do Regulamento sobredito.

Art. 6º Determinar, observado o disposto no § 9º do art. 32 do Regulamento, em apreço, a publicação desta Resolução no Diário Oficial da União e a sua disponibilização em meio eletrônico de amplo acesso.

Art. 7° Esta Resolução entra em vigor nesta data.

CLÁUDIO VASCONCELOS FROTA

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.015425/2010-16 do Ministério da Justiça, resolve:

Nº 1.839 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, TOMAS GONZALEZ BENITEZ, de nacionalidade paraguaia, filho de Celestino Gonzalez e de Ana Amélia Benitez, nascido em Dr. Juan Manoel Frutos, Paraguai, em 21 de dezembro de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.003668/2010-09 do Ministério da Justiça, resolve:

Nº 1.840 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, BEBY FERNANDEZ CANTERO, de nacionalidade paraguaia, filho de Miguel Fernandez Martinez e de Simiona Cantero, nascido em Presidente Franco, Paraguai, em 07 de agosto de 1988, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.013827/2010-86 do Ministério da Justiça, resolve:

Nº 1.841 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, ANDREW WILLIAMS, de nacionalidade inglesa, filho de Roy Williams e de Margaret Williams, nascido em Taunton, Inglaterra, em 17 de abril de 1960, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.017312/2009-11, do Ministério da Justiça, resolve:

Nº 1.842 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, ANNA SUBERLAK, de nacionalidade polonesa, filha de Zbigniew Suberlak e de Bárbara Suberlak, nascida em Nidzica, Polônia, em 5 de outubro de 1980, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.022574/2009-06, do Ministério da Justiça, resolve:

Nº 1.843 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, EULALIA GUAYAO YANAMO, de nacionalidade boliviana, filha de Humberto Guayao e de Rozenda Yanamo, nascida em Reyes, Departamento de Beni, Bolívia, em 11 de fevereiro de 1967, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.009133/2008-19, do Ministério da Justiça, resolve:

Nº 1.844 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, GIANLUCA ANTONIO BACCHI, de nacionalidade italiana, filho de Antonino Bacchi e de Morgante Carmela, nascido em Torino, Itália, em 18 de setembro de 1972, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006393/2010-57, do Ministério da Justiça, resolve:

Nº 1.845 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, HELENA CIPKOVA, de nacionalidade eslovaca, filha de Gabriel Chovan e de Helena Chouanova, nascida na República Eslováquia, em 22 de agosto de 1954.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000066/2010-01, do Ministério da Justiça, resolve:

Nº 1.846 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, IGNACIO ESTENSORO ESQUISABEL ou ALBERTO ENRIQUE PARADELA FERNANDEZ, de nacionalidade uruguaia, filho de Luis Alberto e de Lia, nascido em Montevidéu, Uruguai, em 20 de março de 1945, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.011138/2008-10, do Ministério da Justiça, resolve:

Nº 1.847 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, JOSÉ IGNACIO VALLE ROYO, de nacionalidade espanhola, filho de Augustin José Ramon e de Agostina Del Pilar, nascido em Oviedo, Astúrias, Espanha, em 30 de janeiro de 1969, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006991/2008-10, do Ministério da Justiça, resolve:

Nº 1.848 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, PANITA SAKUL, de nacionalidade tailandesa, filha de Thoglan Sakul e de Sutee Sakul, nascida em Kumpeangpet, Tailândia, em 30 de julho de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.022633/2009-38, do Ministério da Justiça, resolve:

Nº 1.849 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, MANUEL MOLINA BALSALOBRE, de nacionalidade espanhola, filho de José Molina Córdoba e de Marta Balsalobre Major, nascido na Espanha, em 13 de fevereiro de 1963, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.002278/2008-99, do Ministério da Justiça, resolve:

Nº 1.850 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, OLIVIA SANCHES TAVARES SILVA, de nacionalidade cabo-verdiana, filha de Teófilo Vieira Tavares e de Amélia Gomes Sanches, nascida em Santiago, Cabo Verde, em 15 de abril de 1967, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.002760/2008-29, do Ministério da Justiça, resolve:

Nº 1.851 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, RAY EDGAR ROMERO GUETE, de nacionalidade peruana, filho de Humberto Romero e de Isabel Guete, nascido em Lima, Peru, em 10 de março de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.002564/2010-79, do Ministério da Justiça, resolve:

Nº 1.852 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, RICARDO ZABALA MUNOZ, de nacionalidade boliviana, filho de Hector Zabala Munoz e de Marcela Munoz Chinto, nascido em Riberalta, Bolívia, em 29 de julho de 1969, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.008461/2009-79, do Ministério da Justiça, resolve:

Nº 1.853 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, TULIA TATIANA DONCEL ESTRELLA, de nacionalidade colombiana, filha de Luis Alberto Doncel e de Vicenta Estrella Cruz, nascida em Letícia, Colômbia, em 30 de julho de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 18 de agosto de 2011

Nº 766 - Ref.: Processo nº 08802.010290/2011-37. Interessado(a): João de Sá. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia.

Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1182 de 05 de maio de 2004, nos termos da NOTA n.º 07/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

N° 767 - Ref.: Processo nº 08802.011519/2011-51. Interessado(a): Edgar Rabelo Freire. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3695 de 14 de dezembro de 2004, nos termos da NOTA n.º 50/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 768 - Ref.: Processo nº 08802.010352/2011-19. Interessado(a): Francisco Ferreira da Silva. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia.

Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1137 de 05 de maio de 2004, nos termos da NOTA n.º 51/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 769 - Ref.: Processo nº 08802.010960/2011-15. Interessado(a): Ernesto Montes da Silva. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia.

Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2378 de 17 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 52/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 770 - Ref.: Processo nº 08802.010987/2011-16. Interessado(a): José Pereira da Rocha. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia.

Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2272 de 9 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 53/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 771 - Ref.: Processo nº 08802.011648/2011-49. Interessado(a): Edson Eduardo da Cruz. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia.

Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2145 de 9 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 54/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 772 - Ref.: Processo nº 08802.010334/2011-29. Interessado(a): Fernandes Avelino Pereira. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia.

Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2475 de 17 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 55/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 773 - Ref.: Processo nº 08802.010367/2011-79. Interessado(a): Francisco Ricardo Sá. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia.

Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1898 de 9 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 56/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 774 - Ref.: Processo nº 08802.010348/2011-42. Interessado(a): Francisco Xavier de Oliveira. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia.

Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1259 de 5 de maio de 2004, nos termos da NOTA n.º 57/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 775 - Ref.: Processo nº 08802.011739/2011-84. Interessado(a): José Cosmo Lopes de Freitas. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia.

Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1920 de 25 de novembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 58/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 776 - Ref.: Processo nº 08802.010954/2011-68. Interessado(a): Emmanoel Fernandes da Silva. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia.

Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2760 de 21 de agosto de 2009, nos termos da NOTA n.º 59/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 777 - Ref.: Processo nº 08802.011638/2011-11. Interessado(a): Edson Passos Souza. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia.

Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2985 de 30 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 60/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 778 - Ref.: Processo nº 08802.011505/2011-37. Interessado(a): Edgar Lúcio da Costa Miranda. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia.

Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 700 de 20 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA n.º 61/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

RETIFICAÇÃO

No despacho do Ministro, nº 759, publicado no Diário Oficial da União, nº 158, Seção 1, página 64, onde se lê "João Ledes de Souza...", leia-se "João Ledes dos Santos..."

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.260, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08352.003324/2010-00-DPF/JFA/MG, declara revista a autorização de funcionamento de serviços ORGÂNICOS de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL e TRANSPORTE DE VALORES, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.444.232/0004-81, tendo como responsável pelo serviço orgânico de segurança: LUIS HENRIQUE DE ANDRADE, para exercer suas atividades no Estado de Minas Gerais.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 1.471, DE 3 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08352.000045/2011-67-DPF/JFA/MG, declara revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COLÉGIO CRISTO REDENTOR - ACADEMIA DO COMÉRCIO, CNPJ nº 21.562.368/0006-28, para atuar em MINAS GERAIS.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.491, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001782-DELESP/SR/RJ resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LOCANTY SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 06.141.118/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO DE JANEIRO, com Certificado de Segurança nº 1332 , expedido pelo DREX/SR/DPF/RJ.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 11.423, DE 20 DE ABRIL DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/899/DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa SOCIEDADE JARDINS MÔNACO, CNPJ nº 05.104.437/0001-99, sediada em GOIÁS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

60 (sessenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 12.598, DE 9 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo nº 2011/2708/DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: CONCEDER autorização à empresa CEARA SEGURANCA DE VALORES LTDA , CNPJ/MF: 07.862.634/0001-00, para exercer a atividade de Segurança Pessoal no CEARÁ.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.615, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2624 / DPF/SNM/PA,resolve: CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL SA TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA , CNPJ nº 17.428.731/0129-07, sediada no PARÁ, para adquirir: Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

3 (três) Revólver(es) calibre 38,

2 (dois) Pistola(s) calibre 380,

360 (trezentos e sessenta) Cartuchos de Munição calibre 38,

90 (noventa) Cartuchos de Munição calibre .380,

48 (quarenta e oito) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.616, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2616 / DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL SA TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA , CNPJ nº 17.428.731/0137-09, sediada no PARÁ, para adquirir: Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

84 (oitenta e quatro) Revólver(es) calibre 38,

9 (nove) Pistola(s) calibre 380,

67 (sessenta e sete) Espingarda(s) calibre 12,

6156 (seis mil, cento e cinquenta e seis) Cartuchos de Munição calibre 38,

1710 (um mil, setecentos e dez) Cartuchos de Munição calibre .380,

3087 (três mil e oitenta e sete) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.637, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2413 / DPF/NRI/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa TEREVIG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 00.570.566/0001-59, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir: Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

40 (quarenta) Revólver(es) calibre 38,

480 (quatrocentos e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.644, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2772 / DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROFORTE SA TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 00.116.506/0013-02, sediada no RIO GRANDE DO SUL, para adquirir: Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

13 (treze) Revólver(es) calibre 38,

544 (quinhentos e quarenta e quatro) Cartuchos de Munição calibre 38,

200 (duzentos) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.650, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2935 / DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL SA TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA , CNPJ nº 17.428.731/0123-03, sediada no AMAPÁ, para adquirir: Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

7 (sete) Pistola(s) calibre 380,

16 (dezesseis) Espingarda(s) calibre 12,

3024 (três mil e vinte e quatro) Cartuchos de Munição calibre 38,

315 (trezentos e quinze) Cartuchos de Munição calibre .380,

671 (seiscentos e setenta e um) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.669, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002848/DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORTAL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.888.686/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no MARANHÃO, com Certificado de Segurança nº 1451/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.671, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002358/DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ATENTO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 06.514.695/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no CEARÁ , com Certificado de Segurança nº 1456/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.675, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002587/DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NEW LINE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.931.820/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em GOIÁS, com Certificado de Segurança nº 1433/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA

Tendo em vista que já decorreu prazo superior ao solicitado pelo interessado, determino o ARQUIVAMENTO do pedido de prorrogação de prazo. Processo N° 08460.016467/2009-11 - Pascal Jean Claude Lagoutte, Jean Victor Lagoutte, Marc Pascal Lagoutte, Pierre Antoine Lagoutte e Viorica Gurau lagoutte.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato publicado no Diário Oficial de 04/07/2011, Seção 1, pág. 57, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.003698/2011-98 - Robertus Johan Gerardus Hongerkamp.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato publicado no Diário Oficial de 28/07/2011, Seção 1, pág. 36, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.004682/2011-01 - Eric Daniel Sanchez Duran.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato publicado no Diário Oficial de 29/04/2011, Seção 1, pág. 82, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08375.002335/2010-04 - Fernando Alberto Retamoza Cuen, Cecília Patricia Retamoza Vélez, Fernando Alfredo Retamoza Vélez, Maria Elena Vélez Islas e Mariana Elena Retamoza Vélez.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato publicado no Diário Oficial de 07/07/2011, Seção 1, pág. 36, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.007969/2010-01 - Maximilian Spidalieri.

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DA CHEFE

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º da Portaria nº 1, de 02 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2011, resolve:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional colombiano JESUS ANTONIO MESA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seu genitor constante no seu registro, passando de FERNANDO AVILLA para NÃO CONSTAR.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional uruguaio JUAN MATIAS CÁCERES FERREIRA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de sua genitora constante no seu registro, passando de MARISA FERREIRA TORALES para MARISA LILIAN FERREIRA TORALES.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional italiano RAFFAELE OREFICE, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de OREFICE NICOLA para NICOLA OREFICE e de CONTE ROSA para ROSA CONTE.

ROBERTA CHAVES OLIVEIRA

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial de 16/08/2011, página 30, onde se lê:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional português FRANCISCO ANTONIO BARTOLOMEU, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de FRANCISCO ANTONIO BARTOLOMEU para FRANCISCO ANTONIO BARTHOLOMEU e de MARIA DO ROSARIO para MARIA DO ROSARIO QUINTANILHA.

Leia-se:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional português FRANCISCO ANTONIO BARTOLOMEU, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o seu nome e de sua genitora constante no seu registro, passando de FRANCISCO ANTONIO BARTOLOMEU para FRANCISCO ANTONIO BARTHOLOMEU e de MARIA DO ROSARIO para MARIA DO ROSARIO QUINTANILHA.

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08102.000697/2010-62 - Nsenga Salakiaku Martins Silva

Processo Nº 08104.002440/2011-14 - Vitor Manuel Fernandes Martins Silva

Processo Nº 08280.025789/2011-85 - Ludger Oswaldo Suarez Burgoa e Nathalia Andrea Jimenez Laverde

Processo Nº 08280.025891/2011-81 - Oryon Load e Maya Sonia Beit David

Processo Nº 08102.006338/2010-19 - Franck Charles Guy Rivet

Processo Nº 08280.032472/2011-03 - Doki Van Der Hoeven

Processo Nº 08104.000901/2011-14 - Aniello D`Angiolillo

Processo Nº 08295.005367/2011-24 - Maria Mercedes Gomez Vera

Processo Nº 08280.026707/2011-10 - Liseth Vanessa Fernandez Choque

Processo Nº 08492.003263/2011-59 - Mark Miles

Processo Nº 08444.001392/2011-88 - Maria Erendira Diaz Orozco

Processo Nº 08390.001147/2009-29 - Myrian Elizaul Sandoval

Processo Nº 08295.008269/2011-49 - Javier Morales Morales

Processo Nº 08280.032484/2011-20 - Julio Cesar Abbruzzese

Processo Nº 08796.001256/2011-06 - Anna Pieprzyk

Processo Nº 08444.003297/2010-38 - David Ray Helton

Processo Nº 08286.002063/2010-33 - Duarte Nuno Figueira Correia Rodrigues

Processo Nº 08335.009624/2011-83 - Victor Manuel Jara Frontela.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08280.026568/2011-24 - Manuel Joaquim Rodrigues da Cruz

Processo Nº 08280.032463/2011-12 - Alan Dennis Hrapsky

Processo Nº 08280.025535/2011-67 - David Garcia Tena

Processo Nº 08102.002449/2010-56 - Eberth Cesar Lobaton Koga

Processo Nº 08102.006117/2010-41 - Alexandra Giovanna Galliani Lederman

Processo Nº 08102.007964/2010-22 - Edison José Texeira Lopez

Processo Nº 08104.000944/2011-91 - Tania Limpo Sousa

Processo Nº 08335.011751/2010-61 - Edelvira Villaverde

Processo Nº 08514.001341/2011-85 - Nataliia Matveiko Alves

Processo Nº 08335.012661/2011-79 - Fidel Figueredo Garcete.

DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto temporário item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.005313/2011-27 - Juan Carlos Ortiz Viloria, Juan Carlos Ortiz Diaz e Miriam Del Carmen Diaz Pereira

Processo Nº 08460.030587/2010-56 - Marek Stanislaw Pazdro

Processo Nº 08460.046978/2010-92 - Luis Enrique Alva Huapaya.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08102.003573/2011-10 - Emilio Javier Guinazu Fader, Erica Ruth Altana e Facundo Martin Guinazu Altana

Processo Nº 08280.033756/2011-17 - Raul Alejandro Fuentes

Processo Nº 08390.004033/2011-55 - Cesar Ricardo Ledesma

Processo Nº 08492.003480/2011-49 - Silvio Hernán Schiavo

Processo Nº 08492.003482/2011-38 - Exequiel Nahuel Irriondo

Processo Nº 08492.003497/2011-04 - Maria Leonor Diaz

Processo Nº 08492.003520/2011-52 - Karin Patricia Blomqvist de Leyrado

Processo Nº 08492.008021/2011-51 - Claudio Roberto Fernandez Molina

Processo Nº 08492.008045/2011-19 - Ismael Gonzalez

Processo Nº 08492.010965/2011-99 - Juan Manuel Banco

Processo Nº 08492.010967/2011-88 - Hector Julian Gaetan

Processo Nº 08506.012702/2011-18 - Claudio Daniel Yarza

Processo Nº 08711.002113/2011-04 - Amarai Malena Alvarez

Processo Nº 08711.000978/2011-28 - Ricardo Santiago Miloro, Andrea Scagliotti Delfino e Facundo Santiago Miloro Scagliotti.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo N° 08492.007934/2011-51 - Rosa Blanca Pêra
Processo N° 08390.000464/2011-42 - Alberto Angel Turati
Processo Nº 08505.016264/2011-77 - Jonatan David Perez

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08437.000403/2011-00 - Maria Del Carmen Mendez Rios

Processo Nº 08437.000624/2011-70 - Jose Luiz Barila Mendez.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08420.014998/2010-71 - Marco Fanciano
Processo Nº 08420.016993/2010-82 - Yu Guilian

Processo Nº 08420.019646/2010-10 - Maria de Lurdes Campos da Silva

Processo Nº 08508.019810/2009-87 - Dominga Yormalia Estay Varas

Processo Nº 08514.004844/2010-21 - Min-Ji Kim.

DEFIRO o pedido de transformação da Residência Provisória em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, salientando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso reste verificada falsidade na documentação apresentada pelo requerente. Processo N° 08390.004296/2011-64 - Modesta Aguero Pereira.

DEFIRO o pedido de transformação da Residência Provisória em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, salientando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso reste verificada falsidade na documentação apresentada pelo requerente. Processo N° 08485.003204/2011-70 - Daniel Juan Pavez Carrillo.

Torno insubsistente o ato INDEFERITÓRIO publicado no D.O.U. de 28/02/2011, página 63, para conceder a permanência nos termos do Acordo Operacional entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai em 16/03/2006. Processo N° 08461.003580/2009-18 - Ramon Fleitas Becerra.

Torno insubsistente o ARQUIVAMENTO publicado no DOU de 27/06/2011, pág. 103, e DEFIRO o pedido de transformação de Temporário item VII em permanente, nos termos da legislação vigente. Processo N° 08711.000974/2011-40 - Dirk Frettlöh.

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Processo N° 08390.000219/2010-54 - Timmy Zhou.

Determino o arquivamento, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país.

Processo Nº 08460.017594/2010-62 - Gerardo Renteria Garduno.

Determino o arquivamento do pedido de permanência, diante da solicitação da parte interessada. Processo Nº 08506.010893/2010-01 - Eileen Lau Siu de Oursoff.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08286.000579/2011-24 - Silvestro Dal Cero
Processo Nº 08354.004929/2010-90 - Laura Anne Krech.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista inobservância do disposto no art. 2º, da Portaria nº 3 de 5 de fevereiro de 2009 da SNJ. Processo N° 08505.006267/2009-88 - Masao Kudo.

INDEFIRO o pedido de republicação, tendo em vista a inobservância do disposto no art. 2º, da Portaria nº 3 de 5 de fevereiro de 2009 da SNJ. Processo N° 08260.008007/2007-03 - Anne Simonet.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08506.009837/2010-15 - Michiko Mitome.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08102.002930/2011-22 - Rebecca Leah Schaffino Borges.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08335.000151/2011-59 - Claro Ramon Velazquez Ozuna.

Tendo em vista os elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional uruguaio, Pablo Daniel Casaña Espejo, nos termos da Lei 11.961/09. Processo N° 08212.011882/2009-00 - Pablo Daniel Casaña Espejo.

Nos termos do parecer CJ nº 066/85, constante do processo MJ nº 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Processo N° 08260.008147/2007-73 - Maria Del Pilar Santos Corral.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que no momento da solicitação o estrangeiro(a) encontrava-se em situação irregular no país. Processo Nº 08711.001471/2011-91 - Bruno Guillaume de Oliveira Machado.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08505.006498/2011-14 - Jiawen Liu
Processo Nº 08505.009519/2011-45 - Jinhua Chen

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08212.001219/2011-11 - Juan Fernando Abadia Silva, até 10/05/2012

Processo Nº 08212.005979/2011-90 - Jaime Felipe Medina Sotomayor, Felipe David Medina Gomez, Jaime Daniel Medina Gomez e Sara Maria Gomez Rivera, até 26/10/2012

Processo Nº 08240.006100/2011-90 - Adela Ginette Espinoza Zapatel, até 24/04/2012

Processo Nº 08270.013547/2011-68 - Neila Nadine Correia Evora Querido, até 24/08/2012

Processo Nº 08270.013548/2011-11 - Dimar Antonio Delgado, até 01/09/2012

Processo Nº 08270.013550/2011-81 - Jeronimo Upadai Gomes, até 24/08/2012

Processo Nº 08270.013571/2011-05 - Sem Joao Pina Ferreira, até 01/09/2012

Processo Nº 08270.013584/2011-76 - Harry Ferreira Pinto, até 24/08/2012

Processo Nº 08270.013590/2011-23 - Arafam Mane, até 14/09/2012

Processo Nº 08270.013604/2011-17 - Ussumane Darame, até 24/08/2012

Processo Nº 08270.013622/2011-91 - Aissatu Policarpo Co, até 14/09/2012

Processo Nº 08270.013623/2011-35 - Jacira Helena Spencer Rodrigues, até 26/07/2012

Processo Nº 08270.013627/2011-13 - Nino Nanque Ca, até 23/08/2012

Processo Nº 08270.013634/2011-15 - Mama Camilo Da Silva, até 01/09/2012

Processo Nº 08270.013635/2011-60 - Flande Mendes, até 08/09/2012

Processo Nº 08270.013640/2011-72 - Maria Olivia Furtado Varela, até 26/07/2012

Processo Nº 08270.013654/2011-96 - Vanusa Antonio Sambu, até 14/09/2012

Processo Nº 08270.013666/2011-11 - Izilda Fernandes Ca, até 14/09/2012

Processo Nº 08270.013669/2011-54 - Clarice Alves Pires, até 20/08/2012

Processo Nº 08270.017155/2011-78 - Malam Cande, até 03/08/2012

Processo Nº 08375.002300/2011-48 - Aristides da Silva, até 20/05/2012

Processo Nº 08461.003420/2011-93 - Diana Vanessa Zapata Hernandez, até 20/07/2012

Processo Nº 08502.003995/2011-82 - Maria Julia Torres Nicto e Plutarco Rodriguez Walteros, até 30/08/2012

Processo Nº 08506.008750/2011-10 - Carlos Daniel Altamirano Carrillo, até 22/07/2012

Processo Nº 08506.009187/2011-99 - Aureliano Correia Gomes, até 05/07/2012

Processo Nº 08701.004679/2011-81 - Margareth Eugenia Boaventura Lopes, até 13/07/2012.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 14/03/2011, Seção I, pág.52, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.012067/2010-89 - Tiago de Carvalho Proença Minchin, Carolina Norton Brandão Proença Minchin, Catarina Nunes da Fonseca Norton Brandão e Maria Norton Brandão Proença Minchin.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 02/05/2011, Seção I, pág.45, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.020719/2010-59 - Andrzej Niewinski.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 20/05/2011, Seção I, pág.59, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.014987/2010-31 - Djordje Govedarica.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 14/02/2011, Seção I, pág.85, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.010305/2010-11 - Hugh Robert Clare Talbot.

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do pedido de prorrogação de estada no País. Processo Nº 08000.003519/2010-31 - Andrea Beth Bodley.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08270.006813/2011-04 - Herman Julio Mosquera Cuesta, até 28/05/2012

Processo Nº 08353.001752/2011-61 - Awassi Yophiwa Ngomane, até 22/07/2012

Processo Nº 08354.003824/2011-02 - Mario David Mateus Herrera, até 03/08/2012

Processo Nº 08354.003950/2011-59 - Antonio Custodio Songo Barros, até 21/08/2012

Processo Nº 08390.003929/2011-17 - Ana Maria de Almeida Troso, até 03/08/2012

Processo Nº 08390.004165/2011-87 - Miguel Leonardo Lopez Mora, até 18/08/2012

Processo Nº 08390.004237/2011-96 - Regis Frederic Gregoire, até 02/09/2012

Processo Nº 08390.004275/2011-49 - Walter Hernandez Mejia, até 25/09/2012

Processo Nº 08390.004333/2011-34 - Ann Katrin Siemens, até 12/09/2012

Processo Nº 08506.012714/2011-42 - Romelia Severina Joao Gueve, até 26/08/2012.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 226, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Filme: PHINEAS E FERB - ATRAVÉS DA 2ª DIMENSÃO (PHINEAS AND FERB - THE MOVIE - ACROSS THE SECOND DIMENSION, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es):
Diretor(es): Michael Bay
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda. / Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Amizade
Processo: 08017.003050/2011-32
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: SARAH`S KEY (SARAH`S KEY (ELLE S`APPELAIT SARAH), França - 2010)
Produtor(es): Stephane Marsil
Diretor(es): Gilles Paquet Brenner
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Sobrevivência
Processo: 08017.003098/2011-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A FERA (BEASTLY, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Susan Cartsonis
Diretor(es): Daniel Barns
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Romance
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Experiência
Processo: 08017.003099/2011-95
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: AS AVENTURAS DE PAULO TRIUNFO (Brasil - 2002)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Thiago Francisco da Silva Brito/Verônica Manevy/Daniel Massaranduba S.
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Tema: Cinema

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 08017.003188/2011-31
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: CÃO DE FOGO (Brasil - 2003)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Vanice Deise/Eder Augusto/Leandro Martins/Márcio Goulart
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Tema: Desemprego
Processo: 08017.003192/2011-08
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: UM FILME DE PAULO COELHO (Brasil - 2003)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): André Antunes/Diana Aparecida/Michele Cristina/James Alves
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Apocalipse
Processo: 08017.003194/2011-99
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: PARTIDAS E CHEGADAS (Brasil - 2003)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Isis Appes/Raphael Pereira/Tatiana Oliveira/Virginia Cidrin
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Documentário
Processo: 08017.003199/2011-11
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: VISÕES OCULTAS (Brasil - 2003)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Andrea Bezerra/Hamelt Monteiro/Mariana Carvalho/Will Vasconcelos
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Loucura
Processo: 08017.003202/2011-05
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: UM SONHO DE AMOR (IO SONO L`AMORE (AKA: I AM LOVE), Itália - 2009)
Produtor(es): Luca Guadagnino/Francesco Mel/Marco Morabito/Tilda Swinton
Diretor(es): Luca Guadagnino
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Romance
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Tema: Amor Incondicional
Processo: 08017.003220/2011-89
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: O HOMEM DO FUTURO (Brasil - 2010)
Produtor(es): Cláudio Torres/Tatiana Quintella
Diretor(es): Cláudio Torres
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Comédia/Romance
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano
Processo: 08017.003222/2011-78
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Trailer: PREMONIÇÃO 5 - TRAILER 2 (FINAL DESTINATION, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Craig Perry
Diretor(es): Steven Quale
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Tensão , Violência e Medo
Processo: 08017.003227/2011-09
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: PACIFIC (Brasil - 2009)
Produtor(es): Milena Times
Diretor(es): Marcelo Pedroso
Distribuidor(es): Vitrine Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Turismo
Processo: 08017.003230/2011-14
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Trailer: DIÁRIO DE UM BANANA 2 - RODRICK É O CARA (DIARY OF A WIMPY KID - RODRICK RULES, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Nina Jacobson/Bradford Simpson
Diretor(es): David Bowers
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Processo: 08017.003289/2011-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Trailer: ATIVIDADE PARANORMAL 3 (PARANORMAL ACTIVITY 3, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Jason Blum/Oren Peli
Diretor(es): Henry Joost
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Terror
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Medo
Processo: 08017.003290/2011-37
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Trailer: EU QUERIA TER A SUA VIDA (THE CHANGE-UP, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): David Dobkin
Diretor(es): David Dobkin
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.003291/2011-81
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Trailer: A INVENÇÃO DE HUGO CABRET (HUGO, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Johnny Deep/Graham King
Diretor(es): Martin Scorsese
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Livre
Processo: 08017.003292/2011-26
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Conjunto de Episódios: DORA A AVENTUREIRA - DORA BAILARINA (DORA THE EXPLORER - DORA`S BALLET ADVENTURES, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 01 a 05
Produtor(es): Chris Gilfffford/Eric Weiner
Diretor(es): Heny Madden/Gary Conrad
Distribuidor(es): Videolar S/A./Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil/Animação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Aventura
Processo: 08017.003295/2011-60
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Conjunto de Episódios: DRAKE E JOSH - RUMO À HOLLYWOOD (DRAKE E JOSH - GO HOLLYWOOD, Estados Unidos da América - 2006)
Episódio(s): 01 a 05
Produtor(es): Dan Schneider
Diretor(es): Steve Hoefer
Distribuidor(es): Videolar S/A./Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil/Animação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Aventuras
Processo: 08017.003296/2011-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Trailer: INQUIETOS (RESTLESS, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es):
Diretor(es): Gus Van Sant
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Processo: 08017.003300/2011-34
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Musical: PSIRICO AO VIVO EM SALVADOR (Brasil - 2010)
Produtor(es): Fábio Almeida
Diretor(es): Alejandro Jorge Alvaro
Distribuidor(es): Caco Discos Produção Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Tema: Show Musical
Processo: 08017.003350/2011-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 227, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:
Programa: PAMPA SHOW (Brasil - 2011)
Produtor(es): Cristina Barth
Diretor(es): Christina Gadret
Distribuidor(es): Não Há
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Show/Variedades/Mundo dos Famosos
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Variedades - mundo dos famosos
Processo: 08017.001162/2011-59
Requerente: Christina Gadret
Programa: STUDIO PAMPA (Brasil - 2011)
Produtor(es): Natasha Mruz
Diretor(es): Christina Gadret
Distribuidor(es): Não Há
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Show/Variedades/Cultura/Mundo dos Famosos
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Variedades
Processo: 08017.001163/2011-01
Requerente: Christina Gadret
Filme: POLLY POCKET 2 (Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Fisher Price
Diretor(es): Michael Viner
Distribuidor(es): Mattel do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil/Animação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Desenho de Estímulo a Socialização e a Amizade
Processo: 08017.002454/2011-17
Requerente: Márcio Costa de Menezes e Gonçalves
Filme: HORMÔNIOS À FLOR DA PELE (Brasil - 2005)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Édipo Alves/Filipe de Oliveira/Rodrigo da Silva/Wesley Leal
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário/Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual
Tema: Iniciação Sexual
Processo: 08017.002932/2011-81
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: O LADO B DA PERIFERIA (Brasil - 2005)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Andréia Ramos da Conceição/Bruno Viana do Nascimento/Fabiano Leite da Silva
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Vida na Periferia
Processo: 08017.002935/2011-14
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: MAL QUISTO, MAL VISTO (Brasil - 2005)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Ana Claudia Silva/Dinalva Paula dos Santos/Nilson Ferreira
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Tema: Alcoolismo
Processo: 08017.002936/2011-69
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: ORGANICIDADE (Brasil - 2005)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Adriana Lima Borges/Daniel Maciel/Francisco de Assis
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Organicidade
Processo: 08017.002937/2011-11
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: PARA TODOS? (Brasil - 2005)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Diogo Cutinhola Cavalcante/Erica Ferreira dos Santos/Fernando Cabral
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Acesso à Universidade
Processo: 08017.002938/2011-58
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: RECORTE PAULISTANO (Brasil - 2005)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Bruno Moraes Regenthal/Daniel Levenhagem/Daniela Gomes
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Tema: Retratos de Paulistanos
Processo: 08017.002939/2011-01
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: MALDITOS (Brasil - 2005)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Ari Araújo/Camila Oliveira/José Milton/Wanderléia Pimenta
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Tema: Órfãos
Processo: 08017.002941/2011-71
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: MOTOS (Brasil - 2005)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Aline Ferraz Silva/Maurício Luis Menezes/Patrícia Gonçalves de Melo
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Drogas Ilícitas e Linguagem Imprópria
Tema: Motos
Processo: 08017.002943/2011-61
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: PASSADO OBSCURO (THE HOLDING, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Alex Boden
Diretor(es): Susan Jacobson
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Tema: Assassinato
Processo: 08017.003145/2011-56
Requerente: Playarte Pictures
Filme: A PIRA (MORRO PARA VIVER) (Brasil - 2003)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Diogo Silva Oliveira/Antônio Sergio/Maitê Freitas/Jadiel Gerônimo
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Religião
Processo: 08017.003197/2011-22
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: WALTDISNEY APRESENTA (Brasil - 2003)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Ana Michele Gotz/Carolina Nicotra/Caroline Prado/Maikon Silva
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Ilícitas
Tema: Cotidiano
Processo: 08017.003200/2011-16
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: PIMENTA (2010)
Produtor(es): Juliana Vicente/Victor A. Biagioni
Diretor(es): Eduardo Mattos
Distribuidor(es): PRETA PORTÊ FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Perspectiva do mundo pelo olhar infantil
Processo: 08017.003218/2011-18
Requerente: PRETA PORTÊ FILMES E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.
Filme: DO ANDAR DE BAIXO (Brasil - 2009)
Produtor(es): Rafaela Camelo/Luiz Alberto Santos
Diretor(es): Otavio Chamorro/Luisa Campos
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia/Romance
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas
Tema: Início de Relacionamento/Música
Processo: 08017.003254/2011-73
Requerente: OTAVIO CHAMORRO MENDOZA
Filme: AS FUGITIVAS (Brasil - 2007)
Produtor(es): Érico Cazarré/Rafaela Camelo/Otavio Chamorro
Diretor(es): Otavio Chamorro
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Linguagem Chula
Tema: Fuga
Processo: 08017.003255/2011-18
Requerente: OTAVIO CHAMORRO MENDOZA

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 228, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar:
Filme: CREPÚSCULO (Brasil - 2005)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Ana Laura Bucci/Eduardo Vlad/Julia Ramos/Paulo Natali
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência , Tráfico de Drogas e Linguagem Imprópria
Tema: Violência Doméstica
Processo: 08017.002934/2011-70
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: AS CONSEQÜÊNCIAS DE UM ERRO (Brasil - 2004)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Vagner Ribeiro Lima/Alan Roberto de Camargo/Cintia Silva de Souza
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Tema: Detenção
Processo: 08017.003155/2011-91
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: A HORA (Brasil - 2002)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Jorge Eduardo Alves/José Dirceu Strang Simi/Misael Nunes Xavier
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano
Processo: 08017.003177/2011-51
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: RESISTÊNCIA (Brasil - 2002)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Peter Pan/D.J. Ricardo/Marcelo Franco/Regiane R.A.P. & Nina Brown
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Arte
Processo: 08017.003178/2011-04
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: POLITICOPAGEM (Brasil - 2002)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Flávio Basílio Alves/Luis Rogério S. Vequi/Marcello F. Santos
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Política
Processo: 08017.003180/2011-75
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: MUITO PRAZER, MULHER! (Brasil - 2002)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Antoniela Couto Lourenço/Janaína Cardoso/Juliana Recine/Tacianna P.
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Mulher
Processo: 08017.003181/2011-10
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: COISA RUIM (Brasil - 2002)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Eduardo Bezerra/Eduardo Ricci/Lucas Ogasawara de Oliveira
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Relacionamento
Processo: 08017.003182/2011-64
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: RUA DA LOUCURA (Brasil - 2002)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Nádia Mangolini/Priscila dos Santos/Rafael Leite/Ricardo Carvalho
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Loucura
Processo: 08017.003183/2011-17
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: MORTE EM SANTOS (Brasil - 2002)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Frank Douglas de Araújo Rocha/Juliana Pasqualini
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Morte

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 08017.003184/2011-53
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: OS DESCENDENTES DA 3ª DINASTIA (Brasil - 2002)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Natalia Coutinho/Luciano Colucci/Ana Carolina Grant
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Paródia Sobrenatural
Processo: 08017.003185/2011-06
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: VALORES DA BOLSA (Brasil - 2002)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Raphael Patapovas/Renato Nery de Souza/Alessandra Rachel A. Palaia
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Cotidiano
Processo: 08017.003186/2011-42
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: O PARAÍSO NÃO É AQUI! (Brasil - 2003)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): José Lusimar/Lucenilda dos Santos de Santana/Maria Borges dos Santos
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Documentário
Processo: 08017.003195/2011-33
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: GESTANDO (Brasil - 2003)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Fernanda Mendes/Fausto Felix/Marcia B. dos Santos/Eliane Borges
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Tema: Gravidez
Processo: 08017.003196/2011-88
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: CAI NA REAL (Brasil - 2003)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Adriano Marvilla/Antoniel Nere/Cleide Almeida/Diana Azeredo
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário/Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Cotidiano
Processo: 08017.003198/2011-77
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: CARA E COROA (Brasil - 2003)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Marcelo Geremias/Rodrigo Félix/Vinicius Van Haagen/Cibele Appes
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência e Drogas Ilícitas
Tema: Cotidiano
Processo: 08017.003201/2011-52
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

COORDENAÇÃO DE ENTIDADES SOCIAIS DIVISÃO DE QUALIFICAÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS

DESPACHO DA CHEFE

Em 17 de agosto de 2011

Processo: 08001.002434/2010-26.

Assunto: Representação Administrativa manejada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso em face do Instituto de Desenvolvimento Humano e Ação Social - IDHEAS - CNPJ: 08.720.141/0001-90.

Considerando que se frustraram, em função de mudança de endereço, as tentativas ordinárias de intimação da OSCIP, para dar ciência à entidade e assegurar a ampla defesa e o contraditório acerca da Representação Administrativa que tramita em seu desfavor no Ministério da Justiça;

Considerando o disposto no parágrafo 4º do art. 26 da Lei nº 9.784/99, intimo a entidade Instituto de Desenvolvimento Humano e Ação Social - IDHEAS - CNPJ: 08.720.141/0001-90, via Diário Oficial, para que tome ciência do DESPACHO nº 75/2011/DIVOT/COESO/DEJUS/SNJ-MJ, que determina o encerramento da instrução processual e que concede prazo de 10 dias para apresentação das alegações finais, antes da decisão final, nos termos dos artigos 44 da Lei nº 9.784/99.

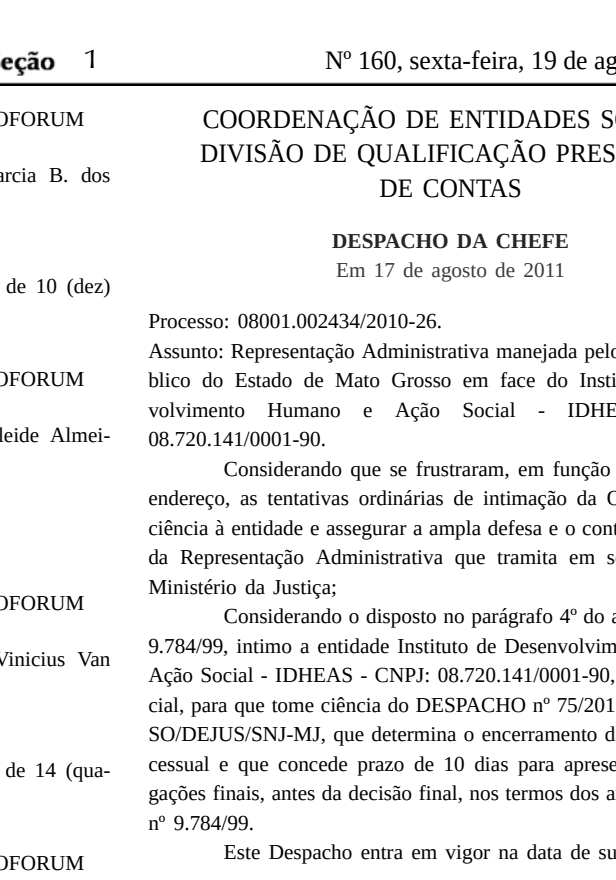
Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

PAULA MOREIRA JACOBSON

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.967, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - (UPA) 24 horas no Município de Cascavel (PR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria nº 1.020/GM/MS, de 13 de maio de 2009, que estabelece diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes locorregionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.601/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 3.767/GM/MS de 1º de dezembro de 2010, que informa os Municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - (PAC2) a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - (UPA 24h) referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PR), conforme a Resolução nº 37, de 13 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 76208.867000/1100-53 cadastrada no Sistema de Pagamentos - (SISPAG) do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Cascavel (PR), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no respectivo porte na localidade relacionada no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência, regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria nº 1.020/GM/MS, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Cascavel (PR).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, conforme o Programa de Trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Cascavel	I	01

PORTARIA Nº 1.968, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Cascavel (PR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria nº 204/ GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria nº 1.020/GM/MS, de 13 de maio de 2009 que estabelece diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes locorregionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.601/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 3.767/GM/MS, de 1º de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PR), conforme a Resolução nº 37, de 13 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 76208.867000/1100-54 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Cascavel (PR), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no respectivo porte na localidade constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria nº 1.020/GM/MS, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Cascavel (PR).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, conforme Programa de Trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Cascavel	I	01

PORTARIA Nº 1.969, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas no Município de Araçatuba (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria nº 1.020/GM/MS, de 13 de maio de 2009 que estabelece diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.601/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 3.767/GM/MS de 1º de dezembro de 2010, que informa os Municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SP), conforme Resolução nº 07/2011, de 23 de fevereiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 45511.847000/1090-37 cadastrada no Sistema de Pagamentos (SISPAG) do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Araçatuba (SP), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade relacionada no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência, regular e automática, do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria nº 1.020/GM/MS, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Araçatuba (SP).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Araçatuba	I	01

PORTARIA Nº 1.971, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Homologa os Termos de Compromisso de Gestão - TCG, e publica os Termos de Limites Financeiros Globais - TLFG de um Município do Estado de Alagoas, quatro Municípios do Estado da Bahia, treze municípios do Estado da Paraíba, oito Municípios do Estado de Pernambuco, quatro Municípios do Estado do Piauí, um Município de São Paulo e de três Municípios do Estado do Tocantins, homologados pela Comissão Intergestores Tripartite.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o preconizado nas Portarias nºs '399/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2006, 699/GM/MS, de 30 de março de 2006, 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, e nº 372/GM/MS, de 16 de fevereiro de 2007;

Considerando a Resolução CIB - AL nº 38, de 13 de junho de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Alagoas;

Considerando as Resoluções CIB - BA nº 75, de 2 de junho de 2011, e 123, de 30 de junho de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado da Bahia;

Considerando as Resoluções CIB - PB nºs 28, de 5 de abril de 2011, 41, de 2 de maio de 2011, 49 de 7 de junho de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado da Paraíba;

Considerando a Resolução CIB - PE nº 1663, de 4 de julho de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Pernambuco;

Considerando as Resoluções CIB - PI nºs 34, de 6 de maio de 2011, e 41 e 42, de 3 de junho de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Piauí;

Considerando as Resoluções CIB - SP nº 28, de 26 de julho de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo;

Considerando as Resoluções CIB - TO nºs 37 e 38, de 20 de abril de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins; e

Considerando as decisões da Comissão Intergestores Tripartite, na reunião realizada em 28 de julho de 2011 resolve:

Art. 1º Homologar os Termos de Compromisso de Gestão de um Município do Estado de Alagoas, quatro Municípios do Estado da Bahia, treze Municípios do Estado da Paraíba, oito Municípios do Estado de Pernambuco, quatro Municípios do Estado do Piauí e de três Municípios do Estado do Tocantins, homologados pela Comissão Intergestores Tripartite.

Art. 2º Publicar, constantes dos Anexos, os Termos de Limites Financeiros Globais do Estado e dos Municípios referido no art. 1º desta Portaria.

§ 1º O Fundo Nacional de Saúde manterá as transferências regulares dos valores mensais aos respectivos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, conforme autorizações das áreas técnicas do Ministério da Saúde e Portarias pertinentes.

§ 2º Os valores declarados nos Termos de Limites Financeiros Globais Anexos, poderão ser alterados em conformidade com as normas das áreas técnicas do Ministério da Saúde e pactuações das comissões intergestores.

§ 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar os seguintes Programas de Trabalho:

I - 10.301.1214.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família;

II - 10.301.1214.8577 - Piso de Atenção Básica Fixo;

III - 10.301.1312.6188 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde do Trabalhador;

IV - 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade;

V - 10.302.1220.8934 - Atenção Especializada em Saúde Bucal;

VI - 10.302.1444.20AC - Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis;

VII - 10.303.1293.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde;

VIII - 10.303.1293.4368 - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos;

IX - 10.303.1293.4705 - Apoio para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais;

X - 10.304.1289.20AB - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária;

XI - 10.304.1289.8719.0001 - Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços, Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos - Nacional; e

XII - 10.305.1444.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios certificados para Vigilância em Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 01 MUNICÍPIO DO ESTADO DE ALAGOAS

(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	População Própria	População Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Recurso Transferido ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estratégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
270210	Colonia Leopoldina	FED	363.258,00	1.609.866,60	1.596.086,79	23.462,70	7.756,46	1.627.305,95	0,00	0,00	0,00	1.627.305,95	102.923,16	0,00	0,00	0,00	61.595,88	11.462,82	0,00	3.776.412,41
		EST	108.000,00	0,00	0,00	0,00	136.390,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135.075,00
		MUN	1.972.204,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.972.204,73
	Colonia Leopoldina Total		2.443.462,73	1.609.866,60	1.596.086,79	23.462,70	144.146,87	1.627.305,95	0,00	0,00	0,00	1.627.305,95	129.998,16	0,00	0,00	0,00	61.595,88	11.462,82	0,00	5.883.692,14
Total Geral			2.443.462,73	1.609.866,60	1.596.086,79	23.462,70	144.146,87	1.627.305,95	0,00	0,00	0,00	1.627.305,95	129.998,16	0,00	0,00	0,00	61.595,88	11.462,82	0,00	5.883.692,14

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO	FEDERAL	3.776.412,41	ESTADUAL	135.075,00	MUNICIPAL	1.972.204,73	TOTAL	5.883.692,14

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: Janeiro de 2011 para o Bloco MAC Assistência (PPI em vigor) e maio de 2011 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em 13/07/2011).

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: 08/2010 para incentivos e comp. Fixo e 12/2010 Comp. Básico da Ass. Farmacêutica.

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: 12/2010 conforme informações SIOPS. Aplicado 15,06% de recursos próprios.

Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.

Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.

O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO II

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 04 MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA

(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	População Própria	População Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Recurso Transferido ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estra-tégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
290730	Castro Alves	FED	449.604,00	1.759.494,00	781.279,56	166.119,16	556.172,37	1.503.571,09	1.503.571,09	0,00	0,00	0,00	127.387,80	0,00	0,00	0,00	83.426,52	9.067,02	0,00	2.428.979,34
		EST	-	144.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	202.948,08
		MUN	522.212,68	1.305.531,70	209.000,00	-	-	-	-	-	-	-	287.216,97	-	12.334,00	-	156.663,80	130.553,17	-	2.623.512,32
	Castro Alves Total		971.816,68	3.233.625,70	1.060.303,99	166.119,16	556.172,37	1.503.571,09	1.503.571,09	0,00	0,00	70.024,43	414.604,77	0,00	12.334,00	0,00	240.090,32	139.620,19	0,00	5.255.439,74
292260	Nilo Peçanha	FED	238.932,00	971.742,00	26.251,39	0,00	38.398,79	64.650,18	64.650,18	0,00	0,00	0,00	67.697,40	67.697,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210.674,00
		EST	90.000,00		-	-	-	-	-	-	-	-	29.570,80				-	-	-	119.570,80
		MUN	1.179.780,00		-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00				101.244,00		0,00	1.281.024,00
	Nilo Peçanha Total		1.426.212,00	971.742,00	26.251,39	0,00	38.398,79	64.650,18	64.650,18	0,00	0,00	0,00	97.268,20	67.697,40	0,00	0,00	101.244,00	0,00	0,00	2.611.268,80
292760	Santa Brígida	FED	313.023,96	865.824,00	17.170,13	1.275,12	49.784,63	68.229,88	68.229,88	0,00	0,00	0,00	79.825,20	79.825,20	0,00	0,00	52.277,67	7.200,00	0,00	1.238.325,63
		EST	72.000,00		-	-	-	-	-	-	-	-	36.938,72				-	-	-	108.938,72
		MUN	152.563,60		-	-	-	-	-	-	-	-	36.938,72				232.207,31		-	421.709,63
	Santa Brígida Total		537.587,56	865.824,00	17.170,13	1.275,12	49.784,63	68.229,88	68.229,88	0,00	0,00	0,00	153.702,64	79.825,20	0,00	0,00	284.484,98	7.200,00	0,00	1.768.973,98
293120	Taperoá	FED	348.984,00	925.057,92	327.227,39	503,72	262.821,14	590.552,25	590.552,25	0,00	0,00	0,00	98.878,80	98.878,80	0,00	0,00	64.755,93	7.200,00	0,00	1.345.997,85
		EST	72.000,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.755,68				0,00	0,00	0,00	117.755,68
		MUN	29.899,35	490.719,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.755,68				17.505,00	5.900,00	0,00	589.779,22
	Taperoá Total		450.883,35	1.415.777,11	327.227,39	503,72	262.821,14	590.552,25	590.552,25	0,00	0,00	0,00	190.390,16	98.878,80	0,00	0,00	82.260,93	13.100,00	0,00	2.053.532,75
Total Geral			971.816,68	3.233.625,70	1.060.303,99	166.119,16	556.172,37	1.503.571,09	1.503.571,09	0,00	0,00	70.024,43	414.604,77	0,00	12.334,00	0,00	240.090,32	139.620,19	0,00	11.689.215,27

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO	FEDERAL	6.223.976,82	ESTADUAL	502.389,63	MUNICIPAL	4.916.025,17	TOTAL	11.689.215,27

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: abril de 2011 para o Bloco MAC Assistência e maio de 2011 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do NS em 13/07/2011).

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: abril de 2011 para Atenção básica e ano 2011 para os demais. Bloco Assitencia Farmaceutica: considera o recurso para insumos.

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: ano de 2010 como referência. Bloco Assitencia Farmaceutica: considera o recurso para insumos.

Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.

Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.

O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO III

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 13 MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA.

(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	População Própria	População Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Recurso Transferido ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estra-tégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
250040	Alagoa Nova	FED	356.382,00	1.893.914,28	474.178,74	880,00	0,19	475.058,93	475.058,93	0,00	0,00	0,00	100.974,96	0,00	0,00	0,00	45.113,01	7.200,00	0,00	2.403.584,25
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.791,10
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.815.908,73
	Alagoa Nova Total		356.382,00	1.893.914,28	474.178,74	880,00	0,19	475.058,93	475.058,93	0,00	0,00	0,00	100.974,96	0,00	0,00	0,00	45.113,01	7.200,00	0,00	5.273.284,08

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

250370	Cajazeiras	FED	1.041.750,00	3.148.290,00	3.823.874,65	3.742.040,13	1.490.672,24	9.056.587,02	191.586,85	0,00	0,00	6.816.462,68	295.162,56	0,00	0,00	0,00	177.635,91	21.008,64	0,00	11.500.309,79
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.058.440,20
	Cajazeiras Total		1.041.750,00	3.148.290,00	3.823.874,65	3.742.040,13	1.490.672,24	9.056.587,02	191.586,85	0,00	0,00	6.816.462,68	295.162,56	0,00	0,00	0,00	177.635,91	21.008,64	0,00	15.558.749,99
250415	Casserengue	FED	125.730,00	637.498,80	22.744,97	0,00	0,37	22.745,34	22.745,34	0,00	0,00	0,00	35.623,56	0,00	0,00	0,00	16.957,59	7.200,00	0,00	823.009,95
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.771,08
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.910,99
	Casserengue Total		125.730,00	637.498,80	22.744,97	0,00	0,37	22.745,34	22.745,34	0,00	0,00	0,00	35.623,56	0,00	0,00	0,00	16.957,59	7.200,00	0,00	879.692,02
250500	Cubati	FED	117.828,00	636.201,84	106.268,04	0,00	69.398,87	175.666,91	175.666,91	0,00	0,00	0,00	33.384,60	0,00	0,00	0,00	15.176,49	7.200,00	0,00	809.790,93
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	996.793,88
	Cubati Total		117.828,00	636.201,84	106.268,04	0,00	69.398,87	175.666,91	175.666,91	0,00	0,00	0,00	33.384,60	0,00	0,00	0,00	15.176,49	7.200,00	0,00	1.806.584,81
250680	Ingá	FED	338.112,00	1.498.523,16	606.741,99	272.060,46	458.878,51	1.337.680,96	1.337.680,96	0,00	0,00	0,00	95.798,40	0,00	0,00	0,00	42.770,34	7.200,00	0,00	1.982.403,90
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.899,20
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.695.932,96
	Ingá Total		338.112,00	1.498.523,16	606.741,99	272.060,46	458.878,51	1.337.680,96	1.337.680,96	0,00	0,00	0,00	95.798,40	0,00	0,00	0,00	42.770,34	7.200,00	0,00	5.726.236,06
250700	Itapororoca	FED	298.314,00	1.079.400,48	977.290,41	1.002.931,00	581.451,29	2.561.672,70	90.445,90	0,00	0,00	2.471.226,80	84.522,36	0,00	0,00	0,00	37.567,44	7.200,00	0,00	3.978.231,08
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75.890,35
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Itapororoca Total		298.314,00	1.079.400,48	977.290,41	1.002.931,00	581.451,29	2.561.672,70	90.445,90	0,00	0,00	2.471.226,80	84.522,36	0,00	0,00	0,00	37.567,44	7.200,00	0,00	4.054.121,43
250980	Mulungu	FED	173.322,00	845.139,60	42.587,30	0,00	79.200,73	121.788,03	42.588,03	0,00	0,00	79.200,00	49.107,96	0,00	0,00	0,00	21.931,32	7.200,00	0,00	1.175.900,88
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.893,70
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.139.799,27
	Mulungu Total		173.322,00	845.139,60	42.587,30	0,00	79.200,73	121.788,03	42.588,03	0,00	0,00	79.200,00	49.107,96	0,00	0,00	0,00	21.931,32	7.200,00	0,00	2.317.593,85
251000	Nazarezinho	FED	130.464,00	646.537,80	1.234,27	0,00	0,54	1.234,81	1.234,81	0,00	0,00	0,00	36.964,80	0,00	0,00	0,00	17.014,08	7.200,00	0,00	838.180,68
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	770.236,79
	Nazarezinho Total		130.464,00	646.537,80	1.234,27	0,00	0,54	1.234,81	1.234,81	0,00	0,00	0,00	36.964,80	0,00	0,00	0,00	17.014,08	7.200,00	0,00	1.608.417,47
251330	Santa Helena	FED	111.564,00	617.232,24	63.038,66	0,00	0,83	63.039,49	63.039,49	0,00	0,00	0,00	31.609,80	0,00	0,00	0,00	14.518,47	7.200,00	0,00	782.124,51
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.659,33
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	252.701,07
	Santa Helena Total		111.564,00	617.232,24	63.038,66	0,00	0,83	63.039,49	63.039,49	0,00	0,00	0,00	31.609,80	0,00	0,00	0,00	14.518,47	7.200,00	0,00	1.048.484,91
251380	Santa Terezinha	FED	86.004,00	435.732,12	727,63	0,00	0,55	728,18	728,18	0,00	0,00	0,00	24.367,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	546.103,92
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.546,83
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	894.565,51
	Santa Terezinha Total		86.004,00	435.732,12	727,63	0,00	0,55	728,18	728,18	0,00	0,00	0,00	24.367,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.451.216,26
251480	São José dos Cordeiros	FED	73.422,00	379.758,60	1.971,47	0,00	0,40	1.971,87	1.971,87	0,00	0,00	0,00	20.802,96	0,00	0,00	0,00	9.361,53	7.200,00	0,00	490.545,09
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.401,50
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	521.193,00
	São José dos Cordeiros Total		73.422,00	379.758,60	1.971,47	0,00	0,40	1.971,87	1.971,87	0,00	0,00	0,00	20.802,96	0,00	0,00	0,00	9.361,53	7.200,00	0,00	1.022.139,59
251530	Sapé	FED	858.276,00	3.392.712,00	1.666.152,69	427.708,92	971.334,92	3.065.196,53	0,00	0,00	0,00	3.065.196,53	243.178,20	0,00	0,00	0,00	110.780,88	17.308,56	0,00	7.687.452,17
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75.000,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.283.143,97
	Sapé Total		858.276,00	3.392.712,00	1.666.152,69	427.708,92	971.334,92	3.065.196,53	0,00	0,00	0,00	3.065.196,53	243.178,20	0,00	0,00	0,00	110.780,88	17.308,56	0,00	11.045.596,14
251720	Vieirópolis	FED	88.344,00	435.923,52	4.498,60	0,00	1,56	4.500,16	4.500,16	0,00	0,00	0,00	25.030,80	0,00	0,00	0,00	11.198,10	7.200,00	0,00	567.696,42
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.134,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	908.278,01
	Vieirópolis Total		88.344,00	435.923,52	4.498,60	0,00	1,56	4.500,16	4.500,16	0,00	0,00	0,00	25.030,80	0,00	0,00	0,00	11.198,10	7.200,00	0,00	1.483.108,43
Total Geral			3.799.512,00	15.646.864,44	7.791.309,42	5.445.620,51	3.650.941,00	16.887.870,93	2.407.247,43	0,00	0,00	12.432.086,01	1.076.528,76	0,00	0,00	0,00	520.025,16	110.317,20	0,00	53.275.225,04

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO	FEDERAL	33.585.333,57	ESTADUAL	312.987,09	MUNICIPAL	19.376.904,38	TOTAL	53.275.225,04

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: Julho de 2011 para o Bloco MAC Assistência (PPI em vigor) e maio de 2011 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em 13/07/2011).

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: Jan/ Dez - 2009 (Cajazeiras, Casserengue, Cubati, Itapororoca, Nazarezinho, Santa Helena, Vieirópolis) Jan/ Dez - 2010 (Alagoa Nova, Ingá, Mulungu, Santa Terezinha, São José dos Cordeiros, Sapé)

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: Jan/ Dez - 2009 (Cajazeiras, Casserengue, Cubati, Itapororoca, Nazarezinho, Santa Helena, Vieirópolis) Jan/ Dez - 2010 (Alagoa Nova, Ingá, Mulungu, Santa Terezinha, São José dos Cordeiros, Sapé)

Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.

Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.

O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO IV

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 08 MUNICÍPIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	População Própria	População Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Recurso Transferido ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estratégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
260050	Águas Belas	FED	714.096,00	1.537.531,44	447.933,74	69.781,08	388.141,37	905.856,19	905.856,19	0,00	0,00	0,00	202.327,20	0,00	0,00	0,00	90.452,16	14.400,93	0,00	2.558.807,73
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.413,02	20.003,50	-	-	-	-	-	94.416,52
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.984.688,50
	Águas Belas Total		714.096,00	1.537.531,44	447.933,74	69.781,08	388.141,37	905.856,19	905.856,19	0,00	0,00	0,00	276.740,22	20.003,50	0,00	0,00	90.452,16	14.400,93	0,00	6.637.912,75
260340	Calumbi	FED	143.586,00	520.237,44	107.956,60	0,00	4.668,42	112.625,02	112.625,02	0,00	0,00	0,00	40.682,76	0,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	711.706,20
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.104,00	-	-	-	-	-	-	13.104,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.506.731,13
	Calumbi Total		143.586,00	520.237,44	107.956,60	0,00	4.668,42	112.625,02	112.625,02	0,00	0,00	0,00	53.786,76	0,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	2.231.541,33

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

260470	Correntes	FED	300.348,00	1.136.562,00	425.710,84	0,00	68.799,05	494.509,89	494.509,89	0,00	0,00	0,00	85.098,60	0,00	0,00	0,00	40.589,01	7.200,00	0,00	1.569.797,61
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.035,96	-	-	-	-	-	-	31.035,96
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.967.005,49
	Correntes Total		300.348,00	1.136.562,00	425.710,84	0,00	68.799,05	494.509,89	494.509,89	0,00	0,00	0,00	116.134,56	0,00	0,00	0,00	40.589,01	7.200,00	0,00	4.567.839,06
260720	Ipojuca	FED	1.359.216,00	2.061.954,00	1.230.786,41	0,00	761.476,51	1.992.262,92	1.406.662,92	0,00	0,00	585.600,00	385.111,20	0,00	0,00	0,00	282.192,54	27.410,85	0,00	4.701.484,59
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.014.697,30	-	-	-	-	-	-	1.014.697,30
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.270.816,71
	Ipojuca Total		1.359.216,00	2.061.954,00	1.230.786,41	0,00	761.476,51	1.992.262,92	1.406.662,92	0,00	0,00	585.600,00	1.399.808,50	0,00	0,00	0,00	282.192,54	27.410,85	0,00	28.986.998,60
260750	Itaíba	FED	497.358,00	2.090.058,00	284.948,88	17.762,40	64.441,04	367.152,32	367.152,32	0,00	0,00	0,00	140.918,16	0,00	0,00	0,00	62.998,68	10.030,05	0,00	2.801.362,89
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.393,66	-	-	-	-	-	-	51.393,66
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.950.000,00
	Itaíba Total		497.358,00	2.090.058,00	284.948,88	17.762,40	64.441,04	367.152,32	367.152,32	0,00	0,00	0,00	192.311,82	0,00	0,00	0,00	62.998,68	10.030,05	0,00	5.802.756,55
261070	Paulista	FED	5.748.714,00	10.048.992,00	7.386.327,04	2.503.728,46	30.588.581,16	40.478.636,66	22.853.525,88	0,00	0,00	14.060.315,30	1.628.802,36	0,00	0,00	0,00	1.660.788,00	181.403,88	0,00	33.329.015,54
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	468.133,68	-	-	-	-	-	-	468.133,68
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.380.924,10
	Paulista Total		5.748.714,00	10.048.992,00	7.386.327,04	2.503.728,46	30.588.581,16	40.478.636,66	22.853.525,88	0,00	0,00	14.060.315,30	2.096.936,04	0,00	0,00	0,00	1.660.788,00	181.403,88	0,00	54.178.073,32
261270	Santa Maria do Cambucá	FED	232.956,00	898.021,44	136.644,80	0,00	6.170,70	142.815,50	142.815,50	0,00	0,00	0,00	66.004,20	0,00	0,00	0,00	29.507,76	7.200,00	0,00	1.233.689,40
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.079,56	-	-	-	-	-	-	24.079,56
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.179.747,07
	Santa Maria do Cambucá Total		232.956,00	898.021,44	136.644,80	0,00	6.170,70	142.815,50	142.815,50	0,00	0,00	0,00	90.083,76	0,00	0,00	0,00	29.507,76	7.200,00	0,00	2.437.516,03
261350	São José do Belmonte	FED	614.124,00	1.269.114,00	862.282,31	0,00	500.761,76	1.363.044,07	1.363.044,07	0,00	0,00	0,00	174.001,80	0,00	0,00	0,00	77.789,04	12.384,84	0,00	2.147.413,68
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.518,58	-	-	-	-	-	-	80.518,58
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.316.485,30
	São José do Belmonte Total		614.124,00	1.269.114,00	862.282,31	0,00	500.761,76	1.363.044,07	1.363.044,07	0,00	0,00	0,00	254.520,38	0,00	0,00	0,00	77.789,04	12.384,84	0,00	4.544.417,56
Total Geral			7.605.288,00	14.201.004,00	8.902.062,33	2.521.490,86	31.414.498,71	42.838.051,90	24.627.341,12	0,00	0,00	14.645.915,30	3.689.056,36	0,00	0,00	0,00	2.005.979,22	218.844,78	0,00	109.387.055,20

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO		FEDERAL	49.053.277,64	ESTADUAL	1.777.379,26	MUNICIPAL	58.556.398,30	TOTAL	109.387.055,20

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: julho de 2011 para o Bloco MAC Assistência e maio de 2011 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em 13/07/2011).

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: Março/2011

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: Dezembro/2010: Ipojuca, São José do Belmonte; Fevereiro/2011: Santa Maria do Cambucá; Março/21011:Águas Belas, Calumbi, Paulista; Maio/2011: Correntes; Junho/2011: Itaíba

Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.

Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.

O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO V

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 04 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ.

(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	População Própria	População Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Recurso Transferido ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estratégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
220410	Francisco Ayres	FED	92.646,00	413.784,00	24.787,85	0,00	77.624,57	102.412,42	102.412,42	0,00	0,00	0,00	26.249,76	0,00	0,00	0,00	16.613,01	8.255,13	0,00	557.547,90
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.702,00	-	-	-	-	-	-	9.702,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	716.419,11
	Francisco Ayres Total		92.646,00	413.784,00	24.787,85	0,00	77.624,57	102.412,42	102.412,42	0,00	0,00	0,00	35.951,76	0,00	0,00	0,00	16.613,01	8.255,13	0,00	1.283.669,01
220470	Inhuma	FED	278.820,00	1.382.429,76	178.985,65	0,00	164.663,04	343.648,69	343.648,69	0,00	0,00	0,00	78.999,00	0,00	0,00	0,00	47.646,99	10.375,44	0,00	1.798.271,19
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.238,40	-	-	-	-	-	-	28.238,40
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.409.238,46
	Inhuma Total		278.820,00	1.382.429,76	178.985,65	0,00	164.663,04	343.648,69	343.648,69	0,00	0,00	0,00	107.237,40	0,00	0,00	0,00	47.646,99	10.375,44	0,00	3.235.748,05
220552	Júlio Borges	FED	97.992,00	467.655,88	3.324,79	0,00	0,03	3.324,82	3.324,82	0,00	0,00	0,00	27.764,40	0,00	0,00	0,00	16.809,00	8.316,03	0,00	618.537,31
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.775,80	-	-	-	-	-	-	9.775,80
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	852.675,36
	Júlio Borges Total		97.992,00	467.655,88	3.324,79	0,00	0,03	3.324,82	3.324,82	0,00	0,00	0,00	37.540,20	0,00	0,00	0,00	16.809,00	8.316,03	0,00	1.480.988,47

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

221135	Várzea Branca	FED	96.084,00	441.630,00	2.000,58	157,24	0,41	2.158,23	2.158,23	0,00	0,00	0,00	27.223,80	0,00	0,00	0,00	18.126,00	8.294,31	0,00	591.358,11
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.722,60	-	-	-	-	-	-	10.722,60
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	609.460,94
	Várzea Branca Total		96.084,00	441.630,00	2.000,58	157,24	0,41	2.158,23	2.158,23	0,00	0,00	0,00	37.946,40	0,00	0,00	0,00	18.126,00	8.294,31	0,00	1.211.541,65
Total Geral			565.542,00	2.705.499,64	209.098,87	157,24	242.288,05	451.544,16	451.544,16	0,00	0,00	0,00	218.675,76	0,00	0,00	0,00	99.195,00	35.240,91	0,00	7.211.947,18

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO	FEDERAL	3.565.714,51	ESTADUAL	58.438,80	MUNICIPAL	3.587.793,87	TOTAL	7.211.947,18

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: maio de 2011 para o bloco MAC assistência (PPI em vigor) e maio de 2011 para os demais Blocos de Financiamento (Dados obtidos no site do FNS em 14/07/2011).

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: Agosto de 2009 para o recurso estadual no componente Assistência Farmacêutica para todos os Municípios.

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: Dezembro de 2010 para todos os Municípios. Total de recursos próprios dos municípios aplicados em saúde em todos os componentes.

Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.

Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.

O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO VI

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 01 MUNICÍPIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	População Própria	População Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Recurso Transferido ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estratégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
355030	São Paulo	FED	198.676.674,00	150.297.738,00	1.114.381.118,09	247.700.629,07	534.507.725,80	1.896.589.472,96	1.264.845.440,80	0,00	0,00	631.744.032,16	56.291.724,36	0,00	0,00	0,00	41.640.013,77	0,00	60.000,00	1.078.710.182,29
		EST	97.194.976,90	28.615.254,65	1.324.595.906,65					-	-	1.324.595.906,65	145.853.187,02				2.588.286,31		85.505.068,16	1.684.352.679,69
		MUN	1.186.115.143,00		569.821.235,00					-	-	569.821.235,00	134.003.706,00				35.917.500,00		1.933.998.733,00	3.859.856.317,00

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO	FEDERAL	1.078.710.182,29	ESTADUAL	1.684.352.679,69	MUNICIPAL	3.859.856.317,00	TOTAL	6.622.919.178,98

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: junho de 2011 para o Bloco MAC Assistência , e janeiro de 2011 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em 19/04/2011).

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: ano 2007.

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: ano 2010.

Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.

Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.

O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO VII

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 03 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS.

(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	População Própria	População Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Recurso Transferido ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estratégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
170730	Dueré	FED	83.124,00	432.348,00	45.844,26	0,00	133.421,73	179.265,99	179.265,99	0,00	0,00	0,00	23.551,80	0,00	0,00	0,00	29.651,55	0,00	0,00	568.675,35
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.822,08	-	-	-	-	-	39.913,92	51.736,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	707.167,28
	Dueré Total		83.124,00	432.348,00	45.844,26	0,00	133.421,73	179.265,99	179.265,99	0,00	0,00	0,00	35.373,88	0,00	0,00	0,00	29.651,55	0,00	39.913,92	1.327.578,63
170820	Formoso do Araguaia	FED	358.032,00	1.639.674,00	692.241,45	434,46	154.839,30	847.515,21	0,00	0,00	0,00	847.515,21	95.466,96	0,00	0,00	0,00	106.023,54	0,00	0,00	3.046.711,71
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.920,64	-	-	-	-	-	465.071,52	512.992,16
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.167.172,40
	Formoso do Araguaia Total		358.032,00	1.639.674,00	692.241,45	434,46	154.839,30	847.515,21	0,00	0,00	0,00	847.515,21	143.387,60	0,00	0,00	0,00	106.023,54	0,00	465.071,52	5.726.876,27
171500	Nova Rosalândia	FED	71.208,00	253.302,00	12.863,50	0,00	289,31	13.152,81	13.152,81	0,00	0,00	0,00	20.175,60	0,00	0,00	0,00	13.258,08	0,00	0,00	357.943,68
		EST	-	125.969,05	-	-	-	-	-	-	-	-	10.124,36	-	-	-	-	-	313.477,56	449.570,97
		MUN	49.325,00	1.032.424,10	-	-	-	-	-	-	-	-	36.987,50	-	2.151,00	-	7.165,32	-	-	1.128.052,92
	Nova Rosalândia Total		120.533,00	1.411.695,15	12.863,50	0,00	289,31	13.152,81	13.152,81	0,00	0,00	0,00	67.287,46	0,00	2.151,00	0,00	20.423,40	0,00	313.477,56	1.935.567,57
Total Geral			83.124,00	432.348,00	45.844,26	0,00	133.421,73	179.265,99	179.265,99	0,00	0,00	0,00	35.373,88	0,00	0,00	0,00	29.651,55	0,00	39.913,92	8.990.022,47

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO	FEDERAL	3.973.330,74	ESTADUAL	1.014.299,13	MUNICIPAL	4.002.392,60	TOTAL	8.990.022,47

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: Maio de 2011 para o Bloco MAC Assistência (PPI em vigor) e Janeiro de 2011 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em 14/06/2011).

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: bloco de gestão: com recursos humanos cedidos para atenção básica dos municípios. Dueré: dezembro/2010; Formoso do Araguaia: setembro/2010 e Nova Rosalândia: fevereiro/2011

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: Dueré: dezembro/2010; Formoso do Araguaia: dezembro/2009 e Nova Rosalânida dezembro/2010.

Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.

Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.

O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

PORTARIA Nº 1.973, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Itapecuru Mirim (MA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006, em especial o subitem 5, do Capítulo III;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB) para a Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Suspender, a partir da competência financeira julho de 2011, a transferência de incentivo financeiro referente às equipes de Estratégia Saúde da Família do Município de Itapecuru Mirim (MA).

Parágrafo único. Tal suspensão deve-se às irregularidades constantes no Relatório de Fiscalização nº 10790 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, especialmente no que tange ao descumprimento da jornada de trabalho de 40 horas semanais dos profissionais vinculados às equipes de Saúde da Família.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada, dar-se-á a 18 (dezoito) equipes de saúde da família, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.974, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Campestre (AL).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006, em especial o subitem 5, do Capítulo III;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB) para a Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Suspender, a partir da competência financeira julho de 2011, a transferência de incentivo financeiro referente às equipes de Estratégia Saúde da Família do Município de Campestre (AL).

Parágrafo único. Tal suspensão deve-se a irregularidades/impropriedades detectadas por meio do Relatório de Fiscalização nº 01488, relativo ao 30º Sorteio Público de Fiscalização, da Controladoria-Geral da União, devidamente comprovadas, especialmente no que tange ao descumprimento da jornada de trabalho de 40 horas semanais pelos profissionais das equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á a 2 (duas) equipes de Saúde da Família e 2 (duas) equipes de Saúde Bucal, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.975, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Acari (RN).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006, em especial o subitem 5, do Capítulo III;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB) para a Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Suspender, a partir da competência financeira julho de 2011, a transferência de incentivo financeiro referente às equipes de Estratégia Saúde da Família do Município de Acari (RN).

Parágrafo único. Tal suspensão deve-se a irregularidades constantes no Relatório de Fiscalização nº 10715, do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, especialmente no que tange ao descumprimento da jornada de trabalho de 40 horas semanais dos profissionais médicos vinculados as equipes de Saúde da Família.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á a 5 (cinco) equipes de saúde da família, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.976, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, nos Municípios de Pires Ferreira e Morrinhos (CE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006, em especial o subitem 5, do Capítulo III;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Suspender, a partir da competência financeira julho de 2011, a transferência de incentivo financeiro referente às equipes de Estratégia Saúde da Família dos Municípios de Pires Ferreira e Morrinhos, no Estado do Ceará.

Parágrafo único. Tal suspensão deve-se a irregularidades/impropriedades detectadas em supervisão técnica realizada pela Secretaria de Estado da Saúde Pública do Ceará, especialmente no que tange ao descumprimento da jornada de trabalho de 40 horas semanais pelos profissionais das equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á a 1 (uma) equipe de Saúde da Família e 1 (uma) equipe de Saúde Bucal relativo ao Município de Pires Ferreira (CE) e 5 (cinco) equipes de Saúde da Família, relativo ao Município de Morrinhos (CE), e perdurarão até a adequação das irregularidades por parte dos referidos Municípios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.986, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Saúde da Família, equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde nos Municípios com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006;

Considerando o disposto na Portaria nº 750/SAS/MS, de 10 de outubro de 2006, que define o SCNES como base cadastral para o Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB);

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais da Saúde da Família identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), resolve:

Art. 1º Suspender a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Saúde da Família, de equipes Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde, da competência financeira julho de 2011, dos Municípios que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES, relacionados no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	CÓDIGO	MUNICÍPIO	ESF Irregulares	ESB1 Irregulares	ESB2 Irregulares	ACS Irregulares
AC	1200385	Plácido de Castro	1	0	1	10
AL	2700300	Arapiraca	1	1	0	5
AL	2700409	Atalaia	1	1	0	6
AL	2702603	Feira Grande	1	1	0	6
AM	1300508	Barreirinha	1	0	0	9
AM	1300839	Caapiranga	0	1	0	0
AM	1301209	Coari	1	1	0	7
AM	1302207	Juruá	1	1	0	9
AM	1302405	Lábrea	2	2	0	18
AM	1302504	Manacapuru	1	0	0	10
AP	1600303	Macapá	1	1	0	7
BA	2901700	Antônio Cardoso	1	1	0	9
BA	2902500	Baianópolis	0	1	0	0
BA	2902609	Baixa Grande	1	1	0	9
BA	2902708	Barra	0	0	0	3
BA	2904902	Cachoeira	1	1	0	6
BA	2905701	Camaçari	3	2	0	20
BA	2906873	Capim Grosso	1	1	0	4
BA	2909109	Coribe	1	0	0	8
BA	2909703	Cristópolis	0	1	0	0
BA	2910404	Encruzilhada	1	1	0	4
BA	2910800	Feira de Santana	1	1	0	8
BA	2911253	Gavião	0	1	0	0
BA	2911501	Gongogi	0	1	0	0
BA	2912301	Ibicuí	1	1	0	8
BA	2913200	Ibotirama	1	1	0	6
BA	2913705	Inhambupe	1	1	0	7
BA	2914406	Iraquara	0	1	0	0
BA	2914802	Itabuna	2	1	0	24
BA	2914901	Itacaré	0	1	0	0
BA	2915353	Itaguaçu da Bahia	0	1	0	0
BA	2915601	Itamaraju	0	1	0	0
BA	2917003	Itiúba	1	1	0	10
BA	2919207	Lauro de Freitas	1	1	0	8
BA	2919306	Lençóis	1	1	0	6
BA	2920809	Marcionílio Souza	0	1	0	0
BA	2921609	Morpará	1	1	0	12
BA	2921906	Mucugê	0	0	0	1
BA	2927101	Rodelas	1	0	0	6
BA	2927408	Salvador	1	3	0	6
BA	2929800	Saúde	0	1	0	0
BA	2929909	Seabra	1	1	0	14
BA	2930774	Sobradinho	1	0	0	5
BA	2931806	Tremedal	0	0	0	1
BA	2932903	Valença	0	1	0	0
BA	2933208	Vera Cruz	1	1	0	12
BA	2933455	Wanderley	2	1	0	15
CE	2300507	Alcântaras	0	1	0	0
CE	2302503	Brejo Santo	0	1	0	0
CE	2304285	Eusébio	0	1	0	0
CE	2304350	Forquilha	1	1	0	6
CE	2304400	Fortaleza	2	0	0	11
CE	2305233	Horizonte	1	1	0	5
CE	2307502	Lavras da Mangabeira	1	1	0	9
CE	2308401	Missão Velha	1	1	0	10
CE	2308906	Morrinhos	0	1	0	0
CE	2311603	Redenção	0	1	0	0
CE	2311959	Salitre	0	0	1	0
CE	2312304	São Benedito	1	1	0	6
CE	2313351	Tejuçuoca	1	0	0	7
CE	2314003	Várzea Alegre	1	1	0	8
ES	3201159	Brejetuba	1	1	0	9
ES	3204500	Santa Leopoldina	1	0	0	4
GO	5201504	Aporé	1	1	0	5
GO	5202502	Aruanã	1	1	0	4
GO	5210109	Ipameri	1	1	0	5
GO	5211800	Jaraguá	1	1	0	9
GO	5213103	Mineiros	1	1	0	8
GO	5213756	Montividiu	1	1	0	7
GO	5217708	Pontalina	1	0	0	10
GO	5219308	Santa Helena de Goiás	1	1	0	6
GO	5220108	São Luís de Montes Belos	1	1	0	7
GO	5221858	Valparaíso de Goiás	1	0	0	6
MA	2100055	Açailândia	1	1	0	10
MA	2100303	Aldeias Altas	1	0	0	2
MA	2100550	Amapá do Maranhão	1	1	0	7
MA	2100600	Amarante do Maranhão	1	0	0	9
MA	2101202	Bacabal	1	2	0	6
MA	2102002	Bom Jardim	0	1	0	0
MA	2102309	Buriti Bravo	1	0	0	9
MA	2103158	Centro do Guilherme	1	1	0	11
MA	2103901	Duque Bacelar	1	1	0	7
MA	2104073	Feira Nova do Maranhão	0	1	0	0
MA	2104651	Governador Newton Bello	1	1	0	12
MA	2105609	Joselândia	1	0	0	9
MA	2106508	Matinha	0	0	0	7
MA	2106706	Mirador	0	1	0	0
MA	2106755	Miranda do Norte	1	1	0	4
MA	2107258	Nova Colinas	1	1	0	5

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MA	2108454	Peritoró	1	1	0	8
MA	2109239	Presidente Médici	1	0	0	3
MA	2110906	São Francisco do Maranhão	1	1	0	8
MA	2111052	São João do Paraíso	1	0	0	8
MA	2111573	São Pedro dos Crentes	1	1	0	6
MA	2114007	Zé Doca	2	0	0	13
MG	3100500	Açucena	0	0	1	0
MG	3104007	Araxá	1	0	0	6
MG	3105103	Bambuí	1	1	0	8
MG	3105400	Barão de Cocais	0	0	0	1
MG	3105509	Barão de Monte Alto	1	1	0	5
MG	3106200	Belo Horizonte	2	0	0	6
MG	3106705	Betim	0	1	0	9
MG	3107901	Bom Repouso	2	2	0	13
MG	3108206	Bonfinópolis de Minas	1	1	0	10
MG	3108552	Brasilândia de Minas	1	0	0	9
MG	3111309	Campo do Meio	1	1	0	2
MG	3118205	Conquista	1	1	0	8
MG	3121100	Delfim Moreira	1	0	0	5
MG	3124005	Ervália	1	1	0	6
MG	3130051	Icaraí de Minas	0	1	0	0
MG	3130101	Igarapé	2	0	0	12
MG	3131307	Ipatinga	2	1	0	12
MG	3131901	Itabirito	2	0	2	15
MG	3133303	Itaobim	2	3	0	12
MG	3133402	Itapagipe	0	0	0	2
MG	3135050	Jaíba	1	1	0	7
MG	3135100	Janaúba	0	1	0	0
MG	3137700	Lajinha	1	1	0	8
MG	3138906	Machacalis	1	1	0	7
MG	3139300	Manga	0	0	1	0
MG	3140001	Mariana	1	0	0	7
MG	3141108	Matozinhos	2	0	0	10
MG	3143203	Monte Santo de Minas	1	1	0	6
MG	3143302	Montes Claros	1	0	0	2
MG	3144300	Nanuque	1	0	0	6
MG	3136603	Nova União	1	0	0	7
MG	3145604	Oliveira	1	1	0	8
MG	3147204	Paraguaçu	1	0	0	6
MG	3147303	Paraisópolis	0	0	0	3
MG	3147600	Passa Quatro	1	1	0	4
MG	3147956	Patis	1	1	0	6
MG	3148707	Pedra Azul	1	1	0	9
MG	3154606	Ribeirão das Neves	1	0	1	4
MG	3157807	Santa Luzia	1	0	0	6
MG	3158003	Santa Maria de Itabira	0	1	0	0
MG	3158508	Santana de Pirapama	1	0	0	7
MG	3160108	Santo Antônio do Grama	1	1	0	5
MG	3164506	São Sebastião do Maranhão	0	0	0	7
MG	3165552	Setubinha	1	1	0	8
MG	3168705	Timóteo	1	0	0	8
MG	3170107	Uberaba	1	1	0	6
MG	3171303	Viçosa	1	0	0	6
MS	5002605	Camapuã	0	1	0	0
MS	5006358	Paranhos	1	1	0	7
MS	5006408	Pedro Gomes	1	0	1	10
MT	5102686	Campos de Júlio	1	0	1	9
MT	5103254	Colniza	1	0	0	7
MT	5105002	Jauru	1	0	1	8
MT	5106232	Nova Olímpia	0	1	0	0
MT	5106281	Novo São Joaquim	1	0	0	6
MT	5107602	Rondonópolis	1	0	1	5
MT	5107800	Santo Antônio do Leverger	1	0	0	4
PA	1500107	Abaetetuba	1	1	0	5
PA	1500131	Abel Figueiredo	1	1	0	7
PA	1501105	Bagre	0	1	0	0
PA	1501402	Belém	6	0	0	42
PA	1501600	Bonito	1	1	0	10
PA	1501709	Bragança	1	1	0	11
PA	1502202	Capanema	1	0	0	5
PA	1502400	Castanhal	0	1	0	0
PA	1502764	Cumaru do Norte	1	1	0	1
PA	1502905	Curuçá	1	0	0	6
PA	1503077	Garrafão do Norte	0	1	0	0
PA	1504505	Melgaço	0	1	0	0
PA	1506500	Santa Isabel do Pará	1	1	0	10
PA	1506583	Santa Maria das Barreiras	1	1	0	11
PA	1507607	São Miguel do Guamá	1	0	0	10
PB	2500403	Alagoa Nova	1	1	0	3
PB	2500908	Arara	1	1	0	9
PB	2501005	Araruna	0	1	0	0
PB	2504009	Campina Grande	1	1	0	5
PB	2502607	Igaracy	0	1	0	0
PB	2507200	Itatuba	1	1	0	6
PB	2507507	João Pessoa	1	2	0	9
PB	2508505	Livramento	1	0	0	7
PB	2508554	Logradouro	0	1	0	0
PB	2510204	Nova Olinda	1	2	0	7
PB	2510709	Passagem	0	1	0	0
PB	2512762	Riachão do Poço	0	1	0	0
PB	2513208	Santa Cruz	0	1	0	0
PB	2513406	Santa Luzia	0	0	1	0
PB	2515104	São Sebastião de Lagoa de Roça	0	1	0	0
PB	2516151	Sossêgo	1	1	0	7
PB	2516201	Sousa	1	1	0	4
PB	2516805	Triunfo	1	1	0	4
PE	2602902	Cabo de Santo Agostinho	1	2	0	6
PE	2604155	Casinhas	1	1	0	6
PE	2605459	Fernando de Noronha	1	1	0	5
PE	2607000	Inajá	1	1	0	8
PE	2608206	Joaquim Nabuco	1	1	0	8
PE	2608800	Lajedo	1	1	0	7
PE	2609600	Olinda	1	0	1	7
PE	2609808	Orocó	1	0	0	7
PE	2610400	Parnamirim	1	1	0	7
PE	2611200	Poção	1	1	0	5
PE	2612000	Sairé	0	1	0	0
PE	2612505	Santa Cruz do Capibaribe	1	1	0	8
PE	2613602	São José do Egito	1	1	0	7
PE	2616100	Verdejante	1	1	0	7
PE	2616407	Vitória de Santo Antão	1	1	0	9
PI	2200707	Anísio de Abreu	1	2	0	6
PI	2202711	Cocal de Telha	1	1	0	5
PI	2203008	Cristalândia do Piauí	0	1	0	0
PI	2203453	Dom Inocêncio	1	0	0	4
PI	2203503	Elesbão Veloso	1	1	0	5
PI	2203701	Esperantina	0	0	0	6
PI	2204659	Ilha Grande	1	1	0	5
PI	2205706	Luís Correia	1	0	0	6
PI	2211001	Teresina	1	1	0	6
PI	2211100	União	1	1	0	5
PR	4101408	Apucarana	1	0	0	4
PR	4102505	Barbosa Ferraz	0	0	0	1
PR	4106902	Curitiba	1	0	1	4
PR	4107207	Dois Vizinhos	1	0	0	5
PR	4107652	Fazenda Rio Grande	1	1	0	6
PR	4108304	Foz do Iguaçu	1	1	0	5
PR	4108403	Francisco Beltrão	1	1	0	8
PR	4111258	Itaperuçu	1	1	0	8
PR	4113908	Mallet	1	1	0	8
PR	4114302	Mandirituba	0	1	0	0
PR	4114401	Mangueirinha	1	0	0	5
PR	4115606	Matelândia	1	0	1	7
PR	4116802	Nova Cantu	1	0	0	4
PR	4116901	Nova Esperança	1	0	0	6
PR	4119301	Pinhão	0	0	0	2
PR	4120002	Porecatu	1	1	0	8
PR	4121109	Quinta do Sol	1	0	0	5
PR	4122404	Rolândia	1	1	0	6
PR	4123907	Santa Mariana	0	0	0	4
PR	4124103	Santo Antônio da Platina	0	0	0	7
PR	4127106	Telêmaco Borba	1	0	0	6
PR	4127809	Tomazina	1	0	1	8
PR	4128534	Ventania	1	1	0	4
RJ	3300100	Angra dos Reis	1	1	0	6
RJ	3300456	Belford Roxo	0	0	1	0
RJ	3300704	Cabo Frio	1	0	0	5
RJ	3300951	Comendador Levy Gasparian	1	0	1	5
RJ	3301702	Duque de Caxias	1	1	0	7
RJ	3301900	Itaboraí	1	0	0	6
RJ	3302205	Itaperuna	1	1	0	8
RJ	3302502	Magé	1	1	0	8
RJ	3302700	Maricá	0	1	0	0
RJ	3302858	Mesquita	1	0	0	6
RJ	3303401	Nova Friburgo	1	0	0	6
RJ	3303500	Nova Iguaçu	1	0	0	6
RJ	3304300	Rio Bonito	1	1	0	7
RJ	3304557	Rio de Janeiro	1	1	1	5
RJ	3305208	São Pedro da Aldeia	1	1	0	6
RN	2404002	Frutuoso Gomes	1	1	0	5
RN	2404507	Guamaré	1	1	0	5
RN	2408003	Mossoró	1	1	0	8
RN	2410306	Presidente Juscelino	1	1	0	6
RN	2412005	São Gonçalo do Amarante	1	1	0	5
RN	2413904	Taipu	1	1	0	5
RO	1100809	Candeias do Jamari	1	1	0	12
RO	1101005	Governador Jorge Teixeira	1	0	0	7
RO	1101401	Monte Negro	0	0	0	1
RO	1100205	Porto Velho	1	0	0	11
RO	1100320	São Miguel do Guaporé	0	1	0	0
RO	1101609	Theobroma	1	0	0	11
RR	1400100	Boa Vista	1	0	0	6
RS	4304002	Campo Novo	1	0	0	7
RS	4304606	Canoas	1	1	0	3
RS	4304689	Capela de Santana	1	1	0	6
RS	4304713	Caraá	1	1	0	6
RS	4305504	Ciríaco	1	0	0	7
RS	4307104	Herval	0	1	0	0
RS	4310108	Igrejinha	1	1	0	3
RS	4311155	Jóia	1	0	0	6
RS	4312625	Muliterno	1	1	0	4
RS	4312708	Nonoai	0	1	0	0
RS	4313441	Novo Tiradentes	1	1	0	6
RS	4313607	Paim Filho	1	1	0	7
RS	4313656	Palmares do Sul	1	1	0	6
RS	4314035	Pareci Novo	1	1	0	7
RS	4314472	Pinhal Grande	1	0	0	4
RS	4315750	Riozinho	1	1	0	6
RS	4316907	Santa Maria	4	2	0	15
RS	4318200	São Francisco de Paula	0	1	0	0
RS	4318440	São Jorge	1	1	0	7
RS	4318507	São José do Norte	1	1	0	2
RS	4319406	São Pedro do Sul	1	0	0	7
RS	4319505	São Sebastião do Caí	1	0	0	14
RS	4320677	Sinimbu	0	1	0	0
RS	4321600	Tramandaí	1	1	0	4
RS	4322400	Uruguaiana	1	0	0	3
SC	4200705	Alfredo Wagner	1	1	0	7
SC	4200804	Anchieta	1	1	0	6
SC	4202107	Barra Velha	1	0	0	4
SC	4202800	Braço do Norte	1	1	0	7
SC	4207700	Ipumirim	1	0	0	5
SC	4209102	Joinville	1	1	0	2
SC	4209607	Lauro Muller	0	0	0	1
SC	4211751	Otacílio Costa	0	1	0	0
SC	4211850	Ouro Verde	1	1	0	7
SC	4212007	Palma Sola	1	1	0	5
SC	4212700	Petrolândia	1	1	0	7
SC	4213005	Pinheiro Preto	1	1	0	7
SC	4215307	Salete	0	1	0	0
SC	4215679	Santa Terezinha	1	1	0	12
SC	4215703	Santo Amaro da Imperatriz	1	1	0	6
SC	4216404	São João do Sul	1	1	0	6
SC	4216503	São Joaquim	0	0	0	1
SC	4219002	Urussanga	1	1	0	8

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SC	4219507	Xanxerê	0	0	0	4
SP	3501301	Alvares Machado	1	1	0	6
SP	3503307	Araras	0	1	0	0
SP	3507605	Bragança Paulista	1	1	0	9
SP	3516408	Franco da Rocha	2	1	0	12
SP	3526100	Juquiá	1	0	0	6
SP	3526209	Juquitiba	2	0	0	11
SP	3527207	Lorena	1	1	0	5
SP	3529401	Mauá	3	2	1	13
SP	3538709	Piracicaba	1	0	0	6
SP	3541000	Praia Grande	0	0	0	1
SP	3547809	Santo André	2	1	0	11
SP	3550308	São Paulo	1	0	0	6
SP	3552403	Sumaré	1	1	0	4
SP	3555000	Tupã	1	1	0	7
SP	3555406	Ubatuba	1	1	0	6
TO	1703701	Brejinho de Nazaré	0	1	0	0
TO	1703867	Cariri do Tocantins	1	1	0	12
TO	1712405	Lizarda	1	1	0	6
TO	1714203	Natividade	1	1	0	4
TO	1718303	Praia Norte	1	1	0	6
TOTAL			279	232	20	1.899

PORTARIA Nº 1.987, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Desabilita e habilita Centro de Especialidades Odontológica (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados denominados Centros de Especialidades Odontológicos (CEO) e suas formas de financiamento; e

Considerando a atualização promovida pelo gestor municipal no registro do estabelecimento de saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Desabilitar o serviço Centro de Especialidades Odontológica (CEO) da Unidade abaixo:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO
					CEO TIPO
SP	3509700	Campos do Jordão	2792583	Municipal	II

Art. 2º Habilitar o serviço Centro de Especialidades Odontológica (CEO) da Unidade abaixo:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO
					CEO TIPO
SP	3509700	Campos do Jordão	6753663	Municipal	II

Art. 3º Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde mantenha a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Municipal de Saúde, correspondente.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8934 Ação Atenção Especializada em Saúde Bucal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.988, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Habilita Municípios a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, republicada em 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, resolve:

Art. 1º Habilitar os Municípios descritos no Anexo a esta Portaria, a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, republicada em 23 de dezembro de 2009.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma do Anexo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS E ESTADOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA

UF	MUNICIPIO	ENTIDADE	NU_SUBPROJETO	VALOR (R$)	EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMATICA
AL	SAO BRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BRAS	11259289000111001	100.000,00	24030017	10301121485810027
PR	CAMPO MOURAO	PREF MUN CAMPO MOURAO	75904524000111009	92.000,00	23990003	10301121485810041
PR	FAXINAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FAXINAL	09311733000111002	100.000,00	18740004	10301121485810041
SP	ESTRELA D'OESTE	PREF MUN ESTRELA DOESTE	45112224000111005	22.540,00	18240002	10301121485811062
SP	SANTA BARBARA D'OESTE	PREF MUN SANTA BARBARA DOESTE	46422408000111001	300.000,00	25200006	10301121485810035

PORTARIA Nº 1.989, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 648, de 28 de março de 2006, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria nº 2.226, de 18 de setembro de 2009, republicada em 20 de novembro de 2009, que institui no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Habilitar os Municípios descritos no Anexo I a receberem recursos referentes ao Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência do recurso financeiro de investimento estabelecido no art. 7º da Portaria nº 2.226/GM/MS, de 18 de setembro de 2009, republicada em 20 de novembro de 2009 para os Fundos Municipais de Saúde.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma do Anexo I.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DO RECURSO

UF	IBGE	MUNICIPIO	NU_SUBPROJETO	ESF	VALOR (R$)	EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMATICA
BA	290440	BREJOLANDIA	11235482000111001	1	200.000,00	13330013	10301121485811020
BA	293360	XIQUE-XIQUE	13880257000111001	1	200.000,00	32620010	10301121485810029
GO	521630	PARANAIGUARA	02056745000111001	1	200.000,00	33500006	10301121485810052
GO	521800	PORANGATU	01801612000111003	1	200.000,00	20200001	10301121485810052
MT	510320	COLIDER	15023930000111001	1	200.000,00	25480001	10301121485810051
PE	261480	TACARATU	10106243000111005	1	200.000,00	21280016	10301121485810026
RJ	330270	MARICA	29131075000111002	2	266.666,67	13080011	10301121485810944
SC	421710	SAO MARTINHO	82836818000111003	1	200.000,00	33200016	10301121485810042
SP	350850	CACAPAVA	45189305000111002	2	266.666,67	36200016	10301121485810035
SP	352580	JULIO MESQUITA	44518496000111004	1	200.000,00	25450009	10301121485811542
SP	352700	LINDOIA	45678000000211001	1	200.000,00	25380005	10301121485810035
SP	354400	RIO DAS PEDRAS	12014295000111001	1	200.000,00	10660008	10301121485810084
SP	354400	RIO DAS PEDRAS	12014295000111002	1	200.000,00	10660008	10301121485810084
SP	355710	VOTUPORANGA	46599809000111001	2	266.666,67	36100012	10301121485810035

PORTARIA Nº 1.990, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Estabelece recurso a ser disponibilizado ao Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade do Estado do Ceará e ao Município de Maracanaú.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o Ofício nº NUAU/CORAC, de 14 de junho de 2011, da Secretaria de Estado da Saúde do Ceará, resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso financeiro no montante de R$ 3.240.000,00 (três milhões e duzentos e quarenta mil reais), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Ceará e Município de Maracanaú.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio do Hospital Municipal Dr. João Elísio de Holanda CNES - 2806215.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência regular e automática, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos), do valor estabelecido no art. 1º desta Portaria, ao Fundo Municipal de Saúde de Maracanaú, código 230765.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - 0023- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade do Estado do Ceará.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTO S PADILHA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 835, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das prerrogativas constantes da Portaria GM/MS nº 93/2003, disposições da IN/STN/MF nº 1/1997, e consoante Processo Administrativo nº 25000.184373/2007-30, resolve:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria SE/MS nº 473/2007, publicada no Diário Oficial da União nº 227 de 27 de novembro de 2007 que passa a vigorar com a seguinte redação: "Aprovar o Plano de Trabalho, que faz parte integrante da presente Portaria, independentemente de transcrição, destinando recursos financeiros do Orçamento do Ministério da Saúde, no valor de R$ 982.696,19 (novecentos e oitenta e dois mil, seiscentos e noventa e seis reais e dezenove centavos), com a finalidade de FOMENTO PARA ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO NUPLAM, conforme detalhamento a seguir:

Processo nº 25000.184373/2007-30

ÓRGÃO CEDENTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE

ÓRGÃO EXECUTOR: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

C.F.P. 10.303.1293.6145.0001

DESPESA CORRENTE = R$ 982.693,19

NOTA DE CRÉDITO Nº 480113 de 6 de novembro de 2007, R$ 982,393,19"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA APARECIDA DO AMARAL

DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 108, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, no uso das prerrogativas constantes da Portaria GM/MS nº 2.123, de 23 de outubro de 2002, combinada com o disposto no Decreto 3.964/2001, consoante disposto do Processo Administrativo nº 25000.220074/2008-57, resolve:

Art. 1º. Inserir recursos orçamentários no montante de 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), alocados ao exercício de 2011, correndo as despesas à conta da Unidade Gestora 257001, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10.302.1220.8535.0001, Natureza de Despesas 449052, Fonte de Recurso 0151000000, Nota de Crédito nº 2011NC400177, para o fim de descentralização à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA/PR, visando à continuidade das ações de que tratam a Portaria SE/MS nº. 762/2008, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 26/12/2008, sendo R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) a título de Despesas de Capital.

Art. 2º. Publique-se.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 112, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, no uso das prerrogativas constantes da Portaria GM/MS nº 2.123, de 23 de outubro de 2002, combinada com o disposto no Decreto 3.964/2001, consoante disposto do Processo Administrativo nº 25000.121204/2008-70, resolve:

Art. 1º. Inserir recursos orçamentários no montante de 21.435,31 (vinte e um mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos), alocados ao exercício de 2011, correndo as despesas à conta da Unidade Gestora 257001, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10.305.1444.6185.0001, Natureza de Despesas 339014, Fonte de Recurso 0151000000, Nota de Crédito nº 2011NC400229, para o fim de descentralização à FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA/MG, visando à continuidade das ações de que tratam a Portaria SE/MS nº. 368/2008, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 22/12/2008, sendo R$ 21.435,31 (vinte e um mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos) a título de Despesas Correntes.

Art. 2º. Publique-se.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 11 DE AGOSTO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.047628/2008-20

Operadora: Unimed Pato Branco Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 370681

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.216062/2005-40

Operadora: Unimed Barbacena Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Registro na ANS nº: 309087

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028384/2006-14

Operadora: Unimed Caratinga Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 347736

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311963/2010-10

Operadora: Unimed Caruaru Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 340952

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo nº: 33902.156727/2005-59
Operadora: Unimed de Amparo Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
Registro na ANS nº: 345598
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, porquanto intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.186128/2004-89
Operadora: Unimed de Amparo Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 345598
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, porquanto intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.157614/2007-32
Operadora: Unimed de Barra Mansa Soc. Coop. Serv. Med. e Hosp.
Registro na ANS nº: 330264
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.157636/2007-01
Operadora: Unimed de Catanduva Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 351407
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, porquanto intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.099289/2003-52
Operadora: Unimed de Jaboticabal Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 329886
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso de 3ª instância, por serem intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.028506/2006-72
Operadora: Unimed de Paranavaí Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 320862
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.047482/2008-12
Operadora: Unimed de Penapolis Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 323004
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 3506102190459 (competência 02/2006).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.232343/2002-05
Operadora: Unimed de Piracicaba Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos
Registro na ANS nº: 315729
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso de 3ª instância, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.101127/2010-11
Operadora: Unimed de Ribeirão Preto Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 351202
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, relativo às AIHS listadas no despacho nº 826/DIGES/ANS, e pelo não conhecimento do segundo recurso, referente as AIHS listadas no despacho n° 826/DIGES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.028518/2006-05
Operadora: Unimed de Ribeirão Preto Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 351202
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.028530/2006-10
Operadora: Unimed de Taubaté Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 363286
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.350502/2010-54
Operadora: Unimed de Ubá Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 362573
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.101152/2010-02
Operadora: Unimed do Oeste da Bahia Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 325082
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.047529/2008-48
Operadora: Unimed Extremo Sul Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 346209
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.156836/2005-76
Operadora: Unimed Guaxupé Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 318035
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pela re-ratificação da decisão proferida em 29/06/2010 pelo não conhecimento do recurso interposto pela Operadora, relativo às identificações representadas pelas AIHS 2701964914, 2775314740, 2768584148, 2698679764 e 2700722673, por ser intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.047544/2008-96
Operadora: Unimed Inconfidentes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
Registro na ANS nº: 304395
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº: 33902.216217/2005-48
Operadora: Unimed Jundiaí Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 303267
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.101212/2010-89
Operadora: Unimed Nova Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 344397
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.028677/2006-00
Operadora: Unimed Pato Branco Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 370681
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.101218/2010-56
Operadora: Unimed Patos de Minas Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
Registro na ANS nº: 353060
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.101229/2010-36
Operadora: Unimed Planalto Médio Cooperativa de Serviços Médicos Ltda
Registro na ANS nº: 319384
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.157878/2007-96
Operadora: Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro
Registro na ANS nº: 393321
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.101254/2010-10
Operadora: Unimed Santa Rosa Sociedade Cooperativa de Serviço Médico Limitada
Registro na ANS nº: 352179
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.216283/2005-18
Operadora: Unimed São Lourenço Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 370088
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.283237/2010-91
Operadora: Unimed Federação do Estado do Mato Grosso
Registro na ANS nº: 328031
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, por ser intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.157858/2007-15
Operadora: Unimed Uruguaiana Soc Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
Registro na ANS nº: 328596
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, porquanto tempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.177870/2010-41
Operadora: Unimed Vale do Aço Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 359289
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.101289/2010-59
Operadora: Unimed Vale do Paraíba - Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas
Registro na ANS nº: 334511
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.047787/2008-24
Operadora: Unimed Varginha Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 344729
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.028266/2006-14
Operadora: Vidaplan Saúde Ltda EPP (atual denominação de SFS - São Francisco Saúde Ltda)
Registro na ANS nº: 344443
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.101310/2010-16
Operadora: Vitae Serviços Assistenciais Ltda
Registro na ANS nº: 413488
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.350693/2010-54
Operadora: Vonpar Refrescos S/A
Registro na ANS nº: 386871
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DECISÕES DE 12 DE AGOSTO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2324, de 04 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33903.000224/2004-39
Operadora: AMIL Assistência Médica Internacional Ltda
Registro ANS: 326305
Auto de Infração n.º 14.441 de 17/11/2004
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIGES, em relatoria pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade fixada para R$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais) por infração a aliena "a" do inciso II do artigo 12 da Lei 9656/98 c/c inciso IV do artigo 7º c/c inciso II do parágrafo 2º do artigo 14, ambos da RDC 24/2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3443, de 26 de julho de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 25789.008397/2005-10

Operadora: AMICO SAÚDE Ltda

Registro ANS: 326305

Auto de Infração n.º 16979 de 5/10/2005

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIDES, em relatoria pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) por infração ao artigo 25 da Lei 9656/98 c/c inciso III do artigo 3º c/c inciso V do artigo 15, ambos da RDC 24/2000.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156667/2007-36

Operadora: Assimede Assistência Médica Especializada de Ubá Ltda

Registro na ANS nº: 301906

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177137/2010-27

Operadora: Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados da CODEVASF - CASEC

Registro na ANS nº: 412295

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, por ser intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 303ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.215002/2005-18

Operadora: Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP

Registro na ANS nº: 324477

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÃO DE 18 DE AGOSTO DE 2011

A Chefe substituta do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 43, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.007311/2011-91	SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF	312304	33.909.540/0001-41	Deixar de solic. autor. p/ redimen. por redução, ao excluir da rede creden. a unid. hosp. denom. Hosp. Geral - Socor - CNPJ 17.312.612/0001-12, em out./2010, sem autor. exp. da ANS e deixar de enviar inform. devida à ANS ao cred., em out./2008, o Hosp. Geral - Socor - CNPJ 17.312.612/0001-12, sem comun. à ANS. (Art.17, §4º da Lei 9.656. / Art.20, caput da Lei 9656/98, c/c art.20, inc.II, da RN85)	R$120.770,53 (CENTO E VINTE MIL, SETECENTOS E SETENTA REAIS E CINQUENTA E TRES CENTAVOS)
25779.010008/2009-51	IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	310891	24.993.560/0001-52	Aplic. reajuste, em jul./2009, ao contr. ind. do prod. denom. Plano Intern., contratado antes da vig. da lei 9656/98, em perc. acima do autor. pela ANS, qdo a claus. não indica expres. o indice a ser utilizado. (Art.25 da Lei 9.656/98 c/c Art.4º, XVII da Lei 9.961/00 c/c Art.12, parag.2º, da RN 171/08)	R$18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
25779.007352/2010-04	MASTER CLEAN ASSISTENCIA MEDICA LTDA	340561.	41.950.866/0001-40	Deixar de garan., a partir de jul./2009, cobert. obrigat., garantida em lei, p/ consultas nas especial. de alerg. e psiq., p/ o benef. F.D.O.V. (Art.12, I, "a", da Lei 9.656/98)	R$64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25779.014186/2010-94	SAMP MINAS ASSISTENCIA MEDICA LTDA.	346471.	02.562.406/0001-93	Aplicar reaj., por mud. de faixa etária, na mens. de L.R.O., em set./10, benef. que complet. 61 anos e tem mais de 10 anos de plano. (Art.15, parágrafo único da Lei 9.656)	R$27.000,00 (VINTE E SETE MIL REAIS)

GLICIANY D. SOARES DE BRITO E SILVA

NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÃO DE 17 DE AGOSTO DE 2011

A Especialista em Regulação - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.049929/2011-93	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Aplicar reajuste por mudança de faixa etária, quando não há previsão do percentual referente ao aumento no contrato. (Art.25 Lei 9.656/98)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.389067/2011-39	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656/98)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.047696/2010-11	MAYER SISTEMAS DE SAÚDE LTDA	412244.	03.749.638/0001-18	Redimensionar a rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS. (Art.17, §4º da Lei 9.656/98)	157.440,00 (CENTO E CINQUENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS)
33902.090402/2010-63	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art.12, II da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.117127/2007-37	HOSPITAL DE CLÍNICAS QUARTO CENTENARIO DO RIO DE JANEIRO S/C	409511.	33.310.681/0001-43	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art. 25 da Lei 9656/98)	1.000.000,00 (UM MILHÃO, REAIS)
33902.023904/2010-89	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Recusar a participação de consumidores, em planos de assistência à saúde. (Art.14 da Lei 9.656/98)	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

DOMINIC BIGATE LOURENÇO

DECISÃO DE 18 DE AGOSTO DE 2011

A Especialista em Regulação - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.221097/2008-43	HOSPITAL EVANGELICO REGIONAL LTDA	301043.	32.491.672/0001-33	Exigir ou aplicar reajustes ao consumidor, acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS. (Art.25 da Lei 9.656/98)	18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
33902.179714/2010-15	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 39.992 / Arquivamento
33902.414395/2011-81	SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF	312304.	33.909.540/0001-41	Reduzir a capacidade da rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS. (Art.17, §4º da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 38635 / Arquivamento
33902.033768/2011-16	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art.12, I, "a" da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

15	33902.245873/2010-	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	345474.	33.683.111/0001-07	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art.25 da Lei 9.656/98)	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
41	33902.201629/2010-	FENIX - OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE LTDA	409596.	03.430.406/0001-00	Deixar de enviar os documentos requisitados pela fiscalização. (Art.20, § 1º da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 47087 / Arquivamento
07	33902.029028/2007-	UNIMED-SÃO GONÇALO - NITEROI - SOC.COOP.SERV.MED E HOSP LTDA	343731.	28.630.531/0001-87	Impedir a participação de consumidor em contrato coletivo. (Art. 25 da Lei 9.656/98)	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
83	33902.119311/2009-	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art.12, I, "b" da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
11	33902.133266/2010-	SEMEG SAÚDE LTDA	414280.	04.572.122/0001-03	Exigir ou aplicar reajustes ao consumidor, acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS. (Art. 25 da Lei 9.656/98)	36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
12	33902.087476/2010-	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Recusar a participação de consumidores, em planos de assistência à saúde. (Art.14 da Lei 9.656/98)	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

DOMINIC BIGATE LOURENÇO

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÃO DE 12 DE AGOSTO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.018159/2010-71	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Descumprir cláus. de contr. colet. ao excluir a benef. MGOS, em nov/2009. Art. 25 da Lei 9656/98.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.012356/2010-87	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar., à benef. J.A.R., cob. p/ realiz. de Mamog.. Art. 12, inc. I, alín. b, da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.018249/2010-62	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	379697.	02.929.110/0001-68	Não enviar à ANS a infor. ref. ao reaj. por variação de custos aplic. nas mensal. dos benef. vincul. ao contr. firm. pela empr. Terezin. de Souza Silva Lanches M.E. Art. 20 da Lei 9.656/98 c/c art. 13 da RN 171/2008.	Advertência
25789.053455/2010-19	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de gar., ao benef. M.N., cob. p/ proced. cirúr. p/ esten. uretral. Art. 12, inc. II, alín. a, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.075090/2009-40	UNIMED DE SAO JOSE DOS CAMPOS-COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	331872.	60.214.517/0001-05	Descumprir cláus. contrat., qndo rescin., o contr., firm. c/ a Deleg. Secc. de Pol. do Lit. Norte s/ resp. o aviso prévio de 30 dias. Art. 25 da Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.022943/2010-84	HOSPITAL NOVO ATIBAIA S/A	329525.	52.956.901/0001-55	Aplicar índ. de 53,65% na mensal. da benef. L.M.D., sob aleg. de mud. de faixa et., s/ prev. contrat.. Art. 25 da Lei 9.656/98.	27.000,00 (VINTE E SETE MIL REAIS)
25789.053455/2010-19	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de gar., ao benef. M.N., cob. p/ proced. cirúr. p/ esten. uretral. Art. 12, inc. II, alín. a, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.044813/2010-01	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PUBLICO S/C LTDA	357685.	62.574.884/0001-45	Deixar de encam. à ANS, no prazo estab., os doc. e as infor. solicit. Art. 20, caput da Lei 9.656/98 c/c art. 4º, XXXI da Lei 9.961/00.	Auto de infração nº 49.219 anulado. Arquivamento.

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.629, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando o art. 62, II, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 18, § 6º, II, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, a constatação da importação do produto, por meio de apreensão realizada pela CVPAF/SP em junho/2011, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a proibição de importação, bem como a apreensão e inutilização, em todo o território nacional, do medicamento LEVITRA 20mg, lote BXB8551, por se tratar de falsificação.

Art. 2º De acordo com o detentor do registro - BAYER S.A. - o lote original foi fabricado em 2002, com vencimento em 2005. Portanto, qualquer unidade que apresente datas diferentes deve ser considerada como falsificação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E CONTROLE DE INSUMOS, MEDICAMENTOS E PRODUTOS

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 17 de agosto de 2011

A Gerência-Geral de Inspeção e Controle de Insumos, Medicamentos e Produtos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXVII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

EMPRESA: ABELHA RAINHA IND. E COM. DE COSMÉTICOS LTDA
25351.257437/2004-04 - AIS:448/2004 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Advertência
EMPRESA: CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA
25351.217767/2007-00 - AIS:040/2007 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)
EMPRESA: D'ALTOMARE QUÍMICA LTDA
25351.387936/2006-89 - AIS:170/2006 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Advertência
EMPRESA: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA
25351.069138/2005-97 - AIS:065/2005 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Advertência
EMPRESA: HIPOLABOR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25351.300459/2004-93 - AIS: 542/2004 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Advertência
EMPRESA: LIMA & PERGHER INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES
25351.257225/2004-19 - AIS:220/2004 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)
EMPRESA: MASE PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA
25351.458272/2005-69 - AIS:609/2005 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Advertência
EMPRESA: NITROGENIUS PRODUTOS QUIMICOS LTDA ME
25351.189349/2005-45 - AIS:234/2005 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Advertência
EMPRESA: PANAMERICAN MEDICAL SUPPLY SUPRIMENTOS
25351.095405/2004-09 - AIS:326/2004 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
EMPRESA: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA
25351.487784/2006-13 - AIS:199/2006 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)
EMPRESA: PURIFARMA DISTRIBUIDORA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA
25351.008211/2006-35 - AIS:693/2005 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
EMPRESA: SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
25351.060796/2006-02 - AIS:038/2006 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)
EMPRESA: UNIÃO FABRIL EXPORTADORA S.A
25351.203213/2002-11 - AIS:231/2004 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais)

MARÍLIA COELHO CUNHA

A Gerência-Geral de Inspeção e Controle de Insumos, Medicamentos e Produtos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXVII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, e com fundamento na delegação de competência conferida pela Portaria nº 1, de 09 de setembro de 2009, vem tornar públicas a Decisão Administrativa referente ao processo abaixo relacionado:

EMPRESA: BIOCLORO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
25351.487692/2006-33 - AIS:191/2006 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais)
EMPRESA: HARUS IND. PROD. PARA HOTELARIA LTDA
25351.125669/2008-10 - AIS:007/2008 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
EMPRESA: INSETISEED AGRO INDUSTRIAL LTDA - ME
25351.110666/2009-20 - AIS:116/2008 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Advertência
EMPRESA: IMS COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA.
25351.728608/2008-93 - AIS:103/2008 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Advertência
EMPRESA: LABORATÓRIO INDUSTRIAL E FARMACÊUTICO BUCAR LTDA
25351.845405/2008-58 - AIS:110/2008 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais)
EMPRESA: LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BARROS LTDA
25351.025105/2009-51 - AIS:123/2008 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)
EMPRESA: SOCIEDADE FARMACÊUTICA HENFER LTDA
25351.102125/2008-80 - AIS:009/2008 - GFIMP/ANVISA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

EMPRESA: VITADERM FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA

25351.172019/2005-11 - AIS:109/2005 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Advertência

EMPRESA: VOLT DO BRASIL LTDA

25351.775048/2008-61 - AIS:109/2008 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Advertência

EMPRESA: VOLNEI LUIZ STEFANELLO

25351.533130/2008-31 - AIS:082/2008 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais)

LUIS BERNARDO D. BIEBER
p/Delegação de Competência

Em 18 de agosto de 2011

A Gerência-Geral de Inspeção e Controle de Insumos, Medicamentos e Produtos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXVII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

EMPRESA: BEATRIZ RIBAS BOENO - ME

25351.873768/2008-45 - AIS: 150/2008 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais)

EMPRESA: BELFAR LTDA

25351.418830/2006-34 - AIS: 094/2007 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

EMPRESA: BIOSTAR ESTONIA COMERCIAL LTDA.

25351.133242/2007-12 - AIS: 016/2007 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

EMPRESA: BOCHI MEDICAMENTOS E COMPL. ALIMENTARES LTDA.

25351.559916/2007-05 - AIS: 139/2007- GFIMP/ANVISA

Penalidade de Advertência

EMPRESA: BRASCOM DO NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

25351.589428/2007-14 - AIS: 196/2007 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

EMPRESA: EMBRAMED IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

25351.589600/2007-30 - AIS: 201/2007- GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 110.000,00 (Cento e Dez mil reais)

EMPRESA: ENGIMPLAN ENGENHARIA DE IMPLANTE IND. COM. LTDA EPP.

25351.571018/2007-17 - AIS: 195/2007- GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais)

EMPRESA: FARMACIA BEIRA MAR LTDA

25351.152331/2008-31- AIS: 042/2008- GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

EMPRESA: FRIGELAR COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO S.A

25351.491450/2007-25 - AIS: 162/2007- GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais)

EMPRESA: IBITIOCA IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA

25351.796234/2008-09 - AIS: 111/2008 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Advertência

EMPRESA: INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS HASKELL LTDA.

25351.621245/2007-09 - AIS: 205/2007 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

EMPRESA: INDÚSTRIA QUÍMICA DIPIL LTDA.

25351.313721/2007-11 - AIS: 042/2007 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais)

EMPRESA: SOLLEIR COSMÉTICOS LTDA

25351.182539/2007-01- AIS: 034/2007 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Advertência

EMPRESA: SURYA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E FARMACÊUTICOS LTDA

25351.102094/2008-67 - AIS: 008/2008 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais)

EMPRESA: VIGODENT S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

25351.294915/2007-00 - AIS: 084/2007 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Advertência

EMPRESA: VINHEDO DISTRIBUIDORA DE INS. E PROD. FARMACÊUTICOS LTDA

25351.492008/2007-16 - AIS: 147/2007 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Advertência

EMPRESA: Z & A COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA ME

25351.890884/2008-65 - AIS: 153/2008 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais)

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS
Substituto

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL

Em 9 de agosto de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA

25759.620910/2009-07 - AIS:807059/09-8 (535/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

ASCOMP COMERCIO E SERVIÇO LTDA

25760.480878/2007-21 - AIS:611994/07-8 (12/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE LUZ SÍNCROTRON

25759.590560/2009-15 - AIS:767943/09-2 (536/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA

25759.474310/2008-91 - AIS:622707/08-4 (500/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

AVON INDUSTRIAL LTDA

25759.487142/2007-12 - AIS:618801/07-0 (177/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

BANDEIRANTES DRAGAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA

25748.280317/2008-72 - AIS:354488/08-5 (15/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

BAYER S.A.

25759.135792/2008-66 - AIS:173138/08-6 (319/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

CDROM EQUIPAMENTOS LTDA

25752.311965/2007-38 - AIS:402233/07-5 (57/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

25759.330346/2006-00 - AIS:440400/06-9 (399/060) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA

25759.363232/2007-19 - AIS:469148/07-2 (517/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

GP SERVICOS GERAIS LTDA

25759.185034/2008-99 - AIS:234092/08-5 (107/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

25759.225818/2007-86 - AIS:287929/07-8 (71/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

25759.603122/2007-03 - AIS:752001/07-8 (109/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

25759.570219/2007-14 - AIS:711482/07-6 (01/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

25759.606859/2007-70 - AIS:756347/07-7 (85/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

25759.569292/2007-43 - AIS:710375/07-1 (16/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

OSESP COMERCIAL E ADMINISTRADORA LTDA

25759.194064/2008-96 - AIS:245666/08-4 (85/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

PETROBRAS TRANSPORTE SA

25751.316866/2008-33 - AIS:402009/08-0 (09/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

PREMIER EMPRESA ALIMENTICIA LDTA - ME

25745.568305/2007-16 - AIS:709213/07-0 (34/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Advertência

REGINA VILLE - EPP

25759.193687/2008-41 - AIS:245192/08-1 (89/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

SERVIÇOS MARÍTIMOS DIALCAR LTDA

25752.084068/2006-65 - AIS:110698/06-8 (003/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

SOC.BENEF.ISR.BRAS.HOSPITAL ALBERT EINSTEIN

25759.423790/2006-60 - AIS:566891/06-3 (580/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUÁ S/A

25743.270216/2008-33 - AIS:341426/08-4 (021/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA

25765.476938/2008-41 - AIS:625812/08-3 (002/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais)

TPI MOLPLASTIC LTDA

25759.867044/2008-40 - AIS:487098/08-1 (931/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

PAULO BIANCARDI COURY

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 466, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria SAS/MS nº 432, de 06 de junho de 2006, que trata da organização e definição das Redes Estaduais de Assistência em Nefrologia na alta complexidade e estabelece as normas específicas de credenciamento dos serviços e dos centros de nefrologia;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 214, de 15 de junho de 2004, que trata dos procedimentos dialíticos;

Considerando a Resolução-RDC nº 154, de 15 de junho de 2004, que estabelece o Regulamento Técnico para o funcionamento dos serviços de diálise; e

Considerando a manifestação da Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro, por meio do Ofício SES/SAS nº 339, de 16 de junho de 2011, resolve:

Art. 1° Desabilitar a Clínica Sicard Ltda., situada no município do Rio de Janeiro, inscrita no CNES sob o número 2273292, CNPJ 33.770.108/0001-12, da realização de procedimentos como Serviço de Nefrologia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 467, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria SAS/MS nº 432, de 06 de junho de 2006, que trata da organização e definição das Redes Estaduais de Assistência em Nefrologia na alta complexidade e estabelece as normas específicas de credenciamento dos serviços e dos centros de nefrologia;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a Portaria SAS/MS nº 214, de 15 de junho de 2004, que trata dos procedimentos dialíticos;

Considerando a Resolução-RDC nº 154, de 15 de junho de 2004, que estabelece o Regulamento Técnico para o funcionamento dos serviços de diálise; e

Considerando a manifestação da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, por meio do Ofício CRS nº 95, de 26 de julho, bem como Deliberação nº. 27, de 22 de julho de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1° Desabilitar o IDR Instituto de Doenças Renais Ltda, situado no município de São Bernardo do Campo, inscrito no CNES sob o número 2048027, CNPJ 44.044.675/0002-99, da realização de procedimentos como Serviço de Nefrologia

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 468, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria SAS/MS nº 432, de 06 de junho de 2006, que trata da organização e definição das Redes Estaduais de Assistência em Nefrologia na alta complexidade e estabelece as normas específicas de credenciamento dos serviços e dos centros de nefrologia;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 214, de 15 de junho de 2004, que trata dos procedimentos dialíticos;

Considerando a Resolução-RDC nº 154, de 15 de junho de 2004, que estabelece o Regulamento Técnico para o funcionamento dos serviços de diálise; e

Considerando a manifestação da Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro, por meio do Ofício SES/SAS nº 373, de 05 de julho de 2011, resolve:

Art. 1° Desabilitar a Clínica do Rim Campo Grande SC Ltda - Renal Camp, situada no município de Rio de Janeiro inscrita no CNES sob o número 2280116, CNPJ 28.993.210/0001-47 da realização de procedimentos como Serviço de Nefrologia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

Ministério das Cidades

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 182, DE DE AGOSTO DE 2011

Aprova o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - PMCMV - E.

O PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 22 da Resolução nº 86, de 23 de dezembro de 2002, e com base nos incisos I, II e III, do art. 6º da Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, e,

Considerando o aporte de recursos da União previsto nos arts. 2°, inciso II, e 82-A da Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009, com a redação dada pela Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011, e no art. 2°, inciso II, do Decreto n° 7.499, de 16 de junho de 2011, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV,

Considerando que o acesso à moradia regular é condição básica para que as famílias de baixa renda possam superar suas vulnerabilidades sociais e alcançar sua efetiva inclusão na sociedade brasileira, e que o acesso ao financiamento habitacional para estas famílias que não têm capacidade de poupança exige condições especiais e subsidiadas, e

Considerando que os estímulos ao regime de cooperativismo habitacional e ao princípio de ajuda mútua são formas de garantir a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais comuns dentro das necessidades e características dos usos e costumes locais, resolve, ad referendum do Conselho Curador:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo desta Resolução, o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - PMCMV - E, para aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, definidos nos arts. 2°, inciso II, da Lei n° 11.977, de 07 de julho de 2009, e no art. 2°, inciso II, do Decreto n° 7.499, de 16 de junho de 2011, sem prejuízo do disposto no art. 8º deste mesmo Decreto.

Art. 2º Ficam o Agente Operador e os Agentes Financeiros autorizados a contratar, em até 60 (sessenta) dias contados a partir da data de publicação desta Resolução, as operações selecionadas, até 12 de agosto de 2011, no âmbito do Programa Habitacional Popular - Entidades - Minha Casa, Minha Vida.

Parágrafo único As condições de financiamento aos beneficiários finais deverão observar o disposto no item 10, do Anexo, desta Resolução.

rt. 3º O Gestor da Aplicação e o Agente Operador re gulamentarão a presente Resolução no âmbito de suas respectivas competências, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Resolução nº 141, de 10 de junho de 2009, do Conselho Curador do FDS, publicada no Diário Oficial da União, em 15 de junho de 2009, Seção 1, páginas 79 e 80.

MÁRIO NEGROMONTE

ANEXO

1 OBJETIVO

O Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades tem por objetivo tornar acessível à moradia para famílias com renda mensal bruta até R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, visando à produção, aquisição e requalificação de imóveis urbanos.

2 FORMA DE ATENDIMENTO

O PMCMV-E atenderá pessoas físicas por meio de concessão de financiamento, com subvenções econômicas concedidas nas prestações do financiamento, ao longo de cento e vinte meses.

O PMCMV-E atenderá também a Entidade Organizadora - EO como substituta temporária dos beneficiários finais, conforme previsto no item 06, alíneas "d" e "e".

3 PÚBLICO ALVO

3.1 Pessoas físicas cuja renda familiar mensal bruta não ultrapasse R$ 1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais).

3.2 Serão priorizadas entre os beneficiários, às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, de que façam parte pessoas com deficiência e populações oriundas das comunidades tradicionais.

3.3 Será permitido às mulheres chefes de família firmar contrato de financiamento independente de outorga do cônjuge, conforme o Art. 73-A, da Lei 11.977 de 07 de julho de 2009, ressalvado o limite de R$ 1.395,00 (Hum mil, trezentos e noventa e cinco reais) de renda familiar mensal.

3.4 Serão reservados no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos, conforme prevê o art. 38 da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.

3.5 Serão asseguradas que, no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais do empreendimento sejam adaptadas ao uso por pessoas com deficiência, desde que a legislação municipal ou estadual não estabeleça regra específica.

3.6 Os Agentes Financeiros deverão certificar-se da renda familiar bruta formal ou informal do beneficiário.

3.7 É vedada a concessão de financiamentos com recursos do FDS a beneficiários que:

a) detenham, em qualquer parte do país, outro financiamento imobiliário ativo;

b) sejam proprietários ou promitentes compradores de imóvel residencial em qualquer parte do país;

c) tenham recebido, a qualquer época, subsídios diretos ou indiretos com recursos orçamentários da União e/ou dos Fundos Habitacionais FAR, FDS, FGTS e FNHIS para aquisição de moradia, e

d) tenham recebido, a qualquer época, lote oriundo de programas habitacionais, salvo se a modalidade requerida for para edificação no mesmo.

3.7.1 Excetuadas as seguintes situações:

a) de emergência ou de calamidade pública declarada nos termos da legislação federal vigente, as famílias desabrigadas que perderam seu único imóvel poderão ser atendidas ainda que o mesmo tenha sido objeto de financiamento habitacional ou que as famílias já tenham recebido benefício de natureza habitacional oriundo de recursos orçamentários da União, respeitada a condição estabelecida no item 3.1, e

b) dos beneficiários que estejam enquadrados na alínea "c" do item 3.7 desde que a unidade habitacional seja componente de empreendimento cancelado e/ou o beneficiário que foi substituído durante a fase de produção, e ainda haja posicionamento favorável do Agente Financeiro e do Agente Operador para a concessão de financiamento no âmbito do PMCMV-E e condição estabelecida no item 3.1.

3.7.2 A documentação necessária para comprovação das alíneas acima será definida pelo Agente Operador.

4 ÁREA DE ATUAÇÃO

Áreas urbanas localizadas no território nacional, observados os requisitos que serão regulamentados pelo Gestor da aplicação dos recursos do FDS.

5 PARTICIPANTES

a) Gestor da Aplicação - Ministério das Cidades;

b) Agente Operador - Caixa Econômica Federal (CAIXA);

c) Agentes Financeiros - Instituições Financeiras Federais;

d) Entidade Organizadora - Cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos habilitadas previamente pelo Ministério das Cidades;

e) Comissão de Representantes - CRE (Controle e Prestação de Contas) e Comissão de Acompanhamento de Obra - CAO (Execução), constituídas em eleição pelos beneficiários;

f) Beneficiários - pessoas físicas cujas famílias se enquadram nas regras do programa e que sejam participantes e indicadas pela Entidade Organizadora;

g) Agentes Fomentadores - Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, Companhias de Habitação Popular - COHABs e órgãos assemelhados;

h) Agentes Executores - Empresas do setor de construção civil responsáveis pela execução da obra ou Entidade Organizadora;

i) Equipe ou órgão de assessoria técnica, contratada pela Entidade Organizadora, e

j) Outros órgãos ou entidades, que a critério da Entidade Organizadora, participem da realização dos objetivos do projeto.

5.1 Compete ao Agente Operador, expedir os atos necessários à atuação de Instituições Financeiras Federais, na operacionalização do PMCMV-E, com recursos da União transferidos ao FDS.

6 MODALIDADES OPERACIONAIS

a) aquisição de terreno e construção;

b) construção em terreno próprio ou de terceiros;

c) aquisição de imóvel novo ou para requalificação;

d) contratação direta com a Entidade Organizadora em terreno de sua propriedade para construção, como substituta temporária dos beneficiários, vinculada à contratação futura com os beneficiários finais, e

e) contratação direta com a Entidade Organizadora para aquisição de terreno, pagamento de Assistência Técnica e despesas com legalização, como substituta temporária dos beneficiários, vinculado à contratação futura para a produção das unidades habitacionais.

6.1 Serão considerados novos os imóveis com até 180 (cento e oitenta) dias de "habite-se", ou documento equivalente, expedido pelo órgão público municipal competente ou, nos casos de prazo superior, que não tenham sido habitados ou alienados.

6.1.1 Serão passíveis de enquadramento, hierarquização, seleção e contratação de propostas no FDS as unidades habitacionais produzidas a partir de 26 de março de 2009 ou aquelas que se encontravam em fase de produção na referida data, exclusivamente.

6.2 O Gestor da Aplicação dos recursos do FDS regulamentará as modalidades operacionais.

7 REGIMES DE CONSTRUÇÃO

7.1 São permitidos os seguintes regimes construtivos:

a) Autoconstrução pelos próprios beneficiários;

b) Mutirão ou auto-ajuda;

c) Autogestão;

d) Administração direta, e

e) Empreitada.

7.1.1 O Gestor da Aplicação dos recursos do FDS conceituará os regimes de construção e disciplinará as suas aplicações.

7.2 No caso de construção verticalizada é obrigatória à contratação na modalidade de empreitada, sendo permitida a execução direta pela Entidade Organizadora quando o Responsável Técnico ou sua Assessoria Técnica comprovar acervo técnico compatível ao projeto elaborado.

8 CONDIÇÕES OPERACIONAIS GERAIS

8.1 Composição do Investimento

8.1.1 É representado pela composição das parcelas de custos diretos necessários à produção do empreendimento e indiretos para regularização fundiária e jurídica da operação perante os órgãos competentes, definidos e regulamentados pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FDS.

8.1.2 O valor de investimento é limitado aos valores máximos de avaliação pelo porte do Município e/ou localização, conforme disposto no item 8.2.3.1.

8.1.3 De acordo com o enquadramento da proposta/projeto e sua forma de intervenção o valor de investimento é composto total ou parcialmente pelos itens a seguir:

8.1.3.1 Custo Diretos

a) Terreno: valor correspondente ao de aquisição, desapropriação, doação ou avaliação, o que for menor, acrescido das respectivas despesas de legalização, tais como ITBI, taxas e RI;

a.1) O valor do terreno compõe o valor de investimento nos casos em que houver transferência da propriedade;

b) Projetos: valor correspondente ao custo de elaboração dos projetos de engenharia, arquitetura, trabalho social, laudos e pareceres técnicos e jurídicos;

c) Infraestrutura: valor correspondente às obras e serviços na poligonal do empreendimento, que objetivem, conjunta ou alternativamente, a solução de abastecimento de água e esgotamento sanitário, rede de energia elétrica ou iluminação pública, terraplanagem, sistema de drenagem pluvial, pavimentação de passeios e das vias de acesso internas da área e obras de contenção e estabilização do solo;

d) Edificação: valor correspondente ao custo da unidade habitacional;

e) Assistência Técnica: acompanhamento e gerenciamento da execução;

e) Trabalho Social: elaboração e execução, e

f) Administração da obra: supervisão e gestão pela Entidade Organizadora.

8.1.3.2 Custos Indiretos

Despesas com taxas, impostos, emolumentos cartorários: valor correspondente às despesas imprescindíveis à constituição do crédito e à regularização da operação de financiamento, assim entendido como os custos referentes à:

1) Registro do contrato no Registro de Imóveis;

2) Obtenção do "habite-se" junto a Prefeitura Municipal ou órgão público equivalente;

3) Certidão Negativa de Débito da Obra;

4) Averbação das construções no Registro de Imóveis, e

5) Instituição/especificação do condomínio e individualização das unidades nas respectivas matrículas imobiliárias, quando for o caso.

8.2 Limites Operacionais

Na elaboração dos projetos devem ser observados os seguintes limites, para fins de enquadramento no Programa:

8.2.1 Número máximo de unidades por projeto, conforme a seguir:

a) até 200 (duzentas) unidades habitacionais nas modalidades operacionais de:

a.1) aquisição de terreno e construção;

a.2) construção em terreno próprio ou de terceiros;

a.3) aquisição de imóvel novo ou para requalificação, a ser regulamentado pelo Gestor da Aplicação.

b) até 500 (quinhentas) unidades habitacionais nas modalidades operacionais de:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

b.1) contratação direta com a Entidade Organizadora em terreno de sua propriedade para construção, como substituta temporária dos beneficiários, vinculada à contratação futura com os beneficiários finais, e

b.2) contratação direta com a Entidade Organizadora para aquisição de terreno, pagamento de Assistência Técnica e despesas com legalização, como substituta temporária dos beneficiários, vinculado à contratação futura para a produção das unidades habitacionais.

8.2.2 O Gestor da Aplicação dos recursos do FDS, mediante solicitação da Entidade Organizadora e parecer favorável dos Agentes Operador e Financeiros, poderá autorizar a ampliação de até 50% (cinqüenta por cento) da quantidade de unidade do limite estabelecido, na letra "a", do subitem anterior.

8.2.3 Valor da operação no máximo de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) por unidade habitacional, a ser regulamentado pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FDS.

8.2.3.1 Os imóveis objeto de financiamento, observarão o limite de valor de venda ou de avaliação ou de investimento de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

8.2.3.1.1 Admitir-se-á a elevação do limite estabelecido nos casos a seguir especificados:

a) até R$ 130.000,00 (centro e trinta mil reais), nos casos de imóveis situados no Distrito Federal, em municípios integrantes das regiões metropolitanas ou equivalentes dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e municípios com população igual ou superior a 1.000.000 (um milhão) de habitantes;

b) até R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos casos de imóveis situados em municípios com população igual ou superior a 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes, capitais estaduais, municípios integrantes de regiões metropolitanas ou equivalentes, inclusive aqueles integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF, não especificados na letra "a", e

c) as propostas de projetos de requalificação de imóveis ou produção habitacional em cidades históricas, que excederem os valores dispostos neste item, deverão ser encaminhadas à apreciação da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, mediante solicitação fundamentada da Instituições Financeiras Oficial federal.

8.2.4 Os limites por tipologia, especificação mínima da unidade habitacional e número máximo de unidades habitacionais pelo porte do município serão definidos pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FDS.

8.2.5 Os recursos orçamentários serão distribuídos tendo como referência o déficit habitacional absoluto de cada estado da Federação, conforme PNAD 2008.

8.2.6 Nos empreendimentos habitacionais em edificações multifamiliares, será admitida a produção de unidades destinadas à atividade comercial a eles vinculada, devendo o resultado de sua exploração ser destinado integralmente ao custeio do condomínio a ser regulamentada pelo Gestor da Aplicação.

8.2.7 Será admitida a produção de equipamentos comunitários complementares à habitação, desde que vinculados ao empreendimento e limitados ao atendimento às necessidades dos beneficiários.

8.3 Trabalho Social

O Trabalho Social constitui-se em um conjunto de ações inclusivas, de caráter sócio educativas, voltadas para o fortalecimento da autonomia das famílias, sua inclusão produtiva e a participação cidadã, contribuindo para a sustentabilidade dos empreendimentos habitacionais. A execução é de responsabilidade da Entidade Organizadora e será desenvolvido em 03 (três) etapas:

a) Etapa Pré-Obras - Iniciado em até 90 (noventa) dias antes do início da obra;

b) Etapa Durante as Obras - executada durante as obras, após a assinatura dos contratos de operação entre agente financeiro e beneficiário do empreendimento, e

c) Etapa de Pós-Ocupação - iniciada imediatamente após a conclusão das obras e terá duração de até 90 (noventa) dias.

8.4 Instrução dos Pedidos de Crédito

8.4.1 O Gestor da Aplicação dos recursos do FDS regulamentará os requisitos a serem atendidos pela Entidade Organizadora no processo de habilitação, bem como os critérios para seleção e priorização dos projetos.

8.5 Contrato de Abertura de Crédito e Repasse entre o Agente Operador e o Agente Financeiro

8.5.1 Será realizado Contrato de Abertura de Crédito e Repasse entre o Agente Operador e o Agente Financeiro, para aporte dos recursos.

8.5.2 As condições do contrato de repasse serão definidas pelo Agente Operador, em consonância com os critérios definidos no Programa.

8.5.3 O valor a ser desembolsado pelo FDS por unidade habitacional será até o valor máximo da operação, definido pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FDS.

9 CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FDS

9.1 Os Agentes Financeiros retornarão ao FDS as prestações mensais pagas pelos beneficiários contratantes dos financiamentos.

9.2 O retorno dos recursos da União creditados ao FDS e pagos pelos beneficiários passarão a compor conta específica, remunerada pela Taxa Média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia- SELIC.

9.3 Os recursos onerosos do FDS, que forem utilizados nas contratações no âmbito do PMCMV-E serão ressarcidos pela União, devidamente atualizados pela taxa SELIC, conforme previsto no Art. 82-A da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, alterada pela Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011.

10 CONDIÇÕES DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS AOS BENEFICIÁRIOS PELO AGENTE FINANCEIRO

10.1 O financiamento concedido ao beneficiário será formalizado observando-se as seguintes condições básicas:

a) VALOR DO INVESTIMENTO: corresponde aos custos diretos e indiretos necessários à produção da unidade habitacional;

b) VALOR DA OPERAÇÃO: corresponde ao valor definido pelo Gestor das Aplicações do FDS;

c) VALOR DO FINANCIAMENTO: até o valor da operação;

d) VALOR DA CONTRAPARTIDA OU RECURSOS PRÓPRIOS: diferença entre o Valor de Investimento e o Valor do financiamento;

e) VALOR BRUTO DA PRESTAÇÃO MENSAL INICIAL: corresponde ao valor do financiamento dividido por 120 meses, calculada pela Tabela Price ou SAC;

f) VALOR LÍQUIDO DA PRESTAÇÃO MENSAL INICIAL: a ser regulamentada;

g) VALOR DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA NA PRESTAÇÃO: Diferença entre o Valor Bruto da Prestação e o Valor Líquido da Prestação, concedido independentemente da data do pagamento;

h) QUOTA: a ser regulamentada;

i) XA DE JUROS: 0,00% (zero por cento);

j) PRAZO DE CARÊNCIA: o previsto para execução das obras, limitado ao máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

j.1) Excepcionalmente, a critério do Gestor da Aplicação, por solicitação da Entidade Organizadora e manifestação do Agente Operador e Financeiro, o prazo de carência poderá ser prorrogado, ou concedido novo prazo.

a) PRAZO DE AMORTIZAÇÃO: fixo de 120 (cento e vinte) meses;

l) GARANTIA : Na contratação será adotada uma das seguintes garantias:

l.1) Hipoteca em favor do FDS.

l.2) Responsabilidade Solidária por 72 (setenta e dois) meses, até o máximo de 3 (três) beneficiários.

l.3) Alienação Fiduciária em favor do FDS.

1) No caso de execução com utilização da garantia Alienação Fiduciária o Agente Financeiro receberá 20% (vinte por cento) de comissão sobre o valor que remanescer da dívida, deduzidas as despesas referentes à execução e tributos, e repassará o saldo remanescente ao FDS.

2) Independente da garantia adotada, a falta de pagamento por parte do beneficiário ensejará a sua inserção nos cadastros restritivos.

3) Em empreendimentos de unidades habitacionais dispersas, a garantia responsabilidade solidária será aceita somente em municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

m) CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR: atualizado anualmente pela remuneração básica dos depósitos em poupança com aniversário no dia 1º do mês, durante o prazo de amortização da operação, não havendo esta atualização durante o prazo de carência. Eventual saldo residual ao final do prazo de amortização será assumido pelo FDS.

n) CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO MENSAL: anualmente na data de aniversário do contrato, pela remuneração básica dos depósitos em poupança com aniversário no dia 1º do mês acumulada mensalmente.

o) MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE: não será exigido pagamento do devedor, e, em caso de evento, a dívida remanescente será liquidada ou amortizada pelo FDS a título de subsídio, observando-se o percentual de renda pactuado.

p) DANOS FÍSICOS DO IMÓVEL: as despesas de recuperação serão assumidas pelo FDS, sem exigência de pagamento pelo devedor, limitado ao valor da operação atualizado, decorrentes de:

p.1) incêndio ou explosão;

p.2) inundação e alagamento causados por agentes externos;

p.3) desmoronamento parcial ou total de paredes, vigas ou outra parte estrutural, desde que causados por forças ou agentes externos, e

p.4) destelhamento, causados por ventos fortes ou granizos.

p.1.1) O FDS não assume as despesas de recuperação de imóveis relativas:

p.1.1.1) às providências tomadas para o combate à propagação dos Danos Físicos ao Imóvel - DFI, para a sua salvaguarda, proteção e desentulho do local;

p.1.1.2) às prestações mensais devidas pelo mutuário ao Agente Financeiro, quando em caso de ocorrência de DFI, for constatada a necessidade de sua desocupação;

p.1.1.3) aos aluguéis, quando houver desocupação do imóvel;

p.1.1.4) à perda de conteúdo, em caso de perda do imóvel;

p.1.1.5) às obras externas necessárias à proteção do imóvel, fora do perímetro do terreno em que ele esteja edificado;

p.1.1.6) às obras de infraestrutura;

p.1.1.7) à má conservação, assim entendida a falta dos cuidados usuais visando o funcionamento normal do imóvel, como por exemplo, a limpeza de calhas e tubulações de esgotos;

p.1.1.8) aos atos do próprio mutuário ou de quem suas vezes fizer;

p.1.1.9) aos atos externos que provoquem a repetição de ocorrências anteriormente indenizados sem que tenha sido tomadas, por quem de direito, as providências indicadas pelo Agente Operador;

p.1.1.10) à água de chuva ou neve, quando penetrando diretamente no interior do imóvel, pelas janelas, vitrinas, clarabóias, respiradouros ou ventiladores abertos ou defeituosos;

p.1.1.11) à água de torneira ou registro, ainda que deixados abertos inadvertidamente;

p.1.1.12) à infiltração de água ou outra substância líquida através de pisos, paredes e tetos, salvo quando conseqüente das ocorrências garantias;

p.1.1.13) as águas provenientes de ruptura de encanamentos, canalizações, adutoras e reservatórios, que pertençam ao próprio imóvel ou ao edifício conjunto ao qual seja o imóvel parte integrante;

p.1.1.14) à recuperação de imóvel por danos oriundos de vícios de construção, comprovados pelo laudo de vistoria promovido pelo Agente Operador;

p.1.1.15) aos danos físicos repetitivos de ocorrências anteriormente garantidas sem que tenham sido tomadas, por quem de direito, as providências necessárias para impedi-las, e estas repetirem-se no intervalo inferior a 3 anos desde a última ocorrência, e

p.1.1.16) à recuperação de imóveis por danos decorrentes de uso e desgaste verificados exclusivamente em razão do decurso do tempo e da utilização normal da coisa, ainda que cumulativamente relativos à: revestimentos, instalações elétricas, instalações hidráulicas, pintura, esquadrias, vidros ferragens e pisos.

q) IMPONTUALIDADE: a quantia a ser paga será atualizada com base na remuneração básica dos depósitos em caderneta de poupança com aniversário no dia primeiro pelo critério pro rata die, desde a data do vencimento, inclusive, até a data do pagamento, exclusive. Sobre o valor da obrigação atualizado, incidirá juros moratórios à razão de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso.

r) RESTRIÇÃO CADASTRAL DOS BENEFICIÁRIOS: É permitida a participação de beneficiário com restrição cadastral no SPC e/ou SERASA, exceto CADIN - Cadastro Informativo de Crédito não Quitados do Setor Público Federal.

s) ENCARGOS DURANTE A FASE DE PRODUÇÃO: não são devidos encargos nesta fase.

t) INCENTIVOS A ADIMPLÊNCIA:

u.1) Será direcionado mensalmente à Entidade Organizadora o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do total pago pelo grupo de beneficiários, quando a adimplência for de 100% (cem por cento), verificada até o último dia de cada mês.

u) Em caso da utilização dos recursos ou da unidade habitacional em finalidade diversa do objeto do programa, será exigida a quitação antecipada do financiamento implicando no pagamento do valor da dívida contratual total do imóvel, acrescido de juros e atualizações monetária, com base na remuneração dos recursos que serviram de lastro à sua concessão, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei.

v) A quitação antecipada do contrato implicará no pagamento do saldo integral da dívida do imóvel, incluindo o valor correspondente à subvenção econômica.

x) Não será admitida a transferência inter vivos de imóveis sem a respectiva quitação.

x.1) Admite-se a substituição de beneficiários, exclusivamente durante o processo de carência, condicionada à homologação em assembléia geral dos beneficiários, com Ata registrada e encaminhada pela Entidade Organizadora ao Agente Financeiro.

x.2) Serão consideradas nulas as cessões de direitos, promessas de cessões de direitos ou procurações que tenham por objeto a compra e venda ou promessa de compra e venda ou a cessão de imóveis adquiridos sob as regras do PMCMV-E e que estejam em desacordo com o item 10, letra v, para contratos firmados em data posterior a 16 de junho de 2011.

y) Projeto: corresponde aos valores dos projetos de engenharia, inclusive levantamentos, sondagens, pareceres, laudos, serviços jurídicos e capacitação para autogestão na fase pré-obra, licenciamentos e demais elementos necessários à execução da obra, limitado aos seguintes percentuais do valor da operação:

y.1) 3% do valor da operação para projetos com até 50 unidades habitacionais;

y.2) 2% do valor da operação para projetos com mais de 50 e até 100 unidades habitacionais; e,

y.3) 1,5% do valor da operação para projetos com mais de 100 unidades habitacionais

y.1.1) O Gestor da Aplicação dos recursos do FDS, mediante solicitação da Entidade Organizadora e parecer favorável dos Agentes Operador e Financeiro, poderá autorizar a ampliação de até 50% (cinqüenta por cento) da porcentagem referida nos subitens anteriores.

10.2 Na modalidade de operação de antecipação para aquisição do terreno, prevista no item 06, alínea "e", serão adotados os critérios previstos nesta Resolução, com a seguinte alteração:

a) Valor do financiamento: valor repassado pelo FDS para aquisição de terreno e pagamento de assistência técnica para elaboração de projetos;b) Excepcionalmente, no caso de haver extrapolação dos custos apresentados no projeto em relação ao limite máximo do valor unitário da operação definido para o município/UF, a Entidade Organizadora deverá fazer o aporte da diferença apurada, sob a forma de contrapartida;c) Estimativa orçamentária: para seleção da proposta, o Gestor da Aplicação dos recursos do FDS, considera 100% do valor máximo unitário da operação definido para o município/UF;

d) Composição da Aquisição do Terreno: correspondente ao valor de compra e venda ou de avaliação do imóvel efetuada pelo Agente Financeiro, o que for menor, acrescido das despesas de registro e legalização, caso necessárias, limitado a no máximo 15% do valor da operação;

e) Excepcionalmente, devidamente justificado pela Entidade Organizadora, os Agentes Operador e Financeiro poderão autorizar valor do terreno acrescido das despesas de registro e legalização acima do limite previsto na alínea "d";

f) As despesas de elaboração de projeto serão pagas pelo Agente Financeiro mediante comprovantes de pagamento e/ou de vínculo empregatício do responsável técnico com a entidade e após a apresentação da peça técnica pela Entidade Organizadora;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

g) A contratação da operação somente poderá ser efetivada para terreno com projeto de loteamento ou condomínio aprovado;

g.1) Excepcionalmente, devidamente justificado pela Entidade Organizadora, o Agente Operador e Financeiro poderão autorizar a contratação de operação cujo projeto de loteamento ou condomínio ainda não tenha sido aprovado pela prefeitura, desde que seja possível analisar a viabilidade técnica de infraestrutura, fundiária e urbanística do empreendimento. A individualização das unidades habitacionais será efetivada até a assinatura dos contratos com os beneficiários.

h) A Entidade Organizadora deverá apresentar o projeto inicial ao Agente Financeiro no prazo máximo de 120 dias, contados a partir da contratação da operação.

i) A Entidade Organizadora deverá assinar o contrato de edificação na área contratada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da contratação da operação, e

j) A Secretaria Nacional de Habitação poderá autorizar a prorrogação dos prazos definidos nos subitens "h" e "i" mediante solicitação fundamentada da Entidade Organizadora, corroborada pelo Agente Financeiro e Operador.

10.3 Para as modalidades operacionais de contratação direta com a Entidade Organizadora previsto no item 06, letras "d" e "e", respectivamente, serão considerados os critérios previstos nesta Resolução, com as complementações seguintes:

a) Não será necessária a avaliação de risco de crédito da Entidade Organizadora por parte do Agente Financeiro para verificação de sua capacidade de pagamento;

b) O saldo devedor da Entidade Organizadora corresponde ao valor total de financiamento .

c) Garantia: Alienação Fiduciária;

d) A Entidade Organizadora tem até 90 (noventa) dias antes da finalização do prazo previsto para conclusão das obras para ratificar os beneficiários finais e apresentar a documentação pertinente para assinatura dos contratos de financiamento, e em caso de descumprimento:

d.1) O contrato entrará em retorno se não for excepcionalizada a prorrogação de prazo pelos Agentes Financeiro e Operador.

d.2) Os imóveis serão retomados e alienados de acordo com a legislação regulamentar existente, no caso do contrato entrar em retorno e houver a inadimplemento da Entidade Organizadora;

d.2.1) Prazo de amortização: fixo em 12 (doze) meses.

e) Prazo de Carência: será de até 24 (vinte e quatro) meses a partir da contratação da edificação.

e.1) O contrato entrará em retorno se não for excepcionalizada a prorrogação de prazo pelos Agentes Financeiro e Operador.

f) Não será permitida a apuração de ganho financeiro pela Entidade Organizadora na comercialização dos imóveis;

g) O valor devido pela Entidade Organizadora, em caso de descumprimento das condições para transferência aos beneficiários finais, será obtido utilizando-se o sistema de amortização constante, no prazo de 12 (doze) meses e com taxa de juros de 0% (zero por cento) a.a;

h) No caso de inadimplemento e execução da garantia o Agente Financeiro receberá 20% (vinte por cento) de comissão sobre o valor que remanescer da dívida, deduzidas as despesas referentes à execução e tributos, e repassará o saldo i) Regime de Construção: empreitada global, exceto se a Entidade Organizadora ou a sua Assessoria Técnica comprovarem experiência em gestão de obras e projeto junto ao Agente Financeiro;

j) Limite de contratação: até 20% (vinte por cento) do total dos investimentos estabelecidos no Plano de Metas do PMCMV-E para o exercício.

k) Despesas do FDS: as despesas de impostos, taxas, vigilância e custos cartorários de imóveis retomados pelo Agente Financeiro por meio de execução da garantia serão suportados pelo FDS com os recursos da conta de retorno das prestações;

l) O Gestor da aplicação do recurso do FDS, mediante parecer favorável dos Agentes Operador e Financeiro poderá autorizar nas modalidades previstas no caput, as seguintes excepcionalizações:

l.1) a contratação de mais de um projeto por Entidade Organizadora, limitado a 03 (três) projetos;

l.2) a contratação com mais de uma Entidade Organizadora em um mesmo projeto/ proposta, limitado a 03 (três) entidades.

m) Nos casos de contratação direta da Entidade Organizadora, como substituta temporária dos beneficiários, serão exigidas as seguintes condições:

m.1) Listagem com identificação do conjunto de beneficiários que serão contemplados com os financiamentos ao final do prazo de carência.

m.2) Análise antecipada da viabilidade da proposta efetuada pelo Agente Financeiro, caso a operação requeira a antecipação de recursos para aquisição de terreno e/ou remuneração de Assistência Técnica.

n) A substituição de beneficiário constante da listagem inicial poderá ocorrer por desistência do interessado, formalizada à direção da Entidade Organizadora, ou por exclusão aprovada em Ata da Assembléia Geral devidamente registrada, ou na hipótese de superação do limite de renda pelo beneficiário quando da assinatura do contrato.

n.1) Nos casos de substituição de beneficiário a Entidade Organizadora, obrigatoriamente, informará ao Agente Financeiro encaminhando cópia do documento que formalizou a desistência ou cópia da Ata da Assembléia Geral que ratificou a exclusão, e

o) A não obediência dos prazos pactuados com a Entidade Organizadora poderá ensejar a execução imediata da garantia.

11 FORMA E CONDIÇÕES DE LIBERAÇÃO DE PARCELAS DURANTE A FASE DE CARÊNCIA

11.1 De acordo com a comprovação da execução do cronograma físico financeiro, para o regime de construção empreitada global, no qual as parcelas referentes à construção não podem ser antecipadas.

11.1.1 Para o regime de construção de empreitada global, caso haja execução de etapa em prazo inferior a 30 dias da última liberação, será permitida nova liberação da parcela.

11.2 Para os demais regimes de construção, a primeira parcela de recurso será antecipada, bem como as demais liberações mediante comprovação da execução de obras e serviços de etapa prevista no cronograma físico financeiro.

11.2.1 Caso a etapa anterior não tenha sido executada em sua totalidade no prazo previsto, visando não paralisar a obra, excepcionalmente e com justificativa do Agente Financeiro, o Agente Operador poderá autorizar a liberação proporcional da parcela seguinte.

11.3 Excepcionalmente, a critério do Agente Financeiro e do Agente Operador, e mediante solicitação da Entidade Organizadora as liberações podem ser efetuadas conforme abaixo:

a) a primeira parcela é liberada antecipadamente pelo Agente Financeiro em até 15 (quinze) dias após a apresentação do contrato registrado no Registro de Imóveis - RI ou Cartório de Títulos e Documentos e a Entidade Organizadora tem até 30 (trinta) dias para início da obra após liberado a parcela;

b) A segunda parcela pode ser liberada após 30 (trinta) dias contados da liberação da primeira, mediante a comprovação do início das obras;

c) A terceira e todas as demais parcelas subseqüentes previstas no cronograma financeiro serão liberadas mediante a comprovação da execução do percentual de obra referente à penúltima parcela liberada, e

d) O percentual máximo previsto no cronograma de obras para cada parcela não poderá ser superior a 8,5 % (oito e meio por cento) do valor total da obra.

12 SEGREGAÇÃO DOS RECURSOS DA UNIÃO

12.1 Os recursos da União destinados aos financiamentos e descontos concedidos aos beneficiários e à remuneração do Agente Financeiro, serão segregados pelo Agente Operador, em Conta Específica do FDS, denominada Conta Recursos do OGU, e serão remunerados pela Taxa Média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

12.2 Para garantir o pagamento das despesas de recuperação de danos físicos nos imóveis, a cada financiamento com o beneficiário final será segregado em conta específica do FDS, remunerada à taxa SELIC, na data da contratação, o valor correspondente à aplicação do valor correspondente à aplicação do fator de 0,0001 sobre o valor da operação no prazo de 120 (cento e vinte) meses.

12.3 Caso os recursos segregados para assunção das despesas de recuperação de danos físicos não sejam suficientes, serão utilizados os recursos da Conta Subsídios do FDS.

12.4 O pagamento de 5% (cinco por cento) do total pago pelo grupo de beneficiários serão suportados pelos recursos creditados na conta específica de retorno de recursos da União.

13 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES FINANCEIROS E OPERADOR

13.1 A taxa de administração dos Agentes Financeiros será paga à vista, em espécie, por operação de crédito realizada, no valor mensal de R$ 22,06 (vinte e dois reais e seis centavos), apurada durante o prazo de carência e amortização, descontada a taxa de 12% a.a. (doze por cento ao ano).

13.2 Nos casos de contratação direta com a Entidade Organizadora, para o cálculo da taxa de administração dos Agentes Financeiros será considerado um contrato com prazo de 120 (cento e vinte) meses, utilizando-se o mesmo valor e taxa do subitem 12.1.

13.3 O Agente Operador do FDS será remunerado pela operacionalização do PMCMV-E, no bojo da taxa de administração estabelecida pelo Conselho Curador do FDS, conforme estabelece o Art. 6º, da Lei 8.677/1993.

14 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

14.1 Pelo Gestor da Aplicação:

14.1.1 Objetivando o acompanhamento e avaliação do desempenho das operações, o Agente Operador disponibilizará ao Gestor da Aplicação do FDS o que segue:

a) informações mensais sobre as operações contratadas, discriminando o nome do empreendimento, município, Unidade da Federação, endereço do empreendimento; nome da Entidade Organizadora e da empresa contratada quando houver; valor total da operação e número de unidades que compõem o empreendimento; data prevista para conclusão da obra e parceria do poder público local - característica adicional se for o caso;

b) informações mensais sobre os empreendimentos concluídos, discriminando a data de conclusão, a Entidade Organizadora, empreendimento, município, Unidade da Federação, unidades construídas, valor total da operação e empregos gerados;

c) informações mensais sobre o índice de inadimplência dos empreendimentos do PMCMV-E, bem como providências para o saneamento de eventual elevação da inadimplência; e

d) outras informações solicitadas pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FDS.

14.1.2 As informações mencionadas serão disponibilizadas ao público no sítio eletrônico do Ministério das Cidades, após o encaminhamento para a Secretaria Nacional de Habitação, por aplicativo a ser definido conjuntamente, com os Agentes Financeiros.

14.2 Pelos Beneficiários

14.2.1 O acompanhamento e a avaliação físico/financeira da execução dos projetos serão exercidos pela Comissão de Obras - CAO e pela Comissão de Representantes - CRE, assim constituídas:

a) COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS - CAO - eleita em assembléia convocada pela Entidade Organizadora, com registro em Ata, composta por mínimo de três pessoas, sendo uma indicada pela Entidade Organizadora e duas do grupo de beneficiários dos projetos e distintos dos membros da CRE, responsáveis pela execução do empreendimento juntamente com os beneficiários e a Entidade Organizadora.

b) COMISSÃO DE REPRESENTANTES - CRE - eleita em assembléia convocada pela Entidade Organizadora, com registro em Ata, composta por no mínimo três pessoas, sendo uma indicada pela Entidade Organizadora e duas do grupo de beneficiários do projeto, e será responsável pelo acompanhamento financeiro do empreendimento e pela abertura e movimentação da conta bancária.

15 DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 É vedada a participação de Entidade Organizadora que possuam fins lucrativos, restrições cadastrais ou que apresentem atraso na execução de obras, superior a seis meses, em contratos firmados, na qualidade de partícipes ou intervenientes, com os Agentes Financeiros.

15.1.1 Será atribuída penalidade ou responsabilidade à Entidade Organizadora por eventual inadimplência de beneficiários em empreendimentos regularmente concluídos, somente após realização de campanha de cobrança e redução do índice, realizada conjuntamente com o Agente Financeiro do empreendimento.

15.2 A Entidade Organizadora é responsável por fixar os critérios de seleção da demanda, os quais devem ser divulgados nos meios de comunicação no município, respeitando o princípio de transparência e publicidade.

15.3 A Entidade Organizadora deverá solicitar ao Gestor Local do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CADÚNICO no DF ou município, a inserção ou atualização dos beneficiários selecionados, ficando responsável pelo acompanhamento.

15.3.1 Nos casos em que não seja possível a inserção ou alteração no CADÚNICO, no prazo hábil para contratação, o ofício de solicitação da Entidade Organizadora com o ateste de recebimento pelo Gestor Local do CADÚNICO é suficiente para a contratação.

15.4 O Agente Financeiro encaminhará a lista de beneficiários selecionados ao administrador do Cadastro Nacional de Mutuários - CADMUT.

15.4.1 O Agente Financeiro deverá solicitar a exclusão do registro no CADMUT no caso de:

a) o mutuário não ter usufruído da moradia porque foi substituída por outro mutuário antes da finalização da obra do empreendimento, e

b) as unidades habitacionais não terem sido construídas porque o contrato do empreendimento foi cancelado.

15.4.2 Os pedidos de exclusão do cadastro devem ser instruídas de acordo com as orientações do administrador do CADMUT.

15.4.2.1 A Entidade Organizadora deverá solicitar ao Gestor Local do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CADÚNICO o cancelamento do cadastro do benefício, caso ocorra.

15.5 A Entidade Organizadora encaminhará ao Conselho Gestor do Fundo Estadual e/ou Local de Habitação de Interesse Social comunicação sobre os projetos contratados.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 375, DE 17 DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES e o MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, resolvem:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho Interministerial - GTI com a finalidade de estudar a viabilidade da implementação de modelo de construção e de exploração entre a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS - S.A. - TELEBRÁS e a CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS, de redes de telecomunicações de alta velocidade.

Art. 2º O GTI será coordenado pelos Secretários-Executivos dos Ministérios das Comunicações e de Minas e Energia e composto, adicionalmente, por dois representantes, titular e suplente:

a) do Ministério das Comunicações;

b) do Ministério de Minas e Energia;

c) da TELEBRÁS; e

d) da ELETROBRAS.

§ 1º Os membros do GTI serão designados pelos Ministros de Estado das Comunicações e de Minas e Energia, no prazo de até 15 dias contados a partir da publicação desta Portaria.

§ 2º Os trabalhos do GTI contarão com o apoio técnico, administrativo e jurídico dos Ministérios de Comunicações e de Minas e Energia.

§ 3º O GTI poderá constituir subgrupos de trabalho para a realização de estudos específicos, podendo convidar representantes de outros órgãos e entidades.

§ 4º Eventuais despesas com diárias e passagens dos membros do referido Grupo de Trabalho correrão por conta dos órgãos e entidades que representam.

Art. 3º O GTI terá o prazo de até 60 dias, a contar da designação de seus membros, para a conclusão de suas atividades, devendo apresentar relatório técnico contemplando os estudos e as análises efetuadas, além de propor os atos e ações necessárias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

EDISON LOBÃO
Ministro de Estado de Minas e Energia

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 297, DE 1º DE AGOSTO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto n° 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.000136/2000 e 53000.012093/2010, resolve:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 17 de junho de 2010, a permissão outorgada à INTERSOM - EMISSORAS DE FREQÜÊNCIA MODULADA LTDA., pela Portaria nº 127, de 10 de junho de 1980, publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 1980, e renovada pela Portaria nº 463, de 26 de setembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 1997, referendada pelo Decreto Legislativo nº 199, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 303, DE 1º DE AGOSTO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto n° 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.022728/2008 e 53740.000659/1998, resolve:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de agosto de 2008, a permissão outorgada à RÁDIO PRANCHITA FM LTDA, pela Portaria nº 399, de 26 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no Município de Pranchita, Estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 304, DE 1º DE AGOSTO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto n° 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.019342/2008 e 53700.000177/1998, resolve:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 9 de agosto de 2008, a permissão outorgada à RÁDIO FM AMÉRICA DE AQUIDAUANA LTDA., pela Portaria nº 204, de 5 de agosto de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 9 de agosto de 1988.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 18 de agosto de 2011

Tendo em vista o recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA DE RADIODIFUSÃO em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Varzelândia, Estado de Minas Gerais, acolho o PARECER N° 889/2011/MHO/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a não conhecer o recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - NÃO CONHECIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
7/2000	MG	VARZELÂNDIA	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA DE RADIODIFUSÃO

Acolho o PARECER Nº 958/2011/TFC/ CGCE/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO o certame, promovendo as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
072/2001	PB	CAMPINA GRANDE	TV	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PIEMONTE LTDA	53103.000240/01

Tendo em vista o recurso interposto contra decisão da Comissão de Licitação, que tornou sem efeito a homologação. na Concorrência nº 072/2001-SSR/MC, para a localidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, acolho o PARECER Nº 958/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a não conhecer do recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO ÚNICO

RECURSO - NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	PROCESSO
072/2001	PB	CAMPINA GRANDE	TV	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PIEMONTE LTDA	53103.000240/01

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 6.347, DE 30 DE SETEMBRO DE 2010

Processo nº 53500.004904/2010 - Aplica a NOVA RADIO TAXI S/S LTDA ME, nova denominação social de SANTO ANDRÉ RADIO TAXI S/C LTDA-ME, CNPJ 01.235.384/0001-94, FISTEL nº 50000742031, a sanção de caducidade da autorização para exploração do Serviço de Radiotáxi Especializado, consubstanciada no Despacho nº 954/DMC/SPO, de 20 de junho de 1996, publicado no DOU em 1º de agosto de 1996, pelo descumprimento do disposto no art. 6º, §2º, e art. 8º, da Lei nº 5.070/1966, e no art. 11, do Anexo à Resolução nº 255/2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 15 de dezembro de 2010

Nº 11.855 -
Processo nº 535000025712003 -

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo interposto pela BRASIL TELECOM S/A, Filial MT, CNPJ nº 76.535.764/0329-32, em face das determinações do Despacho nº 5.476/2008/PBCPP/PBCP/SPB, de 22 de dezembro de 2008, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração dos indícios de descumprimento ao Regulamento Sobre Divulgação de Listas de Assinantes e de Edição e Distribuição de Lista Telefônica Obrigatória Gratuita, aprovado pela Resolução n° 66, de 09.11.1998, decidiu, em sua Reunião nº 590, realizada em 02 de dezembro de 2010, conhecer do Recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, declarando a incidência da prescrição quinquenal, com fundamento no artigo 1º da Lei n.º 9.873, de 23 de novembro de 1999, com o consequente arquivamento dos autos do processo, afastando-se a sanção de multa aplicada, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 541/2010-GCJV, de 17 de novembro de 2010.

Em 13 de julho de 2011

Nº 5.449 -
Ref.: Processo nº 53500.008548/2000.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela BRASIL TELECOM S/A, CNPJ/MF n° 76.535.764/0329-32, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 23 do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra decisão do Conselho Diretor, exarada por meio do Despacho n° 239/2010-CD, de 19 de janeiro de 2010, decidiu, por meio da Reunião n° 612, realizada em 30 de junho de 2011, conhecer o Pedido de Reconsideração apresentado para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida, pelas razões e justificativas constantes na Análise n° 345/2011-GCER, de 24 de junho de 2011.

Em 19 de julho de 2011

Nº 5.518 -
Ref: Processo nº 53500.021006/2004 -

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASL CENTRAL - CTBC Telecom S.A., CNPJ/MF n° 71.208.516/0001-74, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nos Setores 3, 22, 25 e 33 da Região I do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra decisão exarada pelo Conselho Diretor por meio do Despacho n.º 10.891/2010-CD, de 25 de novembro de 2010, nos autos do Processo em epígrafe, instaurado em decorrência de reclamação levada a efeito por usuário do referido Serviço, decidiu, em sua 612ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2011, por acompanhar a fundamentação e a conclusão do Conselheiro Relator, nos termos e pelas razões e justificativas da Análise n.º 491/2011-GCJV, de 02 de junho de 2011, não conhecer do Pedido de Reconsideração, ante a ausência de pressuposto processual objetivo para sua admissibilidade, qual seja, o da tempestividade, mantendo, por decorrência, os termos da decisão recorrida.

Em 26 de julho de 2011

Nº 5.701 -
Ref.: Processo nº 53516.000092/2005.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinado o Pedido de Reconsideração e a petição intitulada "Alegações Adicionais", apresentados pela BRASIL TELECOM S/A, CNPJ/MF n° 76.535.764/0321-85, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 19 do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra decisão exarada pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho n° 9.169/2010-CD, de 5 de outubro de 2010, nos autos em epígrafe, decidiu, em sua Reunião n° 612, realizada em 30 de junho de 2011, pelas razões e fundamentos constantes de Análise n° 489/2010-GCJV, de 2 de junho de 2011: i) conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, ii) não conhecer a petição intitulada "Alegações Adicionais" ante a incidência da preclusão consumativa; e iii) determinar a Superintendência de Serviços Públicos que procede à verificação do cumprimento integral da decisão quanto à reparação aos assinantes atingidos, constante do Despacho n° 8.140/2009/PBQID/PBQI/SPB, de 23 de novembro de 2009.

Nº 5.704 -
Ref.: Processo nº 53539.000181/2003

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração com Pedido de Efeito Suspensivo apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - TELEMAR/PB, CNPJ/MF nº 33.000.118/0012-21, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), Setor 9, Região I, do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, consubstanciada do Despacho nº 2.067/2011-CD, de 15 de março de 2011, nos autos do Processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 612, realizada em 30 de junho de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 483/2011- GCJV, de 2 junho de 2011.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em 28 de julho de 2011

Nº 5.775 -
Ref.: Processo nº 53524.004826/2005

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinado o Pedido de Reconsideração apresentado pela COMPANIA DE TELECOMUNICAÇÕES BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM, CNPJ/MF n° 71.208.516/0001-74, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nos Setores 3, 22 e 25, do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra decisão proferida pelo Conselho Diretor por meio do Despacho n° 12.121//2010-CD, datado de 21 de dezembro de 2010, nos autos do processo em epígrafe, instaurado pela averiguação de descumprimentos diversos ao Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução n° 30/1998 e Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pra Resolução n° 217/2000, decidiu, em sua Reunião n° 614, realizada em 21 de julho de 2011: a) conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, b) não conhecer da correspondência protocolada sob o n° 53500.014842/2011, em 1° de julho de 2011, com fundamento no instituto da preclusão consumativa, pelas razões e fundamentos constantes da Análise n° 470/2011-GCJR, de 14 de julho de 2011.

Nº 5.777 -
Ref.: Processo nº 53520.000193/2005

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinado o Pedido de Reconsideração apresentado pela BRASIL TELECOM S/A, Filial Santa Catarina, CNPJ/MF n° 76.535.764/0322-66, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 18 do Plano Geral de Outorgas (PGO), em fase da decisão do Conselho Diretor, consubstanciada no Despacho n° 4.187/2008-CD, de 17 de outubro de 2008, decidiu, em sua Reunião n° 614, realizada em 21 de julho de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise n° 372/2011-GCJR, de 8 de junho de 2011.

Em 5 de agosto de 2011

Nº 6.082 -
Processo nº 53560.000943/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TIM NORDESTE S/A, autorizada do Serviço Móvel Pessoal - SMP, CNPJ/MF nº 01.009.686/0001-44, em face da decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 397/2011-CD, de 18 de janeiro de 2011, decidiu, em sua Reunião n.º 615, realizada em 28 de julho de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, em sua integralidade, a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 612/2011-GCJV, de 21 de julho de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 5.734, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Autorizar PRINTSCOM RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ nº 06.054.792/0001-63 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 20/08/2011 a 20/09/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 5.735, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Autorizar RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ nº 60.509.239/0001-13 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Barretos/SP, no período de 18/08/2011 a 30/08/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 5.176, DE 25 DE JULHO DE 2011

53500.005766/1999, 53500.015237/2006 e 53500.007578/2008 - Expede autorização do direito de uso de canais de radiofrequência associados ao Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP à VALE S.A., CNPJ n.º 33.592.510/0164-09, sem exclusividade, por 15 (quinze) anos, prorrogável uma única vez, por igual período, e a título oneroso, conforme Tabela abaixo:

Município/UF	Canais (Anexo C, Resolução n.º 558/2010/Anatel)	Validade
Brumadinho/MG	3, 7, 11, 15, 19, 24, 28, 32, 36, 39, 40, 44, 49, 56, 60, 64, 68, 72, 76 e 80	15 anos
Ouro Preto/MG	2, 3, 7, 11, 15, 19, 24, 28, 31, 32, 35, 36, 40, 44, 49, 50, 54, 56, 58, 60, 64, 68, 72, 76 e 80	
Vitória/ES	1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 39, 41, 44, 46, 48, 50, 52, 54, 56, 58, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 72, 74, 76, 78 e 80	
Nova Lima/MG	3, 4, 7, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 42, 46, 48, 49, 60, 61, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 74, 75, 76 e 78	
Itabirito/MG	5, 8, 13, 17, 26, 41, 47, 59, 67 e 73	

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de dezembro de 2008

Nº 5.476/2008/PBCPP/PBCP/SPB -

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, no exercício das atribuições conferidas pelos artigos 135 e 190 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001, motivado pelo que consta dos autos do Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO) nº 535000025712003 em desfavor da Brasil Telecom S.A - Filial MS, Concessionária do STFC, Setor 21 do Plano Geral de Outorgas - PGO, versando sobre indícios de descumprimento ao Regulamento sobre Divulgação de Listas de Assinantes e de Edição e Distribuição de Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita, anexo à Resolução n° 66, de 09.11.1998, resolve aplicar sanção de MULTA à Brasil Telecom S.A. - Filial MT, Setor 23 do Plano Geral de Outorgas - PGO, no valor total de R$ 3.380.960,00 (três milhões, trezentos e oitenta mil e novecentos e sessenta reais) para as infrações de não edição e não atualização de LTOG, o que abrange a ausência de publicidade sobre edição e distribuição, descumprindo o art. 9° caput, §1° e §2° e 22 §1° da Resolução n° 66, com base nos critérios de dosimetria expostos no Informe n° 38/2006/PBCPP/PBCP/SPB. Notifique-se a parte interessada.

GILBERTO ALVES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 202, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XXVI, e cumprindo o que estabelece o Parágrafo Único do mesmo artigo, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401 de 22/08/2006, alterada pela Portaria nº 591, de 18/09/2006, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2006, resolve homologar a transferência do local do local de instalação do sistema irradiante.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF	Novo Local de Instalação	Novas Coordenadas Geográficas
202	53000.001536/99	Associação Cata-Vento Juventude e Cidadania	Sobradinho/DF	QMS 30ª - Bloco T - Lote 08 - Loja 01	15S3808 de latitude e 47W5014 de longitude

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1, de 14 de junho de 2011, publicadas no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2011.

GENILDO LINS ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 205, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso IX do art. 187 da Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401 de 22 de agosto de 2006, alterado Portaria nº 591, de 18/09/2006, publicada no DOU de 20/09/2006 e Portaria nº 711, de 12 de novembro de 2008, publicada no DOU de 13/11/2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no estado de Minas Gerais, competência para a prática dos atos necessários à instrução dos processos de outorga das entidades participantes do Aviso de Habilitação nº 6 de 2011.

Art. 2º No que se refere ao Aviso de Habilitação nº 6 de 2011, ficam delegadas ao titular da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no estado de Minas Gerais, competências para:

I - enviar ofícios contendo exigências, solicitações de projetos técnicos e outras comunicações necessárias à instrução dos processos;

II - propor ao Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica o indeferimento de processos nos casos previstos na legislação competente; e

III - propor ao Ministro de Estado das Comunicações a outorga de autorização para a exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária nos casos previstos na legislação competente.

Art. 2º O titular da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em Minas Gerais deverá enviar os processos instruídos à Coordenação de Radiodifusão Comunitária da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, que deverá se manifestar pela outorga da autorização ou pelo indeferimento do pleito e posterior arquivamento do processo, remetendo os autos à apreciação do Secretário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 195, de 9 de agosto de 2011, publicada no DOU do dia 17 de agosto de 2011, Seção 1, pág. 85, referente a Consulta Pública SCE 08/2011, onde se lê: "É interesse da comunidade de Rancharia ter acesso à programação gerada pela Fundação Século Vinte e Um (programação básica da Rede Record)?", "leia-se: É interesse da comunidade de Rancharia ter acesso à programação gerada pela Fundação Século Vinte Um (programação básica da TV Século Vinte e Um)?".

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 114, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53730.000434/1997, em virtude da sentença exarada nos autos do Processo nº 0001156-33.2010.4.05.8201 resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DA GUIA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Patos, Estado da Paraíba, utilizando o canal 286E (duzentos e oitenta e seis, educativo), classe C.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 115, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.039141/2010, em virtude da sentença exarada nos autos do Processo nº 0001156-33.2010.4.05.8201, resolve:

Autorizar a FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DA GUIA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Patos, Estado da Paraíba, canal 286 E (duzentos e oitenta e seis, educativo), classe C, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no referido município, e aprovar seus locais de instalação.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

SEGUNDO PROTOCOLO ADICIONAL

SEGUNDO PROTOCOLO ADICIONAL AO TRATADO DE LIGAÇÃO FERROVIÁRIA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 1938, doravante denominado "SEGUNDO PROTOCOLO"

A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de um lado

e de outro **A REPÚBLICA DA BOLÍVIA**

doravante denominados "**PARTES**",

CONSIDERANDO que o Artigo IX do Primeiro Protocolo Adicional ao Tratado Sobre Ligação Ferroviária, assinado entre as **PARTES** em 23 de julho de 1964, doravante denominado "**PROTOCOLO**", estabeleceu, pelo prazo de 40 anos, o FUNDO DE DESENVOLVIMENTO BRASIL-BOLÍVIA, doravante denominado "**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO**";

CONSIDERANDO que o Artigo XII do **PROTOCOLO**, estabelece que "*antes do término do prazo previsto no Artigo IX, os Governos do Brasil e da Bolívia entrarão em entendimentos para ... acertar as medidas adequadas para a sua liquidação"*;

CONSIDERANDO que o **PROTOCOLO** deu origem ao CONVÊNIO CONSTITUTIVO DO "FUNDO DE DESENVOLVIMENTO" assinado entre as **PARTES,** em 04 de abril de 1972, no qual se estabeleceram, dentre outras, as normas de funcionamento do **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO** e o aporte de recursos para a sua operacionalização, a saber: o valor da dívida da Bolívia para com o Brasil consolidada nos termos dos Artigos V, VII e IX do **PROTOCOLO**, no valor de US$ 12.216.308,98 (doze milhões, duzentos e dezesseis mil, trezentos e oito dólares norte-americanos e noventa e oito centavos); o valor dos juros incidentes sobre a dívida da Bolívia para com o Brasil pelo prazo de 40 anos, no montante de US$ 8.338.521,77 (oito milhões, trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e um dólares norte-americanos e setenta e sete centavos); "recursos provenientes, em forma rotativa, das amortizações do principal dos financiamentos que forem concedidos" pelo **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO**;

CONSIDERANDO que o Governo Brasileiro perdoará, consoante as cláusulas do Contrato de Reestruturação de Dívida assinado nesta data entre as **PARTES,** o montante de US$ 48.736.549,64 (quarenta e oito milhões, setecentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove dólares norte-americanos e sessenta e quatro centavos) da dívida da Bolívia para com o Brasil, consolidada, em 31 de outubro de 1998, no valor de US$ 50.828.244,64 (cinqüenta milhões, oitocentos e vinte e oito mil, duzentos e quarenta e quatro dólares norte-americanos e sessenta e quatro centavos), dos quais US$ 6.151.593,56 (seis milhões, cento e cinqüenta e um mil, quinhentos e noventa e três dólares norte-americanos e cinqüenta e seis centavos) são referentes ao **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO**;

CONSIDERANDO as negociações bilaterais entre as **PARTES** sobre o perdão da dívida e o **PROTOCOLO** ocorridas em Brasília, nos dia 14 e 15 de abril de 2003 e em La Paz, no período de 1 a 04 de setembro de 2003,

Acordam as **PARTES** o seguinte:

Artigo 1 - Fica extinto o **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO** a partir desta data.

Artigo 2 - Os ativos e passivos do **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO** são transferidos, nesta data, ao Tesouro Nacional brasileiro.

Artigo 3 - Este **SEGUNDO PROTOCOLO** entra em vigor nesta data.

Em fé do que, os Plenipotenciários abaixo assinados, autorizados em boa e devida forma, apuseram suas assinaturas ao presente **SEGUNDO PROTOCOLO**.

Feito em Brasília - Brasil, em 7 de julho de 2004, e na Bolívia, em 8 de julho de 2004, em dois exemplares originais, no idioma português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Antônio Palocci Filho
Ministro da Fazenda

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA
Javier Cuevas Argote
Ministro da Fazenda

ACORDO

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ EQUATORIAL RELATIVO À CRIAÇÃO DA COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Guiné Equatorial
(doravante denominados "Partes"),

Guiados por sua vontade comum de estreitar os laços de solidariedade e de amizade entre os povos da República Federativa do Brasil e da República da Guiné Equatorial; e

Desejosos de intensificar e de consolidar a cooperação entre os dois países nos campos político, econômico, científico, cultural e técnico, tendo em conta o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Equatorial, celebrado em Brasília, em 24 de agosto de 2005,

Acordaram o seguinte:

Artigo 1

1. As Partes instituem uma Comissão Mista de Cooperação Brasil-Guiné Equatorial, doravante denominada "Comissão Mista".

2. A Comissão Mista reunir-se-á a cada dois (2) anos, alternadamente, em cada um dos países, ou conforme conveniência das Partes.

Artigo 2

A Comissão Mista será presidida pelos Ministros das Relações Exteriores das Partes ou por qualquer outra autoridade designada por cada Parte, assistidos por seus especialistas.

Artigo 3

A Comissão Mista tem por objeto:

a) seguir a aplicação de Acordos em vigor e de todos os demais que se assinem futuramente;
b) formular aos respectivos Governos todas as recomendações capazes de impulsionar e dinamizar a cooperação em benefício dos dois países;
c) estudar qualquer problema que lhe submetam os dois Governos;
d) resolver por via pacífica e fraternal qualquer diferença ou litígio que possa surgir entre os dois países.

Artigo 4

As Partes elaborarão e aprovarão o regulamento interno da Comissão Mista.

Artigo 5

1. Cada reunião da Comissão Mista será sancionada pela assinatura de uma Ata Final pelos Chefes de Delegações.

2. As Atas das Sessões serão redigidas em dois textos originais, em língua portuguesa e espanhola.

Artigo 6

1. Este Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de cinco (5) anos, renovável automaticamente por iguais períodos de tempo, a menos que uma das Partes o denuncie, mediante notificação escrita, por via diplomática, seis (6) meses antes do término do período vigente.

2. Em caso de denúncia do presente Acordo, as disposições dos contratos ou convênios em execução, bem como todos os projetos iniciados, não serão afetados.

3. O presente Acordo poderá ser modificado ou emendado, a qualquer momento, de comum acordo, por via diplomática.

4. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à implementação do presente Acordo será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Feito em Malabo, em 5 de julho de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ EQUATORIAL
Pastor Ondo Bilé
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional

(*) Observação: Tendo sido cumpridos os requisitos previstos no seu Artigo 6, este Acordo entrou em vigor em 05 de julho de 2010.

AJUSTE COMPLEMENTAR

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES EM MICROFINANÇAS, DE GESTÃO OPERATIVA DE PROGRAMAS SOCIAIS E O APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E FRONTEIRIÇO DO BRASIL- PERU"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, firmado em Brasília, em 8 de outubro de 1975;

Convencidos do desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de finanças reveste-se de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Fortalecimento de Capacidades em Microfinanças, de Gestão Operativa de Programas Sociais e o Apoio ao Desenvolvimento Regional e Fronteiriço do Brasil - Peru" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é fortalecer as capacidades do Banco de la Nación para desenvolver e implementar, com eficácia, a gestão da plataforma operativa e tecnológica de suporte a programas sociais e de fomento do desenvolvimento econômico, financeiro, social, regional e fronteiriço, bem como fortalecer as capacidades da Caixa Econômica Federal para desenvolver com eficácia as microfinanças.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades a serem desenvolvidas, os resultados e os demais aspectos pertinentes à sua execução.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Caixa Econômica Federal (CEF) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República do Peru designa:

a) a Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Banco de la Nación como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver no Peru as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar aos técnicos enviados pelo Governo peruano instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica programadas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo peruano, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República do Peru cabe:

a) designar técnicos para desenvolver as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros entre as Partes ou qualquer outra atividade gravosa aos patrimônios nacionais das Partes. Os recursos para a implementação das atividades previstas no presente Ajuste Complementar estão contemplados no documento de Projeto correspondente.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Peru.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país onde o mesmo tiver sido elaborado.

Artigo VII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Artigo VIII

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado de comum acordo entre as Partes, por meio de troca de Notas Diplomáticas. As emendas entrarão em vigor pelo mesmo procedimento estabelecido no Artigo XII.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três meses após a data da notificação.

Artigo X

O presente Ajuste Complementar permanecerá vigente por dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes.

Artigo XI

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, firmado em Brasília, em 8 de outubro de 1975.

Artigo XII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor a partir da data em que o Governo da República Federativa do Peru comunique ao Governo da República Federativa do Brasil, por via diplomática, o cumprimento dos requisitos exigidos por seu ordenamento jurídico interno, para tal efeito.

Feito em Lima, em 29 de novembro de 2010, em dois exemplares originais em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU
Néstor Francisco Popolizio Bardales
Vice-Ministro das Relações Exteriores do Peru

(*) Obs: Tendo sido cumpridos os requisitos previstos no parágrafo primeiro de seu Artigo XII, este ajuste complementar entrou em vigor em 3 de abril de 2011.

AJUSTE COMPLEMENTAR

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COSTA RICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "ANÁLISE DA INSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA ELÉTRICO BRASILEIRO E SUA APLICABILIDADE NO NOVO MODELO DO MERCADO PARA O SETOR ELÉTRICO DA COSTA RICA"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Costa Rica
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, assinado em Brasília, em 22 de setembro de 1997;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de energia reveste-se de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objetivo a implementação do Projeto "Análise da Institucionalidade do Sistema Elétrico Brasileiro e sua Aplicabilidade no Novo Modelo do Mercado para o Setor Elétrico da Costa Rica" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é analisar a evolução da institucionalidade do setor elétrico do Brasil e seu modelo do setor elétrico, com vistas a determinar sua aplicabilidade nas funções da UEN CENCE na Costa Rica como Operador do Sistema e Operador do Mercado Nacional.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. Governo da República da Costa Rica designa:

a) o Instituto Costarriquenho de Eletricidade (ICE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, bem como pela execução das referidas atividades.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver na Costa Rica as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo costarriquenho, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República da Costa Rica cabe:

a) designar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros do Estado brasileiro ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional das Partes.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República da Costa Rica.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito do presente Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data em que ambas as Partes comuniquem o cumprimento de seus requisitos internos e terá uma vigência de dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objetivo, exceto se uma das Partes manifestar o contrário.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de desconstituir o presente Ajuste Complementar. As Partes decidirão sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.

Artigo X

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, assinado em Brasília, em 22 de setembro de 1997.

Feito em Brasília, em 4 de abril de 2011, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Antonio de Aguiar Patriota
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA COSTA RICA
René Castro Salazar
Ministro de Relações Exteriores e Culto

(*) Observação: Tendo sido cumpridos os requisitos previstos no seu Artigo VII, este Ajuste Complementar entrou em vigor em 20 de julho de 2011.

AJUSTE COMPLEMENTAR

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COSTA RICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "DINAMIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA PROTEGIDA NA COSTA RICA"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Costa Rica
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, assinado em Brasília, em 22 de setembro de 1997;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de agricultura reveste-se de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objetivo a implementação do Projeto "Dinamização e Transferência de Conhecimento para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Protegida na Costa Rica" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é intercambiar conhecimento e experiências em temas de relevância para a agricultura protegida na Costa Rica, beneficiando as relações entre setores público e privado e propiciando o trabalho conjunto entre especialistas costarriquenhos e brasileiros.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar;

b) a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

c) a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER - DF) como empresa acompanhante, segundo algumas especialidades, para a execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República da Costa Rica designa:

a) a Direção de Cooperação Internacional do Ministério de Relações Exteriores e Culto da República da Costa Rica como instituição responsável pela coordenação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Programa Nacional de Produção Agrícola em Ambientes Protegidos (ProNAP) do Ministério de Agricultura e Pecuária (MAG) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, bem como pela execução das referidas atividades.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver na Costa Rica as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto, mediante a metodologia nele proposta ;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo costarriquenho, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República da Costa Rica cabe:

a) designar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto, mediante a metodologia proposta no mesmo;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional das Partes.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República da Costa Rica.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito do presente Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data em que ambas as Partes comuniquem o cumprimento de seus requisitos internos e terá uma vigência de dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objetivo, exceto se uma das Partes manifestar o contrário.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de desconstituir o presente Ajuste Complementar. As Partes decidirão sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.

Artigo X

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, assinado em Brasília, em 22 de setembro de 1997.

Feito em Brasília, em 4 de abril de 2011, em dois exemplares originais, em português e em espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Antonio de Aguiar Patriota
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA COSTA RICA
René Castro Salazar
Ministro de Relações Exteriores e Culto

(*) Observação: Tendo sido cumpridos os requisitos previstos no seu Artigo VII, este Ajuste Complementar entrou em vigor em 20 de julho de 2011.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO REINO DO MARROCOS SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo do Reino do Marrocos
(doravante denominados "Partes"),

Observando o Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, assinado em Fez, em 10 de abril de 1984; e

Reconhecendo que a promoção da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Rural requer o reconhecimento de condições sociais, econômicas, políticas, históricas, geográficas e ambientais diferenciadas entre os países,

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1
Âmbito da Cooperação

As Partes concordam em estabelecer um programa de cooperação bilateral em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural.

Artigo 2
Autoridades Competentes

As autoridades competentes responsáveis pela implementação deste Memorando de Entendimento serão:

a) pelo Governo da República Federativa do Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário; e

b) pelo Governo do Reino do Marrocos, o Ministério da Agricultura e da Pesca Marítima, representado pelo Ministro da Agricultura e da Pesca Marítima.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Artigo 3
Áreas de Cooperação

As Partes concordam em cooperar, promover intercâmbio de experiências, de peritos governamentais e não-governamentais e de especialistas, em conformidade com suas respectivas leis e regulamentos internos, sobretudo nas áreas de:

a) agricultura familiar;

b) práticas agrícolas em áreas de semi-árido;

c) segurança alimentar e nutricional;

d) desenvolvimento rural;

e) assistência técnica e extensão rural;

Artigo 4
Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Memorando de Entendimento será resolvida por meio de negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Artigo 5

O presente Memorando não implica compromisso de transferência de recursos financeiros entre as Partes ou qualquer outra atividade gravosa a cada patrimônio nacional

Artigo 6
Emendas

O presente Memorando de Entendimento poderá ser emendado, a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

Artigo 7
Legislação

Todas as atividades mencionadas neste Memorando de Entendimento estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e no Reino do Marrocos.

Artigo 8
Entrada em Vigor

Este Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá válido pelo período de quatro (4) anos, sendo renovado, automaticamente, por iguais períodos, salvo manifestação contrária de qualquer das Partes.

Artigo 9
Denúncia

Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar à outra, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Memorando de Entendimento, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data de recebimento da referida notificação.

Feito em Meknés, em 30 de Abril de 2011, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Afonso Florence
Ministro do Desenvolvimento Agrário

PELO GOVERNO DO REINO DO MARROCOS
Aziz Akhannouch
Ministro da Agricultura e da Pesca Marítima

(*) Observação: Tendo sido cumpridos os requisitos previstos no seu Artigo 8, este Acordo entrou em vigor em 30 de abril de 2011.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DA LITUÂNIA SOBRE CONSULTAS POLÍTICAS

O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

e

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Lituânia
(doravante denominados "Partes"),

Orientados pelos princípios de respeito pela soberania, igualdade e não- intervenção nos assuntos internos, de acordo com a Carta das Nações Unidas;

Considerando serem benéficas para ambas as Partes o estabelecimento de consultas políticas e a troca de opiniões, em diferentes níveis, sobre temas das relações bilaterais e problemas regionais e internacionais de interesse mútuo,

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo I

As Partes organizarão, de comum acordo, reuniões regulares de consultas políticas.

Artigo II

As consultas serão realizadas alternadamente em Brasília e Vilnius. O nível das delegações, as datas e a agenda das reuniões serão estabelecidos por via diplomática.

Artigo III

As Partes poderão, de comum acordo, formar grupos de trabalho ou grupos de peritos para o exame de questões específicas. Quando considerado oportuno, poderão convidar para participar desses grupos representantes de outras entidades governamentais e não-governamentais, ou terceiros.

Artigo IV

As Partes estimularão a cooperação entre seus respectivos representantes no âmbito de organizações e foros internacionais.

Artigo V

1. Este Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá validade de cinco (5) anos, sendo automaticamente renovado por períodos de um (1) ano.

2. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, informar sua decisão de denunciar este Memorando de Entendimento, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data de notificação.

Feito em Brasília, em 11 de abril de 2011, em dois exemplares originais, nos idiomas português, lituano e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência, prevalecerá o texto em inglês.

PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Vera Barrouin Machado
Subsecretária-Geral Política I

PELO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DA LITUÂNIA
Asta Skaisgiryte Liauskiene
Vice-Ministra de Negócios Estrangeiros

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de agosto de 2011

Nº 3.396 - O Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecida pela Portaria nº 1.850, de 05 de julho de 2011, e o que consta do Processo nº 48500.005552/2010-80, resolve: I) Alterar as características técnicas da EOL Dreen Olho D'Água, outorgada por meio da Portaria MME nº 343, de 31 de maio de 2011, à empresa GE Olho D'Água S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 12.723.444/0001-34, que passará a ser constituída por quinze unidades geradoras de 2.000 kW cada uma, totalizando 30.000 kW de potência instalada.
Nº 3.397 - O Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecida pela Portaria nº 1.850, de 05 de julho de 2011, e o que consta do Processo nº 48500.005551/2010-35, resolve: I) Alterar as características técnicas da EOL Dreen São Bento do Norte, outorgada por meio da Portaria MME nº 310, de 18 de maio de 2011, à empresa GE São Bento do Norte S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 12.723.384/0001-50, que passará a ser constituída por quinze unidades geradoras de 2.000 kW cada uma, totalizando 30.000 kW de potência instalada.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de agosto de 2011

Nº 3.391 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000654/2004-35, resolve: I - Liberar as 20 unidades geradoras, totalizando 30.000 kW de potência instalada, da EOL Púlpito, localizada no Município de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, de titularidade da empresa Púlpito Energia Eólica S.A., autorizada nos termos da Resolução ANEEL n° 027, de 27 de janeiro de 2004 e que teve alteradas suas características técnicas e de seu sistema de transmissão de interesse restrito nos termos do Despacho ANEEL nº 3.581, de 21 de setembro de 2009, para início da operação comercial a partir do dia 19 de agosto de 2011; quando a energia produzida pelas unidades geradoras deverá estar disponibilizada ao sistema.

Nº 3.392 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000659/2004-59, resolve: I - Liberar as 20 unidades geradoras, totalizando 30.000 kW de potência instalada, da EOL Bom Jardim, localizada no Município de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, de titularidade da empresa Bom Jardim Energia Eólica S.A., autorizada nos termos da Resolução ANEEL n° 041, de 3 de fevereiro de 2004 e que teve alteradas suas características técnicas e de seu sistema de transmissão de interesse restrito nos termos do Despacho ANEEL nº 3.584, de 21 de setembro de 2009, para início da operação em teste a partir do dia 19 de agosto de 2011; II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 6º da Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003.

Nº 3.393 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.006674/2009-50, resolve: I - Restaurar, a partir da data de publicação do presente Despacho, os efeitos do Despacho nº 2.172, de 11 de junho de 2009, que haviam sido suspensos nos termos do Despacho nº 2.298, de 30 de maio de 2011, ficando liberada a operação comercial da unidade geradora UG 1, com potência instalada de 14.500 kW, da PCH Francisco Gros, localizada no Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, de propriedade da empresa Santa Fé Energia S.A., uma vez que a condição operativa da unidade geradora encontra-se restabelecida.

Nº 3.394 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada Resolução, e considerando o que consta do Processo 48500.003406/2009-86, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG1 e UG2, com 1.500kW cada, totalizando 3.000 kW de potência instalada, da PCH Prata, localizada no Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, de titularidade da Companhia Energética Rio das Flores S.A., que obteve a autorização por meio da Resolução ANEEL nº 1.909, de 5 de maio de 2009, para início da operação comercial a partir do dia 19 de agosto de 2011, quando a energia produzida pelas unidades geradoras deverá estar disponível ao sistema.

Nº 3.395 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada Resolução, e considerando o que consta do Processo 48500.005617/2008-72, resolve: I - Liberar a unidade geradora UG2 com 6.600 kW de potência instalada,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

da PCH São Sebastião do Alto, localizada nos Municípios de São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena, Estado do Rio de Janeiro, de titularidade da empresa Energisa Geração Rio Grande S.A., cujo objeto foi autorizado nos termos da Resolução nº 1.453, de 8 de julho de 2008, que teve autorizada sua transferência da Energisa Soluções S.A. para a Energisa Geração Rio Grande S.A. nos termos da Resolução nº 2.657, de 14 de dezembro de 2010, para início da operação comercial a partir do dia 19 de agosto de 2011.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.315, de 31 de maio de 2011, publicado no DOU nº 104, de 1º de junho de 2011, página 52, seção 1, onde se lê: "... empresa Santo Antônio Energia Eólica S.A., ..." Leia-se "...empresa Púlpito Energia Eólica S.A.,..."

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de agosto de 2011

Nº 3.354 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, e em cumprimento ao disposto na Resolução nº 393, de 04 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.001489/2011-93, resolve: I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Tamanduá, sub-bacia 65, no Estado do Paraná, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 23/03/2011 pela empresa Pedreira Britafoz Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 04.256.154/0001-08, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 19/11/2012. III - Revogar o Despacho nº 2.685, de 27 de junho de 2011.

Em 18 de agosto de 2011

Nº 3.398 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 13 de maio de 2011, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.000615/2009-78, resolve: I - Não aceitar o projeto básico da PCH São Tadeu II, situada no rio Aricá-Mirim, sub-bacia 66, bacia hidrográfica do rio Paraná, localizada no Estado do Mato Grosso, apresentado pela empresa Probo Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ sob nº . 01.867.737/0001-79 pelo não atendimento do artigo 12, da Resolução ANEEL supracitada. II - Facultar à interessada a reapresentação dos seus estudos de acordo com a orientação emanada da Nota Técnica nº 317/2011-SGH/ANEEL, acostada ao processo de referência, estabelecendo que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL a partir do dia 23/11/2011 até a data de 23/12/2011.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de agosto de 2011

Nº 3.389 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 216, de 15 de julho de 1998, tendo em vista o disposto no inciso XLIII, art. 4º , Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, no art. 10 da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, com redação dada pelo art. 7º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no art 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004, no § 1º do art 1º do Decreto nº 4.562, de 31 de dezembro de 2002, na Resolução Normativa nº 427, de 22 de fevereiro de 2011 e na Resolução Homologatória nº 1022, de 29 de junho de 2010, decide: I - Fixar os valores das quotas referentes aos encargos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC e da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o mês de JUNHO de 2011, relativos às concessionárias de transmissão que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, conforme o Anexo I deste despacho; e II - os valores de que trata o item I deverão ser recolhidos até o dia 30 de AGOSTO de 2011.

ANEXO I

QUOTAS MENSAIS DE CCC E CDE - TRANSMISSORAS
MÊS DE REFERÊNCIA: JUNHO DE 2011
DATA DE RECOLHIMENTO: ATÉ 30 DE AGOSTO DE 2011

EM REAIS (R$)

TRANSMISSORA	CCC-ISOLADOS	CDE	TOTAL
CTEEP	3.631.617,51	2.186.245,23	5.817.862,74
FURNAS	1.389.860,00	836.700,11	2.226.560,11
CEMIG	4.709.065,92	2.834.872,59	7.543.938,51
CELG	428.913,96	258.213,89	687.127,85
COPEL	124.132,57	74.728,21	198.860,78
CEEE	2.186.671,70	1.316.383,29	3.503.054,99
CHESF	9.772.232,80	1.293.004,96	11.065.237,76
ELETRONORTE	23.239.634,97	3.150.960,33	26.390.595,30
SMTE	1.070.951,32	644.716,09	1.715.667,41
AFLUENTE	216.605,47	28.654,09	245.259,56
COQUEIROS	1.329,43	800,32	2.129,75
BRILHANTE	870,33	523,94	1.394,27
TOTAL	46.771.885,98	12.625.803,05	59.397.689,03

Nº 3.390 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 172, de 28 de novembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, e pelo art. 2º da Lei nº 10.889, de 25 de junho de 2004, no Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, na Resolução Normativa nº 127, de 6 de dezembro de 2004, na Resolução Homologatória nº 1.101, de 17 de dezembro de 2010, decide: I - Fixar os valores das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, para o mês de OUTUBRO de 2011, relativos às concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional; e II - As quotas definidas no Anexo deste Despacho deverão ser recolhidas à ELETROBRÁS até o dia 10 de SETEMBRO de 2011, para crédito da Conta PROINFA.

DAVI ANTUNES LIMA

ANEXO

QUOTAS DE CUSTEIO DO PROINFA - TRANSMISSORAS
MÊS DE REFERÊNCIA: OUTUBRO DE 2011
DATA DE RECOLHIMENTO: ATÉ 10 DE SETEMBRO DE 2011

TRANSMISSORA	DUODÉCIMO (R$)
CEEE-T	611.648,59
CEMIG-T	1.367.788,80
CHESF-T	2.837.433,15
COPEL-T	36.055,38
CTEEP-T	1.054.834,60
ELETRONORTE-T	6.750.138,10
FURNAS-T	403.696,82
CELG-T	124.538,92
SMTE-T	311.067,05
AFLUENTE-T	62.893,29
COQUEIROS-T	386,14
TOTAL	13.560.480,84

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução de Diretoria n.º 739, de 17 de agosto de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme a tabela anexa, os preços de referência do gás natural produzido no mês de Julho de 2011, nos campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 8º do Decreto nº 2.705, de 03 de agosto de 1998.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

ANEXO

Sequencial	N.º do Contrato	Nome do Campo	PRGN R$/m³
1	48000.003.552/97-11	Abalone	0,51062
2	48610.009.231/2002	Acajá-Burizinho	0,30052
3	48610.003.901/2000	Acauã	1,56058
4	48000.003.842/97-09	Aguilhada	0,51057
5	48000.003.779/97-66	Agulha	0,43003
6	48000.003.703/97-02	Albacora	0,60937
7	48000.003.895/97-67	Albacora Leste	0,44011
8	48000.003.784/97-04	Alto Do Rodrigues	0,19727
9	48610.003.892/2000	Anambé	0,55703
10	48000.003.730/97-77	Anequim	0,49226
11	48000.003.843/97-63	Angelim	0,76574
12	48000.003.484/97-62	Angico	1,56058
13	48000.003.630/97-22	Apraiús	0,60697
14	48000.003.913/97-47	Arabaiana	0,44229
15	48610.009.487/2003	Araçari	1,01610
16	48000.003.631/97-95	Araças	0,58438
17	48610.009.289/2005-93	Araças-Leste	1,56058
18	48000.003.455/97-64	Araracanga	1,56058
19	48000.003.780/97-45	Aratum	0,77270
20	48000.003.844/97-26	Aruari	1,15649
21	48000.003.482/97-37	Asa Branca	0,56564
22	48000.003.845/97-99	Atalaia Sul	0,36508
23	48000.003.775/97-13	Atum	0,40734
24	48000.003.460/97-02	Azulão	1,56058
25	48000.003.705/97-20	Badejo	0,53255
26	48000.003.726/97-08	Bagre	0,50148
27	48000.003.785/97-69	Baixa Do Algodão	1,56058
28	48000.003.914/97-18	Baixa Do Juazeiro	0,25308
29	48000.003.756/97-61	Barra Do Ipiranga	0,33560
30	48000.003.897/97-92	Barracuda	0,64376
31	48000.003.786/97-21	Barrinha	1,56058
32	48610.004.003/98	Benfica	0,58450
33	48000.003.717/97-17	Bicudo	0,40092
34	48610.007.984/2004	Biguá	0,38315
35	48000.003.709/97-81	Bijupirá	0,82472
36	48000.003.909/97-70	Biquara	0,49670
37	48000.003.672/97-72	Biriba	0,39730
38	48000.003.787/97-94	Boa Esperança	0,56564
39	48000.003.788/97-57	Boa Vista	0,58450
40	48610.009.285/2005-13	Bom Lugar	0,70201
41	48000.003.718/97-71	Bonito	0,46387
42	48000.003.658/97-41	Bonsucesso	0,85628
43	48000.003.636/97-17	Brejinho (Recôncavo)	0,81210
44	48000.003.789/97-10	Brejinho (Potiguar)	0,33892
45	48000.003.635/97-46	Buracica	0,90914
46	48000.003.735/97-91	Cação	0,54962
47	48000.003.560/97-49	Cachalote	0,33301
48	48000.003.791/97-61	Cachoeirinha	0,57847
49	48000.003.736/97-53	Cacimbas	0,31060
50	48000.003.836/97-06	Caioba	0,45635
51	48000.003.881/97-52	Camaçari	1,56058
52	48000.003.535/97-00	Camarupim	0,40479
53	48610.010.724/2001	Camarupim Norte	0,40479
54	48000.003.837/97-61	Camorim	0,35897
55	48000.003.737/97-16	Campo Grande	0,46699
56	48000.003.637/97-71	Canabrava	0,64823
57	48610.003.899/2000	Canário	0,41308
58	48610.009.491/2003	Cancã	0,25360
59	48000.003.638/97-34	Candeias	0,43209
60	48000.003.902/97-21	Cangoá	0,37218
61	48000.003.639/97-05	Cantagalo	0,43343
62	48000.003.792/97-24	Canto Do Amaro	0,58450
63	48000.003.868/97-94	Carapanaúba	1,56058
64	48000.003.711/97-22	Carapeba	0,61857
65	48610.009.275/2005-71	Carapitanga	0,38796
66	48000.003.535/97-00	Carapó	1,56058
67	48000.003.898/97-55	Caratinga	0,64161
68	48000.003.847/97-14	Carmópolis	0,53240
69	48000.003.640/97-86	Cassarongongo	0,35721
70	48000.003.848/97-87	Castanhal	0,20230
71	48000.003.641/97-49	Cexis	0,54716
72	48000.003.727/97-62	Cherne	0,48544
73	48610.009.284/2005-61	Cidade De Aracaju	1,56058
74	48000.003.642/97-10	Cidade Entre Rios	0,59639
75	48000.003.850/97-29	Cidade De São Miguel Dos Campos	0,36369
76	48000.003.906/97-81	Cioba	0,43003
77	48000.003.702/97-31	Conceição	0,40078
78	48000.003.714/97-11	Congro	0,49971
79	48000.003.851/97-91	Coqueiro Seco	1,56058
80	48000.003.738/97-89	Córrego Cedro Norte	0,31384
81	48000.003.739/97-41	Córrego Das Pedras	0,52552

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

82	48000.003.740/97-21	Córrego Dourado	0,34453
83	48000.003.715/97-83	Corvina	0,51698
84	48000.003.776/97-78	Curimã	0,40734
85	48000.003.644/97-37	Dom João	0,42270
86	48000.003.645/97-08	Dom João Mar	0,51786
87	48000.003.838/97-23	Dourado	0,34961
88	48000.003.719/97-34	Enchova	0,55502
89	48000.003.720/97-13	Enchova Oeste	0,39613
90	48000.003.777/97-31	Espada	0,40734
91	48000.003.899/97-18	Espadarte	0,93821
92	48000.003.793/97-97	Estreito	1,56058
93	48000.003.742/97-56	Fazenda Alegre	0,25296
94	48610.004.004/98	Fazenda Alto Das Pedras	0,45318
95	48000.003.646/97-62	Fazenda Alvorada	0,27767
96	48000.003.647/97-25	Fazenda Azevedo	0,58062
97	48000.003.648/97-98	Fazenda Bálsamo	0,74745
98	48000.003.649/97-51	Fazenda Belém (Recôncavo)	0,48476
99	48000.003.795/97-12	Fazenda Belém (Potiguar)	1,56058
100	48000.003.650/97-30	Fazenda Boa Esperança	0,72395
101	48000.003.796/97-85	Fazenda Canaan	1,56058
102	48000.003.743/97-19	Fazenda Cedro	0,47212
103	48000.003.745/97-44	Fazenda Cedro Norte	0,53458
104	48000.003.797/97-48	Fazenda Curral	1,56058
105	48000.003.651/97-01	Fazenda Imbé	0,45407
106	48000.003.798/97-19	Fazenda Malaquias	1,56058
107	48000.003.891/97-14	Fazenda Matinha	0,48335
108	48000.003.652/97-65	Fazenda Onça	0,73153
109	48000.003.653/97-28	Fazenda Panelas	0,25246
110	48000.003.799/97-73	Fazenda Pocinho	0,28177
111	48000.003.744/97-81	Fazenda Queimadas	0,36658
112	48000.003.654/97-91	Fazenda Rio Branco	1,56058
113	48000.003.746/97-15	Fazenda Santa Luzia	0,37114
114	48000.003.883/97-88	Fazenda Santa Rosa	0,37040
115	48000.003.655/97-53	Fazenda Santo Estevão	1,56058
116	48000.003.747/97-70	Fazenda São Jorge	0,36017
117	48000.003.750/97-84	Fazenda São Rafael	0,43464
118	48000.003.896/97-20	Frade	0,31609
119	48000.003.854/97-80	Furado	0,34623
120	48000.003.721/97-86	Garoupa	0,57846
121	48000.003.722/97-49	Garoupinha	0,53960
122	48000.003.535/97-00	Golfinho	0,57002
123	48000.003.656/97-16	Gomo	0,43878
124	48610.008.017/2004	Guanambi	0,65783
125	48000.003.751/97-47	Guriri	0,39570
126	48000.003801/97-13	Icapuí	1,56058
127	48000.003.657/97-89	Ilha De Bimbarra	0,41112
128	48000.003.855/97-42	Ilha Pequena	0,85522
129	48610.010.735/2001	Inhambu	0,25705
130	48000.003.659/97-12	Itaparica	0,60194
131	48610.009.225/2002	Jaçanã	1,56058
132	48000.003.660/97-93	Jacuípe	0,35709
133	48610.009.488/2003	Jandaia	0,47552
134	48000.003.802/97-86	Janduí	0,33892
135	48000.003.856/97-13	Jequiá	1,56058
136	48610.009.282/2005-71	Jiribatuba	0,51174
137	48610.009.509/2003	João De Barro	0,71670
138	48000.003.803/97-49	Juazeiro	0,49610
139	48000.003.560/97-49	Jubarte	0,35820
140	48610.008.012/2004	Juriti	0,77314
141	48000.003.804/97-10	Lagoa Aroeira	1,56058
142	48000.003.748/97-32	Lagoa Bonita	0,35872
143	48610.009.231/2002	Lagoa Do Paulo	0,67828
144	48610.009.231/2002	Lagoa Do Paulo Norte	0,84016
145	48610.009.231/2002	Lagoa Do Paulo Sul	0,61438
146	48000.003.752/97-18	Lagoa Parda	0,40159
147	48000.003.755/97-06	Lagoa Piabinha	0,38831
148	48000.003.570/97-01	Lagosta	0,46060
149	48000.003.664/97-44	Lamarão	0,37034
150	48000.003.665/97-15	Leodório	0,65214
151	48610.004.000/98	Leste De Poço Xavier	0,56564
152	48000.003.627/97-18	Leste Do Urucu	0,42446
153	48000.003.805/97-74	Livramento	0,57847
154	48000.003.807/97-08	Lorena	0,44096
155	48000.003.808/97-62	Macau	0,77270
156	48000.003.716/97-46	Malhado	0,54869
157	48000.003.666/97-70	Malombê	1,47728
158	48000.003.518/97-82	Manati	0,28141
159	48000.003.667/97-32	Mandacaru	0,49172
160	48000.003.732/97-01	Marimbá	0,58426
161	48000.003.758/97-96	Mariricu	0,48260
162	48000.003.760/97-38	Mariricu Norte	0,33722
163	48000.003.723/97-10	Marlim	0,44658
164	48000.003.900/97-03	Marlim Leste	0,66037
165	48000.003.724/97-74	Marlim Sul	0,44269
166	48000.003.668/97-03	Massapê	0,43404
167	48000.003.669/97-68	Massuí	0,46704
168	48000.003.670/97-47	Mata De São João	0,36388
169	48000.003.857/97-78	Mato Grosso	0,32716
170	48000.003.866/97-69	Merluza	0,43244
171	48000.003.576/97-89	Mexilhão	0,33917
172	48000.003.673/97-35	Miranga	0,50933
173	48000.003.676/97-23	Miranga Norte	0,46901
174	48000.003.809/97-25	Monte Alegre	0,23738
175	48000.003.810/97-12	Morrinho	0,75034
176	48610.009.283/2005-16	Morro Do Barro	0,24268
177	48000.003.811/97-77	Mossoró	1,56058
178	48000.003.728/97-25	Namorado	0,54769
179	48000.003.761/97-09	Nativo Oeste	0,52552
180	48000.003.812/97-30	Noroeste Do Morro Rosado	1,56058
181	48000.003.677/97-96	Norte De Fazenda Caruaçu	0,31127
182	48000.003.910/97-59	Oeste De Ubarana	0,43003
183	48000.003.813/97-01	Pajeú	1,56058
184	48000.003.707/97-55	Pampo	0,49723
185	48000.003.731/97-30	Parati	0,49125
186	48000.003.712/97-95	Pargo	1,12160
187	48000.003.840/97-75	Paru	0,47483
188	48610.003.901/2000	PA-1BRSA352RN-1BRSA509RN-1BR-SA511RN-BTPO	1,56058
189	48610.003.886/2000	BM-S-11	0,44064
190	48610.009.225/2002	PA-1BRSA489DRN-BT-POT-8	0,47776
191	48610.009128/2005-16	PA-1-STAR-11-RN	1,55781
192	48610.004.001/98	Pedra Sentada	0,75034
193	48000.003.678/97-59	Pedrinhas	0,43427
194	48610.008.005/2004	Periquito	0,26745
195	48000.003.903/97-93	Peroá	0,31219
196	48000.003.912/97-84	Pescada	1,56058
197	48000.003.859/97-01	Pilar	0,36469
198	48610.003.901/2000	Pintassilgo	1,56058
199	48000.003.495/97-89	Piranema	0,66129
200	48000.003.733/97-65	Piraúna	0,65287
201	48000.003.814/97-65	Poço Verde	1,56058
202	48000.003.815/97-28	Poço Xavier	0,56564
203	48000.003.679/97-11	Pojuca	0,40174
204	48610.003.888/2000	Polvo	1,56058
205	48000.003.816/97-91	Ponta Do Mel	0,63058
206	48000.003.817/97-53	Porto Carão	1,56058
207	48000.003.894/97-02	Quererá	0,31642
208	48000.003.818/97-16	Redonda	1,56058
209	48000.003.819/97-89	Redonda Profundo	1,56058
210	48000.003.671/97-18	Remanso	0,48110
211	48000.003.682/97-26	Riacho Da Barra	0,58191
212	48000.003.821/97-21	Riacho Da Forquilha	0,58350
213	48000.003.683/97-99	Riacho Ouricuri	0,76950
214	48000.003.684/97-51	Riacho São Pedro	0,24791
215	48000.003.860/97-82	Riachuelo	0,74482
216	48000.003.765/97-51	Rio Barra Seca	0,30083
217	48000.003.685/97-14	Rio Da Serra	0,77668
218	48000.003.686/97-87	Rio Do Bu	0,48305
219	48000.003.687/97-40	Rio Dos Ovos	0,46710
220	48610.007.482/2006-71	Rio Ipiranga	0,34724
221	48000.003.688/97-11	Rio Itariri	0,61944
222	48000.003.766/97-14	Rio Itaúnas	0,30839
223	48000.003.890/97-43	Rio Joanes	0,47263
224	48000.003.768/97-40	Rio Mariricu	0,38869
225	48000.003.824/97-19	Rio Mossoró	0,83648
226	48000.003.674/97-06	Rio Pipiri	0,42438
227	48000.003.689/97-75	Rio Pojuca	0,67177
228	48000.003.769/97-11	Rio Preto	0,36387
229	48000.003.770/97-91	Rio Preto Oeste	0,35632
230	48000.003.771/97-54	Rio Preto Sul	0,30054
231	48000.003.772/97-17	Rio São Mateus	0,29127
232	48000.003.690/97-54	Rio Sauípe	0,72543
233	48000.003.691/97-17	Rio Subaúma	0,96845
234	48000.003.628/97-81	Rio Urucu	0,43926
235	48000.003.901/97-68	Roncador	0,62986
236	48000.003.710/97-60	Salema	0,74446
237	48000.003.841/97-38	Salgo	0,30970
238	48000.003.825/97-81	Salina Cristal	0,23963
239	48000.003.692/97-80	Santana	1,56058
240	48000.003.693/97-42	São Domingos	0,58542
241	48000.003.773/97-80	São Mateus	0,36404
242	48000.003.861/97-45	São Miguel Dos Campos	0,36553
243	48000.003.694/97-13	São Pedro	0,78288
244	48000.003.695/97-78	Sauípe	1,56058
245	48610.007.984/2004	Seriema	0,25602
246	48000.003.781/97-16	Serra	0,77270
247	48000.003.828/97-70	Serra Do Mel	0,59899
248	48000.003.830/97-11	Serraria	0,75989
249	48000.003.696/97-31	Sesmaria	0,47538
250	48000.003.862/97-16	Siririzinho	0,55390
251	48000.003.697/97-01	Socorro	0,55101
252	48000.003.698/97-66	Socorro Extensão	0,42181
253	48000.003.873/97-24	Sudoeste Urucu	0,43926
254	48000.003.863/97-71	Sul De Coruripe	0,53903
255	48000.003.699/97-29	Sussuarana	0,44485
256	48610.007.986/2004	Tabuiaiá	0,23207
257	48000.003.864/97-33	Tabuleiro Dos Martins	0,69601
258	48610.009.488/2003	Tangará	0,40347
259	48000.003.700/97-14	Taquipe	0,46048
260	48000.003.835/97-35	Tartaruga	0,88427
261	48000.003.834/97-72	Tatui	0,28882
262	48000.003.832/97-47	Três Marias	0,71378
263	48000.003.708/97-18	Trilha	0,50477
264	48000.003.782/97-71	Ubarana	0,43003
265	48610.003.899/2000	Uirapuru	0,41308
266	48000.003.833/97-18	Upanema	0,33892
267	48610.004.002/98	Varginha	0,56564
268	48000.003.713/97-58	Vermelho	0,33695
269	48000.003.734/97-28	Viola	0,61940
270	48000.003.704/97-67	Voador	0,63718
271	48000.003.778/97-01	Xaréu	0,40734
272	48000.003.552/97-11	Ostra	0,28992
273	48000.003.852/97-54	Fazenda Pau Brasil	0,53458
274	48000.003.706/97-92	Linguado	0,51373
275	48000.003.560/97-49	Jubarte Pré-Sal	0,88159
276	48000.003.747/97-70	Água Grande	0,32283
277	48000.003.632/97-58	Aratu	0,31608
278	48000.003.892/97-79	Iraí	0,24784
279	48000.003.633/97-11	Mapele	0,39323
280	48000.003.680/97-09	Pojuca Norte	0,39597
281	48000.003.846/97-51	Brejo Grande	0,39359
282	48000.003.839/97-96	Guaricema	0,37080
283	48610.003.892/2000	Japuaçu	0,38203
284	48000.003.754/97-35	Lagoa Parda Norte	0,26097
285	48000.003.753/97-72	Lagoa Parda Sul	0,46002
286	48000.003.757/97-23	Lagoa Suruaca	0,49903
287	48000.003.759/97-59	Mariricu Oeste	0,33722
288	48000.003.541/97-02	Mosquito	0,26493
289	48000.003.766/97-14	Rio Itaúnas Leste	0,28878
290	48610.010.735/2001	Saíra	1,56058
291	48000.003.907/97-44	Dentão	0,46198
292	48000.003.915/97-72	Fazenda Junco	1,56058
293	48000.003.800/97-51	Guamaré	1,56058
294	48610.008.001/2004	Iraúna	0,66025
295	48000.003.916/97-35	Sabiá	0,33892
296	48000.003.829/97-32	Serra Vermelha	1,56058
297	48000.003.790/97-07	Várzea Redonda	0,36146

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

298	48000.003.552/97-11	Argonauta	0,26539
299	48610.009.279/05-58	Tigre	0,72448
300	48000.003560/97-49	Baleia Franca	0,39900
301	48000.003535/97-00	Canapu	0,32780
302	48610.007484/2006-61	Crejoá	1,56058
303	48610.003900/2000	Irerê	1,56058
304	48610.009492/2003	Jacutinga	1,56058
305	48610.009128/2005-16	PA-1-STAR-10-RN	1,56058
306	48610.009494/2003	BM-S-40	0,88260
307	48610.009227/2002	Rolinha	1,56058
308	48610.007984/2004	Rio São Mateus Oeste	1,56058
309	48610.001427/2008-39	PA-1ALV2BA-REC-T-155	0,50717
310	48610.003901/2000	Barrinha Leste	1,56058
311	48610.009227/2002	PA-1RT01RN-BT-POT-10	1,56058
312	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Sul	1,56058
313	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Norte	1,56058
314	48610.009127/2005-55	Carcará	1,56058
315	48610.001443/2008-21	PA-1ALV1BA-REC-T-129	1,56058
316	48610.009188/2005-12	São Mateus Leste	1,56058
317	48610.009198/2005-58	PA-1GALP11_1GALP12-BT-SEAL-13	1,56058
318	48610.009146/2005-81	PA-1BRSA769AM-SOL-T-171	1,56058
319	48610.009227/2002	PA-1UTC3RN_BT-POT-10	1,56058
320	48610.001430/2008-52	TPG	1,56058
321	48000.003577/97-41	Uruguá	0,33120
322	48610.009202/2005-88	Aracuã	0,39262
323	48000.003921/97-75	Lagoa Pacas	0,26813
324	48610.003884/2000	BM-S-9	0,39829
325	48610.009138/2005-35	Harpia	1,56058
326	48610.009494-2003	PA-1BRSA607SPS- 1BRSA658SPS-BM-S-40	0,88260
327	48610.008001/2004	Trinca Ferro	1,56058
328	48610.007481/2006-26	Chaua	1,56058
329	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Noroeste	1,56058
330	48610.003887/2000	Peregrino	1,56058
331	48610.007994/2004	Andorinha	1,56058
332	48610.008002/2004	Andorinha Sul	1,56058
333	48610.009188/2005-12	Mosquito Norte	1,56058
334	48610.009226/2002-PAT	Patativa	1,56058
335	48610.009227/2002-UTC	1-Utc-02/Rn	0,25173
336	48610.009227/2002-UTC4	1-Utc-03/Rn	0,41298
337	48610.009227/2002-POTI	Poti-02/Rn	0,32072

Conforme o Art 7º, da Resolução ANP nº 40, de 14 de dezembro de 2009, caso as informações necessárias para a fixação do PRGN do campo em questão não sejam prestadas pelo concessionário, na forma, condições e prazos estabelecidos nesta Resolução, o preço de referência será igual ao maior PRGN fixado no país para o gás natural, que para o mês de JULHO de 2011 foi o valor correspondente ao Plano de Avaliação: PA-1STAR11RN - R$ 1,560582.

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução de Diretoria n.º 740, de 17 de agosto de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme a tabela anexa, os preços mínimos dos petróleos produzidos no mês de JULHO de 2011, nos campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei n.º 9478, de 06 de agosto de 1997, na hipótese prevista no § 11 do art. 7º do Decreto n.º 2.705, de 03 de agosto de 1998, preços mínimos estes calculados conforme a Portaria n.º 206, de 29 de agosto de 2000.

Art. 2º Os preços de que trata o artigo anterior não incluem a Contribuição ao Programa de Integração Social do Trabalhador - PIS, a Contribuição ao Programa de Formação do Servidor Público - PASEP, a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre as Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

ANEXO

Nº	Número do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Corrente/Metodologia de Cálculo	Preço Mínimo (R$/m³)
1	48610.009227/2002	1-RT-1-RN (BT-POT-10)	Riacho Tapuio	1.127,8333
2	48000.003552/97-11	Abalone	Ostra	1.049,2416
3	48610.003901/2000	Acaua	RGN Mistura	1.087,7804
4	48000.003629/97-43	Agua Grande	Baiano Mistura	1.124,2999
5	48000.003842/97-09	Aguilhada	Sergipano Terra	1.005,9738
6	48000.003779/97-66	Agulha	RGN Mistura	1.087,7804
7	48000.003703/97-02	Albacora	Albacora	1.058,4538
8	48000.003895/97-67	Albacora Leste	Albacora Leste	996,2739
9	48610.007985/2004	Albatroz	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.175,7731
10	48000.003784/97-04	Alto do Rodrigues	RGN Mistura	1.087,7804
11	48610.003892/2000	Anambe	Alagoano	1.152,3386
12	48610.007.994/2004	Andorinha	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
13	48000.003730/97-77	Anequim	Cabiunas Mistura	1.021,5224
14	48000.003843/97-63	Angelim	Sergipano Terra	1.005,9738
15	48000.003484/97-62	Angico	RGN Mistura	1.087,7804
16	48000.003630/97-22	Apraius	Baiano Mistura	1.124,2999
17	48000.003913/97-47	Arabaiana	Pescada	1.165,6151
18	48610.009487/2003	Araçari	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
19	48000.003631/97-95	Araças	Baiano Mistura	1.124,2999
20	48610.009289/2005-93	Araças Leste	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.094,4785
21	48610.009.202/2005-88	Aracuã	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.161,3099
22	48000.003632/97-58	Aratu	Baiano Mistura	1.124,2999
23	48000.003780/97-45	Aratum	RGN Mistura	1.087,7804
24	48000.003552/97-11	Argonauta	Ostra	1.049,2416
25	48000.003844/97-26	Aruari	Sergipano Terra	1.005,9738
26	48000.003482/97-37	Asa Branca	RGN Mistura	1.087,7804
27	48000.003845/97-99	Atalaia Sul	Sergipano Mar	1.150,9208
28	48000.003775/97-13	Atum	Ceara Mar	1.056,4029
29	48000.003705/97-20	Badejo	Cabiunas Mistura	1.021,5224
30	48000.003726/97-08	Bagre	Cabiunas Mistura	1.021,5224
31	48000.003785/97-69	Baixa do Algodao	RGN Mistura	1.087,7804
32	48000.003914/97-18	Baixa do Juazeiro	RGN Mistura	1.087,7804
33	48000.003560/97-49	Baleia Franca	Cachalote	1.002,9073
34	48000.003756/97-61	Barra do Ipiranga	Espirito Santo	1.054,4956
35	48000.003897/97-92	Barracuda	Barracuda	1.015,2705
36	48000.003786/97-21	Barrinha	RGN Mistura	1.087,7804
37	48610.003901/2000	Barrinha Leste	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
38	48610.004003/98	Benfica	RGN Mistura	1.087,7804
39	48000.003717/97-17	Bicudo	Cabiunas Mistura	1.021,5224
40	48610.07984/2004	Bigua	Espirito Santo	1.054,4956
41	48000.003709/97-81	Bijupira	Bijupira	1.061,1309
42	48000.003909/97-70	Biquara	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
43	48000.003672/97-72	Biriba	Baiano Mistura	1.124,2999
44	48610.003886/2000	Lula	Piloto de Tupi	1.056,9741
45	48610.009.494/2003	BM-S-40	Tld de Tiro	1.112,9513
46	48610.003.884/2000	BM-S-9	Tld de Guará	1.061,0021
47	48000.003787/97-94	Boa Esperança	RGN Mistura	1.087,7804
48	48000.003788/97-57	Boa Vista	RGN Mistura	1.087,7804
49	48610.009285/2005-13	Bom Lugar	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.076,3623
50	48000.003718/97-71	Bonito	Cabiunas Mistura	1.021,5224
51	48000.003658/97-41	Bonsucesso	Baiano Mistura	1.124,2999
52	48000.003789/97-10	Brejinho	RGN Mistura	1.087,7804
53	48000.003636/97-17	Brejinho	Baiano Mistura	1.124,2999
54	48000.003846/97-51	Brejo Grande	Sergipano Terra	1.005,9738
55	48610.009225/2002	BT-POT-8	RGN Mistura	1.087,7804
56	48000.003635/97-46	Buracica	Baiano Mistura	1.124,2999
57	48610.009231/2002	Burizinho	Lagoa do Paulo Norte	1.129,2520
58	48000.003735/97-91	Caçao	Espirito Santo	1.054,4956
59	48000.003560/97-49	Cachalote	Cachalote	1.002,9073
60	48000.003791/97-61	Cachoeirinha	RGN Mistura	1.087,7804
61	48000.003736/97-53	Cacimbas	Espirito Santo	1.054,4956
62	48000.003836/97-06	Caioba	Sergipano Mar	1.150,9208
63	48000.003881/97-52	Camaçari	Baiano Mistura	1.124,2999
64	48000.003535/97-00	Camarupim	Camarupim	1.173,4952
65	48610.010724/2001	Camarupim Norte	Camarupim	1.173,4952
66	48000.003837/97-61	Camorim	Sergipano Mar	1.150,9208
67	48000.003737/97-16	Campo Grande	Espirito Santo	1.054,4956
68	48000.003637/97-71	Canabrava	Baiano Mistura	1.124,2999
69	48610.003899/2000	Canario	Canario	1.076,3620
70	48610.009491/2003	Cancã	Espirito Santo	1.054,4956
71	48000.003638/97-34	Candeias	Baiano Mistura	1.124,2999
72	48000.003639/97-05	Canta Galo	Baiano Mistura	1.124,2999
73	48000.003792/97-24	Canto do Amaro	RGN Mistura	1.087,7804
74	48000.003711/97-22	Carapeba	Cabiunas Mistura	1.021,5224
75	48610.009275/2005-71	Carapitanga	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.073,6055
76	48000.003898/97-55	Caratinga	Caratinga	1.015,9695
77	48610.009127/2005-55	Carcará	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
78	48610.008000/2004	Cardeal	Cardeal	1.086,3942
79	48000.003847/97-14	Carmopolis	Sergipano Terra	1.005,9738
80	48000.003640/97-86	Cassarongongo	Baiano Mistura	1.124,2999
81	48000.003848/97-87	Castanhal	Sergipano Terra	1.005,9738
82	48000.003641/97-49	Cexis	Baiano Mistura	1.124,2999
83	48610.007481/2006-26	Chaua	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.064,6655
84	48000.003727/97-62	Cherne	Cabiunas Mistura	1.021,5224
85	48610.009284/2005-61	Cidade de Aracaju	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.044,8559
86	48000.003642/97-10	Cidade Entre Rios	Baiano Mistura	1.124,2999
87	48000.003850/97-29	Cidade São Miguel dos Campos	Alagoano	1.152,3386
88	48000.003919/97-23	Cidade Sebastao Ferreira	Tabuleiro	1.089,5550
89	48000.003906/97-81	Cioba	RGN Mistura	1.087,7804
90	48000.003535/97-00	CNP	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.175,7731
91	48610.009503/2003	Colibri	Colibri	1.105,0329
92	48000.003702/97-31	Conceiçao	Baiano Mistura	1.124,2999
93	48000.003714/97-11	Congro	Cabiunas Mistura	1.021,5224
94	48000.003851/97-91	Coqueiro Seco	Tabuleiro	1.089,5550
95	48000.003738/97-89	Corrego Cedro Norte	Espirito Santo	1.054,4956
96	48610.009188/2005-12	Corrego Cedro Norte Sul	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.175,7731
97	48000.003739/97-41	Corrego das Pedras	Espirito Santo	1.054,4956
98	48000.003740/97-21	Corrego dourado	Espirito Santo	1.054,4956
99	48000.003715/97-83	Corvina	Cabiunas Mistura	1.021,5224
100	48610.007484/2006-61	Crejoa	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	997,5963
101	48000.003776/97-78	Curima	Ceara Mar	1.056,4029
102	48000.003907/97-44	dentao	Pescada	1.165,6151
103	48000.003644/97-37	Dom Joao	Baiano Mistura	1.124,2999
104	48000.003645/97-08	Dom Joao Mar	Baiano Mistura	1.124,2999
105	48610.009.198/2005-58	Dó-Ré-Mi	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.161,3099
106	48000.003838/97-23	dourado	Sergipano Mar	1.150,9208
107	48000.003719/97-34	Enchova	Cabiunas Mistura	1.021,5224
108	48000.003720/97-13	Enchova Oeste	Cabiunas Mistura	1.021,5224
109	48000.003777/97-31	Espada	Ceara Mar	1.056,4029
110	48000.003899/97-18	Espadarte	Espadarte	1.000,6686
111	48610.007984/2004	ES-T-373	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.175,7731
112	48610.007984/2004	ES-T-381	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.175,7731
113	48610.001402/2008-35	ES-T-391	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	993,2642
114	48610.001402/2008-35	ES-T-392	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.046,8250
115	48000.003793/97-97	Estreito	RGN Mistura	1.087,7804
116	48000.003742/97-56	Fazenda Alegre	Fazenda Alegre	1.008,7650
117	48610.004004/98	Fazenda Alto das Pedras	Baiano Mistura	1.124,2999
118	48000.003646/97-62	Fazenda Alvorada	Baiano Mistura	1.124,2999
119	48000.003647/97-25	Fazenda Azevedo	Baiano Mistura	1.124,2999
120	48000.003648/97-98	Fazenda Balsamo	Baiano Mistura	1.124,2999
121	48000.003795/97-12	Fazenda Belem	Fazenda Belem	954,6922
122	48000.003649/97-51	Fazenda Belem	Baiano Mistura	1.124,2999
123	48000.003650/97-30	Fazenda Boa Esperança	Baiano Mistura	1.124,2999
124	48000.003796/97-85	Fazenda Canaan	RGN Mistura	1.087,7804
125	48000.003743/97-19	Fazenda Cedro	Espirito Santo	1.054,4956
126	48000.003745/97-44	Fazenda Cedro Norte	Espirito Santo	1.054,4956
127	48000.003797/97-48	Fazenda Curral	RGN Mistura	1.087,7804
128	48000.003651/97-01	Fazenda Imbe	Baiano Mistura	1.124,2999
129	48000.003915/97-72	Fazenda Junco	RGN Mistura	1.087,7804
130	48000.003798/97-19	Fazenda Malaquias	RGN Mistura	1.087,7804
131	48000.003891/97-14	Fazenda Matinha	Baiano Mistura	1.124,2999
132	48000.003652/97-65	Fazenda Onça	Baiano Mistura	1.124,2999
133	48000.003653/97-28	Fazenda Panelas	Baiano Mistura	1.124,2999
134	48000.003852/97-54	Fazenda Pau Brasil	Tabuleiro	1.089,5550
135	48000.003799/97-73	Fazenda Pocinho	RGN Mistura	1.087,7804
136	48000.003744/97-81	Fazenda Queimadas	Espirito Santo	1.054,4956
137	48000.003654/97-91	Fazenda Rio Branco	Fazenda Santo Estevao	1.085,1937
138	48000.003746/97-15	Fazenda Santa Luzia	Espirito Santo	1.054,4956
139	48000.003883/97-88	Fazenda Santa Rosa	Baiano Mistura	1.124,2999
140	48000.003655/97-53	Fazenda Santo Estevao	Fazenda Santo Estevao	1.085,1937
141	48000.003747/97-70	Fazenda Sao Jorge	Espirito Santo	1.054,4956

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

142	48000.003750/97-84	Fazenda Sao Rafael	Espirito Santo	1.054,4956
143	48000.003884/97-41	Fazenda Sori	Baiano Mistura	1.124,2999
144	48610.009278/2005-11	Foz do Vaza Barris	Sergipe - Vaza Barris	987,9289
145	48.000.003896/97-20	Frade	Frade	1.003,0420
146	48000.003854/97-80	Furado	Alagoano	1.152,3386
147	48000.003721/97-86	Garoupa	Cabiunas Mistura	1.021,5224
148	48000.003722/97-49	Garoupinha	Cabiunas Mistura	1.021,5224
149	48000.003535/97-00	Golfinho	Golfinho	1.101,1543
150	48000.003656/97-16	Gomo	Baiano Mistura	1.124,2999
151	48610.004750/99	Guaiamá	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.171,7589
152	48000.003800/97-51	Guamare	RGN Mistura	1.087,7804
153	48610.008017/2004	Guanambi	Baiano Mistura	1.124,2999
154	48000.003839/97-96	Guaricema	Sergipano Mar	1.150,9208
155	48000.003751/97-47	Guriri	Espirito Santo	1.054,4956
156	48610.009138/2005-35	Harpia	Harpia	962,9881
157	48000.003801/97-13	Icapui	Fazenda Belem	954,6922
158	48000.003657/97-89	Ilha de Bimbarra	Baiano Mistura	1.124,2999
159	48000.003855/97-42	Ilha Pequena	Sergipano Terra	1.005,9738
160	48610.010735/2001	Inhambu	Espirito Santo	1.054,4956
161	48610.008001/2004	Iraúna	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
162	48610.003.900/2000	Irerê	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
163	48000.003659/97-12	Itaparica	Baiano Mistura	1.124,2999
164	48610.009225/2002	Jaçana	RGN Mistura	1.087,7804
165	48000.003660/97-93	Jacuipe	Baiano Mistura	1.124,2999
166	48610.009492/2003	Jacutinga	Espirito Santo	1.054,4956
167	48610.009488/2003	Jandaia	Baiano Mistura	1.124,2999
168	48000.003802/97-86	Jandui	RGN Mistura	1.087,7804
169	48610.003892/2000	Japuaçu	Alagoano	1.152,3386
170	48000.003856/97-13	Jequia	Tabuleiro	1.089,5550
171	48610.009282-2005-71	Jiribatuba	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.072,4240
172	48610.009509/2003	Joao de Barro	Joao de Barro	1.153,3119
173	48000.003803/97-49	Juazeiro	RGN Mistura	1.087,7804
174	48000.003560/97-49	Jubarte	Jubarte	985,5015
175	48610.008012/2004	Juriti	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.142,5837
176	48000.003804/97-10	Lagoa Aroeira	RGN Mistura	1.087,7804
177	48000.003748/97-32	Lagoa Bonita	Espirito Santo	1.054,4956
178	48610.009231/2002	Lagoa do Paulo	Lagoa do Paulo Norte	1.129,2520
179	48610.009231/2002	Lagoa do Paulo Norte	Lagoa do Paulo Norte	1.129,2520
180	48610.009231/2002	Lagoa do Paulo Sul	Lagoa do Paulo Norte	1.129,2520
181	48000.003752/97-18	Lagoa Parda	Espirito Santo	1.054,4956
182	48000.003754/97-35	Lagoa Parda Norte	Espirito Santo	1.054,4956
183	48000.003753/97-72	Lagoa Parda Sul	Espirito Santo	1.054,4956
184	48000.003755/97-06	Lagoa Piabanha	Espirito Santo	1.054,4956
185	48000.003757/97-23	Lagoa Suruaca	Espirito Santo	1.054,4956
186	48000.003663/97-81	Lagoa Verde	Baiano Mistura	1.124,2999
187	48000.003.570/97-01	Lagosta	Condensado de Merluza	1.160,8655
188	48000.003664/97-44	Lamarao	Baiano Mistura	1.124,2999
189	48000.003665/97-15	Leodorio	Baiano Mistura	1.124,2999
190	48610.004000/98	Leste de Poço Xavier	RGN Mistura	1.087,7804
191	48000.003627/97-18	Leste do Urucu	Urucu	1.154,4838
192	48000.003706/97-92	Linguado	Cabiunas Mistura	1.021,5224
193	48000.003805/97-74	Livramento	RGN Mistura	1.087,7804
194	48000.003807/97-08	Lorena	RGN Mistura	1.087,7804
195	48000.003808/97-62	Macau	RGN Mistura	1.087,7804
196	48000.003716/97-46	Malhado	Cabiunas Mistura	1.021,5224
197	48000.003666/97-70	Malombe	Baiano Mistura	1.124,2999
198	48000.003518/97-82	Manati	Baiano Mistura	1.124,2999
199	48000.003667/97-32	Mandacaru	Baiano Mistura	1.124,2999
200	48000.003633/97-11	Mapele	Baiano Mistura	1.124,2999
201	48000.003732/97-01	Marimba	Cabiunas Mistura	1.021,5224
202	48000.003758/97-96	Mariricu	Espirito Santo	1.054,4956
203	48000.003760/97-38	Mariricu Norte	Espirito Santo	1.054,4956
204	48000.003759/97-59	Mariricu Oeste	Espirito Santo	1.054,4956
205	48610.008016/2004	Maritaca	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.142,5837
206	48000.003723/97-10	Marlim	Marlim	1.007,4308
207	48000.003900/97-03	Marlim Leste	Marlim Leste	1.018,9583
208	48000.003724/97-74	Marlim Sul	Marlim Sul P-38	1.015,1702
209	48000.003668/97-03	Massape	Baiano Mistura	1.124,2999
210	48000.003669/97-68	Massui	Baiano Mistura	1.124,2999
211	48000.003670/97-47	Mata de Sao Joao	Baiano Mistura	1.124,2999
212	48000.003857/97-78	Mato Grosso	Sergipano Terra	1.005,9738
213	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Norte	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.161,3099
214	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Sul	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.161,3099
215	48000.003866/97-69	Merluza	Condensado de Merluza	1.160,8655
216	48000.003576/97-89	Mexilhão	Condensado de Mexilhão	1.171,7589
217	48000.003673/97-35	Miranga	Baiano Mistura	1.124,2999
218	48000.003676/97-23	Miranga Norte	Baiano Mistura	1.124,2999
219	48000.003809/97-25	Monte Alegre	RGN Mistura	1.087,7804
220	48000.003725/97-37	Moreia	Cabiunas Mistura	1.021,5224
221	48000.003810/97-12	Morrinho	RGN Mistura	1.087,7804
222	48610.009283/2005-16	Morro do Barro	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.069,7853
223	48000.003541/97-02	Mosquito	Espirito Santo	1.054,4956
224	48000.003811/97-77	Mossoro	RGN Mistura	1.087,7804
225	48610.003892/2000	Mutum	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.152,3386
226	48000.003728/97-25	Namorado	Cabiunas Mistura	1.021,5224
227	48000.003761/97-09	Nativo Oeste	Espirito Santo	1.054,4956
228	48000.003729/97-98	Ne Namorado	Cabiunas Mistura	1.021,5224
229	48000.003812/97-30	No do Morro Rosado	RGN Mistura	1.087,7804
230	48000.003677/97-96	Norte Fazenda Caruaçu	Baiano Mistura	1.124,2999
231	48000.003910/97-59	Oeste de Ubarana	RGN Mistura	1.087,7804
232	48000.003552/97-11	Ostra	Ostra	1.049,2416
233	48610.001427/2008-39	PA-1ALV2BA-REC-T-155	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.088,1772
234	48000.003813/97-01	Pajeu	RGN Mistura	1.087,7804
235	48000.003707/97-55	Pampo	Cabiunas Mistura	1.021,5224
236	48000.003888/97-00	Paramirim do Vencimento	Baiano Mistura	1.124,2999
237	48000.003731/97-30	Parati	Cabiunas Mistura	1.021,5224
238	48000.003712/97-95	Pargo	Cabiunas Mistura	1.021,5224
239	48000.003840/97-75	Paru	Sergipano Mar	1.150,9208
240	48610.004001/98	Pedra Sentada	RGN Mistura	1.087,7804
241	48000.003678/97-59	Pedrinhas	Baiano Mistura	1.124,2999
242	48610.003887/2000	Peregrino	peregrino	974,6631
243	48610.008005/2004	Periquito	Periquito	1.087,9328
244	48000.003903/97-93	Peroa	Peroa	1.175,7731
245	48000.003912/97-84	Pescada	Pescada	1.165,6151
246	48000.003859/97-01	Pilar	Alagoano	1.152,3386
247	48610.003901/2000	Pintassilgo	RGN Mistura	1.087,7804
248	48610.003.882/2000	Piracucá	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.171,7589
249	48000.003495/97-89	Piranema	Piranema	1.161,3099
250	48000.003733/97-65	Pirauna	Cabiunas Mistura	1.021,5224
251	48610.010739/2001	Pitiguari	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
252	48000.003814/97-65	Poço Verde	RGN Mistura	1.087,7804
253	48000.003815/97-28	Poço Xavier	RGN Mistura	1.087,7804
254	48000.003679/97-11	Pojuca	Baiano Mistura	1.124,2999
255	48000.003680/97-09	Pojuca Norte	Baiano Mistura	1.124,2999
256	48610.003888/2000	Polvo	Polvo	997,4478
257	48000.003816/97-91	Ponta do Mel	RGN Mistura	1.087,7804
258	48000.003817/97-53	Porto Carao	RGN Mistura	1.087,7804
259	48610.008008/2004	POT-T-661	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
260	48610.009128/2005-16	POT-T-748	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
261	48000.003894/97-02	Querera	Baiano Mistura	1.124,2999
262	48610.001443/2008-21	REC-T-129	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.064,5474
263	48610.009121/05-88	REC-T-265	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.142,5837
264	48000.003818/97-16	Redonda	RGN Mistura	1.087,7804
265	48000.003819/97-89	Redonda Profundo	RGN Mistura	1.087,7804
266	48000.003671/97-18	Remanso	Baiano Mistura	1.124,2999
267	48000.003682/97-26	Riacho da Barra	Baiano Mistura	1.124,2999
268	48000.003821/97-21	Riacho da Forquilha	RGN Mistura	1.087,7804
269	48000.003683/97-99	Riacho Ouricuri	Baiano Mistura	1.124,2999
270	48000.003684/97-51	Riacho Sao Pedro	Baiano Mistura	1.124,2999
271	48610.007480/2006-81	Riacho Velho	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.083,4906
272	48000.003860/97-82	Riachuelo	Sergipano Terra	1.005,9738
273	48000.003765/97-51	Rio Barra Seca	Espirito Santo	1.054,4956
274	48000.003685/97-14	Rio da Serra	Baiano Mistura	1.124,2999
275	48000.003686/97-87	Rio do Bu	Baiano Mistura	1.124,2999
276	48000.003764/97-99	Rio doce	Espirito Santo	1.054,4956
277	48000.003687/97-40	Rio dos Ovos	Baiano Mistura	1.124,2999
278	48000.003749/97-03	Rio Ibiribas	Espirito Santo	1.054,4956
279	48610.007482/2006-71	Rio Ipiranga	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.030,2842
280	48000.003688/97-11	Rio Itariri	Baiano Mistura	1.124,2999
281	48000.003766/97-14	Rio Itaunas	Espirito Santo	1.054,4956
282	48000.003767/97-87	Rio Itaunas Leste	Espirito Santo	1.054,4956
283	48000.003890/97-43	Rio Joanes	Baiano Mistura	1.124,2999
284	48000.003768/97-40	Rio Mariricu	Espirito Santo	1.054,4956
285	48000.003824/97-19	Rio Mossoro	RGN Mistura	1.087,7804
286	48000.003674/97-06	Rio Pipiri	Baiano Mistura	1.124,2999
287	48000.003689/97-75	Rio Pojuca	Baiano Mistura	1.124,2999
288	48000.003769/97-11	Rio Preto	Espirito Santo	1.054,4956
289	48000.003770/97-91	Rio Preto Oeste	Espirito Santo	1.054,4956
290	48000.003771/97-54	Rio Preto Sul	Espirito Santo	1.054,4956
291	48000.003772/97-17	Rio Sao Mateus	Espirito Santo	1.054,4956
292	48610.007984/2004	Rio São Mateus Oeste	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.175,7731
293	48000.003690/97-54	Rio Saripe	Baiano Mistura	1.124,2999
294	48000.003691/97-17	Rio Subauma	Baiano Mistura	1.124,2999
295	48000.003628/97-81	Rio Urucu	Urucu	1.154,4838
296	48610.009227/2002	Rolinha	Rolinha	1.038,4740
297	48000.003901/97-68	Roncador	Roncador	1.015,6441
298	48000.003916/97/35	Sabiá	RGN Mistura	1.087,7804
299	48610.010735/2001	Saira	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.175,7731
300	48000.003710/97-60	Salema	Salema	1.066,5531
301	48000.003841/97-38	Salgo	Sergipano Terra	1.005,9738
302	48000.003825/97-81	Salina Cristal	RGN Mistura	1.087,7804
303	48610.007998/2004	Sanhaçu	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
304	48000.003692/97-80	Santana	Fazenda Santo Estevao	1.085,1937
305	48000.003693/97-42	Sao domingos	Baiano Mistura	1.124,2999
306	48000.003861/97-45	Sao M.dos Campos	Alagoano	1.152,3386
307	48610.007485/2006-12	São Manoel	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.059,0338
308	48000.003773/97-80	Sao Mateus	Espirito Santo	1.054,4956
309	48610.009188/2005-12	São Mateus Leste	Espirito Santo	1.054,4956
310	48000.003694/97-13	Sao Pedro	Baiano Mistura	1.124,2999
311	48000.003695/97-78	Sauipe	Fazenda Santo Estevao	1.085,1937
312	48610.009198/2005-58	SEAL-13	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.161,3099
313	48610.009288/2005-49	Sempre Viva	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.124,2999
314	48610.007984/2004	Seriema	Espirito Santo	1.054,4956
315	48000.003781/97-16	Serra	RGN Mistura	1.087,7804
316	48000.003828/97-70	Serra do Mel	RGN Mistura	1.087,7804
317	48000.003829/97-32	Serra Vermelha	RGN Mistura	1.087,7804
318	48000.003830/97-11	Serraria	RGN Mistura	1.087,7804
319	48000.003696/97-31	Sesmaria	Baiano Mistura	1.124,2999
320	48000.003862/97-16	Sririzinho	Sergipano Terra	1.005,9738
321	48000.003697/97-01	Socorro	Baiano Mistura	1.124,2999
322	48000.003698/97-66	Socorro Extensao	Baiano Mistura	1.124,2999
323	48610.009146/2005-81	SOL-T-171	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.154,4838
324	48000.003873/97-24	Sudoeste Urucu	Urucu	1.154,4838
325	48000.003863/97-71	Sul de Coruripe	Tabuleiro	1.089,5550
326	48000.003699/97-29	Sussuarana	Baiano Mistura	1.124,2999
327	48610.007986/2004	Tabuiaia	Espirito Santo	1.054,4956
328	48000.003864/97-33	Tabuleiro dos Martins	Tabuleiro	1.089,5550
329	48000.003.577/97-41	Tambaú	Tambaú-Uruguá	1.116,0531
330	48610.009488/2003	Tangara	Baiano Mistura	1.124,2999
331	48610.001430/2008-52	Tapiranga	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.142,5837
332	48000.003700/97-14	Taquipe	Baiano Mistura	1.124,2999
333	48000.003835/97-35	Tartaruga	Tartaruga	1.153,7740
334	48000.003834/97-72	Tatui	Sergipano Mar	1.150,9208
335	48610.008013/2004	Tico-Tico	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, III	1.094,4785
336	48610.009279/05-58	Tigre	Tigre	1.114,2087
337	48610.009128/2005-16	TLD de Carnauba	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
338	48610.009.128/2005-16	TLD de Pereiro	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
339	48000.003832/97-47	Tres Marias	RGN Mistura	1.087,7804
340	48000.003708/97-18	Trilha	Cabiunas Mistura	1.021,5224
341	48610.008001/2004	Trinca Ferro	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
342	48000.003782/97-71	Ubarana	RGN Mistura	1.087,7804
343	48610.003899/2000	Uirapuru	Uirapuru	1.142,5837
344	48000.003833/97-18	Upanema	RGN Mistura	1.087,7804
345	48000.003.577/97-42	Uruguá	Tambaú-Uruguá	1.116,0531
346	48610.009.151/2005-94	Urutau	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
347	48610.004002/98	Varginha	RGN Mistura	1.087,7804
348	48000.003713/97-58	Vermelho	Cabiunas Mistura	1.021,5224
349	48000.003734/97-28	Viola	Cabiunas Mistura	1.021,5224
350	48000.003704/97-67	Voador	Marlim	1.007,4308
351	48000.003778/97-01	Xareu	Ceara Mar	1.056,4029
352	48610.009128/2005-16	POT-T-749	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
353	48610.003884/2000	BM-S-9	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.171,7589
354	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Noroeste	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.161,3099
355	48610.008002/2004	Andorinha Sul	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.165,6151
356	48610.009188/2005-12	Mosquito Norte	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.175,7731
357	48610.009156/2005-17	PA-1BRSA713RJS_BM-C-36_C-M-401	TLD de Aruanã	1.062,0630

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Conforme o inciso IV do art 6º da Portaria ANP nº 206, de 29 de agosto de 2000 caso as concessionárias não disponham das informações técnicas suficientes para a determinação da composição de sua corrente, o preço mínimo do petróleo do campo em questão será o preço mínimo do petróleo de maior valor da Bacia a que o campo pertencer, conforme tabela abaixo.

Bacia	Corrente de Maior Valor	Valor da Corrente (R$/m³)
Alagoas	Alagoano	1.152,3386
Camamu	Baiano Mistura	1.124,2999
Campos	Salema	1.066,5531
Ceara	Ceara Mar	1.056,4029
Espirito Santo	Peroa	1.175,7731
Potiguar	Pescada	1.165,6151
Reconcavo	Uirapuru	1.142,5837
Santos	Condensado de Mexilhão	1.171,7589
Sergipe	Piranema	1.161,3099
Solimoes	Urucu	1.154,4838
Tucano Sul	Baiano Mistura	1.124,2999

Conforme o inciso III do art. 6º da Portaria ANP nº 206, de 29 de agosto de 2000 caso os campos/blocos operados por concessionários qualificados como C ou D não disponham das informações técnicas suficientes para a determinação do seu preço mínimo, o mesmo será o preço mínimo do petróleo de maior valor calculado entre os campos operados por concessionários qualificados como C ou D e que disponham das informações técnicas para o cálculo de seu preço mínimo. Para o mês de julho de 2011 foi o valor correspondente ao campo de TICO TICO, no valor de R$ 1.094,4785 m³.

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, de acordo com as disposições da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Resolução de Diretoria n.º 736, de 17 de agosto de 2011, e

Considerando a necessidade de estabelecer os requisitos necessários para a concessão de autorização de construção, de operação e as respectivas desativações de instalação de armazenamento de derivados de petróleo e biocombustíveis, assim como para a alteração de titularidade da autorização e a homologação de contratos de cessão de espaço, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Ficam estabelecidos, pela presente Resolução, os requisitos necessários à concessão de autorizações de construção e de operação de instalação de combustíveis líquidos automotivos, combustíveis de aviação, solventes, óleos lubrificantes básicos e acabados, gás liquefeito de petróleo (GLP), óleo combustível, querosene iluminante e asfaltos a serem outorgadas a distribuidor, a transportador-revendedor-retalhista (TRR), a produtor de óleos lubrificantes acabados, a coletor de óleo lubrificante usado ou contaminado e a rerrefinador de óleo lubrificante usado ou contaminado, bem como à alteração de titularidade da autorização e à homologação de contratos de cessão de espaço.

Das Definições

Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - instalação: imóvel destinado ao recebimento, armazenamento e expedição de derivados de petróleo e biocombustíveis, composto por tanques ou recipientes estacionários de GLP, tubulações, equipamentos, sistema de combate a incêndio, sistema de drenagem e tratamento de efluentes, sistema elétrico, bacias de contenção, à exceção das instalações de GLP, plataforma de carregamento e de descarregamento, vias internas de circulação e edificações;

II - base individual: instalação autorizada a operar pela ANP, cuja posse (aquisição ou arrendamento) seja de um único agente autorizado ao exercício da atividade;

III - base compartilhada: instalação autorizada a operar pela ANP, cuja posse (aquisição ou arrendamento) seja de mais de um agente autorizado ao exercício da atividade;

IV - cessão de espaço: arrendamento de espaço em tancagem de base individual ou compartilhada autorizada pela ANP;

V - administrado: agente autorizado pela ANP detentor de posse em base compartilhada;

VI - administrador: administrado responsável perante a ANP pela operação de base compartilhada;

VII - combustíveis líquidos automotivos: gasolinas, óleo diesel, óleo diesel B, etanol combustível, biodiesel e outros combustíveis líquidos automotivos especificados ou autorizados pela ANP;

VIII - tanque de armazenamento: qualquer recipiente de armazenagem com uma capacidade líquida superior a 0,45 m³, projetado e construído conforme normas técnicas pertinentes, destinado à instalação fixa e não utilizado em processamento industrial;

IX - recipiente estacionário de GLP: vaso de pressão com capacidade volumétrica acima de 0,25 m³, projetado e construído conforme especificações estrangeiras (como, por exemplo, ASME - American Society for Testing and Materials, DIN - Deutsches Institut für Normung, BS - British Standards, UNI - Ente Nazionale Italiano di Unificazione, AFNOR - Association Française de Normalisation, JIS - Japanese Standards Association), para ser abastecido no local da instalação; e

X - requalificação: processo de avaliação das condições operacionais das instalações para a concessão de autorização de operação pela ANP, para as seguintes instalações: i) que ainda não possuem Autorização de Operação (AO); ii) que possuem autorizações de operações concedidas pelos extintos Conselho Nacional de Petróleo - CNP ou Departamento Nacional de Combustíveis - DNC; iii) que ficaram desativadas ou sofreram acidentes operacionais ou ambientais que tenham comprometido a área de armazenamento, e que, de acordo com a análise técnica da ANP, necessitem de nova avaliação das condições operacionais.

Das Disposições Gerais

Art. 3º A autorização de construção ou de operação de instalação somente será outorgada a distribuidor, a transportador-revendedor-retalhista (TRR), a produtor de óleos lubrificantes acabados, a coletor de óleo lubrificante usado ou contaminado e a rerrefinador de óleo lubrificante usado ou contaminado habilitado ou autorizado pela ANP.

Parágrafo único. Deverão ser observadas, além do disposto nesta Resolução e nas legislações vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), as normas da International Organization of Standardization (ISO), as recomendações da International Organization of Legal Metrology (IOLM), da American Society of Mechanical Engineers (ASME), do American Petroleum Institute (API) e demais normas que se fizerem necessárias para a análise dos pedidos de autorização de construção ou de operação.

Da Autorização de Construção (AC)

Art. 4º A Autorização de Construção deverá ser requerida nos seguintes casos:

I)construção de nova instalação;

II)alteração da capacidade de armazenamento de instalação existente;

III)alteração do arranjo físico de instalação que afete a área de armazenamento, carregamento ou descarregamento de produtos; ou

IV)transferência de titularidade.

Art. 5º Para obtenção da Autorização de Construção (AC) deverá ser protocolizada na ANP, individualizada por instalação, a documentação constante do Anexo I desta Resolução, conforme a atividade econômica a ser exercida.

§1º Com o intuito de obter a Licença de Instalação (LI) constante do Anexo I desta Resolução, deverá ser protocolizado na ANP somente o requerimento de autorização de construção, sendo que, após a expedição da referida licença pelo órgão ambiental competente, deverão ser encaminhados à ANP os demais documentos relacionados no Anexo I, conforme a atividade econômica a ser exercida.

§2º No caso de doações condicionadas de terrenos realizadas por órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, deverá ser apresentada cópia autenticada, registrada no Cartório de Títulos e Documentos, em nome da interessada, de documentação que comprove o referido ato, para obtenção de Autorização de Construção (AC), observado o cumprimento das condicionantes.

§3º Poderão ser solicitados documentos, informações, projetos ou providências adicionais, a respeito do previsto no Anexo I, que a ANP considerar pertinentes à instrução da fase de outorga da Autorização de Construção (AC), relativos a esse artigo.

Art. 6º Após cumpridos todos os requisitos constantes do art. 5º desta Resolução, a ANP outorgará à requerente a Autorização de Construção (AC) da instalação, publicando-a no Diário Oficial da União, a partir da qual poderá ser dado início à construção da instalação.

Art. 7º A requerente deverá solicitar à ANP nova Autorização de Construção (AC), caso pretenda efetuar modificação na instalação que afete a área de armazenamento, carregamento ou descarregamento de produtos, durante a construção, em relação à Autorização de Construção (AC) concedida.

Da Autorização de Operação (AO)

Art. 8º A Autorização de Operação (AO) deverá ser requerida nos seguintes casos:

I)operação de nova instalação;

II)alteração da capacidade de armazenamento de instalação existente;

III)alteração do arranjo físico de instalação que afete a área de armazenamento, carregamento ou descarregamento de produtos;

IV)requalificação de instalação existente;

V)transferência de titularidade;

VI)alteração de base individual para base compartilhada, e vice-versa; ou

VII)alteração de administrador e/ou administrado.

Parágrafo único. Nos casos de incorporações e fusões de empresas, quando permanecer pelo menos uma pessoa jurídica já autorizada pela ANP, poderá ser apresentado o protocolo de solicitação de transferência de titularidade no órgão ambiental, sendo que a Autorização de Operação (AO) a ser expedida pela ANP terá o mesmo prazo de validade da Licença Ambiental vigente.

Art. 9º Para obtenção da Autorização de Operação (AO) deverá ser protocolizada na ANP, individualizada por instalação, a documentação constante dos Anexos II ou IV desta Resolução, conforme o caso e a atividade econômica a ser exercida.

§1º Com o intuito de obter a Licença de Operação (LO) constante dos Anexos II ou IV desta Resolução, deverá ser protocolizado na ANP somente o requerimento de autorização de operação, sendo que, após a expedição da referida licença pelo órgão ambiental competente, deverão ser encaminhados à ANP os demais documentos relacionados dos Anexos II ou IV, conforme a atividade econômica a ser exercida.

§2º No caso de doações condicionadas de terrenos realizadas por órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, deverá ser apresentada cópia autenticada, registrada no Cartório de Títulos e Documentos, em nome da interessada, de documentação que comprove o referido ato, para obtenção de Autorização de Operação (AO), observado o cumprimento das condicionantes, sendo que, após o cumprimento de todas as exigências para a doação do terreno à empresa, a ANP publicará nova Autorização de Operação (AO).

§3º Poderão ser solicitados documentos, informações, projetos ou providências adicionais, a respeito do previsto nos Anexos II e IV, que a ANP considerar pertinentes à instrução da fase de outorga da Autorização de Operação (AO), relativos a esse artigo.

§4º Após a conclusão das obras vinculadas à Autorização de Construção (AC), a requerente deverá solicitar à ANP a vistoria das instalações para a obtenção da Autorização de Operação (AO).

§5º A ANP realizará a vistoria das instalações para concessão da Autorização de Operação (AO).

Art. 10 Após cumpridos todos os requisitos constantes do art. 9º desta Resolução, a ANP outorgará à requerente a Autorização de Operação (AO) da instalação de armazenamento, publicando-a no Diário Oficial da União, a partir da qual poderá ser dado início à operação da base.

Parágrafo único. É vedada, ao titular da autorização, a operação de base que esteja com a licença ambiental de operação ou o Certificado de Corpo de Bombeiros fora do prazo de validade.

Da Solicitação de Alteração de Titularidade

Art. 11 A solicitação de alteração de titularidade da Autorização de Construção (AC) da instalação, quando não ocorrer alterações na instalação, deverá ser encaminhada à ANP diretamente pela nova requerente, acompanhada da documentação relacionada nos itens 1 a 4 do Anexo I desta Resolução, conforme a atividade econômica a ser exercida.

Art. 12 A solicitação de alteração de titularidade da Autorização de Operação (AO) da instalação, quando não ocorrer alterações na instalação, deverá ser encaminhada à ANP diretamente pela nova requerente, acompanhada da documentação relacionada nos itens 1 a 6, para os distribuidores, e nos itens 1 a 5, para os demais agentes econômicos, do Anexo II desta Resolução,conforme a atividade a ser exercida.

Parágrafo único. No caso de alteração de administrador e/ou administrado de instalação, que opera sob a forma de base compartilhada, quando não ocorrer alterações na instalação, deverá ser encaminhada à ANP, diretamente pela nova requerente, a documentação relacionada no Procedimento nº 10 do Anexo II desta Resolução.

Da Cessão de Espaço

Art. 13 Para homologação de extrato do contrato de cessão de espaço, nos termos da regulamentação vigente para o exercício das atividades dos agentes econômicos, o cedente deverá protocolizar na ANP, individualizada por instalação, a documentação relacionada no Anexo III desta Resolução.

§1º O extrato do contrato de cessão de espaço deve identificar, no mínimo, o prazo acordado, a empresa e o estabelecimento cedente, cujo endereço será o da instalação, e a empresa cessionária, além de discriminar o volume, por produto, objeto da cessão;

§2º A análise da homologação do extrato do contrato de cessão de espaço considerará o volume, em metros cúbicos, disponível na tancagem do estabelecimento cedente autorizado pela ANP, por produto, descontada a capacidade mínima de armazenamento, nos termos da regulamentação da atividade econômica regulada pela ANP, e os volumes já comprometidos nos demais contratos de cessão de espaço vigentes para a instalação;

§3º A instalação do cedente, objeto do extrato do contrato de cessão de espaço, que apresentar pendência documental, observado o disposto do art. 15 desta Resolução, não terá o extrato do contrato de cessão de espaço homologado até sua regularização perante a ANP; e

§4º Em base compartilhada, somente o administrador pode celebrar contrato de cessão de espaço.

Das Obrigações do Titular das Autorizações de Construção ou de Operação

Art. 14 São obrigações do titular das Autorizações:

I - manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção das autorizações de construção ou de operação, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original;

II - manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente.

Das Disposições Transitórias

Art. 15 A instalação de armazenamento existente que não possui Autorização de Operação (AO) expedida pela ANP deverá observar o cronograma de requalificação, para obtenção da referida autorização, a ser divulgado no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico www.anp.gov.br, de acordo com as exigências estabelecidas no Anexo IV desta Resolução, conforme a atividade econômica exercida.

§1º O cronograma informará os tipos de agentes econômicos e as Unidades Federativas contemplados em cada fase, assim como as datas de início e de encerramento do processo de requalificação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS.

§2º A instalação sem Autorização de Operação (AO), assim como aquela autorizada pelos extintos Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), deverá observar o caput deste artigo.

§3º A instalação autorizada pela ANP fica dispensada do estabelecido no caput deste artigo.

§4º A instalação de armazenamento que cumprir o disposto nesta Resolução terá sua autorização de operação publicada no Diário Oficial da União, nos termos desta Resolução.

Art. 16 As instalações que possuem Autorização de Operação (AO) emitida pelo Conselho Nacional de Petróleo (CNP) ou Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) serão requalificadas, de acordo com o art. 15 dessa Resolução, observada a norma técnica de instalações vigente à época de construção, que deverá ser indicada pelo requerente por ocasião do pedido de requalificação.

Do Cancelamento e da Revogação

Art. 17 A Autorização de Construção ou de Operação de instalação de armazenamento é outorgada em caráter precário e será:

I)cancelada nos seguintes casos:

a)por requerimento do agente autorizado; ou

b)quando for revogada a autorização para o exercício da atividade do agente econômico.

II) revogada a qualquer tempo, quando comprovado, em processo administrativo, com garantia do contraditório e da ampla defesa, que deixou de atender às exigências estabelecidas nos arts. 5º, 9º, 11, 12 e 15 desta Resolução.

Parágrafo único. No caso de revogação de autorização para o exercício da atividade de agente econômico, de que trata a alínea (b) do inciso I deste artigo, que opere como administrador de base compartilhada, será concedido o prazo de 90 (noventa) dias para atendimento ao Procedimento nº 10, do Anexo II, pelo novo administrador, devendo, neste período, ser observado o prazo de validade do Alvará de Funcionamento, da Licença de Operação e do Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros, sob pena de cancelamento da Autorização de Operação da base.

Da Desativação das Instalações

Art. 18 Quando da desativação da instalação, deverá ser encaminhado à ANP pelo requerente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias:

a) requerimento de revogação da autorização de operação da instalação;

b) cópia autenticada do requerimento de desativação da instalação protocolizado no órgão ambiental competente; e

c) cópia autenticada do documento de baixa da inscrição estadual relativa ao estabelecimento ou documento expedido pela Prefeitura Municipal informando o encerramento de atividade ou baixa de ofício.

Das Disposições Finais

Art. 19 A empresa autorizada deverá comunicar à ANP, imediatamente, a ocorrência de qualquer evento decorrente de sua atividade que possa acarretar riscos à saúde pública, à segurança de terceiros e ao meio ambiente, indicando as causas de sua origem, bem como as medidas tomadas para sanar ou reduzir o seu impacto.

Art. 20 As autorizações concedidas nos termos desta Resolução não eximem a empresa autorizada de suas responsabilidades técnicas e legais, a qualquer época, bem como do cumprimento de outras obrigações legais correlatas de âmbito federal, estadual e municipal.

Art. 21 A ANP poderá, a qualquer tempo, realizar vistoria nas instalações visando atestar as informações prestadas, assim como as condições de segurança apresentadas quando da concessão da Autorização de Operação (AO).

Art. 22 Esta Resolução não se aplica aos parques de abastecimento de aeronaves (PAA) dentro de aeródromo.

Art. 23 Os funcionários da ANP e de órgãos conveniados terão, a qualquer tempo e a seu critério, livre acesso às instalações de armazenamento para fins de vistoria ou fiscalização.

Art. 24 O não atendimento às disposições desta Resolução sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei n.º 9.847, de 26 de outubro de 1999, e no Decreto n.º 2.953, de 28 de janeiro de 1999, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 25 As situações não previstas nesta Resolução, relacionadas com o assunto ora regulado, serão analisadas pela ANP.

Art. 26 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27 Ficam revogadas a Portaria ANP nº 161, de 05 de novembro de 1998, os artigos 10 a 15 da Portaria ANP nº 29, de 09 de fevereiro de 1999, e a Portaria ANP nº 104, de 20 de junho de 2000.

Todos os Anexos contendo os Procedimentos Operacionais relacionados a presente Resolução encontram-se disponíveis no sítio da ANP em www.anp.gov.br.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, de acordo com as disposições da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Resolução de Diretoria n.º 735, de 17 de agosto de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica alterado o segundo considerando da Resolução ANP nº 35, de 2 de dezembro de 2005, publicada no DOU em 05 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"considerando a necessidade de atualizar a norma técnica adotada pela ANP quando da concessão de Autorização de Construção (AC) ou Autorização de Operação (AO) para instalações destinadas à armazenagem de gás liquefeito de petróleo - GLP, torna público o seguinte ato:"

Art. 2º Fica alterado o caput do art. 1º da Resolução ANP nº 35, de 2 de dezembro de 2005, publicada no DOU em 05 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica adotada a Norma NBR 15186 - Base de armazenamento, envasamento e distribuição de GLP, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, para a concessão de Autorização de Construção (AC) ou Autorização de Operação (AO) para instalações destinadas à armazenagem de gás liquefeito de petróleo - GLP."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, no Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970, no Inciso VIII do art. 8º da Lei n.º 9.478, de 06 de agosto de 1997, no § 4º do art. 3º da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009 e no Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010, tendo em vista a Resolução de Diretoria n.º 737, de 17 de agosto de 2011, e

Considerando que é atribuição da ANP instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais;

Considerando que o artigo 5º do Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010, delegou à ANP a competência para declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação dos gasodutos concedidos ou autorizados e das suas instalações acessórias;

Considerando a importância de se padronizar, aperfeiçoar e dar maior publicidade aos procedimentos que objetivam a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e servidão administrativa, no âmbito da ANP, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Ficam estabelecidos, nos termos desta Resolução, os procedimentos gerais para a declaração de utilidade pública das áreas necessárias à implantação dos gasodutos concedidos ou autorizados e de suas instalações acessórias, nos moldes do art. 3º, § 4º, da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, e do art. 5º do Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010, e os procedimentos gerais para instrução de processo com vistas à declaração de utilidade pública, prevista no art. 8º, VIII, da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, dutos e terminais, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa.

§ 1º Consideram-se, para efeito de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, áreas destinadas à implantação de refinarias, unidades de processamento e tratamento de gás natural, unidades de liquefação e regaseificação de gás natural, terminais de petróleo, seus derivados, biocombustíveis, gás natural e gás natural liquefeito - GNL, dutos, gasodutos e suas faixas, estações de compressão e de bombeamento, conjuntos de válvulas, pontos de entrega, estações de transferência de custódia, unidades de exploração e produção ou outras que, para sua implementação, façam indispensável a declaração de utilidade pública.

§ 2º Além da desapropriação e instituição de servidão administrativa das áreas destinadas às atividades contempladas no caput deste artigo, deverão ser consideradas, também, as áreas adicionais necessárias à construção e operação dessas instalações, tais como, áreas de acesso, áreas de descarte de resíduos, áreas para deposição de materiais provenientes dos serviços de terraplenagem, áreas para interligação com a rede elétrica ou outras que, justificadamente, se fizerem indispensáveis.

Art. 2º Para instrução do processo com vistas à declaração de utilidade pública, no âmbito da ANP, prevista no art.8º, VIII, da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, ou para a declaração de utilidade pública das áreas necessárias à implantação de gasodutos concedidos ou autorizados e de suas instalações acessórias, nos moldes do art. 3º, § 4º, da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, e do art. 5º do Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010, o agente econômico deverá enviar à Agência requerimento formulado pela pessoa jurídica interessada, assinado por representante legal ou preposto devidamente constituído por procuração, acompanhado dos seguintes documentos e informações:

I - as dimensões das áreas de terras necessárias à implantação do empreendimento;

II - planta única de macrolocalização do empreendimento, bem como plantas preferencialmente em escala de 1:10000 ou em escalas de 1:5000,1:2000, 1:1000, 1:500 e 1:100, conforme o detalhamento necessário, elaboradas no sistema de projeções UTM (Universal Transversa de Mercator), referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000 com indicação do meridiano central ou zona UTM, ou no sistema indicado no padrão ANP04B, que permitam a visualização de cruzamentos, instalações acessórias e áreas de acesso relacionadas à implementação da instalação, além de limites municipais e estaduais, unidades de conservação ou proteção ambiental, suas respectivas zonas de amortecimento e terras de povos e comunidades tradicionais, sítios arqueológicos, presença de outras concessões de exploração mineral, existência de linhas de transmissão de energia elétrica ou quaisquer outras áreas que tenham influência na implementação da instalação;

III - memorial descritivo do projeto, contendo sumário dos dados operacionais e construtivos da instalação;

IV - minuta do ato de declaração de utilidade pública, conforme Anexo I para as áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural e aquelas fundamentais à construção de refinarias, dutos e terminais, ou conforme o Anexo II, para as áreas necessárias à implantação de gasodutos concedidos ou autorizados e suas instalações acessórias devendo incluir, no mínimo, em ambos os casos, os pares de coordenadas no sistema de projeção UTM, referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000, com indicação do meridiano central ou zona UTM, ou no sistema indicado no padrão ANP04B;

V- Planilha ou Tabela contendo as coordenadas relacionadas na minuta do ato de declaração de utilidade pública, conforme o Anexo III, no sistema de projeções UTM, referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000, com indicação do meridiano central ou zona UTM, ou no sistema indicado no padrão ANP04B;

VI - Arquivo vetorial do tipo "shapefile", "feature class" ou "geodatabase", em meio digital, de cada feição geográfica, conforme exemplificado no Anexo III desta resolução, que esteja em conformidade com o sistema de projeções UTM, referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000, com indicação do meridiano central ou zona UTM, ou no sistema indicado no padrão ANP04B;

VII- cronograma físico-financeiro preliminar do empreendimento;

VIII- Licença Prévia ou manifestação do órgão ambiental competente liberando a localização do empreendimento, quando exigido pela legislação ambiental.

§ 1º As informações indicadas nos documentos relacionados nos incisos IV e V deverão estar coerentes entre si, cabendo sua verificação ao solicitante da instrução de processo com vistas à declaração de utilidade pública.

§ 2º As minutas do ato de declaração de utilidade pública à qual se refere o inciso IV deverão indicar quais áreas serão destinadas à desapropriação e quais serão destinadas à servidão administrativa, devendo ser encaminhadas justificativas cabíveis onde não houver possibilidade de definição prévia da espécie de intervenção que será praticada pelo agente.

§ 3º Os documentos relacionados nos incisos II, III, IV e V também deverão ser encaminhados em versão eletrônica em suas revisões mais atuais.

§ 4º Os desenhos, mapas, plantas e gráficos deverão estar numerados e apresentados em escala gráfica, de tal forma que permita visualizar claramente os seus elementos, em todas as folhas, abrangendo a identificação, área de influência e outros detalhes imprescindíveis à localização e inserção espacial do empreendimento.

§ 5º A documentação técnica a ser apresentada para atendimento aos incisos I a III e VII deverá ser redigida no idioma Português e conter assinatura do responsável técnico.

Art. 3º No caso de sobreposição de áreas necessárias à implantação de gasodutos concedidos ou autorizados e de suas instalações acessórias com áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais, o agente interessado deverá adotar os procedimentos elencados na presente Resolução que envolvem o Anexo II somente se vier efetivamente a proceder à instalação de gasodutos concedidos ou autorizados e de suas instalações acessórias antes ou concomitantemente à implantação das demais instalações.

§1º O ato de declaração de utilidade pública editado pela ANP com vistas à desapropriação ou instituição de servidão administrativa de áreas necessárias à implantação de gasodutos concedidos ou autorizados e de suas instalações acessórias, nos moldes do art. 3º, § 4º, da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, e do art. 5º do Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010, será revogado caso não se verifiquem as condições estabelecidas no caput do presente artigo.

§2º Na hipótese aludida no §1º do presente artigo, deverá o agente interessado, concomitantemente ou após a revogação do referido ato de declaração de utilidade pública editado pela ANP, adotar os procedimentos elencados na presente Resolução que envolvem o Anexo I, para que a ANP proceda com a instrução do ato de declaração de utilidade pública, prevista no artigo 8º, inciso VIII, da Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997.

Art. 4º A ANP analisará a documentação apresentada pela empresa solicitante no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua data de entrega.

§ 1º A ANP poderá solicitar à interessada documentos e informações adicionais e, neste caso, o prazo mencionado no caput do presente artigo passará a ser contado da data de entrega destas informações.

§ 2º O prazo mencionado no caput deste artigo refere-se somente àquele no âmbito da ANP, não contemplando o prazo de tramitação em outros órgãos da Administração Pública no caso da instrução de processos com vistas à declaração de utilidade pública para as áreas necessárias à exploração e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, dutos e terminais.

Art. 5º A revisão de ato de declaração de utilidade pública será instruída pela ANP, no prazo indicado no artigo anterior, mediante requerimento da empresa, acompanhado de justificativa e da documentação relacionada no artigo 2º.

Art. 6º O requerente envidará esforços de negociação junto aos proprietários ou possuidores, objetivando promover, de forma amigável, a liberação das áreas de terras destinadas à implantação das instalações necessárias às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, bem como daquelas áreas de terras fundamentais para a construção de refinarias, dutos, terminais e gasodutos concedidos ou autorizados, com suas instalações acessórias.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

Modelo para a Minuta do Ato de Declaração de Utilidade Pública para as áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural e aquelas fundamentais à construção de refinarias, dutos e terminais.

OBJETIVO

O presente Anexo tem como objetivo orientar os agentes interessados a preparar adequadamente a minuta para o ato de declaração de utilidade pública, com vistas à instrução do processo no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, para as áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural e aquelas fundamentais à construção de refinarias, dutos e terminais, nos termos da Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997.

As instruções de preenchimento aqui descritas correspondem às informações mínimas necessárias para a instrução do processo para declaração de utilidade pública no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, podendo, todavia, o agente interessado prestar mais informações que julgar necessárias para compor o documento, bem como ordenar os parágrafos da minuta do ato de declaração de utilidade pública de forma a tornar claras e organizadas as descrições das áreas e instalações nele constantes.

MODELO DE MINUTA DO DECRETO

DECRETO ..... DE (data) DE (mês) DE (ano)

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação total ou parcial, ou instituição de servidão administrativa, (a depender da opção do instrumento a ser utilizado) em favor da (Razão Social da Empresa), ou de sociedade por ela controlada, direta ou indiretamente, os imóveis constituídos de terras e benfeitorias, necessários à construção do(a) (nome da instalação), e dá outras providências.

O(A) PRESIDENTE(A) DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei n.º 3.365 de 21 de junho de 1941, no Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970, no artigo 8º, inciso VIII, da Lei nº 9.478 de 06 de agosto de 1997, no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei 11.909, de 04 de março de 2009, na Resolução ANP nº 44, de 18 de agosto de 2011, e o que consta no Processo ANP nº _____,

DECRETA:

ARTIGO 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, ou de instituição de servidão administrativa (a depender da opção do instrumento a ser utilizado), em favor da (Razão Social da Empresa), ou de sociedade por ela controlada, direta ou indiretamente, que vier a ser encarregada da construção, instalação e operação do(a) (identificar a instalação), bem como que vier a ser encarregada da manutenção, reparo e fiscalização dos (indicar resumidamente instalações principais e acessórias, tais como dutos, cabos de comunicação e outros) necessários ao bom funcionamento das instalações de (indicar resumidamente a função das instalações, tais como, por exemplo, transporte, transferência, refino, processamento, produção, exploração, dentre outras de gás natural, petróleo e derivados), os imóveis constituídos de terras e benfeitorias, de propriedade privada, excluídos os bens de domínio público, compreendidos nas faixas de terras com aproximadamente (número cardinal correspondente à área) m² (número cardinal correspondente à área por extenso, entre parêntesis), dentro do(s) município(s) de (elencar municípios), situados no(s) Estado(s) do(e) (elencar estados), (para dutos, indicar o número de trechos em que os mesmos foram divididos para fins de redação do decreto. Neste caso, indicar cada trecho em um parágrafo próprio, com sua respectiva extensão e largura. Vale ressaltar que a subdivisão de dutos em trechos não é compulsória), cujas restrições administrativas são imprescindíveis à construção do(a) (identificar a instalação), incluindo (identificar outras instalações ou acessórios importantes para o funcionamento da instalação, tais como cabos de fibra ótica para transmissão de dados, vias de acesso, áreas de descarte de resíduos, etc.) relativos ao/à (identificar a instalação).

§ 1º: Nos casos que se referem a áreas para instalação de um duto ou quaisquer instalações que tenham a feição linear, conforme exemplos constantes no Anexo III, descrever, em um ou mais parágrafos, o(s) perímetro(s) e/ou a(s) faixa(s) de terras objeto(s) do ato de declaração de utilidade pública, indicando a área, em metros quadrados (m²), total a ser desapropriada ou a ser instituída como servidão administrativa e identificando cada ponto, suas respectivas coordenadas, a distância (em metros) e o sentido (N, S, E, O, SO, SE, etc.) deste para o próximo ponto correspondente à descrição da área. Devem ser indicadas, também, as larguras de cada um dos trechos em que se subdivide a instalação, se for o caso. A descrição deve utilizar pares de coordenadas no sistema de projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000, com indicação do meridiano central ou zona UTM, ou no sistema indicado no padrão ANP04B . Adicionalmente, deve(m) ser informada(s) a(s) planta(s) referente(s) ao trecho indicado em cada parágrafo. Todas as travessias relevantes (rios, estradas, cercas, etc.) devem ser indicadas entre seus pontos correspondentes, bem como a passagem por limites municipais e estaduais. O agente deve atentar-se à necessidade de estabelecer se as áreas serão destinadas à desapropriação ou à servidão administrativa, salvo os casos, devidamente justificados, em que não for possível realizar tal classificação a priori. Finalmente, para o caso de equipamentos acessórios, acessos ou outras instalações de feição linear, conforme exemplos constantes no Anexo III, o(s) parágrafo(s) deve(m) ser encerrado(s) com justificativa sucinta acerca da necessidade de desapropriação ou instituição de servidão administrativa da(s) respectiva(s) área(s). Por exemplo: "Este acesso é necessário para, a partir da via pública mais próxima, chegar à área da válvula XYZ-XX e, para sua localização, foram levados em conta a proximidade entre a área e a via, além do relevo que permite chegar ao local com máquinas, equipamentos, veículos e pessoas".

§2º: Nos casos que se referem a áreas para instalação de válvulas, refinarias ou quaisquer instalações que tenham feição poligonal, conforme exemplos constantes no Anexo III, descrever, em um ou mais parágrafos, o(s) polígono(s) objeto(s) do ato de declaração de utilidade pública, indicando a área, em m², total a ser desapropriada ou a ser instituída como servidão administrativa e identificando cada ponto, suas respectivas coordenadas, a distância (em metros) e o sentido (N, S, E, O, SO, SE, etc.) deste para o próximo ponto correspondente à descrição da área. A descrição deve utilizar pares de coordenadas no sistema de projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000, com indicação do meridiano central ou zona UTM, ou no sistema indicado no padrão ANP04B. Adicionalmente, deve(m) ser informada(s) a(s) planta(s) referente(s) à instalação indicada em cada parágrafo. Todas as travessias relevantes (rios, estradas, cercas, etc.) devem ser indicadas entre os pontos correspondentes, bem como a passagem por limites municipais e estaduais. O agente deve atentar-se à necessidade de estabelecer se as áreas serão destinadas à desapropriação ou à servidão administrativa, salvo os casos, devidamente justificados, em que não for possível realizar tal classificação a priori. Finalmente, para o caso de equipamentos acessórios, acessos ou outras instalações de feição poligonal, conforme exemplos constantes no Anexo III, os parágrafos devem ser encerrados com uma justificativa sucinta acerca da necessidade de desapropriação ou instituição de servidão administrativa da área. Por exemplo: "Esta área é necessária para instalação da válvula de identificação XYZ-XX, utilizada para interrupção do fluxo de gás em situações de emergência ou para efetuação de manutenção no gasoduto. Ela deve possuir dimensões tais que permitam a entrada e movimentação de equipamentos pesados para instalação e manutenção da válvula. Por motivo de segurança, a área é cercada e tem acesso restrito a pessoas autorizadas pela empresa"; ou "Este acesso é necessário para, a partir da via pública mais próxima, chegar à área da válvula XYZ-XX e, para sua localização, foram levados em conta a proximidade entre a área e a via, além do relevo que permite chegar ao local com máquinas, equipamentos, veículos e pessoas".

ARTIGO 2º Poderá ser necessária a inclusão de artigo(s) específico(s) referente(s) à desapropriação de áreas contíguas necessárias ao desenvolvimento da obra a que se destina, e das zonas que se valorizarem extraordinariamente, em conseqüência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda, conforme Artigo 4º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

ARTIGO 3º A (razão social da empresa), ou a sociedade por ela controlada, direta ou indiretamente, fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, a desapropriação, total ou parcial, ou a instituição de servidões administrativas de que tratam este decreto, caso em que serão compensados, quando cabível, os valores já indenizados nas servidões perpétuas de passagem instituídas em favor da (razão social da empresa), podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência para fins de imissão provisória na posse dos bens, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e do Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970.

ARTIGO 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, __ de _____ de ____; XXXº da Independência e XXX º da República.

PRESIDENTE(A) DA REPÚBLICA

ANEXO II

Modelo para a Minuta do Ato de Declaração de Utilidade Pública das áreas necessárias à implantação dos gasodutos concedidos ou autorizados

OBJETIVO

O presente Anexo tem como objetivo orientar os agentes interessados a preparar adequadamente a minuta para o ato de declaração de utilidade pública de gasodutos e de suas instalações acessórias, nos termos da Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, da Lei 11.909, de 04 de março de 2009 e do Decreto 7.382, de 02 de dezembro de 2010.

As instruções de preenchimento aqui descritas correspondem às informações mínimas necessárias para o processo de declaração de utilidade pública pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, podendo, todavia, o agente interessado prestar mais informações que julgar necessárias para compor o documento, bem como ordenar os parágrafos da minuta do ato de declaração de utilidade pública de forma a tornar claras e organizadas as descrições das áreas e instalações nele constantes.

MODELO DE MINUTA DA RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO ANP Nº ..... DE (data) DE (mês) DE (ano)

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação total ou parcial, ou instituição de servidão administrativa, (a depender da opção do instrumento a ser utilizado) em favor da (Razão Social da Empresa), ou de sociedade por ela controlada, direta ou indiretamente, os imóveis constituídos de terras e benfeitorias, necessários à construção do (nome da instalação), e dá outras providências.

O(A) DIRETOR(A)-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, no Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970, no inciso VIII do artigo 8º da Lei n.º 9.478, de 06 de agosto de 1997, no § 4º do artigo 3º da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, no artigo 5º do Decreto nº 7.382, de 02, de dezembro de 2010, na Resolução ANP nº 44, de 18 de agosto de, e o que consta no Processo ANP nº _____, tendo em vista a Resolução de Diretoria n.º _____, de __ de _____ de _____, resolve:

ARTIGO 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, ou de instituição de servidão administrativa, em favor da (Razão Social da Empresa), ou de sociedade por ela controlada, direta ou indiretamente, que vier a ser encarregada da construção, instalação e operação do(a) (identificar o gasoduto), bem como que vier a ser encarregada da manutenção, reparo e fiscalização dos dutos, cabos de comunicação e outros necessários ao bom funcionamento das instalações de movimentação e transporte de gás natural, os imóveis constituídos de terras e benfeitorias, de propriedade privada, excluídos os bens de domínio público, compreendidos nas faixas de terras com aproximadamente (número cardinal correspondente à área) m² (número cardinal correspondente à área por extenso, entre parêntesis), dentro do(s) município(s) de (elencar municípios), situados no(s) Estado(s) do(e) (elencar estados), (indicar o número de trechos em que o gasoduto foi dividido para fins de redação do ato de declaração de utilidade pública. Indicar cada trecho em um parágrafo próprio, com sua respectiva extensão e largura. Vale ressaltar que a subdivisão de gasodutos em trechos não é compulsória), cujas restrições administrativas são imprescindíveis à construção do (identificar o gasoduto), incluindo (identificar outras instalações ou acessórios importantes para o funcionamento da instalação, tais como cabos de fibra ótica para transmissão de dados, vias de acesso, áreas de descarte de resíduos, etc.) relativos ao/à (identificar o gasoduto).

§1º: Nos casos que se referem a áreas para instalação de um gasoduto ou quaisquer instalações que tenham a feição linear, conforme exemplos constantes no Anexo III, descrever, em um ou mais parágrafos, o(s) perímetro(s) e/ou a(s) faixa(s) de terras objeto(s) do ato de declaração de utilidade pública, indicando a área, em metros quadrados, total a ser desapropriada ou a ser instituída como servidão administrativa e identificando cada ponto, suas respectivas coordenadas, a distância (em metros) e o sentido (N, S, E, O, SO, SE, etc.) deste para o próximo ponto correspondente à descrição da área. Devem ser indicadas, também, as larguras de cada um dos trechos em que se subdivide a instalação, se for o caso. A descrição deve utilizar pares de coordenadas no sistema de projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000, com indicação do meridiano central ou zona UTM, ou no sistema indicado no padrão ANP04B. Adicionalmente, deve(m) ser informada(s) a(s) planta(s) referente(s) ao trecho indicado em cada parágrafo. Todas as travessias relevantes (rios, estradas, cercas, etc.) devem ser indicadas entre seus pontos correspondentes, bem como a passagem por limites municipais e estaduais. O agente deve atentar-se à necessidade de estabelecer se as áreas serão destinadas à desapropriação ou à servidão administrativa, salvo os casos, devidamente justificados, em que não for possível realizar tal classificação a priori. Finalmente, para o caso de equipamentos acessórios, acessos ou outras instalações de feição linear, conforme exemplos constantes no Anexo III, o(s) parágrafo(s) deve(m) ser encerrado(s) com justificativa sucinta acerca da necessidade de desapropriação ou instituição de servidão administrativa da(s) respectiva(s) área(s). Por exemplo: "Este acesso é necessário para, a partir da via pública mais próxima, chegar à área da válvula XYZ-XX e, para sua localização, foram levados em conta a proximidade entre a área e a via, além do relevo que permite chegar ao local com máquinas, equipamentos, veículos e pessoas".

§2º: Nos casos que se referem a áreas para instalação de válvulas ou quaisquer instalações acessórias que tenham feição poligonal, conforme exemplos constantes no Anexo III, descrever, em um ou mais parágrafos, o(s) polígono(s) objeto(s) do ato de declaração de utilidade pública, indicando a área, em metros quadrados (m²), total a ser desapropriada ou ser instituída como servidão administrativa e identificando cada ponto, suas respectivas coordenadas, a distância (em metros) e o sentido (N, S, E, O, SO, SE, etc.) deste para o próximo ponto correspondente à descrição da área. A descrição deve utilizar pares de coordenadas no sistema de projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000, com indicação do meridiano central ou zona UTM, ou no sistema indicado no padrão ANP04B. Adicionalmente, deve(m) ser informada(s) a(s) planta(s) referente(s) ao trecho indicado em cada parágrafo. Todas as travessias relevantes (rios, estradas, cercas, etc.) devem ser indicadas entre os pontos correspondentes, bem como a passagem por limites municipais e estaduais. O agente deve atentar-se à necessidade de estabelecer se as áreas serão destinadas à desapropriação ou à servidão administrativa, salvo os casos, devidamente justificados, em que não for possível realizar tal classificação a priori. Finalmente, para o caso de equipamentos acessórios, acessos ou outras instalações de feição poligonal, conforme exemplos constantes no Anexo III, os parágrafos devem ser encerrados com uma justificativa sucinta acerca da necessidade de desapropriação ou instituição de servidão administrativa da área. Por exemplo: "Esta área é necessária para instalação da válvula de identificação XYZ-XX, utilizada para interrupção do fluxo de gás em situações de emergência ou para efetuação de manutenção no gasoduto. Ela deve possuir dimensões tais que permitam a entrada e movimentação de equipamentos pesados para instalação e manutenção da válvula. Por motivo de segurança, a área é cercada e tem acesso restrito a pessoas autorizadas pela empresa"; ou Este acesso é necessário para, a partir da via pública mais próxima, chegar à área da válvula XYZ-XX e, para sua localização, foram levados em conta a proximidade entre a área e a via, além do relevo que permite chegar ao local com máquinas, equipamentos, veículos e pessoas".

ARTIGO 2º Poderá ser necessária a inclusão de artigo(s) específico(s) referente(s) à desapropriação de áreas contíguas necessárias ao desenvolvimento da obra a que se destina, e das zonas que se valorizarem extraordinariamente, em conseqüência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda, conforme Artigo 4º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ARTIGO 3º A (razão social da empresa), ou a sociedade por ela controlada, direta ou indiretamente, fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, a desapropriação, total ou parcial, ou a instituição de servidões administrativas de que trata o art. 1°, caso em que serão compensados, quando cabível, os valores já indenizados nas servidões perpétuas de passagem instituídas em favor da (razão social da empresa), podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência para fins de imissão provisória na posse dos bens, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e do Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970.

ARTIGO 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETOR(A)-GERAL

ANEXO III

Planilha ou Tabela de coordenadas de referência relacionadas na minuta do ato de declaração de utilidade pública

1.Objetivo

O presente Anexo tem como objetivo orientar a elaboração das Planilhas ou Tabelas de Coordenadas relacionadas na minuta do ato de declaração de utilidade pública, indicando as informações mínimas que devem conter, além de exemplificar, de forma não exaustiva, as principais feições geográficas e suas correspondentes instalações e atividades relacionadas ou com influência na indústria de petróleo, seus derivados e gás natural, conforme sistema de projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000, com indicação do meridiano central ou zona UTM, ou sistema indicado no padrão ANP04B.

2.Exemplos de Feições

2.1 Feições Pontuais

- poços de exploração;
- poços de produção.

2.2 Feições Lineares

- dutos de transporte, transferência, escoamento da produção. Caso se opte por adotar na minuta do ato de declaração de utilidade pública a feição linear para essas instalações, deverão ser indicadas as larguras de suas faixas;
- tubulações e linhas portuárias;
- rodovias, estradas e acessos, desde que indicadas suas larguras, necessárias à implementação do empreendimento.

2.3 Feições Poligonais (Área)

- faixas de servidão de dutos de transporte, transferência ou escoamento da produção. Poderão ser indicadas feições lineares para dutos, conforme exemplificado no item 2.2, desde que seja mantida equivalência com a respectiva feição poligonal;
- refinarias;
- unidades de processamento e tratamento de gás natural;
- regiões ou áreas de concessão de exploração ou produção;
- área de instalação de válvulas;
- rodovias, estradas e acessos, necessários à implementação do empreendimento;
- áreas de preservação ambiental, terras de povos e comunidades tradicionais, etc.;
- áreas de descarte de resíduos.

3.Modelos de Planilhas ou Tabelas de Coordenadas para as Feições

3.1Planilha ou Tabela para Feições Pontuais

As planilhas ou tabelas de coordenadas referentes a feições pontuais deverão conter, no mínimo, colunas com as seguintes informações, conforme instruções abaixo descritas:

1-Identificação da Feição: A Identificação da Feição fica a cargo da empresa solicitante, devendo ser única para cada instalação.

2-Tipo da Feição: O Tipo de Feição (pontual, linear ou poligonal) deve ser indicado.

3-Vértice: Cada vértice (ou ponto) deverá ser indicado por um numeral cardinal. Esse número deverá corresponder ao mesmo Ponto constante na minuta do ato de declaração de utilidade pública. Exemplo: Ponto 1 ou Vértice 1, etc.

4-Latitude: devem ser expressas conforme sistema de projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000, com indicação do meridiano central ou zona UTM, ou sistema indicado no padrão ANP04B.

5-Longitude: devem ser expressas conforme sistema de projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000, com indicação do meridiano central ou zona UTM, ou sistema indicado no padrão ANP04B.

6-Município: deverá ser indicada a localidade municipal onde se encontra o vértice ou ponto.

7-Unidade da Federação: deverá ser indicada a Unidade da Federação onde se encontra o ponto.

8-Observações: campo onde deverão ser feitas observações consideradas pertinentes, tais como: indicação de início ou fim de trecho, estradas, rodovias, rios, cercas, dentre outros, cortados pela correspondente seqüência de vértices ou pontos.

3.2Planilha ou Tabela para Feições Lineares

As planilhas ou tabelas de coordenadas referentes a feições lineares deverão conter, no mínimo, colunas com as seguintes informações, conforme instruções abaixo descritas:

1-Identificação da Feição: A Identificação da Feição fica a cargo da empresa solicitante, devendo ser única para cada instalação.

2-Tipo da Feição: O Tipo de Feição (pontual, linear ou poligonal) deve ser indicado.

3-Vértice: Cada vértice (ou ponto) deverá ser indicado por um numeral cardinal. Esse número deverá corresponder ao mesmo Ponto constante na minuta do ato de declaração de utilidade pública Exemplo: Ponto 1 ou Vértice 1, etc.

4-Latitude: devem ser expressas conforme sistema de projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000, com indicação do meridiano central ou zona UTM, ou sistema indicado no padrão ANP04B.

5-Longitude: devem ser expressas conforme sistema de projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000, com indicação do meridiano central ou zona UTM, ou sistema indicado no padrão ANP04B.

6-Rumo: direção (Norte, Sul, Leste, Oeste, Nordeste, Noroeste, Sudeste Sudoeste, etc.) entre dois vértices subseqüentes.

7-Extensão: deverá ser indicada a distância entre dois vértices subseqüentes.

8-Trecho: caso seja conveniente, a feição linear pode ser dividida em trechos, os quais deverão ser iniciados e finalizados em um vértice. A feição linear pode, por exemplo, ser subdividida em trechos cujas faixas possuem larguras constantes.

9-Largura da Faixa: deverá ser expressa em metros e deverá constar na tabela e no texto da minuta do ato de declaração de utilidade pública. Além disso, o arquivo "shapefile", "feature class" ou "geodatabase" correspondente à feição poligonal da faixa deverá ser encaminhado para verificação da coerência dos dados.

10-Município: deverá ser indicada a localidade municipal onde se encontra o vértice ou ponto.

11-Unidade da Federação: deverá ser indicada a Unidade da Federação onde se encontra o ponto.

12-Observações: campo onde deverão ser feitas observações consideradas pertinentes, tais como: indicação de início ou fim de trecho, estradas, rodovias, rios, cercas, dentre outros, cortados pela correspondente seqüência de vértices ou pontos.

3.3Planilha ou Tabela para Feições Poligonais

As planilhas ou tabelas referentes a feições poligonais deverão conter, no mínimo, colunas com as seguintes informações, conforme instruções abaixo descritas:

1-Identificação da Feição: A Identificação da Feição fica a cargo da empresa solicitante, devendo ser única para cada instalação;

2-Tipo da Feição: O Tipo de Feição (pontual, linear ou poligonal) deve ser indicado.

3-Vértice: Cada vértice (ou ponto) deverá ser indicado por um numeral cardinal. Esse número deverá corresponder ao mesmo Ponto constante na minuta do ato de declaração de utilidade pública. Exemplo: Ponto 1 ou Vértice 1, etc.

4-Latitude: devem ser expressas conforme sistema de projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000, com indicação do meridiano central ou zona UTM, ou sistema indicado no padrão ANP04B.

5-Longitude: devem ser expressas conforme sistema de projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000, com indicação do meridiano central ou zona UTM, ou sistema indicado no padrão ANP04B.

6-Rumo: direção (Norte, Sul, Leste, Oeste, Nordeste, Noroeste, Sudeste Sudoeste, etc.) entre dois vértices subseqüentes.

7-Extensão: deverá ser indicada a distância entre dois vértices subseqüentes.

8-Município: deverá ser indicada a localidade municipal onde se encontra o vértice ou ponto.

9-Unidade da Federação: deverá ser indicada a Unidade da Federação onde se encontra o ponto.

10-Observações: campo onde deverão ser feitas observações consideradas pertinentes, tais como: indicação de início ou fim de trecho, estradas, rodovias, rios, cercas, dentre outros, cortados pela correspondente seqüência de vértices ou pontos.

AUTORIZAÇÃO Nº 380, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no inciso III do art. 9º do Anexo I ao Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, com base na Resolução de Diretoria nº 748, de 17 de agosto de 2011, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução ANP nº 25, de 02 de setembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.001851/2011-89, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a etapa de construção referente à ampliação de capacidade da planta produtora de biodiesel da empresa Camera Agroalimentos S.A., CNPJ n° 98.248.644/0026-56, de 400 m³/d para 650 m³/d, utilizando rota metílica, localizada na Rodovia RS 342, km 122,3, s/n°, Município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Autorização não desobriga a empresa Camera Agroalimentos S.A. a solicitar a esta Agência a Autorização para Operação da referida ampliação, de acordo com o art. 10 da Resolução ANP nº 25/2008.

Art. 3º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas apresentadas pela referida empresa na sua solicitação de Autorização, de acordo com o item 5.3 do Regulamento ANP nº 03/2008 da Resolução ANP nº 25/2008.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação e terá validade vinculada à data de término da construção constante no cronograma apresentado pela empresa no Processo ANP nº 48610.001851/2011-89. No caso de modificação nas datas apresentadas, a empresa Camera Agroalimentos S.A. fica obrigada ao atendimento ao art. 9º da Resolução ANP nº 25/2008.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL

Em 18 de agosto de 2011

Nº 9.720 - DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução ANP nº 34/2005, que aprovou o Regulamento Técnico ANP nº 06/2005, na Resolução de Diretoria nº 747, de 17 de agosto de 2011, e na documentação constante no Processo ANP nº 48610.006367/2011-46, torna público o seguinte ato:

1.CREDENCIAR a UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL - UEMS, localizada em Dourados - MS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 86.891.363/0001-80, para executar atividades abrangidas no Grupo de Serviços Tecnológicos G - Desenvolvimento de Cursos Regulares de Formação de Recursos Humanos, conforme a relação de serviços tecnológicos e respectivas áreas de interesse, descritos a seguir:

Credenciamento ANP N º	129 - G / 2011
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL - UE MS
Entidade	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL- UEMS
Entidade de Faturamento	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL- UEMS
Programa, Departamento ou Divisão / Laboratório(s)	---
Grupo de Serviços Tecnológicos	Grupo G - Desenvolvimento de Cursos Regulares de Formação de Recursos H umanos

Serviços Tecnológicos	Áreas de Interesse
Título : Qualificação de Recursos Humanos voltadas para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis. Descrição : Qualificar profissionais de nível superior com ênfase no setor de Petróleo, Gás Natural, Energia e Biocombustíveis, no âmbito dos seguintes cursos: Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Engenharia Física , Química Industrial, Tecnologia em Produção Sucroalcooleira, Tecnologia em Gestão Ambiental, Recursos Naturais, Agronom ia, Ciências Biológicas, Física e Química.	Exploração, Desenvolvimento, Distribuição, Energia, Gás Natural, Produção, Refino , Transporte .

2.As atividades de pesquisa e desenvolvimento relacionadas aos serviços tecnológicos objeto do presente Despacho, desenvolvidas com recursos oriundos da Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos de Concessão, deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e com as normas técnicas pertinentes.

3.A Instituição Credenciada deverá demonstrar, a qualquer tempo, que atende aos requisitos técnicos específicos estabelecidos no Anexo B do Regulamento Técnico nº 6/2005 e, em especial, ao que se refere a:

I - Disponibilidade de infra-estrutura laboratorial, organizacional e administrativa necessária para a adequada realização das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, sendo vedada a subcontratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) não credenciados pela ANP, exceto aqueles previstos no item 9.4 do Regulamento Técnico Nº 6/2005;

II - Atendimento à obrigação de envio de relatório de faturamento, a cada semestre, para a ANP, contendo dados sobre os contratos/convênios firmados e as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento desenvolvidas;

III - Comprovação da aplicação dos recursos arrecadados na manutenção e desenvolvimento da infra-estrutura e de pessoal relacionados com as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento realizadas;

IV - Compromisso com o contínuo aprimoramento do sistema da qualidade.

4.O CREDENCIAMENTO objeto deste Despacho terá validade de 3 (três) anos, a partir da data de publicação, conforme estabelecido no item 14 do Regulamento Técnico ANP nº 6/2005, aprovado pela Resolução ANP nº 34/2005.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE

Em 18 de agosto de 2011

Nº 973 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 90, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na Resolução ANP nº 10, de 7 de março de 2007, publicada em 9 de março de 2007, concede o registro do produto abaixo, à empresa GKN DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 58.512.310/0001-75.

PROCESSO ANP: 48600.001919/2011 - 49
MARCA COMERCIAL: CHEVRON ULTRA-DUTY
GRAU DE VISCOSIDADE: NLGI 2
NÍVEL DE DESEMPENHO: NA
PRODUTO: GRAXA LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: JUNTA HOMOCINÉTICA DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000000801

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 302/11

Fase de Licenciamento
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que não houve a apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (7.72)
Processo de Cobrança nº 961.323/2009
Notificado: Mineração Caixeta Ltda.
CNPJ/CPF 01.788.234/0001-08
NFLDP nº 888/2009 - Valor: R$ 46.007,40
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias (4.70).
960.429/2007 - Maria Ângela do Carmo - Firma Individual - Ofício nº 2.731/11
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias (4.70).
960.785/2009 - Jandaia Calcário Agrícola Ltda. - Ofício nº 2.732/11

WASHINGTON RIBEIRO DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 250/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
850.697/2008-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A
850.698/2008-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A
850.699/2008-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A
850.730/2008-BASE METALS MINERAÇÃO LTDA
850.733/2008-BASE METALS MINERAÇÃO LTDA
850.764/2008-BASE METALS MINERAÇÃO LTDA
850.775/2008-PARANA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME
850.835/2008-VALDIR DAL MORO
850.939/2008-JOÃO JORGE GONÇALVES ABDON
850.940/2008-JOÃO JORGE GONÇALVES ABDON
850.941/2008-JOÃO JORGE GONÇALVES ABDON
850.942/2008-JOÃO JORGE GONÇALVES ABDON
850.943/2008-JOÃO JORGE GONÇALVES ABDON
850.944/2008-JOÃO JORGE GONÇALVES ABDON
850.945/2008-JOÃO JORGE GONÇALVES ABDON
850.946/2008-JOÃO JORGE GONÇALVES ABDON
850.947/2008-JOÃO JORGE GONÇALVES ABDON
850.948/2008-JOÃO JORGE GONÇALVES ABDON
850.950/2008-JOÃO JORGE GONÇALVES ABDON
851.103/2008-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA
851.104/2008-MARIANE ALMEIDA DOS SANTOS
851.109/2008-RENATO SOUZA DE OLIVEIRA
851.110/2008-RENATO SOUZA DE OLIVEIRA
851.111/2008-RENATO SOUZA DE OLIVEIRA
851.112/2008-RENATO SOUZA DE OLIVEIRA
851.113/2008-RENATO SOUZA DE OLIVEIRA
851.129/2008-KENITI MIYATA
851.137/2008-KENITI MIYATA
851.138/2008-KENITI MIYATA
851.139/2008-KENITI MIYATA
851.140/2008-KENITI MIYATA
851.300/2008-SERG SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA ME
850.201/2009-VALE S A
850.439/2009-CNM COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
850.451/2009-FREIRE GARCIA VIEIRA ADVOGADOS S C
850.611/2009-IZIDIO GONÇALVES NETO
850.125/2010-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.
850.126/2010-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.
850.127/2010-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.
850.128/2010-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.
850.129/2010-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.
850.139/2010-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.
850.163/2010-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A
850.171/2010-CMG MINERAÇÃO LTDA
850.331/2010-PAULO IRAN PORTO DOS SANTOS
850.378/2010-HENRIQUE GOMES LIBÉRIO
850.399/2010-AMAZON TRACK CONSTRUTORA LTDA.
850.400/2010-AMAZON TRACK CONSTRUTORA LTDA.
850.402/2010-AMAZON TRACK CONSTRUTORA LTDA.
850.403/2010-AMAZON TRACK CONSTRUTORA LTDA.
850.404/2010-AMAZON TRACK CONSTRUTORA LTDA.
850.447/2010-CRISTIANO PAMPLONA DAIBES
850.605/2010-MINERAÇÃO PARABRÁS LTDA
850.798/2010-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.
850.902/2010-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.
850.134/2011-MINERAÇÃO REGENT BRASIL LTDA.
850.144/2011-SÉRGIO ROBERTO VIEIRA TEIXEIRA
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
850.446/2007-ACUMULADORES MOURA S A- AI N°25/2011

RAIMUNDO ABRAÃO TEIXEIRA
Substituto

RELAÇÃO Nº 251/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.263/2011-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-OF. N°2.686/2011
850.264/2011-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-OF. N°2.686/2011
850.265/2011-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-OF. N°2.686/2011
850.268/2011-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-OF. N°2.686/2011
850.269/2011-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-OF. N°2.686/2011
850.270/2011-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-OF. N°2.686/2011
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
850.270/2009-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A
850.271/2009-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A
850.322/2010-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A
850.018/2011-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA
850.019/2011-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA
850.020/2011-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA
850.021/2011-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA
850.022/2011-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA
850.024/2011-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA
850.026/2011-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA
850.027/2011-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA
850.028/2011-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.943/1993-VALE S A- Cessionário:IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A.- CPF ou CNPJ 16.532.798/0001-52- Alvará n°4.823/1999
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
850.292/2009-MOACIR ANDRADE SIMÕES -Alvará N°10.679/2009
850.432/2009-CNM COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO -Alvará N°13.750/2009
Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)
850.680/2010-CRISTIANO PAMPLONA DAIBES- Alvará N°16.346- DOU de 2010
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
850.146/2004-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-ALVARÁ N°3.725/2007
850.286/2006-VALE S A-ALVARÁ N°4.534/2007
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
950.734/2009-OMNIA MINERIOS S.A.-OF. N°2.609/2011
950.474/2010-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-OF. N°2.608/2011
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
850.299/2007-ELOY LUIZ VACCARO
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.576/2009-EDELMIR ANTONIO GUARNIERI
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.471/2011-COMERCIAL OLIVEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME-Registro de Licença n°45/2011 de 11/08/2011-Vencimento em 16/03/2012
850.472/2011-JAIME BAPTISTA-Registro de Licença n°40/2011 de 11/08/2011-Vencimento em 14/05/2013
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
850.299/2004-AREAL WALLESKA LTDA

RAIMUNDO ABRAÃO TEIXEIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 160/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
826.047/2006-TADEU SGUAREZI ACORSI- AI N°269/2011

FRANCISCO NAILOR CORAL

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 102/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.224/2011-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A-OF. N°1.578/11
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
840.061/2009-JOSÉ BARBOSA BARROS- Cessionário:UNIMIN do Brasil Ltda- CPF ou CNPJ 56.139.066/0001-11- Alvará n°7.921/2009
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
840.451/2007-L.A.A.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES LTDA
840.072/2009-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
840.097/2009-PEDREIRAS JATOBÁ LTDA
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
840.477/2007-CRUSADER DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
840.402/2007-Mineração Floresa Ltda
840.403/2007-Mineração Floresta Ltda
840.404/2007-Mineração Floresta Ltda
840.041/2008-Minerações Unidas do Brasil Ltda
Declara Prioritário, pretendente a área em disponibilidade pelo Edital/Lavra(309)
001.310/1962-Companhia Vale do Rio Doce Ltda
001.311/1962-Companhia Vale do Rio Doce Ltda
822.393/1972-Companhia Vale do Rio Doce Ltda
Nega provimento a defesa apresentada.(1847)
840.430/2007-FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
853.237/1977-EXTRAPEDRAS LTDA- AI N° 203/11
840.001/1996-L & R COMERCIO DE AGUAS MINERAIS LTDA ME- AI N° 205/11
840.065/1999-HIDROMINERAL ALEGRIA LTDA- AI N° 45/11 e 204/11
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
840.893/1995-EMPRESA DE MINERAÇÃO ALTERNATIVA LTDA- AI Nº 116/11
840.065/1999-HIDROMINERAL ALEGRIA LTDA- AI Nº 339/07, 148, 149 e 150/10, 107/11
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
853.237/1977-Extrapedras Ltda.- AI N° 056/06
840.065/1999-Hidromineral Alegria Ltda.- AI N° 43/2003
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
002.513/1943-EMITOL EMPRESA DE MINERAÇÃO TORRES LTDA.-OF. N°1114/11
840.893/1995-EMPRESA DE MINERAÇÃO ALTERNATIVA LTDA-OF. N°1558/11
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.432/2010-JUAREZ MARTINS BRAGA-Registro de Licença n°709/211 de 08/08/2011-Vencimento em 16/08/2011
840.291/2011-RENIVALDO JOSÉ NEVES-Registro de Licença n°711/2011 de 10/08/2011-Vencimento em 06/10/2012
840.292/2011-RENIVALDO JOSÉ NEVES-Registro de Licença n°712/2011 de 10/08/2011-Vencimento em 06/10/2012
840.294/2011-ARENA PERNAMBUCO NEGOCIOS E INVESTIMENTOS S.A.-Registro de Licença n°710/2011 de 10/08/2011-Vencimento em 07/04/2013
840.301/2011-ACLF EMPREENDIMENTOS LTDA-Registro de Licença n°708/2011 de 08/08/2011-Vencimento em 02/03/2012
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
840.529/2010-ALEXANDRE PEREIRA RUMÃO-OF. N°1.569/11
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
840.112/2006-CECIL BITTENCOURT LINS- Alvará n°8.855/2006 - Cessionário: MCA Minérios Ltda- CNPJ 05.270.881/0001-84
840.254/2006-TERRAGRAN ENGENHARIA LTDA- Alvará n°1.695/2007 - Cessionário: Cone S/A- CNPJ 11.860.795/0001-24
840.590/2007-GERONCIO PEREIRA CAMPOS- Alvará n°1.089/2008 - Cessionário: Mineradora Campevi Ltda EPP- CNPJ 08.794.042/0001-53

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 47/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
811.006/2008-POTI GUARACI FAUSTO DE ARAUJO
811.062/2008-PROPERSON EMPREENDIMENTOS LTDA
810.055/2009-ALEXANDRE BORGES ANDREAZZA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
810.829/2007-ARNOLDO SOBANSKI II
810.528/2010-COMPANHIA BRASILEIRA DO COBRE
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
810.800/2006-MILTON HAACK, 1ºclassificado e CRISTIANO COSTA JUNIOR,2ºclassificado
300.388/2010-CLEVERSON PEREIRA BORGES, área de 23,27Ha;RAUL DA LUZ DOS SANTOS,área de 5,86Ha;MINERADORA MORRO GRANDE,área remanescente.
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
810.027/1999-MINAS MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
810.394/2001-DAEMEC MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
810.243/2002-CRISTOVAM DILLMANN FILHO
810.163/2007-CYSY MINERAÇÃO LTDA
810.164/2007-CYSY MINERAÇÃO LTDA
810.166/2007-CYSY MINERAÇÃO LTDA
810.073/2009-COOPERATIVA MINERAÇÃO DE SAO MARCOS LTDA
810.074/2009-COOPERATIVA MINERAÇÃO DE SAO MARCOS LTDA
810.077/2009-COOPERATIVA MINERAÇÃO DE SAO MARCOS LTDA
810.078/2009-COOPERATIVA MINERAÇÃO DE SAO MARCOS LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
810.816/2006-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO SALTO DO JACUÍ LTDA COOPERAGATA - PLG N°09/2011 de 12.08.2011 - Prazo 05 anos anos
810.517/2011-IVAN JOSÉ LIZE - PLG N°08/2011 de 04.08.2011 - Prazo 05 anos anos
Fase de Lavra Garimpeira
Autoriza o aditamento de substância mineral(525)
810.374/2005-ROBERTO FERREIRA DE ANDRADE-ágata-Permissão de Lavra Garimpeira N°07/2007, DOU de 06.03.2007
Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de cancelamento do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias.(658)
810.103/1993-ASTEM ASSOC TORRENSE DOS EXTRATORES MINERAIS- NOT Nº811
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.529/1993-OLARIA VALDEMAR LTDA- Registro de Licença No.:1432/1997 - Vencimento em Indeterminado
810.150/1997-JAZIDA TATUIRA-EXTRAÇÃO DE AREIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO-ME- Registro de Licença No.:1413/1997 - Vencimento em 30.06.2012
810.231/2003-IRMÃOS NEY LTDA- Registro de Licença No.:3128/2005 - Vencimento em 22.06.2015
810.293/2003-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA- Registro de Licença No.:2534/2003 - Vencimento em 04.01.2012
810.524/2003-DINA OLIVEIRA POLETO- Registro de Licença No.:2740/2004 - Vencimento em 09.07.2015
810.657/2003-KAREN SANTOS DE OLIVEIRA & CIA LTDA ME- Registro de Licença No.:2797/2004 - Vencimento em 16.08.2014
810.071/2004-PEDRAS BASALTO TRÊS DE MAIO LTDA- Registro de Licença No.:2777/2004 - Vencimento em 29.04.2015
810.427/2004-LOIVA M R CONSUL- Registro de Licença No.:2778/2004 - Vencimento em 12.05.2015
810.357/2008-BASALTO BRUGNERA LTDA- Registro de Licença No.:226/2008 - Vencimento em 07.07.2016
810.754/2008-SIGMAR JOSÉ SCHEER- Registro de Licença No.:242/2008 - Vencimento em 21.06.2015
810.526/2009-CLÓVIS LIERMANN TRANSPORTE DE CARGAS LTDA.- Registro de Licença No.:144/2009 - Vencimento em 15.02.2013
810.860/2009-GERALDO LUIS ASSIS PEIXOTO ME- Registro de Licença No.:186/2009 - Vencimento em 13.07.2013
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
810.135/1982-TEREZINHA PRESCENDO BIGOZZI-FI
810.428/2009-PEDREIRA TRÊS COROAS LTDA
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de licenciamento(750)
810.135/1982-TEREZINHA PRESCENDO BIGOZZI-FI
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(773)
810.122/2002-PACIL PAVIMENTADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA -AI N°001
810.219/2007-HARRY E RADTKE ME -AI N°001
810.247/2008-I HERMES CONSTRUÇÃO ME -AI N°001
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.580/2008-TREVIPLAM ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença n°030/2009 de 26.03.2009-Vencimento em 03.07.2012
811.051/2010-CONSTRUTORA SULTEPA S.A.-Registro de Licença n°142/2011 de 29.06.2011-Vencimento em 21.01.2013
811.198/2010-QUADROS MARQUES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-Registro de Licença n°144/2011 de 05.08.2011-Vencimento em 30.05.2013
810.053/2011-BRITAGEM KAISECAMP LTDA-Registro de Licença n°150/2011 de 12.08.2011-Vencimento em 13.01.2015
810.142/2011-OSCAR VIEIRA FERREIRA-Registro de Licença n°145/2011 de 05.08.2011-Vencimento em 05.04.2014
810.802/2011-CONSÓRCIO CONSTRUCAP FERREIRA GUEDES (BR 448 RS)-Registro de Licença n°146/2011 de 05.08.2011-Vencimento em 16.05.2015
810.870/2011-AL TRESPACH INCORPORADORA E CONSULTORA LTDA-Registro de Licença n°149/2011 de 12.08.2011-Vencimento em 19.01.2014
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
810.153/2008-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA
810.297/2009-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS MATOS LTDA. ME
810.067/2011-SIDICLEI RODRIGO ZANG DE ALMEIDA ME
810.429/2011-A. GUERRA & CIA LTDA
810.485/2011-CERÂMICA WALDOW LTDA
810.550/2011-OLARIA SÃO JERÔNIMO LTDA
810.642/2011-AL TRESPACH INCORPORADORA E CONSULTORA LTDA
810.656/2011-E. SARTORI & CIA LTDA ME
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
810.335/2008-MARIA ELENA BARCELOS CAMINHA
810.477/2008-JESKE & VIEIRA LTDA ME
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere de Plano o Requerimento de Registro de Extração(821)
810.389/2007-MUNICÍPIO DE CERRO LARGO
810.582/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação:(923)
810.639/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE VENÂNCIO AIRES- Registro de Extração Nº81/2011 de 11.08.2011
810.640/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE VENÂNCIO AIRES- Registro de Extração N°82/2011 de 11.08.2011

SÉRGIO BIZARRO CESAR

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 93/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.829/2003-JOSE HENRIQUE DECARLI-OF. N°170/2011
820.830/2003-JOSE HENRIQUE DECARLI-OF. N°293/2011
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
820.768/1995-BRAMINAS BRASILEIRA DE GRANITOS E MÁRMORES LTDA.-AI N°1556/2007
820.012/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-AI N°362/2010
820.013/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-AI N°363/2010
820.014/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-AI N°364/2010
Declara a caducidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)(650)
821.126/1996-ANTONIO GARCIA JACINTHO
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
820.874/1993-SERGIO BARÃO-AI N°280/2006

RELAÇÃO Nº 94/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
820.454/2001-EVANGELISTA RODRIGUES DOS SANTOS- AI N°341/2010
820.790/2007-ADONIS DA GLORIA ALCAIDE- AI N°380/2010
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
821.045/2002-Frederico Guilherme Costa de Sá Leitão-NOT. N°06/2011
820.790/2007-ADONIS DA GLORIA ALCAIDE- NOT. N°9/2011

RICARDO DE OLIVEIRA MORAES

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 84/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.170/2011-ANANIAS PONCE LACERDA NETO-OF. N°342/2011-OUT/DNPM/TO
864.181/2011-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°374/2011-OUT/DNPM/TO
864.182/2011-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°376/2011-OUT/DNPM/TO
864.183/2011-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°375/2011-OUT/DNPM/TO
864.184/2011-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°377/2011-OUT/DNPM/TO
864.185/2011-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°355/2011-OUT/DNPM/TO
864.187/2011-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°356/2011-OUT/DNPM/TO
864.188/2011-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°357/2011-OUT/DNPM/TO
864.189/2011-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°359/2011-OUT/DNPM/TO
864.210/2011-GOLDEN GATE MINING BRAZIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°361/2011-OUT/DNPM/TO
864.211/2011-GOLDEN GATE MINING BRAZIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°379/2011-OUT/DNPM/TO
864.212/2011-GOLDEN GATE MINING BRAZIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°360/2011-OUT/DNPM/TO
864.213/2011-QUANTUM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°20/2011 - 17º DST/DNPM
864.214/2011-QUANTUM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°21/2011 - 17º DST/DNPM
864.224/2011-IZIDÓRIO CORREIA DE OLIVEIRA-OF. N°378/2011-OUT/DNPM/TO
864.234/2011-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-OF. N°362/2011-OUT/DNPM/TO
864.239/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°366/2011-OUT/DNPM/TO
864.240/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°351/2011-OUT/DNPM/TO
864.241/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°341/2011-OUT/DNPM/TO
864.242/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°344/2011-OUT/DNPM/TO
864.243/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°363/2011-OUT/DNPM/TO
864.244/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°364/2011-OUT/DNPM/TO
864.245/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°365/2011 - SFAM/DNPM/TO
864.246/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°368/2011-OUT/DNPM/TO
864.247/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°370/2011-OUT/DNPM/TO
864.248/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°349/2011-OUT/DNPM/TO
864.250/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°367/2011-OUT/DNPM/TO
864.251/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°369/2011-OUT/DNPM/TO
864.257/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°353/2011-OUT/DNPM/TO
864.258/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°371/2011-OUT/DNPM/TO
864.259/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°372/2011-OUT/DNPM/TO
864.287/2011-LAURIVALDO DIAS-OF. N°346/2011-OUT/DNPM/TO
864.321/2011-HEDIRLEY TEODORO CERQUEIRA-OF. N°348/2011-OUT/DNPM/TO
864.352/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°345/2011-OUT/DNPM/TO
864.402/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°381/2011-OUT/DNPM/TO
864.414/2011-GOLDEN GATE MINING BRAZIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°385/2011-OUT/DNPM/TO
864.415/2011-RIO NOVO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°382/2011-OUT/DNPM/TO
864.416/2011-RIO NOVO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°384/2011-OUT/DNPM/TO
864.417/2011-RIO NOVO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°383/2011-OUT/DNPM/TO
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.193/2009-MINERAX MINERAÇÃO XAMBIOÁ LTDA.-OF. N°338/2011-OUT/DNPM/TO
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
864.536/2007-RUBENS MALAQUIAS AMARAL-OF. N°81/2011 - SFAM/DNPM/TO
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
864.536/2007-Rubens Malaquias Amaral- AI N°300/2011 - DNPM/TO
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1694)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

864.536/2007-RUBENS MALAQUIAS AMARAL- AI N°298/2011 - DNPM/TO - 299/2011 DNPM/TO
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
864.295/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO-OF. N°350/2011-OUT/DNPM/TO
864.331/2011-LAJEADO DO TOCANTINS PREFEITURA MUNICIPAL-OF. N°380/2011-OUT/DNPM/TO

JOAQUIM TOMAZ DE SOUZA NETO

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 99, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 864.098/2001, resolve:

Art. 1° Outorgar à MITO - MINERAÇÃO TOCANTINS LTDA. - ME, concessão para lavrar MINÉRIO DE ZIRCÔNIO, nos Municípios de PALMEIRÓPOLIS/TO e JAÚ DO TOCANTINS/TO, numa área de 1.933,52ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 12°55'22,263"S/48°33'37,930"W; 12°58'38,880"S/48°33'37,930"W; 12°58'38,880"S/48°33'39,290"W; 12°58'38,633"S/48°33'39,290"W; 12°58'38,633"S/48°33'39,336"W; 12°58'38,612"S/48°33'39,336"W; 12°58'38,604"S/48°34'42,128"W; 12°53'13,468"S/48°34'42,128"W; 12°53'13,465"S/48°33'37,939"W; 12°55'22,263"S/48°33'37,930"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 12°55'22,263"S e Long. 48°33'37,930"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 6042,1m-S; 41,0m-W; 7,6m-N; 1,4m-W; 0,7m-N; 1892,6m-W; 9991,8m-N; 1935,0m-E; 3958,0m-S.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 100, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 850.638/2003, resolve:

Art. 1° Outorgar à TRAQUATEUA INDUSTRIAL DE MINERAÇÃO LTDA, concessão para lavrar GRANITO P/ BRITA - CONSTRUÇÃO CIVIL, no Município de TRACUATEUA/PA, numa área de 49,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 01°02'42,367"S/46°55'03,250"W; 01°02'42,367"S/46°55'25,891"W; 01°02'19,577"S/46°55'25,891"W; 01°02'19,577"S/46°55'03,250"W; 01°02'42,367"S/46°55'03,250"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2859,0m, no rumo verdadeiro de 17°58'59"996 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 01°04'10,900"S e Long. 46°54'34,700"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 700,0m-W; 700,0m-N; 700,0m-E; 700,0m-S.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 101, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 886.415/2004, resolve:

Art. 1° Outorgar à ACQUA SALLUTARIS ÁGUA MINERAL LTDA, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no(s) Município(s) de CASTANHEIRAS/RO, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 11°30'28,574"S/61°53'14,979"W; 11°30'28,574"S/61°53'35,603"W; 11°30'02,538"S/61°53'35,602"W; 11°30'02,539"S/61°53'14,979"W; 11°30'28,574"S/61°53'14,979"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 11°30'28,574"S e Long. 61°53'14,979"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 625,0m-W; 800,0m-N; 625,0m-E; 800,0m-S.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 50 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 11°30'28,574"S/61°53'14,979"W; 11°30'28,574"S/61°53'35,603"W; 11°30'02,538"S/61°53'35,602"W; 11°30'02,539"S/61°53'14,979"W; 11°30'28,574"S/61°53'14,979"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 11°30'28,574"S e Long. 61°53'14,979"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 625,0m-W; 800,0m-N; 625,0m-E; 800,0m-S

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 102, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.669/1990, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA, concessão para lavrar CALCÁRIO, no(s) Município(s) de INDIARA/GO, numa área de 8,37ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 17°06'51,230"S/49°51'39,429"W; 17°06'51,230"S/49°51'36,520"W; 17°07'21,677"S/49°51'36,520"W; 17°07'21,677"S/49°51'41,256"W; 17°07'19,758"S/49°51'41,256"W; 17°07'19,758"S/49°51'39,429"W; 17°06'51,230"S/49°51'39,429"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2274,0m, no rumo verdadeiro de 13°49'00"005 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 17°05'39,400"S e Long. 49°51'57,800"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 86,0m-E; 936,0m-S; 140,0m-W; 59,0m-N; 54,0m-E; 877,0m-N.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 103, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.988/1999, resolve:

Art. 1° Outorgar à OLARIA CENTENÁRIO DE BARIRI LTDA - ME, concessão para lavrar ARGILA, no Município de BARIRI/SP, numa área de 13,07ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°03'49,737"S/48°44'53,727"W; 22°03'49,737"S/48°45'01,888"W; 22°03'43,137"S/48°45'01,888"W; 22°03'43,137"S/48°45'03,039"W; 22°03'39,951"S/48°45'03,039"W; 22°03'39,951"S/48°45'07,085"W; 22°03'26,784"S/48°45'07,084"W; 22°03'26,784"S/48°45'05,724"W; 22°03'28,474"S/48°45'05,724"W; 22°03'28,474"S/48°45'04,678"W; 22°03'29,905"S/48°45'04,678"W; 22°03'29,905"S/48°45'03,701"W; 22°03'31,303"S/48°45'03,701"W; 22°03'31,303"S/48°45'02,655"W; 22°03'32,343"S/48°45'02,655"W; 22°03'32,343"S/48°45'01,853"W; 22°03'33,416"S/48°45'01,853"W; 22°03'33,416"S/48°45'01,121"W; 22°03'34,977"S/48°45'01,121"W; 22°03'34,977"S/48°45'00,074"W; 22°03'36,342"S/48°45'00,074"W; 22°03'36,342"S/48°44'59,098"W; 22°03'37,610"S/48°44'59,098"W; 22°03'37,610"S/48°44'58,051"W; 22°03'38,910"S/48°44'58,051"W; 22°03'38,910"S/48°44'57,110"W; 22°03'40,211"S/48°44'57,110"W; 22°03'40,211"S/48°44'56,063"W; 22°03'41,836"S/48°44'56,063"W; 22°03'41,836"S/48°44'55,157"W; 22°03'43,234"S/48°44'55,157"W; 22°03'43,234"S/48°44'54,215"W; 22°03'44,307"S/48°44'54,215"W; 22°03'44,307"S/48°44'53,727"W; 22°03'49,737"S/48°44'53,727"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 876,0m, no rumo verdadeiro de 83°00'59"983 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°03'53,200"S e Long. 48°44'23,400"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 234,0m-W; 203,0m-N; 33,0m-W; 98,0m-N; 116,0m-W; 405,0m-N; 39,0m-E; 52,0m-S; 30,0m-E; 44,0m-S; 28,0m-E; 43,0m-S; 30,0m-E; 32,0m-S; 23,0m-E; 33,0m-S; 21,0m-E; 48,0m-S; 30,0m-E; 42,0m-S; 28,0m-E; 39,0m-S; 30,0m-E; 40,0m-S; 27,0m-E; 40,0m-S; 30,0m-E; 50,0m-S; 26,0m-E; 43,0m-S; 27,0m-E; 33,0m-S; 14,0m-E; 167,0m-S.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 104, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 864.501/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à DAQUI AGROINDÚSTRIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL - ENGARRAFAMENTO, no Município de TAGUATINGA/TO, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 12°16'56,600"S/46°23'28,900"W; 12°16'56,599"S/46°22'55,808"W; 12°17'12,871"S/46°22'55,808"W; 12°17'12,871"S/46°23'28,900"W; 12°16'56,600"S/46°23'28,900"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 12°16'56,600"S e Long. 46°23'28,900"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1000,0m-E; 500,0m-S; 1000,0m-W; 500,0m-N.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 115,63 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 12°16'56,600"S/46°23'28,900"W; 12°16'56,600"S/46°23'20,627"W; 12°16'50,498"S/46°23'20,627"W; 12°16'50,497"S/46°22'47,536"W; 12°17'23,040"S/46°22'47,534"W; 12°17'23,041"S/46°23'20,627"W; 12°17'16,939"S/46°23'20,627"W; 12°17'16,939"S/46°23'28,900"W; 12°16'56,600"S/46°23'28,900"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 12°16'56,600"S e Long. 46°23'28,900"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 250,0m-E; 187,5m-N; 1000,0m-E; 1000,0m-S; 1000,0m-W; 187,5m-N; 250,0m-W; 625,0m-N.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 17 de agosto de 2011

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Indefere o requerimento de concessão de lavra. (3.90)
Os Processos permanecerão nesta Secretaria durante o prazo recursal, para vista e cópias.
860.355/2004 - IZABEL OLIVIER HECKLER - Vila Propício e Padre Bernardo/GO
860.015/2005 - MOTIVA - DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA. - Edéia/GO

CLAUDIO SCLIAR

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 420, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 21, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com os incisos V, VII, IX e X, do art. 122 do Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria/MDA/nº 20, de 08 de abril de 2009.

Considerando que o Conselho Diretor do Incra aprovou o Plano de Ação Conjunta para desenvolver, no âmbito da Sede e das Superintendências Regionais, ações conjuntas com o objetivo de, em prazo determinado, regularizar o estoque de convênios pendentes de comprovação e aprovação;

Considerando que a metodologia utilizada apresentou êxito e resultou no alcance da meta definida para 2010;

Considerando a necessidade de restabelecer os trabalhos em 2011 para dar cumprimento aos objetivos do referido Plano de Ação Conjunta, resolve:

Art. 1º Determinar a reconstituição do Grupo de Monitoramento Nacional (GMN) na Sede, com a finalidade monitorar os serviços executados pelos Grupos de Trabalho e Execução (GTE's), produzir relatórios quinzenais sobre o andamento dos trabalhos e atuar com medidas preventivas e orientadoras.

Art. 2° Designar para compor o referido GMN os seguintes servidores: MARIA RAIMUNDA ALVES DOS SANTOS, economista, matrícula SIAPE nº 1467743, que será a coordenadora e ERENICE GONÇALVES DE OLIVEIRA, assistente de administração, matrícula SIAPE nº 0718377, que substituirá a coordenadora em seus impedimentos legais, eventuais ou temporários.

Art. 3º Determinar a reconstituição do Grupo de Trabalho e Execução (GTE), na Sede e nas Superintendências Regionais, incumbido dos procedimentos de análise dos processos e documentos, elaboração dos pareceres conclusivos relativos aos convênios que estejam vencidos pendentes de comprovação e aprovação, firmados sob a vigência da IN/STN/MF/ nº01 de 15 de janeiro de 1997 e demais normas correlatas.

Art. 4º Determinar que o titular da Diretoria de Gestão Administrativa (DA), em conjunto com os titulares das Diretorias de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) e de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT), designem, por ato específico, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da publicação desta Portaria, os servidores que irão compor o GTE no âmbito da Sede.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 1º Os titulares das Superintendências Regionais deverão adotar os mesmos procedimentos estabelecidos no caput deste artigo.
§ 2º Os GTE's devem ser compostos, preferencialmente, pelos mesmos servidores integrantes dos Grupos de Trabalho anteriores.
Art. 5º Ficam aprovados os Anexos I e II que disciplinam, respectivamente, o roteiro de procedimentos e agenda de trabalho.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO LISBOA DE LACERDA

ANEXO I
ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS PARA OS GRUPOS DE TRABALHO E EXECUÇÃO (GTE)

I - Proceder o registro de inadimplência efetiva no SIAFI para os convênios registrados nas situações de "a comprovar" que estejam vencidos há mais de 60 (sessenta) dias e os que estiverem na situação "a aprovar" diligenciados e sem a devida regularização.
II - Solicitar das Divisões responsáveis pelo acompanhamento técnico dos convênios, cronograma com a previsão da remessa de todos os processos com os pareceres técnicos conclusivos.
III - Adotados os procedimentos estabelecidos no item I, os processos deverão ser enviados à Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial - CP/TCE, criada por força da Portaria/INCRA/P/nº 38, de 2008, no sentido de instaurar a competente Tomada de Contas Especial, cuja instrução seguirá as orientações contidas na IN/TCU/nº56/2007 e na Portaria CGU/SFC/nº 958, de 2010.

ANEXO II

AGENDA DE TRABALHO SEDE E SR		
MÊS	DIAS	ATIVIDADES
ago/11	15 a 20	Publicação das Portarias e/ou Ordens de Serviços constituindo o GT na SEDE e SR
	21 a 31	Atualização das planilhas com a situação invididual de cada convênio na Sede e SR
set/11	1 a 10	Elaboração e envio das notificações aos responsáveis pela Concedente (Diretorias e Divisões) e das convenentes, conforme o caso, para fins de apresentação de documentos pendentes, além da publicação no Diário Oficial da União , concedendo o prazo limite previsto em Lei.
	1 a 30	Análise dos processos com documentação completa e emissão de parecer conclusivo, atualização dos registros no SIAFI e demais providências cabíveis
	1 a 30	Apresentação do relatório final à Direção do INCRA, com a conclusão do trabalhos e todos os encaminhamentos e providências tomadas, devidamente registradas no processo que foi aberto para cada SR e SEDE com vistas a documentar as ações realizadas, por todas as SR com até 15 convênios
out/11	1 a 31	Análise das documentações pendentes recebidas completa e emissão de parecer conclusivo, atualização dos registros no SIAFI e demais providências cabíveis.
	1 a 31	Apresentação do relatório final à Direção do INCRA, com a conclusão do trabalhos e todos os encaminhamentos e providências tomadas, devidamente registradas no processo que foi aberto para cada SR e SEDE com vistas a documentar as ações realizados, por todas as SR com mais de 15 e até 30 convênios.
nov/11	1 a 30	Apresentação do relatório final à Direção do INCRA, com a conclusão do trabalhos e todos os encaminhamentos e providências tomadas, devidamente registradas no processo que foi aberto para cada SR e SEDE com vistas a documentar as ações realizadas, por todas as SR com mais 30 convênios.
dez/11	1 a 31	Apresentação do relatório final à Direção do INCRA, com a conclusão dos trabalhos e todos os encaminhamentos e providências tomadas, inclusive relação das TCE´S eventualmente instauradas e demais encaminhamentos pertinentes.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 212, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52000.025963/2004-51, de 10 de setembro de 2004, resolvem:

Art. 1º Os Processos Produtivos Básicos para os produtos ÓPTICOS-OFTÁLMICOS a seguir discriminados, industrializados na Zona Franca de Manaus, estabelecidos pela Portaria Interministerial nº 69, de 5 de maço de 2009, passam a ser os seguintes:

I - ARMAÇÕES DE MATERIAIS PLÁSTICOS PARA ÓCULOS:
a) fresagem ou injeção das partes (frontal e haste);
b) inserção da agulha, charneira e/ou dobradica, quando aplicável;
c) polimento das partes;
d) coloração, quando aplicável; e
e) montagem e acabamento final.

II - ARMAÇÕES DE METAL PARA ÓCULOS:
a) formatação das partes (frontal e haste);
b) soldagem das charneiras e/ou dobradiças com as demais partes;
c) tratamento de superfície; e
d) montagem e acabamento final.

III - LENTES MONOFOCAIS DE VIDRO ÓPTICO:
a) geração das curvas dióptricas, côncava e convexa;
b) polimento óptico final; e
c) lavagem e controle final das curvas geradas.

IV - LENTES BIFOCAIS OU TRIFOCAIS DE VIDRO ÓPTICO:
a) fusionamento dos segmentos ópticos ao bloco;
b) geração das curvas dióptricas, côncava e convexa;
c) polimento óptico final; e
d) lavagem e controle final das curvas geradas.

V - LENTES MULTIFOCAIS OU PROGRESSIVAS DE VIDRO ÓPTICO:
a) geração das curvas dióptricas, côncavas não progressivas;
b) polimento óptico final; e
c) impressão das marcações visíveis na superfície convexa.

VI - LENTES ORGÂNICAS:
a) montagem dos moldes;
b) injeção do copolímero para moldagem da lente;
c) endurecimento da lente;
d) desmoldagem da lente;
e) marcação das superfícies progressivas (lentes multifocais); e
f) tratamento de superfície (obrigatório para lentes fotocromáticas e para outras com índice de refração superior a 1,55).

VII - LENTES DE CONTATO:
a) geração de curva dióptrica, côncava e convexa;
b) polimento, acabamento final e inspeção; e
c) hidratação, quando aplicável.

VIII - LENTES COM TRATAMENTO MULTICAMADAS:
a) montagem dos moldes;
'b) injeção do copolímero para moldagem da lente;
c) endurecimento da lente;
d) desmoldagem da lente;
e) marcação das superfícies progressivas (lentes multifocais);
f) tratamento de superfície (obrigatório para lentes fotocromáticas e para outras com índice de refração superior a 1,55);
g) polimerização do tratamento verniz na lente; e
h) tratamento multicamadas sobre a lente.

IX - LENTE ORGÂNICA PARA IMBIBIÇÃO:
a) montagem dos moldes;
b) injeção do copolímero para moldagem da lente;
c) endurecimento da lente: e
d) desmoldagem da lente.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus.

§ 2º Desde que obedecidos os Processos Produtivos Básicos, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, na Zona Franca de Manaus, exceto uma, que não poderá ser terceirizada.

Art. 2º Até 31 de dezembro de 2013, as empresas fabricantes de lentes com tratamento multicamadas ficam dispensadas das operações de que tratam as alíneas "a" a "d", do inciso VIII, do art. 1º, para lentes de policarbonato, com índice de refração igual ou superior a 1,60, conforme cronograma constante deste artigo, desde que realizem investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), na Amazônia Ocidental, em valor não inferior a 40% (quarenta por cento) da renúncia fiscal do Imposto sobre Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), incidentes sobre as dispensas de:

I - Ano de 2011: 500.000 (quinhentas mil) unidades de lentes de policarbonato, com índice de refração igual ou superior a 1,60, considerando o ano calendário;

II - Ano de 2012: percentual correspondente a 5% (cinco por cento) da produção total de lentes produzidas pela empresa, considerando o ano calendário, até o limite de 900.000 (novecentas mil) unidades de lentes de policarbonato, com índice de refração igual ou superior a 1,60;

III - Ano de 2013: percentual máximo de 50% (cinquenta por cento) da produção anual de lentes de policarbonato, com índice de refração igual ou superior a 1,60, considerando o ano calendário, ficando a empresa fabricante obrigada ao cumprimento das etapas constantes das alíneas de "a" a "d", do inciso VIII, do art. 1º, para o restante da produção anual; e

IV - Ano de 2014 em diante: cumprimento do disposto no inciso VIII do art. 1º, para a totalidade da produção de lentes de policarbonato, com índice de refração igual ou superior a 1,60.

§ 1º Para efeito desta Portaria entende-se por atividades de P&D: trabalho teórico ou experimental realizado de forma sistemática, desde que realizado em parceria com universidade ou centro de pesquisa, para adquirir novos conhecimentos, desenvolver novos materiais, produtos, ou então para aperfeiçoar os existentes, incorporando características inovadoras; formação e capacitação profissional de nível médio e superior, da equipe de Pesquisa e Desenvolvimento da empresa; serviços científicos e tecnológicos, de assessoria, consultoria, estudos, ensaios, metrologia, normalização, gestão tecnológica, fomento à invenção e inovação, gestão e controle de propriedade intelectual.

§ 2º Não se considera como atividade de P&D a doação de bens e serviços.

§ 3º Os fabricantes dos produtos a que se refere o caput deverão submeter à SUFRAMA, no prazo de noventa dias, a partir da data de publicação desta Portaria, cronograma de investimentos, referente às operações de que tratam as alíneas de "a" a "d", do inciso VIII, para fabricação de lentes de policarbonato.

§ 4º As lentes com tratamento multicamadas, do tipo progressivas multifocais poderão ser fabricadas a partir da aquisição da lente orgânica com imbibição de fabricação nacional. Nesse caso será obrigatória a realização, na Zona Franca de Manaus, das etapas das alíneas de "e" a "h" do inciso VIII.

Ar. 3º O não cumprimento do disposto nos inciso III e IV, do art. 2º, acarretará a perda dos incentivos fiscais incidentes sobre as quantidades dispensadas constantes dos incisos I, II e III, do art. 2º.

Art. 4º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria Interministerial nº 69, de 5 de março de 2009.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 262, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no artigo 14 da Resolução nº 202, de 17 de maio de 2006, resolve:

Art. 1º. AUTORIZAR o adicional de cotas no valor US$ 3,198,000.00 (três milhões, cento e noventa e oito mil dólares norte-americanos), ao limite de importação de insumos do produto Fita Adesiva - Código Suframa nº 0399, correspondente ao acréscimo de 50,00% (cinqüenta por cento) do valor atual da cota de importação do referido produto, consignado na Portaria nº 0066, de 21/03/2005 - Implantação, fabricado pela empresa FITAS FLAX DA AMAZÔNIA LTDA., nos termos do Parecer Técnico de Acompanhamento/Fiscalização nº 146/2011-SPR/CGAPI/COPIN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLDEMAR IANCK

PORTARIA Nº 263, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no § 5º, do artigo 1º, da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 222, de 23 de dezembro de 2009, que estabeleceu o processo produtivo básico para turbinas hidráulicas e hidrogeradores com potência superior a 30MW, industrializados na Zona Franca de Manaus, resolve:

Art. 1º Dispensar, por um prazo de 36 (trinta e seis) meses, os componentes, partes e peças abaixo listados, nas quantidades determinadas, destinados a atender a Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) Belo Monte, localizada nos municípios de Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu, no Estado do Pará, para realizar em outras regiões do País, as etapas de industrialização dispostas nos incisos II

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a XII do art. 1º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 222, de 23 de dezembro de 2009, devendo as demais quantidades ser industrializadas obrigatoriamente na Zona Franca de Manaus:

Tabela 1: Componentes, partes e peças da turbina

Componente	Quantidade necessária	Quantidade dispensada
Caixa espiral	04	01
Pré distribuidor	04	01
Tampa da turbina	04	01
Aro de saída	04	01
Aro de regulação	04	01
Tubo de sucção	04	01
Cone suporte	04	01
Rotor Francis	04	01
Pré montagem do distribuidor	04	03
Eixo da turbina	04	01

Tabela 2 - Componentes, partes e peças do gerador

Componente	Quantidade necessária	Quantidade dispensada
Carcaça estator	04	01
Cubo aranha do rotor	04	01
Cruzeta	04	01

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLDEMAR IANCK

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 102, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, resolve:

Art. 1º Tornar pública a alteração do edital de Chamada Pública/PST/2011, instituída pela Portaria/ME nº 80, de 11 de julho de 2011, referente à prorrogação dos prazos para o cadastramento de propostas, cujo cronograma consta dos itens 3, 7 e 14, na forma do instrumento em anexo.

Parágrafo único. As demais disposições contidas no citado edital permanecem válidas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO SILVA

ANEXO

CHAMADA PÚBLICA ME/SNEED/2011
PROGRAMA SEGUNDO TEMPO
PROCESSO SELETIVO 2011
EDITAL
REGULAMENTO
CAPÍTULO I
CARACTERIZAÇÃO
(...)
3. CRONOGRAMA
3.1. Primeira Fase: Cadastramento e Envio das Propostas
3.1.1. Cadastramento de Propostas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV).
3.1.2. Período previsto para Primeira Fase: 12/7/2011 a 1/9/2011
3.2. Segunda Fase: Análise e Classificação das Propostas
3.2.1. Análise e Classificação das Propostas enviadas e inseridas no SICONV, conforme Capítulo III, do presente edital.
3.2.2. Período previsto para Segunda Fase: 2/9/2011 a 22/9/2011
3.3. Terceira Fase: Validação e Priorização das Propostas
3.3.1. Validação e Priorização das Propostas Classificadas, conforme Capítulo IV, do presente edital.
3.3.2. Período previsto para Terceira Fase: 23/9/2011 a 13/10/2011
3.4. Quarta Fase: Formalização de Convênios
3.4.1. Formalização de Convênios, conforme Capítulo V, do presente edital.
3.4.2. Período previsto para Quarta Fase: 14/10/2011 a 29/10/2011
3.5. Quinta Fase: Formalização de Convênios (Carteira de Projetos)
3.5.1. Formalização de Convênios, conforme Capítulo VI, do presente edital.
3.5.2. Não há previsão de período para a Quinta Fase.
(...)
CAPÍTULO II
PRIMEIRA FASE: CADASTRAMENTO E ENVIO DAS PROPOSTAS
(...)
7. DOS PRAZOS
7.1. O período para o cadastramento e envio da Proposta para Análise, nos Programas/SICONV estabelecidos, será das 08:00h do dia 12/7/2011 às 23:59h do dia 01/09/2011, horário de Brasília.
7.2. Para as Propostas relativas as entidades federais, o período de encaminhamento e protocolização da Proposta e dos documentos anexos será das 08:00h do dia 12/7/2011 às 18:00h do 01/09/2011, horário de Brasília.
(...)
CAPÍTULO III
SEGUNDA FASE: ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
(...)
14. DOS PRAZOS
14.1. O período previsto para a análise e classificação das propostas, referentes à Segunda Fase do presente Processo Seletivo será de 2/9/2011 a 22/9/2011.
(...)



Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 169, DE 18 MAIO DE 2011 (*)

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 6º da Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, combinado com o disposto § 6º do art. 92 e § 4º art. 93 Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 e, tendo em vista o art. 5º e seus §§ do Decreto nº 7.133 de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Fixar na forma do Anexo I a esta Portaria as metas institucionais globais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA para o período de 1º de junho de 2011 a 31 de maio de 2012 para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental-GDAEM devida aos ocupantes dos cargos efetivos do IBAMA pertencentes a Carreira de Especialista em Meio Ambiente.

Art. 2º Deverá ser utilizada uma escala de zero a cem por cento, que corresponderá a um mínimo de 20 (vinte) e um máximo de 80 (oitenta) pontos das gratificações referidas no art. 1º desta Portaria, considerando o alcance das metas previstas, elaboradas em consonância com a Agenda Estratégica e as Diretrizes do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 3º Caberá à Coordenação-Geral de Planejamento do IBAMA o monitoramento das metas institucionais e a consolidação das informações referentes ao desempenho das Unidades de Avaliação-UA, correspondente as unidades organizacionais gestoras das ações do Plano Plurianual-PPA.

Parágrafo único. Para efeito de pagamento das gratificações que trata esta Portaria, a Coordenação Geral de Planejamento encaminhará à Coordenação-Geral de Recursos Humanos a consolidação do demonstrativo de cumprimento das metas de desempenho institucional.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

ANEXO

Metas Institucionais Globais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA
Período de 1º de junho de 2011 a 31 de maio de 2012

N° do indicador	Nome do indicador	Meta Física 2011	Fórmula	Fonte	Unidade de Medida	Valor de referência/ano
1	Número de Licenças Ambientais Federais	455	Somatório do n° de licenças ambientais emitidas	Sislic Dilic/Ibama	Unidade	379, em setembro de 2010
2	Avaliações para Registro Especiais Temporários de Agrotóxicos	90,00%	nº de avaliações x100 / nº de solicitações	Diqua/Ibama	Percentual	86% em 2010
3	Avaliações de LCVM/LCM emitidas	100,00%	nº de atendimentosx100 / nº de solicitações	Diqua/Ibama PROCONVE	Percentual	100% em 2010
4	Número de animais silvestres sob controle, monitoramento, triagem, recuperação e destinação.	72.984	Número de animais recuperados e devolvidos à natureza	Sisfauna DBFLO/Ibama	Unidade	61.976, em 2010
5	Número de licenciamentos e controle das atividades florestais.	1.030	N° de licenças emitidas	DBFLO	Unidade	1.030 em 2010
6	Número de operações de fiscalização das atividades de desmatamento.	355	Número de operações realizadas	Dipro/Ibama	Unidade	240 em 2010
7	Número total de focos de calor nos biomas.	126.492	Somatória do número de focos de calor detectados em cada bioma a partir do monitoramento.	CSR, Prevfogo e Dipro no Ibama e CPTEC e DPI do Inpe.	Unidade	133.149 em 2010
8	Taxa média de desmatamentos na amazônia	0,12	Seja A área desmatada, em km² e seja B a área da Amazônia em km² (5.019.800 km²), então a taxa de área desflorestada é: A/B * 100	CSR no Ibama e OBT no Inpe	%	0,13 em 2010
9	Índice de qualificação da força de trabalho do Ibama.	1.500	Total de servidores do Ibama capacitados e em processo de capacitação.	CGREH/Diplan/Ibama	%	1.500 em 2010

(*) Republicada por ter saído no no DOU de 19-08-2011, Seção 1, pág. 125, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 323, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, na Portaria nº 263, de 19 de julho de 2011 e o que consta do Processo nº 02000.001329/2011-84, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Portaria nº 263, de 19 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 20 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

II - Uso Sustentável dos Recursos Naturais (Água ou Energia);

....." (NR)

Art. 2º O Capítulo II do Anexo da Portaria nº 263, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO II - DASCATEGORIAS TEMÁTICAS" (NR)

Art. 3º Os arts. 3º e 15, do Anexo da Portaria nº 263, de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

II - Uso Sustentável dos Recursos Naturais, que será subdividido em duas subcategorias: Uso Sustentável dos Recursos Naturais (Água ou Energia).

Parágrafo único. Será premiada a instituição ou órgão público que demonstre implementar iniciativas que atuem na gestão sustentável de água ou energia. No caso da gestão da água, as iniciativas devem envolver desde projetos de captação e esgotamento até redução no consumo, produzindo resultados positivos para o meio ambiente. E em caso da gestão de energia, as iniciativas devem englobar mudanças no uso desse recurso, seja pela implementação de fontes alternativas de energia, seja pelo melhoramento na gestão com resultados diretos na economia de energia, atuando em consonância com o meio ambiente e com o Plano Nacional de Mudança do Clima-PNMC.

....." (NR)

"Art. 15. A avaliação do mérito será realizada pela Comissão Julgadora e consistirá na seleção de três candidaturas no âmbito de cada uma das categorias, mediante análise dos seguintes critérios indicativos:

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 552, DE 8 DE AGOSTO DE 2011

Estabelece os procedimentos para compras e contratação de obras e serviços com emprego de recursos públicos pelas entidades delegatárias de funções de agência de água, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, incisos III e XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua 413ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de agosto de 2011, resolveu:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos para compras e contratação de obras e serviços com emprego de recursos públicos pelas entidades delegatárias de funções de agência de água, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, na forma do anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 424, de 4 de agosto de 2004, publicada no Diário Oficial da União, de 9 de agosto de 2004, Seção 1, páginas 110 e 111.

VICENTE ANDREU

ANEXO

PROCEDIMENTOS PARA COMPRAS E CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS COM EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS PELAS ENTIDADES DELEGATÁRIAS DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA, NOS TERMOS DO ART. 9º DA LEI Nº 10.881, DE 9 DE JUNHO DE 2004.

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Do Objeto e dos Princípios

Art. 1º Este regulamento estabelece procedimentos para compras e contratação de obras e serviços com emprego de recursos públicos pelas entidades delegatárias de funções de agência de água.

Art. 2º As compras e as contratações de obras e serviços necessários às finalidades das entidades delegatárias reger-se-ão pelos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, da eficiência, da igualdade, da economicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos.

Seção II

Disposições Preliminares

Art. 3º As compras e as contratações de obras e serviços efetuar-se-ão mediante Seleção de Propostas, sendo dispensado tal procedimento nos casos expressamente previstos neste Regulamento.

Parágrafo Único. A seleção de propostas destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para o regular funcionamento da entidade delegatária.

Art. 4º Todos quantos participem da Seleção de Propostas a que se refere o art. 3º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta Resolução, podendo qualquer pessoa acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 5º A realização de Seleção de Propostas não obriga a entidade delegatária à contratação.

Art. 6º Para fins deste Regulamento, entende-se por:

I - ADJUDICAÇÃO - ato pelo qual a contratante atribui ao fornecedor o objeto da Seleção de Propostas;

II - ATO CONVOCATÓRIO - instrumento contendo o objeto e as condições de participação da Seleção de Propostas;

III - COMPRA - a aquisição de materiais, componentes, equipamentos, gêneros alimentícios, móveis, imóveis, veículos e semoventes;

IV - CONTRATO - todo e qualquer ajuste entre a entidade delegatária e particulares, em que haja um acordo de vontades para formação de vínculo e estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada no documento que estabelece os direitos e obrigações da entidade delegatária e do contratado;

V - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - informações relativas a projetos, plantas, cálculos, memórias descritivas, especificações e normas técnicas, padrões de qualidade, durabilidade e desempenho, marcas ou modelos de componentes e equipamento;

VI - FORNECEDOR - pessoa física ou jurídica que participa da Seleção de Propostas na modalidade de Coleta de Preços;

VII - HOMOLOGAÇÃO - ato pelo qual se examina o procedimento de contratação a fim de verificar sua conformidade com o Ato Convocatório;

VIII - NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO - profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

IX - OBRA - construção, recuperação ou modificação de bem imóvel que agregue valor ou utilidade ao patrimônio, inclusive os respectivos projetos, ou ainda, o resultado do serviço de conservação ou recuperação de área, que altere o meio ambiente;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

X - PLANO DE APLICAÇÃO - relação de ações a serem executadas com os recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, dentre as quais devem estar incluídas as propostas selecionadas pelo Concurso de Projetos, as ações de manutenção e custeio administrativo da Agência de Água e aquelas necessárias ao cumprimento do Contrato de Gestão com a ANA, com horizonte anual ou plurianual, devendo guardar compatibilidade com as metas do Plano de Recursos Hídricos da Bacia;

XI - PREÇO DE REFERÊNCIA - valor orçado para a contratação, conforme definido no Ato Convocatório, estabelecido a partir de valores praticados no mercado;

XII - PREÇO INEXEQUÍVEL - valor inferior a 60% (sessenta por cento) do preço máximo, salvo se apresentada demonstração de exequibilidade pelo fornecedor e esta seja aceita pela entidade delegatária;

XIII - PROJETO BÁSICO - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços, que possibilite a estimativa de seu custo final e o prazo de execução;

XIV - PROJETO EXECUTIVO - detalhamento do Projeto Básico, contendo o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

XV - PROJETO SELECIONADO - projeto selecionado na Seleção de Propostas por meio da modalidade Concurso de Projetos;

XVI - SELEÇÃO DE PROPOSTAS - procedimento licitatório para compra de bens e para a contratação de obras e serviços, a ser realizado por parte da Entidade Delegatária, na modalidade Coleta de Preços ou na modalidade Concurso de Projetos, quando sujeito a aprovação do Comitê de Bacia Hidrográfica;

XVII - SERVIÇO - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a entidade delegatária, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalho técnico profissional, quando não integrantes de execução de obras, comportando as seguintes classificações:

1. Serviços Técnicos Profissionais

Todos aqueles que exigem habilitação legal para sua execução, desde o simples registro do profissional, firma ou repartição administrativa competente até o diploma de curso superior oficialmente reconhecido.

2. Serviços Técnicos Profissionais Especializados

Aqueles que, além de exigirem habilitação técnica profissional normal, são realizados por quem se aprofundou nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica ou em cursos de pós-graduação ou de estágio de aperfeiçoamento. São serviços de alta especialização que demandam conhecimentos pouco difundidos entre os demais técnicos da mesma profissão, tais como:

a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras e serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; e

g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

3. Serviços de Natureza Continuada

Serviços que não podem ser interrompidos, por serem imprescindíveis ao funcionamento da entidade delegatária e cuja contratação possa estender-se por mais de um exercício financeiro.

XVIII - TERMO DE RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO - instrumento que formaliza o recebimento do objeto contratado;

XIX - TERMO DE REFERÊNCIA - documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do projeto.

Seção III

Seleção de Propostas

Art. 7º A Seleção de Propostas será realizada mediante as modalidades seguintes:

I - Coleta de Preços;

II - Concurso de Projetos; e

III - Adesão a Ata de Registro de Preços.

§1º A Coleta de Preços reger-se-á pelo seguinte procedimento:

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de Ato Convocatório, cujo extrato deverá ser publicado em jornal com circulação local (municipal), para valores estimados inferiores a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em jornal de circulação regional (estadual), para os demais valores, e na página eletrônica da entidade delegatária, para ambos os casos;

II - do extrato do Ato Convocatório publicado constarão, no mínimo, a definição do objeto da Seleção, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do Ato Convocatório;

III - do Ato Convocatório constarão as condições para a participação no processo de seleção e posterior contratação, as especificações técnicas para a formulação das propostas, o preço de referência e condições de aferição de exeqüibilidade do preço, a referência a este Regulamento e a minuta do Contrato como anexo;

IV - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis;

V - os pedidos de impugnação ao Ato Convocatório deverão ser protocolados a entidade delegatária até três dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, por qualquer pessoa jurídica ou física, devendo ser julgados antes da homologação do processo de seleção, sem a promoção de efeito suspensivo imediato.

VI - no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

VII - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, entregarão envelopes distintos contendo a habilitação da empresa e a proposta de preços;

VIII - proceder-se-á a imediata abertura do envelope com a proposta de preços e sua análise;

IX - no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

X - não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

XI - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento e as especificações técnicas definidos no Ato Convocatório;

XII - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, proceder-se-á à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação do concorrente que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no Ato Convocatório;

XIII - a habilitação far-se-á com a verificação de que o concorrente atende às exigências do Ato Convocatório quanto à habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e fiscal;

XIV - verificado o atendimento das exigências fixadas no Ato Convocatório, o concorrente será declarado vencedor;

XV - se o concorrente que apresentou a melhor proposta desatender às exigências habilitatórias, examinar-se-ão as ofertas subseqüentes quanto à habilitação, na ordem de classificação, sucessivamente, até a apuração daquela que atenda ao Ato Convocatório, sendo esta concorrente declarada vencedora;

XVI - declarado o vencedor, qualquer concorrente poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais concorrentes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XVII - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XVIII - a falta de manifestação imediata e motivada do concorrente importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da Seleção ao vencedor;

XIX - homologada a Seleção pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o Contrato no prazo definido em Ato Convocatório; e

XX - se o vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso XV bem como, ao desistente, as penalidades definidas no respectivo Ato Convocatório.

§2º A entidade delegatária definirá os procedimentos internos complementares para a realização dos processos de Seleção de Propostas na modalidade Coleta de Preços, em conformidade com seus dispositivos regimentais, inclusive quanto à justificativa e definição do objeto do processo de contratação.

§3º Se todos os interessados forem inabilitados, a entidade delegatária poderá fixar o prazo de três dias úteis para apresentação de nova documentação de habilitação, escoimada das causas da inabilitação, permanecendo em seu poder os demais envelopes, devidamente fechados e rubricados por todos os representantes presentes das proponentes.

§4º O Concurso de Projetos reger-se-á por Resolução específica editada pela Agência Nacional de Águas - ANA.

§5º A entidade delegatária poderá aderir a Ata de Registro de Preços gerenciada por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, observadas as disposições do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001.

§6º A adesão à Ata de Registro de Preços será autuada em processo administrativo específico, com os seguintes documentos:

I - Termo de Referência ou projeto básico da contratação, com as justificativas da contratação e detalhamento das especificações técnicas, qualitativas e quantitativas, do serviço ou bem a ser adquirido, acompanhado do respectivo cronograma de execução se for o caso;

II - Pesquisa mercadológica que comprove a economicidade da contratação;

III - comprovante de manifestação, junto ao órgão gerenciador, sobre o interesse de participar da Ata de Registro de Preços, acompanhado da respectiva autorização do órgão;

IV - comprovante de manifestação, junto ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, sobre interesse em participar da Ata, acompanhado da respectiva proposta da empresa;

V - cópia da minuta de contrato e indicação do respectivo gestor para acompanhar a execução das atividades, conforme o caso; e

VI - comprovantes de regularidade fiscal do fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 15 desta Resolução.

Seção IV

Dispensa de Coleta de Preços

Art. 8º A dispensa de Coleta de Preços poderá ocorrer no caso de:

I - compras, execução de obras ou serviços, que envolvam valores inferiores a R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

II - emergência ou calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

III - não acudirem interessados ao certame anterior e ela, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a entidade delegatária, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

IV - compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da entidade delegatária, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

V - contratos de prestação de serviços com instituições financeiras oficiais;

VI - contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em conseqüência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação do certame anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo fornecedor vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido; e

VII - aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

Seção V

Inexigibilidade de Coleta de Preços

Art. 9º Considera-se inexigível a Coleta de Preços quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para a aquisição de serviços, materiais, equipamentos ou gêneros, que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita por meio de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria o objeto do certame, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para contratação de serviços técnicos enumerados no número 2 inciso XIX do art. 6º deste Regulamento, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Art. 10 Todos os atos de dispensa ou de inexigibilidade deverão ser devidamente justificados em relação à sua motivação, à escolha do fornecedor e ao preço, que deverá ser compatível com o praticado no mercado, e autorizado pelo responsável legal da entidade delegatária.

§ 1º As contratações com base nos art. 8º ou 9º desta Resolução serão precedidas de habilitação do fornecedor nos termos dos arts. 11 a 15 deste Regulamento.

§ 2º A motivação da dispensa por emergência ou calamidade publicada deverá caracterizar a situação emergencial ou calamitosa que justifica a dispensa.

Seção VI

Da Habilitação

Art. 11 Para a habilitação na Coleta de Preços será exigida dos interessados documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal; e

V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

§ 1º A entidade delegatária poderá deixar de exigir no Ato Convocatório as exigências de qualificação técnica ou econômica-financeira.

§ 2º Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração Pública, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

Art. 12 A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá de:

I - cédula de identidade do responsável legal do concorrente;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de associações civis, acompanhada de indicação do(s) representante(s) legal(is) em exercício; e

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 13 A documentação relativa à qualificação técnica, quando exigida no Ato Convocatório, limitar-se-á aos seguintes documentos:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando couber; e

II - comprovação de aptidão do concorrente e da equipe técnica, quando couber, para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do certame;

III - comprovação da adequação da proposta às exigências técnicas relativas à qualificação da equipe técnica, prazos, metodologias empregadas, e outras que sejam necessárias ao atendimento do objeto do certame.

Parágrafo Único. A comprovação de aptidão referida no inciso II acima será feita por atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado pelas entidades profissionais competentes, quando couber.

Art. 14 A documentação relativa à qualificação econômica-financeira, quando exigida no Ato Convocatório, limitar-se-á aos seguintes documentos:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no Ato Convocatório da Coleta de Preços, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no inciso III do caput deste artigo.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no Ato Convocatório e devidamente justificados no processo administrativo da Coleta de Preços que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º A garantia a que se refere o inciso III deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 7º deste artigo.

§ 7º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato.

§ 8º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§ 9º Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Entidade Delegatária, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.

Art. 15. A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em:

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do concorrente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicilio ou sede do concorrente;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

Seção VII

Do julgamento das propostas da Coleta de Preços

Art. 16 No julgamento das propostas serão considerados, exclusivamente, os critérios objetivos previstos no Ato Convocatório.

Parágrafo Único. Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero.

Seção VIII

Da participação de Consórcios

Art. 17. É facultado à entidade delegatária permitir a participação de empresas em consórcio em Coleta de Preços, desde que especificado no Ato Convocatório e observadas as seguintes condições:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de empresa líder, obrigatoriamente fixadas no ato convocatório;

III - apresentação dos documentos de habilitação jurídica, x..., técnica e fiscal por parte de cada consorciado.

§ 1º Não é permitida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente.

§ 2º Os integrantes do consórcio serão solidariamente responsáveis pelos atos praticados do consórcio, tanto na fase de seleção quanto na de execução do contrato.

§ 3º Em consórcio integrado por empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

§ 4º O consórcio vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, sua constituição e registro, nos termos do compromisso subscrito pelos consorciados.

Capítulo II

DOS CONTRATOS

Seção I

Da Formalização e da Execução dos Contratos

Art. 18. Os Contratos para a execução das propostas selecionadas estabelecerão as condições para a sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do Ato Convocatório e da proposta a que se vinculam.

§ 1º As contratações somente serão realizadas se atendidos, no ato de sua formalização, os requisitos previstos no art. 13 deste Regulamento.

§ 2º Os contratos definirão, obrigatoriamente:

I - o objeto do contrato com seus elementos característicos;

II - o preço, as condições de pagamento, critérios de reajustamento;

III - os prazos de início de etapas de execução, conclusão entrega e recebimento definitivo do objeto do contrato, conforme o caso;

IV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades, as penalidades cabíveis e valores de multas;

V - os casos de rescisão contratual;

VI - a vinculação do contrato às especificações do Ato Convocatório e à proposta do contratado;

VII - a obrigação do contratado de manter as mesmas condições de habilitação exigidas na apresentação de sua proposta;

VIII - que os contratos firmados com base neste Regulamento poderão ser alterados, com acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, e no caso particular de obras até o limite de 50% (cinqüenta por cento); e

Art. 19 O encerramento dos Contratos dar-se-á por edição pela entidade delegatária do Termo de Recebimento do Objeto Contratado, de caráter definitivo, onde constem, no mínimo, as seguintes informações:

I - objeto;

II - valores totais do contrato e do pagamento realizado;

III - metas do Plano de Recursos Hídricos, contratadas e alcançadas, quando couber;

IV - prazos inicial e final para conclusão;

V - responsável técnico pelo recebimento do Objeto.

Capítulo III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 As entidades delegatárias deverão disponibilizar de forma destacada na sua página eletrônica, para todas as contratações previstas nas seções III, IV e V do Capítulo I deste Regulamento, os seguintes documentos: Ato Convocatório integral, extrato do processo de dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso; impugnações, recursos e atos administrativos correlatos; Contrato e Termo de Recebimento do Objeto Contratado, devidamente assinados.

Parágrafo Único. Aplicar-se-á o disposto no caput deste artigo a quaisquer outros atos administrativos necessários aos processos de seleção e execução.

Art. 21 As minutas dos Atos Convocatórios e seus contratos e aditivos correspondentes, assim como os procedimentos de dispensa e de inexigibilidade, deverão ser submetidos previamente à apreciação de assessoria jurídica da entidade delegatária.

Art. 22 Os termos deste Regulamento serão observados, obrigatoriamente, pelas entidades delegatárias.

Art. 23 A Agência Nacional de Águas editará norma específica para regulamentar o procedimento aplicável à modalidade de Concurso de Projetos, bem como as normas aplicáveis aos respectivos contratos

Art. 24 Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pela entidade delegatária.

RESOLUÇÃO Nº 565, DE 15 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 414ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de agosto de 2011, considerando o disposto no art. 3º, parágrafo único, e no art. 12, I e II, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e o que consta no Processo nº 02501.001477/2008-52, resolveu:

PRORROGAR, até o dia 8 de setembro de 2012 o prazo de vigência do funcionamento da Unidade Administrativa Regional - UAR, localizada na cidade de Itumbiara, no Estado de Goiás, para atuação em toda área de abrangência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

VICENTE ANDREU

RESOLUÇÃO Nº 558, DE 15 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 414ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de agosto de 2011, considerando o disposto no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, resolveu outorgar ao:

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, rio Tocantins, Municípios de Tucuruí e Breu Branco/Pará, para fins de operação do sistema de transposição de desnível denominado Tucuruí.

O inteiro teor da Resolução de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

VICENTE ANDREU

RESOLUÇÕES DE 15 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 414ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de agosto de 2011, considerando o disposto no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, resolveu outorgar à:

Nº 556 - Quanta Geração S.A., rio Carangola, Município de Tombos/Minas Gerais, aproveitamento do potencial hidrelétrico denominado PCH Tombos.
Nº 557 - Bom Repouso Energia S.A, rio Carangola, Município de Carangola/Minas Gerais, aproveitamento do potencial hidrelétrico denominado CGH Bom Repouso.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

VICENTE ANDREU

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 15 DE AGOSTO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída por meio da Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 414ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de agosto de 2011, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, resolveu outorgar à:

Nº 554 - Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, Reservatório da UHE de Itaipu (rio Paraná), Município de Santa Terezinha de Itaipu/Paraná, esgotamento sanitário.
Nº 555 - Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, Reservatório da UHE de Itaipu (rio Paraná), Município de Santa Helena/Paraná, esgotamento sanitário.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída por meio da Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 414ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de agosto de 2011, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, resolveu emitir outorga preventiva a:

Nº 559 - Maria da Glória Botelho Prado, rio Carinhanha, Município de Cocos/Bahia, irrigação.
Nº 560 - Fernando Prado, rio Carinhanha, Município de Cocos/Bahia, irrigação.
Nº 561 - Santa Colomba Agropecuária Ltda., rio Carinhanha, Município de Cocos/Bahia, irrigação.
Nº 562 - CINGREPE - Companhia Industrial de Agricultura e Pecuária, rio Carinhanha, Município de Cocos/Bahia, irrigação.
Nº 563 - Santa Colomba Cafés Ltda., rio Carinhanha, Município de Cocos/Bahia, irrigação.
Nº 564 - Santa Maria Empreendimentos Agrícolas Ltda., rio Carinhanha, Município de Cocos/Bahia, irrigação.
O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

FRANCISCO LOPES VIANA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÕES, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída por meio da Portaria nº 84, de 12/12/2002, torna público que o Diretor João Gilberto Lotufo Conejo, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 006, de 1º/02/2010, publicada no DOU de 03/02/2010, resolveu outorgar à:

Nº 566 - José Antônio Buscarioli Transportadora EPP, rio Jaguari-Mirim, Município de São João da Boa Vista/São Paulo, mineração.
Nº 567 - Açúcar e Álcool Oswaldo Ribeiro de Mendonça Ltda., e Central Energética Colorado Ltda. rio Sapucaí, Município de Guaíra/São Paulo, indústria.
Nº 568 - Tríade Piscicultura Ltda., Reservatório da UHE de Manso (rio Manso), Município de Chapada dos Guimarães/Mato Grosso, aquicultura.
Nº 569 - Rodrigo Moreira de Araújo, Reservatório da UHE de Furnas (rio Grande), Município de Campo do Meio/Minas Gerais, irrigação.
Nº 570 - Rodrigo Moreira de Araújo, Reservatório da UHE de Furnas (ribeirão do Sapé), Município de Campo do Meio/Estado de Minas Gerais, irrigação.
Nº 571 - Edvaldo Lopo de Alkmim, rio São Francisco, Município de Manga/Minas Gerais, irrigação e dessedentação animal.
Nº 572 - Duselle & Serviços Ltda. - Aruana, rio Paraíba do Sul, Município de Carmo/Rio de Janeiro, mineração.
Nº 573 - C. M. Engenharia Ltda., rio Pomba, Município Leopoldina/Minas Gerais, mineração.
Nº 574 - A.C. Dal'Col - ME - A.C. Dal'Col Material de Construção, rio Doce, Município de Colatina/Espírito Santo, mineração.
Nº 575 - Jacir de Moraes Cardoso - Porto de Areia, rio Moji-Guaçu, Município de Ouro Fino/Minas Gerais, mineração.
Nº 576 - Porto de Areia Max Ltda. - ME, rio Doce, Município de Ibapa/Minas Gerais, mineração.
Nº 577 - Porto São Lourenço Ltda., rio Moji-Guaçu, Município de Guariba/São Paulo, mineração.
Nº 578 - Extratora e Comercial de Areia Salto Ltda. - Extratora Salto, rio Paranapanema, Município de Piraju/São Paulo, mineração.
Nº 580 - Alvino Gonçalves Neto, rio Paranaíba, Município de Patos de Minas/Minas Gerais, irrigação.
Nº 581 - Jaime Arnoldo Cappellesso, rio Preto, Região Administrativa de Planaltina/Distrito Federal, irrigação.
Nº 582 - Rousselot Gelatinas do Brasil S.A., rio Paraná, Município de Presidente Epitácio/São Paulo, indústria.
Nº 583 - Consórcio Sanches Tripolini - PELLA, rio Cuiabá, Município de Nobres/Mato Grosso, indústria (construção civil).
Nº 584 - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SAPESP, rio Paraitinga, Município de São Luiz do Paraitinga/São Paulo, esgotamento sanitário.
Nº 585 - Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A - SANESUL, rio Paraná, Município de Três Lagoas/Mato Grosso do Sul, esgotamento sanitário.
Nº 586 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A, rio São Francisco, Município de Morpará/Bahia, abastecimento público.
Nº 587 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Reservatório da UHE de Sobradinho (rio São Francisco), Município de Remanso/Bahia, abastecimento público de localidades rurais.
Nº 588 - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, ribeirão Cachoeira e no Reservatório da UHE Eloy Chaves (Moji-Guaçu), Município de Espírito Santo do Pinhal/São Paulo, abastecimento público.
Nº 589 - Santa Quitéria Criação de Tilápias Ltda., Açude Araras (rio Acaraú), Município de Varjota/Ceará, aquicultura.
Nº 590 - Extratora de Minerais Itaguaçu Ltda., rio Paraíba do Sul, Município de Roseira/São Paulo, mineração.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

FRANCISCO LOPES VIANA

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº 122, DE 29 DE JUNHO DE 2011

Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2012/2013.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída pelo Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando que compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos formular a Política Nacional de Recursos Hídricos e estabelecer diretrizes complementares à sua implementação, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

Considerando que o § 4º do art. 21, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, estabelece que as prioridades de aplicação de recursos a que se refere o caput do art. 22, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, serão definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;

Considerando que o art. 17, da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, estabelece no inciso II, do § 1º, que setenta e cinco centésimos por cento do valor da energia produzida constituem pagamento pelo uso dos recursos hídricos e serão aplicados, nos termos do art. 22, da Lei nº 9.433, de 1997, na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SINGREH;

Considerando a Resolução nº 58, de 30 de janeiro de 2006, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos;

Considerando a Resolução nº 70, de 19 de março de 2007, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, alterada pela Resolução nº 97, de 17 de dezembro de 2008, que estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º, do art. 17, da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000; e

Considerando que a Agência Nacional de Águas-ANA observará as prioridades definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de acordo com os arts. 4º e 7º da Resolução nº 70, de 2007, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos na elaboração e execução de seus programas e ações, resolve:

Art. 1º A aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água referidos no inciso II, do § 1º, do art. 17, da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, deverá priorizar para os exercícios orçamentários de 2012 e 2013 os Programas e Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos a seguir relacionados:

I - planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso;
II - despoluição de bacias hidrográficas;
III - apoio à organização de Sistema Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
IV - rede hidrológica quali-quantitativa nacional;
V - sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos;
VI - gestão sustentável de recursos hídricos e convivência com o Semiárido brasileiro (Programa);
VII - aplicação de instrumentos econômicos à gestão de recursos hídricos;
VIII - saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos no meio urbano;
IX - gestão da oferta, da ampliação, da racionalização e do reuso de água;
X - metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos;
XI - sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos;
XII - gestão de demandas, resolução de conflitos, uso múltiplo e integrado de recursos hídricos;
XIII - conservação de solo e água, manejo de microbacia no meio rural;
XIV - estudos sobre critérios e objetivos múltiplos voltados à definição de regras e restrições em reservatórios de geração hidrelétrica;
XV - capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão de recursos hídricos; e
XVI - gestão em Áreas Sujeitas a Eventos Hidrológicos Críticos.

Parágrafo único. A ordem numérica de listagem dos programas e subprogramas não estabelece a hierarquia de prioridades.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA
Presidente do Conselho

NABIL GEORGES BONDUKI
Secretário Executivo

RESOLUÇÃO Nº 123, DE 29 DE JUNHO DE 2011

Aprova os valores e mecanismos para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída por Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água, em todos os níveis, assim como assegurar a ampla participação e cooperação das comunidades voltadas ao alcance dos objetivos contemplados na Política Nacional de Recursos Hídricos ou estabelecidos em convenções, acordos e resoluções a que o Brasil tenha aderido;

Considerando a competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para estabelecer os critérios gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos, bem como deliberar sobre questões que lhe forem encaminhadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica;

Considerando que as metas de desembolso dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água que vinculam a progressividade dos Preços Públicos Unitários-PPU deverão ser aprovadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH Doce;

Considerando a competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para a definição dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, conforme o art. 4º, inciso VI, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000;

Considerando a Resolução nº 48, de 21 de março de 2005, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos;

Considerando a proposta contida na Deliberação nº 26, de 31 de março de 2011, e Anexos I e II, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH Doce, que estabelece mecanismos e sugere os valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nesta Bacia; e

Considerando a Nota Técnica nº 48/2011/SAG-ANA, de 11 de abril de 2011, elaborada pela Agência Nacional de Águas-ANA que sugere a aprovação dos mecanismos e valores propostos na Deliberação nº 26, de 2011, e Anexos I e II, do CBH Doce, resolve:

Art. 1º Aprovar os valores e mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, conforme proposto pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH Doce, nos termos da Deliberação nº 26, de 31 de março de 2011, e Anexos I e II, do CBH Doce.

Art. 2º O CBH Doce deverá apresentar, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em até 30 (trinta) meses, a partir do inicio da cobrança, os estudos previstos no art. 8º do Anexo I, da Deliberação nº 26, de 2011, e complementando-os com os aperfeiçoamentos dos K_ts considerando os diferentes padrões de consumo das atividades setoriais e subcategorias, e os impactos financeiros sobre os usuários.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA
Presidente do Conselho

NABIL GEORGES BONDUKI
Secretário Executivo

RESOLUÇÃO Nº 124, DE 29 DE JUNHO DE 2011

Cria Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de regulamentação da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003 e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003; e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída pelo Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água, em todos os níveis assim como assegurar a ampla participação e cooperação das comunidades voltadas ao alcance dos objetivos contemplados na Política Nacional de Recursos Hídricos ou estabelecidos em convenções, acordos e resoluções a que o Brasil tenha aderido;

Considerando que o art. 7º da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, dispõe que ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos cabe estabelecer critérios gerais para a classificação de barragens, por categoria de risco, por dano potencial e pelo seu volume, para que os agentes fiscalizadores possam cumprir as suas atribuições;

Considerando que o art. 20 da Lei nº 12.334, de 2010 altera o art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e incorpora novas atribuições ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos relacionadas à Política Nacional de Segurança de Barragens;

Considerando que a Lei nº 12.334, de 2010 estabelece um prazo de até 2 (dois) anos, a contar da data de sua promulgação, para que os proprietários de barragens apresentem seus Planos de Segurança de Barragens ao respectivo órgão fiscalizador e que a definição do nível de exigência e detalhamento do Plano de Segurança de Barragens depende do sistema de classificação de barragens por categoria de risco e por dano potencial associado, objeto da regulamentação do art. 7º da referida Lei;

Considerando que o tema se relaciona ao Programa VI do PNRH, que trata de Usos múltiplos e gestão de recursos hídricos, resolve:

Art. 1º Fica criado no âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais-CTIL, Grupo de Trabalho-GT para elaborar proposta de resolução para regulamentar os arts. 7º e 20 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º O GT será constituído por representantes dos seguintes conselheiros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

I - representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano;

II- quatro representantes do segmento do governo federal;

III - quatro representantes de órgãos estaduais de recursos hídricos; e

IV - até quatro representantes dos demais segmentos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, integrantes da CTIL.

§ 1º O GT será coordenado por um dos integrantes do Grupo, eleito entre os seus pares e apoiado operacional e tecnicamente pela Agência Nacional de Águas-ANA, a quem compete submeter nota técnica inicial como subsídio aos trabalhos do GT.

§ 2º O GT submeterá a proposta de resolução de regulamentação do art. 7º da Lei nº 12.334, de 2010 para consulta pública não presencial pela Internet, que será organizada operacionalmente pela ANA.

§ 3º O GT poderá convidar representantes de outras instituições para auxiliar nos trabalhos.

§ 4º Ficará a critério do Grupo de Trabalho o aproveitamento das contribuições recebidas e sua incorporação na proposta de resolução.

§ 5º O GT consolidará as contribuições recebidas como subsídio para a proposta de resolução, encaminhando versão consolidada à CTIL.

§ 6º O GT terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para concluir e apresentar seu trabalho à CTIL referente a regulamentação do art. 7º, incluída nesse prazo a consulta pública.

§ 7º A minuta de proposta de Resolução referente à regulamentação do art. 7º deverá ser examinada no plenário do CNRH na sua última reunião de 2011.

Art. 3º O GT tem o prazo de funcionamento de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA
Presidente do Conselho

NABIL GEORGES BONDUKI
Secretário Executivo

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 296, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a nomeação, a partir de agosto de 2011, de cento e cinquenta candidatos aprovados nos concursos públicos autorizados pela Portaria MP nº 32, de 8 de fevereiro de 2007, para o Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, conforme discriminado no Anexo.

Art. 2º O provimento dos cargos nos quantitativos previstos no art. 1º está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação; e

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa com a Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrado a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 3º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para a nomeação dos candidatos aprovados nos concursos públicos referidos no art. 1º será do Presidente do Inmetro, a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

Cargo	Quantidade
Pesquisador-Tecnologista em Metrologia e Qualidade	82
Analista Executivo em Metrologia e Qualidade	22
Assistente Executivo em Metrologia e Qualidade	6
Técnico em Metrologia e Qualidade	40
Total	150

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 73, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 55, inciso III, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e

Considerando a não efetivação da Operação de Crédito Externa junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada a atender parte das despesas do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF, no âmbito do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria SOF nº 48, de 21 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL - C - EM MATO GROSSO

PORTARIA Nº 2, DE 18 DE ABRIL DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 18, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04997.000337/2009-49, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Cessão de uso gratuito ao Estado de Mato Grosso, do imóvel com área total de 14.000,00 m² (quatorze mil metros quadrados), e benfeitorias com área de 391,01, denominado Lote 03, da Quadra 05, Setor E - C.P.A, situado na Avenida Historiador Rubens de Mendonça s/nº, em Cuiabá/MT, oriundo do extinto D.N.O.S - Departamento Nacional de Obras e Saneamento, devidamente registrado sob a matrícula de nº 24.686, folhas 244, ficha 01, Livro nº 02, em 17/05/1982, do Segundo Serviço Notarial e Registro de Imóveis da Primeira Circunscrição Imobiliária da Comarca de Cuiabá, Mato Grosso.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se às atividades específicas do Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE, no município de Cuiabá/MT.

Art. 3º - A cessão terá vigência pelo prazo de 20 anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência do superintendente do Patrimônio da União no Estado de Mato Grosso.

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º - A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o concessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON JORGE FIORENZA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL - A - EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 64, DE 13 DE JUNHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso III da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso III da Portaria nº 211, de 28 de abril de 2010 e art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso II, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, c/c o respectivo § 3º do art. 79 do DL 9760/46 e os elementos que integram o Processo nº 10880,23943/95-59, resolve:

Art. 1o Autorizar a cessão de uso gratuito à Universidade de São Paulo, do imóvel urbano constituído por terreno de marinha e acrescido com área de 3.857,22m², localizado na Rodovia Manoel Hipólito do Rego, Km 131,5, Praia do Cabelo Gordo, no Município de São Sebastião - SP, propriedade da União Federal conforme disposto no art. 20, inciso VII da Constituição Federal, c/c art. 2º, do Decreto-lei nº 9.760/46.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se, exclusivamente, ao funcionamento do Centro de Biologia Marinha (CEBIMAR) da Universidade de São Paulo, cujas atividades principais são a pesquisa e o ensino de biologia marinha.

Art. 3º A presente cessão terá prazo de vinte anos, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, a contar da data da assinatura do contrato, enquanto a utilização atender à finalidade determinada pelo artigo 2º desta portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVANGELINA DE ALMEIDA PINHO

PORTARIA Nº 75, DE 11 DE AGOSTO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SPU/SP, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº 455, de 21 de julho de 2004, e pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VII da Portaria MP nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e demais elementos que integram o Processo de nº 04977.008727/2011-10, resolve:

Art. 1º Autorizar a Prefeitura Municipal de Santos, no Estado de São Paulo, a realizar obras em áreas de domínio da União, compostas por Terrenos Acrescidos de Marinha, cuja localização encontra-se descrita e caracterizada nos termos do processo 04977.007327/2010-14, para reconstrução e ampliação de ponte existente sobre o rio São Jorge.

Art. 2º O prazo da referida autorização será por tempo indeterminado, válido a partir da publicação desta portaria.

Art. 3º A presente autorização não exime o interessado de obter as demais licenças pertinentes às obras que serão executadas na área, especialmente em relação aos órgãos ambientais e ao órgão gestor dos recursos hídricos na esfera estadual, de acordo com a legislação vigente, bem como não implica na constituição de direito ou domínio sobre a área, ou a qualquer tipo de indenização.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVANGELINA DE ALMEIDA PINHO

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL - C - NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 23, DE 28 DE JULHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO SUL, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, tendo em vista o disposto no inciso V, art. 31, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04902.005233/2010-76, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, para o Município de Pelotas, do imóvel registrado na matrícula nº 78.807, do 1º Registro de Imóveis de Pelotas/RS, a seguir descrito: terreno urbano, sem benfeitorias, situado na Avenida Senador Salgado Filho, distante 15,60m da Avenida Satte Alam, no Bairro Areal, no Município de Pelotas/RS, com área de 1.044,81m², com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, mede 22,00m, e confronta com área de propriedade da União; ao Sul, mede 22,00m, e faz frente com a Avenida Senador Salgado Filho; a Leste, mede 46,983m e confronta com área de propriedade da União; e, a Oeste, mede 48,000m e confronta com propriedade particular.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º destina-se à implantação de uma Unidade Básica de Saúde a ser construída com recursos do Ministério da Saúde.

Art. 3º O prazo para implantação da Unidade Básica de Saúde será de dois anos, a contar da data da lavratura do contrato de doação, prorrogável por igual período, de acordo com prévia análise e autorização da SPU.

Art. 4° Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria.

Art. 5° O encargo de que trata o art. 2° desta Portaria será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o donatário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, se: I - não for cumprida a finalidade da doação; II - cessarem as razões que justificaram a doação; III - aos imóveis, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista; ou IV - ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA SILVA CORREIA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL - C - NO PARANÁ

PORTARIA Nº 70, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 05056.000315/2001-14, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão, sob o regime de utilização gratuita, ao Estado do Paraná, de imóvel de propriedade da União, constituído por terreno de marinha, com área de 1.457,73m² e benfeitoria com 173,77 m², situado no local denominado Costão, no Município de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, pelo prazo de 20 (vinte) anos, com as características e confrontações constantes do processo nº 05056.000315/2001-14.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à manutenção de um Posto da Polícia Florestal pelo Instituto Ambiental do Paraná, que permitirá a fiscalização e o gerenciamento de recursos naturais da região.

Art. 3º Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4° A destinação de que trata o art. 2° desta Portaria será permanente e resolutiva, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito ao cessionário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, em caso de:

I - não for cumprida a finalidade da cessão;

II - cessarem as razões que justificaram a cessão;

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no art. 2° da presente Portaria;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais; ou

V - na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente ou se, em qualquer época, a Outorgante Cedente necessitar do imóvel cedido para o seu uso próprio, ressalvada, em tais casos, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento à União.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINARTE ANTONIO VAZ

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS JUDICIAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE BENEFÍCIOS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO

PORTARIA Nº 50, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Transferência de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada.

A Coordenadora-Geral de Benefícios de Caráter Indenizatório, do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais da Secretaria de Recursos Humanos do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso da competência que lhe foi outorgada na Portaria/MP nº 370, de 26 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de agosto de 2010, e em face do que consta no Processo nº 04597.002239/2005-25, resolve:

Art.1º Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada a ANDRÉA CORREIA DE SOUSA e REBECA SAMARA CORREIA DE SOUSA, Viúva e Filha menor, respectivamente, do ex-anistiado político RAIMUNDO NONATO DE SOUSA, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no DOU de 14 seguinte, com vigência a partir de 08 de julho de 2011, data do falecimento do anistiado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DELFINA AUGUSTA ARRAIS DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 51, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Transferência de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada.

A Coordenadora-Geral de Benefícios de Caráter Indenizatório, do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais da Secretaria de Recursos Humanos do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso da competência que lhe foi outorgada na Portaria/MP nº 370, de 26 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de agosto de 2010, e em face do que consta no Processo nº 04597.000178/2006-42, resolve:

Art.1º Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada a NÁDIA MARIA BORGES DOS SANTOS, Viúva do ex-anistiado político CLÁUDIO FONSECA DE AMORIM, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no DOU de 14 seguinte, com vigência a partir de 30 de março de 2009, data do falecimento do anistiado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DELFINA AUGUSTA ARRAIS DE AZEVEDO

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 18 de agosto de 2011

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Temporário - Com Contrato - RN 80 - Resolução Normativa, de 14/10/2008:

Processo: 46094015556201161 Empresa: FINITA IMPORTACAO E COMERCIO DE AERONAVES ULTRALEVES E SERVICOS DE MOVELARIA LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Fabio Scaglia Passaporte: Y410502, Processo: 46094016977201117 Empresa: TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERAFIN REIMUNDEZ RODRIGUEZ Passaporte: AAC998835, Processo: 46094016978201153 Empresa: TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO LOPEZ CARBALLO Passaporte: AAC998823, Processo: 46094021614201195 Empresa: INSTITUTO NELSON MEROLA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ITAMAR HIZKIYA Passaporte: 12980066, Processo: 46094021078201128 Empresa: TERCEIRA ONDA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARINA RAQUEL FIGUEIRA VIEIRA Passaporte: J523891, Processo: 46094021076201139 Empresa: TERCEIRA ONDA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL DE SOUSA TEIXEIRA Passaporte: L634053, Processo: 46094021079201172 Empresa: TERCEIRA ONDA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ CARLOS SOARES RUA Passaporte: L718406, Processo: 46094021086201174 Empresa: TERCEIRA ONDA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO NUNO PIMENTEL FELIX Passaporte: L472295, Processo: 46094024343201120 Empresa: VIDAM BRASIL AGENCIA DE TURISMO E VIAGENS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YOUNGJOO LEE Passaporte: M07092436, Processo: 46094023001201192 Empresa: A E BARROS HOTEL ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Richard Arthur Williams Passaporte: 466210792, Processo: 46094023353201148 Empresa: VIDEO ENGENHO & ARTE - SOLUCOES PARA INTERNET, MULTIMIDIA E INFORMATICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAVIER ALEJANDRO JEAN PAUL HUARNIZ ROQUE Passaporte: 4664803, Processo: 46094024153201111 Empresa: NOVO TERRA ESCOLA LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MYROSLAVA MOROZ Passaporte: EC012034.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094021815201192 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROGER ARTHUR JAMES DYSON Passaporte: 204790785, Processo: 46094021816201137 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GLYN MELVYN HALL Passaporte: 800315373.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094026483201132 Empresa: DREAM FACTORY COMUNICACAO E EVENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ABDOL HAMED UNWARSA Passaporte: L256458 Estrangeiro: CARLOS MANUEL FERREIRA TEIXEIRA Passaporte: L757285 Estrangeiro: CARLOS MANUEL SAMUEL DE OLIVEIRA Passaporte: L813002 Estrangeiro: EDUARDO JOÃO RAPOSO PATROCÍNIO Passaporte: L813003 Estrangeiro: HÉLDER RAFAEL MACHADO DA CUNHA Passaporte: L757286 Estrangeiro: LEONEL PEREIRA BARBOSA Passaporte: L799328 Estrangeiro: LYUBOMIR TODOROV MARKOV Passaporte: 351589665 Estrangeiro: MANUEL FERNANDO BARBOSA MARTINS Passaporte: L757284 Estrangeiro: MARCO ANDRÉ GOMES FERREIRA Passaporte: G880538 Estrangeiro: MÁRCIO MANUEL PINTO RIBEIRO Passaporte: L804101 Estrangeiro: ORLANDO MARQUES SIMÕES Passaporte: L812973 Estrangeiro: PAULO CARRASQUINHO ÁVILA VASCONCELOS Passaporte: H307015 Estrangeiro: RICARDO FILIPE PIMENTA FERREIRA Passaporte: L757416 Estrangeiro: VITOR HUGO DOS SANTOS NETO Passaporte: L295796 Estrangeiro: ÂNGELO MANUEL AMARO RODRIGUES Passaporte: J326184.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094025134201101 Empresa: DELBA OPERADORA DE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 19/10/2012 Estrangeiro: TERJE IDAR FJELLE Passaporte: 03-M0617240-38, Processo: 46094023855201179 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS EDWARD MATTINSON Passaporte: 099233614, Processo: 46094024667201168 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IVAN DSOUZA Passaporte: Z2189684.

Permanente - Sem Contrato - RN 74 - Resolução Normativa, de 09/02/2007 (Artigo 1°, Parágrafo 2°):

Processo: 46094021073201103 Empresa: ESTACIONAMENTO PARK PATRIARCA LTDA ME Prazo: 23 Mês(es) Estrangeiro: nuno alexandre oliveira manaia Passaporte: L497683.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0400/2011 de 11/08/2011, 0403/2011 de 12/08/2011, 0406/2011 de 15/08/2011 e 0407/2011 de 16/08/2011, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 80 - Resolução Normativa, de 14/10/2008:

Processo: 46094023593201142 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: REINIER DE HAAS Passaporte: NR6LBJLC0, Processo: 46094015395201113 Empresa: RJ LIMEIRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDIO JAFET VICENTE TUPPIA Passaporte: 5279712, Processo: 46094020529201118 Empresa: ASSOCIACAO HUMANA POVO PARA POVO BRASIL Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: BRUNO MIGUEL SIMOES FERREIRA Passaporte: H667231, Processo: 46094011422201171 Empresa: DTEC PMP DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERNST AUGUST JOSEF BOHNERT Passaporte: 508843785, Processo: 46094020527201111 Empresa: ASSOCIACAO HUMANA POVO PARA POVO BRASIL Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: ADRIANA MARIANA SZABO Passaporte: 050030868, Processo: 46094013148201174 Empresa: BUSINESS TRAINING SYSTEMS CONSULTORIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Miguel Maria Sousa Mattos Sequeira Nunes Passaporte: J283522, Processo: 46094023575201161 Empresa: CTMAIN ENGENHEIROS SOCIEDADE SIMPLES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VALERIY MAZURENKO Passaporte: EA 067545, Processo: 46094017083201136 Empresa: UNIAO PLANETARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sandro Giovanni Fierro Alvarado Passaporte: CC79950978, Processo: 46094014514201111 Empresa: GISELE OLIVEIRA DA ROCHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hector jimenez Pescador Passaporte: BC735542, Processo: 46094017666201167 Empresa: ASSOCIACAO DE AMIGOS DA CULTURA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE ANDRÉS URIBE ROJAS Passaporte: 137605627, Processo: 46094023743201118 Empresa: PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sarah Horsfield Passaporte: 305955406, Processo: 46094015747201122 Empresa: HUGE DIGITAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIANG ZHANG Passaporte: WB668567, Processo: 46094017934201141 Empresa: MORETTI ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IVO JOSÉ FERREIRA TEIXEIRA Passaporte: J703350, Processo: 46094021376201118 Empresa: NOKIA SIEMENS NETWORKS SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kartikkumar Rajeshbhai Suthar Passaporte: Z-2005038, Processo: 46293001635201148 Empresa: PRE MED VESTIBULARES S/S LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: ANA CRISTINA PERILLA SANABRIA Passaporte: CC 21230018, Processo: 46094021294201173 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KOH KET SENG Passaporte: A21157225, Processo: 46094018466201121 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAOLO ALOIA Passaporte: F614788, Processo: 46094018942201112 Empresa: PAN AMERICAN CHRISTIAN ACADEMY Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Emily Tara Mathews Passaporte: 017793472, Processo: 46094024021201181 Empresa: PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ ALEXANDRE RAMOS SOARES Passaporte: J341478, Processo: 46094023959201183 Empresa: G & B WIND SERVICES S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIEGO VILA LOPEZ Passaporte: AAD133983, Processo: 46094020808201173 Empresa: G & B WIND SERVICES S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN CARLOS VALE COBO Passaporte: AAD383743, Processo: 46094019021201169 Empresa: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRISTOBAL MATARRANZ GONZALEZ Passaporte: BA682413, Processo: 46094018899201187 Empresa: CONFED UNIOES BRASILEIRAS DA IGREJA ADVENTISTA DO 7 DIA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Kelly Angelita Barahona Báez Passaporte: 1711161883, Processo: 46094024020201136 Empresa: PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALINA VIEITES GONÇALVES Passaporte: L738455, Processo: 46094014349201199 Empresa: STRG CONSULTING GESTAO EMPRESARIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL NUNO GONÇALVES DUARTE Passaporte: J312236, Processo: 46094020092201112 Empresa: JOHN DEERE BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RENEE ANNE MAILHOT Passaporte: 453430035, Processo: 46094019705201161 Empresa: COSENTINO LATINA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADRIAN MEDINA JIMENEZ Passaporte: BD129149, Processo: 46094019697201152 Empresa: DANA INDUSTRIAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BEATRIZ JIMENEZ GUZMAN Passaporte: 06370035491, Processo: 46094023761201108 Empresa: POSADAS DO BRASIL EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JORGE ALFREDO DUCOING RAMIREZ Passaporte: G02883109, Processo: 46094020743201166 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IGNACIO ARMANDO LA ROSA FERNANDINI Passaporte: 5060392, Processo: 46211005234201120 Empresa: CEDRO MARKET & FINANCES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NENAD NESIC Passaporte: 008087315, Processo: 46094023496201150 Empresa: ETESCO CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHARLES CURRIE Passaporte: 447292181, Processo: 46212010544201156 Empresa: AEROMAPA S/A CARTOGRAFIA, INFORMATICA E PROJETOS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE CAMILO PEREIRA DE SOUSA Passaporte: H680695, Processo: 46094023689201119 Empresa: ROCHAMAR AGENCIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MOHAMMED KHAIR CHAMMA Passaporte: 000094006, Processo: 46094023722201101 Empresa: IVECO LATIN AMERICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: José Rivas Cruz Passaporte: AAD230229, Processo: 46094021491201192 Empresa: ACCIONA INFRAESTRUCTURAS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELISA SEGURA CASTELLÓN Passaporte: BE334407, Processo: 46094023481201191 Empresa: MELHORAMENTOS PAPEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO MIGUEL URRECHAGA CONTRERAS Passaporte: 97134278, Processo: 46094021743201183 Empresa: LEROY MERLIN COMPANHIA BRASILEIRA DE BRICOLAGEM Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Eric Jean Bousquet Passaporte: 05RE51305, Processo: 46094023390201156 Empresa: CFO ENGENHARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Paulo Miguel de Castro Ferreira Medeiros Passaporte: L575101, Processo: 46094023386201198 Empresa: CFO ENGENHARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nuno Félix Rodrigues do Sul Sousa Santos Passaporte: J521332, Processo: 46094023878201183 Empresa: MOBIS BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WOOCHUL YOUN Passaporte: GB0908365, Processo: 46094023957201194 Empresa: ATOMAT SERVICES INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Giuseppe Bonavita Passaporte: YA1757526, Processo: 46094023788201192 Empresa: SETEC - SOLUCOES ENERGETICAS DE TRANSMISSAO E CONTROLE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ISRAEL FRANCISCO PLACER MORILLO Passaporte: AC149536, Processo: 46094023427201146 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARTUR JORGE PEREIRA MARTINS Passaporte: L623621, Processo: 46094023412201188 Empresa: MIND SERVICES INFORMATICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BARBARA ROSA SALAS MONTENEGRO Passaporte: 017025467, Processo: 46094023823201173 Empresa: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PETER LEUENBERGER Passaporte: X3886683, Processo: 46094023435201192 Empresa: WHITEJETS TRANSPORTES AEREOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NU-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NO MANUEL CIDADÃO FILIPE Passaporte: J156343, Processo: 46094023526201128 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARK PAUL ADDERLEY Passaporte: PB4177858, Processo: 46094023762201144 Empresa: BANCO J. P. MORGAN S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES ANDREW DRUMMOND Passaporte: 099234469, Processo: 46094023465201107 Empresa: ZTE DO BRASIL COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YU CHENG Passaporte: P00993650, Processo: 46094023421201179 Empresa: PHILIPS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sankara Narayanan Sankara Narayanan Passaporte: Z2028873, Processo: 46094023420201124 Empresa: AGGREKO ENERGIA LOCACAO DE GERADORES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alexandre Habib Hoffman Passaporte: 09PV52161, Processo: 46094023466201143 Empresa: ZTE DO BRASIL COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHENG TONG Passaporte: P01201336, Processo: 46094023441201140 Empresa: ACCIONA INFRAESTRUCTURAS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANA MARIA MARTIN GONZALEZ Passaporte: AAC905647, Processo: 46094023419201108 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Franco Baratta Passaporte: A 604974, Processo: 46094023724201191 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRYSTELE SAVATOFSKI FUNK Passaporte: 07CF87988, Processo: 46094023464201154 Empresa: ZTE DO BRASIL COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHOUXUE LIANG Passaporte: P00525548, Processo: 46094023478201178 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KUNPENG QIAO Passaporte: G28597463, Processo: 46094023522201140 Empresa: INSTITUTO FERNAND BRAUDEL DE ECONOMIA MUNDIAL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONATHAN GALL Passaporte: 483701950, Processo: 46094023422201113 Empresa: DELICATESSEN - PRODUCAO DE FILMES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: João Nuno de Figueiredo Rodrigues Pinto Passaporte: J550315, Processo: 46094023473201145 Empresa: ZTE DO BRASIL COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YIWEN ZHU Passaporte: G24520366, Processo: 46094023721201158 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Giovanni Mastrangelo Passaporte: C633506, Processo: 46094023431201112 Empresa: COSENTINO LATINA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ENRIQUE BERRUEZO GARRIDO Passaporte: BE036883, Processo: 46094023950201172 Empresa: TEREX LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RANDOLPH LOUIS KEEFER II Passaporte: 478513290, Processo: 46094023450201131 Empresa: ACCIONA INFRAESTRUCTURAS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE ALBENDEA GARCIA Passaporte: AAD603249, Processo: 46094023679201175 Empresa: PH MAR CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELISABETTA SANTOS SILVA Passaporte: J078501, Processo: 46094023507201100 Empresa: GROUPON SERVICOS DIGITAIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CATARINA ARRIAGA E CUNHA NORTON DOS REIS APPLETON Passaporte: J753861, Processo: 46094023503201113 Empresa: IPSOS BRASIL PESQUISAS DE MERCADO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUISA FERNANDA RINCON NUNEZ Passaporte: CC53177200, Processo: 46094023765201188 Empresa: POJUCA S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHELLE DOS SANTOS AGRELA GRANJA COELHO Passaporte: L707297, Processo: 46094023888201119 Empresa: SKF DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nacip Antonio Fayad Caballero Passaporte: G05573127, Processo: 46094023891201132 Empresa: HOMAG SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Steffen Jorg Failenschmid Passaporte: 694212027, Processo: 46094023549201132 Empresa: NOKIA SIEMENS NETWORKS SERVICOS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Fernando Sanchez Lopez Passaporte: G01476458, Processo: 46094023562201191 Empresa: KENWIN LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AIRAM ELIU PONCE YANEZ Passaporte: 011101989, Processo: 46094023579201149 Empresa: INTEGRATION CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JACQUES-OLIVIER ISMAN Passaporte: 04FH16384, Processo: 46094023893201121 Empresa: BG E & P BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KATHERINE SUSAN BINGHAM Passaporte: 099208828, Processo: 46094023578201102 Empresa: PV PREST VACUO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIËL DEN ENGELSEN Passaporte: NNFL5O73, Processo: 46094023894201176 Empresa: BG E & P BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARK ALEXANDER LAURIE Passaporte: 503889383, Processo: 46094023779201100 Empresa: IGUASPORT LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NELSON ALEXANDRE MARAFONA PEIXOTO Passaporte: L392865, Processo: 46094023707201154 Empresa: VALE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IGNATIUS EDWARD JOHN ROBERTS Passaporte: 707739397, Processo: 46094023775201113 Empresa: DOOSAN INFRACORE SOUTH AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BOK KI SON Passaporte: GD0054352, Processo: 46094023763201199 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLIVER ALBRECHT Passaporte: F3023337, Processo: 46094023705201165 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIO ROLDAN PECERO Passaporte: G06383221, Processo: 46094023773201124 Empresa: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAULO JORGE LEAL NUNES BERNARDES Passaporte: L471200, Processo: 46094023703201176 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LISA ANN ENGLAND Passaporte: 761268834, Processo: 46094023766201122 Empresa: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUILLAUME JACQUES PATRICK LEROY Passaporte: 06AA12311, Processo: 46094023640201158 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alberto Buey Casaus Passaporte: AD705880, Processo: 46094023949201148 Empresa: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO MARIO GIOANINA Passaporte: D454986, Processo: 46094023927201188 Empresa: ARIMA COMUNICACOES BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BAOCHUN LI Passaporte: G48924830, Processo: 46094023859201157 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GARRETT EDWARD SPEED Passaporte: 217819728, Processo: 46094023827201151 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDRE MICHEL HUBERT NADEAU Passaporte: JX149428, Processo: 46094023905201118 Empresa: UHT - INVESTIMENTOS, PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRISTIAN SERRA ROSERO Passaporte: AAB637212, Processo: 46213011423201111 Empresa: ARCLIMA ENGENHARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sofia da Costa Sucena Passaporte: L584636, Processo: 46223006418201178 Empresa: VIA MUNDO INTERCAMBIO E TURISMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANNE MOLLER NIELSEN Passaporte: 204355024, Processo: 46212012801201194 Empresa: VICAIMA PORTAS BRASIL LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: FREDERICO MIGUEL TOMAS DA CAPELA Passaporte: R435569, Processo: 46215030033201121 Empresa: LATICINIOS 5 ESTRELAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Cristiana Rocha dos Santos Passaporte: L499665.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 46094023428201191 Empresa: COMANDO DO EXERCITO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL SCHÜTZE Passaporte: 976208276.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094002638201145 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIAOJUN ZHANG Passaporte: P01080927, Processo: 46094002623201187 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TIAN WEICHENG Passaporte: P01080936, Processo: 46094002631201123 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YU DU Passaporte: P00914342, Processo: 46094002629201154 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BIN GAO Passaporte: P01080934, Processo: 46094002635201110 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CAIZHEN LIN Passaporte: P01080930, Processo: 46094002630201189 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHENWEI QIN Passaporte: P01080935, Processo: 46094002636201156 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUNZHANG ZHOU Passaporte: P01080925, Processo: 46094002624201121 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIAOYANG WANG Passaporte: P01081431, Processo: 46094002622201132 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HONG XI Passaporte: P00494596, Processo: 46094002626201111 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUANHONG LUO Passaporte: P01080926, Processo: 46094002633201112 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIAOYI GUO Passaporte: P01081429, Processo: 46094002627201165 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: QIANG LIU Passaporte: P01080928, Processo: 46094002637201109 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHUNDE XIANG Passaporte: P01080940, Processo: 46094002628201118 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIANJUN WANG Passaporte: P01080932, Processo: 46094002621201198 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PING YU Passaporte: P01080931, Processo: 46094002634201167 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIANZHONG FAN Passaporte: P00914343, Processo: 46094002625201176 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FU YONGGUI Passaporte: P01080929, Processo: 46094022547201126 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL DE JESUS SANCHEZ LLANOS Passaporte: CC 6218343, Processo: 46094022184201129 Empresa: CAFEREDES, CONSTRUCOES, INSTALACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MAURICIO BOTERO BULLA Passaporte: CC4417083, Processo: 46094022181201195 Empresa: CAFEREDES, CONSTRUCOES, INSTALACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE FERNANDO DIAZ MARULANDA Passaporte: CC75071068, Processo: 46094022182201130 Empresa: CAFEREDES, CONSTRUCOES, INSTALACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS EMILIO CACERES GUERRERO Passaporte: CC91471006, Processo: 46094014603201159 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: YUKI TAKAHASHI Passaporte: TH6253441, Processo: 46094022183201184 Empresa: CAFEREDES, CONSTRUCOES, INSTALACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BLANCA INES JARAMILLO JARAMILLO Passaporte: CC43164604, Processo: 46094022185201173 Empresa: CAFEREDES, CONSTRUCOES, INSTALACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDINSON ARLEY PINTO CACERES Passaporte: CC1098718053, Processo: 46094022546201181 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ALEJANDRO GALLO CASTRILLON Passaporte: CC 80015268, Processo: 46094023666201104 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCOS RAMON VEGA Passaporte: 18503820N, Processo: 46094022548201171 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OSCAR REYNALDO PERALTA Passaporte: 23316525N, Processo: 46094018031201187 Empresa: FABRICA CARIOCA DE CATALISADORES S.A. Prazo: até 30/06/2012 Estrangeiro: LUIS ENRIQUE FINALES Passaporte: 422082291, Processo: 46094017916201169 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JINDA CHEN Passaporte: G47576078, Processo: 46094017861201197 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LINDA ERIKA GUSTAVSSON Passaporte: 62124054, Processo: 46094020616201167 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Luca Fabrizi Passaporte: 984907 X, Processo: 46094019646201121 Empresa: ELECTRO VIDRO S A Prazo: até 27/05/2012 Estrangeiro: MARCO FLAMMIA Passaporte: AA5962887, Processo: 46094022672201136 Empresa: OES SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FABIO BRUNO MASCARENHAS Passaporte: AA1826295, Processo: 46094022742201156 Empresa: MAG BRASIL COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEROME LEE TASCH Passaporte: 401645619, Processo: 46094019651201133 Empresa: ELECTRO VIDRO S A Prazo: até 27/05/2012 Estrangeiro: PASQUALE GRAZIOSI Passaporte: A 791113, Processo: 46094022740201167 Empresa: MAG BRASIL COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTHONY J CAPTAIN Passaporte: 469553816, Processo: 46094022739201132 Empresa: MAG BRASIL COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL JOSEPH GAHAGAN Passaporte: 402937079, Processo: 46094022738201198 Empresa: MAG BRASIL COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Brian James Mand Passaporte: 402937075, Processo: 46094019029201125 Empresa: SERRA BUCHER INTERNACIONAL LTDA Prazo: até 27/04/2012 Estrangeiro: ANTONIO VALERO BATISTA Passaporte: BF030687, Processo: 46094019647201175 Empresa: ELECTRO VIDRO S A Prazo: até 27/05/2012 Estrangeiro: MICHELE VACCARO Passaporte: YA2253912, Processo: 46094019650201199 Empresa: ELECTRO VIDRO S A Prazo: até 27/05/2012 Estrangeiro: CARMINE ANTONIO FULCHINO Passaporte: AA5962983, Processo: 46094019561201142 Empresa: MEP BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS E PROCESSOS NA TRANSFORMACAO DE ACO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: D'ANGELO MARCO Passaporte: AA1109665, Processo: 46094019559201173 Empresa: MEP BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS E PROCESSOS NA TRANSFORMACAO DE ACO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZAMPARO GERMANO Passaporte: AA0165757, Processo: 46094019648201110 Empresa: ELECTRO VIDRO S A Prazo: até 27/05/2012 Estrangeiro: GIUSEPPE ANDREOTTI Passaporte: AA5963105, Processo: 46094019649201164 Empresa: ELECTRO VIDRO S A Prazo: até 27/05/2012 Estrangeiro: GIUSEPPE LUONGO Passaporte: YA2253820, Processo: 46094020252201115 Empresa: SOG - OLEO E GAS S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKU NAKAYAMA Passaporte: TH2274834, Processo: 46094020251201171 Empresa: SOG - OLEO E GAS S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OSAMU CHIBA Passaporte: TZ0494998, Processo: 46094024164201192 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER WAGNER Passaporte: J0106012, Processo: 46094024166201181 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PETER BRTKO Passaporte: P1179978, Processo: 46094024163201148 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS MAYR Passaporte: J0342620, Processo: 46094023474201190 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEX GILBERT OCHOA Passaporte: 215554394, Processo: 46094023051201170 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARISTIDES BOLIVAR FIGUEROA GONZALEZ Passaporte: 1687846, Processo: 46094023047201110 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KARL-ERIK LENNART BERGGREN Passaporte: 62617174, Processo: 46094023048201156 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KURT THOMAS BRAENNSTROEM Passaporte: 81809902, Processo: 46094023049201109 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN LENNART ANDERSSON Passaporte: 81579346, Processo: 46094023050201125 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PEHR JOHAN SAXBERG Passaporte: 63013717, Processo: 46094023046201167 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LARS ERIK KENNETH PERSSON Passaporte: 80685594, Processo: 46094020142201153 Empresa: PAUL WURTH DO BRASIL TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS PARA METALURGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KNUTH WEILAND Passaporte: C35YNY25C, Processo: 46094022080201114 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: KOJI OKUSHIMA Passaporte: TH5403542, Processo: 46094020638201127 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEAN-PHILIPPE BALAY Passaporte: 03EB20792, Processo: 46094022549201115 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERTO ISMAEL CUEVAS Passaporte: 14457015N, Processo: 46094023665201151 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL LESLIE MC VINISH Passaporte: E3064220, Processo: 46094022969201100 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRUCE EVAN MENGHINI Passaporte: 206735050, Processo: 46094022970201126

WWW.IMPRENSANACIONAL.GOV.BR

Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW HUDSON Passaporte: 704710156, Processo: 46094022968201157 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DARRELL EDGAR DUNN Passaporte: 455632230, Processo: 46094022863201106 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GREGORY DANIEL CAGLE Passaporte: 047752346, Processo: 46094022861201117 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BERNERD LEE TOMPKINS Passaporte: 206164179, Processo: 46094022971201171 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CREGG EUGENE FETTER Passaporte: 483792790, Processo: 46094020811201197 Empresa: BUHLER SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GEORGE-GABRIEL TOBESCU Passaporte: X3680325, Processo: 46094022186201118 Empresa: CAFEREDES, CONSTRUCOES, INSTALACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FERNEL HUMBERTO PINZON AMADO Passaporte: CC13747658, Processo: 46094022180201141 Empresa: CAFEREDES, CONSTRUCOES, INSTALACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OSCAR ALBERTO ORTIZ ROLDAN Passaporte: CC8163975, Processo: 46094022187201162 Empresa: CAFEREDES, CONSTRUCOES, INSTALACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE ALEJANDRO BULLA VALENCIA Passaporte: AM688549, Processo: 46094020962201145 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Stephen Alan Colley Passaporte: 761067627, Processo: 46094021649201124 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARIEL CEFERINO RENEDO Passaporte: 20917326N, Processo: 46094022550201140 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO EUGENIO ROZAS Passaporte: 26386388N, Processo: 46094023039201165 Empresa: MITSUBISHI INDUSTRIAS PESADAS DO BRASIL LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUKIHIKO KOBA Passaporte: TH9281663, Processo: 46094020831201168 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TYSON SCOTT OSBORNE Passaporte: BA335756, Processo: 46094023268201180 Empresa: IVECO LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO DUMASSI Passaporte: E115464, Processo: 46094023271201101 Empresa: IVECO LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Dario Damiano Passaporte: YA0569655, Processo: 46094023272201148 Empresa: IVECO LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Dario Raverdino Passaporte: YA0267906, Processo: 46094023269201124 Empresa: IVECO LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Francesco Infusino Passaporte: Y494916, Processo: 46094020999201173 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: até 23/02/2012 Estrangeiro: GAVIN LEEL Passaporte: 099172371, Processo: 46094022741201110 Empresa: MAG BRASIL COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN J WILD Passaporte: 437395712, Processo: 46094022412201161 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIRI STEJSKAL Passaporte: 33988022, Processo: 46094022644201119 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASAYOSHI ASAKURA Passaporte: TH8823122, Processo: 46094022643201174 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YASUHIRO SEINO Passaporte: TH4895993, Processo: 46094023089201142 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEFANO PETRUCCI Passaporte: YA0143940, Processo: 46094023087201153 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALESSANDRO PIANTI Passaporte: 479071Z, Processo: 46094023088201106 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Francesco Castriota Scanderbeg Passaporte: 931992, Processo: 46094023495201113 Empresa: SUPERQUIP SERVICOS E EQUIPAMENTOS TECNICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL HOWARD KEMPER Passaporte: 135295267, Processo: 46094022637201117 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKASHI OSHIMA Passaporte: TH5109501, Processo: 46094022638201161 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TATSUYA SHIMIZU Passaporte: TK0863931, Processo: 46094022639201114 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MITSUSHIRO TERUMOTO Passaporte: TG8013240, Processo: 46094022641201185 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TETSUYA AKATSUCHI Passaporte: TK3422379, Processo: 46094022640201131 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHO IKEDA Passaporte: TH7932190, Processo: 46094024162201101 Empresa: LEAR DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE INTERIORES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWARD KENT LIPSEY Passaporte: 467511489, Processo: 46094023155201184 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHINJI ITO Passaporte: TH7486152, Processo: 46094022450201113 Empresa: TAP MANUTENCAO E ENGENHARIA BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jose Luis dos Santos de Sousa Passaporte: L181951, Processo: 46094022068201118 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OBINNA JUDE NDUKWE Passaporte: A02684371, Processo: 46094022518201164 Empresa: EMMEGI DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIELE LA MANNA Passaporte: AA1379638, Processo: 46094022308201176 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FLORIAN DENIS CLAUDE LABE Passaporte: 07AK47425, Processo: 46094022310201145 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AYMERIC RAPHAEL GIRAUDON Passaporte: 08CH86004, Processo: 46094022934201162 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: YASUHIRO TSUMAGARI Passaporte: TG7585739, Processo: 46094022159201145 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JACEN KEITH BAUGH Passaporte: 444623327, Processo: 46094022411201116 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JINYOU HE Passaporte: G39465375, Processo: 46094022508201129 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JACK WILDMAN Passaporte: 308795658, Processo: 46094022311201190 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: REMI JOSEPH BATTUT Passaporte: 11AI59451, Processo: 46094022509201173 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEITH JOHN LEONARD Passaporte: 306282048, Processo: 46094022061201198 Empresa: BP BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GABRIEL MAURICIO HIGUERA SERRANO Passaporte: CC 91.288.651, Processo: 46094022062201132 Empresa: BP BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD DOUGLAS LYNCH JR Passaporte: 135382241, Processo: 46094022157201156 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: BRUCE LATORE Passaporte: 096652498, Processo: 46094022064201121 Empresa: BP BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TERESA LEE WHIPPLE Passaporte: 450913127, Processo: 46094022063201187 Empresa: BP BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM WADE MC GEE Passaporte: 135803640, Processo: 46094022330201116 Empresa: BP BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARLENE CHOW Passaporte: TA173774, Processo: 46094022413201113 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIUQI LI Passaporte: G39843256, Processo: 46094024273201118 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOZO ARIHARA Passaporte: TH0774987, Processo: 46094024270201176 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KATSUMI NISHIMURA Passaporte: TZ0285118, Processo: 46094022862201153 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL LEE HANNA Passaporte: 426786105, Processo: 46094022676201114 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAMEER GUPTA Passaporte: F1990771, Processo: 46094022675201170 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VAIBHAV BATRA Passaporte: G1078167, Processo: 46094023052201114 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TORD GOERGEN IDLUND Passaporte: 81089690, Processo: 46094022674201125 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YAJJUBEN BARUAH Passaporte: H3414756, Processo: 46094022677201169 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MRITYUNJAY KUMAR Passaporte: G3578451, Processo: 46094022685201113 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAJESH KUMAR Passaporte: J5862849, Processo: 46094022687201102 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOHIT BATRA Passaporte: F4114113, Processo: 46094022946201197 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIGVIJAY SINGH Passaporte: F3196120, Processo: 46094022682201171 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LAKSHMI SANGHI Passaporte: H9936927, Processo: 46094022882201124 Empresa: VIVO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANGEL ADOLFO CONTRERAS CARRILLO Passaporte: 07320012432, Processo: 46094022784201197 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: KASHIF AHMED Passaporte: WQ836317, Processo: 46094022678201111 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOHIT KUMAR DUVEY Passaporte: H8738385, Processo: 46094022828201189 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIN JAN ZEMANEK Passaporte: BA376799, Processo: 46094022661201156 Empresa: NES GLOBAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES FRANKLIN DAVIS Passaporte: 449648381, Processo: 46094022530201179 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRUNO YVES MARCEL LEROUX Passaporte: 01DC31082, Processo: 46094024822201146 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMOTAKA AOYAMA Passaporte: TH9517759, Processo: 46094024817201133 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANABU HACHISUKA Passaporte: TH4769632, Processo: 46094024816201199 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ISSEI DOI Passaporte: TK1869822, Processo: 46094024818201188 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MUNEHIRO URANO Passaporte: TK4756364, Processo: 46094023285201117 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS HOLGER NILSSON Passaporte: 56496249, Processo: 46094022792201133 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCO HAENEL Passaporte: CCMK30FTC, Processo: 46094023286201161 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BENGT ALF RICKY MAGNIL Passaporte: 81446639, Processo: 46094022875201122 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DOUGLAS MCMILLAN SHIRLEY Passaporte: 465003346, Processo: 46094023284201172 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERIK ROGER FRIBERG Passaporte: 34744248, Processo: 46094024275201107 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIROKATSU OKAKU Passaporte: TK4762230, Processo: 46094024274201154 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SOICHIRO NAKATA Passaporte: TK3830474, Processo: 46094024798201145 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AKIO TAKADA Passaporte: TK1546851, Processo: 46094022747201189 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAJIB DEBNATH Passaporte: G6746213, Processo: 46094022791201199 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RONALD HORST ISSLEB Passaporte: C22P573MP, Processo: 46094023092201166 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LASSE JOHANNES HERNESNIEMI Passaporte: PY5419277, Processo: 46094022993201131 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TODD RICHARD COURNOYER Passaporte: 222585364, Processo: 46094023093201119 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TEEMU MARKUS HAKKINEN Passaporte: PH7458101, Processo: 46094022793201188 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN THOMAS AKTERIES Passaporte: CFTFJX70J, Processo: 46094022881201180 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDGAR RAFAEL SOLORZANO URBANEJA Passaporte: 010883909, Processo: 46094022790201144 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER SEBASTIAN HAMBURA Passaporte: C36F27RV1, Processo: 46094022745201190 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PRASAD PANTHAYIL Passaporte: F0893243, Processo: 46094024280201110 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JANNE TAPANI SAARINEN Passaporte: PM4354526, Processo: 46094024490201108 Empresa: IVM PROJETOS AUTOMOTIVOS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AJITH ALANKIL Passaporte: F8543766, Processo: 46094023006201115 Empresa: AR70 DESENVOLVIMENTO DE NEGOCIOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIE YAO Passaporte: G47316077, Processo: 46094022967201111 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DOMINIQUE DEPEIGE Passaporte: 05DK74578, Processo: 46094024799201190 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIDEKI TESHIGAWARA Passaporte: TH4898112, Processo: 46094024824201135 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUTAKA MIYATA Passaporte: TK1727103, Processo: 46094024819201122 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHINICHIRO ADACHI Passaporte: TK4763598, Processo: 46094024269201141 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KENJI TASHIMA Passaporte: TG4120467, Processo: 46094023263201157 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: até 27/02/2012 Estrangeiro: Danilo Corpuz Ilaban Passaporte: XX2144922, Processo: 46094023264201100 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: até 30/12/2011 Estrangeiro: Federico Fabiano Passaporte: AA2596981, Processo: 46094023267201135 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: até 27/02/2012 Estrangeiro: Valeria Convertini Passaporte: AA5946860, Processo: 46094023266201191 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: até 27/02/2012 Estrangeiro: Giovanni Lapadula Passaporte: YA1592400, Processo: 46094023086201117 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Alessandro Sterrantino Passaporte: E136791, Processo: 46094023207201112 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VEENA SWAMINATHAN Passaporte: J3010205, Processo: 46094023160201197 Empresa: SUZLON ENERGIA EOLICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL THOMAS HILL Passaporte: 434426759, Processo: 46094023158201118 Empresa: SUZLON ENERGIA EOLICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW VINCENT BARTLETT Passaporte: 472710601, Processo: 46094022976201101 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSEPH LOUIS SANDERS Passaporte: 401854189, Processo: 46094023265201146 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: até 30/12/2011 Estrangeiro: Davide Soncini Passaporte: YA1443875, Processo: 46094022977201148 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS ESTEBAN COSTA LORENZETTI Passaporte: 28149935N, Processo: 46094023240201142 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEAN PAUL OSCAR SELOSSE Passaporte: 08AB77183, Processo: 46094022975201159 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROMAN BAUTISTA RODRIGUEZ Passaporte: G03544985, Processo: 46094023843201144 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: SRIKANTH KAPALI Passaporte: F3933497, Processo: 46094023842201108 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: NAM KYUN KIM Passaporte: M89277047, Processo: 46094022984201140 Empresa: NEWPARK DRILLING FLUIDS DO BRASIL TRATAMENTO DE FLUIDOS LTDA Prazo: até 02/07/2012 Estrangeiro: ENRIQUE SALINAS DEL VALLE Passaporte: G06292678, Processo: 46094023591201153 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHONG MAN TAK Passaporte: A22852279, Processo: 46094023377201105 Empresa: ANADARKO EXPLORA-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CAO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL LTDA Prazo: até 05/06/2012 Estrangeiro: CHUNTAO GENG Passaporte: G42762282, Processo: 46094024600201123 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEITH CHARLES BROUGHAM-COOK Passaporte: 451450214, Processo: 46094023531201131 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTOINE MICHEL BAULAIN Passaporte: 11AV95314, Processo: 46094023532201185 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARK ORRIN-VICTOR TWITE Passaporte: 219143860, Processo: 46094024276201143 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUKI FUCHIGAMI Passaporte: TG8705406, Processo: 46094024820201157 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TETSUYA YAMADA Passaporte: TK4676132, Processo: 46094023248201117 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERIC PHILLIP GONZALEZ Passaporte: 028430590, Processo: 46094023249201153 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DEEPAK MALHOTRA Passaporte: Z2046091, Processo: 46094023250201188 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OLIVER JONES Passaporte: 099167498, Processo: 46094023251201122 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RANDY GERARDO JIMENEZ HORTA Passaporte: BU1C3HB63, Processo: 46094023259201199 Empresa: NEWPARK DRILLING FLUIDS DO BRASIL TRATAMENTO DE FLUIDOS LTDA Prazo: até 02/07/2012 Estrangeiro: JUAN JOSE NUNURA TAVARA Passaporte: 4387708, Processo: 46094023530201196 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EMMANUEL MARCEL CHABRIER Passaporte: 04TK62953, Processo: 46094023253201111 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL ALFREDO JOSEPH MALONEY Passaporte: 012184039, Processo: 46094023406201121 Empresa: BP BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GLEN MICHAEL SINGER Passaporte: 469329129, Processo: 46094023344201157 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HONGSHENG ZHONG Passaporte: G35761328, Processo: 46094023683201133 Empresa: SAMTAI INDUSTRIAL, COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YANG-MING CHENG Passaporte: 301925058, Processo: 46094024271201111 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKESHI KINUGAWA Passaporte: TG3454556, Processo: 46094024821201100 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMOKI SAKASHITA Passaporte: TG8656870, Processo: 46094024277201198 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANABU HAKATA Passaporte: TG5591543, Processo: 46094023508201146 Empresa: INDRA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL ANGEL DELGADO CEJUDO Passaporte: P613019, Processo: 46094023509201191 Empresa: INDRA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOAQUIN CORREAL CAMELLO Passaporte: BE792884, Processo: 46094024823201191 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUICHI TAKAHASHI Passaporte: TK4821014, Processo: 46094023404201131 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HECTOR DAVID AVILA Passaporte: 460226776, Processo: 46094023458201105 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KAI HENRIK RANTANEN Passaporte: PZ0483636, Processo: 46094023403201197 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CRAIG ALAN THOMPSON Passaporte: 450468920, Processo: 46094023457201152 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAMI ILMARI HUTTUNEN Passaporte: 16937893, Processo: 46094024049201118 Empresa: EVERIS BRASIL CONSULTORIA DE NEGOCIOS E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO LOPEZ BANO Passaporte: AAA377230, Processo: 46094023632201110 Empresa: G-COMEX OLEO & GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LAURENT JEAN JOSEPH MOULIN Passaporte: 11AP51009, Processo: 46094023650201193 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARC ALLEN CARPENTER Passaporte: 457265055, Processo: 46094023631201167 Empresa: G-COMEX OLEO & GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN FRANCIS GILLIS Passaporte: BA451390, Processo: 46094024501201141 Empresa: CH2M HILL DO BRASIL ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALYSSA MARIE BOYER Passaporte: 437091269, Processo: 46094024328201181 Empresa: CH2M HILL DO BRASIL ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS PAUL KLIN Passaporte: 141442576, Processo: 46094023586201141 Empresa: CLIENTIS-S3G DO BRASIL CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Daniel Manuel Garcia Ahmed Passaporte: 0910095355, Processo: 46094023965201131 Empresa: BHS - BRAZILIAN HELICOPTER SERVICES TAXI AEREO S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AMANDA RICHELLE JONES Passaporte: WS931585, Processo: 46094023540201121 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JULMAR SHAUN SADICON TORALDE Passaporte: XX2660748, Processo: 46094023996201191 Empresa: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Mario Eduardo Castillo Escamilla Passaporte: 06270005052, Processo: 46094023533201120 Empresa: SUBSEA SOLUTIONS BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEFFERY LYONEL PURVIS Passaporte: 421930280, Processo: 46094023534201174 Empresa: SUBSEA SOLUTIONS BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NATHAN CARL GROTTE Passaporte: 450480480, Processo: 46094024057201164 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AJAY KUMAR GUPTA Passaporte: G8028537, Processo: 46094023541201176 Empresa: CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD AMES SEAMAN Passaporte: 711624056, Processo: 46094023700201132 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JORGE HUMBERTO PEREZ ECHAVE Passaporte: 06150021212, Processo: 46094023702201121 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PARVESH BANSAL Passaporte: F9837713, Processo: 46094023695201168 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHEL ALBERT DUBIEN Passaporte: 11AZ15204, Processo: 46094024098201151 Empresa: CAPITAL CONSULTING SERVICOS TECNICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTINE TINIO WONG Passaporte: XX5498718, Processo: 46094024341201131 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WEIPING LI Passaporte: P01327296, Processo: 46094023704201111 Empresa: KELLER ENGENHARIA GEOTECNICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ MANUEL CARVALHO PEREIRA ABREU Passaporte: G539129, Processo: 46094023701201187 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER JAMES HECTOR MCEWAN Passaporte: 093244984, Processo: 46094024227201119 Empresa: KELLER ENGENHARIA GEOTECNICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VITOR MANUEL DE OLIVEIRA FRANCO Passaporte: L566145, Processo: 46094023789201137 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KLAUS HEINRICH HERTLE Passaporte: C5HP6GXNW, Processo: 46094023968201174 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALLAN JAMES MITCHELL Passaporte: 503875936, Processo: 46094023830201175 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICKAEL DOMINIQUE EUGENE EMERIAU Passaporte: 03EC73159, Processo: 46094024173201183 Empresa: PHITRONICS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICA E INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TINGJUN YANG Passaporte: G25037798, Processo: 46094024392201162 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAYANDI SATHYA MURTHI Passaporte: F5471309, Processo: 46094024168201171 Empresa: PHITRONICS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICA E INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LIXIA GE Passaporte: G48911786, Processo: 46094023864201160 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD HARLEY POPE Passaporte: 134946553, Processo: 46094024177201161 Empresa: PHITRONICS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICA E INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KUNSHAN ZHANG Passaporte: G50636585, Processo: 46094024180201185 Empresa: PHITRONICS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICA E INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NOPPADON PANICH Passaporte: R736459, Processo: 46094024605201156 Empresa: MINERCONSULT ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HENRI-PHILIPPE PARENT Passaporte: BA291190, Processo: 46094024179201151 Empresa: PHITRONICS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICA E INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TENG-PAO WANG Passaporte: 210735368, Processo: 46094024175201172 Empresa: PHITRONICS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICA E INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PIYASAK JAMSOPA Passaporte: M920756, Processo: 46094023929201177 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONGTAO LIN Passaporte: G51298316, Processo: 46094023930201100 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YINFEI YE Passaporte: G28714559, Processo: 46094024178201114 Empresa: PHITRONICS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICA E INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PIN-CHANG SONG Passaporte: 215854233, Processo: 46094024171201194 Empresa: PHITRONICS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICA E INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KU-YAO CHANG Passaporte: 302347844, Processo: 46094024170201140 Empresa: PHITRONICS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICA E INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JARUNEE KUMMOONGKUN Passaporte: M920762, Processo: 46094024176201117 Empresa: PHITRONICS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICA E INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUOCHUN ZHU Passaporte: G22149507, Processo: 46094024174201128 Empresa: PHITRONICS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICA E INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAOJUN WANG Passaporte: G46271718, Processo: 46094024172201139 Empresa: PHITRONICS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICA E INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHING-TE WANG Passaporte: 211858360, Processo: 46094024169201115 Empresa: PHITRONICS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICA E INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUIQIN ZHANG Passaporte: G40383577, Processo: 46094023868201148 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES PATRICK SPICER Passaporte: 405177857, Processo: 46094024114201113 Empresa: ZTE DO BRASIL COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FENG LI Passaporte: P00481858, Processo: 46094024115201150 Empresa: ZTE DO BRASIL COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KAI CHEN Passaporte: P01181148, Processo: 46094024116201102 Empresa: ZTE DO BRASIL COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YONG ZHANG Passaporte: G42926929, Processo: 46094024113201161 Empresa: ZTE DO BRASIL COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WEIJIAN GONG Passaporte: P01143525, Processo: 46094024514201111 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES DEAN RIGSBY Passaporte: 018082643, Processo: 46094024157201191 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUY PIERRE ANDRE SABATHE Passaporte: 10AZ69010, Processo: 46094024053201186 Empresa: GIESSE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS E ACESSORIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONI MARTORELL FONT Passaporte: AAC525146, Processo: 46094024167201126 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WEI CUI Passaporte: G33960595, Processo: 46094023977201165 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES MICHAEL NORTH Passaporte: 437703984, Processo: 46094023979201154 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHNATON RAY MALVEAUX SR Passaporte: 405962827, Processo: 46094023978201118 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEAN MIKEL FONTANA Passaporte: 472348587, Processo: 46094023976201111 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN JOSEPH MERCALDO IV Passaporte: 136084335, Processo: 46094023980201189 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SINA TOM PEDRAM Passaporte: 220341633, Processo: 46094024219201164 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSHUA JAMES GUADALUPE Passaporte: 420206670, Processo: 46094024221201133 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NIKOLI SEBASTIEN COCCHI Passaporte: 455873343, Processo: 46094024218201110 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRADLEY DEAN CANION Passaporte: 135823821, Processo: 46094024220201199 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BERNARD CAMPBELL Passaporte: 445866077, Processo: 46094024222201188 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES DEAN WILBANKS Passaporte: 446251537, Processo: 46094024324201101 Empresa: ZTE DO BRASIL COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: QUANXIAN LU Passaporte: P01185409, Processo: 46094024228201155 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LOUIS A LATTANZIO Passaporte: 028056322, Processo: 46094024840201128 Empresa: INDRA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO RODRIGUEZ DORADO Passaporte: XD508572, Processo: 46094024718201151 Empresa: RIP COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCIS VUSKANS Passaporte: LV3728680, Processo: 46094024518201107 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN GABRIEL GUAJARDO Passaporte: 432712944, Processo: 46094024738201122 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAUL WALKER Passaporte: 800346684, Processo: 46094024734201144 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FADLIN Passaporte: V867679, Processo: 46094024729201131 Empresa: NOVO GRAMACHO ENERGIA AMBIENTAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DEAN ALEN SLAYTON Passaporte: 406127500, Processo: 46094024730201166 Empresa: NOVO GRAMACHO ENERGIA AMBIENTAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SCOTT ALLEN MOSELEY Passaporte: 482887418, Processo: 46094024731201119 Empresa: NOVO GRAMACHO ENERGIA AMBIENTAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GREGORY GEORGE HAMBY Passaporte: 444514356, Processo: 46094024732201155 Empresa: NOVO GRAMACHO ENERGIA AMBIENTAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEAN DEAN SLAYTON Passaporte: 449889921.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094024250201103 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATTEO FIORINI Passaporte: AA1015986, Processo: 46094024247201181 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DINO NERI Passaporte: AA4304247, Processo: 46094024257201117 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROCCO PANDOLFELLI Passaporte: AA1686377, Processo: 46094024253201139 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALESSANDRO VERONESI Passaporte: AA2122589, Processo: 46094024258201161 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVIDE PAVAN Passaporte: C367053, Processo: 46094024249201171 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHIN WAI HON Passaporte: A19289018, Processo: 46094024252201194 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERIK JOHANNES BERGLUND Passaporte: 81872295, Processo: 46094024251201140 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LARS YNGVE KARLSSON Passaporte: 62237795, Processo: 46094024244201148 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL TONOLLI Passaporte: D281764,

IMPRENSA NACIONAL - EXEMPLAR DE ASSINANTE DA

Processo: 46094018499201171 Empresa: IMT - METROLOGIA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERNESTO GUILLAMO ALTOZANO Passaporte: A1181203200, Processo: 46094018501201111 Empresa: IMT - METROLOGIA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: UWE LUDWIG VÄTH Passaporte: CGGJFON86, Processo: 46094018500201168 Empresa: IMT - METROLOGIA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS ECKELMANN Passaporte: CCVNZYLL9, Processo: 46094022211201163 Empresa: GHENOVA BRASIL PROJETOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PABLO CARRASCOSA SALMORAL Passaporte: AAC538717, Processo: 46094019616201114 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN HILDRE Passaporte: 25003029, Processo: 46094019711201118 Empresa: GRAFICO SCHUBERT REPRESENTACAO E MANUTENCAO DE MAQUINAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TULARAM PANDEY Passaporte: F5510277, Processo: 46094019706201113 Empresa: GRAFICO SCHUBERT REPRESENTACAO E MANUTENCAO DE MAQUINAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PANKAJ TIWARI Passaporte: H6960124, Processo: 46094022118201159 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: COLIN LESLIE GIBBONS Passaporte: 305413540, Processo: 46094024080201159 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SIMON VALENTINE Passaporte: 801707599, Processo: 46094024309201155 Empresa: ALFA LAVAL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SERGIU MIHAI KOVACS Passaporte: 14079868, Processo: 46094024310201180 Empresa: ALFA LAVAL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SZILARD LASZLO VONIGA Passaporte: 085096747, Processo: 46094024308201119 Empresa: ALFA LAVAL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEPTIMIU PALACEAN Passaporte: 085098911, Processo: 46094024306201111 Empresa: ALFA LAVAL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: IOAN IUGA Passaporte: 14490414, Processo: 46094024307201166 Empresa: ALFA LAVAL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SANDOR HORVATH SZOTS Passaporte: 085097830, Processo: 46094021555201155 Empresa: ETESCO CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFON ADRELL BOSTICK Passaporte: 426182112, Processo: 46094021338201165 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARK ALEXANDER SPEED FORBES Passaporte: 080021917, Processo: 46094021470201177 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDRE INGEBRIGTSEN Passaporte: 27802281, Processo: 46094022197201106 Empresa: UTEC SURVEY DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER GREGORY ROWLANDS SNYDER Passaporte: WJ898077, Processo: 46094022196201153 Empresa: UTEC SURVEY DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM GEORGE MORRISON Passaporte: 099230352, Processo: 46094024294201125 Empresa: EXPRO DO BRASIL PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ADRIAN BOWE LAWSON Passaporte: 505275790, Processo: 46094023892201187 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Attila Molnar Passaporte: CG6J5RKXT, Processo: 46094023961201152 Empresa: TERMOMECANICA SAO PAULO S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BUCUR STEFAN IONESCU Passaporte: 13088929, Processo: 46094022379201179 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MINORU MATSUDA Passaporte: TG7214893, Processo: 46094022191201121 Empresa: PETROCEAN COMERCIO INTERNACIONAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HELGE ROBERT CHRISTIAN EKLUND Passaporte: 62146844, Processo: 46094022190201186 Empresa: PETROCEAN COMERCIO INTERNACIONAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SVEN CHRISTIAN SKAUG Passaporte: 25542680, Processo: 46094024245201192 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT GEORGE GILBERTSON Passaporte: 206336405, Processo: 46094022195201117 Empresa: PETROCEAN COMERCIO INTERNACIONAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ATLE JOHAN BERNTZEN Passaporte: 25173111, Processo: 46094022189201151 Empresa: PETROCEAN COMERCIO INTERNACIONAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JØRN ANDRÉ WILLASSEN Passaporte: 03M05588783, Processo: 46094022193201110 Empresa: PETROCEAN COMERCIO INTERNACIONAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GLENN SVERRE SOLVANG Passaporte: 25224069, Processo: 46094022188201115 Empresa: PETROCEAN COMERCIO INTERNACIONAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Toralf Torgersen Passaporte: 03M05591783, Processo: 46094022192201175 Empresa: PETROCEAN COMERCIO INTERNACIONAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARTINE DORTHEA XIOZONA DAHLIN Passaporte: 25144641, Processo: 46094022309201111 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEBASTIEN GERARD PIERRAT Passaporte: 05DK71422, Processo: 46094024246201137 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCO MEZZADRI Passaporte: YA2268574, Processo: 46094023133201114 Empresa: CODEME ENGENHARIA S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GIUSEPPE TESSAROLLO Passaporte: AA5986233, Processo: 46094023515201148 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUICHI SERIKAWA Passaporte: MS2217986, Processo: 46094024019201110 Empresa: SCHNEIDER ELECTRIC BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VINOTH KANAGARAJ Passaporte: E2335538, Processo: 46094023034201132 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUICHI UEMURA Passaporte: TG6169832, Processo: 46094023960201116 Empresa: TERMOMECANICA SAO PAULO S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ECKHARD POWELEIT Passaporte: CCGLXHJ15, Processo: 46094023962201105 Empresa: TERMOMECANICA SAO PAULO S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUTZ FAHR Passaporte: CHFP7TC45, Processo: 46211005615201117 Empresa: AUTOMATION ROBOTICA TORINO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Marco Carosso Passaporte: E870927, Processo: 46094024155201100 Empresa: MAGNESITA REFRATARIOS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: David George Wild Passaporte: 094443460, Processo: 46094024079201124 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BUVASAHEB PANDHARINATH AHIWALE Passaporte: F2466580, Processo: 46094024082201148 Empresa: ARCELORMITTAL INOX BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DOMINIQUE ROLAND BRAUN Passaporte: 07AK97826, Processo: 46094023745201115 Empresa: RESMAN DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HILDE HINDBJØRGMO Passaporte: 26146739, Processo: 46094023932201191 Empresa: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FLORENCE MARIE CONE Passaporte: 428868208, Processo: 46094023931201146 Empresa: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DEAN IRVIN CLAY Passaporte: 214900164, Processo: 46094024295201170 Empresa: ROXAR DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANKLIN CRUZMITJANS Passaporte: 444997851, Processo: 46094024296201114 Empresa: ROXAR DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RONZINE DEWAYNE GREEN Passaporte: 134189722, Processo: 46094023790201161 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Nico Landmann Passaporte: 778863958, Processo: 46094023885201185 Empresa: PACE BRASIL - INDUSTRIA ELETRONICA E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SELVAKUMAR VELANDI Passaporte: F4157177, Processo: 46094023910201121 Empresa: SPI - INTEGRACAO DE SISTEMAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKESHI YAMASAKI Passaporte: TH2219386, Processo: 46094023911201175 Empresa: SPI - INTEGRACAO DE SISTEMAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TADATO OSAKI Passaporte: TG7890636, Processo: 46094024159201180 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASSIMILIANO FRESE Passaporte: AA1206646, Processo: 46094024156201146 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CLAUDIO LAURIA Passaporte: Y 272185, Processo: 46094023482201136 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Melissa Nichole Scarborough Passaporte: 447176950, Processo: 46094023483201181 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Shelly - Anne Jeffrey Passaporte: TA026191, Processo: 46094023443201139 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EDGAR ROEL TREJO GONZALEZ Passaporte: G05416710, Processo: 46094023445201128 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ISAAC LIMA ROMERO Passaporte: G05699109, Processo: 46094024279201187 Empresa: ATLAM OFF-SHORE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GREGORY K. NEEB Passaporte: BA610677, Processo: 46094024312201179 Empresa: ATLAM OFF-SHORE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZDZISLAW STANISLAW PAJAK Passaporte: JG586588, Processo: 46094024315201111 Empresa: ATLAM OFF-SHORE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Daryl Jerry Harnett Passaporte: WR146168, Processo: 46094024313201113 Empresa: ATLAM OFF-SHORE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Robert Allen Bryant Passaporte: WT867116, Processo: 46094024042201104 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: JOSE ALBERTO PELÁEZ GUTIERREZ Passaporte: AAE128706, Processo: 46094024040201115 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: CLEMENTE GARCÍA SÁNCHEZ Passaporte: AB967155, Processo: 46094024041201151 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: STEVEN MICHAEL WILLIAMS Passaporte: 434540624, Processo: 46094024314201168 Empresa: ATLAM OFF-SHORE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EDWARD JOZWIAK Passaporte: WK395504, Processo: 46094023621201121 Empresa: FORSHIP ENGENHARIA S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Kumar Chandiran Passaporte: E8233411, Processo: 46094023768201111 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PHILIPPE MARC DEWAELHEYNS Passaporte: EI114848, Processo: 46094023620201187 Empresa: FORSHIP ENGENHARIA S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ramesh Soundara Rajan Passaporte: F7814289, Processo: 46094023781201171 Empresa: RIO MARINE DO BRASIL SERVICOS E MANUTENCAO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TONY PAUL WATTS Passaporte: 433149180, Processo: 46094023939201111 Empresa: STX OSV NITEROI S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LARS-ERIK SLYNGSTADLI Passaporte: 26056805, Processo: 46094023678201121 Empresa: ESTALEIRO TCE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THIERRY DE CRÉE Passaporte: EI547083, Processo: 46094023677201186 Empresa: ESTALEIRO TCE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATTIAS MICHIEL MARIJN PRICE Passaporte: EI140758, Processo: 46094023676201131 Empresa: ESTALEIRO TCE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LAWRENCE IRVINE KNIGHT Passaporte: 099122348, Processo: 46094023675201197 Empresa: ESTALEIRO TCE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KRIS ARTHUR MARIA COLMAN Passaporte: EH181453, Processo: 46094023674201142 Empresa: ESTALEIRO TCE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHAN ANTOON FRANS DEVOLDER Passaporte: EI531016, Processo: 46094023673201106 Empresa: ESTALEIRO TCE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BENEDICTUS PETRUS MARIA JOSEPHUS DUIJM Passaporte: NN1BCP26, Processo: 46094024243201101 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL PAGUIA BANIQUET Passaporte: EB0280147, Processo: 46094023609201117 Empresa: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: merideth blake norton Passaporte: 429255333, Processo: 46094023776201168 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIELLE BETH MILLER Passaporte: 097093100, Processo: 46094023772201180 Empresa: CSC COMPUTER SCIENCES BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHN EDWARD GLASSER Passaporte: 462386007, Processo: 46094024099201103 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SILVANO PEREZ LOPEZ Passaporte: 05060042971, Processo: 46094024008201121 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAMESH MIKKILINENI Passaporte: 436166136, Processo: 46094023583201115 Empresa: HENKEL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jason Brian Pfeifle Passaporte: 445024279, Processo: 46094023988201145 Empresa: TIM CELULAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCO BUSCAGLIONE Passaporte: AA4052268, Processo: 46094023935201124 Empresa: FROUDE HOFMANN INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE TESTE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PEER-ERYK PIETROWSKI Passaporte: 156206892, Processo: 46094023986201156 Empresa: TIM CELULAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VITO MONGELLI Passaporte: D304805, Processo: 46094023933201135 Empresa: FROUDE HOFMANN INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE TESTE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SVEN MEYER Passaporte: C22GGVVL1, Processo: 46094023934201180 Empresa: FROUDE HOFMANN INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE TESTE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANK HIERSCHEMANN Passaporte: 149630181, Processo: 46094024081201101 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARK WARMAN Passaporte: 800950146, Processo: 46094023770201191 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VICKY JESSY GELAUDE Passaporte: EH039092, Processo: 46094023769201166 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VEERLE LUTGARDE PAULA CONINGS Passaporte: EI157397, Processo: 46094024127201184 Empresa: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS SCHREIBER Passaporte: 891321865, Processo: 46094023966201185 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NICOLAS PATRICK DOMINIQUE LETARD Passaporte: 10CR85433, Processo: 46094023967201120 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEBASTIEN BERNARD MONIEZ Passaporte: 03KB26473, Processo: 46094023817201116 Empresa: DENTSPLY INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAFAEL REMIGIO DEL CORO RODRIGUEZ Passaporte: 458782004, Processo: 46094023873201151 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN HIDEN Passaporte: P3332692, Processo: 46094024237201146 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT SANDTEZ JAMISON Passaporte: 028859558, Processo: 46094023997201136 Empresa: CISCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEVEN KIMBALL GIORGIS Passaporte: 477611812, Processo: 46094023863201115 Empresa: BJ SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CLIFFORD PAUL SOILEAU Passaporte: 476287749, Processo: 46094024009201176 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LEA RIERA BASCON Passaporte: EB2733406, Processo: 46094023872201114 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFAN FEDL Passaporte: P5075254, Processo: 46094024007201187 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ARMIN MARILE DAVID Passaporte: XX1852108, Processo: 46094023871201161 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DENIS LAMPRET Passaporte: PB0358264, Processo: 46094023824201118 Empresa: HALCROW DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ang Yan Gao Passaporte: WR627289, Processo: 46094024006201132 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHN PAUL ENRIQUEZ VILLADOS Passaporte: EB1660932, Processo: 46094024050201142 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DARKO VIZINGER Passaporte: PB0473109, Processo: 46094024051201197 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PHILIPP SCHARDL Passaporte: P2265961, Processo: 46094024010201109 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOVY GUY JOVEN MARANAN Passaporte: XX0514187, Processo: 46094024160201112 Empresa: STX OSV NITEROI S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VEBJOERN AARMODT Passaporte: 28385675, Processo: 46094024054201121 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL BÄUCHL Passaporte: P5311715, Processo: 46094024055201175 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL NEUHOLD Passaporte: H0937616, Processo: 46094024056201110 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HARALD KURE Passaporte: J0514840, Processo: 46094024146201119 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KJETIL BRAGSTAD Passaporte: 20444347, Processo: 46094024148201108 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ODD ARNE LILLEBO Passaporte: 26978518, Processo: 46094024004201143 Empresa: GMS MANAGEMENT SOLUTIONS CONSULTORIA BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ABIGAIL HUECAS DEL CERRO Passaporte: AAD145140, Processo: 46094024195201143 Empresa: FENDER CARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS NAVAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: George Mills Passaporte: 308421778, Processo: 46094024255201128 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JERRY DURANTE LLOREN Passaporte: EB2871884, Processo: 46094024078201180 Empresa: WEST SERVICOS TECNICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL ROY DA-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VIS Passaporte: 113173384, Processo: 46094023985201110 Empresa: TIM CELULAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: IVAN GAROFALO Passaporte: AA2086497, Processo: 46094024241201112 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HERACLITO JOSE PANTOJA OSORIO Passaporte: CC72159561, Processo: 46094024145201166 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OLE CHRISTIAN SKILBRED Passaporte: 25406651, Processo: 46094024016201178 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Milan Krunic Passaporte: 210233915.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094025437201116 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANTONINA BUCUR Passaporte: 476093148 Estrangeiro: BRADLEY ROBERT JOHNSON Passaporte: 209840319 Estrangeiro: BRIAN JOHN RUEDY Passaporte: 453336742 Estrangeiro: BRIAN THOMAS TICHY Passaporte: 475458396 Estrangeiro: DAVID CHRISTOPHER ORDAS Passaporte: 422075844 Estrangeiro: DAVID COVERDALE Passaporte: 426792501 Estrangeiro: DOUGLAS LAYNG ALDRICH Passaporte: 422069768 Estrangeiro: ERIKA K EICKMAN Passaporte: 447589997 Estrangeiro: GIDEON MARK HOGAN Passaporte: 099066907 Estrangeiro: GREG ALLEN SHEPHERD Passaporte: 449051107 Estrangeiro: JASON JOHN DEBOER Passaporte: 422229591 Estrangeiro: JOHN ROBERT SHEARMAN Passaporte: 761237240 Estrangeiro: LAUREN ANN CARROLL Passaporte: 096840757 Estrangeiro: MATTHEW JAMES YOUNG Passaporte: 038293162 Estrangeiro: MICHAEL EDWARD PETER DEVIN Passaporte: 475465334 Estrangeiro: RICHARD EARL BEACH JR Passaporte: 208205590 Estrangeiro: ROLAND LINDSAY MCKAY Passaporte: E3018916 Estrangeiro: TONY MOON Passaporte: 209420659, Processo: 46094025095201134 Empresa: SONY MUSIC ENTERTAINMENT BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ABEL ANTONIO VILLEGAS AGUILAR Passaporte: G04069818 Estrangeiro: ALFONSO PABLO CALDERON CHAVEZ Passaporte: G05980466 Estrangeiro: ANDRES VALADEZ MARTINEZ Passaporte: G04964724 Estrangeiro: CRISTIAN BLANCO LNCARA Passaporte: B874379 Estrangeiro: EMMANUEL GARDUÑO ORTIZ Passaporte: G06317036 Estrangeiro: GABRIEL NOE VILLEGAS PEREZ Passaporte: G04966784 Estrangeiro: HECTOR ALVAREZ DEL CASTILLO DE LA FUENTE Passaporte: G04168235 Estrangeiro: JORGE ANDRÉS PEÑA ARAYA Passaporte: 13669653-K Estrangeiro: JOSE LUIS TORRES MORALES Passaporte: G05609416 Estrangeiro: LUIS CARDOSO BARDALES Passaporte: G03974610 Estrangeiro: MARCEL URBAN SOLANO Passaporte: G05978832 Estrangeiro: MARIA MAGDALENA ABDO LABARTHE Passaporte: 06290005270 Estrangeiro: MARIA SUSANA PEREZ MARTINEZ Passaporte: G01295404 Estrangeiro: MARIANA TORRES JIMENEZ Passaporte: G05067064 Estrangeiro: MARIANO DARIO PASCUAL ALFAYA Passaporte: 23478999N Estrangeiro: MARIO ALBERTO DOMINGUEZ ZARZAR Passaporte: G05980424 Estrangeiro: MAURO YAÑEZ LARREA Passaporte: G01396448 Estrangeiro: PABLO HURTADO ABAUNZA Passaporte: G05980423 Estrangeiro: RODRIGO ORTEGA RUIZ Passaporte: G05640639 Estrangeiro: RODRIGO RUBEN DIAZ VARGAS Passaporte: G05544287 Estrangeiro: RONNY ALEXANDER GARCIA LUGO Passaporte: D0776564 Estrangeiro: RUBEN GERARDO ARROYO GARCIA Passaporte: G03712317 Estrangeiro: SAMUEL PARRA CRUZ Passaporte: G04681951, Processo: 46094025835201132 Empresa: RPG & BAR DANCANTE LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALI SHIRAZINIA Passaporte: 444536153, Processo: 46094026486201176 Empresa: DREAM FACTORY COMUNICACAO E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AIDAN EUGENE MCCABE Passaporte: 305903412 Estrangeiro: ALISTAIR JAMES VILES Passaporte: 099208268 Estrangeiro: ANDREW ARTHUR FRANKS Passaporte: 099256972 Estrangeiro: ANDREW BRAMLEY Passaporte: 099084430 Estrangeiro: ANDREW FROST Passaporte: 094597270 Estrangeiro: ANTHONY THOMAS SMITH Passaporte: 801125483 Estrangeiro: BENJAMIN RICHARD CURTIS MILES Passaporte: 099258032 Estrangeiro: CHRISTOPHER ANTHONY JOHN MARTIN Passaporte: 099256473 Estrangeiro: CHRISTOPHER STUART WOOD Passaporte: 099139936 Estrangeiro: CLAUDIUS CHRISTOPHER SAMUELS Passaporte: 099139616 Estrangeiro: CONOR PHILIP DUNNE Passaporte: M5571698 Estrangeiro: CRAIG HOPE Passaporte: 093219029 Estrangeiro: DANIEL EDWARD PORTANIER Passaporte: 455095357 Estrangeiro: DANIEL GRAHAME GREEN Passaporte: 099080927 Estrangeiro: DAVID ALBERT KENNEDY Passaporte: 437192674 Estrangeiro: EDWARD JAMES JARMAN Passaporte: 099069808 Estrangeiro: ELIZABETH JANE ADSHEAD Passaporte: 099191066 Estrangeiro: EMMA JANE LOUISE MCDONALD Passaporte: 099256969 Estrangeiro: GARY ALAN CURTIS Passaporte: 213142730 Estrangeiro: GARY ROBERT CURRIER Passaporte: 094508716 Estrangeiro: GRAHAM FEAST Passaporte: 099034679 Estrangeiro: GUY RUPERT BEERYMAN Passaporte: 099256477 Estrangeiro: JEREMY DAVID HOUGH Passaporte: 060203885 Estrangeiro: JONATHAN MARK BUCKLAND Passaporte: 099174575 Estrangeiro: JONATHAN RICHARD ROBERTS Passaporte: 761213620 Estrangeiro: MATTHEW JAMES MILLER Passaporte: 099256973 Estrangeiro: MATTHEW TYLER MCGINN Passaporte: 099256978 Estrangeiro: MICHAEL HUMENIUK Passaporte: 800935248 Estrangeiro: MICHAEL STOWE Passaporte: 099208179 Estrangeiro: NEILL STEPHEN LAMBERT Passaporte: 099084424 Estrangeiro: NICHOLAS DAVIS Passaporte: 099262950 Estrangeiro: PADDY FITZPATRICK Passaporte: PT4732420 Estrangeiro: PHILIP CHRISTOPHER HARVEY Passaporte: 099257083 Estrangeiro: PHILIP SHARP Passaporte: 301930844 Estrangeiro: RICHARD DAVID SIMPSON Passaporte: 304938447 Estrangeiro: SE PURCELL Passaporte: PA3453444 Estrangeiro: SEAN RHETT BUTTERY Passaporte: 093181585 Estrangeiro: STEPHANIE GRAY THOMPSON Passaporte: 093225144 Estrangeiro: STEVE ODO MICHAEL CLARISSE Passaporte: EI008548 Estrangeiro: TIFFANY ANNE HENRY Passaporte: BA762851 Estrangeiro: VICTORIA JAYNE LOUISE TAYLOR Passaporte: 099256970 Estrangeiro: WILLIAM CHAMPION Passaporte: 099256857, Processo: 46094026082201182 Empresa: AMBIVIUM EVENTOS CULTURAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Anila Amrtam Mazhari-Landry Passaporte: 427685179 Estrangeiro: Autumn Lea Burnette Passaporte: 468131158 Estrangeiro: Donatello Iacobellis Passaporte: B 635736 Estrangeiro: Fabrizio Pezzotti Passaporte: AA2100427 Estrangeiro: Giovanni Melis Passaporte: F 567750 Estrangeiro: Graci Lyn Meier Passaporte: 420000094 Estrangeiro: Jamie Anne Johnson Passaporte: 464680005 Estrangeiro: Jennifer Zaphira Eliane Chicheportiche Passaporte: 04RE01339 Estrangeiro: Jonathan Phillip Bryant Passaporte: 039519980 Estrangeiro: Matt James Schanbacher Passaporte: 429469976 Estrangeiro: Morgan Brice Hulen Passaporte: 463127805 Estrangeiro: Rebecca Joy Rasmussen Passaporte: 142129387 Estrangeiro: Rory Orlando Freeman JR Passaporte: 471534282, Processo: 46094026490201134 Empresa: DREAM FACTORY COMUNICACAO E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AARON RICHARD DRAUDE Passaporte: 406844309 Estrangeiro: ADAM DOUGLAS MARCELLO Passaporte: 038315364 Estrangeiro: ALEXANDRA BRIANNE CONTURSI Passaporte: 307514875 Estrangeiro: ALFRED SAMUAL HOOKER III Passaporte: 451730568 Estrangeiro: ANDREW JOSEPH CIMERMAN Passaporte: 028007942 Estrangeiro: ANGELA ANN HUDSON Passaporte: 039652751 Estrangeiro: ASHLEY ASHIDA DIXON Passaporte: 422103074 Estrangeiro: AUSTIN JEREMIAH DUDLEY Passaporte: 428999497 Estrangeiro: BRADFORD ELTON COBB III Passaporte: 039623226 Estrangeiro: BRADLEY MARVIN TEAGAN III Passaporte: 451526559 Estrangeiro: BRIAN ANTHONY VAN TRIGT Passaporte: WK914510 Estrangeiro: BRYAN NICHOLAS GAW Passaporte: 500006144 Estrangeiro: CARRIE SAMANTHA BURSTEIN Passaporte: QB145679 Estrangeiro: CASEY NEIL HOOPER Passaporte: 421090012 Estrangeiro: CHARLES SCOTT MELTON Passaporte: 038826909 Estrangeiro: CHRISTOPHER MICHAEL SCHLEYER Passaporte: 209565349 Estrangeiro: COLE MICHAEL GION Passaporte: 422608906 Estrangeiro: DAMON ERNEST HINTON Passaporte: 471385391 Estrangeiro: DANIEL JAMES BADORINE Passaporte: 437023062 Estrangeiro: DANIEL ROBERT KIRKMAN Passaporte: 303832885 Estrangeiro: DAVID MICHAEL GAETKE Passaporte: 039146958 Estrangeiro: DIDIER MERT Passaporte: EI192652 Estrangeiro: ERIN LAREAU Passaporte: 213583630 Estrangeiro: JASON BRADLEY LOWE Passaporte: 445007866 Estrangeiro: JASON LEE VROBEL Passaporte: 458554593 Estrangeiro: JAY EDWARD SCHMIT Passaporte: 444233935 Estrangeiro: JEREMY MICHAEL BERMAN Passaporte: 467024428 Estrangeiro: JOHN CHRISTOPHER CHIODO Passaporte: 027804585 Estrangeiro: JOHN ELIOT PURCIFUL Passaporte: 222283174 Estrangeiro: JOHN FREDERICK WILLIAMSON Passaporte: 220936129 Estrangeiro: JOSHUA KEIJI MOREAU Passaporte: 452126718 Estrangeiro: KATHERYN ELIZABETH BRAND Passaporte: 483719915 Estrangeiro: KIM SUZANNE HILTON Passaporte: 099095780 Estrangeiro: KIMBERLY AMBER GUELDNER Passaporte: 303126635 Estrangeiro: LAUREN ALLISON BALL Passaporte: 039735700 Estrangeiro: LEAH SINGER ADLER Passaporte: 303758699 Estrangeiro: LEANNE KAY DOESCHER Passaporte: 421486590 Estrangeiro: LEVI STEEL JR Passaporte: 466924556 Estrangeiro: LOCKHART LAWRENCE BROWNLIE Passaporte: M5825569 Estrangeiro: MALIK EMMANUEL LE NOST Passaporte: 08CK87808 Estrangeiro: MANUEL BARAJAS Passaporte: 304652519 Estrangeiro: MARTIN DEREK KIRKUP Passaporte: 039203242 Estrangeiro: MATHEW STEWART HAMILTON Passaporte: 207943324 Estrangeiro: MAX LELAND HART Passaporte: 458965607 Estrangeiro: NGOC BAO HOANG Passaporte: 460546809 Estrangeiro: NICOLAS FLOREZ Passaporte: 038909040 Estrangeiro: PATRICK JOHN MATERA III Passaporte: 431787045 Estrangeiro: PATRICK JOSEPH LEONARD IV Passaporte: 434608015 Estrangeiro: PETER ANDREAS KEPPLER Passaporte: 448608551 Estrangeiro: PHILIPPE FITZJOY M HELLIN Passaporte: 449625694 Estrangeiro: PHILLIP LAWRENCE MAGGS Passaporte: 107583292 Estrangeiro: RACHAEL ELIZABETH MARKARIAN Passaporte: 038691387 Estrangeiro: RICHARD ANTHONY PARKIN Passaporte: N5130560 Estrangeiro: RICHARD JAMES BAIOTTO Passaporte: 438344524 Estrangeiro: SCOTT BRIAN MYRICK Passaporte: 444487169 Estrangeiro: STEVEN JOHN JENSEN Passaporte: 500172717 Estrangeiro: SUSAN EILLEEN FIESLAND-CARTER Passaporte: 422077157 Estrangeiro: TAMRA EILEEN NATISIN Passaporte: 448774525 Estrangeiro: TASHA LYN LAYTON Passaporte: 457168196 Estrangeiro: TODD ALLEN DELANO Passaporte: 449522508 Estrangeiro: TREVOR JAMES MCFEDRIES MAYWEATHER Passaporte: 421068929 Estrangeiro: VINCENT DUJAN DENNIS Passaporte: 218070772 Estrangeiro: WAYNE MICHAEL KWIAT JR Passaporte: 434445181 Estrangeiro: WILLIAM LARRY HEINZLMEIR JR Passaporte: 221673115, Processo: 46094026484201187 Empresa: DREAM FACTORY COMUNICACAO E EVENTOS LTDA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: ABDOL HAMED UNWARSA Passaporte: L256458 Estrangeiro: ABRAM HARRINGTON MAIN Passaporte: 468925156 Estrangeiro: ADAM JORGE CORREIA Passaporte: 104962820 Estrangeiro: ANDREW O'BRIAN SCOTT Passaporte: 801304390 Estrangeiro: ANDREW TODD WELKER Passaporte: 421940862 Estrangeiro: ARON EDWARD MICHALSKI Passaporte: 213021339 Estrangeiro: BARBARA MARION CALDWELL Passaporte: 210014482

Estrangeiro: BARRIE JAMES RONEY Passaporte: BA320512 Estrangeiro: BENJAMIN MICHAEL RADER Passaporte: 303166908 Estrangeiro: BRYAN LOUIS WHITTAKER Passaporte: 429724099 Estrangeiro: CARLOS JAMES OLDIGS Passaporte: 48746396 Estrangeiro: CARLOS MANUEL SAMUEL DE OLIVEIRA Passaporte: L813002 Estrangeiro: CHAD MATTHEW ZAEMISCH Passaporte: 210051457 Estrangeiro: CHIP DANIEL WALKER Passaporte: 464986077 Estrangeiro: CHRISTOPHER JOHN COFFIE Passaporte: 211453951 Estrangeiro: CHRISTOPHER ROBERT DAVIS Passaporte: 427846238 Estrangeiro: CHRISTOPHER SHAWN RISNER Passaporte: 483699788 Estrangeiro: DANIEL JAMES BRAUN Passaporte: 112845883 Estrangeiro: DAVID IAN JACOBS Passaporte: 039279360 Estrangeiro: DAVID JOHN LEMMINK Passaporte: 206351611 Estrangeiro: DAVID RONALD PANSCIK Passaporte: 207312605 Estrangeiro: DIMITRI TIMOHOVICH Passaporte: 447783787 Estrangeiro: DON ANTHONY OYAO Passaporte: 701627361 Estrangeiro: DOUGLAS LANG ADAMS Passaporte: WD246858 Estrangeiro: EDUARDO JOÃO RAPOSO PATROCÍNIO Passaporte: L813003 Estrangeiro: FLEMMING KENNETH LARSEN Passaporte: 205007924 Estrangeiro: GRAHAN JOHN HOLWILL Passaporte: 302836507 Estrangeiro: HEATHER L J KJOLLESDAL Passaporte: BA291532 Estrangeiro: JAMES ALAN HETFIELD Passaporte: 057295778 Estrangeiro: JAMES LOUIS NELSON Passaporte: 445006703 Estrangeiro: JAMES MICHAEL VOLLHOFFER Passaporte: BD107631 Estrangeiro: JANINE VOGRIN DOYLE Passaporte: 209146310 Estrangeiro: JAY VINSON STRASSER Passaporte: 459078837 Estrangeiro: JEFFREY JOSEPH BASS Passaporte: 440984482 Estrangeiro: JEFFREY ROSS YEAGGER Passaporte: 057285577 Estrangeiro: JOHN DAVID MOORE Passaporte: 403311554 Estrangeiro: JOHN KEVIN CARSWELL Passaporte: 432107302 Estrangeiro: JOHN THOMAS SCHAEFFER Passaporte: 028033944 Estrangeiro: JOHN WERLY FLETCHER Passaporte: 039060132 Estrangeiro: JONATHAN STEPHAN ROBSON DAY Passaporte: 099146547 Estrangeiro: JORDAN GOODFELLOW Passaporte: 483649048 Estrangeiro: JOSHUA DIRKSEN MARRANO Passaporte: 306115684 Estrangeiro: JOSHUA ISAAC ALBERTS Passaporte: 217303245 Estrangeiro: JOSHUA JOHN SCHMITZ Passaporte: 445445657 Estrangeiro: JUSTIN ALAN MC LEAN Passaporte: 432954676 Estrangeiro: JUSTIN RICHARD CREW Passaporte: 099060226 Estrangeiro: KEVIN MICHAEL PAUL Passaporte: 444508690 Estrangeiro: KIRK LEE HAMMETT Passaporte: 112852408 Estrangeiro: KURT DARYL WAGNER Passaporte: 444779925 Estrangeiro: LARS ULRICH Passaporte: 204708683 Estrangeiro: LAURA MARIE STAHMANN Passaporte: 215758780 Estrangeiro: LEONEL PEREIRA BARBOSA Passaporte: L799328 Estrangeiro: LINDSEY JORDAN BATHKE Passaporte: 461034561 Estrangeiro: LYUBOMIR TODOROV MARKOV Passaporte: 351589665 Estrangeiro: MARCIA EVE KAPUSTIN Passaporte: 436191385 Estrangeiro: MARCO ANDRÉ GOMES FERREIRA Passaporte: G880538 Estrangeiro: MICHAEL CHARLES SIENKIEWICZ Passaporte: 213623916 Estrangeiro: MICHAEL DAVID HUGHES Passaporte: 099233297 Estrangeiro: MICHAEL JEFFERY WOZNIAK Passaporte: 425719094 Estrangeiro: MICHAEL JON WASHER Passaporte: 404566057 Estrangeiro: MICHAEL SHELDON GILLIES Passaporte: BA366830 Estrangeiro: NICHOLAS BERNARD RUOCCO Passaporte: 309498758 Estrangeiro: NICHOLAS PATRICK KEISER Passaporte: 464116025 Estrangeiro: NICKOLAS ZANGARI Passaporte: JG881793 Estrangeiro: ORLANDO MARQUES SIMÕES Passaporte: L812973 Estrangeiro: PAULO CARRASQUINHO ÁVILA VASCONCELOS Passaporte: H307015 Estrangeiro: RAYMOND MICHAEL MASTERSON Passaporte: 440858697 Estrangeiro: RENATO SULMONA Passaporte: BA365896 Estrangeiro: RICHARD LYLE ADAMS Passaporte: 039655041 Estrangeiro: RICK CARL TRIMMER Passaporte: 223451817 Estrangeiro: ROBERT ALLEN KOENIG Passaporte: 435003002 Estrangeiro: ROBERT AUGUSTINE TRUJILLO Passaporte: 038675795 Estrangeiro: ROBERT GENE COWAN JR. Passaporte: 441406510 Estrangeiro: RUSSELL SCOTT GLEN Passaporte: 436843474 Estrangeiro: RYAN D KERCHNER Passaporte: 446367951 Estrangeiro: SARAH SUSAN LANG Passaporte: 472309889 Estrangeiro: SCOTT JOSEPH LUTTON Passaporte: 039651498 Estrangeiro: STEFFAN IZADI CHIRAZI Passaporte: 705217728 Estrangeiro: STEVEN EDWARD TOMANEK Passaporte: 448452910 Estrangeiro: TERRY V MUELLER Passaporte: BA321922 Estrangeiro: THOMAS CHARLES ROBB Passaporte: 455098905 Estrangeiro: TRACY CALDERON Passaporte: 218528996 Estrangeiro: WILL ISAAC STINSON Passaporte: 404346568 Estrangeiro: WILLIAM ZACHARY HARMON Passaporte: 039637492 Estrangeiro: ÂNGELO MANUEL AMARO RODRIGUES Passaporte: J326184, Processo: 46094026099201130 Empresa: INTERARTE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ILYA GRINGOLTS Passaporte: 64N2384146, Processo: 46094026721201118 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS JOSEPH EDMUNDADES Passaporte: 501446293, Processo: 46094026142201167 Empresa: ZOOCOM EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Bukola Elemide Passaporte: A01976090 Estrangeiro: Cyril Pierre Marcel Barbessol Passaporte: 09AR55444 Estrangeiro: Jean-François LUDOVICUS Passaporte: 09PE07645 Estrangeiro: Jean-Michel Zuel Coret Passaporte: 09PH57992 Estrangeiro: Julien Jean Denis Martin Passaporte: 10AX13822 Estrangeiro: Lara-Marguerite Scheidt Passaporte: 05EI83964 Estrangeiro: Nicolas Wilhem Mollard Passaporte: 10AL20314 Estrangeiro: Romain Marcel Joseph Cabrol Passaporte: 10CV36149 Estrangeiro: Roman Michael Chelminski Passaporte: 02XB33552 Estrangeiro: Ujunwa Janet Nwose Passaporte: A02502712, Processo: 46094025527201115 Empresa: B. G. PROMOCOES CULTURAIS LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SAM HAYWOOD Passaporte: 094170876, Processo: 46094026519201188 Empresa: BWS PRODUCAO, IMAGEM E COMPUTACAO GRAFICA LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL PHILIPS STERN Passaporte: 113028266, Processo: 46094026143201110 Empresa: ZOOCOM EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Andrew Winston Gouche Passaporte: 017260728 Estrangeiro: Anthony Gerald Jeffries Passaporte: 038910851 Estrangeiro: Arnella Elizabeth Pierce Passaporte: 483041263 Estrangeiro: Charles Dwayne Harmon Passaporte: 476134191 Estrangeiro: Charles O Brian Streeter Passaporte: 480406972 Estrangeiro: Helena Immaculata Keohane Passaporte: LO 6 2 504 Estrangeiro: James William Andrews Jr. Passaporte: 421239573 Estrangeiro: Javad Hartwell Day Passaporte: 308510381 Estrangeiro: John Louis Molinare Passaporte: 209882291 Estrangeiro: Kenneth Eugene Hocker Passaporte: 210883638 Estrangeiro: LISA LENE VAUGHN Passaporte: 038293698 Estrangeiro: La Vern Andrea Whitt Passaporte: 445002357 Estrangeiro: Nathanael Jahmai Kwaku Simmonds-Morrison Passaporte: 706746203 Estran-

PUBLICAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

geiro: Shannon King Nash Passaporte: 443982198 Estrangeiro: Sharetta Shana Morgan Passaporte: 431650559 Estrangeiro: Tammy Michelle McCrary Passaporte: 017528370 Estrangeiro: Tiffany Loren Smith Passaporte: 219538370 Estrangeiro: Yohei Nakamura Passaporte: TZ0579996 Estrangeiro: Yvette Marie Stevens Passaporte: 038865433, Processo: 46094025836201187 Empresa: EDITORA VICE BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JOHN GERRIT WELMERS Passaporte: 484656426 Estrangeiro: SAMUEL THOMPSON HERRING Passaporte: 449759673 Estrangeiro: WILLIAM HUGH CASHION Passaporte: 434901297, Processo: 46094027065201162 Empresa: ROBERTO TOLOTTI - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GERALD LLOYD NOEL Passaporte: 402430420 Estrangeiro: SHIRLEY ANN PETERSON Passaporte: 469112903, Processo: 46094026750201171 Empresa: ASSOCIACAO SOCIEDADE DE CULTURA ARTISTICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ADELBERT ALFRED WOHLAUF Passaporte: C84NYJFM5 Estrangeiro: ALESSANDRA MARIA MORALES MOLINARI Passaporte: 4779351 Estrangeiro: ALEXANDER TEUTSCHER Passaporte: L00373061 Estrangeiro: AMELIA KATELYN WALLER Passaporte: M1907681 Estrangeiro: ANA MORATILLA PASTOR Passaporte: XDA280465 Estrangeiro: ANJA FISCHER Passaporte: C3NP9KLOM Estrangeiro: BENJAMIN, ROMAIN, ARNAUD POIRIER Passaporte: 10AR42060 Estrangeiro: BOGDAN MURESAN Passaporte: 15078720 Estrangeiro: BRIT MODEL GEB. SCHMEICHEL Passaporte: C6HMGV4C3 Estrangeiro: CAROLINA BOSCAN QUIJADA Passaporte: C1279893 Estrangeiro: CAROLINA TEJEIRO CALVO Passaporte: AAE292907 Estrangeiro: CHRISTINA MARITTA VOIGT GEB. KELLNER Passaporte: C84FFKV3C Estrangeiro: CLAUDIA BERNHARD Passaporte: C84FCVWW1 Estrangeiro: CORNELIA RICHTER-DORNDECK Passaporte: C84FM16V Estrangeiro: DENIZ CAKIR Passaporte: D59722574 Estrangeiro: ENRIQUE IGNACIO MUKNIK RODRIGUEZ Passaporte: BF409078 Estrangeiro: FABIO PALOMBO Passaporte: YA0684851 Estrangeiro: FEDERICA MAILA VINCIFORI Passaporte: AA0449189 Estrangeiro: GABRIELE URSULA ZECHENDORF GEB. HAASE Passaporte: C84FF5KFV Estrangeiro: HENRIETTA LOUISE PHELPS Passaporte: N1005005 Estrangeiro: HOLGER VESPERMANN Passaporte: 773415163 Estrangeiro: ILLIA BUKHAROV Passaporte: EC568683 Estrangeiro: JENNY ROSENBERG Passaporte: C84FG8TP8 Estrangeiro: JOSE GREGORIO URRUTIA ESPEJO Passaporte: 4779352 Estrangeiro: KIYONOBU NEGISHI Passaporte: TG7399951 Estrangeiro: LIU, FANG-YI Passaporte: 211892331 Estrangeiro: MAIKO OISHI Passaporte: TZ0289532 Estrangeiro: MÁRIO RUDI SCHRÖDER Passaporte: 100592532 Estrangeiro: MARTIN SVOBODNÍK Passaporte: 34065589 Estrangeiro: MATHIAS ADAM Passaporte: C84PZ9C31 Estrangeiro: MICHAEL WOLFGANG RÖGER Passaporte: C84NWZX95 Estrangeiro: MICHAELA NOCH Passaporte: C84PZPXR8 Estrangeiro: MOHAMED YOUSSRY ABDELATY MOHAMED Passaporte: A02317478 Estrangeiro: NIELS SUKALE Passaporte: C84F2PYCZ Estrangeiro: OLIVER PREIB Passaporte: C1CC3K2PK Estrangeiro: PAULINA WIECZOREK Passaporte: AL5010588 Estrangeiro: RAINER SCHMALZ Passaporte: C84J67CZZ Estrangeiro: ROBERT HUGH VALENTINE PHILLIPS Passaporte: 401469421 Estrangeiro: ROMAN ROBERT SLOMSKI Passaporte: AP1096658 Estrangeiro: ROMY AVEMARG Passaporte: C84V362HZ Estrangeiro: RÉMY FICHET Passaporte: 05AE03126 Estrangeiro: SEBASTIAN IMMANUEL CHRISTIAN ANGERMAIER Passaporte: 7727906273 Estrangeiro: SHOTA INOUE Passaporte: MS2684816 Estrangeiro: SINA RONNIGER Passaporte: CCVJNXC33 Estrangeiro: STEFFEN HEINZ GEORGES BÖHME Passaporte: CCV9522T7 Estrangeiro: STÉPHANIE, CATHERINE, MONIQUE GERBAL ZSITIVA- GERBAL Passaporte: 08CP81125 Estrangeiro: TAKERU SHIMIZU Passaporte: TH3678498 Estrangeiro: TATJANA PAUNOVIC Passaporte: 007698371 Estrangeiro: TENALD ZAÇE Passaporte: BE3685524 Estrangeiro: THOMAS WOLFGANG HÖRATH Passaporte: 1005771328 Estrangeiro: TILLMANN SCHNEIDERHEINZE Passaporte: C84J5CF3R Estrangeiro: TINA GEB. GAITZSCH HEBLER Passaporte: C84FZGWL1 Estrangeiro: TINA SLABON Passaporte: C84FPVK55 Estrangeiro: TOMÁS OTTYCH Passaporte: 36690407 Estrangeiro: TYLER FAZIO GALSTER Passaporte: 462005193 Estrangeiro: URANIA LOBO GARCIA Passaporte: CC-53160022 Estrangeiro: UWE MÖLLER Passaporte: 249737654 Estrangeiro: VADIM RZAEV Passaporte: 63Nº8359686 Estrangeiro: VALENTIN GEORGIEV VASSILEV Passaporte: CH97KLMRY Estrangeiro: VANESSA ELIZABETH SHIELD Passaporte: N1026075 Estrangeiro: VISNJA KIRST GEB. STOKOVIC Passaporte: 763529923 Estrangeiro: WILFRIED WINTER Passaporte: C84FCGPKG Estrangeiro: YOOJIN JANG Passaporte: SC4022371 Estrangeiro: YOSHITO KINOSHITA Passaporte: TH6629272, Processo: 46094026330201195 Empresa: ASSOCIACAO CIRCULO DE ARTE COM CIENCIA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ADRIAN ALFREDO FLORES Passaporte: 16322818N Estrangeiro: CHARLIE LOVE Passaporte: 029025686 Estrangeiro: RAFUL JERRODY NEAL III Passaporte: 210144962 Estrangeiro: THOMAS ALVIN HUNTER Passaporte: 133906403, Processo: 46094026260201175 Empresa: CLUB ON SOUTH AMERICA EVENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFANO NOFERINI Passaporte: YA2255333, Processo: 46094026258201104 Empresa: G-IND ENTRETENIMENTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUSTIN MICHAEL DRURY Passaporte: 038067285, Processo: 46094026257201151 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BOBAN LAZOVSKI Passaporte: A0072381, Processo: 46094026678201182 Empresa: ZOOCOM EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Amel A Elsiddig Passaporte: 028599408 Estrangeiro: Andy Adrianne Allo Allo Passaporte: 459161328 Estrangeiro: Cassandra Louse O' Neal Passaporte: 039626024 Estrangeiro: Denis Mankefor Fru Tumanjong Passaporte: 400388420 Estrangeiro: Ida Kristine Nielsen Passaporte: 200634355 Estrangeiro: John Kenneth Blackwell Jr. Passaporte: 422597918 Estrangeiro: Maceo Parker Jr Passaporte: 452043273 Estrangeiro: Morris Kevin Hayes Passaporte: 218412207 Estrangeiro: Prince Rogers Nelson Passaporte: 017137760 Estrangeiro: Shelby Marie Johnson Passaporte: 463022211, Processo: 46094026259201141 Empresa: PAUL EDOUARD MANZON Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LEE FOSS Passaporte: 476158144, Processo: 46094026829201101 Empresa: DORALICE SOARES LEAO EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Luis Roberto Garay Bacca Passaporte: CC79958822, Processo: 46094026755201102 Empresa: DREAM FACTORY COMUNICACAO E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER ALVAREZ Passaporte: 481677707 Estrangeiro: CALVIN LAWRENCE HARRIS Passaporte: 304952416 Estrangeiro: CRAIG D ROSS Passaporte: 112923393 Estrangeiro: DANIEL LUIZ HORTON Passaporte: 057280073 Estrangeiro: DENINE RENE LA BAT Passaporte: 112922112 Estrangeiro: GAIL ANN DORSEY Passaporte: 208561947 Estrangeiro: GEORGE DANIEL LAKS Passaporte: 097491183 Estrangeiro: HAROLD TODD Passaporte: 047293288 Estrangeiro: JOANA INÊS CANDEIAS DE SOUSA DIAS Passaporte: J799978 Estrangeiro: JOHN GORDON LEARY Passaporte: 483690667 Estrangeiro: JOSHUA PAUL MELLOTT Passaporte: 449012720 Estrangeiro: JULIA ELLEN FOCKE Passaporte: 437646450 Estrangeiro: KIMBERLY DIANE J WHITLEY Passaporte: 213593179 Estrangeiro: LAURENCE GERARD QUIGLEY Passaporte: 420911479 Estrangeiro: LENNY ALBERT KRAVITZ Passaporte: 113304969 Estrangeiro: LUDOVIC LAURENT LOUIS Passaporte: 03XX05449 Estrangeiro: MARC ST LOUIS Passaporte: 208152866 Estrangeiro: MARCELLO ZITO Passaporte: 047310728 Estrangeiro: MATHIEU YAN RAPHAEL BITTON Passaporte: 471189597 Estrangeiro: NUNO FILIPE BENTO GASPAR DA CRUZ Passaporte: G377540 Estrangeiro: PATRICK JAMES WHITLEY Passaporte: 447619551 Estrangeiro: RANDALL TODD FIELITZ Passaporte: 483720128 Estrangeiro: ROYAL PRINCE FRANKLIN VANDERBILT JR Passaporte: 458552146 Estrangeiro: STEPHEN BRIAN WINSTEAD Passaporte: 017388351 Estrangeiro: TIMOTHY PATRICK DOYLE Passaporte: 450558556, Processo: 46094026754201150 Empresa: DREAM FACTORY COMUNICACAO E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN WALTER JOSEF RAPP Passaporte: 951577109 Estrangeiro: CHRISTOPH BUSCHOR GEB. DRINHAUS Passaporte: C3JG9MWXJ Estrangeiro: CHRISTOPHER MICHAEL FEHN Passaporte: 452097275 Estrangeiro: COREY TODD TAYLOR Passaporte: 452041074 Estrangeiro: CRAIG ALAN JONES Passaporte: 422085414 Estrangeiro: DARYL ADRIAN ARNBERGER Passaporte: 481828428 Estrangeiro: DAVID CLIFFORD NICHOLLS Passaporte: 099208020 Estrangeiro: DENNIS PATRICK WAITE Passaporte: 134964113 Estrangeiro: DONALD SHAWN STEELE Passaporte: 482560561 Estrangeiro: GARY JOSEPH GARNER Passaporte: 465635077 Estrangeiro: GEOFFREY CULLER HEAD Passaporte: 437855779 Estrangeiro: GILLIAN AMANDA CHAPMAN Passaporte: 651844420 Estrangeiro: JAISON MATHEW JOHN Passaporte: 475342486 Estrangeiro: JAMES DONALD ROOT Passaporte: 443383323 Estrangeiro: JAMES PHILLIP YEPA Passaporte: 304103529 Estrangeiro: JAMES WILLIAM GARNER Passaporte: 460989896 Estrangeiro: JASON CHRISTOPHER RAPPISE Passaporte: 472249176 Estrangeiro: JOSHUA JAMES RAND Passaporte: 401114457 Estrangeiro: KEVIN LYNN MILES Passaporte: 485246331 Estrangeiro: LARS KONRAD DIETER HOLLSTEIN Passaporte: C7JPFJM4 R Estrangeiro: MARTIN JOHN CONNORS Passaporte: 452010971 Estrangeiro: MATTHEW JAMES KUNEY Passaporte: 445111839 Estrangeiro: MICHAEL PATRICK SULLIVAN Passaporte: 431877934 Estrangeiro: MICHAEL SHAWN CRAHAN Passaporte: 443313495 Estrangeiro: MICKAEL GORDON THOMSON Passaporte: 453012802 Estrangeiro: NATHAN JONAS JORDISON Passaporte: 465649025 Estrangeiro: PATRICK JAY WILLIAMS Passaporte: 465661147 Estrangeiro: PATRICK MICHAEL DORSEY Passaporte: 432694670 Estrangeiro: RONALD PAUL HURD Passaporte: 029307486 Estrangeiro: RONNIE LEE HISE JR Passaporte: 301479323 Estrangeiro: ROY MAURICE MAYORGA Passaporte: 453983998 Estrangeiro: SEAN MICHAEL KANE Passaporte: 104894639 Estrangeiro: SIDNEY GEORGE WILSON Passaporte: 213101653 Estrangeiro: STEPHANIE LYNN TAYLOR Passaporte: 468460964, Processo: 46094026752201161 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANGEL LUIS FEBRES Passaporte: 423883096 Estrangeiro: CÉDRIC STÉPHANE CHARLES DE PASQUALE Passaporte: 07CP29992, Processo: 46094026757201193 Empresa: T2 EVENTOS E ESTRUTURAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIA CHRISTINA JOSÉ POSTMA Passaporte: NMD4R4BK0 Estrangeiro: TRANG BRONS Passaporte: NRJP1C7K0, Processo: 46094026384201151 Empresa: XYZ LIVE COMUNICACAO E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: NERINA NATASHA GEORGINA PALLOT Passaporte: 800146125, Processo: 46094026751201116 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AFTON HAILEY HEFLEY Passaporte: 459308071 Estrangeiro: BETTINA LAUREL RIFFO Passaporte: 440312002 Estrangeiro: CHARLES MICHAEL OLECH Passaporte: 42208539 3 Estrangeiro: CHARLES ROBERT MARTIN Passaporte: 761204007 Estrangeiro: CHARLTON CLAY PETTUS Passaporte: 425712930 Estrangeiro: CURT SMITH Passaporte: 429052845 Estrangeiro: DOUGLAS GRIMMETT PETTY Passaporte: 464631585 Estrangeiro: DOUGLAS OWEN KIMBALL Passaporte: 447605391 Estrangeiro: DOUGLAS WILLIAM LEMKE Passaporte: 221180971 Estrangeiro: ETHAN MAC COLL Passaporte: 481676219 Estrangeiro: JAMES MICHAEL WOLLAM Passaporte: 445004687 Estrangeiro: JEAN-BAPTISTE BLOT Passaporte: 047625578 Estrangeiro: MICHAEL WAINWRIGHT Passaporte: WA716565 Estrangeiro: ROLAND JAIME ORZABAL DE LA QUINTANA Passaporte: 110338050 Estrangeiro: TANYA MICHELLE MALCOLM Passaporte: 427342332 Estrangeiro: WAYNE PEREZ Passaporte: 038974917 Estrangeiro: WILLIAM FREDERICK LANHAM Passaporte: 206972633, Processo: 46094026702201183 Empresa: AGENTZ PRODUCOES CULTURAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JO-ANN LINDA LANCASTER Passaporte: E7591189 Estrangeiro: RYAN STUART TAPLIN Passaporte: L3724574 Estrangeiro: SIMON NEALE YATES Passaporte: N4995638 Estrangeiro: VAN TA-MINH Passaporte: 05AV04481, Processo: 46094026753201113 Empresa: ESCAMILLA LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ABDOU OUOLOGUEM Passaporte: B0274362 Estrangeiro: ADRIAN CLIVE STROOPER Passaporte: N2739782 Estrangeiro: AGNIESZKA SLAWINSKA Passaporte: AH8427730 Estrangeiro: AGNÈS HÉLÈNE MARIE-ANNE COURTAY Passaporte: 02ZE16866 Estrangeiro: ALICE SOLANGE PAULETTE FRANÇOIS Passaporte: 05AR80868 Estrangeiro: ARTHUR FRANC Passaporte: 07CL75782 Estrangeiro: AYLIN SEZER Passaporte: NR9L2J6P0 Estrangeiro: BÉTHZABÉE HAAS Passaporte: 10CX26325 Estrangeiro: DIMA BAWAB Passaporte: 10AD69858 Estrangeiro: FRANCK ANDRÉ EUGENE KRAWCYK-LOUBET Passaporte: 07AT79801 Estrangeiro: JEAN-CHRISTOPHE BORNE Passaporte: 02VD16429 Estrangeiro: JULIA ALLYSON BULLOCK Passaporte: 401986634 Estrangeiro: LEILA BENHAMZA Passaporte: 09AD54985 Estrangeiro: LUC MARIE DOMINIQUE HERVÉ BERTIN-HUGAULT Passaporte: 06AF12512 Estrangeiro: MALIA ILHEM BENDIMERAD Passaporte: 10CX90546 Estrangeiro: PATRICK ROGER JULIEN GEORGES BOLLEIRE Passaporte: EI446955 Estrangeiro: PHILIPPE THIERRY CLAUDE VIALATTE Passaporte: 02VF34731 Estrangeiro: ROGER PADULLES PUBILL Passaporte: AF276695 Estrangeiro: ROMAIN MAXIME PASCAL Passaporte: 04FH57222 Estrangeiro: THOMAS BECELEWSKI Passaporte: 01BB35750 Estrangeiro: THOMAS ULYSSE DOLIÉ usage Dolié-Larrouture Passaporte: 02YD69031 Estrangeiro: VINCENT PAVESI Passaporte: 04TK54762 Estrangeiro: VIRGILE FRANNAIS Passaporte: 04FF02396 Estrangeiro: WILLIAM YOTNDA Passaporte: 10CK66636.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 46094026328201116 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ADAM DAVID CHAVIRA Passaporte: 435897123 Estrangeiro: AGUS KURNIAWAN Passaporte: P871126 Estrangeiro: ALEJANDRO ESCUTIA PANIAGUA Passaporte: G07025626 Estrangeiro: ALEJANDRO NICOLAS TRASLAVINA HAFLIGER Passaporte: C111824 Estrangeiro: ALEKSA PETROVIC Passaporte: 004229393 Estrangeiro: ALEKSANDAR MANOV Passaporte: A0145199 Estrangeiro: ALEX ALIDAY DAPITAN Passaporte: VV0481116 Estrangeiro: ALLWYN JOSEPH REBELLO Passaporte: E9433668 Estrangeiro: ANA MARIA CIOBANU Passaporte: 050449353 Estrangeiro: ANIL DESHMUKH Passaporte: A8116791 Estrangeiro: ANTHONY OPIDO MAALA Passaporte: EB1057253 Estrangeiro: ARMANDO BEY CASTILLO LOWE Passaporte: 1751943 Estrangeiro: ARNALDO AMADO FAUNDEZ VARGAS Passaporte: 13267838-3 Estrangeiro: BEVERLEY JEAN MARSHALL NÉE BHOORASINGH Passaporte: A3106046 Estrangeiro: BORIS LAZAREVIC Passaporte: 125274323 Estrangeiro: CALVIN DE ZITTER Passaporte: EH035262 Estrangeiro: CARLOS ALBERTO GALLARDO FUENTEALBA Passaporte: 15271750-4 Estrangeiro: CARLOS GREGORIO MARTINEZ FOX Passaporte: C1781039 Estrangeiro: COLLIS WINSTON ROBERTSON Passaporte: R0157090 Estrangeiro: DARIO MELENDEZ BARCELONA Passaporte: C182741 Estrangeiro: DARRYLL SARMIENTO GELINDON Passaporte: XX2542303 Estrangeiro: DAVID ALPHONSO RASHFORD Passaporte: A2675064 Estrangeiro: DENNIS SANTOS MAKASAKIT Passaporte: EB2766196 Estrangeiro: DEREK FRIESEN Passaporte: QC783410 Estrangeiro: DIANA HORVATH Passaporte: BB0503189 Estrangeiro: DREW WADDINGHAM Passaporte: N2225026 Estrangeiro: DYLAN FALEIRO Passaporte: H8323834 Estrangeiro: EDWARD SACOL CABIGAS Passaporte: XX4961636 Estrangeiro: EDWIN BEDRUZ ALCAIRO Passaporte: XX0561963 Estrangeiro: EMETERIO DEGRACIA BERNABE Passaporte: XX4727977 Estrangeiro: ERROL PAUL FERGUSON Passaporte: A2080604 Estrangeiro: ESMERALDO ROSITA DELA ROSA Passaporte: EB1079072 Estrangeiro: FRANCISCO FERNANDES Passaporte: H9001723 Estrangeiro: GEDE FERY SUDAYANA Passaporte: S795896 Estrangeiro: GOLDA MARIE SALOMON DE RICHARDS Passaporte: C1174501 Estrangeiro: HECTOR RUIZ GONZALEZ Passaporte: AAE160763 Estrangeiro: HERMAWAN MOHTAR ATMAJA Passaporte: R 808430 Estrangeiro: I MADE LATRA Passaporte: W 767158 Estrangeiro: I KADEK SURYA DIANA Passaporte: P 245438 Estrangeiro: I PUTU SONY PRIMARTHA Passaporte: V 839759 Estrangeiro: I WAYAN EKA SUTRISNA Passaporte: S 456975 Estrangeiro: IONUT CIOBANU Passaporte: 14702784 Estrangeiro: JAMES ESPIRITU PALMES Passaporte: UU0003840 Estrangeiro: JAN KUZMA Passaporte: EA3367922 Estrangeiro: JAVIER BERNARDO MOROS SANCHEZ Passaporte: 005224627 Estrangeiro: JERYL TASHINA BOYCE Passaporte: A2463486 Estrangeiro: JERZY GRAMCZYNSKI Passaporte: EB2371356 Estrangeiro: JOEL MENDOZA PASCUAL Passaporte: XX0093070 Estrangeiro: JOSE ANTONIO ROMERO CHAGOLLAN Passaporte: 07140033679 Estrangeiro: JOSE JUPITER PEREZ GARING Passaporte: XX2523112 Estrangeiro: JUAN JOSE RUBIO GUTIERREZ Passaporte: C1735466 Estrangeiro: KAROL CZAPLA Passaporte: AC2062718 Estrangeiro: KEISHA MARIA METIVIER Passaporte: T956059 Estrangeiro: KEMAR CHRISTOPHER BLAIR Passaporte: A2775993 Estrangeiro: KEVIN ALVARO LEVY DIXON Passaporte: C1652073 Estrangeiro: KEVON WESMAN STERLING Passaporte: A2584847 Estrangeiro: KURT RAFFIQUE RAWDON SHALLOW Passaporte: R0030586 Estrangeiro: LIOR OZERI Passaporte: 12899491 Estrangeiro: LIS LAURITZEN Passaporte: 203142310 Estrangeiro: LUTHER CARONGOY CASTILLEJOS Passaporte: UU0662330 Estrangeiro: MARGARITA ROSA JULIAO ROMERO Passaporte: CC 22584467 Estrangeiro: MARIO PAEL-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DON LAMATA Passaporte: XX2611365 Estrangeiro: MARLON GONZAGA GUMERA Passaporte: UU0385497 Estrangeiro: MELCHOR PEREZ UNTALAN Passaporte: EB1662562 Estrangeiro: MENINO JESUS FERNANDES Passaporte: F4859665 Estrangeiro: MILJENKO JAJAC Passaporte: 004185267 Estrangeiro: NATHAN ELIAS PEREZ Passaporte: 440151877 Estrangeiro: NEMESIO JR RAZO LUBIANO Passaporte: XX2010657 Estrangeiro: NIKSA ROKO Passaporte: 038785109 Estrangeiro: NINOSLAV PERUNOVIC Passaporte: 007013518 Estrangeiro: OSCAR ONALDO OLIVARES ARIZA Passaporte: CC 8782523 Estrangeiro: PEPITO PACLARIN PINEDA Passaporte: EB1605307 Estrangeiro: PETER KORDONOURIS Passaporte: 112810979 Estrangeiro: PRAMOD BABASAHEB SONAWANE Passaporte: H2760621 Estrangeiro: PRINCE ARCHIE BAPTISTA Passaporte: F4388683 Estrangeiro: RAFAEL MA. PASCO REGIDOR Passaporte: XX3528200 Estrangeiro: RAJEEV KUMAR CHAUHAN Passaporte: H8545541 Estrangeiro: RAMIR RONQUILLO MARCELLANA Passaporte: VV0049586 Estrangeiro: RAVIN AGNELO DIAS Passaporte: F2456353 Estrangeiro: RAYOMAND JIMMY UNWALLA Passaporte: F5612395 Estrangeiro: ROBERT DEXTER JOSEPH Passaporte: 1042139 Estrangeiro: RONALDO PARAMA BARREDO Passaporte: XX2042782 Estrangeiro: ROYSTON MININO DIAS Passaporte: E5198257 Estrangeiro: RUEL JAVIER CAUSAPIN Passaporte: TT0788376 Estrangeiro: RUPORTH DEMRY PINEER SINCLAIR Passaporte: C1303068 Estrangeiro: RYAN MANIMTIM MERCADO Passaporte: EB0663176 Estrangeiro: SAJI KUMAR VIJAYA KUMAR Passaporte: E5230580 Estrangeiro: SANDIP DUTTA Passaporte: E4342664 Estrangeiro: SHAUN EDWARDS HICKS Passaporte: R0017173 Estrangeiro: SUNDARRAJU BALASUBRAMANIYAN Passaporte: E5236176 Estrangeiro: VICENTE III LASACA DOLLISEN Passaporte: XX3622909 Estrangeiro: VIDYA PRAMA SUGANDA Passaporte: R977123 Estrangeiro: VIVIAN LENON GATUS Passaporte: XX4711015 Estrangeiro: VJEKOSLAV BANOV Passaporte: 012667785 Estrangeiro: WARREN JOHN MIRANDA Passaporte: G4526720 Estrangeiro: WENDEL JOSE GORDON CROOKS Passaporte: E033719 Estrangeiro: WILLIAM JUNIOR GALE AUGUSTINE Passaporte: G0027191 Estrangeiro: WILLIAM MACATANGAY CLARETE Passaporte: XX3312970 Estrangeiro: ZELJKO RADOVIC Passaporte: 004145873 Estrangeiro: ZLATKO VOJKOVIC Passaporte: 002865141, Processo: 46094026009201119 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ADAM DINAPO SULANI Passaporte: XX2345341 Estrangeiro: ALEJANDRO JOSUE RAUDALES CALLEJAS Passaporte: C467090 Estrangeiro: ALEKSANDAR VUKASOVIC Passaporte: 008601478 Estrangeiro: ALEX ASHLY BODDEN EBANKS Passaporte: B256181 Estrangeiro: ALEXANDER TSAPESH Passaporte: 51 NO. 3680789 Estrangeiro: ALEXANDRA ANNIE DANY YATROPOULOS Passaporte: 09PV12268 Estrangeiro: AMANDA MARY COOPER Passaporte: 463027081 Estrangeiro: AMBER DANIELLE NICOLE WILLS Passaporte: 435122496 Estrangeiro: AMESH KALATHARA AUGUSTINE Passaporte: F0819710 Estrangeiro: ANWAR SADIQUE OLIKKAL Passaporte: F6545052 Estrangeiro: ANWYN DAVINIA STUURMAN Passaporte: 460060619 Estrangeiro: ATHANASIOS PAPADOPOULOS Passaporte: AB3967134 Estrangeiro: AVINASH MAHADEV ACHARYA Passaporte: F9879612 Estrangeiro: BANJO BUIZA TABLAN Passaporte: EB1600658 Estrangeiro: BORIS CVIJETIC Passaporte: A0495541 Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES TAYLOR Passaporte: 060328447 Estrangeiro: CRISTIAN PETCU Passaporte: 14165306 Estrangeiro: DANIEL RICHARD REDNER Passaporte: 028556121 Estrangeiro: DANILO ARMANDO COLINDRES MARTINEZ Passaporte: 000079836 Estrangeiro: EDWARD JUDE REAL UY Passaporte: XX0587191 Estrangeiro: ELIJAH SAMUELS Passaporte: 458966388 Estrangeiro: EMMA CHARLOTTE FENLON Passaporte: 106198947 Estrangeiro: EMMANUEL INVENTADO MANUEL Passaporte: EB0079528 Estrangeiro: FERDIE RAMOS RAMIREZ Passaporte: TT0898510 Estrangeiro: FRIEDRICH ALEXANDER BUBNER Passaporte: 656631835 Estrangeiro: FUZILE MICHAEL LUDAKA Passaporte: A01309141 Estrangeiro: GEORGIOS DALEZIOS Passaporte: AH2816751 Estrangeiro: GEORGIOS TSIMOUNIS Passaporte: AH2933481 Estrangeiro: GOMER ROMERO OTANES Passaporte: XX5548287 Estrangeiro: HOGAN ANTHONY FERNANDES Passaporte: E6425124 Estrangeiro: I PUTU AJIS SAPUTRA Passaporte: V842238 Estrangeiro: I WAYAN SUARTADANA Passaporte: U328948 Estrangeiro: I WAYAN RICCI SUANDIKA Passaporte: V316397 Estrangeiro: JANICE MANGABA TABUNO Passaporte: UU0250207 Estrangeiro: JASMIN CABATO ARANAL Passaporte: EB0981178 Estrangeiro: JEAN DAMIEN OWEN ALEXANDRINE Passaporte: 0939609 Estrangeiro: JEAN FREDERIC POULE Passaporte: 0926650 Estrangeiro: JOE PEREIRA Passaporte: E0508626 Estrangeiro: JOHN AARON TROY Passaporte: 307297421 Estrangeiro: JOHNSLIM PLANA PINEDA Passaporte: EB0164794 Estrangeiro: JOSE ADONAY HERRERA PEREZ Passaporte: C090323 Estrangeiro: JOSHUA TORTAL VALENZUELA Passaporte: XX0045123 Estrangeiro: JUDITH ANN LOMBINO Passaporte: 207456878 Estrangeiro: JULIE TORIO PIDLAOAN Passaporte: XX0780604 Estrangeiro: JULITA DELA CRUZ FERNANDEZ Passaporte: EB0297121 Estrangeiro: JULIUS COLOBONG CAYANGA Passaporte: XX3128071 Estrangeiro: JUNJUN BATIUNG TALOSIG Passaporte: UU0687353 Estrangeiro: KAMLESH RUTHUN Passaporte: 1239088 Estrangeiro: KARGUVEL RAJA THANGAMANI Passaporte: H1264950 Estrangeiro: KATHLEEN BESSY HING HOWARD Passaporte: C1047226 Estrangeiro: KENNETH CHARLES HILDEBRANDT Passaporte: 219102715 Estrangeiro: KIMBERLY ANNE BRYANT Passaporte: 429287710 Estrangeiro: KOLYU IVANOV DIMOV Passaporte: 361665391 Estrangeiro: KRASIMIR SVETOSLAVOV VALCHEV Passaporte: 367076367 Estrangeiro: LEO CRUZ DE GUZMAN Passaporte: VV0402076 Estrangeiro: LEONIDAS PATRINOS Passaporte: AB4853139 Estrangeiro: LINO FERNANDES Passaporte: F3288251 Estrangeiro: LLOYD DAVID ZIEL Passaporte: 038926838 Estrangeiro: LOMASH RISHI BINDA Passaporte: 1127760 Estrangeiro: LUKE AREVALO BERGADO Passaporte: XX0535261 Estrangeiro: MAGNUS DAVIDSON Passaporte: 800442808 Estrangeiro: MARIA ELENA DE LA ROSA FLORES Passaporte: 06210043791 Estrangeiro: MARIANO AGNEL COSTA Passaporte: E3835628 Estrangeiro: MARINA HUTERER Passaporte: 114034102 Estrangeiro: MARIO KUCKO Passaporte: 003341660 Estrangeiro: MARTA ISABEL BLANCO MARTINEZ Passaporte: 010250054 Estrangeiro: MARY ELEANOR ANABO CAOILE Passaporte: UU0749127 Estrangeiro: MELVIN ANTONIO PAWIG Passaporte: EB1507146 Estrangeiro: MELVIN CATAPANG MANALO Passaporte: WW0110629 Estrangeiro: MIHAI BOBRIC Passaporte: 14916065 Estrangeiro: MILAN PAVLOVIC Passaporte: 008314666 Estrangeiro: NILESH RAMDHUN Passaporte: 1026182 Estrangeiro: NIRMALSINGH GUNGASINGH Passaporte: 1267083 Estrangeiro: OLEG KUPRIKOV Passaporte: EA310662 Estrangeiro: OMAR ALBERTO LOPEZ AMAYA Passaporte: C270100 Estrangeiro: PAUL EDWIN GUINTO LEMI Passaporte: XX0282039 Estrangeiro: PETH VERDE LACADEN Passaporte: XX1530178 Estrangeiro: PHILBERT KENROY O'GARRO Passaporte: R0029998 Estrangeiro: PRAVIN PUTTEE Passaporte: 1089711 Estrangeiro: RANDY RAE QUIÑO ROYO Passaporte: VV0938194 Estrangeiro: REDENTOR LIM GLOBA Passaporte: EB1377147 Estrangeiro: RINO ALBUNAG BERNARDO Passaporte: EB0267682 Estrangeiro: ROBERT PAUL HOTHAM Passaporte: JV897097 Estrangeiro: ROBYN CYNTHIA SEARS Passaporte: WJ286324 Estrangeiro: ROGELIO REGIE JR. LUCERO MANA Passaporte: XX3460676 Estrangeiro: ROSALIE FENOL PEÑAMANTE Passaporte: UU0236768 Estrangeiro: RUBEENA ALAM Passaporte: JR867490 Estrangeiro: SACHIN RAMGOLAM Passaporte: 1068100 Estrangeiro: SAMBATH KUMAR PEETHAMBARAN KODUMPILLY Passaporte: F1072668 Estrangeiro: SANTOSH NUNDAH Passaporte: 1242076 Estrangeiro: SINGH MAHENDRA SINGH PUSHKAR SINGH Passaporte: E7548179 Estrangeiro: STANKO MANOJLOVIC Passaporte: 003828343 Estrangeiro: SUSARA HENDRIKA MOSTERT Passaporte: 443710924 Estrangeiro: TAKESWAR JOWATA Passaporte: 1168102 Estrangeiro: TATSIANA FIODARAVA Passaporte: AB1918488 Estrangeiro: THEOFANIS BLETSIS Passaporte: AB4293996 Estrangeiro: TRINDADE GOES Passaporte: H9408571 Estrangeiro: UMESH KADAMMAR VEEDU Passaporte: H6171199 Estrangeiro: VICTORIANO GUZMAN MEJIA Passaporte: B145634 Estrangeiro: VINCENT GUARNA Passaporte: 443483288, Processo: 46094026463201161 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FRANKA STUECK Passaporte: C0M17V751 Estrangeiro: KATJA GUETSCHOW Passaporte: CG607HR0J Estrangeiro: KIRSTEN BOLZ Passaporte: C30LYCY5T Estrangeiro: NINA MANUELA HERZOG Passaporte: CG7P603PC Estrangeiro: RODELFREDO CABALLES ANTONIO Passaporte: EB3047165 Estrangeiro: STEFFEN KAI HALLER Passaporte: C9T3WN5MX Estrangeiro: ULRICH SCHMIDT Passaporte: J03077291 Estrangeiro: WOLFGANG IGNAZ ERWIN EKKERLEIN Passaporte: CFHM9V3Z5, Processo: 46094026915201113 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ADRIAN ALEGRE CLEOFE Passaporte: EB0090846 Estrangeiro: AMY GREGORIO BAUTISTA Passaporte: EB0067597 Estrangeiro: ANDRIJA MARTINOVIC Passaporte: U08KB3756 Estrangeiro: ANTHIPY AMANDA BROWN LEWIS Passaporte: A2598792 Estrangeiro: BEBEN RAZAK Passaporte: T958885 Estrangeiro: BRIAN SYDFROY RICHARDO WHITE Passaporte: A2471430 Estrangeiro: CAMILO FERNANDO PAVON MEZA Passaporte: Z012887 Estrangeiro: DANILO PANGILINAN GUECO Passaporte: XX1170779 Estrangeiro: DAVID ISRAEL DEVOTO Passaporte: 11080399 Estrangeiro: DESMON SOARES Passaporte: G9216814 Estrangeiro: DIOGO SABY FERNANDES Passaporte: H2005956 Estrangeiro: DOJCHINOVSKI JOSIP Passaporte: A0166935 Estrangeiro: FRANCISCO FERNANDES Passaporte: H8324262 Estrangeiro: GILBERT MAYOYA PAGALANAN Passaporte: VV0400587 Estrangeiro: GILBERT RYAN CELIS PADILLA Passaporte: XX3183495 Estrangeiro: HASTO NUGROHO Passaporte: U888634 Estrangeiro: HECTOR RICARDO RAMIREZ ORDONEZ Passaporte: C066089 Estrangeiro: HENDRO LIM Passaporte: P839877 Estrangeiro: I WAYAN WINDYA Passaporte: P064023 Estrangeiro: JOSEPH SAN JUAN COMPETENTE Passaporte: UU0798518 Estrangeiro: JOY METILLO MARPE Passaporte: XX0287037 Estrangeiro: KENETH ROMANO ESCUCHARO Passaporte: XX2978409 Estrangeiro: LAZE NIKOLOV Passaporte: A0577076 Estrangeiro: LEOPOLDO BALERO LUCERO Passaporte: UU0818657 Estrangeiro: LOUISE NORAH HELEN BISSETT Passaporte: 307689456 Estrangeiro: LYNSEY FLORA MCKINNON Passaporte: 453354215 Estrangeiro: MARIANO FURTADO Passaporte: J3456303 Estrangeiro: MARLON SHAWN SEWELL Passaporte: A3085547 Estrangeiro: MICHEL CARON Passaporte: WK507908 Estrangeiro: MOH MISBAH Passaporte: T330712 Estrangeiro: NELSON STANY D'ALMEIDA Passaporte: E2695119 Estrangeiro: NENAD KISIN Passaporte: A0025182 Estrangeiro: NOEL FERRER ABETONG Passaporte: XX3823293 Estrangeiro: NORIEL JULIANDA PONTILLAS Passaporte: VV0160510 Estrangeiro: NORMAN ALSTON BURKE Passaporte: A2560453 Estrangeiro: OSMAN YOBANY FUENTES AGUILERA Passaporte: C678659 Estrangeiro: RAJAGURU PETER THAVAMANI Passaporte: G3047186 Estrangeiro: RAKHIBUL MANDAL Passaporte: E3675826 Estrangeiro: RICKY ARAGON ALIMBUYOG Passaporte: XX0905343 Estrangeiro: RONALDO NICOL NIEVA Passaporte: XX5242873 Estrangeiro: SAHARUDDIN SALEH Passaporte: T439880 Estrangeiro: SALVADOR MASCARENHAS Passaporte: G2642712 Estrangeiro: SHEILANI DAVI VILLANUEVA CABRERA Passaporte: XX2119475 Estrangeiro: SLAVKO JOSKOVIC Passaporte: 008575142 Estrangeiro: SUTHAKAR PALANIVEL Passaporte: F3845354 Estrangeiro: VIRAAJ GOWRY Passaporte: 1191255 Estrangeiro: VLADIMIR PAVLOV VASILEV Passaporte: 360667116 Estrangeiro: XAVIER LOURENCO FILIPE ABREU Passaporte: F1452301, Processo: 46094026462201117 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BJOERN XAVER SCHNEIDER Passaporte: CCHXGLYV4 Estrangeiro: CLAUDIA DICHMANN Passaporte: C0N5NH2WH Estrangeiro: DOMINADOR JR. ALONZO OROBIA Passaporte: EB0308197 Estrangeiro: NADINE STEINBRUECK Passaporte: CCP0LZCX0 Estrangeiro: NICO BJOERN BERG Passaporte: 200043686 Estrangeiro: ROEL BRIONES FUENTES Passaporte: XX2365904 Estrangeiro: SANDRA GYOERGY Passaporte: CFRTN0R2J Estrangeiro: STEFANIE METZNER Passaporte: 595303348.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094016352201147 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEIR STOREBOE Passaporte: 25675849, Processo: 46094018993201136 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: LEONARD HOWARD STANLEY Passaporte: 017687040, Processo: 46094021348201109 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER BLACKMORE Passaporte: WJ251028, Processo: 46094021339201118 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JON WALTER PRYOR Passaporte: 425134471, Processo: 46094021340201134 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DOUGLAS CHADWICK SCHLAUTMAN Passaporte: 424807158, Processo: 46094020936201117 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDERS AARSAND Passaporte: 25299199 Estrangeiro: GUNNAR PEDERSEN Passaporte: 26240159 Estrangeiro: HELGE LOG Passaporte: 27567046 Estrangeiro: HENNING STALSBERG Passaporte: 20562016 Estrangeiro: HENRIK KRISTIAN ANDRE KISMUL HVALBYE Passaporte: 25604227 Estrangeiro: JOHANNES LIA Passaporte: 20134904 Estrangeiro: KJELL AGE WAERNES Passaporte: 25305415 Estrangeiro: LENNART RISA Passaporte: 28025231 Estrangeiro: Morten Ferkingstad Passaporte: 27496895 Estrangeiro: RUNE BREKKEN Passaporte: 26459899 Estrangeiro: STIAN RUNHOVDE SVENDSEN Passaporte: 20777631 Estrangeiro: SVERRE JOHAN SVERRISSON Passaporte: 26428333, Processo: 46094022922201138 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN KARL SOILEAU JR Passaporte: 430198339, Processo: 46094024462201182 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: COLIN ORLAND QUINTO BURDEOS Passaporte: XX0022928 Estrangeiro: DJOANNA GALANG PUA Passaporte: XX3384535 Estrangeiro: ERIC PATAM NARES Passaporte: XX0062387 Estrangeiro: JEROM MARTEZ DUCAY Passaporte: EA0017423 Estrangeiro: JOSE RONALDO III FRANKIE MASACUPAN Passaporte: XX0097544 Estrangeiro: NICROAST VALEÑA AGUILAN Passaporte: EB1533149 Estrangeiro: OLIVER MADLANGBAYAN VALENCIA Passaporte: XX2565940 Estrangeiro: REA KAREN DUDAS VILLALUNA Passaporte: XX0139922 Estrangeiro: REYNALDO JR ASICO JANDUSAY Passaporte: XX3911814 Estrangeiro: WILLAN LUGSANAY HINAMPAS Passaporte: EB1570775, Processo: 46094024463201127 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ARNOLDUS MATTHEUS TOL Passaporte: NSP1HPJ48 Estrangeiro: BASTIAAN LAURIER Passaporte: NSKDPFC42 Estrangeiro: ERIC MARTINUS MARIA VAN DER PLAS Passaporte: NS2H770R5 Estrangeiro: JAN BLANKMAN Passaporte: NY54232J6 Estrangeiro: JOHANNES WILLEM STURM Passaporte: NULBR8H10 Estrangeiro: LENNARD HENRICUS VAN DER HULST Passaporte: NV122FL23 Estrangeiro: PIETER SLUIJTER Passaporte: BJ433H0H6 Estrangeiro: RENÉ VAN DER STARRE Passaporte: NM344D650 Estrangeiro: RONALD HENDRIKUS THEIL Passaporte: NPJ7LP316 Estrangeiro: TOM FETERIS Passaporte: NY42CH185, Processo: 46094022823201156 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TEOFILO JR. BUSBUS BOCAR Passaporte: EB2678729, Processo: 46094024626201171 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ABRAHAM DABALUS PITOGO Passaporte: XX1042892 Estrangeiro: IRWIN RIZARDO TABAGO Passaporte: XX3578826 Estrangeiro: JHON LAMELA DINGCONG Passaporte: EB1820430 Estrangeiro: JOEL DEL ROSARIO SOLANO Passaporte: XX5153043 Estrangeiro: JOHNMEL BLANCAVER ASIS Passaporte: VV0258504 Estrangeiro: JUANITO SAMSON CONJE Passaporte: EB0432687 Estrangeiro: MARCOS II MERCA ANDANAR Passaporte: EB0499863 Estrangeiro: MARLON BAGSIC LEVITA Passaporte: EB0611480 Estrangeiro: PETER SORIANO FABIAN Passaporte: EB1254656 Estrangeiro: REMBERTO LUCEDA GONZAGA Passaporte: UU0799799, Processo: 46094022813201111 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN LEE HAIDER Passaporte: 422110797, Processo: 46094024458201114 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: JOSEPH JOHN DRAKE Passaporte: 463481073 Estrangeiro: MARK ANTHONY HOWES Passaporte: 483982091 Estrangeiro: PHILLIP RUDOLPH NEL Passaporte: M8028340, Processo: 46094025118201119 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BARRY NEWTON ROSS Passaporte: 093068742, Processo: 46094024460201193 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ARNOUT MENSINK Passaporte: NPJ306FH8 Estrangeiro: DIRK JOHANNES TAAL Passaporte: NS26766K8 Estrangeiro: FROUKJE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TE GROTENHUIS Passaporte: NN03H6244 Estrangeiro: GEERTRUIDA WILHELMINE ALIDA SMID Passaporte: NS243F601 Estrangeiro: HINDRIK BROEKEMA Passaporte: BEK866LJ3 Estrangeiro: JACQUES JOHANNES LAURIER Passaporte: NU610F4H8 Estrangeiro: ROELAND MARCELIS VALOIS Passaporte: NSHL2J981 Estrangeiro: ROLAND TROUWBORST Passaporte: NV7DBFF92 Estrangeiro: SANDER MARTIJN DE LEEUW Passaporte: NSHJ2C2F2 Estrangeiro: WOUTER TEUNIS MARTINUS BOER Passaporte: NW3673K22, Processo: 46094023103201116 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/07/2013 Estrangeiro: GEORGIOS MAVRELOS Passaporte: AH3082395 Estrangeiro: IOANNIS MAVRIDIS Passaporte: AH3860805, Processo: 46094024457201170 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: BIN HU Passaporte: NWCBRLPR4 Estrangeiro: CORNELIS PETER MARIA LAMMERS Passaporte: NUKKF8F12 Estrangeiro: FLORIS ADRIAAN PRAGER Passaporte: NTK0F8KR2 Estrangeiro: JAKOB AARON JAN JANSSENS Passaporte: NX5613RK2 Estrangeiro: JEROEN REGELINK Passaporte: NWFBDKC99 Estrangeiro: MARTIJN PAULUS MARIA KRUTZEN Passaporte: NMC172517 Estrangeiro: MARTINUS ADRIANUS PONSIE Passaporte: NM5L6R981 Estrangeiro: PIETER JOHANNES ELZINGA Passaporte: NUJ4712F9 Estrangeiro: ROBERT VAN DRIEL Passaporte: NR6D8J510 Estrangeiro: WOUTER FREDERIK BALK Passaporte: NTKP1F1R9, Processo: 46094024456201125 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: PATRICIA MARIA MARQUES DE SEIÇA CARVALHO Passaporte: J213729, Processo: 46094024459201169 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: BOHDAN LONYUK Passaporte: EE597570, Processo: 46094024561201164 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Prazo: até 01/02/2012 Estrangeiro: ROSS ALLAN KIRTON Passaporte: 099087255, Processo: 46094022980201161 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAMUEL GOMEZ NAKAMURA Passaporte: 07030048759, Processo: 46094024913201181 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ANTONIO MARTINEZ DE CASTRO Passaporte: AAB097444 Estrangeiro: BRUNO FONTAN AFONSO Passaporte: BE518310 Estrangeiro: CARLOS MARTIN GONZALEZ MOLDES Passaporte: AAC813066 Estrangeiro: CONSTANTINO PEREZ DURAN Passaporte: AAB674489 Estrangeiro: FELICIANO FERNANDEZ LAGO Passaporte: AAA945822 Estrangeiro: GAEL MASCATO FERNANDEZ Passaporte: AAC353497 Estrangeiro: JUAN JOSE TOME GONZALEZ Passaporte: AAB761258 Estrangeiro: JUAN MANUEL SANTOME VIEITEZ Passaporte: AB753095 Estrangeiro: JUAN MANUEL SISO TEIRA Passaporte: AAB367247 Estrangeiro: MANUEL GUDE MILLAN Passaporte: BC834459, Processo: 46094024624201182 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: EDGARDO DUBLIN MACABASAG Passaporte: XX0391287 Estrangeiro: EFREN DE LEON ALVERO Passaporte: EB2102599 Estrangeiro: ENRIQUE JR. CAWAGAS ARIEM Passaporte: EB2260926 Estrangeiro: GEORGE CABAIS SOSA Passaporte: EB1790605 Estrangeiro: JUAN PEPITO CODILLA Passaporte: XX4272554 Estrangeiro: LEONILO TEODORO BAGRO Passaporte: XX3878908 Estrangeiro: MARCELINO BONIFACIO GUBOT Passaporte: XX5153062 Estrangeiro: ORLANDO ASUNCION UNIDA Passaporte: XX4758278 Estrangeiro: ORLANDO DE LA PAZ CRUZ Passaporte: XX4701379 Estrangeiro: RECUERDO JR. CABICO CUIZON Passaporte: EB1872478, Processo: 46094024461201138 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ANDREW DUNCAN MATTHEWS Passaporte: BA703816 Estrangeiro: BENJAMIN CALLAHAN Passaporte: JM464367 Estrangeiro: KEITH FREDERICK BURKE Passaporte: BA620094 Estrangeiro: MICHAEL BRYAN WILLIAMS Passaporte: BA169920 Estrangeiro: STEPHEN THURGOOD Passaporte: WK018842 Estrangeiro: YANNICK JEAN PELISSIER Passaporte: WT402449, Processo: 46094024562201117 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Prazo: até 01/02/2012 Estrangeiro: CHRISTIAN FRANCIS KIDD Passaporte: 402037763, Processo: 46094024564201106 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Prazo: até 01/02/2012 Estrangeiro: OLEKSII SIMONOV Passaporte: EK572471, Processo: 46094024323201159 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HARRISON WILLIAM JORDAN Passaporte: 402624172, Processo: 46094024566201197 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Prazo: até 01/02/2012 Estrangeiro: ARSENIO JR. TURA DUNGOG Passaporte: XX5037357 Estrangeiro: BENJIE DELA ROSA BADANA Passaporte: EB1022279 Estrangeiro: FRANCIS ARAGON CONJE Passaporte: XX0506684 Estrangeiro: JESSIE CUYOS ARRABIS Passaporte: XX0424648, Processo: 46094024426201119 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Prazo: até 01/02/2012 Estrangeiro: CANDELARIO ARRIESGADO PEPITO Passaporte: EB0842733 Estrangeiro: EDGAR CONDE MONTANA Passaporte: XX3987844 Estrangeiro: JOMAR MANABLUG SAGSAGAT Passaporte: XX4028162 Estrangeiro: ROLITO SUDIJANA TUMBAGA Passaporte: EB1558105, Processo: 46094024427201163 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Prazo: até 01/02/2012 Estrangeiro: ANTHONY MUNOZ ADRIANO Passaporte: XX0054545 Estrangeiro: MARIO VICTORE MIRANDA Passaporte: UU0821331 Estrangeiro: PAUL MAISOG MARILLE Passaporte: XX5734326 Estrangeiro: RONJON SUAREZ NAVARRO Passaporte: XX0476823, Processo: 46094024332201140 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 22/06/2013 Estrangeiro: RALPH ALEXANDER JACKSON III Passaporte: 205977726, Processo: 46094023809201170 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/12/2012 Estrangeiro: GEORGIOS TIGANOPOULOS Passaporte: AH4227105 Estrangeiro: IOANNIS MAKRIS Passaporte: AH4092105 Estrangeiro: KONSTANTINOS TIGANOPOULOS Passaporte: AH4227762, Processo: 46094024623201138 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: GARY COSTELLOE Passaporte: 093191022 Estrangeiro: JACK BROWN Passaporte: 307099338 Estrangeiro: MICHAEL JOHN GITTINS Passaporte: 800571658 Estrangeiro: PAUL ROYSTON ALLAN Passaporte: 801501023 Estrangeiro: RICKIE KEVIN JAMES STEPHENS Passaporte: 456929722 Estrangeiro: ROBERT RODGER Passaporte: 801530627 Estrangeiro: STEPHEN MAUDSLEY Passaporte: 456659717 Estrangeiro: STEVEN DARBYSHIRE Passaporte: 305209081 Estrangeiro: STEVEN JOHN MACKENZIE Passaporte: 099114113 Estrangeiro: WAYNE LEE MOXON Passaporte: 461175227, Processo: 46094024906201180 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ALVIN CELI DOMINGO Passaporte: XX1372075 Estrangeiro: CLINT LANORIAS BADAYOS Passaporte: XX4639413 Estrangeiro: GUILLERMO MATEL RODIL Passaporte: WW0072111 Estrangeiro: LOUIE SULIT DIMAANO Passaporte: EB0101490 Estrangeiro: PEDRO NEOPITO MESDE PIMENTEL Passaporte: XX4029258 Estrangeiro: RODEL FLORES LELIS Passaporte: EB0614566 Estrangeiro: SUNNY CALAPIS ERENO Passaporte: EB1464473 Estrangeiro: VICTOR ALOYAN DESTACAMENTO Passaporte: XX3549419 Estrangeiro: VICTOR REYES UMALI Passaporte: EB1532644 Estrangeiro: WARLITO FLORES ANCHETA Passaporte: EB2150397, Processo: 46094024916201115 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ROBERTO RODRIGUEZ MOREIRA Passaporte: AAA906405, Processo: 46094024563201153 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Prazo: até 01/02/2012 Estrangeiro: GEORGE ALBERT MCPHERSON Passaporte: 099273398, Processo: 46094024625201127 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ALBERTUS JAN MULDERIJ Passaporte: BF2JCF9P6 Estrangeiro: ANDOR BRADER Passaporte: NY2589DC0 Estrangeiro: BEN HOFMAN Passaporte: BXC1P77P1 Estrangeiro: BRAM SEBASTIAAN VAN TONGEREN Passaporte: NS249PBC0 Estrangeiro: CHARIFF NAFZGER Passaporte: NW7587314 Estrangeiro: DIRK VLUGTER Passaporte: NTPKFPLJ7 Estrangeiro: JAN WILLEM REITSMA Passaporte: NM3JC8K36 Estrangeiro: JEROEN MICHIEL DE LOOFF Passaporte: NX39D3817 Estrangeiro: KOEN RUTGERS Passaporte: NVL6L61D2 Estrangeiro: LEFFERT WILLEM ALBADA Passaporte: NX90DH267, Processo: 46094024340201196 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 22/06/2013 Estrangeiro: CHARLES CARL WITKOWSKI Passaporte: 466782854, Processo: 46094024384201116 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STAALE PERSIVALD KRISTIAN MYRVANG Passaporte: 28146035, Processo: 46094024849201139 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 22/06/2013 Estrangeiro: KYLE JOSEPH LEDET Passaporte: 403933522, Processo: 46094025101201153 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAREK WLODZIMIERZ STERN Passaporte: EA 6023212, Processo: 46094024299201158 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 25/06/2013 Estrangeiro: CLEATUS AUSTIN SMITH Passaporte: 490765240, Processo: 46094025100201117 Empresa: SBM FRADE SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 18/06/2012 Estrangeiro: GAVIN IAN ABRAHAMS Passaporte: 467260856, Processo: 46094024504201185 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: KEITH ALLEN AINSWORTH Passaporte: 209510743, Processo: 46094024537201125 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRENDA MAGNAYE MANGI Passaporte: EB0782120 Estrangeiro: DEDAN LATAGAN ARIETA Passaporte: XX2308921 Estrangeiro: EDWIN ROBLES PANGANIBAN Passaporte: EB1672315 Estrangeiro: ERNESTO BISIDO MAGALLANES Passaporte: EB2220715 Estrangeiro: HANS KRISTIAN HYLDEN HANSEN Passaporte: 28090793 Estrangeiro: MARICRIS TORMES DOROIN Passaporte: EB1245020 Estrangeiro: SVERRE HELGE BAKKE Passaporte: 27459527, Processo: 46094024428201116 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: ZHAOHONG WU Passaporte: G35128430, Processo: 46094024622201193 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LEE SHING YUEN Passaporte: 706233531, Processo: 46094024503201131 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ARIE VAN DEN ASSEM Passaporte: NU4HB2009 Estrangeiro: ERWIN GOEDKOOP Passaporte: NRLPBPJK9 Estrangeiro: JASPER MEIJNEN Passaporte: NU39C1499 Estrangeiro: JEROEN VAN AKKEREN Passaporte: NP3FRR976 Estrangeiro: JOHANNES HENDRIKUS SCHURING Passaporte: NS51RH649 Estrangeiro: KELLY EIJGELSHEIM Passaporte: NRP2RDR33 Estrangeiro: PETRUS JOHANNES VAN POPPEL Passaporte: NT39514D7 Estrangeiro: ROBERT HENDRIK ROOS Passaporte: NNDJK9HR5 Estrangeiro: ROBERT JAN BOOMER Passaporte: NMLD6KKJ4 Estrangeiro: RUDOLPH DANIEL CHARLES MATTHES Passaporte: BNF7BLL72, Processo: 46094024914201126 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: VALERIJ KRIVELSKIJ Passaporte: LJ473996, Processo: 46094024424201120 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TONY CHRISTIAN KALM Passaporte: PD7072460, Processo: 46094024382201127 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PALL OLSEN Passaporte: 202276312, Processo: 46094024847201140 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 18/06/2013 Estrangeiro: THOMAS CHRISTOPHER PERK Passaporte: 141278834, Processo: 46094024848201194 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 22/06/2013 Estrangeiro: WAYNE MARTIN PETERSON Passaporte: 445909610, Processo: 46094024367201189 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/06/2013 Estrangeiro: GENNADIY DUBOVOY Passaporte: PO609934, Processo: 46094024365201190 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARTUR PRZEMYSLAW STASIAK Passaporte: AK2895943, Processo: 46094025098201178 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: AMBER JEAN STOOKSBERRY Passaporte: 483722449 Estrangeiro: CURTIS WAYNE PANGLE Passaporte: 136077679, Processo: 46094024536201181 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEIR HENNING JOHAN GODTLIEBSEN Passaporte: 28268026, Processo: 46094024423201185 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO JOSE PEREIRA MARQUES Passaporte: J323464, Processo: 46094024922201172 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLEG PIRUMOV Passaporte: 64Nº3243475, Processo: 46094024794201167 Empresa: MAERSK FPSO BRASIL SERVICOS DE PRODUCAO MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIELS KOPPEL Passaporte: 205065745, Processo: 46094024795201110 Empresa: MAERSK FPSO BRASIL SERVICOS DE PRODUCAO MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PETRUS WILHELMUS SCHINKELSHOEK Passaporte: NW86B9JJ9, Processo: 46094024378201169 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 21/07/2013 Estrangeiro: COSIMO MINERVINI Passaporte: YA1177525 Estrangeiro: DARIUS GIMZAUSKAS Passaporte: 22489959 Estrangeiro: JAN WAAIJMAN Passaporte: NPPFK0D52 Estrangeiro: JEROEN JAN PIETER VINCENT POST Passaporte: NXHFD1P94 Estrangeiro: JOHANNES GERT BAKKER Passaporte: NX931HK97 Estrangeiro: JULIUS JURKYNAS Passaporte: 22241297 Estrangeiro: JURIJ KOTELNIKOV Passaporte: 20619578 Estrangeiro: LAMBERTUS PETRUS FREDERIK JOHANNES SUIJKERBUIJK Passaporte: BJHK2B435 Estrangeiro: MARIANO CAPRIOTTI Passaporte: YA0068506 Estrangeiro: PETRUS HERMANUS THEODORUS VAN VILSTEREN Passaporte: NS9BCB930, Processo: 46094024377201114 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO RAMOS KABILING Passaporte: XX4281110 Estrangeiro: FERDINAND GATAN PAGUIRIGAN Passaporte: XX0936404 Estrangeiro: GILBERT TALANDATO DE JESUS Passaporte: XX1382567 Estrangeiro: JEROME MAYO BUALA Passaporte: XX5356258 Estrangeiro: ORLANDO ELIVAZO MINGARACAL Passaporte: EB0061325 Estrangeiro: PRESTON NEIL CANOY OAMINAL Passaporte: XX4760794 Estrangeiro: ROLANDO JR. CASERO PULIDO Passaporte: XX1042890 Estrangeiro: ROMMEL TALANDATO DE JESUS Passaporte: XX0602466 Estrangeiro: WELVIN DELABAJAN BELANO Passaporte: XX5054386, Processo: 46094024376201170 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 21/07/2013 Estrangeiro: ALEX CARMELOTES CALABRIA Passaporte: XX1968571 Estrangeiro: ALVIN VILLAGRACIA BODUSO Passaporte: WW0520102 Estrangeiro: CHRISTOPHER VIGAL ANDONG Passaporte: EB2442972 Estrangeiro: DANILO VILLANUEVA SILANG Passaporte: XX0502392 Estrangeiro: ROLANDO DELA PEÑA SANTOLORIN Passaporte: UU0129098 Estrangeiro: TOMAS SEMENAUSKAS Passaporte: 21020060, Processo: 46094024383201171 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAKOB GERICKE Passaporte: 204324958, Processo: 46094024438201143 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PURAN CHANDRA MISHRA Passaporte: F2513752 Estrangeiro: RAMCHANDER KAUSHIK Passaporte: E7103633, Processo: 46094024380201138 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KIM SVENNESEN Passaporte: 205228663, Processo: 46094024568201186 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RELU DUMITRU Passaporte: 13097191, Processo: 46094024431201121 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ENRIQUE CORTEZ GARCIA Passaporte: 019422888, Processo: 46094024432201176 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMADO JOSE ACUÑA HERNANDEZ Passaporte: 031428743, Processo: 46094024430201187 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEGARAN SUGOOMARAN Passaporte: A22654381, Processo: 46094024425201174 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DOUGLAS ROBERT MURRAY Passaporte: 104736542, Processo: 46094024435201118 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARUMUGAM MADASAMY Passaporte: G6830409, Processo: 46094024437201107 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALIKSANDER OTIS OSHEIM Passaporte: 475554674 Estrangeiro: RICKEY JAMES HILES Passaporte: 407509890 Estrangeiro: WHITNEY GLYNN KITCHENS Passaporte: 424104111, Processo: 46094024923201117 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: DMYTRO MYKHAYLYCHENKO Passaporte: AX104968, Processo: 46094024924201161 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARK JOSHUA MUTCHILLAS DOBLE Passaporte: EB1307490, Processo: 46094024671201126 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Prazo: até 22/12/2011 Estrangeiro: Wilson Cajitan Lopes Passaporte: F7380720, Processo: 46094024670201181 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 30/11/2012 Estrangeiro: Arnold Tolentino Reunir Passaporte: XX5662080, Processo: 46094024453201191 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Charles Brian Setterfield Passaporte: 207547805, Processo: 46094024543201182 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GARY DWAIN MORROW Passaporte: 448709023, Processo: 46094024444201109 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Blaine Patrick Berg Passaporte: BA334263 Estrangeiro: William Corey Bixby Passaporte: 483688942, Processo: 46094024443201156 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gary Raymond Harrington Passaporte: 403464082 Estrangeiro: Stephen Slade Matthews Passaporte: 454986372, Processo: 46094024567201131 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Prazo: até 01/02/2012 Estrangeiro: DANILO LOZANO MARTIN Passaporte: EB0698620 Estrangeiro: JONATHAN LLENA PARRILLA Passaporte: UU0002645 Estrangeiro: LYNDON MAAMO TORLAO Passaporte: XX5389665, Processo: 46094024565201142 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Prazo: até 01/02/2012 Estrangeiro: FRANCISCO GEDACA ESTOY Passaporte: UU0234087 Estrangeiro: RENATO MANABO CASINILLO Passaporte: UU0252400, Processo: 46094024400201171 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 23/05/2012 Estrangeiro: MORTEN MORVIK Passaporte: 28584911 Estrangeiro: OEYSTEIN KJELSVIK Passaporte: 20472799, Processo: 46094024664201124 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KARLIS PAEGLE Passaporte: LL0630994 Estrangeiro: KRZYSZTOF SEBASTIAN SOBIECH Passaporte: AV3066723 Estrangeiro: LEO REY MADRAZO SAMORRO Passaporte: XX0615050 Estrangeiro: MICHAL KRZYSZTOF MARCZAK Passaporte: AH8586316 Estrangeiro: MIROSLAW MALCZYK Passaporte: AK1069808 Estrangeiro: WOJCIECH BARTOSZ KACZANOWSKI Passaporte: AT8719550, Processo: 46094024560201110 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Prazo: até 01/02/2012 Estrangeiro: AMCARLO PEPITO MARIKIT Passaporte: XX4584184, Processo: 46094024452201147 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IOANNIS PAPADOPOULOS Passaporte: AH4326096, Processo: 46094024406201148 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 29/01/2013 Estrangeiro: CECIL ATTARD Passaporte: 0985873, Processo: 46094024673201115 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 31/05/2012 Estrangeiro: Erik Axel Hulten Passaporte: PC9220084, Processo: 46094024351201176 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 23/05/2012 Estrangeiro: ALBERTO SARTOR Passaporte: Y302915 Estrangeiro: ANDREA TONELLI Passaporte: E012339 Estrangeiro: DINO TEMPESTI Passaporte: AA2787981 Estrangeiro: DOMENICO FUSCO Passaporte: AA4148934 Estrangeiro: MICHELE FELICI Passaporte: AA5845578 Estrangeiro: PAOLO CIONI Passaporte: AA2700999 Estrangeiro: PIETRO FRONTEDDU Passaporte: A907926 Estrangeiro: STEFANO COLOMBINI Passaporte: AA0648566, Processo: 46094024474201115 Empresa: SVITZER SALVAGE SALVAMENTOS MARITIMOS LATIN AMERICA LTDA. Prazo: até 16/12/2012 Estrangeiro: ALBERTO GUSTAVO WEBER Passaporte: 07646542M, Processo: 46094024402201160 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: KEITH ABRAHAM DRYDEN Passaporte: 439071335 Estrangeiro: MICHAEL LEE GERSTMANN Passaporte: 212087519, Processo: 46094024720201121 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEITH PURDIE Passaporte: 099090296, Processo: 46094024672201171 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 31/03/2013 Estrangeiro: Dmytro Kondratyuk Passaporte: EH357592, Processo: 46094024449201123 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANDESH SUBRAMANIAN Passaporte: J1586306, Processo: 46094024451201101 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANUT BACIU Passaporte: 12837874, Processo: 46094024441201167 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCESCO ARPINO Passaporte: YA0371828, Processo: 46094024454201136 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jorge Christian Rohleder Passaporte: 450235674, Processo: 46094024442201110 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN JONATHON MORIARTY Passaporte: PB9941294, Processo: 46094024797201109 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AVADHUT VASANT SHALIGRAM Passaporte: Z1724411 Estrangeiro: RAJEEV KUMAR RANJAN Passaporte: J8308271, Processo: 46094024401201115 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: JEFFREY ROCES BASCO Passaporte: XX2128092, Processo: 46094024450201158 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIVEK KUMAR RAKESH YADAV Passaporte: H4181737, Processo: 46094024445201145 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Robert James Jack Passaporte: 652903909, Processo: 46094024542201138 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHEONG JIE XU Passaporte: A17360958 Estrangeiro: HELEN KRISTINA OLOFSSON Passaporte: 81509024 Estrangeiro: KHASHAYAR SOHRABI LONG Passaporte: 540399503 Estrangeiro: NEIL HUGH RICHARD TURNBULL Passaporte: 099030186 Estrangeiro: SONIA SANDRINE EICHERT Passaporte: 10CL79046, Processo: 46094024538201170 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NORBERTO LINAO RANAY Passaporte: XX2479831, Processo: 46094024545201171 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NILES JANUS NOYNAY LAGUTIN Passaporte: EB1433111, Processo: 46094024541201193 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ENGUILBERTO SALURIA GOLEZ Passaporte: EB0809343, Processo: 46094024455201181 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jaroslaw Rajmund Moldoch Passaporte: EB1375241, Processo: 46094024540201149 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIO TAGANAHAN CUADRASAL Passaporte: EB1466420, Processo: 46094024446201190 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Slawomir Marian Kolp Passaporte: AU9119075, Processo: 46094024544201127 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOACHIM VANGSNES HOVDE Passaporte: 25511272, Processo: 46094024447201134 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SYED HAMMAD HUSSAIN Passaporte: DL6892412, Processo: 46094024933201152 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SADIQUE HAVVA MOHAMMED Passaporte: H2303381, Processo: 46094024448201189 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEVEN LOPES Passaporte: F5531607, Processo: 46094024934201105 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEBASTIAN ALEX FERNANDES Passaporte: G4712934, Processo: 46094024523201110 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOAKIM ERIKSSON Passaporte: 80446099, Processo: 46094024669201157 Empresa: ENSCO BRAZIL-SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID JOHN SHERMAN Passaporte: 463724340 Estrangeiro: MARK DWAYNE HOWE Passaporte: M1537948, Processo: 46094024925201114 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREI CATALIN DORNEANU Passaporte: 12492708, Processo: 46094024522201167 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: RICHARD MORRICE Passaporte: 761331886, Processo: 46094024926201151 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ABARCA LINARES WILL MANFREDY Passaporte: 002605155 Estrangeiro: CARRANZA RUMALDO HECTOR JEOVANY Passaporte: 002009189 Estrangeiro: ESCOBAR NOE DE JESUS Passaporte: A00188989, Processo: 46094024719201104 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DARREN LORNE BURKE Passaporte: BA450753, Processo: 46094024627201116 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: kirk-duval st valentine davey Passaporte: 211377499, Processo: 46094024737201188 Empresa: GLBL BRASIL OLEODUTOS E SERVICOS LTDA Prazo: até 19/03/2012 Estrangeiro: JOAO MIGUEL PAULINO HENRIQUES Passaporte: L772040, Processo: 46094025085201107 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUISITO ESTEBAN CRUZ Passaporte: XX4003801, Processo: 46094024936201196 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: ANDREY MOLOKANOV Passaporte: 704650471, Processo: 46094024905201135 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO JR. GENIT ESCANILLAS Passaporte: UU0166819 Estrangeiro: DEMETRIO BEJER LOPEZ Passaporte: XX2421938 Estrangeiro: JESSIE PERALTA AGUIRRE Passaporte: WW0476894 Estrangeiro: JONAS VALENZUELA PIEDRAGOZA Passaporte: XX0004207 Estrangeiro: LEOGIN CADERAO BANDEJA Passaporte: XX0760439 Estrangeiro: NEIL DOLLETE TABAY Passaporte: XX0329703 Estrangeiro: NORI DECANO BALISBISANA Passaporte: XX3944854 Estrangeiro: ROMMEL ANTONIO ALDAY Passaporte: EB0190374 Estrangeiro: SHAUN SESCON MACABUHAY Passaporte: XX0801930 Estrangeiro: TEODORICO JR. ROMION YEPES Passaporte: XX0939531, Processo: 46094024930201119 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/09/2012 Estrangeiro: BO RISE Passaporte: 101992895, Processo: 46094024931201163 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL JOHANSEN Passaporte: 204243440, Processo: 46094024927201103 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/07/2012 Estrangeiro: CHETAN KUSHTE Passaporte: Z2083195, Processo: 46094024929201194 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BAHARUDDIN BARAYYA Passaporte: U018169 Estrangeiro: DIMITRIOS GROUNTAS Passaporte: AH2617185, Processo: 46094024932201116 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ASHOK ARUN KADKOL Passaporte: Z1864896, Processo: 46094024928201140 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/12/2012 Estrangeiro: PANAGIOTIS KOKKOTOS Passaporte: AH4439829, Processo: 46094025230201141 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: ALBERTO LAMOSTE GESTA Passaporte: XX1815278 Estrangeiro: IVAN LOU GRUELA PANGANIBAN Passaporte: XX1585077 Estrangeiro: JOEL EBIO LIGOY-LIGOY Passaporte: XX4616556 Estrangeiro: LEO MAÑIBO MACALINTAL Passaporte: XX4310744 Estrangeiro: PABLO JR. FLORES GACAYAN Passaporte: EB0472568 Estrangeiro: ROLAND LORQUE MOJICA Passaporte: XX1245972, Processo: 46094024935201141 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Steven Russell Stewart Passaporte: 460922087.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006 (Artigo 1°, Parágrafo 1°):

Processo: 46094022731201176 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 30/07/2012 Estrangeiro: LUCA PAPAGNI Passaporte: YA2095442.

Temporário - Sem Contrato - RN 81 - Resolução Normativa, de 16/10/2008:

Processo: 46094022909201189 Empresa: ATLANTICO TUNA - INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PESCADOS - LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KURNIA Passaporte: V012518 Estrangeiro: SUSENO Passaporte: R757184.

Permanente - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46208007699201174 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VIDAL FELIX NAVARRO TORRES Passaporte: J785658.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 46094023004201126 Empresa: SETEC DO BRASIL CONSULTORIA EM OBRAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAIC KRISTELL TANGUY Passaporte: 05HI93747.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 46094023153201195 Empresa: AMCEL - AMAPA FLORESTAL E CELULOSE S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JUNICHI ISHIDO Passaporte: TZ0498287, Processo: 46094022902201167 Empresa: SINOPEC EXPLORATION AND PRODUCTION (BRAZIL) LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KOUZHAO WAN Passaporte: P 00510513, Processo: 46094022903201110 Empresa: SINOPEC EXPLORATION AND PRODUCTION (BRAZIL) LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FUCHANG LU Passaporte: P 01350734, Processo: 46094022904201156 Empresa: SINOPEC EXPLORATION AND PRODUCTION (BRAZIL) LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: QINGYAN ZHANG Passaporte: P 01114042, Processo: 46094022794201122 Empresa: STAPLES BRASIL COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: HENRICUS JOHANNES THEODORUS VISSER Passaporte: NM7603K70, Processo: 46094022935201115 Empresa: FUJITSU TEN DO BRASIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: SHIRO SHIRASAKI Passaporte: TK1750938, Processo: 46094023037201176 Empresa: KURITA DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: YUKIO YAZAWA Passaporte: TH3483060, Processo: 46094023040201190 Empresa: NESIC BRASIL S/A Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: KENICHIRO SUZUKI Passaporte: TG8266351, Processo: 46094022963201124 Empresa: SINUTA BRASIL ANTENAS PARABOLICAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Diamantino José da Silva Nunes Passaporte: L231922, Processo: 46094022986201139 Empresa: SONANGOL STARFISH OIL & GAS S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: JOAQUIM LEITE DA COSTA Passaporte: N0525100, Processo: 46094023211201181 Empresa: EADS BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO PEREZ VALVERDE Passaporte: AAC354789, Processo: 46094023117201121 Empresa: CITIC COOPERACAO INTERNACIONAL DO BRASIL CONSULTORIA DE PROJETOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TIAN LONG Passaporte: P01294100.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46094006397201111 Empresa: SINOBRASIL INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: GUONAN LI Passaporte: G39010603, Processo: 46094018795201172 Empresa: MERCEARIA SHEN LI LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: AISONG GUO Passaporte: G38648524, Processo: 46094022692201115 Empresa: L&Q NEW COMERCIAL LTDA-ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: QILIAN LIU Passaporte: G39772325, Processo: 46094023453201174 Empresa: LCR COMERCIALIZACAO DE ALIMENTOS & BEBIDAS LTDA ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Razaaq Ayinde Akanni Passaporte: C5J25HP82, Processo: 46094022693201151 Empresa: DELAYSA BIJOUTERIA LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MEIWEN LU Passaporte: G31372349, Processo: 46094023454201119 Empresa: ARAY COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GANG CHEN Passaporte: G21049257, Processo: 46094023456201116 Empresa: P.P. DESIGN DO BRASIL LTDA. - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Andreas Herbert Pomp Passaporte: CGHG4H56H, Processo: 46094023505201111 Empresa: SELECTA BRASIL GESTAO DE ATIVOS LTDA. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ ANTÓNIO JOSÉ DE MELO Passaporte: G836309, Processo: 46205013351201146 Empresa: ESPERANCA SERVICOS DE TURISMO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOHANNES LAURENTIUS MARIE ADAMS Passaporte: NW4J2H586.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, resolve: tornar sem efeito o despacho publicado no Diário Oficial da União, número 50, de 15.03.2011, seção 1, pág. 70, referente à autorização de trabalho Permanente - Sem Contrato - prazo 1 ano, Empresa ONGOING PARTICIPAÇÕES (BRASIL) S.A, ao estrangeiro RUI GOMES ARAÚJO, passaporte J086895, processo MTE n. 46094.002675/2011-53.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, resolve: tornar sem efeito o despacho publicado no Diário Oficial da União, número 50, de 15.03.2011, seção 1, pág. 70, referente à autorização de trabalho Permanente - Sem Contrato - prazo 1 ano, Empresa ONGOING PARTICIPAÇÕES (BRASIL) S.A, ao estrangeiro NUNO MIGUEL FERRAZ DE BARROS, passaporte G835600, processo MTE n. 46094.002676/2011-06.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº.114 de 15/06/2011, Seção 1, pág. 80, Processo: 46094.012976/2011-95, Estrangeiro: KHASHAYAR KAREMBYR TEHRANY, onde se lê: Passaporte: D18262808, leia-se: Passaporte: Z21366401.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº.146 de 01/08/2011, Seção 1, pág. 104, Processo: 46205.009375/2011-09, Estrangeiro: FERNANDO ARLINDO FELIX TELES VARELA, onde se lê: Passaporte: V627912, leia-se: Passaporte: G627912.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 138 de 20/07/2011, Seção 1, pág. 113, Processo: 46094.017677/2011-47, onde se lê: Prazo: 90 meses, leia-se: Prazo: 90 dias.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 153 de 10/08/2011, Seção 1, pág. 96, Processo: 46094.023594/2011-97, onde se lê: Prazo: 90 dias, leia-se: Prazo: 02 anos.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 130 de 08/07/2011, Seção 1, pág. 105, processo: 46094.016929/2011-11 onde se lê: RASEJH VENUGOPALAN, leia-se: RAJESH VENUGOPALAN.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 82 de 02/05/2011, Seção 1, pág. 117, processo: 46094.007071/2011-01 onde se lê: TIBERIUSZ MIKOLAJCZYK, leia-se: TYBERIUSZ MIKOLAJCZYK.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 72 de 14/04/2011, Seção 1, pág. 105, processo: 46094.000763/2011-11 onde se lê: QIU NA, leia-se: NA QIU

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 95, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

Altera dispositivos das Resoluções Normativas nº 45, de 14 de março de 2000, e nº 62, de 8 de dezembro de 2004.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº. 6.815, de 19 de agosto de 1980, e organizado pela Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº. 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Resolução Normativa nº 45, de 14 de março de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O Ministério das Relações Exteriores poderá conceder visto permanente a estrangeiro aposentado, acompanhado de até dois dependentes, que comprovar poder transferir mensalmente para o Brasil importância, em moeda estrangeira, em montante igual ou superior a R$6.000,00 (seis mil reais).

§ 1º Se o interessado tiver mais de dois dependentes, será obrigado a transferir, ainda, quantia, em moeda estrangeira, em montante igual ou superior a R$2.000,00 (dois mil reais) para cada dependente que exceder a dois.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo, os dependentes deverão estar enquadrados nas disposições da Resolução Normativa que trata da concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar."

Art. 2º O inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 45, de 14 de março de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - comprovação de aposentadoria e de capacidade de transferir para o País a quantia, em moeda estrangeira, em montante igual ou superior a R$6.000,00 (seis mil reais) nos termos do art. 1º desta Resolução."

Art. 3º O art. 3º da Resolução Normativa nº 62, de 8 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A Sociedade Civil ou Comercial que desejar indicar estrangeiro para exercer a função de Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo deverá cumprir com os requisitos estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, quanto às disposições legais referentes à constituição da empresa e comprovar:

I - investimento em moeda estrangeira em montante igual ou superior a R$600.000,00 (seiscentos mil reais) por Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo chamado, mediante a apresentação do Sisbacen,- Registro Declaratório Eletrônico de Investimento Externo Direto no Brasil, comprovando a integralização do investimento na empresa receptora; ou

II - investimento em moeda estrangeira em montante igual ou superior a R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo chamado, mediante a apresentação do Sisbacen - Registro Declaratório Eletrônico de Investimento Externo Direto no Brasil, comprovando a integralização do investimento na empresa receptor; e geração de dez novos empregos, no mínimo, durante os dois anos posteriores a instalação da empresa ou entrada do Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo."

Art. 4º Esta Resolução Normativa não se aplica aos pedidos protocolados antes de sua entrada em vigor.

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 18 de agosto de 2011

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 11 de Maio de 2011, o Conselho Nacional de Imigração deferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos temporário, permanente e permanência definitiva.

Permanência Definitiva - RN 27 - de 25/11/1998:

Processo: 46215024538201156 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DANIEL AGUSTIN BILAT Passaporte: 13252924N.

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração faz público que em reunião de 22 de Junho de 2011, o Conselho Nacional de Imigração deferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos temporário, permanente e permanecia definitiva.

Processo: 46215023546201002 Prazo: indeterminado Estrangeiro: LAETITIA ZOE AGELETTI.

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 10 de Agosto de 2011, o Conselho Nacional de Imigração deferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos temporário, permanente e permanência definitiva.

Temporário - Item V - RN 27 - de 25/11/1998:

Processo: 46094021963201115 Prazo: 14 Meses Estrangeira: AMBER VAN WIJK Passaporte: EI623665 Estrangeiro: DANIEL LESSARD Passaporte: BA391939 Estrangeiro: DUAN HAO Passaporte: G22320899 Estrangeira: HELEN BALL Passaporte: 707017696 Estrangeira: MARIE - CLAUDE LEBLANC Passaporte: WJ049792 Estrangeiro: PETER WICHER JAN DE BAAIJ Passaporte: NY3L63648 Estrangeiro: QIONGLIN ZHU Passaporte: G22320925 Estrangeira: SHERYL-LYNNE VALENSKY Passaporte: BA725113 Estrangeiro: TIMOTHY JOHN KELLY Passaporte: E4055814 Processo: 46094013870201117 Prazo: 12 meses Estrangeira: INES RAQUEL FERREIRA DA SILVA Passaporte: L629968

Processo: 46094022329201191 Prazo: 12 meses Estrangeiro: FLORENT PIERRE MICHEL ARNAUDON Passaporte: 09PI22077 Processo: 46094012439201145 Prazo: 12 meses Estrangeiro: LORIS REPELLIN Passaporte: 05AT67513 Processo: 46094014836201151 Prazo: 12 meses Estrangeira: EMILIE JESSICA LAURE BERNUSSET Passaporte: 04FI67169.

Temporário - Item V - RN 77 de 29/01/2008:

Processo: 46094013369201142 Prazo: até 06/02/2012 Estrangeiro: ALBAN MARIE COVILLE Passaporte: 05VK35518, Processo: 46094016184201190 Prazo: até 13/03/2013 Estrangeira: VANESSA FIORELLA MIGONE Passaporte: JX335103, Processo: 46094016393201133 Prazo: até 22/02/2013 Estrangeira: VIRGINIE MARIE DELAMBRE Passaporte: 08AD15919, Processo: 46094017393201151 Prazo: até 24/04/2013 Estrangeiro: SIMON PIERRE LOISON Passaporte: 07AH84677, Processo: 46094016975201110 Prazo: até 16/12/2012 Estrangeiro: SETH PETER SCHABERG Passaporte: 217221748, Processo: 46094016979201106 Prazo: até 01/02/2013 Estrangeira: LAURENCE ARMANDINE NATHALIE VIDAL Passaporte: 02ZB53543.

Permanente - RN 27 de 25/11/1998:

Processo: 46094008873201121 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARIO NUNO FERNANDES ARNÃO METELLO Passaporte: L177805.

Permanente - RN 70 de 09/05/2006:

Processo: 46094018978201198 Prazo: 5 Ano(s) Estrangeira: MARIA FE PADILLA MONSALE Passaporte: EB2235056, Processo: 46094017008201175 Prazo: Indeterminado Estrangeira: KATHRIN BUHL Passaporte: C4CWF1XF7.

Permanente - RN 77 de 29/01/2008:

Processo: 46094004192201193 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ENZO MOSCONI Passaporte: AA0741323, Processo: 46094004229201183 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ARINA FEDOTOVA Passaporte: 51468527, Processo: 46094007327201172 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MANUEL JESUS CATARINO CARREIRA Passaporte: L185510, Processo: 46094012078201137 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KEREM KEMAL SOYLEMEZ Passaporte: 754753, Processo: 46094009001201180 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MELISSA TORO ALVAREZ Passaporte: RN14638443, Processo: 46211002950201155 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARCO GIORDANO ORSINI Passaporte: AA2741274, Processo: 46094012037201141 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JACK ROBERT MORGAN Passaporte: 093219133, Processo: 46208003884201190 Prazo: Indeterminado Estrangeira: BARBARA ANN KING Passaporte: 305612207, Processo: 46094015387201169 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: OCTAVE ALEXANDRE BONNAUD Passaporte: 10CX49694, Processo: 46094016841201107 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MORITZ VICTOR MATTES Passaporte: 664297188, Processo: 46094017131201196 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JULIEN BERNARD RAYMOND MORILHAT Passaporte: 06AZ20019, Processo: 46094019122201130 Prazo: Indeterminado Estrangeira: NATALIIA GERASYMENKO Passaporte: EM088332, Processo: 46094019123201184 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HENRRY MIGUEL CACERES POVEZ Passaporte: 4654454, Processo: 46094016358201114 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KEVIN CARL BERNARD CAPON Passaporte: 466530346, Processo: 46208005197201117 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LINO ESCORCIO MACHADO Passaporte: L087228, Processo: 46094019728201175 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: OLIVIER LIONEL BOUVERESSE Passaporte: 11AI47006, Processo: 46094020019201132 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARIO DONNANTUONI Passaporte: D819666, Processo: 46094017931201115 Prazo: Indeterminado Estrangeira: CLAIRE VICTORIA DYCHA Passaporte: 06AD15738, Processo: 46094019093201114 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GEOFFREY AARON MIELKE Passaporte: 141367052, Processo: 46094019563201131 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAUL GAYET Passaporte: 00PF65275, Processo: 46094020526201176 Prazo: Indeterminado Estrangeira: SOPHIE ANNE CATHERINE VARIARA Passaporte: 04FE17963.

Permanente - RN 84 de 10/02/2009 (Artigo 3°):

Processo: 46094004311201116 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CARLOS OLIVEIRA MADALENO Passaporte: G738629, Processo: 46094002953201172 Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: WALTER ENRIQUE RAMOS ROJAS Passaporte: 3323887, Processo: 46094013365201164 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RUDI ROGER MESTDAGH Passaporte: EH061882.

Permanência Definitiva - RN 27 de 25/11/1998:

Processo: 46094003036201113 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MARGARET BHAGWANDIN Passaporte: 0966001, Processo: 08390000581201025 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MARIA VERONICA CHAVEZ MORALES Passaporte: 091734205-7, Processo: 46215012269201185 Prazo: Indeterminado Estrangeira: CARMEN NILDA MENA PAZ Passaporte: 3013348, Processo: 46094013195201118 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RENE MARTIN MAPOUNA Passaporte: 95002336, Processo: 46094013196201162 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHRISTIAN AUBERT MBOGLEN MAPOUNA Passaporte: 95002337, Processo: 08320005875201158 Prazo: Indeterminado Estrangeira: NORIKO MOTEGI Passaporte: TK1600030 Estrangeiro: TADAATSU MOTEGI Passaporte: TK1600029.

Permanência Definitiva - RN 77 de 29/01/2008:

Processo: 46211006719201050 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALDO GERMANETTO Passaporte: AA0988854, Processo: 08457009847200940 Prazo: Indeterminado Estrangeira: CARMEN MARIA CHAVARRI DUPUY Passaporte: 4590398, Processo: 08460000788200995 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VINCENT MARC BRIGNOL Passaporte: 08CX15907, Processo: 08230003842201000 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIUSEPPE GIURINTANO Passaporte: AA2147583, Processo: 46094001950201111 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GRIGORIOS MAKROPOULOS Passaporte: AB6157104, Processo: 46094007032201104 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARIO FORNARI Passaporte: YA1206251, Processo: 08478005530201020 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PEDRO CARLOS GUERREIRO TORRES Passaporte: H049873, Processo: 08107001642201020 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DUNCAN JAMES GARNETT ARMSTRONG Passaporte: 651047722, Processo: 08460025654201011 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MANUEL PEDRO BETTENCOURT SARAIVA CANARIO Passaporte: H077683, Processo: 08506002053201147 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: STEVEN BARRASFORD GARSCHKE Passaporte: 451587792, Processo: 08504000590201172 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUSTAVO ESTREMADOYRO MEJIA Passaporte: 2561917, Processo: 46094010703201114 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MARIA VICTORIA DOBISCHOK Passaporte: C6HM59WCW, Processo: 46094011557201136 Prazo: Indeterminado Estrangeira: LAUREN ELIZABETH WHITE Passaporte: WJ902996, Processo: 08386018790201094 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARTIN JOHN KERR Passaporte: 801559248, Processo: 08286000742201078 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BENITO FIUMEFREDDO Passaporte: 413212X, Processo: 08460000578201031 Prazo: Indeterminado Estrangeira: FRANCESCA LO CICERO Passaporte: AA4442805, Processo: 46094012157201148 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ISABEL MARIA DE CARVALHO MORAIS DE ALMEIDA Passaporte: H156964, Processo: 46094017133201185 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MICHAEL UNGER Passaporte: 259901295, Processo: 46094016513201101 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: OMID AFZALALGHOM Passaporte: 305200065, Processo: 46215018094201110 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MEHDI EL MANSSOURI Passaporte: 529585MA, Processo: 46094016652201126 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JAMIE MCDOUGALL Passaporte: 099176671, Processo: 46213008935201109 Prazo: Indeterminado Estrangeira: VALERIE VINCENT Passaporte: 11AD14866, Processo: 46094018454201105 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUCA MIRANDOLA Passaporte: 716088X, Processo: 46094021202201155 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RAJAT NAYYAR Passaporte: G6092171, Processo: 46094018802201136 Prazo: Indeterminado Estrangeira: EWA KAROLINA DABROWSKA Passaporte: EB9672032, Processo: 46094018518201160 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MANUEL RODIRGUEZ ARRIETA Passaporte: BC794497, Processo: 08270017739201062 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS LAGE Passaporte: H117844, Processo: 08124002225201096 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHRISTOPHER LLOYD FREDERICK FOTHERGILL Passaporte: 706923723, Processo: 08460042555201001 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BASHIR KARIM VAKIL Passaporte: J161029, Processo: 08506005016201191 Prazo: Indeterminado Estrangeira: YOLANDA BEDMAR MADURELL Passaporte: AAD005119, Processo: 08504023541201027 Prazo: Indeterminado Estrangeira: AYSE BASAK OKUMUS Passaporte: TR439247, Processo: 46094020766201171 Prazo: Indeterminado Estrangeira: LULU PAN Passaporte: G32507040, Processo: 46094021332201198 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ELBA RUTH GONZALEZ GUTIERREZ Passaporte: G05171376, Processo: 08420005349200945 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BRYAN THOMAS JONES Passaporte: 094030239 Processo: 08460010315200904 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BO ANDERS GUNNAR NORDENSON Passaporte: 34484689 Processo: 08386004657200917 Prazo: indeterminado Estrangeiro: YOICHI FUKUYAMA Passaporte: TG3438424.

Permanência Definitiva - RN 27/98 C/C RR 08/06 :

Processo: 46094015082201157 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DANIEL BELLEGARDE Passaporte: PP2099626, Processo: 46094015116201111 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EDDY BERNADIN Passaporte: PP1871104, Processo: 46094015119201147 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DOMINIQUE BENJAMIN Passaporte: RD1678711, Processo: 46094015078201199 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: COPENTZ PLACIUS Passaporte: PP1982850, Processo: 46094015086201135 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LAWENS DERISME Passaporte: PP2247767, Processo: 46094015098201160 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRED FRANÇOIS Passaporte: RD2054625, Processo: 46094015576201131 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MARIE MARTHE JOSEPH Passaporte: CG1945592, Processo: 46094015561201173 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JUDEX SAINT PHARD Passaporte: PP2385599, Processo: 46094015060201197 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: AMOS DA-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

REUS Passaporte: RD1466670, Processo: 46094015538201189 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ILAMISE CERVIUS Passaporte: RD2154632, Processo: 46094015062201186 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUYMPS ANTOINE Passaporte: BH1781362, Processo: 46094015502201103 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JODANY LAURENCY Passaporte: RD1651968, Processo: 46094015493201142 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN RAPHAEL EXANTUS Passaporte: PP2191187, Processo: 46094015067201117 Prazo: Indeterminado Estrangeira: LIMOSE AURELIEN Passaporte: PP1787419, Processo: 46094015103201134 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FANEL TILIUS Passaporte: PP1866515, Processo: 46094015525201118 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN FANFAN FRANÇOIS Passaporte: PP2019559, Processo: 46094015563201162 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JUSTIN MAURISME Passaporte: RD2308241, Processo: 46094015584201188 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAXO PAUL Passaporte: PP2345623, Processo: 46094015581201144 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MATHIEU PAUL Passaporte: PP1417647, Processo: 46094015529201198 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUELDY ALEXANDRE Passaporte: PP1813174, Processo: 46094015943201105 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RONYKEL METHELUS Passaporte: RD2317240, Processo: 46094015939201139 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROBERT JEAN Passaporte: RD2333201, Processo: 46094015938201194 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROBENSON ELIAS Passaporte: PP2079923, Processo: 46094015500201114 Prazo: Indeterminado Estrangeira: JOANIE DALMACY Passaporte: PP2393836, Processo: 46094015883201112 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: THANRICK ELVEUS Passaporte: RD1933077, Processo: 46094015884201167 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VALCY PELINOR Passaporte: PP2200434, Processo: 46094015910201157 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WILGUER MATHURIN Passaporte: RD2308300, Processo: 46094015942201152 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RONALD JOSLIN Passaporte: PP2091020, Processo: 46094015920201192 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NAUBERSON BARTHELEMY Passaporte: PP2386908, Processo: 46094015922201181 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NOUFAIDIEU JOSEPH Passaporte: RD1465052, Processo: 46094015928201159 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PIERRE GERALD Passaporte: PP2385206, Processo: 46094015923201126 Prazo: Indeterminado Estrangeira: NOUTIE BELOTTE Passaporte: PP2088871 Estrangeiro: PATRICK CHARLOT Passaporte: PP2022797, Processo: 46094015882201178 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TERVENKUS PETIT Passaporte: RD2309312, Processo: 46094015864201196 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ROSE-MARIE DORLEANS Passaporte: PP1685819, Processo: 46094015859201183 Prazo: Indeterminado Estrangeira: WISTHA JEAN Passaporte: RD2324815, Processo: 46094015856201140 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WISLET BERNARD Passaporte: PP2396217, Processo: 46094018640201136 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN CHATELAIN MONDESIR Passaporte: PP1978767, Processo: 46094015532201110 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUITHO CHARLES Passaporte: RD2309287 Processo: 46094015513201185 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSIAL JEAN Passaporte: RD2130242.

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 10 de Agosto de 2011, o Conselho Nacional de Imigração indeferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos.

Processo: 46094011736201092 Estrangeiro: GUIDOELIER ZALDIVAR GONZALEZ, Processo: 46094011735201048 Estrangeiro: YUNIOR REINIER BRACHO CARDELLA, Processo: 46094011235201014 Estrangeiro: HENRIQUE JOSÉ PIRES DOS SANTOS ALMEIDA, Processo: 08458008267200844 Estrangeira: DEOLINDA DA CONCEIÇÃO MOREIRA MARQUES, Processo: 46220005761201044 Estrangeiro: MASSIMO MONETTI, Processo: 08710000717201037 Estrangeiro: MANUEL ESTEVES MARQUES, Processo: 08310005930201048 Estrangeiro: CHRISTIAN JACQUES HENRI DELON, Processo: 08460019161200916 Estrangeiro: AUGUSTO DA FONSECA AVELINO, Processo: 08351009124200929 Estrangeiro: LUIS JOSE VALLES GARCIA, Processo: 46094018403201094 Estrangeira: JANINA HAUSER, Processo: 08320008668201074 Estrangeiro: RUI MANUEL PARDAL RIBEIRO, Processo: 08212004617201009 Estrangeiro: ALVARO JESUS RETUERTO GONZALES, Processo: 46208009576201097 Estrangeiro: QADEER AHMAD QURESHI, Processo: 08270015631201035 Estrangeira: GIOVANNA FERRERI, Processo: 46094006068201162 Estrangeiro: ALBERTO CARLOS PEREIRA RODRIGUES CRISTA, Processo: 08507002009201046 Estrangeira: MONIKA MARIA DOMASZEWICZ, Processo: 46094003663201146 Estrangeiro: ALEJANDRO DAVID RODRIGUEZ CALDERA, Processo: 46220000598201112 Estrangeira: MARITA BON, Processo: 46094005607201146 Estrangeiro: GUANGPING ZHU, Processo: 08460037162200934 Estrangeiro: HANS ERNST ANDREAS OHM SCHILLING, Processo: 08492011307201033 Estrangeiro: DAVID ANTHONY CHERAMIE, Processo: 08434002201201033 Estrangeiro: FERNANDO MANUEL BRITO RIBEIRO, Processo: 08520007749201009 Estrangeira: MAGDALENA LAURA STAN, Processo: 46094005710201196 Estrangeiro: PEDRO JESUS GONZALEZ MARTIN, Processo: 08097002148201049 Estrangeiro: IAN MARTIN DIXON, Processo: 08065007495201035 Estrangeiro: THORSTEN WOCKENER, Processo: 08260001710201088 Estrangeiro: JEAN PIERRE ANDRE MARIE HENDRICK, Processo: 08475015794201011 Estrangeiro: PAULO MANUEL DA SILVA RAMOS VIANA, Processo: 46094006799201116 Estrangeiro: RYOHEI YAMAMURA, Processo: 46211002128201194 Estrangeiro: CIRO PANNIELLO, Processo: 46094006950201116 Estrangeiro: NIGEL PETER NEWMAN, Processo: 46094006350201140 Estrangeiro: BENJAMIN MARCUS BROUGHTON, Processo: 46220000735201119 Estrangeiro: DANIEL ELÍSIO FERREIRA MARINHA, Processo: 46094007334201174 Estrangeiro: DIMITRIOS PAPALEXIS, Processo: 46220000994201131 Estrangeiro: ANTONIO JOSE CUNHAL DA SILVA SANTOS, Processo: 08503000190201096 Estrangeiro: HECTOR DOCOA OSORIO, Processo: 46094006912201155 Estrangeira: FAN ZHANG, Processo: 08340000024201008 Estrangeira: ANGELA MAREE AMOR, Processo: 08065004669201016 Estrangeiro: VICTOR JORGE DE JESUS DOS SANTOS, Processo: 08492008603201057 Estrangeiro: AFONSO PINHEIRO DUARTE, Processo: 08507002540201019 Estrangeiro: ANTONIO BAGON, Processo: 08097002387201007 Estrangeiro: NUNO EMANUEL MARQUES DAMAS ALVES DOS SANTOS, Processo: 08089001825201019 Estrangeira: MARLENE DAVILA URIBE, Processo: 46094011815201184 Estrangeiro: HUIJIE CHEN, Processo: 08339002469200910 Estrangeiro: JUAN ESTEBAN FERNANDEZ GONZALEZ, Processo: 08386016026201084 Estrangeiro: PEDRO GIL RODRIGUES VALENTE, Processo: 46215011058201125 Estrangeiro: LUIS FILIPE SIMÕES LOPES DIAS, Processo: 46213005891201157 Estrangeiro: WILFRIED HORST PÖTSCH, Processo: 46094009769201153 Estrangeira: ODETE DO CEU DIAS ALBANO PINTO Estrangeiro: ROGÉRIO MANUEL ALBANO PINTO, Processo: 46094009947201146 Estrangeira: RACHEL CLARE HARTWRIGHT, Processo: 08388009539201019 Estrangeiro: BALSAM MAHFOUD, Processo: 46094010124201163 Estrangeira: ZHUANG SHUANG, Processo: 08461003205201010 Estrangeiro: MIROSLAW JAN KRANC, Processo: 08310014316201077 Estrangeiro: RIVA VASOVIC CHENG TAM HEE, Processo: 46215015185201101 Estrangeira: VALENTINA COLOMBO, Processo: 46880000064201112 Estrangeira: JOSEPHINE CATHERINE CLARKE, Processo: 46220002360201113 Estrangeiro: MANUEL FERNANDES DA COSTA, Processo: 46094017536201124 Estrangeira: HELENA MARIA CIDADE PEREIRA DE MOURA Estrangeiro: JOAQUIM JOÃO BRAGA COELHO ROSA, Processo: 46094016496201101 Estrangeiro: COLOMBAN MARIE GABRIEL O´NEILL, Processo: 46094016830201119 Estrangeiro: WILLIAM COREY JAMOUNEAU, Processo: 46094016909201140 Estrangeiro: ANTONIO DE STEFANI, Processo: 46220002668201169 Estrangeiro: CARTER PYLE Estrangeira: SERENA SUNDAY, Processo: 46094017585201167 Estrangeiro: PINGJIN LI, Processo: 46094018453201152 Estrangeiro: DANIEL SEVILLANO RODRIGUEZ, Processo: 46094018725201114 Estrangeiro: NIAZ KHAR Processo: 46215005016201155 Estrangeiro: AVELINO CÂNDIDO RODRIGUES Processo: 08256000353200966 Estrangeiro: MATJAZ COKAN, Processo: 46000034969200921 Estrangeiro: LEONARD WILFRED STRAVERS.

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 10 de Agosto de 2011, o Conselho Nacional de Imigração manteve o indeferimento dos seguintes pedidos de concessão de vistos.

Processo: 46215023717201095 Estrangeiro: JOAQUIM POLÔNIA COELHO DA SILVA, Processo: 08712008948201079 Estrangeiro: FILIPE ALEXANDRE SANTOS PANTALEAO, Processo: 46094001843201193 Estrangeira: XU XINGMEI, Processo: 46220000222201108 Estrangeiro: FRANCO GIACOMELLI Estrangeira: LUIGIA SANTANGELO.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 61, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

PROCESSO N.º 46211.007119/2011-90

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, tendo em vista o que consta no Processo em referência e nos termos do Decreto nº. 1.572, de 28 de julho de 1995 e da Portaria nº 818, de 30 de agosto de 1995, declara que o senhor José Félix da Silva, brasileiro, técnico em contabilidade, está apto ao desempenho das atividades de Mediador Privado.

ALYSSON PAIXÃO DE OLIVEIRA ALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

PORTARIA Nº 47, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo1º, § 1º, da Portaria/GM/MTE, n° 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU de 20/05/2010, e considerando o que consta dos autos do Processo n° 46224.002498/2010-00, resolve:

Conceder autorização a Empresa COTEMINAS S.A, inscrita no CNPJ n° 07.663.140/0004-31, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação de seus empregados para 00:40(Quarenta)minutos, nos turnos de 6:00 às 14:00horas e de 14:00 às 22:00 horas, nos setores de Tinturaria de fios, Preparação à Tecelagem, Tecelagem, Acabamento, Confecção e Centro de Distribuição, em seu estabelecimento situado na BR-101, Km 3,5, n° 3620, Distrito Industrial,CEP: 58.082-040, João Pessoa/PB, pelo prazo de 02(dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação ser protocolado 03(três) meses antes do término desta autorização. O descumprimento dos requisitos constantes da Portaria Ministerial n° 1.095, de 19/05/2010, torne sem efeito a redução de intervalo, procedendo-se as autuações por descumprimento do previsto no § 3° do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, bem como das outras infrações que forem constatadas.

INÁCIO MACHADO DE SOUZA FILHO.

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 12 de agosto de 2011

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica de Arquivamento Nº. 753 /2011/DICNES/CGRS/SRT resolve arquivar o Pedido de alteração estatutária de interesse do Sindicato Intermunicipal dos Revendedores das Distribuidoras de Gás no Estado do Paraná - SINREGÁS - PR, CNPJ: 04.188.142/0001-85 processo n° 46000.020612/2004-51, com base na solicitação expressa da entidade, por meio do ofício n. 490.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica de Arquivamento Nº. 751/2011/DICNES/CGRS/SRT resolve arquivar o Pedido de registro de interesse do Sindicato dos Contabilistas do Litoral Paranaense - SINCOLPAR, CNPJ: 80.293.723/0001-65 processo n° 46000.012934/2004-27, com base na solicitação expressa da entidade, por meio do apenso nº. 46212.000581/2010-75.

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ACÓRDÃO Nº 015 -2011-ANTAQ

PROCESSO: 50300.001561/2008-85.

Parte: Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Ementa:

Trata o presente acórdão do exame do processo administrativo contencioso nº 50300.001561/2008-85, em desfavor da EMAP

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 296ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 27 de junho de 2011, o Diretor-Relator, Fernando Antonio Brito Fialho, votou:

1) Quanto ao Termo Aditivo ao contrato de arrendamento nº 001/1999, constante de fls. 100/105, do processo nº 50300.000105/2008-18, celebrado entre a empresa Granel Química Ltda. e a EMAP, cujo objeto é a retificação das dimensões das áreas arrendadas e a consequente adequação do preço à nova área, consigno que:

(i) no termo aditivo nº 003/08, aditado ao aludido contrato, celebrado entre a EMAP e a Granel, foi julgado na 285ª Reunião Ordinária da Diretoria, conforme Resolução nº 1.904-ANTAQ, de 22/12/2010, a procedência do pedido de retificação da área efetivamente ocupada pela arrendatária, de 8.310,00m² para 13.491,24m², bem como, a aprovação dos investimentos a serem realizados pela empresa Granel Química, consubstanciados na construção de sete tanques cilíndricos, do tipo vertical, totalizando 20.000m³;

(ii) a empresa apresentou suas razões nos autos deste processo, as quais justificaram os motivos pelos quais celebrou o termo aditivo em questão, suprindo, com isso, eventual irregularidade na ausência de contraditório e ampla defesa;

(iii) ademais, caso houvesse instauração de processo administrativo contencioso, teria o seu objeto esvaziado por consequência da Resolução 858/2007-ANTAQ, cuja vigência se deu posteriormente aos fatos, logo não podendo retroagir para atingir fatos passados, estando, coadunado com dispositivos legais, precipuamente, os artigos 78-A c/c 78-F, §1º, da Lei 10.233/2001 c/c XXXIX do art. 5º da Constituição Federal.

2) Quanto ao Termo Aditivo aos Contratos de Arrendamento nº 13/1999, nº 012/2000 e 002/2001, celebrados entre a EMAP e a empresa TENMAR - Terminal Marítimo do Maranhão S.A., voto pela instauração de processo administrativo contencioso, em decorrência da ausência de citação da arrendatária à apresentação de suas razões, observando, assim, o devido processo legal;

3) Quanto ao Termo Aditivo nº 01/08 ao Contrato de Arrendamento nº 10/1992, celebrado entre a EMAP e a empresa Pedreiras Transportes do Maranhão Ltda., em 10/03/2008, cujo objeto é a prorrogação pelo período de 36 (trinta e seis) meses, voto pela instauração de processo administrativo contencioso, em decorrência da ausência de citação da arrendatária à apresentação de suas razões, preservando, assim, o devido processo legal;

4) Quanto ao Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 012/1992 celebrado entre a EMAP e a empresa CHEVRON BRASIL LTDA, em 15/08/2008, voto pela instauração de processo administrativo contencioso, em decorrência da ausência de citação da arrendatária à apresentação de suas razões, resguardando o devido processo legal, uma vez que os interessados não foram intimados a apresentar suas defesas, no âmbito deste processo, preservando, assim, a garantia constitucional;

5) Por não promover o concurso público, conforme demonstrado nestes autos, delibero que a SPO disponibilize à EMAP proposta de Termo de Ajuste de Conduta - TAC.

Com isso, tem-se dispensada, no momento, a aplicação de penalidade em face da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, demonstrando-se que a possibilidade de novos esclarecimentos por parte dos interessados, tem-se por medida de melhor razoabilidade nesta questão.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Outrossim, ante à presente deliberação, oficie-se às demandadas acerca dos termos conclusivos, aqui propostos.

Por fim, dos termos deliberados nos presentes autos, seja dado o seu conhecimento à Secretaria de Portos da Presidência da República.

O Diretor Tiago Pereira Lima votou:

Adoto o relatório constante de fls. 424 e seguintes, nos termos do artigo 50, § 1º da Lei 9.784/99. No que tange ao mérito, passo a apresentar as seguintes considerações: Como indicado no julgamento proferido nos autos do processo nº 50300.001231/2009-71, posicionei-me pela instauração de Processos Administrativos Contenciosos (PAC's) individualizados para a EMAP e cada interessado que tenha com essa Autoridade Portuária firmado contrato de arrendamento ou pela continuidade das diligências complementares, caso a instrução para esse fim fosse julgada insuficiente, harmonizando-se referido entendimento com o esposado pela Procuradoria Federal junto a ANTAQ por intermédio do Parecer nº 362/2010/ECLCM. No presente feito, esse também foi o entendimento da Procuradoria, ao exarar o Parecer-PRG/ANTAQ nº 183/2009-CARG (fls. 77/92), indicando a necessidade de instauração de PAC's individualizados para cada contrato aditado ou para qualquer alteração do arrendamento não analisada por esta ANTAQ, entendimento reiterado na Nota-PRG/ANTAQ nº 06/2010-CARG (fls. 117/120). A rigor, o aditamento do Contrato firmado entre a EMAP e a Granel, constante de fls. 274 e seguintes, foi firmado em 14.03.2008, posterior ao advento da Resolução 858/2007-ANTAQ. Considero necessário, em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa a abertura de Processos Administrativos Contenciosos individuais tendo como objeto cada um dos contratos/prorrogações realizados pela EMAP e não submetidas a ANTAQ. Apenas dessa forma, poderão os interessados de forma democrática e ampla manifestar-se sobre os atos constantes do processo, bem como permitir a contra-interessados o direito de nele intervir, diante da possibilidade que os efeitos da decisão possa surtir sobre situações jurídicas derivadas, buscando-se minimizar elementos contingentes do processo.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO
Diretor-Geral Relator

TIAGO PEREIRA LIMA
Diretor

ACÓRDÃO - 16-2011-ANTAQ

PROCESSO: 50300.000959/2003
Parte: COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA - CDI
Ementa:

Trata o presente acórdão do exame de pedido de reconsideração requerido pela COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA, CNPJ nº 84.208.123/0001-02, com sede na av. Getúlio Vargas, s/nº, cidade de Imbituba - SC, contra as glosas apuradas na tomada de contas referente aos exercícios de 1998 a 2007.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 296ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 27 de junho de 2011, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, pelo conhecimento do pedido de reconsideração, dado sua regularidade e tempestividade, e, no mérito, negar-lhe provimento, contra as glosas de valores impostas pelas Juntas de Tomada de Contas que procederam as Tomadas de Contas do Porto de Imbituba referentes aos exercícios de 1998 a 2007, com exceção das glosas relativas às despesas que totalizam os valores a seguir discriminados, por exercício financeiro:

Exercício de 1998:	R$ 25.871,83;
Exercício de 1999:	R$ 10.000,00
Exercício de 2000:	R$ 160.358,01
Exercício de 2001:	R$ 80.000,00
Exercício de 2002:	R$ 2.257,39

No mesmo sentido, desconsiderou-se as despesas relacionadas à remuneração do Fundo Portuário Nacional, no valor total de R$ 95,34 (noventa e cinco reais e trinta e quatro centavos), a seguir discriminadas por exercício financeiro:

Exercício de 1998:	R$ 1,94
Exercício de 1999:	R$ 46,70
Exercício de 2000:	R$ 46,70

Fica reconhecido, como despesa do concessionário, o valor de R$ 81.061,76 (oitenta e um mil, sessenta e um reais e setenta e seis centavos), referente ao saldo existente na conta do Almoxarifado do Porto em 31/12/2001. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Fernando Antonio Brito Fialho, o Diretor-Relator Tiago Pereira Lima, o Procurador-Geral, Glauco Alves Cardoso Moreira e o Secretário-Geral, Aguinaldo José Teixeira. Brasília-DF, de 27 de junho de 2011.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO
Diretor-Geral

TIAGO PEREIRA LIMA
Diretor-Relator

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA

RESOLUÇÃO Nº 3.707, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

Não Conhece do pedido de reconsideração interposto por Manoel Barbosa Lima - Empresa Líder e autoriza a operação do serviço Teresina (PI) - Parambu (CE).

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB - 054/11, de 3 de junho de 2011 e no que consta do Processo nº 50500.015925/2006-96, resolve:

Art. 1º Não conhecer do pedido de reconsideração interposto por Manoel Barbosa Lima - Empresa Líder, em vista de sua intempestividade.

Art. 2º Autorizar a operação do serviço Teresina (PI) - Parambú (CE), prefixo nº 18-1801-00, por Manoel Barbosa Lima - Empresa Líder, por meio de Autorização Especial, na forma da Resolução nº 2.868, de 4 de setembro de 2008, de acordo com a fundamentação constante dos autos, com a consequente revogação da Resolução nº 2.413/07.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 153, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DJB - 054/11, de 11 de agosto de 2011 e no que consta do Processo nº 50500.029051/2011-11, delibera:

Art. 1º Encaminhar ao Exm.º Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública de imóvel adjacente à Rodovia Régis Bittencourt, BR-116/PR, abrangido e delimitado pelas coordenadas topográficas descritas na planta e no memorial descritivo constantes do referido processo, situado no município de Campina Grande do Sul, no estado do Paraná, necessário à execução das obras de contenção de deslizamento no km 001+500m, na Pista Norte.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF que dê ciência à Autopista Régis Bittencourt S/A da presente Deliberação.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 154, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DJB - 055/11, de 11 de agosto de 2011, e no que consta do Processo nº 50500.037884/2011-56, delibera:

Art. 1º Encaminhar ao Exm.º Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública de imóvel adjacente à Rodovia Régis Bittencourt, BR-116/SP, abrangido e delimitado pelas coordenadas topográficas descritas na planta e no memorial descritivo constantes do referido processo, situado no município de Miracatu, no estado de São Paulo, necessário à complementação da execução das obras de duplicação da Serra do Cafezal, localizado no km 341+000m, na Pista Norte.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF que dê ciência à Autopista Régis Bittencourt S/A da presente Deliberação.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 156, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB - 068/11, de 17 de agosto de 2011 e no que consta do Processo nº 50500.047458/2011-21, delibera:

Art. 1º Tomar ciência da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, a ser realizada pela ALL - América Latina Logística S.A., no valor de até R$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), conforme comunicado a esta Agência por meio da Carta nº 0048/GJSP/2011, de 2 de junho de 2011.

Art. 2º Anuir quanto à fiança prestada pela ALL - América Latina Logística S.A. à referida emissão, autorizada em Reunião do Conselho de Administração da ALL em 28 de junho de 2011, ressalvada a condição presente no art. 3º desta Deliberação.

Art. 3º Condicionar a anuência prevista no art. 2º a subsequente apresentação pela ALL - América Latina Logística S.A da Escritura Particular da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

PAUTA

10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2011

Dia: 23.08.2011 (terça-feira)
Hora: 15:30 horas
Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público - SHIS QI 03 - Lote A - Bloco E - Ed. Terracotta - Lago Sul - Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Eleição do Corregedor Nacional, nos termos do art. 30 do Regimento Interno deste Conselho Nacional do Ministério Público.

2) Eleição do Presidente da Comissão Permanente de Controle Administrativo e Financeiro, nos termos do §2º do art. 33 do Regimento Interno deste Conselho Nacional do Ministério Público.

3) Eleição do Presidente da Comissão Permanente de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, nos termos do §2º do art. 33 do Regimento Interno deste Conselho Nacional do Ministério Público.

4) Eleição do Presidente da Comissão Permanente de Preservação da Autonomia do Ministério Público, nos termos do §2º do art. 33 do Regimento Interno deste Conselho Nacional do Ministério Público.

5) Eleição do Presidente da Comissão Permanente de Jurisprudência, nos termos do §2º do art. 33 do Regimento Interno deste Conselho Nacional do Ministério Público.

6) Eleição do Presidente da Comissão Permanente de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área da Infância e Juventude, nos termos do §2º do art. 33 do Regimento Interno deste Conselho Nacional do Ministério Público.

7) Eleição do Presidente da Comissão Permanente de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Carcerário e no Controle Externo da Atividade Policial, nos termos do §2º do art. 33 do Regimento Interno deste Conselho Nacional do Ministério Público.

8) Eleição do Presidente da Comissão Temporária de Infraestutura da Nova Sede do CNMP, nos termos do parágrafo único do art. 34 do Regimento Interno deste Conselho Nacional do Ministério Público.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho Nacional
do Ministério Público
Procurador-Geral da República

PLENÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 74, DE 19 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a aplicação do controle da atuação da gestão de pessoas, da Tecnologia da Informação, da gestão estrutural, da gestão orçamentária do Ministério Público, bem como da atuação funcional de seus Membros.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que foi decidido na 7ª Sessão Ordinária, realizada em 19 de julho de 2011,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 130-A, parágrafo 2º, inciso II, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO as autonomias administrativas e financeiras do Ministério Público, previstas no texto Constitucional.

CONSIDERANDO a necessidade da obtenção de dados para prestação de contas à sociedade das atividades do Ministério Público, assim como para subsidiar a elaboração de relatório anual nos termos do artigo 130-A, parágrafo 2º, inciso V, da Constituição Federal, com sugestões ao aperfeiçoamento da Instituição, que deverá integrar a mensagem prevista com o artigo 84, inciso XI, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO o que disciplina o artigo 128, parágrafo único, letra "a", do Regime Interno do Conselho do Nacional do Ministério Público.

CONSIDERANDO a necessidade e a importância de serem instituídos mecanismos de aferição do desempenho do Ministério Público, como forma de subsidiar o planejamento estratégico da Instituição.

CONSIDERANDO a edição da resolução nº63, de 1º de dezembro de 2010, deste Conselho que padroniza e uniformiza a terminologia das atividades das unidades do Ministério Público, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1°. O Ministério Público da União e dos Estados disponibilizarão ao Conselho Nacional do Ministério Público informações referentes à estrutura de pessoal, tecnologia da informação, orçamentária e financeira, inclusive os comprometimentos quadrimestrais em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal e as informações sobre o desempenho funcional do Ministério Público.

§ 1°. Os dados referentes à estrutura de pessoal, tecnologia da informação, orçamentária e financeira descritos no Anexo I desta Resolução, serão prestados pela Procuradoria-Geral ou por quem detiver delegação para tanto, anualmente, até o último dia do mês de fevereiro do ano seguinte.

§ 2°. As informações sobre o desempenho funcional, descritas nos demais Anexos, serão prestadas pela Procuradoria-Geral ou por quem detiver delegação para tanto, mensalmente, até o último dia do mês subsequente, observando-se o disposto no artigo 4º.

§ 3°. As informações prestadas pelos ramos do Ministério Público da União e dos Estados subsidiarão a elaboração do relatório anual de que trata o caput do art. 132 do Regimento Interno deste Conselho.

§ 4°. Os dados referidos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo,estarão, respectivamente, sob a supervisão da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro e do Núcleo de Ação Estratégica.

Art. 2º. Os questionários para a coleta de informações ministeriais passam a vigorar com as alterações constantes dos anexos a esta Resolução, observando as nomenclaturas das Tabelas Unificadas do Ministério Público.

Art. 3º. Os questionários serão atualizados em consonância com as Tabelas Unificadas do Ministério Público.

Art. 4º. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para disponibilização os dados referidos no parágrafo 2º do artigo 1º:

I - Os dados mensais relativos ao ano de 2011 serão prestados de acordo com os Anexos I, XVIII, XIX, XX, XXI e XXII;

II - Os dados mensais relativos ao ano de 2012 serão prestados de acordo com os Anexos I, II,VIII, IX, X, XII, XIII, XIV, XV, XVI, e XVII;

III - Os dados mensais relativos ao ano de 2013 e seguintes serão prestados de acordo com os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI.

Art. 5º. Os dados serão disponibilizados por meio eletrônico, na forma estabelecida por este Conselho.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Resoluções de Nº 12, 25, 32 e 33.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

RESOLUÇÃO Nº 75, DE 19 DE JULHO DE 2011

Inclui o § 2º ao artigo 5º, da Resolução nº 66, de 23 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o Portal Transparência no Ministério Público.

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 130-A, parágrafo 2°, inciso II, da Constituição Federal, e pelo artigo 19 do Regimento Interno, em conformidade com a decisão Plenária tomada na 7ª Sessão Ordinária, realizada em 19 de julho de 2011, no julgamento do Pedido de Providências nº 707/2007-09;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, bem como zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública rege-se, dentre outros, pelos princípios da publicidade e eficiência, previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 38, de 26 de maio de 2009, que Institui no âmbito do Ministério Público o Portal da Transparência e dá outras providências.

CONSIDERANDO a necessidade de se promover os avanços na seara da transparência da gestão administrativa e financeira do Ministério Público, para além das regras bem sucedidas da Resolução nº 38 deste Conselho Nacional do Ministério Público, notadamente no que concerne a um maior detalhamento das informações divulgadas ao público.

CONSIDERANDO a decisão do Conselho Nacional do Ministério Público no julgamento proferido no Pedido de Providências CNMP n° 267/2008-62, transformado, por decisão Plenária de 16 de fevereiro de 2009, em Procedimento de Controle Administrativo e encaminhado à Comissão de Controle Administrativo e Financeiro;

CONSIDERANDO o que dispôs a Resolução CNMP nº 66, de 23 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º O art. 5º, da Resolução n. 66, de 23 de fevereiro de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º:

Art. 5º.....

§ 1º .....

§ 2º Cada Unidade do Ministério Público poderá conferir sigilo aos dados relacionados a operações especiais ou a investigações que esteja procedendo, e que, caso expostos previamente, possam frustrar os seus objetivos, reservando-se o direito de não identificar eventuais beneficiários de pagamentos e restringir o acesso a esses dados, enquanto perdurarem as razões para o sigilo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na mesma data da Resolução CNMP nº 66, de 23 de fevereiro de 2011.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

ATA DA 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011

Aos quatorze dias do mês de junho de dois mil e onze, às nove horas e vinte e quatro minutos, no edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público, iniciou-se a Oitava Sessão Extraordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, sob a Presidência do Doutor Roberto Monteiro Gurgel Santos, Presidente do CNMP, e Procurador-Geral da República. Presentes os Conselheiros Adilson Gurgel de Castro, Achiles de Jesus Siquara Filho, Claudia Maria de Freitas Chagas, Cláudio Barros Silva, Luiz Moreira Gomes Júnior, Maria Ester Henriques Tavares, Mario Luiz Bonsaglia, Sandra Lia Simón, Sandro José Neis. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Almino Afonso Fernandes, Bruno Dantas Nascimento, Sérgio Feltrin e Taís Schilling Ferraz e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante. Presentes, também, o Doutor José Adércio Leite Sampaio, Secretário-Geral do CNMP, e os Doutores Júlio Alfredo de Almeida, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Magno Barbosa, Procurador de Justiça do Estado de São Paulo; Marcelo Weitzel Rabello, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar; Lúcia Cristiana Silva Chagas, Promotora de Justiça do Estado do Maranhão; Clilton Guimarães dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Sebastião Vieira Caixeta, Procurador do Trabalho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso; Marcos Regenold Fernandes, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Mato Grosso; César Bechara Nader Mattar Junior, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; Lauro Machado Nogueira, Presidente da Associação Goiana do Ministério Público - AGMP; Maria de Fátima Rodrigues Travessos Cordeiro, Procuradora-Geral de Justiça no Maranhão; José Renato Oliva de Mattos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia; Vitor Fernandes Gonçalves, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal; Benedito Torres Neto, Procuradora-Geral de Justiça no Estado de Goiás. Iniciados os trabalhos, o Presidente cumprimentou a todos os presentes. Em seguida, o Presidente anunciou, a pedido dos relatores, o adiamento dos processos CNMP nºs 0.00.000.001512/2010-73, 0.00.000.002345/2010-88, 0.00.000.000114/2009-04, 0.00.000.001513/2010-18, 0.00.000.001542/2010-80, 0.00.000.000215/2009-77, 0.00.000.001538/2010-11, 0.00.000.001558/2010-92, 0.00.000.000099/2010-20, 0.00.000.000390/2011-89, 0.00.000.000180/2008-95, 0.00.000.000434/2009-56, 0.00.000.001208/2009-92, 0.00.000.001339/2009-70, 0.00.000.000038/2010-62, 0.00.000.000059/2010-88, 0.00.000.000332/2010-74, 0.00.000.001650/2010-52, 0.00.000.001920/2010-25, 0.00.000.000530/2011-19, 0.00.000.000695/2011-91, e a retirada de pauta do processo CNMP nº 0.00.000.000053/2010-19. Após, o Conselheiro Cláudio Barros apresentou ao plenário duas propostas de resolução, sendo uma no sentido de fixar regras para eleição de Procurador-Geral e a outra no sentido de estabelecer novos indicadores e parâmetros para prestação das informações sobre a atuação dos Ministérios Públicos dos Estados e da União ao Conselho Nacional do Ministério Público. Na oportunidade, foram distribuídas cópias das referidas propostas a todos os Conselheiros, iniciando-se o prazo de 15 (quinze) dias para oferecimento de emendas, conforme artigo 66 do RICNMP. Em seguida, o Conselheiro Cláudio Barros registrou que a exposição sofrida pelo Presidente do CNMP como Procurador-Geral da República no exercício de sua independência funcional, com discussões na mídia por posicionamento jurídico fundamentado, foi lamentável. Registrou, ainda, que é lamentável que façamos da atividade funcional dos membros do Ministério Público o exercício para vantagens políticas. Destacou que o Procurador-Geral da República tem tido uma postura técnica e responsável, que retrata o posicionamento daquele que possui o mais elevado cargo no Ministério Público brasileiro. Afirmou o quanto os membros do Ministério Público admiram as suas posturas e as suas posições, que retratam uma posição técnica e jurídica bem fundamentada. Em seguida, o Conselheiro Luiz Moreira fez suas as palavras proferidas pelo Conselheiro Cláudio Barros e destacou que reputa censurável duas condutas, sendo a primeira referente à postura do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, e a outra foi a manifestação de alguns membros do Ministério Público Federal que inclusive chegaram a criticar por meio da imprensa. Afirmou que não é possível que uma instituição, que já tem maturidade suficiente, não reconheça em seu chefe a independência funcional e a honorabilidade. Em seguida, o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Dr. Alexandre Camanho de Assis, manifestou-se para se associar às palavras proferidas pelos Conselheiros Cláudio Barros e Luiz Moreira. Após, o Conselheiro Achiles Siquara manifestou a absoluta solidariedade ao Procurador-Geral da República e registrou que sua preocupação não são as manifestações livres e sim a falta de ética profissional daqueles a quem compete respeitar o colega pela independência funcional e não o fazem sob o pálio de que podem tudo. Na oportunidade, todos os Conselheiros associaram-se às palavras proferidas em favor do Presidente do CNMP. Após, o Conselheiro Adilson Gurgel manifestou-se favoravelmente ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, afirmando que estamos em um regime democrático. Por fim, o Presidente do CNMP agradeceu as manifestações feitas e registrou que são extremamente relevantes, tendo em vista a alta qualificação de cada um dos membros deste Conselho Nacional. Destacou que, em relação àqueles que representam o Ministério Público, todos possuem vasta experiência e que, portanto, conhecem profundamente as mazelas da instituição. Na oportunidade, fez duas observações, sendo a primeira em relação à sua manifestação que representa sua convicção jurídica a respeito do tema e que teve a finalidade precípua de não permitir que o Ministério Público fosse instrumento indevido de um conflito político absolutamente compreensível no âmbito parlamentar, entretanto inaceitável enquanto pretendiam usar o Ministério Público como instrumento para brigas políticas. A segunda é que, o fato dos colegas do Ministério Público Federal que criticaram a decisão do Procurador-Geral da República, é absolutamente intolerável porque, jamais, em quase 30 anos de carreira, emitiu qualquer juízo acerca de iniciativa ou manifestação de qualquer colega da instituição por entender que a independência funcional impedia e, certamente, teria tido inúmeras oportunidades para criticar certas iniciativas e posicionamentos. Aparentemente, um número significativo de colegas esquece que a independência funcional acompanha todos os membros da carreira desde aquele que acabou de ingressar até aquele que, eventualmente, exerce o cargo de Procurador-Geral da República. Agradeceu muito a manifestação do Conselho, que é um conforto para essa missão sempre difícil do Ministério Público. Após, foram aprovadas as atas das 6ª Sessão Ordinária e 7ª Sessão Extraordinária, sem retificações. Passou-se, então, ao julgamento dos processos incluídos em pauta, registrando-se os resultados constantes das certidões consolidadas em anexo. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.001252/2009-01, a Conselheira Sandra Lia solicitou que o processo CNMP nº 0.00.000.002235/2010-16 fosse o último processo a ser julgado pela manhã por questão de sigilo, o que foi acolhido à unanimidade. Por ocasião do processo CNMP nº 0.00.000.000378/2011-74, o Conselheiro Mario Bonsaglia ressaltou que o Conselho pode se debruçar mais profundamente nos casos de pedido de revisão de processo disciplinar em que se tenha aplicado penalidade. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000718/2010-86, o Corregedor Nacional, Sandro José Neis, comunicou que encaminhou cópia, via email, a todos os Conselheiros, do relatório de inspeção do Ministério Público Federal do Pará. Na oportunidade, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Pará, Dr. Ubiratan Cazetta, registrou que recebeu a Corregedoria Nacional com absoluto espírito de colaboração e os olhos voltados a corrigir os erros que eventualmente fossem detectados. Em seguida, o Conselheiro Sandro José Neis lamentou não ter tempo para apresentar o relatório da inspeção do Ministério Público Federal do Pará minuciosamente e registrou que para a equipe de inspeção foi muito bom encontrar um Ministério Público Federal atuante na região e que a postura dos Procuradores da República sempre foi de muito compromisso com o Ministério Público e as causas sociais. Destacou que esse trabalho só foi concretizado em razão da participação de todos os Procuradores da República daquele Parquet. Registrou, ainda, a atuação correta, séria, decente, compromissada e efetiva do MPF do Pará. Após, o Presidente registrou que o Ministério Público Federal do Pará é uma unidade que tem a felicidade de reunir um grupo de colegas dedicado ao exercício das funções institucionais e que serve de parâmetro a outras unidades. Após, o Presidente justificou sua ausência em virtude de um compromisso em São Paulo, onde receberá, em nome do Ministério Público Federal, os arquivos do projeto "Brasil Nunca Mais" e que, numa iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e de outros responsáveis pelo projeto, decidiram repassar esses arquivos ao Ministério Público Federal. Em seguida, passou a presidência ao Corregedor Nacional, Sandro José Neis, relator do feito em questão, que a repassou ao Conselheiro Cláudio Barros. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.002235/2010-16, o presidente solicitou que o plenário fosse esvaziado, com o corte na transmissão do áudio e vídeo da sessão, em virtude do sigilo do feito. A sessão foi suspensa às doze horas e vinte e quatro minutos e reiniciada às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, sob a Presidência da Doutora Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Presidente do CNMP, em exercício, e Procuradora-Geral da República, em exercício. Passou a compor a mesa a Secretária-Geral Adjunta, Doutora Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre e os Conselheiros Almino Afonso e Taís Ferraz. Após, a Presidente chamou a julgamento o processo CNMP nº 0.00.000.001032/2009-79, que não foi julgado em razão da ausência do Conselheiro Bruno Dantas. Na oportunidade, o advogado do requerido solicitou o adiamento do referido processo para o dia 19 de julho do corrente ano, em razão da impossibilidade de comparecer à 9ª Sessão Extraordinária, a realizar-se no dia 15 de junho do corrente ano, o que foi deferido à unanimidade. Em seguida, a Conselheira Claudia Chagas solicitou ao plenário a prorrogação de prazo por mais 30 dias para conclusão dos trabalhos da comissão processante no processo CNMP nº 0.00.000.000051/2011-01, o que foi deferido à unanimidade. Após, o Conselheiro Adilson Gurgel parabenizou os Conselheiros Almino Afonso e Taís Ferraz pela recondução a este CNMP. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000074/2011-15, o Conselheiro Achiles Siquara declarou-se suspeito e o Corregedor Nacional, Sandro José Neis, deu-se por impedido. Após, a Conselheira Claudia Chagas solicitou o adiamento do processo CNMP nº 0.00.000.000116/2011-18, para a 9ª Sessão Extraordinária, o que foi deferido à unanimidade. Em seguida, o Conselheiro Almino Afonso solicitou o julgamento conjunto dos processos CNMP nºs 0.00.000.000487/2011-91 e 0.00.000.000580/2011-04, o que foi deferido à unanimidade. Na oportunidade, o Dr. José Adércio Leite Sampaio, Secretário-Geral do CNMP, passou a compor a mesa. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000542/2011-43, o Conselheiro Achiles Siquara pediu vista em mesa, o que foi acolhido à unanimidade. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000064/2010-91, o Conselheiro Achiles Siquara levou a julgamento o processo CNMP nº 0.00.000.000542/2011-43, o qual havia pedido vista em mesa. Em seguida, devido à ausência justificada da Presidente Doutora Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Presidente do CNMP, em exercício, e Procuradora-Geral da República, em exercício, assumiu a Presidência o Conselheiro Cláudio Barros. A sessão foi suspensa às dezessete horas e dez minutos e reiniciada às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, sob a Presidência do Doutor Sandro José Neis, Corregedor Nacional do Ministério Público e Conselheiro do CNMP. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.002307/2010-25, assumiu a Presidência da Dou-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tora Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Presidente do CNMP, em exercício, e Procuradora-Geral da República, em exercício. Após o voto-vista do Conselheiro Luiz Moreira no Processo CNMP nº 0.00.000.001018/2009-75, a Presidente, a pedido dos relatores, anunciou o adiamento dos processos CNMP nºs 0.00.000.001104/2008-05, 0.00.000.001865/2010-73 e 0.00.000.000295/2011-85, sendo este último para a 9ª Sessão Extraordinária, a realizar-se no dia 15 de junho do corrente ano. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000001/2011-15, o Conselheiro Sandro Neis apresentou proposta de resolução no sentido de alterar a resolução CNMP nº 66/2011, que instituiu o portal da transparência. Na oportunidade, foi distribuída cópia da referida proposta a todos os Conselheiros, iniciando-se o prazo de 15 (quinze) dias para oferecimento de emendas, conforme artigo 66 do RICNMP. A sessão foi encerrada às dezoito horas e vinte e sete minutos e dela lavrou-se esta ata, que vai assinada pelo Presidente.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho Nacional
do Ministerio Público
Procurador-Geral da República

CERTIDÕES DE JULGAMENTO

8ª Sessão Extraordinária Realizada de 14 de Junho de 2011

1) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001252/2009-01 (Revisão de Processo Disciplinar)

RELATOR: Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

ASSUNTO: Pedido de Revisão de Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento do presente feito, em razão da perda de objeto, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Almino Afonso, Taís Ferraz e Bruno Dantas.

2) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000378/2011-74 (Revisão de Processo Disciplinar)

RELATOR: Cons. Cláudio Barros Silva

REQUERENTE: Márcia Maria Tamburini Porto Saraiva - Promotora de Justiça

ADVOGADOS: Leonardo José de Campos Melo - OAB/RJ nº 123.611

Ricardo Loretti - OAB/RJ n º 130.613

Wilson Pimentel - OAB/RJ nº 122.685

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

ASSUNTO: Pedido de Revisão do Processo Administrativo nº 780/08, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

SUSTENÇÃO ORAL: Ricardo Loretti - Advogado do requerente

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, não conheceu do presente pedido, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Almino Afonso, Taís Ferraz e Bruno Dantas. Declarou-se impedido o Conselheiro Sandro Neis.

3) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000347/2011-13 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón

REQUERENTES: Promotores de Justiça: Alexandre de Matos Guedes, Ana Luiza Peterlini de Souza, Carlos Eduardo Silva, Domingos Sávio de Barros Arruda, Ezequiel Borges de Campos, Gerson Natalício Barbosa, Gilberto Gomes, Gustavo Dantas Ferraz, Mauro Zaque de Jesus, Miguel Slhessarenko Júnior.

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Mato Grosso

ASSUNTO: Requer a sustação e posterior supressão do inciso XI do art. 2º da Resolução nº 55/2010 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Pedido de liminar.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Marcelo Ferra de Carvalho - Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso.

DECISÃO: Após o voto da Relatora, no sentido de julgar procedente o presente Procedimento, para declarar a ilegalidade do inciso XI do art. 2º da Resolução nº 55/2010 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, pediram vista conjunta os Conselheiros Sandro Neis, Cláudio Barros, Achiles Siquara, Mario Bonsaglia e Adilson Gurgel. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Almino Afonso, Taís Ferraz e Bruno Dantas.

4)PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000718/2010-86 (Inspeção)

RELATOR: Cons. Sandro José Neis

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público Federal no Pará

ASSUNTO: Instauração de inspeção no Ministério Público Federal no Pará

SUSTENTAÇÃO ORAL: Ubiratan Cazetta - Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, deliberou pela aprovação do Relatório Conclusivo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificativamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Taís Ferraz, Bruno Dantas e Almino Afonso.

5) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.002235/2010-16 (Processo Disciplinar)

RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público Federal

ASSUNTO: Processo Disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público Federal.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Luís Carlos Abritta - Advogado do Requerido

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, jugou o presente Processo Disciplinar improcedente, nos termos do voto da Relatora. Declarou-se impedido o Conselheiro Sandro Neis. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas, Taís Ferraz e Almino Afonso.

6) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000051/2011-01 (Processo Disciplinar)

RELATORA: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDOS: Membros do Ministério Público do Estado do Piauí.

ADVOGADA: Márcia Maria Macedo Franco - OAB/PI nº 2802

ASSUNTO: Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Piauí.

DELIBERAÇÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos da comissão processante, nos termos propostos pela Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin e Bruno Dantas.

7) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000074/2011-15 (Processo Disciplinar Avocado)

RELATOR: Cons. Adilson Gurgel de Castro

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Bahia

ADVOGADOS: Ivan Machado Barbosa (OAB DF 20.432),
Fernanda de Oliveira Xavier (OAB DF 27.131),
Cristiana de Santis M. D. F. Mello (OAB DF 20.527),
Renato Gustavo Alves Coelho (OAB DF 18.903),
Manoel Pinto (OAB/BA 11.024),
Mariangela Leal Espinheira (OAB/BA 15.313),
Fabiani Oliveira Borges da Silva (OAB/BA 15.365),
Lucas Pinto de Araujo Pereira (OAB/BA 25.031).

ASSUNTO: Autos dos Processos Administrativos Disciplinares nºs 61027/2009 e 61040/2009, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Processo Disciplinar Avocado, nos termos do voto do Relator. Declarou-se impedido o Conselheiro Sandro Neis e, suspeito, o Conselheiro Achiles Siquara. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin e Bruno Dantas.

8) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000487/2011-91 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo) (Julgamento conjunto CNMP Nº 0.00.000.000580/2011-04)

RELATOR: Cons. Almino Afonso Fernandes

REQUERENTE: Carlos Kroiss

REQUERIDO: Ministério Público Federal

ASSUNTO: Alegação de inércia por parte do Ministério Público Federal em se manifestar em Recurso Extraordinário nº 603583 remetido à Procuradoria Geral da República.

DECISÃO: O Conselho, por maioria, julgou improcedente a presente Representação, nos termos do voto divergente do Conselheiro Mario Bonsaglia. Vencidos o relator e o Conselheiro Adilson Gurgel, que julgavam o pedido procedente. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin e Bruno Dantas.

9) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000542/2011-43 (Revisão de Processo Disciplinar)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior

REQUERENTE: Vitor Fernandes Gonçalves

REQUERIDO: Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

ASSUNTO: Visa revisão de decisão exarada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em relação ao inquérito administrativo disciplinar nº 08190.038315/10-13.

DECISÃO: O Conselho, por maioria, negou provimento aos recursos internos e decidiu referendar a medida liminar que determinou a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, bem como referendar a homologação da súmula de acusação elaborada pela Corregedora-Geral do MPDFT. Decidiu, ainda, suspender o Processo Administrativo Disciplinar, até que se decida o pedido de avocação e encaminhar os autos à Corregedoria Nacional para apuração de eventual prática de infração aos deveres funcionais por parte de membros do Conselho Superior do MPDFT, nos termos do voto do relator. Vencidos os Conselheiros Mario Bonsaglia e Almino Afonso que não homologavam as liminares. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin e Bruno Dantas. Declarou-se impedido o Conselheiro Sandro Neis.

10) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000064/2010-91 (Embargos de Declaração)

RELATORA: Cons. Maria Ester Henriques Tavares

EMBARGANTE: Ministério Público do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que conheceu e julgou procedente o Procedimento de Controle Administrativo.

DECISÃO: O Conselho, por maioria, deu parcial provimento aos Embargos, para estender ao Ministério Público Paulista o que ficou decidido a respeito do estágio de pós-graduação do Ministério Público do Estado do Paraná nos autos dos Embargos de Declaração do processo CNMP nº 54/2010-55 e para determinar remessa de cópia dos presentes autos ao Procurador-Geral da República para exame da possibilidade de propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei Complementar Estadual nº 734/93, nos termos do voto da Relatora. Vencidos, parcialmente, a Conselheira Sandra Lia e os Conselheiros Almino Afonso e Mario Bonsaglia, que rejeitavam os Embargos, e os Conselheiros Adilson Gurgel, Claudia Chagas e Luiz Moreira, que acolhiam os Embargos sem a remessa de cópia dos autos ao Procurador-Geral da República. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin e Bruno Dantas.

11) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000717/2010-31 (Inspeção)

RELATOR: Cons. Sandro José Neis

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Trabalho no Pará

ASSUNTO: Instauração de inspeção no Ministério Público do Trabalho no Pará

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, deliberou pela aprovação do Relatório Conclusivo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificativamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso.

12) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000719/2010-21 (Inspeção)

RELATOR: Cons. Sandro José Neis

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público Militar no Pará

ASSUNTO: Instauração de inspeção no Ministério Público Militar no Pará

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, deliberou pela aprovação do Relatório Conclusivo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificativamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Taís Ferraz, Bruno Dantas e Almino Afonso.

13) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.002307/2010-25 (Revisão de Processo Disciplinar)

RELATOR: Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas

ADVOGADOS: Fernando Antônio Barbosa Maciel OAB/AL 4.690

Fábio Barbosa Maciel OAB/AL 7.147

Fabricy Kelly Carneiro OAB/AL 6.066

ASSUNTO: Revisão de Processo Disciplinar nº 002/2009, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, determinou o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Adilson Gurgel. Declarou-se impedido o Conselheiro Sandro Neis.

14) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001018/2009-75 (Pedido de Avocação)

RELATOR: Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)

REQUERENTE: José Antônio Baêta de Melo Cançado - 113º Promotor de Justiça da Comarca BH/MG

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

ASSUNTO: Requer a avocação do Processo Administrativo Disciplinar de Sindicância nº 12/2009 CGMP, bem como de todos os expedientes que envolvam o requerente e que porventura estejam em aberto na Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.

DECISÃO: Após o voto-vista do Conselheiro Luiz Moreira no sentido de acompanhar a Relatora para converter o presente Pedido de Avocação em Revisão de Processo Disciplinar e considerar descabido o controle disciplinar da conduta do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, anteciparam seus votos, no mesmo sentido, os Conselheiros Sandro Neis, Cláudio Barros, Maria Ester, Sandra Lia, Claudia Chagas e Achiles Siquara. Mantido o pedido de vista do Conselheiro Almino Afonso. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Adilson Gurgel.

15) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000001/2011-15 (Pedido de Providências)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior

REQUERENTE: Osmar Machado Fernandes

ASSUNTO: Solicitação para pagamento de diferença de subsídio de Subprocurador-Geral da República incidente sobre a remuneração de férias relativa aos meses de janeiro e fevereiro/2009.

DECISÃO: O Conselho, por maioria, julgou procedente o presente pedido, nos termos do voto do Relator. Vencido o Conselheiro Mario Bonsaglia que julgava o pedido improcedente. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas, Adilson Gurgel , Almino Afonso e Achiles Siquara.

ATA DA 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e onze, às nove horas e dezessete minutos, no edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público, iniciou-se a Nona Sessão Extraordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, sob a Presidência do Doutor Roberto Monteiro Gurgel Santos, Presidente do CNMP, e Procurador-Geral da República. Presentes os Conselheiros Adilson Gurgel de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Castro, Achiles de Jesus Siquara Filho, Bruno Dantas Nascimento, Claudia Maria de Freitas Chagas, Cláudio Barros Silva, Luiz Moreira Gomes Júnior, Maria Ester Henriques Tavares, Mario Luiz Bonsaglia, Sandra Lia Simón, Taís Schilling Ferraz. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Almino Afonso Fernandes e Sérgio Feltrin e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante. Presentes, também, o Doutor José Adércio Leite Sampaio, Secretário-Geral do CNMP, e os Doutores Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso; Marcos Regenold Fernandes, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Mato Grosso; Magno Barbosa, Procurador de Justiça do Estado de São Paulo; Alexandre Magno Benides de Lacerda, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul; Alexandre Tourinho, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará; Clilton Guimarães dos Santos, Procurador de Justiça de São Paulo; Marfan Martins Vieira, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Marco Antônio Ferreira das Neves, Procurador de Justiça de Pará; José Renato Oliva, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Iniciados os trabalhos, o Presidente cumprimentou a todos os presentes. Após, o Conselheiro Bruno Dantas levou a julgamento a Proposta de Resolução Conjunta entre o CNMP e o CNJ que instituiu os Cadastros Nacionais de Informações de Ações Coletivas, Inquéritos e Termos de Ajustamento de Condutas no âmbito do Judiciário. Em seguida, o Conselheiro Mário Bonsaglia solicitou vista em mesa da Proposta de Resolução Conjunta entre o CNMP e CNJ para análise. Passou-se, então, ao julgamento dos processos incluídos em pauta, registrando-se os resultados constantes das certidões consolidadas em anexo. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000572/2011-50, o Conselheiro Mario Bonsaglia levou a julgamento a proposta de resolução conjunta entre o CNMP e o CNJ, que foi aprovada à unanimidade. Em seguida, o Conselheiro Bruno Dantas comunicou ao plenário a prorrogação de prazo por mais 30 dias para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante no processo CNMP nº 0.00.000.000016/2008-08, a contar a partir de 2 (dois) de junho do corrente ano, o que foi deferido à unanimidade. Ainda com a palavra, o Conselheiro Bruno Dantas comunicou ao plenário a prorrogação de prazo por mais 30 dias para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante no processo CNMP nº 0.00.000.000030/2010-04, a contar a partir de 4 (quatro) de agosto do corrente ano, o que foi deferido à unanimidade. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000820/2010-81, o Conselheiro Achiles Siquara levou a julgamento, extrapauta, o processo CNMP nº 0.00.000.001865/2010-73. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000716/2010-97, o Conselheiro Almino Afonso passou a compor a mesa. Em seguida, o Corregedor Nacional, Sandro José Neis, parabenizou a todos os servidores e membros que participaram da inspeção. Após, o Conselheiro Almino Afonso solicitou o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000295/2011-45, que foi deferido à unanimidade. Após, a Conselheira Claudia Chagas solicitou o julgamento dos processos CNMP nºs 0.00.000.000116/2011-18 e 0.00.000.000149/2011-50 no período vespertino, o que foi deferido à unanimidade. Na oportunidade, o Conselheiro Almino Afonso afirmou que não participará da Sessão no período vespertino e pediu permissão para juntar seu voto-vista nos processos CNMP nºs 0.00.000.000116/2011-18 e 0.00.000.000149/2011-50, o que foi deferido à unanimidade. Em seguida, o Conselheiro Bruno Dantas solicitou o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000532/2010-27, o que foi deferido à unanimidade. A sessão foi suspensa às treze horas e dois minutos e reiniciada às quinze horas e quatorze minutos sob a presidência do Doutor Roberto Monteiro Gurgel Santos, Presidente do CNMP, e Procurador-Geral da República. Passou a compor a mesa a Doutora Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, Secretária-Geral Adjunta. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000116/2011-18, passou a compor a mesa o Doutor José Adércio Leite Sampaio, Secretário-Geral do CNMP. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.002346/2010-22, o Conselheiro Luiz Moreira elogiou o profundo trabalho realizado pela relatora. Na oportunidade, a Conselheira Taís Ferraz agradeceu as contribuições recebidas pelo Conselho Nacional dos Procuradores Gerais - CNPG. Em seguida, o Presidente registrou que a Resolução CNMP nº 3/2005 foi revogada com a anuência de todos os Conselheiros. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000338/2011-22, o Presidente anunciou, a pedido dos relatores, o adiamento dos processos CNMP nºs 0.00.000.000176/2010-41, 0.00.000.001453/2010-33 e 0.00.000.001071/2009-76. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000190/2010-45, o Conselheiro Mario Bonsaglia apresentou ao plenário uma proposta de enunciado no sentido da sistematização e coerência das decisões deste Conselho. Na oportunidade, o plenário, à unanimidade, aprovou o referido enunciado. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000136/2010-08, o Conselheiro Sandro José Neis solicitou à Secretaria Geral que verifique se houve cumprimento da determinação de fls. 176 do Relatório Conclusivo da Inspeção. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.002285/2010-01, o Conselheiro Cláudio Barros solicitou que os processos sob a relatoria dos Conselheiros que estão deixando o CNMP tivessem prioridade no julgamento, o que foi acolhido à unanimidade. Na oportunidade, o Presidente registrou que a Secretaria Geral comunicará, via e-mail, todos os Conselheiros dessa deliberação. A sessão foi encerrada às dezenove horas e cinco minutos e dela lavrou-se esta ata, que vai assinada pelo Presidente.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho Nacional
do Ministerio Público
Procurador-Geral da República

CERTIDÕES DE JULGAMENTO

9ª Sessão Extraordinária Realizada de 15 de Junho de 2011

1) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000572/2011-50 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATORA: Cons. Taís Schilling Ferraz

REQUERENTE: Cláudio Rogério Ferreira Gomes - Promotor de Justiça

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul

ASSUNTO: Visa a suspensão de ato do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul para que sejam suspensos os efeitos decorrentes de lista tríplice para a 12ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS. Pedido de liminar.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou o presente Procedimento improcedente, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin e Almino Afonso.

2) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000016/2008-88 (Processo Disciplinar)

RELATOR: Cons. Bruno Dantas Nascimento

REQUERENTE: Superintendência Geral da Polícia Civil do Estado

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe

ASSUNTO: Reclamação disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Sergipe - Comarca de Lagarto.

DELIBERAÇÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias, contados a partir de 2 de junho do corrente ano, nos termos propostos pelo relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin e Almino Afonso.

3) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000030/2010-04 (Revisão de Processo Disciplinar)

RELATOR: Cons. Bruno Dantas Nascimento

REQUERENTE: Luciano Porciuncula Garrido

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Pará.

ASSUNTO: Revisão de processo disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Pará.

DELIBERAÇÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias, contados a partir de 4 de agosto do corrente ano, nos termos propostos pelo Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin e Almino Afonso.

4)PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000575/2011-93 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATORA: Cons. Taís Schilling Ferraz

REQUERENTE: Ricardo Rotunno - Promotor de Justiça/MS

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul

ASSUNTO: Visa a suspensão de ato do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul para que sejam suspensos osefeitos decorrentes de lista tríplice para a 12ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS. Pedido de liminar.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou o presente Procedimento improcedente, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin e Almino Afonso.

5) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000820/2010-81 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Bruno Dantas Nascimento

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

ASSUNTO: Visa o acompanhamento do cumprimento, junto ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, dos termos da Resolução CNMP nº 23/2007, que disciplina a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou o presente Procedimento parcialmente procedente, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin e Almino Afonso.

6) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001865/2010-73 (Embargos de Declaração)

RELATOR: Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho

EMBARGANTE: Ministério Público do Trabalho

ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente a Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, reconheceu a tempestividade dos Embargos de Declaração opostos pelo Procurador Regional do Trabalho, Francisco Gerson Marques de Lima, atribuindo-lhes efeitos modificativos para julgar improcedentes os pedidos, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin e Almino Afonso.

7) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000716/2010-97 (Inspeção)

RELATOR: Cons. Sandro José Neis

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Pará

ASSUNTO: Instauração de inspeção no Ministério Público do Pará

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, deliberou pela aprovação do Relatório Conclusivo da Inspeção da Corregedoria Nacional no Ministério Público do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificativamente, o Conselheiro Sérgio Feltrin.

8) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000295/2011-85 (Proposta de Resolução)

RELATORA: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas

PROPONENTES: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Cons. Cláudio Barros Silva

ASSUNTO: Propostas de Resolução que dispõem sobre alterações na Resolução CNMP nº 05, de 20 de março de 2006.

DECISÃO: O Conselho, por maioria, decidiu pela revogação dos arts. 2º, 3º e 4º da Resolução CNMP nº 05/2006, nos termos do voto da relatora. Vencidos os Conselheiros Almino Afonso e Mario Bonsaglia, que decidiam por manter a resolução na sua integralidade, e os Conselheiros Adilson Gurgel e Taís Ferraz, que decidiam pela revogação do referido ato normativo. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sérgio Feltrin.

9) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000532/2010-27 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Cláudio Barros Silva (Presidente da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público)

REQUERENTE: Conselheiro Cláudio Barros Silva

ASSUNTO: Anteprojeto de Lei Complementar sobre as normas disciplinares e os procedimentos disciplinares para os membros do Ministério Público brasileiro.

DECISÃO: O Conselho, por maioria, decidiu no sentido de aprovar a proposta de Anteprojeto de Lei Complementar, determinando, ainda, o encaminhamento da decisão ao Presidente deste Conselho Nacional para análise da regular proposição da lei, nos termos do voto do Relator. Vencido o Conselheiro Mario Bonsaglia que, quanto à preliminar, não conhecia e, no mérito, decidia pelo não encaminhamento referido e vencido, em parte, o Conselheiro Sandro Neis, que, no tocante à preliminar, não conhecia e, no mérito, se posicionou favoravelmente ao encaminhamento. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sérgio Feltrin .

10) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000116/2011-18 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATORA: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas

REQUERENTES: Clilton Guimarães dos Santos - Procurador de Justiça
Iurica Tanio Okumura - Procuradora de Justiça

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Visa impugnar ato administrativo do Ministério Público do Estado de São Paulo que autorizou o afastamento de membro para ocupar cargo de Diretor Geral de Departamento Penitenciário.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Clilton Guimarães do Santos (Requerente)

DECISÃO: O Conselho, por maioria, julgou o presente Procedimento improcedente, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Conselheiros Adilson Gurgel e Almino Afonso que decidiam pela procedência. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin e Bruno Dantas.

11) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000149/2011-50 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATORA: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas

REQUERENTE: Adivaldo Guimarães Cidade - Promotor de Justiça

REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Bahia

ASSUNTO: Visa invalidar decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia e consequentemente ato do Procurador-Geral de Justiça que autorizou o afastamento de membro do Parquet para exercício de outra função pública. Pedido de liminar.

DECISÃO: O Conselho, por maioria, julgou o presente Procedimento improcedente, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Conselheiros Adilson Gurgel e Almino Afonso, que decidiam pela procedência do pedido. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin e Bruno Dantas.

12) PROCESSO CNMP Nº0.00.000.002346/2010-22 (Proposta de Resolução)

RELATORA: Cons. Taís Schilling Ferraz

PROPONENTE: Cons. Taís Shilling Ferraz

ASSUNTO: Proposta de alteração da Resolução nº 03/2005, que dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício do magistério e atividades correlatas por membros do Ministério Público da União e dos Estados.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a Proposta de Resolução, revogando a Resolução CNMP nº 03/2005, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso.

13) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000338/2011-22 (Revisão de Processo Disciplinar)

RELATOR: Cons. Adilson Gurgel de Castro

REQUERENTE: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia

REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Bahia

ASSUNTO: Pedido de revisão de decisão do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia no Processo Disciplinar nº 99695/2007.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou procedente o pedido, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

14) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000380/2011-43 (Pedido de Providências)

RELATOR: Cons. Adilson Gurgel de Castro

REQUERENTE: Antônio Gonçalves Vieira - Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Encaminhamento de pedido de reconsideração de decisão proferida no Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000210/2010-88.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou procedente o pedido, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

15) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000190/2010-45 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATORA: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Piauí

ASSUNTO: Visa analisar a legalidade dos pagamentos efetuados pela Procuradoria Geral de Justiça em favor da Associação Piauiense do Ministério Público em relação aos últimos cinco anos, tendo em vista constatação de irregularidade dessa ordem detectada no exercício de 2009 - ref. fl. 215 (pg. 213 do Relatório Conclusivo da Inspeção).

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou o presente Procedimento parcialmente procedente, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

16) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001769/2010-25 (Revisão de Processo Disciplinar)

RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Amazonas

ASSUNTO: Revisão do Processo Disciplinar nº 008/2007, do Ministério Público do Estado do Amazonas.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, não conheceu da presente Revisão de Processo Disciplinar, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

17) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000639/2011-56 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Adilson Gurgel de Castro

REQUERENTE: Mariana Marinho Barbalho Tavares - Promotora de Justiça

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

ASSUNTO: Visa a suspensão dos efeitos de ato administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte no que se refere à não formação de lista tríplice para remoção por merecimento de membro do Parquet. Pedido de liminar.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Procedimento, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

18) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000230/2009-15 (Embargos de Declaração)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior

EMBARGANTE: Ministério Público do Estado do Maranhão

ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente o Procedimento de Controle Administrativo.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, deu provimento aos presentes Embargos, conferindo-lhes efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

19) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000136/2010-08 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Piauí

ASSUNTO: Visa apurar a regularidade dos atos administrativos referentes a nomeações de servidores efetivos, tendo em vista discrepância registrada em relação à quantidade de cargos criados por lei - ref. fl. 157 (pg. 155 do Relatório Conclusivo da Inspeção).

DECISÃO: Após o voto do Relator, no sentido de julgar o presente Procedimento improcedente, pediu vista o Conselheiro Sandro Neis. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

20) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001859/2010-16 (Processo Disciplinar)

RELATOR: Cons. Mario Luiz Bonsaglia

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí

ASSUNTO: Processo Disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Piauí.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela extinção do presente feito sem resolução do mérito, com adoção de providências, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara. Declarou-se impedido o Conselheiro Sandro Neis.

21) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000557/2009-97 (Sindicância)

RELATOR: Cons. Sandro José Neis

RECLAMANTE: Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMADO: Ministério Público do Estado do Piauí

ASSUNTO: Sindicância contra membro do Ministério Público do Estado do Piauí

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento da presente Sindicância, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

22) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.002155/2010-61 (Embargos de Declaração)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior

EMBARGANTE: Daniel Leite Brito - Promotor de Justiça

ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente o Procedimento de Controle Administrativo.

DECISÃO: Após o voto do Relator, no sentido de conhecer e negar provimento aos Embargos, pediu vista o Conselheiro Cláudio Barros. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

23) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.002285/2010-01 (Pedido de Providências)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior

REQUERENTE: Adauto Mansour Pereira Gomes

REQUERIDO: Ministério Público Federal

ASSUNTO: Requer providências junto ao Ministério Público Federal para que seja realizado convênio com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA para atender exigência de vistoria técnica em agências lotéricas para verificação de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência física àqueles locais.

DECISÃO: Após o voto do relator, no sentido de julgar procedente o presente pedido, pediu vista o Conselheiro Mario Bonsaglia. Antecipou seu voto, acompanhando o relator, o Conselheiro Cláudio Barros, entendendo, todavia, como recomendação as determinações contidas no voto do relator. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

24) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000235/2011-62 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATORA: Cons. Taís Schilling Ferraz

REQUERENTE: José Reinaldo Leão Coêlho - Promotor de Justiça

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Piauí

ASSUNTO: Visa a anulação da Resolução nº 03/2010, editada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, que redefine as atribuições de todos os membros daquele Parquet, especialmente no que tange à remoção compulsória do requerente para o Núcleo das Promotorias Cíveis. Pedido de liminar.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Procedimento, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

25) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000276/2011-59 (Recurso Interno)

RELATORA: Cons. Taís Schilling Ferraz

RECORRENTE: Fernando Alcântara de Figueiredo

RECORRIDO: Membro do Ministério Público Federal.

ASSUNTO: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público Federal.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao presente Recurso Interno, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara. Declarou-se impedido o Conselheiro Sandro Neis.

26) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000503/2011-46 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATORA: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas

REQUERENTE: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

REQUERIDO: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

ASSUNTO: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o cumprimento da Resolução CNMP nº 13/2006, que disciplina a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal no âmbito do Ministério Público.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou parcialmente procedente o presente Procedimento, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

27) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000511/2011-92 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATORA: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas

REQUERENTE: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Ceará

ASSUNTO: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado do Ceará, o cumprimento da Resolução CNMP nº 13/2006, que disciplina a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal no âmbito do Ministério Público.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou parcialmente procedente o presente Procedimento, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

28) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000539/2011-20 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATORA: Cons. Taís Schilling Ferraz

REQUERENTE: Alba da Silva Lima - Promotora de Justiça Substituta

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Rondônia

ASSUNTO: Requer suspensão dos efeitos de ato administrativo do Ministério Público do Estado de Rondônia consistente em promoção de membro do Parquet por remoção, sem que este preenchesse o requisito temporal previsto no artigo 76 da LC 93/93. Pedido de Liminar.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou procedente o presente Procedimento, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

29) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000556/2011-67 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATORA: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas

REQUERENTE: Enio Henrique Teixeira

REQUERIDO: Ministério Público Federal

ASSUNTO: Visa apurar reclamação contra ato de indeferimento de pedido de isenção da taxa de inscrição no 25º Concurso Público para provimento do cargo de Procurador da República, bem como da negativa de provimento do recurso administrativo interposto em virtude desse indeferimento. Pedido de Liminar.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Procedimento, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

30) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000700/2011-65 (Proposta de Resolução)

RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón

PROPONENTE: Cons. Sandra Lia Simón

ASSUNTO: Proposta de Resolução que visa dispor sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a presente Proposta de Resolução, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

31) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000751/2011-97 (Proposta de Resolução)

RELATOR: Cons. Cláudio Barros Silva

PROPONENTE: Presidente do CNMP - Roberto Monteiro Gurgel Santos

ASSUNTO: Proposta de Resolução que estabelece diretrizes básicas para a instituição do Comitê Estratégico de Tecnologia no âmbito do Ministério Público.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a presente Proposta de Resolução, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

32) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000765/2011-19 (Proposta de Resolução)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior

PROPONENTE: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior

ASSUNTO: Proposta de Emenda à Resolução nº 66/2011, que institui o Portal de Transparência do Ministério Público.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo encaminhamento da presente Proposta de Resolução à Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Bruno Dantas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 2011

Aos dezenove dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, às nove horas e vinte e sete minutos, no edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público, iniciou-se a Sétima Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, sob a Presidência do Doutor Roberto Monteiro Gurgel Santos, Presidente do CNMP e Procurador-Geral da República. Presentes os Conselheiros Almino Afonso Fernandes, Adilson Gurgel de Castro, Achiles de Jesus Siquara Filho, Cláudio Barros Silva, Sandro José Neis, Mario Luiz Bonsaglia, Sandra Lia Simón, Luiz Moreira Gomes Júnior, Maria Ester Henriques Tavares, Sérgio Feltrin e Taís Schilling Ferraz. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Maria de Freitas Chagas e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Filgueiras Cavalcante Junior. Presentes, também, a Doutora Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, Secretária-Geral Adjunta do CNMP, e os Doutores Lúcia Cristiana Silva Chagas, Assessora-Chefe da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão; Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho-ANPT; Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional da República - 3ª Região do Ministério Público Federal; Anamara Osorio Silva, Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo; Marcello Souza Queiroz, Presidente da Associação Espirito-Santense do Ministério Público - AESMP; Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar-AMPM; Antônio Carlos da Ponte, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Mato Grosso; Marcos Regenold Fernandes, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Mato Grosso; Vinicius Gahyva Martins, Presidente da Associação Mato-Grossense do Ministério Público; Antônio Marcos Dezan, Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral de Justiça Adjunto do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Sammy Barbosa Lopes, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre; Edmar Azevedo Monteiro Filho, Procurador de Jus-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

tiça do Ministério Público do Estado do Acre; Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima. Iniciados os trabalhos, o Presidente cumprimentou a todos os presentes. Em seguida, o Presidente anunciou, a pedido dos relatores, o adiamento dos processos CNMP nºs 0.00.000.002345/2010-88, 0.00.000.002285/2010-01, 0.00.000.000114/2009-04, 0.00.000.000695/2011-91, 0.00.000.000883/2008-13, 0.00.000.000519/2009-34, 0.00.000.001525/2009-17, 0.00.000.000703/2011-07, 0.00.000.000786/2011-26, 0.00.000.001018/2009-75, 0.00.000.001104/2008-05, 0.00.000.001624/2010-24, 0.00.000.000495/2010-57 e a retirada de pauta dos processos CNMP nºs 0.00.000.000077/2008-45, 0.00.000.000348/2010-87, 0.00.000.001513/2010-18, 0.00.000.001542/2010-80, 0.00.000.001538/2010-11, 0.00.000.001558/2010-92, 0.00.000.000434/2009-56, 0.00.000.000064/2011-71, 0.00.000.000668/2011-18, 0.00.000.000825/2011-95, 0.00.000.000900/2011-18. Em seguida, o Presidente comunicou que o Conselheiro Bruno Dantas desistiu de seus pedidos de vista e que os processos sob sua relatoria ficam adiados para a sessão de agosto em razão de sua ausência justificada. Após, a Conselheira Sandra Lia apresentou Proposta de Resolução para regulação do Programa Adolescente Aprendiz no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Na sequência, o Conselheiro Cláudio Barros também apresentou Proposta de Resolução que visa estabelecer regras sobre o dever de decidir e o prazo razoável dos processos administrativos no âmbito do Ministério Público brasileiro. Em seguida, a Conselheira Taís Ferraz apresentou Proposta de Resolução conjunta com o Conselho Nacional de Justiça sobre o assento de nascimento de indígena no registro civil das pessoas naturais. Na oportunidade, foram distribuídas cópias das referidas propostas a todos os Conselheiros, iniciando-se o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de emendas, conforme artigo 66 do RICNMP. Em seguida, passou-se, então, ao julgamento dos processos incluídos em pauta, registrando-se os resultados constantes das certidões consolidadas em anexo. Por ocasião do julgamento do processo CNMP 0.00.000.001515/2009-73, o Conselheiro Sérgio Feltrin manifestou sua alegria em retornar ao CNMP, agradeceu ao Presidente e a todos os colegas, e prestou homenagem especial à Conselheira Taís Ferraz, que o substituiu com competência e brilhantismo durante o período em que esteve de licença médica. Deixou consignado que retornou ainda com algumas limitações, mas deixou a todos o seu perene agradecimento. Na oportunidade, o Presidente manifestou sua satisfação pelo retorno do Conselheiro e, após, a Conselheira Taís Ferraz agradeceu as palavras carinhosas do Conselheiro Sérgio Feltrin e registrou que foi uma honra substituí-lo. Em seguida, os Conselheiros Adilson Gurgel e Mario Bonsaglia também deram as boas vindas ao Conselheiro Sérgio Feltrin. Ainda por ocasião do processo CNMP 0.00.000.001515/2009-73, o Conselheiro Sandro Neis declarou seu impedimento. Após o julgamento do julgamento do processo CNMP 0.00.000.001515/2009-73, foram aprovadas as atas da 8ª Sessão Extraordinária e da 9ª Sessão Extraordinária, sem retificações. Após, o Conselheiro Achiles Siquara registrou a desistência do seu pedido de vista no processo CNMP nº 0.00.000.000347/2011-13. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000912/2011-42, que trata da Proposta Orçamentária do Conselho Nacional do Ministério Público para o exercício financeiro de 2012, o Conselheiro Sérgio Feltrin solicitou que as propostas sejam enviadas ao Relator, na medida em que se fizer possível, com maior tempo para análise e ressaltou a necessidade de encaminhamento futuro de projeções financeiras. Na oportunidade, o Presidente esclareceu que a elaboração da Proposta Orçamentária tem refletido um crescimento significativo do CNMP e que tudo tem sido feito para dar a este Conselho os recursos necessários ao seu pleno funcionamento. Após, o Conselheiro Adilson Gurgel parabenizou o Presidente e toda a equipe pelo empenho na construção do orçamento. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000912/2011-42, o Doutor Jorge Alberto Mendes Júnior, advogado da Requerida no processo CNMP nº 0.00.000.000515/2009-56, solicitou preferência no julgamento do referido feito, o que foi deferido pelo Presidente. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.001672/2010-12, o Corregedor Nacional, Conselheiro Sandro José Neis, cumprimentou o Doutor Fernando Grella e demais Subprocuradores-Gerais e agradeceu a presença do Corregedor-Geral do Ministério Público de São Paulo, Dr. Nelson Gonzaga de Oliveira. Registrou também que foi um desafio o trabalho de inspeção no Estado de São Paulo e agradeceu a colaboração de todos na unidade inspecionada. Após, o Presidente registrou a presença do Doutor Felipe Locke, Conselheiro do CNJ e membro do Ministério Público do Estado de São Paulo, e destacou sua contribuição notável ao CNJ. Na oportunidade, o Presidente fez também referência ao trabalho do Corregedor Nacional, Conselheiro Sandro José Neis, parabenizando-o, e reiterou os cumprimentos ao Doutor Fernando Grella e a todos os membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Em seguida, o Corregedor Nacional cumprimentou o Conselheiro do CNJ, Doutor Felipe Locke, e registrou a presença do Secretário do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, Doutor Antônio Carlos da Ponte, que muito auxiliou no trabalho de Inspeção. Por ocasião do julgamento conjunto dos processos CNMP nºs 0.00.000.000155/2011-15 e 0.00.000.0000156/2011-51, o Conselheiro Sandro Neis registrou a presença da Doutora Anamara Osorio Silva, Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, e da Doutora Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, e relatou o ótimo atendimento que as Procuradorias dispensaram durante os trabalhos de Inspeção. Em seguida, o Presidente da Associação Espirito-Santense do Ministério Público, Marcello Souza Queiroz, pediu preferência no julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000319/2011-04, o que foi deferido pelo Presidente. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000319/2011-04, o Conselheiro Almino Afonso solicitou a prorrogação de prazo por mais seis meses para cumprimento da decisão plenária proferida no processo CNMP 0.00.000.000217/2009-66, o que foi deferido à unanimidade. A sessão foi suspensa às treze horas e vinte e um minutos e reiniciada às quinze horas e vinte e seis minutos, sob a Presidência do Doutor Roberto Monteiro Gurgel Santos, Presidente do CNMP e Procurador-Geral da República. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Almino Afonso. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000154/2011-62, a Conselheira Maria Ester se declarou impedida. Após esse julgamento, o Conselheiro Sandro Neis agradeceu o plenário por ter compreendido quais eram os objetivos do trabalho de inspeção e, em especial, agradeceu o Presidente deste Conselho por ter dado à Corregedoria Nacional condições para desenvolver esse trabalho. Agradeceu também aos Conselheiros que o acompanharam nessa empreitada, bem como aos servidores e aos membros auxiliares, às diversas unidades do Ministério Público, que cederam membros e servidores para auxiliarem nesse projeto e, muito especialmente, a dois colegas: Doutor Ernane Guetten de Almeida e Doutor Cid Luiz Ribeiro Schmitz, Promotores de Justiça do Estado de Santa Catarina, que se debruçaram nesse trabalho e são os grandes responsáveis pela elaboração dos relatórios. Em seguida,

o Presidente parabenizou o Corregedor Nacional, toda a equipe da Corregedoria, os colegas do Ministério Público de Santa Catarina e registrou que o trabalho realizado pela Corregedoria Nacional fica como um marco na história do CNMP e mesmo do Ministério Público brasileiro. Em seguida, o Presidente comunicou que na 5ª sessão extraordinária de 2011, realizada em 27 de abril do corrente ano, o plenário elegeu a Conselheira Taís Ferraz ao cargo de ouvidora do CNMP e que, em decorrência disso, estava apresentando a portaria que institui a Ouvidoria do CNMP e fixa as suas atribuições. Informou que, ainda neste dia, assinaria a portaria que instituiu a ouvidoria e, em cumprimento à deliberação plenária, também assinaria a portaria de designação da Conselheira Taís Ferraz para mandato de 1 (um) ano. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.001032/2009-79, o Requerido, José Arturo Iunes Bobadilla Garcia, levantou questão de ordem no sentido de que não se deveria julgar o mérito do feito, uma vez que o voto-vista do Conselheiro Almino Afonso, proferido em sessão de julgamento anterior, abordava apenas a questão preliminar. Na oportunidade, o Conselheiro Cláudio Barros esclareceu que nesta sessão de julgamento, durante o turno matutino e na presença do Conselheiro Almino Afonso, a própria advogada do Requerido solicitou que o processo fosse levado a julgamento no turno vespertino para aguardar a chegada do próprio Requerido, o que foi deferido à unanimidade. O Conselheiro Mario Bonsaglia acrescentou que o voto do Relator abordou o mérito e que tal fundamento já está em discussão. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.001512/2010-73, o Conselheiro Sérgio Feltrin se ausentou ocasionalmente e, por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000397/2011-09, voltou a compor a mesa. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000278/2009-23, o Doutor Roberto Gurgel se ausentou, passando a presidência ao Conselheiro Sandro Neis que, por ser relator do processo CNMP nº 0.00.000.000017/2011-28, passou a presidência ao Conselheiro Cláudio Barros durante o julgamento desse feito. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000017/2011-28, o Conselheiro Adilson Gurgel se ausentou justificadamente. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000017/2011-28, o Conselheiro Cláudio Barros devolveu a presidência ao Conselheiro Sandro José Neis. Na oportunidade, a Conselheira Taís Ferraz solicitou a prorrogação de prazo por mais trinta dias nos processos CNMP nºs 0.00.000.001857/2010-27 e 0.00.000.000212/2008-52, o que foi deferido à unanimidade. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000136/2010-08, o Conselheiro Cláudio Barros assumiu a presidência, em razão do julgamento dos processos CNMP nºs 0.00.000.000802/2011-81 e 0.00.000.000832/2011-97, da relatoria do Conselheiro Sandro Neis. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000802/2011-81, Proposta de Resolução que institui o Cadastro de Membros do Ministério Público, o Conselheiro Mario Bonsaglia pediu vista, comprometendo-se a trazer o processo para julgamento na próxima sessão. Na oportunidade, o Conselheiro Sandro Neis registrou que o Ministério Público ainda não tem um Cadastro de Membros com a devida transparência e que o cadastro deve ser realizado de forma centralizada para uso do CNMP e também para fazer frente a algumas agressões feitas ao Ministério Público brasileiro. Na oportunidade, o Conselheiro Achiles Siquara deixou registrado seu apoio à iniciativa e seu entendimento de que os dados do cadastro geral, que são instrumentos internos de atuação de Corregedorias e do próprio Ministério Público, não fossem disponibilizados para o público externo. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000832/2011-97, o Conselheiro Cláudio Barros devolveu a presidência ao Conselheiro Sandro Neis. Por ocasião do julgamento dos processos CNMP nºs 0.00.000.001843/2010-11 e 0.00.000.000839/2011-17, o Conselheiro Sandro Neis declarou seu impedimento e passou a presidência ao Conselheiro Cláudio Barros. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000839/2011-17, o Conselheiro Sandro Neis assumiu a presidência novamente. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000447/2011-40, o Conselheiro Luiz Moreira pediu vista, comprometendo-se a trazer o processo para julgamento na próxima sessão. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000447/2011-40, o Conselheiro Sérgio Feltrin se ausentou justificadamente. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.001923/2010-69, o Conselheiro Sandro Neis passou a presidência ao Conselheiro Cláudio Barros em razão do julgamento do processo CNMP nºs 0.00.000.000095/2011-22, no qual se declarou impedido, e dos processos CNMP nºs 0.00.000.001871/2010-21, 0.00.000.000050/2011-58 e 0.00.000.000099/2010-20, nos quais era Relator. Após o julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000099/2010-20, o Conselheiro Sandro Neis assumiu a presidência novamente. Por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000102/2011-96, o Conselheiro Luiz Moreira pediu vista, comprometendo-se a trazer o processo para julgamento na próxima sessão. Após, por ocasião do julgamento do processo CNMP nº 0.00.000.000727/2011-58, o Conselheiro Mario Bonsaglia pediu vista, também comprometendo-se a trazer o processo para julgamento na próxima sessão. Em seguida, o Conselheiro Cláudio Barros fez registro de agradecimento aos Conselheiros que foram reconduzidos pela compreensão, ao concederem prioridade ao julgamento dos processos de relatoria dos Conselheiros que estão terminando o mandato no CNMP. A sessão foi encerrada às vinte horas e onze minutos e dela lavrou-se esta ata, que vai assinada pelo Presidente.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho Nacional
do Ministerio Público
Procurador-Geral da República

CERTIDÕES DE JULGAMENTO

7ª Sessão Ordinária Realizada de 19 de Julho de 2011

1) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001515/2009-73 (Embargos de Declaração) (Apensos: Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.001007/2010-29, Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.001006/2010-84, Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.0001586/2009-76, Sindicância Avocada nº 0.00.000.001022/2010-77, dentre outros.)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior

EMBARGANTES: Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

ADVOGADOS: Cézar Roberto Bittencourt - OAB/DF nº 20.151

Gabriela Nehme Bemfica - OAB/DF nº 32.151

Luís Alexandre Rassi - OAB/DF nº 23.299

Pedro Paulo Guerra de Medeiros - OAB/DF nº 31.036

Paulo Sérgio Leite Fernandes - OAB/SP nº 13.439

Rogério Seguins Martins Júnior - OAB/SP nº 218.019

ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária proferida na 5ª Sessão Ordinária.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, conheceu dos Embargos de Declaração opostos pela Promotora de Justiça Deborah Giovanetti Guerner, negando-lhes provimento, nos termos do voto do Relator. No tocante aos Embargos de Declaração opostos pelo Promotor de Justiça Leonardo Azeredo Bandarra, o Conselho, por maioria, os rejeitou, nos termos do voto divergente da Conselheira Taís Ferraz, vencidos o Relator e o Conselheiro Achiles Siquara que conheciam dos Embargos, dando-lhes parcial provimento. O Conselheiro Sérgio Feltrin não proferiu voto em razão de não ter acompanhado o julgamento do processo. Declarou-se impedido o Conselheiro Sandro Neis. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas e Claudia Chagas.

2) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000912/2011-42 (Pedido de Providências)

RELATOR: Cons. Sérgio Feltrin

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

ASSUNTO: Proposta Orçamentária do Conselho Nacional do Ministério Público para o exercício financeiro de 2012.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta orçamentária do Conselho Nacional do Ministério Público para o exercício financeiro de 2012, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas e Claudia Chagas.

3) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000515/2009-56 (Sindicância)

RELATOR: Cons. Sandro José Neis

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas

ASSUNTO: Apurar supostas faltas funcionais da Promotora de Justiça titular da 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Manaus - AM.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Jorge Alberto Mendes Júnior - Advogado do requerido

DECISÃO: Após o voto do Relator no sentido de arquivar a presente Sindicância, pediu vista o Conselheiro Almino Afonso. Anteciparam os votos, acompanhando o Relator, os Conselheiros Cláudio Barros, Maria Ester, Sandra Lia e Achiles Siquara. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas e Cláudia Chagas e, ocasionalmente, o Conselheiro Sérgio Feltrin.

4) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001672/2010-12 (Inspeção)

RELATOR: Cons. Sandro José Neis

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Relatório Conclusivo da Inspeção realizada pela Corregedoria Nacional no Ministério Público do Estado de São Paulo.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Fernando Grella Vieira - Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o presente Relatório Conclusivo de Inspeção realizada no Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas e Cláudia Chagas.

IMPRENSA NACIONAL EXEMPLAR DE ASSINANTE VEDADA

5)PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000155/2011-15 (Inspeção) (Julgamento conjunto com o PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000156/2011-51)

RELATOR: Cons. Sandro José Neis

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Procuradoria Regional da República - 3ª Região / MPF

ASSUNTO: Relatório Conclusivo da Inspeção realizada pela Corregedoria Nacional na Procuradoria Regional da República / 3ª Região, no Estado de São Paulo.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Dra. Anamara Osorio Silva - Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo

SUSTENTAÇÃO ORAL: Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen - Procuradora-Chefe da PRR-3/MPF

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o relatório de inspeção realizada na Procuradoria da República e na Procuradoria Regional da República no Estado de São Paulo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas e Claudia Chagas.

6) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000319/2011-04 (Pedido de Providências)

RELATOR: Cons. Almino Afonso Fernandes

REQUERENTE: Fernando Zardini Antônio - Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo

ASSUNTO: Requer esclarecimentos acerca da vinculação da decisão exarada pelo Conselho Nacional do Ministério Público no Procedimento de Controle Administrativo nº 1094/2008-08, em benefício de todos os membros do Parquet, solicitando, neste caso, expedição de Recomendação ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo, contendo a resposta dessa consulta.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Marcello Souza Queiroz - Presidente da Associação Espirito-Santense do Ministério Público (Interessado)

DECISÃO: O Conselho, por maioria, não conheceu do presente Pedido, nos termos do voto divergente do Conselheiro Sandro Neis, vencido o Relator, que julgava o feito parcialmente procedente. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas e Cláudia Chagas.

7) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000217/2009-66 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Almino Afonso Fernandes

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Rondônia

ASSUNTO: Procedimento de controle administrativo que visa apreciar o conteúdo dos atos normativos editados em atenção à Resolução nº 19/2007. Ministério Público do Estado de Rondônia.

DELIBERAÇÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a prorrogação de prazo por 6 (seis) meses para o cumprimento da decisão plenária, nos termos propostos pelo relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas e Claudia Chagas.

8) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000154/2011-62 (Inspeção)

RELATOR: Cons. Sandro José Neis

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público Militar no Estado de São Paulo

ASSUNTO: Relatório Conclusivo da Inspeção realizada pela Corregedoria Nacional no Ministério Público Militar no Estado de São Paulo.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o relatório de inspeção realizada no Ministério Público Militar no Estado de São Paulo, nos termos do voto do Relator. Declarou-se impedida a Conselheira Maria Ester. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas e Almino Afonso.

9) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000157/2011-04 (Inspeção)

RELATOR: Cons. Sandro José Neis

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Procuradoria Regional do Trabalho - 2ª Região / MPT

ASSUNTO: Relatório Conclusivo da Inspeção realizada pela Corregedoria Nacional na Procuradoria Regional do Trabalho - 2ª Região, no Estado de São Paulo.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Dra. Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano - Procuradora -Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho/2ª Região

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o relatório de inspeção realizada na Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região no Estado de São Paulo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas e Almino Afonso.

10) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001453/2010-33 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATORA: Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)

REQUERENTE: Ivanilson Alves de Carvalho

REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Paraíba

ASSUNTO: Requer revisão de ato administrativo que indeferiu pedido de incorporação alcançado por decisão judicial.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, não conheceu do presente Procedimento, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas e Almino Afonso.

11) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001032/2009-79 (Processo Administrativo Avocado)

RELATOR: Cons. Cláudio Barros Silva

REQUERENTE: Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

REQUERIDO: José Arturo Iunes Bobadilla Garcia

ADVOGADOS: André Borges Netto - OAB/MS nº 5.788

Fernanda Guimarães Hernandez - OAB/DF nº 7.009

Maria Fernanda Magalhães Palma Lima - OAB/DF nº 13.174

Renata Pagy Bonilha - OAB/DF nº 13.909

Karina Góis Gadelha Aguiar - OAB/DF nº 20.272

Maximiliam Patriota Carneiro - OAB/DF nº 23.185

ASSUNTO: Avocação do Procedimento Administrativo nº 10/01/CSMP/2008.

DECISÃO: Após o voto-vista do Conselheiro Mario Bonsaglia, acompanhando o Relator no sentido de julgar procedente o presente feito para determinar a imediata remoção do requerido, pediu vista o Conselheiro Adilson Gurgel. Anteciparam os votos, acompanhando o Relator, os Conselheiros Sandro Neis, Sandra Lia, Luiz Moreira e Sérgio Feltrin. O Conselheiro Almino Afonso já havia proferido seu voto-vista divergente, na 5ª Sessão Extraordinária, no sentido de determinar o arquivamento do feito. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas e Almino Afonso.

12) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001512/2010-73 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho

REQUERENTE: Kátia Regina de Abreu Senadora da República

ADVOGADO: Carlos Bastide Horbasch - OAB/DF nº 19.058

REQUERIDO: Ministério Público Federal

ASSUNTO: Requer análise dos aspectos administrativos-financeiros sobre campanha publicitária "Carne Legal", instituída pelo Ministério Público Federal.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou o presente feito improcedente, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas e Almino Afonso.

13) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000378/2011-74 (Embargos de Declaração)

RELATOR: Cons. Cláudio Barros Silva

EMBARGANTE: Márcia Maria Tamburini Porto Saraiva

ADVOGADOS: Leonardo José de Campos Melo - OAB/RJ nº 123.611

Ricardo Loretti - OAB/RJ nº 130.613

Wilson Pimentel - OAB/RJ nº 122.685

ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que não conheceu pedido de Revisão de Processo Disciplinar.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, não conheceu dos presentes Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas e Almino Afonso e, ocasionalmente, o Conselheiro Sérgio Feltrin.

14) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000397/2011-09 (Pedido de Avocação)

RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón

REQUERENTE: Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro - Procuradora-Geral de Justiça/MA

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Maranhão

ASSUNTO: Requer avocação das Sindicâncias instauradas pelas Portarias nº 4447/2009-GPGJ e 952/2011-GPGJ, que tramitam na Corregedoria do Ministério Público do Estado do Maranhão.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou procedente o presente Pedido, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas e Almino Afonso.

15) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000180/2008-95 (Pedido de Providências)

RELATOR: Cons. Sérgio Feltrin

REQUERENTE: Antônio Henrique da Silva

ASSUNTO: Solicita designação de membro do Ministério Público do Estado da Bahia para atuar nas comarcas desprovidas de promotores titulares, bem como a elaboração de uma resolução determinando a uniformização dos procedimentos a serem adotados no sentido de salvaguardar a integridade de membros nos casos de ameaça.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou parcialmente procedente o presente Pedido, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas e Almino Afonso.

16) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000482/2009-44 (Embargos de Declaração)

RELATOR: Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho

EMBARGANTE: José Orcírio Miranda dos Santos

ADVOGADO: Newley S. S. Amarilla - OAB/MS 2921

ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento a Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou arquivamento de Reclamação Disciplinar.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento aos presentes Embargos, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Sandro Neis.

17) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.002155/2010-61 (Embargos de Declaração)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior

EMBARGANTE: Daniel Leite Brito - Promotor de Justiça

ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente o Procedimento de Controle Administrativo.

DECISÃO: O Conselho, por maioria, negou provimento aos Embargos, nos termos do voto do Relator, vencido o Conselheiro Cláudio Barros, que dava provimento aos Embargos. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas e Almino Afonso. O Conselheiro Sandro Neis não votou em razão de não ter assistido o relatório.

18) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000278/2009-23 (Embargos de Declaração)

RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón

EMBARGANTE: Ministério Público do Estado do Pará

ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente o Pedido de Providências.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, não conheceu dos presentes Embargos, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas e Almino Afonso.

19) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000017/2011-28 (Reclamação Disciplinar)

RELATOR: Cons. Sandro José Neis

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Trabalho - PRT / 1ª Região

ASSUNTO: Apurar suposta conduta incompatível de Membro do Ministério Público do Trabalho em acidente de trânsito.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Sérgio Rodrigues Leonardo - Advogado do Requerido

DECISÃO: Após o voto do Relator, no sentido de instaurar Processo Administrativo Disciplinar em face de membro do Ministério Público do Trabalho, pediu vista o Conselheiro Luiz Moreira. Antecipou o voto, acompanhando o Relator, o Conselheiro Sérgio Feltrin. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Adilson Gurgel.

20)PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001857/2010-57 (Processo Administrativo Avocado)

RELATORA:Cons. Taís Schilling Ferraz

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO:Ministério Público do Estado do Amazonas

ASSUNTO: Autos do inquérito administrativo instaurado pela Portaria nº 0475/2008-PGJ/AM.

DELIBERAÇÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Adilson Gurgel.

21) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000212/2008-52 (Processo Disciplinar)

RELATORA:Cons. Taís Schilling Ferraz

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO:Vicente Augusto Cruz de Oliveira

ASSUNTO: Processo disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.

DELIBERAÇÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Adilson Gurgel.

22) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001003/2010-41 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Sérgio Feltrin

REQUERENTE: Jayme Arcadio Hasskist

REQUERIDO: Ministério Público Federal

ASSUNTO: Requer a reforma da decisão do Senhor Secretário-Geral do MPF nos autos do processo de nº MPF/PGR nº 1.00.000.008508/2009-47, que indeferiu pedido de pagamento relativo ao exercício de cargo de assessor da Corregedoria Nacional, código CC-4, referente ao período de 23 de agosto de 2007 a 21 de junho de 2009, observado o disposto no § único do artigo 3º da Lei 11.967/09, com a opção da percepção de 65% do valor integral, inclusive de todas as demais vantagens legais.

DECISÃO: Após o voto do Relator, no sentido de julgar o presente Procedimento procedente, para deferir ao requerente o pagamento questionado, pediu vista o Conselheiro Mario Bonsaglia. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Adilson Gurgel.

23) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000136/2010-08 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Piauí

ASSUNTO: Visa apurar a regularidade dos atos administrativos referentes a nomeações de servidores efetivos, tendo em vista discrepância registrada em relação a quantidade de cargos criados por lei - ref. fl. 157 (pg. 155 do Relatório Conclusivo da Inspeção).

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Procedimento, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Adilson Gurgel.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

24) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000802/2011-81 (Proposta de Resolução)

RELATOR: Cons. Sandro José Neis

PROPONENTE: Cons. Sandro José Neis

ASSUNTO: Proposta de Resolução que institui o Cadastro de Membros do Ministério Público.

DECISÃO: Após o voto do Relator, no sentido de aprovar a presente Proposta de Resolução, pediu vista o Conselheiro Mario Bonsaglia. Anteciparam os votos, acompanhando o Relator, os Conselheiros Sérgio Feltrin, Taís Ferraz, Achiles Siquara e Luiz Moreira. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Adilson Gurgel.

25) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000832/2011-97 (Proposta de Resolução)

RELATOR: Cons. Sandro José Neis

PROPONENTE: Cons. Sandro José Neis

ASSUNTO: Proposta de Emenda à Resolução CNMP nº 66, que dispõe sobre o Portal de Transparência do Ministério Público.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a presente Proposta de Resolução, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Adilson Gurgel.

26) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000390/2011-89 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Cláudio Barros Silva

REQUERENTES: Promotores de Justiça do Estado de Sergipe: Lúcio José Cardoso Barreto Lima, Karla Christiany Cruz Leite, Talita Cunegundes Fernandes da Silva e Ana Leila Costa Gacez.

INTERESSADOS: Associação Sergipana do Ministério Público e Promotores de Justiça do Estado de Sergipe: Alessandra Pedral de Santana, Joelma Soares Macêdo de Santana, Maria Rita Machado Figueirêdo, Dr. Raimundo Bispo Filho, Dr. Renê Antônio Erba e Suzy Mary de Carvalho Vieira.

ASSUNTO: Visa apurar ato do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe acerca do julgamento da remoção pelo critério de merecimento para a Comarca de Japaratuba sem a recomposição do quinto constitucional. Pedido de liminar

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Procedimento, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Adilson Gurgel.

27) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000619/2011-85 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Cláudio Barros Silva

REQUERENTES: Maurício Gomes de Souza - Promotor de Justiça

Rita de Cássia de Carvalho Rocha Gomes de Souza - Promotora de Justiça

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Piauí

INTERESSADOS: Flávia Gomes Cordeiro Castro - Promotora de Justiça

João Paulo Santiago - Promotor de Justiça

Janaina Rose Ribeiro Aguiar - Promotora de Justiça

Antônio Rodrigues de Moura - Promotor de Justiça

ASSUNTO: Requer junto ao Ministério Público do Estado do Piauí que seja considerada a posse administrativa de seus membros, decorrente de promoção ou remoção, como causa jurídica que enseja vacância de cargo público anteriormente ocupado por membro do Parquet promovido ou removido. Pedido de Liminar.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Procedimento, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Adilson Gurgel.

28) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000109/2010-27 (Procedimento de Controle Administrativo) (Julgamento conjunto com o PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001870/2010-86)

RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Piauí

ASSUNTO: Visa avaliar a legalidade das indicações e designações dos membros do Ministério Público para exercerem função eleitoral - ref. fl. 34/35 (pg 32/33, item "a", do Relatório Conclusivo da Inspeção).

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou parcialmente procedente os pedidos, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Adilson Gurgel.

29) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000209/2010-53 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Piauí

ASSUNTO: Visa averiguar a legalidade do processo licitatório nº 31/2009, referente à contratação direta de locação de central telefônica tipo CPCT-PABX, tendo em vista possíveis irregularidades que podem indicar vícios no ato administrativo praticado - ref. fl. 221 e 227 (pg. 219 e 225 do Relatório Conclusivo da Inspeção).

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Procedimento, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Adilson Gurgel.

30) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001843/2010-11 (Processo Disciplinar)

RELATOR: Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDOS: Membros do Ministério Público do Estado do Piauí

ASSUNTO: Processo Disciplinar contra membros do Ministério Público do Estado do Piauí.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Processo Disciplinar, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Adilson Gurgel. Declarou-se impedido o Conselheiro Sandro Neis.

31) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000839/2011-17 (Recurso Interno)

RELATOR: Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho

RECORRENTE: Subprocuradora-Geral da Justiça Militar

ADVOGADOS: Honildo Amaral de Mello Castro - OAB/AP 1832

José Walter Queiroz Galvão - OAB/DF 19684

RECORRIDO: Corregedoria Nacional do Ministério Público

ASSUNTO: Recuso Interno em Sindicância contra membro do Ministério Público Militar.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao presente Recurso Interno, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Adilson Gurgel. Declarou-se impedido o Conselheiro Sandro Neis.

32) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000442/2011-17 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Cláudio Barros Silva

REQUERENTE: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

REQUERIDO: Ministério Público da União e dos Estados

ASSUNTO: Requer a verificação do pagamento de verbas indenizatórias em relação ao auxílio saúde aos membros do Ministério Público da União e dos Estados.

DECISÃO: Após o voto do Relator, no sentido de julgar o presente Procedimento parcialmente procedente, pediu vista o Conselheiro Luiz Moreira. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Adilson Gurgel.

33) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000447/2011-40 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Cláudio Barros Silva

REQUERENTE: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

REQUERIDO: Ministério Público da União e dos Estados

ASSUNTO: Requer a verificação do pagamento de verbas indenizatórias em relação a auxílio alimentação aos membros do Ministério Público da União e dos Estados.

DECISÃO: Após o voto do Relator, no sentido de julgar parcialmente procedente o presente Procedimento, pediu vista o Conselheiro Luiz Moreira. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso e Adilson Gurgel.

34) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001696/2010-71 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.001762/2010-11)

RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón

EMBARGANTES: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Edilza dos Reis

ADVOGADO: Leonardo Militão Abrantes - OAB/MG 77.154

ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que conheceu o feito como Procedimento de Controle Administrativo e julgou improcedente o pedido.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou parcialmente procedente os presentes Embargos, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso, Adilson Gurgel e Sérgio Feltrin.

35) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001923/2010-69 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)

RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón

REQUERENTE: Alvaro dos Santos Filho

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

ASSUNTO: Alegação de possível inércia do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na apuração de denúncias apresentadas à Promotoria da Comarca de Juiz de Fora, inclusive a que se refere a irregularidades na pavimentação de rodovia estadual, com possíveis implicações de infração ambiental.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou procedente a presente Representação, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso, Adilson Gurgel e Sérgio Feltrin.

36) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000095/2011-22 (Recurso Interno)

RELATOR: Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho

RECORRENTE: Laci Marinho de Araújo

RECORRIDOS: Membros do Ministério Público Militar

ASSUNTO: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membros do Ministério Público Militar.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao presente Recurso Interno, nos termos do voto do Relator. Declarou-se impedido o Conselheiro Sandro Neis. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso, Adilson Gurgel e Sérgio Feltrin.

37) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001871/2010-21 (Sindicância)

RELATOR: Cons. Sandro José Neis

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas

ASSUNTO: Apurar supostas faltas funcionais da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Manaus - AM.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento da presente Sindicância, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso, Adilson Gurgel e Sérgio Feltrin.

38) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000050/2011-58 (Sindicância)

RELATOR: Cons. Sandro José Neis

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí

ASSUNTO: Apurar os fatos objeto do Processo Administrativo Disciplinar (Processo CNMP nº 0.00.000.000051/2001-01).

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento da presente Sindicância, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso, Adilson Gurgel e Sérgio Feltrin.

39) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000099/2010-20 (Sindicância)

RELATOR: Cons. Sandro Neis

RECLAMANTE: Conselho Nacional do Ministério Público

RECLAMADO: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí

ASSUNTO: Sindicância contra membro do Ministério Público do Estado do Piauí (ref. pg. 21, item "e", do Relatório Conclusivo da Inspeção)1

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento da presente Sindicância bem como pela remessa de cópia integral dos autos à autoridade competente, no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí, para apuração dos fatos sob a ótica da improbidade administrativa, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso, Adilson Gurgel e Sérgio Feltrin.

40) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000826/2011-30 (Proposta de Resolução)

RELATOR: Cons. Cláudio Barros Silva

PROPONENTE: Cons. Cláudio Barros Silva

ASSUNTO: Proposta de Resolução que visa dispor sobre a aplicação do controle da atuação da gestão de pessoas, da tecnologia da informação, da gestão estrutural, da gestão orçamentária do Ministério Público, bem como da atuação funcional de seus membros.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a presente Proposta de Resolução, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso, Adilson Gurgel e Sérgio Feltrin.

41) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000833/2011-31 (Pedido de Providências)

RELATOR: Cons. Cláudio Barros Silva

REQUERENTE: Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

ASSUNTO: Requer estudo quanto à viabilidade de expedição de Resolução estipulando prazos para análise de feitos administrativos e judiciais pela Procuradoria Geral da República.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou procedente o presente Pedido com apresentação de Proposta de Resolução, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso, Adilson Gurgel e Sérgio Feltrin e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

42) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000102/2011-96 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón

REQUERENTE: Leonardo Augusto de Andrade Cezar dos Santos - Promotor de Justiça Substituto

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

ASSUNTO: Visa a revisão de decisão exarada pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo em relação ao Processo de nº 39165/10, referente a pagamento de gratificação pelo exercício cumulativo de cargos ou funções.

DECISÃO: Após o voto da Relatora no sentido de julgar procedente o presente Procedimento, pediu vista o Conselheiro Luiz Moreira. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso, Adilson Gurgel, Sérgio Feltrin e, ocasionalmente, o Conselheiro Achiles Siquara.

43) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000129/2011-89 (Pedido de Providências)

RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Amazonas

ASSUNTO: Requer providências junto ao Ministério Público do Estado do Amazonas para esclarecimento das razões da paralisação de sindicância instaurada pela Portaria nº 007/2009/CGMP.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou procedente o presente Pedido, determinando a instauração de processo disciplinar em face de membro do Ministério Público do Estado do Amazonas, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso, Adilson Gurgel e Sérgio Feltrin.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

44) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000273/2011-15 (Procedimento de Controle Administrativo)
RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón
REQUERENTE: Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A - SANASA
ADVOGADOS: Ana Carolina Piovesana - OAB/SP nº 234.928
José Luis Oliveira Lima - OAB/SP nº 107.106
Rodrigo Dall'Acqua - OAB/SP nº 174.378
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de São Paulo
ASSUNTO: Visa a revisão de ato do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo que vetou o acesso da requerente aos autos do protocolado nº 26/2010-CGMP e o fornecimento de cópias da decisão de arquivamento ali exarada.
DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou procedente o presente Procedimento, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso, Adilson Gurgel e Sérgio Feltrin.
45) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000322/2011-10 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón
REQUERENTE: Verônica Pio da Cruz Lima
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Alagoas
ASSUNTO: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Alagoas devido ao não acompanhamento do Processo nº 0009572-12.2003.8.02.0044 em trâmite no Juízo de Direito de Marechal Deodoro/AL.
DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou procedente a presente Representação, para determinar a instauração de Processo Disciplinar em face de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso, Adilson Gurgel e Sérgio Feltrin.
46) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000529/2011-94 (Procedimento de Controle Administrativo)
RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón
REQUERENTE: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro- CCAF
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
ASSUNTO: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o cumprimento da Resolução CNMP nº 13/2006, que disciplina a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal no âmbito do Ministério Público.
DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou procedente o presente Procedimento, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso, Adilson Gurgel e Sérgio Feltrin.
47) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000801/2011-36 (Procedimento de Controle Administrativo)
RELATORA: Cons. Sandra Lia Simón
REQUERENTES: Alba Regina Bitencourt Pereira
José Roberto da Silva Machado
Julia Florêncio Yanaguita
Juliana Passafaro Mascarenhas Farias
Kátia de Sá Hernandes Borges
Márcio Pereira da Silva
Maria Lucia Antunes Fernandes
Nelson Seiguem Shirado Júnior
Rayse Moralves de Abreu e Silva
REQUERIDO: Ministério Público da União
ASSUNTO: Requer revisão de decisão proferida pelo Ministério Público da União no Procedimento Administrativo PGR/MPF nº 1.00.000.002308/2011-03 que negou a concessão do Adicional de Atividade Penosa requerido pelos servidores da Procuradoria da Justiça Militar em Campo Grande/MS.
DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Procedimento, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso, Adilson Gurgel e Sérgio Feltrin.
48) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000727/2011-58 (Proposta de Resolução) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000824/2011-41)
RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
PROPONENTE: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
ASSUNTO: Proposta de Emenda à Resolução nº 58/2010 que visa definir normas básicas para a parametrização e a uniformização dos procedimentos relativos ao pagamento de diárias no âmbito do Ministério Público Brasileiro.
DECISÃO: Após o voto do Relator, no sentido de apresentar o texto da presente Proposta de Resolução, pediu vista o Conselheiro Mario Bonsaglia. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Bruno Dantas, Claudia Chagas, Almino Afonso, Adilson Gurgel e Sérgio Feltrin.

ACÓRDÃO DE 9 DE AGOSTO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR N.º 0.00.000.000900/2011-18.
RELATOR PARA ACÓRDÃO: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA;
REQUERENTE: CECÍLIA CARVALHO MARINS DOUTRADO E OUTROS;
ADVOGADO: WESLEY RICARDO BENTO - OAB/DF 18.566;
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA;
EMENTA REMOÇÃO POR PERMUTA. LIBERDADE QUE TEM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE DECIDIR SOBRE SEUS PASSOS NA CARREIRA, DESDE QUE OBSERVADAS AS NORMAS DE REGÊNCIA E O INTERESSE PÚBLICO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE PERMUTA SIMULADA. REVOGAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR ANTERIORMENTE DEFERIDA PELA RELATORA DO FEITO. RECURSO INTERNO PROVIDO.

1. A ocorrência da denominada "permuta simulada" circunscreve-se às hipóteses de: a) candidato à remoção por permuta cuja aposentadoria compulsória encontra-se em vias de consumação; b) candidato à remoção por permuta que tenha formalizado pedido de aposentadoria voluntária; c) candidato à remoção por permuta que tenha formalizado inscrição em concurso de promoção por antiguidade ou merecimento ou seja remanescente de lista anterior (ainda que não haja garantia de inscrição no concurso subsequente), o que não se verificou na hipótese vertente;
2. Diante disso e da presunção de legitimidade da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público baiano, impõe-se que a medida liminar concedida pela eminente Relatora do feito seja revogada, sob pena de estar este CNMP imiscuindo-se indevidamente na faculdade atribuída aos membros do Ministério Público de movimentarem-se livremente na carreira, observadas as normas de regência e o interesse público.
3. Recurso interno a que se dá provimento.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em dar provimento ao presente Recurso Interno para revogar a liminar concedida pela Relatora do feito, nos termos do voto divergente do Conselheiro Luiz Moreira, vencidos a Relatora e os Conselheiros Mario Bonsaglia, Maria Ester, Sérgio Feltrin e Taís Ferraz, que negavam provimento ao Recurso.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro-Relator

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 1, DE 8 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:
a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;
c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
e) considerando que os elementos constantes no presente inquérito civil apontam a necessidade de se ampliar o seu objeto inicial para se incluir todas as questões relacionadas ao ao bom funcionamento do PNAE;
f) considerando que os elementos constantes no presente inquérito civil apontam também a necessidade de se ampliar o seu objeto inicial para se incluir as questões relacionadas ao bom funcionamento do PNATE em Sergipe;
g) considerando que a complexidade e a a dimensão do objeto do presente inquérito civil demanda a ampliação do prazo de atuação de modo a atingir todos os 75 municípios sergipanos;
Amplio o objeto do presente INQUÉRITO CIVIL para:
RESUMO: Viabilizar o bom funcionamento dos programas PNAE e PNATE nos municípios sergipanos, nos anos de 2011 e 2012.

Junte-se a presente portaria aos autos, devendo ser retificada a ementa constante na capa dos autos.
Oficie-se a todos os municípios do Estado de Sergipe, encaminhando-se a recomendação em anexo.
Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

PABLO COUTINHO BARRETO

PORTARIA Nº 11, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de seu agente signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007), e
Considerando o quanto descrito no Relatório de Auditoria nº 10674, realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Senador Alexandre Costa/MA;
Considerando que o Ministério Público, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal, tem por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre os quais se inclui o direito fundamental à saúde, consagrado nos artigos 6º e 196 da Carta Magna;
Considerando que, a teor dos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;
Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos;
Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar as irregularidades apontadas nos referenciados Relatórios de Auditoria, bem como o cumprimento das recomendações expedidas em seu bojo.
Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:
i. autue-se a presente Portaria e o Relatório em anexo como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC;
ii. expeça-se ofício ao Município de Senador Alexandre Costa/MA, requisitando manifestação circunstanciada a respeito das constatações 122709, 122720, 122721, 122722, 122726 e 122643, devendo relatar as providências tomadas pela administração para cumprir as recomendações expedidas em seu bojo, no prazo de 30 (trinta) dias. Deve, ainda, o Município encaminhar toda a documentação pertinente ao caso, no afã de corroborar suas alegações;
iii. cientifique-se a PFDC, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.
Designo o servidor VITOR GABRIEL ALCIDES VASCONCELOS para secretariar os trabalhos enquanto lotado neste Gabinete.

ALEXANDRE SILVA SOARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 37, DE 27 DE JULHO DE 2011

Representante: Instauração de Ofício. Representado: Município de Arcoverde/PE. P.A nº 1.26.003.000041/2011-75. Ementa: Procedimento Administrativo. Administração Pública. Prazo 180 Dias Vencido. Conversão Em Inquérito Civil Público. PFDC.

O Ministério Público Federal, pela procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n.° 75, de 20 de maio de 1993, e;
Considerando o ofício circular nº 43/2010-PFDC-MPF-GPC, oriundo da Procuradoria da Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC;
Considerando que o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza;
Considerando que a Administração Pública é regida, dentre outros, pelos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal;
Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, conforme preceitua o art. 127 da Constituição da República;
Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público, bem como o papel de velar pela eficiência dos serviços e programas governamentais, com ênfase no combate aos atos de improbidade administrativa;
Considerando ser função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do art. 129, inciso III da Constituição Federal;
Considerando o teor da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com redação conferida pela Resolução nº 106 do CSMPF, de 6 de abril de 2010;
Considerando que o presente Procedimento Administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP c/c o art. 4, § 1º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF), sem que tenham sido finalizadas as apurações;
Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de maior aprofundamento das investigações, com vistas à correta adoção de providências judiciais ou extrajudiciais;
Resolve converter o presente Procedimento Administrativo nº 1.26.003.000041/2011-75 em Inquérito Civil, determinando:
1) Registro e autuação da presente portaria juntamente com o Procedimento Administrativo supracitado, assinalando como objeto do Inquérito Civil "verificar e acompanhar o cadastramento das famílias elegíveis para o Programa Bolsa Família em Arcoverde";
2) Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, da servidora Marcela Silvino Iglesias Melo, matrícula 21854, ocupante do cargo de Técnica Administrativa, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 5º, V, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretário, em cujas ausências será substituído por qualquer servidor em exercício no 1º Ofício da PR Polo Serra Talhada/Salgueiro;
3) Comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC da instauração do presente Inquérito Civil, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a publicação desta Portaria no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);
A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.
Cumpra-se.

RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 41, DE 9 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei Complementar 75/93, na Lei 8.625/93, na Lei Nº 7.347/85, na Lei 8.078/90 e demais normas de proteção aos direitos transindividuais.

Considerando o que dispõem os §§ 6º e 7º do art. 2º da Resolução Nº 23/2007 do CNMP: "O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável" e "Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil".

Considerando a necessidade de se averiguar os seguintes fatos narrados na representação que originou o presente: consumidor. Apurar a prática de possível ofensa à lei Nº 9.870/99, por parte da UNIP - Campinas, consistente em negar a expedição de diploma de graduação por motivo de inadimplência.

E considerando, por fim, a obrigação administrativa acima prevista, o advento do prazo estabelecido, a necessidade de se dilatar a instrução em relação aos fatos imputados na origem deste procedimento, e a ausência, neste exato momento, de elementos para o arquivamento ou adoção de outras providências.

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a idoneidade dos fatos imputados, investigando-os, bem como analisar os elementos fáticos e jurídicos da denúncia.

Determino a continuidade das diligências empreendidas nestes autos.

Adotem-se as providências administrativas pertinentes: Autuação como inquérito civil e registro nos sistemas informatizados desta unidade.

Providencie a Secretária de Gabinete o encaminhamento à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, de cópia digital deste ato, para as publicações cabíveis (sítio e DOU); bem como a afixação, em papel, em local de costume, neste prédio.

PAULO GOMES FERREIRA FILHO

PORTARIA Nº 43, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

Procedimento Preparatório de IC Nº 1.34.004.000452/2011-89

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei Complementar 75/93, na Lei 8.625/93, na Lei Nº 7.347/85, na Lei 8.078/90 e demais normas de proteção aos direitos transindividuais.

Considerando o que dispõem os §§ 6º e 7º do art. 2º da Resolução Nº 23/2007 do CNMP: "O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável" e "Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil".

Considerando a necessidade de se averiguar os seguintes fatos narrados na representação que originou o presente: "PEDC - PREVIDENCIÁRIO. Apurar a regularidade de suposta delegação de atribuições por parte do DETRAN, que teria condicionado a liberação de CNH à alta de motorista veicular perante o INSS, após a realização de exame médico-pericial".

E considerando, por fim, a obrigação administrativa acima prevista, o advento do prazo estabelecido, a necessidade de se dilatar a instrução em relação aos fatos imputados na origem deste procedimento, e a ausência, neste exato momento, de elementos para o arquivamento ou adoção de outras providências.

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a idoneidade dos fatos imputados, investigando-os, bem como analisar os elementos fáticos e jurídicos da denúncia.

Determino a continuidade das diligências empreendidas nestes autos.

Adotem-se as providências administrativas pertinentes: Autuação como inquérito civil e registro nos sistemas informatizados desta unidade.

Providencie o Secretário de Gabinete o encaminhamento à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, de cópia digital deste ato, para as publicações cabíveis (sítio e DOU); bem como a afixação, em papel, em local de costume, neste prédio.

PAULO GOMES FERREIRA FILHO

PORTARIA Nº 44, DE 9 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei Complementar 75/93, na Lei 8.625/93, na Lei Nº 7.347/85, na Lei 8.078/90 e demais normas de proteção aos direitos transindividuais.

Considerando o que dispõem os §§ 6º e 7º do art. 2º da Resolução Nº 23/2007 do CNMP: "O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável" e "Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil".

Considerando a necessidade de se averiguar os seguintes fatos narrados na representação Nº 1.34.004.000621/2011-81, que originou o presente: "PFDC. Apurar excessiva demora no tempo médio de espera de agendamento (TMEA) nas agências da Previdência Social subordinadas à Gerência Executivo do INSS na Cidade de Jundiaí".

E considerando, por fim, a obrigação administrativa acima prevista, o advento do prazo estabelecido, a necessidade de se dilatar a instrução em relação aos fatos imputados na origem deste procedimento, e a ausência, neste exato momento, de elementos para o arquivamento ou adoção de outras providências.

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a idoneidade dos fatos imputados, investigando-os, bem como analisar os elementos fáticos e jurídicos da denúncia.

Determino a continuidade das diligências empreendidas nestes autos.

Adotem-se as providências administrativas pertinentes: Autuação como inquérito civil e registro nos sistemas informatizados desta unidade.

Providencie o Secretário de Gabinete o encaminhamento à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, de cópia digital deste ato, para as publicações cabíveis (sítio e DOU); bem como a afixação, em papel, em local de costume, neste prédio.

PAULO GOMES FERREIRA FILHO

PORTARIA Nº 45, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei Complementar 75/93, na Lei 8.625/93, na Lei Nº 7.347/85, na Lei 8.078/90 e demais normas de proteção aos direitos transindividuais.

Considerando o que dispõem os §§ 6º e 7º do art. 2º da Resolução Nº 23/2007 do CNMP: "O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável" e "Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil".

Considerando a necessidade de se averiguar os seguintes fatos narrados na representação Nº 1.34.004.200142/2010-81, que originou o presente: "ENEM 2010. Candidata portadora de deficiência visual. Apurar eventuais irregularidades na aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio de 2010 no que se refere ao não atendimento das necessidades de candidata deficiente, mesmo após deferimento de sua inscrição em que constavam todas as condições para o atendimento diferenciado".

E considerando, por fim, a obrigação administrativa acima prevista, o advento do prazo estabelecido, a necessidade de se dilatar a instrução em relação aos fatos imputados na origem deste procedimento, e a ausência, neste exato momento, de elementos para o arquivamento ou adoção de outras providências.

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a idoneidade dos fatos imputados, investigando-os, bem como analisar os elementos fáticos e jurídicos da denúncia.

Determino a continuidade das diligências empreendidas nestes autos.

Adotem-se as providências administrativas pertinentes: Autuação como inquérito civil e registro nos sistemas informatizados desta unidade.

Providencie a Secretária de Gabinete o encaminhamento à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, de cópia digital deste ato, para as publicações cabíveis (sítio e DOU); bem como a afixação, em papel, em local de costume, neste prédio.

PAULO GOMES FERREIRA FILHO

PORTARIA Nº 54, DE 15 DE AGOSTO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público com o objetivo de averiguar ocorrências de atentados a Direitos Fundamentais sofridos por NATALINO ALEXANDRE DOS SANTOS, líder comunitário atuante na região da GLEBA RIO DAS GARÇAS, zona rural de Porto Velho-RO.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e institucionais, e

Considerando as atribuições relativas à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CR/88);

Considerando ser função institucional do Ministério Público o zelo pela observância dos princípios constitucionais fundamentais (artigo 5º, da Lei Complementar nº 75/1993), cabendo ao Ministério Público Federal a defesa dos Direitos Fundamentais previstos na Carta Magna, bem assim dos constantes de Tratados Internacionais de que o País é signatário;

Considerando o teor do TERMO DE DECLARAÇÕES N.º 79/2011-PRDC/MPF/PR-RO, de 15.08.2011, na qual NATALINO ALEXANDRE DOS SANTOS relata ameaças de morte de que estaria sendo vítima, provavelmente em virtude de sua atuação à frente da Associação de Produtores Rurais Porto Progresso, a qual reúne população rural da área conhecida como GLEBA RIO DAS GARÇAS, em Porto Velho-RO;

Considerando ser incumbência do Ministério Público garantir o respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, tomando as medidas que reputar necessárias para tanto(Art. 2º da Lei Complementar nº 75/93);

Considerando a flagrante ausência de políticas públicas voltadas para a redução da violência no Estado de Rondônia, notadamente no que se refere à violência decorrente de movimentos sociais, sejam urbanos ou rurais, o que historicamente tem resultado na ocorrência de diversos crimes contra lideranças comunitárias, resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público com o objetivo de averiguar ocorrências de atentados a Direitos Fundamentais sofridos por NATALINO ALEXANDRE DOS SANTOS, líder comunitário atuante na região da GLEBA RIO DAS GARÇAS, zona rural de Porto Velho-RO

Preliminarmente,

1.Promova-se a autuação, publicações e registros necessários;

2.Oficie-se à Superintendência da Polícia Federal/Rondônia, encaminhando cópia integral do feito, de tudo dando ciência e solicitando informações acerca de providências eventualmente adotadas naquele âmbito;

3. Oficie-se à SESDEC/Rondônia, com cópia integral dos autos, dando ciência e solicitando informações quanto a providências eventualmente ali adotadas;

4.Oficie-se ao Comando Geral da Polícia Militar/Rondônia, encaminhando cópia integral do feito e dando ciência dos fatos narrados;

5.Oficie-se ao Governador do Estado/Rondônia, de tudo dando ciência, com cópia integral do feito e solicitando a atuação do Estado de Rondônia na prevenção de eventuais e futuros desrespeitos a direitos fundamentais, mantendo o Órgão Ministerial informado quanto às providências eventualmente adotadas;

6.Oficie-se à Ouvidoria Agrária Nacional, de tudo dando ciência, com cópia integral do feito, comunicando acerca das providências adotadas no âmbito da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão;

7.Oficie-se à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, comunicando a presente instauração e solicitando sejam adotadas, naquele âmbito, as providências de salvaguarda da vida e da integridade do Declarante.

8.Oficie-se ao declarante, dando ciência das providências adotadas e solicitando que eventuais novas ocorrências de ameaças decorrentes de sua atuação social, bem assim documentação relevante acerca dessa atuação, sejam informadas e encaminhadas a este Órgão Ministerial;

9.Dê-se ciência à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF nº 87, de 03 de agosto de 2006.

Com as respostas, ou o decurso do prazos assinalados, voltem os autos conclusos para ulteriores deliberações.

ERCIAS RODRIGUES DE SOUSA

PORTARIA Nº 59, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando a Lei Federal 7.853/89, o Decreto Regulamentar nº 3.298/99 e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 186/2008, os quais protegem e incluem as pessoas portadoras de deficiência no convívio social, com vistas aos direitos fundamentais, notadamente o da dignidade da pessoa humana;

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição Federal), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o trâmite do Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000079/2001-93, cujo propósito é assegurar as condições de acessibilidade de deficientes físicos aos órgãos públicos federais de Londrina/PR, no qual consta cópia do Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional firmado entre a Procuradoria da República no Estado do Paraná e o CREA/PR - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná - com a finalidade de unir esforços, cada um no âmbito de suas atribuições, no intuito de estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente para assegurar o cumprimento das normas de acessibilidade nas edificações administradas por entidades da administração pública federal, direta e indireta;

Considerando a fiscalização realizada pelo CREA/PR sobre a UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - campus LONDRINA/PR, cujo processo está em fase de análise pela Comissão de Acessibilidade;

Resolve instaurar o presente Inquérito Civil Público, nos termos do art. 4º, §4º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com o propósito de adotar todas as medidas possíveis e necessárias a implementar a melhoria nas condições de acessibilidade, de pessoas portadoras de deficiências físicas, na UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - campus LONDRINA/PR.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Determino, ainda, a realização das seguintes providências:

1 - a remessa dessa Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação e registro do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), de acordo com o art. 4º, inciso II da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por "e-mail", comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 60, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando a Lei Federal 7.853/89, o Decreto Regulamentar nº 3.298/99 e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 186/2008, os quais protegem e incluem as pessoas portadoras de deficiência no convívio social, com vistas aos direitos fundamentais, notadamente o da dignidade da pessoa humana;

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição Federal), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o trâmite do Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000079/2001-93, cujo propósito é assegurar as condições de acessibilidade de deficientes físicos aos órgãos públicos federais de Londrina/PR, no qual consta cópia do Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional firmado entre a Procuradoria da República no Estado do Paraná e o CREA/PR - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná - com a finalidade de unir esforços, cada um no âmbito de suas atribuições, no intuito de estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente para assegurar o cumprimento das normas de acessibilidade nas edificações administradas por entidades da administração pública federal, direta e indireta;

Considerando a fiscalização realizada pelo CREA/PR sobre o CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO - LONDRINA/PR, cujo processo está em fase de análise pela Comissão de Acessibilidade;

Resolve instaurar o presente Inquérito Civil Público, nos termos do art. 4º, §4º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com o propósito de adotar todas as medidas possíveis e necessárias a implementar a melhoria nas condições de acessibilidade, de pessoas portadoras de deficiências físicas, na CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO - LONDRINA/PR.

Determino, ainda, a realização das seguintes providências:

1 - a remessa dessa Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação e registro do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), de acordo com o art. 4º, inciso II da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por "e-mail", comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 61, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando a Lei Federal 7.853/89, o Decreto Regulamentar nº 3.298/99 e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 186/2008, os quais protegem e incluem as pessoas portadoras de deficiência no convívio social, com vistas aos direitos fundamentais, notadamente o da dignidade da pessoa humana;

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição Federal), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o trâmite do Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000079/2001-93, cujo propósito é assegurar as condições de acessibilidade de deficientes físicos aos órgãos públicos federais de Londrina/PR, no qual consta cópia do Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional firmado entre a Procuradoria da República no Estado do Paraná e o CREA/PR - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná - com a finalidade de unir esforços, cada um no âmbito de suas atribuições, no intuito de estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente para assegurar o cumprimento das normas de acessibilidade nas edificações administradas por entidades da administração pública federal, direta e indireta;

Considerando a fiscalização realizada pelo CREA/PR sobre a GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM LONDRINA/PR, cujo processo está em fase de análise pela Câmara Especializada de Arquitetura - CEARQ;

Resolve instaurar o presente Inquérito Civil Público, nos termos do art. 4º, §4º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com o propósito de adotar todas as medidas possíveis e necessárias a implementar a melhoria nas condições de acessibilidade, de pessoas portadoras de deficiências físicas, na GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM LONDRINA/PR.

Determino, ainda, a realização das seguintes providências:

1 - a remessa dessa Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação e registro do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), de acordo com o art. 4º, inciso II da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por "e-mail", comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 62, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando a Lei Federal 7.853/89, o Decreto Regulamentar nº 3.298/99 e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 186/2008, os quais protegem e incluem as pessoas portadoras de deficiência no convívio social, com vistas aos direitos fundamentais, notadamente o da dignidade da pessoa humana;

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição Federal), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o trâmite do Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000079/2001-93, cujo propósito é assegurar as condições de acessibilidade de deficientes físicos aos órgãos públicos federais de Londrina/PR, no qual consta cópia do Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional firmado entre a Procuradoria da República no Estado do Paraná e o CREA/PR - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná - com a finalidade de unir esforços, cada um no âmbito de suas atribuições, no intuito de estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente para assegurar o cumprimento das normas de acessibilidade nas edificações administradas por entidades da administração pública federal, direta e indireta;

Considerando a fiscalização realizada pelo CREA/PR sobre a FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - LONDRINA/PR, cujo processo está em fase de análise pela Comissão de Acessibilidade;

Resolve instaurar o presente Inquérito Civil Público, nos termos do art. 4º, §4º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com o propósito de adotar todas as medidas possíveis e necessárias a implementar a melhoria nas condições de acessibilidade, de pessoas portadoras de deficiências físicas, na FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - LONDRINA/PR.

Determino, ainda, a realização das seguintes providências:

1 - a remessa dessa Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação e registro do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), de acordo com o art. 4º, inciso II da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por "e-mail", comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 89, DE 30 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Determino a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mediante a conversão do presente procedimento administrativo, considerando a necessidade de fiscalizar a suficiência e adequação dos serviços prestados pelos Centros de Referencia de Saúde ás vítimas de violência sexual, no tocante a interrupção da gravidez.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil, mantendo-se a respectiva numeração.

Determino, ainda, a reiteração do expediente de fl. 13 dos presentes autos.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ISRAEL GONÇALVES SANTOS SILVA

PORTARIA Nº 140, DE 3 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "c", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Determino a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mediante a conversão do presente procedimento administrativo, com o objetivo de apurar possível conduta ilegal por parte do Centro Universitário do Maranhão -CEUMA, consistente em exigir dos alunos o pagamento de taxas adicionais para ministrar disciplinas incluídas na grade curricular.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil, mantendo-se a respectiva numeração.

Determino, ainda, a reiteração dos ofícios de fls. 51 e 56/57 dos presentes autos (cujas cópias devem seguir em anexo), para que o UNICEUMA preste, no prazo de 10 (dez) dias, os devidos esclarecimentos acerca das informações pleiteadas nos aludidos expedientes, especificamente quanto aos Termos acostados às fls. 44 e 46 (cujas cópias devem seguir anexas).

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ISRAEL GONÇALVES SANTOS SILVA

PORTARIA Nº 41, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição da República:

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.30.005.000056/2011-91 em Inquérito Civil visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de apurar o fato abaixo especificado:

Assunto: Representação contra a Delegacia de Polícia Federal em Niterói. Reclamação a respeito de possíveis dificuldades encontradas para renovação de passaporte.

Possível responsável pelo fato investigado: Delegacia de Polícia Federal em Niterói

Autor da representação: Denise Rodrigues Monteiro

Comunique-se à Egrégia Procuradoria Federal dos Dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação.

WANDERLEY SANAN DANTAS

PORTARIA Nº 42, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição da República:

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.30.005.000042/2011-77 em Inquérito Civil visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de apurar o fato abaixo especificado:

Assunto: Representação contra a Empresa Brasileira de correios e Telégrafos. Agência localizada no município de Maricá. Reclamação de atraso, em tese, na entrega de correspondência e extravio de documentos.

Possível responsável pelo fato investigado: Empresa Brasileira de correios e Telégrafos - Agência de Maricá/RJ.

Autor da representação: Não informado.

Comunique-se à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação.

WANDERLEY SANAN DANTAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 43, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição da República:

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.30.005.000053/2011-57 em Inquérito Civil visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de apurar o fato abaixo especificado:

Assunto: Representação contra o Hospital Universitário Antônio Pedro. Paciente sofrendo de nefropatia noticia as dificuldades, em tese, encontradas para realização de exames necessários para o tratamento da doença.

Possível responsável pelo fato investigado: Hospital Universitário Antônio Pedro

Autor da representação: Creuza Toledo

Comunique-se à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação.

WANDERLEY SANAN DANTAS

PORTARIA Nº 44, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição da República:

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.30.005.000043/2011-11 em Inquérito Civil visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de apurar o fato abaixo especificado:

Assunto: Representação contra o Instituto Nacional do Seguro Social. Agência localizada no Bairro de Fátima, em Niterói. Reclamação de demora, em tese, para implementar benefício previdenciário - aposentadoria por tempo de serviço.

Possível responsável pelo fato investigado: Agência do INSS localizada no Bairro de Fátima, em Niterói.

Autor da representação: Cláudio dos Santos Lopes

Comunique-se à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação.

WANDERLEY SANAN DANTAS

PORTARIA Nº 45, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição da República:

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.30.005.000071/2011-39 em Inquérito Civil visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de apurar o fato abaixo especificado:

Assunto: Representação contra o Posto de Previdência Social em Maricá sobre o extravio, em tese, de originais de documentos do segurado.

Possível responsável pelo fato investigado: Posto de Previdência Social em Maricá

Autor da representação: Selma Barreto de Santanna

Comunique-se à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação.

WANDERLEY SANAN DANTAS

PORTARIA Nº 47, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição da República:

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.30.005.000079/2011-03 em Inquérito Civil visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de apurar o fato abaixo especificado:

Assunto: Representação contra a Universidade Federal Fluminense. Esposa de servidor militar com movimentação e mudança de sede par o Rio de Janeiro. Reclamação sobre a negativa, em tese, de pedido de transferência acadêmica ex offício pela universidade.

Possível responsável pelo fato investigado: Universidade Federal Fluminense.

Autor da representação: Agnes Rafaela Ribeiro de Araújo

Comunique-se à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação.

WANDERLEY SANAN DANTAS

PORTARIA Nº 305, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, no exercício das atribuições de Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, e com fundamento nos arts. 129, II e III, da CF e art. 7º, I, da LC 75/93, e nos termos da Res. CSMPF n. 87/2006;

Considerando a remessa dos autos da peça informativa n. 1.29.017.000016/2011-21, pela Procuradoria da República no Município de Canoas, na qual há relatos de demora excessiva, por parte da Receita Federal, na análise de requerimentos de isenção de IPI (imposto sobre produtos industrializados) para compra de veículo automotor por pessoa portadora de necessidades especiais;

Considerando que tramita nesta Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão a peça informativa n. 1.29.000.000392/2011-02, autuada a partir de reclamação feita pela cidadã Marisa dos Santos, via internet, insurgindo-se contra a morosidade da Receita Federal em analisar o seu requerimento de isenção de IPI para aquisição de veículo automotor;

Considerando que em consulta ao sistema COMPROT, na data de 28/06/2011, verificou-se que o requerimento da cidadã Elisabeth Machado Rico Torres ainda está sob análise, completando 293 (duzentos e noventa e três) dias sem decisão da autoridade fiscal;

Considerando que em consulta ao sistema COMPROT, na data de 28/06/2011, verificou-se que o requerimento da cidadã Marisa dos Santos ainda está sob análise, completando 232 (duzentos e trinta e dois) dias sem decisão da autoridade fiscal;

Considerando que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios reger-se-á pelo princípio da eficiência (art. 37, caput, da CF/88);

Considerando que a Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às pessoas portadoras de deficiência tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social (art. 9º, da Lei n. 7.853/89);

Considerando que os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa portadora de deficiência física terão prioridade na tramitação (art. 69-A, II, da Lei n. 9.784/99);

Considerando que o procedimento adotado pela Receita Federal para análise dos requerimentos de isenção de IPI para aquisição de veículo automotor por pessoas portadoras de necessidades especiais mostra-se, em tese, insatisfatório em virtude da morosidade violando, por isso, o princípio da eficiência, bem como o tratamento prioritário previsto em lei;

Considerando que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e, se necessário, a ação civil pública para assegurar que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública respeitem os direitos assegurados na Constituição (art. 129, II, CF), bem como para proteger os direitos e interesses difusos e coletivos (art. 129, III);

Resolve Instaurar inquérito civil tendo por objeto apurar eventual falta de tratamento prioritário, por parte da Receita Federal, na análise dos requerimentos de isenção de IPI para aquisição de veículo automotor por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Como consequência desta instauração e para assegurar a devida publicidade e a regularidade da instrução, determino a Secretaria da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão que providencie:

1) a conversão da peça informativa n. 1.29.017.000016/2011-21 em inquérito civil, juntando esta portaria no início dos autos e numerando-a conforme a rotina administrativa orientada;

2) o devido registro nos sistemas eletrônicos desta Procuradoria;

3) a imediata inserção eletrônica desta portaria no banco de dados da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, bem como, em até dez dias, a comunicação desta instauração àquele órgão de coordenação, acompanhada de solicitação para publicação desta portaria no Diário Oficial, nos termos dos arts. 6º e 16 da Res. CSMPF 87/06.

Para instruir este inquérito, determino à referida Secretaria, como diligências investigatórias iniciais, que providencie:

4) a expedição de ofício à Superintendência Regional da Receita Federal requisitando, com fundamento no art. 8º, IV, da LC 75/93, que apresente, no prazo de lei (dez dias úteis), as seguintes informações:

4.1) quais os mecanismos e práticas usuais adotados pela Superintendência Regional da Receita Federal para garantir de forma efetiva tratamento prioritário e adequado as pessoas portadoras de necessidades especiais na análise dos requerimentos de isenção de IPI, e em que instrumentos (portaria, ordens de serviço etc) estão previstos;

4.2) se os autos de procedimentos administrativos em que figure pessoa portadora de deficiência física recebem identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritário, conforme o preceito do art. 69-A, § 2º, da Lei n. 9.784/99;

4.3) qual é o prazo médio para análise dos requerimentos de isenção de IPI para aquisição de veículo automotor por pessoas portadoras de necessidades especiais.

O ofício requisitório de informações deverá seguir acompanhado desta portaria.

O prazo para resposta fica fixado em 10 dias úteis (art. 8º, §5º, da Lei Complementar n. 75/93).

Designo o analista processual Daniel Georgiano Klujszo e a técnica administrativa Carla Fabiana Streck para atuarem neste inquérito civil como secretários.

Após a vinda das informações ou o decurso do prazo fixado para resposta, venham os autos conclusos para nova deliberação.

JORGE IRAJÁ LOURO SODRÉ

PORTARIA Nº 88, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no Procedimento Administrativo n° 1.28.100.000373/2010-04, que objetiva apurar providências adotadas para acolhimento e destinação de semoventes (assininos) recolhidos nas rodovias federais sob a jurisdição da Procuradoria da República no Município de Mossoró/RN.

Converta-se o Procedimento Administrativo nº 1.28.100.000373/2010-04 em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e procedendo ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FERNANDO ROCHA DE ANDRADE

PORTARIA Nº 333, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, "caput", e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal; no artigo 5º, incisos I, alínea "h", III, alínea "b", e V, alíneas "a" e "b", no artigo 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e no artigo 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/93; no artigo 8º da Lei nº 7.347/85; na Lei nº 8.429/92 e legislação aplicável à espécie, e

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Preparatório nº 1.34.001. 000928/2011-10 para apurar a não inclusão de 31 (trinta e um) alunos da Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes de 2010 (ENADE) (fls. 04/10);

CONSIDERANDO que as inscrições não foram aceitas por terem sido realizadas após o término do período estipulado, quando da efetivação das matrículas desses alunos, apesar dos mesmos preencherem os requisitos necessários para a participação no exame;

CONSIDERANDO que a UNIBAN impetrou mandado de segurança em face de autoridade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) objetivando ver aceitas as inscrições dos alunos no ENADE/2010, sendo indeferida a liminar (fls. 11/12);

CONSIDERANDO que o INEP informou que a UNIBAN inscreveu os alunos no ENADE/2011 (fl. 44) e que emitirá relatório específico atestando a situação de regularidade dos alunos;

CONSIDERANDO que a IES corroborou o informado pelo INEP bem como esclareceu que os respectivos diplomas foram expedidos e disponibilizados aos discentes (fl. 45);

CONSIDERANDO a existência de indícios que justificam apurar se alunos que preenchiam os requisitos para participar do ENADE/2010 e tiveram negada sua inscrição não foram prejudicados, em respeito ao direito fundamental à educação;

CONSIDERANDO, ao final, que os presentes autos ainda necessitam de instrução e o transcurso do prazo estabelecido no artigo 4º, §1º, da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal; resolve:

I. Instaurar INQUÉRITO CIVIL, pela conversão do Procedimento Preparatório nº 1.34.001.000156/2011-16, para promover a ampla apuração dos fatos noticiados a fls. 03/29;

II. Determinar as seguintes providências:

a. autuação da presente Portaria e do Procedimento Preparatório nº 1.34.001.000928/2011-10 com a seguinte ementa: "Educação. ENADE/2010. Inscrições posteriores ao prazo negadas. Preenchimento dos requisitos necessários.";

b. comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, inclusive para dar publicidade à presente Portaria (artigo 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c/c os artigos 6º e 16, §1º, inciso I, ambos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

c. designação do(s) Analista(s) Processual(ais) e do(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculados ao gabinete para secretariar o Inquérito Civil.

d. atendimento ao determinado no "Item 4" de fls. 51/52.

MARCOS JOSÉ GOMES CORRÊA

PORTARIA Nº 425, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a notícia de que pessoas portadoras de distúrbios mentais estariam perambulando pelas ruas das cidades de Roraima sem ter o devido tratamento médico e social;

b) considerando os elementos probatórios já carreados ao Procedimento Preparatório nº 1.32.000.000183/2009-41, cujo objeto principal é fiscalizar o cumprimento das disposições contidas na lei de proteção das pessoas portadores de transtornos mentais (Lei nº 10.216/01) pelas cidades de Roraima;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) considerando que expirou o prazo para a tramitação do mencionado Procedimento Preparatório sem que fosse possível realizar-se promoção de arquivamento ou a propositura de ação civil pública, havendo a necessidade de continuidade das apurações, visando carrear aos autos mais elementos de convicção;

d) considerando que se afigura contraproducente arquivar o presente procedimento para instaurar outro, diante da necessidade de aproveitamento do material probatório carreado a estes autos;

e) considerando a necessidade de adequação ao disposto no artigo 4º, § 4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e artigo 2º, § 7º, da Resolução CNMP nº 23/2007, regularizando o curso procedimental;

Resolve determinar o seguinte:

1. Converta-se o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, cadastrando-o com o seguinte resumo:

PRDC. SAÚDE. Fiscalizar o cumprimento das disposições contidas na lei de proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais (Lei nº 10. 216/01) pelas cidades de Roraima.

REQUERENTE: Ministério Público Federal

REQUERIDOS: Secretaria de Saúde do Estado de Roraima e Outros.

2. Nomeio os servidores lotados neste Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. Fixo as seguintes diligências iniciais:

3.1 OFICIE-SE à Secretaria de Estado de Saúde de Roraima, REQUISITANDO-SE, no prazo de 10 dias úteis (LC 75/93, art. 8º, § 5º), que informe se já estão em funcionamento os CAPS II nos municípios de Pacaraima e Rorainópolis e onde estão localizados (endereço completo e telefone). E se a implantação para tal procedimento ainda estiver em andamento, qual o prazo para o início dos atendimentos e o que falta para sua efetivação. Informe também quais CAPS estão em pleno funcionamento em Boa Vista, indicando endereço completo e telefone.

4. Autue-se, com as anotações de praxe.

5. Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, através do envio do arquivo da presente pelo e-mail pfdc005@pgr.mpf.gov.br, bem como da inclusão na base de dados da PFDC.

6. Providencie-se a publicação da presente Portaria (art. 5º, inciso VI, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007).

DANIELA CASELANI SITTA

PORTARIA Nº 430, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando os elementos probatórios já carreados ao Procedimento Preparatório nº 1.32.000.000330/2010-16, cujo objeto principal é apurar denúncia formulada por Adelardo Demétrio da Costa de que firmou contrato com o INCRA para a concessão de crédito instalação, modalidade aquisição material de construção, mas sua casa ainda não foi construída, razão pela qual vive em condições precárias, numa tenda improvida com estacas de madeira e cobertura de lona;

b) considerando que expirou o prazo para a tramitação do mencionado Procedimento Preparatório sem que fosse possível realizar-se promoção de arquivamento ou a propositura de ação civil pública, havendo a necessidade de continuidade das apurações, visando carrear aos autos mais elementos de convicção;

c) considerando que se afigura contraproducente arquivar o presente procedimento para instaurar outro, diante da necessidade de aproveitamento do material probatório carreado a estes autos;

d) considerando a necessidade de adequação ao disposto no artigo 4º, § 4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e artigo 2º, § 7º, da Resolução CNMP nº 23/2007, regularizando o curso procedimental;

Resolve determinar o seguinte:

1. Converta-se o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, cadastrando-o com o seguinte resumo:

PRDC. REFORMA AGRÁRIA. Apurar denúncia de que há contrato formulado entre o Incra e assentado

para a concessão de crédito instalação, modalidade aquisição material de construção, porém sem construção da moradia.

REQUERENTE: Ministério Público Federal

REQUERIDO: Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA

2. Nomeio os servidores lotados neste Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. Fixo as seguintes diligências iniciais:

3.1 Oficie-se ao INCRA, REQUISITANDO-SE, no prazo de 20 dias (LC 75/93, art. 8º, § 5º), informações sobre:

a) qual a situação atual do assentado Adelardo Demétrio da Costa em relação aos fatos narrados na representação;

b) se já foi contratada outra empresa para a construção das unidades habitacionais via convênio com a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura de Boa Vista em relação ao crédito instalação;

c) se não foi contratada a empresa, quais as providências tomadas;

4. Autue-se, com as anotações de praxe.

5. Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, através do envio do arquivo da presente pelo e-mail pfdc005@pgr.mpf.gov.br, bem como da inclusão na base de dados da PFDC.

6. Providencie-se a publicação da presente Portaria (art. 5º, inciso VI, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007).

DANIELA CASELANI SITTA

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 21, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

Peças de Informação nº 1.35.000.001022/2011-87. Assunto: Apurar suposto dano ambiental com extração de argila em área da União, situada no município de Muribeca/SE, por parte da empresa Cerâmica Dois Irmãos Ltda.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, oficiante junto ao 3º Ofício da Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 5º, II "d", da Lei Complementar nº 75/93, no art. 25, IV, "a", da Lei 8.625/93, no art. 8º, § 1º da Lei 7.345/85, e nos termos do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 03 de agosto de 2006; e do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 17 de dezembro de 2007:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

Considerando que a Lei Complementar nº 75/1993, em seu artigo 5º, inciso II, 'd', e inciso III, 'b', dispõe ser função institucional do Órgão Ministerial da União zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos ao meio ambiente, bem como promover a sua defesa;

Considerando que, nos termos do art. 6º, inciso XIX, 'a' e 'b', c/c art. 37, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal promover a responsabilidade da autoridade competente, pelo não exercício das incumbências, constitucional e legalmente impostas ao Poder Público da União, em defesa do meio ambiente, de sua preservação e de sua recuperação, bem como das pessoas físicas ou jurídicas, em razão da prática de atividade lesiva ao meio ambiente, tendo em vista a aplicação de sanções penais e a reparação dos danos causados;

Considerando que a Constituição da República de 1988 consagrou o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput, CF/88);

Considerando que a Constituição da República de 1988, em seu artigo 20, incisos IX, inclui no âmbito dominial da União os recursos minerais, e que, em seu art. 176, §1º, estabeleceu que a pesquisa e a lavra de recursos minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União;

Considerando, ainda, que a Lei nº 7.805/89 dispôs, em seu art. 16, que "a concessão de lavra depende de prévio licenciamento do órgão ambiental competente", e que a Resolução CONAMA nº 237/1997 determina a necessidade de licença do órgão competente para atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, assim considerada a extração mineral;

Considerando o conteúdo das peças de informação nº 1.35.000.001022/2011-87, autuadas a partir de expediente da lavra do Procurador Regional da República Gilson Gama Monteiro (f. 03), por meio do qual foi encaminhada cópia das peças informativas criminais nº 1.353.000.000764/2011-95 (fls. 04/60), destinadas a apurar a possível prática dos crimes de exploração de minério sem licença ambiental (art. 55 da Lei nº 9.605/98) e de usurpação de bem público (art. 2º, caput, da Lei nº 8.176/1991), por funcionários da empresa Cerâmica Dois Irmãos;

Considerando que, segundo o Termo de Ocorrência Circunstanciado nº 144102010, elaborado pelo Pelotão de Polícia Ambiental (fls. 07/12), no dia 07/10/2010, os senhores Dorgival Basílio dos Santos e Antônio Carlos dos Santos Lima, empregados da pessoa jurídica antes indicada, foram flagrados no desenvolvimento de atividade de extração de argila, com utilização de retroescavadeira e de caçamba, em imóvel denominado "Fazenda Laranjeiras", na rodovia estadual SE-434, município de Muribeca/SE;

Considerando que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), nos termos do Parecer nº 02/2011/DNPM/SE/GES-PMGM (fls. 57/58), atestou a irregularidade da atividade minerária em tela, por não existir qualquer título ativo em nome da Cerâmica Dois Irmãos Ltda. para o local em que a mesma era realizada, exigindo-se, por conseguinte, a devida apuração e, se for o caso, adoção das medidas cabíveis;

Resolve instaurar o competente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1. Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.35.000.001022/2011-87, pela Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC), nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, registrando-se como seu objeto: "Apuração da extração irregular de argila em área do imóvel denominado 'Fazenda Laranjeiras', no município de Muribeca, com a verificação dos danos provocados por tal atividade ao meio ambiente";; e possível responsável: "Cerâmica Dois Irmãos Ltda.";

2. Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, da servidora Maria de Lourdes Miranda Lauria, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP e do art. 5º, V, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF (com redação dada pela Resolução nº 106 do CSMPF, de 06/04/2010), para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores em exercício no 3º Ofício da Tutela Coletiva;

3. Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural), por meio eletrônico (para o endereço 4camara@pgr.mpf.gov.br), nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

4. Afixação da presente portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República no Estado de Sergipe (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP).

Como providências investigatórias iniciais, determino:

1. Expedição de ofício ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, requisitando-lhe, no prazo de 20 (vinte) dias, a realização de vistoria destinada à verificação in loco de possível extração mineral irregular em área do imóvel denominado "Fazenda Laranjeiras", no município de Muribeca/SE, noticiada no Termo de Ocorrência Circunstanciado nº 144102010 (fls. 07/12), com a lavratura, se for o caso, de Auto de Paralisação, e a elaboração de relatório pormenorizado de fiscalização respectivo (localização exata da atividade, volume de minério extraído e seu valor comercial, danos ambientais porventura provocados, etc.), inclusive com a apresentação de fotografias do local;

2. Expedição de ofício à Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), requisitando-lhe, no prazo de 10 (vinte) dias, informações sobre a existência de licença(s) ambiental(ais) concedida(s) para a extração mineral na área do imóvel denominado "Fazenda Laranjeiras", no município de Muribeca/SE, indicada no Termo de Ocorrência Circunstanciado nº 144102010 (fls. 07/12), ou requerimento nesse sentido;

3. Expedição de ofício ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), requisitando-lhe, no prazo de 20 (vinte) dias, a realização de vistoria destinada à verificação in loco de possíveis danos ambientais ocasionados pela irregular extração mineral (supressão de vegetação, aceleração de processo erosivo, etc.) noticiada no Termo de Ocorrência Circunstanciado nº 144102010 (fls. 07/12), com a lavratura, se for o caso, de Auto de Infração, e a elaboração do relatório pormenorizado de fiscalização respectivo, inclusive com a apresentação de fotografias do local;

4. Expedição de ofício à Junta Comercial do Estado de Sergipe, requisitando-lhe, no prazo de 10 (dez) dias, cópia dos atos constitutivos e de eventuais alterações contratuais da pessoa jurídica Cerâmica Dois Irmãos Ltda.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Secretaria de Tutela Coletiva realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

JOSÉ RÔMULO SILVA ALMEIDA

PORTARIA Nº 29, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através do Procurador da República signatário, e considerando o disposto nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, bem como o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e considerando, ainda, o que consta da Peça Informativa Cível nº 1.34.014.000259/2011-29, instaurada a partir de encaminhamento de ofício da Promotoria de Justiça do GAEMA - Núcleo Paraíba do Sul, do Ministério Público do Estado de São Paulo, DETERMINA a conversão do presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar deficiência estrutural e funcional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio - APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul, o que acarreta prejuízos à atuação dos demais órgãos de defesa ambiental.

Determino, ainda, a realização das seguintes diligências: a) o registro da presente portaria; b) a comunicação da instauração do ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, no prazo de 10 dias, acompanhado de cópia desta portaria, para fins de publicação no Diário Oficial, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06; c) a adoção das diligências iniciais indicadas no despacho de conversão, constante dos autos.

FERNANDO LACERDA DIAS

PORTARIA Nº 149, DE 15 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que abaixo subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro nos artigos 127 e 129, III, da Constituição da República, artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/93, bem como na Resolução CNMP nº 23/07 e, ainda:

CONSIDERANDO ser o Ministério Público elevado pela Constituição Federal à categoria de instituição essencial à função jurisdicional, responsável pela defesa dos interesses difusos e coletivos, incluindo o meio ambiente ecologicamente equilibrado;

CONSIDERANDO que foi instaurado na PRM-Passos o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.22.004.000068/2011-05, visando apurar a ocorrência de dano ambiental em razão de intervenção não autorizada em área de preservação permanente e no rio Grande (margem do reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas), no imóvel denominado Fazenda Mata Velha, município de Capitólio/MG;

CONSIDERANDO que referido imóvel é de propriedade de JOSÉ ELORDE DOS SANTOS e ROSA MARIA DE LIMA ELORDE DOS SANTOS;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que o dano ambiental consistiu em instalação de doze tanques rede sem autorização legal, para criação de peixes nas águas do rio Grande (considerado bem da União, consoante art. 20, inciso III, da Constituição Federal, por banhar mais de um Estado da Federação);

CONSIDERANDO que a Resolução nº 413/2009 do CONAMA estabelece que no licenciamento ambiental de empreendimentos aquícolas localizados em águas de domínio da União, além do disposto na citada Resolução, deverão ser seguidas as normas específicas para a obtenção de Autorização de Uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União (art. 1º, § 2º);

CONSIDERANDO que a Portaria nº 103/2002 do IEF determina que as pessoas físicas e jurídicas que explorem comercialmente a aquicultura no Estado de Minas Gerais ficam sujeitas à obtenção de registro de aquicultor, com renovação anual, concedido através da Guia de Recolhimento devidamente quitada (art. 3º);

CONSIDERANDO que, para obtenção do registro de aquicultor, no caso de pessoa física, esta deverá providenciar a documentação indicada no art. 5º, inciso I, da Portaria nº 103/2002 do IEF, o que não se verificou no presente caso;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade à apuração DETERMINO A CONVERSÃO DO FEITO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos que a instruem, devendo a Secretaria Jurídica constar como Representados JOSÉ ELORDE DOS SANTOS e ROSA MARIA DE LIMA ELORDE DOS SANTOS.

Como diligências iniciais, DETERMINO o redirecionamento da requisição contida no Ofício/GAB/PRM-Passos nº 285/2011 à SUPRAM-Alto São Francisco.

Por fim, considerando que o fato pode configurar prática do crime previsto no artigo 29, §1º, inciso III, da Lei nº 9.605/98, com a juntada das respostas, conclusos para analisar a necessidade de requisitar instauração de inquérito policial.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LUDMILA JUNQUEIRA DUARTE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 40, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição da República:

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.30.005.000074/2011-72 em Inquérito Civil visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de apurar o fato abaixo especificado:

Assunto: Representação contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Reclamação sobre a retirada, em tese, arbitrária de animais da Fundação Zoológico de Niterói

Possível responsável pelo fato investigado: IBAMA

Autor da representação: Giselda D'Amelio Candiotto

Comunique-se à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação.

WANDERLEY SANAN DANTAS

PORTARIA Nº 42, DE 9 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei Complementar 75/93, na Lei 8.625/93, na Lei nº 7.347/85, na Lei 8.078/90 e demais normas de proteção aos direitos transindividuais.

Considerando o que dispõem os §§ 6º e 7º do art. 2º da Resolução nº 23/2007 do CNMP: "O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável" e "Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil".

Considerando a necessidade de se averiguar os fatos narrados na representação Nº 1.34.004.200148/2010-59, que originou o presente: MEIO AMBIENTE. Notícia de supressão de floresta no entorno da ARIE Matão de Cosmópolis, sem autorização da autoridade competente.

E considerando, por fim, a obrigação administrativa acima prevista, o advento do prazo estabelecido, a necessidade de se dilatar a instrução em relação aos fatos imputados na origem deste procedimento, e a ausência, neste exato momento, de elementos para o arquivamento ou adoção de outras providências.

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a idoneidade dos fatos imputados, investigando-os, bem como analisar os elementos fáticos e jurídicos da denúncia.

Determino a continuidade das diligências empreendidas nestes autos.

Adotem-se as providências administrativas pertinentes: Autuação como inquérito civil e registro nos sistemas informatizados desta unidade.

Providencie a Secretária de Gabinete o encaminhamento à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, de cópia digital deste ato, para as publicações cabíveis (sítio e DOU); bem como a afixação, em papel, em local de costume, neste prédio.

PAULO GOMES FERREIRA FILHO

PORTARIA Nº 422, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pelo Procurador da República que esta subscreve, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO os elementos probatórios já colhidos na Peças de Informações n° 1.32.000.000217/2011-11, instaurado para apurar a "Existência de porteira que impede o acesso ao Rio Urariçoera, dificulta as atividades de proteção e de integração de indígenas e moradores de Alto Alegre e Amajari ao entorno da Estação Ecológica de Maracá, forçando a utilização de caminho alternativo".

CONSIDERANDO que as Peças de Informação foi instaurada a partir de Ofício do Conselho Consultivo da ESEC Maracá,;

CONSIDERANDO que expirou o prazo para a tramitação da mencionada Peças de Informação sem que fosse possível realizar-se promoção de arquivamento ou a propositura de ação civil pública, havendo a necessidade de continuidade das apurações, visando carrear aos autos mais elementos de convicção;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação ao disposto no artigo 4º, § 4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e artigo 2º, § 7º, da Resolução CNMP nº 23/2007, regularizando o curso procedimental;

Resolve determinar o seguinte:

1. Converta-se a presente Peças de Informação em Inquérito Civil Público;

2. Comunique-se à Colenda 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

3. Providencie-se a publicação da presente Portaria (art. 5º, inciso VI, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007), solicitando-se que seja informado tão logo tal publicação aconteça, para os fins do art. 9º, § 9º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 6º, § 10, da Resolução CNMP nº 23/2007;

4. Retornem os autos para análise.

RODRIGO TIMÓTEO DA COSTA E SILVA

PORTARIA Nº 91, DE 15 DE AGOSTO DE 2011

Ref.: Autos MPF/PRPE n. 1.26.000.000014/2011-22

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais,

Considerando ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

Considerando ser função institucional do Ministério Público, dentre outras: I - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF e 2º, Lei Complementar n. 75/93); e II - promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para a proteção de interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, III, da Carta Magna, art. 6º, VII, e alíneas, da Lei Complementar n. 75/93 e art. 1º da Resolução CSMPF n. 87/2006);

Considerando a alteração promovida pela Resolução CSMPF n. 106/2010 no art. 4º, § 5º, da Resolução CSMPF n. 87/2006;

Considerando a necessidade de apurar notícia de possível infração ambiental por parte da empresa CGG do Brasil Participações Ltda., pelo não cumprimento de condicionantes da licença ambiental.

Resolve DETERMINAR:

I. A conversão do Procedimento Administrativo MPF/PRPE n. 1.26.000.000014/2011-22 em Inquérito Civil (área temática Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural) tendo por objeto "apurar notícia de possível infração ambiental praticada por CGG do Brasil Participações Ltda., consistente em realizar pesquisa sísmica na Bacia de Pernambuco/Paraíba em área de quebra da plataforma, onde estava ocorrendo o fenômeno da 'correção', bem como em restringir o acesso ao uso do espaço marítimo aos pescadores artesanais, contrariando condicionantes da licença ambiental";

II. A autuação da presente portaria em conjunto com o procedimento em referência, bem como a remessa de cópia deste ato para fins de publicação, nos termos do art. 5º, VI, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF n. 87/2006;

III. A comunicação da presente portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art. 6º da Resolução CSMPF n. 87/2006;

IV. O envio de ofício ao IBAMA/RJ, requisitando-se informações atualizadas sobre o caso em tela.

MABEL SEIXAS MENGE
Procuradora da República

PORTARIA Nº 190, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.002.000091/2009-50, que acompanha o processo de implantação de usinas hidrelétricas na bacia do Rio Teles Pires;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido procedimento administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii - retornem-me conclusos para análise.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA

PORTARIA Nº 135, DE 21 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que abaixo subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro nos artigos 127 e 129, III, da Constituição da República, artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/93, bem como na Resolução CNMP nº 23/07 e, ainda:

CONSIDERANDO ser o Ministério Público elevado pela Constituição Federal à categoria de instituição essencial à função jurisdicional, responsável pela defesa dos interesses difusos e coletivos, incluindo o meio ambiente ecologicamente equilibrado;

CONSIDERANDO que foi instaurado na PRM-Passos o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.22.002.000379/2004-57, visando apurar a ocorrência de dano ambiental na unidade imobiliária nº A03 do loteamento PONTAL DO LAGO, localizado no município de Delfinópolis/MG, às margens do rio Grande (reservatório da Usina Hidrelétrica Mal. Mascarenhas de Moraes), área considerada de preservação permanente;

CONSIDERANDO que os laudos ambientais de fls. 08/11, 13/17, 44/51 e 70/85 comprovam a existência de vegetação exótica no local ("brachiaria"), não condizente com as espécies nativas do bioma cerrado;

CONSIDERANDO que os documentos de fls. 18 e 100/103 apontaram, inicialmente, Márcia Angélica Cela Martins como adquirente do lote em questão, sendo que, posteriormente, Furnas Centrais Elétricas identificou o José Editis David como ocupante do imóvel;

CONSIDERANDO que a certidão imobiliária de fl. 115 comprova que a unidade imobiliária nº A03 do loteamento PONTAL DO LAGO, na verdade, é de propriedade da empresa ÔNIX EMPREENDIMENTOS LTDA.;

CONSIDERANDO que o Código Florestal (artigos 2º, 'b' e 4º, §6º, da Lei nº 4.771/65) e Resolução CONAMA nº 302/02 (art. 3º, I) consideram área de preservação permanente no entorno dos reservatórios artificiais a faixa de cem metros nas localidades rurais;

CONSIDERANDO que o loteamento em tela está situado em área considerada rural para fins de definição da área de preservação permanente, vez que não apresenta infraestrutura de área urbana consolidada (fl. 08);

CONSIDERANDO que a Lei do Estado de Minas Gerais nº 18.023, de 09/01/2009, que alterou o art. 10 da Lei 14.309/02, definindo área de preservação permanente no entorno de reservatórios hidrelétricos em trinta metros, é inaplicável aos rios federais e respectivas margens, pois não pode o Estado-membro reduzir e tornar incongruente a proteção de bem da União;

CONSIDERANDO, ademais, que a constitucionalidade de referida Lei Estadual foi questionada no Supremo Tribunal Federal através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4368, proposta pela Procuradoria-Geral da República;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público Federal a tutela do meio ambiente, incluindo espaços territoriais especialmente protegidos, como área de preservação permanente de rios federais (art. 225, § 1º, III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade à apuração, para buscar reparação do dano ambiental e revegetação da área, mesmo ante a informação de que a vegetação exótica existente é anterior à implantação do empreendimento;

CONSIDERANDO que, em matéria ambiental, o simples fato de o dano ser preexistente ou resultado de uma confluência de causas não afasta o dever que atine ao proprietário de reparar o dano ambiental ocorrido em seu imóvel (obrigação "propter rem");

DETERMINO A CONVERSÃO DO FEITO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos que a instruem.

Retifique-se a capa dos autos, a fim de constar a empresa ÔNIX EMPREENDIMENTOS LTDA. como representada.

Tendo em vista o retorno do Ofício/GAB/PRM-Passos nº 1017/2010 pelo motivo "mudou-se", REDIRECIONE-SE a missiva para o endereço localizado pela ASSPA (rua Epitácio Pessoa, 75, bairro Coolapa, em São Sebastião do Paraíso/MG), como derradeira tentativa de obter voluntariamente a reparação ambiental. Caso não atendida no prazo estabelecido, intente-se Ação Civil Pública.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Outrossim, OFICIE-SE a Furnas Centrais Elétricas S/A para que informe se já submeteu o PRAD apresentado à aprovação do Instituto Estadual de Florestas e deu início à execução, encaminhando documentos comprobatórios (prazo: 20 dias).

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LUDMILA JUNQUEIRA DUARTE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 250, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que o inquérito civil tem assento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e no art. 8º, da LC n. 75/93;

Considerando que, nos autos da Certidão nº PRM-SCR-SP-00002302/2011, encontram-se reunidos notícias e elementos de convicção que permitem a instauração de uma investigação preliminar;

Considerando que os fatos ali noticiados dizem respeito a possíveis irregularidades na extração de material mineral no rio Mogi Guaçu;

Considerando que o rio Mogi Guaçu é um rio federal;

Considerando que a atividade em questão é do interesse da UNIÃO ;

Considerando, por fim, a complexidade da matéria a ser tratada DETERMINO:

1) a conversão da Certidão nº PRM-SCR-SP-00002302/2011 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos fatos ali narrados, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 4° Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

Cumpra-se.

MARCOS ANGELO GRIMONE

PORTARIA Nº 140, DE 1° DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que abaixo subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro nos artigos 127 e 129, III, da Constituição da República, artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/93, bem como na Resolução CNMP nº 23/07 e, ainda:

CONSIDERANDO ser o Ministério Público elevado pela Constituição Federal à categoria de instituição essencial à função jurisdicional, responsável pela defesa dos interesses difusos e coletivos, incluindo o meio ambiente ecologicamente equilibrado;

CONSIDERANDO que foi instaurado na PRM-Passos o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.22.004.000069/2011-41, visando apurar a ocorrência de intervenção ambiental não autorizada em área de preservação permanente do rio Grande (margem do reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas), no imóvel denominado Fazenda Matinha, município de Capitólio/MG;

CONSIDERANDO que referido imóvel foi adquirido por BELCHIOR PEDRO DOS SANTOS, conforme escritura pública de fls. 19;

CONSIDERANDO que o dano ambiental perpetrado no local consistiu em realização de terraplanagem com supressão de vegetação nativa para construção de cômodo de estrutura pré-moldada, dentro da faixa marginal de 100 (cem) metros da represa;

CONSIDERANDO que o Código Florestal (arts. 2º, b e 4º, § 6º, da Lei nº 4.771/65) e Resolução CONAMA nº 302/02 (art. 3º, I) consideram área de preservação permanente no entorno dos reservatórios artificiais a faixa de cem metros nas localidades rurais;

CONSIDERANDO que a Lei do Estado de Minas Gerais nº 18.023, de 09/01/2009, que alterou o art. 10 da Lei 14.309/02, definindo área de preservação permanente no entorno de reservatórios hidrelétricos em trinta metros, é inaplicável aos rios federais e respectivas margens, pois não pode o Estado-membro reduzir e tornar incongruente a proteção de bem da União;

CONSIDERANDO, ademais, que a constitucionalidade de referida Lei Estadual foi questionada no Supremo Tribunal Federal através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4368, proposta pela Procuradoria-Geral da República;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público Federal a tutela do meio ambiente, incluindo espaços territoriais especialmente protegidos, como área de preservação permanente de rios federais (art. 225, § 1º, III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade à apuração;

DETERMINO A CONVERSÃO DO FEITO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos que a instruem.

Como diligências iniciais, DETERMINO:

a) a expedição de ofício à Furnas Centrais Elétricas S/A para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, realize a demarcação da cota de desapropriação na área onde ocorreu a intervenção e informe se as construções estão em área desapropriada e, neste caso, quais as medidas adotadas para desocupação e recuperação da área degradada;

b) após a demarcação da área, caso constatado que as intervenções não estão situadas em área desapropriada, oficie-se ao Instituto Estadual de Florestas - IEF para que, em 45 (quarenta e cinco) dias, realize vistoria no local da infração, seguida da elaboração de laudo pericial, com resposta aos pertinentes quesitos, devendo vir acompanhado de fotografias, de modo que fiquem demonstrados os danos ambientais efetivamente causados.

Requisite-se, ainda, que caso constatada a existência de intervenções não autorizadas na área de preservação permanente, exerça seu poder de polícia, dando início ao procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis, inclusive de demolição da obra irregular e reparação ambiental, conforme previsto no art. 54, VI, da Lei estadual nº 14.309/02 e Anexo III do Decreto Estadual nº 44.844/08;

c) seja oficiado ao Cartório de Registro de Imóveis de Piumhi/MG, para que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento, encaminhe cópia da matrícula atualizada do imóvel;

Por fim, considerando que o fato pode configurar prática dos crimes previstos nos artigos 48 e 64 da Lei nº 9.065/98, com a juntada das respostas, conclusos para analisar a necessidade de requisitar instauração de inquérito policial.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LUDMILA JUNQUEIRA DUARTE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 348, DE 15 DE ABRIL DE 2011

Procedimento Administrativo nº 1.33.000.000106/2004-49. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO que a atual Constituição, em seu artigo 225, dispõe que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/81estabelece, no seu art. 2º, que: "A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; (...)";

CONSIDERANDO a existência de Procedimento Administrativo nº 1.33.000.000106/2004-49 versando sobre extração mineral no Rio da Prata, em Anitápolis/SC, bem como a antiguidade de sua autuação no âmbito do Ofício do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a

CONVERSÃO deste Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: Meio Ambiente. Extração Mineral. Rio da Prata. Anitápolis/SC. André Otávio Vieira de Mello.,

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

WALMOR ALVES MOREIRA

PORTARIA Nº 146, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que abaixo subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro nos artigos 127 e 129, III, da Constituição da República, artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/93, bem como na Resolução CNMP nº 23/07 e, ainda:

CONSIDERANDO ser o Ministério Público elevado pela Constituição Federal à categoria de instituição essencial à função jurisdicional, responsável pela defesa dos interesses difusos e coletivos, incluindo o meio ambiente ecologicamente equilibrado;

CONSIDERANDO que foi instaurado na PRM-Passos o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.22.004.000046/2007-51, visando apurar a contaminação do reservatório da Usina Hidrelétrica Mal. Mascarenhas de Moraes, formada pelo represamento do rio Grande, pelo lançamento de esgoto sem tratamento no município de Cássia/MG;

CONSIDERANDO que a municipalidade confirmou não possuir tratamento de esgoto, mas que pretendia implantar Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, possivelmente em convênio com a COPASA (fl. 214);

CONSIDERANDO que a COPASA informou já ter elaborado estudos para assunção do sistema de esgotamento sanitário do município de Cássia/MG (fl. 278);

CONSIDERANDO que já está em trâmite na PRM-Passos o Inquérito Civil Público nº 1.22.004.000102/2009-19, instaurado para apurar degradação da qualidade da água do rio Grande, em especial do reservatório da UHE Mal. Mascarenhas de Moraes, inclusive em razão do uso de agrotóxicos nas lavouras da região;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade à apuração, inclusive face à decisão exarada pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF;

DETERMINO A CONVERSÃO DO FEITO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mantendo o mesmo objeto.

Autue-se a presente portaria, sem renumeração dos autos. Designo para secretariar a atuação no presente inquérito Ana Carolina Ajeje de Oliveira (matrícula nº 12.832-5).

Como diligência inicial, OFICIE-SE ao Município de Cássia para que, em 20 (vinte) dias, informe se já houve a celebração de contrato com a COPASA para a implantação da ETE, bem como encaminhe cópia do Plano de Saneamento Básico, elaborado nos moldes da Lei nº 11.445/07.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LUDMILA JUNQUEIRA DUARTE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 423, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pelo Procurador da República que esta subscreve, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO os elementos probatórios já colhidos na Peças de Informações nº 1.32.000.000367/2011-25, instaurado para apurar a "Desaparecimento, transporte ilegal e maus tratos à animais. Mini zoológico do 7º BIS. Mantenedor de Fauna Silvestre. Ausência de ciência por parte do IBAMA."

CONSIDERANDO que as Peças de Informação foi instaurada a partir de denuncia anônima;

CONSIDERANDO que expirou o prazo para a tramitação da mencionada Peças de Informação sem que fosse possível realizar-se promoção de arquivamento ou a propositura de ação civil pública, havendo a necessidade de continuidade das apurações, visando carrear aos autos mais elementos de convicção;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação ao disposto no artigo 4º, § 4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e artigo 2º, § 7º, da Resolução CNMP nº 23/2007, regularizando o curso procedimental;

Resolve determinar o seguinte:

1. Converta-se a presente Peças de Informação em Inquérito Civil Público;

2. Comunique-se à Colenda 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

3. Oficie-se ao IBAMA/RR, requisitando no prazo de 10 (dez) dias para que informe acerca da licença ambiental do mini zoológico e do mantenedor de animais silvestres, ambos do 7º BIS, e se existe alguma autorização (licença ambiental) para mantenedor de animais silvestres nos pelotões de fronteira. Requer que informe ainda se houve autorização de transporte de animais silvestre para esses estabelecimentos ;

4. Providencie-se a publicação da presente Portaria (art. 5º, inciso VI, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007), solicitando-se que seja informado tão logo tal publicação aconteça, para os fins do art. 9º, § 9º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 6º, § 10, da Resolução CNMP nº 23/2007;

RODRIGO TIMÓTEO DA COSTA E SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 147, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que abaixo subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro nos artigos 127 e 129, III, da Constituição da República, artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/93, bem como na Resolução CNMP nº 23/07 e, ainda:

CONSIDERANDO ser o Ministério Público elevado pela Constituição Federal à categoria de instituição essencial à função jurisdicional, responsável pela defesa dos interesses difusos e coletivos, incluindo o meio ambiente ecologicamente equilibrado;

CONSIDERANDO que foi instaurado na PRM-Passos o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.22.004.000048/2007-40, visando apurar a contaminação do reservatório da Usina Hidrelétrica Mal. Mascarenhas de Moraes, formada pelo represamento do rio Grande, pelo lançamento de esgoto sem tratamento no município de São João Batista do Glória/MG;

CONSIDERANDO que a municipalidade confirmou que não existe em São João Batista do Glória tratamento de esgoto,e que o serviço de captação, tratamento e distribuição da água é de responsabilidade do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto (fl. 216);

CONSIDERANDO que foi firmado Termo de Cooperação Técnica entre Furnas Centrais Elétricas S/A, União/Ministério das Cidades e ALAGO - Associação dos Municípios do Lago de Furnas (fls. 357/371 e 394/405) para apoiar a elaboração de projetos executivos para as obras de saneamento básico nos municípios lindeiros ao reservatório da UHE Furnas, cuja execução é acompanhada no Inquérito Civil Público nº 1.22.004.000168/2008-28;

CONSIDERANDO que a ALAGO informou que o término dos trabalhos concernentes à elaboração dos projetos executivos estava previsto para fevereiro/2011 (Ofício nº 071/2010 - fl. 407);

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade à apuração, DETERMINO A CONVERSÃO DO FEITO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Autue-se a presente portaria, sem renumeração dos autos. Designo para secretariar a atuação no presente inquérito Ana Carolina Ajeje de Oliveira (matrícula nº 12.832-5).

Como diligências iniciais, DETERMINO:

a) OFICIE-SE à ALAGO para que informe, em 20 (vinte) dias, se São João Batista do Glória será contemplado com projeto executivo para as obras de saneamento básico, já que pertencente ao grupo dos 52 (cinquenta e dois) municípios incluídos no Termo de Cooperação Técnica. Isto porque a relação acostada às fls. 392/393 não aponta tal município como beneficiário do projeto de esgoto sanitário, mas apenas como

de projeto de tratamento de resíduos sólidos;

b) OFICIE-SE à Promotoria de Justiça de Passos para que, no mesmo prazo supra, informe se o TAC de fls. 324/325 foi executado, já que restou descumprido, conforme informado no Ofício nº 413/07 (fl. 323).

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LUDMILA JUNQUEIRA DUARTE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 350, DE 15 DE ABRIL DE 2011

Procedimento Administrativo nº 1.33.000.001826/2004-21. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO que a atual Constituição, em seu artigo 225, dispõe que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/81estabelece, no seu art. 2º, que: "A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; (...)";

CONSIDERANDO a existência de Procedimento Administrativo nº 1.33.000.001826/2004-21 versando sobre aterro em manguezal no bairro de Coqueiros, Florianópolis/SC, bem como a antiguidade de sua autuação no âmbito do Ofício do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a

CONVERSÃO deste Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: Meio Ambiente. Aterro em manguezal. Bairro de Coqueiros. Florianópolis/SC;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

WALMOR ALVES MOREIRA

PORTARIA Nº 352, DE 15 DE ABRIL DE 2011

Procedimento Administrativo nº 1.33.000.002622/2005-99. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO que a atual Constituição, em seu artigo 225, dispõe que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/81estabelece, no seu art. 2º, que: "A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; (...)";

CONSIDERANDO a existência de Procedimento Administrativo nº 1.33.000.002622/2005-99 versando sobre extração mineral em Canelinha/SC pelas empresas Terra Mater e Zuco Empreendimentos, bem como a antiguidade de sua autuação no âmbito do Ofício do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a

CONVERSÃO deste Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: Meio Ambiente. Extração mineral. Canelinha/SC. Empresas Terra Mater e Zuco Empreendimentos;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

WALMOR ALVES MOREIRA

PORTARIA Nº 354, DE 15 DE ABRIL DE 2011

Procedimento Administrativo nº 1.33.000.000779/2005-80. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO que a atual Constituição, em seu artigo 225, dispõe que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/81estabelece, no seu art. 2º, que: "A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; (...)";

CONSIDERANDO a existência de Procedimento Administrativo nº 1.33.000.000779/2005-80 versando sobre corte de vegetação e licenciamento na Ponta do Ilhota, bairro de Coqueiros, Florianópolis/SC, bem como a antiguidade de sua autuação no âmbito do Ofício do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a

CONVERSÃO deste Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: Meio Ambiente. Corte de vegetação e licenciamento. Ponta do Ilhota, bairro de Coqueiros. Florianópolis/SC;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

WALMOR ALVES MOREIRA

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 347, DE 1° DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pelo Procurador da República que esta subscreve, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO os elementos probatórios já colhidos no Procedimento Preparatório n° 1.32.000.000340/2009-18, instaurado com o escopo "TI Anaro. Gado pertencente a Paulo César Quartiero. Soltura em prejuízo da comunidade indígena", que trata de procedimento instaurado com o objetivo de apurar a noticia de que o pecuarista Paulo César Quartiero estaria colocando gado de sua propriedade dentro da Terra Indígena Anaro, em prejuízo da Comunidade Indígena.

CONSIDERANDO que à fl. 13 repousa ofício da FUNAI informando que, conforme declaração verbal do Tuxaua Cícero, o gado de Paulo Cesar Quartiero estaria nas Fazenda Serra Grande, de propriedade do Sr. José Francisco Monteiro e também na Fazenda Tipografia, de Oscar Maggi.

CONSIDERANDO que à fl. 24 consta ofício da FUNAI informando a derrubada de 500 metros de cerca da comunidade indígena, praticada por pessoas da Fazenda Serra Grande, local onde estariam bovinos pertencentes a Paulo César Quartiero.

VEDADA A VENDA DE EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que à fl. 27 repousa o Decreto de Homologação da Terra Indígena Anaro, datado de 21 de dezembro de 2009 e publicado no dia 22/12/2009.

CONSIDERANDO que através do ofício de fl. 28 a FUNAI encaminhou termo de declaração do indígena CÍCERO JOÃO PERES, tuxaua da Comunidade Anaro, prestado no Departamento de Polícia Federal.

CONSIDERANDO que à fl. 36 consta documento da Comunidade Anaro noticiando a ocorrência de ameaças praticadas por funcionários de Paulo César Quartiero.

CONSIDERANDO que à fl. 38 repousa documento da FUNAI informando que o gado de Paulo César estaria na Fazenda Tipografia.

CONSIDERANDO que às fls. 40/41 consta ofício da Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental noticiando as ameaças sofridas pela Comunidade Anaro, bem como a decisão liminar do Presidente do Supremo Tribunal Federal que excluiu da demarcação a Fazenda Tipografia.

CONSIDERANDO que à fl.54 verifica-se que a FUNAI informa que "todos os ocupantes indenizados na TI Anaro já desocuparam as benfeitorias, permanecendo somente a Fazenda Tipografia, tendo ocupante o Sr Oscar, que por força de liminar concedida pelo STF excluiu da TI a Fazenda Tipografia";

CONSIDERANDO que a decisão do Presidente do STF, Min. Gilmar Mendes excluiu liminarmente do decreto de homologação da TI Anaro a Fazenda Tipografia (MS 28574) inviabiliza a adoção de qualquer medida judicial para retirada de gado do local.

CONSIDERANDO que a necessidade de instauração de procedimento policial com o objetivo de apurar as ameaças e represálias sofridas por membros da Comunidade Anaro, consoante relatado às fls. 36, 40/41.

Resolve determinar o seguinte:

1. Converta-se a presente Peça de Informação em Inquérito Civil Público;

2. Comunique-se à Colenda 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

3. Oficie-se ao DPF/RR requisitando-se a instauração do pertinente procedimento policial com o desiderato de apurar as denúncias de ameaças contra indígenas da Comunidade Anaro, encaminhando-se cópias dos documentos de fls. 36, 40/41. Caso já exista procedimento em curso, recomenda-se a juntada da presente documentação naquele feito;

4. Oficie ao CIR, com referência às denúncias apresentadas no ofício nº 003/2009/CIR/RR, para que tome ciência do Mandado de Segurança 28.574, em que o STF excluiu liminarmente do decreto de homologação da TI Anaro a Fazenda Tipografia, o que inviabiliza a adoção de qualquer medida judicial para retirada de gado do local, e para que informe se permanecem situações de ameaças e represálias contra membros da Comunidade Anaro por parte de integrantes da Fazenda Tipografia.

5. Oficie à Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental TWM, com referência às denúncias apresentadas no Ofício nº 001/2010/TWM/RR, para que tome ciência do Mandado de Segurança 28.574, em que o STF excluiu liminarmente do decreto de homologação da TI Anaro a Fazenda Tipografia, o que inviabiliza a adoção de qualquer medida judicial para retirada de gado do local, e para que informe se permanecem situações de ameaças e represálias contra membros da Comunidade Anaro por parte de integrantes da Fazenda Tipografia.

6. Providencie-se a publicação da presente Portaria (art. 5º, inciso VI, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007), solicitando-se que seja informado tão logo tal publicação aconteça, para os fins do art. 9º, § 9º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 6º, § 10, da Resolução CNMP nº 23/2007

RODRIGO TIMÓTEO DA COSTA E SILVA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 190, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.002.000091/2009-50, que acompanha o processo de implantação de usinas hidrelétricas na bacia do Rio Teles Pires;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido procedimento administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii - retornem-me conclusos para análise.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

ADITAMENTO DA PAUTA DA 157ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Dia: 19 de agosto de 2011
Hora: 09:30 h.
Local: Sala de reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho - SCS, Quadra 09, Lote C, Bloco A, Edifício Parque Cidade Corporate, 12º Andar, Sala s/n, Asa Sul, Brasília, DF.

(...)

II - Processo nº 08130.002523/2006
Interessado: CCR/MPT
Assunto: Convocação de Conselheiro para suplência da Câmara de Coordenação de Revisão do MPT - Distribuição de feitos.
Relator: Conselheiro José Neto da Silva
Revisor: Conselheiro Otavio Brito Lopes

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

OTAVIO BRITO LOPES
Presidente do Conselho

PROCURADORIAS REGIONAIS
9ª REGIÃO

PORTARIA Nº 200, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9.ª REGIÃO - PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando: a realização de mudança das instalações da secretaria, protocolo e recepção da Procuradoria do Trabalho no Município de Maringá, para prédio cuja reforma foi concluída, resolve:

I - Autorizar, excepcionalmente, a suspensão das atividades administrativas e institucionais no âmbito da PTM de Maringá/PR, no dia 22 de agosto de 2011, incluindo o atendimento externo, o recebimento de documentos via serviço de protocolo e a contagem dos prazos administrativos, exceto nos casos graves e urgentes em que seja necessária a imediata atuação de Procurador do Trabalho, e das audiências já designadas que puderem ser realizadas.

II - Haverá expediente interno regular, destinado à realização das atividades constantes no caput desta Portaria, bem como demais providências que se fizerem necessárias.

III - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data. Publique-se.

RICARDO BRUEL DA SILVEIRA
Procurador-Chefe

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

RESOLUÇÃO Nº 67, DE 8 DE AGOSTO DE 2011

Altera e acrescenta dispositivos à Resolução nº 46/CSMPM que estabelece normas para distribuição dos feitos no 2º Grau do Ministério Público Militar.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso da competência prevista no artigo 131, inciso I, da Lei Complementar 75/93, resolve:

Artigo 1º - Acrescente-se o § 2º ao artigo 1º da Resolução 46/CSMPM, numerando o parágrafo único, mantendo o teor da Resolução 53/CSMPM:

§ 1º (...)

§ 2º O membro que estiver em gozo de férias fora do período de recesso ou férias forenses também concorre à distribuição de processos, com exceção dos feitos que têm fixação de prazo, os quais serão posteriormente compensados automaticamente:

Artigo 2º - Acrescenta o inciso V ao artigo 2º da Resolução 46/CSMPM:

V - Habeas Corpus

Artigo 3º - Fica revogado o inciso VI do Art. 5º da Resolução 46/CSMPM.

Artigo 4º - Acrescenta-se o § 4º ao artigo 5º da Resolução 46/CSMPM:

§ 4º Nos casos dos incisos III e IV haverá distribuição normal desde que o membro já tenha se manifestado nos autos.

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ
Procuradora-Geral da Justiça Militar
Presidente do Conselho

MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Conselheiro

RITA DE CÁSSIA LAPORT
Subprocuradora-Geral da Justiça Militar
Conselheira

CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA PEREIRA
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Conselheiro-Relator

ROBERTO COUTINHO
Corregedor-Geral do MPM
Conselheiro

EDMAR JORGE DE ALMEIDA
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Conselheiro

ARILMA CUNHA DA SILVA
Subprocuradora-Geral da Justiça Militar
Conselheira

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Conselheiro

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JUNIOR
Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar
Conselheiro

OSMAR MACHADO FERNANDES
Procurador da Justiça Militar,
Membro convocado para a 184ª Sessão Ordinária

SAMUEL PEREIRA
Procurador da Justiça Militar,
Membro convocado para a 184ª Sessão Ordinária

MARIA DE LOURDES SOUZA GOUVEIA SANSON
Procuradora da Justiça Militar,
Membro convocado para a 184ª Sessão Ordinária

CLAUDIA ROCHA LAMAS
Procuradora da Justiça Militar
Membro convocado para a 184ª Sessão Ordinária

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 33, DE 10 DE AGOSTO DE 2011
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretário do Plenário em substituição: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em virtude de vacância de cargo de Ministro), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, e do Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou as Atas de nºs 31 e 32, das Sessões Ordinária e Extraordinária realizadas em 3 de agosto (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Da Presidência:

- Realização, em 4 de agosto, no auditório do Tribunal, do quarto evento do Ciclo de Palestras 2011 - Tecnologia da Informação: Controle Externo em Ação, promovido pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação, pelo Instituto Serzedello Corrêa e pela Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais.

- Apresentação da proposta orçamentária do Tribunal para o exercício financeiro de 2012, bem como da proposta plurianual 2012-2015, ambas aprovadas pelo Plenário.

- Convite para que os Ministros participem, no dia 6 de outubro, de seminário sobre Segurança Nuclear e Radiológica, voltado para autoridades integrantes do Programa Nacional de Atividades Nucleares, a exemplo da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), das Indústrias Nucleares Brasileiras (INB), da Eletrobrás Termonuclear (Eletronuclear), do Ministério de Ciências e Tecnologia (MCT), do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), de instituição hospitalar que opera com radioterapias e das Comissões de Meio Ambiente do Senado e Câmara dos Deputados.

- Implantação de inovações, com vistas ao aperfeiçoamento do processo eletrônico de controle externo.

Do Ministro Walton Alencar Rodrigues:

- Esclarecimento, acompanhado pelos demais Ministros, sobre a reportagem publicada no jornal Folha de S. Paulo, edição de 9 de agosto, sob o título "TCU diz que comandante do Exército favoreceu empresas".

Do Ministro Augusto Nardes:

- Realização, pela Corregedoria, no período de 16 de maio a 24 de junho, de inspeção ordinária na 9ª Secex, de conformidade com o disposto no Plano de Correições e Inspeções do 1º semestre.

- Solicitação, aprovada pelo Plenário, de inclusão, na Pauta da Sessão, do Processo nº TC-005.361/2011-7, que envolve concessão de medida cautelar.

Do Ministro Aroldo Cedraz:

- Apresentação de Projeto de Resolução para alteração da alínea **a** do inciso I do art. 37 da Resolução TCU nº 154/2002, com abertura de prazo de 15 dias para a apresentação de emendas e sugestões de modificação pelos demais Ministros.

Do Ministro Raimundo Carreiro:

- Proposta, aprovada pelo Plenário, de expedição de determinação à Secretaria-Geral de Controle Externo para que efetue acompanhamento das ações e investimentos pertinentes ao Plano de Fortalecimento de Urgência e Emergência, na área de saúde, bem como nas áreas de vigilância sanitária e epidemiológica.

Do Auditor Augusto Sherman Cavalcanti:

- Participação, representando o Tribunal, por designação da Presidência, da Missa solene e posse canônica do Arcebispo Metropolitano de Brasília, Dom Sérgio da Rocha, na Catedral Nossa Senhora Aparecida, no dia 6 de agosto.

MEDIDAS CAUTELARES CONCEDIDAS (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão das medidas cautelares exaradas nos processos de nºs:

- TC-023.853/2011-5, pelo Ministro José Múcio Monteiro, que determinou a suspensão cautelar do Pregão Presencial nº 10/2011, realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal - Sebrae/DF, para contratação de empresa para prestar serviço de administração e gerenciamento de alimentação coletiva, em todo o território nacional, nos termos do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

- TC-019.766/2011-4, pelo Ministro José Múcio Monteiro, que determinou à Prefeitura de Monte Alegre de Minas/MG, que não emita a ordem de início ou, caso tenha sido iniciada, paralise a obra de construção do sistema de esgotamento sanitário, objeto da Concorrência Pública nº 002/2011, até que o Tribunal aprecie o mérito das questões suscitadas na representação formulada pela Construtora Entecco Ltda. sobre possíveis irregularidades naquela licitação.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Data do sorteio: 4/8/2011

Processo: 002.583/2009-3
Interessado: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MEC, Prefeitura Municipal de Ipiaçu - MG
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 012.905/2010-0
Interessado: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 66, § 4º, da Resolução nº 136/2000 - TCU).
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Auditor ANDRÉ DE CARVALHO

Processo: 014.294/2010-9
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 018.783/2007-9
Interessado: MINISTÉRIO DA DEFESA (VINCULADOR), HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - MD
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 026.925/2006-2
Interessado: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 030.779/2007-7
Interessado: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-008.554/2010-2, cujo Relator é o Ministro José Múcio Monteiro, o Dr. Leonardo Musumecci Filho não compareceu para realizar a sustentação oral que havia solicitado.

Na apreciação do processo nº TC-018.118/2006-0, cujo Relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, a Dra. Noeli Andrade Moreira apresentou sustentação oral em nome de Antônio Augusto Arantes Neto.

Na apreciação do processo nº TC-002.852/2009-3, cujo Relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, o Dr. José Maurício Cezar Fittipaldi apresentou sustentação oral em nome da Empresa Prêmio Editorial Ltda.

Na apreciação do processo nº TC-002.481/2011-1, cujo Relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, o Dr. Rafaelo Abritta apresentou sustentação oral em nome da União.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº TC-000.947/2004-9, cujo Relator é o Ministro José Jorge, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Augusto Nardes. Votou com o Relator o Ministro Walton Alencar Rodrigues. O Ministro Raimundo Carreiro apresentou voto divergente. O relatório, os votos e as minutas de Acórdão constam do Anexo III desta Ata.

ADIAMENTO DE DISCUSSÃO

Com base no artigo 113 do Regimento Interno, foi adiada a discussão dos processos de nºs:

- TC-022.291/2009-6, cujo Relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e

- TC-002.481/2011-1, de relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, os processos de nºs:

- TC-000.453/2011-0, TC-000.582/2011-5, TC-002.231/2011-5, TC-002.345/2011-0, TC-002.500/2002-3, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues;

- TC-003.933/2004-7, cujo Relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

- TC-006.250/2002-7 e TC-012.595/2011-0, de relatoria do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

- TC-007.632/2009-2, TC-011.650/2011-7, TC-011.737/2011-5 e TC-013.283/2011-1, cujo Relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

- TC-008.622/2009-0, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2051 a 2065.

RELAÇÃO Nº 27/2011 - Plenário
Relator - Ministro VALMIR CAMPELO

ACÓRDÃO Nº 2051/2011 - TCU - Plenário

Considerando que o Sr. Silvio Aparecido Acosta Escobar, na oportunidade, ingressa com uma peça intitulada "recurso de pedido de reexame" contra o Acórdão nº 1384/2010 - TCU - Plenário, que julgou recurso de revisão interposto pelo Ministério Público /TCU, e julgou as contas do ora recorrente irregulares com aplicação de multa.

Considerando que no caso sob análise, o recorrente pretende, na verdade, a reforma do acórdão que o condenou;

Considerando que o pedido de reexame, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e do art. 286 do Regimento Interno do TCU, é modalidade de recurso cabível em processos que versam sobre atos sujeitos a registro e/ou fiscalização de atos e contratos, sendo, dessa forma, inadequado para impugnar as deliberações proferidas neste processo, que trata de tomada de contas;

Considerando a impossibilidade de se conhecer a peça como recurso de reconsideração, tendo em vista que o recorrente já utilizou-se da referida modalidade (anexo 3), operando-se, portanto a preclusão consumativa prevista no art. 278, § 3º, do Regimento Interno/TCU;

Considerando a anuência do Ministério Público junto ao TCU com a proposta da Serur, pelo não conhecimento do recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas ACORDAM, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, em:

1. não conhecer do "pedido de reexame", em face de absoluta inadequação da peça recursal, nos termos do art. 286 do Regimento Interno/TCU, e ante a ocorrência da preclusão consumativa, conforme disposto no art. 278, §3º, do Regimento interno do TCU; e

2.dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados, acompanhada de cópia do exame de admissibilidade de fls. 8/9 - anexo 4.

1. Processo TC-011.032/2003-7 RECURSO - (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2002)
1.1. Apensos: 016.190/2006-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Recorrente: Silvio Aparecido Acosta Escobar (140.757.411-68);
1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/MS
1.4. Relator: Valmir Campelo
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes
1.6.Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MS(SECEX-MS)
1.7. Advogado constituído nos autos: Newton Jorge Tinoco, OAB/MS 6312
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2052/2011 - TCU - Plenário

Considerando que este Tribunal por meio do Acórdão nº 2599/2010 - Plenário, conheceu da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, considerou insatisfatória as justificativas apresentadas pelo Sr. Elias Fernandes Neto, aplicando-lhe multa por ausência de atendimento de diligência desta Corte, sem motivo justificado, e converteu o processo em tomada de contas especial.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que o Sr. Elias Fernandes Neto ingressou com uma peça denominada "recurso de reconsideração" contra o Acórdão nº 2599/2010 - TCU - Plenário, no entanto, foi examinada como pedido de reexame adequado ao presente caso, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.443/92;

Considerando que os elementos trazidos aos autos pelo recorrente não demonstram a superveniência de fatos novos, que admitam a exceção de intempestividade prevista no art. 32 da Lei nº 8.443/92, c/c o § 2º do art. 285 do Regimento Interno/TCU;

Considerando a anuência do Ministério Público junto ao TCU à proposta da Serur, pelo não conhecimento do pedido de reexame, por intempestivo e não apresentar fatos novos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, com fundamento no art. 48, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 32, parágrafo único, e art.48 da Lei nº 8.443/1992, c/c o § 2º do art. 285, do RI/TCU; em

1 .não conhecer do pedido de reexame, por intempestivo e não apresentar fatos novos;

2. receber o expediente recursal e os documentos que o compõem como elementos de defesa, para subsidiar a apuração dos fatos objeto da tomada de contas especial determinada pelo acórdão recorrido; e

3. dar ciência deste acórdão ao recorrente e aos órgão/entidades interessados, acompanhada de cópia do exame de admissibilidade de fls. 248/250 - anexo 5, vol.1.

1. Processo TC-015.888/2008-5 PEDIDO DE REEXAME - (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 006.976/2010-7 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Recorrente: Elias Fernandes Neto (019.792.054-34

1.3. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI

1.4. Relator: Valmir Campelo

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jose Múcio Monteiro

1.6.Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE(SECEX-CE)

1.7. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 33/2011 - Plenário
Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 26/2011 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 2053/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária de Plenário, ACORDAM, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, e na forma do art. 218 do RI/TCU, em dar quitação ao Sr. Raul Christiano de Sanson Portella, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão TCU 1.896/2005-Plenário:

Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem da multa: 16/11/2005

Valor recolhido: R$ 5.734,45 Data do recolhimento: em 24 parcelas

1. Processo TC-002.766/2003-4 (DENÚNCIA)

1.1. Apensos: 013.583/2003-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Angelica Curry Evangelista Rocha (652.430.487-04); Arnaldo Nogueira de Lima (394.952.646-34); Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social (37.160.330/0001-54); Aurea Mendes Viana Alves Neta (295.953.471-91); Benedito Adalberto Brunca (012.420.648-42); Carlos Gomes Bezerra (008.349.391-34); Carlos Roberto Bispo (167.029.566-49); Dimas Luis Rodrigues da Costa (068.232.031-53); Eduardo Basso (471.824.900-72); Eduardo Bossan Rangel (411.048.031-00); Instituto Nacional de Previdência Social (29.979.036/0004-78); Joao Angelo Loures (379.761.251-68); Jose Roberto Sfair Macedo (042.802.881-00); Lucia Helena de Carvalho (085.453.241-20); Osvaldo de Oliveira Nunes (057.308.991-49); Paulo Cesar Nascimento Costa (345.820.707-44); Paulo Roberto Tannus Freitas (080.038.905-00); Raul Christiano de Sanson Portella (010.946.377-34); Roberto Luiz Lopes (498.829.458-72); Sergio Luis de Castro Mendes Correa (443.328.311-87); Taiti Inenami (740.221.488-53); Vainer Cosme Augusto de Oliveira (146.960.881-20)

1.3. Interessado: 4ª Secretaria de Controle Externo - TCU

1.4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS

1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.6. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-5)

1.7. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2054/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão ordinária do Plenário, na forma do art. 143, V, "e", do Regimento Interno/TCU, de acordo com a proposta emitida pela Unidade Técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar os prazos estabelecidos nos itens nºs 9.1.2.2, 9.1.2.3, 9.1.2.4 e 9.1.2.5, todos referentes ao Acórdão nº 1443/2011-TCU-Plenário, Ata nº 21/2011, na forma proposta abaixo, a contar da ciência do prazo inicialmente concedido:

Item do Acórdão:	De:	Para:
9.1.2.2	60 (sessenta) dias	120 (sessenta) dias
9.1.2.3	15 (sessenta) dias	30 (sessenta) dias
9.1.2.4	30 (sessenta) dias	60 (sessenta) dias
9.1.2.5	60 (sessenta) dias	120 (sessenta) dias

1. Processo TC-029.738/2010-5 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)

1.1. Órgão: Ministério da Defesa (vinculador)

1.2. Interessados: Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Defesa; Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e fiscalização do Congresso Nacional; Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados

1.2. Relator: Walton Alencar Rodrigues

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ)

1.4. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2055/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a", c/c o art. 169, inciso IV, do Regimento Interno/TCU em arquivar o presente processo, ante o cumprimento do objetivo para o qual foi constituído, de acordo com o parecer da Secex/SC:

1. Processo TC-008.127/2007-3 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS)

1.1. Responsáveis: Cid Ney Santos Martins (384.115.987-72); Construcap - Engenharia e Comércio S.a. (61.584.223/0001-38); Construtora Queiroz Galvão S/a (33.412.792/0001-60); Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87); João José dos Santos (542.170.249-91); Luis Munhoz Prosel Junior (459.516.676-15); Mauro Barbosa da Silva (370.290.291-00); Sebastião Donizete de Souza (288.866.236-15)

1.2. Interessados: Construtora Ferreira Guedes S/A (61.099.826/0001-44); João José dos Santos (542.170.249-91); Modern Continental Construções Ltda (01.017.496/0001-79); Superintendência Regional do Dnit No Estado de Santa Catarina - Dnit/MT (04.892.707/0006-15)

1.3. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SC (SECEX-SC)

1.6. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2056/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária de Plenário, ACORDAM, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, e na forma do art. 218 do RI/TCU, em dar quitação ao Sr. Antonio Cesar Bassoli, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão TCU 1.630/2006-Plenário, bem como adotar a seguinte medida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Valor original da multa: R$ 10.000,00 Data de origem da multa: 5/9/2006

Valor recolhido: R$ 11.996,10 Data do recolhimento: em 24 parcelas

1. Processo TC-019.401/2004-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 014.387/2009-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 004.429/2005-0 (DENÚNCIA)

1.2. Responsáveis: Abelardo Bayma Azevedo (097.732.821-04); Antonio Cesar Bassoli (648.233.348-68); Edmundo Soares do Nascimento Filho (224.487.053-72); Lieda Amaral de Souza (271.873.144-34); Ministério da Previdência Social (vinculador) (); Sergio Ricardo Prates (206.406.330-72)

1.3. Interessado: 4ª Secretaria de Controle Externo - TCU ()

1.4. Órgão/Entidade: Gabinete do Ministro - Mps

1.5. Relator: Walton Alencar Rodrigues

1.6. Ministro que alegou impedimento na sessão: Valmir Campelo

1.7. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-5)

1.8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.9. Medida: informar, nos termos do art. 2º da Portaria Conjunta SEGECEX/SEGEDAM 01/2010, ao Sr. Antonio Cesar Bassoli (CPF 648.233.348-68), que, em razão do recolhimento, a maior, relativamente à multa no valor original de R$ 10.000,00 (dez mil reais) que lhe foi aplicada por meio do Acórdão 1630/2006 - Plenário, há crédito seu perante a Fazenda Pública Federal, no valor de R$ 151,63 (cento e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos), que pode ser requerido ao TCU por meio de petição administrativa.

Ata n° 33/2011 - Plenário
Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 32/2011 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 2057/2011 - TCU - Plenário

Considerando que o recurso de revisão, conforme estatuído no art. 35, incisos I, II e III, da Lei nº 8.443/1992, deve ser fundado em erro de cálculo, falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido e na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida.

Considerando, dessa maneira, que o presente recurso, formulado pelo Sr. Walter Rodrigues Navas, não está fundado em nenhuma das hipóteses descritas no dispositivo supracitado.

Considerando que toda a documentação colacionada ao recurso já constava dos autos deste processo.

Considerando que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal prevista para o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente.

Considerando, ainda, não haver qualquer falha formal nos procedimentos adotados no âmbito deste processo.

Considerando que a tentativa de se provocar a pura e simples rediscussão de deliberações deste tribunal não se constitui em fato ensejador do conhecimento do presente recurso de revisão.

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU pugnando pelo não-conhecimento do presente recurso.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado**,** ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 288, do Regimento Interno do TCU, em não receber o recurso de revisão, dando-se ciência desta deliberação ao recorrente e ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 2ª Região - Creci/SP.

1. Processo TC-001.944/1999-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 001.444/1999-9 (DENÚNCIA); 017.056/2009-5 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Ademar Antonio de Almeida (273.430.228-49); Francisco Zagari Neto (304.487.948-53); Roberto Capuano (037.062.148-49); Walter Rodrigues Navas (369.051.788-53).

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis-SP/2ª Região.

1.4. Relator: Augusto Nardes.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Thaís Ramos Rocha, OAB/DF 30.383.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2058/2011 - TCU - Plenário

Considerando a solicitação de prorrogação de prazo, por mais 15 (quinze) dias, formulada pela empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), na pessoa do seu Diretor-Presidente, Sr. Josias Matos de Araújo (peça 50), justificado pela necessidade de reunir dados com vistas a apresentação de manifestação relativa às ocorrências apontadas nos subitens 9.1.1 e 9.1.2 e encaminhamento da documentação referente aos subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão nº 1.742/2011-Plenário-TCU.

Considerando o ingresso, nos autos, de nova solicitação de prorrogação, por mais 30 (trinta) dias, também no prazo inicialmente concedido (peça 52), justificada, segundo a requerente, pela necessidade de solicitar prestação de contas à Abengoa Construção Brasil Ltda. relativa ao valor antecipado no âmbito do Contrato 4500068094 - Empreendimento Ribeiro Gonçalves/Balsas.

Considerando a ausência de manifestação contrária por parte da unidade técnica.

Considerando os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como os da razoabilidade e da economia processual.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em deferir, excepcionalmente, o pedido formulado pela empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), na pessoa do seu Diretor-Geral, Sr. Josias Matos de Araújo, prorrogando, por mais 30 (trinta) dias, o prazo estipulado no Ofício 385/2011-TCU/SECOB-3, e em dar ciência à requerente.

1. Processo TC-007.108/2011-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 012.801/2011-9 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Adhemar Palocci (005.815.438-82); Josias Matos de Araujo (039.310.132-00); João Carlos Oliveira Almeida (123.776.781-49).

1.3. Interessado: Congresso Nacional.

1.4. Órgão/Entidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Grupo Eletrobrás - MME.

1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras - 3 (SECOB-3).

1.7. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2059/2011 - TCU - Plenário

Considerando a representação formulada pela empresa Tecserv - Serviços Técnicos e Locação de mão-de-obra Ltda., noticiando supostas irregularidades no âmbito do Pregão Eletrônico 2/2011-Gerência Executiva do INSS.

Considerando a solicitação, por parte da representante, de adoção de medida cautelar no bojo da presente representação.

Considerando, todavia, que o contrato decorrente do supradito Pregão Eletrônico encontra-se assinado e em fase de execução por parte da licitante vencedora, elidindo, assim, o *periculum in mora*, requisito essencial autorizador da medida requerida.

Considerando, desse modo, a impossibilidade da adoção da medida extrema.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 250, inciso IV, 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, e em indeferir a medida cautelar proposta, sem prejuízo das determinações abaixo consignadas.

1. Processo TC-019.111/2011-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Augusto Fabio Oliveira dos Santos (278.430.255-53); H & M Serviços Ltda. (09.305.041/0001-60); Jailton Melo dos Santos (311.460.075-15).

1.2. Interessado: Tecserv Serviços Técnicos e Locação de Mão-de-obra Ltda. (03.906.867/0001-07).

1.3. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Aracaju/SE - INSS/MPS.

1.4. Relator: Augusto Nardes.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

1.6. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar a audiência do Sr. Jailton Melo dos Santos, pregoeiro da Gerência Executiva do INSS em Aracaju/SE, e do Sr. Augusto Fábio Oliveira dos Santos, Gerente Executiva do INSS em Aracaju/SE, para que apresentem, no prazo de quinze dias, razões de justificativa acerca das irregularidades apontadas na instrução da unidade técnica.

1.7.2. Determinar a oitiva da empresa H&M Serviços Ltda. (CNPJ 09.305.041/0001-60), declarada vencedora do Pregão Eletrônico 2/2011 realizado pela Gerência Executiva do INSS em Aracaju/SE, para, querendo, manifestar-se, no prazo de 15 dias, acerca dos fatos tratados na presente representação.

1.7.3. Dar ciência à representante da presente deliberação, acompanhada da instrução que a suporta.

Ata n° 33/2011 - Plenário

Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 24/2011 - Plenário

Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 2060/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação, por 60 (sessenta) dias, do prazo para atendimento aos ofícios 592/2011/Secex-3; 597/2011/Secex-3; 595/2011/Secex-3; 599/2011/Secex-3; e prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo para atendimento aos ofícios 593/2011/Secex-3 e 594/2011/Secex-3; expedidos em razão de audiências e citações determinadas pelo Acórdão 2639/2010 - TCU - Plenário.

1. Processo TC-014.486/2006-8 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2005)

1.1. Apensos: 022.439/2006-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Antonio Pedro de Freitas Monteiro (002.750.167-14); Clovis Pio Lourenco Filho (643.309.408-25); Douglas Rodrigues da Costa (102.167.278-55); Edson de Oliveira (347.857.361-00); Engeclinic Serviços Ltda. (04.128.433/0001-88); Gabriel Raimundo Magno Pinto (224.526.727-34); Joao Carlos Gerheim Infante (392.506.527-04); Jorge Ribeiro de Oliveira (308.770.247-15); Jose Raimundo da Silva Neto (499.064.707-63); José Alexandre Pires (760.800.307-30); José Maurício Lopes Martins de Sá (585.025.211-87); Jéferson Calderaro (320.564.279-15); Lourival da Silva Salgado (126.963.401-10); Lício Joaquim da Silva Rego (429.147.951-49); Manoel Cardoso de Moura (043.755.135-00); Martinho Lutero Moreira Godinho (656.709.736-15); Miguel Vareiro (178.114.301-34); Milton Braz Pagani (125.973.847-72); Noemia Silva Monteiro (461.788.641-91); Orlando Ferreira da Costa (699.038.407-72); Patricia Garone Figueira (186.360.448-04); Paulo de Moura Moutella (268.652.387-53); Queli Cristina do Couto Araujo (658.794.571-68); Ropsangela Goncalves Salgado (373.461.481-34); Rosângela Cunha de Menezes (612.644.230-04)

1.3. Entidade: Fundo de Administração do HFA - MD

1.4. Advogado constituído nos autos: Mauro Porto (OAB/DF 12.878).

ACÓRDÃO Nº 2061/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; e 27 da Lei 8.443/92, c/c o artigo 218 e seu parágrafo único do Regimento Interno, em dar quitação ao responsável, Sr Milton Sérgio Silveira Zuanazzi (CPF 219.158.810-72), ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por intermédio do item 9.4 do Acórdão 1133/2009 - TCU - Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Valor original da multa: R$ 3.000,00	Data de origem: 27/5/2009
Valor recolhido: R$ 3.363,90	Data do recolhimento: 31/5/2011

1. Processo TC-025.579/2006-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Ministério Público Federal - MPU.

1.2. Entidade: Ministério do Turismo.

1.3. Advogados constituídos nos autos: Huilder Magno de Souza (OAB-DF 18.444), José Eduardo Nogueira (OAB-PB 7.659), Anselmo Meireles de Lima Ayello (OAB-DF 16.116), Leonardo Augusto Leão Lara (OAB-MG 74.173), Samuel Mol Alves (OAB-MG 98.877), Christiano Berg Carvalhaes de Paiva (OAB-MG 86.700), Flávio Schegerin Ribeiro (OAB-DF 21.451), Igor Tamasauskas (OAB-SP 173.163), Pierpaolo Cruz Bottini (OAB-SP 163.657), Alexandre Pontieri (OAB-SP 191.828) e Mateus Carvalho Branco Silva (OAB-DF 27.015).

Ata n° 33/2011 - Plenário

Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 38/2011 - Plenário

Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 2062/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, que trata do 2º ciclo de revisão tarifária periódica da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A (Escelsa), com fundamento no item 9.3 do Acórdão 1491/2011-TCU - Plenário e no art. 40, inciso II, da Resolução TCU 191/2006, c/c art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em arquivar os presentes autos e a comunicar à Aneel do presente Acórdão.

1. Processo TC-004.679/2011-3 (DESESTATIZAÇÃO)

1.1. Responsável: Nelson José Hübner - Diretor- Geral da Aneel

1.2. Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica - Mme; Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Eletrobras - MME

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Sec. de Fiscal. de Desest. e Regulação 2(SEFID-2)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2063/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, que trata de licitação de linhas de transmissão realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), nos termos do Edital 1/2011 - Aneel, com fundamento no item 9.3 do Acórdão 1491/2011- TCU - Plenário e no art. 40, inciso II, da Resolução TCU 191/2006, c/c art. 143, III do RI/TCU, ACORDAM em arquivar os presentes autos e comunicar à Aneel do presente Acórdão.

1. Processo TC-006.803/2011-3 (DESESTATIZAÇÃO)

1.1. Responsável: Nelson José Hübner - Diretor- Geral da Aneel

1.2. Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica - MME

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Sec. de Fiscal. de Desest. e Regulação 2(SEFID-2)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

Ata n° 33/2011 - Plenário

Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 34/2011 - Plenário

Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2064/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso III; e 250 a 252 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em converter a determinação contida no item 1.4.1 do Acórdão nº 531/2010 - Plenário em recomendação, preservando o mesmo conteúdo, conforme pareceres emitidos nos autos, dando-se ciência do decidido à Gerência Executiva do INSS em Boa Vista/RR e apensando os presentes autos ao TC 013.026/2009-8.

1. Processo TC-010.174/2010-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo - RR (SECEX-RR)

1.2. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Boa Vista/RR - INSS/MPS

1.3. Relator: José Múcio Monteiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RR (SECEX-RR)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 33/2011 - Plenário

Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 34/2011 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 2065/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 169, inciso IV, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar cumpridas as determinações expedidas ao Instituto de Peso e Medidas do Estado do Amazonas - Ipem/AM por meio do Acórdão nº 1637/2009-TCU-Plenário e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.036/2010-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Instituto de Peso e Medidas do Estado do Amazonas - Ipem/AM.

1.3. Relator: André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (Secex-AM).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Secex/AM que:
1.6.1. encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução de fls. 70/73, ao Ipem/AM;
1.6.2. arquive os presentes autos.

Ata n° 33/2011 - Plenário
Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2066 a 2104, a seguir transcritos e incluídos no Anexo IV desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2066/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-005.361/2011-7.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de auditoria.
3. Interessada: Secex/AP.
4. Unidade: Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá - Secex/AP.
8. Advogados constituídos nos autos: Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF 28.361) e Thiago Groszewics Brito (OAB/DF 31.762).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria versando sobre possíveis irregularidades na execução do Convênio nº 746.753/2010, celebrado entre Ministério do Turismo, por intermédio da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável - Ibrasi,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 276 do Regimento Interno do TCU, determinar:
9.1.1. à Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo que:
9.1.1.1. suspenda a execução do Convênio nº 746.753/2010, firmado com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável - Ibrasi, objetivando a implantação de processos participativos para fortalecimento da cadeia produtiva de turismo no Estado do Amapá, bem como quaisquer outros repasses de recursos ao referido Instituto, até que o Tribunal decida ulteriormente;
9.1.1.2. adote medidas junto ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável - Ibrasi para que este se abstenha de utilizar qualquer parcela do montante dos R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e de outros parcelas remanescentes eventualmente liberadas pela Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo, por força do Convênio nº 7467.53/2010, até que o Tribunal decida ulteriormente;
9.1.2. à Caixa Econômica Federal que bloqueie, de imediato, o saque ou a transferência de qualquer parcela dos R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e de outros valores eventualmente repassados, **a posteriori**, pela Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável - Ibrasi, por força do Convênio nº 7467.53/2010, depositados em conta-corrente na Agência 2962-9, até que o Tribunal delibere ulteriormente;
9.2. determinar à Secex/AP que:
9.2.1. com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei nº 8.443/92, realize as audiências dos responsáveis adiante identificados para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa quanto às seguintes irregularidades:

9.2.1.1. do Sr. Edimar Gomes da Silva, CPF 134.463.088-06, na qualidade de Diretor de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo, à época dos fatos, pela aprovação do Plano de Trabalho que resultou na celebração do Convênio 746.753/2010, com o Ibrasi, entidade privada sem fins lucrativos que não detém capacidade técnica e operacional para gerir a avença, nem condições estatutárias condizentes com o seu objeto, que é a implantação de processos participativos para fortalecimento da cadeia produtiva de turismo no estado do Amapá, com infração ao disposto nos arts. 1°, § 2°, 18, inciso VII, e 22, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127/2008;
9.2.1.2. do Sr. Frederico Silva da Costa, CPF 776.889.701-30, na condição de Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo, à época dos fatos, quanto às seguintes irregularidades:
9.2.1.2.1. celebração do Convênio nº 746.753/2010, com o Ibrasi, entidade privada sem fins lucrativos que não detém capacidade técnica e operacional para gerir a avença, nem condições estatutárias condizentes com o seu objeto, que é a implantação de processos participativos para fortalecimento da cadeia produtiva de turismo no Estado do Amapá, com infração ao disposto nos arts. 1°, § 2°, 18, inciso VII, e 22, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127/2008;
9.2.1.2.2. inclusão de cláusula de liberação dos recursos no Convênio nº 746.753/2010 em desacordo com a sistemática prevista no art. 42 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127/2008, segundo o qual ela obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho e guardará consonância com as metas e etapas de execução do objeto da avença;
9.2.1.2.3. inadequada fiscalização dos recursos transferidos ao Ibrasi por intermédio do Convênio nº 746.753/2010, bem como os relativos à contrapartida em bens e serviços, com inobservância dos procedimentos previstos nos arts. 51 a 55 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127/2008;
9.2.1.3. do Sr. Colbert Martins da Silva Filho, CPF 132.361.645-49, na condição de Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo, para a inadequada fiscalização dos recursos transferidos ao Ibrasi, por intermédio do Convênio nº 746.753/2010, bem como os relativos à contrapartida em bens e serviços, com inobservância dos procedimentos previstos nos arts. 51 a 55 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127/2008;
9.2.1.4. do Sr. Luiz Gustavo Machado, CPF 813.598.538-04, Diretor Executivo do Ibrasi, para a falta de registro no Siconv das informações e documentos que comprovem a execução da contrapartida em bens e serviços referentes às etapas 2 e 3 da meta 1 do Convênio nº 746.753/2010, com inobservância do art. 3° da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127/2008, devendo, quando da apresentação de suas justificativas, anexar os respectivos documentos comprobatórios da declaração contida no relatório de execução parcial apresentado ao Ministério do Turismo;
9.2.2. com a urgência que o caso requer, apure se já houve eventual execução dos serviços à conta dos recursos federais transferidos por intermédio do Convênio nº 746.753/2010, e, caso positivo, verifique a qualidade dos mesmos e à sua aderência ao Plano de Trabalho, sem prejuízo da compatibilidade de seus custos com os preços praticados pelo mercado, autorizando-a, desde já, a realizar as diligências e inspeções que se fizerem necessárias;
9.2.3. dê ciência do inteiro teor do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, ao Ministério do Turismo, à Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo, ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável - Ibrasi e à Caixa Econômica Federal, Superintendência no Estado do Amapá.
9.3. *remeter os autos à Secex/AP para o cumprimento das medidas constantes do item 9.2 deste acórdão e* para o prosseguimento da instrução processual.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2066-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2067/2011 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-008.371/2005-6.
2. Grupo II; Classe de Assunto: V - Relatório de Levantamento de Auditoria.
3. Responsáveis: Srs. Deuzedir Martins, CPF 276.724.178-00, ex-Chefe do extinto 8.º Distrito Rodoviário Federal - 8.º DRF/SP/DNER; Ademir Marques, CPF 171.105.136-53, ex-Chefe da Residência Regional em Registro/SP; Domingos Carlos Guedes, CPF 031.553.158-49, ex-Chefe do Serviço Rodoviário do 8.º DRF/DNER/SP; Murilo Arantes Oliveira, CPF 062.286.316-91, Coordenador-Geral de Construção Rodoviária Substituto; Mauro Ernesto Campos Lima, CPF 160.271.757-53, Coordenador de Obras Diretas/CGCTR/DIT; Luis Munhoz Prosel Junior, CPF 459.516.676-51, Coordenador-Geral de Construção Rodoviária - GCCONT; Alexandre Silveira de Oliveira, CPF 790.224.996-34, ex-Diretor Geral do DNIT; Edson de Jesus dos Santos, CPF 849.453.467-04, Ex-Inventariante Interino do DNER.
4. Entidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, 8ª Unidade de Infra-Estrutura Terrestre - 8ª Unit (SP).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - Secex/SP.
8. Advogados constituídos nos autos: Cynthia Póvoa de Aragão, OAB/DF 121.890; Renata Aparecida Ribeiro Felipe, OAB/MG 97.826; Tathiane Vieira Viggiano Fernandes, OAB/DF 27.154; e José Clemente de Araújo Neto, OAB/MG 72.523-B.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de levantamento de auditoria realizado nas obras de Restauração e Duplicação de Trechos Rodoviários na BR-116, no Estado de São Paulo, trecho São Paulo-Divisa SP/PR, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes - Dnit,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:
9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis ouvidos em sede de audiência prévia neste processo;
9.2. determinar ao Grupo Executivo, criado pela Portaria GM 971/2003, de 19/9/2003, do Ministério dos Transportes que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresente a este Tribunal o relatório conclusivo da Comissão Especial de Processo Administrativo, instituída pela Portaria 180, de 26/8/2010, com a finalidade de buscar os meios cabíveis para a aplicação de multa, aos Consórcios Construtores e às Supervisoras dos lotes 8, 20 e 21, referentes à duplicação da Rodovia Régis Bittencourt - BR 116, apontadas nos autos do processo nº 50000.054225/2008-10;
9.3. determinar ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) que, relativamente aos Lotes 1, 4, 5 e 9, proceda à abertura de processos administrativos específicos com vistas à responsabilização das construtoras responsáveis por cada lote, individualmente ou em consórcio, tendo em vista a recusa das contratadas em refazerem os serviços executados com defeito, devendo o processo de cada lote ser instruído, além de outros entendidos necessários pela administração, com os seguintes elementos:
9.3.1. planilha demonstrativa dos valores relativos ao dano verificado em cada lote, devidamente fundamentada, devendo tal providência estender-se aos Lotes 8, 20 e 21, caso o processo apuratório em curso no Ministério dos Transportes não contenha decisão sobre a responsabilidade por tal prejuízo;
9.3.2. cópia do relatório final da comissão de sindicância instaurada pela Portaria 215, de 9/9/2008, do Ministério dos Transportes (Processo 50.000.054225/2008-10), bem como dos elementos probatórios em que se baseou a comissão;
9.3.3. cópia do relatório final da Comissão Especial de Processo Administrativo instituída pela Portaria 180, de 26/8/2010, do Grupo Executivo de que trata a Portaria MT 971/2003, caso existente, bem como dos elementos probatórios que fundamentaram as conclusões expendidas;
9.4. fixar o prazo de 90 (noventa) dias para que o Dnit conclua os processos referidos no subitem anterior, encaminhando cópia da decisão final adotada em cada caso;
9.5. tornar insubsistente, por perda de objeto, a determinação formulada no subitem 9.6 do Acórdão 49/23006-Plenário, em razão da concessão da Rodovia Régis Bittencourt, ocorrida em 14/2/2008;
9.6. alertar o Dnit quanto à necessidade de realizar a inclusão do registro no SIASG do contrato PG-161/98-00 e seus aditivos, formalizado entre o extinto DNER e o Consórcio CONSTRUCAP/CSO/TRIUNFO, cujos serviços não foram recebidos provisória e definitivamente em razão do surgimento de defeitos nas obras realizadas, em observância à determinação que vem sendo reiterada anualmente em todas as Leis de Diretrizes Orçamentárias, em especial na Lei 10.934, de 11/8/2004 (LDO para 2005), vigente à época da constatação dessa impropriedade;
9.7. encaminhar cópia da presente deliberação à 1ª Secretaria de Controle Externo (1ª Secex) deste Tribunal, para juntada às contas do extinto DNER, exercício de 1998, e das contas do Dnit, exercício de 2004;
9.8. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria-Geral Federal, tendo em vista as informações consignadas no Ofício 224/2010 - CONSU/PGF/AGU, de 18/8/2010, no sentido de que as irregularidades imputadas ao Sr. Edson de Jesus dos Santos, ocupante do cargo de Procurador Federal, também estão sendo objeto de investigação no âmbito do referido órgão;
9.9. determinar à Secex/SP que monitore o cumprimento das determinações expedidas pela presente deliberação;
9.10. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2067-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2068/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.709/2011-6.
1.1. Apenso: 015.839/2011-7.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessados: A3 Brasil Promoções e Organizações de Eventos Ltda. (CNPJ 06.021.598/0001-81) e ZZ3 Promoções e Eventos Ltda. (CNPJ 07.715.069/0001-40).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 5ª Secretaria de Controle Externo (5ª Secex).
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Alexandre Spezia (OAB/DF 20.555); André Puppin Macedo (OAB/DF 12.004); Cristiane Nina Antunes (OAB/DF 20.132); Karina Bronzon de Castilho (OAB/DF 20.971); Luiz César Simões Cardoso (OAB/DF 22.435);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Marcus Paulo Santiago Teles Cunha (OAB/DF 34.184); Priscila Brito Marangon (OAB/DF 25.562); e Tathiana Passoni Reis (OAB/DF 31.414).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam representações formuladas pelas sociedades empresárias A3 Brasil Promoções e Organizações de Eventos Ltda. e ZZ3 Promoções e Eventos Ltda. acerca de irregularidades no Pregão Eletrônico nº 9/2011, em condução pelo Ministério da Previdência Social - MPS, que objetivou a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de organização de eventos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento art. 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU, conhecer das representações para, no mérito, considerar parcialmente procedente a de autoria da ZZ3 Promoções e Eventos Ltda. e improcedente a de autoria da A3 Brasil Promoções e Organizações de Eventos Ltda.;

9.2. determinar ao Ministério da Previdência Social que:

9.2.1. com relação ao Pregão Eletrônico nº 9/2001, adote as medidas visando ao exato cumprimento da lei no sentido da sua anulação em face dos vícios de legalidade apurados neste processo;

9.2.2. abstenha-se de:

9.2.2.1. proceder à desclassificação de proposta sem que esteja demonstrada, no procedimento licitatório, a incompatibilidade entre os custos dos insumos do proponente e os custos de mercado, bem como entre os seus coeficientes de produtividade e os necessários à execução do objeto, exceto em situações extremas nas quais se veja diante de preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, a teor do § 3º do art. 44 da Lei nº 8.666/1993;

9.2.2.2. incluir cláusula editalícia a exigir dos licitantes a manutenção de desconto percentual único sobre os preços unitários dos itens que compõem o orçamento de referência, ainda que em licitação do tipo menor preço global, por não estar em conformidade com os normativos que versam sobre o critério do menor preço para julgamento das propostas em licitação na modalidade pregão (art. 4º, inciso X, da Lei nº 10.520/2002 e art. 2º, caput, do Decreto nº 5.40/2005);

9.3. recomendar ao Ministério da Previdência Social que institua, em seus normativos internos, mecanismos de controle a serem observados pelos servidores responsáveis por procedimentos licitatórios, de forma a prevenir a ocorrência de falhas, especialmente as verificadas no presente processo, submetendo os referidos controles à avaliação da Secretaria Federal de Controle na próxima prestação de contas;

9.4. arquivar o processo, após dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2068-33/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2069/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.247/2011-0.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessado: Câmara dos Deputados.

4. Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação - Sefid-1.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, na qual a Presidência da Câmara dos Deputados remeteu a esta Corte de Contas a Solicitação de Informação nº 8/2011, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, demandando informações acerca da análise do processo de concessão do serviço de transporte de passageiros por meio de trem de alta velocidade - TAV no trecho compreendido entre os municípios de Rio de Janeiro/RJ e Campinas/SP, matéria em exame no âmbito do TC-002.811/2006-6,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, em:

9.1. com fundamento no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, c/c os arts. 38, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução TCU nº 215/2008, conhecer da presente solicitação;

9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Deputado Vanderlei Macris, em atenção ao Ofício nº 914/2011/SGM/P, de 15/6/2011, alusivo à solicitação supracitada, informando-lhes, na ocasião, que pleito de idêntico teor já foi atendido por este Tribunal, nos termos do Acórdão nº 1.841/2011-TCU-Plenário;

9.3. por conseguinte, considerar integralmente atendida a presente solicitação, nos termos do disposto nos arts. 14, inciso IV, e 17, inciso II, da Resolução TCU nº 215/2008;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2069-33/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2070/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.449/2011-9.

2. Grupo I - Classe III - Assunto: Consulta.

3. Interessado: Ricardo Cardoso dos Santos - Assessor Especial de Controle Interno do Ministério do Turismo.

4. Órgão: Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: 5ª Secretaria de Controle Externo (Secex-5).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Consulta formulada pelo Assessor Especial de Controle Interno do Ministério do Turismo, acerca de contratações artísticas com pagamento de cachê,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer da presente consulta, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 1º, inciso XVII, da Lei nº 8.443/1992 c/c arts. 264 e 265 do Regimento Interno do TCU;

9.2.encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao consulente;

9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2070-33/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2071/2011 - TCU - Plenário

1.Processo TC 028.817/2010-9

2.Grupo I, Classe de Assunto VII - Monitoramento.

3.Interessado: Tribunal de Contas da União.

4.Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

5.Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7.Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação - SEFID-1.

8 .Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto, OAB/DF 6.098; Antonio Perilo Teixeira, OAB/DF 21.359; Carlos Henrique Vieira Teixeira, OAB/DF 12.378; Guilherme Augusto Fregapani, OAB/DF n° 34.406.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento do Acórdão nº 2210/2010-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:

9.1. com fulcro no art. 101 da Lei nº 8.443/92, requisitar ao Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN a prestação de serviços técnicos especializados para verificar se a publicidade existente ao longo da Ponte Rio-Niterói está em conformidade com as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, notadamente com os arts. 81 e 82 da Lei nº 9.503/1997;

9.2. remeter os autos à Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação - SEFID-1 para adoção das providências cabíveis.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2071-33/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2072/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-008.554/2010-2 (com 3 anexos e 12 volumes)

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame em Representação

3. Recorrente: Rub Car Comércio de Autopeças e Fundição Ltda. (CNPJ 59.350.124/0001-40)

4. Interessado: Tribunal de Contas da União

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Adplan e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Leonardo Musumecci Filho (OAB/SP nº 180.387) e Matilde Gluchak (OAB/SP nº 137.145)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de pedido de reexame interposto contra o Acórdão nº 2.578/2010 - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, com base nos arts. 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão nº 2.578/2010 - Plenário, restituindo a matéria ao relator original;

9.3. notificar a recorrente do teor deste acórdão;

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradora da República Fernanda Teixeira Souza Domingos.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2072-33/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2073/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-014.660/2011-3

2. Grupo I - Classe VII - Desestatização

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Sefid-1

8. Advogados constituídos nos autos: Benjamin Caldas Gallotti Beserra (OAB/DF nº 14.967), Benjamin Gallotti Beserra (OAB/DF nº 13.568) e Fábio Viana Fernandes da Silveira (OAB/DF nº 20.757)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes ao primeiro estágio do acompanhamento do processo de arrendamento de áreas do Porto de Itaqui, para implantação, manutenção e operação do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 250, inciso III, e 258, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º, inciso I, da Instrução Normativa TCU nº 27/1998, em:

9.1. aprovar o primeiro estágio de fiscalização do arrendamento do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram);

9.2. dar ciência:

9.2.1. à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que, no fluxo de caixa dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira dos próximos arrendamentos, deve ser considerado como base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) o lucro operacional líquido antes da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com o Decreto nº 3.000/1999;

9.2.2. à Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que a movimentação mínima contratual a ser estabelecida no edital de licitação e na minuta de contrato deve ser equivalente à movimentação de carga adotada para a composição do fluxo de caixa do projeto, de forma que o valor de outorga contratado seja devidamente fundamentado nos estudos de viabilidade econômico-financeira exigidos pelo art. 29 do Decreto nº 6.620/2008;

9.3. cientificar a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) da presente deliberação, encaminhando-lhes cópia do relatório e voto que a fundamentam; e

9.4. restituir os autos à Sefid-1 para que dê prosseguimento ao 2º estágio do acompanhamento da licitação para arrendamento do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram).

EXEMPLAR DE ASSINANTE VEDADA A IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2073-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2074/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.392/2010-9.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração.
3. Interessada: Seteh Engenharia Ltda. (26.742.502/0001-81).
4. Entidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Obras (Secob-3).
8. Advogados constituídos nos autos: Ana Maria Vieira dos Santos Neto, OAB/DF nº 11.683, Cirineu Roberto Pedroso, OAB/DF nº 33.754, Dimitri Graco Lages Machado, OAB/DF nº 26.911, Giovanna Loyola Macêdo, OAB/DF nº 28.735, José Cícero Cordeiro, OAB/DF nº 11.204, Jussara Costa Melo, OAB/DF nº 8.104, Marina de Araújo Lopes, OAB/DF nº 9.342/E, Priscila Karla Ismene, OAB/DF nº 29.939, Priscila Paz Godoy, OAB/SP nº 170.200, Rafael Deutschmann Coelho,OAB/DF nº 25.694 e Rodrigo Monteiro Augusto, OAB/DF nº 12.693.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam Embargos de Declaração opostos pela empresa Seteh Engenharia Ltda. em face do Acórdão 1.339/2011 - Plenário, proferido na Sessão Ordinária de 25/5/2011, por meio do qual o Tribunal julgou parcialmente procedente representação formulada acerca de irregularidades existentes no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 02/2010 - TB, promovido pela empresa Telecomunicações Brasileiras - Telebrás, bem assim as providências adotadas por esta entidade no cumprimento dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 da referida deliberação.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443, de 1992, conhecer dos Embargos de Declaração interpostos pela empresa Seteh Engenharia Ltda. para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. quanto às determinações expedidas pelo Acórdão 1.339/2011 - Plenário pode-se afirmar que:
9.2.1. relativamente ao disposto no seu subitem 9.2.1., os termos das renegociações efetivadas pela Telebrás em relação aos Contratos ns. 22/2010-TB e 23/2010-TB firmados, respectivamente, com o consórcio Clemar (líder) e Eltek Valer e a empresa Zopone Engenharia e Comércio Ltda., podem ser considerados satisfatórios, podendo a entidade dar prosseguimento à execução dos ajustes, sem prejuízo de se promover a compensação nos próximos pagamentos, de forma proporcional, dos valores até então pagos a maior às contratadas;
9.2.2. relativamente ao disposto no seu subitem 9.2.2.:
9.2.2.1. os termos das renegociações efetivadas em relação aos preços registrados nas atas relativas aos Anéis Sudeste, Sul e Nordeste do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 02/2010-TB podem ser considerados satisfatórios, de modo que podem ser aceitos os novos preços constantes da documentação apresentada a este Tribunal;
9.2.2.2. diante do insucesso da renegociação com o consórcio vencedor do lote referente à Rede Norte do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 02/2010-TB, a respectiva ata de preços deve ser anulada;
9.3. revogar a medida cautelar expedida em 16/12/2010 e autorizar a Telebrás a prosseguir nas contratações e execução dos serviços decorrentes do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 02/2010-TB, nos termos das renegociações efetivadas;
9.4. determinar à Telebrás que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a este Tribunal acerca de concretização das renegociações acima referidas, por meio da oficialização dos termos de apostilamento das atas e celebração dos aditivos contratuais, bem assim das providências adotadas quanto à compensação dos pagamentos indevidos, encaminhado a este Tribunal a documentação comprobatória pertinente;
9.5. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à empresa embargante, à Telebrás, ao Consórcio Clemar (líder) e Eltek Valer e à empresa Zopone Engenharia e Comércio Ltda.;
9.6. dar ciência da presente deliberação ao Ministério das Comunicações;
9.7. restituir os autos à Secob-3, para fins de verificação do cumprimento da presente deliberação, sem prejuízo de autorizar, desde logo, o arquivamento dos autos, no caso de constatado o atendimento das determinações.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2074-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2075/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-018.118/2006-0
2. Grupo: I - Classe: IV - Assunto: Prestação de Contas - Exercício: 2005.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Minc (26.474.056/0001-71).
3.2. Responsáveis: Alessandra Deotti e Silva (635.916.506-68); Alfredo Gastal (024.254.751-68); Americo David Aurelio (663.578.457-87); Amilcar Pereira Fraga (168.186.950-00); Ana Cláudia Vasconcellos Magalhães (453.368.574-91); Ana Lucia Goelzer Meira (263.847.010-49); Ana Maria da Silva (486.385.527-34); Analucia Oliveira Gomes dos Santos (224.788.841-00); Anderson Nunes Loureiro (700.703.697-04); Andre Moreira de Assis (074.464.587-55); Angelo Plinio Bonatto (144.764.281-34); Anildo Cecilio de Albuquerque (043.136.664-00); Antonio Augusto Arantes Neto (330.126.958-34); Antonio Jorge Amaral Marques (094.370.963-68); Arlete Rocha Carvalho (504.828.317-15); Aroldo dos Santos Araújo (528.592.407-30); Artaxerxes Vieira da Silva (855.787.627-00); Camila da Costa Marques (527.552.238-04); Carlos Alberto Moreira da Silva (834.763.427-00); Carlos Roberto de Menezes (668.215.927-72); Carmen Lúcia Tavares Almeida Dantas (133.974.514-34); Chrystiane Marinho de Lucena (829.629.527-04); Claudia Lucia de Souza Moura Santos (510.443.747-72); Cláudia Márcia Ferreira (629.076.977-49); Cremilda Martins de Albuquerque (050.900.084-34); Cristovão Fernandes Duarte (631.099.567-72); Dalmo Vieira Filho (359.349.489-20); Daniel Ferreira de Castro (193.212.102-10); Dayse Abreu Oliveira Silva (116.576.691-49); Delite Nepomuceno da Fonseca (209.185.933-87); Denise Grinspum (047.544.728-02); Dilson Bertino Pereira de Carvalho (005.789.818-90); Dirceu de Oliveira (431.285.058-53); Diva Maria Fereire Figueiredo (239.347.003-49); Domingos Savio Cordeiro de Oliveira (288.156.531-04); Dora Maria Pereira Rego Correia (521.355.437-72); Durval Augusto Pereira (785.858.217-87); Edio Ribeiro Correa (258.523.617-04); Edmilson Antonio Matos Pinto (383.200.617-68); Eduardo Furtado de Simas (063.733.135-49); Eduardo Hahn (560.179.280-15); Eliana Pinheiro de Lemos (341.223.621-72); Eliane Maria Silveira Fonseca Carvalho (111.508.745-20); Eliane de Castro Machado Freire (203.300.144-04); Eliezer Gomes do Nascimento (277.347.737-53); Elizabeth Carbone Baez (023.917.837-87); Eugenio de Avila Lins (118.229.705-63); Fabiano Lopes de Paula (327.092.696-00); Fernando Cesar Beliche Alves (023.374.793-15); Fernando Cesar de Vasconcellos Azeredo (185.226.371-72); Francisca Marques Mendes (024.647.992-20); Francisca Mota Barbosa (208.317.493-34); Francisco de Assis Souza Silva (151.897.831-20); Frederico Faria Neves Almeida (297.910.654-20); Gerson Dalfior Vidal (386.274.267-91); Gildo de Castro Moraes (459.528.417-91); Gilson de Souza (873.867.477-72); Gisele Andrea da Costa Seixas (609.610.231-04); Grace Elizabeth de Oliveira Cruz (114.427.271-87); Haroldo Gallo (693.929.438-49); Helio de Queiroz Boudet Fernandes (733.973.007-97); Heloiza Helena Martins Araujo (077.243.062-49); Henrique Armbrust (676.200.947-68); Henrique Martins Barros (225.272.571-00); Ildeu Cosme Gomes (801.091.797-49); Iran Martins de Moura (130.935.333-68); Irma Aparecida Bandeira Gomes (214.518.851-72); Janio Paulo Gomes da Silva (363.396.367-72); Joao Carlos Campello Esteves (516.521.377-34); Joel Marinho de Oliveira (403.790.867-00); Jorge Tenorio Lucchesi (158.743.977-87); Jose Geraldo Basilio (442.099.756-72); Jose La Pastina Filho (165.168.859-15); Jose Marcio de Alvarenga Rocha (132.893.576-00); Jose Roberto Domingues Tenorio (125.683.687-72); Jose Rui Guimaraes Mourao (007.156.116-15); Katia Santos Bogea (215.422.953-00); Kleber de Sousa Coutinho (523.140.147-15); Lauro Augusto de Paiva Cavalcanti (543.717.167-68); Lauzanne Leão Ferreira (020.691.374-57); Lelison Almeida Santos (041.183.245-04); Lia Heloisa Sicuro (467.022.967-20); Lucia Maria Madureira Yunes (514.489.987-00); Luciano Siqueira Cortez (447.284.413-34); Lucy Cupello Monteiro (690.777.547-68); Luis Manuel Nunes de Moura e Silva (053.017.854-00); Luiz Carlos Lopes da Silva (537.576.967-00); Luiz Carlos de Assis (585.363.377-53); Luiz Claudio Ribeiro da Silva (441.308.057-20); Luiz Eduardo Borzino (397.286.767-00); Luiz Leite de Oliveira (042.873.201-15); Luiz Octavio Mendes de Oliveira Castro (610.676.107-82); Luiz Otávio Fernandes Monteiro (875.058.007-87); Luiz Roberto Dias dos Santos (282.922.860-04); Marcelo Jose Damasceno Leandro (387.452.164-87); Marcelo Jose Santos de Brito (296.310.094-91); Marcelo Paiva Paes Deoliveira (703.099.577-53); Marcelo Rebello Magalhães (434.010.077-34); Marcilio Ferreira Matos (275.049.566-00); Marcos Antonio Renault Supino (715.879.507-15); Marcos Batisti (690.122.967-49); Marcos Jose Silva Rego (703.448.177-68); Maria Bernadete Mafra de Andrade (053.136.432-15); Maria Cecília Soubhia (006.446.238-29); Maria Cristina Bandeira de Figueiredo (298.356.827-04); Maria Cristina Portugal Ferreira (086.058.741-04); Maria Dorotea de Lima (081.480.072-68); Maria Helena Martins Santos (397.139.035-87); Maria Jose Ribeiro (195.348.685-15); Maria Margareth Escobar Ribas Lima (181.921.571-72); Maria Zenaide de Araujo (260.879.365-72); Maria das Gracas Ribeiro de Oliveira (144.640.475-72); Maria de Lourdes Diniz (385.347.386-53); Maria de Lourdes Parreiras Horta Barretto (911.631.887-00); Marines Denck (262.653.890-68); Mario Luiz Degle Esposte (748.717.817-04); Mario Otavio Vieira da Silva (542.965.957-68); Marta Maria Silva Chagas (061.522.795-34); Mauro David Artur Bondi (535.152.348-53); Messias Cutrim Veloso (067.512.533-20); Monica Figueiredo Braunschweiger Xexeo (805.198.577-04); Mércia de Abreu Dechiqui (179.246.341-34); Nara Abud Tauile (405.844.887-34); Nauro Jose de Cerqueira (632.980.407-97); Nelson Jorge dos Santos (382.259.997-20); Newton Faria da Silva Júnior (114.318.811-04); Olga Gomes da Paiva (015.676.243-91); Patricia Laurence Deffes (450.404.789-68); Paulo Estellita Herkenhoff Filho (363.012.807-68); Paulo Roberto Leonardo Pereira (661.224.577-87); Paulo Sergio Moraes de Sa (430.665.187-87); Pedro Paulo da Cruz Rocha (062.409.843-53); Raimundo Alves Reis (182.469.581-00); Raimundo Ferreira da Silva (198.172.234-34); Raimundo Nonato dos Santos Cardoso (221.577.862-87); Regina Celi Moreira (809.187.198-87); Regina Márcia Santana (210.456.401-82); Ricardo Vieir Alves de Castro (880.058.107-25); Roberio Dias (256.647.867-87); Roberta Saraiva Coutinho (213.305.638-67); Roberto de Almeida Bispo (490.185.587-53); Roberto dos Santos (210.466.461-68); Robson Antonio de Almeida (863.810.839-72); Rogério Maurílio Alecrim Rezende (870.794.887-53); Rogério Tadeu de Salles Carvalho (578.700.631-34); Romeu Duarte Junior (135.557.663-68); Rosemary Gomes do Nascimento (495.064.556-00); Rosemeire Castanha Jorge (073.775.778-78); Rubem Vergeti Leite (805.203.167-20); Rubens Valerio dos Santos (072.652.041-15); Ruy Cesar de Vasconcellos Azeredo (116.987.051-15); Salma Saddi Waress de Paiva (212.923.531-04); Sergio da Silva Abrahao (149.912.681-68); Silvana Lima da Costa (263.933.442-53); Silvia Helena de Mello Fenizola (730.234.937-15); Silvia Miloco (090.345.228-65); Silvio Barbosa de Lima (164.755.266-49); Silvio Mariano Neri Solano (001.557.051-72); Sista Souza dos Santos (348.490.417-87); Suely Maria Perucci Esteves (165.342.476-15); Tania Maria Barbosa de Lima (507.253.867-20); Tania Plugik (274.646.109-97); Tereza Carolina Frota de Abreu (141.243.194-87); Thays Pessotto de Mendonca (818.650.317-04); Turibio Soares Santos (238.089.937-15); Vaderli Cardoso de Oliveira (583.373.697-87); Valeria Santos Oliveira (626.820.245-72); Vera Lucia Bottrel Tostes (625.800.277-34); Vera Lúcia Ferreira Ramos (210.320.501-44); Vera Maria Abreu de Alencar (667.173.887-49); Walquiria Carmo da Silva (113.023.518-18).
4. Unidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - MinC.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (Secex/6).
8. Advogados constituídos nos autos: André de Oliveira Domingues, OAB/DF 28.566; Daniel Torres Figueiredo de Lucena, OAB/PB 14.280; Danielle Ferreira Glielmo, OAB/DF 19.293; Erica Vieira Lopes Rosa, OAB/DF 24.629; Hanah Karine Hilario do Nascimento, OAB/DF 26.034; Juliana Montadon, OAB/DF 25.286; Juliana Brasil Ponte Guimarães Coury, OAB/DF 18.243; Karina Neuls, OAB/DF 29.267; Leonardo Pacheco e Deus Mundim, OAB/MG 97.985; Luiz Antonio Muniz Machado, OAB/DF 750-A, RJ 024.281, MA 7736-A e SP 214.046; Marina de Magalhães Rodrigues Coelho, OAB/DF 21.069; Noeli Andrade Moreira, OAB/MG 62.050 e OAB/DF 24.354; Paula Kadine Souza Abelha, OAB/DF 28.862; Paula Terra Passos de Souza, OAB/MG 104.645; Simone Hajjar Cardoso, OAB/DF 13.493; Talita Mara Idalgo Gabriel da Silva, OAB/DF 29.632.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - MinC, relativa ao exercício de 2005, de responsabilidade dos arrolados no item 3 acima,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I e 16, inciso II, da Lei 8.443/92, julgar regulares com ressalvas as contas dos Srs. Antônio Augusto Arantes Neto, CPF 330.126.958-34, Sérgio da Silva Abrahão, CPF 149.912.681-68, e Ruy César de Vasconcellos Azeredo, CPF 116.987.051-15.
9.2. julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no item 3 deste Acórdão, dando-se quitação plena, com fundamento no art. 1º, inciso I; art. 16, inciso I, da Lei 8.443/92;
9.3. alertar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Minc, quanto às impropriedades verificadas nestes autos, as quais configuram descumprimento das disposições constantes dos arts. 3º, 9º inciso I, 25, *caput*, 26, *caput*, e parágrafo único, incisos II e III da Lei 8.666/93;
9.4. alertar à Secretaria Federal de Controle Interno que nas próximas contas do Iphan:
9.4.1. defina amostragem representativa dos processos licitatórios realizados pelo Iphan no exercício auditado, para verificar se o órgão está cumprindo as seguintes determinações deste Tribunal: subitem 8.2 da Decisão 130/2002 - Plenário; subitens 9.3.2, 9.3.3 e 9.3.4 do Acórdão 657/2004 - Plenário; e subitens 36.1.6 e 36.1.8 do Acórdão 1.584/2005 - 2ª Câmara;
9.4.2. defina amostragem representativa dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação realizados pelo Iphan no exercício auditado, para verificar se o órgão está cumprindo as seguintes determinações deste Tribunal: subitem 36.1.1 do Acórdão 1.584/2005 - 2ª Câmara; e subitem 8.1.2 do Acórdão 2.267/2005 - 2ª Câmara;
9.4.3. informe no Relatório de Auditoria o tamanho das amostragens realizadas, ou seja, os percentuais de processos auditados para a verificação do cumprimento das determinações acima, em relação ao número total de processos da mesma natureza instaurados pelo Instituto no exercício avaliado;
9.4.4. verifique o cumprimento das determinações contidas nos subitens 9.7.2, 9.7.4 e 9.7.6 do Acórdão 778/2004 - 1ª Câmara e subitem 9.9.7 do Acórdão 904/2004 - 1ª Câmara, e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.5. encaminhar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip, mediante desentranhamento e para as providências de sua alçada, os documentos de fls. 48/170 do Anexo 5 destes autos, encaminhados a este Tribunal em cumprimento ao item 9.98 do Acórdão 904/2004 - 1ª Câmara, os quais são relativos à demissão da exservidora Walda de Andrade Antunes pela Fundação Nacional Pró-Memória e à sua reintegração pelo Iphan.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2075-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2076/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.852/2009-3.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de contas especial.
3. Responsáveis: Marino Lobello (CPF 227.363.368-87); Prêmio Editorial Ltda. (CNPJ 54.386.677/0001-39).
4. Órgão: Ministério da Cultura - MinC.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade: Secex/SP.
8. Advogados: José Maurício Fittipaldi (OAB/SP nº 221.054); Fábio Cesnik (OAB/SP nº 146.717); Maira Pires Videira (OAB/SP nº 166.067) e Flávio Resende Pena Costa (OAB/DF nº 27.705).
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada contra a empresa Prêmio Editorial Ltda. e seu sócio Marino Lobello em virtude de inexecução do Projeto Monumenta e não recolhimento ao Fundo Nacional da Cultura - FNC dos respectvos recursos financeiros captados na forma de patrocínio, com amparo na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, no valor de R$ 144.808,00, conforme Portaria nº 169, de 24/5/1999, do Ministério da Cultura, por meio da qual foi autorizada a captação de até R$ 410.880,00.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar à Secex/SP que promova diligência junto à Prêmio Editorial Ltda. para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, obtenha junto à empresa patrocinadora (Volkswagen do Brasil Ltda.) documento idôneo que libere a patrocinada da obrigação de devolver os valores em relação aos quais não houve prestação de contas; e
9.2. restituir os autos ao Relator (sem necessidade de novo pronunciamento da unidade técnica ou do MPTCU nos autos), com a documentação porventura apresentada pela empresa patrocinada, para prosseguimento do julgamento na fase de discussão.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2076-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2077/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-004.835/2011-5
2. Grupo: I - Classe: VII - Assunto: Representação.
3. Responsáveis/Interessados:
3.1. Responsáveis: Mauro Giovanni Lippi Filho (CPF 122.644.312-53); Audrey Louise da Matta Costa (CPF 798.188.972-34); Mariana Serejo Cabral dos Anjos (CPF 693.600.222-68); Leis da Silva Batista (CPF 522.705.212-34); Marcelo Henrique Campbell da Fonseca (CPF 407.509.142-20); Paulo Cezar da Silva Câmara (CPF 140.580.902-78); André Luiz Soares Nobre Rodrigues (CPF 597.667.862-91); Paulo José Branco da Costa (CPF 436.503.172-49); Raimunda Nobre de Oliveira (CPF 239.903.762-68); Maria das Dores Michiles de Souza (CPF 838.937.502-82); Silvya Cristina Silva Barreto (CPF 764.294.662-72); Williams dos Santos Viana (CPF 590.564.792-53); Athos Ilker Cordeiro Vulcão (CPF 859.954.442-04), Silvio de Oliveira Rocha (CPF 474.678.942-87), Rivane Bartz (CPF 961.870.340-15), Thiago Tupinambá de Queiroz (CPF 688.924.202-59).
3.2. Interessados: Marcelo Ramos Rodrigues (Deputado Estadual), Elias Emmanuel Rebouças de Lima (Vereador), Joaquim de Lucena Gomes (Vereador).
4. Unidade: Município de Manaus/AM.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secex/AM.
8. Advogado constituído nos autos: José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB/AM 5.254).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de possíveis irregularidades praticadas no Pregão Presencial 71/2010 da Prefeitura de Manaus/AM, cujo objeto consiste no registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios da merenda escolar para atendimento à rede municipal de ensino,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 237, inciso III, da Resolução TCU 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c art. 132, inc. III, da Resolução TCU 191, de 21 de junho de 2006, para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei 8.443/1992 e com o art. 251 do Regimento Interno desta Corte, assinar prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência desta Deliberação, para que a Secretaria Municipal de Educação de Manaus/AM adote as medidas necessárias à anulação do Pregão 71/2010-CML/PM e da respectiva Ata de Registro de Preços 11/2011, bem como dos contratos dele decorrentes;
9.3. excepcionalmente, autorizar a aquisição, com recursos federais, fundamentada na Ata de Registro de Preços 11/2011, de 30/3/2011, referente ao Pregão 71/2010-CML/PM, dos gêneros alimentícios relacionados na planilha às p. 3-5 da peça 97 destes autos, no valor de R$ 6.896.200,00 (seis milhões, oitocentos e noventa e seis mil, duzentos reais);
9.4. com fulcro no art. 276 do Regimento Interno/TCU, determinar, cautelarmente, *inaudita altera pars*, à Prefeitura Municipal de Manaus que, ao realizar a aquisição autorizada no item 9.3 precedente, promova a retenção do montante de R$ 1.228.723,33 (um milhão, duzentos e vinte e oito mil, setecentos e vinte três reais, trinta e três centavos), referente ao sobrepreço apurado nos produtos constantes da planilha a seguir reproduzida, até que este Tribunal decida sobre a matéria:

PRODUTOS		VALORES UNITÁRIOS (R$)			QUANT. SOLICITADA (D)	VALORES TOTAIS (R$)		
		PREÇO DE MERCADO* (A)	PROPOSTA ARGANORTE (B)	DIFERENÇA (C = B-A)		AQUISIÇÃO A PREÇO DE MERCADO (E = A x D)	AQUISIÇÃO SOLICITADA (F = B x D)	DIFERENÇA (G = F - E)
1	AÇÚCAR	1,88	2,20	0,32	90.000	168.900,00	198.000,00	29.100,00
2	ARROZ	1,54	2,05	0,51	60.000	92.400,00	123.000,00	30.600,00
3	BATATA	1,77	2,70	0,93	40.000	70.933,33	108.000,00	37.066,67
4	BISCOITO	1,43	2,10	0,67	100.000	142.666,67	210.000,00	67.333,33
5	CARNE BOVINA (charque)	12,26	15,90	3,64	40.000	490.500,00	636.000,00	145.500,00
6	CARNE BOVINA (coxão mole)	10,65	17,85	7,21	50.000	532.250,00	892.500,00	360.250,00
7	CARNE BOVINA (patinho)	9,87	16,31	6,45	50.000	493.250,00	815.500,00	322.250,00
8	CEBOLA	1,49	2,48	0,99	20.000	29.866,67	49.600,00	19.733,33
9	CENOURA	2,40	2,98	0,58	20.000	47.933,33	59.600,00	11.666,67
10	FEIJÃO	1,87	3,15	1,28	60.000	112.200,00	189.000,00	76.800,00
11	FRANGO	5,92	6,00	0,08	62.000	367.040,00	372.000,00	4.960,00
12	MAÇÃ	3,78	5,12	1,34	36.000	135.960,00	184.320,00	48.360,00
13	MACARRÃO PARAFUSO	1,79	1,90	0,12	30.000	53.550,00	57.000,00	3.450,00
14	MARGARINA	0,98	1,62	0,64	40.000	39.066,67	64.800,00	25.733,33
15	ÓLEO	2,65	2,78	0,13	24.000	63.520,00	66.720,00	3.200,00
16	OVO	3,81	9,15	5,34	8.000	30.480,00	73.200,00	42.720,00
TOTAIS						2.870.516,67	4.099.240,00	1.228.723,33

9.5. determinar a audiência dos responsáveis a seguir relacionados, para que apresentem, num prazo de até quinze dias, razões de justificativa acerca do sobrepreço constatado no Levantamento de Preços que fundamentou o Pregão 71/2010-CML/PM, o qual não representa os preços praticados no mercado:
9.5.1. Srs. Athos Ilker Cordeiro Vulcão, Silvio de Oliveira Rocha, Rivane Bartz, servidores da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, e Thiago Tupinambá de Queiroz, Diretor de Patrimônio e Suprimentos, responsáveis pela assinatura do referido levantamento;
9.5.2. Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho, Secretário Municipal de Educação de Manaus/AM, em decorrência de aprovação do edital do Pregão 71/2010-CML/PM fundamentado em Levantamento de Preços com sobrepreço, o qual não representava os preços praticados no mercado;
9.6. com fulcro no § 3º do art. 276 do Regimento Interno deste TCU, promover a oitiva da empresa Arganorte Indústria e Comércio Ltda., para que, no prazo de quinze dias, pronuncie-se, se assim desejar, sobre a constatação de sobrepreço na proposta apresentada no Pregão 71/2010-CML/PM, ainda que os valores estivessem abaixo do Levantamento de Preços que fundamentou a licitação, o qual não representava os preços praticados no mercado, não podendo, portanto, servir de parâmetro;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.7. determinar à Secretaria Municipal de Educação de Manaus/AM que, em novo edital de licitação lançado em substituição ao Pregão 71/2010-CML/PM, bem como em outros editais de objeto semelhante que:

9.7.1. adote a aquisição por itens como regra para seus procedimentos licitatórios; ou

9.7.2. caso opte pela licitação em lotes, proceda à análise mais detida quanto à real necessidade e conveniência de se agrupar itens, de modo a evitar a reunião em mesmo lote de produtos que poderiam ser licitados isoladamente ou compondo lote distinto, com vistas a possibilitar maior competitividade no certame e obtenção de proposta mais vantajosa para a administração, fazendo constar nos autos o estudo que demonstre a vantajosidade desse modo de contratação;

9.8. dar ciência à Secretaria Municipal de Educação de Manaus/AM que, em novo edital de licitação lançado em substituição ao Pregão 71/2010-CML/PM, bem como em outros editais de objeto semelhante que:

9.8.1. a pesquisa de mercado exigida no art. 15, § 1º, da Lei 8.666/1993, necessária à fixação de parâmetros para avaliar a cotação das propostas, deve demonstrar a adequação dos preços aos praticados no mercado e no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, conforme disposto nos arts. 15, inciso V, e 43, inciso IV, da mesma lei;

9.8.2. devem constar dos editais de licitação, critérios objetivos, detalhadamente especificados, de apresentação e avaliação de amostras, bem como de julgamento técnico e de motivação das decisões, além da data e horário de inspeção, para que os licitantes interessados possam estar presentes, consoante prescreve a jurisprudência do Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 1.168/2009 e 1.512/2009, ambos do Plenário;

9.8.3. é necessária a indicação dos recursos orçamentários para o pagamento, conforme prescrito no art. 14 da Lei 8.666/1993, nos casos em que restar configurada que a compra é compulsória, como ocorre com a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar, ainda que se trate de sistema de registro de preços;

9.8.4. é conferido ao pregoeiro o poder de negociar diretamente com o proponente subsequente para que seja obtido preço melhor, nos casos em que a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, consoante estabelece o art. 4º, XVII, da Lei 10.520/2002;

9.9. determinar à Secex/AM que monitore o cumprimento das providências adotadas pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus/AM para anulação do Pregão 71/2010-CML/PM, bem como acerca da retenção relativa ao sobrepreço constatado, consoante determinado nos itens 9.2 e 9.4 precedentes;

9.10. retificar o nome do responsável Paulo Cezar da Silva Câmara Junior (CPF 789.377.102-00) para Paulo Cezar da Silva Câmara (CPF 140.580.902-78) nos Acórdãos 1.291/2011 e 1.616/2011, ambos do Plenário;

9.11. cientificar os representantes acerca da deliberação a ser proferida, encaminhando-lhe cópia do acórdão, bem como das peças que o fundamentarem;

9.12. encaminhar cópia dos elementos pertinentes a:

9.12.1. Procuradoria da República no Amazonas, ao Ministério Público Estadual do Amazonas e ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, para ciência e adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.12.2. aos responsáveis citados no item 9.5 e à Empresa Arganorte, para subsidiar a apresentação de justificativas.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2077-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2078/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.722/2007-5.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria (Revisão de ofício)
3. Interessados: Antônio Torres de Oliveira (075.201.822-15) e Joanildes Nunes Bastos (286.787.702-44).
4. Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de servidores inativos da Fundação Universidade do Amazonas, em que se examina proposta de revisão de ofício do Acórdão 2.046/2008-2ª Câmara, quanto aos atos de concessão de aposentadoria de Antônio Torres de Oliveira e Joanildes Nunes Bastos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 260, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, rever de ofício o Acórdão 2.046/2008-2ª Câmara, para considerar legais os atos de aposentadoria em favor de Antônio Torres de Oliveira e Joanildes Nunes Bastos, ordenando, por conseguinte, os respectivos registros, em razão de restar demonstrado o saneamento das falhas anteriormente verificadas, relacionadas às informações inconsistentes então lançadas no Sisac e no Siape quanto ao cálculo dos proventos dos referidos interessados;

9.2. tornar sem efeitos as disposições insertas nos subitens 9.3, 9.4, 9.5 e 9.6 do Acórdão 2.046/2008-2ª Câmara; e

9.3. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Fundação Universidade do Amazonas e aos interessados na presente deliberação.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2078-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2079/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.646/2010-9.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessado: Senado Federal
4. Entidade: Estado do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia Solicitação do Senado Federal para que este Tribunal acompanhe a aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, com garantia da União, firmada entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução 52, de 31 de agosto de 2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:

9.1. conhecer, com fulcro no art. 232, inciso I, do Regimento Interno TCU, da presente Solicitação;

9.2. informar à Presidência do Senado Federal que:

9.2.1. a competência do Tribunal de Contas da União, no tocante às operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno, limita-se à fiscalização e controle das garantias prestadas pela União, sem interferência direta nas aplicações dos recursos pelo ente federado contratante, em face da autonomia dos entes federados, prevista no art. 18, *caput*, da Constituição Federal;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.2.2. este Tribunal, após análise da documentação relativa ao projeto da operação de crédito externo em referência, verificou que, quanto aos aspectos legais e regulamentares, as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas e que esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada pela União; e

9.2.3. as informações relativas ao acompanhamento da sobredita operação de crédito pelo TCU serão encaminhadas ao Congresso Nacional, por meio do relatório trimestral de que trata o art. 90, § 1º, da Lei nº 8.443/1992, sem prejuízo da tempestiva comunicação sobre qualquer ocorrência julgada relevante, nos termos do art. 2º, § 1º, da Instrução Normativa - TCU nº 59/2009.

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

9.4 considerar, com fundamento no art. 2º, § 3º, da IN-TCU nº 59/2009, integralmente atendida esta Solicitação; e

9.5 arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2079-33/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2080/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 700.152/1997-0.

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Revisão

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério Público junto ao TCU.

3.2. Responsáveis: Ademar Antonio de Almeida (273.430.228-49); Francisco Zagari Neto (304.487.948-53); Roberto Capuano (037.062.148-49); Walter Rodrigues Navas (369.051.788-53).

4. Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis - SP/2ª REGIÃO.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).

8. Advogados constituídos nos autos: João Agripino de Vasconcelos Maia (OAB/DF 482-A) e Joaquim Guilherme Fusco Pessoa de Oliveira (OAB/DF 14.343).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revisão interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - MP/TCU contra a deliberação da 2ª Câmara, constante da Relação n. 48/1997, do Gabinete do então Ministro-Substituto José Antônio Barreto de Macedo, Ata n. 21/1997, Sessão de 10/7/1997, por meio da qual foram julgadas regulares, com quitação plena, as contas do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região - CRECI/SP relativas ao exercício de 1996.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do Recurso de Revisão interposto pelo Ministério Público junto ao TCU para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistente a deliberação proferida por meio da Relação nº 48/97-2ª Câmara, Sessão de 10/7/1997, relativamente aos Srs. ROBERTO CAPUANO, ex-Presidente do CRECI/SP, e ADEMAR ANTONIO DE ALMEIDA, ex-Assessor de Diretoria;

9.2. considerar revéis o Sr. FRANCISCO ZAGARI NETO, ex-Diretor 1º Tesoureiro e ex-Coordenador de Fiscalização do CRECI/SP, e o espólio de ADEMAR ANTONIO DE ALMEIDA;

9.3. julgar irregulares as presentes contas e condenar e em débito os responsáveis abaixo relacionados, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "d", e 19, caput, da Lei nº 8.443/92, considerando as ocorrências discriminadas, condenando-os ao pagamento das importâncias especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da respectiva quantia aos cofres do CRECI/SP, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei c/c o art. 165, inciso III, "a", do Regimento Interno/TCU:

9.3.1. os Srs. ROBERTO CAPUANO (CPF 037.062.148-49) e FRANCISCO ZAGARI NETO (CPF 304.487.948/53), juntamente com o ESPÓLIO DE ADEMAR ANTONIO DE ALMEIDA (CPF 273.430.228-49), respondem, solidariamente, pelos seguintes débitos, a serem atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora a partir das datas de ocorrência, nos termos da legislação vigente:

9.3.1.1. decorrentes de diárias, sem que haja comprovação de repasse aos beneficiários, relativamente às datas em que, de acordo com os registros do banco de dados do sistema de controle diário da fiscalização do CRECI-SP, os inspetores beneficiados nos referidos processos encontravam-se em serviço em localidades da região metropolitana em que não há incidência de diárias;

9.3.1.2. decorrentes de diárias, sem que haja comprovação de repasse aos beneficiários, relativamente às datas em que, de acordo com os registros do banco de dados do sistema de controle diário da fiscalização do CRECI-SP, não há comprovação das respectivas viagens a serviço da entidade; e

9.3.2.3. decorrentes de diárias em duplicidade, sem que haja comprovação de repasse aos beneficiários, referentes a valores concedidos aos mesmos inspetores e períodos dos Processos 1851/96, 2656/96, 3668/96 e 4146/96.

	CITAÇÃO ANTERIOR			*NOVA CITAÇÃO*	
ITEM	***PROCESSO***	***DATA***	***VALOR(R$)***	***DATA***	***VALOR(R$)***
A	*Processo n. 784/96*	*7/3/1996*	*3.306,60*	*7/3/1996*	*2.204,40*
A	*Processo n. 816/96*	*08/03/96*	*18.516,96*	*08/03/96*	*18.296,52*
A	*Processo n. 1324/96*	*29/04/96*	*15.981,90*	*29/04/96*	*15.981,90*
A	*Processo n. 1496/96*	*13/05/96*	*2.865,72*	*13/05/96*	*2.865,72*
A	*Processo n. 1851/96*	*12/06/96*	*8.817,60*	*12/06/96*	*8.486,94*
A	*Processo n. 2095/96*	*01/07/96*	*1.653,30*	*01/07/96*	*1.432,86*
A	*Processo n. 2656/96*	*14/08/96*	*8.236,90*	*14/08/96*	*8.001,56*
A	*Processo n. 2889/96*	*28/08/96*	*4.589,13*	*28/08/96*	*4.353,79*
A	*Processo n. 3351/96*	*04/10/96*	*7.060,20*	*04/10/96*	*7.060,20*
A	*Processo n. 3681/96*	*31/10/96*	*1.529,71*	*31/10/96*	*1.529,71*
A	*Processo n. 3807/96*	*11/11/96*	*3.883,11*	*11/11/96*	*3.883,11*
A	*Processo n. 4038/96*	*29/11/96*	*2.941,75*	*29/11/96*	*2.941,75*
A	*Processo n. 4146/96*	*05/12/96*	*14.591,08*	*05/12/96*	*14.591,08*
Total A	***XXX***	***XXX***	***XXX***	***XXX***	***XXX***
B	*Processo n. 784/96*	*07/03/96*	*6.833,64*	*07/03/96*	*6.833,64*
B	*Processo n. 816/96*	*08/03/96*	*13.887,72*	*08/03/96*	*13.887,72*
B	*Processo n. 1294/96*	*25/04/96*	*2.204,40*	*25/04/96*	*2.204,40*
B	*Processo n. 1324/96*	*29/04/96*	*1.543,08*	*29/04/96*	*1.543,08*
B	*Processo n. 1496/96*	*13/05/96*	*1.763,52*	*13/05/96*	*1.763,52*
B	*Processo n. 1851/96*	*12/06/96*	*20.831,58*	*12/06/96*	*20.831,58*
B	*Processo n. 2095/96*	*1/7/1996*	*991,98*	*1/7/1996*	*991,98*
B	*Processo n. 2656/96*	*14/08/96*	*8.236,90*	*14/08/96*	*8.236,90*
B	*Processo n. 2889/96*	*28/08/96*	*3.177,09*	*28/08/96*	*3.177,09*
B	*Processo n. 3070/96*	*12/09/96*	*11.531,66*	*12/09/96*	*11.531,66*
B	*Processo n. 3351/96*	*04/10/96*	*5.412,82*	*04/10/96*	*5.412,82*
B	*Processo n. 3463/96*	*15/10/96*	*2.824,08*	*15/10/96*	*2.824,08*
B	*Processo n. 3681/96*	*31/10/96*	*470,68*	*31/10/96*	*470,68*
B	*Processo n. 3807/96*	*11/11/96*	*6.824,86*	*11/11/96*	*6.824,86*
B	*Processo n. 4146/96*	*05/12/96*	*2.118,06*	*05/12/96*	*2.118,06*
Total B	***XXX***	***XXX***	***XXX***	***XXX***	***XXX***
C	*Processo n. 2095/96*	*12/06/96*	*1.322,64*	*1/7/1996*	*1.322,64*
C	*Processo n. 2452/96*	*29/07/96*	*1.176,70*	*29/07/96*	*1.176,70*
C	*Processo n. 2889/96*	*29/07/96*	*3.177,09*	*29/07/96*	*3.177,09*
C	*Processo n. 3681/96*	*08/10/96*	*706,02*	*08/10/96*	*706,02*
C	*Processo n. 4038/96*	*29/11/96*	*588,35*	*29/11/96*	*588,35*
Total C	***XXX***	***XXX***	***XXX***	***XXX***	***XXX***

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3.2. os Srs. WALTER RODRIGUES NAVAS (CPF 369.051.788-53), Supervisor de Fiscalização do CRECI/SP, ROBERTO CAPUANO (CPF 037.062.148-49) e FRANCISCO ZAGARI NETO (CPF 304.487.948/53), juntamente com o ESPÓLIO DE ADEMAR ANTONIO DE ALMEIDA (CPF 273.430.228-49), respondem, solidariamente, pelo seguinte débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora a partir da data de ocorrência, nos termos da legislação vigente:

	CITAÇÃO ANTERIOR			NOVA CITAÇÃO	
ITEM	PROCESSO	DATA	VALOR(R$)	DATA	VALOR(R$)
A	Processo n. 3070/96	12/09/96	6.707,19	12/09/96	6.471,85

9.4. com fundamento no art. 57 da Lei n.º 8.443/92, aplicar aos Srs. ROBERTO CAPUANO (CPF 037.062.148-49) e FRANCISCO ZAGARI NETO (CPF 304.487.948/53) a multa individual R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. com fundamento no art. 57 da Lei n.º 8.443/92, aplicar ao Sr. WALTER RODRIGUES NAVAS (CPF 369.051.788-53) a multa de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar desde logo, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão, em até 24 (vinte e quatro) parcelas corrigidas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno do Tribunal), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.7. autorizar desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial da dívida, caso não seja atendida a notificação;

9.8. encaminhar à Procuradoria da República no Estado de São Paulo cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443/1992.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2080-33/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2081/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 002.128/2006-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente/Responsável:

3.1. Recorrente: Ministério Público/TCU.

3.2. Responsável: Pedro Ribeiro Barros, ex-prefeito (CPF nº 272.573.203-49).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Sambaíba/MA (CNPJ nº 06.229.397/0001-74).

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Auditor Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secex/MA e Secretaria de Recursos/SERUR.

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Tiago Ribeiro Dantas, OAB-MA nº 8.704; Elano Martins Coelho, OAB-PI nº 4.400.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revisão, interposto pelo Ministério Público/TCU em face do Acórdão nº 2.022/2007 - TCU - Segunda Câmara, de 31/07/2007 (Ata nº 26/2007-2C), que julgou irregulares as contas do Sr. Pedro Ribeiro Barros, ex-prefeito do Município de Sambaíba/MA, aplicando-lhe multa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 277, inciso IV, e 288, inciso I, do RI/TCU, conhecer do presente recurso de revisão, para, no mérito, dar-lhe provimento, alterando-se o subitem 9.1 do Acórdão nº 2.022/2007-TCU-2ª Câmara, que passa a ter a seguinte redação:

"9.1. julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Pedro Ribeiro Barros ao pagamento da quantia de R$ 79.610,00 (setenta e nove mil, seiscentos e dez reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 18.2.1998 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor"

9.2. manter inalterados os demais itens do Acórdão nº 2.022/2007-TCU-2ª Câmara; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao responsável.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2081-33/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2082/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.690/2011-5.

2. Grupo II, Classe de Assunto V - Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras 2011)

3. Interessado: Congresso Nacional

4. Entidade: Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secob-4

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria, no âmbito do Fiscobras 2011, com o objetivo de fiscalizar a aplicação dos recursos federais nas obras do Sistema Produtor Pirapama, no Estado de Pernambuco.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. informar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que:

9.1.1. não foram detectados, no âmbito da fiscalização de que cuida o presente processo, novos indícios de irregularidades que se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei 12.309/2010 (LDO/2011) no Contrato CT.OS.07.0.0467, relativo às obras e serviços de construção do Sistema Produtor Pirapama;

9.1.2. tendo em vista o insucesso da Compesa em repactuar o Contrato CT.OS.07.0.0467 nos termos determinados pelo item 9.3 do Acórdão nº 2.710/2009-Plenário, a avaliação dos indícios de superfaturamento terá prosseguimento no TC-008.643/2011-3, na forma do item 9.6 do mesmo julgado;

9.2. determinar à Secob-4 que prossiga na instrução do TC-008.643/2011-3, promovendo a juntada, por cópia, das peças destes autos que entender necessárias; e

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2082-33/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2083/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.645/2010-8.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal - CAIXA

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - CAIXA

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: 2ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-2).

8. Advogados constituídos nos autos: Adam Luiz Alves Barra, 19.786 OAB/DF; Alexandre Wagner Vieira da Rocha, 17.510 OAB/DF; Aline Lisboa Naves Guimarães, 22.400 OAB/DF; Ana Cecília Costa Ponciano, 22.260 OAB/DF; Anastácia de Barros Barbosa, 18.539 OAB/DF; Anna Maria Marques de Almeida, 4.045 OAB/DF; Augusto Silveira de Almeida Junior, 13.297 OAB/DF; Bruna Carneiro Tavares Nunes, 27.680 OAB/RJ; Carla Beatriz Hamu Silva Cherulli, 17.041 OAB/DF; Carlos Antonio Silva, 10.293 OAB/DF; Carlos Henrique Bernardes Castelo Chiossi, 157.199 OAB/SP; Ceres de Jesus Silva Araujo, OAB/MA 3396; Christiane Barozi Porto, 17.596 OAB/DF; Cintia Tashiro, 18.050, OAB/DF; Claudia Lourenço Midosi May, 7.833 OAB/DF; Daniel Aquino Schneider, 20.829 OAB/DF; Eder Pessoa da Costa, 186.327 OAB/SP; Edson Pereira da Silva, 5.100 OAB/DF; Eduardo Pereira Bromonsclerikel, 28.207 OAB/DF; Elga Lustosa de Moura Nunes, 17.788 OAB/DF; Elísia Sousa Xavier, 6.591 OAB/DF; Estanislau Luciano de Oliveira 62.564, OAB/MG; Eugenia Costeski Crosati, 24.512 OAB/DF; Fabiana Calvino Marques Pereira, 16.226. OAB/DF; Fernando José Azalim Piantavini, 18.404 OAB/DF; Flavio Adalberto Ramos Giussani, 42.217 OAB/SP; Frederico Gazolla Rodrigues Renno, 81.176 OAB/MG; Gilson Costa de Santana, 19.557 OAB/DF; Girlana Granja Peixoto Moreira, 18.405 OAB/DF; Gisela Ladeira Bizarra Morone, 5.794 OAB/DF; Giselle D'avila Honorato Furtado, 81.996 OAB/MG; Guilherme Lopes Mair, 241.701 OAB/SP; Gustavo Anderson Ferreira de Barros, 15.576 OAB/PE; Helena Sirimarco Moreira Guedes 29.026, OAB/DF; Iran Neves Brito Junior, 15.856 OAB/DF; Isabella Gomes Machado, 10.482 OAB/.DF; Janiele Queiroz Mendes, 18.871 OAB/DF; José Antônio Martins Lacerda 80.50, OAB/MG; José Linhares Prado Neto, 18.806 OAB/DF; José Nicodemos Rodrigues Varela, 13.187 OAB/DF; Jose Oscar Cruvinel de Lemos Couto, 98.128 OAB/MG; José Oswaldo Fernandes Caldas Morone, 64.911 OAB/SP e 32.192 OAB/DF; Julio Vitor Greve, 7.677 OAB/DF; Leonardo da Silva Patzlaff, 16.557 OAB/DF; Leonardo Groba Mendes, 16.291 OAB/DF; Leonardo Pinto Fontes, 122.499 OAB/RJ; Leonardo Tostes dos Santos 19.481, OAB/DF; Ligia Carolina Bortoloni Ide, 96.654 OAB/MG; Luiz Eduardo Alves Rodrigues, 18.176 OAB/DF; Marcelo Frossard Pincinato, 21.768 OAB/DF; Marcos Antonio Silva, 27.933 OAB/DF; Marcos Ulhoa Dani 83.645, OAB/MG; Maria Angélica Silva de Souza Maia, 22.439 OAB/DF; Maria de Fátima Vieira. de Vasconcelos, 9.253 OAB/DF; Maria Isabel da Cruz, 7.216 OAB/DF; Maria Laura Domingues Alcoforado, 8.895 OAB/PE; Marília Regueira Dias, 18.461, OAB/DF; Mano Luiz Machado, 4.848 OAB/DF;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS.

Mauricio de Oliveira Ramos, 22.441 OAB/DF; Mauro José Garcia Pereira, 9.482 OAB/DF; Meire Aparecida de Amorim, 19.673 OAB/DF; Natanael Lobão Cruz, 19.050 OAB/PE; Neiva de Fátima Pereira, 56.865 OAB/MG; Osival Dantas Barreto, 15.431 OAB/DF; Paulo Alexandre Vieira Moço, 23.859 OAB/DF; Renata Costa Silva Brandão, 73.532 OAB/MG; Salvador Congentino Neto 158.736, OAB/SP; Samir Nacim Francisco, 1.640 OAB/DF; Satiro Lazaro da Cunha, 5.286 OAB/DF; Sérgio Luiz Guimarães Farias, 8.540 OAB/DF; Wanessa Rosa Oliveira Mendes, 22.527 OAB/DF; Wesley Cardoso dos Santos, 16.752 OAB/DF.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela Caixa Econômica Federal contra o item 9.3 do Acórdão 1.588/2011-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento no art. 287, § 1º do Regimento Interno do Tribunal, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. encaminhar aos embargantes cópia deste Acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2083-33/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2084/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-015.196/2011-9

2. Grupo I, Classe de Assunto V - Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras 2011)

3. Interessado: Congresso Nacional

4. Entidade: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secob-1

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Levantamento de Auditoria realizado pela Secob-1 nas obras de reforma e ampliação do Terminal de Passageiros TPS-1 do Aeroporto de Manaus-AM, objeto do Plano de Trabalho PT 26.781.0631.10Z9.0013/2011.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência à Infraero que:

9.1.1. o registro da Anotação de Responsabilidade Técncia (ART), estabelecido pela Lei 8.839/80, é obrigatório tanto para os autores do projeto básico quanto para seus coautores, nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução 1025/2009 do Confea e da Súmula-TCU 260/2010;

9.1.2. a incompatibilidade de informações constantes das peças técnicas que compõem o projeto básico da obra de reforma e ampliação do Aeroporto Eduardo Gomes, em Manaus/AM, conforme apontado no relatório de auditoria, bem como a ausência da suficiente especificação técnica de todos os serviços a serem executados, identificados na documentação técnica anexa ao Edital da Concorrência Internacional 009/DALC/SBEG/2011, constituem afronta ao art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/93.

9.2. determinar à Secob-1 que encaminhe cópia deste Acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Infraero e ao Ministério Público Federal, na pessoa do Sr. Procurador da República Athayde Ribeiro da Costa.

9.3 comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que no que concerne às obras de reforma e ampliação do Terminal de Passageiros TPS-1 do Aeroporto de Manaus-AM, objeto do Plano de Trabalho PT 26.781.0631.10Z9.0013/2011, não foram detectados indícios de irregularidades graves que se enquadrem nos termos do Art. 94, § 1º, IV, da Lei nº 12.309/2010 (LDO 2011).

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2084-33/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2085/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.868/2010-5.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Acompanhamento

3. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU (9ª Secex).

4. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: 9ª Secex.

8. Advogado(s): André Carvalho Teixeira (OAB 18.135/DF); Hugo Ribeiro Ferreira (OAB 58.426/RJ); Mara Rocha Aguilar (OAB 52.897/RJ); Jorge Fernando Schettini Bento da Silva (OAB 56.920/RJ); Marcus Vinicius Noronha da Silva (OAB 95.440/RJ); Luiz Roberto Paranhos de Magalhães (OAB 5.735/DF); Fátima Luiza de Faria Costa Dias (OAB 46.777/RJ); Renato Goldstein (OAB 57.135/RJ); Maria Carolina Pina Correia de Melo (OAB 99.297/RJ); Patrice Gilles Paim Lyard (OAB 121.558/RJ); Amaro de Oliveira Filho (OAB 95.156/RJ); Henri Wataru Koga (OAB 202.717/SP); Melissa Cordeiro Dutra (OAB 116.569/RJ); André Luiz Bastos (OAB 140.295/RJ); Maurício Vasconcelos Galvão Filho (OAB 113.087/RJ); Raoni da Cruz Chaves (OAB 108.845/RJ); Paulo Surreaux Strunck Vasques de Freitas (OAB 25.384/RJ); Marcelo Lipcovitch Quadros da Silva (OAB 46.807/RJ); Luiz Carlos da Rocha Messias (OAB 31.460/RJ); Carlos Eduardo Gabina de Medeiros (OAB 77.775/RJ); Adriana Diniz de Vasconcelos Guerra (OAB 191.390-A/SP); Rita de Cássia Amaral Marques de Souza (OAB 39.435/RJ); Arnaldo Cordeiro Pacheco de Medeiros Montenegro (OAB 51.099/SP); Marcelo Sampaio Vianna Rangel (OAB 90.412/RJ); Yara Coelho Martinez (OAB 134.443/RJ); Nelson Luiz Machado Lamego (OAB 82.542/RJ); Rogério Fraga Mercadante (OAB 152.926/SP); Bruno Machado Eiras (OAB 112.5679/RJ); Paula Saldanha Jaolino Fonseca (OAB 95.457/RJ); Renato Costa Ganeff Ribeiro (OAB 134.314/RJ); Paulo Kubrusly Soares Terra (OAB 109.813/RJ); Luís Cláudio de Lima Amarante (OAB 156.859/SP); Nelson Alexandre Paloni (OAB 136.989/SP); Luciana Vilela Gonçalves (OAB 160.544/SP); Leonardo Forster (OAB 209.708-B/SP); Thécio Clay de Souza Amorim (OAB 20.223/PE); Juliana Souto de Noronha (OAB 108.106/RJ); Clery Jesuz da Silveira (OAB 113.245/RJ); Paula Souza de Menezes (OAB 109.716/RJ); Romero Paes Barreto de Albuquerque (OAB 23.683/PE); Felipe Fernandes de Christo (OAB 120.614/RJ); Eduardo Pontieri (OAB 234.635/SP); Bruno Ferreira Motta Teixeira (OAB 113.066/RJ); Raquel Cristina de Carvalho e Silva (OAB 133.596/RJ); André Carvalho Teixeira (18.135/DF); Juliana Calixto Pereira (OAB 130.070/RJ); Felipe Machado Guedes (OAB 150.032/RJ); Gabriela Mattos Gonçalves (OAB 129.385/RJ); Cristiano Caldas Pinto (OAB 129.593/RJ).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento da operação de concessão de crédito relativa ao financiamento do projeto *Bus Rapid Transit* (BRT) Trancarioca, corredor T5, que liga a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao BNDES, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal, que:

9.1.1. abstenha-se de liberar recursos ao subcrédito "B" (Decisão de Diretoria 1880/2010 - BNDES) para as obras do projeto Transcarioca (corredor T5), até que seja providenciada a devida regularidade ambiental do empreendimento, bem como a entrega, análise e aprovação do projeto da Etapa II da obra, que contará, necessariamente, com manifestação da instituição financeira acerca do alinhamento dos preços do orçamento com os referenciais oficiais da Administração, mormente o Sinapi e o Sicro, além da factibilidade dos prazos enunciados no projeto;

9.1.2. encaminhe a esta Corte de Contas os relatórios periódicos de acompanhamento do progresso físico-financeiro do projeto Transcarioca (corredor T5), com análise qualitativa de desvios e de aspectos relevantes e críticos em seu andamento;

9.2. alertar a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro e o BNDES, sobre o lançamento do Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 (www.copatransparente.gov.br), o que torna vinculado o cumprimento do art. 3º da IN-TCU nº 62/2010;

9.3. determinar à 9ª Secex que dê continuidade ao acompanhamento das ações do BNDES de financiamento do projeto *Bus Rapid Transit* (BRT) Transcarioca, corredor T5, que liga a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), mormente quanto ao adequado cumprimento dos itens 9.1.1. e 9.2 desta decisão;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam:

9.4.1. ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, para as providências que entender cabíveis no que diz respeito à análise da viabilidade da concessão, em particular quanto à modicidade tarifária, em face de os dados que embasaram os estudos da viabilidade do projeto para a concessão do serviço público de operação do BRT serem de dezembro de 2004, atualizados para o ano de 2005, ano de diferente conjuntura econômica e de demanda, em relação à época em que o sistema entrará em operação;

9.4.2. ao BNDES;

9.4.3. à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro;

9.4.4. ao Ministério do Esporte e à Casa Civil da Presidência da República;

9.4.5. ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;

9.4.6. ao Ministério Público Federal;

9.4.7. à Controladoria Geral da União;

9.4.8. ao Coordenador do Grupo de Trabalho "Copa do Mundo" da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

9.4.9. ao Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; e ao Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal;

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2085-33/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2086/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.206/2011-4.

2. Grupo I, Classe de Assunto V - Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras 2011)

3. Interessado: Congresso Nacional

4. Entidade: Superintendência Regional do DNIT no Rio Grande do Sul

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secob-2

8. Advogado: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria, no âmbito do Fiscobras 2011, com o objetivo de fiscalizar as obras de adequação de trecho rodoviário na BR-290/RS, entroncamento BR-116 (para Guaíba) - entroncamento BR-471 (Pântano Grande).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. cientificar o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a Superintendência Regional do DNIT no Estado Rio Grande do Sul, responsável pela análise, recebimento e aprovação dos projetos básicos, sobre o indício de dano ao Erário estimado em R$ 42.031.333,73, decorrente de preços acima do mercado e de superestimativa de quantitativos, com potencial risco de contratação antieconômica, contrariando o disposto no art. 127 da Lei 12.309/2010 (LDO 2011), identificado nas seguintes impropriedades constatadas nos projetos básicos em elaboração dos lotes 1, 2, 3 e 4

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

referentes às obras de adequação de trecho rodoviário da BR-290/RS, objeto de fiscalização deste processo:

9.1.1. indenização de jazidas sem estudo de viabilidade econômica em relação ao custo da desapropriação;

9.1.2. superestimativa dos serviços de terraplenagem em 10%;

9.1.3. utilização de composição para o serviço de "sub-base de macadame seco" em desacordo com a especificação de serviço "DAER-ES-P 07/91 - Macadame Seco";

9.1.4. utilização de brita comercial no lote 1, sem considerar a opção mais econômica;

9.1.5. item "instalação e manutenção de canteiro" com valor superestimado;

9.1.6. superestimativa no consumo de areia nos itens "colchão drenante com areia", "substituição de solos de baixa resistência por areia" e "reaterro de arreia", lotes 1, 2 e 3;

9.1.7. inclusão indevida de custos com remanejamento de serviços públicos no orçamento da obra;

9.1.8. utilização de composições de serviços do Sicro2 referentes a obras de restauração rodoviária, em vez de construção;

9.1.9. serviço de "escavação, carga e transporte de solos de baixa resistência" com composição para remoção de solo mole, quando deveria ser "escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria";

9.1.10. utilização de composição de serviços com base em cotações, sem contemplar a respectiva composição analítica, em desacordo com o disposto na Instrução de Serviço Dnit 15/2006;

9.1.11. superestimativa do preço de transporte de materiais betuminosos do lote 2;

9.1.12. utilização de bueiros tipo CA-4, quando há no desenho 6.2 do Álbum de Projetos-Tipo de Dispositivos de Drenagem - Dnit 2006 opção de tipo de bueiro mais econômico;

9.1.13. inclusão de item de serviço de iluminação viária sem o devido detalhamento;

9.1.14. inclusão de item de "barreira de segurança dupla" com execução convencional em detrimento da execução por extrusão, que é mais barata;

9.1.15. utilização de "defensa maleável simples" no lote 4, enquanto nos demais lotes é utilizada "defensa semi-maleável simples", mais barata;

9.1.16. previsão em duplicidade de serviços de regularização do subleito;

9.1.17. residências de engenheiros e encarregados com quantitativo superestimado;

9.1.18. superestimativa da área (2.275 m²) destinada ao alojamento no projeto do canteiro do lote 3 sem justificativa técnica; e

9.1.19. a adoção de composições de preços unitários para os serviços que não componham o sistema oficial de referência de preços em desacordo com a Instrução de Serviço Dnit 15/2006;

9.2. encaminhar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a Superintendência Regional do DNIT no Estado Rio Grande do Sul a íntegra do relatório de fiscalização (peça 29), que contém a análise detalhada de cada uma das impropriedades listadas no item 9.1 deste Acórdão;

9.3. informar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que, com relação às obras na BR-290/RS, adequação de trecho rodoviário, vinculada ao PT 26.782.1462.123U.0043, não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei nº 12.309/2010 (LDO/2011), uma vez que os projetos de que cuidam estes autos ainda não foram aprovados pelo Dnit e as irregularidades identificadas por esta Corte de Contas estão sendo cientificadas tempestivamente àquela entidade;

9.4. arquivar os autos.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2086-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2087/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 003.004/2006-2.
2. Grupo II - Classe V - Relatório de Levantamento.
3. Responsáveis: Antonio Jose Pinheiro Rivas (094.992.105-04); Flavio Diniz Fontes (116.249.731-91); GDK S. A. (34.152.199/0004-38); Gilson da Silva Figueredo (163.009.555-91); Jose Rocha Sobrinho (120.335.885-72); Marcelo Jose Ladeiro Costa (105.115.125-20); Marco Aurelio Marinho Paz (184.289.591-53); Odair Geraldo dos Santos (229.219.586-00); Vandemir Ferreira de Oliveira (150.641.825-20).
4. Unidade: Petrobras S. A. (30.012.447/0001-41).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades: 1ª Secretaria de Controle Externo (Secex/1) e 9ª Secretaria de Controle Externo (Secex/9).
8. Advogados constituídos nos autos: Claudiosmar Zupiroli (OAB/DF 12.250); Nelson Barreto Gomyde (OAB/SP 147.136); Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359); Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, apartados do TC 005.483/2005-9, para apurar indícios de irregularidades apontados nas licitações 114.8.008.03-8 e 117.8.082.03-6 e nos contratos 114.2.018.03-2 e 2700.000.7903.04-2, firmados entre a Petrobras e a empresa GDK S.A., para execução de obras de Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste, no Estado da Bahia.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 com fundamento no art. 47 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e no art. 252 do Regimento Interno/TCU, converter os presentes autos em Tomada de Contas Especial;

9.2 com fundamento nos artigos 43 e 37 da Resolução-TCU nº 191/2006, determinar à 9ª Secex a formação de dois processos apartados de Tomada de Contas Especial, mediante a extração de cópias dos elementos pertinentes ou o desentranhamento dos respectivos volumes/anexos deste processo, de modo que as irregularidades relacionadas aos contratos 114.2.018.03-2 e 2700.0007903.04-2, firmados entre a Petrobras e a empresa GDK S.A., sejam apuradas separadamente;

9.3 com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e no art. 202, inciso II e § 1º, do Regimento Interno/TCU, autorizar a citação dos responsáveis relacionados a seguir, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem alegações de defesa ou recolham os respectivos débitos aos cofres da Petrobras, acrescidos dos devidos encargos legais a contar das datas adiante especificadas, em virtude das irregularidades a seguir descritas:

9.3.1 **Contrato nº 114.2.018.03-2** - constatação de superfaturamento de R$ 6.665.135,83, a preços iniciais, na execução do contrato 114.2.018.03-2, firmado entre a Petrobras e a empresa GDK S.A., valor este proveniente da diferença entre o valor total dos serviços executados considerando os preços contratados e o obtido utilizando-se os preços de mercado, balizados pelos preços obtidos dos sistemas referenciais Sinapi e Sicro 2, dividido, para fins de responsabilização, no débito relativo aos serviços:

9.3.1.1 contemplados na planilha original do contrato, no valor de R$ 5.399.038,71, responsáveis solidários: **Aléxis Miranda Souza Brito**, CPF 064.040.655-68, Engenheiro Civil da UN/BA - Petrobras, responsável pela elaboração do orçamento da licitação; **Marco Aurélio Marinho Paz**, CPF 184.289.591-53, Gerente do Ativo de Produção Norte da UN/BA - Petrobras, responsável pela aprovação da Solicitação de Autorização para Contratação; **Vandemir Ferreira de Oliveira**, CPF 150.641.825-30, Gerente Geral da UN/BA - Petrobras, responsável pela recomendação da contratação, aprovação da Solicitação de Autorização para Contratação, adjudicação e contratação; **Antônio José Pinheiro Rivas**, CPF 094.992.105-04, Gerente Geral da UN/BA - Petrobras, responsável pela assinatura do Contrato; **GDK S.A.**, CNPJ nº 34.152.199/0004-38, empresa contratada e responsável pela execução da obra;

9.3.1.2 acrescidos à planilha original do contrato pelo Termo Aditivo nº 01, no valor de R$ 1.253.130,31, responsáveis solidários: **Antônio José Pinheiro Rivas**, CPF 094.992.105-04, Gerente Geral da UN/BA - Petrobras, responsável pela assinatura do Aditivo nº 1; **GDK S.A.**, CNPJ nº 34.152.199/0004-38, empresa contratada e responsável pela execução da obra;

9.3.1.3 acrescidos à planilha original do contrato pelo Termo Aditivo nº 2 no valor de R$ 12.966,81, responsáveis solidários: **Antônio José Pinheiro Rivas**, CPF 094.992.105-04, Gerente Geral da UN/BA - Petrobras, responsável pela assinatura do Aditivo nº 2; **GDK S.A.**, CNPJ nº 34.152.199/0004-38, empresa contratada e responsável pela execução da obra;

9.3.2 **Contrato nº 2700.0007903.04-2** - constatação de superfaturamento de R$ 10.874.080,89, a preços iniciais, na execução do Contrato nº 2700.0007903.04-2, relativo à execução no período de 1/12/2004 a 25/2/2006 e outros eventualmente apurados na execução após esse período, proveniente da diferença entre o valor total dos serviços executados considerando os preços contratados e o obtido utilizando-se os preços calculados a partir das próprias composições de preços adotadas pela Petrobras no orçamento da licitação com a utilização dos preços de insumos e equipamentos obtidos dos sistemas referenciais Sinapi e Sicro 2 - Responsáveis solidários: **José Rocha Sobrinho**, CPF 120.335.885-72, Gerente setorial, responsável pela elaboração do orçamento da licitação; **Gilson da Silva Figueredo**, CPF 163.009.555-91, Engenheiro, responsável pela elaboração do orçamento da licitação; **Flávio Diniz Fontes**, CPF 116.249.731-91, Gerente setorial, responsável pela elaboração do orçamento da licitação; **Odair Geraldo dos Santos**, CPF 229.219.586-00, Gerente do Ativo de Produção Sul, responsável pela aprovação da Solicitação de Autorização para Contratação (SAC); **Antônio José Pinheiro Rivas**, CPF 094.992.105-04, Gerente geral, responsável pela aprovação da Solicitação de Autorização para Contratação (SAC), adjudicação e contratação; **GDK S.A.**, CNPJ nº 34.152.199/0004-38, empresa contratada e responsável pela execução da obra;

9.4 determinar ainda à 9ª Secex que:

9.4.1 previamente à citação a que se refere o item 9.3.1 deste Acórdão, apure as providências efetivamente tomadas pela Petrobras junto à GDK S.A. objetivando o ressarcimento do valor de R$ 55.575,42, corrigido pelo IPCA desde as datas de pagamento até as de compensação, incluindo os reflexos no reajustamento, em função da cobrança indevida do BDI de 39,08%, quando era aplicável somente uma taxa de administração e impostos de 10,00% sobre o montante de material faturado diretamente à Petrobras, referente ao item 062 da Planilha de Preços Unitários "aplicação de materiais diversos com fornecimento de material" (código 025161420), na execução do contrato nº 114.2.018.03-2, e, caso constatada a ocorrência de débito, identifique os responsáveis e promova a devida citação no âmbito da Tomada de Contas Especial a ser instaurada para apurar as irregularidades relativas ao referido contrato;

9.4.2 previamente à citação a que se refere o item 9.3.2 deste Acórdão, apure a eventual ocorrência de novos débitos de mesma natureza na execução do Contrato nº 2700.0007903.04-2 posteriormente a 25/2/2006, e, caso constatada a ocorrência de novos débitos, identifique os responsáveis e promova a devida citação no âmbito da Tomada de Contas Especial a ser instaurada para apurar as irregularidades relativas ao referido contrato;

9.4.3 com fundamento nos artigos 43 e 34 da Resolução-TCU nº 191/2006, promova o apensamento definitivo deste processo à Tomada de Contas Especial destinada a examinar as irregularidades relacionadas ao Contrato nº 114.2.018.03-2, para fins de reavaliar, por ocasião do exame de mérito da referida Tomada de Contas Especial, a proposta de aplicação de multa aos responsáveis formulada pela 1ª Secex neste Relatório de Levantamento.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2087-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2088/2011 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 003.295/2010-9
2. Grupo I - Classe III - Consulta.
3. Interessado: Conselho da Justiça Federal (CJF)
4. Órgão: Conselho da Justiça Federal (CJF)
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consulta formulada pelo Ministro Cesar Asfor Rocha, Presidente do Conselho da Justiça Federal, sobre a possibilidade de se alterar a Instrução Normativa TCU 5/94, que trata dos mecanismos de fiscalização, pelo TCU, das Declarações de Bens e Rendas apresentadas pelas autoridades e servidores públicos federais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fulcro no inciso XVII e § 2º do art. 1º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c inciso IV do art. 264 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da presente consulta por preencher os requisitos de admissibilidade;

9.2 encaminhar ao consulente cópia do Relatório, Parecer, Acórdão 1799/2011 - TCU -Plenário e da IN/TCU 67, de 6/7/2011 aprovada no âmbito do TC 014.181/2011-6, bem como cópia deste Acórdão, Relatório e Voto que o fundamentam;

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2088-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2089/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 004.138/2008-7 (com 3 anexos).
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.
3. Embargante: Ministério da Defesa.
4. Unidade: Superior Tribunal Militar.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, em fase de embargos de declaração opostos contra o acórdão 467/2011-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Ministério da Defesa, para, no mérito, acolhê-los parcialmente e atribuir-lhes efeitos infringentes, de modo a alterar a redação dos subitens 9.1.2.1 e 9.1.2.3 da deliberação embargada, para que passem a vigorar com a seguinte redação:

"9.1.2.1. os Ministros Militares do Superior Tribunal Militar, integrantes dos quadros militares de natureza especial por força do art. 3º, § 2º, da Lei 8.457/1992, são inativados nos termos das normas previdenciárias previstas na legislação destinada aos militares das Forças Armadas em geral, sem prejuízo à observância das regras

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

especificamente aplicáveis aos magistrados da Justiça Militar, inclusive aquela relativa aos subsídios recebidos no cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar;

(...)

9.1.2.3. os pagamentos de subsídios e de proventos de inatividade aos Ministros Militares do Superior Tribunal Militar devem ser efetuados integralmente pelo próprio Superior Tribunal Militar com os recursos alocados em fonte própria para tais despesas, o mesmo podendo ser dito com relação ao pagamento de pensões militares, não obstante as respectivas contribuições sejam alocadas ao Ministério da Defesa;"

9.2. fixar prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que o Superior Tribunal Militar e o Ministério da Defesa adotem as medidas necessárias à adequação de seus respectivos orçamentos às orientações contidas neste acórdão, especialmente no que diz respeito ao pagamento de pensões aos beneficiários de ex-Ministros Militares daquela corte castrense;

9.3. dar conhecimento desta decisão ao Superior Tribunal Militar e ao Ministério da Defesa, mediante remessa de cópia do presente acórdão, juntamente com o relatório e voto que o fundamentam.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2089-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2090/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.322/2002-8.
1.1. Apensos: 008.373/2009-3; 007.407/2001-3; 000.486/2004-0
2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração.
3. Recorrentes: Guilherme Carloni Salzedas (CPF 137.224.628-27), Vitalino Fonseca Neto (CPF 004.380.491-87), Esacheu Cipriano Nascimento (CPF 171.797.189-04), Carlos Eduardo Leão de Vasconcelos Lima (CPF 023.549.804-18), César Augusto de Resende Lara (CPF 285.035.111-34), Marcus Aurélio Borges Eugênio (CPF 002.641.214-49), Antônio Faustino Cavalcanti de Albuquerque Neto (CPF 002.577.104-34) e Centro de Consultoria e Pesquisa - Cecope (CNPJ 40.813.057/0001-24).
4. Unidade: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - Ministério da Integração Nacional
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Advogados constituídos nos autos: Paulo Azevedo - OAB/PE 4568; Antonio Domingos da Silva Maia - OAB/PE 20.171; João Eduardo Bueno Netto Nascimento - OAB/MS 10.704; Júnia de Abreu Grimarães Souto - OAB/DF 10.778 e Camila Montalvão de Albuquerque - OAB/DF 28.729.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 2.510/2009 - TCU - Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. indeferir o pedido de ingresso no processo, na condição de terceiro interessado, formulado pela União dos Advogados Públicos Federais do Brasil - Unafe;
9.2 com fundamento nos arts. 32, I, e 33 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelos Srᵉˢ Carlos Eduardo Leão de Vasconcelos Lima, César Augusto Mendes de Resende Lara, Marcus Aurélio Borges Eugênio, Antônio Faustino Cavalcanti de Albuquerque Neto e pelo Centro de Consultoria e Pesquisa - Cecope para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.3 com fundamento nos arts. 32, I, e 33 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelo Srᵉˢ Guilherme Carloni Salzedas, Vitalino Fonseca Neto e Esacheu Cipriano Nascimento para, no mérito, dar-lhes provimento, reformando o Acórdão 2.510/2009 - Plenário, para acolher suas razões de justificativa, excluindo-os assim da presente relação processual;
9.4 expedir quitação ao Sr. Ney Robinson Suassuna, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2090-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2091/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 018.910/2009-0
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.
3. Responsáveis**:** Luiz Antônio Pagot, diretor-geral do Dnit (CPF 435.102.567-00); Rômulo do Carmo Ferreira Neto, diretor de Infraestrutura Ferroviária do Dnit (CPF 288.906.631-20); Luiz Fernando de Pádua Fonseca, ex-diretor de Infraestrutura Ferroviária do Dnit (CPF 586.131.106-49); e Ricardo Rossi Madalena, superintendente regional do Dnit/SP (CPF 137.221.248-59).
4. Unidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre no Estado de São Paulo - Dnit/SP.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - Secex/SP.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade na Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre no Estado de São Paulo - Dnit/SP para verificar empreendimentos de infraestrutura ferroviária executados em 2009, em especial a obra "Construção do Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia - Araraquara/SP".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. com fundamento no inciso II do art. 58 da Lei 8.443/1992, aplicar a Rômulo do Carmo Ferreira Neto e a Ricardo Rossi Madalena multas no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, acrescidas dos devidos encargos legais, a contar da data deste acórdão, caso não efetuado o recolhimento no prazo abaixo fixado;
9.2. fixar prazo de 15 (quinze) dias a contar das notificações para comprovação do recolhimento das dívidas perante o Tribunal;
9.3. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.4. determinar:
9.4.1. ao Dnit que, ao licitar, procure utilizar projeto executivo atualizado, de modo a não incorrer em falhas tais como as verificadas na concorrência 33/2007, na qual ocorreram alterações posteriores no traçado geométrico da ferrovia que poderiam ser evitadas com a revisão do projeto antes do certame;
9.4.2. ao Dnit/SP que:
9.4.2.1. não apostile reajuste de preços com base em previsão de variação futura de índice de preços, a exemplo da primeira apostila ao contrato 08.1.0.00.0011.2009 - concorrência 161/2008;
9.4.2.2. regularize o contrato com a empresa Prodec Consultoria para Decisões S/C Ltda., ante a substituição de profissionais em desacordo com o item 29.9 do edital da concorrência 161/2008 e com os arts. 30, § 10, 41, **caput,** e 55, XIII, da Lei 8.666/1993;
9.5. determinar à Segecex avaliação da conveniência de inclusão da obra "Construção do Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia - Araraquara/SP" em futuras fiscalizações;
9.6. arquivar os autos.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2091-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2092/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.075/2005-6
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Revisão (em Prestação de Contas)
3. Interessado: Ministério Público junto ao TCU
4. Entidade: Serviço Social da Indústria/Departamento Regional de Goiás - Sesi/GO
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secex/GO
8. Advogados constituídos nos autos: Telma da Consolação Alves Mahfuz (OAB/GO 3360), Simone da Silva Santos (OAB/GO 12667), Ludmila de Carvalho Menezes (OAB/GO 16057) e Dennys Cláudio Rodrigues de Carvalho (OAB/GO 4525)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto pelo Ministério Público junto ao TCU em relação às contas do Serviço Social da Indústria/Departamento Regional de Goiás (Sesi/GO) referentes ao exercício de 2004, julgadas regulares com ressalva e quitação aos responsáveis pelo Tribunal (Acórdão nº 338/2007-1ª Câmara).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir da presente relação processual o Instituto Euvaldo Lodi e o Sr. Jair Antonio Meneguelli;
9.2. conhecer do recurso de revisão, nos termos do art. 35, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados;
9.4. arquivar os autos.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2092-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2093/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.694/2010-3.
1.1. Apenso: 029.708/2010-9
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Procuradoria da República/rs - Mpf/mpu (26.989.715/0028-22).
3.2. Responsáveis: Carlos Alberto Garcia Vieira (477.825.520-87); Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Luiz Claudio dos Santos Varejão (905.106.407-10); Vladimir Roberto Casa (413.585.540-72).
4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit No Estado do Rio Grande do Sul - DNIT/MT.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - RS (SECEX-RS).
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos esses autos de representação apresentada pelo Ministério Público Federal em Uruguaiana por meio do Ofício GAB.02/1091/2010 (fls. 01-A - Volume Principal), mediante o qual a Procuradora da República Lara Marina Zanella Martinez Caro solicita informações no sentido de saber se há procedimento fiscalizatório em relação à realização e execução dos contratos mencionados no aludido ofício,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. recomendar, com fundamento no Art. 250, inciso III do RITCU, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, a adoção das seguintes medidas:
9.1.1. aumentar o número de agentes da autoridade de trânsito atuantes junto aos postos de pesagem localizados na BR-290/RS, km 412,3 (PPV 10.5), km 587 (PPV 10.51) e km 710 (PPV 10.53 e 10.05) tendo em vista que as distâncias entre os postos inviabilizam o acompanhamento das atividades de operação pelo único agente hoje lotado na Unidade Local de Uruguaiana, RS;
9.1.2. agilizar a adequação do sistema SGPV - Sistema de Gerenciamento de Pesagem de Veículos ao art. 1º da Resolução CONTRAN nº318/2009 de forma a permitir que sejam expedidos os A.O.E.P - Avisos de Ocorrência de Excesso de Peso para veículos habilitados ao transporte internacional de carga e coletivo de passageiros, quando em circulação internacional pelo território nacional, referentes ao acordo aprovado pela Resolução MERCOSUL/GMC/Nº 65/2008;
9.1.3. providenciar a ampliação e adequação dos pátios de pesagem dos PPV 10.53 (Uruguaiana/RS), 10.53 (Alegrete/RS) e 10.50 (São Gabriel/RS), de forma a possibilitar a repesagem dos veículos com carga remanejada ou de transbordo, no pátio de manobras do posto;
9.1.4. providencie a homologação pelo Inmetro dos equipamentos de controle de dimensão de veículos de carga e passageiros dos PPV 10.05 (Uruguaiana/RS), 10.53 (Uruguaiana/RS) e 10.50 (São Gabriel/RS), de forma a permitir a autuação de veículos transitando em desacordo com os limites estabelecidos na legislação;
9.2. dar ciência da presente deliberação à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul;
9.3. encaminhar cópia do Relatório de Inspeção de fls. 320/331 - Volume 1 e da presente deliberação à 1ª Secex, em cuja clientela se insere o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/MT, e à Secob-2 que realizou o último monitoramento do Plano Nacional Estratégico de Pesagem- PNP; e
9.4. arquivar o presente processo com fundamento no inciso IV do art. 169 do Regimento Interno.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2093-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 2094/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 033.837/2010-4
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação (com requerimento de medida cautelar)
3. Interessada: Sermatec - Assistência Técnica Ltda. (CNPJ 03.602.000/0001-50)
4. Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo
8. Advogados constituídos nos autos: Aci Heli Coutinho (OAB/MG 51.588), Alexandre Lopes Lacerda, (OAB/MG 54.654), Débora Rezende Aguiar Nunes (OAB/MG 70.139), Fernanda Almeida Lages (OAB/MG 69.166), Carolina Santos Barros Duarte (OAB/MG 1.03.546), Thiago Duarte de Campos (OAB/MG 98.983), Jucélia Santana Ferreira (OAB/MG 94.675), Francisco Rezende Silveira Júnior (OAB/MG 113.033), Graciele Aguiar Quaresma (OAB/MG 115.741), Iara Tassara Mangeroti de Oliveira (OAB/MG 115.834), José Márcio Diniz Filho (OAB/MG 90.527 e OAB/DF 19.779), Rafael Bortone Reis (OAB/DF 21.843) e Saulo de Araújo Marquez (OAB/DF 32.469)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa SERMATEC- Assistência Técnica Ltda. - ME, versando sobre supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico n.º 34/2010, nos termos do art. 113, §1º, da Lei 8.666/93.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer da presente Representação, nos termos do art. 237, inciso VII, parágrafo único, combinado com art. 235 do Regimento Interno/TCU para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2 determinar ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC que, em observância ao princípio da economicidade:

9.2.1. no que se refere ao Contrato 94/2010, celebrado com a empresa GVP Auto Locadora & Serviços Ltda., na hipótese de ocorrer eventual reequilíbrio econômico financeiro, reajuste de preços ou prorrogação da vigência contratual, mantenha a proporcionalidade dos itens de custo da planilha apresentada quando da assinatura do contrato, conforme tabela abaixo:

(A) Discriminação	(B) Valor contratado (R$)	(C) Percentual representativo de B sobre o total
Categoria I - Franquia Mensal/Km	669.600,00	90,54%
Categoria I - Hora Adicional	17.510,40	2,37%
Categoria II	35.520,00	4,80%
Categoria III	10.724,76	1,45%
Categoria IV	6.239,88	0,84%
Total	**739.595,04**	**100%**

9.2.2. nas futuras licitações para contratação de serviços de qualquer natureza, faça constar dos editais, como um dos critérios de aceitabilidade dos preços unitários, que os itens constantes da planilha de custos da empresa vencedora possuam a mesma representatividade dos itens da planilha de custos estimativa utilizada como referência pelo MDIC, independentemente do valor global oferecido;

9.3. dar ciência do inteiro teor do presente acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, à representante e à empresa GVP Auto Locadora & Serviços Ltda. - EPP;

9.4 arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2094-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2095/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-000.386/2007-9 (com 4 anexos)
1.1. Apensos: TC 004.847/2009-2, TC 004.852/2009-2, TC 004.849/2009-7 e TC 021.772/2009-3
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial
3. Unidade: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte/ES
4. Recorrente: Ubaldo Martins de Souza (ex-prefeito, CPF 575.678.327-04)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Auditor André Luís de Carvalho
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidades Técnicas: Secex/ES e Serur
8. Advogado constituído nos autos: Pedro Josino Cordeiro (OAB/ES nº 17.169)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de recurso de revisão interposto contra o Acórdão nº 1.638/2008 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer deste recurso de revisão para, no mérito, dar-lhe provimento, excluindo a responsabilidade de Ubaldo Martins de Souza da presente relação processual, afastando o débito e a multa cominados pelo Acórdão nº 1638/2008 - 2ª Câmara, modificado materialmente pelo Acórdão nº 2629/2009 - 2ª Câmara, e dando a seguinte redação aos subitens abaixo do Acórdão nº 1638/2008 - 2ª Câmara:

"9.2. considerar revel, para todos os efeitos, a Sra. Daisy de Deus Poubel Batista, dando-se prosseguimento normal ao processo, a teor do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'a', 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Sra. Daisy de Deus Poubel Batista, condenando-a ao pagamento do débito abaixo especificado, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados a partir das datas abaixo enumeradas até a efetiva quitação da dívida, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos do art. 23, inciso III, alínea 'a', da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno do TCU:

Data	*Valor (R$)*
21/1/1998	*5.981,00*
12/3/1998	*5.058,00*
23/4/1998	*3.204,00*
19/5/1998	*3.372,00*
26/6/1998	*3.372,00*
22/7/1998	*2.360,00*
27/8/1998	*3.372,00*
28/10/1998	*170,00*
28/10/1998	*3.371,00*
21/11/1998	*3.035,00*
29/12/1998	*1.596,00*
Total	*34.891,00*

9.4. com base no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, aplicar à responsável multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea 'a', da mesma lei, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento;"

9.2. notificar o recorrente do teor desta deliberação; e

9.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, no âmbito dos Processos 2010.50.02.000313-5 e 2010.50.02.001757-2, ao Juízo de Direito da Comarca de Bom Jesus do Norte/ES, no âmbito do Processo 010.09.000447-3, e ao Procurador da República Sérgio Luiz Pinel Dias.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2095-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2096/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.009/2010-3 (com 2 volumes e 10 anexos)
2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame (em processo de representação)
3. Recorrente: Márcia Olívia Neves Esteves Martins (CPF 481.283.761-87), Supervisora de Informática
4. Unidade: Justiça Federal - Seção Judiciária de Roraima - TRF-1ª Região
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da Decisão Recorrida: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade: Secex/RR e Serur
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Márcia Olívia Neves Esteves Martins contra o Acórdão 3.223/2010-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento nos art. 48, c/c os arts. 32, parágrafo único, e 33 da Lei nº 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, de modo a conferir aos itens 9.3 e 9.4 do acórdão recorrido a seguinte redação:

"*9.3. acolher as razões de justificativa apresentadas pela Senhora Márcia Olívia Neves Esteves Martins - Supervisora da Seção de Informática - SEINF/JF - Seção Judiciária de Roraima - CPF: 481.283.761-87;*

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida a que se refere o subitem 9.2., caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;";

9.2. dar ciência da presente deliberação à recorrente, encaminhando-lhe cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2096-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2097/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-015.497/2011-9
2. Grupo I - Classe VII - Acompanhamento
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidades: Poderes e órgãos federais a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Semag
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento das publicações e do envio dos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, pelos Poderes e órgãos federais, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:

9.1. considerar atendidas as exigências de publicação e encaminhamento ao Tribunal dos Relatórios de Gestão Fiscal pelos poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, correspondentes ao 1º quadrimestre do exercício de 2011, em obediência aos arts. 54 e 55 da mesma lei, bem como ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000;

9.2. considerar cumpridos os limites prudencial e máximo da despesa com pessoal pelos Poderes e órgãos federais relacionados no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000;

9.3. considerar o endividamento da União compatível com os limites das dívidas mobiliária e consolidada, propostos pelo Presidente da República e em apreciação pelo Senado Federal, mediante os Projetos de Lei da Câmara nº 54/2009 e de Resolução do Senado Federal nº 84/2007, respectivamente;

9.4. considerar atendidos os limites previstos na Resolução do Senado Federal nº 48/2007, para o montante de operações de crédito e de garantias concedidas pela União;

9.5. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que, tendo em vista o disposto no art. 50, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 7ª, inciso I, do Decreto nº 6.976/2009, faça, no prazo de 30 (trinta) dias, as alterações necessárias no volume III do Manual de Demonstrativos Fiscais para que conste a metodologia de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

apuração das despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista decorrentes de sentenças judiciais levando-se em consideração o órgão ou Poder detentor da dotação orçamentária;

9.6. recomendar ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior do Trabalho, ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Conselho da Justiça Federal que orientem os órgãos de cada ramo da Justiça para que, no momento da elaboração dos Relatórios de Gestão Fiscal, apurem as despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista decorrentes de sentenças judiciais, levando-se em consideração o órgão detentor da dotação orçamentária;

9.7. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, de acordo com o art. 121, § 3º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011; e

9.8. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2097-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2098/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-026.542/2006-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Agravo.
3. Recorrente: Desembargadora Liana Chaib.
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: Pedro da Rocha Portela, OAB/PI n. 2.043; Carla Virgínia Dantas Avelino Portela, OAB/PI n. 2.038; Luciana Mendes Benigno Eulálio, OAB/PI n. 3.000, e Raquel Silveria Fontenele Oliveira, OAB/PI n. 4.597.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam da Representação formulada pela Secex/PI, com base em informação da Ouvidoria do Tribunal, nos termos do art. 2º, § 1º, da Portaria TCU n. 121/2005 e do art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, relacionada ao Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI, em que, nesta fase, se aprecia Agravo interposto pela Desembargadora Liana Chaib.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Ordinária do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 31 da Lei n. 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso V, e 289, § 1º, do Regimento Interno/TCU, conhecer do presente Agravo, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à interessada.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2098-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2099/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC-030.336/2010-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Consulta.
3. Interessado: Márcio Fortes de Almeida, então Ministro de Estado das Cidades.
4. Órgão: Ministério das Cidades.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras - 1ª Secob.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Consulta formulada pelo então Ministro de Estado das Cidades, Sr. Márcio Fortes de Almeida, no tocante a vários assuntos relacionados a procedimentos a serem adotados por aquele Ministério no que concerne às descentralizações de recursos orçamentários efetivadas para entes federados, em especial aqueles liberados por intermédio da Caixa Econômica Federal - CAIXA, com pactuação de contratos de repasse ou termos de compromisso.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Consulta, formulada pelo Ministro de Estado das Cidades, Sr. Márcio Fortes de Almeida, por atender aos requisitos de admissibilidade de que tratam os arts. 1º, inciso XVII, e § 2º, da Lei n. 8.443/1992, e 264 , inciso V, §§ 1° e 2°, do Regimento Interno/TCU, para responder ao consulente que:

9.1.1. a jurisprudência desta Corte de Contas é pacífica no sentido do necessário cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 7º da Lei n. 8.666/1993 para qualquer empreendimento que utilize recursos federais, por meio de termo de compromisso ou contrato de repasse, de tal forma que não há como se admitir a realização de licitação com base em projeto básico que não obteve a aprovação do órgão técnico competente na esfera federal;

9.1.2. no tocante à abertura de licitação pelo ente federado, quando há previsão de repasse de recursos federais por meio de termo de compromisso ou contrato de repasse, além da prévia aprovação do projeto básico pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, deve haver a necessária publicação do edital do certame no Diário Oficial da União - DOU;

9.1.3. a utilização de licitação pretérita para consecução do objeto pactuado em termos de compromisso ou contratos de repasse deve estar condicionada ao atendimento aos dispositivos previstos na Lei n. 8.666/1993, na respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias e nos demais dispositivos que regem a aplicação dos recursos públicos federais, além de estar adstrita à verificação da conveniência e oportunidade do ato, sempre de forma tecnicamente motivada, com a emissão de parecer conclusivo, ou de outro instrumento congênere, de modo a resguardar o interesse público e assim garantir o exercício do papel de controle e da fiscalização na aplicação dos recursos federais transferidos, em consonância com o disposto § 6º do art. 10 do Decreto Lei n. 200/1967.

9.1.4. não se admite a efetivação de contratações antes da pactuação do respectivo termo de compromisso e/ou contrato de repasse, com base apenas em normativos do Ministério das Cidades que venham a fazer menção à previsão de liberação de recursos federais para implementação de um empreendimento;

9.1.5. a garantia de transferência de recursos nas obras executadas no âmbito do PAC somente ocorre com a pactuação de termo de compromisso, bem como só se pode contar com o repasse das verbas federais, após ter sido firmado o respectivo contrato de repasse;

9.1.6. em caso de empreendimento com indícios de irregularidades, situa-se dentro da esfera discricionária do gestor do órgão federal responsável pelo repasse de recursos, observando os estritos limites estabelecidos na lei, a decisão sobre: i) efetuar glosas e retenção de valores até que os indícios de irregularidades apurados em fase de Tomada de Contas Especial sejam aferidos e quantificados; ii) o mecanismo para implementação dessa medida; e iii) a pertinência de se adotar tal atitude conforme o estágio do cronograma físico-financeiro em que a obra esteja inserida.

9.2. recomendar ao Ministério das Cidades que faça uma revisão no Manual de Operações do PAC 2010/2011, em especial no subitem 9.1.2, com vistas a adequá-lo aos entendimentos desta Corte de Contas explicitados na presente Consulta;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, ao Ministro de Estado das Cidades e à Secretaria Federal de Controle Interno;

9.4. restituir os presentes autos ao Gabinete do Relator, para prosseguimento do feito.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2099-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2100/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.099/2001-5.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados: Associação dos Lapidadores e Artesãos do DF (01.752.158/0001-80); Marise Ferreira Tartuce (225.619.351-91); Wigberto Ferreira Tartuce (033.296.071-49).
4. Órgão/Entidade: Departamento de Qualificação - MTE.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade: 5ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-5).
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Luciana Ferreira Gonçalves (OAB/DF 15.038), Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098), Antonio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359).

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos que, na presente fase processual, tratam de recursos de reconsideração interpostos por Wigberto Ferreira Tartuce, Marise Ferreira Tartuce e pela Associação dos Lapidadores e Artesãos do Distrito Federal - ALA contra o Acórdão 1.314/2009 - Plenário.

Acórdão os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos Recursos de Reconsideração interpostos por Wigberto Ferreira Tartuce, Marise Ferreira Tartuce e pela Associação dos Lapidadores e Artesãos do Distrito Federal - ALA, com fundamento nos arts. 32, I, e 33, da Lei nº 8.443/92, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo em seus termos o Acórdão 1.314/2009 - Plenário;

9.2. dar ciência às partes e aos órgãos/entidades interessados.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2100-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Valmir Campelo.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.4. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2101/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC-**019.543/2010-7**.
2. Grupo: I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo - Secex/ES.
4. Entidade: empresa Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda., CNPJ 71.777.825/0001-65.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secex/ES.
8. Advogado constituído nos autos: Cristiane Beschizza Bortolin, OAB/SP n. 189.497.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo - Secex/ES, mediante a qual aponta irregularidades praticadas pela empresa Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda. ao participar de diversos pregões como Empresa de Pequeno Porte - EPP, haja vista que apresentava receita bruta anual superior ao permitido em lei para o enquadramento como EPP.

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 235, **caput**, e 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, conhecer da Representação em exame, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. declarar a empresa Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda., CNPJ 71.777.825/0001-65, inidônea para participar de licitação na Administração Pública Federal, por um ano, nos termos do art. 46 da Lei n. 8.443/1992;

9.3. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam:

9.3.1. à Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, à Secretaria da Receita Federal do Brasil/MF e à Secretaria de Direito Econômico/MJ, para adoção de medidas consideradas cabíveis nas respectivas áreas de competência;

9.3.2. à empresa Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda., CNPJ 71.777.825/0001-65;

9.4. determinar à Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimento - Adplan, que, após o transito em julgado, encaminhe cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o sustentam à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as providências necessárias à atualização do registro da empresa Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda., CNPJ 71.777.825/0001-65, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf;

9.5. arquivar estes autos.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2101-33/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2102/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.645/2001-1.
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessada: 5ª Secex.
4. Entidade: Serviços Sociais Autônomos - MTE.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 5ª Secex.
8. Advogados constituídos nos autos: Cassio Augusto Muniz Borges, OAB/RJ 91.152 e OAB/DF 20.016-A; Elizabeth Homsi, OAB/RJ 37.313 e OAB/DF 20.467-A; José Augusto Seabra Monteiro Vianna, OAB/DF 24.772; Christina Aires Correa Lima, OAB/DF 11.873; Francisco de Paula Filho, OAB/DF 7.530; Mirian de Fatima Lavocat de Queiroz, OAB/DF 19.524; Raul Caldas, OAB/DF 20.894; Rodrigo Simões Frejat, OAB/DF 8.626; Sylvia Lorena Teixeira de Sousa, OAB/DF 11.724; Alexandre Salles Steil, OAB/SC 9.182; Catarina Barros de Aguiar Araujo, OAB/DF 20.526; Julio Cesar Moreira Barbosa, OAB/DF 22.138; Márcio Bruno Sousa Elias, OAB/DF 12.533; Sidney Ferreira Batalha, OAB/DF 11.016; Fabiola Pasini, OAB/MT 5.033; Carlos Manuel de Azevedo Pessoa da Silva, OAB/RJ 23.219; Fabio Giusto Morolli, OAB/RJ 40.656; Maria de Lourdes Franco de Alencar Sampaio, OAB/RJ 50.660; Gustavo do

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Amaral Martins, OAB/RJ 72.167; Viviane Coser Vianna, OAB/RJ 83.383; Sergio Murilo Santos Campinho, OAB/RJ 55.174; Walter Costa Porto, OAB/DF 6.098; Antônio Perilo Teixeira Netto, OAB/DF 21.359; Henrique Araújo Costa, OAB/DF 21.989; Paula Cardoso Pires, OAB/DF 23.668; Marcelo Melo Barreto de Araujo, OAB/RJ 32.219; Bruno Murat do Pillar, OAB/RJ 95.245; Rodrigo Reis de Faria, OAB/RJ 1.394-B; Douglas Martins de Souza, OAB (não consta); Ludmila de Carvalho Menezes, OAB/GO 16.057; Adriana Diaferia, OAB/SP 130.506, OAB/PR 48.668, OAB/RS 74.873A, OAB/SC 26.920A; Angelo M. P. de Magalhães Junior, OAB/DF 11.472; Artur Henrique Tunes Sacco, OAB/SP 278.051; Juliana de Carvalho Pereira, OAB/DF 24.841; Patrícia Estácio de Lima Corrêa, OAB/DF 24.654; Paula Pires Parente, OAB/DF 23.668; Roberto Guerrero de Carvalho, OAB/DF 12.467; Paulo Roberto Galli Chuery, OAB/DF 20.449; Adriene de Faria Lobo Mousinho, OAB/DF 14.091; Arlyson George Gann Horta, OAB/DF 24.613; e João Felipe Cunha Pereira, OAB/RJ 131,197.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação já conhecida pelo TCU, nos termos do Acórdão 457/2005-2ª Câmara, e que foi formulada pela 5ª Secex, com a finalidade de adequar os regulamentos internos das entidades do Sistema "S" ao princípio constitucional da igualdade, no que tange à exigência de regularidade fiscal em suas licitações.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar no mérito improcedente a presente representação e arquivar este processo, por ter cumprido o seu objetivo, nos termos do art. 169, inciso IV, do RITCU.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2102-33/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2103/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.306/2008-3.

2. Grupo II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Recorrentes: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Consórcio Conpar.

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secex/PR.

8. Advogados constituídos nos autos: Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF 814), Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329), Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770), Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235), Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360), Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114), André Uryn (OAB/RJ 110.580), Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668), Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758), Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683), Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078), Henrique Pohl Figueiredo (OAB/DF 7.271/E), Fernando Augusto M. Nazaré (OAB/DF 11.485), Vera Lúcia Santana Araújo (OAB/DF 5.204), Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.652), Frederico Rodrigues Barcelos de Sousa (OAB/DF 16.845), Marco Antonio Cavalcante da Rocha (OAB/PE 2.940), Meg Montana Kebe (OAB/RJ 124.440), Zilto Bernardi Freitas (OAB/RJ 97.299), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506), Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476), Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 57.404), Meg Montana Kebe (OAB/RJ 124.440), Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB/MG 90.459), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Francisco Freitas de Melo Franco Ferreira (OAB/MG 89.353), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/MG 116.302), Ademir Antonio de Carvalho (OAB/MG 121.890), Lara Maria de Araújo Barreira (OAB/MG 126.039), Ângela Tomazia Rosa (OAB/MG 126.413), Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/MG 101.334), Mariana Barbosa Miraglia (OAB/MG 107.162), André Naves Laureano Santos (OAB/MG 112.694), Clara Sol da Costa (OAB/MG 115.937), Gabriel Machado Sampaio (OAB/MG 126.653), Luciana Cristina de Jesus Silva (OAB/MG 126.357), Vitor Magno de Oliveira Pires (OAB/MG 108.997), Richard Paul Martins Garrell (OAB/MG 127.318), Flávia Mendes Ribeiro Moreira (OAB/MG 87.893), Renata Arnaut Araújo Lepsch (OAB/DF 18.641), Luis Henrique Baeta Funghi (OAB/DF 32.250), Marcos Damasceno (OAB/MG 128.719), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Alex Azevedo Messeder (OAB/RJ 119.233), Alexandre Luis Bragança Penteado (OAB/RJ 88.979), Alexandre Rosa Botelho (OAB/SP 206.529), Alexnaldo Queiroz de Jesus (OAB/RJ 15.1829), Alexsandra Enes de Araujo Lebre (OAB/RJ 147.565), Aline Dias de Souza Mendes (OAB/RJ 141.708), Amilton Rodrigues Junior (OAB/MG 101.743), Ana Paula Mioni Acuy (OAB/RJ 107.126), André Luís Fares Francis (OAB/RJ 66.211), Bernardo Braga Pasqualette (OAB/RJ 148.828), Bianca Congro Cittadino (OAB/RJ 148.772), Breno Gonçalves Arman (OAB/RJ 127.317), Bruno Gabriel Esteves (OAB/RJ 139.099), Carolina Bastos Lima (OAB/RJ 135.073), Claudia Padilha de Araújo Gomes (OAB/RJ 119.361), Cristiane Carvalho Monte Lage (OAB/RJ 94.802), Cristiane de Carvalho Lopes (OAB/RJ 112.376), Cristina Maria Andrade Soares (OAB/RJ 148.416), Daniela Couto da Silva (OAB/RJ 115.470), Daniela Farulla Lara Fernandes (OAB/RJ 96.130), Danieli Ribeiro Silva (OAB/RJ 127.133), Danielle Gama Bessa (OAB/RJ 115.408), Diogo Jorge Favacho dos Santos (OAB/RJ 114.256), Eduardo Valiante de Rezende (OAB/RJ 114.485), Elisaura Fernandes da Silva (OAB/RJ 138.329), Erika Cilena Baumann (OAB/RJ 133.791), Fábio Ribeiro Soares da Silva (OAB/RJ 131.412), Fabíola Fernandes de Paulo (OAB/RJ 147.428), Fernando de Sousa (OAB/RJ 35.895), Fernando Salles Xavier (OAB/RJ 65.895), Gustavo Herrera Salgueiro (OAB/RJ 130.669), Gustavo Henrique da Silva Marques (OAB/RJ 122.044), Gustavo Ribeiro Ferreira (OAB/RJ 104.339), Helena Medeiros Martins Santos (OAB/RJ 142.110), Henrique da Silva Louro (OAB/RJ 114.792), Juliana Barroso Monteiro (OAB/RJ 118.350), Leandro Gilbert Reis (OAB/RJ 131.401), Leonardo da Costa Couceiro (OAB/RJ 140.969), Liana Ferreira Rocha Costa e Campos (OAB/RJ 112.943), Luana Lobosco Folly (OAB/RJ 152.011), Luciana de Lourdes e Castro Mourão (OAB/RJ 153.242), Luisa da Cunha Ribeiro (OAB/RJ 163.166), Luiz Carlos Nogueira Alves (OAB/RJ 121.230), Marcela Conrado de Farias Ribeiro (OAB/RJ 138.779), Márcio Polito Fontes (OAB/MG 79.903), Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana (OAB/RJ 141.408), Marcos de Oliveira Araújo (OAB/RJ 49.940), Maria Gabriela Martins Ferraz (OAB/RJ 155.583), Miriam Venancia Ribeiro Avena (OAB/RJ 145.632), Monique Sá Freire Chagas (OAB/RJ 148.037), Pedro Bastos de Souza (OAB/RJ 135.165), Raphaela Cristina Nascimento Perini Rodrigues (OAB/RJ 129.398), Renato Amado Barreto (OAB/RJ 136.456), Tatiany Batista Coutinho da Costa (OAB/RJ 14.6702), Tude José Cavalcante Brum de Oliveira (OAB/RJ 119.500), Vitor Thomé El Hader (OAB/RJ 103.466), Candido Ferreira da Cunha Lobo (OAB/RJ 49.659), Alexandre Yukito More (OAB/DF 22.742), Andréia Bambini (OAB/DF 18.331), Antônio Carlos Motta Lins (OAB/RJ 55.070), Ellen Cristiane Jorge (OAB/DF 19.821), Igor Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 20.191), Joeny Gomide Santos (OAB/DF 15.085), Juliana Carneiro Martins de Menezes (OAB/DF 21.567), Lenoir de Souza Ramos (OAB/DF 3.492), Lívia Maria Morais Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 21.035), Rafael de Matos Gomes da Silva (OAB/DF 21.428), Tales David Macedo (OAB/DF 20.227), Sílvia Alegretti (OAB/DF 19.920), Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.345), André de Almeida Barreto Tostes (OAB/DF 20.596).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos pelo Consórcio Conpar e pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras contra o Acórdão 311/2011-Plenário, proferido na apreciação do Levantamento de Auditoria realizado, no âmbito do Fiscobras 2008, nas obras de modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Estado do Paraná;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Consórcio Conpar e pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras contra o Acórdão 311/2011-Plenário, nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial;

9.2. conferir nova redação ao item 9.2 do Acórdão 311/2011-Plenário, nos seguintes termos:

"9.2. determinar à Petrobras a adoção das seguintes providências:

9.2.1. examine a regularidade da inclusão do item orçamentário denominado 'Fornecimento de Serviços Complementares' em todos os contratos celebrados para a execução das obras de modernização da Repar, seja por preços globais, seja por preços unitários, sem prejuízo de assegurar o contraditório e a ampla defesa às empresas contratadas, de modo que, mantidas as premissas contidas na jurisprudência do TCU sobre a matéria, sejam expurgados os valores eventualmente indevidos e, ainda, promovida a restituição ou a compensação contratual desses valores, inclusive nos seguintes contratos:

9.2.1.1. Contrato 0800.0030222.07.2, Serviço de Apoio Técnico para a área de Propeno -Atp - Assessoria, Tecnologia e Planejamento Ltda.;

9.2.1.2. Contrato 0800.0027054.06.2, Serviços de Apoio Técnico e Administrativo - Atp - Assessoria, Tecnologia e Planejamento Ltda.;

9.2.1.3. Contrato 0800.0025357.06.2, Serviços Técnicos de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - IMC Saste Construções Ltda.;

9.2.1.4. Contrato 0800.0032380.07.2, Serviços Técnicos - carteira de Gasolina Tecnosolo Eng. e Tecnologia de Solos e Materiais S.A.;

9.2.1.5. Contrato 0800.0035852.07.2, Serviços Técnicos no Centro Integrado de Controle - Acv Tecline Engenharia Ltda.;

9.2.1.6. Contrato 0800.0032563.07.2, Serviços Técnicos - Carteira de Coque e HDT Tecnosolo Eng. e Tecnologia de Solos e Materiais S.A.;

9.2.2. examine a regularidade da inclusão do item orçamentário denominado 'Eventos Globais' no Contrato nº 0800.0035013.07.2 (IERP 101), celebrado com o Consórcio Conpar, e em todos os contratos celebrados para a execução das obras de modernização da Repar, seja por preços globais, seja por preços unitários, sem prejuízo de assegurar o contraditório e a ampla defesa às empresas contratadas, de modo que, mantidas as premissas contidas na jurisprudência do TCU sobre a matéria, sejam expurgados os valores eventualmente indevidos e, ainda, promovida a restituição ou a compensação contratual desses valores;".

9.3. dar ciência deste Acórdão aos embargantes.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2103-33/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2104/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.714/2008-4.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração.

3. Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM.

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secex/AM.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam embargos de declaração opostos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM, em face do Acórdão 495/2011-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos presentes embargos de declaração, por não preencherem os pressupostos de admissibilidade insculpidos nos arts. 34 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e 287 do Regimento Interno do TCU;

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao interessado.

10. Ata n° 33/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2104-33/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

PROCESSOS ORIUNDOS DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CARÁTER RESERVADO

Fazem parte desta Ata, ante o disposto no parágrafo único do artigo 133 do Regimento Interno, os acórdãos de nºs 2109 e 2112, a seguir transcritos, proferidos na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado realizada nesta data.

Tais acórdãos, apreciados de forma unitária, constam também do Anexo V desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2109/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.886/2010-2.

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Denúncia.

3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, **caput**, da Lei nº 8.443/1992).

4. Entidade: Município de Maués/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secex/AM.

8. Advogado constituído nos autos: Juarez Frazão Rodrigues Junior, OAB/AM 5.851.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de denúncia acerca de possíveis irregularidades na gestão de recursos federais despendidos pelo Município de Maués/AM à conta do Programa Nacional de Merenda Escolar - PNAE (exercícios de 2009 e 2010), do Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE (exercício de 2007) e do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE (exercício de 2007).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária Reservada, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da denúncia, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3. aplicar, com fulcro no art. 58, incisos II e III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, multa ao Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva, multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei n° 8.443, de 1992, e no art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívidas a que se referem o item 9.3 deste Acórdão em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, caso requerido pelo responsável, alertando-o de que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do RITCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n° 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.6. dar ciência à Prefeitura Municipal de Maués/AM acerca das seguintes falhas verificadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, exercícios de 2007, 2009 e 2010, e Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE e Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - exercício de 2007:

9.6.1. ausência de planejamento do calendário escolar de acordo com a previsão do cronograma de desembolso do FNDE relativo à merenda escolar, caracterizando infração aos arts. 1º, 2º e 6º, inciso II, da Resolução do FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009;

9.6.2. ausência de aplicação financeira dos recursos do PDDE e do PNAE caracterizando infração ao art. 30, inciso XIII, Resolução do FNDE nº 38, de 2009, e art. 16, § 5º, da Resolução do FNDE nº 9, de 24 de abril de 2007 (assunto atualmente regido quanto ao PDDE pelo art. 13 da Resolução do FNDE nº 17, de 19 de abril de 2011);

9.6.3. aquisição com recursos do PNATE de lubrificantes e combustível em valor superior a 20%, caracterizando infração ao art. 15, Inciso I, alínea "c", da Resolução do FNDE nº 43, de 10 de setembro de 2007 (assunto atualmente regido pelo art. 15, Inciso I, alínea "c", da Resolução do FNDE nº 12, de 17 de março de 2011);

9.6.4. recebimento de produtos diversos dos produtos constantes da proposta do licitante vencedor, caracterizando infração ao art. 37, **caput**, da Constituição Federal e arts. 3º, 54, 66 e 69 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

9.6.5. ausência de supervisão e de orientação às unidades executoras do PDDE, caracterizando infração ao art. 13, inciso II, alíneas "d", "i" e "j", da Resolução do FNDE nº 9 de 24 de abril de 2007 (assunto atualmente regido pelo art. 27, Inciso II, alíneas "e", "j" e "k", da Resolução do FNDE nº 17, de 19 de abril de 2011);

9.7. dar ciência ao Conselho de Alimentação Escolar do Município de Maués de que a omissão em relação ao exercício de suas funções caracteriza infração ao art. 19 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

9.8. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, informando acerca da restituição de valores aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação com recursos municipais, encaminhando cópia dos documentos de folhas 786/818 do Anexo 2;

9.9. encaminhar cópia da deliberação a ser adotada ao denunciante;

9.10. levantar a chancela de sigilo aposta a estes autos, com fundamento no art. 55, § 1º, da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 29/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2109-29/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2112/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.844/2009-6
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Denúncia
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
4. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) - Superintendência Regional do Acre
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Acre (Secex-AC).
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de denúncia versando sobre supostas irregularidades praticadas pela Superintendência Regional do Incra no Acre, em virtude da inclusão de funcionários do município de Senador Guimard/AC na lista de beneficiários do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Polo Pirã-de-Rã.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária Extraordinária Reservada, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, para, no mérito, julgá-la procedente, com fulcro no art. 53 da LO/TCU e nos arts. 234 e 235 do RI/TCU;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Incra no estado do Acre que, no prazo de 30 (trinta) dias, envie ao Tribunal a relação final de beneficiários do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Polo Pirã-de-Rã e relatório detalhado acerca do encaminhamento final dado aos registros dos dezoito beneficiários listados às fls. 336/337, vol. 1, dos autos, e das providências adotadas quanto às pessoas, já beneficiadas ou a serem beneficiadas, indevidamente incluídas na relação de beneficiários, em desacordo com a Lei nº 8.629/1993 e com a Norma de Execução Incra nº 45/2005;

9.3. levantar a chancela de sigilo aposta a estes autos;

9.4. remeter cópia das partes que compõem esta deliberação ao denunciante, à Superintendência Regional do Incra no estado do Acre e ao município de Senador Guimard/AC;

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 29/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/8/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2112-29/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 19 horas e 12 minutos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária de Caráter Reservado a ser realizada a seguir e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário
Substituto

Aprovada em 18 de agosto de 2011.

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

1ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 30 (ORDINÁRIA)

Sessão em 23 de agosto de 2011, às 15h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Ordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-001.891/2010-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luiz Felipe Águila Júnior (633.726.652-87)
Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.858/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ephigenia Maria Gomes Affonso (578.695.451-04)
Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.118/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Hernandes José de Souza Primo (586.541.948-04)
Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.988/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arione da Silva Menezes (818.970.901-10) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.998/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abinadabe do Nascimento Oliveira (032.618.604-21) e outros
Órgão/Entidade: Casa da Moeda do Brasil - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.520/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Karina Guimarães de Alencar (980.417.542-87)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Acre
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.573/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Esmerinda Mota Gouvea de Sá (722.544.592-87)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.590/2009-9
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC.
Interessada: Maria de Fátima Pereira de Souza (CPF 102.194.043-72).
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.923/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aaron Luis Martins dos Reis (027.069.249-50) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.926/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cassiano Bard (042.842.539-99) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.928/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Divanini Menezes (021.686.829-76) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.930/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Estacio Villena Castro (060.510.448-41) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.934/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro Gustavus Sartoretto (038.995.529-97) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.936/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Elisete Dalmina Jeremias (442.109.650-49) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.940/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Scheila Julio Viana (025.423.109-80) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.942/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Virginia Gargioni Brehm (776.307.340-34) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.963/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abdoral Jose Barros Andrade (535.626.903-04) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-019.967/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Panagiote de Sousa Sotirakis (222.977.312-72) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.968/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Fernandes de Oliveira (984.995.721-20) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.969/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: João Batista de Oliveira (034.764.434-18) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.972/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clovis Vicente Garlet (991.587.440-53) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.973/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gledson Peres Jacinto (118.266.547-04) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.975/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pablo Elvis Ribeiro Imbassahy Bartilotti (079.933.437-55) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.976/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vinicius Ribeiro de Oliveira (353.090.388-41) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.043/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo Alves Coelho (669.956.201-00) e outros
Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal - STF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.139/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Alice da Silva (254.931.916-87) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.398/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adão Ivoni do Nascimento (538.724.529-91) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.406/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Lins de Lira (029.758.434-02) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.640/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Emanuel Vanderlei Rodrigues Silva (208.871.591-68)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.641/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Américo Nême Melo Munayer (013.761.946-43) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.210/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: João Paulo Gonçalves Barreto (825.500.345-20) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.554/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Hermeson das Chagas Menezes (833.754.142-34)
Órgão/Entidade: Cobra Tecnologia S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.694/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ruy Gomes de Abreu (035.676.136-34)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.829/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisca Nobre de Souza (079.979.142-34) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Rondônia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.778/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Aaron Aubrey Siqueira Sue (724.271.321-87)
Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça - STJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.779/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Regis Alves dos Santos (812.055.541-49)
Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal - STF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.314/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Afonso Morais Pinheiro (023.451.532-53) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amapá
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.345/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Otacilia Felicia dos Santos (090.956.322-53) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Rondônia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.445/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Augusto da Silva (031.729.614-00) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.451/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Lopes de Faria (031.183.636-49)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.455/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Izolda da Silva Oliveira (323.776.144-34)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.915/2010-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2009
Responsáveis: Adézio de Almeida Lima (342.530.507-78) e outros
Órgão/Entidade: BB Banco de Investimento S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.365/2008-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Emanuel Bringel Santiago Alencar (080.569.194-49
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araripina - PE
Advogados constituídos nos autos: Ernesto Gonçalo Cavalcanti, OAB/PE 15.468; Francisco Eduardo Arruda de Melo Cavalcanti, OAB/PE 15.766; Gilberto Roberto de Lima Junior, OAB/PE 17.551; Ricardo Uchôa Cavalcanti Filho, OAB/PE 20.088; Rosa Suleyman Alencar Liberal Santiago Falcão, OAB/PE 17.717.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-000.584/2010-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro
Interessado: Evaristo Pedro de Rezende
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.131/2007-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Fabiano Neiva Eulálio e outros
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Piauí; Fundo Nacional de Saúde - MS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.912/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
Interessados: Antônia Souza de Melo (183.218.014-04) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.918/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessados: Jesus Alves de Vasconcelos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.184/2006-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Secretaria Especial dos Direitos Humanos - PR
Responsáveis: Alessandro Victor Gama da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.969/2005-0
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Interessado: José Aparecido dos Santos
Órgão/Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.152/2005-4
Natureza: Tomada Contas Especial
Responsáveis: Celeste Maria Rocha Melo e outros
Órgão: Coord. Regional da Funasa/RN (excluída); Fundação Nacional de Saúde - MS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.241/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessada: Sebastiana Beatriz Machado
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.627/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessados: Claudiane Reis Santos (058.405.255-37) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.655/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessados: Aldinar de Assis Gonzaga (482.613.435-53) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.658/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Gerência Estadual/MT - MS (extinta)
Interessados: Cid de Moraes Filho (106.697.951-00) e outro
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.660/2011-8
Natureza: Pnesão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessados: Adriana Ribeiro Fiorini (012.276.876-05) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.664/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE
Interessada: Iraci Francisca de Barros (782.106.904-34)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.667/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
Interessado: Ivan Almeida Machado (055.630.897-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.687/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso do Sul
Interessados: Avelino da Silva Miranda (061.551.621-15) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-018.698/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Paraná
Interessados: André Leandro Balduino (152.694.009-44) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.700/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí
Interessado: Maria Lúcia Mendes de Alencar Albuquerque (132.003.993-68)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.707/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessados: Domingos Alves Pessoa (081.935.335-34) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.709/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MT
Interessada: Elizete de Holanda
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.720/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
Interessados: Alípio Nunes (145.091.726-72) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.721/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
Interessados: Manoel Soares Gondim e Maria de Jesus Nascimento Ribeiro Gonçalves
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.725/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE
Interessados: Ahilson Roberto Correia (038.690.244-53) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.726/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PI
Interessados: Adelmir Alves do Nascimento (077.919.173-00) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.727/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
Interessados: Aline Caraciki Mururci Machado (403.224.327-15) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.728/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RN
Interessados: Carlos Roberto Catunda Pinto (086.092.414-91) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.763/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Pernambuco - DR/PE
Interessada: Gisélia Ferreira de Lima França (433.574.904-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.764/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG
Interessada: Viviane de Oliveira Marcos Silva (056.269.076-02)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.101/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
Interessados: Ivani Terra do Nascimento Cordeiro (313.144.148-87) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.255/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE
Interessado: José Augusto do Carmo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.260/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Herschell D'Avilla Freire de Carvalho e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.305/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí
Interessados: Francisco José Pires e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.543/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
Interessados: Carolina de Andrade Marrocos (368.962.414-20) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.556/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Paraná
Interessada: Abigail Barros Curial
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.573/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PI
Interessados: Maria Celeste Vasconcelos Veras (394.249.363-20) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.646/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Norte
Interessados: Bartolomeu Bezerra Dantas e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.663/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Pará
Interessados: Alcenor de Souza e Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.666/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba
Interessados: Ademir Pereira de Medeiros e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.815/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Tocantins
Interessados: Ermínio José do Amaral (093.814.901-63) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.831/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Pará
Interessado: Pedro da Silva Pinheiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.849/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PI
Interessados: Filomeno Moreira Cavalcante e Manoel Moreira de Abreu Filho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.205/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Roraima - DR/RR
Interessados: Adalberto Borges Pereira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.206/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Tocantins - DR/TO
Interessados: Alexandre Marinho de Oliveira Neto e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.242/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Amapá - DR/AP
Interessados: José Carlos Zingra (016.857.028-99) e outro
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.253/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Interessados: Diogo Leite Sampaio (053.759.347-01) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.254/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Interessados: Juliana Moisés de Menezes (053.837.437-31) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.367/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Alagoas - DR/AL
Interessados: Adam Filipe Silva Costa e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.368/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Alagoas - DR/AL
Interessados: Ivaldevan José da Silva (037.979.134-00) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.370/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso do Sul - DR/MS
Interessado: Antonio Carlos Ferreira Peralta
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.379/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
Interessados: Abraão Balbino e Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.407/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS
Interessados: Carmen Catia Zamboni e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.408/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso do Sul - DR/MS
Interessados: Andre Rodrigues de Oliveira e Marcos Henrique Boza
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.449/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Sergipe - DR/SE
Interessado: Leonardo dos Santos Tavares
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.452/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Alagoas - DR/AL
Interessados: Adroaldo da Silva Filho e Fernando Henrique Ferreira Alves
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.493/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Interessados: Agnes Naomi Yoshimoto (084.830.987-17) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.592/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo - DR/ES
Interessados: Adriano Bravim e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.595/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo - DR/ES
Interessado: Gerson Antonio Vieira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.596/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo - DR/ES
Interessados: Ivanete Pereira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-021.597/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso do Sul - DR/MS
Interessados: Karita Emanuelle Ribeiro Sena e Lucimary Pereira Braga
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.614/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Miguel Arruda de Araujo Pinheiro e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.625/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Interessada: Lara Barbosa de Sousa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.651/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo - DR/ES
Interessados: Hudson Goltara Souza e Maks Damiani Galli
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.664/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Acir de Vasconcelos Junior e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.700/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS
Interessados: Adriel Antunes da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.701/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso do Sul - DR/MS
Interessados: Luiz Henrique Torres dos Santos Júnior (409.184.738-29) e outro
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.702/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Norte - DR/RN
Interessado: Adriano Alves da Costa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.707/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessados: Cláudia Martins de Oliveira Morales e Marianne Pereira Rosa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.724/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Interessado: Luiz Henrique da Silva Portela
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.784/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessado: Vitor Henrique da Cunha Mariano
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.791/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Interessados: Aline Aguiar Pereira de Lima e Silvana Bezerra de Castro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.834/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Interessados: Luisa Cesar Drumond e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.847/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
Interessados: Airam de Abreu Moreira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.865/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP
Interessados: Jamessom Araujo dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.867/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP
Interessados: Rodrigo Ikeda e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.868/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS
Interessados: Alexandre dos Santos Reis e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.900/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/interior - DR/SPI
Interessados: Juliana dos Santos Serrenome (351.897.298-77) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.903/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
Interessado: Leonardo Jorge Queiroz Gonçalves (064.907.266-96)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.931/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Interessados: José Mário Lima e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.960/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior - DR/SPI
Interessados: Joselaine da Silva Cardoso e Maria Cecilia Costa Almeida
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.966/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
Interessados: Camilla Fonseca Araújo (938.303.861-68) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.992/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Interessados: Ademar Lourenço Martins Rodrigues (994.552.341-49) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.006/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Interessados: Juliana Guirelli Fancelli e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.044/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em São Pasulo/Interior - DR/SPI
Interessados: Anderson Costa Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.128/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - Sede - MC
Interessados: Alddie Anderson D Lima e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.335/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP
Interessada: Marcia Pimentel de Santana Mascarenhas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.337/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS
Interessados: Claudiana Salete Pereira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.338/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG
Interessado: Clovis Santos de Souza
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.611/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Interessados: Cláudio Munhoz da Fontoura Tavares (016.735.817-06) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.614/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Interessada: Jacqueline Aguiar Gonçalves (027.549.291-50)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.617/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Interessados: Rodrigo Sattamini Pires e Albuquerque (023.997.977-01) e ourtros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.619/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessadas: Sonia de Souza Melo Silva e Sylvia Henriques Terzi
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.682/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no ES
Interessados: Antonio Freitas e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.688/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
Interessados: Antonio Reinado de Sousa e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.796/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia
Interessados: Adriano Vicente Lima (180.300.097-04) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.804/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ - MS
Interessados: Álvaro Alves Nogueira (009.246.797-00) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.834/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE
Interessados: Aníbal de Oliveira Valença (316.100.134-68) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.839/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
Interessados: Ivone Alves da Silva (257.296.917-34) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.840/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
Interessados: José Orloff Rodrigues Monteiro (015.517.607-20) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.850/2011-2
Natureza: Aposntadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Álvaro Miranda de Souza (577.548.458-49) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.906/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo
Interessado: Bernardo Ferreira Matias (451.344.647-15)
Advogado constituído nos autos: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-022.928/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Norte
Interessados: Benilde Almeida Costa (086.893.501-87) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.955/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul
Interessado: Mauro Alencastro (136.462.220-34)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.966/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Pernambuco
Interessados: Carlos Alberto Meira Couceiro (003.120.294-20) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.013/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessado: Teresinha Cruz de Oliveira (007.996.705-10)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.072/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessados: Carlos Dias Ribeiro (017.107.885-34) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.074/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
Interessados: Antonio Gonçalves de Souza Filho (129.846.046-87) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.080/2011-6
Natureza:Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
Interessados: Adelaide Nunes de Amorim (808.294.657-15) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.083/2011-5
Natureza:Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
Interessados: Darcy Moreira Dias Da Costa (428.263.307-72) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.084/2011-1
Natureza:Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
Interessados: Elias Camilo Jorge (016.317.997-20) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.090/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
Interessados: Lourdes de Lima Amorim (645.685.397-49)e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.093/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
Interessados: Marilena Pereira (121.444.876-34) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.099/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RN
Interessados: Francisco Rebouças da Câmara (043.884.454-87) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.105/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RN
Interessados: Ademir Moinhos (008.400.708-70) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.109/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Centro Tecnológico de Informática do Ministério da Saúde
Interessados: Ana Lucia Figueiredo Garcia (495.628.947-20) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.156/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro
Interessados: Paulo Martins (481.329.267-49) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.167/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Interessados: Bernice Smith Campelo (006.355.102-00) e outro
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.240/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ - MS
Interessados: Alaide Otaviano da Costa e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.269/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AL
Interessado: Rafael Batista Correia da Costa Filho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.273/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE
Interessados: Abgail Maria do Nascimento e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.275/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Anacy Anny Gomes da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.287/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Ludimila Silva e Souza Rahmann e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.297/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessada: Vera Dalva Cordeiro do Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.301/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC
Interessados: Maria de Souza e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.304/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Centro Tecnológico de Informática do MS
Interessados: Armando José Tavares e Celso Fagundes de Souza
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.380/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa do Acre
Interessado: Ademir Silva de Souza
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.499/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Interessado: Francisco Delazari
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.613/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí
Interessados: Francisco Luiz Isidório (096.330.733-91) e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.775/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar - MS
Interessados: Fabiana Alvim Meynier e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.903/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Ceará
Interessados: Aluizio Santos do Nascimento e Antonio Raimundo Teixeira
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.038/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
Interessados: Ana Maria Vieira Ribeiro e Antonina Sousa Freitas de Moraes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.046/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
Interessada: Niceas Vale
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.080/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Rosani Oliveira Gonçalves e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.084/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS
Interessada: Mônica de Curtis Boeira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.178/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Interessados: Humberto de Abreu Soares e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.198/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Santa Catarina
Interessados: Felix Vendrami e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.199/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Norte
Interessados: Carmem Suzana Veras Leal e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.202/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Interessados: Carminda Rosa Neves e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.242/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Aloizio Boava Pinto e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.277/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
Interessados: Adeladio Vieira dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.278/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
Interessados: Jacob Castorino Pereira de Mendonça e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.279/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
Interessados: Valdir Valeriano da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.293/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Amapá
Interessados: Alice Teixeira Gurjão e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.306/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia
Interessados: Alexandre Gantus Neto e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.310/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Nacional de Cardiologia - MS
Interessados: Alberto Reznik e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.311/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ - MS
Interessados: Abigail do Nascimento Correa e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-024.348/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
Interessado: Edson Cecílio de Souza
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.349/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
Interessada: Luzia Martins do Carmo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.353/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Adriano Silveira Neves e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.354/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Carmem Bogado e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.358/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Reginaldo Machado e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.360/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RN
Interessados: Adelmaro Cavalcante Cunha e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.362/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Altair Vieira Castellani e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.386/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas
Interessados: Adivaldo Cabral de Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.441/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Interessados: Geraldo Magela de Souza e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.448/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no RJ
Interessados: Anna Valiate de Azevedo e Maria das Dores da Costa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.526/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
Interessados: Aldira Albano e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.539/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessados: Antonio Nascimento de Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.541/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Ceará
Interessado: Antonio Saraiva Leão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.557/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Hospital do Andaraí - RJ
Interessado: Eclair Farias Pontes e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.560/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ - MS
Interessados: Antonio Celso Calçado e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.607/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE
Interessados: Afranio Rodrigues Bezerra e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.608/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
Interessados: Beatriz da Silveira Neves e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.613/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Alcino Viana dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.614/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: José Luiz Duarte de Souza e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.616/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS
Interessados: Alda Castro Godoy e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.617/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC
Interessados: Gildo Machado de Souza e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.857/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Interessados: Antonio Gouveira Junior e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.940/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA
Interessado: Pedro Vieira de Novaes Filho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.945/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Rondônia - DR/RO
Interessados: Helena Fernandes dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.039/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
Interessada: Mariana Bezerra Pedroza
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.134/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
Interessado: Luiz Fernando Moreira Rocha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.155/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA
Interessado: Jorge Luis Nunes dos Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.164/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Goiás - DR/GO
Interessado: Wagner de Abreu Junior
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.313/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessada: Santuza Bicalho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.355/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Interessados: Alvaro Nunes de Carvalho e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.357/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
Interessado: Francisco Benedito Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.364/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro
Interessados: Adhemar Lino dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.489/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Ceará
Interessados: Aloisio Duarte de Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.545/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AL
Interessados: Aidil Cavalcanti Covello e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.549/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessada: Edite Ferreira Ribeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.551/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessado: Fernando Ribeiro Botelho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.597/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
Interessado: Garibalde da Silva Neri
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.604/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE
Interessados: Antonio José da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.608/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Eliza Martins Mendonça e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.611/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessada: Maria da Penha Costa Fagundes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.616/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RO
Interessado: José Nelson de Aquino Couceiro
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-009.133/2010-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Adão Correa de Chaves (134.637.130-04)
Unidade: Gerência Executiva do INSS - Passo Fundo/RS - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.966/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Dalva Siqueira Tavares (247.633.141-49)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.104/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Pádua Guedes Guimarães (075.278.456-00) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.208/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edson Marialves de Souza (025.840.932-00)
Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus - MDIC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.276/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elinde Ferreira da Silva (084.580.301-87); Francisco de Paula da Silva Mendes (004.104.381-20)
Unidade: Câmara dos Deputados
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.509/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Augusta Menezes da Silva (119.333.211-72) e outros
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-018.628/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Eloá Fonseca de Freitas (580.739.730-49)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.635/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ângela Maria Machado Neves (109.022.607-15) e outros
Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial - MDIC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.643/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Zélia Cavalcante de Oliveria (122.710.802-82)
Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus - MDIC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.831/2011-7
Natureza: Representação
Responsáveis: Alba Silva Anastácio Soares - Sebrae/PR (428.345.469-91) e outros
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Paraná
Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sebrae - Dep. Regional/PR - Mdic
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.208/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Carlos Pereira (132.087.485-15)
Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.306/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Geraldo de Oliveira Guimarães (016.949.015-72)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.338/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria de Fátima Custodio de Almeida (760.376.067-49) e Mirtha Esther Molins Posada (663.193.587-34)
Unidade: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Mdic
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.609/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Iracy Guedelho de Albuquerque (075.427.803-44)
Unidade: Superintendência Regional do DNIT nos Estados do Amazonas e Roraima - DNIT/MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.674/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Nadege Vieira Neves (678.235.304-06) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.712/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alecy Romão da Silva (122.056.427-31) e outros
Unidade: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Mdic
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.716/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria José Florença (907.771.665-34) e Paula Souza Moraes (846.882.625-15)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Bahia - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.779/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Corina do Carmo Feitosa da Silva (454.833.021-68) e outros
Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.187/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aglair Cruz de Carvalho (284.666.832-91) e outros
Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.226/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Pontes Pontes (691.905.770-00) e outros
Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.245/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carina Klug Padilha Reinke (970.711.100-34) e outros
Unidade: Instituto Nacional de Meteorologia - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.413/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ângelo José de Oliveira (870.487.607-53) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Rondônia - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.655/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristian Emílio Precoma de Oliveira (751.176.309-04) e outros
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.659/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcelo de Faveri (645.601.801-30)
Unidade: Câmara dos Deputados
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.771/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abdo Hallack (514.580.636-15); Adão Magnus Marcondes Proença (306.836.530-91) e outros
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.776/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Janaína Djenane Souza Catete (411.598.102-49)
Unidade: Câmara dos Deputados
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.863/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Thays Albertim Oliveira (000.498.611-31)
Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.961/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Palmieri Florambel (979.821.727-68) e outros
Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.165/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Marchesi (105.107.417-70); Thiago Monteiro da Costa (012.475.911-40) e outros
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.239/2010-3
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso do Sul
Unidade: Prefeitura Municipal de Dourados - MS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.357/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodrigo Pizetta Fraga (077.057.987-60)
Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.517/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisca Verlânia Lima de Souza (662.349.052-34) e outros
Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus - MDIC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.677/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edivaldo José Souza de Andrade (265.516.401-68)
Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.798/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ary de Souza Almeida (032.962.617-53)
Unidade:Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em São Paulo - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.867/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cândida Cunha (080.214.902-25) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Rondônia - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.010/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Manuel Lélis dos Santos (439.387.876-00); Maurilo Francisco de Souza (215.712.956-15)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.022/2011-6
Natureza: Aposetadoria
Interessada: Elizabeth Omar Ribeiro da Rosa (491.752.707-49)
Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial - MDIC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.038/2011-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Marias das Graças Figueira Ribeiro (241.727.232-68)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Roraima - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.379/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Mário Cendretti (192.207.828-04)
Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.475/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Eurípedes Alves Ribeiro (001.771.561-04)
Unidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.911/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cíntia Pinheiro de Andrade Souza (359.378.747-49) e outros
Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial - Mdic
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.160/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Clemente Pereira da Silva (038.284.502-10) e outros
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.243/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adelino Augusto Peixoto Neves (008.239.707-44) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio de Janeiro - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.295/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ercilio Gomes (201.825.626-20) e Vicente Anacleto Barbosa (066.528.596-53)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-024.301/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alice Maria Lisboa Xavier (038.739.941-00) e outros
Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial - Mdic
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.404/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Geraldo Mendes Siqueira (295.639.926-87)
Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Minas Gerais - Dnit/MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.555/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anita de Oliveira (017.221.902-72) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em São Paulo - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.626/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adalberto da Silva Castro (006.992.254-34) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Paraíba - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.627/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Jandyra Cinquini Vianna (599.301.952-20)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Rondônia - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.098/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Maria Leal Campedelli (214.196.711-20) e outros
Unidade: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.446/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Albertina Maria de Menezes (637.434.007-82) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio de Janeiro - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.500/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Fábio Ferreira Conceição (039.792.225-60); Josefa da Silva (001.953.805-76
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Bahia - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.562/2011-8
Natureza: Representação
Representante: Networld Provedor de Serviços de Internet Ltda. - ME
Unidade: Senado Federal
Advogado constituído nos autos: Luciano Pereira OAB/DF 21.570.

TC-025.573/2009-8
Natureza: Representação
Representante: Advocacia-Geral da União
Unidade: Prefeitura Municipal de Grajaú - MA
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI, em virtude da vacância do cargo de Ministro.

TC-027.091/2010-4
Natureza: Representação
Entidade: Municípios de Orobó e São João - PE
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-005.654/2011-4
Natureza: Representação
Responsável: Marcelo de Castro Fradique Accioly (315.724.563-53)
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Guaiúba - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.264/2010-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lina Maria Gonçalves Soares (660.166.732-34); e outros
Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.664/2006-6
Natureza: Representação
Responsáveis: Miguel Dias dos Santos (006.988.328-92); Roberto Oliveira Maia da Silva (467.106.805-25)
Interessados: Construções e Assessoria Ltda (01.957.168/0001-52); Miguel Dias dos Santos (006.988.328-92)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa - BA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.654/2011-4
Natureza: Representação
Responsáveis: Agenor Gomes de Araujo Neto (243.737.453-15); Luizianne de Oliveira Lins (382.085.633-15)
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde
Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais de Fortaleza e Iguatu/ CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.288/2009-9
Natureza: Representação
Responsáveis: Euripedes Furtuoso (058.489.621-20); João Batista Viana (078.433.217-72); Schubert Dias de Freitas (129.964.671-91)
Interessado: Procuradoria da República/GO
Órgão/Entidade: Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil/GO
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.591/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jorge Calmon de Almeida Biolchini (693.166.867-68); e outros
Órgão/Entidade: Ministério da Ciência e Tecnologia (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.032/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Guilherme Azevedo Ferreira (019.176.101-06)
Órgão/Entidade: Ministério da Ciência e Tecnologia (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.049/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Audrey Albanês (129.377.938-51)
Órgão/Entidade: Centro de Pesquisas Renato Archer - MCT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.058/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tatiana Marques Machado (965.298.730-15); e outros
Órgão/Entidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.171/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Tiago Mitio Domingos (364.376.408-12)
Órgão/Entidade: Centro de Pesquisas Renato Archer - MCT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.790/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Sergio Benevento (230.724.587-15); e outros
Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Artes - Minc
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.411/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Almerita Ferreira dos Santos Sabóia (116.835.201-06); e outros
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Informação Em Ciência e Tecnologia - Mct
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.780/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Gloria Lacerda de Melo (281.509.453-34); e outros
Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.915/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Silvia Martins Serra do Amaral (005.332.878-71); e outros
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Mct
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.174/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aldo Boretti Filho (032.237.107-44); e outros
Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear - MCT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.299/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Albanita da Costa Leal (362.649.387-34); e outros
Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Artes - Minc
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.304/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joao Alves Ferreira Filho (549.029.918-53)
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - MCT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.804/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleber Matos de Souza (029.955.987-48); e outros
Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear - Mct
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.936/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Moreira Ramos (004.412.031-16); e outros
Órgão/Entidade: Ministério da Ciência e Tecnologia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.122/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Julio Cesar de Carvalho Brito (021.901.595-39)
Órgão/Entidade: Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - Mct
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.083/2008-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: A.j.s. Fonseca (07.155.718/0001-04); e outros
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Penalva - MA
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-021.165/2010-6
Natureza: Tomada de Contas
Exercício de 2009.
Unidade: Hospital de Guarnição de Alegrete - MD/CE.
Responsável: Paulo Ricardo Bochi Dorneles.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.272/2010-7
Natureza: Tomada de Contas
Exercício de 2009.
Unidade: Hospital de Guarnição de Santo ângelo/RS - MD/CE.
Responsáveis: Carlos Cesar Pedrazza e Lucas Vilhena de Moraes.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.662/2010-0
Natureza: Tomada de Contas
Exercício de 2009.
Unidade: Comando da 9ª Região Militar - MD/CE.
Responsável: Gislei Morais de Oliveira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.994/2010-2
Natureza: Tomada de Contas
Exercício de 2009.
Unidade: Hospital de Guarnição de Uruguaiana - MD/CE.
Responsáveis: Leonardo de Oliveira Medeiros e Mauro Jorge Sandri.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.997/2010-1
Natureza: Tomada de Contas
Exercício de 2009.
Unidade: 9º Batalhão de Suprimento - MD/CE.
Responsáveis: Carlos Alberto Medina àvila e Luís Alberto Gonçalves Ignácio.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.064/2010-9
Natureza: Tomada de Contas
Exercício de 2009.
Unidade: Hospital de Guarnição de João Pessoa/PB - MD/CE.
Responsáveis: Antônio Carlos Cid Júnior e Tarcísio Freire Emery.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-022.111/2010-7
Natureza: Tomada de Contas
Exercício de 2009.
Unidade: Comando da 10ª Região Militar - MD/CE.
Responsável: Vítor Carulla Filho.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.193/2010-3
Natureza: Tomada de Contas
Exercício de 2009.
Unidade: 21º Depósito de Suprimento - MD/CE.
Responsáveis: José Luiz Monteiro Giambartholomei e Luiz Antônio de Almeida Ribeiro.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.227/2010-5
Natureza: Tomada de Contas
Exercício de 2009.
Unidade: Base de Aviação de Taubaté - MD/CE.
Responsáveis: Franklin Campos de Oliveira e José Gerino Bezerra Cordeiro.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.551/2010-7
Natureza: Tomada de Contas
Exercício de 2009.
Unidade: 3º Batalhão de Suprimento - MD/CE.
Responsáveis: Reinaldo Karmaluk Tinoco e Sérgio Freire Pimenta.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.749/2010-1
Natureza: Tomada de Contas
Exercício de 2009.
Unidade: Subdiretoria de Pagamento de Pessoal - País - MD/CA.
Responsável: Manoel José Manhães Ferreira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.290/2010-2
Natureza: Tomada de Contas
Exercício de 2009.
Unidade: Comando da 11º Brigada de Infantaria Leve - MD/CE.
Responsável: Cláudio Cóscia Moura.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.219/2008-8
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Departamento de Polícia Federal - DPF/MJ.
Interessado: Braz Hilário de Moraes.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-014.157/2011-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Adão Magardi de Arruda (175.095.130-49); Aristoteles da Silva (171.091.409-20); Jorge Martins (280.907.486-00); Jose Fernando da Silva (393.680.417-68); Lana Affonso Mello (545.550.007-49); Maria da Gloria Pereira (348.896.987-87).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.005/2011-2
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Adelaide Velloso Pereira de Mello (104.990.687-00) e outros.
Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.014/2011-1
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Amabile Maria de Souza Azevedo (348.811.820-72) e outros.
Órgão: Terceira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.021/2011-8
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Acacia Candida de Oliveira Aquino (488.849.014-72) e outros.
Órgão: Sétima Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.022/2011-4
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Izabel Galdino dos Santos Pontual (343.467.674-00) e outros.
Órgão: Sétima Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.621/2011-5
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Alice Mardirossian (996.718.328-49); Arlete Emetério da Silva Nascimento (143.499.428-74); Elita Fernandes Brandão Pinheiro (034.352.108-34); Emery e Sa Trench Gomes (489.056.828-04); Gelsumina Pugliesi Alcântara (858.448.298-91); José Vicente Domingues (051.137.098-91); Letícia Emetério Nascimento (414.645.718-13); Mafalda da Silva (192.632.308-46); Maria Elisa Mendes Rodrigues (189.821.828-53); Maria Stella Baguette Gruber (358.871.638-60); Neuza Vailati de Mattos Moura (322.262.268-00); Shirley Christiane de Andrade Bulhões (150.875.128-52); Terezinha Maria Maroco Pintenho (129.984.678-57).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/SP - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.622/2011-1
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Maria Elza Barreto Carvalho (440.168.245-91); Maria Elza Barreto Carvalho (440.168.245-91); Taciane Ariele da Cruz Carvalho (000.000.000-00).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/SE - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.775/2011-6
Natureza: Representação.
Interessados: Comando do Exército - MD, EPC Projetos e Construções Ltda (04.858.174/0001-40), ENPRESS Engenharia e Comércio Ltda (65.086.845/0001-97).
Órgão: Departamento de Engenharia e Construção do Exército - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.195/2011-3
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Alipio Borges de Moraes (101.591.001-78); Deusdedith Carvalho de Melo (126.449.003-87); Elza de Alcantara Cardoso (289.559.947-53); Ernesto Rigor Leal (025.471.202-91); Jose Mendes dos Santos (136.906.801-82); Jose Oliveira Santos (111.815.755-91); Manoel Bernaldo Cordeiro (140.261.712-72); Maria Aparecida de Andrade Fonseca (145.855.294-20); Maria do Amparo Arruda (120.646.961-72); Nilo Pires de Oliveira (046.453.592-15); Raimundo Nonato de Souza (061.213.733-34); Robson Pinheiro da Silva (042.403.671-15).
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.333/2011-7
Natureza: Reforma.
Interessados: Acelino Simon (010.271.071-68); Adalcir Simões de Almeida (224.442.897-49); Adamor das Dores (028.310.822-34); Ademar Britto (039.176.657-00); Aeudson de Sena Santos Neto (061.271.334-24); Aguiberto Queiroz Borges (024.151.811-37); Ailton da Costa Figueras (055.734.830-72); Alanderson Santos Silva (397.140.715-34); Albano Lanfermann (022.838.400-15); Alberto Cavalcante Rocha da Fonseca (005.574.981-04); Alberto Frederico de Andrade (097.553.657-53); Alcemir de Souza Silva (035.163.077-57); Aldori Macedo (457.945.889-34); Alexandre Coelho Pavao (085.166.107-64); Alexandre Ferner (007.117.995-04); Alexandro Alves (261.948.048-58); Aluizio da Silva Menezes (224.501.737-49); Amauri Silva (000.660.027-10); Amir Miguel Filho (181.533.640-49); Andre Soares de Lima (024.536.196-08); Antonio Augusto Abreu de Paiva (060.033.110-53); Antonio Ferreira da Silva Filho (094.108.304-78); Antonio Julio Monteiro Filho (038.541.838-87); Antonio Paiva de Almeida (252.079.700-20); Antonio Paulo Bernardo da Conceicao (134.822.547-53); Antonio Santa Catarina (036.262.700-25); Aníbio Scherer (123.277.510-04); Argemiro Corrêa de Almeida (104.735.991-04); Arlindo Linhares da Silva Sarmento (018.358.154-72); Armando Avolio Filho (053.175.848-68); Arnóbio Maciel de Oliveira (140.071.421-49); Arquimedes Vieira Motinha (102.362.017-00); Ary Escobar Ribeiro (137.246.818-87); Benedicto Dalton Feraz Prates (007.999.981-68); Carlos Alberto Stracheuski (373.040.899-20); Carlos Alberto Valvano dos Santos (380.729.557-72); Carlos Coelho Neto (174.656.567-53); Carlos Inacio Sader (268.526.910-04); Carlos José do Canto Barros (009.643.016-87); Carlos Martins de Almeida Catter (005.891.524-91); Carlos Roberto Gonçalves Tourinho (001.342.872-15); Carlos Sergio Moreira Rocha Junior (950.491.693-72); Celso Pedro Durlo (195.103.140-72); Celço Ricardo Pereira Rosa (611.882.980-20); Cesar Peixoto (492.883.187-04); Cezar da Silva Camargo (558.688.001-68); Clair da Gloria Ribeiro (021.513.830-91); Clauzinei Marcos Carreira (090.880.087-87); Cleber Sales da Silva (024.853.285-52); Clesio Antunes dos Santos (442.321.870-49).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.498/2011-6
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Ana Maria Andrade (965.799.609-06); Anna Roza Ruske (988.062.979-53); Beatriz Dominga Manika Strapassan (647.159.819-04); Daiane de Fatima Oliveira Lopes do Vale (034.029.359-45); Divanir Ramos Aques (687.292.949-91); Ediles Kroeff Zim (120.804.380-34); Gregorina Gelma Marques Maggio (019.599.299-76); Ivete Missfeld de Souza (418.436.309-15); Lourdes de Fatima Manika Minelli (031.896.419-86); Maria Edi Torres da Silva Missfeld (381.398.989-53); Maria Solange Marinello (018.795.009-14); Maria da Conceicao Barbosa de Melo (075.923.557-01); Maria de Lourdes Matos Canone (844.517.009-06); Marina Missfeld Hoffmann (309.141.759-04); Neiva Almeida Borges (732.368.109-04); Neusa Maria Ruske Gude (616.203.009-15); Olivina Marcelino Manika (974.563.149-34).
Órgão: Quinta Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.500/2011-0
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Adalgisa Melo da Cunha (624.953.803-87) e outros.
Órgão: Sétima Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.529/2011-9
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Aydo Martins de Souza (027.428.457-04) e Paula Mallon (312.863.999-04).
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.555/2011-0
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Alex Ferreira da Silva (052.319.647-43); Aline Ferreira da Silva (052.319.697-02); Angelita de Oliveira Amorim (725.799.867-15); Cassiana Lima dos Santos (256.872.631-87); Diego Santos Pires (011.699.776-18); Dirce Maria da Silva (419.206.197-04); Ivan Nunes Pacheco Filho (076.254.657-30); Ivete Conceição de Almeida Silva (010.948.937-30); Izabel Fernandes de Oliveira (791.060.484-04); Josimar Ferreira da Silva (033.798.037-31); Julio Cesar Ferreira da Silva (052.319.677-69); Jussara Costa (958.637.376-20); Leila Maria Telles Pontes (220.720.397-20); Lidia Firmiana dos Santos (008.814.366-07); Luci Fernandes Lupo (609.410.307-68); Magali de Maria Pereira (607.302.697-87); Marcia Magali C. Pereira (658.729.401-49); Maria Aparecida da Costa Ferraz (797.133.607-10); Maria Luisa da Costa Ferraz (430.343.067-68); Marli Vitoria Pacheco (764.346.307-78); Michele Rosirene C. Pereira (658.729.751-04); Mônica da Conceição Ferraz (026.795.147-77); Múcio Carvalho Pereira (578.380.201-82); Paulo Moises Ferreira da Silva (052.316.267-75); Raimundo Carvalho Barbosa (115.357.091-20); Rosimeire Ferreira da Silva (052.348.647-23); Sebastiana Maria da Silva (127.083.564-53); Silvana Santos Pires (008.658.246-14); Simão Bezerra da Silva (801.349.634-15); Sueli da Conceição (988.064.837-49).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.556/2011-6
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Eliane Ribeiro de Azevedo Santos (044.971.687-27); Ilidia Eugenia Oliveira da Silva (081.265.697-00); Irene Moreira dos Santos (302.105.697-00).
Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.559/2011-5
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Gabryel Henrique Guia e Silva (023.166.851-10); Kassiely Aparecida Guia (023.166.751-58); Luzia das Graças Carvalho da Guia (274.751.071-91).
Órgão: Nona Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.202/2011-3
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Marcelino Félix de Matos (071.299.043-72).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.238/2011-8
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Carlos Roberto Ribeiro da Silva (628.144.437-04)
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.268/2011-4
Natureza: Reforma.
Interessados: Jorge Batista da Silveira (028.791.407-06) e outros.
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.523/2011-4
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Chisako Takano (359.355.998-64); Ledy Monteiro de Oliveira (261.861.148-99); Orminda de Jesus Siqueira (024.005.446-62); Pedro Ferreira Pinto Neto (405.931.798-54); Raquel Sanches (071.931.058-09); Renata Degobi Guimarães (063.444.238-46); Rosana Degobbi Guimarães (088.049.028-41); Sandra Regina Ferreira Pinto Dias (089.322.918-02); Solange de Lourdes Marques (376.693.206-30); Walkiria Alves de Jesus (446.305.658-68); Zilda Moreira Farias (762.350.768-00).
Órgão: Segunda Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.525/2011-7
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Alex Bento Pereira (011.723.116-92); Claudia Cristina da Silva Ferreira (984.964.256-49); Denise Martins Ribeiro Scoralick (964.932.166-72); Lucelia Alves (012.345.206-64); Luciana Aparecida Pereira da Silva (946.909.606-15); Magali da Penha Gontijo (296.005.456-34); Magda de Fátima Gontijo de Godoy (873.392.266-72); Mara Regina Gontijo (880.150.506-00); Marcionilio Bento Pereira Filho (011.745.756-62); Maria Etelvina Pereira (613.011.676-49); Maria Jose Henriques da Silva (040.501.586-04);

EXEMPLAR DE ASSINANTE
NÃO É IMPRENSA NACIONAL

Marina Roque Callai (042.466.796-74); Marize Aparecida Pereira Santos (830.941.646-68); Marli do Pilar Gontijo (351.323.611-53); Mirian Rodrigues Tribst de Oliveira (328.151.658-05); Odette Dias Lima (331.100.006-44); Olinda Helena França (580.034.796-49); Polyana Almeida Compart (901.727.106-00); Priscilla Almeida Compart (005.042.966-39); Sonia Maria Pereira (025.514.696-51); Talita Regina Amaral e Silva Gadben (496.802.186-00); Tripersia Rodrigues Tribst (074.237.758-00); Washington Reis Pereira (011.741.656-85).

Órgão: Quarta Região Militar - MD/CE.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.526/2011-3

Natureza: Pensão Militar.

Interessados: Eva Motta de Resende (440.260.990-91); Fabiane Verdasca Pereira Varela de Macedo (699.907.439-91); Felipe Rudel Hladkyi (090.764.059-13); Ligia Mann da Silva Pereira (401.610.649-49); Lisiane Schwartz de Resende (412.951.530-68); Manuela Azevedo Grabovski (040.804.929-44); Mariza Ivonete Ferrari Alexandre (545.423.249-15); Neusa Lisete Policarpo (977.441.909-04); Paula Giacomini (000.597.469-04); Teresa Rodrigues Bueno (232.882.139-15).

Órgão: Quinta Região Militar - MD/CE.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.530/2011-0

Natureza: Pensão Militar.

Interessados: Maria Ivonete de Sousa Almeida (112.165.063-53) e Márcia Cristina Oliveira de Almeida (399.408.371-00).

Órgão: Décima Região Militar - MD/CE.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.546/2011-4

Natureza: Pensão Civil.

Interessados: Ana Ferreira (011.043.086-73); Ana Paula Martins de Souza (673.354.541-15); Francelina Dias dos Santos (201.868.038-26); Ivanice Stella da Silva de Jesus (903.114.507-68); Laudelina Paz da Rosa (116.751.870-53); Maria José da Rosa Santos (174.244.218-83); Regina Miquelina de Souza (213.742.796-68).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.709/2011-0

Natureza: Pensão Civil.

Interessados: Adelaide de Fatima Batista Gonçalves de Oliveira (011.137.619-03) e outros.

Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.727/2011-9

Natureza: Pensão Civil.

Interessada: Marta Maria Cavalcante Alencar (091.430.923-49).

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/CE - JE.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.728/2011-5

Natureza: Pensão Civil.

Interessada: Maria Amélia de Moraes Costa (592.980.062-68).

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PA - JE.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.732/2011-2

Natureza: Pensão Civil.

Interessados: João Francisco (313.171.547-20) e Luiza de Medeiros Francisco (074.030.197-76).

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ - JE.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.856/2011-3

Natureza: Pensão Militar.

Interessada: Maria Jose Martins Rodrigues (842.872.501-25).

Órgão: Terceira Região Militar - MD/CE.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.859/2011-2

Natureza: Pensão Militar.

Interessados: Aurea de Fatima Bechara Gomes (046.154.092-49); Elzuita Pereira de Oliveira (187.880.172-49); Elzuita Pereira de Oliveira (187.880.172-49); Maria do Carmo Magno Monteiro (410.285.622-68).

Órgão: Oitava Região Militar - MD/CE.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.365/2011-7

Natureza: Atos de Admissão.

Interessados: Alair Alves da Silva Junior (097.620.326-08); Andre Cesar de Souza Nascimento (098.268.726-52); Erick Gabriel Jose Maria (364.842.688-51); Marcio da Silva Nascimento (057.594.067-01).

Órgão: Segunda Região Militar - MD/CE.

Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe I - Recursos

TC-006.454/2010-0

Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)

Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo.

Recorrente: Luiz Francisco da Silva (CPF 525.475.668-04). Advogados constituídos nos autos: Neide Caricchio (OAB/SP 9.122) e Carlos Eduardo de Oliveira (OAB/SP 135.531). Procuração: (fl. 1, anexo 2).

TC-013.466/2004-4

Natureza: Pedido de Reexame

Entidades: Fundo Nacional de Saúde (FNS) e Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

Recorrente: Arionaldo Bomfim Rosendo (CPF nº 182.782.991-53)

Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-016.110/2011-0

Natureza: Aposentadoria.

Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Roraima.

Interessados: Alda Maria Correa Pinto (063.654.422-20); Almir Francisco Costa (238.085.513-72); Alvina Maria Barbosa de Castro (034.812.802-97); Benedito Gomes da Costa (128.077.453-34); Braulino Jose da Silva (065.236.922-72); Cacilda Brasil (068.353.842-04); Claude Figueira de Vasconcelos (067.390.164-53); Clodomir Carvalho Brito (132.153.021-87); Cornelio Jose de Lima (112.166.542-04); Damazio Franco do Nascimento (510.033.178-04); Edmar dos Santos Figueira Filho (149.718.442-87); Estevao Galvao Rosas (077.437.002-59); Eurico Ferreira Lima Neto (112.506.232-00); Evanilde Batista Catão (100.224.652-00); Francisco Ribeiro Peres (017.699.362-20); Francisco Soares Filho (017.979.482-53); Francisco de Assis Gomes (031.158.792-53); Germano Pinto Araujo (101.091.883-49); Gladif de Souza Lima (064.822.442-20); Gladif de Souza Lima (064.822.442-20); Hilda Alves Moreira (074.720.722-49); Iara Petterle da Silveira (199.717.372-72); Iracema Pereira (112.402.022-53); Ivanilde Oliveira Silva (383.433.552-53); Ivonete Maria Dalmolin (323.415.710-34); Jose Paiva Filho (103.443.732-15); Josefa da Silva Oliveira (182.912.792-68); Josemar Monteiro Coelho (017.693.082-53); João Carreira Duarte (042.697.802-15); João Jose de Souza (225.650.862-53); João Pereira Machado (074.910.502-04); João Pereira de Almeida (062.828.653-87); Lenir Gomes de Souza (060.374.372-20); Lili Pereira Araujo (241.563.882-04); Manuel Vieira Campos (019.849.182-49); Maria Alzerina Soares Trindade (144.535.682-15); Maria Brito da Silva (116.145.602-34); Maria Cacilda de Souza Duque (074.672.732-15); Maria Carmozina Marques Lemos (232.202.368-04); Maria Helena Nogueira Ferreira (164.143.222-53); Maria Izabel Aniceto da Silva (052.601.322-20); Maria Jose Cunha Gonçalves (297.938.232-91); Maria Lenize de Souza Torreyas (199.631.222-72); Maria Leticia de Oliveira Nobrega (100.235.342-49); Maria Luiza da Conceição Rosas (144.730.542-68); Maria Palmiria Palha Silvestre (225.689.802-49); Maria do Carmo de Matos Elias (286.234.442-72); Maria do Socorro Colares (229.673.622-04); Maria do Socorro Ribeiro de Melo e Silva (112.520.572-53).

Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe I - Recursos

TC-001.529/2009-4

Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)

Órgão: Universidade Federal de São Carlos - MEC (45.358.058/0001-40).

Interessadas: Clotilde Raymundo (020.397.238-46); Rosangela Pugliesi Costa (017.213.838-83).

Advogado constituído nos autos: Procurador Federal Marcelo Antonio Amorim Rodrigues (OAB/SP 200.241)

TC-012.481/2009-7

Natureza: Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria).

Entidade: Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul/RS - INSS/MPS

Recorrente: Hedi Maria Boone Gottschalk (254.649.140-72). Advogados constituídos nos autos: Marcelo Lipert (OAB/RS 41.818), Elisa Torelly (OAB/RS 76.371) e outros

TC-022.659/2010-2

Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

Entidade: Casa da Moeda do Brasil - MF

Recorrentes: Casa da Moeda do Brasil - MF (34.164.319/0005-06); Caio Vinícius da Fonseca (003.785.517-44); Luiz Carlos Souza Mendes (350.293.907-15); Rossana Martins de Oliveira Barbieri (593.149.157-00); Sérgio Luiz Azevedo Silva (527.852.547-91). Advogados constituídos nos autos: Rodrigo Luiz Pessoa de Oliveira (OAB/RJ 131.041) e outros

TC-022.998/2009-5

Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Constas Especial)

Entidade: Município de Andirá/PR

Responsáveis: Carlos Kanegusuku (328.819.839-87); Celso Tozzi (024.009.369-00). Advogado constituídos nos autos: Marcos Cezar Bernegossi (OAB/SP 136.896).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-008.615/2009-6

Natureza: Tomada de Contas Especial

Entidade: Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB

Responsáveis: Cícero de Lucena Filho (142.488.324-53); D M Construções Civis Ltda. (02.365.644/0001-09); Evandro de Almeida Fernandes (002.619.124-53). Advogados constituídos nos autos: Walter de Agra Júnior (OAB/PB 8.682) e outros

TC-021.904/2009-4

Natureza: Tomada de Contas Especial

Entidade: Prefeitura Municipal de Cuitegi - PB (08.781.791/0001-46).

Responsáveis: Antônio Albuquerque Cabral (033.457.504-49); Cacil Construtora Carneiro Ltda. (09.190.224/0001-88).

Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.234/2009-4

Natureza: Tomada de Contas Especial

Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itapororoca - PB

Responsável: José Ribeiro da Silva (434.571.344-72).

Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.027/2009-8

Natureza: Tomada de Contas Especial

Órgão/Entidade: Município de Santa Teresinha/PB

Responsáveis: Grangeiro Construções Ltda (35.578.731/0001-01); José Afonso Gayoso Filho (203.243.674-49).

Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.559/2009-8

Natureza: Tomada de Contas Especial

Entidade: Município de Baía da Traição - PB (08.894.859/0001-01).

Responsável: Marcos Antônio dos Santos (379.614.894-87).

Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.680/2007-0

Natureza: Tomada de Contas

Órgão: Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente - MMA

Responsáveis: Antonio Gutemberg Gomes (358.442.051-20); Braulio Ferreira de Souza Dias (144.195.641-72); Claudia Moreira Diniz Duarte (290.126.001-20); Claudio Roberto Bertoldo Langone (497.184.950-53); Danielle Lima da Cunha Nunes (693.079.541-00); Denilton da Silva Teixeirense (009.099.201-68); Dirceu Hebe Batista de Oliveira (646.393.631-68); Edmilson Brandao Girardi (329.750.401-30); Eduardo Boucinha de Oliveira (055.159.907-30); Eduardo Velez Martin (553.946.550-49); Elias Vieira Lima (834.230.016-15); Fabio França Silva Araujo (997.215.897-72); Fabricio Amilivia Barreto (486.744.350-68); Fatima Christina Maia Braga (703.789.831-72); Francinete Gomes de Lima (385.703.941-87); Francisco de Assis Ferreira da Mota (055.297.271-15); Gerson Galvao (341.927.940-04); Hjumberto Luciano Schloegl (871.546.419-91); Iara Carneiro (287.027.348-77); Iara Vasco Ferreira (758.583.477-20); Israel da Silva (383.868.107-00); Jane Marcia Assuncao (185.607.091-34); Joao Paulo Ribeiro Capobianco (021.836.638-80); Joberto Veloso de Freitas (150.262.992-53); Jose Airton Alves Filho (339.349.911-49); Jose Mariano da Silva Mello (323.010.810-87); João Luiz Valim Batelli (121.627.791-53); Kelsen da Cunha Ramos (117.061.471-04); Leonel Graça Generoso Pereira (279.357.101-63); Lidio Coradin (174.401.730-15); Liliane Oliveira Rocha de Carvalho (703.871.251-91); Marcia Jorge (101.849.021-34); Marcos Sorrentino (956.161.448-00); Maura Machado Silva (805.726.180-34); Mauricio Cortinez Laxe (881.696.778-15); Mauricio Mercadante Alves Coutinho (424.603.106-25); Nelson Barboza Leite (479.193.378-87); Ney da Silva Vargas (160.310.757-68); Osvaldo de Souza Menezes (107.784.705-04); Paulo Guilherme Francisco Cabral (313.278.261-00); Paulo Henrique de Assis Santana (291.567.938-04); Paulo Yoshio Kageyama (028.693.149-49); Pedro Ivo de Souza Batista (139.381.693-20); Pedro Raimundo da Silva (360.676.876-15); Rafael Ulisses Brandao da Fonseca (713.123.901-15); Rubens Onofre Nodari (144.811.620-15); Sergio Bueno da Fonseca (369.878.246-49); Silvio Marcos Cosme de Menezes (611.760.877-20); Silvio Ricardo da Camara Canto Botelho (435.237.490-34); Simao Marrul Filho (031.647.053-87); Tasso Rezende de Azevedo (151.404.518-40); Volney Zanardi Junior (439.822.040-20).

Advogado constituído nos autos: Airton Rocha Nóbrega (OAB/DF 5.369).

TC-028.390/2009-1

Natureza: Tomada de Contas Especial

Entidade: Prefeitura Municipal de Puxinanã - PB (09.001.744/0001-03).

Responsáveis: Orlando Dantas de Miranda (203.809.924-34); Polyedro - Construções & Serviços Ltda. (03.014.237/0001-10).

Advogado constituído nos autos: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-028.606/2009-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Itabaiana - PB
Responsáveis: Sebastião Tavares de Oliveira (058.741.494-49); Vectra Construções Ltda. (04.456.669/0001-43).
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-008.912/2009-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul
Interessados: Alberto Mendes da Silva (ato 1-022890-0-04-2003-000028-4); Aldo Gotlieb Moller (ato 1-022890-0-04-2008-000020-2); Carlos Alberto Iparaguirre (ato 1-022890-0-04-2003-000029-2); Dulce Hecker Ferrari (ato 1-022890-0-04-2009-000001-9); Elizabeth Martinez Nunes da Silva (ato 1-022890-0-04-2008-000016-4); Flavio Jacob Zanandrea (ato 1-022890-0-04-1997-000056-5); Ivo Ceretta (ato 1-022890-0-04-1997-000034-4); Jane Terezinha Tonelotto (ato 1-022890-0-04-2001-000020-3); Justina Ines Salami (ato 1-022890-0-04-2000-000285-8); Natalina Bof (ato 1-022890-0-04-2009-000002-7); Neci Rosa Duarte (ato 1-022890-0-04-2003-000019-5); Odacir Secchi (ato 1-022890-0-04-2000-000299-8); Ronilda Lima de Oliveira (ato 1-022890-0-04-2004-000042-2); Rosa Maria Bom Mazzitelli (ato 1-022890-0-04-2007-000026-9); Rubens Luiz Dall'Agnol (ato 1-022890-0-04-2008-000290-6); Sonia Regina Machado Teixeira (ato 1-022890-0-04-1996-000046-5). Advogado constituídos nos autos: não há

Classe VI - Representação

TC-025.260/2010-3
Natureza: Representação
Entidade: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04).
Responsáveis: Adauto Barbosa Júnior (148.888.311-49); Aloísio Carneiro de Barros Júnior (310.046.101-06); Aser Cortines Peixoto Filho (290.965.967-49); Clayton da Costa Paixão (352.058.901-00); Emilio Humberto Carazzai Sobrinho (037.321.504-53); Fernando Manuel Teixeira Carneiro (824.903.177-68); Henrique Costabile (378.352.468-72); Isabel Pereira de Souza (039.675.065-68); Jose Renato Correa de Lima (225.992.151-53); João Carlos Monteiro (184.000.190-91); Leopoldo Silveira Furtado (462.890.626-20); Niso Prego Júnior (278.008.571-15); Satiro Lazaro da Cunha (059.338.031-20); Valdery Frota de Albuquerque (309.825.371-15); Valnei Batista Alves (288.956.816-49); Wolmar Vieira de Aguiar (367.447.941-91). Advogados constituídos nos autos: Cristiana Meira Monteiro (OAB/DF 20.249); Mauro Porto (OAB/DF 12.878).

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-008.156/2009-1
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Unidade: Município de Córrego do Ouro/GO.
Recorrente: João Theodoro de Rezende (330.767.581-87). Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-008.341/2009-0
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Unidade: Município de Barra de Santa Rosa/PB.
Responsáveis: Alberto Nepomuceno (076.287.574-72) e Maria Eliete Alencar de Almeida Pereira (098.654.894-49), ex-prefeitos.
Recorrente: Maria Eliete Alencar de Almeida Pereira (098.654.894-49).
Advogado constituído nos autos: Rodrigo dos Santos Lima, OAB/PB 10.478.

TC-009.932/2004-7
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Caixa Econômica Federal (CEF).
Recorrentes: Júlio Cézar Salomão (253.747.299-34); Estar Exploração e Comércio de Mineração Ltda. (81.687.576/0001-70); Estar Transportes Ltda. (80.834.179/0001-11).
Advogado constituído nos autos: Leandro Salomão (OAB/RJ 136.908).

TC-023.483/2007-3
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC (00.394.478/0007-39).
Recorrente: Lúcia Maria Rolim Guimarães Guardia (086.511.674-15)
Interessado: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Local - IBDL/PB (05.291.004/0001-90). Advogados constituídos nos autos: Rogério Silva Oliveira (OAB/PB 10.650); Adriana Rodrigues Fernandes (OAB/DF 20.127); Saulo Péricles Brocos Pires Ferreira (OAB/PB 11.455); Dirceu Marques Galvão Filho (OAB/PB 4.319); e Eduardo Marcelo de Oliveira Araújo (OAB/PB 15.453); Patrícia Lomazzi de Araújo (OAB/DF 7.848-E).

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe I - Recursos

TC-005.736/2010-2
(com 1 volume e 1 anexo)
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
Recorrente: José Soares Filho (CPF nº 126.337.554-53)
Unidade: Fundo Nacional de Saúde (FNS) Advogados constituídos nos autos: Djalma Cardoso Leite (OAB/PI nº 1.654), Antônio Carlos Moreira Ramos (OAB/PI nº 353) e Fenelon Teixeira Brasil Neto (OAB/PI nº 6.589)

TC-012.458/2010-4
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria
Recorrente: Terezinha Matilde Licks (CPF 062.999.700 49)
Unidade: Ministério Público do Trabalho
Advogado constituído nos autos: não há

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-004.134/2009-6
(com 1 volume)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carlos Furtado Fróes (CPF 068.348.091-04) e Vagner Cirilo Piantoni (CPF 016.818.958-54), ex-prefeitos, Edmundo Antônio Taveira Pereira (CPF 182.091.737-15), Rubens Ferreira Alves (CPF 244.848.301-91) e Edlene Ferreira Lima (CPF 133.922.204-34), ex-dirigentes e servidores do Ibama
Unidade: Prefeitura Municipal de Ponta Porã/MS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.722/2009-7
(com 2 volumes)
Apenso: TC-025.384/2007-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Nilson Gomes Azambuja (CPF 040.789.771 20), ex-prefeito, Jesué Antonio de Souza (CPF 110.768.281-91) e Sérgio Ney Moura da Silva (CPF 802.565.548-20), fiscais da prefeitura, e Cave Construções Ltda. (CNPJ 37.172.251/0001-63)
Unidade: Prefeitura Municipal de Selvíria/MS
Advogados constituídos nos autos: não há

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-006.950/2009-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Hélio Iwao Nakamura (CPF 030.049.538-20), Mariluzy Gonçalves Medeiros (CPF 022.392.638 81) e Wilson Antonio Martins (CPF 000.802.848 68)
Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo-Tatuapé/SP
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.764/2010-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria José Pucillo Cliber (CPF 843.388.148 53)
Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo-Tatuapé/SP
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VI - Representação

TC-017.543/2006-0
(com 3 anexos)
Natureza: Representação
Interessada: Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA
Responsável: Luiz Elias Abdalla (CPF 003.679.669-72), ex-prefeito
Unidade: Prefeitura Municipal de Água Boa/MT Advogados constituídos nos autos: Almino Afonso Fernandes (OAB/MT 3.498/B) e Elly Carvalho Júnior (OAB/MT 6.132/B)

TC-028.858/2008-3
(com 3 volumes de 2 anexos)
Natureza: Representação
Representante: Secex/AP
Responsáveis: João Henrique Rodrigues Pimentel (CPF 066.963.252-04), ex-prefeito, Carlos Alberto Benjamin do Carmo (CPF 341.445.442-49), Dimas Antônio Moreira Maciel (CPF 450.613.194-00) e José Pedro Abdon da Costa Pereira (CPF 388.675.082-53), fiscais do contrato
Unidade: Prefeitura Municipal de Macapá/AP
Advogado constituído nos autos: Eduardo dos Santos Tavares (OAB/DF 27.421)

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI em virtude da vacância do cargo de Ministro.

Classe I - Recursos

TC-011.587/2006-7
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Município de Porto Real do Colégio/AL
Recorrentes: Ana Cecília Leite Lira (CPF 653.621.105-78), Eraldo Cavalcante Silva (CPF 240.731.994-04), José Ionaldo Cirino Santos (CPF 177.079.354-20).
Advogado constituído nos autos: Marcelo Henrique Brabo Magalhães (OAB/AL 4.577), representante legal do Sr. Eraldo Cavalcante Silva.

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-016.623/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Terezinha/PE
Responsável: Antônio Carvalho de Araújo (CPF 047.440.714-49)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-011.284/2010-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidades: Municípios de Aliança do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Divinópolis do Tocantins, Formoso do Araguaia e Gurupi, todos no Estado de Tocantins
Responsáveis: Alexandre Tadeu Salomão Abdalla (CPF 198.131.801-10), Anecir Vasconcelos Garcia (CPF 451.752.681-04), Dourivan Lopes da Silva (CPF 909.196.021-34), Evaldo Gonçalves Rego (CPF 364.248.621-53), José Augusto Lopes Bezerra (CPF 551.617.825-87), José Rodrigues da Silva (CPF 398.982.021-49), Marcos Santos Jorge (CPF 016.778.271-14), Marília Barros Coelho (CPF 812.472.571-34), Pedro Rezende Tavares (CPF 291.752.321-20), Rodrigo Araujo de Oliveira (CPF 857.905.241-68), e Wilson Rodrigues Ribeiro (CPF 618.410.481-00)
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-004.040/2010-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Colégio Pedro II - MEC
Interessados: José Luiz Faria Vasconcellos (CPF 334.690.677-91) e Roberto Caramez (CPF 203.773.047-00) Advogado constituido nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-009.684/2009-8
Natureza: Tomada de contas especial
Unidade: Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana - FAMFS
Responsáveis: Antonio Lopes Ribeiro (CPF 118.290.445-91); Oleane Terezinha Zenatti (CPF 515.778.529-15)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-010.529/2001-8
Natureza: Tomada de Contas Especial. Órgão/Entidades: Ministério do Bem Estar Social (extinta); Prefeituras Municipais do Estado da Bahia (417 Municípios).
Responsáveis: Engenharia Brasileira Industria e Saneamento S A (15.137.680/0001-67); José Hamilton da Silva Bastos (056.283.855-49); Lídice da Mata e Souza (146.720.495-15); Valter Tavares da Silva (000.882.185-20).
Interessado: Prefeitura Municipal de Salvador - BA (13.927.801/0001-49)
Advogados constituídos nos autos: Osmar Velloso Tognolo, OAB/DF n. 14.373; e Guilherme Navarro, OAB/DF n. 15.640, Osmar Tognolo, OAB/DF n. 15.730.

Classe VI - Representação

TC-012.670/2010-3
Natureza: Representação.
Entidade: Serviço Regional de Proteção ao Vôo de São Paulo.
Responsáveis: Francisco Iran de Vasconcelos Junior (621.820.723-49); e Frederico Jose Moretti da Silveira (049.979.028-61).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.834/2011-6
Natureza: Representação.
Entidades: Conselho Regional de Enfermagem do Paraná - COREN/PR; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná - CREA/PR; Conselho Regional de Farmácia do Paraná - CRF/PR; Conselho Regional de Medicina do Paraná - CRM/PR; Serviço Nacional de Aprendizagem Comerial - Administração Regional do Paraná - SENAC/PR; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Administração Regional do Paraná - SENAI/PR e Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Paraná - SRTE/PR.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-001.273/2007-0
Natureza: Tomada de Contas Especial. (VISTAS ao Procurador MARINUS MARSICO (Ata 25/2011)
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).
Responsáveis: Cleuza Maria da Cunha (020.178.571-49); Edgar Oliveira Carmo Neto (919.246.501-34); Elka Lima Hostensky (820.355.041-04); João Otávio Costa Nicola (057.363.231-68); Leandro da Cunha Pinto Pontes (922.274.651-15); Márcia Regina de Mello da Paixão (196.178.441-68).
Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
Advogados constituídos nos autos: Sandoval Curado Jaime (OAB/DF nº 2.990); Milton de Sá Cavalcante Sobrinho (OAB/DF nº 9.621); Júlio Castro Cavalcante (OAB/DF nº 14.847); Paula Scafuto Rocha Mello Fernandes (OAB/DF nº 19.933); Alexandre Machado de Mendonça (OAB/DF nº 8.887).

TC-006.663/2002-7
Apensos: TC 000.229/2005-0, TC 000.226/2005-9, TC 000.227/2005-6.
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Município de Porto Seguro/BA (13.635.016/0001-12).
Responsáveis: Esmeralice Andrade de Assis (913.325.597-00); José Ubaldino Alves Pinto Júnior (402.171.675-00); Prefeitura Municipal de Porto Seguro/BA (01.363.501/6001-12); Premoldados e Construções Ltda (03.931.800/0001-14); Uldurico Alves Pinto (202.004.206-15).
Entidade: Município de Porto Seguro/BA.
Advogados constituídos nos autos: Luciane Rosa Croda (OAB/BA nº 13.322); Marcelo Luis Ávila de Bessa (OAB/DF nº 12.330); Bruno Rodrigues (OAB/DF nº 2.042-A); Arnaldo Rocha Mundim Júnior (OAB/DF nº 9.446); Lívio Rodrigues Ciotti (OAB/DF nº 12.315); Alessandra Tereza Pagi Chaves (OAB/DF nº 13.406); Danielle Lorencini Gazoni Rangel (OAB/DF nº 20.056); Gabriel Netto Bianchi (OAB/DF nº 17.309); Sebastião Alves Pereira Neto (OAB/DF nº 16.467); Guilherme Rodrigues (OAB/DF nº 18.443); Flávia Andréa Pimenta Raw (OAB/DF nº 14.622); José Jonas Lacerda de Sousa (OAB/PB nº 11.192); Marta Maria Ferreira Azevedo (OAB/DF nº 18.677); Linaldo Miranda Malveira Alves (OAB/DF nº 18.618); Renato Andrade de Souza (OAB/ DF nº 20.116).

TC-008.583/2003-1
Natureza: Tomada de Contas.
Exercício: 2002.
Interessado: Secretaria de Patrimônio da União - MP.
Responsáveis: Ailton de Oliveira Sousa (544.066.505-63); Brigida Maria Lopes Cardoso de Almeida (379.687.695-15); Clemem Araujo Reis de Santana (415.800.365-20); Hilton Souza Costa Junior (404.484.795-91); Jane Fernandes de Queiroz (030.824.235-15); Luis Felipe Cavalcanti Cysneiros (124.339.935-04); Maria Telma de Santana Azevedo (188.054.185-87); Maria Teresa Furtado Craveiro (460.979.613-91); Organização Estradas Topografia e Engenharia Ltda. (14.713.648/0001-10); Paulo Roberto de Souza Castro (135.386.165-15); Valeria Christina Macedo Daruich (296.042.731-91); e Recreativo Espanhol - Salvador - BA (15.188.360/0001-36.
Órgão: Gerência Regional de Patrimônio da União/BA - MP.
Advogados constituídos nos autos: Clóvis França de Araújo Filho (OAB/BA nº 10.169) e Ivanito Lopes da Silva (OAB/BA nº 3.426).

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-012.497/2011-8
Natureza: Relatório de Monitoramento.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-015.980/2011-1
Natureza: Pensão Especial de Ex-Combatente.
Interessados: Alda Costa Maia (488.945.246-04); Alzira Celeste Carvalho Neto (423.757.206-44); Angelina Maria Carvalho Neto (454.675.366-72); Camila Marbely de Oliveira da Silva (123.875.066-42); Edsonina Peixoto de Mello Lima (599.817.096-20); Efigênia da Silva Vieira (922.640.776-20); Elton dos Reis (000.520.286-82); Izabel Ribeiro Ivo (929.123.626-87); Luana Paula de Oliveira (120.810.966-92); Luzia Aparecida Carvalho Neto (555.250.836-04); Marcia Reis Silva (792.990.596-91); Maria Daniel Moreira (040.561.346-69); Maria José Fernandes Alves (001.394.946-26); Maria Magno de Medeiros (418.895.176-15); Maria Regina de Lelis (039.783.276-19); Maria das Graças dos Reis Divino (005.022.966-40); Maricelma dos Reis Assis (042.446.746-16); Marilandia Reis Elias (976.973.546-91); Marilza dos Reis (548.770.916-53); Marlene dos Reis (265.614.846-49); Marli dos Reis Costa (039.193.616-60); Neusa Martins de Moura Vasques (963.765.117-91); Rosângela Marta dos Santos (052.409.896-48); Rômula Maria da Silva (383.487.216-49); Solange Maria da Trindade Morroni (052.410.726-24); Tereza Miranda da Neiva (005.692.506-92); Therezinha Argemira do Carmo (024.875.116-64); Vera Lúcia da Silva Jesus (742.832.276-68); Vera Maria Ivo (929.123.626-87).
Órgão: Quarta Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.985/2011-3
Natureza: Pensão Especial de Ex-Combatente.
Interessados: Adelia Estrela Moreira (752.531.784-49); Ademilde Barros de Lima (278.328.304-25); Amantina Lobo Pascoal (835.733.644-20); Bartira Cicera Viana Balbino (412.249.224-68); Darcy Araujo Pessoa de Oliveira (428.364.844-20); Gedelma Viana Balbino (925.666.774-68); Giselma Viana Balbino (301.764.254-20); Ivanise Maria da Silva (836.721.254-15); Ivone Queiroz Silva (018.539.874-09); Jecilda Rodrigues de Sousa Pereira (852.105.284-72); Josefa Alves dos Santos (197.791.514-00); Josefa Palmeira da Costa (918.960.884-49); Josina Maria Monteiro Silva (829.938.904-68); Lucy Nogueira Paes Barreto (426.910.954-87); Luzia das Neves Silva de Vasconcelos (917.772.404-68); Luzia de Lima e Silva (735.339.044-15); Manoel Ferreira da Penha (064.207.884-04); Marcelo Silva de Barros (007.398.324-17); Marguerite Paes Barreto Castelo Branco (298.738.354-15); Maria Angelica dos Santos Amorim (153.687.184-20); Maria Aparecida Dantas (929.962.054-72); Maria Augusta da Silva (026.345.544-00); Maria Cordelia Alves de Araujo (022.321.964-96); Maria Costa Mangabeira (323.719.424-72); Maria Eugenia de Oliveira Cavalcanti (768.165.404-68); Maria Feliciano dos Santos (991.486.504-63); Maria Hilda de Carvalho (274.817.274-49); Maria Jose Lima Alves (929.965.664-91); Maria Jose dos Santos Sousa (011.868.724-70); Maria Leocadia da Costa (042.449.007-21); Maria Lourilas Pereira Gaby (139.257.504-44); Maria das Dores de França Silva (766.104.974-00); Maria de Lourdes Alves da Silva (767.346.094-72); Maria de Lourdes Freire (538.122.714-00); Maria do Carmo Oliveira Ino (132.994.174-87); Maria do Socorro Rocha (723.071.104-53); Marinalva Alves da Silva (984.136.864-15); Morgana Bianca de Melo (016.210.424-30); Orlando Vieira Rodrigues (013.404.414-20); Quiteria Viana Balbino (325.949.174-00); Raimunda Nunes de Araujo (047.239.334-09); Roberia de Queiroz Leitao (255.066.254-72); Silvana Nogueira Paes Barreto (123.282.944-72); Tania Telma de Andrade Almeida (116.303.178-02).
Órgão: Sétima Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 18 de agosto de 2011.
FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretária da Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 30 (EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA)
Sessão em 23 de agosto de 2011, às 16h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 2ª Câmara, na Sessão Extraordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-015.586/2009-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Silvia dos Santos Costa (981.768.465-20); Tânia Maria Pinto de Santana (648.885.415-15); Xavier Gilles Vatin (839.293.045-20); Zozilene Nascimento Santos Teles (596.949.805-00).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.108/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adelia Maria da Rocha (151.424.501-91); Affonso Jose Santos (006.604.777-34); Alvaro Rolim Neves (119.007.508-30); Bernadete Maria Abreu Silva (320.399.727-49); Carlos Alberto Santos (004.606.052-91); Celso Sergio do Nascimento (091.135.251-15); Dilza de Aguiar Galvao (030.093.861-68); Eni Leonel de Paula (010.271.236-00); Eunice Lopes Siqueira (057.387.331-34); Fausto Orlando Campello Coelho (033.302.227-00); Geraldo Affonso Muzzi (033.616.677-04); Hamilton de Mattos Cardoso (055.291.661-72); Hermineu Nunes da Silva (032.922.901-04); Ivanize Santos Carvalho (904.501.329-00); Jackson Wanderlei Campos Almeida (096.721.171-91); Joaquim Oliveira (066.345.591-04); Jorge Pereira Diogo (029.033.501-91); Jureni Figueira (097.733.471-68); Laudir de Mattos Cardoso (033.046.801-44); Lourenilza Hudson Ramirez (113.335.371-15); Luciano Ozorio Rosa (090.568.311-00); Luciene Amado Rodrigues de Andrade (539.044.787-53); Lucy Mendonça Barbosa (144.471.261-68); Maria Alice Piedade Baptista (041.784.672-04); Maria Eduarda de Oliveira Andrade (024.757.828-20); Maria Elisa Ledesma (238.614.951-04); Maria Francisca Thereza Mello Cunha (004.095.101-49); Maria Mirta Barbosa Pinto de Amorim (115.798.701-04); Maria Salete Carvalho Reis (045.866.117-15); Maria Silvia Souto Mayor Gomide (041.533.248-68); Maria de Fátima Oliveira Martins (117.179.631-53); Marilena Pibernat Santos (163.106.751-68); Marlene Lopes Holanda (068.068.561-87); Milton Souza Cunha (009.420.221-49); Nilce de Oliveira Araujo (069.212.217-68); Paula Frassinetti Freire Lima (116.850.001-00); Pedro Moreira de Caldas (033.801.301-68); Placidia Pinotti (128.672.171-72); Regina Lucia Macedo Calil da Silva (016.743.447-08); Samuel Pinheiro Guimaraes Neto (290.744.367-49); Silvia Escorel de Moraes (199.845.617-04); Synesio Sampaio Goes Filho (005.837.668-20); Telma Leda Monteiro Nobrega (039.597.911-00); Vera Lucia Ribeiro (001.517.501-49); Vera Regina Behring Delayti (557.775.031-87).
Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (Vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.511/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Augusta Baptista de Souza Gomes (045.134.878-87).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Leste.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.551/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Dirce Pinto Silva (125.074.368-08).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Norte.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.552/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Alessandra Gurgel Bastos Rodrigues Urtado (011.041.571-01); Josefa da Silva Brito (488.950.241-68); Laurenice Gurgel Bastos (814.461.521-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Distrito Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.566/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Lia Alves Velleda (498.269.560-15); Thiago Francisco de Quadros Ramos (008.737.320-30).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Novo Hamburgo/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.587/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ivanilde Verzoli (233.069.728-78); Luiz Carlos Verzoli (233.069.748-11).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Jundiaí/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.638/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Luciola Ramos da Silva (331.495.267-87); Marco Aurélio da Silva (928.354.817-53); Maria Dolores da Silva (101.611.981-04); Maura Maria da Silva (120.672.021-20).
Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (Vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.692/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ivone Gonçalves Vieira (891.135.278-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Sorocaba/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.036/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alberto Felipe Gomez da Costa (267.150.688-01); Alceu Rodrigues (056.020.498-19); Alexandre Oliveira Menezes (195.133.718-24); Ana Maria Fanti Del Vage (918.671.698-00); Claudeci da Silva (262.189.808-47); Dario Olavo Lagrosa Garcia (033.809.178-50); Debora Yamachita de Aguilhar (322.070.058-60); Edson Tikao Asakava (852.648.818-04); Eduardo Marcelo Izaias (084.251.188-16); Fabiola Soares de Lima (292.537.538-38); Fernanda Onaga Grecco (310.402.068-08); Francisco Augusto Mancini (297.118.048-40); Gabriel de Moraes Luiz (326.523.578-59); Geraldo Sergio Terceti (655.773.458-04); Graça Aparecida de Souza Soares (249.912.278-10); Helio Ribeiro dos Santos (022.914.788-77); Karina Maranha (264.946.178-08); Kesia Cristina da Silva (250.995.818-62); Luciana Asato Kogati (125.120.728-60); Luciana Mendes Policiano da Silva (346.699.388-19); Luciano Mitsuyuki Shimada (135.371.678-30); Luiz Almeida da Silva (353.820.048-38); Marcelo de Oliveira (116.806.338-80); Marcia Mariko Furukawa (146.623.978-63); Marcos Toledo Lopes (618.021.408-59); Marcus Vinicius Costa Roberti (150.545.748-32); Maria Esther Menendez (143.884.528-66); Nara da Silva Santana (188.024.698-81); Silvia Diniz Vaz (300.693.658-22).
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.105/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Ana Macario Lima (645.185.668-15); Odete Alves Pereira (536.481.298-72).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Norte.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-020.122/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joel dos Santos (060.388.755-49).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Aracaju/SE - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.127/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Lygia Lourdes Zugno Fillippini (057.492.120-68); Tania Maria Trintinaglia Bovo (152.124.160-00); Waldemar Adao Guilherme Ritter (010.759.420-04).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Caxias do Sul/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.131/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Nicanor Jose de Oliveira (043.319.741-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Anápolis/GO - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.210/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Lenir dos Santos (537.086.010-68); Maria Ines dos Santos Senna (263.506.100-91).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santa Maria/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.263/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Valdir Manoel Rodrigues (342.640.789-20).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.289/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jair Lopes Machado (601.462.068-00); Senil da Silveira (797.148.628-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Marília/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.291/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aparecida Merci Spada Borges (785.656.778-34); Raimundo Antonio Fernandes Roda (223.656.138-53); Sueli das Graças Pereira (864.145.008-44).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São José do Rio Preto/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.296/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Euridice Ferreira da Rocha (082.822.678-48).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Araraquara/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.298/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Roberto Luciano de Sena (241.645.776-49).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Contagem/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.552/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Tamires Stefanie Honório de Paiva (086.694.456-70).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Barbacena/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.584/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria Veriana Sampaio Silveira (420.009.528-95); Vitoria Oliveira da Silva (412.632.028-88).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Sul.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.586/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Gloria da Silva Joanna (046.131.711-72); Ivette Leonor Buenting (387.553.787-49); Maria Ferreira dos Santos (118.535.221-04).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Distrito Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.592/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Sebastiao Guilherme da Silva (066.890.357-00); Valmir Xavier Lopes (524.149.571-15).
Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social (Vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.625/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Isabella Rotava (064.453.369-22); João Carlos da Silva Osório (251.669.219-68); Juliano Rotava Osório (046.700.159-66).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Cascavel/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.626/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Oliveira (738.472.409-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.637/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Gilberto Martins Fernandes (045.968.891-04); Samantha da Silva Fernandes (049.015.621-50).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Cuiabá/MT - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.648/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Claudete Marlene Goulart Bicalho (329.025.688-00); Nilza Santamarina Lopes (158.615.488-54).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - S.J da Boa Vista/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.652/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandre da Silva Borges (417.183.608-51); Celina Taborda Borges Ribeiro (834.686.178-87); Jeni Lencione Camargo (754.173.408-04); Leticia da Silva Borges (417.183.598-45); Patricia Perobelli (231.157.198-25); Rubens Perobelli (047.859.838-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Sorocaba/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.714/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Daniel Magno Benicio Paulino (037.550.771-08); Francisca Almeida (297.718.971-87); Maria Geralda de Jesus (085.220.061-72); Miriam Stephanie Paulino (037.551.091-58).
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.776/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Arlene Maria Maykot Prates (002.258.279-72); Maria Gabriela Marqueze (073.601.459-45); Maria de Lourdes Brina Gongondin (910.491.729-49); Neusa de Mello (018.436.239-35).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.824/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Carlos Dan (734.412.608-72); Lucia de Fátima Longhini de Lima (785.319.858-20); Mariana Siqueira Damas dos Santos (233.844.098-68); Silvia Aparecida Lazarini (796.943.498-34); Suely Soldan da Silveira (737.098.168-15).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São José do Rio Preto/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.825/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Angela Laucia Piva Ruiz Dias (382.328.808-30); Izabel Sant'ana (471.479.468-04).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Presidente Prudente/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.224/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Flávio Lima Lustosa (654.165.203-10); Fernanda Barbosa Moreira (790.995.643-68); Hiltonio Mendes da Silva (132.051.614-91); Joao Batista Ribeiro de Sousa (273.388.003-91); Luciana Mendes Lima (841.009.663-34); Luciano da Rocha Mata (517.137.213-68); Maria Lucilene da Paz Costa (786.101.683-87); Mônica Santos Rocha Sobral Carvalho (470.602.123-53); Ramon das Chagas Carvalho (914.901.463-34); Valeria Maria Alves Nunes (527.382.723-04); Érika Barros da Silva (910.907.923-87).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Teresina/PI - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.340/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Bruno Cordeiro Costa (055.768.687-30).
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.364/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jose Afreim Morais de Queiroz (308.878.364-53).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.374/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Mauricio Beltrame (243.580.450-49); Luiz Regos (768.689.588-20); Madalena de Santis Levkovicz (938.951.788-53); Maisa Socorro Gomes de Vasconcelos (000.781.754-10); Makyson Teixeira (295.953.138-82); Marcel Correia da Silva (314.115.468-65); Marcelo Gaspar Justo Sostruznik (683.888.370-87); Marcelo José Fontes Dias (823.120.287-00); Marcelo Monaco (176.340.188-05); Marcelo Noil Francisco Sampaio Lacava (218.400.158-96); Marcia Aparecida Gusukuma Conidi (115.137.238-20); Marcia Aparecida de Gois Himeno (035.185.538-60); Marcia Emiko Asano (425.720.962-34); Marcia Gumy Guimarães (874.747.357-68); Marcia Lachno (708.642.500-10); Marcia Uematsu (090.696.018-50); Marco Antonio Alves Ribeiro (687.716.149-15); Marco Antonio Veloso de Albuquerque (027.229.784-40); Marcos Antonio Peluso (270.808.110-15); Marcos Cesar de Carvalho (077.408.346-88); Marcos Eduardo Ramos Figueira (115.109.858-24); Margarete Aparecida Battigaglia (104.984.748-28); Maria Aparecida Narciso Murr (492.999.050-53); Maria Benedita Barbosa Reis (526.081.747-87); Maria Claudia Appa Okumura (298.024.508-98); Maria Eugênia de Oliveira Vianna (036.105.828-47); Maria Fernanda Brazzach (077.179.308-11); Maria Jacqueline Carvalho Barroso (008.298.998-20); Maria da Luz da Silva Ribeiro Sternadt (511.406.406-15); Maria de Lourdes Schommer (460.307.000-49); Mariane da Cas de Aquim (023.381.089-73); Marilia Aparecida Martelli Scannapieco Possatti (261.616.858-84); Marina Bortolanza (007.306.010-05); Marina Soares Viegas Moura Rezende (032.824.384-19); Mario Morandi Ribeiro (893.716.407-82); Marisa Lucia Busato Ferreira Bueno (337.695.080-68); Marly Yamamura (030.305.098-50); Martha Marie Elise Rebouças (595.827.075-34); Mauricio Cassiano Poca (041.967.028-99); Mauricio Galvão Pereira (024.070.014-78); Mauricio Vieira Pinheiro (861.806.223-53); Mauritania Miranda de Carvalho Martins (623.432.893-87); Mauro dos Santos (252.647.858-80); Mayra Mayte Mejia (052.642.269-62); Meire Aparecida Rastelli (908.696.808-20); Meire Eliana da Silva (199.865.398-62); Michele Delarmelina Reis Borba (083.965.897-47); Micheline Delmiro Martins (021.248.734-58); Micheline Silva Abreu de Azevedo (781.127.375-68); Michelle Noe da Silva (298.140.698-17); Miguel Adolfo Tabacow (935.777.618-49); Miguel Angelo Ibiapina Brito (617.457.153-04); Milena Fernanda Vieira Pinheiro (960.650.873-00); Milton Yoshio Kawamura (086.618.788-02); Mirian Beatriz Gehlen Ferrari (360.500.830-53); Monica Couto Machado (002.625.996-60); Monica Lorenzoni da Silva (895.639.050-91); Monica Mayumi Gondo (351.484.798-33); Mosânia Chaves Christófaro (270.246.598-66); Nacile Daúd Júnior (034.142.288-66); Nadia Bilhar Fasolin (441.227.480-20); Nara Ney Avelino Araujo (438.406.633-34); Natanael Ceccon (891.316.810-34); Nilton Souza de Moraes (125.552.138-48); Nilvan Borges de Moraes Rocha (601.686.761-68); Nivaldo José dos Santos (021.978.448-57); Odair Ferreira Matos (287.421.288-11); Omar Ahmad Yussuf de Oliveira (227.766.628-90); Othon Tarelho Barbieri (338.811.541-91); Paloma Moreira de Assis (366.699.418-03); Paris Ali Ramadan (038.310.468-83); Patricia Fernandes Gonçalves Oliveira (313.528.668-11); Patrícia Pereira Leal (325.651.768-48); Paula Karinne de Melo Xavier (027.528.044-66); Paula Sayuri Kogati (330.654.538-43); Paula Visquetti de Santana (298.238.688-75); Paulo Blaya de Carvalho (093.126.348-44); Paulo Cesar Menegon de Castro (168.532.548-30); Paulo Cesar de Paula Souza (099.466.898-80); Paulo Cezar Fernandes Ribeiro (790.255.797-87); Paulo Jose Machado de Vilhena Moraes (766.903.188-34); Paulo Ruocco Battistelli (057.157.318-52); Paulo de Abelardo Monteiro Jearete (469.357.898-34); Pedro Horta Carnier (329.415.708-88); Percio Primo Gandolphi (071.645.478-58); Plinio Ferreira Morgado (295.405.691-68); Rafael Augusto de Oliveira (223.030.918-88); Rafaela Magalhaes Ganimi (065.233.006-17); Raquel Melchior (962.154.290-15); Raquel Silva da Rocha (266.574.218-77); Regina Celia Magalhães David (379.353.306-97); Regina Coeli Alves de Mello (011.709.418-85); Regina Sumie Sassaki (050.253.168-12); Regina Yuri Tsunematsu (091.462.778-38); Reginaldo José dos Santos (152.970.788-90); Regis Eduardo Jaepelt Goulart (022.597.229-89); Reinaldo Ferreira de Freitas (101.561.048-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

06); Rejane Bonzo Araujo Azevedo (005.923.698-11); Renata Campos Duarte (222.725.438-63); Renata Lopes de Farias Araujo (021.632.607-98).

Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.433/2011-9

Natureza: Atos de Admissão

Interessados: Lisiane da Trindade do Nascimento (000.613.250-23); Lissandra Frigo Cogo (929.420.400-68); Lois Tadeu de Almeida Teixeira (958.780.177-68); Lourenço Andre Moresco Sangoi (645.797.510-00); Lourivaldo Cezario da Silva (536.507.788-15); Luana Paula Silva Macedo Soares (017.795.425-69); Lucas Seliprandi de Andrade (100.542.907-32); Lucia Maria Holanda Vieira Filha (026.033.367-03); Luciana Armani (130.587.938-47); Luciana Cury de Melo (036.252.716-48); Luciana Linhares (104.161.407-18); Luciana Marchi (271.904.298-67); Luciana Maria Sales Lauand (004.677.537-41); Luciana Patricia Albuquerque de Paula (313.467.478-57); Luciana Rosin Garcia (812.530.016-34); Luciana Terra Nova dos Santos (002.823.775-73); Luciane Cabeza (173.704.708-06); Luciane Carla Manto Buonocore (004.599.589-33); Luciane da Silva Pachalian (271.904.578-01); Luciani Gomes (106.896.167-83); Luciano Andrade Ribeiro Junior (005.166.065-22); Luciano Guedes dos Santos (080.472.776-77); Luciano Lucio dos Santos (633.075.705-44); Luciano Marques da Silva (472.877.485-68); Luciene Alves Ignácio (322.603.421-91); Lucélia Francisca Dourado Ribeiro (934.575.535-72); Luis Eduardo dos Santos (261.249.278-02); Luis Guilherme Fonseca e Lemos (738.460.076-68); Luis Otavio Cancian Moreira (082.578.836-62); Luiz Carlos Passi (305.250.208-53); Luiz Felipe Rauber de Macedo (041.094.139-58); Luiz Rafael Garcia Ribeiro (325.974.278-62); Lyovan Neves Maffia (037.265.146-19); Lúcia de Fátima Machado Santos Moreira (607.476.506-59); Mab Lucid Mathias da Silva (423.490.876-20); Magnolia Pereira dos Santos (562.592.555-00); Mairla Pauxis Alves Pereira (283.165.818-76); Mara Queli Rossoni Carvalho (751.698.430-20); Mara Regina Barichello da Silva (546.304.870-34); Marcelio de Oliveira Fernandes (458.771.736-34); Marcelo Aparecido Rosa de Moraes (260.260.678-25); Marcelo Bezerra Martins (635.227.215-00); Marcelo Henrique Marques Lopes (751.745.536-20); Marcelo Iwamoto de Oliveira (269.042.558-03); Marcelo Nunes Galiana Rodriguez (173.663.408-98); Marcelo Pires Degrande (120.003.878-96); Marcelo Rangel Sartori (279.319.898-64); Marcelo Rodrigues França (252.886.338-19); Marcelo Rodrigues Lopes (002.583.747-80); Marcelo Sarmento Alexandre (758.059.797-72); Marcelo Schirmer (514.905.100-44); Marcelo Valentim (661.567.691-53); Marci Bretas de Castro (906.498.506-53); Marcia Fernanda Santos Nunes (115.156.387-07); Marcia Ramos Madella (790.038.007-82); Marcia Regina Matos Piraja (633.431.345-20); Marcia Tieko Oshiro (260.270.068-11); Marcilene Cristina Maciel Barbosa (757.509.702-30); Marcilio Brasil Nesio (043.490.476-70); Marcinéia Aparecida de Souza (983.146.026-04); Marcio Fernandes (539.713.611-53); Marcio Levy Barbosa dos Santos (775.174.152-04); Marco Antonio Milanezi (324.400.658-20); Marco Antonio de Araujo (581.654.016-53); Marco Antônio de Abreu (008.287.136-18); Marco Aurelio Pistori Pacchioni (057.742.458-02); Marcondes de Oliveira Pereira (564.789.092-04); Marconiedson Gomes Fernandes (873.360.736-20); Marcos Antonio Madela (070.865.598-06); Marcos Antonio Salustiano da Silva (504.285.009-00); Marcos Antonio Silva de Amorim (573.603.671-15); Marcos Antonio Souza da Conceição (887.899.935-00); Marcos Christensen (441.591.020-34); Marcos Edney Souza de Miranda (004.916.045-13); Marcos Pereira Assuncao (011.397.665-89); Marcos Priotto de Oliveira (864.496.489-53); Marcos Rafael de Lima (034.249.279-96); Marcos Tadeu Winche Andrade (240.443.859-04); Marcos Vichiesi (310.827.308-66); Margaret Inacia Guedes Queiroga (144.568.868-97); Margarete Hissae Nagaya Onohara (066.075.088-04); Maria Alice Santos Pinto (021.927.355-37); Maria Aparecida Rodrigues (689.624.956-00); Maria Aparecida de Araujo Feitosa (078.020.508-12); Maria Carolina da Rocha Alves Felzcky (004.713.029-61); Maria Cilmara Ferreira (106.609.128-56); Maria Cristina Ribeiro Azzolini (306.949.698-93); Maria Eliene de Fátima Gomes (650.377.236-04); Maria Gorete Costa (031.659.136-09); Maria Gorete Ribeiro Liborio (505.949.665-15); Maria Ignez de Souza (694.323.763-20); Maria Isabel de Oliveira Silva (069.638.836-70); Maria da Conceicao Dias dos Santos (945.080.625-04); Maria da Conceiçao Rodrigues Alves (125.559.161-72); Maria da Conceição Cassemiro dos Santos Camillo (252.641.764-34); Maria da Gloria Pereira Mesquita (410.806.026-15); Maria da Penha Rocha de Moraes (117.490.058-08); Márcia de Sá Fernandes da Costa e Silva (052.260.847-73); Márcio José Lima Lopes (656.472.462-49); Márcio de Sá Araújo Marcolino (735.924.042-53).

Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.459/2011-8

Natureza: Atos de Admissão

Interessados: Mauricio Neves Calheiros (998.279.720-49); Maxwell Nascimento Costa (022.051.183-74); Mayra Lúcia de Andrade (497.709.342-91); Meire Aparecida Teixeira (268.801.528-13); Melissa Jorge (218.621.388-50); Michel dos Santos Isidro (074.220.964-46); Michele Elena Fronze (258.607.748-26); Michelle Alvares Distretti (714.367.661-68); Michelle Manieri Vieira (363.090.618-44); Michelly Ferreira Gonçalves (326.857.228-66); Miguel Xavier Immediato (929.640.528-91); Mileide de Souza Santana (007.175.105-06); Milton Solci Junior (918.038.619-91); Miriam Yoko Yamanaka (269.066.088-19); Mirian Minotto Marques (511.767.002-78); Mirna Pereira de Oliveira (585.386.662-15); Miroslau Bailak (171.357.969-34); Monica Cristina Lima Fontenele (467.957.403-82); Monica Ferreira Rosa (047.895.508-18); Monica Peixoto Milezi (000.958.540-02); Morgan Fardo (801.884.860-20); Murilo Cesar da Silva Torres (343.290.168-26); Mônica Corrêa Pinto (885.298.867-04); Mônica Salgueiro de Moraes (286.594.688-64); Nadja Viviane Costa de Araujo (638.277.863-04); Naira Mirelle de Souza Ferreira (052.145.094-21); Nancy Iara Grilli (007.719.128-54); Nara Gizzelli Freitas Maciel (866.709.303-30); Nassib Mouassab Chalita (098.515.478-08); Natalia Nishi (018.272.569-31); Natalia Tiemi Komatsu Vieira (223.949.388-70); Natanael Martins Hayashi (653.594.616-91); Natasha de Oliveira Alcantara (053.747.854-00); Nathasha Schultz Brandao (014.323.370-09); Nebiton Batista Peixoto (570.665.157-49); Nehemias Falcão Cabral (769.127.874-87); Neide Gonçalves de Oliveira (252.579.218-12); Neiton Nunes das Neves (401.720.589-53); Nelson Ribeiro de Farias (082.173.618-35); Ney Magno Bezerra Escossio (940.789.473-87); Nicole Campos Otani (973.998.840-72); Niely Cristine Melo Jorge (697.370.612-68); Nils Eric Persson (986.731.650-91); Nilson Januario de Souza (027.311.748-38); Nilson Vitor Kossaka (456.583.589-49); Nilson de Carvalho (029.632.199-03); Nilton Alves Junior (071.175.106-41); Nina Novaes Coutinho (300.561.928-19); Nydia Medeiros Morais (037.582.856-74); Nyedja Lacerda Alves (014.836.725-90); Nádia Trindade Silva (830.104.402-00); Ocello de Saboia Vale (691.640.883-91); Octavio Luiz Rogante de Carvalho (071.719.886-35); Odair José Pereira (246.533.608-80); Otoniel Rodrigues da Silva (579.668.931-20); Patricia Faria Marques dos Santos (122.072.528-50); Patricia Margareth Lizarelli (170.139.878-83); Patricia Pinto Coutinho (001.222.273-95); Patricia Pires Batista (000.334.854-70); Patricia Sena de Souza (823.936.645-72); Patricio Fagner Gomes Florentino (074.128.824-90); Patrícia Costa Vieira (041.571.216-51); Paula Santos da Rosa (996.714.500-59); Paula Vieira Coutinho Sabino (010.795.431-12); Paulo Abraão Schveitzer (032.537.859-20); Paulo Dantas Santos Filho (255.455.838-82); Paulo Eduardo Piloto (947.812.656-34); Paulo Eduardo de Silos Nakamura (090.332.568-35); Paulo Fernando Fão Borba (907.875.520-20); Paulo Honorato Alves (878.791.408-59); Paulo Marcelo Memoria Barbosa (642.402.403-44); Paulo Roberto de Freitas Lopes (003.913.000-24); Paulo Sérgio França de Souza Júnior (012.117.931-17); Paulo Tadachi Nacano Junior (334.456.408-07); Pedro Aparecido da Rocha (401.408.819-72); Pedro Augustuo Ramirez Monteiro (021.087.899-10); Pedro Henrique C. de Souza (832.094.502-00); Pedro Henrique Ribeiro Barboza (041.285.969-65); Pedro Oliveira Rodovalho de Alencar Rolim (054.973.474-01); Pedro Volmar Dalla Costa (477.894.680-49); Petter Sa de Lemos (996.419.410-20); Piero Paz Weschenfelder (970.542.240-00); Pierre Alexandre Bachir (077.833.278-00); Pollyana Carla de Araujo Carneiro Brito (841.179.154-87); Pollyanna da Silva Oliveira (011.323.973-40); Pricila Hartmann (006.664.979-07); Priscila Felipe Medeiros da Camara (063.871.414-19); Priscilla Soares Rianelli (079.824.817-36); Quedima Cassia Dias Melo (284.931.255-04); Quetlin Nicole Meurer (969.882.150-34); Rafael Algusto Cardoso Araujo (026.954.763-02); Rafael Dani Becker (969.883.040-53); Rafael Ferreira de Queiroz (102.821.297-66); Rafael Machado da Frota Leite (637.042.002-63); Rafael Mendes Ferreira (017.396.983-63); Rafael Muller (003.499.480-70); Raimunda Solange Diniz Raposo (250.666.763-68); Ramilson Wagner Kfuri (735.254.566-20); Ramon Fernandes Laranjeira (735.872.655-34); Ramon Leandro Freitas Arnoni (222.594.958-18).

Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.461/2011-2

Natureza: Atos de Admissão

Interessada: Roselis Perrupato (699.985.666-49).

Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.486/2011-5

Natureza: Atos de Admissão

Interessados: Diogo Gonçalves Machado (694.668.151-72); Francisco Chaves do Nascimento Neto (715.279.901-68); Gustavo Schult Junior (019.793.321-18); Sharlene Lopes Oliveira (723.925.761-49).

Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (Vinculador).

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.514/2011-9

Natureza: Atos de Admissão

Interessados: Livia Oliveira Garcia (347.258.768-79); Livia Rodrigues Coloniezi (048.431.969-83); Lorena Martins França (879.097.821-87); Lorena Ramacciotti Magalhaes (010.319.125-92); Luana Graziela Garcia (031.077.119-69); Luana Souza Santos (040.142.064-75); Luanda Naira Morestoni (041.998.859-94); Luciana Freire Figueira de Miranda (516.642.165-53); Luciane Carvalho do Nascimento (466.677.415-72); Lucélia Lissaraça Ferreira (003.358.550-40); Luis Fernando da Rocha Coelho (054.443.137-58); Luiz Eduardo Pacheco Friedrich (456.576.610-87); Luiz Erni Nunes Martins (606.990.000-68); Luiz Felipe Auler (330.230.000-00); Luiz Gustavo de Oliveira Ferreira (014.053.315-00); Luiz Jorge Alves Junior (024.142.469-01); Luiz Miranda da Silva Neto (219.145.910-20); Luiz Renato de Lima de Almeida (186.359.549-04); Marcela Carvalho da Silva (106.948.847-07); Marcelo Borges Rodrigues (776.055.351-04); Marcelo Scarpellini Silveira (295.550.940-04); Marcelo de Oliveira (535.000.089-68); Marcia Perpetua de Carvalho (892.872.230-68); Marcia Teresinha Jurach (441.760.740-00); Marciel Dourado Franca (618.494.055-49); Marcilei Mayer Padilha Paz (004.351.220-88); Marcio Antonio Azevedo (590.232.016-04); Marcio Campos Porto (820.537.665-49); Marco Antonio Pedro Vieira (044.958.717-73); Marco Aurelio Costa Perdigao (044.243.126-07); Marco Aurelio Pires (036.396.879-22); Marcos Afonso Posso (509.130.779-68); Marcos José Colombo (002.439.000-31); Marcos Mucenic (659.672.910-91); Marcos Ribeiro de Morais (070.577.374-40); Marcos Rogerio Cipriano da Silva (904.313.835-53); Marcus Henrique Galvao Bastazini (300.316.448-13); Marcus Vinicius Albuquerque Ungar de Sa (022.690.995-67); Maria Alice Pinto Domingues (805.792.640-68); Maria Angélica Garcia Magalhães (003.094.201-21); Maria Aparecida da Silva (067.527.498-25); Maria Carolina Pedrotti (003.942.099-07); Maria Carolina Soares Santos (060.224.836-11); Maria Cleane Bispo de Jesus (000.629.805-21); Maria Eliane Silveira Camargo (272.068.745-68); Maria Elisa Ranzatti (016.578.928-08); Maria Eugenia Carro Comis (011.297.828-24); Maria Fernanda Campos Gentil Almeida Gomes (055.348.726-40); Maria Geiza Gomes Ferreira (009.870.584-95); Maria Gisele de Sa (018.731.585-05); Maria Helena Rigoni (253.814.239-34); Maria Helena de Medeiros de Souza (432.391.029-00); Maria Iamara Soares Monte (014.000.813-60); Maria Ines Michelle de Carvalho Araujo (044.248.856-40); Maria Jose dos Santos (024.060.194-70); Maria José Accorsi Comune (854.297.916-87); Maria Vilma de Queiroz Moura Alves (441.678.065-68); Maria da Conceicao da Silva (109.551.355-91); Maria das Graças Ribeiro (023.610.234-66); Maria de Fatima Souza (046.638.788-14); Maria de Fátima Carvalho Ramos (279.240.415-91); Mariana Pereira Barradas (926.694.330-49); Mariane Bernardes Hosken Sodre (063.715.766-40); Marinei de Lima Cordova (004.644.420-36); Marines Raquel Kipper (608.840.880-49); Marlene Rocha da Silva (514.641.795-49); Mauricio Castilho Pereira (074.417.528-33); Mauro Ricardo Nunes Pontes (385.864.790-04); Mayara Alves Pereira (957.401.200-04); Mayara Manhães de Carvalho (100.210.127-17); Meire Cristina de Souza Santos (272.391.578-65); Melissa Bonicontro Ambrosio (942.405.401-78); Michelle Silva Silveira (337.846.308-20); Michelle de Melo Queiroz (088.694.607-70); Miguel Soares Almeida (975.126.725-00); Milaine Talita Alves (349.731.658-08); Milena Soares Ferreira Simon (050.498.679-16); Milena da Silva de Azevedo (026.432.169-38); Miriam Regina Tautz (447.957.930-34); Miriam Tafarello (354.459.058-10); Miriam da Fonseca de Souza (349.121.009-78); Mirian Giro (319.471.319-15); Moises Nicolas Macedo da Silva (823.082.410-04); Moises da Silva (885.721.616-00); Monica Born da Silva (031.845.119-01); Morgana Guesser (037.207.079-54); Mônica Costa Martins Vaz Ferreira (228.106.908-71); Nara Christiane Ribeiro Campana (003.584.399-30); Neusa Elaine Rodrigues Fernandes (026.942.877-19); Nilsa Luisa Goldschmidt (611.228.900-87); Nilson Barros Cardoso (000.101.315-74); Odete Fernandes (470.064.049-91); Omar Simões Pacheco (626.487.130-34); Paoline Osses Bagattini (218.491.628-59); Patricia Vidal de Andrade (976.517.025-49); Patrícia Fernandes da Silva Andrade (011.051.565-08); Patrícia Susin (000.642.010-90); Paula Cristina Nunes de Sá (105.371.857-80); Paula Gabriela Franzini (304.609.638-05); Paulo Vinícius Lopes (633.308.739-49).

Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.604/2011-8

Natureza: Atos de Admissão

Interessados: Alessandra Madeira de Biase Martins (001.933.321-83); Gustavo Soeiro Senise (264.806.018-90); Isaura Gomes Faiad (003.803.661-42); Luis Eduardo Delmont (891.937.501-10); Sandson Barbosa Azevedo (024.261.597-07); Walber Henrique Chagas Martins (017.456.881-96).

Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (Vinculador).

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.634/2011-4

Natureza: Atos de Admissão

Interessados: Ademaneide Cordeiro de Moraes (311.099.694-49); Adilton das Virgens Andrade (291.519.705-97); Adriana Barreto Gonzalez (953.318.405-15); Adriana Matos Benjamin Leal (507.906.415-34); Adriano de Oliveira Correia (014.336.714-50); Ailton de Melo Messias Junior (312.701.235-72); Alando Manuel Torres Lima (022.968.275-86); Alexandre Lorenzon (765.338.910-49); Aline de Oliveira Saraiva (044.067.556-16); Alyne Lucarelli (075.309.027-92); Ana Carolina Pires Vieira (041.721.504-54); Ana Celle Góes de Melo (008.097.374-42); Ana Clarice Rodrigues Silva (938.121.325-91); Ana Cristina Pereira da Costa (463.944.193-20); Ana Paula Campos Sá (558.698.153-04); Anapaula M. de Teive e Argollo Sampaio (903.758.825-53); Andrea Cristina de Oliveira Lopes (059.367.264-01); Andressa Gomes Carvalho de Amorim (051.374.984-59); André de Carvalho Cavalcanti Calado (846.681.134-68); Anselma Felix da Silva (178.435.293-49); Antonio Alfredo Linhares Alves (917.114.280-00); Antonio Alves da Silva (723.675.804-30); Antonio Augusto Alves Rossi Monteiro (583.540.185-04); Antonio Francisco Martins (038.482.476-58); Antonio Gilberto de Lima Melo (286.415.758-63); Antonio Mangabeira França (118.418.855-68); Antonio Meira dos Santos Filho (625.649.605-10); Antonio Rafael Bastos Barreto (509.336.555-68); Antonio Santos Aguiar (036.774.195-49); Arthur Leonardo Arrais de Lima Santos (013.464.504-98); Aurea Aparecida Junqueira Coli (705.769.806-25); Auristela Oliveira Montenegro (175.008.345-00); Aurélio Gondim Pires (891.287.885-91); Bruna Maria Eloy Machado Ferreira (214.622.048-13); Carmen Oliveira Medeiros Melo (465.924.314-15); Carolina Almeida da Silva (361.178.368-48); Carolina Martins de Vilhena (223.850.128-20); Cenildo Simões dos Santos (518.465.275-20); Christian da Silva Brito (949.648.825-00); Claudia Maria Almeida Melo (552.119.923-34); Claudia Veronica da Silva Barbosa (022.884.824-51); Claudio Faggionatto de Lima (407.845.090-34); Cristiane Francisca Ferreira Simoes (393.022.293-00); Cristiane Rodrigues Cambraia de Miranda (054.139.506-83); Custodio Tomazini (886.823.070-49); Célia Neder Kalil Mangabeira (185.255.985-34); Cíntia Maria Araújo do Nascimento (665.632.403-72); Daiane Aires Machado (003.825.840-40); Daniela Barroso Costa (888.544.425-34); Danieli Munhoz Martins

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(005.710.079-96); Dayse Thais Patrocinio dos Reis (982.350.105-00); Delivan Santos de Almeida (012.155.714-61); Edna Eiko Hironaka (061.090.598-89); Ekiely Bomfim Luna (011.512.694-50); Eliane Barreto de Melo Pereira (662.076.141-00); Elielson dos Santos Pereira (014.355.784-06); Elivania Neris dos Santos (288.942.898-26); Eloisa Simoes Guedes (075.193.476-30); Expedito Jose Januario Junior (932.745.485-53); Fabia Silvana Soares de Sousa (043.839.214-00); Fabio Costa Barros (050.017.264-17); Felipe Figueiredo dos Santos (000.065.930-46); Fernanda Gomes Mattos (064.321.914-59); Flavia Elizabeth Santos Barbosa (047.988.314-92); Francisco Paulo de Castro Barros (905.586.345-91); Fábio Júnior Gonçalves da Silva (060.531.864-65); Gabriel Lacerda Barbosa (050.665.586-59); Georgia Ferraz de Oliveira Pinto (001.404.385-80); Gleide Ribeiro Vieira (335.293.885-72); Grazielle da Hora Baraúna (715.375.205-63); Grezielly Lourenço Ramalho dos Santos (033.993.294-58); Halisson Nunes da Rocha (058.969.844-30); Heleonor Povoas Campos (935.103.655-34); Helio Ribeiro de Oliveira (524.060.755-91); Hozana Patricia Oliveira Miranda (040.038.744-12); Ilva de Jesus Pereira (054.330.067-60); Inez Pereira dos Santos (701.012.994-00); Irla Karla dos Santos (012.097.354-58); Isaac Lima Rocha (625.826.825-00); Isabel Campos de Arruda (280.933.078-69); Isabel Cristina Chami (029.522.929-22); Isaura Viviane de Oliveira Freitas (866.391.705-82); Italo Barberino do Nascimento (971.794.185-87); Ivelton Pereira Lima (063.129.134-22); Jaene Sardinha Brandão (673.944.775-68); Jamyle Andrea Cardoso Macedo (963.412.465-87); Janny Baggenstoss Gomes (343.959.039-91); Jaqueline Muller (704.992.250-15); Jocelma Olanda de Sousa (041.933.364-92); José Claudemir Tavares dos Santos (069.739.444-18); José Lima Filho (064.959.407-00); João Barbosa da Rocha (022.141.684-60); Juliana Ferreira (075.555.036-62); Juliana Nunes Pereira (043.555.294-52); Juliane Cristina Bispo Bezerra (053.648.954-83); Karla Moema da Silva Santos (010.882.794-14); Katia Rosane de Araujo Silva (722.194.246-34); Kauanna da Silva Barros (058.666.274-00); Leila Christina de Oliveira (908.890.025-68); Lidia de Gouveia Rodrigues Faria (261.417.518-81).

Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.686/2011-4

Natureza: Atos de Admissão

Interessados: Abel Gonçalves de Lima (914.852.908-72); Adaciara de Fátima Dias Soares (053.346.154-58); Adriana Cristina Dullius (909.712.720-34); Adriana Klussner de Souza (563.167.550-15); Adriano Melo Alves (263.365.258-13); Alan Barros Lisboa (069.185.924-83); Alessandro Poletto dos Santos (711.635.570-72); Alex Leandro Valandro (802.400.460-72); Alvaro Emanuel de Souza Jacobsen (905.235.800-10); Alzemar Luis de Oliveira (545.780.860-20); Ana Carla de Morais (065.137.844-33); Ana Cristina da Silva (130.771.328-93); Ana Paula Medeiros de Azevedo (053.928.054-26); Andrea Bauer de Freitas (830.050.050-20); Andreia Araldi (009.561.519-90); Angela Clemente Perestrelo (275.744.568-52); Antônia Sheylla Soares Santos (913.700.944-34); Arilucio Bonoto Venturini (612.478.550-15); Camila Zanini (810.050.320-68); Caren Betina Mergener (047.268.159-11); Caroline Bernardes Azambuja (937.799.680-53); Charles do Lago Coelho (690.986.891-91); Cintia Niederauer Ramos (737.145.850-87); Cristiane Silvia Batistella (008.575.409-98); Daniela Leao de Oliveira (801.884.000-87); Denilson Franzen (427.784.330-15); Edivane de Jesus (001.727.770-11); Eduardo Whitaker Gonzales (133.420.598-18); Elanderson Lima Duarte (054.315.564-10); Elton Machado de Oliveira (797.684.581-00); Fernanda Cristina Favero Guelli (216.905.068-06); Gabriel de Mello Galvão (793.581.441-49); Graziela Rovaris Moller (001.231.330-09); Gustavo Rodrigo Reis Santos (035.146.154-03); Hermes Aparecido Falcão Barbieri (778.027.808-53); Iracema Mayara Jambeiro Brandao Engelhardt (000.073.615-56); Isangela Polonio (291.401.208-05); Janina Chaves dos Santos (005.451.616-14); Jeanne Tardine de Oliveira Henriques (617.099.487-87); Jose Luiz Bozetti (588.962.360-53); Joselena Acrísio da Silva (695.205.502-91); José Edvilson Castro Brasil Júnior (912.165.404-20); João Victor Lima Firmino (038.842.774-48); Juliano Silveira Olm (809.515.380-04); Lecilda Aparecida Mota (000.441.756-98); Lisiane Faleiro da Silva (813.512.590-91); Louise Melo de Morais Vale (050.888.754-28); Luana Pinheiro de Paiva (056.383.224-00); Luciane Lochner (696.116.290-87); Luciano Marx (163.778.770-72); Lúcia Virgínia Mendonça Gomes Porto (030.659.404-85); Magdala Aparecida Martins Barbosa (027.301.814-07); Marcelo Marques (969.974.949-00); Marcio Boldori Fernandes (001.925.490-30); Marco Aurelio Ferreira de Brito (705.775.101-00); Maria Cecilia Pilger (007.038.950-01); Maria Cristina Oliveira Dias (773.808.194-53); Maria Cristina de Ligório (633.508.406-63); Maria Helena Vieira Duarte Baptista (403.830.406-04); Maria Sueli Araújo da Silva Lima (483.541.554-04); Mariana Blos (972.122.450-20); Marisa Magali Maiski Wames (754.147.599-87); Monica Sueli Pessoa Tenorio (398.639.484-20); Munique Saionara Apollo (005.403.460-47); Naiane Louback da Silva (074.346.626-89); Natalia Michetti Ferreira Limongi (123.611.808-12); Neusa Maria Silveira (468.895.660-68); Pamela Barbosa Guerra (061.011.836-61); Paula Maria Tete Ramos (025.748.419-13); Paulina Helena Lima Zambelli (543.363.176-15); Paulo Ricardo Mello (462.092.710-49); Raquel Érica Gonçalves Matos (004.525.853-84); Rarafá Medeiros Ferreira (913.111.604-34); Regia Marcia da Silva Luz Rocha (611.963.041-49); Rita Mizael da Fonseca Ferreira (018.461.974-22); Rita de Cassia Weiss Oliveira (677.262.080-15); Roberto Galletti Martinez (928.668.678-15); Sabrina Gouveia Sarmento Leão (030.484.594-99); Silvio Andre Kronbauer (812.261.440-04); Simone Alves do Lino (045.256.416-65); Simone Luzia Ioriatti (019.743.889-05); Simoni Ferreira de Oliveira (031.507.246-60); Suèli Matsuda Tani (293.939.948-46); Sérgio de Avila Vieira (432.792.520-91); Sônia Alves Fortes Cavalcanti (505.110.094-53); Telma da Silva Rodrigues (017.469.031-20); Terezinha de Marilac Ferreira (771.930.166-87); Thiago Manfroi de Oliveira (002.717.590-11); Vanessa de Almeida Pinto Monteiro (024.888.514-69); Vera Lucia Pires Vieira (355.339.350-53); Vivian Gomes Netto (052.606.357-28); William Rogério de Melo Monteiro (007.495.444-06).

Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.782/2011-3

Natureza: Atos de Admissão

Interessados: Juliana Santos da Rosa (003.056.665-76); Jutair Garcia de Oliveira (943.273.355-68); Sérgio Antonio Cruz Silva (677.526.675-87).

Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - S. Antônio de Jesus/BA - INSS/MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.821/2011-9

Natureza: Atos de Admissão

Interessados: Demétrio Adriano da Silva Barreto (593.603.485-20); Elma Andrade Santos (447.179.465-53); Gilberto Carlos Marques Santos (374.535.055-34); José Arnaldo da Fonseca Neto (231.252.505-44); Luana Regis do Rosario (012.280.145-82); Maria Jose Toledo da Silva (167.203.006-44); Ricardo Oliveira de Menezes (914.780.145-04).

Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - S. Antônio de Jesus/BA - INSS/MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.050/2011-6

Natureza: Atos de Admissão

Interessados: Bruno Gomes de Figueiredo (723.823.761-04); Jose Osmar Fernandes Cavalcante (870.116.381-72); Marcos Filipe Jardine Moreira Guerra (007.419.031-80).

Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (Vinculador).

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.174/2011-7

Natureza: Atos de Admissão

Interessados: Marco Antonio Carvalho Lima (002.114.321-80); Marcos Eduardo Cavalcante (939.373.181-00); Maria das Chagas Viana Rocha Gomes (553.037.221-04); Marina Luisa Menezes da Silva (001.806.081-18); Marja Muhlbach (950.292.570-04); Mauricio Normandia Pereira (012.053.481-90); Mauricio Oliveira da Silva (011.751.321-01); Mauricio Rocha Rodrigues (024.888.451-40); Naiane Gabriele Rodrigues (007.576.861-50); Natalia Oliveira de Almeida (011.287.845-80); Neide Nunes de Almeida Martins (666.546.021-53); Pamela Cristina da Silva (722.200.401-78); Paulo Augusto de Sousa (029.949.971-50); Paulo Fernandes dos Santos (722.961.191-15); Pedro Henrique de Lima Correa (001.505.881-60); Philipe Cruz de Almeida (024.928.551-71); Poliana Velasco (061.560.516-86); Priscila Clea Mendes Saldanha (721.194.541-91); Rafael Lins Bruno (039.901.344-00); Raquel Micas de Almeida (944.712.661-87); Renata Geralda Paixão (885.318.051-04); Ricardo Augusto Mendes (021.087.441-42); Rodrigo Eloy Arantes (029.128.041-24); Rodrigo Silva das Chagas (829.001.831-20); Sergio Aparecido Maistro (754.596.398-91); Sheila Alves de Freitas Neri (665.063.601-00); Sindkrei Paixão de Oliveira (830.980.381-87); Stefanie Martins Botelho (005.888.741-59); Stephanie Mendes Gama (022.891.391-81); Sérgio Aparecido Vieira Mendes (584.436.221-72); Talytta Castro Costa (939.418.701-49); Tatiana Kelly de Oliveira (071.237.076-56); Thais Juraszek Somnitz (005.383.481-00); Thais Nogueira Duarte (024.572.381-10); Thatiane Nayane Soares da Silva (024.842.251-05); Thiago de Araújo Gomes (021.012.431-80); Uilliane Barbosa de Oliveira (006.543.631-88); Vilmar Lima Chaves (009.461.191-20); Vinicius Silva Oliveira (006.165.811-14); Vitor Hugo Lima de Queiroz (002.106.671-09).

Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social (Vinculador).

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.306/2011-4

Natureza: Aposentadoria

Interessados: Francisco Fernandes (056.282.537-15); Jorge de Sa Freire (031.318.407-06); Maria do Rosario Ribeiro Martins (075.259.823-68).

Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Rio de Janeiro/RJ - INSS/MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.540/2011-7

Natureza: Aposentadoria

Interessado: Oreste Navarro Sanches (645.396.528-34).

Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - S.J da Boa Vista/SP - INSS/MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.758/2011-2

Natureza: Atos de Admissão

Interessado: Hildemar Reinert Junior (149.125.108-58).

Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.759/2011-9

Natureza: Atos de Admissão

Interessado: Hugo Leonardo de Magalhaes Santos (013.083.976-07).

Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.767/2011-1

Natureza: Atos de Admissão

Interessados: Maria Estela de Alcantara Teixeira (024.209.227-60); Mariana Alvarenga Coelho Buteri (052.926.057-35); Marlise de Campos Lucio (887.943.189-72); Miriam Denise Xavier Lazarini (736.578.166-15); Mário Sérgio Martins de Lima (375.034.134-68); Nivaldo Nogueira (427.793.836-15); Paulo Domingos Savaris (160.631.710-53); Saulo Moreira Coelho (057.021.126-36); Silvia Helena Santos Mamede (041.589.794-71); Vanessa Cândida Ferreira (218.563.058-05).

Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.170/2011-9

Natureza: Aposentadoria

Interessado: Sergio Coimbra de Sousa (258.237.609-49).

Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Blumenau/SC - INSS/MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.205/2011-7

Natureza: Aposentadoria

Interessado: José Carlos de Oliveira (879.571.598-34).

Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santo André/SP - INSS/MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.206/2011-3

Natureza: Aposentadoria

Interessada: Terezinha Vieira Fascetti (751.403.498-68).

Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Sorocaba/SP - INSS/MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.215/2011-2

Natureza: Aposentadoria

Interessado: Francisco Ernani de Andrade (162.301.916-87).

Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Juiz de Fora/MG - INSS/MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.219/2011-8

Natureza: Aposentadoria

Interessados: Celio do Carmo Magrani (318.884.707-63); Walber de Oliveira (357.220.027-04).

Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Petrópolis/RJ - INSS/MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.223/2011-5

Natureza: Aposentadoria

Interessados: Adailso Alexandre Sabino (178.642.087-20); Adalgiza da Costa Cadete (765.758.617-68); Adnéa Vallegas Pereira (405.849.177-91); Aimore Veras (006.357.077-72); Antonio Alves de Moura (103.486.547-15); Antonio Julio Silva (043.066.787-68); Clara Maria Boabeyd Rovedo (379.117.677-34); Conceição Francisca das Chagas (256.939.307-00); Elvirio Correa de Almeida (215.000.887-49); Elza de Azevedo Costa (038.442.187-34); Haroldo Franqueira Cabral (012.103.357-00); Henrique Jose Portela (115.200.607-00); Jose Alberto Santos de Oliveira (033.521.451-72); João Cunha Filho (073.816.707-04); Laert Aguiar da Silveira (712.068.337-34); Lea Garcia (047.358.977-04); Liege Lange Villar (462.876.207-49); Marcelo Henrique Neiva Liberalli (175.096.107-53); Maria Helena Hette dos Santos (374.690.617-20); Maria Helena Mendes (371.453.557-87); Mario Gonçalves Pires (046.945.897-68); Maritza Fernandes Portella (550.014.167-87); Milton Gouveia (022.669.387-20); Nilda Marques da Silva (288.494.697-72); Nilson Dias Ferreira (003.128.257-14); Orlando Rodrigues Julião (065.723.917-87); Orlatina Baptista da Silva (116.001.957-68); Osvaldo Francisco Pereira (183.379.107-04); Paulo Cesar Maia Macedo (194.802.297-49); Rita Caetano de Oliveira (387.644.237-00); Roberto Henrique Gonçalves (711.879.287-04); Robson Marques Drummond Banhos (548.845.787-91); Silvio José de Barcelos (396.004.327-91); Terezinha de Jesus Loureiro Fernandes (317.812.417-91); Valdevir Rodrigues Vargas (221.789.707-10); Vera Lucia Morcillo (183.174.057-53); Walter Leite Lemos (059.008.327-91).

Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.227/2011-0

Natureza: Aposentadoria

Interessado: Ronaldo Jose Henriques de Mendonça (007.928.706-97).

Órgão/Entidade: Gerencia Executiva do INSS - Uberlândia/MG - INSS/MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.621/2011-0

Natureza: Aposentadoria

Interessados: Adilson José Farias Brandão (086.051.147-20); Alda Maria Lyra Vicentini (705.279.627-91); Arthur Jose Campana (086.611.037-20); Astrogildo Jose de Jesus (014.728.017-68); Astrogildo Jose de Jesus (014.728.017-68); Francisco Antunes de Lemos (125.468.017-91); Heitor Muniz de Oliveira Filho (013.542.995-15); Helcio Favaro Bermudes (035.937.627-49); Helcio Favaro Bermudes (035.937.627-49); Jose Maria Stein (111.762.707-10); João Cardoso (159.668.287-68); João Cardoso (159.668.287-68); Lea Berke

www.in.gov.br ISSN 1677-7042 IMPRENSA NACIONAL

(086.757.247-72); Luiz Augusto Seabra de Mello (035.847.807-30); Maria Kilma Costa Martins (036.433.866-05); Mauro Bernardes Miguel (009.500.171-91); Paulo Bento (157.426.017-00); Paulo Delphin Guimarães (116.140.137-72); Plinio Armando Baldanza (036.999.868-53); Renato Balster (072.038.417-66); Ruy da Rocha Pimentel (036.034.157-87).

Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Vitória/ES - INSS/MPS.

Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-001.332/2011-2
Natureza: Representação
Representante: Daten Tecnologia Ltda (CNPJ 04.602.789/0001-01)
Entidade: Arquivo Nacional - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-005.747/2011-2
Natureza: Representação
Responsável: Luiz Fernando de Souza (569.211.957-91)
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Entidade: Prefeitura de Piraí - RJ
Advogado constituído nos autos: não há

TC-006.769/2011-0
Natureza: Monitoramento
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Norte.
Entidade: Prefeitura de Mossoró - RN
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.629/2011-3
Natureza: Pensão civil
Interessados: Hozana Lúcia da Paz (044.709.481-52); Josemar Sena dos Santos (610.446.011-91); Lucas Aquila da Paz (044.709.471-80)
Entidade: Hospital das Forças Armadas - MD
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.769/2011-0
Natureza: Monitoramento
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (00.414.607/0002-07)
Entidade: Prefeitura de Batalha - AL
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.042/2011-6
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Thiago de Sousa Gonçalves (981.580.071-04)
Órgão: Ministério da Integração Nacional (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.708/2011-4
Natureza: Pensão civil
Interessado: Victor Hugo Teixeira de Castro (699.980.271-87)
Entidade: Hospital das Forças Armadas - MD
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.234/2011-6
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Adelimara Gomes Ferreira (042.883.444-25); e outros
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.236/2011-9
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Ana Cristina Roque Ferreira (619.169.432-68); Daniel Santiago Lyra (793.410.712-91); Dayse Gonçalves Façanha (761.135.902-91); Debora da Silva Bezerra (686.375.002-34); Lethycia Brito Fernandes (857.336.442-49); Romulo Elias de Macedo Barros (881.211.352-49)
Entidade: Companhia Docas do Pará - MT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.376/2011-5
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Alexandre de Ávila Gomide (558.907.846-68); Luseni Maria Cordeiro de Aquino (916.818.126-49)
Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.552/2011-8
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Aline Pantoja Torquato (053.620.767-44); e outros
Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro S/A - MT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.610/2011-8
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Anderson Aidar Silva (076.668.367-24); e outros
Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro S/A - MT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.714/2011-8
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Dierick Ramon Miranda Pereira (066.502.236-03); e outros
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.715/2011-4
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Glauce de Araújo Pinto (745.511.402-87)
Entidade: Companhia Docas do Pará - MT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.820/2011-2
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Antônio Marcos Cavalcante da Silva (719.136.022-49)
Entidade: Companhia Docas do Pará - MT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.916/2011-0
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Alysson de Sousa Ribeiro (022.108.801-65); e outros
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.917/2011-6
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Andresson Alves Sampaio (864.520.292-15); Rafael Trajano (964.279.652-04); Rute Hete de Almeida Souza (175.320.352-04)
Entidade: Companhia Docas do Pará - MT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.969/2011-6
Natureza: Atos de admissão
Interessada: Yara Cristine dos Santos Costa (336.728.571-49)
Órgão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.989/2011-7
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Mailson Pereira Marques (008.166.145-20)
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.081/2011-9
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Antonia Rozangela Pereira Batista (919.881.442-72); e outros
Entidade: Companhia Docas do Pará - MT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.088/2011-3
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Luiz Sousa Paula de Carvalho Junior (003.120.003-67)
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.364/2011-0
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Daniela Spinelli Arsky (291.049.658-92); e outros
Entidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.453/2011-3
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Alessandro da Silva Xavier (040.666.194-44); e outros
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.599/2011-8
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Andre Lima Knifis (072.224.397-90); e outros
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.600/2011-6
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Adeilton Santos Moura (456.623.635-87); e outros
Entidade: Companhia Docas do Estado da Bahia S/A - MT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.039/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Edvaldo dos Santos (006.632.984-15)
Entidade: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (em Liquidação) - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.308/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alenilda Pedroza (221.727.771-53); e outros
Órgão: Advocacia-geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.386/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Doraldina Campos Ferreira (251.805.410-34); Else Alves Sena (219.717.811-34)
Órgão: Controladoria-geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.392/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Selma de Souza Pereira (179.161.351-91)
Órgão: Controladoria-geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.107/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anthero Gonçalves Filho (348.606.147-04); e outros
Órgão: Advocacia-geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.113/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Clenira Rodrigues de Macedo (091.106.823-68); e outros
Órgão: Advocacia-geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.115/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Helena Machado de Souza Mendes (156.249.943-20); e outros
Órgão: Advocacia-geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.228/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Abdon Francisco da Silva (042.417.974-15); e outrros
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.231/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Florencio da Silva (023.021.444-49); e outros
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.233/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sebastiao Aprigio de Araujo (044.394.224-20); e outros
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.317/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Abigail Pereira do Nascimento (015.817.834-34); Francisco Dantas Gonçalves (013.642.944-00); Zanoni Bris Arenas (246.929.304-97)
Entidade: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (em Liquidação) - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.388/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rildnolia Maria Araujo da Silva (264.064.627-34)
Órgão: Controladoria-geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.488/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Vasconcelos (013.959.553-87); e outros
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
Advogado constituído nos autos: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-024.489/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Alves Pequeno (024.012.823-00); e outros
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.491/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joaquim Martins Ferreira (035.409.605-20); e outros
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.492/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Muniz de Albuquerque (020.552.444-34); e outros
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.542/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Davi Vilarinho de Almeida (428.226.371-72)
Órgão: Imprensa Nacional - PR
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-000.534/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Valdir Meireles de Oliveira (283.007.006-25)
Unidade: Município de Comercinho/MG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.409/2009-0
Apensos: TC 010.171/2011-8 (Cobrança Executiva); TC 010.167/2011-0 (Cobrança Executiva); TC 010.168/2011-7 (Cobrança Executiva); TC 010.170/2011-1 (Cobrança Executiva)
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrentes: Ernani José de Paula (754.901.378-00); Pedro Fernando Sahium (315.095.251-49)
Unidade: Município de Anápolis/GO.
Advogado constituído nos autos: Gerson Alcântara de Melo (OAB/GO 19.288).

TC-006.093/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alinor Vieira da Silva (073.579.741-20); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.264/2011-5
Natureza: Pensaio Civil
Interessados: Bruno Lemes Guimarães (735.272.541-53); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.369/2011-1
Natureza: Representação
Interessado: Departamento de Polícia Federal em São Paulo Unidade Município de Taboão da Serra - SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.790/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alba Lucia de Souza Leao (068.501.701-04); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.410/2011-2
Natureza: Representação
Interessado: Moises Liberalino Lemos
Unidade: Defensoria Pública da União - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.949/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elizabeth Silva de Souza (444.488.997-72); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.003/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Alcindo Venâncio dos Santos (012.303.874-04)
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.938/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agnaldo Arnaldo Batista (491.827.657-15); e outras
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.991/2011-3
Natureza: Pensão Especial de Ex-Combatente
Interessados: Antonia Pereira Francisco (567.570.697-68); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.031/2011-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ahyesa Fernandes da Silva (638.519.977-00); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.032/2011-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ademir Gomes de Santa Rita (480.938.587-68); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.033/2011-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adriana Oliveira Macharet (086.534.817-02); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.098/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Lucio Claudio da Costa Pantaleão (056.520.732-68); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.594/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alex Caldas Barcelar de Oliveira (688.898.101-06); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.640/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elenira de Fatima Araujo Pereira (485.668.610-00); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.758/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Valcyr Crisostomo da Silva (436.774.602-04); e outros
Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.986/2011-0
Natureza: Representação
Interessado: Vereadora Maria Teresa Assis Lemos Marques de Oliveira
Unidade: Município de Araçatuba-SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.986/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Agnaldo Moschioni (072.926.878-06); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.989/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio de Barros (035.915.028-47); e outros
Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais - MD/CM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.100/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jorge Manhães Ribeiro (349.321.197-04)
Unidade: Departamento Nacional de Produção Mineral - Mme
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.225/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joaquim Osmarildo Cidral (257.233.329-53); José Rodrigues (091.307.309-10)
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogadoconstituído nos autos: não há.

TC-020.232/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marilton Paulo Menezes da Silva (123.937.205-10)
Unidade: Fundação Nacional do Índio - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.410/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danilo Felipe Vairo (058.749.907-98); e outros
Unidade: Escritório do CPRM no Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.412/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cecilia Maria Xavier de Lima (130.070.557-41); e outros
Unidade: Liquigás Distribuidora S.A. - PETROBRAS - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.413/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luiz Marcos Kind do Nascimento (037.762.176-50)
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.444/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Igor Leonardo Limp Boa Vida (013.889.996-76); e outros
Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.445/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Simone Ferreira Lopes (585.508.522-87)
Unidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.446/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bárbara Ribeiro Fangueiro (087.912.357-58); Marcio Alves de Albuquerque (044.710.477-28)
Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.447/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Danielle Ferreira Ramos (602.863.932-04)
Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.- ELETROBRAS - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.520/2011-5
Natureza: Reforma
Interessados: Agenor Gomes (034.740.627-00); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.533/2011-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Angela Maria Vieira da Rocha (555.487.417-72); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.110/2011-5
Natueza: Representação
Interessado: Sindicato dos Servidores Públicos de Cruzeiro/SP
Unidade: Município de Cruzeiro - SP
Advogado constituído nos autos: Celso Rosa De Siqueira (OAB/SP 248.831)

TC-021.186/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Aline Cardoso e Cardozo (812.283.410-87)
Unidade: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - Eletrobras - Mme
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.246/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Goncalves de Oliveira (776.047.256-00); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.249/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Dennys Rodrigues Oliveira (394.706.013-00)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - Mj
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-021.381/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wedson Carlos de Assis (443.089.491-49)
Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica - Mme
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.412/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caroline de Paula Oliveira Piloni (903.127.401-15); e outos
Unidade: Defensoria Pública da União - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.438/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Kardec de Oliveira Barbosa Junior (797.724.637-68); e outros
Unidade: Transportadora Bras. Gasoduto Bolívia-brasil S.a. - Petrobras - Mme
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.463/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mario Roberto dos Santos Martins (639.938.640-34)
Unidade: Petrobras Distribuidora S.a. - Mme
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.484/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Prestes (976.682.900-44); e outros
Unidade: Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - PETROBRAS - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.518/2011-4
Natureza: Atosd de Admissão
Interessados: Jose Carlos Soares da Cunha (126.448.112-87); Marcos do Nascimento Pereira (476.351.342-72)
Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.- ELETROBRAS - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.554/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodrigo Rodrigues Freitas (889.264.781-49)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - Mj
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.613/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rubens Hideo Kina (040.912.108-80); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.783/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio Teixeira Correa Fernandes (767.326.225-87); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.899/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre de Oliveira Rocha (766.316.720-15); e outros
Unidade: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - Eletrobras - Mme
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.930/2011-2
Natreza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Fabio Medeiros Monteiro (878.001.954-49); e outros
Unidade: Fundação Nacional do Índio - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.982/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Jose Guglielmi Filho (033.467.139-62); e outros
Unidade: Eletrosul Centrais Eletricas S.A. - ELETROBRAS - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.991/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vinicius Dias da Silva (940.270.210-53); Willian Rocha dos Santos (634.544.912-15)
Unidade: Departamento Penitenciário Nacional - SNJ/MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.282/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danilo Garcia Mendes (040.616.196-83); e outros
Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica - Mme
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.283/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Cortez de Oliveira (960.308.522-72); e outros
Unidade: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - ELETROBRAS - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.284/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Maues dos Santos (013.913.595-26); e outros
Unidade: Companhia Energética do Piauí S.A. - ELETROBRAS - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.286/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodrigo Zanardo Escossio (585.464.802-49)
Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.- ELETROBRAS - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.341/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme Machado Mattar (058.509.416-06); e outros
Unidade: Defensoria Pública da União - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.342/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raquel Pavan Braz (100.970.647-00); e outros
Unidade: Defensoria Pública da União - Mj
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.356/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bianca Silva de Castro (000.206.090-60); e outros
Unidade: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - ELETROBRAS - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.360/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carla Viganigo Rangel de Castilhos (012.449.830-20); e outros
Unidade: Departamento Nacional de Produção Mineral - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.511/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Jahnel (092.030.387-01); e outros
Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.a. - Grupo Eletrobras - Mme
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.513/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Felipe Joseph Fonseca Neves (012.639.134-31); e outros
Unidade: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - ELETROBRAS - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.514/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Laud Veiga (018.032.567-10); e outros
Unidade: Petrobras Transporte S.a. - Mme
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.542/2011-6
Natureza: Atos de Admissõa
Interessados: Adriana Silveira de Souza Pereira (983.469.629-91); e outros
Unidade: Defensoria Pública da União - Mj
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.592/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Fernanda Marriel Platino (102.769.897-24)
Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.a. - Mme
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.602/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Warley Sena de Oliveira (160.079.051-87)
Unidade: Escritório do Cprm No Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.605/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan da Conceicao Dantas (070.640.157-30); e outros
Unidade: Liquigás Distribuidora S.a. - Petrobras - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.606/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adhim Santiago Junior (303.964.318-52); e outros
Unidade: Departamento Penitenciário Nacional - SNJ/MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.626/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandra da Silva Breves Nunes (092.769.837-40); e outros
Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais - MD/CM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.738/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Antonio dos Santos Silverio (674.689.508-49); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.874/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria das Graças Antunes (239.515.241-20)
Unidade: Ministério da Justiça (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.962/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Renato Barbosa da Silva (216.787.821-49)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - Mj
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.377/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Josefa Correia Sobrinho (183.700.121-91)
Unidade: Ministério da Justiça (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.407/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Amelia Seixas Cardoso (116.946.961-20); e outros
Unidade: Ministério de Minas e Energia (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.582/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Flavio Augusto Pizzol (487.842.577-68)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.586/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Carlos Botan (450.943.497-91)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.729/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Irislene Rocha dos Santos (002.547.286-00); e outros
Unidade: Fundação Nacional do Índio - Mj
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.131/2009-1
Natureza: Recurso de Reconsideração - TCE
Recorrente: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM, José Roberto Ferraro, Mario Silva Monteiro e Eliane Feitosa Oliveira
Unidade: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina -SPDM
Advogadas constituídas nos autos: Lídia Valério Marzagão (OAB/SP: 107.421) e Daniela Francisca Mocivuna (OAB/SP: 207.403)

TC-024.724/2011-4
Natureza: Reforma
Interessados: Gilson Franco Monsores (179.775.257-04); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.726/2011-7
Natureza: Reforma
Interessados: Sebastião Cunha (102.839.271-00); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.056/2011-9
Natureza: Monitoramento
Interessado: 3ª Vara Federal de Presidente Prudente ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP)
Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-028.087/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Construtora Proenca Ltda. (02.860.900/0001-34); Joel da Cruz Santos (097.868.216-53)
Unidade: Município de Taiobeiras (MG).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.116/2010-4
Natureza: Prestação Contas
Exercício: 2009
Responsáveis: Adriano Cassanello do Amaral (342.840.601-04); e outros
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal (Sebrae/DF), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-006.970/2011-7
Natureza: Representação
Representante: João Francisco Bezerra e Carvalho, Procurador da República no Estado do Paraná.
Entidade: Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, da Universidade Federal do Paraná (Funpar)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (Secex-PR)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.255/2010-2
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex-RJ)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.725/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Maria Rita Libardi Paganine (342.763.277-68)
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (Secex-ES) Advogada constituída nos autos: Arlete Barreto de Araújo Silveira (OAB/RJ 4.742; OAB/ES 448-A).

TC-012.759/2010-4
Natureza: Representação
Interessado: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Entidade: Município de Paracambi/RJ
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.961/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Irene Barbosa Viana (066.991.543-20); e José Gonçalves de Aguiar (106.222.683-68).
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.964/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jorge Dilson de Souza Pinto (385.861.857-87) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.972/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Marcos Santos Pereira (061.922.035-04) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.974/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Efigênia Dalva Franco Boim (699.744.466-00); João Delfim Cocate (114.152.906-87); Margarete Ferrari Costa (219.312.308-03); e Paulo Sérgio Duarte (119.596.816-72).
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.941/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Clea Bezerra de Mello Centeno (002.915.104-00)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.946/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Aida Alves Pereira (173.883.091-87); e Marlene Rodrigues da Cunha (065.668.392-91).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.955/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alecita Marques de Sousa Ferreira (076.748.305-78) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.791/2011-4
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Município de São João de Meriti/RJ
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex/RJ)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.820/2011-8
Natureza: Representação
Representante: Empresa Tichet Serviços S.A.
Entidade: Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Sertão Pernambucano
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE (Secex/PE)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.330/2010-6
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa - Coordenação Regional no Estado do Rio de Janeiro - RJ (Funasa/Core/RJ)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex-RJ)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.225/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: David Bento Matos (398.970.289-00)
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.601/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Clarice Leandro de Faria Ribeiro (635.620.061-87); Noemi Farias Ribeiro Teixeira (706.462.361-72); e Ricardo Farias Ribeiro Teixeira (706.462.441-91).
Órgão: Ministério da Educação (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.623/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aline Ferreira Castro (015.672.436-73) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.646/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Álvaro Pereira de Souza (014.627.585-33) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.647/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Acácio Pereira (108.626.347-25) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.080/2011-5
Natureza: Representação
Representante: Empresa Behring Segurança Privada Ltda. (10.748.912/0001-08)
Entidade: Universidade Federal Rural do Semi-Árido/RN/MEC (Urfesa)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RN (Secex/RN)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.180/2011-0
Natureza: Representação
Representante: Empresa Teczap Comércio e Distribuição Ltda. (08.619.872/0001-44)
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF/MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex-MG)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.957/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alany Crisbia Morais de Sá (087.012.196-00) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.961/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Alexandra Bandeira de Menezes (782.771.082-49)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.962/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Pinto Gomes (035.605.196-08) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.992/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Flávia Begali Lucas Gonçalves (045.085.666-69)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Machado - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.003/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Cristina Alves (978.518.926-00) e outros
Entidade: Universidade Federal de Itajubá - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.008/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Déborah Santana Pereira (013.868.873-74) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.013/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alaim Passos Bispo (894.895.435-00) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.032/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Afonso de Paula dos Santos (072.906.386-03) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-020.075/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Carvalho Dominato de Almeida (789.991.896-00) e outros
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.077/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adailton Magalhães Lima (787.173.532-20) e outros
Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.078/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Vieira da Silva (022.175.618-39) e outros
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.080/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Marjorie Rosielle Silva do Amaral (054.618.544-43)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.084/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Kliemann (041.451.689-33) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.311/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria de Nazaré Gadelha Cardoso (133.811.992-34)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Castanhal - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.366/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Lucia Rubioli da Fonseca (180.980.536-87) e outros
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.404/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cassiano Caon Amorim (827.534.666-53) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.420/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Cícero Luiz Câmara Júnior (047.490.614-09)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.422/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcos Seizo Kishi (249.181.688-17)
Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.427/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Amanda da Silva Lira (064.461.464-18)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.435/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciano Ricardio de Santana Souza (905.992.845-87); e Luis Otavio Santos de Andrade (557.126.815-87).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.437/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marino Pansini (845.397.395-49)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.456/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Karine Rodrigues Peixoto (943.873.031-15)
Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.457/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiane do Socorro Loureiro Lima (394.193.122-91); Edivalson Oliveira da Silva Junior (708.956.352-91); e Francisco Nilton Gomes de Oliveira (425.513.903-20).
Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.462/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Estela Carvalho Benevenuto (732.105.010-68) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.471/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Eric Duarte Ferreira (045.842.496-01)
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.475/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Pedro Augusto Lemos Carcereri (729.988.229-91)
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.479/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sergio Walace Bousfield (936.532.639-72)
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.482/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Sueli Costa (636.445.689-87); Suzane da Rocha Vieira (973.418.510-15); e Thais Sada Ribeiro (381.969.050-68).
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.538/2010-3
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde em Mato Grosso do Sul (Core/Funasa/MS)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MS (Secex/MS)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.544/2010-3
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde em Mato Grosso do Sul (Core/Funasa/MS)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo-MS (Secex/MS) Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-020.605/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Pedro Brasil Budni (095.392.539-00); e Sandra Cesa Pacheco (305.687.069-00).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.743/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ari Antônio Trentini (179.042.260-49) e outros
Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.749/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elza Bezerra Morais (035.487.974-07) e outros
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.041/2011-3
Natureza: Representação
Representante: Empresa Incontri Comércio de Objetos para Decoração Ltda. (04.202.607/0001-05)
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - UFPB/MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (Secex/PB)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.200/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adelaide Faljoni Alario (197.064.728-00) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do ABC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.202/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jeroen Johannes Klink (196.002.828-62) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do ABC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.214/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Nelson Cardenas Olivier (221.941.878-20)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.219/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademilson Salsa Telha (463.523.337-53) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.220/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Alcione Lino de Araujo (714.492.214-91)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.221/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cláudio Antônio Amaral Moraes (269.470.053-53); e Cristiane Mesquita Gomes (860.888.663-49).
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-021.261/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Santos (988.867.625-34) e outros
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Guanambi Antônio José Teixeira - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.266/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Iala Santos Neto (079.016.696-83) e outros
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.269/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dênis Rocha de Carvalho (040.259.636-63); Elias Pedro Rosa (000.403.586-07); e Fernando da Costa Pereira (028.481.006-13).
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de S. J. Evangelista N. de Senna - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.270/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ted Johnson Vasconcelos Leitão (024.548.164-82)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.274/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alberto Chambela Neto (031.914.286-82); Daniel Márcio Fernandes (068.939.987-16); Marcelo Geraldo Bulian (017.187.807-88); Priscila Zache (110.625.447-30); e Vanessa Pimentel Vargas (087.961.407-20).
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.278/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiane de Fátima dos Santos Cardoso (920.268.421-91) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.279/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Júnio César de Lima (906.885.461-53); e Leila Roling Scariot da Silva (018.488.099-80).
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.286/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Pancotto (983.382.500-15) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.289/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alcides Furtado Brito (935.618.903-00) e outros
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Crato - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.290/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wlisses Matos Maciel (764.196.813-91)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Iguatu - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.297/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Cristiane Ribeiro Lucas (628.740.043-91)
Entidade: Universidade Federal Rural do Semi-árido/RN - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.299/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allen Bitencourt de Lima (160.508.862-53) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.308/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Camila Zazini Benedito (304.767.748-45)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.312/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adair Batista da Silva (343.220.191-53) outros
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.315/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Goiara Mendonça de Castilho (466.856.771-04) e outros
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.319/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tarcilio Severino Dias (268.683.001-82) e outros
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.321/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Rejane Melo Brito (617.331.303-06); Darlene Abreu da Silva (453.419.663-68); e Othon de Carvalho Bastos Filho (405.343.673-72).
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.325/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adair Jesus Febba (040.684.598-00) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.329/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rogério Patricio Chagas do Nascimento (464.166.685-72)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.335/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mari Ângela Victoria Lourenci (742.357.880-00) e outros
Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.336/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Gomes (711.461.211-72) e outros
Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.354/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Nogueira dos Santos (988.258.440-34) e outros
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.355/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André de Oliveira Porto (641.358.884-53) e outros
Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.357/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Barbosa de Moura (021.002.784-36) e outros
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.358/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira (036.389.654-65)
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.395/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Simone Letícia de Souza Caixeta (760.619.226-04)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.400/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Daniela Moreira de Carvalho (045.362.256-92); Edenilze Teles Romeiro (405.664.475-68); e Fabiane Caxico de Abreu (460.304.255-87).
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.401/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fábio Luiz da Cunha Brito (029.849.604-67)
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.403/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Maria Francisco Nunes Mendes (993.870.508-15) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.442/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Cavalcanti dos Santos (945.588.174-87) e outros
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.444/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anna Paula Moreira Moulin Ribeiro (074.119.057-55) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-021.445/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Correia Lima Macedo França (021.743.994-23) e outros
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.447/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Karla Rocha de Araújo (806.746.154-68); e Gilson de Souza Costa (922.235.675-68).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.466/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan John Duarte de Freitas (035.790.794-92) e outros
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.468/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ana Paula Ribeiro Ferreira (090.759.277-54)
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.469/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Clóvis Eduardo Nunes Hegedus (575.456.268-34)
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.470/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daisa Teixeira (470.723.857-20) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.472/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nina Claudia Barboza da Silva (053.043.357-59) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.474/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Edson Noriyuki Ito (404.050.361-91)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.475/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Wagner (415.194.420-68) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.490/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Eduardo Arnoldo Xavier Rebouças (064.896.565-15)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.495/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Delber Costa de Oliveira (035.696.526-02)
Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.496/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano de Andrade Lemos (486.943.985-91) e outros
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Catu - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.503/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gustavo da Costa Borowsky (928.347.870-34)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.504/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gigliênio Fágner Dantas Araujo (067.427.964-64)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.505/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Luciana Lemgruber de Vasconcelos Alves (023.690.627-54)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.506/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Pedro Espíndola Neto (037.489.764-61)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.509/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio de Melo Resende (610.279.365-04); e Luiz Claudio Mesquita de Aquino (002.744.335-32).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.521/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andréa Maria Maia Simas (867.543.785-49) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.523/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Almir da Cruz Sousa (103.621.657-85) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.524/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliana de Alencar Auler (015.491.926-80) e outros
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.525/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Rodrigues Cavalcanti (436.175.064-53); e Romualdo Rodrigues Menezes (026.640.194-57).
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.526/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Augusto Macêdo Júnior (009.957.604-03); Cássio Freire Câmara (851.723.244-53); e José Correia de Torres Neto (466.694.264-53).
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.529/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carla Asfora El-deir (733.693.814-00) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.530/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alberto Lindner (948.111.729-49) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.537/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Meirilane Socorro Leocádio e Castro (005.032.916-25)
Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.545/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Marson Pinheiro (370.017.278-81) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do ABC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.548/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maria Cecília Gonsalves Carvalho (051.346.807-28)
Entidade: Colégio Pedro II - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.557/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio Silva de Sena (849.089.981-91) e outros
Órgão: Ministério da Educação (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.561/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amenaide Silva Cristo Aquino Lima (244.030.595-20) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.564/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Giovanne da Luz Lopes (103.831.797-50); Silvia de Almeida Barros (089.275.427-38); e Yonis Fornazier Filho (007.961.887-18).
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.566/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Rodrigues de Mesquita Neto (022.292.103-00) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.569/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademar Silva Scheidt Júnior (420.993.822-04) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-021.571/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Henrique Mendonça Fernandes (725.316.141-68) e outros
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.572/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Apolinário de Oliveira (808.703.500-30) e outros
Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.579/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eder da Silva Dantas (665.449.714-72) e outros
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.580/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriane Vieira (543.686.850-91) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.581/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Cristina Pires (998.758.450-00) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.582/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Antônio Carlos da Silva Miranda (128.576.454-49)
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.585/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fábio de Souza Mendonça (035.432.094-77)
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.589/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adão Robson Elias (130.938.298-01) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.598/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Fabiana Ribeiro Queiroz de Oliveira Fagundes (085.061.697-20)
Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.616/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Gomes (306.708.928-66) e outros
Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.618/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: José Harlisson de Araujo Ferro (072.281.764-99)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Satuba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.620/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Janemeire Costa dos Santos (565.464.165-49); e Sayonara Lira Pôrto (593.559.134-00).
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.624/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Deizilene de Souza Barbosa (096.537.377-08) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.626/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Rudnéia Cavalcante de Souza (320.730.702-72)
Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.628/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nilda Domingos Mendes (800.451.031-00) e outros
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.630/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiano Aguiar de Oliveira (901.395.180-53) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.638/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Serra Azul Firmino Branco (915.735.805-20) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.641/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claúdia Regina Cabral Galvão (838.736.274-34) e outros
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.642/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abel Correa (003.982.160-96) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.643/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Tereza Brito Ferreira (291.802.874-68) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.649/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Pellizzaro Bento (016.644.389-12) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.657/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adelson Aprigio Filgueira (474.511.494-04) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Abc
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.667/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcelo de Moura Pimentel (054.733.046-48)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.669/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Milton Luiz da Paz Lima (941.664.559-15)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.670/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marco Andre Lopes Mendes (936.827.869-53)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Concórdia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.674/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bianca de Oliveira Ruskowski (002.023.150-45); Daiana de Souza Anca (998.165.390-04); Marcos Saalfeld da Silva (961.020.040-00)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.676/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adir Jayme de Oliveira Muniz (279.476.961-87) e outros
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.679/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Dala Possa (044.231.529-59) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.680/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Danner (832.747.740-49); Neidimar Vieira Lopes (340.381.832-20)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.681/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Isa Regina Santos dos Santos (517.618.585-72)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.695/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Oliveira Guimarães Cardoso (698.314.912-20) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-021.696/2007-3
Natureza: Representação
Representante: Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS - Motes Claros (22.669.915/0001-27)
Entidade: Associação Educativa do Brasil - Soebras
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex/MG)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.696/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Ribeiro Rodrigues (033.005.976-92) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.698/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra de Quadra Esmeraldino (017.017.399-25) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.729/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Aparecida Franco Rodrigues Cantarelli (614.102.680-04) e outros
Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.737/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alecsandra Alves Veras Ventura (368.527.083-49) e outros
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.743/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Backer (009.516.650-57) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.779/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Michel da Nóbrega Castelo Branco (087.671.317-78)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.786/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Uilton Luiz Trevisol Ribeiro (416.164.999-15)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Sombrio - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.788/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: João Eduardo Couto de Oliveira Filho (574.500.999-34)
Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.790/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Costa dos Reis (084.934.367-47) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.793/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Geraldo da Silva (651.993.080-68) e outros
Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.800/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: João Batista Guimarães Teixeira (006.065.612-34)
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.802/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antônia Lima de Oliveira (802.921.272-00) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.818/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Altair dos Santos Paim (616.714.795-72) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.826/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Olmeris Sabaini Moro (364.962.517-20)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Colatina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.827/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Coelho Weller (074.118.267-07) e outros
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.831/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Sebastião Costa de Sousa (057.399.064-66) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.840/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Beatriz Garcia Costa Carvalho (946.192.205-15) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.857/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Bertol Martins (007.752.460-85) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.910/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Venâncio Francisco de Souza Júnior (829.073.151-53)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.913/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caique Galvão de Andrade (008.455.755-97) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.921/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudinei Antônio Montebeller (080.917.887-70); e Vânia Delina Herzog Caldas Patuzo Franco (827.805.797-49).
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Colatina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.924/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Graciene de Souza Silva (017.091.825-47); e Rosemary Maria de Castro (051.745.714-82).
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.927/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Niciane Estevão Castro (092.905.717-13)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.932/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Rodolfo Furtado Vieira (767.863.233-91); e Rodrigo Antonio Iturra Wolff (690.694.841-53).
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.934/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniela Vieira Amaral (996.863.170-15) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.938/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Selister da Silva (639.540.010-04) e outros
Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.945/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexsandro Luiz de Andrade (036.674.929-36) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.973/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra da Silva (266.045.998-33) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do ABC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.978/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Bordin Schumacher (917.842.390-20); Emerson Máximo Bolner (006.979.890-70); e Karen Selbach Borges (658.282.670-00).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.983/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Correia Souza (610.543.642-49) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-021.985/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo Paulino Silva (059.318.166-23) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.994/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Maria Fetzer (761.893.509-25) e outros
Órgão: Ministério da Educação (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.996/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Debora Tais Batista de Abreu (003.563.270-43)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Sertão - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.998/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luiza Karla Albuquerque Mororo (039.224.834-45)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.999/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Thais Cabral Janeiro (346.029.588-00)
Entidade: Universidade Federal de São Paulo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.000/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Harlan Julu Guerra Marcelice (580.220.402-82); Marcelo Rosas Alves (435.718.242-53); e Marlise Pinto Azevedo Maquine (160.109.062-53).
Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.002/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Campelo Blank Freitas (978.367.610-53) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.007/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Maria Favilla Lobo (865.448.107-20) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.008/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elissandra Barros da Silva (685.018.112-20) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.021/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elisabete Silva Sousa (344.955.415-87) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.294/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Antônio da Silva Pedrosa Moreira (939.340.334-15) e outros
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.296/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Albanise Barbosa Marinho (581.748.004-25) e outros
Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.300/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Eduardo Carvalho Siqueira (040.895.386-10)
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.301/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lilian Simone Godoy Fonseca (636.196.286-53)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.302/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vanilson Gomes Pereira (460.321.852-49)
Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.303/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abel Cavalcante Lima Filho (033.970.604-00) e outros
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.307/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Josefa Teixeira de Mendonça Pacopahyba (411.900.254-34); Lucilia Dias Pacobahyba (377.247.974-04); e Marcio Ferreira Maciel (382.886.992-00).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.308/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diogo Gonçalves Neder (047.308.536-44)
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.311/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Erica Piros Kovacs (594.509.164-20) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.313/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mauricio Nogueira da Cruz Pessoa (666.369.734-04)
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.314/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ralini Ferreira de Melo (022.672.654-19)
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.316/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sabrina de Melo Cabral (998.341.544-53)
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.318/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alcir Luciany Lopes Martins (960.149.540-15) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.366/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ligiane Leite Carvalho (546.975.814-15) e outros
Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.369/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Santos Ribeiro (824.617.085-68) e outros
Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.370/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Jacques Ribeiro (133.044.158-31) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Abc
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.376/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aires Lima Rocha Neto (008.214.105-39) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.377/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Lucia da Silveira Machado (432.448.749-91) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.379/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Roseli Betoni Bragante (717.514.911-53)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.381/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denis Geraldo Fortunato Fraga (011.761.746-65) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.382/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriel Mota Ziesemer Júnior (820.687.980-34) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-022.385/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fernando Glauco Moreira Costa (402.799.283-00)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.523/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Carneiro Mascarenhas (825.915.555-91) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.524/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Eufrásio Braga Sobral (258.248.483-00) e outros
Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.525/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Ilha da Silva (045.978.917-14) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.526/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciano Jose Fontes de Oliveira (040.554.856-70); Silviane Vassalo (027.670.626-90); Tania Aparecida Alvarenga Tiago (332.109.266-20)
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.530/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Grams Land (980.399.030-68) e outros
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.532/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Roselane Zordan Costella (453.385.660-87)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.533/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Moreno Rangel (032.053.624-62) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.534/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldo Rios Soares (029.525.944-22) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.552/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexsandro Bezerra Cavalcanti (853.518.904-10) e outros
Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.559/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Sandro de Araujo Carmo (029.103.869-70) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.561/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Darlan Herpich (029.152.179-71); Neide Cristiane Dannenhauer (008.096.429-05); Rômulo João Debarba (007.873.979-97)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.563/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Sarah Lemos Cogo Prestes (961.111.600-44)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.564/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ailton Luiz Dias Siqueira Júnior (054.609.626-33) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.565/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antônio do Nascimento Gomes (051.178.836-32) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.568/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Oliveira dos Santos (442.130.422-00) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.569/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliana Teixeira Antunes (075.715.146-90) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.572/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Toniazzo de Matos (731.038.881-04) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.582/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Carlos da Silva Avila (309.740.030-34) e outros
Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.583/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cicero Saraiva Sobrinho (500.202.853-53) e outros
Entidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.593/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Oliveira da Silva (823.579.005-04) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.596/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Flavia Dias Ribeiro (961.990.919-49); Ubirajara Seyr Junior (599.686.569-68)
Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.629/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Patrick Anderson do Nascimento Piane (676.942.682-04)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Castanhal - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.630/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Cesar da Silva (003.185.873-27) e outros
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Sousa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.634/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adelson Menezes Lima (993.407.985-20) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural do Semi-Árido/RN - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.635/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Costa (713.524.811-20) e outros
Entidade: Escola Técnica Federal de Palmas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.636/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abraão de Souza Silva (751.950.112-49) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.637/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Mariana Madureira Abitbol (125.631.517-67)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.743/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Léo Athayde Sosa (020.023.026-34); Lucia Garcia do Amaral (181.318.406-20); e Nivaldo Resende (116.562.126-68).
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Barbacena - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.897/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Francisco Costa (038.061.623-87)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.827/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Hugo da Fonseca Xavier (069.869.974-26)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-023.829/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leandro Miranda Sá (046.876.424-03)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.831/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Maria Aniolly Queiroz Maia (066.707.754-58)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.835/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pedro Paulo Teixeira Lacerda (052.850.214-05); Rafael Barros de Alencar (054.864.744-58)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.836/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ravenna Maria Monteiro Barros (852.361.104-59) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.839/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adauto Locatelli Taufer (760.214.160-15) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.841/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aaron Jonathan Edwards (535.873.832-00) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.978/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Celina Ferreira Alves da Costa (187.280.146-34)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.982/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jorge Correa (175.962.626-00)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.322/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Justino Nascimento (066.158.215-91); Stelita Bispo da Silva (079.298.035-20)
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.330/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Altino Portugal Soares Pereira (000.583.279-91) e outros
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.333/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Helena Lucas de Sena (074.084.474-15) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Mec
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.336/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Lenita da Costa Silveira (196.979.297-34); Yedda Botelho Salles (185.939.767-00)
Entidade: Representação do MEC no Rio de Janeiro
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.415/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aldo Santos (025.152.887-15) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.513/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Albecir Almeida de Souza (114.001.611-34); Emídio Machado (273.341.984-68)
Entidade: Universidade Federal Rural do Semi-árido/RN - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.519/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Osvaldo de Oliveira Dahas (048.578.602-87)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-004.553/2009-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - MCT
Interessada: Margarida Maria Loureiro de Lucena (CPF 022.739.422-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.534/2009-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/MCT
Responsável: Dimitrio Sérgio da Silveira (CPF 247.884.903-82) Advogadas constituídas nos autos: Ana Maria de Castro Tavares da Costa, OAB/CE 12.726, e Janine de Carvalho Ferreira Braga, OAB/CE 13.830

TC-009.276/2009-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Uruoca - CE
Responsáveis: Jan Keuly Pessoa Aquino (CPF 498.501.803-15) e Maria Ione de Sousa (CPF 546.127.303-30)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.791/2011-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região - TRT/MS
Interessada: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.058/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo - Incra/ES - MDA
Interessado: Ruy Ghidini (CPF 179.672.012-72)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.059/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso - Incra/MT - MDA
Interessados: Fernando Antonio Martinez Bonin (CPF 410.763.387-04); Herbert Luziano Ferreira (CPF 181.942.221-68); Hildo da Silva Nogueira (CPF 079.909.521-49); e Luis Barreto da Silva (CPF 063.536.301-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.060/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Paraná - Incra/PR - MDA
Interessadas: Maria Rozalina Arend (CPF 332.495.559-91) e Vanda Silveira (CPF 307.086.139-34)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.406/2007-3
Natureza: Tomada de Contas
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - TRT/PE
Responsáveis: Ana Regina de Albuquerque Soares (CPF 446.877.963-20); Daniel Lopes Caseca (CPF 496.961.574-87); Flavio Mendes de Lima (CPF 483.499.925-49); Flavio Romero Mendes de Oliveira (CPF 456.298.464-34); Josélia Morais da Costa (CPF 021.208.364-34); Juscelino Rodrigues de Carvalho (CPF 278.417.314-34); Maria de Lourdes Araújo Cabral de Melo (CPF 002.132.924-91); Murilo Gomes Leal Júnior (CPF 390.546.914-68); e Márcia Fernanda de Menezes Alves de Araújo (CPF 529.642.304-63)
Exercício: 2006
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.060/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP
Interessados: Adriana Maria Felix de Freitas Carneiro (CPF 024.109.504-26); Ana Carolina Pitton Cuelbas (CPF 383.628.418-93); Ana Paula Alonso Furtado (CPF 063.583.316-63); Clarissa de Araujo Guerra Grangeia (CPF 226.884.668-79); Gustavo Ghirello Brocchi (CPF 226.584.898-03); Gustavo Zabeu Vasen (CPF 337.304.518-55); Leonardo de Carvalho Rifas (CPF 058.622.614-19); Marinna Quinto Pereira (CPF 814.484.065-87); Paulo Vinicius de Faria Pereira (CPF 043.922.626-00); e Roberto Akira Nakai (CPF 120.390.138-06)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.063/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG
Interessados: Abel Teixeira Arimatéia (CPF 765.270.183-04); Andressa Aparecida Carvalho Moura (CPF 049.351.256-08); Cláudia Andréa Belmiro (CPF 068.094.026-08); Cristina Ferreira Rocha (CPF 064.715.406-47); Ester Vieira de Assis (CPF 084.305.886-20); Evandro França de Lima (CPF 039.977.496-39); Franciara Moreira Pinheiro (CPF 064.385.506-80); Igor Garcia Giarola (CPF 053.369.546-59); Ivana Neves Nogueira Castro (CPF 048.060.536-00); José Virgínio Lopes Neto (CPF 090.550.176-47); Juliana Augusta Medeiros de Barros (CPF 013.538.446-09); Juliana Brandi do Couto (CPF 080.195.186-06); Laila Oliveira Miranda (CPF 081.299.786-79); Larissa Chaves de Moraes (CPF 013.602.966-38); Leonardo Rezende Durço (CPF 062.143.916-93); Lívia Mara Moscardini (CPF 069.998.306-14); Maria Júlia da Silva Figueiredo (CPF 034.970.516-08); Mariana Mauricio Verçoza (CPF 054.910.776-23); Michelle Tábata Ferreira Santos Gomes (CPF 013.308.256-32); Pedro Henrique de Almeida Macedo (CPF 011.846.586-41); Rafael Freitas Marques (CPF 060.600.786-56); Rosana Romano Ferrari (CPF 975.227.756-04); Tatiana Rossi da Rocha Bresciane (CPF 010.745.775-07); Tatiane Resende Ribeiro de Sousa (CPF 037.784.556-64); Tássia Veloso Gomes (CPF 067.583.326-40); e Élen Cristina Barbosa Senem (CPF 065.183.146-64)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.567/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP
Interessada: Dirce Valença Rocha (CPF 264.343.598-29)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.589/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso - Incra/MT - MDA
Interessada: Florentina Rodrigues Pereira (CPF 303.858.141-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.590/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Pernambuco - Incra/PE - MDA
Interessados: Ana Lucia Moura Lima (CPF 659.449.094-04); Antonia de Oliveira (CPF 025.177.824-07); Maria das Neves de Barros Nascimento (CPF CPF 683.599.854-72); Reginaldo Barros (CPF 097.751.535-49); e Rosa de Lourdes Ramos de Vasconcelos (CPF 009.562.564-06)
Advogado constituído nos autos: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-020.591/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Norte - Incra/RN - MDA
Interessados: Ana Canstacia Alves (CPF 298.938.604-15); Antonia Ferreira de Goes (CPF 059.342.154-00); Marilde Gomes da Silva (CPF 701.616.744-53); e Rosangela Fernandes Guimarães (CPF 009.427.984-57)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.736/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG
Interessados: Amelia Vidal Sepulveda (CPF 081.378.206-63); Leontina Clotildes Freire de Souza (CPF 064.754.566-75); Marcelo Santana Louzada Brasil (CPF 071.380.616-84); e Venicio Louzada Indio do Brasil (CPF 078.462.076-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.781/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - TRT/MT
Interessados: Isadora Eineck Alcântara (CPF 043.263.591-29); Luiz Miguel Eineck Alcântara (CPF 043.262.841-02); Luiza Eineck Alcântara (CPF 043.263.781-82); e Simone Regine Eineck Alcântara (CPF 819.159.269-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.352/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - TRT/PA
Interessado: Jose Lenildo Ventura de Andrade (CPF 882.183.684-34)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.637/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessado: Gilson Parnaíba Gonçalves (CPF 834.744.803-59)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.690/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessada: Thais Rocha Cavalcante Feitosa (CPF 960.582.003-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.736/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: Daniel Rodrigo Ferreira Martins (CPF 298.530.808-93); Karla Baraúna Mafra (CPF 036.431.217-33); e Lucas Martins Lima (CPF 051.810.354-42)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.749/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário (vinculador)
Interessados: Abimael Jonatas de Sousa Regis (CPF 957.446.903-44); Adriana Quixabeira Machado (CPF 805.435.531-91); Alex Soares da Costa (CPF 001.449.687-97); Almir Cezar de Carvalho Baptista Filho (CPF 086.790.927-70); Ana Carolina Biscaro Brutti (CPF 003.849.970-31); Ana Luisa de Andrade e Sousa (CPF 930.018.003-72); Ana Margarete Macedo Neres (CPF 004.049.751-86); Ana Paula Pereira de Sousa (CPF 001.272.951-51); Andre Casimiro Reis (CPF 059.208.204-03); Andre Henrique Rodrigues da Costa (CPF 061.601.044-38); Andrea Maia Santos (CPF 007.681.685-03); Andrea Pontes de Oliveira (CPF 499.902.331-87); Carla Maria Ferrari Calcena (CPF 291.275.298-19); Cassio Modesto Rosa (CPF 107.351.627-00); Daniel Cleyton Carvalho de Holanda Cavalcante (CPF 724.330.941-00); Dant Danilo de Oliveira Macedo (CPF 053.842.269-60); Darliton Reis dos Santos (CPF 706.902.941-15); Deise Leonovich Costa (CPF 104.577.538-03); Duilio Lombardo (CPF 734.630.351-20); Dyego Carvalho Ferreira (CPF 021.741.583-02); Edleuza da Rocha Teixeira (CPF 000.224.215-05); Elder Campos Guedes (CPF 053.410.369-30); Fabio Pontes Campos (CPF 088.659.917-20); Fabio Vieira Dutra (CPF 609.459.740-00); Fladson Pereira Paixao (CPF 741.413.922-00); Flavia Araujo de Melo (CPF 004.369.671-62); Gabriel Torquato Silveira (CPF 047.412.759-14); Giselle Aranha Farias (CPF 017.419.401-33); Gudemberg de Oliveira Rita (CPF 633.948.985-00); Guilherme Fernandes Santos da Silva (CPF 014.407.251-36); Guilherme Silva Fracarolli (CPF 225.220.738-85); Gustavo Ferreira da Silva (CPF 806.625.872-00); Gustavo de Oliveira Martins (CPF 036.404.634-12); Henrique Arruda Poroca (CPF 064.027.784-51); Hernandes de Menezes Passos (CPF 857.761.301-15); Hiran de Gusmão Trindade (CPF 009.580.021-26); João Bosco Cavalcanti Ramalho (CPF 524.378.175-49); João Paulo Ribeiro de Carvalho (CPF 015.627.755-70); Joaquim Moura Costa Sampaio (CPF 512.995.005-44); Jonalvo Absair Lopes (CPF 560.643.816-04); Jorge Roberto Gabriel (CPF 008.898.481-81); Jose Henrique da Silva (CPF 838.015.531-91); Jose Luiz Sandes de Carvalho Filho (CPF 002.199.555-90); Jose Maria dos Santos Junior (CPF 070.403.086-14); Joyce de Souza Faluba (CPF 057.989.266-21); Julio Bastos de Araujo (CPF 009.614.491-28); Kleiton Rosa de Oliveira (CPF 976.433.000-20); Larissa Timo Almeida (CPF 017.522.521-44); Leandro Fontanillas Pelaes (CPF 365.681.528-38); Leo Sztutman (CPF 524.032.628-20); Leonardo Recupero (CPF 337.598.248-89); Leonardo Silva Curto (CPF 269.275.578-22); Livia Pereira Junqueira (CPF 004.945.561-37); Lucas Hipolito Xavier (CPF 058.697.379-66); Marcelo Alvim Guedes (CPF 385.111.421-34); Marcia dos Reis Schmidt (CPF 261.005.708-31); Marcio Pureza Paixão (CPF 209.392.132-49); Marco Antonio de Oliveira Georges (CPF 421.380.511-53); Marcos Henrique Girão da Silva (CPF 567.272.833-20); Marcus Sampaio Azeredo (CPF 670.532.112-15); Marcus Vinicius Boente do Nascimento (CPF 115.080.987-60); Maria Neuzeli Arantes de Oliveira (CPF 107.303.228-07); Marina Muniz Bezerra (CPF 034.944.754-31); Max Lacerda Ribas (CPF 096.360.237-35); Naiara Pontes Diniz de Oliveira (CPF 005.358.041-99); Pablo do Prado Perina (CPF 213.268.778-10); Pamella Sada Dias Edokawa (CPF 736.649.011-34); Paula Cristina Mendoça de Deus Sostoa (CPF 005.043.441-10); Paulo Henrique Marcondes de Castro (CPF 080.552.727-35); Pedro Otavio Londe dos Santos (CPF 025.249.141-60); Rafael Semerene Farah (CPF 891.762.001-91); Renata Zambello de Pinho (CPF 263.945.368-81); Ricardo Dutra Reis (CPF 053.875.056-14); Roberto de Sousa Abad (CPF 710.308.161-15); Rodrigo Beccheri Cortez (CPF 158.264.598-16); Rodrigo Machado de França (CPF 878.565.731-04); Rodrigo Pinheiro Brandão (CPF 921.677.301-44); Rodrigo Rocha Silveira (CPF 020.925.761-00); Romulo Silveira dos Santos Amor (CPF 021.227.395-76); Thacianne de Andrade Leal (CPF 039.866.664-43); Thiago Lopes Cantalice (CPF 110.581.747-46); Tiago Silva Vieira (CPF 000.341.365-92); Vinicio Bertazzo Rossato (CPF 006.111.980-61); Vinicius Scarpa Sousa (CPF 057.847.106-05); e Vitor Figueiredo dos Santos (CPF 083.825.617-13)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.798/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: Márcio Clayton da Silva Leitão (CPF 588.294.312-49); Nelson Augusto Batista Leite (CPF 134.851.858-84); e Pedro Marcio de Oliveira Carrancho (CPF 099.657.747-57)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.843/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
Interessada: Carmela Morena Zigoni Pereira (CPF 049.451.576-77)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.852/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: Carlos Leandro Camejo de Souza (CPF 102.989.107-99); Eder Duarte Nunes (CPF 737.071.040-87); Honório Corrêa da Silva Filho (CPF 346.841.328-97); Hudson Lincoln Gomes dos Santos (CPF 298.854.328-33); Letícia Aparecida Passos Paulino (CPF 056.168.136-80); Marlise Vidal Montello (CPF 543.523.471-91); Marta Steinbach (CPF 977.232.661-20); Mauro Cesar Lawall (CPF 165.160.988-83); Raquel Alves Gonzaga Ortolan (CPF 047.223.089-18); e Sandra Oliveira Laborda (CPF 816.324.605-72)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.672/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Rondônia - Incra/RO - MDA
Interessados: Cesar José Bernardo Souza (CPF 090.529.762-87) e Maria Benedita Pacheco dos Santos (CPF 084.862.802-06)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.883/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Goiás - Incra/GO - MDA
Interessado: Jonas Rodrigues de Souza (CPF 046.569.381-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.888/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de São Paulo - Incra/SP - MDA
Interessado: Cosmo Seripieri (CPF 052.881.428-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.044/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT/PR
Interessado: Odival Fernando Bartinik (CPF 068.596.239-34)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.417/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Goiás - Incra/GO - MDA
Interessados: Antonio de Moraes Lobo (CPF 041.830.611-72); Daiza Magalhães Marques (CPF 058.347.592-20); Divanei Estouco (CPF 186.800.201-25); Divino Moises Dias (CPF 042.177.801-68); Elizabeth Almeida Ferreira (CPF 041.528.402-34); Iracy de Sousa Santos (CPF 129.103.411-00); João Carlos Ferreira dos Reis (CPF 057.065.481-53); Ledir Vasques Borges (CPF 431.580.721-49); Raimundo Nonato Melo Marinho (CPF 033.462.342-15); e Terezinha Gonçalves (CPF 095.973.871-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.419/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Minas Gerais - Incra/MG - MDA
Interessados: Antonia Ermenegilda do Nascimento (CPF 310.044.401-97) e Jair Chagas de Souza (CPF 055.770.716-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.425/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Roraima - Incra/RO - MDA
Interessados: Joel Mauro Magalhães (CPF 119.491.396-20); Malvino Lourenço de Lanes (CPF 044.885.802-97); Maria Auxiliadora Ferreira do Nascimento (CPF 025.007.012-04); Maria de Fátima de Oliveira Cabral de Souza (CPF 074.372.854-87); e Norivaldo Bandeira (CPF 035.932.312-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.798/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - TRT/DF
Interessados: Alessandro Liberato Durço de Carvalho (CPF 079.838.967-27); Erica de Oliveira Evangelista (CPF 715.725.201-59); e Hyasmine Lontra Daher Pires (CPF 005.451.281-61)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.802/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: Alexandre Araujo Maciel (CPF 215.496.448-66); Alexandre Gomes Barriento (CPF 331.667.488-81); Aurélio Bif (CPF 424.135.240-53); Bruno Thiago Pereira Pacelli (CPF 880.724.521-34); Cynthia Renata Andrade (CPF 149.148.178-10); Danielle Fonseca Costa (CPF 316.031.648-39); Danielle Suave do Carmo (CPF 056.712.077-54); Danilo de Almeida (CPF 303.069.988-90); Davi de Figueiredo Sá (CPF 307.062.918-08); Diogo Henrique Pereira Montalvão (CPF 695.259.195-87); Eduardo Botelho Lins e Mello (CPF 037.966.774-60); Eduardo Prozzi Honorato (CPF 287.654.038-00); Fabrício Vieira dos Santos (CPF 001.360.351-59); Fernanda Carvalho Lima (CPF 839.885.563-00); Fernanda Rossi Machado (CPF 213.287.138-81); Flávio Eduardo Arruda Tormin (CPF 802.450.131-72); Frederico Oliveira Godoi (CPF 067.595.016-32); Guilherme Augusto Ferreira (CPF 219.922.608-50); Laura Diodatti de Castilho (CPF 365.839.968-63); Leandro Buissa Freitas (CPF 590.216.161-49); Lisandra Cristina Marquezini (CPF 080.786.038-78); Lucas Moreira Melo (CPF 003.140.223-25); Luiz Roberto do Nascimento (CPF 358.249.568-04); Marcos Antonio Mateus Júnior (CPF 036.133.734-59); Maria Carmen Lúcia da Silva Pereira Primo (CPF 086.307.848-65); Mariana Santiago Araujo dos Santos (CPF 058.981.486-98); Sidnei Aparecido Teixeira Batista (CPF 213.568.968-80); e Thaís Helena Rosa Torricelli (CPF 221.454.678-23)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.803/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região - TRT/ES
Interessada: Mônica Maria Coimbra de Paula (CPF 047.353.706-09)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.952/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho - TST
Interessados: Cláudia Lúcia Baldanza Coelho (CPF 120.256.231-00); Célia Aparecida de Oliveira (CPF 150.777.051-00); Deolinda Ferreira de Mattos (CPF 023.892.827-68); Edilson Batista (CPF 090.769.561-20); Eusair Arruda Diniz (CPF 084.748.771-72); Francisco Tomaz de Albuquerque (CPF 066.381.551-72) - Alteração; Francisco Tomaz de Albuquerque (CPF 066.381.551-72) - Alteração; José de Mattos Garcia (CPF 078.200.117-34); Júlia Torquato da Silva (CPF 573.576.761-53); Leda Cunha Chaves (CPF 143.903.021-91); Maria Cecília de Aquino Serra (CPF 310.028.621-91); Maria José de Souza Guimarães (CPF 055.051.431-72) - Alteração; Maria José de Souza Guimarães (CPF 055.051.431-72) - Alteração; Maria Mateus da Silva (CPF 112.828.781-15) - Alteração; Maria Mateus da Silva (CPF 112.828.781-15) - Alteração; Nauriá Crivaro Lôbo (CPF 067.688.651-53); Terezinha Isabel dos Santos (CPF 073.077.301-97); e Vera Lúcia Nunes (CPF 072.683.781-49)
Advogado constituído nos autos: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-024.164/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Ceará - Incra/CE - MDA
Interessado: Ricard Barreira Maia (CPF 069.102.543-68)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.399/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Paraná - Incra/PR - MDA
Interessado: Aroldo Jose Moletta (CPF 005.899.420-34)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.545/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
Interessados: Celso Becker (CPF 083.144.549-15); Hiroyoshi Miyake (CPF 024.229.649-15); Jose Santiago da Silva (CPF 009.287.471-15); Lucina Abati (CPF 106.818.410-87); e Nei Gilberto Amorim Tabim (CPF 066.580.670-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.495/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
Interessados: Aurelina Lucia Dumont (CPF 373.411.621-04); Jose Pedro Abati Vianna Rocha (CPF 810.565.320-68); Maria Aparecida Pereira (CPF 000.279.346-67); Pesro Vianna de Hannequim Rocha (CPF 210.106.680-72); e Raimunda de Lima Garcia (CPF 578.193.352-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.664/2008-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE
Interessadas: Heloísa de Siqueira Felício (CPF 048.550.943-15); Maria da Conceição Lima Câmara (CPF 117.617.923-34) - Alteração; e Maria da Conceição Lima Câmara (CPF 117.617.923-34) - Alteração
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.087/2010-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Município de Icó - CE
Responsáveis: Fernando Alexandre Leite Guimarães Nunes (CPF 008.966.413-25); Fernando Cavalcante do Nascimento (CPF 286.085.503-34); Francisco Flávio Farias da Costa (CPF 223.587.733-87); Gildomar Ferreira Gonçalves (CPF 760.341.603-59); Ivana Carla Teixeira de Sousa (CPF 222.802.433-34); Marcos Eugenio Leite Guimarães Nunes (CPF 681.583.353-49); Thobias Batista Martins (CPF 013.985.163-17); Transmaster Locações de Veículos e Serviços de Limpeza Ltda. (CNPJ 07.702.124/0001-68); Wilsiane Soares de Oliveira (CPF 842.321.703-59); e Zuila Maria Maciel de Melo Peixoto (CPF 218.551.453-91)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.847/2010-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Municípios de Acarape, Itatira e Penaforte - CE
Interessado: Vander Oliveira Borges, Coordenador-Geral de Operacionalização do Fndes e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação
Advogado constituído nos autos: não há

TC-034.058/2010-9
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Palhano - CE
Interessado: Vander Oliveira Borges, Coordenador-Geral de Operacionalização do Fndes e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-023.459/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: Rosely Akemi Kato Soma (CPF 012.916.338-47).
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Advogado constituído nos autos: Paulo André Mulato (OAB/SP 136.029). Sustentação Oral em nome de ROSELY ADEMI KATO SOMA
Interessado(s) na Sustentação Oral
Paulo André Mulato - OAB/SP 136.026

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe VI - Representação

TC-014.184/2011-7
Natureza: Representação
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP
Interessado: Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - Sindiquinze (57.503.922/0001-39) Advogados constituídos nos autos: Rudi Meira Cassel, OAB/DF 22.256; Jean Paulo Ruzzarin, OAB/DF 21.006; Amilcar Hecth da Costa, OAB/RS 57.250; Aracéli Alves Rodrigues, OAB/DF 26.720; Marcos Joel dos Santos, OAB/DF 21.203; Mário Henrique Trigilio, OAB/SP 233.370 Sustentação Oral em nome do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 15ª Região - SINDIQUINZE
Interessado(s) na Sustentação Oral
Rudi Meira Cassel - OAB/DF 22.256

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-012.314/2005-6
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Companhia Docas do Estado do Rio Grande do Norte - Codern.
Responsáveis: Airton Paulo Torres (004.464.244-04); Alvaro Fernandes Freire Filho (155.100.774-68); Ana Maria de Sena Patrício (201.065.804-34); Augusto Cesar Lemos (290.137.637-15); Aymar Jorge Ribeiro Hyal (073.346.928-02); Constremac Construções Ltda. (03.998.869/0001-65); Dirceu de Castro Oliveira (004.270.201-15); Domício José Gregório Arruda Silva (505.595.754-91); Engenharia de Materiais Ltda. (41.157.967/0001-69); Eugênio Leopoldo Rosado Cascudo Rodrigues (201.830.544-15); Fernando Antônio Crisóstomo (114.355.854-53); Fábio Luiz Araújo Lopes Farias (240.584.754-04); Gustavo Henrique Teixeira de Faria (027.880.164-17); Geraldo Dias de Oliveira (019.649.767-15); Gilson Duarte Ferreira dos Santos (072.635.891-68); Hanna Yousef Emile Safieh (037.959.854-04); Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87); Irani Dutra de Siqueira (038.762.251-91); J Ferreira & Construcões Ltda. (12.409.447/0001-06); Jatobeton Engenharia Ltda. (00.507.949/0001-82); Jairo Rodrigues da Silva (068.652.327-04); Josimar Nogueira de Lima (086.178.214-34); José Walter de Carvalho (003.132.894-68); Luiz César Brandão Maia (068.085.571-87); Lafayete Pacheco Neto (057.219.111-15); Manoel Alves Neto (071.296.454-15); Maria da Salete Medeiros Moreira (155.913.444-53); Marilena Freitas Silvestre (421.575.601-49); Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo (323.439.224-20); e Vipetro Vilmar Pereira Construções e Mont Petrolif Ltda. (09.080.623/0001-96).
Recorrente: Domício José Gregório Arruda Silva (505.595.754-91), ex-Administrados do Porto de Maceió/AL.
Advogado constituído nos autos: Não há.

TC-013.036/2004-3
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de Paço do Lumiar/MA.
Recorrente: Amadeu da Cunha Santos Aroso Neto, CPF nº 002.910.803-91.
Advogado constituído nos autos: Nicomedes Olímpio Jansen Júnior, OAB/MA nº 8.224.

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-008.925/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Município de São Miguel da Baixa Grande/PI.
Responsáveis: Jeneilson Pio Barbosa (CPF 349.634.643-49), ex-prefeito, e Construtora Novo Milênio (CNPJ 04.191.947/0001-88), contratada.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.380/2007-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Espírito Santo - Setas/ES.
Responsáveis: Maria Helena Ruy Ferreira (CPF n.º 035.851.587-49), Maria Terezinha Silva Gianardoli (CPF n.º 214.521.807-68), Francisco de Morais (CPF n.º 451.515.807-44), Arízio Ribeiro Brotto (CPF n.º 577.999.207-00), Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - CNTM (CNPJ n.º 03.637.311/0001-54) e Flávio Augusto Cruz Nogueira (CPF n.º 840.668.227-20).
Interessada: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Advogados constituídos nos autos: José Júlio dos Reis (OAB-DF nº 22.057), Renatta Lima de Oliveira (OAB-DF nº 19.879), Letícia Maria Ruy Ferreira (OAB/DF nº 18.361), Gisela Moreira Moysés (OAB/DF nº 22.596).

TC-022.498/2009-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Curral Novo do Piauí/PI.
Responsáveis: Crispiniano José de Moraes, CPF nº 181.600.503-72; Engenheiros Associados Consultoria Projetos e Execução Ltda., CNPJ nº 01.822.285/0001-09. Advogados constituídos nos autos: Uanderson Ferreira da Silva, OAB/PI nº 5.456; Adriano Moura de Carvalho, OAB/PI nº 4.503; Márlio da Rocha Luz Moura, OAB/PI nº 4.505.

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-001.566/2010-5
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
Interessados: Alexandrina Maria da Rocha (671.301.948-04), Antonio Jose Brussolo da Cunha (485.902.908-91), Calil Kairalla Farhat (001.589.768-00), Dalva de Azevedo Ejupi (900.614.118-68), Ernestina Alves de Sena (046.763.668-09), Eva Ferreira (010.844.048-69), Eva Santina Socio (011.281.368-21), Ilone Rodrigues de Souza Braga (076.774.568-04), Maria Anita Moreira Santana (574.561.518-49) e Maria Elena de Oliveira (004.573.148-93).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.731/2010-0
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
Interessados: Iani Nunes dos Santos Beserra Braga (200.415.783-68), Izália Lustosa Nogueira de Araújo (001.346.863-49), Maria das Dores Rufino Costa (229.313.923-91), Maria de Lourdes Leal Nunes de Andrade Brandão (068.034.233-87) e Raimundo Itamar Lemos Fernandes (023.815.673-72).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.095/2010-1
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal Rural do Semi-Árido/RN.
Interessados: Henry Hudson da Silva (085.725.504-53), Joaquim Amaro Filho (048.571.003-04) e Nilter Rodrigues da Rocha (088.598.094-87).
Advogado constituído nos autos: não há

TC-009.307/2010-9
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
Interessados: Eudes Fereira Lima (069.034.283-72), Humberto Soares Guimaraes (048.286.313-72), Inaura Maria Ferreira de Almeida (080.519.763-04), Lucimar Ramos Ribeiro Gonçalves (077.034.493-34), Rosângela Torres de Alencar Matias (065.809.983-34) e Sônia Maria de Castro Lima Freire (200.053.503-87).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.941/2010-8
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
Interessados: Leotina Pereira Lopes Mendonça (047.224.503-15), Lina Celso Pinheiro Ribeiro (048.286.403-63), Manoel Antonio Nunes Meireles (065.527.653-04), Maria Neuma Dias Castor (102.860.804-78), Maria das Graças Nunes Rocha (204.416.736-00) e Maria dos Remédios Araújo de Sousa (226.324.413-15).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.829/2009-2
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
Interessados: Ezequiel Teixeira dos Santos (167.878.466-49), Jaime Moreira (116.390.246-20) e Manuel Herculano Pereira (150.229.006-53).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.375/2010-5
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
Interessados: Herta Kieser (006.275.779-20), Ingrid Elsen (069.717.178-72), Ivani Zechini Bueno (020.712.319-53), Joana Sueli de Lazari (593.294.758-68), Joao Carlos Sell Duarte (065.290.039-91), Joao Jose Caldeira Bastos (001.954.569-04), Joao Soares de Souza (029.907.179-00), Joceli Jose Coelho (102.925.199-15), Jose Meira Filho (082.535.369-68) e Jose Sidiney Capanema (028.769.309-00).
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.311/2009-9
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
Interessados: América Teixeira de Oliveira (231.695.916-49), Angelica Mara da Silva (011.959.356-41), Beatriz Teixeira dos Santos (698.699.526-15), Bernardina de Sena Martins (681.910.906-78), Brunna Rafaela Melo Bartole (011.799.646-75), Cristiano Flaiman Ricas da Silva (052.891.966-09), Edelweiss Roedel Galvão Dutra (008.629.166-15), Edna Siqueira de Souza Lima (410.474.276-72), Elder Angelo da Silva (071.885.966-97), Elisete Flaiman da Silva (037.991.436-02), Geovana Goncalves Filgueiros (041.942.466-08), Ivany Dias da Costa (004.019.446-97), Leonice Brasil da Silveira (631.989.756-20), Lygia Maria Gomes e Souza (375.349.476-34), Maria Moreira Vasconcelos de Morais (025.416.876-05), Maria Ottilia Lopes Boson (006.505.016-91), Nathalia Rosselle Melo Bartole (011.799.656-47), Paloma de Souza Ferreira (060.079.736-89), Ruth Giori Dias (160.475.676-49), Talita Dias Ferreira (062.967.926-62), Thales Ferreira de Souza Rocha (059.856.646-51), Vanderlei Dias Ferreira (062.967.076-57), Vicente Paulo Moaris Silva (007.222.196-87), Welerson Goncalves Filgueiros (042.992.286-85), Wenderson Melo Bartole (011.799.636-01) e Weslley Dicares Patricio Marra (057.431.376-17).
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-029.226/2010-4
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
Interessados: Emilia Teresa Canuto Baia (096.526.203-00), José Flamarion Moura do Vale (038.367.113-20), José Newton de Freitas Coelho (014.557.883-68), Maria do Perpetuo Socorro Gomes Melo (096.835.003-82), Raimundo Nonato do Rêgo Monteiro (038.782.283-68) e Vitorino da Costa Filho (004.639.063-49).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe I - Recursos

TC-005.211/2006-7
(com 1 volume e 6 anexos).
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Município de Nova Venécia/ES.
Embargantes: Francisco de Assis Leal Souza (CPF 196.385.237-00), Francisco Diomar Forza (CPF 379.648.527-87), Irineu César Brandão (CPF 083.499.757-68), Indústria e Comércio de Pré-Moldados Veneciano Ltda. (CNPJ 00.870.137/0001-05), Granorte Terraplenagem Ltda. (CNPJ 01.387.146/0001-02) e Rural Norte Serviços & Comércio Ltda. (CNPJ 00.972.072/0001-09). Advogados constituídos nos autos: Idáulio Bonomo (OAB/ES 15.980), Luiz Antonio Tardin Rodrigues (OAB/ES 7.935), Ricardo Meneguette (OAB/ES 14.091) e Sander Gosser Polchera (OAB/ES 15.457).

TC-007.073/2009-2
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC.
Interessado: Neidmar da Mata Silva - CPF 108.679.024-34. Advogados constituídos nos autos: João Hélder Dantas Cavalcanti - OAB/RN 1.361, Manoela Batista Dantas Neto - OAB/RN 1.996 e Marcos Vinício Santiago de Oliveira - OAB/RN 1.420.

TC-009.757/2008-8
Natureza: Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração.
Entidade: Prefeitura de Campo Redondo - RN.
Embargante: Marcus Welby Martins Ferreira (930.555.104-10).
Unidade: Prefeitura de Campo Redondo - RN (08.358.723/0001-79)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.949/2007-3
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Unidade: Município de Santana do Ipanema/AL.
Recorrente: Nenói Pinto Araújo (059.860.364-68).
Interessados: Banco do Brasil (00.000.000/0059-08); Secretaria de Controle Externo - Alagoas (00.414.607/0002-07).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-575.330/1997-0
(com 5 volumes e 4 anexos). Apenso TC-000.617/1996-2.
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.
Recorrentes: Celso Alves da Cruz (CPF 069.254.307-44), Hugo Túlio Rodrigues (CPF 151.685.906-59), Leila Miragaya Matz (CPF 606.986.247-34) e Lourival Carmo Mônaco (CPF 014.174.018-34). Advogados constituídos nos autos: Celso Joppert Gomes de Souza (OAB/RJ 20.653), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Francisco de Assis Chiaratto (OAB/DF 28.279), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Jane Marina de Paiva Rio Camargo (OAB/RJ 20.927), Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668), Mario Menezes (OAB/DF 2.876).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-010.645/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Diretório Nacional do PDT/AL.
Responsáveis: Geraldo Costa Sampaio (003.480.824-87); Ileilda Ferreira dos Santos (073.604.444-20); Partido Democrático Trabalhista (00.079.575/0001-69).
Interessado: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/AL (00.509.018/ 0002-02). Advogados constituídos nos autos: Gustavo Martins Delduque de Macedo - OAB/AL 7.656 e Fabiano de Amorim Jatobá - OAB/AL 5.675.

TC-020.493/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura de Nova Mamoré/RO.
Responsáveis: Santa Maria Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 03.737.267/0001-54), E. DE J. V. Rodrigues Comércio - Comercial Rodrigues (CNPJ 02.391.145/0001-96), Enir Rodrigues de Jesus (CPF 154.695.258-64), José Antenor Nogueira (CPF 312.650.812-04), Luiz Antônio Trevisan Vedoin (CPF 594.563.531-68) e Maria Loedir de Jesus Lara (CPF 890.050.741-91). Advogados e Procuradores constituídos nos autos: Válber da Silva Melo (OAB/MT 8.927), Augusto Assumpção (OAB/MT 13.279), Isabella Karen Araújo Simões (defensora pública federal) e Tatiana Melo Aragão Bianchini (defensora pública federal).

TC-026.873/2010-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura de Japeri/RJ.
Responsáveis: Bruno Silva dos Santos, ex-prefeito (CPF 019.202.827-85), Planam - Indústria, Comércio e Representação (CNPJ 37.517.1158/0001-43) e sua sócia-administradora Cléia Maria Trevisan Vedoin (CPF 207.425.761-91). Advogados constituídos nos autos: Válber Melo (OAB/MT 8.927) e Luiz Mário do Nascimento Junior (OAB/MT 12.886).

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-005.225/2005-4
Natureza: Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
Recorrente: Mirtes Maria Fontoura Fioravan (197.003.183-20) Advogados constituídos nos autos: Leonel de Araujo Lima Junior (OAB/MA 7.999) e outros

TC-012.454/2002-2
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Conselho Regional de Medicina Veterinária -SP
Responsáveis: Antonio Roberto de Oliveira Hunziker (017.875.688-14); Aparecido Antonio Camacho (005.751.158-66); Armen Thomassian (121.113.176-91); Carlos Ribeiro Nicacio (297.691.168-15); Edgar Luiz Sommer (684.814.388-04); Heinz Otto Hellwig (175.103.330-91); José Alberto Pereira da Silva (405.899.518-15); José Luiz D'angelino (196.876.058-04); Luiz Fernando Dutra (507.249.088-20); Mario Antonio Paccola Filho (706.957.258-15); Rosemary Viola Bosch (033.561.778-69); Tribunal de Contas do Estado de São Paulo/sp. (50.290.931/0001-40); Valdecir Vargas Castilho (169.659.810-91)
Interessados: Conselho Regional de Medicina Veterinária-sp (50.052.885/0001-40); Lucilene Regina Nolli de Moraes (055.818.218-60) Advogados constituídos nos autos: Glaucio Dias Araujo (OAB/SP nº 163.602), Ellen Cristine Salzedas Muniz (OAB/SP nº 203.171), André Campos Moretti (OAB/SP nº 199608) e Ronaldo Dias Lopes Filho (OAB/SP nº 185.371).

TC-016.563/2008-4
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades: Prefeitura Municipal de Autazes/AM
Recorrente: José Thomé Filho (CPF: 031.612.692-68)
Interessados: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Prefeitura Municipal de Autazes/AM Advogados constituídos nos autos: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM nº 4177), Procuração à fl. 21 do Volume 2.

TC-022.686/2008-0
Natureza: Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração em Prestação de Contas -
Exercício: 2007
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar/PB.
Responsáveis: Carlos Alberto Patrício da Silva (CPF 160.337.364-00); Daniel Kluppel Carrara (CPF 477.977.891-34); Federação da Agricultura do Estado da Paraíba - Faepa (CNPJ 08.560.005/0001-80); Francisco de Assis Florindo (CPF 144.324.558-53); Fábio Nóbrega de Albuquerque (CPF 039.543.564-14); Geane da Costa Lucena (CPF 797.871.854-91); Geraldo Gontijo Ribeiro (CPF 157.453.926-49); Joaquim Osterne Carneiro (CPF 004.808.784-04); Jocelyn Velloso Borges Neto (CPF 423.924.204-59); Jose Goncalves Viana (CPF 016.104.814-53); José Inácio de Morais Andrade (CPF 166.784.864-04); Liberalino Ferreira de Lucena (CPF 067.942.544-68); Luciano de Aguiar Barbosa Maia (CPF 275.883.004-34); Mario Antonio Pereira Borba (CPF 048.690.364-87); Raimundo Nonato Siqueira (CPF 039.792.884-04); Vanildo Pereira da Silva (CPF 005.721.444-15).
Embargante: Mario Antonio Pereira Borba (CPF 048.690.364-87)
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-000.985/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Interessados: Carlos Henrique Santos da Silva (056.661.877-08); Carolina Lutz Machado (009.545.170-67); Dalvaneide dos Santos (603.809.697-34); Doly de Lourdes Pires de Almeida (122.050.738-50); Elizamar Nardoni (163.405.288-99); Filipe Eduardo Lima Malinski (005.452.979-40); Jaqueline de Souza (020.294.339-93); Jessica Sophia Araujo F de Medonça Fraga (006.504.661-79); Lecir Lutz Deckmann (418.329.060-00); Magnolia Araujo (610.388.061-00); Maria Claudia Nardoni (136.866.048-76); Maria Joseleuda Batista Lima (549.032.039-72); Maria Luiza Nardoni (043.093.618-46); Neusa de Vera S da Silva (823.794.837-87); Orlanda Alves Moreira (162.914.768-00); Paulo Henrique Santos da Silva (056.661.887-71); Rita Maria dos Santos (030.045.174-18); Rita de Cássia Souza Vieira de Oliveira (042.977.606-30); Yvone Pinheiro da Silva (456.501.019-49)
Advogado constituído nos autos: Não há

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe I - Recursos

TC-032.543/2008-0
(com 1 volume e 5 anexos)
Natureza: Embargos de Declaração
Interessado: Roberto Grapiúna (CPF 174.220.946-72)
Advogados constituídos nos autos: Renan Kfuri Lopes (OAB/MG 42.150) e Newton A. Alves (OAB/MG 120.609)

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-015.126/2009-2
Natureza: Tomada de Contas (Exercício: 2008)
Órgão: Secretaria-Executiva do Ministério das Comunicações.
Responsáveis: Carlos Alberto Freire Resende (145.785.576-34); Carlos Roberto Paiva da Silva (027.748.282-87); Cesar de Souza Ribeiro (059.838.601-78); Fernando Rodrigues Lopes de Oliveira (112.985.967-34); Guderiam Stadler Silva (564.121.931-20); Jorge da Motta e Silva (033.261.877-34); Lafaiete Alves Ferreira Netto (287.237.081-15); Manoel Elias Moreira (001.472.141-49); Regivaldo Silva Portela (416.401.011-87); Roberto Pinto Martins (129.627.321-00); Sayonara Leonez de Medeiros Coelho Cintra (392.590.994-04); Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu (070.108.936-91)
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-000.982/2007-2
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Codó - MEC
Interessados: Deusivaldo Aguiar Santos (075.754.323-53); Luciana Almada Thomaz (042.181.427-69)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.201/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade Federal de Minas Gerais
Interessado: José Rodrigues dos Santos (229.493.806-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.530/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade Federal de Santa Catarina
Interessada: Yara Regina Bianchini Mello (454.566.239-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.314/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI.
Interessado: Celso Pires Ferreira (001.587.713-20) Advogados constituídos nos autos: Helbert Macial (OAB/PI nº 1.387); Igor Moura Maciel; Camilla Veloso Pereira (OAB/PI nº 7.929); Leonardo Augusto Raulino Pereira (OAB/PI nº 6.326).

TC-015.317/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI.
Interessada: Nilza Nunes Marreiros Guerra (014.652.103-00) Advogados constituídos nos autos: Helbert Macial (OAB/PI nº 1.387); Igor Moura Maciel (OAB/PE nº 8.747-E); Arianne Beatriz Fernandez Ferreira (OAB/PI nº 7.343); Camilla Veloso Pereira (OAB/PI nº 7.929)

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe I - Recursos

TC-005.822/2009-8
Natureza: Embargos de Declaração
Órgão: Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura - Sefic/MinC.
Interessada: B & L Promoções e Eventos Ltda. (04.167.085/0001-58) Advogados constituídos nos autos: Hélcio Barbosa Cambraia Júnior (OAB/MG 57.171), Marcia Beatriz Fonseca de Lima Franco (OAB/MG 71.940), Paola Victorino Dias Peluso (OAB/MG 81.184), Andréa Maria Alves Lage (OAB/MG 18.460-E), Alessandra Isabela Drummond de Alvarenga (OAB/MG 65.787), Rafael Neumayr (OAB/MG 97.806), Stefano Pessoa Ragonezzi (OAB/MG 95.444), Lázaro Henrique Romio (OAB/DF 28.508), Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB/MG 56.543, OAB/DF 1.742-A), Gustavo Soares da Silveira Giordano (OAB/MG 76.733), Marcello Prado Badaró (OAB/MG 46.376), Gustavo Andère Cruz (OAB/MG 68.004), Gustavo de Marchi e Silva (OAB/MG 84.288), Jairo José de Isaac (OAB/MG 6.628), José Francisco Bueno (OAB/MG 10.722), Milton Drummond Fortes (OAB/MG 24.446), Leonardo José Melo Brandão (OAB/MG 53.684), Fábio Antônio Tavares dos Santos (OAB/SP 116.430), Rodrigo Romaniello Valadão (OAB/MG 72.264), Guilherme Lima de Moura Sales (OAB/MG 106.582), Paulo Márcio Abrahão Guerra (OAB/MG 77.778), Robledo Majella Lopes Pinto (OAB/MG 77.844), Renato Mitsuo Takahashi Obara (OAB/MG 107.208), Sílvia Maria de Araújo (OAB/MG 108.777), Cristianne Barreto Reis (OAB/MG 89.941), Flávio Nunes Cassemiro (OAB/MG 96.181), Amaro Barbosa Rocha (OAB/MG 124.187), Leandro Eustáquio de Matos Monteiro (OAB/MG 81.614)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-027.143/2008-8
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Município de Cornélio Procópio/PR
Interessado: Município de Cornélio Procópio/PR
Advogado constituído nos autos: Luís Gustavo Ferreira Ribeiro Lopes, OAB/PR 36.846

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-000.251/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Fonte Boa/AM
Responsáveis: Sebastião Ferreira Lisboa (CPF 007.452.002-49); Wilson Ferreira Lisboa (CPF 052.629.502-30) Advogados constituídos nos autos: Kellvin do Nascimento Sobrinho, OAB/AM 4.494; e Stênio Holanda Alves, OAB/AM 4.254.

TC-001.173/2010-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Responsável: Maria do Carmo Pierre Barreto (CPF 187.996.203-91)
Advogado constituído nos autos: Carlos César Q. Pierre, OAB/CE 10.567

TC-005.728/2009-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Município de Granjeiro/CE
Responsáveis: Construtora Santorini (CNPJ 07.270.529/0001-74); Vicente Félix de Souza (CPF 133.853.485-87)
Advogados constituídos nos autos: José Moreira Lima Júnior, OAB/CE 6.986; Ana Paola Lopes de Melo Cesar, OAB/CE 14.356; e Marcos Antônio de Sampaio Macedo, OAB/CE15.096

TC-013.235/2010-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Beruri/AM
Responsável: Alcimar Bezerra Moraes (CPF 064.976.672-53). Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-019.557/2010-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Poranga/CE
Responsáveis: Aderson Jose Pinho Magalhaes (CPF 382.217.993-00); Limeira e Albuquerque Comercial de Alimentos e Construções Ltda. (CNPJ 07.095.030/0001-78)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.935/2007-7
Natureza: Prestação de Contas
Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Mato Grosso (Incra/MT) - MDA (00.375.972/0001-60)
Responsáveis: Adelino Francisco de Almeida (172.762.411-49); Alonso Batista dos Santos (850.996.861-68); Doriva Bueno de Freitas (103.367.371-49); Eronilda Maria Silva Ferraz (181.399.142-15); Fred Cebalho (304.627.701-68); Ilson Rosa da Cruz (241.620.861-68); Joaquim Francisco Ferreira (150.994.401-00); Joides Januario de Miranda (374.233.805-63); João Bosco de Moraes (161.458.601-20); Julia da Silva Ramos (378.829.021-87); Leandro Luiz Wandscheer (028.901.839-04); Leonel Wohlfahrt (309.742.240-49); Maria da Gloria Ferreira (147.730.741-91); Maria do Carmo de Medeiros Andrade (938.721.788-49); Márcio Benedito Amorim (230.050.841-91); Ozenir Fernandes Leite (284.818.361-68); Paixão Benedito Guimarães Caldas (241.468.891-20); Pedro Henrique de Franca (161.922.141-15); Pedro Sergio Pimentel (121.782.921-00); Roosevel Motta (299.032.701-00); Saguio Moreira Santos (766.747.621-72); Sergio Antonio Ferreira Paschoal (900.810.131-91); União Total Engenharia Ltda. (08.032.679/0001-02); Vergina de Fátima Faberi dos Santos (206.899.341-49); Wate Jose de Miranda Ferraz (112.377.401-34)
Exercício: 2006
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.972/2010-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Saboeiro/CE
Responsável: Maria de Fátima Araújo Diógenes (CPF 168.204.792-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.757/2008-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Toledo/PR
Responsáveis: Derli Antônio Donin (405.335.069-72), ex-prefeito
Advogado constituído nos autos: não há

TC-031.220/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Maués/AM
Responsável: Carlos José Esteves (CPF 127.131.551-34)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-575.564/1995-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu - Sesni.

Responsáveis: Fábio Gonçalves Raunheitti (380.101.787-72) e Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu/RJ-Sesni Advogados constituídos nos autos: Sandra Mary Souza, OAB/DF nº 25.702, Flavia Firgulha da Costa Sousa, OAB/RJ nº 147.953, Marcio André Mendes Costa, OAB/RJ nº 74.823, Ricardo Vianna Rocha, OAB/RJ nº 30.527, Ricardo A Labanca Bastos, OAB/RJ nº 77.661, José Manuel Silva de Brito, OAB/RJ nº 130.113, Ariana Miranda Quintanilha, OAB/RJ nº 135.617 e Beatris Jardim de Azevedo, OAB/RJ nº 117.413

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-003.668/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF.
Interessados: Alaor Silveira (CPF 077.578.246-72); Arlete Soares de Azevedo Marques (CPF 239.511.091-49); Claudeci Pereira Santana (CPF 146.303.621-34); Frank José Gonçalves de Oliveira (CPF 095.641.107-00); Irene Machado Ferraz Teixeira (CPF 223.554.211-53); Levi Conrado Eller (CPF 007.505.496-53); Maria Glaucenir Carvalho Braga (CPF 287.050.681-34); Marilda Nepomuceno Dusi (CPF 279.707.951-53); Marta Maria Vereza Bruzzi (CPF 371.530.131-72); Neusa Maria da Mata Carvalho (CPF 287.726.871-34)8.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.684/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS - JT
Interessados: Julita Teresinha Argenta (173.922.680-15); Katia Ciria Falcão (408.079.910-15); Lear Pante de Azevedo (003.674.190-68); Marci de Almeida Graczyk (543.686.180-68); Maria Guilhermina Miranda (070.529.440-49); Marta Rocha Guedes (359.181.950-68); Martha Rath Bohrer (255.763.210-49); Norberto Borges dos Santos (067.005.190-04)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.749/2010-6
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Biblioteca Nacional - MinC
Interessada: Maria de Lourdes Pinho Araújo (CPF 433.588.537-72)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.061/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Superintendência Regional do Incra em Pernambuco - Incra/PE
Interessados: Antônio Ferreira Lima (004.961.974-87); Bergson de Almeida (005.180.934-68); Edilton Dencker Dantas (005.959.854-91); Eleni Maria da Silva (083.827.514-15); Jamaci Leite Grilo (081.971.564-68); Luiz José da Mota Silveira (002.126.444-91); Luiz Oscar Pantoja Nunes (104.717.664-53); Sebastião José de Lima (007.205.004-78)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.256/2010-8
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan
Interessados: Eliane de Barros Formiga Franca (CPF 639.300.564-53); Glauco de Oliveira Campello (CPF 005.245.144-53); Italo Campofiorito (CPF 000.485.931-68); Lauri Alves Vitorio (CPF 231.669.087-49); Marcos Antonio Ferreira da Silva (CPF 195.511.424-20); Marcos Lima dos Reis (CPF 349.537.447-72)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.280/2008-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG
Interessados: Adicélia Alves Viana Ribeiro (015.770.786-59); Ana Paula Viana Ribeiro (071.337.096-35); Gabriel Viana Aroeira (015.615.755-18); Nayana Sara Viana Ribeiro (071.338.436-09); Silvia Dias de Oliveira (327.080.256-00)
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 18 de agosto de 2011.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Câmara

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

RETIFICAÇÃO

No DOU de 15 de julho de 2011, Seção 1, na página 139, onde se lê "PROCESSO N°: 2008.39.00.701208-5", leia-se "PROCESSO N°: 2008.39.00.701308-5".

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO Nº: 2005.71.95.012404-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JAIRO FERREIRA PEREIRA
PROC./ADV.: JOSÉ RICARDO MARGUTTI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JAIRO FERREIRA PEREIRA, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual manteve a sentença que não reconheceu o exercício sob condições especiais nos períodos alegados pelo autor após 05/03/1997, sob o fundamento de que, a partir dessa data, a legislação passou a considerar nociva a exposição a ruído superior a 90dB, o que não teria ocorrido no caso dos autos.Sustenta o suscitante divergência com julgados do STJ e de Tribunais Regionais Federais, aduzindo, em síntese, que o autor exercia suas atividades laborativas com exposição a ruídos em níveis superiores a 90dB.

O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Relatados. Decido.

Primeiramente, cumpre registrar que acórdãos provenientes de Tribunais Regionais Federais não servem como paradigma para o presente incidente, vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.

Quanto ao mais, verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.

A decisão colegiada combatida entendeu que restou comprovado nos autos que o autor esteve exposto a ruído superior a 80dB, mas inferior a 90dB. A decisão assevera, ainda, que com relação ao nível de pressão sonora obtido após o ajuste solicitado pelo autor, para que equivalesse ao modo como supostamente utilizava o equipamento, não há nos autos prova efetiva de que o autor utilizava os fones de ouvido com volume de retorno mais alto que o normal, havendo, apenas, a palavra do autor nesse sentido. Por isso, devem ser consideradas apenas as medições feitas pelo perito sem a alteração de volume sugerida pelo autor (fl. 229), ao passo que os precedentes colacionados se limitam a mencionar que a legislação aplicada para o reconhecimento e cômputo do tempo de serviço exercido em condições especiais é a vigente a época da efetiva prestação do serviço.

Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2005.81.01.511058-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA SÔNIA NUNES DE OLIVEIRA
PROC/ADV.: FRANCISCO RONALDO V. MARTINS
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA SÔNIA NUNES DE OLIVEIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no artigo 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais, assim ementada, litteris:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL POR DEFICIÊNCIA. INCAPACIDADE LABORAL. ANÁLISE DO CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO. OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Na linha do acórdão paradigma desta Turma Nacional (PEDILEF 200643009058050, Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, DJ 14/03/2008), que exige a análise do contexto sócio-econômico do autor para a fixação da sua incapacidade laboral total, o acórdão impugnado concluiu pela incapacidade parcial do recorrente à luz das circunstâncias específicas do caso concreto, o que não enseja a sua transmutação em incapacidade total. Impossibilidade, ademais, de reexame de prova, vedado nesta instância.

2. Pedido de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

Alega a suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese que, a par dos requisitos legais, devem ser consideradas as suas condições socioeconômicas, para fins de reconhecimento do direito à percepção do benefício assistencial.

Relatados. Decido.

In casu, a Turma Nacional de Uniformização não conheceu do incidente de uniformização, não proferindo juízo de mérito em sua decisão, impossibilitando o conhecimento do presente pedido, visto que o incidente de uniformização de interpretação de lei federal dirigido ao STJ é cabível apenas na hipótese em que houver enfrentamento do mérito pela decisão adotada no âmbito da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Nesse sentido, decisão do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

PROCESSUAL CIVIL. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO DO STJ. LEI 10.259?01 (ART. 14, § 4º). PRAZO. RESOLUÇÃO?STJ 02?02 (ART.4º). DIREITO MATERIAL NÃO APRECIADO NA ORIGEM. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE.

1. A Resolução 20?02, do STJ, foi editada em cumprimento ao disposto no art. 14, § 10 da Lei 10.259?01, segundo o qual "Os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição dos órgãos e os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização e do recurso extraordinário". Não se pode ter por ilegítima, assim, a fixação do prazo para a formulação do incidente (dez dias, contados da intimação da decisão da Turma Nacional - art. 4º).

2. Dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259?2001 que o incidente de uniformização dirigido ao STJ somente é cabível (a) contra decisão da Turma Nacional de Uniformização que, (b) apreciando questão de direito material, (c) contrarie jurisprudência dominante no STJ. No caso, a Turma Nacional não admitiu o incidente de uniformização previsto no art. 14, §§ 1º e 2º da Lei 10.259?01, razão pela qual não proferiu juízo a respeito do direito material questionado.

3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg na Pet nº 6.080/RJ, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJe de 01/09/2008).

Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.81.03.506003-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PEDRO CALISTO DOS SANTOS
PROC./ADV.: VÂNIA MARIA GOMES DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por PEDRO CALISTO DOS SANTOS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou comprovada a condição de segurada da falecida.

Alega divergência com o enunciado sumular n.º 6 da TNU, com julgados de Tribunais Regionais Federais e do STJ, aduzindo, em síntese, que a condição de rurícola da mulher funciona como extensão da qualidade de segurado especial do marido.

O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Relatados. Decido.

A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.

Ademais, verifica-se que os julgados do STJ indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.

Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, atendo-se ao conjunto de provas produzidas nos autos, tanto material quanto testemunhal, concluiu que não restaram preenchidos os requisitos para a concessão de pensão por morte de segurada especial, de modo que a inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, como requer o suscitante, mostra-se manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.

Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.33.00.714951-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAILDA ALVES FREITAS
PROC/ADV.: LEANDRO BONFIM CARVALHO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2.º da Lei n.º 10.259/2008, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, que manteve sentença de procedência do pedido de aposentadoria rural por idade, por considerar devidamente comprovada a condição de rurícola alegada pela autora com base neste fundamento:

No caso examinado não remanesce dúvida acerca do requisito etário, comprovado objetivamente e preenchido em 1997 (fl. 05), sendo a condição de trabalhador rural no período de carência deduzida da documentação acostada - certidão de casamento, datada de 23/06/1976, onde costa a profissão do marido da recorrida como lavrador - confirmada, ainda, pela prova testemunhal unívoca, da qual se evidencia o tempo de serviço rural da postulante (fl. 11) (fl. 50).

O suscitante sustenta que a requerente completou o requisito etário em 1997 (fls. 05), portanto, deveria cumprir a carência de 96 meses. Ou seja, o início de prova material da parte autora deveria estar compreendido entre os anos de 1989 e 1997. Entretanto, a única prova documental carreada aos autos é a certidão de casamento do ano de 1976, que qualifica o marido da autora como lavrador. Alega divergência com julgados do STJ, da Turma Recursal do Rio Grande do Sul e da TNU, dos quais se destaca o seguinte:

O documento apresentado a título de início de prova material é a certidão de nascimento da parte autora, que nasceu em 10-08-55 (fl. 17).

Portanto, o referido documento não é contemporâneo ao período objeto da comprovação colimada.

É anterior, em muito, ao início desse período.

Portanto, a questão nuclear não reside na possibilidade, em tese, de aceitação desse tipo de documento como início de prova material, mas na sua contemporaneidade.

Ora, esta Turma já firmou seu entendimento no sentido de que, embora não seja necessária a apresentação de um documento para cada período que constitua objeto da comprovação do tempo de serviço colimada, é imprescindível que a documentação apresentada seja, pelo menos, contemporânea a esse período (Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal, Processo nº 2006.70.51.00.3206-4, Relator Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz).

O incidente foi inadmitido.

O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Relatados, decido.

Afigura-se caracterizada a divergência jurisprudencial alegada.

Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, admito o presente pedido de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.33.00.716191-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DA LUZ PEREIRA
PROC/ADV.: CÍCERO EMERENCIANO DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2.º da Lei n.º 10.259/2008, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, que julgou procedente pedido de aposentadoria rural por idade, por considerar devidamente comprovada a condição de rurícola alegada pela autora.

O suscitante alega divergência com o seguinte julgado do STJ:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. TRABALHADOR RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA. SOMENTE PROVA TESTEMUNHAL A CORROBORAR A QUALIDADE DE RURÍCOLA DA AUTORA. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. SÚMULA 149 DO C. STJ.

- Conforme dispõe o § 3º do art. 55, da Lei 8.213/91, a comprovação da qualidade de trabalhador rural só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não se admitindo prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito.

- Verifica-se, compulsando os autos, que a autora apresentou como documento apenas cópia de carteirinha de afiliação de sindicato rural, na qual alega ser rurícola e, a teor do entendimento esposado pelo eg. Tribunal a quo, o mencionado documento não é suficiente a caracterizar início de prova material.

-Agravo improvido.

(AgRg no REsp 744.699/CE, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, SEXTA TURMA, julgado em 07/06/2005, DJU de 27/06/2005, p. 471).

O incidente foi inadmitido.

O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Relatados, decido.

A decisão ora impugnada reformou a sentença de improcedência do pedido, ao entendimento de que:

Constitui início de prova material da condição de rurícola cópia de carteira de filiação a sindicato de trabalhadores rurais expedida em 16/06/99 (fl. 15), dentro, portanto do período de carência do benefício.

Prova testemunhal apta a corroborar a condição de rurícola demonstrada pela prova documental.

Incide, na hipótese dos autos, a Súmula n.º 14 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência [...]. Portanto, apresentado um único documento contemporâneo ao período de tempo indicado, impõe-se o reconhecimento de todo o lapso temporal pretendido, quando corroborado pela prova testemunhal (fl. 77).

À vista do excerto supratranscrito, verifica-se que a decisão vergastada fundou-se na prova apresentada pela parte autora da sua condição de segurada especial, tendo como confirmado o tempo de serviço rural alegado, conclusão que, como se sabe, é insuscetível de revisão em sede de incidente de uniformização de jurisprudência, a teor do entendimento sedimentado na Súmula n. 7/STJ, aqui aplicável por analogia.

Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente pedido de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.38.00.707532-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ERNESTINA RODRIGUES OLIVEIRA

PROC/ADV.: AURO NOGUEIRA DE BARROS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais, que entendeu comprovada a condição de trabalhadora rural por início de prova material corroborada por prova testemunhal (fl. 92), mantendo, assim, sentença que assegurou à requerida o direito à aposentadoria rural por idade.

Alega o requerente divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça e Turma Recursal da mesma Região, aduzindo, em síntese, que não restou comprovado nos autos o exercício de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo.

O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Breve relatório. Decido.

A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.

Verifica-se, ainda, que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a colacionar as ementas dos julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem realizar o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.

Ademais, a controvérsia cinge-se a exame de matéria de fato, uma vez que a conclusão a que se chegou no acórdão impugnado se deu, essencialmente, por conta do conjunto probatório, mostrando-se, também por este óbice, manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO N°: 2008.33.00.704799-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ELIZABETE DE SOUZA BASTOS
PROC/ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia, a qual manteve sentença concessiva de benefício assistencial a parte autora.

Na decisão recorrida restou consignado que o laudo pericial atestou apenas a incapacidade parcial do requerido, mas que o juiz não está adstrito ao laudo, concluindo que o quadro de saúde da parte, somado à sua fragilidade social, permite concluir pela incapacidade total do requerido.

Alega divergência com julgados de Turmas Recursais do Rio Grande do Sul e do Paraná, defendendo ser necessária a comprovação da incapacidade total, não se admitindo que esta seja apenas parcial para a concessão do benefício assistencial.

O incidente foi inadmitido e a parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal de origem se afina com o da Turma Nacional de Uniformização (TNU) em casos como o presente, à medida que considerou os padrões econômico, social e educacional do autor para entender pela sua incapacidade para o trabalho.

A esse respeito, confira-se o seguinte precedente da TNU, verbis:

PREVIDENCIÁRIO. ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA. REQUISITOS LEGAIS. INCAPACIDADE. SÚMULA 29 DA TNU.

- Para os efeitos do art. 20, § 2º, da Lei n. 8.746, de 1993, incapacidade para a vida independente não é só aquela que impede as atividades mais elementares da pessoa, mas também a impossibilita de prover o próprio sustento, conforme o enunciado da Súmula 29 desta TNU.

- No caso concreto, observa-se que a situação do autor amolda-se perfeitamente ao enunciado da Súmula 29 da TNU, porquanto, possui pouca instrução, vive numa região muito pobre do Estado de Tocantins, cuja única fonte de renda para a manutenção do núcleo familiar é a agricultura, executada na terra de terceiros, sendo que o acesso a esse tipo de serviço lhe fica impossibilitado, porque se locomove com dificuldade e não pode realizar esforço físico, conforme assentado no laudo médico acostado aos autos.

- A incapacidade a que se refere a lei não exige que o demandante esteja inapto para a prática de toda e qualquer atividade laboral, mas apenas para aquelas que podem ser exercidas por ele, ou seja, devem ser sopesados os padrões educacional, econômico e social em que o deficiente se encontra inserido (PEDILEF nº 2005.43.00.902086-4, JUIZ FEDERAL MARCOS ROBERTO ARAÚJO DOS SANTOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 31/01/2008).

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. CONCESSÃO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. EXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE APENAS PARCIAL SOB O PONTO DE VISTA MÉDICO. CONSIDERAÇÃO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 29.

1. Está subjacente à Súmula nº 29 da Turma Nacional o entendimento de que embora sob o ponto de vista médico a incapacidade seja apenas parcial, sob o ponto de vista jurídico a incapacidade é total se, diante de condições pessoais desfavoráveis, for inviável o ingresso ou reingresso no mercado de trabalho.

2. Pedido de uniformização improvido.

(PEDILEF 200683035013979, JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, TNU, 28/07/2009)

Assim sendo, incidente, pois, à espécie a Questão de Ordem nº 13 da TNU, pela qual:

Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.

Em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.33.00.704971-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MANOEL DA LAPA PASSOS
PROC/ADV.: TATIANA BARRETO BISPO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia, a qual reformou sentença para conceder benefício assistencial ao autor.

Na decisão recorrida restou consignado que o laudo pericial atestou apenas a incapacidade parcial do requerido, mas que o juiz não está adstrito ao laudo, concluindo que o quadro de saúde da parte, somado à sua fragilidade social, permite concluir pela incapacidade total do requerido.

Alega divergência com julgados de Turmas Recursais do Rio Grande do Sul e do Paraná, defendendo ser necessária a comprovação da incapacidade total, não se admitindo que esta seja apenas parcial para a concessão do benefício assistencial.

O incidente foi inadmitido e a parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal de origem se afina com o da Turma Nacional de Uniformização (TNU) em casos como o presente, à medida que considerou os padrões econômico, social e educacional do autor para entender pela sua incapacidade para o trabalho.

A esse respeito, confira-se o seguinte precedente da TNU, verbis:

PREVIDENCIÁRIO. ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA. REQUISITOS LEGAIS. INCAPACIDADE. SÚMULA 29 DA TNU.

- Para os efeitos do art. 20, § 2º, da Lei n. 8.746, de 1993, incapacidade para a vida independente não é só aquela que impede as atividades mais elementares da pessoa, mas também a impossibilita de prover o próprio sustento, conforme o enunciado da Súmula 29 desta TNU.

- No caso concreto, observa-se que a situação do autor amolda-se perfeitamente ao enunciado da Súmula 29 da TNU, porquanto, possui pouca instrução, vive numa região muito pobre do Estado de Tocantins, cuja única fonte de renda para a manutenção do núcleo familiar é a agricultura, executada na terra de terceiros, sendo que o acesso a esse tipo de serviço lhe fica impossibilitado, porque se locomove com dificuldade e não pode realizar esforço físico, conforme assentado no laudo médico acostado aos autos.

- A incapacidade a que se refere a lei não exige que o demandante esteja inapto para a prática de toda e qualquer atividade laboral, mas apenas para aquelas que podem ser exercidas por ele, ou seja, devem ser sopesados os padrões educacional, econômico e social em que o deficiente se encontra inserido (PEDILEF nº 2005.43.00.902086-4, JUIZ FEDERAL MARCOS ROBERTO ARAÚJO DOS SANTOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 31/01/2008).

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. CONCESSÃO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. EXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE APENAS PARCIAL SOB O PONTO DE VISTA MÉDICO. CONSIDERAÇÃO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 29.

1. Está subjacente à Súmula nº 29 da Turma Nacional o entendimento de que embora sob o ponto de vista médico a incapacidade seja apenas parcial, sob o ponto de vista jurídico a incapacidade é total se, diante de condições pessoais desfavoráveis, for inviável o ingresso ou reingresso no mercado de trabalho.

2. Pedido de uniformização improvido.

(PEDILEF 200683035013979, JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, TNU, 28/07/2009)

Assim sendo, incidente, pois, à espécie a Questão de Ordem nº 13 da TNU, pela qual:

Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.

Em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.33.00.705817-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAILTON CUNHA DE SANTANA
PROC./ADV.: JOSÉ LAERCIO CARNEIRO RIOS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSS dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, com arrimo no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisum proferido pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, que manteve sentença de procedência de pedido de restabelecimento de benefício de auxílio-doença, com data inicial de benefício estabelecida na data da suspensão indevida do benefício.

Sustenta o requerente que a decisão encimada diverge de julgado da Turma Nacional de Uniformização, no sentido de que o termo inicial para a concessão do benefício será a data da juntada do laudo pericial, se o perito não especificar a data de início da incapacidade.

O incidente foi inadmitido e a parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Relatados. Decido.

Entendo que a divergência alegada está, em princípio, configurada, razão por que, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.33.00.707767-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JORGE RODRIGUES DA SILVA
PROC/ADV.: GELCÍ OLIVEIRA GUSMÃO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, que manteve sentença concessiva ao autor de benefício assistencial a deficiente, ao vislumbrar que, a despeito de o laudo pericial atestar que a incapacidade do autor é parcial, sendo incapaz apenas para atividades laborais em que haja deslocamento e posição ortostática prolongada, suas condições sócio-econômicas (idade de 47 anos, baixa escolaridade) denotam que não conseguirá ele inserir-se no mercado de trabalho realizando ofícios que não exijam deslocamento e força física.

Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outra Região, afirmando que necessária a comprovação da incapacidade, não se admitindo que esta seja apenas parcial para a concessão do benefício assistencial.

O incidente não foi admitido na origem (fls. 144/145).

O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU (fls. 146/150).

Relatados. Decido.

Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal de origem se afina com o da Turma Nacional de Uniformização (TNU) em casos como o presente, à medida que considerou os padrões econômico, social e educacional do autor para entender pela sua incapacidade para o trabalho.

A esse respeito, confira-se o seguinte precedente da TNU, verbis:

PREVIDENCIÁRIO. ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA. REQUISITOS LEGAIS. INCAPACIDADE. SÚMULA 29 DA TNU.

- Para os efeitos do art. 20, § 2º, da Lei n. 8.746, de 1993, incapacidade para a vida independente não é só aquela que impede as atividades mais elementares da pessoa, mas também a impossibilita de prover o próprio sustento, conforme o enunciado da Súmula 29 desta TNU.

- No caso concreto, observa-se que a situação do autor amolda-se perfeitamente ao enunciado da Súmula 29 da TNU, porquanto, possui pouca instrução, vive numa região muito pobre do Estado de Tocantins, cuja única fonte de renda para a manutenção do núcleo familiar é a agricultura, executada na terra de terceiros, sendo que o acesso a esse tipo de serviço lhe fica impossibilitado, porque se locomove com dificuldade e não pode realizar esforço físico, conforme assentado no laudo médico acostado aos autos.

- A incapacidade a que se refere a lei não exige que o demandante esteja inapto para a prática de toda e qualquer atividade laboral, mas apenas para aquelas que podem ser exercidas por ele, ou seja, devem ser sopesados os padrões educacional, econômico e social em que o deficiente se encontra inserido (PEDILEF nº 2005.43.00.902086-4, JUIZ FEDERAL MARCOS ROBERTO ARAÚJO DOS SANTOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 31/01/2008).

Assim sendo, incidente, pois, à espécie a Questão de Ordem nº 13 da TNU, pela qual:

Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.

Em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO N°: 2009.36.00.702591-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): SUERVIS COSTA VELOSO
PROC/ADV.: ENIELSON GUIMARÃES CAMPOS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Mato Grosso, que negou provimento ao recurso e manteve, por seus próprios fundamentos, a sentença recorrida, a qual condenou o INSS à concessão de beneficio de amparo social ao autor, que é portador de deficiência mental.

Alega o requerente divergência com julgados da Turma Recursal de Santa Catarina, da Turma Regional de Unificação dos Juizados Especiais da 4ª Região e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

O incidente foi inadmitido na origem.

O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Relatados, decido.

De fato, não merece admissão o presente incidente.

De início, constato que inadmissível o presente pleito, no que se refere à suposta dissidência com os julgados apontados como paradigmas.

A decisão colegiada entendeu que o autor, deficiente mental, não possui qualquer renda e nem conta com alguém que esteja legalmente obrigado a sustentá-lo, sendo devida a concessão do benefício.

Já os acórdãos paradigmas tratam de casos nos quais há renda auferida por filho maior de idade que habita sob o mesmo teto, situações diferentes da hipótese em tela, não guardando, assim, a devida similitude fática entre os julgados, o que impede a admissão do incidente.

Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.

1. Não se conhece de pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando as decisões tidas como divergentes estão assentadas em situações de fato substancialmente diversas, pois aplicada a mesma teste jurídica a hipóteses diferentes poderá restar inadequada a solução alcançada, por defeito na técnica da subsunção.

2. O pedido de uniformização não se presta à superar divergência identificada em decisões de Turmas Recursais acerca de questões processuais. Inteligência do art. 14 da Lei 10.259/2001.

3. Incidente não conhecido. (PU nº 2002.50.50.000438-2/RJ, Relatora Juíza Federal Taís Schilling Ferraz, DJ de 30/6/2004).

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, NÃO ADMITO o incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.38.00.712156-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A).: DALVA MADALENA MARTINS DE MENEZES
PROC./ADV.: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA E OUTROS

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão proferida pela 2º Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais, que manteve sentença que julgou procedente o pedido de restabelecimento de auxilio doença e posterior conversão em aposentadoria por invalidez.

A autarquia alega contrariedade à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (REsp n° 435.014/SP, DJU de 18.11.2002; EREsp n° 198.189/SP, DJU de 22.05.2000, REsp n° 249.056/SP, DJU de 01.08.2000 e REsp n° 226.094/SP, DJU de 15.05.2000), sustentando, em síntese, que a aposentadoria por invalidez só deve ser concedida quando comprovada a incapacidade total do segurado para o trabalho.

O incidente foi inadmitido na origem .

A suscitante apresentou requerimento na forma do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.

Relatados. Decido.

A requerente defende a tese de que a incapacidade parcial da autora não enseja a concessão do benefício pretendido.

Por outro lado, os precedentes invocados pela autarquia suscitante na tentativa de demonstrar a existência de divergência de entendimentos entre a Turma Recursal e o STJ, já não representam a jurisprudência dominante naquela egrégia Corte Superior, como se vê nos seguintes julgados:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42 DA LEI 8.213/91. ELEMENTOS DIVERSOS CONSTANTES DOS AUTOS. LAUDO PERICIAL. NÃO VINCULAÇÃO. INCAPACIDADE PERMANENTE. QUALQUER ATIVIDADE LABORAL. AGRAVO DESPROVIDO.

I - Iterativa jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de reconhecer que a concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar não apenas os elementos previstos no art. 42 da Lei nº 8.213/91, mas também aspectos sócio-econômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela incapacidade somente parcial para o trabalho. O magistrado não estaria adstrito ao laudo pericial, podendo considerar outros elementos dos autos que o convençam da incapacidade permanente para qualquer atividade laboral.

II - Agravo interno desprovido.

(AgRg no REsp 1220061/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2011, DJe de 14/03/2011).

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BASE DE INCIDÊNCIA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 111/STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO REGIMENTAL DO INSS PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

3. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art.42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.

4. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.

5. Em face das limitações impostas pela moléstia incapacitante, avançada idade e baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção da segurada no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo qual faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.

(...)

(AgRg no REsp 1000210/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 21/09/2010, DJe de 18/10/2010).

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, UTILIZANDO-SE OUTROS MEIOS.

1. Ainda que o sistema previdenciário seja contributivo, não há como desvinculá-lo da realidade social, econômica e cultural do país, onde as dificuldades sociais alargam, em muito, a fria letra da lei.

2. No Direito Previdenciário, com maior razão, o magistrado não está adstrito apenas à prova pericial, devendo considerar fatores outros para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pretendido pelo segurado.

3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1102739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 20/10/2009, DJe de 09/11/2009).

A Turma Nacional de Uniformização vem se pronunciando no mesmo diapasão:

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PORTADOR DO VÍRUS HIV. PERÍCIA QUE ATESTA CAPACIDADE PARA O TRABALHO. SITUAÇÃO FÁTICA QUE PODE DEMONSTRAR IMPOSSIBILIDADE DE REINSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. INCIDÊNCIA DO BROCARDO JUDEX PERITUS PERITORUM (JUIZ É O PERITO DOS PERITOS). INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DA LEGISLAÇÃO. PERÍCIA INCOMPLETA. RECURSO CONHECIDO. PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A interpretação sistemática da legislação permite a concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez se, diante do caso concreto, os fatores pessoais e sociais impossibilitarem a reinserção do segurado no mercado de trabalho, conforme livre convencimento do juiz que, conforme o brocardo judex peritus peritorum, é o perito dos peritos, ainda que não exista incapacidade total para o trabalho do ponto de vista médico. 1.1. Na concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, a incapacidade para o trabalho deve ser avaliada do ponto de vista médico e social. Interpretação sistemática da legislação (Lei n. 7.670/88; Decreto 3.298/99; Decreto 6.214/07; Portaria Interministerial MPAS/MS Nº 2.998/01).

(...)

6. Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido (TNU - PUILF n° 200783005052586, Rel. Juíza Federal MARIA DIVINA VITÓRIA - J. em 18/12/2008 - DJU 02/02/2009 - grifos nossos).

Assim, a hipótese é de incidência do entendimento que restou consolidado na Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, do seguinte teor:

Questão de Ordem n° 13 - Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.

Pelo exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de Maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.39.00.701961-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA IRACEMA SIMÕES TELES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária da Pará, que modificou a sentença de desprovimento do pedido de aposentadoria rural, diante do conjunto probatório apresentado.

Alega a suscitante divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização, os quais atestariam, segundo procura demonstrar, que os documentos constantes nos presentes autos não constituem início razoável de prova material da atividade rurícola.

A incidente de uniformização foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará.

O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Relatados. Decido.

Os contextos fáticos revelados nas decisões paradigma não guardam a necessária semelhança com aquele dos autos, em que se decidiu, em virtude da análise das provas e documentos em seu conjunto, que os documentos constantes nos presentes autos constituem início razoável de prova material da atividade rurícola.

Ademais, a controvérsia cinge-se a exame de matéria de fato, uma vez que a conclusão a que se chegou no acórdão impugnado se deu, essencialmente, por conta do conjunto probatório, mostrando-se, também por este óbice, manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.51.004667-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: HENRIQUE MATEUS DOMINGOS
PROC./ADV.: CLAUDIO JOSÉ DE CAMPOS E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por HENRIQUE MATEUS DOMINGOS, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de benefício assistencial previsto no art. 203, inciso V, da Constituição Federal, sob o fundamento de que o requerente não preencheu os requisitos necessários para tanto.

Alega o suscitante divergência com julgado de Turma Recursal do Mato Grosso, aduzindo, em síntese, que a lei 8.742/93, art. 20, § 3º, regulamentando a norma da CF, art. 203, V, quis apenas definir que a renda familiar inferior a ¼ do salário mínimo é, objetivamente considerada, insuficiente para a subsistência do idoso ou portador de deficiência; tal regra não afasta, no caso concreto, outros meios de prova da condição de miserabilidade da família do necessitado.

O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Relatados. Decido.

A decisão colegiada ora vergastada resolveu a questão sob os seguintes fundamentos, verbis:

(...)

Deste modo, vê-se que a renda per capita familiar excede o critério objetivo previsto no art. 20, 3º, da Lei nº 8.742/93. Por outro lado, também não restou demonstrada a miserabilidade do núcleo familiar por outros meios de prova, ainda que descontado o valor gasto mensalmente com medicamentos e mensalidade da Associação Joinvilense de Inclusão e Apoio às Crianças Especiais.

(...)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assim, verifica-se que a requerente visa o reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.72.54.003963-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ZULEIDE DA SILVA GUIZZO
PROC./ADV.: LUCAS DE COSTA ALBERTON
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

ZULEIDE DA SILVA GUIZZO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que manteve sentença de improcedência de pedido de revisão de renda mensal de pensão por morte, sob o fundamento de que havia o prazo decadencial para o beneficiário pedir revisão de benefício previdenciário é de 10 anos, nos termos do art. 103 da lei 8.213/91.

A recorrente alega divergência com julgado de Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás. Sustenta em síntese que a pensão percebida é derivada de uma aposentadoria por invalidez concedida em 1980 ao seu falecido cônjuge. Nesse contexto, afirma que os critérios de revisão da pensão estão atrelados ao benefício de origem, o que ensejaria na inexistência de prazo decadencial para a revisão, pois a aposentadoria originária foi concedida antes da vigência da Lei 9.528/97.

O incidente foi inadmitido na origem e a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Relatados, decido.

Na decisão combatida, asseverou-se que havia decorrido mais de 10 anos entre a concessão do benefício e o pedido de sua revisão, restando fulminado pela decadência a pretensão revisional. Já no paradigma colacionado, de forma diversa ao alegado pela requerente, não se asseverou acerca da inaplicabilidade de prazo decadencial a benefícios de pensão por morte concedidos após a Lei 9.528/97, quando o benefício originário tenha sido concedido antes da vigência da citada norma legal. Assim, não entendo que os julgados divirjam entre si, não restando demonstrado o cabimento do presente incidente.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0000082-88.2010.404.7095
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CELINA TELES NEVES
PROC/ADV.: JOÃO ALVES DIAS FILHO
REQUERIDO (A): JUIZ FEDERAL DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE
CAMPO MOURÃO
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
LITISCONSORTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por CELINA TELES NEVES, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que indeferiu a petição inicial de Mandado de Segurança impetrado em face de decisão que homologou os cálculos da contadoria, os quais limitam o valor da condenação ao teto máximo de sessenta salários-mínimos na data do ajuizamento da ação.

Alega a requerente divergência com julgados da Turma Nacional de Uniformização e de Turma Recursal de mesma Região, e com a súmula 17/TNU, aduzindo, em síntese, que não houve renúncia expressa ao valor que excede sessenta salários mínimos, teto da competência dos juizados especiais.

O incidente foi inadmitido e a suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU (fls. 78/80).

Breve relatório. Decido.

A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região. Assim sendo, inadmissível o pleito na parte em que apontados julgados paradigma da Primeira Turma Recursal do Paraná.

Verifica-se ainda que a demandante deixou de demonstrar a divergência jurisprudencial existente, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o aresto hostilizado e o paradigma da TNU citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, não reunindo assim condições para ser analisado, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.

Ante o exposto, não admito o pedido de uniformização de jurisprudência, com esteio no artigo 7º, VI, do RI/TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0019782-14.2008.4.01.3600
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: BENEDITA MARQUES DE AMORIM
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto por BENEDITA MARQUES DE AMORIM, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso, que manteve a sentença que indeferiu a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, pela ausência de incapacidade da suscitante para o exercício de suas atividades habituais.

Alega a suscitante que a decisão proferida pela referida Turma Recursal diverge de julgados da Turma Recursal da Seção Judiciária de Alagoas e da Turma Nacional de Uniformização, aduzindo, em síntese, que a decisão não levou em consideração o baixo grau de instrução e a miserabilidade.

O incidente foi admitido.

Relatados, decido.

Demonstrada, em princípio, a divergência alegada, admito o incidente, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0025636-52.2009.4.01.3600
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: CASSIMIRO BUENO DE ALMEIDA
PROC/ADV: MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA NETA
E
JOSÉ MORENO SANCHES JÚNIOR
REQUERIDO: INSS
PROC/ADV: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por CASSIMIRO BUENO DE ALMEIDA, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Mato Grosso, que reformou sentença de procedência do pedido de revisão de Renda Mensal Inicial - RMI, de aposentadoria por invalidez.

Alega-se divergência com julgados da 1ª e 2ª Turmas Recursais de Santa Catarina e da Turma Recursal do Paraná, que reconhecem o pedido formulado pela parte autora.

Incidente admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

Relatados, decido.

Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, ADMITO o incidente, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

DECISÕES JUIZES RELATORES

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2006.63.02.001642-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO ATAIDE DIAS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

A Terceira Seção do STJ, no julgamento do REsp. 1.151.363/MG, representativo da controvérsia, realizado em 23.3.2011 e de relatoria do douto Ministro JORGE MUSSI, firmou o entendimento de que, de acordo com a alteração dada pelo Decreto 4.827/2003 ao Decreto 3.048/99, a conversão dos períodos de tempo especial desenvolvidos em qualquer época será realizada de acordo com as novas regras da tabela definida no artigo 70 que, para o tempo de serviço especial correspondente a 25 anos, utilizando-se como fator de conversão, para homens, o multiplicador 1,40. Por tais razões, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. P.R.I.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2011.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500816-43.2007.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA GONÇALVES DE ALENCAR
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou procedente o pedido de concessão de benefício de amparo social.

Alega a suscitante divergência com julgado de Turma Recursal e do STJ, defendendo que o termo inicial do benefício deve ser a data da juntada do laudo que atesta a incapacidade e não a do requerimento administrativo.

É o relatório.

A jurisprudência desta TNU é pacífica no sentido de que a fixação da DIB na data da realização da perícia médica ou sócio-econômica (e nunca da juntada do laudo sócio-econômico) é mera ficção jurídica, nada obstando sua fixação em data diversa, em face do livre convencimento motivado, mormente no caso em tela em que a DER é do mesmo ano do ajuizamento da ação, 2007.

Por tais razões, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DO INSS. P.R.I.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2011.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503917-88.2007.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: TEREZA ALVES COSTA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARIA LÚCIA BEZERRA DA SILVA
PROC./ADV.: GIULIANA PEIXOTO BRILHANTE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou procedente o pedido de concessão de benefício de amparo social.

Alega a suscitante divergência com julgado de Turma Recursal e do STJ, defendendo que o termo inicial do benefício deve ser a data da juntada do laudo que atesta a incapacidade e não a do requerimento administrativo.

É o relatório.

A jurisprudência desta TNU é pacífica no sentido de que a fixação da DIB na data da realização da perícia médica ou sócio-econômica (e nunca da juntada do laudo sócio-econômico) é mera ficção jurídica, nada obstando sua fixação em data diversa, em face do livre convencimento motivado, mormente no caso em tela.

Por tais razões, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. P.R.I.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2011.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.51.51.023744-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: EZECHIAS DE FRANÇA
PROC./ADV.: ANTONIO VIEIRA GOMES FILHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO MONOCRÁTICA

PREVIDENCIARIO - DECADÊNCIA - REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF NO RE 626.489 - PROCESSO SOBRESTADO.

EZECHIAS DE FRANÇA, com fundamento no artigo 14, § 2º, Lei n.º 10.259/01, suscita incidente de uniformização de jurisprudência em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (2ª Região), segundo a qual, no caso concreto, a presente ação foi proposta após 01/08/2007 e o benefício previdenciário em referência tem DIB anterior ao advento da MP nº 1.523-9 de 27/06/1997, sendo flagrante a ocorrência da decadência (fl. 60).

Para 0s processos que versam sobre revisão de benefícios concedidos antes de 27/06/1997, deve ocorrer o sobrestamento. Isto ocorre porque o Supremo Tribunal Federal admitiu a Repercussão Geral no Recurso Extraordinário 626.489 que trata da incidência da decadência do direito de revisar os benefícios previdenciários vinculados a Regime Geral de Previdência Social, concedidos antes de 27.06.1997.

Diante disto, todos os feitos que versem sobre o mesmo tema devem ser paralisados até que a Corte Suprema decida o referido processo. Deste modo, DETERMINO O SOBRESTAMENTO DO PRESENTE FEITO. PRI.

Rio de Janeiro, 2 de AGOSTO de 2011.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO Nº: 0503349-46.2010.4.05.8400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUZIA SOARES DE LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO MONOCRÁTICA

Discutir se a doença era preexistente ou se foi hipótese de agravamento impõe reanálise fático-probatória, inviável nesta sede de uniformização nos termos da Súmula 7 do STJ aplicada analogicamente. Com efeito, a autora, atualmente com 56 anos de idade, trabalhadora do lar, é portadora de epilepsia tipo grande mal, hipertensão, hipotireoidismo, osteoporose e calcificação benigna em mama esquerda, enfermidades estas que a incapacitam definitivamente para o exercício de atividades laborais, segundo o laudo pericial. A Turma Recursal, entendeu que, embora o perito afirme que a incapacidade pôde ser constatada apenas na data da realização do exame, há nos autos atestado colacionado pela própria autora, informando que se submete a tratamento de crises convulsivas - principal causador da incapacidade ora verificada, desde agosto de 2007, fato que obsta o deferimento do benefício em razão da preexistência à filiação ao RGPS. Apreciando livremente as provas, entendeu a Turma de Origem que não é razoável admitir-se que a autora, já submetida à tratamento epilético desde meados de 2007, se filiaria à Previdência Social a partir de março de 2008, aos 54 anos de idade, não fosse a já presente necessidade de cobertura previdenciária. Nesse aspecto, entendeu a Turma a quo que é de se observar que aguardou tão-somente o decurso da carência exigida, para formalização do requerimento administrativo, efetuado em maio de 2009. Conclui que a hipótese é de que o recolhimento tardio das contribuições, quando já configurada a debilidade incapacitante, demonstra tentativa indevida de cobertura previdenciária, violando a natureza contributiva do sistema.

Deste modo, manifesta a pretensão de reexame de provas. Por tais razões, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. P.R.I.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2011.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO Nº: 2005.63.02,012038-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: GETÚLIO ARAÚJO
PROC./ADV.: CLAITON LUIS BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

I RELATÓRIO

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal, interposto pela parte autora, em ação proposta em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Refere-se o pedido a acórdão prolatado por relator da Turma Recursal do Juizado Especial Federal de São Paulo.

Cita ser possível o presente pedido de uniformização, por força do que dispõe o § 2º, do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

Informa ter requerido, na inicial, a revisão de benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez com os índice integral do reajustamento do benefício de origem - auxílio-doença, conforme a súmula nº 260, do extinto Tribunal Federal de Recursos.

Assevera que a Turma Recursal de São Paulo vem decidindo de forma contrária ao que dispõe o art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Relata que a Turma decidiu que a renda mensal inicial deve ser revista a partir do número de salários mínimos apurados na ocasião do benefício originário, no caso o auxílio-doença. Nega que haja apuração do número de salários quando da concessão do benefício conseqüente, correspondente, no caso dos autos, à aposentadoria por invalidez.

Menciona entendimento da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina - processo nº 2004.72.95.001815-6, relatora Juíza Eliana Paggiarin Marinho, j. em 19-08-2004.

Alega que, numa interpretação teleológica do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT o que se procurou foi a manutenção do valor real do benefício, com a preservação de seu valor aquisitivo.

Postula pela preservação do princípio da igualdade.

Requer seja a interpretação da lei federal uniformizada, com aplicação do índice integral no reajustamento do benefício de origem - auxílio-doença, com os devidos reflexos, conforme o que fora estabelecido pelo verbete nº 260, do extinto Tribunal Federal de Recursos.

É o relatório do essencial. Passo a decidir.

II - VOTO

As hipóteses que autorizam o manejo do incidente de uniformização encontram-se previstas no art. 14 da Lei n.º 10.259/2001, que estabelece a competência desta Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais quando demonstrada divergência entre decisões de Turmas de diferentes Regiões ou quando presente decisão proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Este órgão colegiado também já pacificou o entendimento de ser cabível a interposição do incidente em face de acórdão que profira, revelando sua posição pacificada.

No caso em exame, o recorrente alega dissídio do acórdão impugnado, emanado de Turma Recursal da 3ª Região, com julgados da Turma Recursal de Santa Catarina, integrante da 4ª Região.

Ocorre que, em se tratando de divergência jurisprudencial entre decisões emanadas de Turmas de diferentes Regiões, impõe a Questão de Ordem nº 3 desta Turma Nacional a obrigatoriedade da juntada das cópias dos arestos paradigmas, a teor do seguinte verbete: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões."

No mesmo sentido, dispõe o art. 13 do Regimento Interno desta TNU que "o incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional será submetido ao Presidente da Turma Recursal ou ao Presidente da Turma Regional, no prazo de dez dias, a contar da publicação, com cópia dos julgados divergentes e a demonstração do dissídio".

Já o parágrafo único do art. 541 do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.341/2006, que disciplina a interposição dos recursos extraordinário e especial e, portanto, tem aplicação analógica aos incidentes de uniformização nacional perante este Colegiado, prescreve, quanto à demonstração da divergência jurisprudencial, o seguinte:

Art. 541. (...)

Parágrafo único. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na Internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Como se vê, da análise sistemática do conjunto normativo regulador da espécie pode-se extrair que o requerente possui, de fato, o inarredável ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas, quando prolatado por Turma Recursal de diferente Região. Pode se desincumbir desse ônus através da juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou reprodução de página da internet, com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Trata-se de exigência formal que, para além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas. Nesse sentido, a mera transcrição, no corpo do recurso, do inteiro teor dos julgados paradigmas não é suficiente à demonstração da divergência apontada, se não há a indicação do repositório no qual foi publicado ou da fonte em que se acha disponível.

No caso em exame, o requerente transcreveu no corpo do recurso a íntegra dos julgados, porém se omitiu quanto à indicação da sua fonte (endereço eletrônico na internet - endereço URL), como forma de assegurar a autenticidade da sua transcrição. Dessa forma, não há como atribuir validade ao texto por ele transcrito. Não juntou cópia da íntegra do julgado, com indicação de sua fonte. Não há como superar o óbice formal ao conhecimento deste recurso.

Vinco, no particular, que não se trata de mero formalismo, mas de ônus processual imposto à parte, que deve demonstrar de forma clara, regular e confiável a divergência suscitada.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 2011.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2005.63.02.014889-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA APARECIDA SOUZA DA SILVA
PROC/ADV.: CLAITON LUIS BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

I RELATÓRIO

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal, interposto pela parte autora, em ação proposta em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Refere-se o pedido a acórdão prolatado por relator da Turma Recursal do Juizado Especial Federal de São Paulo.

Cita ser possível o presente pedido de uniformização, por força do que dispõe o § 2º, do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

Informa ter requerido, na inicial, a revisão de benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez com os índice integral do reajustamento do benefício de origem - auxílio-doença, conforme a súmula nº 260, do extinto Tribunal Federal de Recursos.

Assevera que a Turma Recursal de São Paulo vem decidindo de forma contrária ao que dispõe o art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Relata que a Turma decidiu que a renda mensal inicial deve ser revista a partir do número de salários mínimos apurados na ocasião do benefício originário, no caso o auxílio-doença. Nega que haja apuração do número de salários quando da concessão do benefício conseqüente, correspondente, no caso dos autos, à aposentadoria por invalidez.

Menciona entendimento da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina - processo nº 2004.72.95.001815-6, relatora Juíza Eliana Paggiarin Marinho, j. em 19-08-2004.

Alega que, numa interpretação teleológica do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT o que se procurou foi a manutenção do valor real do benefício, com a preservação de seu valor aquisitivo.

Postula pela preservação do princípio da igualdade.

Requer seja a interpretação da lei federal uniformizada, com aplicação do índice integral no reajustamento do benefício de origem - auxílio-doença, com os devidos reflexos, conforme o que fora estabelecido pelo verbete nº 260, do extinto Tribunal Federal de Recursos.

É o relatório do essencial. Passo a decidir.

II VOTO

As hipóteses que autorizam o manejo do incidente de uniformização encontram-se previstas no art. 14 da Lei n.º 10.259/2001, que estabelece a competência desta Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais quando demonstrada divergência entre decisões de Turmas de diferentes Regiões ou quando presente decisão proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Este órgão colegiado também já pacificou o entendimento de ser cabível a interposição do incidente em face de acórdão que profira, revelando sua posição pacificada.

No caso em exame, o recorrente alega dissídio do acórdão impugnado, emanado de Turma Recursal da 3ª Região, com julgados da Turma Recursal de Santa Catarina, integrante da 4ª Região.

Ocorre que, em se tratando de divergência jurisprudencial entre decisões emanadas de Turmas de diferentes Regiões, impõe a Questão de Ordem nº 3 desta Turma Nacional a obrigatoriedade da juntada das cópias dos arestos paradigmas, a teor do seguinte verbete: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões."

No mesmo sentido, dispõe o art. 13 do Regimento Interno desta TNU que "o incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional será submetido ao Presidente da Turma Recursal ou ao Presidente da Turma Regional, no prazo de dez dias, a contar da publicação, com cópia dos julgados divergentes e a demonstração do dissídio".

Já o parágrafo único do art. 541 do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.341/2006, que disciplina a interposição dos recursos extraordinário e especial e, portanto, tem aplicação analógica aos incidentes de uniformização nacional perante este Colegiado, prescreve, quanto à demonstração da divergência jurisprudencial, o seguinte:

Art. 541. (...)

Parágrafo único. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na Internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Como se vê, da análise sistemática do conjunto normativo regulador da espécie pode-se extrair que o requerente possui, de fato, o inarredável ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas, quando prolatado por Turma Recursal de diferente Região. Pode se desincumbir desse ônus através da juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou reprodução de página da internet, com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Trata-se de exigência formal que, para além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas. Nesse sentido, a mera transcrição, no corpo do recurso, do inteiro teor dos julgados paradigmas não é suficiente à demonstração da divergência apontada, se não há a indicação do repositório no qual foi publicado ou da fonte em que se acha disponível.

No caso em exame, o requerente transcreveu no corpo do recurso a íntegra dos julgados, porém se omitiu quanto à indicação da sua fonte (endereço eletrônico na internet - endereço URL), como forma de assegurar a autenticidade da sua transcrição. Dessa forma, não há como atribuir validade ao texto por ele transcrito. Não juntou cópia da íntegra do julgado, com indicação de sua fonte. Não há como superar o óbice formal ao conhecimento deste recurso.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vinco, no particular, que não se trata de mero formalismo, mas de ônus processual imposto à parte, que deve demonstrar de forma clara, regular e confiável a divergência suscitada.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 2011

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501113-26.2007.4.05.8401
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCINEIDE DE OLIVEIRA BRITO DAMASCENO
PROC./ADV.: ADEILSON FERREIRA DE ANDRADE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

I RELATÓRIO

Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001. Versam os autos sobre concessão de benefício de pensão por morte. Decorridas algumas fases processuais, deu-se a prolação de sentença de improcedência do pedido. Entendeu o juiz prolator que o fato de a parte autora contrair novas núpcias impediria a continuidade da pensão. Interposto recurso de sentença, pela parte autora, a Turma Recursal manteve a sentença tal como fora proferida.

Vieram-me os autos à conclusão.

É o relatório. Passo a decidir.

II VOTO

Na Sessão de 2 de agosto de 2011, esta TNU no voto do Processo 05344558520074-058300 de Relatoria da MM. Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello reafirmou a tese de que não se extingue a pensão previdenciária, se de novo casamento não resulta melhoria na situação econômico-financeira da viúva, de modo a tornar dispensável o benefício.

Com efeito, noutras oportunidades a TNU já se pronunciou a respeito do tema objeto dos autos nos termos dos acórdãos que abaixo transcrevo:

"Recurso Cível JEF nº:2004.35.00.721983-3 Origem: 3º JEF/ nº 2003.35.00.00702783-9 Classe: 71200 Relator: JOÃO BOSCO COSTA SOARES DA SILVA Secretária: CLÁUDIA DE BASTOS PEREIRA Recorrente: LEVITA FERREIRA BARBOSA Advogado (a): DOGIMAR GOMES DOS SANTOS(OAB/GO nº 17.792) Recorrido (a): INSS ¿ INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL I - RELATÓRIO: Pretende a Recorrente ver reformada sentença de primeiro grau que julgou improcedente o pedido inicial, não restabelecendo o benefício previdenciário de pensão por morte. Em suas razões alega a Recorrente, preliminarmente, que o seu direito de defesa foi cerceado haja vista que não foi realizada audiência de instrução e julgamento para a inquirição de testemunhas, através das quais se pretendia provar que o segundo casamento não lhe trouxe melhores condições financeiras. Sustenta, ainda, que a alegação no sentido de que o novo casamento não trouxe melhoria em sua condição financeira não foi contestada pelo INSS, bem como que a extinção da pensão por morte pelo casamento do pensionista, nos termos do art. 125, do Decreto 83.080/79, deve ser aplicada com a ressalva da Súmula 70 do extinto TRF. O Recorrido não apresentou contra-razões. II - VOTO: A audiência de instrução e julgamento deixou de ser realizada sob fundamento de a matéria em questão dispensa a produção de provas em audiência. A sentença está correta, podendo ser indeferida a realização da prova a teor do art. 420, III, do Código de Processo Civil. Consta nos autos que o marido da recorrente faleceu em 25/12/1979 (fl.08), sendo que a partir daí ela, juntamente com seus filhos menores habilitaram -se perante o INSS e passaram a receber pensão por morte, conforme comprovam os documentos de fl.06 e 23. Com a maioridade dos filhos o INSS suspendeu a pensão, e uma vez que a recorrente havia contraido novas núpcias, a sua cota parte também foi suspensa. A Jurisprudência dos Tribunais têm entendido que a nova núpcias somente tem o condão de suspender o benefício de pensão por morte se o novo matrimônio importe em melhora da situação econômica da viúva. Neste sentido os seguintes julgados: " PREVIDENCIÁRIO.RESTABELECIMENTO DE PENSÃO POR MORTE.SEGUNDAS NÚPCIAS.POSSIBILIDADE.INEXISTÊNCIA DE ALTERAÇÃO NA SITUAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA DA DEPENDENTE. 1. A Jurisprudência desta e. Corte e da Segunda Turma do Colendo STJ entende que não se extingue a pensão previdenciária, se de novo casamento não resulta melhoria na situação econômico-financeira da viúva, de modo a tornar dispensável o benefício (...) (...) 2. Não havendo nos autos nenhuma prova de que a situação econômica da beneficiada melhorou com o segundo casamento, de modo a tornar dispensável o benefício, é de se manter a pensão previdenciária que recebia em virtude de morte de seu primeiro esposo, pelo que merece reforma a r. sentença que julgou improcedente o pedido(...)" (TRF - 1ª REGIÃO, Relator Juiz Federal Manoel José Ferreira Nunes (Conv.), DJ - 20/05/2004). "PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. VIÚVA. CANCELAMENTO POR AMASIAMENTO. PROVA DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. SÚMULA 170-TRF. Sem comprovação de que houve melhoria econômico-financeira com o amasiamento, sendo presumida a dependência da mulher para com o marido, não é possível a cassação da pensão. Entendimento, mutatis mutandis, da Súmula 170-TR. (STJ - Relator Ministro Gilson Dipp, DJ - 22/04/2002)." Neste sentido esta Turma julgou o processo nº 2004.35.00.702208-0, 02/03/2004, Relatoria da Juíza Ionilda Maria Carneiro Pires, onde se concluiu que "se a cessação do benefício recebido pela recorrida ocorreu unicamente em razão de ter ela convolado novas núpcias, essa situação não pode prevalecer, sem a prova do acréscimo econômico, o que não houve." Esse fato compete ao INSS provar, porém, no caso dos autos, não houve prova neste sentido e nem mesmo contestação da afirmação feita pela reclamante no sentido de que o segundo casamento não lhe proporcionou melhoria na sua condição econômica. Por outro lado, o segundo casamento da recorrente, que fora celebrado em 29/09/1984, teve seu fim em 26/03/1990 (fl. 06). Assim, negar o restabelecimento da pensão à viúva, que em virtude de casamento teve seu benefício cancelado e ocorrendo o divórcio retornou ao estado anterior, não é razoável diante do fim de proteção social visado pela legislação. Diante do exposto, dou provimento ao recurso reformando a sentença para determinar o restabelecimento do benefício da pensão por morte à Recorrente desde a data da sua suspensão com o pagamento das diferenças acrescidas de juros de mora de 1% ao mês corrigidas monetariamente de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal. Sem honorários advocatícios (art.55, da Lei 9.099/95). É como voto", (PEDILEF nº 200435007219833, Relator JUIZ FEDERAL JOÃO BOSCO SOARES DA SILVA).

No caso dos autos, a concessão da pensão por morte teve por arrimo legal o Decreto nº. 83.080 de 24.01.1979, já que o óbito do instituidor, ocorrido em 21 de março de 1982, deu-se em sua vigência. Com essas considerações, tem o condão de suspender o benefício de pensão por morte se o novo matrimônio importe em melhora da situação econômica da viúva. Todavia, naquele julgamento ocorrido em 2 de agosto de 2011 a Turma entende que deve ser reaberta a instrução probatória para que seja produzida prova nos autos se houve ou não melhora das condições financeiras da autora ao contrair o novo matrimônio. Com efeito, por ocasião da realização de audiência de instrução e julgamento restou consignado na ata que "por se tratar de matéria de direito, o MM Juiz determinou que os autos sejam conclusos para sentença".

Ante o exposto, CONHEÇO E DOU PARCIAL PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA apresentado pela parte autora para determinar a reabertura da instrução probatória com a produção de provas que o juizo entender necessárias para apurar se houve ou não melhora das condições financeiras da parte autora ao contrair o novo matrimônio, anulando a sentença e acórdão para que se julgue como se entender de direito, vinculados os órgãos julgadores apenas a premissa de que não se extingue a pensão previdenciária, se de novo casamento não resulta melhoria na situação econômico-financeira da viúva, de modo a tornar dispensável o benefício.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 2011

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.81.00504772-7
ORIGEM:SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO CAVALCANTE DA SILVA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência interposto por Raimundo Cavalcante da Silva, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará.

Na inicial, o autor requereu a declaração de ilegalidade da cobrança da contribuição ao FUSMA (Fundo de Saúde da Marinha) em percentual excedente a 3%, no período que antecedeu a edição da MP 2131/2000, bem como a restituição da quantia indevidamente recolhida.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, afastando a ocorrência de prescrição e determinando a "repetição do indébito do montante que exceder a alíquota de 3% (três por cento) fixada pelo Decreto nº 92.512/86, respeitada a prescrição decenal, por se tratar de tributo sujeito ao lançamento por homologação, tudo devidamente acrescido da Taxa SELIC, que substitui a indexação monetária e os juros (STJ, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, REsp nº 187.401/RS, DJU de 23.03.99, p. 82) desde a data do pagamento indevido (Súmula 162 do STJ)".

O recurso interposto pela União foi provido pela Turma Recursal do Ceará, que declarou a prescrição de todas as parcelas pleiteadas, nos seguintes termos: "Em sendo assim, restando evidenciado que o lançamento é de ofício, a prescrição ocorre em cinco anos. Como a presente demanda buscava a repetição de valores anteriores à edição da Medida Provisória nº 2.131, de 28.12.2000, todas as parcelas se encontram prescritas, uma vez que a ação foi ajuizada após dezembro de 2005".

A suscitante alega divergência com julgados de Turma Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados, decido.

Verifico que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460)

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009).

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5.(...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 8º, inciso IX, do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de julho de 2011.

JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.81.00500782-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ MARIA FERNANDES DE SOUSA E OUTROS
PROC./ADV.: JORGE CARDOSO DOS SANTOS E JOSÉ LEÔNIDAS DE FREITAS
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência interposto por JOSÉ MARIA FERNANDES DE SOUSA, MÁRIO DE MENEZES MOREIRA e ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará.

Na inicial, os autores requereram a restituição das contribuições ao Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) / Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA) / Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), no período que antecedeu a edição da MP 2131/2000.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, afastando a ocorrência de prescrição e determinando a "repetição do indébito do montante que exceder a alíquota de 3% (três por cento) fixada pelo Decreto nº 92.512/86, respeitada a prescrição decenal, por se tratar de tributo sujeito ao lançamento por homologação, tudo devidamente acrescido da Taxa SELIC, que substitui a indexação monetária e os juros (STJ, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, REsp nº 187.401/RS, DJU de 23.03.99, p. 82) desde a data do pagamento indevido (Súmula 162 do STJ)".

VERSÃO EM ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O recurso interposto pela União foi provido pela Turma Recursal do Ceará, que declarou a prescrição de todas as parcelas pleiteadas, nos seguintes termos: "Em sendo assim, restando evidenciado que o lançamento é de ofício, a prescrição ocorre em cinco anos. Como a presente demanda buscava a repetição de valores anteriores à edição da Medida Provisória nº 2.131, de 28.12.2000, todas as parcelas se encontram prescritas, uma vez que a ação foi ajuizada após dezembro de 2005".

No presente incidente, os recorrentes alegam divergência com julgados de Turma Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados, decido.

Verifico que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460)

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009).

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 8º, inciso IX, do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de julho de 2011.

JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.81.00503643-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA TERESA GARCIA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência interposto por MARIA TERESA GARCIA, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará.

Na inicial, o autor requereu a restituição das contribuições ao Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) / Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA) / Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), no período que antecedeu a edição da MP 2131/2000.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, afastando a ocorrência de prescrição e determinando a "repetição do indébito do montante que exceder a alíquota de 3% (três por cento) fixada pelo Decreto nº 92.512/86, respeitada a prescrição decenal, por se tratar de tributo sujeito ao lançamento por homologação, tudo devidamente acrescido da Taxa SELIC, que substitui a indexação monetária e os juros (STJ, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, REsp nº 187.401/RS, DJU de 23.03.99, p. 82) desde a data do pagamento indevido (Súmula 162 do STJ)".

O recurso interposto pela União foi provido pela Turma Recursal do Ceará, que declarou a prescrição de todas as parcelas pleiteadas, nos seguintes termos: "Em sendo assim, restando evidenciado que o lançamento é de ofício, a prescrição ocorre em cinco anos. Como a presente demanda buscava a repetição de valores anteriores à edição da Medida Provisória nº 2.131, de 28.12.2000, todas as parcelas se encontram prescritas, uma vez que a ação foi ajuizada após dezembro de 2005".

No presente incidente, o recorrente alega divergência com julgados de Turma Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados, decido.

Verifico que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460)

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009).

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5.(...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 8º, inciso IX, do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de julho de 2011.

JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
Juiz Federal Relator

DESPACHOS PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2007.70.59.001108-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA GLACI DA SILVA
PROC./ADV.: ROSANE DAS GRAÇAS ANHAIA

DESPACHO

O julgamento da matéria em debate encontra-se por mim sobrestado, conforme decidido no Pedido de Uniformização de n.º 2008.70.50.019853-7/PR. Assim, sobresto os presentes autos até o julgamento de um dos incidentes de uniformização dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça, que já estão em trâmite naquela Corte.

Cumpra-se.

Brasília, 23 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.70.65.000873-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELZA RIBEIRO VALIM
PROC./ADV.: ELZA RIBEIRO VALIM

DESPACHO

O julgamento da matéria em debate encontra-se por mim sobrestado, conforme decidido no Pedido de Uniformização de n.º 2008.70.50.019853-7/PR. Assim, sobresto os presentes autos até o julgamento de um dos incidentes de uniformização dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça, que já estão em trâmite naquela Corte.

Cumpra-se.

Brasília, 23 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.70.95.003827-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZA CARDOSO
PROC./ADV.: CÉZAR AUGUSTO BAÚ DE CARLI

DESPACHO

O julgamento da matéria em debate encontra-se por mim sobrestado, conforme decidido no Pedido de Uniformização de n.º 2008.70.50.019853-7/PR. Assim, sobresto os presentes autos até o julgamento de um dos incidentes de uniformização dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça, que já estão em processamento naquela Corte.

Cumpra-se.

Brasília, 23 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.72.52.002117-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LAIDES CONRADO DE LIMA
PROC./ADV.: JAMILE ELIAS DE OLIVEIRA LIMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHO

O julgamento da matéria em debate encontra-se por mim sobrestado, conforme decidido no Pedido de Uniformização de n.º 2008.70.50.019853-7/PR. Assim, sobresto os presentes autos até o julgamento de um dos incidentes de uniformização dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça, que já estão em trâmite naquela Corte.

Cumpra-se.

Brasília, 23 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

ATOS ORDINATÓRIOS

AUTOS FÍSICOS

O processo abaixo relacionado encontra-se com vistas ao recorrido para contrarrazões ao Recurso Extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal.

PROCESSO: 20087258000974-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
RECORRENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RECORRIDO: DALCI SCHNAIDER
PROC./ADV.: RENATO FELIPE DE SOUZA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
22ª REGIÃO
TRIBUNAL PLENO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 41, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

Certifico que o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Segunda Região, em Sessão Administrativa hoje realizada, sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Wellington Jim Boavista, presentes os Exmos. Srs. Desembargadores Francisco Meton Marques de Lima (Vice-Presidente), Laércio Domiciano, Fausto Lustosa Neto, Enedina Maria Gomes dos Santos, Liana Chaib, Arnaldo Bóson Paes e Manoel Edílson Cardoso, bem como o Exmo. Sr. Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região, João Batista Machado Júnior, representante do Ministério Público do Trabalho, apreciando o processo administrativo nº 225/2011, resolve, por unanimidade, AUTORIZAR a publicação de edital de abertura de processo de remoção para o Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, para 2 (dois) cargos vagos de Juiz do Trabalho Substituto, observados os critérios preconizados na Resolução nº 21/2006 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

VALDETE MARIA SILVA
Secretária

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS
1ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2011 - Gestão 2010/2012)

PAUTA DE JULGAMENTO

4ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 31 de agosto de 2011
INÍCIO: 16 horas
LOCAL: Dependências do Hotel Crowne Plaza
Rua Presidente Carlos Cavalcante, 600 - Centro
Curitiba - PR (41) 3204-4005

RELATOR: Conselheiro CASIMIRO VALE DA SILVA/RJ

1- Processo-COFECI nº 1413/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ ALFREDO DA SILVA - CRECI 33347. 2- Processo-COFECI nº 330/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: JOFENAS EMPREENDIMENTOS ASS. JUR. E IMOB. S/C LTDA - CRECI J-9700. 3- Processo-COFECI nº 331/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ FERREIRA DO NASCIMENTO - CRECI 34100. 4- Processo-COFECI nº 704/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: WILSON D´AVILA LIMA - CRECI 64417. 5- Processo-COFECI nº 706/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: UBIRAJARA DUTRA DO AMARAL - CRECI 17009. 6- Processo-COFECI nº 743/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: GUIBEA EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES S/C LTDA - CRECI J-18111. 7- Processo-COFECI nº 752/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FRANCISCO RODRIGUES NETO - CRECI 26645. 8- Processo-COFECI nº 772/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CLAUMIR ANTÔNIO DOS SANTOS - CRECI 35999. 9- Processo-COFECI nº 773/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: PIRÂMIDE COML IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-8745. 10- Processo-COFECI nº 774/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio".Autuada: EDNA REGINA PERES - CRECI 35926. 11- Processo-COFECI nº 775/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALCIDES TERRADAS - CRECI 35145. 12- Processo-COFECI nº 835/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SEBASTIÃO DE SOUZA FREIRES - CRECI 51321. 13- Processo-COFECI nº 0863/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CARMINE GAUDITANO - CRECI 10403. 14- Processo-COFECI nº 1416/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: A. J. CORREIA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-15704. 15- Processo-COFECI nº 332/2010. Recte: IMOBILIÁRIA GURUPI LTDA - CRECI J-7456. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 525/2010. Recte: PAULO ROBERTO COSTA FRANCO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 847/2005. Recte: ASSESSORIA IMOBILIÁRIA CONSELHEIRO LAURINDO LTDA - CRECI J-158. Recdo: CRECI 6ª Região/PR.

RELATOR: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA/SP

1- Processo-COFECI nº 1333/2009. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: FÁBIO LUCAS PRATES BARBOSA - CRECI 8292. 2- Processo-COFECI nº 010/2010. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repdo: PAULO INÁCIO SCHARDONG - CRECI 5338. 3- Processo-COFECI nº 435/2010. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repda: VERA LÚCIA AMORIM DOS SANTOS - CRECI 5332. 4- Processo-COFECI nº 437/2010. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdos: CARDOSO ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-971 e RT ANTÔNIO BARBOSA SOBRINHO - CRECI 1869. 5- Processo-COFECI nº 587/2010. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repda: SULMORAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-20471. 6- Processo-COFECI nº 2017/2010. Recte e Recdo: CRECI 19ª Região/MT "ex officio". Autuado: AURELINO LEITE SOUZA - CRECI 3539. 7- Processo-COFECI nº 2020/2010. Recte e Recdo: CRECI 19ª Região/MT "ex officio". Autuado: JOSÉ CORRÊA DE OLIVEIRA - CRECI 3138. 8- Processo-COFECI nº 198/2010. Recte e Recdo: CRECI 19ª Região/MT "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA SINOP LTDA. - CRECI J-848. 9- Processo-COFECI nº 1845/2010. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: LAURO MARTINS SILVEIRA JÚNIOR - CRECI 33634. 10- Processo-COFECI nº 1849/2010. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: TIAGO MACHADO CARDOSO - CRECI 30548. 11- Processo-COFECI nº 1850/2010. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: CARINE DA ROSA DORNELES MELLO - CRECI 34904. 12- Processo-COFECI nº 1851/2010. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: TANARA SILVA DE FREITAS PRESTES - CRECI 33796. 13- Processo-COFECI nº 1852/2010. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: ANDRÉ RAMOS DO NASCIMENTO - CRECI 34339. 14- Processo-COFECI nº 1853/2010. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: EDGAR MIGUEL DA ROSA - CRECI 16487. 15- Processo-COFECI nº 1639/2008. Recte: A3 ASSESSORES IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-21456. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 16- Processo-COFECI nº 432/2010. Recte: KATICIANA BEZERRA DE SOUZA. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. 17- Processo-COFECI nº 438/2010. Recte: VALDEMIR GONÇALVES DE OLIVEIRA - CRECI 7372. Recdo: CRECI 9ª Região/BA.

RELATOR: Conselheiro MÁRCIO ARI DE MELO ALMEIDA/MG

1- Processo-COFECI nº 460/2005. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repdo: SÉRGIO SANTANA RAMOS - CRECI 12836. 2- Processo-COFECI nº 309/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: FRANCISCO GALDINO - CRECI 20350. 3- Processo-COFECI nº 323/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AURÉLIO CARLOS RAMALHO CÂMARA - CRECI 30344. 4- Processo-COFECI nº 698/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: EMP. IMOB. SÃO LAZARO S/C LTDA - CRECI J-14017. 5- Processo-COFECI nº 282/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: FRANCISCO DAS CHAGAS CARDOSO DA SILVA - CRECI 51406. 6- Processo-COFECI nº 305/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ROSANA COBIANCHI DA COSTA - CRECI 47101. 7- Processo-COFECI nº 607/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALESSANDRO ALVES CAFFAGNI - CRECI 61199. 8- Processo-COFECI nº 608/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MILENE LIMA GANDOLFO - CRECI 65458. 9- Processo-COFECI nº 609/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MELCHIADES PERON - CRECI 20752. 10- Processo-COFECI nº 0610/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MELCHIADES PERON - CRECI 20752. 11- Processo-COFECI nº 611/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA DO CARMO IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-13097. 12- Processo-COFECI nº 0735/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOÃO BAPTISTA DE ANDRADE - CRECI 16323. 13- Processo-COFECI nº 736/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOÃO BAPTISTA DE ANDRADE - CRECI 16323. 14- Processo-COFECI nº 861/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: OSMAR SEBASTIÃO LUONGO - CRECI 23394. 15- Processo-COFECI nº 944/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: FRANCISCA MARTINS DA SILVA - CRECI 29696. 16- Processo-COFECI nº 522/2010. Recte: ADEILTON LOPES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 336/2010. Recte: ERNESTO DE JESUS CORREIA - CRECI 42423. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro CARLOS DUBOIS NETO/DF

1- Processo-COFECI nº 280/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: DEGRAU ADM. EMPREEDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PART. LTDA - CRECI J-13697. 2- Processo-COFECI nº 314/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CASA FÁCIL CONSTRUCÃO E INCORPORACÃO LTDA - ME. - CRECI J-18713. 3- Processo-COFECI nº 1251/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: M & N EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-17062. 4- Processo-COFECI nº 325/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CASA JARDIM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-11883. 5- Processo-COFECI nº 329/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ANDRÉ LUIZ RAPOSO - CRECI 10091. 6- Processo-COFECI nº 335/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALEXANDRE NASCIMENTO DE OLIVEIRA - CRECI 68156. 7- Processo-COFECI nº 338/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ELAINE DA SILVA FIGUEIREDO MOCO - CRECI 43234. 8- Processo-COFECI nº 688/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: FARAH INVEST EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-5203. 9- Processo-COFECI nº 722/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ANNA MARIA BELLINI BONESSO - CRECI 52583. 10- Processo-COFECI nº 737/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ SALES DO NASCIMENTO - CRECI 40984. 11- Processo-COFECI nº 740/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SEBASTIÃO FIRMINO SOBRINHO - CRECI 24374. 12- Processo-COFECI nº 744/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ORLANDO MALUF HADDAD - CRECI 22546. 13- Processo-COFECI nº 745/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ORLANDO MALUF HADDAD - CRECI 22546. 14- Processo-COFECI nº 758/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IRENE CLEMENTE DE ALENCAR - CRECI 26307. 15- Processo-COFECI nº 759/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IRENE CLEMENTE DE ALENCAR - CRECI 26307. 16- Processo-COFECI nº 840/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SEBASTIÃO DIMAS RIBEIRO - CRECI 65491. 17- Processo-COFECI nº 874/2006. Recte: LUIZ REGO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-458. Recdo: CRECI 15ª Região/CE.

RELATOR: Conselheiro ALCEU VALDO JULIANI/SC

1- Processo-COFECI nº 859/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: FIRMINO DE LIMA MENEZES - CRECI 4578. 2- Processo-COFECI nº 1253/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: SIDNEI GERALDO DA SILVA - CRECI 53365. 3- Processo-COFECI nº 1254/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: M. & N. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-17062. 4- Processo-COFECI nº 321/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA CARISMA S/S LTDA. - CRECI J-16047. 5- Processo-COFECI nº 645/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ATHAIDE MARTINS DIAS - CRECI 16759. 6- Processo-COFECI nº 646/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ATHAIDE MARTINS DIAS - CRECI 16759. 7- Processo-COFECI nº 649/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: OSMAR PRAVADELLI - CRECI 26464. 8- Processo-COFECI nº 650/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: OSMAR PRAVADELLI - CRECI 26464. 9- Processo-COFECI nº 665/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ CASEMIRO FAGOTI - CRECI 13114. 10- Processo-COFECI nº 666/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ CASEMIRO FAGOTI - CRECI 13114. 11- Processo-COFECI nº 681/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: RECIFE IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-6361. 12- Processo-COFECI nº 684/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: TUCURUVI IMÓVEIS LTDA. - CRECI J-4283. 13- Processo-COFECI nº 685/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: REDE BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA. - CRECI J-18352. 14- Processo-COFECI nº 488/2010. Recte: SALETE SORGON RIVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 489/2010. Recte: ORLANDO DE ALMEIDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 548/2010. Recte: EDUARDO LUIZ FILHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 551/2010. Recte: LOURIVAL RODRIGUES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro JACI MONTEIRO COLARES/PA

1- Processo-COFECI nº 255/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: S. S. ALVES SCIARRETTA S/C LTDA - CRECI J-15714. 2- Processo-COFECI nº 313/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: GUMERCINDO RODRIGUES - CRECI 29472. 3- Processo-COFECI nº 412/2002. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: AFRÂNIO FRANÇA ROSA - CRECI 2258. 4- Processo-COFECI nº 1645/2007. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: COSTA IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-5489. 5- Processo-COFECI nº 308/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ROGÉRIO DE OLIVEIRA - CRECI 53387. 6- Processo-COFECI nº 663/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CLÁUDIA MARIA WERNECK MARTINEZ - CRECI 49515. 7- Processo-COFECI nº 667/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: TUIM CORRETAGEM LTDA - CRECI 4682. 8- Processo-COFECI nº 669/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MAXIMIANO IMÓVEIS S/C LTDA. - CRECI J-7062. 9- Processo-COFECI nº 671/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AILTON SEBASTIÃO ARAÚJO - CRECI 49073. 10- Processo-COFECI nº 674/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: FERBRAS CONSULTORIA ADMINISTRAÇÃO E IMOBILIÁRIA LTDA. - CRECI J-14913. 11- Processo-COFECI nº 680/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MOREIRA CESAR IMÓVEIS S/C LTDA. - CRECI 16732. 12- Processo-COFECI nº 683/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DANIEL BERNARDO DE SOUZA - CRECI 60804. 13- Processo-COFECI nº 690/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LOURIVAL FERREIRA DOS SANTOS - CRECI 28063. 14- Processo-COFECI nº 691/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ ALBERTO BRAGION - CRECI 37367. 15- Processo-COFECI nº 602/2006. Recte: JUCÉLIA DE MIRANDA. Recdo: COFECI. Assunto: AI - Pedido de reconsideração interposto pela autuada em face da pena de multa 02 anuidades mantida pela 1ª Câmara Recursal. 16- Processo-COFECI nº 518/2010. Recte: IDALÍCIO FREITAS DO NASCIMENTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 519/2010. Recte: VALDOMIRO FERREIRA DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18- Processo-COFECI nº 526/2010. Recte: DOMINGOS PACHECO JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro PASCHOAL GUILHERME DO N. RODRIGUES/AM

1- Processo-COFECI nº 254/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: BARQUEIRO IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-11626. 2- Processo-COFECI nº 1421/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTÔNIA DA PAIXÃO COSTA - CRECI 56065. 3- Processo-COFECI nº 1422/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTÔNIA DA PAIXÃO COSTA - CRECI 56065. 4- Processo-COFECI nº 1424/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTÔNIA DA PAIXÃO COSTA - CRECI 56065. 5- Processo-COFECI nº 647/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NELSON PINHEIRO MACHADO - CRECI 22908. 6- Processo-COFECI nº 648/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ADEMIR NEVES MAGALHÃES - CRECI 12000. 7- Processo-COFECI nº 668/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO ROBERTO RIBAS - CRECI 30639. 8- Processo-COFECI nº 677/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: HELENICE LABELA - CRECI 28826. 9- Processo-COFECI nº 687/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: RICARDO GUARNIERI GUARDIA - CRECI 41384. 10- Processo-COFECI nº 716/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ CARLOS PEREIRA DA SILVA - CRECI 27348. 11- Processo-COFECI nº 717/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FERNANDO DE PAULA - CRECI 32796. 12- Processo-COFECI nº 753/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: OSVALDO RODRIGUES - CRECI 30487. 13- Processo-COFECI nº 764/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: XV DE NOVEMBRO IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-16259. 14- Processo-COFECI nº 977/2005. Recte: ATIVA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-240. Recdo: CRECI 19ª Região/MT. 15- Processo-COFECI nº 549/2010. Recte: DIRCEU BENEDITO DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 553/2010. Recte: FÁBIO RENATO SENA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 554/2010. Recte: VALDENIR PORFÍRIO DE TOLEDO SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro HERMÓGENES PAULINO DO BOMFIM/PB

1- Processo-COFECI nº 2723/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARCOS ALEXANDRE LOBO LISBOA - CRECI 41838. 2- Processo-COFECI nº 302/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: TÉLIA IMÓVEIS E ADMINISTRACAO LTDA - CRECI J-5967. 3- Processo-COFECI nº 303/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARCOS ALEXANDRE LOBO LISBOA - CRECI 41838. 4- Processo-COFECI nº 344/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MÁRCIO DA SILVA BRAZ - CRECI 62098. 5- Processo-COFECI nº 699/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: STARLESTE IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-12973. 6- Processo-COFECI nº 702/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: L. G. ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS LTDA - CRECI J-18455. 7- Processo-COFECI nº 720/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NELSON JOSÉ DAHER CORNETTA - CRECI 27451. 8- Processo-COFECI nº 724/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO ARLY FERREIRA - CRECI 7929. 9- Processo-COFECI nº 742/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOÃO ZORTEA - CRECI 56797. 10- Processo-COFECI nº 769/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ROSA DE SAROM IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO S/C LTDA - CRECI J-13710. 11- Processo-COFECI nº 776/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: DIVINO'S IMÓVEIS LTDA - CRECI J-8186. 12- Processo-COFECI nº 779/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDDIE WAGNER DA SILVA AKAISHI - CRECI 42393. 13- Processo-COFECI nº 854/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ORGANIZAÇÃO IMOBILIÁRIA FAMÍLIA & FAMÍLIA S/C LTDA - CRECI J-15867. 14- Processo-COFECI nº 860/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMONEL IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-8181. 15- Processo-COFECI nº 1049/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCOS ALEXANDRE LOBO LISBOA - CRECI 41838. 16- Processo-COFECI nº 1050/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCOS ALEXANDRE LOBO LISBOA - CRECI 41838. 17- Processo-COFECI nº 515/2010. Recte: JOÃO BATISTA NASCIMENTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18- Processo-COFECI nº 520/2010. Recte: CARLOS ALBERTO TOMAZ CAMILO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 19- Processo-COFECI nº 552/2010. Recte: EMMA BIANCHINI DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 20- Processo-COFECI nº 557/2010. Recte: WAGNER ELI SARAGOSSA SANTIAGO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro VALDECI YASE MONTEIRO/TO

1- Processo-COFECI nº 1228/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ELIEL DOS SANTOS - CRECI 46780. 2- Processo-COFECI nº 1229/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ELIEL DOS SANTOS - CRECI 46780. 3- Processo-COFECI nº 328/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JORGE JACOB SANDER - CRECI 46861. 4- Processo-COFECI nº 334/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: STAFF ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-16810. 5- Processo-COFECI nº 340/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". 6- Processo-COFECI nº 709/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ÍTALO ALBERTO CAPUTO LIMA - CRECI 17167. 7- Processo-COFECI nº 0731/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA TRABULSI LTDA - CRECI J-117. 8- Processo-COFECI nº 760/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: RUFINO FERREIRA DUARTE - CRECI 28328. 9- Processo-COFECI nº 761/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: RUFINO FERREIRA DUARTE - CRECI 28328. 10- Processo-COFECI nº 771/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MAURO MACHADO DIB - CRECI 24762. 11- Processo-COFECI nº 783/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS ALBERTO AMENI - CRECI 20299. 12- Processo-COFECI nº 784/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS CHAGAS - CRECI 48861. 13- Processo-COFECI nº 841/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CARAPICUIBA IMÓVEIS ADM BENS S/C LTDA - CRECI J-2967. 14- Processo-COFECI nº 858/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: GEORGE LUIZ NOGUEIRA VALVERDE RODRIGUES - CRECI 26649. 15- Processo-COFECI nº 490/2010. Recte: JOSÉ DE ASSIS VIEIRA DE CARVALHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 496/2010. Recte: CHI MIN KIM. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 514/2010. Recte: PEDRO MARCOS FRANCO SOEIRO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

Brasília-DF, 16 de agosto de 2011.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

2ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2011 - Gestão 2010/2012)

PAUTA DE JULGAMENTO

4ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 31 de agosto de 2011
INÍCIO: 16 horas
LOCAL: Dependências do Hotel Crowne Plaza
Rua Presidente Carlos Cavalcante, 600 - Centro
Curitiba - PR (41) 3204-4005
RELATOR: Conselheiro FLÁVIO KOCH/RS

1- Processo-COFECI nº 199/2010. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuado: EDGARD HENRIQUE HUSCHER - CRECI 7968. 2- Processo-COFECI nº 214/2010. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: GILSON MARCOS - CRECI 308. 3- Processo-COFECI nº 960/2010. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: EVARISTO LUIZ SOBRINHO - CRECI 4491. 4- Processo-COFECI nº 1024/2010. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: MAURI MARCOS IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2761. 5- Processo-COFECI nº 618/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: OSVALDO AUGUSTO DA SILVA - CRECI 20489. 6- Processo-COFECI nº 619/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: OSVALDO AUGUSTO DA SILVA - CRECI 20489. 7- Processo-COFECI nº 1237/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: FACE NORTE IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-18388. 8- Processo-COFECI nº 1259/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ AUGUSTO VILHENA DE FREITAS - CRECI 18195. 9- Processo-COFECI nº 1268/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA DE JESUS PAZ - CRECI 12110. 10- Processo-COFECI nº 1269/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA DE JESUS PAZ - CRECI 12110. 11- Processo-COFECI nº 1278/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIS CARLOS DE OLIVEIRA LABUTO - CRECI 30318. 12- Processo-COFECI nº 1321/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARLENE SALLES DE OLIVEIRA - CRECI 14469. 13- Processo-COFECI nº 1323/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SÉRGIO YOSHIO YOSHIMOTO - CRECI 29606. 14- Processo-COFECI nº 494/2010. Recte: CECÍLIA KAZUMI MARUBAYASHI ONO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 495/2010. Recte: SEBASTIÃO INFANTOZZI JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 555/2010. Recte: JOSÉ DOMINGOS RODRIGUES DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 556/2010. Recte: ARMANDO LOPES MARTINS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18- Processo-COFECI nº 205/2010. Recte: PATRICK SILVEIRA LOPES - CRECI 7291. Recdo: CRECI 11ª Região/SC.

RELATOR: Conselheiro ANTÔNIO SPINETTI ALVES/GO

1- Processo-COFECI nº 1061/2008. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: IARA DA CONCEICÃO VIEIRA SOUSA - CRECI 27571. 2- Processo-COFECI nº 642/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PAULO ROBERTO JÚLIO - CRECI 28665. 3- Processo-COFECI nº 643/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PAULO ROBERTO JÚLIO - CRECI 28665. 4- Processo-COFECI nº 644/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PAULO ROBERTO JÚLIO - CRECI 28665. 5- Processo-COFECI nº 653/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ JAIR MORO - CRECI 35192. 6- Processo-COFECI nº 655/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ JAIR MORO - CRECI 35192. 7- Processo-COFECI nº 780/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUÍZ CARLOS MARTINS - CRECI 47370. 8- Processo-COFECI nº 781/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUÍZ CARLOS MARTINS - CRECI 47370. 9- Processo-COFECI nº 1285/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCOS MIRAVETTI FRANCO - CRECI 40797. 10- Processo-COFECI nº 1286/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCOS MIRAVETTI FRANCO - CRECI 40797. 11- Processo-COFECI nº 393/2010. Recte: FENIX CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-1626. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 12- Processo-COFECI nº 570/2010. Recte: PATRÍCIA DE FÁTIMA RIBEIRO DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 571/2010. Recte: LUCILÉA CAMPOS RIBEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 588/2010. Recte: MARCELO DA SILVA MOURA - CRECI 15140. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 15- Processo-COFECI nº 589/2010. Recte: CASA EMPREENDIMENTOS LTDA - CRECI J-3116. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 16- Processo-COFECI nº 590/2010. Recte: CHARLES DENNER SANTOS CUSTÓDIO - CRECI 11663. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 17- Processo-COFECI nº 591/2010. Recte: CITYVAL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-2847. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 18- Processo-COFECI nº 962/2010. Recte: CENTRAL IMOBILIÁRIA VALE DO PARAÍBA LTDA - CRECI J-1319. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 19- Processo-COFECI nº 1097/2010. Recte: IMOBILIÁRIA RIO GRANDE LTDA - CRECI J-2830. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

RELATOR: Conselheiro AGUINALDO APRÍGIO DE LIMA/PE

1- Processo-COFECI nº 1236/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ JOAQUIM RAIO - CRECI 6210. 2- Processo-COFECI nº 1267/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: NISTEEL ASSESSORIA E CONSULTORIA S/C LTDA - CRECI J-15004. 3- Processo-COFECI nº 364/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ARNALDO DE SOUZA - CRECI 52006. 4- Processo-COFECI nº 868/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NOÊMIO PEREIRA DOS SANTOS - CRECI 25477. 5- Processo-COFECI nº 869/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NOÊMIO PEREIRA DOS SANTOS - CRECI 25477. 6- Processo-COFECI nº 1185/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ACCACIO MACHADO FILHO - CRECI 3515. 7- Processo-COFECI nº 1186/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ACCACIO MACHADO FILHO - CRECI 3515. 8- Processo-COFECI nº 1188/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MÔNICA GOMES DESIDÉRIO - CRECI 60869. 9- Processo-COFECI nº 1189/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MÔNICA GOMES DESIDÉRIO - CRECI 60869. 10- Processo-COFECI nº 1319/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: GRUPO ATUAL IMÓVEIS LTDA - ME - CRECI J-19083. 11- Processo-COFECI nº 1324/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SÉRGIO YOSHIO YOSHIMOTO - CRECI 29606. 12- Processo-COFECI nº 1328/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: IRINEU SARAIVA JUNIOR - CRECI 7283. 13- Processo-COFECI nº 1329/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: IRINEU SARAIVA JÚNIOR - CRECI 7283. 14- Processo-COFECI nº 497/2010. Recte: RAPHAEL VIVIANI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 511/2010. Recte: ROMILSON BATISTA DE DEUS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 512/2010. Recte: EDSON DA SILVA ALEXANDRE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 516/2010. Recte: ADILSON MATOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18- Processo-COFECI nº 527/2010. Recte: PAULO SÉRGIO FERREIRA JUNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro SAMUEL ARTHUR PRADO/BA

1- Processo-COFECI nº 304/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PEDRO RODRIGUES DA SILVA - CRECI 36057. 2- Processo-COFECI nº 1330/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CRISTAL IMÓVEIS PLANEJAMENTO ADM S/C LTDA - CRECI J-2215. 3- Processo-COFECI nº 1177/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FAUSTO BEGOTTI CARBONI - CRECI 48310. 4- Processo-COFECI nº 1178/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROGÉRIO OLIVEIRA - CRECI 29790. 5- Processo-COFECI nº 1179/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROGÉRIO OLIVEIRA - CRECI 29790. 6- Processo-COFECI nº 1182/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDEVAR MANOEL DE OLIVEIRA - CRECI 27885. 7- Processo-COFECI nº 1183/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDEVAR MANOEL DE OLIVEIRA - CRECI 27885. 8- Processo-COFECI nº 1187/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDEVAR MANOEL DE OLIVEIRA - CRECI 27885. 9- Processo-COFECI nº 1325/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ADIR THOMÉ JÚNIOR - CRECI 10086. 10- Processo-COFECI nº 1326/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ADIB THOMÉ - CRECI 22170. 11- Processo-COFECI nº 1327/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS FERNANDO TOZATO - CRECI 39210. 12- Processo-COFECI nº 493/2010. Recte: UBIRATAN DA SILVA FREITAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 501/2010. Recte: CRISTINA MASCHIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 510/2010. Recte: CRISTIANE DA SILVA LIMA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 517/2010. Recte: PAULO CELSO LIMA CAMPANHA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 394/2010. Recte: ROSANA REIS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI 3621. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 17- Processo-COFECI nº 441/2010. Recte: DIGIMÓVEIS CORRETORA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-1966. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 18- Processo-COFECI nº 109/2011. Recte:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANGLO ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA - CRECI J-3459. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 19- Processo-COFECI nº 395/2010. Recte: DUAL CORRETORA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3344. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

RELATOR: Conselheiro MIGUEL LOBATO DE VILHENA/PA

1- Processo-COFECI nº 337/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ALUÍSIO SERAFIM DE LIMA - CRECI 46676. 2- Processo-COFECI nº 620/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: VICENTE ASPERTI JÚNIOR - CRECI 62777. 3- Processo-COFECI nº 621/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio".Autuado: GEORGE LUIZ NOGUEIRA VALVERDE RODRIGUES - CRECI 26649. 4- Processo-COFECI nº 623/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOÃO MARCÍLIO COPPI - CRECI 37725. 5- Processo-COFECI nº 1053/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: CELESTINO DE ALMEIDA SILVA - CRECI 09384. 6- Processo-COFECI nº 1054/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ROUDI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-14583. 7- Processo-COFECI nº 1181/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ERINEU CHECCHI - CRECI 2533. 8- Processo-COFECI nº 1184/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AGOSTINHO MEDEIROS DE ANDRADE - CRECI 10267. 9- Processo-COFECI nº 1192/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NIVALDO SANTO BASSO - CRECI 17125. 10- Processo-COFECI nº 1282/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: JAIR MORO IMÓVEIS CONSULTORIA S/C LTDA - CRECI J-10275. 11- Processo-COFECI nº 1284/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ADRIANA ARIAZ LOPES - CRECI 58674. 12- Processo-COFECI nº 1287/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: BALTHAZAR PEREIRA - CRECI 1097. 13- Processo-COFECI nº 1441/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: BRAZ TUON - CRECI 16925. 14- Processo-COFECI nº 1442/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: BRACÉLIA TUON IMOBILIÁRIA S/C LTDA - CRECI J-12524. 15- Processo-COFECI nº 486/2010. Recte: UBIRACI FIGUEIREDO DE GOES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 498/2010. Recte: JOÃO AMADEU ROSSI FORMICA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 499/2010. Recte: ROSELI SANCHES MARTINS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18- Processo-COFECI nº 513/2010. Recte: ARTUR ALVES DE ANDRADE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro CLAUDEMIR NEVES/MS

1- Processo-COFECI nº 363/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA IVANILDA CORDEIRO - CRECI 52928. 2- Processo-COFECI nº 1444/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: DEGRAU ADM. EMPREEDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PART. LTDA - CRECI J-13697. 3- Processo-COFECI nº 1448/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: SANSÃO JOSÉ PEREIRA - CRECI 45541. 4- Processo-COFECI nº 1449/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: DEGRAU ADM. EMPREEDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PART. LTDA - CRECI J-13697. 5- Processo-COFECI nº 2090/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS ALBERTO DA SILVEIRA - CRECI 55155. 6- Processo-COFECI nº 2091/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS ALBERTO DA SILVEIRA - CRECI 55155. 7- Processo-COFECI nº 2092/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS ALBERTO DA SILVEIRA - CRECI 55155. 8- Processo-COFECI nº 362/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CAMARGO DIAS IMÓVEIS LTDA. - CRECI J-793. 9- Processo-COFECI nº 2086/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ CARLOS MELO DA SILVA - CRECI 12255. 10- Processo-COFECI nº 2093/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CAETANO OSVALDO FARAONE - CRECI 6723. 11- Processo-COFECI nº 2097/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MAURÍCIO DIMAS COMISSO - CRECI 38731. 12- Processo-COFECI nº 2098/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA LUCY ROCHA FERREIRA - CRECI 31388. 13- Processo-COFECI nº 2099/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ AUGUSTO GREGÓRIO - CRECI 12506. 14- Processo-COFECI nº 2916/2010. Recte: BENEDITO CRAVO DE OLIVEIRA CRECI 14750. Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". 15- Processo-COFECI nº 500/2010. Recte: JORGE CARLOS DE ALMEIDA LOPES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 559/2010. Recte: SEBASTIÃO SABINO NETO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 560/2010. Recte: DEUSDETE ANTÔNIO DUARTE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18- Processo-COFECI nº 561/2010. Recte: MANOEL PAULO FERREIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro PAULO ANTUNES MACIEL/MT

1- Processo-COFECI nº 2368/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARCELO FERNANDO DE SOUZA FERNANDES - CRECI 52640. 2- Processo-COFECI nº 2369/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARCELO FERNANDO DE SOUZA FERNANDES - CRECI 52640. 3- Processo-COFECI nº 2370/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARCELO FERNANDO DE SOUZA FERNANDES - CRECI 52640. 4- Processo-COFECI nº 1118/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PEDRO CAMARGO DINIZ - CRECI 34674. 5- Processo-COFECI nº 1845/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CONSTANTINOV & CONSTANT S/C LTDA - CRECI J-2995. 6- Processo-COFECI nº 1930/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: VAGUINO CELESTE KIELING - CRECI 9499. 7- Processo-COFECI nº 2405/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: RICARDO DE ALMEIDA - CRECI 59874. 8- Processo-COFECI nº 2419/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALEXANDRE REGINATO - CRECI 60773. 9- Processo-COFECI nº 2420/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALEXANDRE REGINATO - CRECI 60773. 10- Processo-COFECI nº 2424/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SÉRGIO AUGUSTO GENEROSO - CRECI 13271. 11- Processo-COFECI nº 2425/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SÉRGIO AUGUSTO GENEROSO - CRECI 13271. 12- Processo-COFECI nº 2592/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ALFREDO JOSÉ SOUZA - CRECI 25277. 13- Processo-COFECI nº 2669/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ALFREDO JOSÉ SOUZA - CRECI 25277. 14- Processo-COFECI nº 2748/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SANTA LÚCIA URBANIZADORA S/C LTDA - CRECI J-17135. 15- Processo-COFECI nº 2749/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: W. POLITANI IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-8060. 16- Processo-COFECI nº 2760/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CIMAR IMÓVEIS LTDA - CRECI J-8373. 17- Processo-COFECI nº 708/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDDIE WAGNER DA SILVA AKAISHI - CRECI 42393. 18- Processo-COFECI nº 721/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ANTÔNIO CELSO DE CARVALHO PINTO A. I. S/C LTDA - CRECI J-14613. 19- Processo-COFECI nº 727/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ ANTÔNIO VELANI - CRECI 32370. 20- Processo-COFECI nº 728/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AMÉRICO GABRIEL GUAZELLI - CRECI 30038. 21- Processo-COFECI nº 729/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AMÉRICO GABRIEL GUAZELLI - CRECI 30038. 22- Processo-COFECI nº 730/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AMÉRICO GABRIEL GUAZELLI - CRECI 30038. 23- Processo-COFECI nº 732/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PEDRO RODRIGUES DA SILVA - CRECI 36057. 24- Processo-COFECI nº 733/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PEDRO RODRIGUES DA SILVA - CRECI 36057. 25- Processo-COFECI nº 762/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DILMO GAVA - CRECI 15137. 26- Processo-COFECI nº 819/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ISMAEL FARIA - CRECI 44145.

RELATOR: Conselheiro ADENILSON CARLOS VIDOVIX/TO

1- Processo-COFECI nº 320/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SOLAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-4055. 2- Processo-COFECI nº 0356/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: COMETA IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-3771. 3- Processo-COFECI nº 326/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: STAFF ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-16810. 4- Processo-COFECI nº 327/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: STAFF ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-16810. 5- Processo-COFECI nº 352/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JAIR OLIVEIRA SILVA - CRECI 57409. 6- Processo-COFECI nº 353/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: COMETA IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-3771. 7- Processo-COFECI nº 355/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MANOEL CARLOS LOUREIRO FRADE - CRECI 24749. 8- Processo-COFECI nº 357/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MANOEL CARLOS LOUREIRO FRADE - CRECI 24749. 9- Processo-COFECI nº 700/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: HABITAT EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA. - CRECI J-11175. 10- Processo-COFECI nº 710/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: KASUO OKUMURA - CRECI 25611. 11- Processo-COFECI nº 713/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROBERTO MILLO DA ROZ - CRECI 38587. 12- Processo-COFECI nº 714/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROBERTO MILLO DA ROZ - CRECI 38587. 13- Processo-COFECI nº 754/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO AVEIRO FILHO - CRECI 2354. 14- Processo-COFECI nº 755/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: EDNA MONTEIRO PEIXINHO PIROLO - CRECI 59242. 15- Processo-COFECI nº 836/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CASA VERDE IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-11385. 16- Processo-COFECI nº 839/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: AVENIDA IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-15824. 17- Processo-COFECI nº 866/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ MIRANDA DE ANDRADE - CRECI 17838. 18- Processo-COFECI nº 867/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PAULO ROBERTO DE TOLEDO PIZA - CRECI 47926. 19- Processo-COFECI nº 541/2010. Recte: NIVALDO FRANCISCO BESSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 20- Processo-COFECI nº 547/2010. Recte: ALEXANDER TAIYO BIOTTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 21- Processo-COFECI nº 550/2010. Recte: LUCIANO DE LACERDA GONÇALVES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 22- Processo-COFECI nº 558/2010. Recte: CATIA REGINA DO NASCIMENTO PORTO FIGUEIREDO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro AIRES RIBEIRO DE MATOS/AC

1- Processo-COFECI nº 328/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PEDRO SORELI - CRECI 32464. 2- Processo-COFECI nº 1945/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA DE LOURDES MENANDRO - CRECI 21928. 3- Processo-COFECI nº 2588/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ESTRELA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-1284. 4- Processo-COFECI nº 2702/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ANTÔNIO CARLOS PEREIRA - CRECI 34214. 5- Processo-COFECI nº 1100/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CLARA IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-13415. 6- Processo-COFECI nº 1104/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ ADELMO MUNHAÉ LANZA - CRECI 17965. 7- Processo-COFECI nº 1923/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LOUIS PAULO PÁSSARO BOUCHET - CRECI 33158. 8- Processo-COFECI nº 2421/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ITANIEL BEZERRA CAVALCANTI - CRECI 46338. 9- Processo-COFECI nº 2422/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ITANIEL BEZERRA CAVALCANTI - CRECI 46338. 10- Processo-COFECI nº 2423/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ITANIEL BEZERRA CAVALCANTI - CRECI 46338. 11- Processo-COFECI nº 2581/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALCIDES JOSÉ DE OLIVEIRA - CRECI 16754. 12- Processo-COFECI nº 2618/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA AYRES - CRECI 14964. 13- Processo-COFECI nº 2619/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA AYRES - CRECI 14964. 14- Processo-COFECI nº 2620/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: OCLADIO MARTI GORINI - CRECI 28251. 15- Processo-COFECI nº 2621/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: OCLADIO MARTI GORINI - CRECI 28251. 16- Processo-COFECI nº 2680/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDVALDO CARDOSO DOS SANTOS - CRECI 62018. 17- Processo-COFECI nº 2704/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ROBERTO JOSÉ CARVALHO DA SILVA - CRECI 43808. 18- Processo-COFECI nº 2705/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SOLARIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/C LTDA - CRECI J-10048. 19- Processo-COFECI nº 712/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCO ANTÔNIO PÁDUA DE MORAES - CRECI 40654. 20- Processo-COFECI nº 718/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCOS ANTÔNIO COELHO - CRECI 30568. 21- Processo-COFECI nº 719/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCOS ANTÔNIO COELHO - CRECI 30568. 22- Processo-COFECI nº 725/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROBERTO WAGNER LORENZONE - CRECI 28313. 23- Processo-COFECI nº 726/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO FERREIRA FERNANDES - CRECI 42325. 24- Processo-COFECI nº 747/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: REINALDO MALAQUIAS DA SILVA - CRECI 60472. 25- Processo-COFECI nº 777/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ROSEMARY PEREZ DA SILVA - CRECI 43820. 26- Processo-COFECI nº 778/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ROSEMARY PEREZ DA SILVA - CRECI 43820. 27- Processo-COFECI nº 864/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MÁRCIO MANOEL DOS SANTOS - CRECI 41502.

Brasília-DF, 16 de agosto de 2011.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

3ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2011 - Gestão 2010/2012)

PAUTA DE JULGAMENTO

4ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 31 de agosto de 2011
INÍCIO: 16 horas
LOCAL: Dependências do Hotel Crowne Plaza
Rua Presidente Carlos Cavalcante, 600 - Centro
Curitiba - PR (41) 3204-4005

RELATOR: Conselheiro HERMES R. DE ALCÂNTARA FILHO/DF

1- Processo-COFECI nº 988/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repdo: ANTONIO JOSÉ ALVES DOS SANTOS-CRECI 2989. 2- Processo-COFECI nº 989/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repdo: ANTONIEL SANTOS MENEZES JUNIOR-CRECI 3058. 3- Processo-COFECI nº 133/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: MARIA LIDIA BALBI LOPES-CRECI 3162. 4- Processo-COFECI nº 141/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: EDUARDO ANDRÉ MULHO DE SOUZA-CRECI 3754. 5- Processo-COFECI nº 142/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: GESIEL MARQUES SANTOS-CRECI 3910. 6- Processo-COFECI nº 977/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: RUBEM CONDE DE ALMEIDA-CRECI 1003. 7- Processo-COFECI nº 980/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: GESIEL MARQUES SANTOS-CRECI 3910. 8- Processo-COFECI nº 982/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: UBIRAJARA TIBIRIÇA ALVES DE AGUIAR-CRECI 506. 9- Processo-COFECI nº 983/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ANTONIO CARLOS CRUZ GAIA-CRECI 1679. 10- Processo-COFECI nº 978/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: RAIMUNDO ANTONIO IMBIRIBA MACHADO-CRECI 4149. 11- Processo-COFECI nº 979/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOSÉ MESSIAS OLIVEIRA FAVACHO-CRECI 2328. 12- Processo-COFECI nº 986/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repda:

VERSÃO PARA IMPRESSÃO - NÃO É DOCUMENTO OFICIAL

MARIA DO SOCORRO DA COSTA FAVACHO-CRECI 4397. 13- Processo-COFECI nº 539/2010. Recte: ELIO CASTELHANO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 540/2010. Recte: SANDRO APARECIDO ROSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 542/2010. Recte: SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 985/2010. Rectes: Os Denunciantes - CARLOS ALBERTO FERREIRA ALEIXO E JANAÍNA RIBEIRO ALEIXO. Recdo: CRECI 12ª Região/PA. Assunto: TR - Pedido de Reconsideração da decisão de Arquivamento de denúncia formulada contra o C.I. CLAUDIO CEZAR SILVA LEÃO-CRECI 2945. 17- Processo-COFECI nº 990/2010. Rectes: o denunciante Sr. JOSÉ MARIA CARDOSO MAIA. Recdo: CRECI 12ª Região/PA. Assunto: TR - Pedido de Reconsideração da decisão de Arquivamento de denúncia formulada contra a C.I. NILZA SILVA DUARTE DA COSTA-CRECI 2829.

RELATOR: Conselheiro TEMÍSTOCLES BARRETO NETO/SE 1- Processo-COFECI nº 2207/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repdo: DANIEL BENARROCH BARCESSAT-CRECI 2877. 2- Processo-COFECI nº 136/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: MANOEL DA LUZ DOS SANTOS NETO-CRECI 1376. 3- Processo-COFECI nº 137/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: MANOEL DA LUZ DOS SANTOS NETO-CRECI 1376. 4- Processo-COFECI nº 138/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: MANOEL DA LUZ DOS SANTOS NETO-CRECI 1376. 5- Processo-COFECI nº 139/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: MANOEL DA LUZ DOS SANTOS NETO-CRECI 1376. 6- Processo-COFECI nº 140/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: DOMINGOS ANDRÉ ROLLO DA SILVA-CRECI 3832. 7- Processo-COFECI nº 969/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: JANDIRA PEREIRA-CRECI 3440. 8- Processo-COFECI nº 972/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: JANDIRA PEREIRA-CRECI 3440. 9- Processo-COFECI nº 973/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ERIVALDO DIAS DA SILVA-CRECI 2215. 10- Processo-COFECI nº 974/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: WALMICK DUARTE DE MELO-CRECI 1396. 11- Processo-COFECI nº 981/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: CARLOS AUGUSTO CRUZ DE ARAÚJO-CRECI 3367. 12- Processo-COFECI nº 984/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: OTTO LUIZ DE BRITO CARVALHO-CRECI 1951. 13- Processo-COFECI nº 987/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repdo: JOSÉ VERAS BARBOSA-CRECI 3028. 14- Processo-COFECI nº 536/2010. Recte: SIDINEI APARECIDO DE AMORIM. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 537/2010. Recte: EDGARD COUTINHO PAIN. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 538/2010. Recte: MARIA CLAUDIA TERRARI ROSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 072/2006. Recte: NERY DINIZ CORRÊA-CRECI 8672. Recdo: CRECI 11ª Região/SC.

RELATOR: Conselheiro ROBERTO CARLOS CORREIA PERES/RN

1- Processo-COFECI nº 1057/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SOL & CIA CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-12565. 2- Processo-COFECI nº 1688/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repdo: REINALDO ALVES DE SÁ PEREIRA-CRECI 1369. 3- Processo-COFECI nº 1689/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repdo: IRAILTON DE ALBUQUERQUE CABRAL-CRECI 4081. 4- Processo-COFECI nº 963/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ARMANDO FERREIRA CARDOSO PINGARILHO-CRECI 3556. 5- Processo-COFECI nº 964/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ANTONIO CARLOS DE VASCONCELOS MENDONÇA-CRECI 2822. 6- Processo-COFECI nº 965/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: NIVALDO LOURENÇO DE FIGUEIREDO-CRECI 2301. 7- Processo-COFECI nº 966/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOÃO VITOR FERREIRA AMORIM-CRECI 4058. 8- Processo-COFECI nº 967/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ANTONIO SÉRGIO PAULA LEDO-CRECI 4629. 9- Processo-COFECI nº 968/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: MARIA DAS GRAÇAS VALE DE CASTRO-CRECI 3215. 10- Processo-COFECI nº 970/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: MIGUEL ARCHANJO DE ALMEIDA-CRECI 2836. 11- Processo-COFECI nº 971/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: MIGUEL ARCHANJO DE ALMEIDA-CRECI 2836. 12- Processo-COFECI nº 976/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ODILON BARBOSA CARVALHO FILHO-CRECI 4054. 13- Processo-COFECI nº 490/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ SIDNEY FERRAZ-CRECI 10686. 14- Processo-COFECI nº 975/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: CR - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-296. 15- Processo-COFECI nº 1058/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ANTONIO MILTON RAMOS PINTO-CRECI 19686. 16- Processo-COFECI nº 534/2010. Recte: FRANCISCO DAS CHAGAS SALVINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 535/2010. Recte: IVO MONTANHERI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro CARLOS ALBERTO LÚCIO DA SILVA/MT

1- Processo-COFECI nº 253/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA VISTA VERDE S/C LTDA-CRECI J-9340. 2- Processo-COFECI nº 342/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ARAL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA-CRECI J-16499. 3- Processo-COFECI nº 343/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: HÉLIO NILTON ALMEIDA SAMPAIO-CRECI 48770. 4- Processo-COFECI nº 1687/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: RAIMUNDO RONALDO AVELINO LIMA-CRECI 4065. 5- Processo-COFECI nº 1690/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: LUIZ EDUARDO TAVARES PINHEIRO-CRECI 3335. 6- Processo-COFECI nº 1632/2007. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: FREITAS CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA-CRECI J-3820. 7- Processo-COFECI nº 1633/2007. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: VIVALDO GOMES DE FREITAS-CRECI 31320. 8- Processo-COFECI nº 658/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SEVERINO FLORENTINO DA SILVA-CRECI 5637. 9- Processo-COFECI nº 723/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOÃO MARCILIO COPPI-CRECI 37725. 10- Processo-COFECI nº 853/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: VIP ENGENHARIA E CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-14990. 11- Processo-COFECI nº 1042/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MAURICIO DIMAS COMISSO-CRECI 38731. 12- Processo-COFECI nº 1225/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PAULO SÉRGIO MARTINS OLIVEIRA-CRECI 21021. 13- Processo-COFECI nº 1313/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIS CARLOS FREITAS BARBOSA-CRECI 23740. 14- Processo-COFECI nº 1684/2010. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: ANA ADÉLIA VIEIRA MAIA-CRECI 1852. 15- Processo-COFECI nº 533/2010. Recte: NELSON BENAGLIA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 572/2010. Recte: DOMINGOS YATICOLA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 573/2010. Recte: ELIANE RACOSTA ZAMBELLO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18- Processo-COFECI nº 574/2010. Recte: DIOGO DO NASCIMENTO FELIPE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro RAIMUNDO CUNHA TORRES/MA

1- Processo-COFECI nº 1023/2008. Recte: o denunciante Sr. NELSON ANTONIO CARDOSO DE SÁ. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Pedido de reconsideração da decisão da 3ª Câmara Recursal que reduziu a pena de cancelamento da inscrição c/c Multa de 02 anuidades aplicada pelo CRECI/ES ao C.I. RICARDO JOSÉ FONSECA FIALHO-CRECI 2294, para Censura c/c Multa de 01 anuidade - com contra-razões do denunciado. 2 - Processo-COFECI nº 1220/2003. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: SEVERO & FERNANDES S/C LTDA - CRECI J-22029. 3- Processo-COFECI nº 1437/2003. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: ODAIR ALVES DA SILVA - CRECI 16506. 4- Processo-COFECI nº 1029/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: RAQUEL VIRGINIA RODRIGUES FERNANDES-CRECI 60883. 5- Processo-COFECI nº 1030/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDMAR BATISTA LIMA-CRECI 60979. 6- Processo-COFECI nº 746/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: BENEDITO FRANCO BERTIN-CRECI 24641. 7- Processo-COFECI nº 796/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ LUIZ ALVES-CRECI 19940. 8- Processo-COFECI nº 919/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ CONDE-CRECI 5947. 9- Processo-COFECI nº 1219/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: RICARDO MADRIGALI-CRECI 18894. 10- Processo-COFECI nº 1220/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: RICARDO MADRIGALI-CRECI 18894. 11- Processo-COFECI nº 1221/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: VINICIUS PETRÔNIO FERRAZ VIEIRA-CRECI 60059. 12- Processo-COFECI nº 1222/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: VINICIUS PETRÔNIO FERRAZ VIEIRA-CRECI 60059. 13- Processo-COFECI nº 1290/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ BERNARDO AROCA PINO-CRECI 16329. 14- Processo-COFECI nº 1291/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ BERNARDO AROCA PINO-CRECI 16329. 15- Processo-COFECI nº 1678/2007. Recte: ALDEMAR CORREIA LIMA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 341/2010. Recte: IMOBILIÁRIA PARAÍSO LTDA-CRECI J-0493. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 462/2010. Recte: JOSÉ ANTONIO PETEAN. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18- Processo-COFECI nº 575/2010. Recte: MARCO ANTONIO PANISI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro RÔMULO SOARES DE LIMA/PB

1- Processo-COFECI nº 310/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDUARDO ÁLVARO MARTINI DE CASTRO-CRECI 12154. 2- Processo-COFECI nº 311/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDSON MARTINS SPOSITO-CRECI 57882. 3- Processo-COFECI nº 312/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ZECA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-15301. 4- Processo-COFECI nº 345/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDIMAR BATISTA LIMA-CRECI 60979. 5- Processo-COFECI nº 370/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MIGUEL ARCANJO LEME FILHO-CRECI 64362. 6- Processo-COFECI nº 600/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CAMARI ADM. PART. EMPR. S/C LTDA-CRECI J-5041. 7- Processo-COFECI nº 601/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROQUE ANSELMO-CRECI 41525. 8- Processo-COFECI nº 602/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DURVAL AZARITE-CRECI 23577. 9- Processo-COFECI nº 603/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DURVAL AZARITE-CRECI 23577. 10- Processo-COFECI nº 604/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTONIO CARLOS CARCANHOLO-CRECI 12645. 11- Processo-COFECI nº 605/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTONIO CARLOS CARCANHOLO-CRECI 12645. 12- Processo-COFECI nº 606/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: OCTÁVIO FÚRIO-CRECI 31023. 13- Processo-COFECI nº 765/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: COMPANY OF REALTOR ASSOCIATION IMÓVEIS LTDA - CRECI J-18978. 14- Processo-COFECI nº 793/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CINIRA VIEIRA PINTO-CRECI 29739. 15- Processo-COFECI nº 794/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CINIRA VIEIRA PINTO-CRECI 29739. 16- Processo-COFECI nº 465/2010. Recte: ANTONIO FIDÊNCIO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 487/2010. Recte: MARCO AURÉLIO BARROS CÂMARA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro VILMAR PINTO DA SILVA/AL

1- Processo-COFECI nº 251/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: CLAUDINEI ANTONIO DE LIMA-CRECI 59049. 2- Processo-COFECI nº 252/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA IVANILDA CORDEIRO-CRECI 52928. - Processo-COFECI nº 369/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARINO SOARES DE SOUZA-CRECI 9221. 4- Processo-COFECI nº 1242/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: DENNER RODRIGUES BITENCOURT-CRECI 36711. 5- Processo-COFECI nº 247/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: J. RUFINUS IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-12266. 6- Processo-COFECI nº 593/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: RJB IMOBILIÁRIA S/C LTDA-CRECI J-18661. 7- Processo-COFECI nº 595/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROBERTO LORIA-CRECI 1866. 8- Processo-COFECI nº 596/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: VALDIR MORENO-CRECI 15940. 9- Processo-COFECI nº 597/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ADEVIR ALCIDIO RIBEIRO-CRECI 50908. 10- Processo-COFECI nº 598/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA CRISTINA CENA FRANCEZ GONZAGA-CRECI 56777. 11- Processo-COFECI nº 599/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA CRISTINA CENA FRANCEZ GONZAGA-CRECI 56777. 12- Processo-COFECI nº 914/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ CARLOS MAZETO-CRECI 16973. 13- Processo-COFECI nº 915/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDER DE ALMEIDA TAVARES-CRECI 52404. 14- Processo-COFECI nº 916/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDER DE ALMEIDA TAVARES-CRECI 52404. 15- Processo-COFECI nº 917/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CASANOVA ASSESSORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA-CRECI J-7734. 16- Processo-COFECI nº 467/2010. Recte: MARCOS DE AMORIM COSTA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 578/2010. Recte: DAVID FERNANDES DUARTE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro JOÃO BATISTA DA PAZ BRITO/PI

1- Processo-COFECI nº 1414/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª REGIÃO/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ GOMES DA SILVA-CRECI 12851. 2- Processo-COFECI nº 1415/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª REGIÃO/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ GOMES DA SILVA-CRECI 12851. 3- Processo-COFECI nº 1423/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTONIA DA PAIXÃO COSTA-CRECI 56065. 4- Processo-COFECI nº 245/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: BOFF - PEREIRA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA-CRECI J-14838. 5- Processo-COFECI nº 246/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ODIVALDO DONIZETE PEREIRA BOFF-CRECI 37458. 6- Processo-COFECI nº 637/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS GASPARINO-CRECI 27527. 7- Processo-COFECI nº 767/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ LUIZ JARDIM-CRECI 34638. 8- Processo-COFECI nº 768/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ LUIZ JARDIM-CRECI 34638. 9- Processo-COFECI nº 891/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FRANCISCO FERREIRA FARIA-CRECI 29742. 10- Processo-COFECI nº 901/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JAIR SOLDERA-CRECI 36366. 11- Processo-COFECI nº 910/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: DENISE CARRENHO DE MORAES SILVA-CRECI 44803. 12- Processo-COFECI nº 920/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AMADEU PEREIRA DO LAGO-CRECI 6324. 13- Processo-COFECI nº 1342/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CÂNDIDO REALINO BRANDÃO-CRECI 31365. 14- Processo-COFECI nº 1343/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CÂNDIDO REALINO BRANDÃO-CRECI 31365. 15- Processo-COFECI nº 2367/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ENEAS BISPO ARAÚJO-CRECI 7765. 16- Processo-COFECI nº 716/2007. Recte: ARGEMIRO CARNEIRO DIAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 464/2010. Recte: JURACI JOSÉ DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATORA: Conselheira SANDRA STEPHANOVICHI BRESOLIM/RO

1- Processo-COFECI nº 1243/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ELDORADO ASS. DE NEG. IMOBILIÁRIO S/C LTDA-CRECI J-6627. 2- Processo-COFECI nº 1244/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: GEOPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-7395. 3- Processo-COFECI nº 1245/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: W B A IMÓVEIS E CONSULTORIA S/C LTDA-CRECI J-13574. - Processo-COFECI nº 1246/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: HABITEC NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA-CRECI J-14586. 5- Processo-COFECI nº 1247/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

officio". Repdo: FRANCISCO GALDINO-CRECI 20350. 6- Processo-COFECI nº 1248/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: REYNOR MARTINS DA SILVA-CRECI 7682. 7- Processo-COFECI nº 1627/2007. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SOLUÇÃO IMÓVEIS LTDA-CRECI J-10438. 8- Processo-COFECI nº 785/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AFONSO NEMESSIO VIANA-CRECI 31280. 9- Processo-COFECI nº 786/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AFONSO NEMESSIO VIANA-CRECI 31280. 10- Processo-COFECI nº 828/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SID IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-18525.11- Processo-COFECI nº 833/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA MARLENE MAZULQUIM RODRIGUES-CRECI 50450. 12- Processo-COFECI nº 834/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA MARLENE MAZULQUIM RODRIGUES-CRECI 50450. 13- Processo-COFECI nº 842/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DANIEL LUIZ FRENK SCHUSTERMANN-CRECI 57461. 14- Processo-COFECI nº 843/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DANIEL LUIZ FRENK SCHUSTERMANN-CRECI 57461. 15- Processo-COFECI nº 882/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ANTUNES IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-6445. 16- Processo-COFECI nº 1322/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS FERNANDO TOZATO-CRECI 39210. 17- Processo-COFECI nº 468/2010. Recte: MARIA LEUMA AMARAL OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

Brasília-DF, 16 de agosto de 2011.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

4ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2011 - Gestão 2010/2012)

PAUTA DE JULGAMENTO

4ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 31 de agosto de 2011
INÍCIO: 16 horas
LOCAL: Dependências do Hotel Crowne Plaza
Rua Presidente Carlos Cavalcante, 600 - Centro
Curitiba - PR (41) 3204-4005

RELATOR: Conselheiro UBIRAJARA SZEKIR DE OLIVEIRA/RS

1- Processo-COFECI nº 248/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARIANO MEDINA PLAZA FILHO-CRECI 25463. 2- Processo-COFECI nº 249/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ALVORADA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-15543. 3- Processo-COFECI nº 278/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LUIZ ANTONIO NICOLAU-CRECI 28439. 4- Processo-COFECI nº 279/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA PERSONAL S/C LTDA-CRECI J-18409. 5- Processo-COFECI nº 640/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada. CAMPOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA-CRECI J-3873. 6- Processo-COFECI nº 782/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: PINHO & CAMARGO CONS. E IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-18056. 7- Processo-COFECI nº 789/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: BRUNARD EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA-CRECI J-13362. 8- Processo-COFECI nº 791/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMOB. IMOBILIÁRIA OBJETIVA LTDA-CRECI J-18701. 9- Processo-COFECI nº 795/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CIT IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-5962. 10- Processo-COFECI nº 870/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMPACTO IMÓVEIS S/C LTDA-ME-CRECI J-10270. 11- Processo-COFECI nº 873/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: DOMINIUM IMÓVEIS LTDA-CRECI J-18946. 12- Processo-COFECI nº 874/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: BATISTA OCSANY IMÓVEIS LTDA-CRECI J-11077. 13- Processo-COFECI nº 913/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: FRANCISCA MARTINS DA SILVA-CRECI 29696. 14- Processo-COFECI nº 1318/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IZACOSTA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS LTDA-CRECI J-3503. 15- Processo-COFECI nº 492/2010. Recte: ROSA MARIA BROLLO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 524/2010. Recte: ROSA MARIA BROLLO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 528/2010. Recte: BENEDITA PEREIRA DA COSTA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro PETRUS LEONARDO DE SOUZA MENDONÇA/PE

1- Processo-COFECI nº 361/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA VITÓRIA LTDA-CRECI J-0324. 2- Processo-COFECI nº 368/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LUIZ ANTONIO CORTEZ LIMA-CRECI 33541. 3- Processo-COFECI nº 938/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MANZON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-16251. 4- Processo-COFECI nº 625/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDISON JOÃO GERAISSATE-CRECI 27398. 5- Processo-COFECI nº 748/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FULVIO DE MORAES GIACOMIN-CRECI 46312. 6- Processo-COFECI nº 749/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FULVIO DE MORAES GIACOMIN-CRECI 46312. 7- Processo-COFECI nº 750/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DURVAL VIEIRA DE SOUZA NETO-CRECI 8740. 8- Processo-COFECI nº 751/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DURVAL VIEIRA DE SOUZA NETO-CRECI 8740. 9- Processo-COFECI nº 832/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LOURIVAL MAIA DIAS-CRECI 21516. 10- Processo-COFECI nº 844/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: KAMIKARO IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-14317. 11- Processo-COFECI nº 923/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARGARIDA MARIA DE LIMA CÂMARA BARROSO-CRECI 45021. 12- Processo-COFECI nº 924/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: JJL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-13951. 13- Processo-COFECI nº 466/2010. Recte: MARCELO RODRIGUES BARBOSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 469/2010. Recte: ERCÍLIA CRISTIANO GOMES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 544/2010. Recte: RAPHAEL VIVIANI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 545/2010. Recte: MARLENE FRANCO LEME. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro NILSON RIBEIRO DE ARAÚJO/BA

1- Processo-COFECI nº 1631/2007. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: NAILSON NUNES DE QUEIROZ-CRECI 21540. 2- Processo-COFECI nº 1052/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JADIEL VIEIRA SANTANA-CRECI 16582. 3- Processo-COFECI nº 1250/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ GOMES DA SILVA-CRECI 12851. 4- Processo-COFECI nº 1260/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: REINALDO FERREIRA DOS SANTOS-CRECI 62359. 5- Processo-COFECI nº 636/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CHARLY IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-8343. 6- Processo-COFECI nº 878/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: OMEGA CONSULTORIA & NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA-CRECI J-17550. 7- Processo-COFECI nº 925/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: TEPLAN CORRETORA DE IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-4749. 8- Processo-COFECI nº 926/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: POLOCENTRO IMOB. INC. ADM. BENS S/C LTDA-CRECI J-6003. 9- Processo-COFECI nº 927/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: JURISTEC CONS. TÉCNICA I C S/C LTDA-CRECI J-4040. 10- Processo-COFECI nº 928/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FRANCISCO GOMES DURAN-CRECI 37306. 11- Processo-COFECI nº 930/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SÃO ROBERTO ARARAQUARA EP S/C-CRECI J-3309. 12- Processo-COFECI nº 932/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: PIRÂMIDE HABITACIONAL S/C LTDA-CRECI J-1191. 13- Processo-COFECI nº 940/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: OLIVEIRA & SILVA LTDA-CRECI J-1972. 14- Processo-COFECI nº 239/2010. Recte: BRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-3409. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 15- Processo-COFECI nº 503/2010. Recte: IVONE ROSSINI DE CARVALHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 543/2010. Recte: AGNALDO JOSÉ MELHADO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 1231/2010. Recte: DELL´ABITARE PARTICIPAÇÕES E ASSESSORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA-CRECI J-16258. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro DANIEL FERNANDES ALVES/ES

1- Processo-COFECI nº 2675/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ EUSTÁQUIO LEAL-CRECI 57496. 2- Processo-COFECI nº 391/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARINO SOARES DE SOUZA-CRECI 9221. 3- Processo-COFECI nº 936/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: JZF EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA-CRECI J-9965. 4- Processo-COFECI nº 2671/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SUELI APARECIDA CAMPORA-CRECI 36889. 5- Processo-COFECI nº 612/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA DO CARMO DE SOUZA-CRECI 36943. 6- Processo-COFECI nº 614/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTONIO HÉLIO DA SILVEIRA-CRECI 63680. 7- Processo-COFECI nº 615/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MÁRIO ANTONIO DA SILVA-CRECI 21109. 8- Processo-COFECI nº 616/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MÁRIO ANTONIO DA SILVA-CRECI 21109. 9- Processo-COFECI nº 617/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ BAPTISTA DA SILVA-CRECI 25224. 10- Processo-COFECI nº 941/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ELDA MÁRCIA CIUFRI-CRECI 58499. 11- Processo-COFECI nº 945/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: WALDO BARRETO JÚNIOR-CRECI 25531. 12- Processo-COFECI nº 1257/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA RIBEIRÓPOLIS LTDA-CRECI J-10828. 13- Processo-COFECI nº 1283/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ CARLOS PERSIGILI-CRECI 50590. 14- Processo-COFECI nº 456/2010. Recte: KAMILA CECCARELLI COZIM. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 459/2010. Recte: FLÁVIA SUNEGA MORAL DALL´AQUA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 461/2010. Recte: REGINA CÉLIA MOUAWAD. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 502/2010. Recte: IVONETE COSTA VILELA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18- Processo-COFECI nº 504/2010. Recte: LEMUEL MARCIANO DA CRUZ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 19- Processo-COFECI nº 506/2010. Recte: NILSE BOMFA CAZORLA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 20- Processo-COFECI nº 507/2010. Recte: SÔNIA MARIA ACQUESTA ORMEZZANO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 21- Processo-COFECI nº 508/2010. Recte: PAULO CELSO LEITE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro AYRTON MARTINS JÚNIOR/CE

1- Processo-COFECI nº 1061/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LUIZ CARLOS GOMES-CRECI 19777. 2- Processo-COFECI nº 1062/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LUIZ CARLOS GOMES-CRECI 19777. 3- Processo-COFECI nº 1063/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LUIZ CARLOS GOMES-CRECI 19777. 4- Processo-COFECI nº 1064/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LUIZ CARLOS GOMES-CRECI 19777. 5- Processo-COFECI nº 1065/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LUIZ CARLOS GOMES-CRECI 19777. 6- Processo-COFECI nº 661/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LOURENÇO MOSCATEL-CRECI 20805. 7- Processo-COFECI nº 662/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LOURENÇO MOSCATEL-CRECI 20805. 8- Processo-COFECI nº 850/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: JANGADA CONSULTORIA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-4888. 9- Processo-COFECI nº 879/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: FRAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA-CRECI J-8306. 10- Processo-COFECI nº 890/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SIAN E TEIXEIRA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-18974. 11- Processo-COFECI nº 907/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA LEME LTDA-CRECI J-2029. 12- Processo-COFECI nº 937/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROGE DA SILVA CABEÇA-CRECI 35921. 13- Processo-COFECI nº 939/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: RUI DE OLIVEIRA-CRECI 51494. 14- Processo-COFECI nº 1344/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: OLAVO TAUFIC-CRECI 10224. 15- Processo-COFECI nº 562/2010. Recte: MAURICIO GALHARDO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 577/2010. Recte: MIRIAN ULIANA CARNEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro SÉRGIO WALDEMAR FREIRE SOBRAL/SE

1- Processo-COFECI nº 211/2007. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: BOM LAR IMÓVEIS LTDA-CRECI J-15697. 2- Processo-COFECI nº 268/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: GUMERCINDO RODRIGUES-CRECI 29472. 3- Processo-COFECI nº 269/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: GUMERCINDO RODRIGUES-CRECI 29472. 4- Processo-COFECI nº 272/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: GUMERCINDO RODRIGUES-CRECI 29472. 5- Processo-COFECI nº 651/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CLÓVIS EUCLIDES DE LEÃO-CRECI 17047. 6- Processo-COFECI nº 652/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CLÓVIS EUCLIDES DE LEÃO-CRECI 17047. 7- Processo-COFECI nº 672/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROBERTO PEREIRA-CRECI 27371. 8- Processo-COFECI nº 673/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROBERTO PEREIRA-CRECI 27371. 9- Processo-COFECI nº 675/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ ANTONIO STAMATIS DE ARRUDA SAMPAIO-CRECI 15987. 10- Processo-COFECI nº 676/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ ANTONIO STAMATIS DE ARRUDA SAMPAIO-CRECI 15987. 11- Processo-COFECI nº 686/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CLAUDINEI ANTONIO DE LIMA-CRECI 59049. 12- Processo-COFECI nº 942/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NICOLO OSTUNI-CRECI 30815. 13- Processo-COFECI nº 943/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NICOLO ASTUNI-CRECI 30815. 14- Processo-COFECI nº 529/2010. Recte: DANIEL FRANCO RODRIGUES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 532/2010. Recte: ANA MARIA DA ROCHA ZANELATO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 563/2010. Recte: DJANILDE CORREIA DE ANDRADE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 564/2010. Recte: VALDIR DOS SANTOS ASSUMPÇÃO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro WALDEMIR BEZERRA DE FIGUEIREDO/RN

1- Processo-COFECI nº 1437/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CASALINDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA-CRECI J-17606. 2- Processo-COFECI nº 1438/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LOURIVALDO DOS SANTOS FARIAS-CRECI 49603. 3- Processo-COFECI nº 350/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CRISTINA CÉLIA SOARES DANCS FIRSOFF-CRECI 60598. 4- Processo-COFECI nº 678/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ LUIZ MOREIRA CÉSAR-CRECI 45854. 5- Processo-COFECI nº 679/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ LUIZ MOREIRA CÉSAR-CRECI 45854. 6- Processo-COFECI nº 701/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: PORTAL IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-15351. 7- Processo-COFECI nº 763/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SILVANA DA SILVA SOUZA-CRECI 59889. 8- Processo-COFECI nº 770/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ LOPES SIMÕES DINIZ-CRECI 6989. 9- Processo-COFECI nº 852/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARLENE RODRIGUES ALVES-CRECI 30009. 10- Processo-COFECI nº 855/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: LIAFER IMÓVEIS ADM. BENS S/C LTDA-CRECI J-9282. 11- Processo-

IMPRENSA NACIONAL - EXEMPLAR DE ASSINANTE

COFECI nº 862/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: VAMPRE GUADITANO IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-7993. 12- Processo-COFECI nº 1256/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MIGUEL ALBARACIM SANTIAGO-CRECI 29897. 13- Processo-COFECI nº 565/2010. Recte: ANGÉLIKA FREITAS DE MIRANDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 566/2010. Recte: GISELE MAIMONI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 567/2010. Recte: FABÍOLA VIEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 568/2010. Recte: NANCI MUNIZ FURTADO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro ÍTALO BENEDITO GUIMARÃES TORREÃO/MA

1- Processo-COFECI nº 1239/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARISLENE APARECIDA DO PRADO-CRECI 50846. 2- Processo-COFECI nº 1436/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LOURIVALDO DOS SANTOS FARIAS-CRECI 49603. 3- Processo-COFECI nº 624/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LAJEADO LTDA-CRECI J-5320. 4- Processo-COFECI nº 626/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: PROMOTEC P. TEC. C. VEN. IMÓVEIS LTDA-CRECI J-03058. 5- Processo-COFECI nº 634/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FERNANDO JOSÉ MARICONDI-CRECI 30939. 6- Processo-COFECI nº 696/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: DI FALCHI IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-04902. 7- Processo-COFECI nº 792/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SPERB IMÓVEIS E ADM. S/C LTDA-CRECI J-9246. 8- Processo-COFECI nº 849/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: PRAIA CENTER IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-10650. 9- Processo-COFECI nº 871/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IZABEL MARTINS DE OLIVEIRA-CRECI 63768. 10- Processo-COFECI nº 872/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: RUBIANA CORDEIRO PIOVESAN CARDOSO-CRECI 64392. 11- Processo-COFECI nº 899/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CARLOS GUILHERME IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-16620. 12- Processo-COFECI nº 1309/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SEBASTIÃO COSTA-CRECI 29811. 13- Processo-COFECI nº 1311/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DERCY MUNHOZ VALENTE-CRECI 25883. 14- Processo-COFECI nº 1312/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DERCY MUNHOZ VALENTE-CRECI 25883. 15- Processo-COFECI nº 1314/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FERNANDO FERREIRA DE SOUSA-CRECI 60630. 16- Processo-COFECI nº 1316/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: GRUPO SILVA ADM. IMÓVEIS E CONSTR. S/C LTDA-CRECI J-3093. 17- Processo-COFECI nº 505/2010. Recte: RAIMUNDO ARISTIDES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro MANOEL SANT´ANNA RODRIGUES/AL

1- Processo-COFECI nº 374/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: GENÉZIO GINEZ OLIVEL PEREZ-CRECI 23296. 2- Processo-COFECI nº 375/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SÃO PAULO CONSULTORIA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-12102. 3- Processo-COFECI nº 379/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: GENÉZIO GINEZ OLIVEL PEREZ-CRECI 23296. 4- Processo-COFECI nº 380/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SÃO PAULO CONSULTORIA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-12102. 5- Processo-COFECI nº 381/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SÃO PAULO CONSULTORIA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-12102. 6- Processo-COFECI nº 382/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: GENÉZIO GINEZ OLIVEL PEREZ-CRECI 23296. 7- Processo-COFECI nº 383/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: GENÉZIO GINEZ OLIVEL PEREZ-CRECI 23296. 8- Processo-COFECI nº 384/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SÃO PAULO CONSULTORIA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-12102. 9- Processo-COFECI nº 385/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: GENÉZIO GINEZ OLIVEL PEREZ-CRECI 23296. 10- Processo-COFECI nº 386/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SÃO PAULO CONSULTORIA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-12102. 11- Processo-COFECI nº 387/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: GENÉZIO GINEZ OLIVEL PEREZ-CRECI 23296. 12- Processo-COFECI nº 388/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SÃO PAULO CONSULTORIA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-12102. 13- Processo-COFECI nº 741/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FRANCISCO FERREIRA FARIA-CRECI 29742. 14- Processo-COFECI nº 790/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALUIZIO SOARES DA SILVA-CRECI 32629. 15- Processo-COFECI nº 859/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SILVIA APARECIDA RAMOS-CRECI 42733. 16- Processo-COFECI nº 1270/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NIRVAL BANDEIRA DAMIANI-CRECI 21705. 17- Processo-COFECI nº 1271/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NIRVAL BANDEIRA DAMIANI-CRECI 21705.

Brasília-DF, 16 de agosto de 2011.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

5ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2011 - Gestão 2010/2012)

PAUTA DE JULGAMENTO

4ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 31 de agosto de 2011
INÍCIO: 16 horas
LOCAL: Dependências do Hotel Crowne Plaza
Rua Presidente Carlos Cavalcante, 600 - Centro
Curitiba - PR (41) 3204-4005

RELATOR: Conselheiro EDUARDO COELHO SEIXO DE BRITO/GO

1- Processo-COFECI nº 737/2008. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: NAPOLEÃO BARBOSA DOS SANTOS - CRECI 4723. 2- Processo-COFECI nº 676/2007. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: CLÁUDIO LIMA DA COSTA - CRECI 711. 3- Processo-COFECI nº 1232/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA APARECIDA PINTO MAGALHÃES REIS - CRECI 38728. 4- Processo-COFECI nº 333/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ROGÉRIO DE OLIVEIRA - CRECI 53387. 5- Processo-COFECI nº 613/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JORGE JACOB SANDER - CRECI 46861. 6- Processo-COFECI nº 670/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA - CRECI 21680. 7- Processo-COFECI nº 711/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCO ANTÔNIO PÁDUA DE MORAES - CRECI 40654. 8- Processo-COFECI nº 857/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SILVIA APARECIDA RAMOS - CRECI 42733. 9- Processo-COFECI nº 887/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARQUES ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/C LTDA - CRECI J-7614. 10- Processo-COFECI nº 889/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CAMILO DO AMARAL - CRECI 47227. 11- Processo-COFECI nº 896/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: GABRIEL & PEREIRA GABRIEL S/C LTDA - CRECI J-5209. 12- Processo-COFECI nº 908/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOEL JUSTINIANO PEREIRA - CRECI 30976. 13- Processo-COFECI nº 909/2010 Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOEL JUSTINIANO PEREIRA - CRECI 30976. 14- Processo-COFECI nº 1238/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CARYSPARTHE IMÓVEIS MOEMA LTDA - CRECI J-18798. 15- Processo-COFECI nº 491/2010. Recte: CLÁUDIO FINCO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 530/2010. Recte: ANTÔNIO RODRIGUES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 569/2010. Recte: IVANETE ANTUNES DA LUZ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18- Processo-COFECI nº 2681/2009. Recte: ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA AXXIS S/C LTDA - CRECI J-13868. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 19- Processo-COFECI nº 2682/2009. Recte: RONALDO TADEU TUCCI LIPPELT - CRECI 43413.

RELATOR: Conselheiro MARIANO DYNKOWSKI/PR

1- Processo-COFECI nº 1439/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CASALINDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-17606. 2- Processo-COFECI nº 373/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MILTON BERNARDES DOS SANTOS - CRECI 45214. 3- Processo-COFECI nº 630/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ BAPTISTA DA SILVA - CRECI 25224. 4- Processo-COFECI nº 638/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: OSMAR RODRIGUES DA CRUZ - CRECI 41893. 5- Processo-COFECI nº 639/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROGÉRIO ALMEIDA MODESTO - CRECI 62361. 6- Processo-COFECI nº 897/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: HELENICE LABELA - CRECI 28826. 7- Processo-COFECI nº 898/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SUELY MARIA DE FREITAS LOSASSO - CRECI 50464. 8- Processo-COFECI nº 904/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO ARLY FERREIRA - CRECI J-7929. 9- Processo-COFECI nº 1167/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDILSON JOSÉ MONTEIRO - CRECI 61832. 10- Processo-COFECI nº 1168/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDILSON JOSÉ MONTEIRO - CRECI 61832. 11- Processo-COFECI nº 1169/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: GILVAN UMBELINO DOS SANTOS FRANCISCO - CRECI 42080. 12- Processo-COFECI nº 1172/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOÃO RICARDO GOMES MARTINS - CRECI 62248. 13- Processo-COFECI nº 1249/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOÃO ALBERTO TADEU CALOTTO - CRECI 61270. 14- Processo-COFECI nº 1419/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VIMPLAN CONS. IMOV S/C LTDA - CRECI J-9747. 15- Processo-COFECI nº 1420/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ JOÃO - CRECI 30893. 16- Processo-COFECI nº 509/2010. Recte: VANDERLEI GOMES DE MORAES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 546/2010. Recte: MARIA ANTÔNIA ANGELO CASARO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18- Processo-COFECI nº 1829/2010. Recte: ENALVA CARVALHO DE CASTRO (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 5ª Região/GO. Assunto: AI - Pedido de reconsideração contra a pena de Censura aplicada pelo CRECI 5ª Região/GO a C.I ANAILDES GARCIA CARVALHO - CRECI 7350 e ao C.I SILVIO ALVES CARVALHO - CRECI 8259

RELATOR: Conselheiro MOACYR PASIN/SC

1- Processo-COFECI nº 2694/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOAQUIM INOCÊNCIO - CRECI 23263. 2- Processo-COFECI nº 358/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA PERSONAL S/C LTDA - CRECI J-18409. 3- Processo-COFECI nº 359/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA PERSONAL S/C LTDA - CRECI J-18409. 4- Processo-COFECI nº 376/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: BETA IMÓVEIS ADMINISTRAÇÃO S/C LTDA - CRECI J-5349. 5- Processo-COFECI nº 377/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: OSNI DIAS DE SOUZA - CRECI 12535. 6- Processo-COFECI nº 378/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: CARLOS QUIRINO DOS SANTOS - CRECI 20097. 7- Processo-COFECI nº 632/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOÃO FERNANDES DA COSTA FILHO - CRECI 42486. 8- Processo-COFECI nº 641/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOÃO FERNANDES DA COSTA FILHO - CRECI 42486. 9- Processo-COFECI nº 885/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JACOB FRANCISCO DOS S. BLUMER - CRECI 19508. 10- Processo-COFECI nº 886/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JACOB FRANCISCO DOS S. BLUMER - CRECI 19508. 11- Processo-COFECI nº 1227/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SYLVIO MONTI NETO - CRECI 14474. 12- Processo-COFECI nº 1272/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA GRAMINHO S/C LTDA - CRECI J-16966. 13- Processo-COFECI nº 1345/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: OSMAR MARQUES DOS SANTOS - CRECI 19404. 14- Processo-COFECI nº 1346/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: OSMAR MARQUES DOS SANTOS - CRECI 19404. 15- Processo-COFECI nº 1349/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO EDUARDO PEREIRA QUARTIM BARBOSA - CRECI 18358. 16- Processo-COFECI nº 1350/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO EDUARDO PEREIRA QUARTIM BARBOSA - CRECI 18358. 17- Processo-COFECI nº 960/2007. Recte: OTAVIANO BATISTA DOS SANTOS (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. Assunto: AI - Pedido de reconsideração contra a pena de Advertência aplicada pelo CRECI 1ª Região/RJ a Empresa SQUADRO'S EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-3283

RELATOR: Conselheiro LUIZ AUGUSTO MILL/ES

1- Processo-COFECI nº 315/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ORGANIZAÇÃO CAPRI IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-10250. 2- Processo-COFECI nº 316/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: FRAN EMP. IMOB. LTDA - CRECI J-8306. 3- Processo-COFECI nº 317/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SOLUÇÃO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-10438. 4- Processo-COFECI nº 1418/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA VARGEM S/C LTDA - CRECI J-16629. 5- Processo-COFECI nº 250/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO JOÃO DE SOUZA - CRECI 44737. 6- Processo-COFECI nº 339/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Repda: PERSONALITE CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-18509. 7- Processo-COFECI nº 900/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: VIVIANE BASTOS VALBÃO - CRECI 59004. 8- Processo-COFECI nº 911/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ VICENTE PESTANA RIBELA - CRECI 10252. 9- Processo-COFECI nº 912/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ VICENTE PESTANA RIBELA - CRECI 10252. 10- Processo-COFECI nº 921/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FLÁVIO APARECIDO FIRMINO - CRECI 40932. 11- Processo-COFECI nº 922/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FLÁVIO APARECIDO FIRMINO - CRECI 40932. 12- Processo-COFECI nº 1191/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA NOVA INDEPENDÊNCIA S/C LTDA - CRECI J-1652. 13- Processo-COFECI nº 1230/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ELAINE DA SILVA FIGUEIREDO MOCO - CRECI 43234. 14- Processo-COFECI nº 1280/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA NILCÉA CASTANHO DE FIGUEIREDO - CRECI 42635. 15- Processo-COFECI nº 1281/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO DE PÁDUA GERMANO - CRECI 13205. 16- Processo-COFECI nº 1351/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AYRTON FERNANDO GARDIMAN - CRECI 64257. 17- Processo-COFECI nº 1352/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: GAIA ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA - CRECI J-12979.

RELATOR: Conselheiro ROBERTO DA CUNHA/MS

1- Processo-COFECI nº 1069/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JACINTO SÉRGIO URSO - CRECI 7251. 2- Processo-COFECI nº 2951/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: RICHARD DEL BEL - CRECI 61505. 3- Processo-COFECI nº 1458/2007. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repda: WALDILENE AZEVEDO DA SILVA - CRECI 2769. 4- Processo-COFECI nº 360/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: DENNER RODRIGUES BITENCOURT - CRECI 36711. 5- Processo-COFECI nº 371/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: STHATHUS ASSESSORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA - CRECI J-16105. 6- Processo-COFECI nº 372/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ADHAURY LUIZ BARREIRO - CRECI 4502. 7- Processo-COFECI nº 831/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDNILSON CLEBER

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011081900240

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RIBEIRO - CRECI 61833. 8- Processo-COFECI nº 902/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FERNANDO DE PAULA - CRECI 32796. 9- Processo-COFECI nº 1072/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LUIZ ANTÔNIO MOYA - CRECI 17847. 10- Processo-COFECI nº 1336/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: REALINO FERNANDES GOUVEIA - CRECI 31623. 11- Processo-COFECI nº 1337/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: REALINO FERNANDES GOUVEIA - CRECI 31623. 12- Processo-COFECI nº 1338/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ RIZO - CRECI 26446. 13- Processo-COFECI nº 1339/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ RIZO - CRECI 26446. 14- Processo-COFECI nº 1340/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ RIZO - CRECI 26446. 15- Processo-COFECI nº 1347/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROBERTO FRANCO DE AQUINO - CRECI 13696. 16- Processo-COFECI nº 1348/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROBERTO FRANCO DE AQUINO - CRECI 13696. 17- Processo-COFECI nº 1886/2010. Recte: MEIRENICE DE JESUS SERRANO MARTINS MISSAKA - CRECI 42182. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro PAULO C. CARVALHO MOTA JÚNIOR/AM

1- Processo-COFECI nº 318/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: VALDIR NASCIMENTOS IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI 12643. 2- Processo-COFECI nº 1374/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ ARAÚJO GÂNDARA - CRECI 33134. 3- Processo-COFECI nº 1375/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ ARAÚJO GÂNDARA - CRECI 33134. 4- Processo-COFECI nº 1376/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ ARAÚJO GÂNDARA - CRECI 33134. 5- Processo-COFECI nº 1377/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ ARAÚJO GÂNDARA - CRECI 33134. 6- Processo-COFECI nº 1378/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ ARAÚJO GÂNDARA - CRECI 33134. 7- Processo-COFECI nº 1379/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ ARAÚJO GÂNDARA - CRECI 33134. 8- Processo-COFECI nº 1380/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ ARAÚJO GÂNDARA - CRECI 33134. 9- Processo-COFECI nº 1381/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ ARAÚJO GÂNDARA - CRECI 33134. 10- Processo-COFECI nº 1382/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ ARAÚJO GÂNDARA - CRECI 33134. Processo-COFECI nº 674/2007. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: WILSON MUNIZ DE SOUZA - CRECI 3373. 12- Processo-COFECI nº 697/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: HILDA ABOU JAOUDE - CRECI 42470. 13- Processo-COFECI nº 1038/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MAURO MACHADO DIB - CRECI 24762. 14- Processo-COFECI nº 1039/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: AVANIR DURAN GALHARDO - CRECI 19692. 15- Processo-COFECI nº 1040/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA CAMPO VERDE LTDA - CRECI J-13660. 16- Processo-COFECI nº 1273/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: WLADIMIR FRANCISCATTO - CRECI 30724. 17- Processo-COFECI nº 1274/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOÃO JOSÉ POSSATTO - CRECI 18399.

RELATOR: Conselheiro MANOEL MESSIAS DOS ANJOS/PI

1- Processo-COFECI nº 814/2007. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: WASHINGTON SOUSA DE MIRANDA - CRECI 3350. 2- Processo-COFECI nº 389/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ANTÔNIO VALDIR IATAROLA - CRECI 27882. 3- Processo-COFECI nº 1409/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: PEDRINHO & ASSUNÇÃO ASSESSORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA - CRECI J-10798. 4- Processo-COFECI nº 627/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA LÚCIA FERREIRA - CRECI 57531. 5- Processo-COFECI nº 628/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA LÚCIA FERREIRA - CRECI 57531. 6- Processo-COFECI nº 654/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: HÉLIO CRUZ FILHO - CRECI 45781. 7- Processo-COFECI nº 880/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Autuado: CARLOS EDUARDO RUBINATO LEITE - CRECI 19477. 8- Processo-COFECI nº 881/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS EDUARDO RUBINATO LEITE - CRECI 19477. 9- Processo-COFECI nº 892/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTENOR DOMINGUES FILHO - CRECI 50110. 10- Processo-COFECI nº 893/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTENOR DOMINGUES FILHO - CRECI 50110. 11- Processo-COFECI nº 894/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MAURO BUENO DE CAMPOS - CRECI 20467. 12- Processo-COFECI nº 895/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MAURO BUENO DE CAMPOS - CRECI 20467. 13- Processo-COFECI nº 903/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PAULO BENVENUTI - CRECI 59872. 14- Processo-COFECI nº 935/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: RAFAEL UMBERTO CIMINO - CRECI 23617. 15- Processo-COFECI nº 1046/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CAMARGO DIAS IMÓVEIS LTDA - CRECI J-793. 16- Processo-COFECI nº 1047/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ANTÔNIO ODAIR SERRA RODRIGUES - CRECI 21613. 17- Processo-COFECI nº 1233/2010. Recte: ADRIANA MARIA MURARI CRECI 65643. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO R. DO CARMO/RO

1- Processo-COFECI nº 1048/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CAMARGO DIAS IMÓVEIS LTDA. - CRECI J-793. 2- Processo-COFECI nº 1049/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ANTÔNIO ODAIR SERRA RODRIGUES - CRECI 21613. 3- Processo-COFECI nº 1050/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ CARLOS DE MELO ROSSI - CRECI 8683. 4- Processo-COFECI nº 829/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMÓVEIS PALAVRA DA VIDA S/C LTDA - CRECI J-5498. 5- Processo-COFECI nº 830/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMÓVEIS PALAVRA DA VIDA S/C LTDA - CRECI J-5498. 6- Processo-COFECI nº 845/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CEZAR LUCHETTI - CRECI 17288. 7- Processo-COFECI nº 846/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CEZAR LUCHETTI - CRECI 17288. 8- Processo-COFECI nº 875/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SÉRGIO AUGUSTO ALVES LOPES - CRECI 39462. 9- Processo-COFECI nº 876/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SÉRGIO AUGUSTO ALVES LOPES - CRECI 39462. 10- Processo-COFECI nº 877/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SÉRGIO AUGUSTO ALVES LOPES - CRECI 39462. 11- Processo-COFECI nº 883/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ LUIZ LOURENÇO - CRECI 19224. 12- Processo-COFECI nº 884/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ LUIZ LOURENÇO - CRECI 19224. 13- Processo-COFECI nº 1046/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SÉRGIO AUGUSTO LODE - CRECI 36206. 14- Processo-COFECI nº 1056/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: NILTON CARELLI - CRECI 60704. 15- Processo-COFECI nº 1059/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LUIZ ROBERTO DE AZEVEDO - CRECI 35135. 16- Processo-COFECI nº 1939/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VIOLA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-16941. 17- Processo-COFECI nº 959/2007. Recte: LAFAIETE RIQUEIRA PORTO - CRECI 18004. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 18- Processo-COFECI nº 1938/2010. Recte: JOSÉ ERNESTO SANTOS CRECI 47885. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro TUPINAMBÁS DE S. DE OLIVEIRA LIMA/AC

1- Processo-COFECI nº 1190/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ÊXODO IMOBILIÁRIA S/C LTDA - CRECI J-13421. 2- Processo-COFECI nº 1252/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: BELA CINTRA IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-8572. 3- Processo-COFECI nº 1417/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ MORGADO DOS SANTOS REIS - CRECI 10247. 4- Processo-COFECI nº 1940/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: COSTA IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-5489. 5- Processo-COFECI nº 1941/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MOISES NUNES E SILVA - CRECI 30959. 6- Processo-COFECI nº 291/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: RANDO EMPREND. IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-15300. 7- Processo-COFECI nº 622/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MIGUEL LUIZ ZAGO - CRECI 39436. 8- Processo-COFECI nº 656/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: VILA IMPERIAL NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-15968. 9- Processo-COFECI nº 847/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EUGÊNIO SCHWARZ - CRECI 14441. 10- Processo-COFECI nº 848/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EUGÊNIO SCHWARZ - CRECI 14441. 11- Processo-COFECI nº 905/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCEL CARLOS PIACENTINI - CRECI 41833. 12- Processo-COFECI nº 929/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO NEGRI DA COSTA - CRECI 7982. 13- Processo-COFECI nº 1180/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: GEORGINA CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-7369. 14- Processo-COFECI nº 1194/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SILVANA PEREIRA DE ARAÚJO - CRECI 48480. 15- Processo-COFECI nº 1266/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DEMETRIUS ROMERO - CRECI 61236. 16- Processo-COFECI nº 1301/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: HORTA IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-8466. 17- Processo-COFECI nº 1193/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: BRUNELLI SIMÕES ENGENHARIA DE OBRAS LTDA - CRECI J-7225. 18- Processo-COFECI nº 1412/2010. Recte: JOSÉ PRAXEDES SOBRINHO - CRECI 2924. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

Brasília-DF, 16 de agosto de 2011.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

SESSÃO PLENÁRIA
(07/2011 - Gestão 2010/2012)

PAUTA DE JULGAMENTO

SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
DATA: 02 de setembro de 2011
INÍCIO: 09 horas
LOCAL: Dependências do Hotel Crowne Plaza
Rua Presidente Carlos Cavalcante, 600 - Centro
Curitiba - PR (41) 3204-4005

1 - Processo-COFECI nº 1843/2010. Recte: MÁRCIO DE CARVALHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2 - Processo-COFECI nº 955/2009. Recte: FERNANDO SIMÕES COLATTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3 - Processo-COFECI nº 1967/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos ao C.I. ACYR LUZIO VARELLA-CRECI 58828, face a problemas de saúde. (Estado de penúria e cardíaco). 4 - Processo-COFECI nº 1961/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos a C.I. SÔNIA TAKEDA MORIWAKE-CRECI 64648, face a problemas de saúde. (Colesterol, trigliceris, cardíaca e articulações gastas dos joelhos - aposentada/idade). 5 - Processo-COFECI nº 1968/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos ao C.I. ANTONIO JOSÉ DA SILVEIRA-CRECI 23220, face a problemas de saúde. (Estado de penúria e idade avançada). 6 - Processo-COFECI nº 1965/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos a C.I. LUIZA TERSARIOL COUTO-CRECI 5317, face a problemas de saúde. (Estado de penúria, hipertireoidismo, hipertensa, incontinência urinária e aposentada por invalidez). 7 - Processo-COFECI nº 1496/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos ao C.I. JORGE RODRIGUES MADURO-CRECI 8490, face a problemas de saúde. (AVC, transplante de córnea, próstata, diabético, colesterol, tireóide e depressivo).

Brasília-DF, 16 de agosto de 2011.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 1.974, DE 14 DE JULHO DE 2011

Estabelece os critérios norteadores da propaganda em Medicina, conceituando os anúncios, a divulgação de assuntos médicos, o sensacionalismo, a autopromoção e as proibições referentes à matéria.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, e,

CONSIDERANDO que cabe ao Conselho Federal de Medicina trabalhar por todos os meios ao seu alcance e zelar pelo perfeito desempenho ético da Medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar e atualizar os procedimentos para a divulgação de assuntos médicos em todo o território nacional;

CONSIDERANDO a necessidade de solucionar os problemas que envolvem a divulgação de assuntos médicos, com vistas ao esclarecimento da opinião pública;

CONSIDERANDO que os anúncios médicos deverão obedecer à legislação vigente;

CONSIDERANDO o Decreto-lei nº 20.931/32, o Decreto-lei nº 4.113/42, o disposto no Código de Ética Médica e, notadamente, o art. 20 da Lei nº 3.268/57, que determina: "Todo aquele que mediante anúncios, placas, cartões ou outros meios quaisquer se propuser ao exercício da medicina, em qualquer dos ramos ou especialidades, fica sujeito às penalidades aplicáveis ao exercício ilegal da profissão, se não estiver devidamente registrado".

CONSIDERANDO que a publicidade médica deve obedecer exclusivamente a princípios éticos de orientação educativa, não sendo comparável à publicidade de produtos e práticas meramente comerciais (Capítulo XIII, artigos 111 a 118 do Código de Ética Médica);

CONSIDERANDO que o atendimento a esses princípios é inquestionável pré-requisito para o estabelecimento de regras éticas de concorrência entre médicos, serviços, clínicas, hospitais e demais empresas registradas nos Conselhos Regionais de Medicina;

CONSIDERANDO ainda que os entes sindicais e associativos médicos estão sujeitos a este mesmo regramento quando da veiculação de publicidade ou propaganda;

CONSIDERANDO as diversas resoluções sobre o tema editadas por todos os Conselhos Regionais de Medicina;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na sessão plenária de 14 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Entender-se-á por anúncio, publicidade ou propaganda a comunicação ao público, por qualquer meio de divulgação, de atividade profissional de iniciativa, participação e/ou anuência do médico.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Os anúncios médicos deverão conter, obrigatoriamente, os seguintes dados:

a)Nome do profissional;

b)Especialidade e/ou área de atuação, quando registrada no Conselho Regional de Medicina;

c)Número da inscrição no Conselho Regional de Medicina;

d)Número de registro de qualificação de especialista (RQE), se o for.

Parágrafo único. As demais indicações dos anúncios deverão se limitar ao preceituado na legislação em vigor.

Art. 3º É vedado ao médico:

a)Anunciar, quando não especialista, que trata de sistemas orgânicos, órgãos ou doenças específicas, por induzir a confusão com divulgação de especialidade;

b)Anunciar aparelhagem de forma a lhe atribuir capacidade privilegiada;

c)Participar de anúncios de empresas ou produtos ligados à Medicina, dispositivo este que alcança, inclusive, as entidades sindicais ou associativas médicas;

d)Permitir que seu nome seja incluído em propaganda enganosa de qualquer natureza;

e)Permitir que seu nome circule em qualquer mídia, inclusive na internet, em matérias desprovidas de rigor científico;

f)Fazer propaganda de método ou técnica não aceito pela comunidade científica;

g)Expor a figura de seu paciente como forma de divulgar técnica, método ou resultado de tratamento, ainda que com autorização expressa do mesmo, ressalvado o disposto no art. 10 desta resolução;

h)Anunciar a utilização de técnicas exclusivas;

i)Oferecer seus serviços por meio de consórcio e similares;

j) Oferecer consultoria a pacientes e familiares como substituição da consulta médica presencial;

k) Garantir, prometer ou insinuar bons resultados do tratamento.

l) Fica expressamente vetado o anúncio de pós-graduação realizada para a capacitação pedagógica em especialidades médicas e suas áreas de atuação, mesmo que em instituições oficiais ou por estas credenciadas, exceto quando estiver relacionado à especialidade e área de atuação registrada no Conselho de Medicina.

Art. 4º Sempre que em dúvida, o médico deverá consultar a Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos (Codame) dos Conselhos Regionais de Medicina, visando enquadrar o anúncio aos dispositivos legais e éticos.

Parágrafo único. Pode também anunciar os cursos e atualizações realizados, desde que relacionados à sua especialidade ou área de atuação devidamente registrada no Conselho Regional de Medicina.

Art. 5º Nos anúncios de clínicas, hospitais, casas de saúde, entidades de prestação de assistência médica e outras instituições de saúde deverão constar, sempre, o nome do diretor técnico médico e sua correspondente inscrição no Conselho Regional em cuja jurisdição se localize o estabelecimento de saúde.

§ 1º Pelos anúncios dos estabelecimentos de hospitalização e assistência médica, planos de saúde, seguradoras e afins respondem, perante o Conselho Regional de Medicina, os seus diretores técnicos médicos.

§ 2º Os diretores técnicos médicos, os chefes de clínica e os médicos em geral estão obrigados a adotar, para cumprir o mandamento do caput, as regras contidas no Manual da Codame, anexo.

Art. 6º Nas placas internas ou externas, as indicações deverão se limitar ao previsto no art. 2º e seu parágrafo único.

Art. 7º Caso o médico não concorde com o teor das declarações a si atribuídas em matéria jornalística, as quais firam os ditames desta resolução, deve encaminhar ofício retificador ao órgão de imprensa que a divulgou e ao Conselho Regional de Medicina, sem prejuízo de futuras apurações de responsabilidade.

Art. 8º O médico pode, utilizando qualquer meio de divulgação leiga, prestar informações, dar entrevistas e publicar artigos versando sobre assuntos médicos de fins estritamente educativos.

Art. 9º Por ocasião das entrevistas, comunicações, publicações de artigos e informações ao público, o médico deve evitar sua autopromoção e sensacionalismo, preservando, sempre, o decoro da profissão.

§ 1º Entende-se por autopromoção a utilização de entrevistas, informações ao público e publicações de artigos com forma ou intenção de:

a)Angariar clientela;

b)Fazer concorrência desleal;

c)Pleitear exclusividade de métodos diagnósticos e terapêuticos;

d)Auferir lucros de qualquer espécie;

e)Permitir a divulgação de endereço e telefone de consultório, clínica ou serviço.

§ 2º Entende-se por sensacionalismo:

a)A divulgação publicitária, mesmo de procedimentos consagrados, feita de maneira exagerada e fugindo de conceitos técnicos, para individualizar e priorizar sua atuação ou a instituição onde atua ou tem interesse pessoal;

b)Utilização da mídia, pelo médico, para divulgar métodos e meios que não tenham reconhecimento científico;

c)A adulteração de dados estatísticos visando beneficiar-se individualmente ou à instituição que representa, integra ou o financia;

d)A apresentação, em público, de técnicas e métodos científicos que devem limitar-se ao ambiente médico;

e)A veiculação pública de informações que possam causar intranquilidade, pânico ou medo à sociedade;

f)Usar de forma abusiva, enganosa ou sedutora representações visuais e informações que possam induzir a promessas de resultados.

Art. 10 Nos trabalhos e eventos científicos em que a exposição de figura de paciente for imprescindível, o médico deverá obter prévia autorização expressa do mesmo ou de seu representante legal.

Art. 11 Quando da emissão de documentos médicos, os mesmos devem ser elaborados de modo sóbrio, impessoal e verídico, preservando o segredo médico.

§ 1º Os documentos médicos poderão ser divulgados por intermédio do Conselho Regional de Medicina, quando o médico assim achar conveniente.

§ 2º Os documentos médicos, nos casos de pacientes internados em estabelecimentos de saúde, deverão, sempre, ser assinados pelo médico assistente e subscritos pelo diretor técnico médico da instituição ou, em sua falta, por seu substituto.

Art. 12 O médico não deve permitir que seu nome seja incluído em concursos ou similares, cuja finalidade seja escolher o "médico do ano", "destaque", "melhor médico" ou outras denominações que visam ao objetivo promocional ou de propaganda, individual ou coletivo.

Art. 13 Os sites para assuntos médicos deverão obedecer à lei, às resoluções normativas e ao Manual da Codame.

Art. 14 Os Conselhos Regionais de Medicina manterão, conforme os seus Regimentos Internos, uma Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos (Codame) composta, minimamente, por três membros.

Art. 15 A Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos terá como finalidade:

a) Responder a consultas ao Conselho Regional de Medicina a respeito de publicidade de assuntos médicos;

b)Convocar os médicos e pessoas jurídicas para esclarecimentos quando tomar conhecimento de descumprimento das normas éticas regulamentadoras, anexas, sobre a matéria, devendo orientar a imediata suspensão do anúncio;

c)Propor instauração de sindicância nos casos de inequívoco potencial de infração ao Código de Ética Médica;

d)Rastrear anúncios divulgados em qualquer mídia, inclusive na internet, adotando as medidas cabíveis sempre que houver desobediência a esta resolução;

e)Providenciar para que a matéria relativa a assunto médico, divulgado pela imprensa leiga, não ultrapasse, em sua tramitação na comissão, o prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 16 A presente resolução e o Manual da Codame entrarão em vigor no prazo de 180 dias, a partir de sua publicação, quando será revogada a Resolução CFM nº 1.701/03, publicada no DOU nº 187, seção I, páginas 171-172, em 26 de setembro de 2003 e demais disposições em contrário.

ROBERTO LUIZ D'AVILA
Presidente do Conselho

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-Geral

ANEXO I

CRITÉRIOS GERAIS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA DE PROFISSIONAL INDIVIDUAL

A propaganda ou publicidade médica deve cumprir os seguintes requisitos gerais, sem prejuízo do que, particularmente, se estabeleça para determinadas situações, sendo exigido constar as seguintes informações em todas as peças publicitárias e papelaria produzidas pelo estabelecimento:

I - nome completo do médico;

II - registro do médico junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM), contemplando a numeração e o estado relativo;

III - nome da(s) especialidade(s) para a(s) qual(is) o médico se encontra formalmente habilitado (no máximo duas), se considerado pertinente;

IV - o número de registro de qualificação de especialista (RQE), se o for.

DE EMPRESA/ESTABELECIMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARTICULARES

A propaganda ou publicidade médica deve cumprir os seguintes requisitos gerais, sem prejuízo do que, particularmente, se estabeleça para determinadas situações, sendo exigido constar as seguintes informações em todas as peças publicitárias e papelaria produzidas pelo estabelecimento:

I - nome completo do médico no cargo de diretor técnico médico;

II - registro do profissional junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM), contemplando a numeração e o estado relativo;

III - nome do cargo para o qual o médico está oficialmente investido;

IV - o número de registro de qualificação de especialista (RQE), se o for.

DE SERVIÇOS MÉDICOS OFERECIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

A propaganda ou publicidade médica deve cumprir os seguintes requisitos gerais, sem prejuízo do que, particularmente, se estabeleça para determinadas situações, sendo exigido constar as seguintes informações em todas as peças publicitárias e papelaria produzidas pelo estabelecimento:

I - nome completo do médico no cargo de diretor técnico médico da unidade mencionada;

II - registro do médico junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM), contemplando a numeração e o estado relativo;

III - nome do cargo para o qual o médico está oficialmente investido;

IV - o número de registro de qualificação de especialista (RQE), se o for.

As especificações técnicas para a inserção dos dados supracitados nas peças publicitárias em todas as mídias e na papelaria produzida (individual ou institucional, no caso de serviços públicos ou privados de saúde) estarão detalhadas a seguir.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS E DE PROPAGANDA

Nos anúncios veiculados pela mídia impressa (jornais, revistas, boletins etc.), em peças publicitárias (cartazes, folders, postais, folhetos, panfletos, outdoors, busdoors, frontlights, backlights, totens, banners etc.), e em peças de mobiliário urbano (letreiros, placas, instalações etc.) devem ser inseridos os dados de identificação do médico (se consultório particular) ou do diretor técnico médico (se estabelecimento/serviço de saúde) de forma a causar o mesmo impacto visual que as demais informações presentes na peça publicitária. Contudo, devem ser observados os seguintes critérios:

I - os dados de identificação do médico (se consultório particular) ou do diretor-técnico médico (se estabelecimento/serviço de saúde) devem estar em local de destaque (ao lado da logomarca e das informações de identificação do estabelecimento/serviço de saúde), permitindo com facilidade sua leitura por observarem a perfeita legibilidade e visibilidade;

II - os dados devem ser apresentados em sentido de leitura da esquerda para a direita, sobre fundo neutro, sendo que a tipologia utilizada deverá apresentar dimensão equivalente a, no mínimo, 35% do tamanho do maior corpo empregado no referido anúncio ou peça;

III - nas peças, os dados do médico devem ser inseridos em retângulo de fundo branco, emoldurado por filete interno, em letras de cor preta ou que permita contraste adequado à leitura;

IV - é possível o uso de variações cromáticas na inserção dos dados, desde que mantidos os cuidados para a correta identificação dos mesmos, sem prejuízos de leitura ou visibilidade;

V - a versão monocromática só pode ser usada nos casos em que não haja opção para uso de mais de uma cor, optando-se pelo preto ou branco ou outra cor padrão predominante;

VI - as proporções dos dados inseridos devem ser observadas com critério para assegurar sua leitura e identificação, que são imprescindíveis ao trato ético em atividades relacionadas à publicidade, propaganda e divulgação médicas;

VII - para que outros elementos não se confundam com os dados de identificação do médico, os mesmos devem ser mantidos numa área, dentro da peça, que permita sua correta leitura e percepção. Deve-se observar o campo de proteção e reserva, conforme exemplificado ao lado;

VIII - utilizando como referência o espaço mantido entre a primeira e a segunda linha nas quais os dados foram inseridos ou entre a primeira e a segunda letra da primeira palavra, nenhum elemento gráfico ou de texto deve invadir essa área; e os dados devem ser mantidos no interior de uma área de respiro;

IX - para preservar a legibilidade dos dados do médico nos mais diversos meios de reprodução, deve-se observar a correta percepção dos mesmos com relação ao contraste de fundo sobre o qual estão aplicados. Sobre cores claras e/ou neutras, a versão preferencial mostra-se, em positivo, eficiente. Sobre cores escuras e/ou vívidas, optar pela versão em negativo dos dados. Sobre fundos ruidosos e imagens, usar a versão com módulo de proteção;

X - para aplicação dos dados sobre fundos em tons de cinza e preto, deve-se observar a escala ao lado. Até 30% de benday pode-se optar pela versão preferencial. A partir de 40%, pela versão em negativo do logotipo;

XI - a fim de preservar a boa leitura e visibilidade dos dados essenciais do médico, devem ser criteriosamente observadas sua integridade e consistência visual, evitando-se alterações ou interferências que gerem confusão ou visualização e/ou compreensão inadequadas;

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA MATERIAL IMPRESSO DE CARÁTER INSTITUCIONAL (RECEITUÁRIOS, FORMULÁRIOS, GUIAS, ETC)

Em material impresso, de caráter institucional, usado para encaminhamentos clínicos ou administrativos, devem ser observados os seguintes critérios:

I - os dados de identificação do diretor técnico médico (se estabelecimento/serviço de saúde) devem constar em local de destaque na peça;

II - os dados devem vir ao lado ou abaixo da logomarca e das informações de identificação do estabelecimento/serviço de saúde, permitindo com facilidade sua leitura por observarem perfeita legibilidade e visibilidade;

III - os dados devem ser apresentados no sentido de leitura da esquerda para a direita, sobre fundo neutro, sendo que a tipologia utilizada deverá apresentar dimensão equivalente a, no mínimo, 35% do tamanho do maior corpo empregado no referido anúncio;

IV - nas peças, os dados do médico devem ser inseridos em retângulo de fundo branco, emoldurado por filete interno, em letras de cor preta ou que permita contraste adequado à leitura;

V - no caso dos estabelecimentos/serviços de saúde, a inclusão dos dados do diretor técnico médico não elimina a necessidade de citar em campo específico o nome e CRM do médico responsável pelo atendimento direto do paciente. Tal inclusão deve ocupar espaço de destaque no formulário e também observar critérios de visibilidade e legibilidade;

VI - os dados não necessariamente necessitam estar impressos, mas podem ser disponíveis por meio de carimbos.

VII - é possível o uso de variações cromáticas na inserção dos dados, desde que mantidos os cuidados para a correta identificação dos mesmos, sem prejuízos de leitura ou visibilidade.

VIII - a versão monocromática só pode ser usada em casos onde não haja opção para uso de mais de uma cor, optando-se pelo preto ou branco ou outra cor padrão predominante.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IX - as proporções dos dados inseridos devem ser observadas com critério para assegurar sua leitura e identificação, imprescindíveis ao trato ético em atividades relacionadas à publicidade, propaganda e divulgação médicas.

X - para que outros elementos não se confundam com os dados de identificação do médico, os mesmos devem ser mantidos numa área, dentro da peça, que permita sua correta leitura e percepção. Deve-se observar o campo de proteção e reserva, conforme exemplificado ao lado.

XI - utilizando como referência o espaço mantido entre a primeira e a segunda linha nas quais os dados foram inseridos ou entre a primeira e a segunda letra da primeira palavra, nenhum elemento gráfico ou de texto deve invadir essa área; e os dados devem ser mantidos no interior de uma área de respiro.

XII - para preservar a legibilidade dos dados do médico nos mais diversos meios de reprodução, deve-se observar a correta percepção dos mesmos com relação ao contraste de fundo sobre o qual estão aplicados. Sobre cores claras e/ou neutras, a versão preferencial mostra-se, em positivo, eficiente. Sobre cores escuras e/ou vívidas, optar pela versão em negativo dos dados. Sobre fundos ruidosos e imagens, usar a versão com módulo de proteção.

XIII - para aplicação dos dados sobre fundos em tons de cinza e preto, deve-se observar a escala ao lado. Até 30% de benday pode-se optar pela versão preferencial. A partir de 40%, pela versão em negativo do logotipo.

XIV - a fim de preservar a boa leitura e visibilidade dos dados essenciais do profissional, devem ser criteriosamente observadas sua integridade e consistência visual, evitando-se alterações ou interferências que gerem confusão ou visualização e/ou compreensão inadequadas.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA PUBLICIDADE E PROPAGANDA EM TV, RÁDIO E INTERNET

Nos anúncios veiculados por emissoras de rádio, TV e internet, a empresa responsável pelo veículo de comunicação, a partir da venda do espaço promocional, deve disponibilizar, à sociedade, as informações pertinentes ao médico e/ou diretor técnico médico, em se tratando de estabelecimento ou serviço de saúde;

A menção aos dados de identificação do médico/diretor técnico médico deve ser contextualizada na peça publicitária, de maneira que seja pronunciada pelo personagem/locutor principal; e quando veiculada no rádio ou na televisão, proferida pelo mesmo personagem/locutor.

Nos casos de mídia televisiva, radiofônica ou auditiva, a locução dos dados do médico deve ser cadenciada, pausada e perfeitamente audível.

Em peça veiculada pela televisão ou em formato de vídeo (mesmo que sobre plataforma on-line), devem ser observados os seguintes critérios:

I - após o término da mensagem publicitária, a identificação dos dados médicos (se consultório privado) ou do diretor técnico médico (se estabelecimento/serviço de saúde) devem ser exibidos em cartela única, com fundo azul, em letras brancas, de forma a permitir a perfeita legibilidade e visibilidade, permanecendo imóvel no vídeo, sendo que na mesma peça devem constar os dados de identificação da unidade de saúde em questão, quando for o caso.

II - a cartela obedecerá ao gabarito RTV de filmagem no tamanho padrão de 36,5cmx27cm (trinta e seis e meio centímetros por vinte e sete centímetros);

III - as letras apostas na cartela serão da família tipográfica Humanist 777 Bold ou Frutiger 55 Bold, corpo 38, caixa alta.

Nas peças exibidas pela internet, os dados do médico ou do diretor técnico médico devem ser exibidos permanentemente e de forma visível, inseridos em retângulo de fundo branco, emoldurado por filete interno, em letras de cor preta, padrão Humanist 777 Bold ou Frutiger 55 Bold, caixa alta, respeitando a proporção de dois décimos do total do espaço da propaganda.

CRITÉRIOS PARA A RELAÇÃO DOS MÉDICOS COM A IMPRENSA (PROGRAMAS DE TV E RÁDIO, JORNAIS, REVISTAS), NO USO DAS REDES SOCIAIS E NA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, FÓRUNS, SEMINÁRIOS ETC)

A participação do médico na divulgação de assuntos médicos, em qualquer meio de comunicação de massa, deve se pautar pelo caráter exclusivo de esclarecimento e educação da sociedade, não cabendo ao mesmo agir de forma a estimular o sensacionalismo, a autopromoção ou a promoção de outro(s), sempre assegurando a divulgação de conteúdo cientificamente comprovado, válido, pertinente e de interesse público.

Ao conceder entrevistas, repassar informações à sociedade ou participar de eventos públicos, o médico deve anunciar de imediato possíveis conflitos de interesse que, porventura, possam comprometer o entendimento de suas colocações, vindo a causar distorções com graves consequências para a saúde individual ou coletiva. Nestas participações, o médico deve ser identificado com nome completo, registro profissional e a especialidade junto ao Conselho Regional de Medicina, bem como cargo, se diretor técnico médico responsável pelo estabelecimento.

Em suas aparições o médico deve primar pela correção ética nas relações de trabalho, sendo recomendado que não busque a conquista de novos clientes, a obtenção de lucros de qualquer espécie, o estimulo à concorrência desleal ou o pleito à exclusividade de métodos diagnósticos e terapêuticos. Essas ações não são toleradas, quer em proveito próprio ou de outro(s).

É vedado ao médico, na relação com a imprensa, na participação em eventos e no uso das redes sociais:

a)divulgar endereço e telefone de consultório, clínica ou serviço;

b)se identificar inadequadamente, quando nas entrevistas;

c)realizar divulgação publicitária, mesmo de procedimentos consagrados, de maneira exagerada e fugindo de conceitos técnicos, para individualizar e priorizar sua atuação ou a instituição onde atua ou tem interesse pessoal;

d)divulgar especialidade ou área de atuação não reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina ou pela Comissão Mista de Especialidades;

e)anunciar títulos científicos que não possa comprovar e especialidade ou área de atuação para a qual não esteja qualificado e registrado no Conselho Regional de Medicina;

f)anunciar, quando não especialista, que trata de sistemas orgânicos, órgãos ou doenças específicas, com indução à confusão com divulgação de especialidade;

g)utilizar sua profissão e o reconhecimento ético, humano, técnico, político e científico que esta lhe traz para participar de anúncios institucionais ou empresariais, salvo quando esta participação for de interesse público;

h)adulterar dados estatísticos visando beneficiar-se individualmente ou à instituição que representa, integra ou o financia;

i)veicular publicamente informações que causem intranquilidade à sociedade, mesmo que comprovadas cientificamente. Nestes casos, deve protocolar em caráter de urgência o motivo de sua preocupação às autoridades competentes e aos Conselhos Federal ou Regional de Medicina de seu estado para os devidos encaminhamentos;

j)divulgar, fora do meio científico, processo de tratamento ou descoberta cujo valor ainda não esteja expressamente reconhecido cientificamente por órgão competente;

k)garantir, prometer ou insinuar bons resultados de tratamento sem comprovação científica;

l)anunciar aparelhagem ou utilização de técnicas exclusivas como forma de se atribuir capacidade privilegiada;

m)divulgar anúncios profissionais, institucionais ou empresariais de qualquer ordem e em qualquer meio de comunicação nos quais, se o nome do médico for citado, não esteja presente o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (observando as regras de formato constantes deste documento). Nos casos em que o profissional ocupe o cargo de diretor técnico médico, o exercício da função deve ser explicitado;

n)consultar, diagnosticar ou prescrever por qualquer meio de comunicação de massa ou a distância;

o)expor a figura de paciente como forma de divulgar técnica, método ou resultado de tratamento;

p)realizar e/ou participar de demonstrações técnicas de procedimentos, tratamentos e equipamentos de forma a valorizar domínio do seu uso ou estimular a procura por determinado serviço, em qualquer meio de divulgação, inclusive em entrevistas. As demonstrações e orientações devem acontecer apenas a título de exemplo de medidas de prevenção em saúde ou de promoção de hábitos saudáveis, com o intuito de esclarecimento do cidadão e de utilidade pública;

q)ofertar serviços por meio de consórcios ou similares, bem como de formas de pagamento ou de uso de cartões/cupons de desconto.

DAS PROIBIÇÕES GERAIS

De modo geral, na propaganda ou publicidade de serviços médicos e na exposição na imprensa ao médico ou aos serviços médicos é vedado:

I - usar expressões tais como "o melhor", "o mais eficiente", "o único capacitado", "resultado garantido" ou outras com o mesmo sentido;

II - sugerir que o serviço médico ou o médico citado é o único capaz de proporcionar o tratamento para o problema de saúde;

III - assegurar ao paciente ou a seus familiares a garantia de resultados;

IV - apresentar nome, imagem e/ou voz de pessoa leiga em medicina, cujas características sejam facilmente reconhecidas pelo público em razão de sua celebridade, afirmando ou sugerindo que ela utiliza os serviços do médico ou do estabelecimento de saúde ou recomendando seu uso;

IV - sugerir diagnósticos ou tratamentos de forma genérica, sem realizar consulta clínica individualizada e com base em parâmetros da ética médica e profissional;

V - usar linguagem direta ou indireta relacionando a realização de consulta ou de tratamento à melhora do desempenho físico, intelectual, emocional, sexual ou à beleza de uma pessoa;

VI - apresentar de forma abusiva, enganosa ou assustadora representações visuais das alterações do corpo humano causadas por doenças ou lesões; todo uso de imagem deve enfatizar apenas a assistência;

VII - apresentar de forma abusiva, enganosa ou sedutora representações visuais das alterações do corpo humano causadas por supostos tratamento ou submissão a tratamento; todo uso de imagem deve enfatizar apenas a assistência;

VIII - incluir mensagens, símbolos e imagens de qualquer natureza dirigidas a crianças ou adolescentes, conforme classificação do Estatuto da Criança e do Adolescente;

IX - fazer uso de peças de propaganda e/ou publicidade médica - independentemente da mídia utilizada para sua veiculação - nas quais se apresentem designações, símbolos, figuras, desenhos, imagens, slogans e quaisquer argumentos que sugiram garantia de resultados e percepção de êxito/sucesso pessoal do paciente atreladas ao uso dos serviços de determinado médico ou unidade de saúde;

X - fazer afirmações e citações ou exibir tabelas e ilustrações relacionadas a informações científicas que não tenham sido extraídas ou baseadas em estudos clínicos, veiculados em publicações científicas, preferencialmente com níveis de evidência I ou II;

XI - utilizar gráficos, quadros, tabelas e ilustrações para transmitir informações que não estejam assim representadas nos estudos científicos e não expressem com rigor sua veracidade;

XII - adotar gráficos, tabelas e ilustrações que não sejam verdadeiros, exatos, completos, não tendenciosos, e apresentá-los de forma a possibilitar o erro ou confusão ou induzir ao autodiagnóstico ou à autoprescrição;

XIII - anunciar especialidades para as quais não possui título certificado ou informar posse de equipamentos, conhecimentos, técnicas ou procedimentos terapêuticos que induzam à percepção de diferenciação;

XIV - divulgar preços de procedimentos, modalidades aceitas de pagamento/parcelamento ou eventuais concessões de descontos como forma de estabelecer diferencial na qualidade dos serviços;

XV - não declarar possível conflito de interesse ao se apresentar como palestrante/expositor em quaisquer eventos (simpósios, congressos, reuniões, conferências e assemelhados, públicos ou privados), sendo obrigatório explicitar o recebimento de patrocínios/subvenções de empresas ou governos, sejam parciais ou totais;

XVI - não informar potencial conflito de interesses aos organizadores dos congressos, com a devida indicação na programação oficial do evento e no início de sua palestra, bem como nos anais, quando estes existirem, no caso de médicos palestrantes de qualquer sessão científica que estabeleçam relações com laboratórios farmacêuticos ou tenham qualquer outro interesse financeiro ou comercial;

XVII - participar de campanha social sem ter como único objetivo informar ações de responsabilidade social do profissional ou do estabelecimento de saúde, não podendo haver menção a especialidades ou outras características próprias dos serviços pelos quais são conhecidos;

XVIII - fazer referência a ações ou campanhas de responsabilidade sociais às quais estão vinculados ou são apoiadores em peças de propaganda ou publicidade de médicos ou estabelecimentos de saúde.

Com relação ao uso da publicidade e propaganda, em diferentes mídias, estão disponíveis no Anexo 3 desta resolução os modelos que permitem a visualização do resultado decorrente da implementação de tais critérios, ressaltando-se, contudo, que os mesmos são apenas orientações e sugestões de adequação à norma. Os modelos mencionados, no Anexo 3, encontram-se disponíveis para consulta no sitio do Conselho Federal de Medicina: www.portalmedico.org.br.

Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação deste regulamento, para que os médicos e empresas de serviços médicos se adéquem às suas disposições a respeito de propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção de atividades.

ANEXO II

Lista de documentos que devem observar os critérios explicitados nesta resolução:

Atestado
Atestado de amputação
Atestado médico
Atestado médico para licença-maternidade
Aviso de cirurgia
Aviso de óbito
Boletim de anestesia
Boletim de atendimento
Boletim de sala ? material e medicamentos de sala
Cartão da família
Cartão de agendamento
Cartão índice
Cartão saúde
Carteira da gestante
Declaração de comparecimento
Demonstrativo de atendimento
Ficha ambulatorial de procedimento (FAP)
Ficha clínica de pré-natal
Ficha de internação ou atendimento
Ficha de acompanhamento
Ficha de acompanhamento de pacientes para remoção
Ficha de acompanhamento do hipertenso e/ou diabético
Ficha de anamnese/exame físico
Ficha de anestesia
Ficha de arrolamento de valores/pertences - paciente
Ficha de assistência ao paciente no pré, trans e pós-operatório imediato
Ficha de atendimento
Ficha de atendimento - pré-natal
Ficha de atendimento diário - nível médio
Ficha de avaliação/triagem de enfermagem
Ficha de avaliação pré-anestésica
Ficha de cadastramento de paciente
Ficha de cadastro da família
Ficha de cadastro da gestante
Ficha de cadastro do hipertenso e/ou diabético
Ficha de cadastro para fornecimento de preservativos
Ficha de cadastro Programa Remédio em Casa
Ficha de cronograma de visita do agente comunitário de saúde (ACS)
Ficha de encaminhamento ao serviço social
Ficha de encaminhamento hospitalar
Ficha de evolução de morbidade
Ficha de evolução de paciente
Ficha de evolução médica
Ficha de evolução multidisciplinar para os demais profissionais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ficha de exame colposcópico
Ficha de exame físico/evolução de enfermagem (clínica psiquiátrica)
Ficha de exames de emergência
Ficha de identificação de cadáver
Ficha de identificação do paciente
Ficha de identificação do recém-nascido
Ficha de notificação de casos suspeitos ou confirmados (sistema de informação para a vigilância de violências e acidentes - SIVVA)
Ficha de preparo de ultrassom - abdome superior / hipocôndrio direito / vias biliares
Ficha de preparo de ultrassom - vias urinárias / pélvico / próstata
Ficha de procedimento com registro BPA individualizado
Ficha de procedimento para realização de exames Papanicolau (PCG) e colposcopia
Ficha de recursos hospitalares em urgência/emergência
Ficha de referência/contrarreferência
Ficha de registro diário de atividades e procedimentos
Ficha de remoção domiciliar
Ficha de solicitação de antimicrobianos de uso controlado
Ficha para consolidação mensal de atividades, procedimentos e marcadores (auxiliar de enfermagem, ACS)
Ficha para registro de atividades educativas/práticas corporais/oficinas/grupos terapêuticos
Ficha para registro diário de atividades, procedimentos e marcadores (médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, ACS)
Folha de enfermagem
Formulário da Comissão de Revisão de Óbito
Formulário de controle hídrico e TRP
Formulário de histórico de enfermagem
Formulário de prescrição
Formulário de prescrição médica
Formulário de solicitação de insumos
Guia de encaminhamento
Guia de encaminhamento de cadáver
Guia de internação hospitalar
Instrumento para classificação de paciente - adulto e pediátrico
Laudo médico para a emissão da AIH
Laudo médico para a emissão de APAC
Laudo para solicitação/autorização de procedimento ambulatorial
Prontuário
Receituário
Receituário de controle especial
Receituário médico
Relatório de cirurgia
Relatório de lâminas
Relatório de visitas domiciliares
Requisição de carro de cadáver
Requisição de exames
Requisição de serviços de diagnose e terapia
Resumo de alta hospitalar
Solicitação de exame de apoio diagnóstico
Solicitação de exames de imagem
Solicitação de exames de raios X
Solicitação de exames de ultrassonografia
Solicitação de procedimento especializado
Solicitação de transporte
Termo de autorização de internação
Termo de autorização para encaminhamento de membro
Termo de ciência e consentimento e responsabilização - procedimento
Termo de ciência e consentimento para procedimento anestésico
Termo de encaminhamento para alto risco
Termo final de utilização de prótese, órteses e outros pelas equipes médicas

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 115, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

Eleitoral e processo - Processo eleitoral do Conselho Regional de Enfermagem de Tocantins - Julgamento recursos. Manutenção decisão comissão eleitoral improcedência recurso de chapa concorrente do quadro I. Desistencia de candidata.

O Presidente do CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, juntamente com a Primeira Secretária, ad hoc, da Autarquia, o uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Resolução COFEN nº 242/2000, e

CONSIDERANDO a Resolução COFEN 355/2009, que disciplina as regras gerais do processo eleitoral dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO o pedido de desistência da candidata concorrente a chapa do Quadro I Ireny Ferreira Lopes realizado no dia 29/07/2011;

CONSIDERANDO que nos termos da Resolução COFEN 355/2009, a chapa concorrente ao Quadro I representada pela Dra. Marleide Alexandre Aguiar e pela Dra. Luciana Marques da Silva interpôs Recurso contra a decisão da Comissão Eleitoral do Conselho Regional de Enfermagem de Tocantins;

CONSIDERANDO o resultado do julgamento dos recursos pelo Plenário do Conselho Federal de Enfermagem, ocorrido na 18ª Reunião Extraordinária do Plenário, datada de 17 de agosto de 2011, decide:

Art. 1º Aprovar o Parecer de Conselheiro n.º 114/2011, de Relatoria do Conselheiro Federal, Dr. Antônio Marcos Freire Gomes, para conhecer o recurso interposto e julgá-lo improcedente, não acatando o pedido de substituição da candidata Ireny Ferreira Lopes por Joseane Araújo Franco, por não atender o disposto no artigo 32, § 3º, combinado com o artigo 35, do Código Eleitoral, aprovado pela Resolução Cofen n.º 355/2009.

Art. 2º Indeferir o pedido de inscrição e registro da chapa concorrente ao Quadro I, representada pela Dra. Marleide Alexandre Aguiar, eis que, com a desistência da candidata Ireny Ferreira Lopes, restou a chapa por ela composta, incompleta, contrariando as previsões do artigo 26 da Resolução Cofen n.º 355/2009.

Art. 3º Determinar o registro da chapa concorrente ao Quadro I, representada pelo Dr. Erivan Silva de Almeida e pela Dra. Márcia Anésia Coelho Marques dos Santos; da chapa concorrente ao Quadro II e III, representada pelo Sr. Marcos Andrey Rodrigues Martins; e da chapa concorrente ao Quadro II e III representada pela Sra. Deusirene Alves Brito, nos termos do artigo 37 da Resolução Cofen n.º 355/2009.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se disposições em contrário.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

ISABEL CRISTINA REIS SOUSA
Primeiro Secretário ad hoc

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 18 de agosto de 2011

Tendo em vista o que consta do processo nº 110/11, ratifico a presente inexigibilidade de licitação, de acordo com o art. 25, da Lei nº 8.666-93, para locação de espaço por ocasião da realização do XIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande Sul a realizar-se de 24 a 26/08/11, em Gramado - RS, pelo valor total de R$ 50.000,00, mediante contrato a ser firmado com a FBC, promotora do referido evento.

ZULMIR BREDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** agora dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação.
Semelhante ao conceito “pré-pago”, o novo modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias.
O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas.
A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema **INCom.**

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Mais informações, pelo telefone
0800 725 6787.

Encontrar a Informação oficial que você precisa está mais fácil

A Imprensa Nacional lançou um novo sistema de pesquisa e seleção de matérias em seus jornais oficiais na internet. É o ***IN Busca Total***. Com ele, você pesquisa todo o conteúdo publicado nos Jornais Oficiais da Imprensa Nacional, desde o ano de 2002, a partir de critérios escolhidos pelo usuário no momento da pesquisa, na ferramenta **Consulta Global**, com comandos rápidos e simples. Além disso, há um **Aviso de Publicação** emitido diariamente por meio de correio eletrônico com as indicações dos assuntos selecionados por você e publicados nos Diários Oficiais do dia. Nesse novo sistema, você encontra um universo de informação mais amplo e que permite localizar leis, decretos, portarias e todos os atos de seu interesse com muito mais rapidez.



REVENDA AVULSA DE JORNAIS OFICIAIS

A Imprensa Nacional está cadastrando revendedores de bancas de jornal de natureza jurídica ou física, inscritos como profissionais autônomos na Previdência Social, revendedores de livros, empresas de finalidades assemelhadas e entidades de caráter associativo que tenham interesse em revender o Diário Oficial da União e outras publicações oficiais.

Informações: Central de Atendimento
0800 725 6787 ou pelo portal
www.in.gov.br

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405



Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808